

Imprensa internacional sobre Angola 2005

TERMINOU O II CONGRESSO PRO PACE

2005-06-06

Para as eleições serem livres e justas, a população tem de estar esclarecida sobre os diversos partidos e programas. Por isso, deve ser facilitado a todos os cidadãos esses esclarecimentos, incluindo nas regiões mais distantes ou isoladas. O apelo surgiu nas Conclusões do Congresso Pro Pace, que terminou neste domingo em Luanda. "Pela mesma razão, os eleitores jamais sejam condicionados, de forma alguma, nem por pressões, nem por intimidações, nem por aliciamentos indevidos". Na mesma linha, esperam que ninguém fique impedido de votar por dificuldades de acesso.

A preocupação com a preparação do acto eleitoral previsto para o próximo ano dominou o encontro que reuniu cerca de 250 participantes. As conclusões lembram aos partidos políticos que devem estar preparados para vencer e para perder, colocando "o bem nacional por cima do partidário, sabendo ganhar com modéstia e perder sem frustração".

Os congressistas exigem a liberalização dos meios de comunicação social e insistem que a Rádio ECCLESIA seja ouvida em todas as dioceses ou Províncias.

O Congresso deverá agora realizar-se, em moldes mais simples, nas diferentes províncias. As diferenças entre o ambiente que se vive em Luanda, mais aberto e nas províncias onde a informação é mais restrita e a liberdade menor, foi afirmado pelos participantes provenientes do interior do país.

O II Congresso Pro Pace, subordinado ao tema "Construtores de Democracia", foi aberto no dia 2 na Universidade Católica sob a presidência do Cardeal Dom Alexandre do Nascimento e encerrou hoje com uma Eucaristia na Cidadela Desportiva sob a presidência do Cardeal Renato Martino, presidente do Conselho Pontifício Justiça e Paz. Entre os oradores, destaque para o Professor Cavaco Silva, ex-primeiro Ministro de Portugal, o Cardeal Renato Martino, o Arcebispo de Luanda, Dom Damião Franklin, o Dr Bornito de Sousa, a Dra Teresa Cohen, o Dr Jaka Jamba, o Rev. Luis Nguimbi, a Dra Vera Araújo e o jornalista Ismael Mateus. O Congresso foi organizado pelo Movimento Pro Pace, presidido pelo bispo do Uíje, Dom Francisco da Mata Mourisca.

A seguir transcrevemos todas as CONCLUSÕES:

"1. DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO. Em ordem a uma crescente estabilidade política e económica, que estimule os investidores e o desenvolvimento, sejam cada vez mais fortalecidos os mecanismos da nossa democracia, proporcionando a todos os cidadãos as mesmas oportunidades, com pleno respeito pelas suas respectivas liberdades fundamentais. E para que a reabilitação do nosso País bem como o seu desenvolvimento não sofram constrangimentos indesejáveis, saudamos todo o apoio possível da comunidade internacional, que nos ajude nesta hora crucial.

2. DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA. Seja garantida, em toda a parte, a vigilância e a defesa dos direitos humanos, com especial atenção para o direito à saúde e à reputação,

mormente dos velhos, mulheres e crianças. Para tanto, urge proscrever radicalmente a profissão daqueles que, com as suas falazes adivinhações, põem em risco a segurança e a vida dos citados velhos, mulheres e crianças.

3. ELEIÇÕES E DEMOCRACIA. Para as eleições serem livres e justas, sejam também esclarecidas. E para serem esclarecidas, facilite-se a todos os cidadãos, mesmo das zonas mais remotas, o acesso ao conhecimento dos diversos Partidos e seus programas. Pela mesma razão, os eleitores jamais sejam condicionados, de forma alguma, nem por pressões, nem por intimidações, nem por aliciamentos indevidos. Além disso, sejam criados mecanismos adequados que não deixem margem a possíveis fraudes. E se algumas destas acontecerem, sejam submetidas a Tribunal credível que as julgue e sancione.

4. ALTERNÂNCIA DO PODER E DEMOCRACIA. Importa sobremaneira mentalizar os Partidos para a hipotética alternância do poder, de tal maneira que o resultado das eleições, uma vez verificada a sua legitimidade, seja aceito por todos com dignidade, sem contestações infundadas.

5. OPOSIÇÃO E DEMOCRACIA. Os Partidos concorram às eleições com verdadeiro espírito patriótico, colocando o bem nacional por cima do partidário, sabendo ganhar com modéstia e perder sem frustração. Em eleições democráticas, ninguém perde absolutamente, nem os que ficam na oposição, a qual constitui um cargo insubstituível em qualquer regime democrático.

6. LIBERDADE DE IMPRENSA E DEMOCRACIA. O direito à liberdade de expressão tem duas vertentes: a primeira, é o direito de manifestar a sua opinião por meios públicos sobre assuntos públicos que lhe dizem respeito; a segunda, é ser informado sobre as diversas opiniões acerca dos mesmos assuntos. Daqui a exigência da liberalização dos meios de comunicação social, entre os quais os participantes insistem que a Rádio ECCLESIA seja ouvida, quanto antes, em todas as dioceses ou Províncias.

7. CIDADANIA E DEMOCRACIA. Todos os cidadãos têm o direito e o dever de exercer a sua cidadania, participando, cada qual a seu modo, na vida pública. Um dos modos mais expressivos de exercer essa cidadania é a prática da votação eleitoral, especialmente se for autárquica. Então, na perspectiva das eleições nacionais que se aproximam, urge possibilitar as vias de acesso de tal maneira que, por falta desta condição, nenhum cidadão fique impedido de votar.

8. UNIDADE E PLURALIDADE. Os meios de comunicação social bem como quaisquer outros meios de comunicação sejam mensageiros da unidade na pluralidade, de forma a criar na consciência de todos os cidadãos um profundo sentimento de comunhão e amor fraternos, numa Pátria multiforme mas una e coesa.

9. DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA. Para melhor realizar todo este ambicioso projecto, fazemos votos porque se difunda, no meio de nós, a Doutrina Social da Igreja, cuja edição brevemente estará disponível em língua portuguesa.

10. CONGRESSOS DIOCESANOS. Finalmente, pedimos a quem de direito que este Congresso se repita, em tempo oportuno, nas próprias dioceses ou províncias."

IGREJA REAFIRMA QUE QUER A RÁDIO ECCLESIA EM TODO O PAÍS

2005-03-04

A Igreja Católica não aceita o estado actual de uma emissora católica limitada a Luanda.

Continua a exigir que a “Rádio Ecclesia” possa emitir em todo o país, afirmou esta tarde, em nome da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), Dom Gabriel Mbilingi. O prelado prestou este esclarecimento em reacção às frequentes solicitações dos participantes do II Congresso do Movimento “Pro Pace” que decorre em Luanda. «Rádio Ecclesia é um património da Igreja restituído ao dono para voltar a funcionar com a capacidade de cobertura que tinha na altura da sua nacionalização», realçou Dom Mbilingi.

Lembrou que na altura dispunha de emissores de ondas curtas e explicou que este sistema de transmissão foi substituído por repetidores de frequência modulada instalados em todo o país. As razões legais invocadas para travar actualmente o projecto de extensão do sinal da emissora central para as províncias não são credíveis, acrescentou o vice-presidente da CEAST. Pois, explicou, o recurso aos repetidores obedeceu justamente à preocupação de se conformar à lei vigente, além de ter em conta os progressos tecnológicos verificados na esfera das rádios. «Se no tempo de Salazar, a Ecclesia já cobria toda Angola, como entender agora a discriminação dos fiéis e cidadãos das outras províncias do país?», interrogou-se o também Bispo da Diocese de Luena, aclamado na ocasião pela plateia.

LIBERDADE DE IMPRENSA E DEMOCRACIA

O seu esclarecimento enquadrou-se no debate do tema da tarde do Congresso, intitulado “Liberdade de Imprensa e Democracia”, apresentado pelo ex-Secretário Geral dos Jornalistas Angolanas (SJA), Ismael Mateus.

Este orador também apoiou o projecto de expansão da Ecclesia, acentuando, contudo, que essa possibilidade deve ser aberta a outras rádios. Fundamentando no enunciado da sua tese, Ismael realçou a prioridade que deveria revestir a reformulação da lei de imprensa como base de mais garantias para a liberdade imprensa. Caracterizou de «muito deficiente» a liberdade imprensa no seu estado actual no país.

Nesta esteira, advogou um Conselho Nacional de Comunicação Social mais eficiente, aliado a uma auto-regulação positiva, envolvendo a postura ética dos próprios jornalistas.

BFA lança cartão Visa no próximo mês

A partir do próximo mês, os clientes do Banco de Fomento Angola que se deslocarem para o exterior poderão fazê-lo sem necessitar levar dinheiro em mão, utilizando, para isso, o cartão de crédito Visa. O montante máximo será de 10 mil dólares.

O cartão, que surge pela primeira vez no mercado bancário angolano, está já em regime experimental naquela instituição. O facto foi anunciado ontem pelo administrador do Banco de Fomento Angola, Fernando Teles, quando inaugurava a primeira agência daquela instituição no bairro Rocha Pinto, município da Samba. A agência do Rocha Pinto é a 15ª em Luanda. No total, o BFA conta já com 34 agências espalhadas pelo país. Ainda este ano, serão abertas mais 20 agências em todo o país. Para Fernando Teles, a expansão do BFA pelo país é também uma forma de ajudar o país a crescer. Para efeito, o administrador anunciou ainda, para breve, a instalação de

novos centros de investimento e outros para empresas, bem como a introdução de novos produtos com vista a alargar as opções de os clientes rentabilizarem as suas poupanças.

Com vista a melhorar o atendimento aos clientes, o BFA vai brevemente introduzir o cartão de débito não-personalizado, que deverá ser utilizado tanto no multicaixa quanto nos centros comerciais. A ideia é fazer com que os clientes que pretenderem levantar quantias inferiores a 20 mil kwanzas o façam utilizando o multicaixa e não tenham de permanecer nos balcões.

O BFA está ainda a estimular o crédito habitação, onde até ao momento já disponibilizou 70 milhões de dólares. Com uma taxa de juro de 8 por cento ao ano e um prazo dilatado para 15 anos, o crédito habitação surge como uma oportunidade para os seus clientes obterem casas próprias, segundo Fernando Teles.

Para o administrador da Samba, Costa Gabriel, a implantação do BFA no seu município vai contribuir para o desenvolvimento local, ao mesmo tempo que vai proporcionar aos cidadãos oportunidades para fazer poupanças, bem como obter créditos.

Banco de Poupança e Crédito extingue direcção de créditos

Luanda, 04/03 - No âmbito do programa de reestruturação do Banco de Poupança e Crédito (BPC), membros do conselho de administração, directores e chefes de departamentos decidiram hoje, em Luanda, no final do II Workshop, extinguir a direcção de crédito e para o seu lugar criou-se três novas direcções.

Trata-se das direcções das grandes empresas e instituições, das pequenas e médias empresas e o controlo da actividade da Rede Azul e a de particulares e o controlo da rede tradicional.

O presidente do conselho de administração do BPC, Paixão Júnior, salientou ser desejo da sua instituição corresponder com os anseios dos clientes. Para o efeito, disse ser necessário haver uma maior descentralização e maior segmentação do trabalho

realizado em termo de clientes e produtos.

De acordo com Paixão Júnior, com a realização deste exercício, conseguiram transferir uma parte das funções da direcção internacional à direcção nacional, passando a designar-se apenas direcção de operações, pois entendem haver áreas que devem fazer as duas coisas.

Com a reestruturação em curso no banco, alguns quadros serão promovidos, já que a repartição da direcção comercial em três áreas vai precisar de mais gestores, bem como a promoção de mais alguns quadros novos, frisou.

Acrescentou não haver razões para a diminuição do pessoal, pois a actividade do banco cresceu de forma espectacular, daí a razão de corresponder com as necessidades dos clientes e também com a competitividade do mercado financeiro nacional.

No workshop, realizado na manhã hoje, foram analisadas questões ligadas as áreas de negócios, nomeadamente a área comercial do banco quer a ligada às operações domésticas quer a área ligada às operações externas.

Congresso Pro Pace marca início de um processo importante para o país

Luanda, 06/03 - O deputado da União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) Abel Chivukuvuku disse hoje em Luanda que a realização do II congresso Pro Pace marca o início de um processo relevante para o país, que é o esclarecimento à todos os angolanos da importância das eleições.

O político, que falava à margem da missa de encerramento do conclave da igreja Católica, disse que este processo contribuirá para a construção de uma nação unida e democrática, em desenvolvimento que servirá a todos os angolanos.

Segundo Abel Chivukuvuku, é importante que neste processo os partidos políticos se façam conhecer para que os angolanos tenham noção das alternativas disponíveis e em consciência decidam sobre o seu destino e do país.

"Há desafios a vencer e temos que fazer o trabalho para garantir a acalmia no processo eleitoral, temos que desarmar as mentes e a população civil, criar tranquilidade e confiança", realçou.

Já o presidente do movimento Pro Pace, Francisco da Mata Mourisca, fez uma avaliação positiva do congresso, referindo que houve uma participação muito activa, com questões de grande valor e que os oradores estiveram a um alto nível nas suas exposições.

O também bispo do Uíge manifestou a sua satisfação pela cobertura feita pela Comunicação Social, dizendo que foi "muito fiel".

Segundo ele, as conclusões do congresso são o reflexo daquilo que os participantes quiseram.

"A assembleia foi unânime em pedir a extensão do sinal da Rádio Eclésia à todas as províncias. Pretendemos agora levar este congresso às nossas dioceses para que também possam reflectir sobre estes temas e tomar consciência sobre a responsabilidade das eleições", referiu.

O II Congresso Pro Pace da Conferência Episcopal dos Bispos de Angola e São Tomé (CEAST), que desde quarta-feira abordou temas ligados aos direitos humanos e democracia, encerrou esta manhã, em Luanda, com uma celebração eucarística.

Os participantes abordaram, entre outros temas, "Democracia e sua História", "Eleições e Democracia", "Alternância do Poder e Democracia", "Oposição e a Democracia", "A Liberdade de Imprensa e Democracia", "Cidadania e Democracia", bem como "Unidade na Pluralidade".

Este ano o magno encontro teve como convidados o antigo primeiro ministro português, Aníbal Cavaco Silva e do presidente do Conselho Pontifício Justiça e Paz, Cardeal Renato Martino.

Foram oradores o bispo católico Filomeno Vieira Dias, os deputados Bornito de Sousa, Jaka Jamba, Abel Chivukuvuku, Teresa Cohen, Ana Maria de Oliveira, Anália de Victória Pereira, o reverendo Luís Nguimbi, o jornalista Ismael Mateus, entre outros.

ENDIAMA vai duplicar produção de diamantes em 2006

Luanda, 07/03 - A Empresa Nacional de Diamantes de Angola (ENDIAMA) vai duplicar a sua capacidade de produção de diamantes, actualmente calculada em seis milhões de quilates por ano, o que corresponde, em média, a 112 milhões de dólares no próximo ano.

De acordo com o director de comunicação e imagem desta empresa, Sebastião Panzo, a companhia prevê dobrar o seu actual potencial de exploração de diamantes quando entrar em funcionamento, a partir do segundo semestre do corrente ano, a ENDIAMA Prospekção e Produção, assim como cinco outros projectos de extracção de diamantes.

O responsável disse que o projecto de exploração de diamantes da sua empresa, designado ENDIAMA Prospekção e Produção, vai permitir a firma, pela primeira vez, extrair diamantes de forma autónoma e sem a parceria de qualquer outra companhia.

O projecto de prospekção e produção de diamantes da ENDIAMA vai ser desenvolvido na área de Camanjanja, província da Lunda-Norte, e espera-se que o mesmo possa produzir sete mil quilates/ano.

Sem mencionar os demais projectos, Sebastião Panzo acrescentou que Muanza e Kacuilo fazem também parte dos seis projectos, cujo arranque esta previsto para Julho deste ano.

Acrescentou que os projectos irão contribuir, igualmente, para a duplicação das capacidades de produção da ENDIAMA e a existência cada vez mais de maiores áreas de exploração de diamantes, anteriormente ocupadas por garimpeiros ilegais.

Sebastião Panzo notou que a desocupação das zonas onde há diamantes na Lunda-Norte, explorada antes por indivíduos nacionais e estrangeiros, tem sido realizada há mais de oito meses, pela Polícia Nacional, através da "Operação Brilhante".

O Estado angolano perde milhões de dólares norte-americanos em consequência do garimpo praticado, principalmente, por cidadãos estrangeiros em várias regiões do país. Em função dessa situação, Sebastião Panzo salientou que esses espaços serão ocupados pelas empresas concessionárias licenciadas pela ENDIAMA.

Na óptica da fonte, a exploração pelas concessionárias das regiões antes ocupadas por garimpeiros vai beneficiar o Estado, em geral, e os cidadãos, em particular, porquanto irá possibilitar a construção de mais escolas, hospitais, habitações e outras infra-estruturas sociais e económicas essenciais ao desenvolvimento de um país.

A ENDIAMA, sublinhou, tem como grandes intenções, a curto prazo, a par da obtenção de maiores rendimentos com a produção de diamantes, construir uma enorme fabrica de lapidação de diamantes do país, aumentar a formação dos seus trabalhadores, bem como melhorar as condições sócias e de infra-estruturas das comunidades residentes em áreas circundantes as zonas de exploração de diamante.

Angola Press Agency

March 3, 2005 Thursday

Finance Minister On Rigorous Execution of the Budget

The implementation of a process of budgetary execution in a rigorous, speedy, and efficient way by public institution managers will create an environment allowing attainment of macroeconomic stability and sustainable growth of the national economy, said in Luanda the Minister of Finances, Jose Pedro de Moraes.

The Minister was talking on Thursday to Directors, Secretary Generals of ministries, Delegates, Chairmen of Administration Boards and Deans of public faculties, at the opening session of the seminar on "Regulations In The Execution Of The General State Budget (OGE) for 2005".

He said that it is Government's desire, through a transparent and responsible economic policy, to deflect the threat of inflation and ensure sustainable growth, for a harmonious distribution of the wealth.

To attain these results, he added, the Government seeks to direct its economic policy toward four key objectives: 1) To ensure currency's stability for internal balance of the economy, 2) to maintain the capacity of payment for the maintenance of the flow of transactions of merchandises, services and capitals with the international community, 3) improve the distribution of incomes and 4) maintain sustainable growth of Gross Domestic Product (GDP).

Jose Pedro de Moraes added that, to reach these results, it will be necessary to strengthen the link between all state institutions committed with the realisation of the Government Program's macroeconomic objectives, adding that the Finance Ministry, in its capacity as OGE executor, has the coordinating mission which implies the observance of the boundaries for getting internal and external financial resources, saying that there is no space for unlimited, unnecessary or in-advance expenditures.

In this regard, he said, the Ministry will seek to ensure the neutrality of the flows of financial execution of the treasury in the monetary and exchange markets, ensuring a strict action between the finances and National Bank of Angola toward currency stability and solvability of the financial system.

The second phase of this seminar intended for budgetary managers will take place March 7. It will be opened by Aguinaldo Jaime, Minister Assistant to the Prime Minister, and is intended for members of the government.

President Dos Santos Analyses Functioning of Odebrecht Firm

Angola's President Jose Eduardo dos Santos and the chairman of Brazilian company Odebrecht, Emilio Odebrecht, reviewed issues related to the functioning of the firm in Angola.

Mr Odebrecht, at the end of the meeting, told journalists that he had discussed with

President dos Santos if the programs on course, related to the areas of civil engineering, energy, diamonds and water sanitation are effectively in accordance with the Angolan Government's priorities.

He added that the Head of State believes that every program of the company will be implemented in the Southern Africa country.

The chairman of the Brazilian firm stressed that with the consolidation of peace in the country "the Angolans can expect for much more than what his company has been doing in Angola, (...) even during the armed conflict".

The Calgary Herald (Alberta)

March 4, 2005 Friday

Chevron reserves chopped by 6%

ChevronTexaco Corp. said its oil and natural gas reserves fell six per cent last year after reservoir tests in Africa and other regions and assets sales in North America.

Proved reserves fell to the equivalent to 11.252 billion barrels of oil Dec. 31 from 11.964 billion a year earlier, the San Ramon, Calif. -based company said today in its annual report filed with the U.S. Securities and Exchange Commission. ChevronTexaco is the second-largest U.S. oil company behind ExxonMobil Corp.

Reserves are a measure of an oil company's future earnings potential. The filing by ChevronTexaco came after a report earlier today from the Wall Street Journal the company may be interested in acquiring Unocal Corp., the eighth-largest U.S. oil company by sales.

ChevronTexaco said it reduced 2004 reserve estimates in Angola, the Gulf of Mexico and parts of Asia after reservoir tests showed less oil and gas than previously thought, and some wells performed below expectations.

This Day

**March 3, 2005 Thursday
Oil Majors Threaten to Halt Offshore Investment**

Multinational oil companies operating in Nigeria's deep offshore oil region, have threatened to halt further investment in protest against plans to significantly amend the tax laws governing operations in the area.

The threat, if carried out, may affect the \$15 billion expected to be invested in exploration and drilling in Nigeria's deep offshore over the next five years.

The oil majors under the aegis of the Oil Producers Trade Section (OPTS) of the Lagos Chamber of Commerce and Industry, in a joint statement of response to the ongoing review of the Production Sharing Contract (PSC) Decree by the House of Representatives, oppose plans to raise the Petroleum Profit Tax (PPT) regime from 50 percent to 85 percent.

However, the presidency has washed its hands off the proposed amendment to the PSC law, as such a move could erode investors' confidence, and leave Nigeria's strategic oil sector without the multi-national alliances which have been instrumental to many of the successful projects so far achieved.

The OPTS members namely Shell, ChevronTexaco, ExxonMobil, Elf, Agip, ConocoPhillips, Addax and Petrobras, said an upward review in the PSC tax rate, would not only affect investment already committed to deep offshore operations but stall future investment in the deepwater oil industry.

The OPTS in the position paper, contended that reviewing the tax regime would be a breach of contract by the Nigerian government after the companies had committed well over \$10 billion to hydrocarbons exploration in the region.

Under the PSC agreements, all the risks of exploration, appraisal and development are absorbed by the contractor (the oil firms). Consequently, PSCs universally require the State to contractually bind itself (through the national oil company) to guarantee the fiscal terms at the onset of the PSC.

Under the existing PSC law, the country would not earn revenue from oil exported from fields in deep offshore at least in the first five years of production, as the companies are allowed to first recover fully their investment in developing the fields,

before subsequent sharing of the profit with the government.

According to the Chairman of the House Committee on Petroleum, Hon. Cairo Ojoughboh, the agreement posed a threat to revenue generation by the Federal Government. By next year, deepwater fields would account for about 40 percent of Nigeria's total crude oil production and exports.

Industry officials, however, told THIS DAY that given the high risk nature of deepwater offshore operations as well as the sophisticated and high-cost nature of technology to be deployed, the terms agreed under the existing PSCs were in recognition of the necessity for long-term investment.

"How would you tell Shell, which has committed \$3.5 billion on developing the Bonga or ExxonMobil with \$2.5 billion on the Erha field that they cannot recover their costs?" asked an official.

"Any reasonable change in the PSC at all, should apply to new contracts especially those that will evolve from the 2005 bidding round and not for existing contracts," the official said.

However, mindful of the implications, the Federal Government has cautioned against tampering with any of the parameters in the PSC law by the National Assembly without proper consultation with appropriate agencies.

Speaking to THISDAY yesterday on the controversy over the deepwater regulations, the Special Adviser to the President on Petroleum and Energy, Dr. Edmund Daukoru, said care must be taken not to scare away investors from the nation's oil industry which is lately facing stiff competition from emerging regions including the Gulf of Guinea.

"If you structure it (PSC law) in a way that the end result leaves too little for the investor, you will not just get that investor. He will take his money elsewhere," warned the Special Adviser.

"And unfortunately in the Gulf of Guinea we are not alone, there is Angola, Gabon, Equatorial Guinea and there is Cameroon. We are competing, especially Angola which is coming up strongly, we need to be competitive.

Banco de Poupança e Crédito triplica número de clientes em dois anos

Luanda, 04/03 - O Banco de Poupança e Crédito (BPC) aumentou cerca de três vezes mais o número de clientes nos últimos dois anos, ou seja de 120 mil clientes em 2002

para 350 mil clientes em 2004.

Ao falar à imprensa, a margem do workshop sobre a reestruturação do BPC, realizado hoje, em Luanda, o presidente do conselho de administração, Paixão Júnior, salientou que a sua instituição é o maior banco comercial do país por ter durante o exercício de 2004 um resultado líquido de 20 milhões, contra os 12 milhões de dólares de 2003.

De acordo com o gestor, além da carteira de depósitos ter crescido três vezes mais, o número de agências implantadas no país registou um considerável incremento, apesar de não especificar valor neste segmento.

Noutra vertente, mais ligada ao intercâmbio com outras instituições bancárias, Paixão Júnior informou ter já assinado um acordo para financiamentos no país avaliado em 30 milhões de dólares com a sua similar da África do Sul, o Banco de Desenvolvimento da África Austral (DBSA).

Para a recepção deste montante, disse estarem a trabalhar na criação de instrumentos internos para materialização do mesmo e ainda no decurso deste mês ou Abril deverá chegar ao país uma delegação do DBSA para consolidação das relações.

Banco de Poupança e Crédito extingue direcção de créditos

Luanda, 04/03 - No âmbito do programa de reestruturação do Banco de Poupança e Crédito (BPC), membros do conselho de administração, directores e chefes de departamentos decidiram hoje, em Luanda, no final do II Workshop, extinguir a direcção de crédito e para o seu lugar criou-se três novas direcções.

Trata-se das direcções das grandes empresas e instituições, das pequenas e médias empresas e o controlo da actividade da Rede Azul e a de particulares e o controlo da rede tradicional.

O presidente do conselho de administração do BPC, Paixão Júnior, salientou ser desejo da sua instituição corresponder com os anseios dos clientes. Para o efeito, disse ser necessário haver uma maior descentralização e maior segmentação do trabalho

realizado em termo de clientes e produtos.

De acordo com Paixão Júnior, com a realização deste exercício, conseguiram transferir uma parte das funções da direcção internacional à direcção nacional, passando a designar-se apenas direcção de operações, pois entendem haver áreas que devem fazer as duas coisas.

Com a reestruturação em curso no banco, alguns quadros serão promovidos, já que a repartição da direcção comercial em três áreas vai precisar de mais gestores, bem como a promoção de mais alguns quadros novos, frisou.

Acrescentou não haver razões para a diminuição do pessoal, pois a actividade do banco cresceu de forma espectacular, daí a razão de corresponder com as necessidades dos clientes e também com a competitividade do mercado financeiro nacional.

No workshop, realizado na manhã hoje, foram analisadas questões ligadas as áreas de negócios, nomeadamente a área comercial do banco quer a ligada às operações domésticas quer a área ligada às operações externas.

Movicel triplica venda de telefones com a campanha número de borla

Luanda, 04/03 - A venda de telefones móveis da operadora angolana, Movicel, triplicou desde o lançamento da campanha "Número de Borla", em curso há duas semanas.

A informação foi prestada hoje pelo director executivo daquela empresa, Francisco Basílio, realçando ainda que a campanha permitiu a redução dos preços dos aparelhos de telemóveis no país.

Segundo o responsável, em declarações à Angop, a promoção do Número de Borla

trouxe uma baixa de preço e maior concorrência na venda dos aparelhos entre os agentes das operadoras existentes no mercado.

Actualmente, explicou, um telefone celular de boa qualidade pode ser adquirido nos representantes Movitel a um preço equivalente a 110 dólares, incluído um saldo de 20 dólares de chamadas.

Descontado o valor do saldo, como não há custo do número, o aparelho é adquirido a 90 dólares, preço abaixo do praticado na venda de aparelhos iguais em mercados altamente concorrenciais, como o do Brasil, referiu.

A estratégia da operadora, que está a investir no alargamento da sua Rede Digital em todo o país, é facilitar o acesso de maior número de pessoas ao uso do telemóvel.

Nesse contexto se insere a promoção "Número de Borla", que se estende até o próximo dia 15 de Março.

Apontou como outros benefícios aos clientes da Movitel a oferta de 80 Unidades Tarifárias Telefónicas (UTTs) por cada 500 unidades comprados; a queda de preços dos aparelhos em mais de 40 por cento, a extensão da sua presença no interior do país, além da oferta de novos e múltiplos serviços.

A Movitel, gestora exclusiva para Angola do código 912, leva desde 2004 a mais avançada tecnologia digital da actualidade no ramo de telefonia móvel a todas as províncias de Angola, uma tarefa que prevê terminar ainda este ano.

Trata-se, segundo o responsável, da última geração CDMA 2000-1X para fornecimento de Serviços de Voz, mensagens (SMS), MMS, dados e Acesso à Internet.

Benguela: Recomendada uniformização de títulos para concessão de terras

Benguela, 04/03 - A uniformização dos mecanismos de concepção de títulos de terras, tendo em conta a diferença de modalidades existentes em algumas províncias, constitui uma das principais recomendações saídas do seminário íter-provincial sobre "Procedimentos de registo de terras", que vinha decorrendo desde quarta-feira em Benguela, numa iniciativa da FAO.

Os participantes ao seminário solicitaram a uniformização do processo de concepção de títulos de terras, uma vez que as actuais modalidades, sobretudo as que vigoram em Benguela, Luanda, Huíla e Huambo apresentarem aspectos divergentes.

Se materializada, de acordo com o comunicado final, a medida poderá servir de instrumento regulador dos conflitos de terras que ainda se registam no país, um assunto que mereceu especial atenção ao longo dos dois dias de trabalho.

Para a concepção de títulos para exploração de terrenos com mais ou até mil hectares, descreve a nota, é necessária a intervenção do governador provincial, ao que se seguirá a homologação da Direcção local do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (Minader).

Os participantes concluíram que tais processos devem obedecer a outros critérios, como o prévio contacto com as administrações municipais e a representação da estação de desenvolvimento agrário e das autoridades tradicionais.

Participaram na acção formativa representantes do Ministério da Agricultura e de conservatórias das provinciais de Luanda, Benguela, Huíla e Huambo.

Alvarás de licença industrial terão validade de cinco anos

Luanda, 04/03 - O Conselho de Ministros orientou hoje, em Luanda, que os Alvarás de Licença Industrial terão a validade de cinco anos, devendo os estabelecimentos serem submetidos a nova vistoria findo aquele prazo ou, sempre que haja alteração

significativa do projecto inicial ou paralisação da actividade, por período superior a 18 meses.

Segundo um comunicado de imprensa da reunião orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, a resolução faz referência que os estabelecimentos industriais já licenciados devem, no prazo de 12 meses, renovar os seus alvarás e que os estabelecimentos em funcionamento e que, à data de entrada em vigor do presente diploma, não tenham os respectivos alvarás devem requerer a respectiva vistoria no prazo de 180 dias.

Define também que os pedidos de Alvará de Licença Industrial estarão sujeitos ao pagamento de taxas de acordo com o que for fixado em diploma legal aprovado pelos Ministros das Finanças e da Indústria, e que compete às entidades licenciadoras a cobrança e o depósito obrigatório das taxas.

A sessão, segunda ordinária deste órgão colegial do governo, também aprovou o projecto de resolução apresentado pelo Ministério dos Petróleos, referente ao Projecto Angola LNG (gás natural).

Este projecto, explica-se, que pretende iniciar agora a sua segunda fase, é caracterizado pela realização da engenharia de detalhe do projecto, pela realização de poços de avaliação de campos de gás não associado, pela preparação de acordos de venda de LNG, assim como pela elaboração dos acordos finais de fornecimento de gás associado com os Blocos.

Como essa fase requer avultados investimentos, o projecto de resolução visa garantir a concordância do Governo aos termos e condições do Memorando de Entendimento assinado entre a Sonangol e os seus parceiros, sobre o enquadramento legal, estrutura societária, questões fiscais e questões conexas relacionadas com o projecto, que se integra já no quadro jurídico-legal das actividades petrolíferas, recentemente aprovado pela Assembleia Nacional, refere o comunicado.

Relativamente a agricultura, o Conselho de Ministros aprovou o estatuto orgânico dos

Serviços de Veterinária e das empresas SOPIR, SA e SODEMAT, SA, assim como aos princípios para o Modelo de Gestão dos Perímetros Irrigados.

Em relação ao estatuto orgânico dos Serviços de Veterinária, que têm o objectivo de melhorar a saúde e produtividade dos efectivos pecuários e de ter acesso aos mercados internacionais para exportação de animais e/ou produtos de origem animal, aceitáveis para os países importadores, o Conselho de Ministros decidiu que estes devem funcionar como um Instituto Público.

Também foi aprovada a constituição da Sociedade de Desenvolvimento dos Perímetros Irrigados, (SOPIR, SA,) de capitais exclusivamente públicos, e da Sociedade de Desenvolvimento da Matala, (SODEMAT, SA,), com a ressalva de que têm de respeitar a legislação em vigor, em especial a Lei de Terras.

Estas sociedades, segundo ainda decisão do governo, têm em vista encontrar as formas e mecanismos de uma melhor gestão e aproveitamento dos avultados investimentos realizados pelo Estado em perímetros irrigados das províncias de Luanda, Bengo, Namibe e Huíla e na reabilitação do canal de irrigação da Matala.

The Associated Press/LUANDA, Angola

Angolan government approves gas project

MAR. 4 11:17 A.M. ET The government Friday approved a project to build a liquefied natural gas facility in northern Angola valued at US\$4 billion (euro3 billion), officials said.

Manuel Vicente, president of state oil company Sonangol, said the Cabinet gave the go-ahead for the project at its weekly meeting. "This project will bring great benefits for Angola," Vicente told reporters.

The plant is to be built in Soyo, about 300 kilometers (180 miles) north of the capital, Luanda, he said. Sonangol will head the project in cooperation with foreign partners, Vicente said, but declined to provide further details. Sonangol has been developing the gas project for more than two years. The plan involves building pipelines to collect gas from offshore oil platforms. The gas currently is burned off. Officials have said ships could deliver the gas to markets in Europe and the United States. Development of the project has involved Sonangol and the local affiliates of ChevronTexaco, BP PLC, ExxonMobil and Total, though it was not immediately clear if those foreign companies would be directly involved in the venture.

TAAG prevê facturar USD 180 milhões

Leonel Kassana

A Taag poderá arrecadar mais de 180 milhões de dólares, no exercício do ano fiscal de 2004, numa altura em que o optimismo na companhia de bandeira aumenta relativamente ao crescimento do tráfego no presente ano, com a consolidação das operações de frequência adicionais para o Brasil, a ligação à Lusaka (Zâmbia) e a possível abertura da rota Luanda-Accra (Ghana).

A estimativa foi feita pelo director comercial da Taag, João Rodrigues, quando intervinha ontem, em Luanda, num encontro de coordenação comercial entre delegados e chefes de escalas nacionais. “Estamos em crer que o nosso volume de vendas poderá fechar em 2004, acima dos 180 milhões de dólares”, sublinhou, destacando, o desempenho das escalas de Luanda, Lisboa, Paris, Rio, Lubango, Cabinda, Benguela e Huambo.

O ano passado foi “bastante positivo”, segundo o executivo da Taag. Nas suas linhas regulares e não regulares, a companhia transportou 363 mil e 123 passageiros e 11 mil e 698 toneladas de carga, representando um crescimento de 6,4 por cento e 9,7, respectivamente em relação ao ano precedente.

Com 173 mil e 159 passageiros, o tráfego em Angola registou um crescimento anual de 5,7 por cento, enquanto o internacional, com 209 mil e 964 passageiros, ficou em 6,9 por cento, um crescimento de 1,2 por cento.

Quanto ao tráfego de carga, assinalou João Rodrigues, a Taag transportou o ano passado, 1657 toneladas no plano doméstico e 10 mil e 102 nos voos internacionais.

Esses números representam um crescimento anual de 25,7 e 7,5 por cento respectivamente.

050204Performance Receitas aduaneiras crescem 31 por cento em 2004

Alfândega arrecada 828 milhões de dólares

A Alfândega arrecadou 828 milhões de dólares, no decurso de 2004, contra 629 milhões arrecadados no ano anterior (2003), o que representa um crescimento de 31,6 por cento das receitas canalizadas para os cofres do Estado angolano.

Segundo o director nacional das Alfândegas, Sílvio Burity, que procedia ao balanço das actividades da instituição, no ano passado foram perseguidas as metas de redução do custo das importações, apoio ao desenvolvimento da indústria nacional, combate à corrupção e apoio à fusão, além da melhoria do acompanhamento dos terminais de segunda linha.

Os serviços alfandegários tornaram-se mais eficientes no interior do país, mercê da implantação dos sistemas informáticos de processamento dos despachos aduaneiros em províncias fronteiriças, como Cabinda, Cunene e Benguela, bem como da reinauguração da Delegação Aduaneira do Zaire.

No que tange ao crescimento obtido em 2004, Sílvio Burity atribuiu o êxito alcançado no aumento da receita à intensificação do combate à evasão fiscal, aos avanços introduzidos no processamento aduaneiro no Aeroporto e no Porto de Luanda, assim como às mudanças de procedimentos efectivadas também nos postos da DNA no interior de Angola.

As receitas arrecadadas por este órgão do Ministério das Finanças deverão servirão para o sucesso do programa do Governo para a reconstrução de Angola.

O director da DNA acrescentou que estas medidas possibilitaram o crescimento de 284 por cento na arrecadação alfandegária nos últimos quatro anos.

Em 2000, quando teve início o processo de modernização das Alfândegas de Angola, a receita foi de 215,4 milhões de dólares.

O valor arrecadado com a cobrança dos direitos alfandegários nas importações e exportações no país alcançou um novo recorde mensal histórico, visto que se recolheram 91,2 milhões de dólares somente em Dezembro de 2004, equivalente a um quarto acima do obtido no mesmo período do ano anterior (72,5 milhões de dólares).

Receita alfandegária de Angola supera expectativa

Luanda, 03/03 - A receita obtida pela Direcção Nacional das Alfândegas (DNA) canalizada para os cofres do Estado angolano superou a expectativa inicial da instituição, alcançando um crescimento de 31,6 por cento no ano passado.

De Janeiro a Dezembro de 2004, a arrecadação atingiu 828 milhões de dólares contra 629 milhões arrecadados no ano anterior (2003).

Ao fazer o balanço de 2004, o director nacional das Alfândegas, Sílvio Burity, ressaltou que no ano passado foram perseguidas as metas de redução do custo das importações, apoio ao desenvolvimento da indústria nacional, combate à corrupção e apoio a fusão, além da melhoria do acompanhamento dos terminais de segunda linha.

Os serviços alfandegários se tornaram mais eficientes no interior do país, mercê da implantação dos sistemas informáticos de processamento dos despachos aduaneiros em províncias fronteiriças, como Cabinda, Cunene e Benguela, bem como a reinauguração da Delegação Aduaneira do Zaire.

No que tange ao crescimento obtido em 2004, Sílvio Burity atribuiu o êxito alcançado no aumento da receita à intensificação do combate a evasão fiscal, aos avanços introduzidos no processamento aduaneiro no Aeroporto e no Porto de Luanda, assim como às mudanças de procedimentos efectivadas também nos postos da DNA no interior de Angola.

Ressaltou que as receitas arrecadadas por este órgão do Ministério das Finanças deverão ser canalizadas principalmente para contribuir no sucesso do programa do Governo para a reconstrução de Angola.

O director da DNA acrescentou que estas medidas possibilitaram o crescimento de 284 por cento na arrecadação alfandegária nos últimos quatro anos.

Em 2000, quando teve início o processo de modernização das Alfândegas de Angola, a receita foi de 215,4 milhões de dólares.

O valor arrecadado com a cobrança dos direitos alfandegários nas importações e exportações no país alcançou um novo recorde mensal histórico, visto que se recolheu 91,2 milhões de dólares somente em Dezembro de 2004, equivalente a um quarto acima do obtido no mesmo período do ano anterior (72,5 milhões de dólares).

Ministro das Finanças exorta a execução do orçamento com rigor

Luanda, 04/03 - A implementação de um processo de execução orçamental de modo rigoso, célere e eficiente por parte dos gestores das instituições públicas criará um ambiente que permitirá alcançar a estabilidade macroeconómicas e o crescimento sustentável da economia nacional, considerou quinta-feira, em Luanda, o ministro das Finanças, José Pedro de Morais.

O governante falava para directores, secretários gerais de ministérios, delegados, presidentes dos conselhos de administração e decanos das faculdades públicas, na abertura do seminário sobre as normas de execução do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2005.

Disse ser o anseio do executivo, através de uma política económica transparente e responsável, afastar a ameaça de inflação e garantir o crescimento sustentável, para uma distribuição harmoniosa da riqueza.

Para se atingir estes resultados, acrescentou, o governo procura orientar a sua política económica para quatro objectivos fundamentais: Assegurar a estabilidade da moeda, para o equilíbrio interno da economia, manter a capacidade de pagamento para a manutenção do fluxo das transacções de mercadorias, serviços e capitais com a comunidade internacional, melhorar a distribuição de rendimentos e manter o crescimento sustentável do PIB.

José Pedro de Moraes frisou que para o alcance destes resultados será necessário fortalecer o elo entre todas as instituições do Estado, comprometidas com a realização dos objectivos macroeconómico do programa do Governo.

Salientou que o Ministério das Finanças, na qualidade de órgão executor do OGE, tem a missão coordenadora, que consistirá na observância de limites para a captação de recursos financeiros internos e externos, concluindo a partida que não há espaços para gastos ilimitados, desnecessários ou antecipados.

Como consequência, disse, o ministério vai procurar assegurar a neutralidade dos fluxos de execução financeira do tesouro nos mercados monetários e cambiais, garantindo desta forma uma actuação estrita entre as finanças e o Banco Nacional de Angola para a estabilidade da moeda e a solvabilidade do sistema financeiro.

Disse que o sucesso desta empreitada dependerá, em boa medida, da observância de princípios claros e de medidas de coesão adequadas, por forma a se evitar que os défices do OGE escapem ao controlo.

O seminário, dirigido a gestores orçamentais, tem duas fases, estando a segunda prevista para o dia sete deste mês e reservada aos membros do Governo.

“ELEIÇÕES E DEMOCRACIA”

2005-03-03

O presidente da bancada parlamentar do MPLA, Bornito de Sousa, mostrou-se hoje optimista numa grande participação dos angolanos, sobretudo da juventude, nas próximas eleições gerais.

Bornito de Sousa, que foi orador do tema “Eleições e Democracia” no segundo dia do Congresso Pro Pace, disse acreditar “sobretudo na juventude”, que do seu ponto-de-vista terá um papel importante no futuro pleito eleitoral. “Os jovens não podem ficar à espera que os mais velhos resolvam os seus problemas... têm que participar e uma dessas formas de participação é a própria eleição, quer votando quer participando como candidato para futuros deputados e isso é o que me anima a crer que vai haver uma grande participação”.

Em relação a este aspecto, vários intervenientes rebateram esta opinião, apontado o ambiente político menos aberto nas províncias. “Nas províncias não se sabe o que é isso de democracia e estamos perante a mesma situação de 1992 em que as pessoas

votaram sem saber nada sobre isso”, afirmou Fernanda Gomes, membro da sociedade civil na Huila.

Respondendo à questão, Bornito de Sousa disse que a questão se coloca como um problema de educação “e por isso é que estamos a dizer temos que educar e isso têm que ser todos, forças políticas, sociedade civil, Igrejas... é um trabalho em que todos devem participar”.

O PROBLEMA DA RÁDIO ECCLESIA

É foi na senda da falta de informação, que mais uma vez se levantou a questão da expansão das emissões da rádio Ecclesia a todo o território angolano. Alguns dos participantes questionaram o acesso à informação por parte das populações onde não há alternativas. Consideram necessária e democrática a “voz” de outras de rádios para se poder avaliar a informação prestada.

Para Bornito de Sousa não há impedimentos à instalação de rádios em Frequência Modulada, “mas o que não está permitido é o sinal em onda média e onda curta nos termos da lei”. Considera que o assunto precisa de muita serenidade. “Creio que com alguma persistência se vão conseguir saídas para todas essas situações”.

Durante a palestra, o chefe da bancada do partido no poder fez uma incursão às distintas leis eleitorais apresentadas pelos partidos políticos com assento parlamentar, que estão em discussão na Assembleia. Dentre elas referiu-se à lei do financiamento dos partidos apresentada pela oposição, onde esta solicita o aumento das verbas do Estado e de várias isenções fiscais e aduaneiras a todos os partidos sem assento parlamentar, no que considerou de “charme político”.

DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA

Para outra oradora, Teresa Cohen, a sociedade civil deve exercer maior pressão para que os direitos dos cidadãos sejam respeitados na sua plenitude. Referiu que a questão dos direitos humanos não deve ser analisada com “emoção”, mas com mecanismos de pressão que obriguem o Estado a cumprir com o que está legislado. Entre outros direitos, a deputada do Mpla abordou o relacionado com a saúde, onde focou particularmente a pandemia da SIDA referindo que é importante a intervenção da sociedade civil nesta vertente. “O tratamento é agora menos caro, mas ainda é caro e é aí que a sociedade civil deve pressionar”.

Para esta sexta-feira estão previstas outras três comunicações: “alternância do poder e democracia”, “oposição e democracia” e “liberdade de imprensa e democracia”.

(Foto: Dom Oscar Braga, bispo de Benguela; deputado Bornito de Sousa; Pe José Manuel Imbamba, da organização do Congresso)

March 2, 2005

Butler Investments Modernizing Oil Refinery Located in Angola

Butler Investments has completed the initial phase of the engineering and feasibility study for the purchase of an Albany refinery for the government of Angola. The goal of modernizing the refinery will result in the increased capacity to produce 100,000 barrels per day. Butler agreed to the contract with Dunes Capital Ltd. To date, Butler has billed the project over \$3.5

million.

David Lewis has been appointed by Dunes to head up this project, formerly of Occidental Petroleum. Dunes Oil Ltd. is a private English company, with David Williams as the managing director and chief executive.

Butler Investments Inc. is a holding company in the process of consolidating the fragmented engineering market. The company specializes in the construction of oil platforms, oil and gas pipelines and waste disposal plants. The two key target markets for its fabrication services are offshore and onshore oil and gas rigs and the general engineering and construction of refineries, tunnel boring machines and shipbuilding.

Jornal de Angola

3 de Março

Democracia tijolo a tijolo

Dezenas de figuras representativas da sociedade civil, intelectuais e políticos estão desde ontem reunidos no 2º Congresso do Movimento Pro Pace.

Sob o tema genérico “Construtores de Democracia”, o evento pretende, durante quatro dias, debater ideias que concorram para a consolidação da paz e para o reforço da cultura democrática na sociedade angolana.

A abertura do evento ocorreu na tarde de ontem, a qual foi antecedida por uma conferência de imprensa, no período da manhã, em que os seus organizadores procuraram precisar os objectivos pretendidos com a realização do congresso. O 1º congresso do Movimento Pro Pace ocorreu há cerca de cinco anos.

O encontro com a imprensa foi dirigido por Dom Francisco de Mata Mourisca, presidente do Movimento, tendo nele participado igualmente Dom Gabriel Bilingue, seu adjunto.

O presidente do Movimento indicou ter estado na base da realização do 2º Congresso Pro Pace o desejo de contribuir para a consolidação da paz, que foi descrita pelo clérigo como “um menina que precisa do carinho e do amparo de todos nós”.

A Igreja entende haver forte ligação entre a paz e a democracia, pelo que entende ser fundamental para a preservação da paz, a solidificação da democracia. “Um povo solidamente educado para a democracia sabe resolver os seus problemas políticos com a única arma da urna e do voto eleitorais”, disse Mata Mourisca.

Respondendo às questões colocadas pelos jornalistas, os religiosos deixaram claro não ser intenção do Movimento Pro Pace apoiar qualquer formação política, mas empenhar-se na preparação da sociedade para as eleições.

Os religiosos católicos indicaram que tal preparação passa pela disseminação de ideias de tolerância e convivência pacífica, muitas das quais estarão em discussão durante o congresso e serão posteriormente divulgadas.

Em relação à extensão do sinal da Rádio Ecclésia a todo o país, os bispos católicos referiram, na conferência de imprensa, que a questão está a merecer o devido tratamento, e esperam poder ser resolvida brevemente. Disseram ainda que contam com os meios da referida rádio para difundir mensagens de paz e democracia por todo o país.

Outra motivação apontada pelos promotores do 2º Congresso Pro Pace prende-se com a contribuição para a aceleração do combate à pobreza criada no país em consequência da guerra. No dizer de Dom Francisco da Mata Mourisca, “os países ricos são hoje países com democracias solidamente instituídas (...) e são ricos por serem democráticos”.

O primeiro tema do Congresso é “Democracia e Desenvolvimento”, animado por Aníbal Cavaco Silva, ex-primeiro-ministro de Portugal. “Democracia e sua História” é um dos temas agendados para a manhã de hoje e será conduzido por Dom Filomeno Vieira Dias, recém-nomeado bispo de Cabinda.

O tema “Eleições e Democracia” (a ser orientado pelo deputado e professor de direito constitucional Bornito de Sousa) será o último a ser abordado hoje, antecedido da reflexão à volta de “Direitos Humanos e Democracia”, da deputada Ana Maria de Oliveira.

Amanhã, o Congresso vai tratar dos temas “Alternância do poder e Democracia”, “Oposição e Democracia” e “Liberdade de Imprensa e Democracia”, a serem animados por Jaka Jamba, Luís Nguimbi e Ismael Mateus, respectivamente. No Sábado, as actividades dos congressistas serão desenvolvidas apenas no período da manhã, durante o qual a deputada Anália de Victória Pereira vai dissertar sobre o tema “Cidadania e Democracia” e “Unidade na Pluralidade” com Vara Araújo.

O encerramento do congresso será marcado pela realização de uma missa, a ser realizada às dez horas de domingo próximo, na Cidadela Desportiva. A cerimónia religiosa será conduzida pelo Cardeal Renato Rafael Martino (do Vaticano), que chega ao país sexta-feira.

EXPLORAÇÃO REGULAR DOS DIAMANTES VAI INICIAR EM BREVE NO BIÉ

2005-03-02

A concessionária pública das áreas de diamantes, ENDIAMA, licenciou 19 projectos na província do Bié. Em consequência, segundo o Director provincial da Geologia e Minas, Isaac Artur Paulino Do Santos, duas empresas já procederam à assinatura dos respectivos contratos. Trata-se, nomeadamente, das empresas “Dom Kwanza” e “Luaxiti”, que devem arrancar com a produção em final do presente trimestre.

Ao efectivarem o seu plano, segundo o director que falava ao correspondente local da emissora pública no Kuito, estas companhias inaugurarão a exploração regular dos diamantes na região. Até aqui a actividade foi dominada por clandestinos, que aproveitaram a desordem e indefinição sucedânea à guerra civil. Estes sujeitos, imigrantes ilegais na maior parte aliados a protectores nacionais, foram relativamente neutralizados pela “Operação Brilhante”, desencadeada para limpar as zonas de diamantes.

EUA ACREDITAM NO ÊXITO DA CONFERÊNCIA DOS DOADORES

2005-03-02

A embaixadora americana em Angola esclareceu os passos conducentes à Conferência dos Doadores para Angola. No seu ponto de vista, basta finalizar a documentação relativa ao programa de redução da pobreza e ao programa «monitorizado que o governo pretende assinar com o FMI». Depois disso, «teremos espaço aberto para se realizar uma conferência de doadores com êxito», afirmou a embaixadora Cynthia Effird.

O seu país acredita sempre nesta Conferência, insistindo na sua boa preparação, prosseguiu a diplomata, que abordou o assunto durante uma conferência de imprensa realizada ontem em Luanda. «O que importa é ter uma conferência de doadores com êxito e isso requer uma preparação cuidada», declarou. Esta preparação significa, explicou, «que sejam dados os passos necessários para que a comunidade doadora entenda que o seu dinheiro vai ser utilizado para ajudar o povo de Angola». Concorde que «o governo angolano deu muitos dos passos necessários» como o fornecimento da informação solicitada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Agora, completou, «é necessário finalizar a documentação relativa ao programa de redução da pobreza e ao programa monitorizado (que o governo pretende assinar com o FMI)». Depois disso, a seu ver, «teremos espaço aberto para se realizar uma conferência de doadores com êxito».

Comentou que «Angola não precisa de promessas que depois não são mantidas, precisa, sim, de ajuda real que permita que o país se movimente para a frente». Realçou, ainda, que a informação desejada pelo FMI não era só pretendida por esta instituição e a comunidade internacional. «É uma informação de que o próprio governo e o Ministério das Finanças precisam para desenvolver o seu programa económico», reforçou.

A embaixadora abordou este tema candente em resposta à imprensa, que a questionou sobre a recente denúncia das exigências do FMI pelo presidente angolano.

DIREITOS HUMANOS EM CABINDA

O principal objectivo da conferência de imprensa foi a apresentação da parte alusiva a Angola do Relatório Anual (2004) do Departamento de Estado sobre os Direitos Humanos.

Segundo a diplomata, a situação em Cabinda resulta de actos praticados por «militares indisciplinados», mas mesmo estes actos registaram uma diminuição. «Gostaríamos de que este caminho continuasse assim e vamos continuar a ajudar o governo com mais formação na área dos direitos humanos, tanto para a polícia como para os militares», indicou.

PROGRESSOS

Como progressos, o próprio relatório apontou a melhoria no tratamento dos refugiados, a ausência de novos deslocados internos e o facto de não ter sido preso nenhum activista dos direitos humanos. Fez um balanço mitigado sobre a corrupção, reconhecendo por um lado, «aumento da pressão do governo» e, por outro, o frequente pedido da “gasosa (gorjeta)” pelos polícias.

Funcionários dos serviços prisionais tratam os presos de acordo com os montantes financeiros que esses presos podem oferecer, lê-se, também, no relatório. Opinião mitigada, igualmente, sobre o estado da liberdade de imprensa em Angola. O relatório

reconhece haver mais liberdade para os média privados criticarem as acções do governo e cobertura dos média públicos das actividades dos partidos da oposição. Mas, frisa que «é importante que esta liberdade de expressão seja estendida sobretudo às províncias, onde a actividade dos órgãos de comunicação social não é tão livre como em Luanda».

O relatório dá, também, uma atenção especial foi dada às rádios, focando que, para uma parte importante da população que vive nas províncias, «a rádio é a única forma de obter informação»

UNITA DENUNCIA OBSTRUÇÃO DO MINISTRO DAS FINANÇAS

2005-03-01

O grupo parlamentar da UNITA denuncia a obstrução do Ministro das Finanças à procura da verdade sobre os carros de luxo. Ao contrário das suas afirmações no parlamento, o ministro Pedro Morais recusa autorizar as consultas pretendidas pelos deputados junto das direcções deste Ministério.

Os deputados da oposição pediram, há mais de um mês, o verdadeiro custo das tais viaturas junto das Direcções Nacionais do Tesouro e do Património do Ministério das Finanças. «(O Ministro) não se dignou autorizar o agendamento dos encontros pelas respectivas Direcções, solicitados pelo Grupo Parlamentar», referiu uma nota de imprensa da banca distribuída hoje.

A bancada da Unita , prossegue a nota, «denuncia este comportamento que mais indicia encaminhar-nos para um indeferimento tácito da petição (formulada) nos termos do Direito Administrativo». Considera, ainda, que este caso «é apenas um demonstrativo da forma de gestão danosa do erário público, institucionalizada no nosso país, há 30 anos». A bancada reafirma a vontade de «obter mais informação e ver esclarecido sobre a despesa realizada com a compra de duas viaturas blindadas».

De acordo com as suas informações iniciais, os veículos custaram cerca de 850 mil dólares norte-americanos (USD) cada.

REACÇÃO DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

O porta-voz do ministro das Finanças, Bastos de Almeida, insurgiu-se contra esta versão, alegando ter havido somente uma solicitação de visita sem alusão à história das viaturas AUDI. O pedido, acrescentou, foi aceite e o Gabinete do Ministro está a tratar os aspectos práticos, em termos de dia e horário convenientes para a efectivação do projecto.

O porta-voz, que falava à Ecclesia, não esclareceu se uma vez no local, as direcções citadas estariam dispostas ou não a atender os deputados sobre a questão dos onerosos carros. Acentuou somente que tais serviços são públicos, pelo que a sua visita nem carece de prévia autorização especial.

LEIS DE IMPRENSA E DO INVESTIMENTO PRIVADO

Por outro lado, o maior partido da oposição denuncia a violação governamental das leis de imprensa e do investimento privado ao travar o aparecimento de mais rádios em Angola. «Trinta anos depois da sua independência, o país tem uma emissora única de

cobertura nacional e um canal único de TV, com o Governo a não autorizar mais ninguém, em contrariedade à Lei de Imprensa e à Lei do Investimento Privado».

A denúncia vem na sequência de uma digressão efectuada pelo líder da UNITA, Isaias Samakuva, às províncias do Huambo e Bié. A UNITA sustenta que a digressão foi bem sucedida, ao arrepio da opinião apresentada pela imprensa pública e sectores de «discreta ligação com círculos de inteligência do regime no poder».

Cotação Indicativa de Câmbios

Luanda, 28/02 - O dólar americano está hoje cotado, no Banco Nacional de Angola (BNA), a 86,81336 Kz (compra) e a 87,24743 Kz (venda).

No mercado informal ou paralelo, o dólar americano está cotado 84,00000 kz (compra) e a 89,00000 KZ (venda).

MPLA e oposição prosseguem hoje consultas sobre pacote legislativo eleitoral

Luanda, 01/03 - A bancada parlamentar do MPLA reúne-se hoje, no Palácio dos Congressos "10 de Dezembro", em Luanda, com o "grupo dos sete" partidos representados na Assembleia Nacional apenas por um deputado, para a abordagem do pacote legislativo eleitoral que sustentará as próximas eleições, previstas para 2006.

Segundo uma fonte afecta à bancada parlamentar do partido maioritário, o encontro com o grupo liderado pelo deputado do PAJOCA, Alexandre Sebastião André, enquadra-se nas consultas exploratórias que o partido no poder leva a cabo desde a semana passada com as forças políticas reconhecidas no país, visando a concertação de pontos de vista que permitam encontrar consensos.

No primeiro encontro com os partidos da oposição parlamentar alcançaram-se alguns entendimentos sobre o princípio a adoptar na discussão do pacote legislativo

eleitoral, porém, estes recusaram-se a analisar a proposta Agenda Nacional de Consenso que MPLA levou à mesa das conversações, justificando que abordagem das leis que regerão as próximas eleições previstas para 2006 era a prioridade do momento.

Ao contrários da atitude dos deputados, os partidos políticos sem assento no Parlamento, na reunião subsequente, recomendaram maior celeridade na execução da Agenda Nacional de Consenso, um documento elaborado pelo MPLA que define as principais tarefas e metas que Angola deverá atingir nos próximos 25 anos.

O pacote de propostas legislativas em posse da Assembleia Nacional desde Janeiro deste ano comporta as Leis Eleitoral, dos Partidos Políticos, de Observação Eleitoral, do Código de Conduta Eleitoral, do Registo Eleitoral, do Financiamento dos Partidos Políticos e do Direito de Antena.

Bornito de Sousa apela à sensatez para aprovação da agenda nacional de consenso

Luanda, 01/03 - O presidente da Bancada Parlamentar do MPLA, Bornito de Sousa, disse hoje que a aprovação da agenda nacional de consenso, de sua iniciativa, é uma questão de sensatez e patriotismo porquanto visa garantir o bem estar de todos os angolanos.

Por conseguinte, apelou ao bom senso dos partidos políticos da oposição a contribuírem de forma construtiva com opiniões para o seu enriquecimento no sentido de que ela seja aprovada tão rápido quanto possível.

O político defendeu esta tese, em Luanda, no termo de uma reunião que a bancada parlamentar do MPLA manteve com o grupo dos sete partidos, representados com apenas um deputado, na Assembleia Nacional, cujo objectivo foi o de abordar o

pacote legislativo eleitoral para as próximas eleições, previstas para 2006.

Bornito de Sousa, que falava à imprensa, a agenda nacional de consenso tem como objectivo garantir os interesses básicos de cada angolano e desenvolver o país num curto espaço de tempo, pressupostos que estão acima dos problemas de qualquer partido político.

Disse que os encontros tidos com a oposição, têm permitido manifestar a posição do MPLA e esclarecer algumas questões complexas, referentes aos caminhos que Angola deve dar para o seu desenvolvimento, uma vez que já desfruta de paz.

"São reuniões satisfatórias, permitem o diálogo, esclarecer a posição do partido e algumas questões que pareciam, se calhar, bastante difíceis e que não se podiam ultrapassar. Tem estado a se ver nos termos destes debates que é possível discutir e aproximar posições", afirmou.

Esclareceu que o seu partido pretende remeter o documento às comissões da Assembleia Nacional (parlamento angolano) afim de que nas próximas semanas debatam o projecto. "A agenda é basicamente uma proposta para um debate genérico a nível da sociedade".

Por outro lado, apelou aos partidos políticos a disponibilizarem técnicos de modo a trabalharem e apresentarem um projecto único e consensual, capaz de permitir e levar o país ao desenvolvimento tão almejado.

Enquanto isso, o porta-voz do PAJOCA, Fernando Kipiaca, informou que durante a reunião receberam esclarecimentos sobre a agenda nacional de consenso, apresentada pelo MPLA.

"Ela é uma proposta não definitiva, portanto merece a recolha de opinião das forças políticas e sociedade civil afim de sair um plano estratégico para o desenvolvimento do nosso país", argumentou ele para posteriormente frisar que o documento carece de "reparo, porquanto o MPLA propõe linhas mestras, para o desenvolvimento do

país, ambicionado por todos".

O grupo dos sete partidos é liderado pelo deputado do PAJOCA, Alexandre Sebastião André.

A reunião enquadra-se nas consultas exploratórias que o partido no poder leva a cabo desde a semana passada com as forças políticas reconhecidas no país, visando a concertação de pontos de vista que permitam encontrar consensos à volta de questões eleitorais.

O pacote de propostas legislativas em posse da Assembleia Nacional desde Janeiro deste ano comporta as Leis Eleitoral, dos Partidos Políticos, de Observação Eleitoral, do Código de Conduta Eleitoral, do Registo Eleitoral, do Financiamento dos Partidos Políticos e do Direito de Antena.

Combustíveis têm novos preços

O litro da gasolina voltou a sofrer um reajuste três kwanzas em menos de 15 dias. A partir de hoje, o litro de gasolina que antes era comprado a Kz 37,82 passa a custar Kz 40, litro de gasóleo de Kz 27.81 passa para Kz 29,00 o de petróleo de 24,47 passa para Kz 26,00.

Segundo uma nota de imprensa, o gás de cozinha também sofreu reajuste, a garrafa de 12 quilograma antes comprada a 420.48 passa para Kz 444,00

O último reajuste que aconteceu em Fevereiro fixou-se em 11,4 por cento enquanto o de Novembro de 2004 em 70 por cento.

Operadores buscam parceria Chinesa

O encontro de empresários para a cooperação económica entre a China e Países de Língua Portuguesa que se realiza em Luanda de 28 a 30 de Março será mais uma oportunidade para o empresariado nacional poder conquistar novos parceiros que possam conferir capacidade competitiva, sobretudo à busca de capitais.

Sob a égide da Câmara de Comércio e Indústria de Angola (CCA) e do Conselho de Promoção de Comércio Internacional da China (CCPIT) e do Instituto de Promoção do Comércio e de Investimento de Macau (IPIM), o evento vai reunir mais de 100

empresas nacionais e de instituições estrangeiras dos mais diversos ramos.

Até ao momento já confirmaram presença 80 empresas dos quais 65 nacionais, esperando-se que o número venha a subir nos próximos dias, segundo o director do Departamento de Apoio ao Sector Privado da Câmara de Comércio e Indústria, José Alentejo.

Das empresas estrangeiras têm a confirmação de Portugal, Brasil, de Moçambique e Cabo Verde. A decorrer nas instalações da Feira Internacional de Luanda (Filda) o certame de negócios vai ocupar uma área de cerca de 450 metros quadrados.

“Queremos dar oportunidade aos governos provinciais de também fazerem a publicidade dos projectos públicos que têm”, disse o responsável, tendo acrescentado que a organização coloca à disposição mais de 4 metros quadrados para as empresas nacionais.

O acto mais importante da cerimónia é aquilo a que se designa de “Bolsa de Negócios”, um espaço em que as empresas terão de apresentar os projectos publicitando, o que facilitará o contacto directo com outras empresas.

A Câmara de Comércio, a facilitadora, espera das empresas nacionais que sejam capazes de apresentar projectos devidamente estruturados e possam encontrar parceiros que conferem capacidade competitiva, sobretudo capitais, tecnologia e “know how”.

Com isso, segundo José Alentejo vai permitir a concorrência para futuras obras que possam capitalizar as empresas nacionais, contribuindo, deste modo, para o surgimento de um sector privado nacional com capacidade para se constituir num “motor” a fim de uma recuperação económica e do desenvolvimento do país.

Quanto a cooperação económica que Angola mantém com os países da lusofonia, ainda não existe um quadro consolidado, apesar de existirem duas instituições que estão a concorrer para consolidação de laços multilaterais nomeadamente a CPLP e o Fórum de Cooperação Económica e Comercial entre a China e os países de Língua Portuguesa.

José Alentejo acredita que a cooperação está no bom caminho, devido a relação de cooperação bilaterais entre Angola com os países homólogos que já datam de há muitos anos.

Em relação a China, a cooperação caminha bem a julgar pelos investimentos que faz

em Angola, em sectores que poderão contribuir para a reconstrução e o desenvolvimento, no caso dos caminhos de Ferro, energia, telecomunicações e saúde.

Recrutamento de agentes promotores do processo eleitoral inicia este mês

Luanda, 01/03 - O coordenador da Comissão Inter-ministerial para as eleições, Virgílio Fontes Pereira, anunciou hoje, em Luanda, o início em todo país, ainda este mês, do recrutamento e treinamento de agentes que vão trabalhar na educação cívica das comunidades.

O também ministro da Administração do Território, que falava no encontro de apresentação dos membros da Comissão Provincial de Preparação das Eleições (CAPREL), recentemente criada pelo Conselho de Luanda, anunciou que esta fase inicial compreenderá ainda a formação do pessoal, que vai promover e orientar as campanhas, para além de programar tarefas inerentes aos aspectos técnico-logísticos.

Revelou que para as próximas eleições gerais, previstas para 2006, antevê-se a criação de 1.700 brigadas móveis e fixas, integrando sete elementos cada, contra as 1.400 (de cinco) do pleito, realizado de 1992.

Apontou a participação da massa estudantil e não ocupada neste processo como fundamental, particularmente na mobilização das comunidades para sua inserção activa. "O grande adversário dos partidos políticos não será o desafio entre si, mas a capacidade de mobilização dos militantes e simpatizantes para o exercício do voto, evitando-se um número considerável de abstenções, a exemplo das últimas eleições gerais em Moçambique", alertou o governante.

Defendeu pretender-se a realização de um processo eleitoral massivo e transparente,

através do qual Angola possa dar uma grande lição de democracia, pelo que, considerou, a província de Luanda, por albergar, estimadamente, um terço da população potencialmente votante, será um grande polo de atracção do processo eleitoral.

Nos últimos tempos a Comissão Interministerial tem promovido ciclos de visitas de constatação à várias localidades do país, onde tem procurado inteirar-se das necessidades e condições em infra-estruturas para funcionamento das respectivas CAPREL, visando a realização do próximo escrutínio eleitoral.

Hoje visitou a sede da direcção provincial de Luanda da Comissão de Apoio ao Processo Eleitoral, localizada na rua Lénine, no município da Ingombota, bem como estruturas afins no Cazenga, Samba e Kilamba Kiayi.

A comitiva integrou o ministro dos Correios e Telecomunicações, Licínio Tavares, bem como os vice-titulares das pastas das Obras Públicas e do Interior, José Ferreira e Veigas Tavares, respectivamente.

Over 250,000 foreign diamond diggers expelled from Angola

www.chinaview.cn 2005-03-01 14:52:17

LUANDA, March, 1 (Xinhuanet) -- The Angolan authorities expelled over 250,000 foreigners from the southwestern African country last year in a crackdown against illegal diamond miners, a senior government official has said.

Speaking at a ceremony held here on Monday to mark the 29th anniversary of Angola's national police force, Interior Minister Osvaldo Serra Van-Dunem said a total of 256,417 foreigners had been deported in 2004 in the operation against illegal diamond miners, mainly from the neighboring Democratic Republic of the Congo.

Van-Dunem said the Angolan government was "satisfied" at the results of its operation to repatriate foreign diamond diggers, launched at the end of 2003.

Separately, he told Angolan police commanders that their officers needed to be "disciplined and efficient," criticizing the "less dignified" behavior of some policemen that tarnished the image of the force.

Angolan gems are of high quality and each carat can fetch up to 400 US dollars, officials say. The government, which relies almost exclusively on oil for revenue, is eager to develop the official diamond industry.

However, Angola has lost millions of US dollars as a result of illegal diamond prospecting mainly by foreign citizens, according to local reports.

Enditem

ChevronTexaco Announces First Condensate From Angola's Sanha Field

Tuesday March 1, 11:00 am ET

SAN RAMON, Calif., March 1 /PRNewswire-FirstCall/ -- ChevronTexaco Corp. today announced that its Angolan subsidiary, Cabinda Gulf Oil Company Ltd. (CABGOC), has achieved first condensate production from the Sanha Field, located in the Block 0 concession, offshore Malongo, Cabinda province.

The Sanha condensate complex, located approximately 23 miles (37 kilometers) offshore and directly above the Sanha Field, serves as the hub for processing natural gas from the surrounding production facilities. Wells pre-drilled in early 2004 into the Sanha Field, along with those from neighboring fields, are now producing approximately 6,000 barrels of condensate (a light, valuable oil) per day into the Sanha complex. In addition, dry gas is being re-injected into the subsurface to help maintain reservoir pressure and for storage ahead of eventual delivery to the proposed Angola liquefied natural gas facility.

Combined production from the Sanha project, which includes crude oil from the nearby Bomboco Field, is expected to reach its average yearly peak of 100,000 barrels a day of oil, condensate and liquefied petroleum gas (LPG) by 2007.

Commenting on today's announcement, ChevronTexaco Overseas Petroleum President John Watson said: "First condensate from Sanha, coupled with Bomboco first oil, represents a major step toward our goals of bringing the Sanha project fully

on line and helping us to achieve our production growth targets for Africa." Watson added that with the start of re-injection, the company also was moving forward with its plan to significantly reduce the routine flaring of natural gas in Block 0.

The Sanha complex is capable of re-injecting 500 million cubic feet of produced gas per day. LPG production is scheduled to commence early in the second quarter of 2005 when a 32,000 barrel per day LPG floating production, storage and off-loading vessel is fully operational.

ChevronTexaco's managing director of the Southern Africa strategic business unit, Jim Blackwell, stated: "We continue to achieve operational milestones safely, on schedule and on budget. This has been a daunting challenge with the complexities of components being fabricated in Angola, Korea, Japan, and the United States. This is a tremendous achievement for our business unit, and I am proud of the project team's efforts."

Cabinda Gulf Oil Company Ltd., with 39.2 percent, is operator of the Block 0 concession on behalf of its partners: Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol), 41 percent; Total, 10 percent; and Eni Angola Exploration B.V., 9.8 percent.

ChevronTexaco Corp. is one of the world's leading energy companies. With more than 47,000 employees, ChevronTexaco conducts business in approximately 180 countries around the world, producing and transporting crude oil and natural gas, and refining, marketing and distributing fuels and other energy products. ChevronTexaco is based in San Ramon, Calif. More information on ChevronTexaco is available at

www.chevrontexaco.com

Associadas do Bloco Zero anunciam produção de condensados

Luanda, 01/03 - As associadas do Bloco Zero anunciaram hoje, em Luanda, o início da exploração de condensados no Campo Sanha, na zona marítima de Malongo, em Cabinda.

O início da produção de Gás de Petróleo Liquefeito (GPL) está previsto para o segundo trimestre do ano em curso, "quando estiver operacional o barco FPSO (Floating Production, Storage and Offloading vessel)", indica uma nota da ChevronTexaco chegada hoje a Angop.

Em conjunto com o petróleo do campo Bomboco, o Complexo do Sanha devera alcançar um patamar máximo de produção de líquidos na ordem dos 100 mil barris diários.

Especialistas esperam que a produção do campo atinja os 100 mil barris/dia de petróleo, condensados e GPL em 2007.

Prevê-se que as operações da Sanha contribuam de forma significativa para pôr fim à queima rotineira de gás no Bloco Zero.

O Complexo do Sanha é constituído por várias instalações destinadas à produção de condensados e GPL a partir da calote de gás do campo da Sanha e de petróleo, saído dos campos Bomboco e Sanha Norte.

O complexo recolhe, processa e reinjecta o gás associado dos campos adjacentes para a manutenção da pressão e sua preservação, tendo em vista futura utilização.

A associação do Bloco Zero é formada pela Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol), ChevronTexaco-Cabinda Gulf Oil Company Ltd. (CABGOC), Total e Eni Angola Exploration.

A subsidiária angolana da ChevronTexaco, a Cabinda Gulf Oil Company, é a operadora de concessão do Bloco Zero por conta das suas associadas, Sonangol com 41 por cento, Total Angola (10 por cento) e Eni Angola Exploration (9.8 por cento).

Source: ChevronTexaco Corp.

Shields

? What's been reported in the media about IMF

Hoped to do it by october, then hoped to do by janury, so just taken a while to do this. Media made big things of it, but that not how it is on the ground. We are still hopeful we'll be there in a few weeks time. As far as we're concerned, we are still on course, not absolutely there yet, but theres no great significance. We have to get the info straight and it's taking a while to do that. Some of the stuff – headlines don't match story.

?Negative comments by politicians

If you look at precise wording of what they say – no doors being closed. That's quite important. Obviously it concerns us but as far as we concerned, some of the issues the press has raised – not something in our experience on the ground.

?ft story –

timing – we have a board meeting this Friday article IV – in terms of you seeing it – takes a while – normally a PIN published after that, out hopefully within a week, then publication, as long as publication is agreed – a few days after that. May be more material coming your way in a couple of weeks' time. Can't give you in advance.

28th February 2005

Dear Editor or Correspondent

This letter, signed by parliamentarians and non-governmental organisations in Switzerland, Angola and other countries, has been sent today to the Prosecutor General of the Canton of Geneva in Switzerland, M. Daniel Zappelli.

The letter protests the recent decision by M. Zappelli to close an investigation into charges of money-laundering, support for a criminal organisation and corruption of foreign public officials in relation to the rescheduling of debts owed by Angola to Russia between 1996 and 2000.

The signatories believe that the prosecutor's decision to drop the case, despite clear evidence of corruption, is a blow to the credibility of Switzerland's efforts in the global fight against corruption and money-laundering.

For further information, please contact:

Diarmid O'Sullivan, Global Witness
+44-207-561-6363

Sarah Wykes, Global Witness
+242-561-3063

Stefan Howald, Aktion Finanzplatz Schweiz
+41-61-693-1700

M. Daniel Zappelli
Procureur Général
Place du Bourg-de-Four 1, Case postale 3565,
CH-1211 Genève 3.
Switzerland

28th February 2005

Dear Mr Zappelli,

Closure of corruption case P/171/02 against Pierre Falcone

We are writing regarding your decision to close the investigation into charges of money-laundering, support for a criminal organisation and corruption of foreign public officials against Mr Pierre Falcone in relation to the intermediary role played by Mr Falcone and his partner Arcadi Gaydamak and their company, Abalone Investment Limited, in the rescheduling of Angola's debt with Russia from 1996-2000.

We believe that closure of this case is contrary to the public interest, does not uphold Swiss law and constitutes a derogation of Switzerland's international duties to fight corruption of foreign public officials and money laundering.

The closure of the case appears to be based on the argument that there are no victims or plaintiffs. Because the Russian Federation is not complaining of its interests being damaged by the Abalone deal, you have judged that no fraud can have been committed. The decision makes no reference to the central charges on the basis of which the investigation was initiated: money-laundering, support for a criminal organisation and corruption of foreign public officials. It is our understanding that the latter criminal act, as laid out in the Swiss Federal criminal code, Art. 322^{septies}, 'Corruption active d'agents publics étrangers', does not require a complaint from a victim or plaintiff for a criminal investigation to be pursued and for prosecution of charges by Swiss authorities.

There is clear evidence of corruption in this case. According to a list of transactions through Abalone's UBS Geneva account No. CO-101436 reproduced in Global Witness' March 2004 report Time for Transparency, funds from the Angolan state oil company Sonangol were transferred to accounts in the name of high-ranking Angolan officials, to accounts in the name of Falcone and Gaydamak or to companies owned by Mr Falcone such as Brenco Trading Limited, and to a series of obscure offshore companies. Funds also appear to have been subsequently transferred via intermediary accounts to accounts in the name of, or managed on behalf of, Angolan public officials, including

President Dos Santos. Of a total \$774 million paid into the account during 1997-2000, it appears that only \$161 million went to an account marked Russian Finance Ministry.

Elements of evidence in the possession of, or viewed by, Global Witness (see Time for Transparency, pp. 42-44) are as follows:

- A copy of a list of transactions through Abalone's UBS Geneva account. Around \$600 million was transferred to accounts belonging to Falcone, Gaydamak and a series of obscure companies.**
- A copy of report from the French Financial Brigade dated 8 November 2003 outlining a complex chain of fund transfers in August-October 1997 to accounts for three Panamian registered companies at the Banque Internationale de Luxembourg (BIL), Camparal, Dramal and Tutorial via accounts belong to Brenco Trading Limited at the Banque de Gestion Edmund de Rothschild. According to the French police report, the beneficiaries of the Dramal and Tutorial were Pierre Falcone and Angolan official Eliseo de Figueireido respectively. The transfers, totalling around \$98 million, originated from bank accounts in Geneva and included \$48 million from the Abalone UBS Geneva account.**
- A copy of a letter signed by three bankers in 6 April 1998 stating that the beneficial owner of an account at BIL belonging Camparal with account numbers 275748 and 275903 was 'a Mr José Eduardo dos Santos – Luanda, Angola'.**

Nevertheless, it appears that your decision to close the case accepts the defence argument that money transferred from Abalone's account in Geneva to offshore accounts belonging to Angolan officials constituted 'strategic funds' placed abroad in a time of war. This is despite the fact that none of the accounts referred to in the evidence outlined above were accounts set up in the name of the Republic of Angola and with appropriate controls: all were accounts in the personal name of Angolan officials, and most were located in offshore banking jurisdictions.

In this regard, we would also like to draw your attention to the 9 December 2000 judgement made by the Swiss Federal Tribunal in relation to an appeal by the Republic of Kazakhstan, President Nazabeyev and the company Orel Capital Ltd of the British Virgin Islands (1P.581/2000).

In the Kazakhstan case, the Swiss Federal Tribunal noted that funds held in a privately-owned offshore account, claimed by the head of state of Kazakhstan to be public money, could not be considered a priori to be state funds deposited for legitimate purposes. The Tribunal noted the 'highly unusual and complex structure adopted which gave reason to doubt that it served the purpose of ordinary commercial operations' and added: 'suspicions related to money-laundering were strengthened by the unusual character of the structures which had been created, referring to the multitude of transitional accounts and the interposition of a number of front companies' (Global Witness translation).

In the case of the Angolan debt restructuring, we can see an equally complex and opaque structure involving the use of an intermediary shell company and what appear to be several front companies and transitional accounts. Moreover, there is documentary evidence that the Angolan head of state (and other Angolan public officials) profited personally from this arrangement.

Another relevant decision by the Swiss Federal Tribunal was made in reference to the case of former Nigerian dictator Sani Abacha. (1A.215/2004). The Federal Tribunal stated that “the structure put in place by Sani Abacha and his accomplices constitutes a criminal organisation because its objective was to misappropriate for private use funds belonging to the Central Bank of Nigeria, as well as the profit from corrupt practices”.

The Federal Tribunal explicitly stated that an organisation whose aim is to misappropriate state funds for private use as well as profit from corrupt practices is a criminal organisation in the sense of Article 260/3 of the Swiss Penal Code. The same argument can be applied to the Angolan case.

Despite these facts, your decision has drawn a contrary conclusion regarding the suspicious nature of transactions made through the Abalone structure. As such, it offers comfort to politically exposed persons involved in corrupt practices everywhere, and to their intermediaries, by implying that the Genevan justice system regards the transfer of public funds to personal bank accounts in offshore jurisdictions as an acceptable practice.

In addition, we have serious concerns regarding the weight given in your decision to evidence from an ‘expert witness’ that the debt-structuring arrangement using Abalone was of benefit to both countries.

Firstly, we have a priori objections to Mr Cosio-Pascal's testimony on the grounds that; (a) his opinion was commissioned by lawyers acting on behalf of Mr Malkin and hence cannot be considered to be truly independent; (b) no independent third-party opinion was sought by your office in relation to Mr Cosio-Pascal's testimony.

Secondly, we believe that the question of whether the debt rescheduling arrangement appeared to be, on paper, a legitimate restructuring process is not the central issue in this case. What is at issue is the evidence of Angolan public funds being transferred from Abalone's UBS Geneva account to the personal accounts of Angolan officials either directly or via a series of intermediary accounts, or to accounts belonging to Messrs Falcone, Gaydamak or their companies.

However, in its own terms and even without extensive independent analysis, we would raise the following questions in relation to the debt restructuring arrangement:

- **Why did the Angolan government itself simply not sell its oil through a transparent trading arrangement and pay back the Russian debt? In opting for a commercial solution, why would a responsible debt rescheduling process involve a company with no previous expertise in the field of sovereign debt rescheduling and with no assets rather than, for example, a bank with a capital base large enough to support the deal? Exactly what expertise did Abalone bring to this**

arrangement except for the close personal relationship of Mr Falcone to the Angolan President?

- **In what sense was Abalone, as a company with no assets, taking a commercial risk in the arrangement? Effectively, in order to make any financial transactions, Abalone was dependent on revenues from Sonangol. As an assetless shell company, what exactly did Abalone risk?**

Overall, we feel that your decision to close this case sends out an extremely troubling message regarding the commitment of Swiss law enforcement agencies in general, and your office in particular, to the international fight against the corruption of foreign public officials and money laundering.

An article in a recent edition of the Swiss Ministry of Foreign Affairs Bulletin, which makes direct reference to the Abalone case, states: ‘Corrupt dictators the world over chose discreet Switzerland in particular during decades to place their billions [...] Their bad reputation began to seriously damage our image. This is why Switzerland created a system that is unique in the world to detect the assets of despots’ (*La revue du Departement federal des affaires etrangères*, Edition 1/2005).

The decision to close the Abalone case appears to run directly counter to any such attempts to restore Switzerland’s standing as a banking centre, and to Switzerland’s adhesion to international anti-corruption and anti-money laundering initiatives and treaties such as the Financial Action Task Force, the Council of Europe Convention on Laundering, Search, Seizure and Confiscation of the Proceeds from Crime, the OECD Convention on Combating Bribery of Foreign Public Officials in International Business Transactions, the Council of Europe Criminal Convention against Corruption and the UN Convention Against Corruption.

For these reasons, we believe it is not in the public interest that this case be closed, and we would urge you to consider your decision. To do otherwise would represent a dereliction of your duty to represent the public interest and to ensure the enforcement of Swiss law.

Yours sincerely,

Remo Gysin
Nationalrat (BS)

Pia Hollenstein
Nationalrätin (SG)

Stefan Howald
Aktion Finanzplatz Schweiz, Basel

Jean-Claude Huot
Declaration de Berne, Lausanne

Jo Lang
Nationalrat (ZG)

Anne-Catherine Menétrey-Savary
Nationalrätin (VD)

Andreas Missbach
Erklärung von Bern, Zürich

Geri Müller
Nationalrat (AG)

Urs Sekinger
Solifonds, Zürich

Hansueli Stauffer
Afrika-Komitee, Basel

(From Angola)

Luis Araujo
Coordenador da Direccao
SOS-Habitat – Accao Solidaria

António Filipe Augusto
Professor de Linguística Inglesa no ISCED, Universidade A. Neto

Daniel José Domingos "Maluka"
Deputado UNITA, Vice Presidente do G.Parlamentar

Jaime Janganga
Associação MALAMBA

Kinsukulu Landu Kama
Coordenador
Coligacao pela Reconciliacao, Transparencia e Cidadania (RTC)

Carlos Tiago Kandanda
Deputado UNITA

Emanuel Matondo
Iniciativa Angolana Antimilitarista para os Direitos Humanos (I.A.A.D.H. – Angolan Antimilitaristic Initiative for Human Rights), Berlin, Germany

Gilberto Neto
Journalist

Manuel Savihemba
Deputado UNITA

Alexandre Neto Solombe
Deputado UNITA

Carlos Gomes Sucami
Secretario Executivo
Accao para o desenvolvimento, pesquisa e cooperacao internacional (ADPCI)

Vicente Tembo
Deputado UNITA

Lindo Bernardo Tito
Deputado do PRS, Presidente do G. Parlamentar

(International)

William Bourdon
President of Association SHERPA

Henry Parham
Co-ordinator, Publish What You Pay

Simon Taylor
Director, Global Witness

Copy to:

Bundespräsident Samuel Schmid, Vorsteher VBS; Bundesrätin Micheline Calmy-Rey, Vorsteherin EDA; Eidgenössische Bankenkommision, Direktion für Entwicklung und Zusammenarbeit; Madame Martine Brunschwig Graf, Présidente du Conseil d'Etat; Direktion für Völkerrecht, Bundesrat Christoph Blocher, Vorsteher BJ; Valentin Roschacher, Schweizerische Bundesanwaltschaft; Prof. Mark Pieth;

M. Dominique Perben, Ministère de la Justice, France; Mr Stuart Levey, Under Secretary for Enforcement, Office of Terrorism and Financial Intelligence, United States Department of the Treasury; Mr Juan C. Zarate, Assistant Secretary, Terrorist Financing, Office of Terrorism and Financial Intelligence, US Treasury; M Jean-Lous Fort, President, Financial Action Task Force on Money-Laundering; Mr Alain Damais, Executive Secretary, Financial Action Task Force on Money-Laundering; Mr Ryoza Himino, Secretary-General, Basle Committee on Banking Supervision; M. Patrick Moulette, Head of the Anti-Corruption Division, Directorate for Financial and Enterprise Affairs, OECD; Mr Wolfgang Rau, Secretary-General, Group of States Against Corruption;

Liquid Africa

February 26, 2005

Finance Ministry Authorizes Creation of New Insurance Company

Angola's Ministry of Finance has authorized the creation of a new insurance company, "Nossa Seguros, S.A." Nossa Seguros has been approved to provide special co-insurance and re-insurance.

The company will begin operations once it completes its registration with the National Insurance Supervision Registry, which in turn will file the necessary paperwork with ANIP about the investment project.

Liquid Africa

February 26, 2005 Saturday

BPC Investments to Reach \$16 Million

As of September 2004, Angola's BPC bank had total investments of \$11.5 million, and by the end of the year that amount, including revenues, is expected to reach \$16 million.

"We are making substantial investments," Paixao Junior, a Bank spokesman, told local media. He noted that BPC has been investing heavily over the last three years and that it will continue to do so in 2005. "

The Board decided this is the phase for investment only. We are expanding the network and hiring and training staff, among other things," said Mr. Junior.

According to the bank's planning strategy, in 2006 BPC will begin disinvesting so that the bank can start turning profits and distributing dividends to its shareholders.

BPC has 350,000 accounts and a deposits portfolio that covers a 39.7 percent market share in kwanzas and 10.3 percent market share in dollars.

In June 2004 this amounted to \$614 million and \$354 million respectively. Mr. Junior attributed the growth to a change of mentality among Angolans who have started to see the bank as a partner, and to the fact that the Government has mandated that salaries be paid through the banking system.

Apart from access to consumer credit, BPC offers several other financial products such as the Plus Account (with interest paid on deposits, adjusted to inflation), BPC-School (to offer help for education), BPC - Future (for secondary and higher level education), and BPC - Salary (salary advances). BPC's network has 20 ATMs throughout Luanda and their multi-cashier system has 22,674 cards registered

Liquid Africa

February 26, 2005

Angolan National Bank Establishes Securities Regime

The Angolan National Bank (BNA) has established regulations for the issuance of Central Bank Securities (TBCs), as the appropriate instrument to control liquidity in the economy.

According to the Bank's official announcement, TBCs that are issued must be recorded, have an electronic record of custody and financial clearance of operations governed by the BNA.

They must be nominal, freely negotiated and transferable. Maturities must be in seven day multiples, with a minimum maturity of 14 days and a maximum maturity of 364 days.

The nominal value of each bill is established in 1,000 kwanzas, and the amounts negotiated must be in multiples of 10. These bonds can be negotiated in the primary market, with the participation of the issuing entity, banks and other financial institutions authorized by the BNA; and in the secondary market with the participation of financial institutions, corporations and individuals.

Financial institutions may conduct trading operations with the BNA, among themselves and with their clients, not involving repurchase or resale agreements.

The bills will be sold in the primary market for a specific price, defined as a discount on the nominal value for which they will be called upon maturity; they may also be purchased by the BNA, before maturity, in the secondary market in keeping with the conditions existing at the time of purchase.

Oposição extra-parlamentar defende execução de agenda de consenso

Os partidos políticos sem assento no Parlamento recomendaram ontem, em Luanda, maior celeridade na execução da Agenda Nacional de Consenso, um documento elaborado pelo MPLA, e que define as principais tarefas e metas que Angola deverá atingir nos próximos 25 anos.

Os mais de 50 representantes de formações políticas tomaram esta posição no encontro com o grupo parlamentar do MPLA, no âmbito das consultas exploratórias que o partido no poder leva a cabo a respeito do pacote legislativo eleitoral.

Falando à imprensa, o vice-presidente da bancada parlamentar do MPLA, Norberto dos Santos “Kwata Kanawa, disse que, ao contrário dos deputados da oposição parlamentar, os partidos sem assento na Assembleia Nacional apresentaram algumas sugestões para ser incluídas no texto da Agenda Nacional de Consenso.

“Contrariamente ao que aconteceu com os partidos com assento parlamentar, aqui recomendou-se que se acelere a discussão no sentido de se encontrarem os consensos à volta deste documento, que consideram uma boa iniciativa do MPLA”, precisou.

Sobre as leis eleitorais, ele referiu que depois da auscultação sobre os princípios a

adoptar para a discussão do pacote legislativo, cada partido extra-parlamentar poderá elaborar as suas propostas e submetê-las à Comissão para os Assuntos Jurídicos e Constitucionais da Assembleia Nacional, para análise.

Recorde-se que os partidos da oposição parlamentar recusaram-se quinta-feira a discutir já a Agenda Nacional de Consenso, alegando que a abordagem das leis que regerão as próximas eleições, previstas para 2006, afigura-se como a prioridade do momento.

O pacote de propostas legislativas, relativas às próximas eleições gerais, e em posse da Assembleia Nacional desde Janeiro deste ano, comporta as leis Eleitoral, dos Partidos Políticos, de Observação Eleitoral, do Código de Conduta Eleitoral, do Registo Eleitoral, do Financiamento dos Partidos Políticos e do Direito de Antena.

Exxon Mobil's Angolan Kizomba B ahead of schedule

Mon February 28, 2005 12:09 PM GMT+02:00

By Karen Iley

LUANDA (Reuters) - The first oil output from Exxon Mobil Corp.'s Kizomba B project, offshore Angola, could come as early as July this year, helped by the success of its sister project, Kizomba A, industry sources said on Monday.

"If all goes according to plan, Kizomba B will see first oil on July 31," a source close to the project said.

Terry McPhail, Managing Director for Esso Exploration Angola (Block 15), the U.S. giant's fully owned subsidiary, said: "We are ahead of schedule and on track for a start-up later this year."

He declined to give a specific start-up date but said the company had said it expected the field to come onstream in the second half.

With the tension leg platform arriving in Luanda's port earlier this month and the Floating Production Storage and Offtake (FPSO) facility almost halfway along its 90-day tow from South Korea, the major pieces of hardware are almost in place, McPhail said.

"We have a number of sub-sea wells and connecting flowlines that we're installing. After that, it's really a matter of integrating all the components in the field, which we will... complete in time for start-up later this year," he added.

Exxon Mobil built both Kizomba A and B based on the same design, an approach it said not only saved time and money in the engineering phase, but also sped up Kizomba B's development.

"We're going to bring this one on about four months quicker than we brought on Kizomba A, which set an industry record, and there's obviously costs being saved in that," McPhail said, adding that the company saved around \$400 million on Kizomba B.

Kizomba B also posted a better safety record and would reach its full potential of churning out 250,000 barrels per day (bpd) more quickly, he said.

"When we have everything hooked up and ready to start up, we're going to be able to bring on Kizomba B at a very quick ramp-up rate. We expect to be at or near design capacity of 250,000 bpd around the end of the year."

URGENCY

Asked whether oil's push to \$50 a barrel had added a sense of urgency to get Kizomba B up and running, McPhail said the \$3.4 billion investment was not made on the basis of today's prices.

"We tend to not manage our business -- this project or others -- on the basis of short-term prices," he said, adding that the company focused on safety and bringing the facility on smoothly.

Like its sister project, which started pumping oil last August, Kizomba B has estimated recoverable reserves of around 1 billion oil equivalent barrels.

Block 15 would make a significant contribution to Angola's production growth over the next year, McPhail said, but it was also eyeing other developments and expected the country to become increasingly important to Exxon Mobil.

Angola has topped 1 million barrels per day of production, making it the second-largest oil producer in Sub-Saharan Africa.

Esso has a 40 percent equity stake in Block 15, partnering BP, which has 27 percent, ENI which owns 20 percent and Statoil with a 13 percent interest. Angolan national oil firm, Sonangol, is the concessionaire.

The U.S. giant also has interests in Blocks 17, 31 and 32, and is the operator in ultra-deepwater Block 33.

ANGOLA: Transparency essential for credible polls

28 Feb 2005 16:51:11 GMT

Source: IRIN

LUANDA, 28 February (IRIN) - Transparency and a clearly defined role for an independent electoral commission are vital if Angola is to avoid the mistakes made during its last national poll more than a decade ago, a former election official told IRIN.

Onofre dos Santos, an Angolan lawyer with close links to the opposition FNLA, and director-general of the national election council in Angola's 1992 elections, did not foresee a return to conflict.

But he feared that the lack of a transparent process could lead to delays in the electoral timetable, with frustration and unrest among opposition parties and, ultimately, political instability.

Angola's last ballot, held during a brief lull in the fierce 27-year civil war, was deemed generally free and fair by the international community, but the then rebel group and now opposition party, UNITA, contested the results and returned to war against the ruling MPLA party.

Angola has been at peace since April 2002, and is to hold national elections next year, but some observers caution that it is slipping behind in its groundwork, a comment Dos Santos said could still prove valid.

"Angola is preparing right now - we have electoral projects from all political parties, which is a good sign that Angola is going in the right direction. Is it going at the right speed? I have my doubts," he told IRIN ahead of the launch of his book on the 1992 elections, titled 'A Lesson for the Future'.

"The key to change [the] bad reputation of the 1992 elections is to train people; to increase the capacity of ordinary people to understand the electoral process," he said.

"When everyone thinks about elections they only think about results, and only of favourable results. What we need is to make sure that the results are the expression of the real will of the people."

Opposition parties and civil society groups are already voicing their concern that the process running up to the 2006 ballot is unclear and unfair. The chief bone of contention is the creation and mandate of an electoral commission, which should be independent and take care of all the stages, including the critical task of voter registration.

However, the MPLA has said that registering electors - a huge undertaking in a country where many who fled fighting during the war still have no identity documents - is a job for the government. Indeed, the government announced earlier this month that it planned to start registering voters in May.

According to Dos Santos, only the government has the requisite personnel and know-how for such a task, but he stressed that an independent national electoral commission should be created in time, and with sufficient supervisory powers to scrutinise the process.

"If they start [voter registration] in May, I believe that May will be the last date to appoint the [electoral] body. Not only that, but also organs in all the provinces, municipalities and communes, because if not, supervision cannot be effective," he commented.

Aside from the independent commission, the former election chief urged opposition parties to start training enough members to detect irregularities, fraud and misconduct to cover an estimated 6,000 or more polling stations.

Transparency, he argued, was the single most important factor in ensuring that the electoral process remained credible and acceptable to parties from across the political spectrum.

"I believe that the government is already doing a lot of preparation for the elections, and it is important for the other political parties to know what has been done and to give their approval," he said. "It is very easy to raise suspicions among the political parties concerned..."

Dos Santos, who has monitored elections on behalf of the UN in far-flung places such as Bangladesh, Vukovar and Lesotho, defends some controversial ideas in his book.

He supports the idea of delaying a new constitution until after the polls, and holding separate legislative and presidential ballots - a possibility raised by President Jose Eduardo dos Santos, but which has so far failed to find favour with opposition groups, who suspect it is a ruse to ensure his re-election.

"We gain in that, by having legislative elections first, we will have a new elected parliament that would be in a more legitimate position to approve a new constitution, including the future powers of the executive and the election of its main organ, the president," he said.

"This is what I always considered good sense, provided, of course, it is not [used as a] pretext to postpone the ... elections."

Now practicing law in Portugal, Dos Santos hopes his 300-page book will show how to avoid past mistakes.

"We need to know exactly what was done not so well in the past, to try to have ideas about what we can change to make things work better. This is the purpose of the book," he said.

ANGOLA: Govt must act now on AIDS, warns UN envoy

28 Feb 2005 17:11:19 GMT

Source: IRIN

LUANDA, 28 February (IRIN) - Angola will have to make an epic effort in both preventing and treating HIV/AIDS related illnesses if it is to escape the dismal fate of many of its neighbours, a senior UN official told IRIN.

Stephen Lewis, Kofi Annan's special envoy for HIV/AIDS in Africa, spoke to IRIN after spending a week in the southwest African country which, ironically, thanks to its 27-year civil war, has the lowest infection rate in the region.

"Angola is at the moment on the knife's edge - Angola will either plunge into the abyss of the devastation of the pandemic, or Angola will undertake a Herculean prevention effort and keep the prevalence rate low," Lewis told IRIN.

The most recent data on the country, a 2004 survey by the Centres for Disease Control (CDC), showed a prevalence rate of just 2.8 percent, far less severe than many had expected. With the return of many of the country's four million refugees and internally displaced after the end of the conflict, many aid workers and health experts had feared the figure would be higher.

But while the country's average is relatively low compared to neighbouring Botswana (37 percent), Zambia (17 percent) and Namibia (21 percent), in certain parts of Angola, especially along the borders, the HIV/AIDS prevalence rate has begun to creep up.

"I would not take issue with the CDC study, but there is anecdotal evidence as you move around the country which suggests that there are pockets ... [where the HIV/AIDS prevalence rate is] much higher," Lewis said.

The southern province of Cunene, bordering Namibia, has a prevalence rate of about 9 percent. After touring the region, Lewis noted that 12 to 15 percent of the women visiting antenatal clinics were HIV positive, as were 18 percent of those attending the testing and counselling centre during the last several months. Between August and December last year, 24 percent of all admissions to the state-run hospital in the provincial capital, Ondjiva, were AIDS-related illnesses.

"You can sense when you are there that the figures may be rising," Lewis said.

He praised the Angolan authorities for their commitment, but warned that if the disease were left unchecked, the country would face a war even "more terrible than the civil war which has now ended."

"They [the Angolan authorities] will be reeling with the assault of the force of the pandemic. When it grips the heart of a country it is ferocious and devastating; everything crumbles before it and only a super-human effort can resist it - that is the challenge that faces the government now," he noted.

Lewis said Angola was about to receive a helping hand of about US \$90 million from the Global Fund to Fight HIV/AIDS, Malaria and Tuberculosis (TB), which will fund part of the government's \$160 million national strategic plan for HIV/AIDS, expected to be finalised within the next two months.

As part of its implementation, the UN Development Programme (UNDP) would ensure the money was distributed to the people and areas most in need.

Avoiding escalation was crucial. "I think the urgent priority is prevention ... [it] should be focused on the high risk groups - the returning refugees, the truck drivers, commercial sex workers, the army, the street children - all those groups where there is a significant prevention need and where the pandemic can spread quickly," Lewis stressed.

As part of preventive measures, rolling out voluntary counselling and testing (VCT) centres and educating the population about the risks of the disease and how to avoid them, would be key.

"We were sitting listening to people [with HIV/AIDS] pour out their hearts. Time and time again they talked about information; they made it clear that what they felt was needed in the country was much more radio, much more television ... billboards and print and messages circulated through the schools and the communities," Lewis said.

The UN Children's Fund (UNICEF) believes that nine out of 10 young people aged between 15 and 19 have insufficient knowledge about the disease, and more than two-thirds do not know that using a condom could prevent infection - especially worrying in a country where the youth are sexually precocious.

"Angola is at the early stages of awareness-raising; it's behind other countries - that is absolutely true," Lewis noted.

"The best preventive vehicles, in my experience in Africa, tend to be the age group 15 to 24, who move from school to school and community and community, using drama, drums, song, dance ... all the cultural artistry of a country, to convey very effectively and straight-forwardly the message around sexuality. A lot of that has to happen in Angola," he added.

The need to treat the disease was also vital to install a sense of hope among those living with HIV/AIDS.

"If you're going to encourage the rolling-out of prevention of mother-to-child transmission or VCT centres, then the treatment will give people a lot of hope," Lewis pointed out. "When they get tested and [find] they are positive, they will know that it's not a death warrant."

He urged the Angolan authorities to learn from success stories in Uganda, which had managed to slash its prevalence rate to 6 percent from around 30 percent in the late 1980s, and Senegal, which had also effectively controlled its HIV/AIDS problem.

"There could be a triangle of hope where Uganda in the east and Senegal in the west join with Angola in the south as three models of maintaining and confronting the pandemic successfully," he said.

"Countries facing the devastation of the pandemic seldom have this phenomenal choice."

28 de Fevereiro

Editorial: O crescimento que vem do Oriente

A parceria entre Angola e China é uma opção de cooperação com fortes perspectivas vantajosas para o país, sobre a qual vários autóctones têm estado a pensar. "Os dinheiros da China", o "apoio financeiro da China a Angola" e "obras feitas por chineses" são apenas algumas das muitas alocações associadas à reconstrução e ao desenvolvimento do país que parecem ganhar uma ligação umbilical com o império do oriente.

Na verdade, embora o "Dossier China" ainda não seja de conhecimento generalizado, parece crescer a ideia de que algo de bom está a vir da civilização mais antiga e estável do mundo.

Ao falar dos ventos de apoio à estabilização e ao crescimento que sopram do Oriente, afigura-se quase inevitável falar sobre a indefinição climática do Ocidente. Com efeito, eis que três anos são passados desde que Angola conquistou a paz, sem que se consiga divisar no horizonte a concretização das promessas de apoio que durante a guerra vinham do Ocidente.

Uma dessas promessas é a da realização de uma conferência de doadores a favor de Angola, que – em arrepio da solidariedade que é suposto animar a relação entre os estados estáveis e aqueles que saem de uma situação de guerra – continua a ser negada ao povo desta terra. Vários são as desculpas e os subterfúgios apresentados pelos que se têm furtado a esta corrente de ajuda, muitos estados declaram-se favoráveis à realização de uma Conferência Internacional de Doadores para Angola... a verdade é que o povo angolano tem continuado basicamente isolado na luta pela compensação das perdas e retrocessos causados por cerca de quatro décadas de guerra.

Esta situação tem sido tida como sendo injusta por várias figuras do país e do estrangeiro. Uma dessas personalidades é José Eduardo dos Santos, que na qualidade de presidente do partido no poder lamentou o facto de muitos países pretenderem condicionar o seu apoio a certas contrapartidas políticas e económicas que entendidos na matéria consideram algo atentatórias a auto-

determinação da nação angolana.

Felizmente, tal comportamento não é adoptado por todos.

Retomando o fio à meada, da China parecem chegar apoios não condicionados e, presumimos, sem juros avassaladores. Na verdade, a cooperação entre esses dois países será ainda mais alargada e reforçada depois da visita ao país, ainda em curso, de Zeng Pei Yan – vice-primeiro ministro daquele país – e da realização de uma reunião empresarial Angola-China, prevista para o próximo mês.

Não parecendo ser intenção do país excluir seja quem for da cooperação para a reconstrução e desenvolvimento, é de aplaudir que, para efeito de ajuda, apenas contam os que para tal se dispõem. Aliás, o facto de a China ser o mais antigo e estável império do globo e a economia que mais cresce no mundo leva-nos a crer que tal cooperação cujas bases foram lançadas no tempo da luta anti-colonial venha a redundar em grandes vantagens para o país, rumo ao crescimento económico e desenvolvimento sustentável.

PRESIDENT JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS

MESSAGE TO THE NATION

Luanda, 30 December 2004

Angolan people Dear compatriots

The embrace between brothers took place on 4 April 2002, sealing the peace agreement and laying the foundations for national reconciliation.

As we move on from that date, Angolans are overcoming traumas, mutual distrust and other ills caused by many years of armed conflict. Members of families that were dispersed are now coming together again. In settlements, villages, towns and cities, people and communities are reorganising themselves in a spirit of tolerance and forgiveness, with their eyes on the future.

No one wants to return to the past, which was filled with suffering, mourning and sorrow. In a spirit of peace, concord and social harmony, Angolans want to transform the present, train the people the country needs and change their immediate environment, so that everyone may have a better life.

This desire implies a responsible attitude towards ones fellow citizens, life and society. It also implies being able to situate ourselves in the space and time in which we act, in order to choose the road we want to take.

We belong to a nation and state in the phase of consolidation. Each of us has come from a community of habits, usages and customs, moral principles and cultural values that are interlaced with those of other communities through common features or assimilated principles and values that form our cultural reality and our identity.

We do not live in isolation. We are in contact with the cultures of other peoples and, therefore, we are all subject to reciprocal influences.

Our times have seen the victory of the market economy. The capitalist mode of production has been established in almost every country in the world. The main area of political and party differences and disputes between right and left has become the system of distribution and redistribution.

The characteristic feature of the process is the concentration of wealth and economic power in a small number of families and companies. This is reflected, in backward countries like ours, in economic, commercial and contractual relations established on the basis of inequality, injustice and the successive losses of the weakest. Political and social stability has therefore come to depend on the wisdom and ability with which the contradiction between capital and labour is handled.

There is also terrorism and the use made of certain religions, which are held to be means of creating instability, to impose norms of civilisation and the supremacy of powerful radical economic groups. It is within this adverse context

that we need to know how to build the present and the future and to defend Angola's political, economic, social and cultural interests.

Angolans naturally want a decent life with wages that provide access to food, housing, clean water, electric power, education, culture and leisure time. Achieving the dream of wellbeing and constant progress demands hard and protracted work by us all. That work may last decades, but the important thing is to start, to persist and to make a correct assessment of the road and of the means of getting there.

I place my confidence in our trained people. I believe that the best people who are going to emerge in the fields of science, technology and culture will be capable of guiding and organising everyone's efforts in the material and spiritual construction of our future. On 11 November this year, in the city of Namibe, the goals we are going to pursue in the next two years and the programmes drawn up to achieve them were outlined. We are determined to achieve development and good management of human resources, a pronounced increase in the production of goods and services and, therefore, an increase in wealth, a fairer taxation policy and a policy of remuneration and social protection that guarantees the balanced redistribution of national revenue.

As regards the social agenda, we emphasise efforts to improve our health figures and to conduct a more vigorous fight against the major endemic diseases, namely, malaria, tuberculosis, HIV/Aids and sleeping sickness.

The available capacities and national resources are not sufficient to ensure the successful achievement of all our intentions. To the principle of good governance we must add the diversification of international cooperation. We need to seek international partners who cooperate with us, at the institutional and company level, on a more balanced, fair and innovative basis, with mutual advantages, and enable us to give spectacular momentum to the reconstruction of the country and all-round national development.

Dear compatriots

Angolans will be called to the polls in 2006, to exercise their right to vote and, in a competitive election process, freely choose their legitimate representatives. It will be a historical moment of great responsibility, when fundamental options related to our future will also be made. It will be a good thing if, already in 2005, space and time are given to dialogue and debate to help to define some of the parameters to serve as general signposts for that future.

I am referring to a series of principles, ideas, values and long-term objectives with which all Angolans identify, which could constitute a commitment by politicians in respect of Angola's future. This could doubtless be a good source of inspiration for party election programmes and a guarantee of our having clearly defined targets, so that the country takes the right path. Finally, I express my thanks to all those who have ceaselessly contributed their efforts to keeping the flame of peace alight and taking the spirit of national reconciliation to ever greater heights.

My thanks also to all those who have stayed in their workplaces, performing their duties with zeal and dedication during this festive season. I want us to make an enthusiastic entry into 2005, the year of the thirtieth anniversary of the founding of the Republic of Angola. Let us transform the country into an immense working site of which we can be proud, celebrating next 11 November with joy.

Season's greetings and a prosperous New Year!

Angola Press Agency

February 23, 2005

SADC Electoral Processes Conference Continues

The National Conference on "Principles and Electoral Processes in SADC" and their implications to Angolan general elections, continues today in Luanda, under the Electoral Network and the National Democratic Institute (NDI).

The conference that started Tuesday, is taking place on the premises of the Catholic University of Angola (UCAN), and is tackling today, its second and last day, such topics as the law and systems that regulate polls, the civil society and elections, elections supervision and the launch of the book "1992 Elections - Lessons For Future".

The session will be addressed by experts Pinto de Andrade, Carlos Sucami, Onofre dos Santos, Barbara Smith and Iina Soiri, facilitated by the Electoral Network

officials, including Francisco Alberto Tunga, Miguel Sebastiao and Leonardo Pinto.

On the first day, members of organisations associated with the Electoral Network tackled the various components of the independence of the National Electoral Council", electoral principles in SADC and analysis of electoral processes, based on the experiences of Botswana, Malawi and Mozambique.

The session was addressed by Onofre dos Santos, Augusto Santana, Carlos Sucami, Isidoro Cambamba, Fatima Fonseca Aguiar and Isabel Emerson.

The "Electoral Network" is a consortium of 30 Angolan Non-Governmental Organisations that seek to contribute for free and fair elections in the country. It deals in projects in areas of civic and electoral education, electoral conflicts prevention and advocacy.

In its turn, the National Democratic Institute (NDI) is a not-for-profit American organisation that has as its task to strengthen and expand democracy across the world. It provides practical assistance to political leaders enabling them to deal with democratic values, practices and institutions.

It works with democrats in the establishment of political and civic organisations, protection of elections and participation of citizens, openness and governments accountability.

Lloyd's List International

February 25, 2005

Global trade growth held back by port congestion: Manufacturers wary of some cargo routes

PORT congestion is turning into a major impediment to trade and economy, a new study by Drewry Shipping Consultants and HypoVereinsbank's shipping division has shown.

"Over the next few years, capacity bottlenecks will increasingly act as a brake on the growth of international trade," said Ingmar Loges, head of HVB Global Shipping, on the release of the study in Hamburg.

"The bigger the hinterland that a port has to serve, the higher is the danger of congestion," said Eva-Maria Busch of Drewry.

Even in efficiently organised ports such as Hamburg, feeder ships had been diverted or forced to accept long waiting times during peak season last year.

Ms Busch added that the global problem was already having effects on industrial manufacturers rethinking their outsourcing strategy. US textile producers, for example, were showing signs of relocating production from East Asia to southern Mexico as a direct consequence of import delays through port congestion, she added.

Owners and ports should be aware that their business was under threat, Ms Busch warned. A massive shift of production from East Asia to the emerging eastern European countries, for example, would seriously affect the east-west trades. In continental Europe, port congestion was also leading to cargo being shifted back from sea to road, contrary to general ambitions.

In China, particularly, the situation is likely to get worse over the next five years, not only because of the Chinese economy growing further, but also because planning processes for new terminal capacity are likely to tighten, resulting in longer building times and higher costs.

For a short-term solution, HVB and Drewry have identified three options: feeder services and regional ports must be used to a greater extent. Smaller ports have to be included in mainline services. New services should be introduced calling at regional ports only. The latter trend was already showing on the eastern Mediterranean-Far East route, the study found. There are at present five regular services, compared to none only two-and-a-half years ago.

The study also compiled a list of the 30 most utilised ports in the world - though most of them are not among the top ports for global trade. The five leading ports in this list - Nassau/Bahamas, Point Lisas/Trinidad, Freeport/US, Luanda/Angola, and Dan Dong/China - all have utilisation ratios above 400%. The most utilised port in Europe is Funchal/Madeira, with 385% of actual capacity.

As the key factor for capacity, Drewry chose quay length.

Media Institute of Southern Africa

February 23, 2005

Director of Government News Agency Threatens to Shoot Journalist

On December 16 2004, a director of the government news agency Miguel de Carvalho threatened to gun down a journalist working for the weekly independent newspaper "Agora".

In an article recently published, "Agora" director and journalist Aguiar dos Santos said de Carvalho threatened to pull a gun and shoot him in the leg. The threat emanated from a series of articles the paper had been running on alleged corruption and mismanagement at the news agency.

Early February 2005 President Jose Eduardo dos Santos appointed de Carvalho as Vice-minister of Information, just two months after the incident.

"Agora" is one of the major weekly papers in the country often seen as very accurate and balanced. It has a reputation for running stories on corruption and bad governance in the country.

"It would not be to kill, but I can shoot in the leg", Dos Santos quoted de Carvalho as

saying. He also said there were many eye-witnesses as the incident took place in a public place.

"Agora" has been reporting consistently on allegations of corruption and mismanagement at the government news agency. Many journalists and other media worker at news agency, ANGOP, have also accused de Carvalho of corruption and mismanagement.

De Carvalho was a high ranking official in the Angolan army and a former intelligence chief in the northern province of Malange. According to dos Santos, Miguel de Carvalho was part of a massive killing campaign in 1977 after an alleged coup against the first Angolan President Antonio Agostinho Neto. More than 30 thousand people are believed to have been killed.

De Carvalho has been at the head of the government news agency for 14 years.

José Pedro de Moraes Depois de haver aprovado uma legislação que desencentiva a importação de carros de ocasião, uma decisão que não é certamente alheia ao surgimento da Ancar, Automóveis de Angola, o ministro das Finanças, Jpm, tem já entre os seus planos imediatos uma decisão que criará, seguramente, enorme descontentamento entre os concessionários de automóveis. José Pedro de Moraes pretende isentar a Ancar de impostos de que não costuma abrir mãos. Trata-se, nomadamente, do imposto industrial sobre a importação dos materiais. Além disso, a Ancar ficará, igualmente, isenta do pagamento de direitos portuários e das obrigações alfandegárias. Em suma, o que vem aí é um regime de favorecimento escandaloso de uma empresa, que tem a felicidade de ter entre os seus accionistas alguns membros das famílias reinantes. Num país em que não é permitida a entrada de um simples computador sem o pagamento dos devidos encargos aduaneiros, as isenções que Jpm se apresta a atribuir à Ancar soam a escândalo. E do grosso!

050226-0304

Segundo consideram fontes do Semanário Angolense

Carros «Made in Angola» são projecto empresarial politicamente perverso

Sousa Neto

Todo o angolano de rendimentos médios pode ter um carro novo desde que seja Volkswagen ou Skoda

Um regime geral de isenções fiscais e outro de incentivo às aquisições envolvendo um sindicato de bancos, tal como a associação de empresas ligadas à família do presidente José Eduardo dos Santos e ao Mpla, no que será uma aposta destinada a conquistar apoio eleitoral para a campanha de 2006, são factos que estão a gerar fortes temores de quebras generalizadas das vendas entre os concessionários do ramo automóvel, a favor da Ancar Automóveis de Angola.

Já a partir de Abril, a Ancar começa a montar em Angola automóveis das marcas Volkswagen e Skoda, depois de ter instalado em Viana (Luanda) linhas que resultarão numa produção diária inicialmente cifrada em dez automóveis por dia, mas que daqui a três anos darão uma produção de 160 veículos desses por dia e mais de 40 mil por ano.

O regime fiscal que regerá o funcionamento da Ancar nos cinco primeiros anos isenta a empresa do pagamento de direitos alfandegários e portuários, sujeitando-a apenas ao pagamento de um imposto de selo sobre as suas transacções totais.

A Ancar está desobrigada de pagar direitos sobre os equipamentos destinados à instalação das linhas de montagem, o imposto industrial, impostos sobre os kits (que são veículos pré-montados e seus sobressalentes) e também os direitos portuários.

Isso foi dito ao Semanário Angolense pelo presidente do Conselho de Administração da Ancar, Hans Christian Lengfeld, que revelou que as autoridades decidiram atribuir aos kits para montagem de veículos a mesma interpretação que a pauta aduaneira concede às matérias primas.

Essa notícia soou como um autêntico trovão nos ouvidos dos representantes do comércio automóvel em Angola, desde há muito inconformados com a enorme carga fiscal que recai sobre os automóveis importados.

«É aceitável que seja concedida à Ancar isenção de direitos para montar e equipar a fábrica», disse ao Semanário Angolense um representante da Toyota de Angola, o concessionário que lidera as vendas no mercado angolano com uma quota de mercado de 20 por cento, «mas é inadmissível que as isenções abarquem também os kits».

De acordo com esta última fonte, tal significará que o fabricante venderá automóveis não taxados, logo, a preços mais competitivos que os seus concorrentes, obrigados a imputar direitos que variam de 20 a 38 por cento sobre os preços dos veículos.

«Isso é muito bom, será muito bom para eles, mas muito mau para nós», considerou a fonte que declarou que tal conformará uma situação de «concorrência desleal», para cuja eliminação a Toyota de Angola haverá de «lutar» no quadro de esforços que pode vir a solicitar que sejam feitos a nível da associação nacional de concessionários do ramo automóvel.

«Se houverem isenções para os kits, vamos lutar a nível da associação (dos concessionários de marcas de automóveis) para as eliminar», declarou a fonte. Porém, se esses concessionários forem bem sucedidos e conseguirem que o Governo imponha cargas fiscais sobre a produção da Ancar, o que é uma possibilidade remota pelo menos até ao fim dos primeiros cinco anos, nem mesmo assim poderão impedir que as vendas do construtor angolano superem as da concorrência. O projecto tem um pendor comercial de alta minúcia.

Segundo revelou Hans Christian Lengfeld ao Semanário Angolense, as vendas da Ancar serão beneficiadas por uma empresa financeira que está a ser criada por iniciativa da construtora, que para essa empreitada juntou-se a um consórcio de bancos em negociações que devem estar concluídas dentro de cinco semanas. O que se pretende, afirmou Hans Christian Lengfeld, é estimular as vendas dos automóveis montados na Ancar por intermédio de uma empresa que financie as aquisições, ajudando com dinheiro os clientes que não tiverem possibilidades de comprar um carro pagando à vista, um serviço criado exclusivamente para servir a oferta dessa construtora.

O Semanário Angolense soube que, entretanto, uma iniciativa do género há anos tentada pela Toyota de Angola foi recebida com pouco entusiasmo pelos bancos, o que levou esse concessionário a desistir.

A Ancar reuniu, assim, em torno de si, dois ingredientes fundamentais para provocar um ambiente de vendas de tal forma dinâmico, que até se propõe a logo no primeiro ano conquistar uma quota de mercado de 20 por cento, a mesma que a Toyota de Angola reclamou para si no ano passado, quando a dos veículos Volkswagen, representados pela M'bakassi e Filhos, era de apenas quatro por cento.

«Vai haver concorrência desleal: eles sobem e nós descemos», declarou resignado a propósito, um executivo da Toyota que negou a possibilidade da actuação da Ancar poder

vir a conduzir a todos os outros concessionários de automóveis a baixarem os seus preços para não perderem mercado.

«As nossas margens (os lucros sobre as vendas) já são tão estreitas, que se baixarmos talvez tenhamos que parar», lamentou a fonte, agoiando sobre o que provavelmente virá caracterizar o futuro próximo do mercado automóvel em Angola.

Segundo Hans Christian Lengfeld, no primeiro ano o construtor prevê abocanhar 20 por cento do mercado, e, no segundo, preconiza arrebatado metade do crescimento anual médio do mercado de automóveis, ficando com dez por cento do total disso, com o que atingirá uma quota de 30 por cento. No terceiro ano, a companhia encara absorver 40 por cento da procura total.

«Em 2004 entraram 100 mil viaturas para Angola, só pelo Porto de Luanda. Supomos que o mercado potencial para um carro novo seja mais ou menos de 40 por cento disso», declarou o presidente da Ancar, numa afirmação que sugere que o construtor automóvel angolano decidiu tomar o mercado de veículos novos, afastando os concorrentes.

A incógnita reside agora no mercado de carros de ocasião, afecto a compradores de baixos recursos, mas, provavelmente, uma nova regra aduaneira que a partir de Março vai agravar as taxas aduaneiras sobre viaturas usadas, desencoraje esse tipo de importações, atirando esse enorme segmento para o mercado de automóveis novos.

O argumento oficial apresentado para introduzir essa regra, foi o que de que com ela, as autoridades haveriam de desencorajar a importação de «sucata», exactamente a expressão usada para definir esse tipo de importações, mas fontes contactadas por este semanário preferiram antes relacionar essa medida com os desígnios comerciais da Ancar.

Com um arsenal como esse, em que figuram golpes baixos como são os preços de automóveis não taxados pelas autoridades fiscais, associados a um sistema de facilitação financeira para estimular as aquisições no mercado interno e até a novas regras legais, está formado um cenário em que teoricamente todo o angolano de rendimentos médios pode comprar um carro à Ancar.

Esse, disse uma fonte do Semanário Angolense, é o fim último do projecto que levou as autoridades a apressarem a edificação da fábrica, que reside em conquistar o público com base na concretização de um sonho materialista há muito alimentado e nunca realizado, para que o partido no poder, o Mpla, receba em troca os favores dos eleitores e vença as eleições de 2006.

A Ancar Automóveis de Angola é o braço angolano da Ancar World Wide Investments Holding, uma empresa financeira de capitais europeus registada nos Estados Unidos da América que, entre outras coisas, apoia a companhia alemã Volkswagen a estimular as suas vendas.

Cinquenta e um por cento das acções da Ancar Automóveis de Angola são detidas pela holding europeia, enquanto que os restantes 49 repartem-se entre accionistas angolanos como a Gefi (um grupo de empresas afecto ao Mpla), Acapir, Suninvest e M'bakassi e Filhos. A vice-presidente da empresa é Welwitcha dos Santos «Tchizé», filha do presidente José Eduardo dos Santos.

A composição dessa sociedade é encarada em vários ângulos por fontes deste semanário que consideram que a integração de empresas ou pessoas ligadas ao partido da situação, deve, em primeiro lugar, ser vista no quadro daquilo que já se tornou uma tendência nos empreendimentos estrangeiros que se vêm implantar em Angola, que é o de integrar pessoas influentes para as utilizar nas questões da agilização burocrática dos projectos.

Por outro lado, declarou uma fonte, a composição dessa sociedade não é mais do que um arranjo em que interesses empresariais são projectados para se atingirem fins políticos. Essa fonte acabou por caracterizar esse projecto como sendo «perversamente político».

Todos os sócios realizaram o capital com valores que, segundo Hans Christian Lengfeld, foram integralmente utilizados no projecto e que se circunscreviam à subscrição de um capital inicial equivalente a 100 mil dólares, adicionados de outros 600 mil dólares, entregues por cada uma das partes.

050226-0304

Ameaçados de desaparecer

O que dizem os outros concessionários?

O ANCAR Automóveis de Angola terá uma produção inicial de dez carros por dia, mas ao fim de três anos, encara aumentá-la para 160 por dia, o que resultará em remessas anuais de mais de 40 mil carros novos para o mercado.

Produzirá como veículos económicos, para utentes de renda média-baixa, os modelos da Volkswagen Gol, Paratti Station e Saverio, os quais estarão disponíveis a preços situados entre os oito mil e dos 14 mil dólares, tal como um modelo da Skoda destinado a clientes de renda média que estará disponível a preços que partem dos 15 mil dólares.

Os preços de carros compatíveis a esses oferecidos por outros concessionários ficam geralmente mais caros em 38 por cento, uma situação que deriva do facto de que sobre a oferta da ANCAR não pesa qualquer carga aduaneira e direitos portuários, ao contrário dos seus concorrentes, que pagam direitos fiscais como o imposto de selo e o imposto de renda industrial, aduaneiros e portuários.

Os concessionários já prometeram que vão procurar combater os privilégios fiscais da ANCAR, mas, enquanto não forem bem sucedidos, arriscam-se até a ver os seus negócios fecharem, um facto que poderá resultar na perda da democraticidade das aquisições no ramo automóvel, algo semelhante ao que aconteceu no início da produção em série.

Reza a lenda que com a adopção da linha montagem enquanto processo industrial, a General Motors, que construía modelos Ford, pintava-os invariavelmente de preto, o que era a única possibilidade que uma linha podia conceder.

Henry Ford dizia, então, que todo o americano podia ter um Ford (a produção em série tornou os carros mais baratos), desde que fosse preto. A ideia de que representantes de outras marcas sejam forçados a encerrar os negócios, privando o mercado do acesso aos veículos que representam, cria uma situação análoga em que todo o angolano pode ter um carro novo, desde que seja Volkswagen ou Skoda.

Os concessionários têm a esperança de que elementos qualitativos dos carros angolanos façam com que potenciais compradores devolvam as suas preferências para os carros importados, algo que dizem saber por experiência de mercados como o do Brasil, África do Sul e Coreia do Sul.

A Toyota de Angola tem o exemplo de uma importação de jeeps Venture que depois de efectuada, há uns anos atrás, apresentou problemas tais de qualidade, que o concessionário angolano teve que interromper o negócio. «Os carros produzidos fora da casa mãe têm sempre problemas de falta de qualidade», disse um representante da Toyota.

Mas Hans Lengfeld declarou que os problemas de falta de qualidade não se colocam, até porque nas primeiras fases, a produção limitará os operários angolanos a «apertarem

parafusos», uma tarefa que um antigo director da ENACMA (a empresa que montou em Angola o modelo Renault 4 e um outro de Land Rover) disse poder ser executada com seriedade no nosso país, porque «os angolanos têm uma grande vocação para trabalhos manuais».

Os concessionários rivais da ANCAR duvidam, por outro lado, da viabilidade de uma produção nacional que não incorpore materiais angolanos. Para os Renault 4, a ENACMA incorporava baterias, pneus e tintas, mas agora, para o novo construtor angolano, provavelmente existam apenas tintas.

O presidente do Conselho de Administração da ANCAR disse ao Semanário Angolense que o contrato abriga a empresa a introduzir progressivamente cada vez mais materiais angolanos na construção de veículos, tendo-se referido precisamente às baterias. Mas acrescentou que derivados plásticos do petróleo substituirão componentes inteiros das viaturas que ali serão montadas, o que acrescerá em grande medida o grau de incorporação de materiais locais no projecto.

A empresa terá mais de dois milhões de sobressalentes disponíveis, por agora, por uns 53 concessionários espalhados pelo país, com o que proverá serviços de assistência pós-venda, um elemento qualitativo novo no mercado angolano depois de 1975.

050226-0304

Nos meandros da Ancar

Trata-se de investimento encoberto de governantes?

Hans Christian Lengfeld afirmou que quando a Ancar chegou a Angola para apresentar o seu projecto de implantação, a própria firma europeia escolheu os seus parceiros para o negócio da produção de carros nacionais que, casualmente, à excepção da M'bakassi e Filhos, vieram a ser empresas ligadas ao Mpla (como a GEFI) ou empreendimentos de pessoas fortemente conotadas com os altos círculos do poder (como é a segunda filha da Presidente da República).

Isso foi dito por Hans Christian Lengfeld para refutar a ideia que lhe foi apresentada por este semanário na base de suspeitas obtidas nos meios empresariais angolanos, de que todo o investimento que conforma a Ancar não significa mais do que um processo de repatriamento de capitais no passado retirados da economia angolana de forma escusa.

Nessa ordem de ideias, suspeita-se em tais círculos, o empreendimento pertence de facto a entidades angolanas que não podendo explicar a origem de capitais para investir na construção de automóveis, elegeram Hans Lengfeld e a sua empresa para actuarem como «testas de ferro» desse negócio.

Tal acabaria por inaugurar todo um fenómeno de repatriamento de capitais que tendo sido desviados dos cofres públicos angolanos para o estrangeiro na base do roubo e da corrupção, os quais se estimam em pelo menos dez mil milhões de dólares, seriam agora, com a estabilidade política e militar atingida, devolvidos à economia do país em forma de investimento privado de capital estrangeiro.

Quando essa lei estava a ser preparada, o Semanário Angolense reportou com base em revelações obtidas de fontes de ligadas ao processo, que ela visava acomodar esse tipo de interesses, geralmente afectos a pessoas que exerceram ou ainda exercem cargos políticos.

«Como é que um empresário europeu, geralmente enclausurado por normas de alto pendor ético, elege para altos postos de administração e confia pesadas responsabilidades a empresários de um país cotado nos meios internacionais de negócios com índices de corrupção dos mais altos do Mundo?» - indaga-se em tais suspeitas.

Hans Lengfeld afirma que nos seus novos projectos, a Ancar World Wide Investments Holding decidiu implantar-se em Angola, na Índia e no Irão, mas que a opção relativa ao nosso país baseia-se no facto de que além dos altos índices de crescimento económico, Angola da era da paz dá garantias de estabilidade de longo prazo, por não estarem aqui latentes os conflitos que passaram a afligir os Estados com o fim da guerra fria, como são as disputas étnicas, raciais e religiosas.

Segundo revelou o presidente da Ancar Automóveis de Angola, quando a companhia começou a negociar a sua implantação com as autoridades, «estabeleceu claramente» que não pagaria quaisquer propinas, para além dos emolumentos e outros pagamentos lícitos, o que, de acordo com Lengfeld, veio a acontecer.

«Não tivemos nenhuma má experiência decorrente da corrupção», declarou, negando as teorias que o têm como «testa de ferro» de negócios de entidades oficiais angolanas. Mas para desfazer definitivamente os argumentos por que se cingem as suspeitas, declarou que quando a filha do Presidente da República Welwitscha dos Santos «Tchizé» (a vice-presidente da Ancar Automóveis de Angola) se juntou ao projecto, em Novembro último, a maior parte dos processos de formalização estavam concluídos.

«Isso não tem nada a ver com a verdade: quando a vice-presidente entrou para o projecto, ele já estava concluído», afirmou.

Supremo recusa recurso contra G. Campos

Justiça inviabiliza vingança de Mário António

Mário António, membro do comité central do Mpla e chefe do braço empresarial desse partido, a Gefi, terá que maquinar agora novas formas para atingir o seu quase alucinado desejo de se desforrar de Graça Campos, o director deste jornal, agora que o Tribunal Supremo lhe negou provimento a um recurso interposto com relação ao «caso milionários».

Mário António recorreu para o Supremo depois de no ano passado ter perdido no tribunal da primeira instância uma causa em que acusava o jornalista de calúnia e difamação por ter inserido o seu nome numa lista de supostos milionários angolanos, reclamando uma indemnização de cinco milhões de dólares para reparar o presumível crime.

Essa lista foi publicada no início de 2002 no Angolense, naquela altura dirigido por Graça Campos. A artigo não estava assinado e o jornalista apenas foi julgado porque era naquela altura a pessoa que se responsabilizava pela publicação.

Efectivamente, no ano passado, o juiz do Terceiro Juízo Criminal de Luanda decidiu absolver Graça Campos dos crimes que lhe eram imputados por Mário António, mandando-o em paz sem ter que pagar um centavo que fosse ao queixoso.

Mais desejoso de vingança do que propriamente inconformado com a sentença, Mário António recorreu ao Tribunal Supremo para aí obter a condenação do jornalista, mas, na semana que hoje termina, a Câmara Cível dessa instância rejeitou dar julgamento a esse caso, por considerá-lo já suficientemente resolvido com a decisão do tribunal da primeira instância.

Graça Campos declara ter percebido desde o início que o processo judicial a que Mário António o submetia não configurava qualquer intenção ou desejo genuíno de justiça, mas, tão só, um «vendetta» em que o poder judicial seria utilizado em substituição da violência mafiosa.

Supostamente, o problema do queixoso reside mais na profunda irritação que o jornalista lhe causou quando «se atreveu» a mencionar publicamente os seus interesses, do que na autêntica consciência de que tenha havido difamação com a inserção do seu nome em tal

lista.

O principal indício de que não haviam de facto reivindicações relativas à honra e ao bom nome do queixo, ficou exposto com a exorbitante indemnização de cinco milhões de dólares solicitada para que o jornalista reparasse os crimes de que era acusado.

Mário António sabia que o jornalista nunca conseguiria pagar tal soma, sendo provável que, nessa eventualidade, podia solicitar judicialmente o arresto da publicação que o jornalista dirige, silenciando, assim, um dos mais vivos símbolos da liberdade de expressão no nosso país.

Foi essa manobra que o Tribunal Supremo inviabilizou na semana que hoje termina, quando decidiu recusar julgar o recurso da causa solicitado por Mário António.

Angola answers about oil

17/11/2004 19:58 - (SA)

Norval Scott

London - Angolan Deputy Prime Minister Dr Aguinaldo Jaime has signalled that his country is looking to increase transparency within its oil industry.

Speaking at a meeting of the British-Angola Forum Tuesday, Jaime was asked if Angola now had an ongoing policy to reveal oil block signature bonuses, after it revealed the fee received from ChevronTexaco Corp.'s Block Zero. He was also asked whether the country had any plans to sign up to the Extractive Industries Transparency Initiative, the program set up by the U.K.

"It is very easy to answer both of your questions, the answer is yes," Jaime said.

"We are now in the consulting stage with the U.K. government and looking into possible agreements," he said.

However, he added the caveat that Angola would first attempt to finalise a staff monitor program agreement with the International Monetary Fund. If completed successfully, the staff monitor program would be a step toward Angola securing a Poverty Reduction and Growth Facility from the IMF.

"The priority is finishing an arrangement with the IMF, which would include measures on governance and transparency," he said. "Having said that, when the time comes - and I think it will come very soon - we will consider EITI."

Angola has been much criticised in the past for its transparency record, with Human Rights Watch, the non-governmental organization, releasing a report earlier in 2004 stating that Angola lost \$4.2bn in state oil revenue between 1997 and 2002.

Edited by Adrienne Taylor

Angola, China vow to forge long-term stable cooperative relations

[Angola](#) and China Friday vowed to broaden the fields and promote the level of their cooperation in efforts to forge long-term stable cooperative relations between the two countries.

Chinese Vice Premier [Zeng Peiyan](#), who is here in Luanda for a visit, extended greetings and best wishes to Angolan President Jose Eduardo Dos Santos on behalf of Chinese President [Hu Jintao](#).

Zeng said President Dos Santos paid two visits to China and as an old friend of the Chinese people, he has made significant contributions to consolidating and deepening the friendship between China and Angola.

Sino-Angolan relations saw a stable development and their mutual understanding and trust have deepened and bilateral cooperation expanded constantly since they forged ties 22 years ago, he said.

He thanked Angola for its adherence to the one-China policy and its resolute support for China on human rights and other major issues.

He said China is willing to boost high-level exchanges with Angola and intensify discussions and coordination in dealing with regional and global affairs in efforts to further advance the bilateral ties.

The economies of China and Angola are complementary to each other in nature and their bilateral trade has been growing quickly, Zeng said, noting that Angola has become China's second largest trade partner in Africa and the trade volume between the two countries hit 4.9 billion US dollars last year.

Angola is at present at a very important stage of recovery and reconstruction in its development, which provides it with a good chance in expanding bilateral economic and technological cooperation, he said. China is willing to work with Angola to broaden the fields and promote the level of their cooperation for a long-term development in their ties, he added.

Dos Santos said there exists a traditional friendship between the peoples of China and Angola and the Angolan people and government are grateful to China for its precious support for the country's economic recovery and development.

The president repeated Angola's commitment to the one-China policy and expressed hopes for concerted efforts of the two sides to push their ties to a new height.

During the visit, Zeng also held talks with Angolan Prime Minister Fernando Dos Santos "Nando" and inked cooperation agreements on technology, energy and communications.

China, Angola in joint oil plan

25/02/2005 19:45 - (SA)

Angola - Angola and China are to develop a joint oil exploration project in Angola's offshore fields and work together on building a new oil refinery in the Southwest African nation, officials said on Friday.

Angola also signed an agreement for "the long-term supply of oil" to China, the government said in a communique.

The agreements were announced after Chinese Vice Premier Zeng Peiyan, on an official three-day visit to Angola, met with President Jose Eduardo dos Santos, Oil Minister Desiderio da Costa and senior executives from state oil company Sonangol.

Officials signed a memorandum for Sonangol and China's government-owned oil company Sinopec to prospect for oil in an offshore area designated as Bloc 3, the communique said.

Sonangol also said it signed a long-term contract to supply oil to Sinopec.

The communique did not provide further details about the agreements.

Zeng described his meetings in Luanda, the capital, as "very fruitful."

Last year China extended a US\$2bn loan to help Angola rebuild infrastructure destroyed during almost three decades of civil war. Angola is paying the money back in crude.

China has been seeking new sources of oil to satisfy demand brought by its sharp industrial expansion.

Angola's oil production last year broke the 1 million barrels a day barrier.

Angola, which is not a member of OPEC, is sub-Saharan Africa's second-largest producer after Nigeria.

The government has predicted output could rise to 1.6 million barrels a day this year.

US companies ChevronTexaco and Exxon Mobil, as well as European competitors BP and TotalFinaElf, are among the energy companies pumping or exploring for oil in the country.

Oil sales generate 90% of Angola's hard currency.

Edited by Adrienne Taylor

CHINA NA INDÚSTRIA ANGOLANA DO PETRÓLEO

2005-02-25

A China entra pela porta grande na florescente indústria angolana do petróleo. Hoje foram assinados quatro instrumentos neste sentido, autorizando a intervenção da potência asiática no mercado do produto, da sua futura exploração e refinaria. Os instrumentos fazem parte de um pacote de nove rubricados por ocasião da estadia do vice-primeiro-ministro da República Popular da China, Zeng Peiyan, que está em Luanda desde ontem.

O documento mais notável relaciona-se com o estudo conjunto sobre o Bloco 3, dominado até aqui pela multinacional francesa TOTAL, cujo contrato não foi renovado recentemente para alguns poços. O entendimento angolano-chinês sobre este estudo foi assente num memorando assinado pelas empresas SONANGOL e SINOPEC. Manuel Vicente, presidente do Conselho de Administração, assinou pela firma angolana, e o vice-presidente da petrolífera chinesa, Cai Xiyong, pela sua firma.

As duas assinaturas também selaram o entendimento sobre a exploração conjunta da nova refinaria de petróleo em Angola. Selaram ainda um acordo bilateral garantindo o fornecimento de petróleo, a longo prazo. Um quarto instrumento no mesmo domínio chama-se "Acordo de Cooperação entre o Ministério do Petróleo da República de Angola e a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China". Foram os seus signatários o Ministro Desidério da Costa e o Vice-Director da instituição chinesa, Zhang Guobao.

ALÉM DO PETRÓLEO

Na periferia da esfera petrolífera, foi assinado o Acordo no domínio dos Recursos Energéticos, Minerais e Infra-estruturas. Este acordo é secundado de um memorando de entendimento sobre a Comissão de Cooperação a criar nesta área, assente na mesma ocasião.

Outro acordo refere-se à cooperação económica e técnica, que engloba um novo financiamento chinês, no valor de 6,3 milhões de dólares (USD) sem juros. De se destacar, ainda, a rubrica do contrato de rede telefónica entre o grupo chinês ZTE Corporation Internacional e a empresa angolana Mundostartel, no valor de USD 69 milhões. A entrada da ZTE no sistema de telecomunicações angolano foi aprovada no Conselho de Ministros de quarta-feira passada. Foi realçado na altura que este grupo opera em 70 países, 15 dos quais africanos e já dispunha de um financiamento de USD 400 milhões. A assinatura destes documentos ocorreu esta tarde no termo da sessão de trabalho da missão chinesa com a comitiva angolana chefiada por Fernando Piedade Dias Dos Santos "Nandó".

SEGUNDO CLIENTE AFRICANO DA CHINA

A anteceder a esta cerimónia, Zeng Peiyang foi recebido pelo presidente angolano, José Eduardo dos Santos. Qualificou de «muito frutífero» o balanço das suas conversações com Dos Santos. Frisou a concordância do seu país com o projecto de Angola abrir um consulado em Hong-Kong, quando discursou na abertura do encontro com Nandó.

Reafirmou a disponibilidade do seu país para o crescimento das relações bilaterais. Estas relações tiveram um forte incremento desde meados do ano passado, com a concessão de um crédito de USD dois mil milhões a Angola por um banco chinês.

De acordo com a imprensa angolana, o país é hoje em dia o segundo cliente africano da China em trocas comerciais depois da África do Sul. Em 2004, o volume das trocas cifrou-se em USD 4,9 mil milhões, correspondente a um aumento de 113 % em relação ao ano anterior.

Zeng Peiyang regressa à China neste sábado, e a sua estadia em Angola insere-se numa digressão africana que o levava antes ao Quénia e Congo-Brazzaville,

Governante chinês considera bem sucedida visita a Angola

O vice-primeiro-ministro chinês, Zeng Peiyan, considerou ontem ter sido "bem sucedida e atingiu os fins previstos" a sua visita de três dias a Angola, a convite das autoridades locais.

Zeng Peiyan, que na manhã de ontem deixou Luanda de regresso ao seu país, fez

estas declarações à imprensa, no Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro, momentos antes de embarcar.

Na brevíssima declaração que fez à imprensa, o governante chinês, que se fazia acompanhar do primeiro-ministro angolano, Fernando da Piedade Dias dos Santos “Nandó”, disse que, durante a sua visita, os dois países conseguiram consolidar a “amizade tradicional, aprofundar o conhecimento mútuo e promover a cooperação com benefícios mútuos”.

Zeng Peiyan disse que deixava, por isso, Angola com o sentimento do dever cumprido, na medida em que a visita permitiu lançar as bases para “impulsionar ainda mais” a cooperação entre os dois países.

Na sequência desta visita, Angola e a China assinaram sexta-feira nove acordos de cooperação, sendo cinco governamentais e quatro empresariais, com destaque para o protocolo no domínio dos recursos energéticos, minerais e infra-estruturas e um acordo de cooperação económica e técnica.

Foram rubricados acordos de cooperação entre a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China e o Ministério angolano dos Petróleos, assim como o acordo de fornecimento de petróleo a longo prazo entre a Sinopec e a Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (SONANGOL).

Foram assinados memorandos sobre o estudo conjunto do bloco III de exploração petrolífera, entre a Sinopec e SONANGOL, e a exploração conjunta da nova refinaria de Angola, além do contrato da rede telefónica entre as empresas ZTE (chinesa) e a Mundo-Startel (angolana).

Antes das conversações oficiais, sexta-feira, o vice-primeiro-ministro da China foi recebido em audiência pelo Presidente angolano, José Eduardo dos Santos.

Zeng Peiyan fez ainda o lançamento da segunda fase de reabilitação da rede de energia eléctrica de Luanda na Ilha do Cabo e depois reuniu-se com a comunidade chinesa residente em Angola.

Lançada primeira pedra para reconstrução da linha férrea Luanda/Malanje

Luanda, 27/02 - O ministro dos Transportes, André Luís Brandão, lançou sábado a primeira pedra do início das obras de reabilitação do Caminho de Ferro de Luanda (CFL), numa cerimónia realizada em Viana, na localidade do Quilómetro-30.

As obras, a cargo de uma empresa chinesa, abrangerá um percurso de 480 quilómetros, desde Luanda a Malanje, incluindo uma via ramal de 55 quilómetros, entre Zenza e Dondo.

Do projecto de restauração da linha férrea Luanda/Malange constam as obras de construção de pontes, colocação de novos carris, balastros e montagem de sistemas de comunicação telefónica a fibra óptica e sinalização automática.

As Forças Armadas Angolanas (FAA) também foram chamadas para prestarem o seu empenho nos trabalhos de reabilitação do Caminho de Ferro de Luanda.

Por isso, ao dirigir-se a uma brigada das FAA que assistiu ao acto do lançamento da primeira pedra, o ministro dos Transportes disse que da mesma forma que os militares estiveram na frente de combate no passado, agora em tempo de paz deverão engajar-se em diversas áreas da produção para a reconstrução do país.

Referindo-se concretamente do seu envolvimento na recuperação do CFL, André Luís Brandão exortou-os em preservar os princípios patriótico-militares que defendem.

Neste contexto, o governante sublinhou que "a disciplina militar não pode ser menosprezada porque a tarefa é civil, mas sim, deve ser encarada como se fosse uma tarefa militar".

Em entrevista à Angop, Miguel Domingos, deslocado do Kwanza-Norte instalado na localidade do Quilómetro-30, afirmou que a recuperação dessa linha significa o renascimento da esperança e o retorno da vida e desenvolvimento sócio-económico para as províncias do Kwanza-Norte e Malanje.

Segundo ele, desde 1992 que foi interrompida a circulação do comboio a Malanje, o

transporte do produto do campo para a cidade de Luanda, e vice-versa, ficou dificultado.

Por outro lado, o director-geral do Caminho de Ferro de Luanda, Manuel Rodrigues, disse que as obras terão início provavelmente em Março de 2005.

O responsável não adiantou o orçamento das obras, mas fez saber que o projecto chinês adequa-se ao tipo de intervenção que requer o CFL, porque consiste na renovação integral da linha, dotando-a de características modernas.

Manuel Rodrigues também não precisou o nome da empresa chinesa contratada para as obras, entretanto, garantiu que a conclusão dos trabalhos está prevista para Setembro de 2006.

Exploração de diamantes na Lunda-Norte pela Alrosa constitui manchete económica

Luanda, 26/02 - O anúncio segundo o qual a companhia russa de diamantes Alrosa colocará em funcionamento, a partir de Março próximo, no projecto diamantífero Luo, na província da Lunda-Norte, a segunda fase de tratamento destas pedras preciosas constituiu destaque do noticiário económico da semana finda.

A informação foi dada pelo presidente desta companhia russa que já trabalha no projecto Catoca, na província da Lunda-Sul, Vladimir Kalatini, durante um encontro com o chefe do Estado angolano, José Eduardo dos Santos.

Na província da Lunda-Sul, a Alrosa trabalha há mais de seis anos, onde já tratou três milhões e 160 mil toneladas de minério, explorados mais de 2.693 mil quilates de diamantes e as receitas de comercialização desta pedra preciosa atingiram os 169,5 milhões de dólares, tendo como lucro líquido 38 milhões de dólares.

A empresa pretende investir em Angola nas áreas da energia eléctrica, agricultura,

entre outras. A Alrosa já investiu em Angola cerca de 150 milhões de dólares, onde além da Endiama, mantém parceria com a multinacional brasileira Odebrecht e a israelita Daumonty.

Mereceu igualmente destaque o facto segundo o qual o conselho de administração de directores executivos do Banco Mundial (BM) aprovou, a 17 do mês em curso, em Washington, a sua estratégia para Angola referente 2006/2007.

<

Entretanto, foram também aprovadas uma doação de 26 milhões de dólares, um crédito de 25 milhões de dólares da Associação Internacional para o Desenvolvimento (IDA), visando a implementação da primeira fase do Projecto Multisectorial de Emergência e Reabilitação (PMER).

A estratégia actual do BM para Angola, destinada aos próximos dois anos, é uma extensão do plano de apoio a transição (EAT), aprovada em Março de 2003 e que teve o seu termo em Dezembro de 2004.

Contudo, no âmbito da Nova Parceria para o Desenvolvimento de Africa (NEPAD), a União Nacional de Camponeses Angolanos (UNACA), uma das integrantes das organizações de camponeses da sub-região da África Central, beneficiará a partir do próximo ano de um micro-crédito, com vista a ajudar os agricultores de baixa renda.

De acordo com o secretário-geral da UNACA, Paulo Uime, os responsáveis pelo programa da NEPAD informaram as organizações de camponeses da África Central que há a intenção de se disponibilizar directamente as verbas a estas instituições, de modo a materializarem os respectivos programas agrícolas.

O apelo feito pelo diplomata angolano na República de Cuba, António Condesse de Carvalho, para a participação deste país na reconstrução económica de Angola também foi matéria que mereceu realce no noticiário da Angop.

O embaixador disse que Angola está interessada na criação de parcerias entre operadores económicos cubanos e angolanos, com vista a permitir o cruzamento de

capitais nas respectivas economias.

Outro facto económico relevante foi o anúncio segundo o qual a operadora de telefones fixos "Angola Telecom" no Bié necessita de três milhões de dólares para melhorar a rede da cidade do Kuito.

Segundo referiu, o delegado da empresa na província, Abílio Fernandes, este montante permitirá reabilitar a rede telefónica da cidade do Kuito que se encontra em estado avançado de degradação.

A assunção de Angola à presidência da Associação de Gestão dos Portos da África do Oeste e do Centro (AGPAOC), organização da qual é membro desde 1986, um acto realizado em Douala (Camarões) e que culminou com o fim das actividades do 28º conselho da instituição, iniciado há uma semana, também foi outra matéria destacada durante os últimos sete dias.

Assim sendo, a presidência foi assumida com o empossamento do angolano Sílvio Vinhas, como presidente da AGPAOC. Sílvio Vinhas exerceu o cargo de vice-presidente da organização e é o actual presidente do conselho de administração do Porto de Luanda.

Além dessa responsabilidade (presidência), Angola preside também o comité de finanças e estudos económicos dos portos da África do oeste e do centro.

Performance Concessionária nacional conseguiu um recorde em termos de receitas

050225Resultados da Sonangol atingem USD 1,3 bilião

Domingos dos Santos

Os resultados líquidos da Sonangol atingiram os 1,3 bilião de dólares, no final do ano passado. Segundo o presidente do conselho de administração da multinacional angolana, Manuel Vicente, os resultados são ainda provisórios, pois ainda falta consolidar negócios acima dos USD 800 milhões.

Manuel Vicente, que falava ontem durante uma conferência de imprensa por ocasião do 29º aniversário da Sonangol, considerou os resultados operacionais “um recorde” na história da concessionária nacional de combustíveis.

Entretanto, a Sonangol continua a importar derivados de petróleo para cobrir o défice de refinação. No ano passado, a empresa gastou cerca de 350 milhões de dólares em combustível e gás.

De acordo com Manuel Vicente, a Sonangol está a procura de parceiros estrangeiros para a instalação de uma nova refinaria, para poder responder à demanda do mercado interno. A construção está orçada em cerca de USD 3 biliões, devendo a multinacional angolana comparticipar com parte do montante. A China poderá participar no projecto.

Ainda no âmbito das comemorações dos 29 anos da Sonangol, foram inauguradas ontem a nova sede da Sonair (Companhia Aérea da Sonangol), num investimento de 12 milhões de dólares, e as novas bombas de combustível do Futungo II, denominadas “Mirantes”.

Na oportunidade, Manuel Vicente reconheceu que a multinacional angolana enfrenta, neste momento, dificuldades na distribuição dos combustíveis, devido a problemas de infra-estruturas.

“Na sua missão de criar oportunidades para o sector privado, a Sonangol deixou ser o grande transportador e descentralizou o sector. Hoje sentimos que muitos operadores privados, que têm os seus meios, querem poupa-los e não querem trabalhar. Quando dizemos para levar combustível para Malanje, por via terrestre, por exemplo, eles rejeitam”.

Actualmente o abastecimento de combustível a grande parte das províncias é feita por via aérea. Para ultrapassar a situação e minimizar custos, disse, a Sonangol e o Governo estão a desenvolver um programa de colocação de postos de abastecimento ao longo das estradas nacionais. O responsável acredita que esta será uma das saídas para minimizar o problema de abastecimento de combustível no país.

Quanto à carência de gás butano que se regista no mercado, afirmou que o problema reside no manuseamento das botijas e não na falta do produto. “As botijas vêm da rua danificadas e o equipamento de enchimento rejeita estas garrafas, o que prejudica o nosso sistema de distribuição”, disse. A Sonangol prevê, brevemente, importar 100 mil garrafas, para minimizar a situação.

Angola to open stock exchange this year

February 21, 2005

Luanda - Angola, sub-Saharan Africa's second-biggest oil producer, plans to open its first stock exchange in the third quarter of this year, according to the country's industry ministry.

Cruz Lima, the co-ordinator of the Centre for Capital Markets, said 10 companies would trade on the bourse, which would have a combined market value of more than \$6 billion (R36 billion).

The ministry said that in the 14-country

Southern African Development Community only Angola, Tanzania and the Democratic Republic of Congo did not have stock markets.

Angola stock exchange to open this year

[afrol News](#), 21 February - The government of Angola has announced its plans to fast-track the planned opening of its Stock Exchange. Angola is one of the few countries in the Southern African region that still does not have its own stock market, despite the fact that the country is turning into one of the main economies of the region. The bourse is expected to boost investments in the country.

The Angolan Stock Exchange (BVA) will likely be launched in the third trimester of this year with ten listed companies and an initial capitalisation of more than US\$ 6 billion, according to the Angolan Industry Ministry's coordinator of the Centre for Capital Markets, António Cruz Lima. The BVA will be located in Luanda, the political and economic capital of Angola.

According to Mr Cruz Lima, the Luanda government can expect to collect about US\$ 940 million in taxes from stock market activities. Collecting Angola's main companies on the Luanda bourse will also give the international finance market improved possibilities of investing in Angola.

Of the 14 countries that comprise the Southern African Development Community

(SADC) Angola is one of only three countries that does not have an institutionalised stock market. The other two SADC countries without a stock exchange are Tanzania and Congo Kinshasa (DRC), both minor economies compared to Angola.

While Angola is a deeply impoverished country following 27 years of civil war, its economy is rapidly growing powerful. Angola is sub-Saharan Africa's second largest oil producer - after Nigeria - and international and Angolan oil companies are currently scrambling for the rich undiscovered oil reserves offshore and in the Cabinda province. Further, Angola is very rich on diamonds and many other minerals and metals.

The southern African country is therefore mostly receiving in its mining and energy sectors. However, the improving investment climate in Angola has also led to the slow establishment of a manufacturing industry in the country. Earlier this year, Volkswagen announced its plans to build cars in Angola together with an Angolan company.

Further, large-scale investments in Angola are mainly focusing on infrastructure, including the telecom sector. Angola is still in a process of reconstruction and resettling large numbers of refugees after the long and brutal civil war. The reconstruction work is however increasingly counting on private and corporate investments.

China concludes 9 economic agreements with Angola

www.chinaview.cn 2005-02-25 21:18:28

LUANDA, Feb. 25 (Xinhuanet) -- China and Angola signed here on Friday a package of nine economic cooperation agreements, focusing on development of energy and mineral resources in the southwestern African country.

Visiting Chinese Vice Premier Zeng Peiyan and Angolan Prime Minister Fernando da Piedade Dias dos Santos witnessed the signing of the economic agreements.

The nine agreements cover cooperation in energy, mineral resources and infrastructure, petroleum exploration and prospecting as well as economic and technical assistance. This is part of the efforts by the Chinese government to assist the post-war reconstruction in Angola, one of the poorest nations in the world due to the its 27-year-long civil war.

Zeng, who arrived here on Thursday for a three-day official visit to Angola, met with Angolan President Jose Eduardo dos Santos and held talks with Prime Minister Fernando da Piedade Diasdos Santos on Friday. The two sides pledged their further efforts to enhance bilateral relations and collaborations in international affairs.

Enditem

Implantação do Mercado de Capitais no país atrai investidores estrangeiros

Luanda, 24/02 - A implantação de um mercado de capitais em Angola é fundamental porque atrai maiores investidores estrangeiros e contribui para o desenvolvimento de uma economia, considerou hoje, em Luanda, o economista canadiano James Chester.

De acordo com James Chester, que falava durante um seminário sobre "A Historia do Mercado de Capitais", o referido sector serve de regulador do circuito financeiro e permite ao investidor estrangeiro saber como recuperar o investimento e expandir o seu negócio.

Segundo o palestrante, além do mercado de capitais, o crescimento de uma economia precisa igualmente de capital que é obtido através das poupanças internas e do investimento estrangeiro directo.

Sobre as vantagens da criação de uma bolsa de valores em Angola e da importância da participação dos cidadãos nela, James Chester salientou que ela proporciona dez grandes razões como: melhor fonte de capital, de venda de acções para obter dinheiro, assim como permite as empresas possuírem maior recursos para conquistar e pagar melhor os seus funcionários.

Uma bolsa de valores possibilita ainda as empresa, a ela ligadas, melhor posição para convidar figuras publicas a integrar os seus conselhos de administração, bem como o acesso directo a vastos fundos público, que garante vantagens às firmas na competição com sociedades privadas, assim como obter proveito de novas oportunidades de negócios, acrescentou.

Durante o seminário, que encerrou ainda hoje, explicou-se aos participantes a importância do Mercado de Capitais. A acção destinou-se a gestores, profissionais de financiamentos, jornalistas económicos, consultores em finanças, analistas de crédito, profissionais de fundos de pensões, académicos de economia, prestadores de serviços financeiros e demais interessados.

O seminário foi organizado pelo Instituto do Mercado de Capitais (IMC) em parceria com o Núcleo do Mercado de Capitais do Ministério das Finanças (Minfin), no Auditório da Universidade Católica de Angola (UCAN).

Primeiro-ministro realça convergência no estreitamento das relações com a China

Luanda, 24/02 - O primeiro-ministro angolano, Fernando da Piedade Dias dos Santos, realçou, na noite desta quinta-feira, o desejo de Angola em ver reforçadas as suas relações de cooperação com a China, sobretudo económicas e comerciais, pelo que a presente visita do vice-primeiro-ministro deste país é já um marco neste sentido.

Fernando da Piedade fez este pronunciamento no jantar oficial que ofereceu ao vice-primeiro-ministro chinês, Zeng Peiyan, que esta quinta-feira iniciou uma visita oficial de três dias a Angola, centrada no reforço e expansão das relações entre os dois países.

Este desejo foi partilhado por Zeng Peiyan, que atribui à sua visita a necessidade de se consolidar a "amizade tradicional" existente entre os dois países, estreitar os vínculos

entre os respectivos povos e promover a cooperação económica e Comercial.

O vice-primeiro-ministro chinês, segundo o programa oficial da sua visita, inicia o dia de Sexta-feira com uma deslocação ao Palácio presidencial, para uma audiência com o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, antes de presidir, com Fernando da Piedade, às conversações oficiais entre delegações dos dois países, na sala de reuniões do gabinete deste.

Estas conversações culminarão com a assinatura de acordos de cooperação em vários sectores.

No período da tarde, o vice-primeiro-ministro chinês reúne-se, em privado, com o ministro angolano dos Petróleos e o presidente do Conselho de Administração da Sonangol, Desidério Costa e Manuel Vicente, respectivamente.

Depois procede, na ilha de Luanda, ao lançamento da segunda fase do projecto de reabilitação da rede de energia da capital angolana. Ao cair da noite, mantém um encontro de confraternização com a comunidade chinesa residente em Angola.

A sua partida de Luanda, de regresso a Pequim, está prevista para a manhã de sábado.

Chefe de Estado entrevista-se com vice-primeiro-ministro chinês

Presidente Eduardo dos Santos (dir) quando recebia o dirigente chinês

Luanda, 25/02 - O Chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, recebeu esta manhã, em Luanda, o vice-primeiro-ministro chinês, Zeng Peiyang, de visita à Angola,

por três dias, desde quinta-feira.

Aspectos ligados ao reforço das relações entre Angola e a China, nos mais variados domínios, terão centralizado o encontro.

Esta visita reveste-se de grande importância para o impulso futuro da cooperação entre os dois países, que mantêm relações diplomáticas há 22 anos, apontou uma fonte chinesa na capital angolana, recentemente.

Angola, segundo acrescentou, é o segundo maior parceiro comercial com o "gigante" económico asiático, atrás da África do Sul.

Em 2004, o volume de negócios cifrou-se em 4,9 mil milhões de dólares, mais 113 por cento em relação ao ano anterior, com clara vantagem para o lado angolano, segundo estatísticas chinesas.

Angola é a terceira e última etapa desta digressão africana do vice-primeiro-ministro chinês, iniciada no passado domingo, e que o levou já ao Quênia e ao Congo-Brazzaville.

050225Angola e China assinam acordos de cooperação em vários domínios

Bernardino Manje (*)

O vice-primeiro-ministro da República Popular da China, Zeng Pei Yan, chegou ao fim da tarde de ontem a Luanda, para uma visita oficial de três dias a Angola.

A visita de Zeng Pei Yan tem como objectivo o reforço das relações entre Angola e a China.

À chegada ao Aeroporto Internacional “4 de Fevereiro”, Zeng Pei Yan foi recebido pelo primeiro-ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos “Nandó”, que se fazia acompanhar do ministro das Relações Exteriores, João Bernardo de Miranda.

Dezenas de membros da comunidade chinesa residente em Angola estiveram igualmente no Aeroporto “4 de Fevereiro” para receber o vice-primeiro-ministro chinês.

Pei Yan, que não fez declarações à imprensa em Luanda, faz-se acompanhar de membros do seu Governo, tendo sido ainda ontem homenageado com um jantar oficial, oferecido pelo primeiro-ministro angolano.

Segundo o programa da visita, hoje, pela manhã, Zeng Pei Yan desloca-se ao Palácio Presidencial, para uma audiência com o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, antes de presidir, com Fernando da Piedade, às conversações oficiais entre delegações dos dois países, na sala de reuniões do gabinete deste.

Estas conversações culminarão com a assinatura de acordos de cooperação em vários domínios.

No período da tarde, o vice-primeiro-ministro chinês reúne-se, em privado, com o ministro angolano dos Petróleos e com o presidente do Conselho de Administração da Sonangol, Desidério Costa e Manuel Vicente, respectivamente.

O governante chinês procede ainda hoje, na ilha de Luanda, ao lançamento da segunda fase do projecto de reabilitação da rede de energia da capital angolana. Ao cair da noite, Zeng Pei Yan tem um encontro de confraternização com a comunidade chinesa residente em Angola. O regresso de Zeng Pei Yan ao seu país está previsto para amanhã.

Fonte chinesa referiu que a visita do vice-primeiro ministro chinês revestia-se de “grande importância” para o impulso futuro da cooperação entre os dois países, que mantêm relações diplomáticas há 22 anos.

Angola, segundo a fonte, é o segundo país africano com maiores trocas comerciais com este gigante económico asiático, atrás da África do Sul.

Em 2004, o volume de negócios entre os dois lados cifrou-se em 4,9 mil milhões de dólares, mais 113 por cento em relação ao ano anterior, com clara vantagem para o lado angolano, segundo estatísticas chinesas.

Angola é a terceira e última etapa da digressão africana que o vice-primeiro-ministro chinês iniciou no passado domingo, que o levou também ao Quénia e ao Congo-Brazzaville.

* Com Angop

Governo chinês anuncia concessão de novo financiamento a Angola

Luanda, 25/02 - O Governo chinês decidiu conceder um novo financiamento à Angola, no valor de 50 milhões de yuans, cerca de 6,3 milhões de dólares, isentos de juros, no âmbito do reforço das relações bilaterais.

O anúncio foi feito hoje, em Luanda, pelo vice-primeiro-ministro da República Popular da China, Zeng Peiyan, na abertura das conversações oficiais entre delegações dos dois países, que decorrem na sala de reuniões do gabinete do Primeiro-ministro angolano, Fernando da Piedade Dias dos Santos.

Peiyan adiantou ainda que o governo chinês acolheu favoravelmente o pedido do executivo angolano de instalar um Consulado em Hong-Kong.

Estas conversações vão agora incidir na assinatura de nove acordos de cooperação, nos domínios dos petróleos e gás, recursos minerais e infra-estruturas.

Angola é o segundo maior parceiro comercial do "gigante" económico asiático, atrás da África do Sul. Em 2004, o volume de negócios cifrou-se em 4,9 mil milhões de dólares, mais 113 por cento comparativamente ao ano anterior.

Angola: Booming Economy Brings Change of Tack On Transparency Issue

All Africa Global MediaComtex InternationalComtex Wall Street 04-02-2005

London, Jan 28, 2005 (SouthScan/All Africa Global Media via COMTEX) --Signs are increasing that the West is giving up on its attempts to induce an equitable distribution of the massive oil profits now flooding into the Angolan government's reserves. It needs to engage

with a booming economy - the government suggest a 16% growth rate this year - and with rivalry from China, which recently announced a massive \$2 billion loan package and whose companies will get most of the infrastructural work.

The government believes it will secure agreement with the International Monetary Fund late this year, ending the years of pressure for greater transparency in the handling of oil revenues, and opening the way for easier foreign loans.

Swiss decision

A first sign of the new times was the Swiss legal decision to end its freeze on President Jose Eduardo dos Santos' accounts there and to stop prosecution of his favourite arms dealer Pierre Falcone (SouthScan v20/01).

The Angolan government admits that money was held in foreign accounts under the name of key individuals, but has argued that this was a precaution during wartime, was designed to protect the Angolan treasury, and was never used for the personal benefit of individuals.

The problem then is how to explain the prodigious wealth of some of the elite, generally linked to diamond and oil revenues but never transparently revealed.

Now the European Union is also indicating a move away from the British and NGO-inspired bid to get oil companies and oil producers to publish the terms of their contracts, to enable outsiders to see precisely what it received and where the funds go.

At the same time the accent is being placed on development programmes and is moving away from humanitarian work - the UN has dropped its final Consolidated Inter-Agency Appeal for Angola after it failed to come even near its funding targets since most donors believe the elite should pay.

Angola produces more than one million barrels per day and is sub-Saharan Africa's second biggest crude producer but little of the revenues trickle down to the population and only the capital, Luanda, and the coastal regions benefit from the hydrocarbon industry. The immiseration of most of the population is increasing, while the growth rate of the economy surges.

The government last year started work on its Poverty Reduction Strategy Paper (PRSP) but civil society organisations say the paper more as a shopping list of proposals rather than a concrete plan of action.

In all the egregiously wealthy Luanda elite is coming off the hook as everyone in the region and internationally eyes the reconstruction possibilities of the new economy.

EC backs off

Earlier this month the British Liberal Democrat Baroness Sarah Ludford asked the European Commissioner for Development Louis Michel whether he believed that Dos Santos had become one of the world's 50 richest people, while most of Angola's population lives in misery. The question was part of an interrogation of the EU's efforts to foster transparency and avoid corruption in use of revenues and aid funds.

Michel's answer sent on January 3 was cautious. He admitted that for almost three decades the civil war created "ample possibilities to exploit the country's vast natural resources for those in power". But he was confident that "in the new environment of peace, mounting pressure for transparency will contribute to ensuring that the country's riches will increasingly benefit the whole of the Angolan population".

Observers felt the EU's approach had gone soft. While claiming to support the NGO-backed 'Publish what you pay' campaign and its related 'Extractive industry transparency initiative' (EITI), the commissioner said he supported rather the 'Voluntary country level EITI compacts' (incorporating company and host governments' templates for disclosure).

"There are still a number of practical and legal issues which would need to be analysed more deeply (such as how and what companies would be required to report, how this would be verified, the need to respect the national sovereignty of the resource-rich countries) to impose a mandatory approach", Michel said.

He noted, however, that the Angolan government has observer status at the EITI and that the EITI dimension has been taken into account for the mid-term review of the EU-funded indicative national programme for Angola of Euro 204m, to finance projects in the food security, health, education, civil society development, good governance, emergency aid and social sectors.

Discussions are still at an early stage, said Michel, who is known to be generally set against sanctions.

This attitude recently caused a row between the Commission and Germany about the resumption of co-operation with Sudan. The German government said it was inappropriate to allocate immediately a first package of Euro 50m to the Khartoum government and the new administration of Southern Sudan, without attaching as a condition a significant improvement in the situation in Darfur.

Aid turns to development

Aid for Angola will increasingly be outside the UN fold and turned to development and not humanitarian matters, after its failure to win significant support for its campaign to fund rehabilitation after the end of the civil war.

The UN closed its final Consolidated Inter-Agency Appeal for Angola, which last year raised \$116m for humanitarian work in the country out of an original appeal for \$262m - just 44 percent of its target. Human Rights Watch blamed "donor fatigue" linked to perceptions of "high levels of government corruption".

In 2003 the consolidated appeal raised \$173 million out of an original request for \$387 million, again 44 percent of the amount requested. The previous year \$204 million was raised.

Almost all the funds went to UN organisations and the International Organisation for Migration and came in the form of food aid, mainly from the US. Most of the rest of the funds went to programmes for the return of refugees or for the work of Unicef, which has been supporting projects for immunising children and helping them return to school. They will be

able to raise funds directly from donors, and the consolidated appeals have had only a marginal effect in fundraising for non-governmental organisations.

This year the UN will coordinate its activities through the UN Development Assistance Framework (UNDAF) for Angola, with the UN Development Programme being the lead UN organisation inside the country.

The UN Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA) closed last June with some of its functions transferred to the Transitional Coordination Unit (TCU), until December 2005, reports the London-based ACTSA - Action for Southern Africa.

Meanwhile the UN's World Food Programme continues to feed around a million people in Angola but because of lack of funds has cut rations to recipients by half. The WFP in Angola still needs \$5m, or 88,000 tonnes of food, for its programme until the end of this year. The WFP's Vulnerability Assessment report for 2004-05 gives around 1.5 million people as exposed to food insecurity - a figure the Angolan government says is underestimated.

UNHCR is due to restart its voluntary repatriation programme in March, and is planning to complete the work of assisting in the return of 54,000 Angolans living in neighbouring countries. It aims to finish its repatriation programme this year.

"Although the situation in much of Angola has shifted out of a humanitarian emergency, populations now face a critical socioeconomic situation," the United Nations said in its Angola 2005 Humanitarian Framework.

According to UN estimates, 45 percent of Angolan children suffer from chronic malnutrition, only 35 percent have access to primary health care, and 38 percent do not have access to potable water.

Meanwhile some observers suggest that the time for a donors' conference is this year, because at the end of September 2006 will be an election, and possibly a presidential election in the following year.

Chinese credit

But even before this get-together loans and investment is flooding in.

The massive \$2 billion credit line from China is being used to rebuild many of Angola's roads, railways and bridges destroyed during the war, but it is tied aid - 70 percent of the work goes to Chinese firms and 30 percent is subcontracted to Angolan firms.

The other big player is the South Africa. Construction is the biggest sector and giants such as Murray and Roberts are involved, but capital accumulated by some of the MPLA elite, including generals in its army, is being invested in large-scale agricultural schemes for crops and animal production. Expertise is coming from the EU or from SA, such as in the case of the SA commercial fruit grower Duroi.

The Angolan business elite is coming down to South Africa to bank its proceeds - because of the lack of development of the banking sector they often arrive with suitcases full of cash.

Some of the SA big banks have now adopted informal identification procedures that get round the tighter financial regulations in place to stop money laundering.

SA banks are also eyeing the financial sector. Investec in 1996 led the way with an investment in the BAI bank in Angola - local analysts say this turned out to be a very good investment - and Rand Merchant Bank, Standard Bank and Nedcor are among those now seeking entry.

Obstacles to a further boom in business with Angola lie largely with language constraints and the complex formal procedures demanded by the Angolan authorities. Yet the Angolan embassy in Pretoria is processing 25-30,000 visas a year and the planes are packed.

Thousands of South African companies are involved in Angola but in many of the business exchanges Angola does not gain - often small and medium sized companies in SA are piggy-backing on larger companies to supply services. They are paid back in SA.

Ruling Party Political Secretary On Simultaneous Elections

All Africa Global MediaComtex Global NewsComtex International 03-02-2005

Luanda, Feb 03, 2005 (Angola Press Agency/All Africa Global Media via COMTEX) -- Angola's ruling MPLA party political affairs secretary, Joao de Almeida Martins "Ju", said Tuesday in Luanda that simultaneous holding of presidential and legislative elections will require concert among the country's political actors.

Speaking at a press conference during which MPLA unveiled its political agenda for this year, Ju Martins said that in the light of the legislation currently in force in the country, the President of the Republic and the National Assembly (parliament) have differentiated mandates.

He said that should there not be disturbance that resulted from the post-elections of 1992, the elections would not be held simultaneously as the current constitutional framework sets five years for the election of the President of the Republic and four for the Parliamentarians.

For this reason, Ju Martins stated, the bills drafted by the political parties, in possession of the Parliament for analysis, do not verse on this matter as it is not part of the ordinary legislation.

However, he said that it is up to the political actors that have constitutional power to convene the election, evaluate and ponder over the utility, opportunity and need for the elections to be held simultaneously or in different stages.

He thus mentioned a number of factors of political nature like stability, security and logistics, that could be taken into account to settle the dispute.

Commenting on the nomination of the MPLA candidate for the next presidential elections, the politician said that the matter does not have to respond to legal obligations or imposition resulting from the preparation of the electoral process.

He argued that the timings depend on the strategies of the political parties and the candidates themselves.

Government Approves Resolutions of Immediate Implementation

All Africa Global MediaComtex Global NewsComtex InternationalComtex Wall Street 31-01-2005

Luanda, Jan 29, 2005 (Angola Press Agency/All Africa Global Media via COMTEX) --The Government Friday approved in Luanda a resolution that defines the working methodology for the implementation of provincial programmes for the betterment and augment of basic services rendered to the populations, diplomas of immediate application.

According to a press release issued at the end of the first ordinary session of the Council of Ministers, presided over by President, Jose Eduardo dos Santos, the provincial governments have been instructed to promote the involvement of the local councils of social concert, the representatives of churches and traditional entities, in monitoring the application of projects.

The Council of Ministers also approved the resolution that authorizes the Ministry of Territory Administration and the provincial governments to promote the holding of local meetings of cadres, in the ambit of the 30th anniversary of the national independence, with a view to achieve a more ample participation of the population in the search for solution of the different problems the country is facing.

The Cabinet also approved the organic statutes and the respective decrees which turn Luanda and Mocamedes Railways companies into public institutions, as well as the established agreement between Angola and the USA on the handing over of people to international courts of justice.

It also approved the draft law on seeds which envisages to establish the control and fiscalization of the production, trade, importation and exportation of germs, in order to ensure its quality and contribute for the increase of agricultural production, thus preventing the entry of improper seeds into the country.

The Council of Ministers was informed on the situation around the arrangements for the festivities of the 2005 edition of the carnival, and got acquainted with the agreement for the creation of Central Africa's Forest Commission (COMIFAC) which is aimed at co-ordinating

the efforts for the adoption of national harmonized policies of exploration and use of forestal resources.

It was also briefed on the impounding of the 747-Boeing airplane belonging to the Angolan Air Company (TAAG), in South Africa, having recommended immediate and pertinent measures to solve the matter.

Angola: Appointment of New Justice Ombudsman Sparks Concern

All Africa Global MediaComtex Global NewsComtex International 26-01-2005

Luanda, Jan 26, 2005 (UN Integrated Regional Information Networks/All Africa Global Media via COMTEX) --The appointment this week of Angola's first Justice Ombudsman has sparked concern among human rights activists, who fear a lack of transparency and consultation in the process will render the position ineffective.

Former Justice Minister Paolo Tjipilica - the sole candidate for the post - is expected to be confirmed by a vote in the National Assembly on Friday.

Human rights organisations and civil society groups are up in arms because they have had no part in the selection procedure.

"The Angolan government has violated the rules of the game," said one human rights worker. "They are going against international guidelines - the Paris Principles - which expect a consultation with civil society over the nomination of the candidates, as well as the structure and function of the whole institution."

Parliamentarians at a workshop held last month to discuss such a role, promised in their concluding remarks that: "The Ombudsman should be a credible individual, and acceptable to all sectors of society."

"They committed themselves to an open consultative process, which they have now not followed," the human rights worker told IRIN.

In an effort to quell the rising tide of criticism, the government has taken the unusual step of organising a special hearing on Thursday, at which civil society representatives will be able to ask questions. But human rights activists say this is too little, too late.

"This is certainly a concession - recognition of a failure to consult in advance - but the fact remains that this candidate is hand-picked by the president, and there is no way we can change that," the human rights worker commented.

RIGHT DIRECTION

The UN Office of the High Commissioner for Human Rights (OHCHR) has applauded the government's willingness to set up a national human rights institution, which is regarded as a top priority in post-conflict countries such as Angola, where a brutal 27-year civil war ended in April 2002.

Such institutions are seen as vital to the peacetime development of a culture of human rights, creating a space for dialogue and complaints, and assisting the state to improve its human rights framework and reporting mechanisms.

"We welcome the establishment of a national institution [for human rights] in Angola, but we very much stress that the process is critical to its eventual success," Orest Nowosad, coordinator of the National Institutions Unit at OHCHR, told IRIN.

He is apprehensive that any individual appointed to the post of ombudsman without extensive discussion by civil society would lack the public legitimacy needed to make the office a success.

"This is a public institution meant for the people of Angola. Our experience shows that the institution will have greater problems gaining public credibility if there is no consultation," Nowosad said. "We are saying: slow the process down; don't be in such a rush - invest in the time you have and the support for this process, and don't go too quickly and create suspicion and uncertainty where it is not warranted."

He agreed that the state had the right to implement whatever appointment process it chose, but warned that without transparency it would not work. "People have to feel that it is their own initiative: it's not a government body; it's not an NGO - it is a bridge between the two and, to be strong, that bridge should have the contribution of both sides," he pointed out.

Based on its experience in other countries, OHCHR has advised Angola to establish strong legislation, clearly spelling out the mandate and function of the ombudsman and any future Human Rights Commission.

"These institutions are established by law and, at the moment, in Angola there is no parliamentary legislation concerning such an institution - we need that to add meat to the bones, to give the institution its power; its mandate," Nowosad said.

Arvind Ganesan, the director of Human Rights Watch, agreed that an unclear process and undefined structure were problematic. "The absence of legislation or process is disturbing," he commented. "It is critical at this point in time, in a post-conflict period and with elections on the horizon, that things are done well, and institution-building like this is done in an open and transparent manner."

Education Minister Opens Nuclear Energy's Radio Protection Lab

All Africa Global MediaComtex Global NewsComtex InternationalComtex Wall Street 03-02-2005

Luanda, Feb 03, 2005 (Angola Press Agency/All Africa Global Media via COMTEX) --A Radio-Protection Laboratory of the Nuclear Technology and Science's Multisectoral Nucleus (NMCTN), designed to control every radioactive material activity was inaugurated today in

Luanda by the Education Minister, Burity da Silva, on behalf of the Prime Minister, Fernando Dias dos Santos.

Mr da Silva stressed the human and strategic importance of the laboratory in the research and analysis of emitted rays in areas such as health, where it will be possible the detection of their harmful effects in certain diseases and in agriculture, taking into account that Angola is country that imports cereals, meat, chickens some of them with radioactivity charge.

To the Angolan Minister, when one is speaking about nuclear energy people think on arms.

"Angola while a country without expansionist objectives, does not set up institutions to promote actions of violence, but to protect its population in various fields", he underlined.

The laboratory, he added, will enable the carrying out of previous analysis on products to examine whether their contaminated or not, which represents a protection for public health.

On his turn, the Minister of Sciences and Technology, Joao Baptista Ngandajina, emphasised that the laboratory, estimated at USD 239,000, will help the country in the development of several projects aiming the eradication of diseases, through the sterilisation of the insects that cause the illnesses.

He added that it will also help in the prevention of nuclear accidents, thus saving the local resources.

POPULAÇÃO MAIS CONSCIENTE DOS SEUS DIREITOS

2005-02-25

O conhecimento sobre os direitos humanos aumentou nas comunidades das zonas periféricas de Luanda durante o ano de 2004. As populações têm a percepção de que o ser humano está protegido pela carta universal dos direitos humanos, que o Estado deve respeitar e fazer cumprir através dos órgãos para isso vocacionados. Os cidadãos percebem também cada vez mais que o Estado possui instituições competentes a quem podem recorrer para solucionar os seus conflitos de acordo com a lei vigente no país.

Estes dados constam de um relatório de avaliação do Programa de Promotores de Justiça e Paz da Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz da Igreja Católica, a que o "Apostolado" teve acesso.

O documento faz alusão ao crescimento do número de casos encaminhados aos órgãos de justiça por parte de pessoas, que não tendo recursos para constituição de um advogado, recorreram ao serviço de assistência judiciária daquela Comissão da Igreja Católica. Nesta vertente refere igualmente uma considerável aproximação aos órgão judiciários.

De acordo com o relatório, estes resultados foram alcançados através de vários cursos ministrados às comissões paroquiais de Justiça e Paz, às comunidades e às suas lideranças sobre Direitos Humanos, Lei Constitucional, Organização dos Tribunais, Resolução de conflitos dentre outros temas.

OS PROBLEMAS DAS COMUNIDADES

Um dos problemas mais visados pelas populações da periferia da capital do país é a posse de armas de fogo por civis não identificados. As comunidades manifestam, por isso, grande preocupação por ser este um factor de permanente intranquilidade sobretudo durante a noite.

Aliado a este facto, a frequente violação de menores surge também como consequência do descontrolo da utilização de armas, havendo áreas suburbanas onde os residentes são obrigados a fecharem-se dentro das suas casas ao princípio da noite. Grande parte das vítimas são os estudantes dos cursos nocturnos.

Outro problema citado no relatório é o número ainda grande de população deslocada não reassentada, que não sabe como regressar às suas áreas de origem, facto que incrementa os conflitos no seio das comunidades. Decorre disso as más condições de vida e o analfabetismo devido a falta de recursos.

A violência doméstica, a burla, a corrupção e o menosprezo de pessoas de terceira idade são outras dificuldades encontradas nas comunidades e relatadas no documento.

A avaliação ao referido Programa foi realizada durante o último mês de Dezembro por um consultor independente às comunidades de 29 paróquias de Luanda. Este Programa teve início há cinco anos, quando o gravar do conflito provocou um aumento da violação dos direitos humanos.

MARCHA DE ESTUDANTES FRACASSADA

2005-02-23

A Polícia impediu nesta quarta-feira os estudantes de se manifestarem em Luanda contra o aumento do preço dos autocarros. Alguns dos estudantes chegaram mesmo a ser detidos, mas foram libertados pouco depois.

Os estudantes concentraram-se no Largo das Escolas com cartazes onde se lia "bolsas de estudo para todos", "internet nas escolas", "bibliotecas informatizadas" e "maior investimento no sector da educação", mas não estavam autorizados pelo Governo de Luanda a realizarem a marcha de protesto que pretendiam, tendo havido por isso a intervenção de um forte dispositivo da polícia.

Segundo o presidente do Movimento de Estudantes de Angola, M'fuka Muzemba, a sua organização cumpriu com o que está legislado sobre a matéria. M'fuka Muzemba adiantou que o Movimento fará chegar ao Presidente da República "uma petição para a necessidade urgente do Conselho de Ministros aprovar um decreto que autorize os estudantes a terem o acesso livre aos transportes públicos mediante o seu cartão de escola, para que não se espere mais o tempo previsto pela comissão de trabalho que está a lutar tanto para se conferir esse passe".

O porta-voz do Governo de Luanda, Ladislau Silva, referiu à Ecclesia que as autoridades não autorizaram a marcha "porque a lei não autoriza a realização de actos desta natureza em dias e horários de trabalho. Portanto está tudo estipulado na lei e qualquer incumprimento obriga a parecer negativo".

Por sua vez o porta-voz do Ministério da Educação, António Campos, disse não compreender a posição dos estudantes e acusou-os de "má fé" depois do entendimento a que as partes chegaram na segunda-feira passada.

Há dois anos que o Movimento de Estudantes Angolanos tem pressionado o Governo para que aprove um passe que permita aos estudantes o acesso livre aos transportes públicos. Recentemente, Governo criou uma comissão para estudar o assunto e apresentar propostas no prazo de seis meses.

MPLA e oposição convergem sobre Pacote Legislativo Eleitoral

O deputado do MPLA, Bornito de Sousa, que qualifica o encontro com a oposição de frutífera

Luanda, 24/02 - O encontro exploratório sobre o Pacote Legislativo Eleitoral promovido hoje, em Luanda, pelo grupo parlamentar do MPLA com a oposição representada na Assembleia Nacional (AN), foi marcado por alguns pontos de convergência.

Falando à imprensa no final da reunião, o presidente da bancada parlamentar do MPLA, Bornito de Sousa, qualificou o encontro de frutífero, porquanto permitiu chegar-se a alguns consensos sem grandes dificuldades, sendo um deles a transferência dos debates em torno da matéria para as correspondentes comissões da AN.

"O encontro visou o estudo da metodologia a seguir na apreciação do Pacote Legislativo Eleitoral que sustentará o processo eleitoral, bem como uma primeira troca de impressões sobre algumas das questões mais candentes que têm sido levantadas em sede do projecto", esclareceu.

Optimista quanto à aprovação das leis até finais de Março, Bornito de Sousa salientou que os deputados encararam ainda a pertinência dos grupos parlamentares indicarem técnicos para trabalhar com a primeira Comissão da AN, no sentido de redigirem projectos únicos com base nas instruções dos respectivos partidos.

"A reunião propiciou um diálogo franco e fraterno no sentido de se alcançar os consensos necessários à volta das leis que irão gerir todo o processo eleitoral, por forma a facilitar a discussão sobre a matéria a nível da plenária da AN", assim

expressaram os deputados da oposição.

Para Daniel Maluka, do grupo parlamentar da UNITA, Angola é de todos os angolanos e para honrar o país tudo será feito no sentido de se obter os consensos afins, em prol do desenvolvimento da Pátria.

Por seu turno, a deputada Anália de Victória Pereira, do PLD, disse que as leis eleitoral e do registo eleitoral são as que mais preocupam o seu partido, por serem os principais diplomas que sustentarão o resto da legislação inerente ao processo, daí a necessidade de acautelar eventuais erros.

De resto, a oposição preferiu remeter a discussão sobre a Agenda Nacional de Consenso, que o MPLA levou à mesa das conversações para uma pré-abordagem, alegando que o pacote legislativo eleitoral é neste momento a questão primária dos políticos.

No quadro dos contactos exploratórios que o MPLA iniciou hoje à volta das leis eleitorais, o seu grupo parlamentar vai reunir-se sexta-feira, em Luanda, com os representantes dos partidos extra-parlamentares, para auscultar os seus pontos de vista sobre a matéria.

O pacote de propostas legislativas, já em posse da AN desde Janeiro deste ano, comporta as Leis Eleitoral, dos Partidos Políticos, de Observação Eleitoral, do Código de Conduta Eleitoral, do Registo Eleitoral, do Financiamento dos Partidos Políticos e do Direito de Antena.

Angola poderá ser modelo na luta contra a Sida na África Austral - enviado da ONU

Luanda, 23/02 - O enviado especial do secretário-geral da ONU para o Hiv/Sida em África, Stephen Lewis, fez hoje votos para que Angola venha a converter-se, em breve, num modelo na luta contra a pandemia, na região da África Austral.

Stephen Lewis manifestou este optimismo à saída de uma audiência com o primeiro-ministro angolano, Fernando da Piedade Dias dos Santos, com quem disse ter trocado impressões àcerca da vulnerabilidade a que o país está exposto, neste período do pós-guerra, em matéria de Sida.

Esta preocupação levanta-se pelo facto de Angola estar a receber centenas de milhares de pessoas que estiveram refugiadas no exterior e a vulnerabilidade das suas fronteiras, que está a permitir a entrada de outros milhares de pessoas.

A mesma preocupação põem-se em relação aos "grupos de alto risco", em que se incluem as crianças de rua, prostitutas, camionistas e outros, que devem, por isso, levar o Governo a tomar muito em consideração.

O enviado de Kofi Annan elogiou, contudo, o papel que o Presidente da República, José Eduardo dos Santos - na sua qualidade de coordenador da Comissão Nacional de Combate à Sida - tem vindo a desempenhar nesta luta.

No que se refere ao programa global de luta contra a pandemia em África, Stephen Lewis apontou o Uganda e o Senegal como modelos, respectivamente, no leste e oeste do Continente, pelo que está esperançado em ver o mesmo acontecer em relação a Angola, no sul.

Caso esta expectativa se venha materializar, disse, estará assim formado o "triângulo da esperança" no combate a este flagêlo.

Questionado sobre a contribuição das Nações Unidas no programa angolano de combate à Sida e outros flagêlos, o enviado de Kofi Annan ressaltou o apoio que esta organização mundial está a prestar ao Fundo Global na luta contra a tuberculose e a malária, mas espera conseguir 19 milhões de dólares para ajudar o país na luta contra a Sida.

A "família das Nações Unidas" que, entre outros, integra o Banco Mundial, PNUD,

UNICEF, FNUAP e OMS, sob coordenação da ONUSIDA, está seriamente empenhada em dar resposta aos projectos do Governo angolano.

Stephem Lewis está em Angola essencialmente para tomar contacto com as políticas do seu governo relativamente à doença.

Firma de diamantes Alrosa também trabalhará na Lunda-Norte

Luanda, 22/02 - O presidente da firma russa de diamantes Alrosa, Vladimir Kalatini, disse hoje, em Luanda, que a sua companhia irá colocar em funcionamento, a partir de Março próximo, no projecto Luô, na Lunda-Norte, a segunda fase de tratamento desta pedra preciosa.

A companhia Alrosa já trabalha no projecto de Catoca, província da Lunda-Sul, há mais de seis anos, onde já tratou de três mil e 160 mil toneladas de minério, explorados mais de 2.693 mil quilates de diamantes e as receitas de comercialização desta pedra preciosa atingiram aos 169, 5 milhões de dólares e o lucro líquido de 38 milhões desta moeda.

Trata-se de uma cooperação "muito concreta" com a estreita cooperação com a companhia nacional angolana de diamantes (Endiama), acrescentou aos jornalistas depois de uma audiência concedida pelo Chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos.

Esta cooperação, disse, constituiu o cerne deste encontro, asseverou o engenheiro russo, cuja empresa de que é patrono pretende investir em Angola nas áreas da energia eléctrica, agricultura, entre outras.

Detentora do monopólio de exploração de diamantes no seu país, a Alrosa já investiu em Angola cerca de 150 milhões de dólares, onde além da Endiama, mantém parceria com a multinacional brasileira Odebrecht e a israelita Daumonty.

O projecto "Aldeia Nova", no município do Waku-Kungo (Kwanza-Sul), deverá arrancar, em Setembro do próximo ano, com o cultivo minifundiário de terras, a criação de gado, a produção de leite e a actividade agro-industrial.

Aldeia Nova tem mais um ano para arrancar com a produção

Ontem, a Comissão Permanente do Conselho de Ministros aprovou um relatório que prevê a recuperação nos próximos meses dos atrasos acumulados no ano passado, apresentado pelo Ministério das Obras Públicas.

O projecto "Aldeia Nova" inclui a construção de uma incubadora para mais de dois milhões de pintos, uma central de ração animal, um moinho de farinha de milho, uma fábrica de óleo alimentar, uma leitaria, um matadouro de aves, bovinos e suínos, um centro de adubos e sementes, um laboratório para análise de solo e protecção dos vegetais, um posto de abastecimento de combustível, uma serralharia e oficina.

O projecto prevê igualmente a construção de 200 moradias familiares e a recuperação de 400 outras, a preparação de 15 mil hectares de terras para o cultivo em sociedade, e envolverá a fixação de 800 famílias, sendo cerca de metade de desmobilizados e outra parte de residentes.was

050224Executivo defende delimitação clara de fronteiras com a Zâmbia

Aquele órgão restrito do Conselho de Ministros, que procedia à apreciação de um relatório sobre as condições dos reclusos angolanos naquele país, reconheceu que "existem problemas", constatados por uma delegação multisectorial, que efectuou uma visita àquele país em finais do ano passado.

"O relatório apresentado recomenda que, para ultrapassar os problemas ainda existentes, se reconsidere o reforço das relações político-diplomáticas", lê-se no comunicado de imprensa da reunião.

O Governo recomenda ainda que se crie um grupo permanente de acompanhamento, apoio e assistência aos reclusos angolanos na diáspora.

O grupo empresarial chinês ZTE Corporation International vai investir 400 milhões de dólares no sector das telecomunicações.

China vai investir USD 400 milhões em telecomunicações

Trezentos milhões deste montante serão investidos na construção da rede nacional da Angola Telecom, enquanto os restantes 100 milhões vão para a rede militar de telecomunicações, construção de uma fábrica de produção de aparelhos móveis, criação de um Instituto de Telecomunicações para a formação de quadros angolanos e para a criação de um laboratório para as actividades de pesquisa no domínio das telecomunicações.

A Comissão Permanente do Conselho de Ministros aprovou as linhas que vão reger a cooperação entre Angola e a ZTE Corporation International, proposta levada à quarta reunião ordinária daquele órgão restrito do Conselho de Ministros pelo gabinete do ministro-adjunto do primeiro-ministro.

A materialização das intenções de investimento da ZTE será feita por duas comissões de trabalho a serem criadas por recomendação da Comissão Permanente, no quadro da regulamentação em vigor no país sobre o investimento estrangeiro.

A Comissão Permanente do Conselho de Ministros foi ainda informada sobre o Projecto Hidrochicapa, que visa fornecer energia eléctrica de qualidade para as minas diamantíferas da Lunda-Sul, em especial em Catoca, e também para o consumo público da região.

“O relatório sobre o assunto regista desde já que a produção prevista para o projecto não será suficiente para a procura actual e prevista num futuro próximo, concluindo por isso serem necessários outros empreendimentos similares”, lê-se no comunicado.

Deliberação Estado transfere para a iniciativa privada actividades indevidamente exploradas

O Governo vai transferir para a iniciativa privada actividades indevidamente exploradas pelo sector público, através da adopção de uma política para reordenar a sua posição estratégica na economia no biénio 2005-2006.

Governo vai reestruturar sector empresarial público

Santos Vilola

O Estado pretende desta forma combater o excesso de pessoal, custos elevados, baixos níveis de produção, ineficácia, insuficiência de liquidez, endividamento elevado, elevados créditos sobre o Estado e acumulação persistente de resultados negativos na maior parte das empresas públicas, reestruturando o sector empresarial do Estado. Ontem, a Comissão Permanente do Conselho de Ministros aprovou o memorando

sobre os pressupostos para a definição e implementação da nova política para o sector empresarial do Estado no biénio 2005/2006, apresentado pelo Ministério das Finanças.

A nova política do Governo, de acordo com o comunicado de imprensa da quarta reunião ordinária do órgão restrito do Conselho de Ministros, “vai permitir que as empresas públicas voltem a assumir-se como um dos pilares fundamentais para a consolidação da estabilidade macro-económica e o relançamento sustentável da economia”.

Noutra vertente, a reunião da Comissão Permanente do Conselho de Ministros, orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, aprovou o projecto de resolução sobre o acordo entre o Governo angolano e a Associação para o Desenvolvimento Internacional do Banco Mundial.

O acordo foi negociado pelo Ministério do Planeamento no quadro da estratégia de combate à pobreza.

Os objectivos do acordo serão a reabilitação económica, o restabelecimento da administração do Estado em todo o território nacional e a criação de condições duradouras para a reconstrução. A estratégia do combate à pobreza prevê o financiamento da primeira fase do Projecto Multi-sectorial de Reabilitação e Reconstrução.

Este projecto, de acordo com o comunicado, “visa aumentar as receitas rurais e melhorar a segurança alimentar e o acesso aos serviços essenciais de educação e saúde nas províncias alvo, reabilitar infra-estruturas económicas e sociais e reforçar a capacidade do Governo para formular e implementar programas de desenvolvimento de médio e longo prazos”.

Business Daily Update

February 23, 2005

CHINA'S TRADE WITH MAJOR AFRICAN PARTNERS IN 2004

China's trade with major African partners in 2004 (millions USD) :

Country	Total	Change Change	Export Change	Import
S. Africa	5,912	52.8% 60.9%	2,952 45.5%	2,960
Angola	4,910	108.8% 113.8%	193 32.7%	4,717
Sudan	2,521	31.3% 18.3%	815 70.5%	1,705
Nigeria	2,182	17.5% 546.4%	1,719 -3.7%	463
Egypt	1,576	44.7% 23.0%	1,389 48.3%	188

Source: General Administration of Customs.

RTP Internacional TV, Lisbon

February 22, 2005, Wednesday

Angola opposition calls for independent poll body as violence mars runup to poll

Presenter: UNITA National Union for the Total Independence of Angola is calling for national consensus so that the next general elections in Angola will take place in a peaceful environment. Isaias Samakuva asked the power structures to be impartial

so as to avoid past mistakes. The UNITA leader was speaking in Huambo at a rally after the party's Permanent Committee meeting.

Reporter Inacio Cardoso: At a rally attended by approximately 3,000 people in Huambo Province, a UNITA stronghold, Isaias Samakuva recalled that the elections in 1992 resulted in a return to war because they were not well organized, and because there were scams which resulted in the results being challenged. UNITA does not accept the government's intention of wanting to control the electoral process.

Samakuva: The elections cannot be organized by those in power. What are they going to do? We are not saying that they will steal the elections, but they will manipulate the elections to their advantage. It is therefore necessary that an independent organ should organize the electoral process.

Cardoso: Samakuva informed the people about the government's responsibilities to create conditions for the well-being of all, adding that the war should no longer be the reason for so much misery.

Samakuva: The schools do not function

because there is war. The roads have potholes because of the war, the hospitals are not enough because there is war. There is no electricity in cities because of the war, and there is no water because of the war. When did the war end? Have all these issues been resolved? No, things have instead become worse.

Cardoso: Samakuva and the rest of the party management left the Central Highlands for Bie and Cuando Cubango, which were the provinces most affected by the war and where, like in Huambo, and as part of a pre-election campaign, UNITA will assess its support base.

Carla Adao: This UNITA rally in Huambo was marked by acts of violence. Five UNITA sympathizers were wounded in confrontations with people who were protesting against the party's presence in Huambo.

Cardoso: The UNITA rally was stained by blood. In the suburbs of Huambo City, acts of violence took place between anti-UNITA supporters and UNITA members who were on their way to the rally. The result of political intolerance is five people wounded, two of whom are in a serious condition. Antonio Sapalo was intercepted

on his way to the rally, and attacked with an iron rod for wearing a UNITA T-shirt. They broke his jawbone, an arm and some ribs.

Victim Antonio Sapalo: They assaulted me because I was wearing a UNITA T-shirt, and they wanted to kill me.

Cardoso: The other victims were wounded in similar circumstances, all because they belong to UNITA.

Victim: Manuel Benjamin I was at the market with this T-shirt, and on leaving I was confronted by two men who asked me

if I belonged to UNITA, and I said yes. They then said they will have to kill me because I belong to UNITA. Afterwards they stabbed me and took off my T-shirt.

Unidentified victim: I left my neighbourhood, Sao Pedro, and when I reached Commerce Road, I was confronted by a group of men who hit me with stones, and said that the reason was because I was going to the rally.

Cardoso: On the day of the rally, and a few minutes before Isaias Samakuva's speech, the residents of Huambo city were surprised by a strong explosion. It was

thought to be a demining operation, but the UNITA management says that it is yet another act of intimidation to stop the people from attending the rally.

19/01/2005 ANGOLA

Sonangol's Agenda for 2005

Now producing over one million barrels per day due to the production start-up on the Kizomba A field last August, Angola is going to take up a number of challenges facing oil operations in the country this year. Luanda will try to limit its dependency on oil-backed loans (even if it is presently mounting a fresh operation), launch exploration on its on-shore and marginal fields and put paid to Angolagate, an affair involving arms purchases with oil money that is currently under investigation in Paris.

Mandate for JP Morgan . For several years now, state-owned Sonangol has been thinking of issuing bonds on the international market to limit its recourse to oil-backed loans, which are highly expensive (AEI 358). With that goal in mind, the company is endeavouring to comply with all its obligations towards lenders so as to have a completely clean credit record. It has asked the American branch of Banco Africano de Investimentos (BAI), a private Angolan investment bank in which it holds 17.5%, to work on the matter. (BAI's office in Washington is headed by Ted Giletti, a former executive of Standard Chartered Bank, which has mounted most of Angola's oil-backed loans).

Africa Energy Intelligence understands Sonangol more recently asked the U.S. establishment JP Morgan , to advise it on its future bond issues. But in the meantime Sonangol is following up its Esperanca operation mounted by Standard Chartered in 2004 for \$2.25 billion with a new oil-backed loan this year, but for a more modest sum (around \$1 billion).

Somol, a New Oil Firm. The other big issue for Sonangol this year will be to open up the country's marginal fields which have long been neglected. Angola's oil officials tried in the 1990s to set up a local oil company, Force Petroleum, to explore offshore areas off Cabinda and the Kwazaa basin. Mounted with the Norwegians Nil Trusvilk and Einar Bandlein, the bid fizzled out and the company was wound up last year. Immediately afterwards, however,

Angola's nomenclatura formed a new company, Somoil, to carry out the projects that Force Petroleum couldn't push through. Somoil is presently in talks with several juniors interested in the Kwanza basin and in two marginal fields, Morsa and Secunda, in Angola's shallow offshore. Among the juniors is France's Maurel & Prom, headed by Jean-Francois Henin.

Luanda Cleared in Switzerland. Swiss investigators who have been probing the theft of money from Angola's repayments to Russia since 2002 last month dropped all proceedings against French businessman Pierre Falcone, who holds a mandate to act on Angola's behalf. The case's dismissal was rooted in the fact Russia had submitted no complaint in the affair. Emboldened by this first judicial success, Luanda is expected this year to make every effort to see that France, in its turn, withdraws its complaint against Falcone for arms trafficking, a complaint at the origin of the French inquiry.

France's Total has been the chief victim of the France-Angola standoff in Angolagate, and pressure is continuing to mount on the company. After withdrawing Total's rights on block 3/80 - one of three licenses forming block 3 in Angola's shallow offshore - Sonangol has deprived the French group of its exploration rights on block 17. The decision doesn't affect Total's production in Angola -- most of the output from Girassol and Dalia (92,000 and 90,000 bpd respectively) is pledged, anyway - but will weigh on the company's growth. Total has indeed made 15 discoveries on block 17 over the years. The latest was in April, 2003. If Paris takes no concrete steps other contracts could be denied Total, to the advantage of its rivals. But although Total has got a lot to lose in the matter, it would be politically costly to the French government to withdraw the complaint, which was lodged by the defense ministry. The affair was largely covered by the media in France and Paris would lose face if it dropped the matter.

AFRICA ENERGY INTELLIGENCE N° 385

Angola – La Lettre du Continent

N° 464 10/02/2005

ANGOLA

Après Crossoil, Manuel Vicente et Costa Désidério dans Somoil ?

La Sonangol est en train de créer une myriade de filiales dans son orbite avec, toujours, le "patron", Manuel Vicente et le ministre du pétrole, Desiderio da Costa, dans leur conseil d'administration. Dans le trader Crossoil dirigé par Jack Sigolet l'ancien grand organisateur pétrolo-financier d'Elf, figurent ainsi, comme administrateurs, Desiderio da Costa (président) et Manuel Vicente aux côtés de Marc Bétemps, Nicolas Junod, Jean-Michel Frautschi et Michel Rossé. Le "réviseur" est la société fiduciaire Revisiana SA. Les mêmes personnalités angolaises ont créé la Somoil, cette fois-ci pour développer des champs marginaux. Selon nos informations, Maurel & Prom qui s'est mise sur les rangs pour négocier avec Somoil les champs de Morsa et Secunda, n'a aucune chance actuellement. La Sonangol a reçu des consignes du chef du "Palais rose", José Eduardo dos Santos, dit "Zedu", de ne rien signer

avec une entreprise pétrolière française tant que le dossier Falcone-Angolagate n'a pas avancé à Paris. Rappelons que "Zedu" souhaite un geste "concret" de Paris : soit la levée du mandat international contre son "mandataire" Pierre Falcone, soit la levée par le ministère de la défense de la plainte pour trafic d'armes. Bon courage !

N° 463 27/01/2005

ANGOLA

Etude KPMG du commerce angolais

KPMG qui a déjà audité le secteur pétrolier angolais à la demande du FMI a été chargé par le ministère du commerce d'une évaluation de ce secteur pour proposer un programme de promotion.

N° 463 27/01/2005

ANGOLA

Suisse de jour et Suisse de nuit

Les Angolais vont devoir acheter "le suisse sans peine" pour comprendre les attitudes paradoxales des uns et des autres à leur égard...

Les affaires étrangères suisses torpillent la justice genevoise Luanda va avoir un peu de mal à décrypter le coup bas que vient de lui porter "La Suisse et le monde", la revue du Département fédéral des affaires étrangères. Alors que Daniel Zappelli, le procureur général de Genève, vient tout juste de blanchir la dette russe, le 21 décembre 2004 (LC N°462), Berne s'est mis à tirer à boulets rouges contre Eduardo dos Santos, le président angolais, dans un article intitulé : "Avoirs des potentats, des milliards dont on ne veut pas", paru en janvier 2005.

Mis au même rang que Sani Abacha, l'ancien dictateur du Nigeria, les responsables angolais sont carrément accusés d'avoir détourné une partie de la dette russe sur un compte au Luxembourg, alors que leur pays "souffre de la plus grande pauvreté en dépit de ses richesses pétrolières". L'article est signé Priscilla Imboden, rédactrice économique à la radio DRS.

Comment expliquer ce couac entre Genève et la capitale suisse ? Au nom de la paix sociale, la Confédération est gouvernée depuis plus d'un demi-siècle par quatre partis politiques, trois de droite et le Parti socialiste. Les trois premiers se chargent du business, les progressistes cherchent à redorer l'image de la Suisse, notamment à l'étranger. Le ministère des affaires étrangères est donc confié à la socialiste genevoise Micheline Calmy-Rey. En revanche, Daniel Zappelli (Parti radical) a été élu procureur sur un programme clair : l'enterrement de toutes les affaires de blanchiment qui portent atteinte à la place financière. Des affaires

soulevées par son prédécesseur Bernard Bertossa (socialiste) et par le juge d'instruction Daniel Devaud (Alliance de gauche, regroupant communistes et l'extrême gauche).

A Paris, on est également dans le bleu avec Luanda... Le deal négocié par l'Elysée avec les responsables angolais dans le cadre de l'Angolagate n'a pas tenu. Il prévoyait le retour de Pierre Falcone en France et la reprise de ses "interviews" par le juge Philippe Courroye sans qu'il ne soit arrêté puisque désormais protégé par une immunité diplomatique angolaise. Ne faisant pas confiance au juge, Falcone a remis la pression sur le président José Eduardo dos Santos dont il est le mandataire personnel. En ricochet, ce dernier tord le bras de Total et menace que si, à la date-butoir du 15 février, son mandataire Falcone n'obtient pas un quitus en France, c'est le développement des champs du bloc 17 de la compagnie qui sera menacé...

En dix ans, Thierry Desmarest a fait de Total une major

824 words

19 February 2005

Le Monde

17

French

(c) Le Monde, 2005.

Quand Serge Tchuruk a imposé Thierry Desmarest comme son successeur à la présidence de Total, en juin 1995, qui aurait prédit que ce numéro deux discret, presque timide, ferait, en dix ans, de l'éternel challenger d'Elf le quatrième pétrolier mondial ?

Cet homme du sérail, membre du corps des Mines, était pourtant surnommé "le petit prince de l'or noir" au sein de son groupe, où il est entré en 1981. Sorti de l'ombre, le manager austère s'est mué en raider audacieux, accrochant deux trophées de choix à son tableau de chasse : le belge Petrofina et Elf Aquitaine.

La lointaine héritière de la Compagnie française des pétroles (CFP) affiche aujourd'hui des bénéfices historiques, à l'image des autres majors du secteur. En 1995, Total réalisait 20 milliards d'euros de chiffre d'affaires, pour un résultat net de 1,1 milliard d'euros ; après le rachat de Petrofina, en 1998, il grimpe d'un coup à 62 milliards, pour 2,7 milliards de profits. Dès l'année suivante, il rachète Elf.

En 2004, dans un contexte très favorable au secteur, le chiffre d'affaires a atteint 122 milliards et les bénéfices 9 milliards, en progression de 23 % par rapport à l'année précédente. Nul, désormais, ne songe à contester à Total son entrée dans la cour des grands du pétrole, aux côtés des Shell, BP et ExxonMobil.

M. Desmarest n'a pas engagé sa course à la taille critique dès sa nomination. Contrairement à sa rivale historique Elf Aquitaine, Total a une solide réputation de prudence. Venu du secteur exploration-production, le nouveau patron commence par renforcer la prospection. Il investit

aussi dans la chimie, réduit ses capacités de raffinage et de distribution, engage une relative diversification...

Ce n'est qu'en 1998 que M. Desmarest fait vraiment mentir sa réputation de prudence. L'heure est alors aux fusions des grandes compagnies mondiales et à la naissance de géants comme BP-Amoco et ExxonMobil. Total acquiert le belge Petrofina ; il passe ainsi au cinquième rang mondial mais surtout au premier rang de l'industrie française, devant Elf, qu'il convoite déjà en secret. "J'avais besoin d'avoir une taille suffisante pour reprendre Elf", dit-il aujourd'hui.

"DE PLUS EN PLUS GAZIER"

Un an plus tard, le 5 juillet 1999, le patron du nouveau TotalFina lance un raid surprise sur son concurrent français, avec l'objectif affiché de "créer un acteur pétrolier mondial". A l'époque, le milieu résume la situation d'une formule grinçante : "Elf le voulait, Total l'a fait."

Même si l'image de Total sort abîmée par la marée noire de l'Erika au cours de l'hiver 1999, puis l'explosion de l'usine AZF de Toulouse en septembre 2001, le groupe est désormais sur les rails de la mondialisation.

Aujourd'hui encore, M. Desmarest veut avoir le triomphe modeste. "Il y a dix ans, nous étions le treizième mondial et moins rentable que nos devanciers. Nous sommes aujourd'hui le quatrième, avec une rentabilité au meilleur niveau, calcule-t-il, assis dans son bureau du 44e étage de la tour Total, naguère frappée du sigle Elf. Sans ces opérations, au moins un des deux français aurait été absorbé par un de nos grands concurrents anglo-saxons."

Total n'a, aujourd'hui, "plus d'impératif stratégique de développement externe", assure son PDG. "Hors Etats-Unis, nous avons déjà la même taille que nos concurrents. Et nous allons continuer à croître plus vite qu'eux", souligne-t-il, rappelant que Total a affiché, ces quinze dernières années, un taux de croissance annuelle de 5 % l'an.

Les diversifications ? M. Desmarest entend garder un œil sur le nucléaire, même s'il n'a pas l'intention, dit-il, de monter au-delà de sa participation de 1 % dans le groupe nucléaire Areva, à l'occasion de sa prochaine introduction en Bourse. En revanche, il confirme que son groupe va "devenir de plus en plus gazier", puisque la part de cette activité devrait "passer de 35 % aujourd'hui à plus de 40 % d'ici à 2015". Dès 1995, il n'avait d'ailleurs pas hésité à braver l'interdit américain édicté par la loi D'Amato et à investir dans un champ gazier en Iran.

Son mandat ayant été renouvelé jusqu'en 2007, M. Desmarest, à 59 ans, ne songe pas à sa succession. Il révèle pourtant qu'il a déjà choisi son dauphin. "Son nom est connu de trois personnes, les membres du comité des nominations du conseil d'administration", dit-il. Le nom est inscrit dans une enveloppe scellée, à ouvrir en cas de malheur. Une procédure classique dans un groupe où les dirigeants voyagent beaucoup, et dans des pays instables. L'heureux élu, affirme le PDG, n'est même pas au courant. De quoi alimenter les spéculations en interne...

Jean-Michel Bezat

398691

Document LEMOND0020050218e12j0001s

HOR

MORT D'UN HOMME D'AFFAIRES

2,208 words

15 February 2005

Le Monde

14

French

(c) Le Monde, 2005.

IL y a le prénom, bien sûr, Alfred. Le nom aussi, qu'il faut prononcer "Sirvin" et pas "Sirvenne", corrigeait-il avec l'accent de rocaille de son Sud-Ouest natal. Il y a encore ses phrases, droit sorties d'un dialogue d'Audiard, époque noir et blanc – "Je ne vais pas porter la mappemonde sur mon dos", "Alors là, le plafond tombe !", "Si c'est ça, eh bien, la terre est carrée !" –, ces sentences latines prononcées en détachant chaque mot – "De minimis, non curat praetor", "In cauda venenum" –, et son amour immodéré du vin, des cigares et des roses. Il y a surtout cette vie, commencée le 6 janvier 1927 à Toulouse et qui a épousé, pour le meilleur et pour le pire, la grande et les petites histoires de la France de la deuxième moitié du XXe siècle, ses honneurs et ses tourments.

En cela, Alfred Sirven, mort d'une crise cardiaque samedi 12 février à Deauville, à l'âge de 78 ans, est un personnage absolument français. En tout cas, un de ces personnages comme le pays les aime, bravache et voyou, glissant des palais officiels de la République à ses prisons, au gré d'une carrière commencée dans l'héroïsme – la Résistance à 17 ans, l'engagement volontaire dans les guerres d'Indochine et de Corée –, tombée dans le banditisme à 25 ans – le braquage d'une banque au Japon en 1952 – et poursuivie ensuite dans les plus grandes entreprises françaises jusqu'à l'apogée et la chute, à Elf-Aquitaine. Eminence grise du PDG de la compagnie pétrolière publique Loïk Le Floch-Prigent, il y joua, de 1989 à 1993, tous les rôles à la fois, sous le titre passe-partout de "directeur des affaires générales": éminence grise, meneur d'hommes, agent d'influence et mauvais génie.

Par où commencer ? Par la fin, sans doute, puisque c'est à elle qu'il a dû sa soudaine notoriété. Le vieux monsieur qui a passé ses derniers mois à recevoir ses – rares – amis et ses petits-enfants dans son appartement de Deauville était un condamné en sursis, libéré sous caution en attendant l'arrêt de la cour d'appel de Paris, annoncé pour le 31 mars, dans la plus grande affaire de détournements de fonds jamais jugée sous la Ve République.

De ce "casse du siècle", pour reprendre la formule de l'un des avocats d'Elf, Me Jean Veil, Alfred Sirven était l'un des trois principaux protagonistes, aux côtés de Loïk Le Floch-Prigent et de l'ancien patron des filiales africaines du groupe, André Tarallo. Sur les quelque 305 millions d'euros détournés, la moitié est reprochée au seul M. Sirven et lui a valu une condamnation, en première instance, le 12 novembre 2003, à cinq ans de prison pour "recel aggravé d'abus de biens sociaux". On ne saura jamais quel sort la cour d'appel réservait à celui

que l'avocat général Yves Jannier avait présenté comme le "chef des pirates montés à l'abordage d'Elf" et contre lequel il avait requis une peine d'"au moins huit années de prison ferme".

Pour le grand public, Alfred Sirven a d'abord été une image, surgie sur les écrans de télévision au début février 2001. Un visage hirsute et hâlé, une chemisette à carreaux col ouvert, et deux mains encadrant une feuille sur laquelle on pouvait lire "french fugitive". La police des Philippines venait de mettre la main sur l'homme le plus recherché par la justice française. Aussitôt le mythe Sirven s'emballait. Lors de son arrestation dans la villa qu'il partageait avec son ancienne gouvernante philippine, Vilma – qui était devenue sa compagne de cavale –, celui que ses voisins et complices appelaient "Sir Alfred" avait avalé devant les policiers la carte à puce de son téléphone portable.

Quelques jours plus tard, son carnet d'adresses était dérobé et réapparaissait sur une double page de Paris-Match. Y figurait la fine fleur de l'industrie et du patronat français, des syndicalistes de renom, des hauts fonctionnaires et politiques de tous bords, comme une cartographie des réseaux qu'il avait entretenus, à la confluence du pouvoir et de l'argent. La clé de son magistère était là : il achetait sans grand scrupule fidélités et amitiés utiles, organisant la prise en charge d'une secrétaire, le financement d'une campagne, la remise à flot d'un journal – opérations dont bien des détails restent à jamais inconnus –, s'introduisant par cette voie jusque dans l'entourage de François Mitterrand et de Charles Pasqua... Tel était Alfred Sirven : plus industriel qu'industriel, homme d'affaires bien plus qu'homme d'argent.

FUGITIF enfin capturé, arrivé au palais de justice entre deux gendarmes, menottes aux poignets, au beau milieu du procès de Roland Dumas et de Christine Deviers-Joncour, il n'avait pourtant rien perdu de sa superbe. Les souvenirs qu'on lui prêtait apparaissaient comme autant de menaces. Pendant qu'autour d'Eva Joly, magistrats et policiers sabraient le champagne, on imaginait que tremblaient ceux qu'il avait si bien connus, aidés, financés... Devant le tribunal, la scène de son retour est restée dans les mémoires comme un baiser au "parrain", digne d'un film noir dont il aurait été le héros ambigu, affable et redouté. On vit Alfred Sirven prendre place dans le box et dévisager par-dessus ses lunettes tous ses co-prévenus. Puis ce ballet hésitant, ouvert par Loïk Le Floch-Prigent, s'approchant du box pour serrer la main de son ancien homme de confiance qu'il avait pourtant chargé en son absence, suivi d'une Christine Deviers-Joncour tout sourire l'embrassant affectueusement, d'André Tarallo, plus retenu, et enfin de Roland Dumas lui-même, s'approchant à son tour en claudiquant pour saluer celui qu'il avait qualifié, quelques jours auparavant, de "factotum" du groupe Elf. Un petit tour et Alfred Sirven, de mauvaise humeur, s'en était allé vers sa prison, refusant de répondre aux questions.

Pour le revoir, il avait fallu attendre le 4 novembre 2002, lorsque s'était ouvert le procès en appel de cette affaire Dumas. Matois, gouailleur, insolent, il avait alors dominé du premier au dernier jour cette audience, foudre et paratonnerre à la fois, condensant sur lui toute l'électricité de cette affaire où s'entremêlaient secrets d'alcôve et combines d'Etat. Il en avait payé le prix fort – une condamnation à trois ans et demi de prison – tandis que M. Dumas, qu'il avait pris soin d'épargner lors des débats, était relaxé, et que M. Le Floch-Prigent écopait de trente mois d'emprisonnement. Mais il s'était attaché à distribuer les rôles et à fixer les limites à ne pas franchir.

L'avertissement – la menace – valait surtout pour son ancien président, qu'il avait trouvé prompt à l'accuser de "trahison" en son absence, avant de démentir ce propos. Les deux

hommes savaient alors qu'une autre épreuve les attendait, le volet principal de l'affaire Elf, auprès de laquelle le procès Dumas n'était qu'une bien modeste mise en bouche.

Et les voilà de nouveau côte à côte, ce lundi 17 mars 2003, parmi les trente-sept prévenus appelés à comparaître devant la 11^e chambre du tribunal correctionnel de Paris, présidée par Michel Desplan. Tous deux sont détenus, cette fois, l'un à Fresnes, l'autre à la Santé. Le troisième principal protagoniste, André Tarallo, comparaît libre. Quatre mois durant, ces trois hommes vont s'affronter. A mots couverts d'abord, puis de plus en plus explicitement. Quatre mois pendant lesquels Alfred Sirven va en livrer sur lui beaucoup plus qu'il ne l'avait jamais fait.

Le mythe y laissera quelques plumes et pas mal de zones d'ombre. Le détenu impeccablement vêtu et cravaté qui, à 76 ans, quitte chaque jour sa cellule pour rejoindre le Palais de justice, n'est bien sûr plus le même homme que celui qu'avaient croisé nombre de témoins de cette affaire, et qui gardaient avec effroi le souvenir de sa rudesse et de ses menaces : "Parfois, quand on se trompe de route, on tombe dans des trous...", avait-il ainsi murmuré à l'un des hauts cadres d'Elf qui avait eu le malheur de s'enquérir d'un peu trop près du montant de certaines opérations à l'étranger...

Courtois et policé, apprécié des gardiens et des gendarmes, affichant une déférence non feinte à l'égard du tribunal et de toutes les autorités constituées – à la Santé, lui seul donnait du "Monsieur le ministre" à un codétenu nommé Maurice Papon... –, l'Alfred Sirven qui revient devant ses juges sait qu'au bout de son long chemin judiciaire, il risque jusqu'à dix ans d'emprisonnement. A cette inquiétude s'ajoute peut-être aussi une certaine lassitude, l'envie de poser un instant le fardeau encombrant de son personnage, à un âge où l'on solde les comptes de sa vie. Mais il y a aussi tout ce qu'il a décidé de taire, ceux qu'il a choisi de protéger, les noms qu'il s'est juré de ne jamais livrer. Entre les deux, il hésite.

Face à lui, il trouve un homme, Michel Desplan, président du tribunal décidé à faire plier le mythe, à briser l'équilibre du silence qui s'était instauré au procès Dumas. Entre le magistrat et le prévenu, la confrontation a lieu au troisième jour de l'audience. M. Desplan aborde la question de la myriade des comptes bancaires d'Alfred Sirven, sur lesquels des centaines de millions de francs ont transité.

Une traque méthodique, acharnée, précise et cruellement efficace. Sous les questions, Alfred Sirven s'emmêle, bafouille. Il élude, mais rien ne marche. La gouaille trébuche sur la raideur, l'humour se cogne au sérieux, l'entendu bute sur l'explicite. Le président veut des réponses "par oui ou par non", "des noms, pas des circonvolutions". Alfred Sirven renâcle, chancelle et finalement se rend : "Vous me passez la corde au cou tout de suite, dit-il. Je vais vous faire une réponse de cœur. Après deux ans de prison, je peux bien me le permettre. Alors oui, une partie de ces fonds, j'en ai profité. Je suis prêt à prendre ma juste responsabilité, mais je ne suis pas prêt à répondre aux questions dont la réponse appartient à d'autres. Suis-je clair ?"

Pas encore assez pour le président, qui veut comprendre comment le jeune homme de la Résistance, médaillé de guerre, cadre respecté chez Moulinex ou Rhône-Poulenc, a pu devenir le personnage central de l'affaire Elf. "C'est une question que je me pose encore", lui répond M. Sirven. Sa voix prend alors un accent de gravité inattendu. "Une sorte d'entraînement, d'éblouissement, le fait que nous étions mêlés à des quantités de choses, que nous nous occupions d'affaires pour certaines personnes, que l'argent circulait facilement. Cela ne justifie rien, mais explique beaucoup. Je suis coupable de certains faits, je le sais depuis

longtemps. Je suis là pour répondre de mes actes, de mes dérives, de mes erreurs, et je le fais. Mais je ne voudrais pas être le seul." Voilà, c'était dit.

Sa version à lui d'une aventure qui fit de lui un proscrit. A son entrée à Elf, il vivait dans un studio à Neuilly ; quatre ans plus tard, il avait acheté un manoir en Touraine et résidait à Genève, d'où il jonglait avec les numéros de comptes. Après cet aveu, il rendra coup pour coup, allant jusqu'à livrer à la justice une sorte de comptabilité personnelle de la répartition des fonds détournés entre son ancien président et lui. Avec M. Le Floch-Prigent, les ponts seront coupés en quelques phrases cruelles – "Cet homme dont la règle de conduite est de se défausser systématiquement sur ses collaborateurs". Avec André Tarallo, la confrontation sera plus subtile, pas moins vigilante.

Mais Alfred Sirven n'ira pas plus loin. Jusqu'au dernier jour, il refusera de livrer les noms des politiques à qui il a donné de l'argent. Un montant évalué par la justice à plus de trois cents millions de francs. "Elf, depuis toujours, servait à ces choses-là. Quand je suis arrivé, j'ai été chargé de m'occuper d'une partie de ces choses-là. Voilà. J'ai déclaré que je ne dévoilerai jamais aucun nom français et étranger, pour des raisons diverses. J'assume ce que j'ai fait et je l'assumerai, quoi qu'il m'en coûte."

Le 13 mai 2004, après trois ans et demi de détention, Alfred Sirven quitte la prison. Le 26 juin, il épouse Vilma. Libéré sous caution, il doit encore affronter, en octobre 2004, l'appel formé par le parquet à son encontre. Sans Loïk Le Floch-Prigent, condamné à la peine maximale, ni André Tarallo, absent pour raisons médicales. Seul, et en cravate, pour répondre des agissements du trio. "Alfred Sirven est quelqu'un qui, physiquement et moralement, se tient debout." L'hommage était signé de l'un de ses plus farouches adversaires, Me Emmanuel Rosenfeld, l'un des avocats d'Elf.

Hervé Gattegno et Pascale Robert-Diard

11

Document LEMOND0020050214e12f0001b

© 2005 Dow Jones Reuters Business Interactive LLC (trading as Factiva). All rights reserved.
Factiva Dow Jones & Reuters

FRA

L'éclairage cru des affaires Elf et des écoutes

921 words
30 January 2005
Le Monde
6
French
(c) Le Monde, 2005.

Omniprésent , François Mitterrand. Il est au cœur du procès des écoutes de l'Elysée, qu'instruit depuis le 15 novembre 2004 la 16e chambre du tribunal correctionnel de Paris. Il est aussi apparu souvent, au détour des explications des prévenus de l'affaire Elf, jugée en première instance par la 11e chambre de mars à juin 2004. Partiels, partiels – François Mitterrand n'est plus là pour contredire ou confirmer –, les témoignages jettent une lumière cruelle sur son exercice du pouvoir pendant deux septennats, de 1981 à 1995.

"Un gouvernement, ce n'est pas une association de joueurs de boules."

Au procès des écoutes, Pierre Mauroy est venu expliquer tout le mal qu'il pensait de la création de la cellule de l'Elysée et de ses demandes d'interception. "Quand Michel Delebarre -le directeur de cabinet- me disait qu'il était un peu agacé par les demandes de l'Elysée, a expliqué le 24 novembre 2004 l'ancien premier ministre, je lui disais : la première fois, tu ne réponds pas, la deuxième fois non plus. La troisième, eh bien il y a quand même une hiérarchie. Un gouvernement, ce n'est pas une association de joueurs de boules."

"Il le savait par les écoutes".

François Mitterrand demande un jour à Roland Dumas, alors ministre des affaires étrangères, de rencontrer Me Jacques Isorni, à qui il avait promis le retour des cendres du maréchal Pétain à Verdun. Ne voyant rien venir, Me Isorni se faisait pressant, et Roland Dumas est chargé de le calmer.

"J'invite Isorni à déjeuner, a expliqué le 25 janvier l'ancien ministre. A midi, coup de fil du président, qui me dit : "Vous avez un déjeuner important aujourd'hui." J'étais stupéfait, personne ne savait. Au bout de deux phrases, il m'a dit qu'il le savait par les écoutes."

Roland Dumas s'est étonné qu'on écoute les avocats, le chef de l'Etat lui a expliqué que c'était Jean-Edern Hallier qui était visé. Une dizaine d'avocats et quelques magistrats apparaissent cependant sur les comptes rendus d'écoutes entre 1983 et 1986.

Loïc Le Floch-Prigent et le "patron". Il l'appelle son "patron".

Il doit tout à François Mitterrand, et d'abord sa nomination à la présidence d'Elf contre l'avis de tous. Interrogé sur la "caisse noire" de la plus grande compagnie pétrolière française et sur le financement des partis ou des hommes politiques français, M. Le Floch-Prigent a expliqué : "Ce système existait essentiellement pour le parti gaulliste, le RPR. Dès mon arrivée, je m'en suis ouvert au président de la République, qui m'a dit qu'il vaudrait mieux rééquilibrer les choses, sans toutefois oublier le RPR." "Nos rendez-vous avaient toujours lieu en tête-à-tête. Quand le président me disait : "Il semble que le PS ne soit pas content", ou me faisait des remarques en faveur de tel ou tel, je rentrais à la tour Elf et je faisais circuler le savon."

Quand le président se mêle des déboires conjugaux de M. Le Floch-Prigent.

Au printemps 1991, le couple que forment depuis dix-huit mois le président d'Elf et son épouse Fatima Belaïd va très mal. "J'ai un entretien avec le président de la République sur ce sujet. Je lui annonce que je vais probablement divorcer et je lui parle des problèmes que cela pourrait entraîner. Je lui dis : "Les dégâts collatéraux pourraient être importants pour Elf, pour le pays, pour vous, et pour la cellule élyséenne en charge de l'Afrique dont votre fils -Jean-Christophe Mitterrand- est responsable." Et en conséquence, je lui présente ma démission. Le

président la refuse et me dit : "Débrouillez-vous, réglez le problème." J'ai compris que je pouvais régler le divorce avec les fonds secrets. C'était le prix du silence." L'enquête judiciaire a évalué ce prix à 19 millions de francs.

La très chère partie de golf présidentielle.

En 1991, Elf achète 20 millions de francs, plus 6 millions en dessous de table, une belle propriété de 600 m2, située dans un parc arboré à Louveciennes (Yvelines), largement au-dessus de l'évaluation réalisée par un cabinet d'expertise immobilière. L'heureux vendeur, le docteur Laurent Raillard, est un ami proche de François Mitterrand, avec lequel, tous les lundis, il joue au golf.

Il touche le montant de la vente, mais continue à occuper les lieux, tout en demandant à Elf de payer les factures. "On savait que si l'on ne cédait pas à ses exigences, il irait se plaindre, le lendemain, au 9e trou de son parcours...", s'est lamenté à la barre l'ancien directeur immobilier de la compagnie pétrolière, Jean-François Pagès.

L'ancien directeur des affaires générales d'Elf, Alfred Sirven, confirme : "Le président aimait cette propriété. Il pouvait y venir à n'importe quel moment. Il avait là des rencontres discrètes. Nous n'avons pas été très durs sur les conditions dans cette affaire-là, a-t-il admis. Un jour, j'ai croisé le président à Louveciennes. Il m'a dit : "Eh bien, Elf a encore fait une bonne affaire !"" "L'ordre du président-d'acheter cette villa- ne m'est venu qu'ex-post, a expliqué M. Le Floch-Prigent. Plus tard, François Mitterrand m'a dit : "Je suis bien content de pouvoir conserver ces arbres." Ça, je m'en souviens comme si c'était hier !"

F. J. et P. R.-D.

396113

Document LEMOND0020050129e11u0000o

© 2005 Dow Jones Reuters Business Interactive LLC (trading as Factiva). All rights reserved.
Factiva Dow Jones & Reuters

suisse

La justice genevoise classe l'enquête sur les fonds secrets du président angolais en Suisse

Sylvain Besson

800 words

31 December 2004

Le Temps

French

(c) 2004 Le Temps Homepage Address: <http://www.letemps.ch>.

COMPTES OCCULTES. Les poursuites entamées pour blanchiment d'argent et corruption sont abandonnées, malgré le versement de 34 millions de dollars au chef d'Etat angolais José Eduardo dos Santos

L'une des plus vastes enquêtes financières menées en Suisse ces dernières années vient de connaître son épilogue. Le 21 décembre, le procureur général genevois Daniel Zappelli a mis fin aux poursuites entamées il y a plus de deux ans contre l'homme d'affaires français Pierre Falcone. Il était accusé d'avoir mis sur pied une «organisation criminelle» pour détourner des montants colossaux provenant du règlement de la dette entre l'Angola et la Russie. «Cette décision montre que l'opération de restructuration de cette dette est légale et s'est déroulée de manière impeccable», estime Marc Henzelin, l'un des avocats de Pierre Falcone.

En 1996, la Russie et l'Angola avaient signé un accord sur le remboursement de la dette de 5 milliards de dollars contractée par le pays africain envers Moscou. Les deux Etats avaient décidé que l'Angola paierait 1,5 milliard de dollars pour solde de tous comptes. Abalone, une société contrôlée par Pierre Falcone et ses associés, jouait un rôle d'intermédiaire: elle achetait à la Russie les titres émis par l'Angola en reconnaissance de sa dette, avant de les vendre à la compagnie pétrolière angolaise Sonangol, une entreprise publique.

Entre 1997 et 2000, le compte ouvert par Abalone chez UBS à Genève a ainsi reçu quelque 774 millions de dollars (environ 1 milliard de francs) provenant de Sonangol. Sur cette somme, plus de 160 millions de dollars ont été versés au Ministère russe des finances, le reste étant réparti entre Pierre Falcone, ses associés et diverses sociétés offshore.

Une bonne affaire

Le caractère insolite de ce montage avait conduit la justice genevoise à inculper Pierre Falcone de blanchiment d'argent, soutien à une organisation criminelle et corruption de fonctionnaires étrangers en avril 2002. Mais selon l'ordonnance de classement du procureur général, le règlement de la dette n'a donné lieu à aucune irrégularité. La Russie est intervenue au cours de la procédure pour dire qu'elle était satisfaite des remboursements effectués. Un expert de la Banque mondiale a affirmé que les deux pays ont fait une bonne affaire en recourant aux services de Pierre Falcone et de ses associés: l'Angola a pu réduire sa dette publique et la Russie a amélioré l'état de ses finances. «La société Abalone a payé complètement ce qu'elle devait à la Russie en utilisant d'autres comptes que celui ouvert chez UBS», explique Alexander Troller, un avocat de Pierre Falcone.

Curieusement, la décision de classement ne parle pas des fonds transmis à de hauts dignitaires angolais depuis le compte d'Abalone chez UBS. En juillet 2000, trois millions de dollars ont été versés à un ministre, José Leitao da Costa, sur un compte ouvert auprès de la banque privée genevoise HSBC Guyerzeller. Surtout, la société de Pierre Falcone a versé 34 millions de dollars, en octobre 1997, à une société panaméenne contrôlée par le président angolais José Eduardo dos Santos. Certains enquêteurs en ont déduit que le président et d'autres dirigeants avaient été payés pour donner leur aval à l'opération de remboursement de la dette.

Par sa décision de classement, la justice genevoise privilégie une autre explication: l'argent versé aux dignitaires africains – quelque 70 millions de francs – était destiné à constituer des «fonds stratégiques» secrets pour le compte du gouvernement angolais, alors plongé dans une féroce guerre civile contre les rebelles de l'Unita. «S'il y avait eu corruption, l'enquête ne serait pas classée aujourd'hui. Les gens qui ont perçu ces fonds ne l'ont pas fait à titre individuel, mais dans le cadre d'une mission d'ordre public», résume Alexander Troller.

«L'argent va être rendu»

Une partie de ces sommes – 10 à 20 millions de francs, selon nos informations – se trouve toujours en Suisse. Depuis des mois, diplomates suisses et angolais négocient les modalités de leur restitution. Les autorités helvétiques souhaitent que l'argent soit consacré à la reconstruction de l'Angola, ravagé par des années de guerre. L'agence suisse d'aide au développement, la Direction du développement et de la coopération, devrait suivre sur place l'emploi des fonds rapatriés. Cette exigence, qui touche un point sensible de la souveraineté angolaise, a longtemps retardé la conclusion d'un accord. Celui-ci devrait intervenir rapidement, selon Alexander Troller: «L'argent est sur le point d'être rendu à l'Angola, selon des conditions convenues entre les deux pays.» Ce qui mettrait un point final à cette affaire hors du commun.

Document temps00020041231e0cv0000b

© 2005 Dow Jones Reuters Business Interactive LLC (trading as Factiva). All rights reserved.

Angola – Africa Mining Intelligence

09/02/2005 ANGOLA

Will De Beers Be Back This Year?

Negotiations with Angola are high on De Beers' agenda for 2005, according to the diamond giant's latest annual report. De Beers halted its operations in the country in May, 2001, in part because the Angolan state-owned diamond producer Endiama didn't honor its prospecting rights.

An arbitration procedure was undertaken at the time by De Beers but was suspended in 2002 by a moratorium as the two sides agreed to talk. But nothing came of that and the arbitration procedure was reactivated in August, 2003 (AMI 70).

Last July, De Beers managing director Gary Ralfe announced a new freeze on the procedure, and talks with Luanda have been continuing ever since. In addition to violation of De Beers' rights, two other disputes concern Angola's violation of a diamond marketing pact signed at the time and failure to pay back \$50 million that De Beers had lent to Luanda (the sum is now around \$100 million with interest).

AFRICA MINING INTELLIGENCE N° 102

26/01/2005 ANGOLA

Catoca Could Earn \$11 Billion

Angola's leading diamond mine, Catoca, is expected to generate sales of \$11 billion over the coming 40 years, according to the latest estimates of the mine's managing director, Manuel Ganga Junior. A second phase of the prime diamond mine is about to begin, lifting revenue to \$400 million per year in 2006 - and net earnings of \$100 million - as opposed to \$254 million at present. The mine has been operating for eight years.

The kimberlite pipe is located in Lunda Sul province and covers 100 sq.km. and is 900 meters in diameter. Its reserves are estimated at 190 million carats. It is operated by state-owned Endiama in partnership with Brazil's Odebrecht and Russia's Alrosa.

AFRICA MINING INTELLIGENCE N° 101

Angola – Africa Energy Intelligence

16/02/2005 Stellar energy advisors
Advising CNR on Angola

The British consultancy Stellar Energy Advisors is to manage the withdrawal of Canadian Natural Resources from Angola. Having failed to make the least discovery on its concession, the group has indeed decided to quit the country and dispose of its 50% holding in block 16 that it acquired in 2002. Stellar Energy plans to open a data room in London and organize a tender on behalf of CNR. The Canadian group's partners on the concession are Sonangol, Brazil's Odebrecht and Devon Energy. CNR drilled only one well on the concession, Zensa 1, which turned up dry despite the proximity of two highly rich concessions, Total's block 17 and BP's block 15. Most of CNR's African operations lie in Ivory Coast's offshore, where the group produces 25,000 bpd.

AFRICA ENERGY INTELLIGENCE N° 387

16/02/2005 ANGOLA
IMF Puts Back Trip

A visit to Luanda by the International Monetary Fund that was to put the seal to reconciliation between Angola and the financial institution has been put back once again and won't take place until the end of the month. Initially scheduled for last November, the mission has already been postponed on several occasions. Since January the IMF and Luanda have been trying to reach agreement on the conditions of a Staff Monitored Program, to no avail up to now. The Fund is demanding that Angola turn over precise data on profits generated by the

rise in the oil price (Angola's last budget was based on a very low oil price) but Luanda is showing no haste in providing the information. Although the IMF has yet to return to Angola, the World Bank is currently very active in the country, and particularly in the sphere of managing oil revenue. Charles McPherson, a leading expert in this field at the Bank, has been working in Angola for several months to help improve procedures for managing oil receipts. He is advised by professor Richard Auty, a specialist in oil revenue who teaches at Lancaster University and has already worked on the case of Kazakhstan on behalf of the World Bank, and by a French national, Jean-Michel Marchand.

AFRICA ENERGY INTELLIGENCE N° 387

02/02/2005 ANGOLA
Indians on the Move

India's new oil diplomacy will shortly be put to the test for the first time in Luanda. Talmeez Ahmed, an official from India's foreign minister who was seconded to the oil ministry in New Delhi with the rank of state secretary, is to lead an Indian delegation to Angola this week to help Indian companies set up shop in the country. Indeed, India suffered a sharp setback on the oil front in Angola. ONGC Videsh, the international arm of the state-owned Indian company, bought RoyalDutch/Shell's stake on block 18, operated by BP, in the autumn of 2003. A year later, however, the transaction was blocked by state-owned Sonangol which preferred to see a Chinese group make its debut on the block following a \$2 billion loan to Angola from the Ex-Im Bank of China. That setback and other reverses in Africa that turned to China's advantage, such as in Nigeria, persuaded the New Delhi authorities to form a panel of diplomats who could help it secure oil contracts overseas. The panel is named the Standing Committee on Oil Diplomacy for Energy Security.

AFRICA ENERGY INTELLIGENCE N° 386

02/02/2005 ANGOLA
Independents on the Move

Angola's efforts to attract independent companies to its marginal fields are beginning to bear fruit. Africa Energy Intelligence has learned that France's Perenco is currently talking with Luanda on acquiring permits, particularly in the Kwanza basin and in the country's shallow offshore. AEI also recently indicated that Maurel & Prom had teamed up with Somoil, a new private Angolan company close to the government, to gain a foothold in the same region of Angola's offshore.

But independents are equally looking closely at Morsa and Secunda, two marginal fields in the shallow offshore that Sonangol is selling through the intermediary of the ACG firm, an

affiliate of the Anglo-Norwegian Inseis Terra group. Angola is the only country in the Gulf of Guinea at present that doesn't work its marginal fields.

AFRICA ENERGY INTELLIGENCE N° 386

www.us-angola.org/chambernews.htm [POSTED February 1, 2005]

SONANGOL'S AGENDA FOR 2005

Now producing over one million barrels per day due to the production start-up on the Kizomba A field last August, Angola is going to take up a number of challenges facing oil operations in the country this year. Luanda will try to limit its dependency on oil-backed loans (even if it is presently mounting a fresh operation), launch exploration on its on-shore and marginal fields and put paid to Angolagate, an affair involving arms purchases with oil money that is currently under investigation in Paris. Mandate for JP Morgan. For several years now, state-owned Sonangol has been thinking of issuing bonds on the international market to limit its recourse to oil-backed loans, which are highly expensive (AEI 358). With that goal in mind, the company is endeavoring to comply with all its obligations towards lenders so as to have a completely clean credit record. It has asked the American branch of Banco Africano de Investimentos (BAI), a private Angolan investment bank in which it holds 17.5%, to work on the matter. (BAI's office in Washington is headed by Ted Giletti, a former executive of Standard Chartered Bank, which has mounted most of Angola's oil-backed loans). Africa Energy Intelligence understands Sonangol more recently asked the U.S. establishment JP Morgan, to advise it on its future bond issues. But in the meantime Sonangol is following up its Esperanca operation mounted by Standard Chartered in 2004 for \$2.25 billion with a new oil-backed loan this year, but for a more modest sum (around \$1 billion). Somoil, a New Oil Firm. The other big issue for Sonangol this year will be to open up the country's marginal fields which have long been neglected. Angola's oil officials tried in the 1990s to set up a local oil company, Force Petroleum, to explore offshore areas off Cabinda and the Kwazaa basin. Mounted with the Norwegians Nil Trusvilk and Einar Bandlein, the bid fizzled out and the company was wound up last year. Immediately afterwards, however, Angola's nomenclatura formed a new company, Somoil, to carry out the projects that Force Petroleum couldn't push through. Somoil is presently in talks with several juniors interested in the Kwanza basin and in two marginal fields, Morsa and Secunda, in Angola's shallow offshore. Among the juniors is France's Maurel & Prom, headed by Jean-Francois Henin. Luanda Cleared in Switzerland. Swiss investigators who have been probing the theft of money from Angola's repayments to Russia since 2002 last month dropped all proceedings against French businessman Pierre Falcone, who holds a mandate to act on Angola's behalf. The case's dismissal was rooted in the fact Russia had submitted no complaint in the affair. Emboldened by this first judicial success, Luanda is expected this year to make every effort to see that France, in its turn, withdraws its complaint against Falcone for arms trafficking, a complaint at the origin of the French inquiry. France's Total has been the chief victim of the France-Angola standoff in Angolagate, and pressure is continuing to mount on the company. After withdrawing Total's rights on block 3/80 - one of three licenses forming block 3 in Angola's shallow offshore - Sonangol has deprived the French group of its exploration rights on block 17. The decision doesn't affect Total's production in Angola -- most of the output from Girassol and Dalia (92,000 and 90,000 bpd respectively) is pledged, anyway - but will weigh on the company's growth. Total has indeed made 15 discoveries on block 17 over the years. The latest was in April, 2003. If Paris takes no concrete steps other contracts could be denied Total, to the advantage of its rivals. But although Total has got a lot to lose in the matter, it would be politically costly to the French government to withdraw the complaint, which was lodged by the defense ministry. The affair was largely covered by the media in France and Paris would lose face if it dropped the matter. www.africaintelligence.com

Xinhua News Agency

February 21, 2005

"Preventive action" needed in Angola to control HIV/AIDS

The special envoy for the United Nations' campaign against AIDS in Africa urged Angolan authorities Monday to take decisive measures against the pandemic despite the country's

relatively low incidence of HIV/AIDS.

Stephen Lewis told a news conference at the start of a week-long visit to Angolan, "the moment is very dangerous" and any increase of the disease in Angola could make the situation "more difficult to control."

Lewis, UN Secretary General Kofi Annan's special envoy to Africa on AIDS, said he planned to meet with ministers and President Jose Eduardo dos Santos to analyze concrete "prevention actions to control the epidemic."

Describing the situation in Angola "as an exception in this part of Africa," Lewis said the infection rate of HIV/AIDS in Angola was estimated at about 5 percent of the population.

The relatively low rate, he added, was likely explained by the decades of civil war, which ended in 2002, that had limited movement of people across the country.

Angola

ENT

En dix ans, Thierry Desmarest a fait de Total une major

824 words
19 February 2005
Le Monde
17
French
(c) Le Monde, 2005.

Quand Serge Tchuruk a imposé Thierry Desmarest comme son successeur à la présidence de Total, en juin 1995, qui aurait prédit que ce numéro deux discret, presque timide, ferait, en dix ans, de l'éternel challenger d'Elf le quatrième pétrolier mondial ?

Cet homme du sérail, membre du corps des Mines, était pourtant surnommé "le petit prince de l'or noir" au sein de son groupe, où il est entré en 1981. Sorti de l'ombre, le manager austère s'est mué en raider audacieux, accrochant deux trophées de choix à son tableau de chasse : le belge Petrofina et Elf Aquitaine.

La lointaine héritière de la Compagnie française des pétroles (CFP) affiche aujourd'hui des bénéfices historiques, à l'image des autres majors du secteur. En 1995, Total réalisait 20 milliards d'euros de chiffre d'affaires, pour un résultat net de 1,1 milliard d'euros ; après le rachat de Petrofina, en 1998, il grimpe d'un coup à 62 milliards, pour 2,7 milliards de profits. Dès l'année suivante, il rachète Elf.

En 2004, dans un contexte très favorable au secteur, le chiffre d'affaires a atteint 122 milliards et les bénéfices 9 milliards, en progression de 23 % par rapport à l'année précédente. Nul, désormais, ne songe à contester à Total son entrée dans la cour des grands du pétrole, aux côtés des Shell, BP et ExxonMobil.

M. Desmarest n'a pas engagé sa course à la taille critique dès sa nomination. Contrairement à sa rivale historique Elf Aquitaine, Total a une solide réputation de prudence. Venu du secteur exploration-production, le nouveau patron commence par renforcer la prospection. Il investit aussi dans la chimie, réduit ses capacités de raffinage et de distribution, engage une relative diversification...

Ce n'est qu'en 1998 que M. Desmarest fait vraiment mentir sa réputation de prudence. L'heure est alors aux fusions des grandes compagnies mondiales et à la naissance de géants comme BP-Amoco et ExxonMobil. Total acquiert le belge Petrofina ; il passe ainsi au cinquième rang mondial mais surtout au premier rang de l'industrie française, devant Elf, qu'il convoite déjà en secret. "J'avais besoin d'avoir une taille suffisante pour reprendre Elf", dit-il aujourd'hui.

"DE PLUS EN PLUS GAZIER"

Un an plus tard, le 5 juillet 1999, le patron du nouveau TotalFina lance un raid surprise sur son concurrent français, avec l'objectif affiché de "créer un acteur pétrolier mondial". A l'époque, le milieu résume la situation d'une formule grinçante : "Elf le voulait, Total l'a fait."

Même si l'image de Total sort abîmée par la marée noire de l'Erika au cours de l'hiver 1999, puis l'explosion de l'usine AZF de Toulouse en septembre 2001, le groupe est désormais sur les rails de la mondialisation.

Aujourd'hui encore, M. Desmarest veut avoir le triomphe modeste. "Il y a dix ans, nous étions le treizième mondial et moins rentable que nos devanciers. Nous sommes aujourd'hui le quatrième, avec une rentabilité au meilleur niveau, calcule-t-il, assis dans son bureau du 44^e étage de la tour Total, naguère frappée du sigle Elf. Sans ces opérations, au moins un des deux français aurait été absorbé par un de nos grands concurrents anglo-saxons."

Total n'a, aujourd'hui, "plus d'impératif stratégique de développement externe", assure son PDG. "Hors Etats-Unis, nous avons déjà la même taille que nos concurrents. Et nous allons continuer à croître plus vite qu'eux", souligne-t-il, rappelant que Total a affiché, ces quinze dernières années, un taux de croissance annuelle de 5 % l'an.

Les diversifications ? M. Desmarest entend garder un œil sur le nucléaire, même s'il n'a pas l'intention, dit-il, de monter au-delà de sa participation de 1 % dans le groupe nucléaire Areva, à l'occasion de sa prochaine introduction en Bourse. En revanche, il confirme que son groupe va "devenir de plus en plus gazier", puisque la part de cette activité devrait "passer de 35 % aujourd'hui à plus de 40 % d'ici à 2015". Dès 1995, il n'avait d'ailleurs pas hésité à braver l'interdit américain édicté par la loi D'Amato et à investir dans un champ gazier en Iran.

Son mandat ayant été renouvelé jusqu'en 2007, M. Desmarest, à 59 ans, ne songe pas à sa succession. Il révèle pourtant qu'il a déjà choisi son dauphin. "Son nom est connu de trois personnes, les membres du comité des nominations du conseil d'administration", dit-il. Le nom est inscrit dans une enveloppe scellée, à ouvrir en cas de malheur. Une procédure classique dans un groupe où les dirigeants voyagent beaucoup, et dans des pays instables. L'heureux élu, affirme le PDG, n'est même pas au courant. De quoi alimenter les spéculations en interne...

Jean-Michel Bezat

398691

Document LEMOND0020050218e12j0001s

© 2005 Dow Jones Reuters Business Interactive LLC (trading as Factiva). All rights reserved.
Factiva Dow Jones & Reuters

HOR

MORT D'UN HOMME D'AFFAIRES

2,208 words

15 February 2005

Le Monde

14

French

(c) Le Monde, 2005.

IL y a le prénom, bien sûr, Alfred. Le nom aussi, qu'il faut prononcer "Sirvin" et pas "Sirvenne", corrigeait-il avec l'accent de rocaille de son Sud-Ouest natal. Il y a encore ses phrases, droit sorties d'un dialogue d'Audiard, époque noir et blanc – "Je ne vais pas porter la mappemonde sur mon dos", "Alors là, le plafond tombe !", "Si c'est ça, eh bien, la terre est carrée !" –, ces sentences latines prononcées en détachant chaque mot – "De minimis, non curat praetor", "In cauda venenum" –, et son amour immodéré du vin, des cigares et des roses. Il y a surtout cette vie, commencée le 6 janvier 1927 à Toulouse et qui a épousé, pour le meilleur et pour le pire, la grande et les petites histoires de la France de la deuxième moitié du XXe siècle, ses honneurs et ses tourments.

En cela, Alfred Sirven, mort d'une crise cardiaque samedi 12 février à Deauville, à l'âge de 78 ans, est un personnage absolument français. En tout cas, un de ces personnages comme le pays les aime, bravache et voyou, glissant des palais officiels de la République à ses prisons, au gré d'une carrière commencée dans l'héroïsme – la Résistance à 17 ans, l'engagement volontaire dans les guerres d'Indochine et de Corée –, tombée dans le banditisme à 25 ans – le braquage d'une banque au Japon en 1952 – et poursuivie ensuite dans les plus grandes entreprises françaises jusqu'à l'apogée et la chute, à Elf-Aquitaine. Eminence grise du PDG de la compagnie pétrolière publique Loïk Le Floch-Prigent, il y joua, de 1989 à 1993, tous les

rôles à la fois, sous le titre passe-partout de "directeur des affaires générales": éminence grise, meneur d'hommes, agent d'influence et mauvais génie.

Par où commencer ? Par la fin, sans doute, puisque c'est à elle qu'il a dû sa soudaine notoriété. Le vieux monsieur qui a passé ses derniers mois à recevoir ses – rares – amis et ses petits-enfants dans son appartement de Deauville était un condamné en sursis, libéré sous caution en attendant l'arrêt de la cour d'appel de Paris, annoncé pour le 31 mars, dans la plus grande affaire de détournements de fonds jamais jugée sous la Ve République.

De ce "casse du siècle", pour reprendre la formule de l'un des avocats d'Elf, Me Jean Veil, Alfred Sirven était l'un des trois principaux protagonistes, aux côtés de Loïk Le Floch-Prigent et de l'ancien patron des filiales africaines du groupe, André Tarallo. Sur les quelque 305 millions d'euros détournés, la moitié est reprochée au seul M. Sirven et lui a valu une condamnation, en première instance, le 12 novembre 2003, à cinq ans de prison pour "recel aggravé d'abus de biens sociaux". On ne saura jamais quel sort la cour d'appel réservait à celui que l'avocat général Yves Jannier avait présenté comme le "chef des pirates montés à l'abordage d'Elf" et contre lequel il avait requis une peine d'"au moins huit années de prison ferme".

Pour le grand public, Alfred Sirven a d'abord été une image, surgie sur les écrans de télévision au début février 2001. Un visage hirsute et hâlé, une chemisette à carreaux col ouvert, et deux mains encadrant une feuille sur laquelle on pouvait lire "french fugitive". La police des Philippines venait de mettre la main sur l'homme le plus recherché par la justice française. Aussitôt le mythe Sirven s'emballait. Lors de son arrestation dans la villa qu'il partageait avec son ancienne gouvernante philippine, Vilma – qui était devenue sa compagne de cavale –, celui que ses voisins et complices appelaient "Sir Alfred" avait avalé devant les policiers la carte à puce de son téléphone portable.

Quelques jours plus tard, son carnet d'adresses était dérobé et réapparaissait sur une double page de Paris-Match. Y figurait la fine fleur de l'industrie et du patronat français, des syndicalistes de renom, des hauts fonctionnaires et politiques de tous bords, comme une cartographie des réseaux qu'il avait entretenus, à la confluence du pouvoir et de l'argent. La clé de son magistère était là : il achetait sans grand scrupule fidélités et amitiés utiles, organisant la prise en charge d'une secrétaire, le financement d'une campagne, la remise à flot d'un journal – opérations dont bien des détails restent à jamais inconnus –, s'introduisant par cette voie jusque dans l'entourage de François Mitterrand et de Charles Pasqua... Tel était Alfred Sirven : plus industriel qu'industriel, homme d'affaires bien plus qu'homme d'argent.

FUGITIF enfin capturé, arrivé au palais de justice entre deux gendarmes, menottes aux poignets, au beau milieu du procès de Roland Dumas et de Christine Deviers-Joncour, il n'avait pourtant rien perdu de sa superbe. Les souvenirs qu'on lui prêtait apparaissaient comme autant de menaces. Pendant qu'autour d'Eva Joly, magistrats et policiers sabraient le champagne, on imaginait que tremblaient ceux qu'il avait si bien connus, aidés, financés... Devant le tribunal, la scène de son retour est restée dans les mémoires comme un baiser au "parrain", digne d'un film noir dont il aurait été le héros ambigu, affable et redouté. On vit Alfred Sirven prendre place dans le box et dévisager par-dessus ses lunettes tous ses co-prévenus. Puis ce ballet hésitant, ouvert par Loïk Le Floch-Prigent, s'approchant du box pour serrer la main de son ancien homme de confiance qu'il avait pourtant chargé en son absence, suivi d'une Christine Deviers-Joncour tout sourire l'embrassant affectueusement, d'André Tarallo, plus retenu, et enfin de Roland Dumas lui-même, s'approchant à son tour en

claudiquant pour saluer celui qu'il avait qualifié, quelques jours auparavant, de "factotum" du groupe Elf. Un petit tour et Alfred Sirven, de mauvaise humeur, s'en était allé vers sa prison, refusant de répondre aux questions.

Pour le revoir, il avait fallu attendre le 4 novembre 2002, lorsque s'était ouvert le procès en appel de cette affaire Dumas. Matois, gouailleur, insolent, il avait alors dominé du premier au dernier jour cette audience, foudre et paratonnerre à la fois, condensant sur lui toute l'électricité de cette affaire où s'entremêlaient secrets d'alcôve et combines d'Etat. Il en avait payé le prix fort – une condamnation à trois ans et demi de prison – tandis que M. Dumas, qu'il avait pris soin d'épargner lors des débats, était relaxé, et que M. Le Floch-Prigent écopait de trente mois d'emprisonnement. Mais il s'était attaché à distribuer les rôles et à fixer les limites à ne pas franchir.

L'avertissement – la menace – valait surtout pour son ancien président, qu'il avait trouvé prompt à l'accuser de "trahison" en son absence, avant de démentir ce propos. Les deux hommes savaient alors qu'une autre épreuve les attendait, le volet principal de l'affaire Elf, auprès de laquelle le procès Dumas n'était qu'une bien modeste mise en bouche.

Et les voilà de nouveau côte à côte, ce lundi 17 mars 2003, parmi les trente-sept prévenus appelés à comparaître devant la 11e chambre du tribunal correctionnel de Paris, présidée par Michel Desplan. Tous deux sont détenus, cette fois, l'un à Fresnes, l'autre à la Santé. Le troisième principal protagoniste, André Tarallo, comparaît libre. Quatre mois durant, ces trois hommes vont s'affronter. A mots couverts d'abord, puis de plus en plus explicitement. Quatre mois pendant lesquels Alfred Sirven va en livrer sur lui beaucoup plus qu'il ne l'avait jamais fait.

Le mythe y laissera quelques plumes et pas mal de zones d'ombre. Le détenu impeccablement vêtu et cravaté qui, à 76 ans, quitte chaque jour sa cellule pour rejoindre le Palais de justice, n'est bien sûr plus le même homme que celui qu'avaient croisé nombre de témoins de cette affaire, et qui gardaient avec effroi le souvenir de sa rudesse et de ses menaces : "Parfois, quand on se trompe de route, on tombe dans des trous...", avait-il ainsi murmuré à l'un des hauts cadres d'Elf qui avait eu le malheur de s'enquérir d'un peu trop près du montant de certaines opérations à l'étranger...

Courtois et policé, apprécié des gardiens et des gendarmes, affichant une déférence non feinte à l'égard du tribunal et de toutes les autorités constituées – à la Santé, lui seul donnait du "Monsieur le ministre" à un codétenu nommé Maurice Papon... –, l'Alfred Sirven qui revient devant ses juges sait qu'au bout de son long chemin judiciaire, il risque jusqu'à dix ans d'emprisonnement. A cette inquiétude s'ajoute peut-être aussi une certaine lassitude, l'envie de poser un instant le fardeau encombrant de son personnage, à un âge où l'on solde les comptes de sa vie. Mais il y a aussi tout ce qu'il a décidé de taire, ceux qu'il a choisi de protéger, les noms qu'il s'est juré de ne jamais livrer. Entre les deux, il hésite.

Face à lui, il trouve un homme, Michel Desplan, président du tribunal décidé à faire plier le mythe, à briser l'équilibre du silence qui s'était instauré au procès Dumas. Entre le magistrat et le prévenu, la confrontation a lieu au troisième jour de l'audience. M. Desplan aborde la question de la myriade des comptes bancaires d'Alfred Sirven, sur lesquels des centaines de millions de francs ont transité.

Une traque méthodique, acharnée, précise et cruellement efficace. Sous les questions, Alfred Sirven s'emmêle, bafouille. Il élude, mais rien ne marche. La gouaille trébuche sur la raideur, l'humour se cogne au sérieux, l'entendu bute sur l'explicite. Le président veut des réponses "par oui ou par non", "des noms, pas des circonvolutions". Alfred Sirven renâcle, chancelle et finalement se rend : "Vous me passez la corde au cou tout de suite, dit-il. Je vais vous faire une réponse de cœur. Après deux ans de prison, je peux bien me le permettre. Alors oui, une partie de ces fonds, j'en ai profité. Je suis prêt à prendre ma juste responsabilité, mais je ne suis pas prêt à répondre aux questions dont la réponse appartient à d'autres. Suis-je clair ?"

Pas encore assez pour le président, qui veut comprendre comment le jeune homme de la Résistance, médaillé de guerre, cadre respecté chez Moulinex ou Rhône-Poulenc, a pu devenir le personnage central de l'affaire Elf. "C'est une question que je me pose encore", lui répond M. Sirven. Sa voix prend alors un accent de gravité inattendu. "Une sorte d'entraînement, d'éblouissement, le fait que nous étions mêlés à des quantités de choses, que nous nous occupions d'affaires pour certaines personnes, que l'argent circulait facilement. Cela ne justifie rien, mais explique beaucoup. Je suis coupable de certains faits, je le sais depuis longtemps. Je suis là pour répondre de mes actes, de mes dérives, de mes erreurs, et je le fais. Mais je ne voudrais pas être le seul." Voilà, c'était dit.

Sa version à lui d'une aventure qui fit de lui un proscrit. A son entrée à Elf, il vivait dans un studio à Neuilly ; quatre ans plus tard, il avait acheté un manoir en Touraine et résidait à Genève, d'où il jonglait avec les numéros de comptes. Après cet aveu, il rendra coup pour coup, allant jusqu'à livrer à la justice une sorte de comptabilité personnelle de la répartition des fonds détournés entre son ancien président et lui. Avec M. Le Floch-Prigent, les ponts seront coupés en quelques phrases cruelles – "Cet homme dont la règle de conduite est de se défausser systématiquement sur ses collaborateurs". Avec André Tarallo, la confrontation sera plus subtile, pas moins vigilante.

Mais Alfred Sirven n'ira pas plus loin. Jusqu'au dernier jour, il refusera de livrer les noms des politiques à qui il a donné de l'argent. Un montant évalué par la justice à plus de trois cents millions de francs. "Elf, depuis toujours, servait à ces choses-là. Quand je suis arrivé, j'ai été chargé de m'occuper d'une partie de ces choses-là. Voilà. J'ai déclaré que je ne dévoilerai jamais aucun nom français et étranger, pour des raisons diverses. J'assume ce que j'ai fait et je l'assumerai, quoi qu'il m'en coûte."

Le 13 mai 2004, après trois ans et demi de détention, Alfred Sirven quitte la prison. Le 26 juin, il épouse Vilma. Libéré sous caution, il doit encore affronter, en octobre 2004, l'appel formé par le parquet à son encontre. Sans Loïk Le Floch-Prigent, condamné à la peine maximale, ni André Tarallo, absent pour raisons médicales. Seul, et en cravate, pour répondre des agissements du trio. "Alfred Sirven est quelqu'un qui, physiquement et moralement, se tient debout." L'hommage était signé de l'un de ses plus farouches adversaires, Me Emmanuel Rosenfeld, l'un des avocats d'Elf.

Hervé Gattegno et Pascale Robert-Diard

FRA

L'éclairage cru des affaires Elf et des écoutes

921 words

30 January 2005

Le Monde

6

French

(c) Le Monde, 2005.

Omniprésent , François Mitterrand. Il est au cœur du procès des écoutes de l'Elysée, qu'instruit depuis le 15 novembre 2004 la 16e chambre du tribunal correctionnel de Paris. Il est aussi apparu souvent, au détour des explications des prévenus de l'affaire Elf, jugée en première instance par la 11e chambre de mars à juin 2004. Partiels, partiels – François Mitterrand n'est plus là pour contredire ou confirmer –, les témoignages jettent une lumière cruelle sur son exercice du pouvoir pendant deux septennats, de 1981 à 1995.

"Un gouvernement, ce n'est pas une association de joueurs de boules."

Au procès des écoutes, Pierre Mauroy est venu expliquer tout le mal qu'il pensait de la création de la cellule de l'Elysée et de ses demandes d'interception. "Quand Michel Delebarre -le directeur de cabinet- me disait qu'il était un peu agacé par les demandes de l'Elysée, a expliqué le 24 novembre 2004 l'ancien premier ministre, je lui disais : la première fois, tu ne réponds pas, la deuxième fois non plus. La troisième, eh bien il y a quand même une hiérarchie. Un gouvernement, ce n'est pas une association de joueurs de boules."

"Il le savait par les écoutes".

François Mitterrand demande un jour à Roland Dumas, alors ministre des affaires étrangères, de rencontrer Me Jacques Isorni, à qui il avait promis le retour des cendres du maréchal Pétain à Verdun. Ne voyant rien venir, Me Isorni se faisait pressant, et Roland Dumas est chargé de le calmer.

"J'invite Isorni à déjeuner, a expliqué le 25 janvier l'ancien ministre. A midi, coup de fil du président, qui me dit : "Vous avez un déjeuner important aujourd'hui." J'étais stupéfait, personne ne savait. Au bout de deux phrases, il m'a dit qu'il le savait par les écoutes."

Roland Dumas s'est étonné qu'on écoute les avocats, le chef de l'Etat lui a expliqué que c'était Jean-Edern Hallier qui était visé. Une dizaine d'avocats et quelques magistrats apparaissent cependant sur les comptes rendus d'écoutes entre 1983 et 1986.

Loïc Le Floch-Prigent et le "patron". Il l'appelle son "patron".

Il doit tout à François Mitterrand, et d'abord sa nomination à la présidence d'Elf contre l'avis de tous. Interrogé sur la "caisse noire" de la plus grande compagnie pétrolière française et sur

le financement des partis ou des hommes politiques français, M. Le Floch-Prigent a expliqué : "Ce système existait essentiellement pour le parti gaulliste, le RPR. Dès mon arrivée, je m'en suis ouvert au président de la République, qui m'a dit qu'il vaudrait mieux rééquilibrer les choses, sans toutefois oublier le RPR." "Nos rendez-vous avaient toujours lieu en tête-à-tête. Quand le président me disait : "Il semble que le PS ne soit pas content", ou me faisait des remarques en faveur de tel ou tel, je rentrais à la tour Elf et je faisais circuler le savon."

Quand le président se mêle des déboires conjugaux de M. Le Floch-Prigent.

Au printemps 1991, le couple que forment depuis dix-huit mois le président d'Elf et son épouse Fatima Belaïd va très mal. "J'ai un entretien avec le président de la République sur ce sujet. Je lui annonce que je vais probablement divorcer et je lui parle des problèmes que cela pourrait entraîner. Je lui dis : "Les dégâts collatéraux pourraient être importants pour Elf, pour le pays, pour vous, et pour la cellule élyséenne en charge de l'Afrique dont votre fils -Jean-Christophe Mitterrand- est responsable." Et en conséquence, je lui présente ma démission. Le président la refuse et me dit : "Débrouillez-vous, réglez le problème." J'ai compris que je pouvais régler le divorce avec les fonds secrets. C'était le prix du silence." L'enquête judiciaire a évalué ce prix à 19 millions de francs.

La très chère partie de golf présidentielle.

En 1991, Elf achète 20 millions de francs, plus 6 millions en dessous de table, une belle propriété de 600 m2, située dans un parc arboré à Louveciennes (Yvelines), largement au-dessus de l'évaluation réalisée par un cabinet d'expertise immobilière. L'heureux vendeur, le docteur Laurent Raillard, est un ami proche de François Mitterrand, avec lequel, tous les lundis, il joue au golf.

Il touche le montant de la vente, mais continue à occuper les lieux, tout en demandant à Elf de payer les factures. "On savait que si l'on ne cédait pas à ses exigences, il irait se plaindre, le lendemain, au 9e trou de son parcours...", s'est lamenté à la barre l'ancien directeur immobilier de la compagnie pétrolière, Jean-François Pagès.

L'ancien directeur des affaires générales d'Elf, Alfred Sirven, confirme : "Le président aimait cette propriété. Il pouvait y venir à n'importe quel moment. Il avait là des rencontres discrètes. Nous n'avons pas été très durs sur les conditions dans cette affaire-là, a-t-il admis. Un jour, j'ai croisé le président à Louveciennes. Il m'a dit : "Eh bien, Elf a encore fait une bonne affaire !"" "L'ordre du président-d'acheter cette villa- ne m'est venu qu'ex-post, a expliqué M. Le Floch-Prigent. Plus tard, François Mitterrand m'a dit : "Je suis bien content de pouvoir conserver ces arbres." Ça, je m'en souviens comme si c'était hier !"

F. J. et P. R.-D.

396113

Document LEMOND0020050129e11u0000o

suisse

La justice genevoise classe l'enquête sur les fonds secrets du président angolais en Suisse

Sylvain Besson

800 words

31 December 2004

Le Temps

French

(c) 2004 Le Temps Homepage Address: <http://www.letemps.ch>.

COMPTES OCCULTES. Les poursuites entamées pour blanchiment d'argent et corruption sont abandonnées, malgré le versement de 34 millions de dollars au chef d'Etat angolais José Eduardo dos Santos

L'une des plus vastes enquêtes financières menées en Suisse ces dernières années vient de connaître son épilogue. Le 21 décembre, le procureur général genevois Daniel Zappelli a mis fin aux poursuites entamées il y a plus de deux ans contre l'homme d'affaires français Pierre Falcone. Il était accusé d'avoir mis sur pied une «organisation criminelle» pour détourner des montants colossaux provenant du règlement de la dette entre l'Angola et la Russie. «Cette décision montre que l'opération de restructuration de cette dette est légale et s'est déroulée de manière impeccable», estime Marc Henzelin, l'un des avocats de Pierre Falcone.

En 1996, la Russie et l'Angola avaient signé un accord sur le remboursement de la dette de 5 milliards de dollars contractée par le pays africain envers Moscou. Les deux Etats avaient décidé que l'Angola paierait 1,5 milliard de dollars pour solde de tous comptes. Abalone, une société contrôlée par Pierre Falcone et ses associés, jouait un rôle d'intermédiaire: elle achetait à la Russie les titres émis par l'Angola en reconnaissance de sa dette, avant de les vendre à la compagnie pétrolière angolaise Sonangol, une entreprise publique.

Entre 1997 et 2000, le compte ouvert par Abalone chez UBS à Genève a ainsi reçu quelque 774 millions de dollars (environ 1 milliard de francs) provenant de Sonangol. Sur cette somme, plus de 160 millions de dollars ont été versés au Ministère russe des finances, le reste étant réparti entre Pierre Falcone, ses associés et diverses sociétés offshore.

Une bonne affaire

Le caractère insolite de ce montage avait conduit la justice genevoise à inculper Pierre Falcone de blanchiment d'argent, soutien à une organisation criminelle et corruption de fonctionnaires étrangers en avril 2002. Mais selon l'ordonnance de classement du procureur général, le règlement de la dette n'a donné lieu à aucune irrégularité. La Russie est intervenue au cours de la procédure pour dire qu'elle était satisfaite des remboursements effectués. Un expert de la Banque mondiale a affirmé que les deux pays ont fait une bonne affaire en recourant aux services de Pierre Falcone et de ses associés: l'Angola a pu réduire sa dette publique et la Russie a amélioré l'état de ses finances. «La société Abalone a payé complètement ce qu'elle devait à la Russie en utilisant d'autres comptes que celui ouvert chez UBS», explique Alexander Troller, un avocat de Pierre Falcone.

Curieusement, la décision de classement ne parle pas des fonds transmis à de hauts dignitaires angolais depuis le compte d'Abalone chez UBS. En juillet 2000, trois millions de dollars ont été versés à un ministre, José Leita da Costa, sur un compte ouvert auprès de la banque privée genevoise HSBC Guyerzeller. Surtout, la société de Pierre Falcone a versé 34 millions de dollars, en octobre 1997, à une société panaméenne contrôlée par le président angolais José Eduardo dos Santos. Certains enquêteurs en ont déduit que le président et d'autres dirigeants avaient été payés pour donner leur aval à l'opération de remboursement de la dette.

Par sa décision de classement, la justice genevoise privilégie une autre explication: l'argent versé aux dignitaires africains – quelque 70 millions de francs – était destiné à constituer des «fonds stratégiques» secrets pour le compte du gouvernement angolais, alors plongé dans une féroce guerre civile contre les rebelles de l'Unita. «S'il y avait eu corruption, l'enquête ne serait pas classée aujourd'hui. Les gens qui ont perçu ces fonds ne l'ont pas fait à titre individuel, mais dans le cadre d'une mission d'ordre public», résume Alexander Troller.

«L'argent va être rendu»

Une partie de ces sommes – 10 à 20 millions de francs, selon nos informations – se trouve toujours en Suisse. Depuis des mois, diplomates suisses et angolais négocient les modalités de leur restitution. Les autorités helvétiques souhaitent que l'argent soit consacré à la reconstruction de l'Angola, ravagé par des années de guerre. L'agence suisse d'aide au développement, la Direction du développement et de la coopération, devrait suivre sur place l'emploi des fonds rapatriés. Cette exigence, qui touche un point sensible de la souveraineté angolaise, a longtemps retardé la conclusion d'un accord. Celui-ci devrait intervenir rapidement, selon Alexander Troller: «L'argent est sur le point d'être rendu à l'Angola, selon des conditions convenues entre les deux pays.» Ce qui mettrait un point final à cette affaire hors du commun.

Document temps00020041231e0cv0000b

© 2005 Dow Jones Reuters Business Interactive LLC (trading as Factiva). All rights reserved.

Investment Opportunities in Angola Extend Well Beyond Oil Market

by John Michaels

In its efforts to diversify the economy, Angola is working hard to promote investment in non-petroleum sectors such as diamond mining, telecommunications, manufacturing and agriculture. Here's a comprehensive look at how the country is faring in these sectors:

Mining

A diamond producer since 1913, Angola was once the fourth-largest diamond producer in the world. It is now the seventh largest, with current production coming primarily from alluvial deposits in Lunda Norte and Lunda Sul provinces. Angola also has six kimberlite pipes that mining experts believe are rich in diamond deposits.

Norman Gross, president of Alexandria, Va.-based Global Capital Group, a consulting firm, said Angola's diamond industry contributes around \$1 billion annually to the country's foreign-exchange earnings—up from \$739 million in 2000 and only \$10 million in 1998.

“The main issue has been whether diamonds were being used to buy weapons. That was a huge

problem in Angola until the middle of 2002, but it's no longer an issue," said Gross.

That's mainly because with the signing of a peace accord, the rebel group National Union for the Total Independence of Angola (UNITA) no longer has control of mining areas. According to the United Nations, UNITA smuggled about \$100 million worth of diamonds out of Angola in 2000 alone. Now the government is controlling a resource that had been used primarily to fuel rebel activity.

"Diamond mines are extremely valuable, much more so than gold mines," explained Gross. "There are 500 to 1,000 gold mines in the world, but only 40 or 50 kimberlite diamond mines, and they're each billion-dollar deals."

Angola has five diamond mines, producing a combined 5 million carats a year. More important, Angola's diamonds are gem-quality, meaning they can fetch upward of \$200 per pound, compared to the world average of around \$100 a pound for industrial-grade diamonds, such as the kind found in neighboring Congo.

At present, only one kimberlite mine is active, that of Catoca in the province of Lunda Sul. The Catoca mine, which entered its initial phase of production in 1998, is a joint venture among the Angolan government, the Russian company Alrosa, Brazil's Odebrecht Mining Services and Russian-born Israeli investor Lev Leviev. Leviev was instrumental in setting up Ascorp, whose aim is not only to export rough diamonds, but to start cutting and polishing them in Angola.

Catoca, which has one of the largest kimberlite pipes in the world, accounts for around half of all current diamond production. By the end of this decade, Gross said, Angola expects to triple annual production to 15 million carats, translating into revenues of about \$3 billion a year.

According to Paul Hare, executive director of the U.S.-Angola Chamber of Commerce, Ascorp "had a monopoly on buying and selling of all diamonds in Angola, which meant that other groups had to shut down their buying operations. But now, Ascorp's power has been diminished, and other operations are beginning to open up again."

Angola's state-owned diamond entity is Empresa Nacional de Diamantes de Angola (Endiama), which last July opened an office in Tel Aviv, a leading world diamond center. Additional offices are planned for this year in New York, Brussels and Hong Kong.

Last year, Australia's BHP Billiton signed an agreement with South Africa-based Petra Diamonds Ltd. to recover gem-quality stones in northeastern Angola. The venture calls for BHP to invest up to \$60 million for a 75 percent share of Petra's Alto Cuilo diamond project, in conjunction with Endiama and Angola's Moyoweno.

Under the agreement, BHP will prospect for diamonds throughout Petra's concession area. The venture has already recovered 23 diamonds greater than 1 millimeter at a total weight of 18.7 carats from a 40-ton sample, including a white gem-quality stone of 9.61 carats.

Llewellyn Delport is chief executive of local diamond producer Trans Hex, which has one mine and three exploration projects in Angola. He said the company's decision to enter Angola two years ago—only a few months after the end of the civil war—gave Trans Hex the advantage of being one of the first companies on the ground.

In addition to diamonds, Angola possesses a wealth of other minerals such as iron ore, manganese, gold, phosphates, platinum, copper, lead, quartz, marble, zinc, gypsum, marble, chromium and black granite.

Manufacturing

Back in the 1970s, when Angola was considered one of sub-Saharan Africa's most promising countries, the country had more than 4,000 factories employing hundreds of thousands of people. Most of those businesses closed during the civil war, but investments have begun trickling back in since the end of the fighting.

One of Angola's biggest success stories to date is Coca-Cola. In 2000, the Atlanta-based soft-drink

giant opened a 45,900-square-foot bottling facility in Bom Jesus, outside of Luanda. Production at the plant reached 14 million cases in the first 12 months of operations.

Before the factory's construction, Angola imported virtually all soft drinks in cans from Portugal and neighboring countries. Following the Bom Jesus inauguration, Coca-Cola opened a second bottling plant at a former fruit-juice factory in Lubango, in southern Angola. The two facilities represent a combined \$60 million investment. South African Breweries International, a Coca-Cola subsidiary, manages the plant and recently purchased the majority of Coca-Cola's equity stake.

One local company, Angases, recently won an exclusive contract to supply Coca-Cola with gas. "There have been some very difficult periods in the life of our company, but Angases has never given up the struggle, and this has paid off," Angases President Julio Araujo said in a press statement. "Now that we have Coca-Cola, our future looks very bright."

Other foreign companies have been quick to follow Coca-Cola's example. For instance, the Chinese company Guangdong Overseas Construction Corp. has invested \$7.2 million in a motorcycle assembly plant—the first of its kind in Angola.

Another improving sector is the steel industry, which is in the process of becoming privatized. Fabrica de Tubos de Angola (FATA) and Metalurgica de Angola (Metang), two of Angola's largest steel processors, are now being managed by Indufer, a private Angolan firm. The two factories are currently operating at about 50 percent capacity, producing 36,000 tons of steel pipes and corrugated iron sheets annually.

"Although the bulk of our work is related to heavy industry, we are now investing in the construction and tourism sectors because this is where the money lies," Indufer Chief Executive Officer Jose Dias dos Santos told reporters in Luanda recently. "We have had a lot of demand from these sectors, and since 2000, we have been quite successful."

In addition, a soap factory with a monthly output capacity of 100 tons is under construction in the port city of Porto Amboim in Kwanza Sul province, and the Haier Group, a Chinese company, has announced plans to build an \$11 million electrical appliance factory.

Telecommunications

Fewer than two of every 100 Angolans have telephones, and only one in 10,000 has Internet access. That's why telecom offers such a big investment potential in Angola.

With only 100,000 fixed lines and fewer than 75,000 mobile lines, demand for telecom infrastructure is still far higher than supply.

David Ross, a New Jersey-based consultant familiar with Angola, said that as the country's ports and railroads are developed, the need for fixed and wireless telecom services will grow sharply.

"There's a lot more room for expansion outside of Luanda and into the provinces," he said. "To a certain extent, it's a green-field opportunity for anybody who is willing to take on that kind of task, including building the backbone infrastructure to connect remote regions of the country to the capital."

In January 2001, Angola's National Assembly revised the country's Basic Telecommunications Law and formally called for an end to state-owned Angola Telecom's monopoly. But that has yet to materialize.

Meanwhile, a private consortium has launched a second GSM mobile network in Angola. The new operator, Unitel, is owned by Portugal Telecom, Mercury Telecom and other local investors. It will initially cover Luanda and Bengo provinces, but is likely to expand to other areas, including Benguela and Cabinda. The \$68 million investment immediately doubled Angola's mobile phone capacity from 25,000 lines to 50,000. Unitel's network was expected to serve 150,000 subscribers by the end of 2004.

According to the Washington-based Corporate Council on Africa, "outside observers are optimistic about Unitel's launch for several reasons. First, service has dramatically improved. Second, Unitel's

option to purchase prepaid phone cards—not available on Angola Telecom lines—will broaden service to Angolans not able to afford long-term contracts. Finally, many economists see the creation of competition in the mobile phone sector as a possible sign of future economic liberalization measures in other sectors.”

Agriculture and Fishing

In 1960, agriculture contributed to 50 percent of Angola's gross domestic product. Today, it accounts for just more than 10 percent of GDP as oil, gas and other sectors have skyrocketed in importance.

The U.N. Food and Agriculture Organization estimated that between March 2000 and April 2001, the country needed a minimum of 1.3 million tons of food. That means opportunities abound in everything from subsistence crop development to large-scale production.

Priority crops are maize, sorghum, sweet potato, beans and cassava. Angola's Institute of Foreign Investment is promoting joint-venture opportunities in small-scale agri-processing projects, with many more projects in the evaluation and development phases.

In 2000, the United States exported \$54.8 million in frozen poultry and other agricultural commodities to Angola, well over double the \$23.3 million exported in 1999 and the largest amount to date. But there were no American imports of Angolan-produced farm goods.

Yet there's a lot to import, once conditions are right.

Back in the 1970s, Angola was the world's fourth-largest coffee producer after Brazil, Colombia and Côte d'Ivoire. The country's civil war forced most growers to abandon their coffee plantations, and destroyed virtually all of the processing facilities. At the moment, efforts are under way to revive the sector.

The International Coffee Organization is supporting an \$8 million project to revitalize plantations in Kwanza Sul province, while Delta Cafés Co., a subsidiary of Portugal's Nabeiro Group, has invested \$10 million to revamp a long-dormant instant coffee production and packing plant outside Luanda.

Fishing offers yet another export opportunity, given Angola's 1,000 miles of Atlantic coastline. Those waters are teeming with mackerel, sardines and tuna, and in the early 1970s, Angola was hauling in up to 600,000 tons of fish annually. But with the start of the civil war, the catch fell to less than 40,000 tons, finally increasing to 122,000 tons in 1994.

In 2000, Angola's total catch rose 37 percent from the previous year to 237,000 tons, thanks to a new sea satellite control system that monitors and prevents illegal fishing.

In May 2000, Angola and the European Union extended an existing fisheries protocol that allows 70 vessels from Spain, France, Italy, Greece, Portugal and Ireland to ply Angolan territorial waters. In exchange, the Angolan government receives \$12.5 million, 30 percent of which is allocated to develop local fishing capacity.

Angola and SA to cement trade ties

February 17, 2005, 13:30

High level talks between Angola and South Africa reached a climax in Cape Town today with the signing of a range of agreements on trade and co-operation.

The Angolan delegation also took time this morning to visit the home of South Africa's democracy, Parliament. With Cape Town's majestic backdrop, Fernando da

Piedade Dias dos Santos, the Angolan prime minister, took to the floor of the National Assembly.

There to explain the workings of South Africa's legislature were Baleka Mbete, the speaker of Parliament and Mninwa Mahlangu, the chairperson of the National Council of Provinces. The exchange this morning cemented growing relations between two of Africa's key states.

Later this afternoon important agreements on a range of issues will be signed. The reconstruction of Angola's infrastructure and participation in regional peace-keeping are among them.

S.Africa, Angola sign pact to protect investments

Thu February 17, 2005 5:00 PM GMT+02:00

CAPE TOWN (Reuters) - South Africa signed a pact with Angola on Thursday to promote and protect investments in both countries, and improve confidence in the Angolan economy, crippled for decades by civil war.

South African Trade and Industry Minister Mandisi Mpahlwa told Reuters the agreement would help set up the legal structures to encourage greater investment in the south west African country.

Angola's economy has grown rapidly since the end of war in 2002, opening up lucrative investment opportunities for South African companies. But institutions remain weak and perceptions of widespread corruption remain.

"These agreements by their very nature are meant to try and cater for all possible eventualities when a company from one country invests in the other," Mpahlwa said at a signing ceremony in Cape Town.

"Mainly it is to give the confidence that people can go and invest and their assets will not be affected in any way," he said, adding it also covered compensation should the investment be affected.

Angola is sub-Saharan Africa's second biggest oil producing economy, which accounts for over 40 percent of gross domestic product and almost 90 percent of government revenues.

The two countries also signed a similar agreement to cooperate in defence and peace-keeping matters, along with electricity generation.

050219O Fundo vem ou não?

Acordo com Fmi novamente encalhado

Dependendo da pessoa a quem se colocar a questão, a falta de um acordo entre Angola e o Fundo Monetário Internacional pode ser atribuída às duas partes. O Fmi quer as cartas todas na mesa, o Governo diz que não tem mais nada a provar. O entusiasmo de há um a deu espaço a uma troca de galhardetes pouco amigável. Enquanto se mantém o impasse a reputação do Governo permanece na lama e a vida neste país não muda nada.

Recapitulemos: No rescaldo de uma visita a Washington, Aguinaldo Jaime dizia que um acordo com o Fundo Monetário Internacional poderia ser alcançado até final do ano passado. As coisas não correram a preceito e o ano de 2004 foi quase todo consumido em negociações para preparação de novas negociações.

Ainda assim em finais do ano passado, fontes do Governo, animadas com a visita a Angola de Takatoshi Kato, director-geral adjunto do Fmi, apontavam o passado mês de Janeiro deste ano como data provável para a assinatura do tão almejado acordo. Os prognósticos voltaram a falhar. Angola teria, segundo versão do Fmi, fornecido informação insuficiente para a preparação de uma visita de peritos seus. O FmiI está particularmente apreensivo com a falta de detalhes na resposta do Governo relativa à aplicação de 600 milhões de dólares resultantes da venda de petróleo.

A visita da missão do Fmi passou de Janeiro para Fevereiro, de Fevereiro para Março, e agora pode estar de novo adiada, incluindo o envio a Angola da missão do artigo 4, aquela que deverá fazer o levantamento da economia angolana.

O último detalhe partiu do próprio ministro das Finanças, José Pedro de Moraes. Respondendo à preocupação do Fundo relativa à insuficiência de informação, JPM disse que Angola «não estará tão cedo em condições de fornecer ao FmiI a informação económica e financeira que ele precisa. Somos um país sub-desenvolvido, as nossas estruturas não estão convenientemente apuradas. O processamento de informação é um processo gradual».

Falando para os serviços de Informação das Nações Unidas Irin, José Pedro de Moraes disse que Angola está pronta para o estabelecimento de um acordo. «Nós precisamos de reestruturar a nossa dívida pública, com a qual esperamos levar de volta o país às transações fluídas. Por conseguinte, o acordo não depende de nós, até porque estamos prontos».

José Pedro de Moraes, que foi funcionário do Fmi durante 4 anos, disse que o estabelecimento de um acordo com o Fmi está a ser politizado. «Tecnicamente estamos prontos. Já o dissemos. O que se coloca agora é uma questão política. Se tivermos que ser penalizados pelas divisões políticas que houve no mundo no passado, então este acordo não virá tão cedo».

José Pedro de Moraes sugeriu que o Fmi vem fazendo Angola refém. «Não deveríamos colocar Angola numa situação em que o seu Governo deve antes de mais observar os códigos e os padrões antes mesmo da conferência de doadores ter lugar». Jpm diz que a relutância da comunidade internacional em apoiar o desenvolvimento de Angola não é justa.

No ano passado Angola recorreu a empréstimos pagos com petróleo para segurar a sua economia, devastada por uma guerra, na esperança de vir a conseguir obter empréstimos bonificados do Fundo. Há coisa de um ano, este acordo parecia eminente, mas o Fmi e os principais doadores torceram o nariz ante a dificuldade de Angola explicar o destino de 600 milhões de dólares resultantes do excedente que veio da alta do petróleo. «Estamos a falar de um país onde já desapareceram centenas de milhões de dólares», disse fonte diplomática ocidental. Diplomatas ocidentais acreditam que Angola voltou a encher o peito depois de ter conseguido um empréstimo de 2 biliões de dólares junto da China. «É exactamente o que chancelarias ocidentais receavam».

SA signs investment pact with Angola

February 17 2005 at 04:38PM

Cape Town - South Africa and Angola on Thursday signed agreements aimed at protecting investments in each other's countries, and at promoting co-operation in electricity projects.

The signings took place in Cape Town during an official visit by Angolan Prime Minister Fernando dos Santos and a delegation of ministers.

The investment agreement, signed by Trade and Industry Minister Mandisi Mpahlwa and Angolan Transport Minister Andre Brandao, commits the two countries to facilitate the granting of permits and licensing agreements necessary for investment.

It also commits them to give each other's investors treatment no less favourable than their own.

An agreement to set up a South African-Angolan defence committee to extend co-operation in areas including peace support missions and disasters and an agreement on co-operation in the social welfare field were also signed on Thursday. Deputy President Jacob Zuma, who earlier held talks with Dos Santos, said pacts in "other areas" would be concluded soon.

"We certainly take Angola as a unique country and we have a unique relationship," he said. "For us to concretise the relationship in the agreements in various fields means a lot to us."

The two countries could do "big things" in the context of the region, and also, given their economic strength, big things on the continent as a whole.

South Africa's exports to Angola totalled R2,5-billion last year, a decline on the previous three years, and imports R1,3-billion, a major increase on 2003. - Sapa

CORRECTED-World Bank approves \$50.7 million aid for Angola

Fri Feb 18, 2005 10:14 AM ET

In Feb.17 WASHINGTON story "IMF approves \$50.7 million in aid to Angola", please read headline as "World Bank approves \$50.7 million in aid to Angola".

Also, please read in first paragraph ...The World Bank on Thursday... instead of ...The International Monetary Fund on Thursday".

In fourth paragraph, please read ...the World Bank approved... instead of ...The IMF approved...

(Corrects name of lender throughout)

A corrected repetition follows.

WASHINGTON, Feb 17 (Reuters) - The World Bank on Thursday approved more than \$50 million in financial assistance to help Angola recover after nearly three decades of civil war.

"The objective of this project is to help build the foundation for long-term reconstruction, economic rehabilitation and the reestablishment of state administration throughout the country," the Washington-based lender said in a statement.

Angola's infrastructure is in tatters nearly three years after the end of a 27-year civil war that forced millions of people to leave their homes.

The World Bank approved a grant of \$25.8 million and a credit of \$24.9 million for postwar reconstruction in Angola.

Oil-rich Angola produces about a million barrels of crude oil per day, the largest amount in sub-Saharan Africa after Nigeria, but most of its 13 million people live in poverty.

Illegal diamond trade curbed in Angola

February 18 2005 at 06:50PM

Luanda - A major police operation against illegal diamond prospectors was a success, with tens of thousands of mostly Congolese prospectors expelled from the country, officials said.

Police Commissioner Paulo Gaspar de Almeida told reporters late on Thursday that Operation Brilliant, started 15 months ago, had cleared the prospectors from diamond-rich land, most of it along Angola's northern border with Congo.

The operation brought "a substantial decrease in the number of illegal prospectors across the northern territory", Gaspar de Almeida said.

The prospectors, known as "garimpeiros," work with shovels and pans along rivers in remote parts of the South-west African country. Angolan gems are high quality and each carat can fetch up to \$400 (about R2 400), officials say.

Ruling MPLA Party's Central Committee Meeting Begins

[Angola Press Agency](#) (Luanda)

February 18, 2005

Posted to the web February 18, 2005

Luanda

The fourth ordinary session of the central committee of the ruling MPLA party in Angola, began today, at Futungo II complex, in Luanda, with an address by its President, José Eduardo dos Santos.

During the opening session, focused on the analysis of the work carried out last year and outlining of actions for this year, the leader of MPLA appealed to his party militants and citizens in general, to face the new cycle of life with more responsibility.

Concerning the challenges, Eduardo dos Santos stated that all Angolans, regardless of their ideas, beliefs or parties, are called upon to contribute to efforts for the construction of a better Angola.

"This is the moment to unite what was separated for a long time and combine ideas for the execution of the enormous national objectives", said the head of the ruling party.

He pointed out as current priorities, aspects such as national reconstruction, repair and expanding of infrastructures destroyed by war, the construction of new structures, more updated enterprises and institutions.

The meeting of MPLA's Central Committee, which has 218 members, ends today.

ANGOLA: Deciding to go it alone

18 Feb 2005 17:31:19 GMT

Source: IRIN

LUANDA, 18 February (IRIN) - Angola will not be held to ransom by unjust conditions attached to international community support, President Jose Eduardo dos Santos said in a speech on Friday.

In a major snub to global financial institutions, including the International Monetary Fund (IMF), Dos Santos said Angola would simply intensify its efforts to secure bilateral and private funding for its post-war reconstruction and development.

In a speech to the Central Committee of the ruling MPLA party, the president bemoaned the fact that, despite two years of intense diplomatic relations, the international community still appeared unwilling to back a donor conference - seen as key to securing funds for the country's post-war development.

"The countries most influential in this community have until today hesitated and placed unjust political and economic conditions on such a conference," Dos Santos said.

The president's comments reinforced those made by Finance Minister Jose Pedro de Morais, who earlier this week accused the donor community and global institutions of politicising an IMF agreement by setting unreasonable goals for financial and economic information, which Angola simply could not meet.

Dos Santos went a step further, insisting that oil-rich Angola would not give in to those demands, and would instead rely on other sources of cash to fund its national reconstruction programme.

"It is clear that we are not going to desist; we will continue in our diligence and we will, in the meantime, make a concerted effort to use bilateral cooperation and national and foreign private investment, with the view to mobilising resources for our reconstruction and development," he remarked.

The prospect of an IMF Staff Monitored Programme (SMP) is looking increasingly remote, with the IMF putting off a mission to the country amid concerns over the whereabouts of a \$600 million windfall from high oil prices in 2004.

The SMP is seen as pivotal to Angola's development by donors, who want the country to open up its books to scrutiny, and meet the standards demanded by global institutions to be able to secure cheaper credit on more favourable terms.

Although Angola is one of the continent's richest countries in terms of natural resources, its people are among the poorest.

Chinese vice premier arrives in Nairobi for African visit, UNEP forum

Chinese Vice Premier [Zeng Peiyan](#) arrived in Nairobi Sunday to kick off an official visit to [Kenya](#), where he will also attend a UN environment forum, along with environment ministers and officials from more than 100 countries.

Zeng was accorded a warm welcome by Kenyan Minister for Planning and National Development Peter Anyang Nyong'o and Assistant Minister for Foreign Affairs Moses Wetangula when he arrived at the airport in Nairobi, Kenya's capital.

Zeng said in a written statement upon his arrival that "China and Kenya enjoys traditional friendship," and he hoped "the visit will help to enhance understanding, consolidate friendship and promote cooperation between the two countries."

Kenya has maintained social stability, national unity and achieved economic growth through persistent efforts in recent years, said Zeng, and as an African country of great influence, it also played an active role in promoting regional peace and cooperation.

The vice premier said during the visit, he will exchange views with Kenyan leaders on bilateral relations and issues of common concern, and he will also attend the 23 Session of the United Nations Environment Program Governing Council and the Global Ministerial Environment Forum held in Nairobi.

Kenya is the first leg of Zeng's three-nation African tour, which will also take him to Republic of the Congo, and Republic of [Angola](#), and he will return to [Beijing](#) on Feb. 26.

PRESIDENTE DEPLORA HESITAÇÃO DOS DOADORES

2005-02-18

O Presidente angolano deplora a hesitação dos doadores em apoiarem a reconstrução de Angola no pós-guerra. Manifestou este sentimento hoje no discurso de abertura da IV sessão do Comité Central do MPLA, cujo objectivo fundamental é delinear a actividade

para o ano em curso. «Os países mais influentes desta comunidade (internacional) hesitam até hoje e condicionam injustamente o evento a contrapartidas de natureza política e económica», afirmou José Eduardo Dos Santos.

Tinha evocado os dois anos de esforços do seu executivo para convencer a Comunidade Internacional a realizar uma conferência de doadores para a reconstrução de Angola. Prometeu que o esforço continuaria paralelamente à aposta na cooperação bilateral assim como no investimento privado nacional e estrangeiro. «Não vamos desistir, continuaremos as nossas diligências e vamos, entretanto, fazer um maior aproveitamento da cooperação bilateral e do investimento privado nacional e estrangeiro, com vista a mobilizar recursos para a reconstrução e o desenvolvimento», disse.

O PARTIDO CRESCEU IMENSO

Dos Santos regozijou-se da «eficiência» do seu partido, com o aumento das suas fileiras no interior do país. «O Partido cresceu imenso. Aumentou a eficácia da sua direcção, em todos os níveis. Em todo o país, se nota uma maior mobilização e enquadramento das massas populares pelos nossos Comités e pelas nossas organizações sociais», sustentou.

Sobre o horizonte eleitoral, referiu que o MPLA dá prioridade, tal como outros partidos, à aprovação das leis necessárias à realização das próximas eleições gerais. Cuidará «em tempo oportuno do processo democrático interno, conducente à escolha dos seus candidatos às eleições legislativas e presidenciais», acrescentou.

NOVO AUMENTO DOS PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS

2005-02-18

O Governo decretou novo aumento dos preços dos combustíveis na ordem média de 10 %. A medida foi anunciada por um comunicado de imprensa da empresa pública do petróleo, SONANGOL, distribuído esta manhã.

Nos termos deste ajuste, o litro de gasolina passa a custar 37,82 Kwanzas (Kz) ao consumidor contra o preço anterior de 34 Kz. O litro de gasóleo sobe de 25 Kz para 27,47 Kz. Quanto ao gás doméstico, o consumir deverá doravante desembolsar 210 Kz, 420 Kz e 1.787 Kz para adquirir a botija de seis, doze e cinquenta quilos (kg), respectivamente. A tarifa em vigor até ontem fixava a botija de 12kg e a de 50kg em 370 Kz e 1.606 Kz respectivamente.

Os dois últimos aumentos ocorreram em Novembro do ano passado, em que os preços subiram em média 70% e em Maio do mesmo ano, quando os derivados do petróleo saltaram em média 67%.

Relativamente ao aumento de hoje, o comunicado da SONANGOL explicou laconicamente que se trata de mais «um ajustamento dos preços do petróleo determinado pelo Governo».

Lagging economy, political crisis bring parliamentary victory to Portuguese opposition

www.chinaview.cn 2005-02-21 15:01:16

LISBON, Feb. 21 (Xinhuanet) -- Portugal's opposition Socialist Party scored a landslide victory in Sunday's parliamentary elections as the popularity of the coalition government has been eroded by staggering economic growth and repeated government adjustment, analysts said after the race.

According to the results released by the national electoral agency, the Socialist Party won 45.04 percent of the vote and gained 119 seats in the 230-seat parliament. The central-right Social Democrats led by incumbent Prime Minister Pedro Santana Lopes got about 30 percent.

Analysts blamed the voters' lack of confidence in the government on bouts of political instability, which erupted just four months after Santana Lopes took office last July and his predecessor Jose Manuel Durao Barroso left to head the European Commission.

The crisis culminated in late November when Youth and Sports Minister Henrique Chaves resigned after only four days in office, accusing Lopes of being disloyal and untruthful.

With the opposition demand and growing public doubt over the ruling ability of the government, Portuguese President Jorge Sampaio decided later to dissolve parliament and call the early vote.

Behind the snap elections and prevailing discontent is also Portugal's economic slide since the Social Democrats were in power in 2002.

The Portuguese central bank forecast economic growth at less than 1.6 percent this year. Ahead of the parliamentary race, the latest official report showed the unemployment rate rose to 6.8 percent last year, the highest level over the past six years.

Under the piling economic pressure, most Portuguese voters began to pin their hopes on the Socialists who have vowed during the campaign to boost economic growth to 3 percent, create 150,000 jobs in four years, and improve people's living standards.

The final result of the elections echoed recent opinion polls which showed the Socialists, led since September by pro-market Jose Socrates, the former environment minister, were likely to win an absolute majority in parliament, the first outright victory by any party in a decade.

Under Portuguese constitution, President Sampaio will ask Socrates to form a new government, the Iberian nation's fourth in three years.

But analysts argued that the winner is facing a tough job in the coming days to realize his promised growth and the settlement of ingrained problems against the backdrop of lagging world economic growth. Enditem

Governo perde milhões de dólares devido ao garimpo

Luanda, 18/02 - O Estado angolano perde milhões de dólares norte-americanos em consequência do garimpo praticado, principalmente, por cidadãos estrangeiros em várias regiões do país, disse quinta-feira, na cidade do Dundo, Lunda-Norte, o segundo comandante-geral da Polícia Nacional para a protecção e intervenção comissário Paulo Gaspar de Almeida.

O comissário Paulo de Almeida que falava à Angop, nesta cidade, referiu que estes valores dariam para ajudar a reconstrução nacional e melhorar o modo de vida das populações.

A Polícia Nacional realizou, durante oito meses, uma operação denominada "Brilhante" na Bacia do Cuango (Lunda-Norte) que engloba o município do Cuango e as comunas de Xá-Muteba, Capenda-Camulemba, Caungulo e Lubalo, acção que culminou com o repatriamento de quatro mil e 371 cidadãos estrangeiros de diversas nacionalidades e a apreensão de grandes quantidades de meios técnicos utilizados no garimpo artesanal e mecanizado.

A Bacia do Cuango, que até a determinada altura se apresentava como zona intocável e impenetrável, foi seriamente fustigada durante a "Operação Brilhante", tendo como resultado a redução substancial de actividades delituosas.

Para si, o elevado número de pessoas envolvidas nessas actividades (garimpo de diamantes) "indica já um problema de Estado", pelo que as instituições do Governo, e não só, devem ser chamadas a participar afincadamente neste combate.

Apesar de considerar exitosa a operação, o comissário Paulo de Almeida frisou que a Polícia Nacional "não deve afirmar taxativamente que o garimpo e a imigração ilegal foram vencidos na totalidade", devido a vulnerabilidade extensiva da fronteira angolana com os países vizinhos.

Neste sentido, o responsável da Polícia apelou às empresas concessionárias a que a Empresa Nacional de Diamantes de Angola (Endiama) adjudicou espaços a ocuparem as suas áreas para se evitar uma possível reocupação ilegal dos garimpeiros.

A província da Lunda-Norte tem uma extensão de 770 quilómetros de fronteira com a República Democrática do Congo, dos quais 120 fluviais pelo rio Kassai, zona que facilita principalmente a entrada de cidadão congoleses democráticos.

Governo confisca propriedades por ausência injustificada dos titulares

Luanda, 15/02 - O governo determinou, em despachos conjuntos dos Ministérios da Justiça e do Urbanismo e Ambiente, o confisco de alguns imóveis, por ausência injustificada dos seus proprietários por período superior a 45 dias.

Deste modo, é confiscada, nos termos do nº 1 do artigo 1º da Lei nº 43/76, de 19 de Junho, a fracção autónoma designada pela letra P, do 3º andar, do prédio urbano sito em Luanda, rua Comandante Gika, nº 61, município da Maianga, inscrita na Matriz Predial do 1º Bairro Fiscal, sob o nº 8400, descrita na conservatória do Registo Predial da Comarca de Luanda, sob o nº 22970.

Acha-se inscrita por transmissão em regime de propriedade horizontal, a folhas 106, do livro G-23, sob o nº 23319, a favor de Maria do Céu Pinto e Maria das Dores Pinto Bino.

Num outro despacho, ambos publicados numa das últimas edições do Diário da República, órgão oficial do Governo, é confiscada, nos termos das mesmas disposições legais, a fracção autónoma designada pela letra C, do 5º andar, do prédio urbano sito na capital do país, na Avenida 1º Congresso do MPLA, nº 36.

Inscrita na Matriz Predial do 1º Bairro Fiscal, com o nº 3834, descrita e inscrita na Conservatória do Registo Predial da Comarca de Luanda, sob o nº 4933, a folhas 174, do livro B-18 e folhas 118, do livro G-26, nº 25535, a favor da "Cooperativa Alegria Pelo Trabalho, SCRL".

Outra propriedade que teve igual sorte, é a fracção designada pela letra D, do 4º andar, do prédio urbano nº 173, sito também em Luanda, Rua Amilcar Cabral, município da Maianga, inscrita na Matriz do 1º Bairro Fiscal, sob o nº 3416, em nome de Mário Brasil, descrita na Conservatória sob o nº 14957 a folhas 42, do livro B-46.

Acha-se inscrita por transmissão em regime de propriedade horizontal, a folhas 193, do livro G-15, sob o nº 16587, a favor de José Lourenço Fernandes.

O Governo orienta às conservatórias competentes, à inscrição a favor do Estado das fracções confiscadas, livres de quaisquer ónus ou encargos.

Angola/África do Sul: Incidente com avião da TAAG não vai afectar relações

Cidade do Cabo, 17/02 (Do enviado especial) - O primeiro-ministro angolano, Fernando da Piedade Dias dos Santos, assegurou hoje, nesta cidade, que o recente incidente, relativo ao arresto de um Boeing 747 da TAAG, em território sul-africano, em Janeiro ultimo, em nada prejudicará as boas relações existentes entre os dois governos.

Fernando da Piedade sustentou esta posição com base nas garantias que disse ter

recebido das autoridades sul-africanas, que também se mostram abertas em cooperar com o governo angolano na resolução desta questão.

O primeiro-ministro, que falava à imprensa angolana, a saída de um prolongado encontro com o Presidente sul-africano, Thabo Mbeki, recordou que o processo judicial que culminou no arresto da aeronave não teve lugar na África do Sul, mas sim na Namíbia, pelo que acredita que, politicamente, serão encontradas as soluções para o caso.

O mesmo optimismo foi manifestado pelo vice-presidente sul-africano, Jacob Zuma, que recordou que a amizade e solidariedade que ha muitos anos caracterizam as relações entre os partidos no poder em ambos os países teem uma longa historia.

Jacob Zuma reafirmou que o Governo do seu pais foi apanhado de surpresa neste incidente, uma vez que não estava ao corrente do que se estava a passar em torno da aeronave da transportadora nacional angolana.

Disse ter aproveitado esta visita do primeiro ministro angolano para apresentar-lhe as desculpas do governo sul-africano, porque e` uma situação que poderia muito bem ser evitada. E` por esta razão que neste momento decorrem ainda investigações para o esclarecimento do caso. O vice-presidente sul-africano aproveitou para assegurar as autoridades angolanas que incidentes do gênero jamais voltarão a acontecer.

Entretanto, Fernando da Piedade aproveitou a audiência com o presidente Thabo Mbeki não só para trocarem informações a respeito da situação em cada um dos seus paises e outros assuntos de interesse bilateral, como também lhe remeteu uma mensagem do seu homologo angolano, José Eduardo dos Santos.

Numa avaliação global dos resultados desta sua visita à África do Sul, o primeiro-ministro angolano considerou-os satisfatórios, uma vez que os dois governos estão, agora, mais comprometidos em reforçar as suas relações bilaterais, sobretudo no campo econômico, por formas a que se vão resolvendo as necessidades dos respectivos povos.

"Ficou claro que as relações bilaterais entre Angola e a África do Sul saíram reforçadas e vamos trabalhar juntos, de forma mais concertada", assegurou.

Por seu lado, o vice-presidente sul-africano, ao comentar sobre os fracos investimentos de diversos sectores económicos e empresariais do seu país em Angola, disse que a partir de agora muito coisa vai mudar, sobretudo com a assinatura do acordo de promoção e protecção recíproca de investimentos.

As conversações, que o primeiro-ministro angolano e o vice-presidente sul-africano, mantiveram hoje, na Cidade do Cabo incidiram, fundamentalmente, na abordagem das formas e vias para a expansão e consolidação das relações bilaterais estratégicas nos domínios político e económico.

Também versaram sobre os programas de reconstrução de Angola, comércio e investimentos, a pacificação na região e no Continente, eleições na região e prevenção e resolução de conflitos em África.

O primeiro-ministro e a delegação que o acompanha regressam ao princípio da noite de sexta-feira ao país, após visitarem Robben Island, onde durante muito tempo esteve encarcerado Nelson Mandela.

Maior navio de gás do mundo chega ao país em Março

Um navio FPSO – Unidade Marítima Flutuante de Produção, Armazenamento e Descarga – de gás (LPG) afecto à companhia petrolífera norte-americana ChevronTexaco, chega ao país no próximo mês de Março.

O navio, o maior do género do mundo, foi concebido para permanecer ancorado no campo do Sanha, offshore angolano, por mais de 20 anos, sem necessidade de se deslocar para um estaleiro para ser submetido a manutenção.

Tem sete andares e capacidade para albergar 60 pessoas, um centro de controlo,

salas de conferência, escritórios, salas de formação e quadros, área para refeições, instalações médicas e recreativas. Foi equipado com os mais altos padrões de segurança industrial, de maneira a resistir a uma provável explosão, ou incêndio, desde as instalações de processamento.

A ChevronTexaco pretende com o FPSO de LPG contribuir para a eliminação fiável da queima rotineira de gás à medida que aumenta a produção de petróleo no país. Com a queima de gás, a companhia projecta eliminar 2,2 milhões de toneladas de emissões de dióxido de carbono por ano.

Com 263 metros de comprimento e 49 de largura, o navio irá processar mais de 37 mil barris de LPG por dia, separando os gases butano e propano para venda.

O navio pode refrigerar e armazenar 135 metros cúbicos de produtos a base de propano e butano, na forma líquida, em 6 cisternas de LPG criogénicas – com baixas temperaturas - reduzindo o volume do gás em 250 vezes em relação às técnicas aplicadas actualmente.

Pela primeira vez na história da indústria petrolífera, de acordo com a petrolífera americana, um navio é construído especificamente para o processamento de LPG sobre uma estrutura flutuante . Ele assemelha-se a uma refinaria de gás construída por cima de cisternas de armazenamento flutuante.

A componente mecânica do navio exhibe 3 caldeiras de vapor, que fornecem energia e vapor à área de processamento, bem como três turbinas de vapor cuja potência é de 9 megawatts.

A técnica aplicada no FPSO de LPG do campo petrolífero do Sanha, região de Cabinda, abrange um gerador a gásóleo com 3 megawatts de potência, mais de 60 bombas, 1200 válvulas e 10 mil carretéis (bobinas ou molinetes) de tubagem. A parte submersa na água, o calado, é de 13,2 metros.

O navio está ainda equipado com um propulsor de proa do tipo 4000 HP, nunca antes construído, para orientar o navio na posição mais segura. Foi concebido para rodar 360 graus à volta de um único ponto no sistema de atracção e tirar proveito do vento e correntes marítimas favoráveis dentro dos padrões de operacionalidade e segurança industrial.

Construído em Kure, Japão, sob gerência de uma equipa da CABGOC e da SBM, e envolveu uma equipa constituída por técnicos e especialistas de 26 países. Deverá operar no off shore de Cabinda, área do Bloco 0.

Rede Mulher promove debate de Pacote Legislativo Eleitoral

Luanda, 18/02 - A Rede Mulher, em parceria com o Grupo de Mulheres Parlamentares, promove desde hoje, nesta capital, um seminário subordinado a "Análise de Género ao Pacote Legislativo Eleitoral 2006", cujo objectivo é o de elaborar uma proposta sobre questões de género e propostas de Leis para o próximo pleito eleitoral em Angola.

O encontro, que decorre na sala de reuniões do Ministério da Agricultura, foi aberto pelo Director Nacional das Eleições, Paulo Soma, que enalteceu a realização do encontro, pois vai permitir o debate da distribuição dos assentos, a nível parlamentar, na perspectiva do equilíbrio do género.

Segundo disse, a Análise de Género ao Pacote Legislativo Eleitoral 2006 pretende levantar questões sobre as quais o actual texto constitucional e a presente Lei eleitoral apresentam algumas imprecisões.

"Em vésperas da discussão e aprovação do Pacote Legislativo Eleitoral, levantar a questão do género implica o repensar e reformular os conceitos que até aqui pareciam intocáveis, tais como os princípios de representação proporcional, de igualdade e do direito de participação", disse à propósito.

Entretanto, a Directora da Rede Mulher, Júlia Ornelas, disse que o princípio democrático garante que na Assembleia Nacional estejam presentes a diversidade de representações e orientações político-ideológicas que estruturam politicamente uma sociedade.

Em seu entender, o sistema proporcional tem a vantagem de garantir que todas as correntes políticas obtenham representação, fazendo eleger candidatos, em

proporção da sua quota de votos, sem grandes disparidades.

Acrescentou que um dos aspectos mais importantes do sistema proporcional é a eleição em listas plurinominais, organizadas de modo que não se verifiquem disparidades consideráveis entre as quotas de votos e as quotas de deputados de cada partido.

"É pois aqui que deve residir a nossa atenção, cuidando de estarmos atentas para que a perspectiva do género esteja devidamente equacionada, para que a representação das mulheres, nos vários domínios de intervenção do processo eleitoral, seja em níveis aceitáveis, de acordo com os instrumentos aprovados pelos países da SADC", concluiu.

No seminário estão em análise os projectos de Lei Eleitoral, de Alteração à Lei dos partidos políticos, a Lei de Observação Eleitoral, a Lei de Registo Eleitoral, ao Código de Conduta Eleitoral, a alteração à Lei da Nacionalidade, bem como à Lei do Direito de Antena, Réplica e Resposta dos partidos políticos e Organizações da Sociedade Civil.

De igual modo será feita uma introspecção ao Estudo da Percepção dos Angolanos quanto as próximas Eleições, bem como proceder-se-á a apresentação e discussão de propostas, numa perspectiva de Género, elaboradas pela Rede Mulher.

Dirigente do MPLA defende criação do CNE após aprovação do pacote eleitoral

Luanda, 19/02 - O secretário para a Informação do MPLA, Norberto dos Santos "Kwata Kanawa", disse sexta-feira, em Luanda, que a criação da Comissão Nacional Eleitoral (CNE) deverá ocorrer tão logo sejam aprovadas as leis que darão forma à constituição dos órgãos que sustentarão o pleito eleitoral.

Kwata Kanawa que falava à imprensa após a IVª sessão ordinária do Comité Central do MPLA, realizada no complexo Futungo II, explicou que todas as propostas do seu partido inerentes ao processo eleitoral já se encontram na posse do Grupo Parlamentar, incluindo a que defende este princípio, para serem discutidas com as restantes forças políticas a nível da Assembléia Nacional.

O dirigente partidário reiterou este ponto de vista do MPLA devido ao facto de algumas forças políticas exigirem, insistentemente, a criação do Conselho Nacional Eleitoral Independente (CNEI) para que esse órgão, tal como defendem, possa acompanhar todo o processo preparatório das próximas eleições gerais, previstas para 2006.

Contudo, Kwata Kanawa congratulou-se com a posição expressa quinta-feira pelo presidente da UNITA, Isaias Samakuva, segundo a qual este partido não se opõe a que o registo eleitoral seja realizado pelo Governo, tal como recomenda o MPLA no seu ante-projecto de lei apresentado ao Parlamento.

O líder do maior partido da oposição em Angola exprimiu esta posição na cidade do Huambo, onde se encontra desde quinta-feira, para presidir a VIIª reunião ordinária do Comité Permanente da sua organização.

"Isso demonstra que a medida em que as forças políticas vão tomando conhecimento da documentação, vão tendo a idéia clara e a aproximação de pontos de vista que nos farão chegar ao consenso", referiu o dirigente do MPLA.

Manifestou a sua satisfação pela atitude da UNITA sobre a questão que, segundo Kwata Kanawa, parecia uma matéria que iria criar algumas dificuldades na discussão a nível do Parlamento, tendo reiterado a disponibilidade do MPLA dialogar com os demais partidos intervenientes no processo para acelerar a aprovação da legislação eleitoral.

Potential donors ask too much of Angola - President.

By Zoe Eisenstein

486 words

18 February 2005

14:53

<javascript:NewWindow('%20FIISrcDetails','?from=article&ids=lba');void(0);>

Reuters News

English

(c) 2005 Reuters Limited

LUANDA, Feb 18 (Reuters) - The international community is attaching unfair political and economic conditions to convening a donor conference Angola needs to rebuild the country after the end of a devastating civil war, the president said on Friday.

In his opening speech at a central committee meeting of the ruling MPLA, Jose Eduardo dos Santos said Angola would continue to resort to bilateral financing and private investment as it seeks to tackle its peacetime tasks.

His comments signal a departure from recent tentative steps to become more open about oil revenues in a country where the ruling elite is accused of graft on a grand scale.

A long-awaited IMF deal - which would require far greater transparency - is looking increasingly uncertain.

But emerging colossus China, thirsting for Angolan oil, is wooing the southwest African nation with cash and credit lines that attach no strings regarding governance.

"During the last two years we have developed diplomatic efforts to convince the international community to realise a donor conference for Angola's post-war reconstruction," Dos Santos said.

"The most influential countries of this community have been hesitating until today and are unfairly attaching conditions of a political and economic nature to the conference," he added.

Angola's 27-year civil conflict left the country's infrastructure in tatters. Since the war ended in April 2002, country has made repeated calls for a donor conference, saying it needs funding to help it get back on its feet.

Donors have said that Angola - sub-Saharan Africa's second-largest oil producer but where the lion's share of the population lives in dire poverty - should secure an IMF deal for a donor conference to be successful.

"Angola can organise a donor conference whenever it wants but our concern is simply that it may not be successful without donor sympathy," said one western diplomat.

"We have said we would like Angola to have an IMF deal first. That agreement is not on the table and this is the government's own doing," the diplomat added.

IMF staff-monitored programmes aim to establish the credibility of economic policies and help governments understand their responsibilities under an IMF lending package.

Last November Finance Minister Jose Pedro de Morais told Reuters that Angola could secure an IMF deal by the first quarter of 2005.

But on Monday he said the country would never be able to provide the IMF with all the information it required for a programme which could pave the way for donor capital inflows.

Dos Santos said that Angola's reconstruction efforts would not stop because of the hold up on a donor conference.

"We will not desist, we will continue...in the meantime, to take advantage more of bilateral cooperation and of local and foreign private investment, with a view to mobilising resources for reconstruction and development," he said.

Document LBA0000020050218e12i00dl7

Zoe Eisenstein

Angola correspondent

+244 923 327 002 / +244 912 30 40 20

Recomendada continuidade de acções de combate ao garimpo

Luanda, 17/02 - A reunião de balanço final da 2ª fase da 3ª etapa da "Operação Brilhante", terminada quarta-feira, recomendou no mesmo dia, na cidade do Dundo, Lunda-Norte, a continuidade das acções tendentes ao combate do garimpo, e propôs as estruturas superiores maior apoio em meios.

O comunicado final da reunião, orientada pelo comissário Paulo de Almeida, 2º comandante-geral da Polícia Nacional para a Protecção e Intervenção, indica que devido a persistência da prática de garimpo, aquele órgão propõem a implementação de medidas judiciais como medida de desencorajamento aos cidadãos estrangeiros reincidentes.

Às empresas concessionárias a que a ENDIAMA adjudicou espaços, o Posto de Comando Avançado da Operação recomenda a ocuparem as suas áreas para se evitar uma possível reocupação ilegal.

De recordar que o comissário Paulo de Almeida considerou exitosa a "Operação Brilhante" por terem sido alcançados os objectivos preconizados, porquanto permitiu o repatriamento de um elevado número de cidadãos estrangeiros ilegais, bem como a apreensão de muitos meios de exploração ilegal de diamantes na posse destes.

Referiu também que os efectivos policiais continuarão a trabalhar no sentido de oferecer melhor segurança e protecção das fronteiras.

Dada a extensão da fronteira angolana com os países vizinhos, defendeu a necessidade de formação de mais homens no domínio policial, bem como a aquisição de novos meios para garantir uma segurança mais eficiente ao longo da fronteira.

Polícia Nacional vai usar meios mais eficientes de combate ao garimpo

Luanda, 18/02 - A Polícia Nacional contará nas suas próximas acções de combate ao garimpo e a imigração ilegal com unidades mais especializadas e apetrechadas com meios técnicos e materiais eficientes, revelou quarta-feira, na cidade do Dundo, Lunda-Norte, o segundo comandante-geral da corporação para a Protecção e Intervenção, comissário Paulo Gaspar de Almeida.

O comissário Paulo de Almeida falava na reunião de balanço da 3ª fase da "Operação Brilhante", cujo objectivo foi combater o garimpo, a entrada ilegal de estrangeiros, o tráfico de drogas e outras acções ilícitas, iniciada em Junho de 2004 pelas forças policiais.

A operação -, que culminou com o repatriamento de 4.371 cidadãos estrangeiros de diversas nacionalidades, a apreensão de grandes quantidades de meios técnicos utilizados no garimpo artesanal e mecanizado, especificamente na Bacia do Cuango,

que engloba o município do Cuango e as comunas de Cuangula, Capenda Camulemba, Xá-Muteba e Lubalo -, visou também facilitar a realização do censo populacional, bem como repor a actividade administrativa do Estado.

A Bacia do Cuango, que até determinada altura se apresentava como zona intocável e impenetrável, foi durante essa operação seriamente fustigada, tendo como resultado a redução substancial de actividades delituosas.

O encontro, realizado na unidade do comando provincial da Polícia Nacional na Lunda-Norte, contou com a presença de 31 membros afectos ao Posto Comando Avançado desta operação, entre comandantes dos postos de comandos da corporação nas Lundas Norte e Sul, Malanje e Bié, assim como os coordenadores dos respectivos grupos de pesquisa.

Analizou-se ainda os resultados obtidos no decurso da acção e estudou-se as medidas especiais, visando a continuidade dessa actividade.

"Vamos reforçar o controlo das fronteiras, criando mecanismos activos e passivos de inviolabilidade e dar um tratamento judicial aos cidadãos reincidentes e não só", referiu a alta patente da Polícia, tendo defendido que a questão da imigração e garimpo no país não deve ser encarada como uma tarefa unicamente policial.

Para si, o elevado número de pessoas envolvidas nessas actividades "indicia ser já um problema de Estado", pelo que as instituições do Governo, e não só, devem ser chamadas a participar afincadamente neste combate.

Segundo referiu, o país está perante um quadro que poderá ser fonte subsidiária do crime organizado violento ou outras acções isoladas.

Apesar de considerar exitosa a operação, o comissário Paulo de Almeida referiu que a Polícia Nacional "não deve afirmar taxativamente que o garimpo e a imigração ilegal foram vencidos na totalidade", devido a vulnerabilidade extensiva da fronteira angolana com os países vizinhos.

A província da Lunda-Norte tem uma fronteira terrestre com a RD Congo de 770 quilómetros, dos quais 120 fluviais pelo rio Kassai (Lunda-Norte), principal zona de entrada de ilegais estrangeiros que fazem a travessia por meios próprios.

ANTIGOS FAZENDEIROS TENTAM RECUPERAR PROPRIEDADES NO HUAMBO

2005-02-16

Fazendeiros que abandonaram o país em 1975 estão a tentar reaver as suas antigas propriedades agro-pecuárias.

Segundo a Angop, que relata o fenómeno, a pressão dos interessados acentuou-se junto do Departamento da Agricultura e Desenvolvimento Rural da Província do Huambo. «As manifestações têm sido constantes, quer de estrangeiros como de angolanos que abandonaram a província há muitos anos», disse o chefe deste Departamento, Samuel Tima. Os referidos sujeitos, acrescentou, vêm munidos, via de regra, de títulos de propriedade passados pelo antigo governo português. Samuel Tima frisou que a direcção provincial da Agricultura tem estado, todavia, a acautelar a situação, tendo em conta a legislação em vigor na República de Angola.

Acrescentou que a maior parte de fazendas existentes na região estão a ser reactivadas por fazendeiros locais, sem precisar o seu número.

VOLANTE À DIREITA PROIBIDA

Por seu lado, a polícia local de trânsito proibiu a partir de ontem o serviço de aluguer a todas as viaturas com volante a direita. A medida apanhou de surpresa os agentes da actividade, em maioria operadores de taxis colectivos, vulgo candongueiros. A polícia justificou-se pela necessidade de ordenar a circulação a bem da salvaguarda das vidas das pessoas.

Pelas primeiras reacções, a população não parece aceitar esta decisão, exprimindo o seu descontentamento à imprensa local. Receia uma acentuada crise de transportes porquanto muitas das suas necessidades têm sido satisfeitas com os meios agora proibidos.

Boa parte de mercadorias e passageiros na província do Huambo movimentam-se em carrinhas "Hiace" com volantes a direita, adquiridos sobretudo na República da Namíbia. Mas a mesma proibição já vigora em Luanda e Benguela, embora estas duas cidades estejam menos sob a influência da África anglófona, onde vigora a circulação à direita.

UNITA ESPERA PUBLICAÇÃO DO CALENDÁRIO ELEITORAL DO GOVERNO

2005-02-17

A UNITA quer a publicação do calendário eleitoral anunciado no princípio da semana pelo Governo. O presidente do maior partido da oposição, Isaias Samakuva, manifestou esta vontade ao falar à imprensa hoje à sua chegada a Huambo. «É preciso que todos fiquemos a saber o que é que será feito pelo Governo e o que é que os partidos vão fazer para a realização das eleições», afirmou.

A existência de um calendário eleitoral do executivo foi revelada segunda-feira última pelo Ministro da Administração, no termo de uma audiência concedida a uma comitiva da União Europeia. O referido documento, explicou o ministro, prevê a realização do registo eleitoral já para os próximos meses de Maio e Junho.

Várias vozes da Oposição já mostraram a sua surpresa com esta perspectiva, por causa sobretudo da inexistência da Comissão Eleitoral, órgão responsável pela tarefa nos termos da Lei vigente. A UNITA, contudo, de acordo Samakuva, não se importa muito que o registo eleitoral seja efectuado pelo Governo, mas insiste na transparência e credibilidade de todo o processo. «A ideia de que a Oposição recusa o envolvimento do Governo é uma manobra do MPLA», reforçou o Secretário para a Informação, Adalberto da Costa Júnior, em declarações à Ecclesia, também pouco antes de embarcar para Huambo.

No Huambo, inicia a partir de amanhã a VII reunião ordinária do Comité Permanente do partido do Galo Negro prevista para durar três dias. Desde a assinatura da paz proclamada aos 2 de Abril de 2002, é a primeira reunião da cúpula do partido desta formação no interior do país, outrora o seu quadro tradicional de luta e vivência.

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO CAMARADA JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS, PRESIDENTE
DO MPLA, NA ABERTURA DA REUNIÃO DO
COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO
LUANDA, 18 DE FEVEREIRO DE 2005**

CAROS CAMARADAS,

No cumprimento do nosso calendário habitual, no início de cada ano, realizamos uma reunião do Comité Central do Partido. Esta reunião distingue-se das outras porque tem lugar num clima de grande entusiasmo e dinamismo, que beneficia a organização e o funcionamento das estruturas do MPLA.

O Partido cresceu imenso. Aumentou a eficácia da sua direcção, em todos os níveis. Em todo o país se nota uma maior mobilização e enquadramento das massas populares pelos nossos Comités e pelas nossas organizações sociais.

O processo de reorganização do Partido corre bem, está na sua fase final e conduziu a uma maior implantação das suas estruturas e dos militantes em todo o espaço territorial nacional.

Esta onda favorável deve ser aproveitada para mobilizarmos as pessoas para o trabalho e para envolvermos o maior número possível de cidadãos no cumprimento das tarefas actuais e futuras previstas nos nossos programas.

Devemos manter vivas as expectativas que esses programas criaram, cumprindo as nossas promessas e fazendo as pessoas acreditar cada vez mais nas políticas defendidas e aplicadas pelo Partido, através dos resultados positivos da nossa acção e das nossas realizações.

O engajamento de todos na acção é fundamental e decisivo para a erradicação ou modificação de muitas situações negativas que hoje vivemos.

Os nossos militantes e os cidadãos deste país em geral têm que encarar com responsabilidade o novo ciclo de vida que Angola está a viver e que se sentirá de modo mais intenso nos próximos tempos.

É a Reconstrução Nacional que está na ordem do dia. A reparação e expansão das infra-estruturas destruídas no período de guerra, a edificação de novas estruturas, empreendimentos e instituições mais modernas, etc.

A Agenda Nacional de Consenso para a Reconstrução e o Desenvolvimento aborda com muita propriedade esta matéria.

Independentemente das ideias, das crenças ou da filiação partidária de cada um, todos são chamados a juntar esforços pela construção de uma Angola melhor para todos. Este é o momento de unir o que esteve separado durante tanto tempo e de reunir as sinergias para a realização dos grandes objectivos nacionais comuns.

O país é nosso e somos nós quem tem em primeiro lugar o dever de o fazer avançar, valorizando todas as suas enormes potencialidades humanas e materiais.

Durante os últimos dois anos desenvolvemos esforços diplomáticos para convencer a Comunidade Internacional a realizar uma Conferência de Doadores, para a reconstrução de Angola no pós-guerra.

Os países mais influentes desta comunidade hesitam até hoje e condicionam injustamente a conferência a contrapartidas de natureza política e económica.

Está claro que não vamos desistir, continuaremos as nossas diligências e vamos, entretanto, fazer um maior aproveitamento da cooperação bilateral e do investimento privado nacional e estrangeiro, com vista a mobilizar recursos para a reconstrução e o desenvolvimento.

Não devemos cruzar os braços. Temos de aproveitar tudo que seja útil para atingir esse fim. Será certamente necessário tornar os nossos programas mais conhecidos e mais explícitos e definir claramente as tarefas para os diferentes segmentos da sociedade.

As mulheres, sobretudo a mulher rural e aquela que vive na periferia das cidades e vilas, devem beneficiar de projectos específicos nas áreas do micro-crédito, da formação profissional, da educação para a saúde e prevenção contra as doenças endémicas, etc.

Todos sabemos que elas são em muitos casos o elemento principal para a estabilidade, coesão e sustento das respectivas famílias.

A imensa massa juvenil que foi desmobilizada das Forças Armadas ou que se deslocou do meio rural para os centros urbanos tem pressa em ver resolvidos os seus problemas concretos, como a formação, o emprego, a habitação, etc.

A energia e insatisfação sempre latentes nesse sector da nossa população, porque tem sempre mais aspirações e vontade de transformar a realidade que o cerca, devem ser objecto de tratamento adequado.

A nossa organização juvenil e o Partido no seu todo deve promover o diálogo através dos organismos competentes do Estado, para que seja clarificada a política do Governo para a juventude e melhor aproveitada a sua energia e disponibilidade nos programas de Reconstrução Nacional, etc,

Consolidada a paz, e abordada a questão da Reconstrução, outro assunto que domina a agenda da classe política é o processo eleitoral.

O MPLA dará, naturalmente, a sua contribuição à discussão, com espírito construtivo e aberto, com vista à rápida formulação e aprovação das leis necessárias à realização das próximas eleições gerais.

Tal como os outros Partidos, cuidará em tempo oportuno do processo democrático interno, conducente à escolha dos seus candidatos às eleições legislativas e presidenciais.

O culminar desta etapa será um momento alto da vida nacional. A apresentação pelos diversos partidos inscritos de candidaturas para a renovação dos órgãos dirigentes do país, marcará o início de um novo ciclo político, que desejamos ocorra num clima de paz, estabilidade e confiança no futuro.

Peço assim que o MPLA continue a trabalhar para restabelecer as condições essenciais que garantam a normalização da vida das populações e a sua participação activa no processo democrático.

Que se prepare também para vencer todas as disputas com os seus adversários.

Com estas palavras, declaro aberta esta reunião ordinária do Comité Central do MPLA.

World Markets Analysis

February 16, 2005

Electoral Registration Process in Angola to Be Conducted in August 2005

Territorial Administration Minister Virgilio Fontes Pereira has announced the government's intention to conduct a voter-registration campaign between June and September 2004 - Angola's driest period. According to Pereira, the necessary preparations - including the training of electoral officials - are currently under way and should be completed by the end of May 2005.

Significance: The voter-registration process must be completed before September 2005 when heavy rains bring further disruption to Angola's already-decrepit transport network. Full registration of eligible voters would be impossible in such circumstances, with the flood-prone Ovimbundu highlands - a stronghold of the opposition National Union for the Total Independence of Angola (UNITA) - likely to suffer the most from under-registration. However, having committed to parliamentary elections in 2006, the regime no longer has any interest in further delaying the polls, which would be the inevitable consequence of a disrupted voter-registration scheme,

and it can be expected to have completed the task by the deadline. Whether or not the registration process will be fair and fully transparent remains to be seen.

Xinhua News Agency

February 16, 2005

CHINESE VICE-PREMIER TO VISIT KENYA, CONGO, ANGOLA FROM 20 FEB

Beijing, 16 February: Chinese Vice-Premier Zeng Peiyan will pay an official visit to Republic of Kenya, Republic of the Congo and Republic of Angola from 20 to 26 February, Chinese Foreign Ministry spokesman Kong Quan announced.

According to Kong, Zeng will pay the visit as guest of the governments of the three countries.

During the visit, Zeng, as guest of the United Nations Environment Program (UNEP), will also attend the 23rd Session of the UNEP Governing Council and the Global Ministerial Environment Forum, which will be held in Nairobi, capital of Kenya.

Agence France Presse

February 17, 2005

South Africa, Angola sign cooperation pacts

South Africa and Angola Thursday signed four cooperation pacts on defence, electricity, investment promotion and social welfare during a visit by Angolan Prime Minister Fernando de Piedade Dias Dos Santos.

"For us to concretise the relationship in the agreements in various fields means a lot to us," South African Deputy President Jacob Zuma said, adding that other agreements would be signed soon.

The Angolan prime minister, who arrived here on Tuesday, has held talks with South African President Thabo Mbeki and Zuma.

Zuma's talks with Dos Santos focussed on strengthening strategic and trade ties and also on the reconstruction programmes in Angola, ravaged by a brutal 27-year civil war.

"Angola has a considerable natural resource base in the form of extensive reserves of oil, gas, diamonds and other minerals," a South African statement said.

With an output of more than one million barrels a day, Angola is the second largest oil producer in sub-Saharan Africa after Nigeria.

Last year, South African exports to Angola totalled 2.5 billion rands (417 million dollars / 320 million euros) while imports were worth 1.3 billion, according to official figures. *France Presse*

February 15, 2005

Angolan prime minister in South Africa to expand cooperation

Angolan Prime Minister Fernando de Piedade Dias Dos Santos arrived in South Africa on Tuesday for a four-day visit that is expected to yield agreements on defence cooperation and oil, the foreign ministry said.

Deputy President Jacob Zuma, who paid a visit to Luanda last year, is hosting Dos Santos during the visit in Cape Town that will also include a brief meeting with President Thabo Mbeki and talks with South African business leaders.

South Africa and Angola are expected to sign agreements on electricity, investment, defence cooperation, social re-integration and oil, said foreign ministry spokesman Ronnie Mamoepa who declined to give details.

Angola is sub-Saharan Africa's second largest oil producer after Nigeria, producing more than one million barrels per day of oil which make up 90 percent of the country's total exports.

The country has "considerable natural resources" in the form of oil, gas, diamonds and other minerals, Mamoepa said, while major South African companies have visited Angola to explore the possibilities of investing there.

Jornal de Angola

16 de Fevereiro

Nada a temer

A nota de 2 mil kwanzas que começa a circular hoje no mercado, não trará influências negativas no mercado cambial nem vai alterar o nível dos preços dos principais produtos, de acordo com o economista Carlos Gomes.

Segundo o economista, esta preocupação também se colocou na altura do lançamento das notas de 200, 500 e 1000, mas verificou-se que o mercado continua estável. Carlos Gomes acredita ser uma operação técnica que o BNA está a proceder e que traz benefícios aos cidadãos, principalmente nas grandes transacções.

Para o economista Alves da Rocha, citado pela RNA, as pessoas não devem temer pelo aumento geral de preços dos produtos em função da nova nota, pois os níveis inflacionários estão actualmente controlados. "Hoje creio que este ambiente está completamente ultrapassado. De resto as opiniões que costumo emitir sobre o comportamento da inflação em Angola é de que hoje, felizmente, a economia angolana está completamente vacinada contra estes comportamentos especulativos".

O BNA garante que as notas de 2 mil kwanzas trarão maior comodidade aos utilizadores e tornarão mais fáceis as transacções no mercado. O director do departamento de Meio Circulante do BNA, Álvaro Aleixo, tranquiliza a população ao mesmo tempo que alerta os consumidores a pagarem apenas o valor real do consumo.

Em Setembro do ano passado, dois meses depois de o público começar a utilizar as novas notas de 200, 500 e 1000 kwanzas, a quantidade de moeda em circulação diminuiu 12 por cento, o que já indicava uma desejável estabilidade dos valores financeiros em poder do público.

O ano de 2004 foi marcado por um desempenho positivo da moeda nacional, o Kwanza. A taxa de câmbio da moeda nacional estabilizou-se, quer no mercado formal quer no informal, ficando a desvalorização anual em 8,3 por cento, contra os 34,8 por cento de 2003.

ANGOP

16 de Fevereiro

Angola assume presidência do Conselho de Ministros da APPA

Angola assumiu terça-feira, em Argel (Argélia), por um ano, a presidência do Conselho de Ministros da Associação dos Países Africanos Produtores de Petróleo (APPA), tendo a República do Benin ficado com a vice-presidência.

Como novidade, essa sessão registou a admissão da África do Sul e do Tchad, como novos membros de pleno direito elevando-se assim de 12 para 14, o número de integrantes.

O ministro angolano dos Petróleos, Desidério Costa, recebeu do titular da pasta argelina da Energia e Minas, Chakib Khelil, o testemunho, na qualidade de presidente cessante do Conselho de Ministros da Associação Africana de Petróleos.

Nessa qualidade, caberá Angola organizar em Fevereiro de 2006, em Luanda, a próxima reunião ordinária do Conselho de Ministros, compromisso assumido esta tarde pelo Ministro Desidério Costa, ao discursar momentos antes do fim dos trabalhos.

A 22ª reunião ordinária do Conselho de Ministros analisou, entre outros assuntos, o grau de execução do sexto programa de acção do período 2004/2005, o funcionamento dos comités técnicos, o relatório do secretário executivo, David Lafiaji e o relatório da 29ª reunião do comité de peritos.

Analisou também o orçamento para 2005/2006 e a situação financeira da instituição que não é muito boa, em virtude de vários países continuarem a não honrarem os seus compromissos para com a associação, furtando-se a pagar as suas quotas anuais.

Pela primeira vez, responsáveis dos recursos humanos dos países membros da APPA reuniram-se em Argel, para entre outros objectivos, promover a cooperação neste importante domínio.

Quarta e quinta-feira terá lugar também em Argel, o II Congresso Africano

de Petróleos, evento que contará com a participação de Angola, com uma delegação chefiada pelo Ministro Desidério Costa e na qual integra o presidente do Conselho de Administração da Sonangol, Manuel Vicente.

São membros da APPA Angola, Argélia, África do Sul, Benin, Camarões, República Democrática do Congo, Congo, Cote D` Ivoire, Egito, Gabão, Guiné Equatorial, Líbia, Nigéria e o Tchad.

Reuters

15 February

Oil-rich Angola's capital just one long petrol queue

Ernesto Capapinha has been sitting in his scorching hot car for almost four hours. With temperatures topping 32 degrees centigrade (89 degrees Fahrenheit), he's wishing he'd invested in some air conditioning.

Along with hundreds of other sweaty motorists, Capapinha and his clapped out Toyota Corolla are slowly edging their way along a queue stretching well over a kilometre, all heading for the same, small fuel station on Luanda's seafront.

Yet again, and much to the fury of motorists, the capital of oil-rich Angola has run out of fuel.

"This is utterly ridiculous. I wouldn't mind if this was just a one-off event, but these petrol shortages are happening more and more often," Capapinha said. "It seems so absurd when we're producing so much oil."

Angola is sub-Saharan Africa's second biggest crude producer, with a current yield of than a million barrels a day, but it seems that not nearly enough petrol or diesel is reaching the capital to satisfy demand.

On this occasion, a problem with the assembly of storage containers was said to be behind the shortages. Last time, technical glitches at Luanda's decrepit and low-capacity refinery were blamed.

Poor roads hampering supply, a lack of warehouse space and a rapid increase in consumer demand have all at one time been put forward as excuses.

"The roads are incredibly bad and there is so much traffic that we have difficulties accessing the port," said Miguel Mendonca, a spokesman for Sonangol Distribuidora, the distribution wing of state-owned Sonangol.

"Then there's the simple fact that the number of cars has risen dramatically in recent years and we simply don't have enough service stations to cope. This invariably leads to shortages and delays," he told Reuters.

Tears and Tantrums: Luanda's traffic is hectic at the best of times, but when petrol queues merge into the melee of normal congestion, tempers fray more easily.

One expatriate, whose husband works for a big foreign oil company, said her experience of trying to fill up her tank had reduced her to tears.

"I was waiting in a queue for more than an hour, being beeped at by taxi drivers and hassled constantly by street sellers, only to get to the front and discover that they'd run out of diesel," she said.

"At this point, I burst into tears, had to reverse out of the garage and scraped my car against another van. It was just a total nightmare."

Fuel-hungry drivers – many queuing long into the night to try to beat the crowds – grew increasingly tense as their gauges approached empty. Some left it too late and were forced to push their cars onto the forecourt.

Angola's population of 13 million is expanding rapidly and there are an increasing number of vehicles on the road.

Mendonca said that more than 75,000 second-hand cars had arrived in the capital in recent months, fuel consumption in Luanda had doubled since 2003, and demand in the interior of the country was also steadily increasing.

Sonangol was well aware that distribution capacity needed to be drastically increased.

"Sonangol is going to invest more in service stations. We have a plan to build around eight new service stations in the capital this year, as well as refurbishing existing petrol pumps," Mendonca said.

New Refinery?: Moves are also afoot to build a bigger refinery as the existing facility in Luanda – run by Total – is prone to maintenance problems and stoppages, which force Angola to import many refined products.

But plans for the \$3.75 billion, 200,000 barrel-per-day Sonaref refinery in the port city of Lobito have hit snags with sources saying Sonangol is struggling to find partners willing to give it their financial backing.

"The refinery has been talked about since 1997 or 1998 but it's not got going yet," said one industry expert. "Clearly it would help, but even if the project got the green light this year, it would probably take another four years before it started producing.

"No one will hold their breath waiting for the Lobito refinery, and even if it does get off the ground, there will still be the distribution problem."

Governo trabalha para um processo eleitoral transparente

O Governo angolano está a trabalhar naquilo que lhe compete e no quadro das suas responsabilidades, para que o processo preparatório das eleições seja transparente, objectivo e credível, mediante a participação de todas as forças necessárias à realização das tarefas.

Esta garantia foi expressa terça-feira, em Luanda, por Virgílio Fontes Pereira, coordenador da Comissão Inter-ministerial para a preparação das eleições gerais no país, no termo de um encontro com a "troika" da União Europeia em Angola, com quem analisou o percurso do processo.

Segundo o governante, as tarefas que o executivo tem vindo a executar (levantamento da situação) não põe em causa o figurino que o Parlamento vier a estabelecer a respeito do processo eleitoral na sua globalidade, afastando qualquer tipo de perturbação.

Virgílio Fontes Pereira disse ter assegurado aos membros da "troika" constituída pelos embaixadores da Grã-Bretanha, John Thompson, da Holanda,

Robert Brinks, e do representante da Comissão da UE, Mathuieu Bousquet, a abertura e disposição do Governo angolano envolver a comunidade internacional no processo eleitoral.

"Logo que o Parlamento aprove a legislação sobre a observação internacional, outros passos serão dados no sentido da formalização dos convites para que a comunidade internacional se envolva nas tarefas eleitorais tão urgente quanto possível para transmitir credibilidade ao processo", explicou.

Recordou que o calendário indicativo do Governo comporta três etapas, sendo a primeira preparatória, em curso neste momento, a segunda o registo eleitoral, que deverá ocorrer em período seco, e a última fase a da votação.

Para tanto, frisou que o Governo fará tudo em termos da criação de condições para que o processo decorra de forma livre, transparente, participativa e abrangente, como forma de permitir que todos os angolanos exerçam o seu direito de cidadania.

Segundo o governante, a "troika" da UE reconhece que nas actuais condições de Angola, o registo eleitoral deve ser realizado por um órgão de Administração do Estado, com a fiscalização da comunidade internacional, partidos políticos e da sociedade civil.

Para o efeito, disse que o Governo terá de criar condições técnicas nos domínios da desminagem, assistência aos refugiados, reassentamento das populações, entre outras acções que deverão contar com a contribuição da comunidade internacional, partidos políticos e a sociedade civil.

Por sua vez, o embaixador da Holanda, Robert Brinks, disse à imprensa que a realização de eleições em Angola será um passo muito importante e histórico para a consolidação da democracia na região Austral de África, onde o processo já é realizado com regularidade em alguns países.

Na ocasião, o diplomata anunciou que a UE está disponível para prestar ajuda financeira ao Governo angolano, bastando para tal que este formalize o pedido. Source: Agence France-Presse (AFP)

Date: 31 Jan 2005

Angola's oil-rich Cabinda province rallies for self-rule

CABINDA, Angola, Jan 31 (AFP) - Tens of thousands of people took part in a weekend march in the city of Cabinda to press for self-rule for Angola's oil-rich enclave, according to an AFP correspondent.

The rally on Sunday organised by the local Mpalabanda human rights organisation coincided with the 120th anniversary of the Treaty of Simulambuco that brought Cabinda under Portuguese rule in 1885.

Mpalabanda president Agostinho Chicaia called on Portugal to honor commitments in the treaty to protect Cabinda, which produces much of the oil in Angola, sub-Saharan Africa's second largest oil producer after Nigeria.

Home to some 120,000 people, it has also been the scene of unrest since the 1960s between Luanda's forces and separatist fighters although the rebels have appealed to President Jose Eduardo dos Santos' government to open peace talks.

Mpalabanda called on Monday for a ceasefire and the immediate opening of negotiations between the Angolan government and the Renewed Front for the Liberation of the Cabinda Enclave (FLEC), with the aim of achieving peace this year.

In a statement, the organisation also called on the African Union "to end its policy of apathy and take part in the quest for peace in Cabinda".

It also said that the United Nations should name a special rights envoy for Cabinda.

Angola emerged from 27 years of civil war in April 2002 and has since become one of Africa's top oil producers, with US firms active in the enclave where the separatists have been challenging Luanda's authority for 40 years.

In an interview with AFP, one of Mpalabanda's leaders, Catholic priest Jorge Congo, welcomed the fact that Sunday's demonstration was not banned, but said the situation in Cabinda was still "terrible".

Arrests, tortures and disappearance were commonplace, he said, accusing oil companies, notably US ChevronTexaco, of aiding the government to fight FLEC.

Congo called on the oil companies to talk with the Cabindans and the international community "to stop favouring the oil interests, especially Portugal, which has become a colony of Angola."

Copyright (c) 2005 Agence France-Presse

Graciete Mayer

A nota de 2 mil kwanzas que começa a circular hoje no mercado, não trará influências negativas no mercado cambial nem vai alterar o nível dos preços dos principais produtos, de acordo com o economista Carlos Gomes.

Segundo o economista, esta preocupação também se colocou na altura do lançamento das notas de 200, 500 e 1000, mas verificou-se que o mercado continua estável. Carlos Gomes acredita ser uma operação técnica que o BNA está a proceder e que traz benefícios aos cidadãos, principalmente nas grandes transacções.

Para o economista Alves da Rocha, citado pela RNA, as pessoas não devem temer pelo aumento geral de preços dos produtos em função da nova nota, pois os níveis inflacionários estão actualmente controlados.

“Hoje creio que este ambiente está completamente ultrapassado. De resto as opiniões que costumo emitir sobre o comportamento da inflação em Angola é de que hoje, felizmente, a economia angolana está completamente vacinada contra estes comportamentos especulativos”.

O BNA garante que as notas de 2 mil kwanzas trarão maior comodidade aos utilizadores e tornarão mais fáceis as transacções no mercado. O director do departamento de Meio Circulante do BNA, Álvaro Aleixo, tranquiliza a população ao mesmo tempo que alerta os consumidores a pagarem apenas o valor real do consumo.

Em Setembro do ano passado, dois meses depois de o público começar a utilizar as novas notas de 200, 500 e 1000 kwanzas, a quantidade de moeda em circulação diminuiu 12 por cento, o que já indiciava uma desejável estabilidade dos valores financeiros em poder do público.

O ano de 2004 foi marcado por um desempenho positivo da moeda nacional, o Kwanza. A taxa de câmbio da moeda nacional estabilizou-se, quer no mercado formal quer no informal, ficando a desvalorização anual em 8,3 por cento, contra os 34,8 por cento de 2003.

Chivukuvuku desmente candidatura às próximas eleições presidenciais

O secretário da UNITA para os Assuntos Eleitorais e Parlamentares, Abel Chivukuvuku, negou ontem que seja um dos candidatos do seu partido às próximas eleições presidenciais.

Em declarações à imprensa, o deputado disse que a UNITA se rege por estatutos e estes defendem claramente que o presidente do partido, Isaías Samakuva, “é o candidato” à corrida presidencial, por conseguinte quaisquer declarações em contrário são meras especulações.

Com este desmentido público de Chivukuvuku ficam assim dissipadas as dúvidas que ainda pudessem restar sobre quem será o candidato do partido às próximas eleições presidenciais.

Entretanto, embora o último congresso da UNITA tivesse terminado com Isaías Samakuva vencedor, o processo que resultou na sua escolha provocou o crescimento de “correntes de opinião” no seio do partido.

Neste contexto, a hipótese de se levar a debate a questão da escolha de um candidato às presidenciais, aos olhos de uns, não só parecia razoável, como legítima. Porém, para Adalberto da Costa Júnior, secretário da UNITA para a Informação, a questão nem se coloca. De resto foi com muita surpresa que Adalberto Costa Júnior reagiu o ano passado quando a Voz da América lhe colocou esta questão.

“No que diz respeito à UNITA, quando levamos ao congresso um candidato à liderança do partido, fizê-mo-lo também na dupla condição de candidato às eleições presidenciais”, disse na ocasião.

Para que não restassem dúvidas Adalberto da Costa Júnior acrescentou: “Qualquer cidadão em Angola pode concorrer à Presidência da República. É um direito constitucional que nenhum partido deve limitar. Agora, cada partido, cada instituição tem regras próprias, e o candidato à liderança da UNITA no congresso, estava ali também numa lógica mais ampla, que era de ser o candidato do partido à Presidência da República”.

BP Downstream Chief Sees Prices Cooling, Gives Upbeat Assessment of Industry Future

The Institute of Petroleum's (IP) annual London gathering kicked off Monday with a presentation from BP's group managing director and downstream chief, John Manzoni.

IP Week is held every year, and brings together oil and gas executives for nearly a week of

networking, interspersed with conferences and seminars. This year's oil and gas forum comes against a background of renewed popular interest in the oil and gas industry, sparked by a dizzying rise that pushed oil prices north of \$50 per barrel last year.

Manzoni, also an executive member of the BP board, said he does not expect a repeat in 2005. Going forward, he predicts a \$30/bbl support level for oil.

Several factors have changed since last year, he said. Global economic growth in 2004 was the strongest in 25 years and, on the supply side, a number of disruptions occurred -- including Hurricane Ivan, which swept through the Gulf of Mexico in September -- leaving the world with a very thin cushion of spare production capacity.

Over the next three years, Manzoni said he expects Opec to add at least 1 million barrels per day of spare capacity annually, thanks to higher non-Opec production, particularly from Russia and the Caspian region, West Africa and Angola.

Aside from finding and developing reserves, the industry has to grapple with the issues of making energy affordable, clean and secure, Manzoni said. Petroleum development also hinges on issues like fiscal regimes and technological advances.

Defying the skeptics who predict a speedy end to the age of hydrocarbons, Manzoni said he thought the "current era of oil and gas has at least 20 years to run." At present rates of consumption, he said, proven oil reserves should last another 40 years and natural gas for 60 years.

International Oil Daily

February 15, 2005

BP finds more oil in Angola

BP PLC said it found more oil at an existing field in Angola, the fifth discovery it has made on the same block so far.

The latest find was in Palais-1, a deepwater well on Block 31, offshore Angola.

It flowed at a rate of 5,330 barrels of oil a day. Further work will be needed to evaluate the full extent of the discovery.

"It is located 62 kilometres to the southeast of the Plutao discovery, and in a potentially new development area in the southeast of the block," said BP, the operator which holds a 27 pct stake on the site.

BP's partners include Esso Exploration and Production Angola, Statoil, Marathon Petroleum, and Total's TEPA Ltd.

Novo poço vai produzir 5 mil e 330 barris/dia

A Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol) e a British Petroleum (BP) anunciaram ontem, em Luanda, a descoberta de um novo poço de petróleo denominado Palas-1, no Bloco 31, em águas ultra-profundas do "offshore" angolano. Segundo um comunicado de imprensa, esta é a quinta descoberta realizada pela BP no Bloco 31, depois de "Plutão", "Saturno", "Marte" e "Vénus". Palas-1 encontra-se

localizado a 62 quilómetros a sudeste de "Plutão", numa área potencialmente nova. O poço Palas-1 foi perfurado pela plataforma de sondagem semi-submersível Liev Eiriksson, a 1.602 metros de lâmina de água, 325 quilómetros a noroeste de Luanda. Ele foi testado a taxa máxima de cinco mil e 330 barris de petróleo por dia, através de uma abertura de 40/64 polegadas.

A nota acrescenta que estão em curso trabalhos adicionais para a avaliação do potencial desta descoberta.

A Sonangol E.P é a concessionária do Bloco 31. A BP como operador do Bloco 31 detém 26,67 por cento de interesses, seguindo-se a Esso Exploration and Production Angola Limited com 25 por cento, a Sonangol E.P 20, Statoil Angola A.S 13,33, Marathon Petroleum Angola Limiter 10 e a Tapa Limited (subsidiária do Grupo Total) com cinco por cento.

BP Downstream Chief Sees Prices Cooling, Gives Upbeat Assessment of Industry Future

The Institute of Petroleum's (IP) annual London gathering kicked off Monday with a presentation from BP's group managing director and downstream chief, John Manzoni.

IP Week is held every year, and brings together oil and gas executives for nearly a week of networking, interspersed with conferences and seminars. This year's oil and gas forum comes against a background of renewed popular interest in the oil and gas industry, sparked by a dizzying rise that pushed oil prices north of \$50 per barrel last year.

Manzoni, also an executive member of the BP board, said he does not expect a repeat in 2005. Going forward, he predicts a \$30/bbl support level for oil.

Several factors have changed since last year, he said. Global economic growth in 2004 was the strongest in 25 years and, on the supply side, a number of disruptions occurred -- including Hurricane Ivan, which swept through the Gulf of Mexico in September -- leaving the world with a very thin cushion of spare production capacity.

Over the next three years, Manzoni said he expects Opec to add at least 1 million barrels per day of spare capacity annually, thanks to higher non-Opec production, particularly from Russia and the Caspian region, West Africa and Angola.

Aside from finding and developing reserves, the industry has to grapple with the issues of making energy affordable, clean and secure, Manzoni said. Petroleum development also hinges on issues like fiscal regimes and technological advances.

Defying the skeptics who predict a speedy end to the age of hydrocarbons, Manzoni said he thought the "current era of oil and gas has at least 20 years to run." At present rates of consumption, he said, proven oil reserves should last another 40 years and natural gas for 60 years.

ANGOLA: Angola unable to meet IMF criteria, finance minister

15 Feb 2005 16:31:08 GMT

Source: IRIN

LUANDA, 15 February (IRIN) - Angola's finance minister has said the issue of an agreement with the International Monetary Fund (IMF) was being politicised and this was scuppering the country's efforts to hold a donor conference.

The government told the media in November 2004 that it expected a windfall of US \$600 million for the year, due to skyrocketing oil prices, but donor sources earlier this month criticised the authorities for failing to answer IMF questions on the whereabouts of the money.

They said this was why an IMF mission to Angola had been postponed repeatedly, and that an agreement with the Fund now appeared to be some way off.

But finance minister Jose Pedro de Morais said it would be impossible for Angola to supply all the data the IMF was requesting.

"We will never be able to provide all the economic and financial information the Fund needs, according to their codes of fiscal transparency or of monetary operations," de Morais told IRIN. "We are a developing country, our institutional infrastructure is not well developed and, on top of that, we recently had severe disruptions in our institutions. So the process of providing economic information is a gradual process."

Late last year the government and donors said it looked like Angola was on the brink of securing an IMF Staff Monitored Programme (SMP) in the first quarter of 2005, but the recent wrangling has raised concerns that a deal could be delayed until way beyond this - a hold-up which, de Morais said, rested entirely on the shoulders of the international community.

"We are ready; Angola is ready to have any kind of agreement with the IMF. What we need is to restructure our external debt and put this country back to the flow of financial and commercial transactions. So ... the agreement doesn't depend on us; we are ready," he said.

In the past Angola has relied on expensive oil-backed loans, but would like to gain access to cheaper loans on more favourable terms - a process that would require an agreement with the IMF.

Sources said a donor conference, seen as key to securing funds for Angola's development as well as rebuilding its battered image, also hinged on such a deal.

Although Angola is one of the continent's richest countries in terms of natural resources, its people are among the poorest, with allegations of corruption and mismanagement levelled at the leadership.

De Morais felt the international community's reluctance to back Angola was both unfair and a serious impediment to its development.

"The agreement with the IMF is now a political issue. From the point of view of the government, technically, we are ready - we have expressed that. But it's a question of political will from the international community," he said.

"If we have to be penalised by the divisions that we had in the world many, many years ago between the West and East, then it's sure that we will take many more years to have this agreement," he noted.

The IMF has said Angola's track record on transparency had improved, while also acknowledging that much more still needed to be done.

But De Morais argued that the international community was holding Angola hostage over the proposed IMF deal.

"We should not put the Angolan government in a situation whereby, first of all, they have to comply with all kinds of codes and standards before the donor conference can take place," he said.

"We finished the war and we have embarked on a new era, and the least the Angolans had hoped from the international community is to receive the basic support for that," De Morais explained. "We are doing our part; we are doing our best and we expect the international community to do theirs."

Global Witness
14 February 2005

Dear **

Donor commitment to oil revenue transparency and economic governance reforms in Angola

We are writing to you regarding current discussions on increasing World Bank financial assistance to Angola, and negotiations for an International Monetary Fund Staff Monitored Programme (SMP).

Global Witness and other partner members of the international **Publish What You Pay** campaign are becoming increasingly concerned by the slow pace of economic governance reform in Angola, including recent reports about the postponement of an IMF mission planned for January 2005. The reason given for the postponement was the Angolan government's failure to provide the IMF with information on the oil sector, specifically the windfall from high oil prices. (see for example IRIN, 2/2/2005).

To date, the commitment of key bilateral and multilateral donors to making any discussion of increasing non-humanitarian assistance to Angola conditional on evidence of concrete progress in the fields of economic and political governance, including improving transparency and accountability in the management of revenues from oil and diamonds, has been commendable. However, we are concerned by evidence that this commitment may now be weakening, particularly among the multilateral donors.

Increasing World Bank lending to Angola

In November 2004, the World Bank Country Office in Luanda produced an 'Interim Strategy Note (Jan 05-June 06)' for donors which referred to 6 triggers 'to phase up support' by the Bank. In the immediate term, such triggers are to determine the award of a \$200 million staggered credit to Angola.

Most of these triggers are related to fiscal transparency:

- A 50% reduction in 2003 extra-budgetary and quasi-fiscal outlays;
- Satisfactory implementation of the first year of the Public integrated financial management system;
- Publication of all government revenues: (i) Completion of the oil diagnostic study; (ii) Movement to [Banco Nacional de Angola] of all oil revenues (except those earmarked to service oil-backed loans) and their inclusion in the BNA's annual audit.

It is the Bank's view was that all these triggers have now been 'met'. While welcoming the fact that the Angolan government has recently made some improvement in the amount and quality of economic data provided to the IMF, we believe that there is no evidence that any of these 4 triggers have been substantially met. Indeed, the Bank's own assessment accepts that its fiscal transparency criteria have not been achieved. In terms of the centralization of oil revenues through the Central Bank, the Bank adds the disturbing qualification that this is 'unlikely to be met for "Profit Oil"'. Finally, the document states that publication of government revenues is being held up by 'updating of the website'.

World Bank claims that full transparency over government revenues has been achieved, combined with the kind of statements made by the World Bank Country Director to Global Witness and representatives of other international NGOs that there are 'no discrepancies' outstanding in government accounts, are inaccurate, as will be discussed below. They also send a message to Angolan and international civil society, and to the Angolan government, that donor commitment to genuine reform is waning.

Reduction of extra-budgetary spending and oil revenue transparency

As regards the question of the reduction of extra-budgetary spending, there is no published information to justify the Bank's claim. Angolan civil society has repeatedly raised the issue of the complete lack of transparency surrounding the budgetary process, and the broader question of the overall quality of expenditures remains unaddressed.

Angola continues to have very high expenditure ratios. In the 2005 budget defence allocations are 'set to rise sharply' (Economist Intelligence Unit/EIU, Angola Country Report, December 2004, p. 18). By contrast, social expenditure which, according to the EIU, 'historically has been shocking low even by regional standards' (EIU Angola Country Report, p. 18) is set to rise by only 1.5% of GDP. Overall, has been little progress on human development indicators and economic growth.

Overall, no government accounts are produced to justify budgetary expenditure, there is no proper public scrutiny of the budgetary process, and the government continues to seek oil-backed credit (for instance, in 2004, the \$2.25bn loan arranged by Standard Chartered bank and the \$2 billion oil-backed credit facility with China's Export-Import bank) whose terms and utilisation are not open to public scrutiny. Indeed, the Bank's call for a 50% reduction in extra-budgetary spending disturbingly seems

to suggest that that the Bank is prepared to tolerate a certain amount of budgetary outlay outside the annual state budgetary process as enshrined in Angolan law.

In terms of oil sector transparency, while the government has made some limited steps forward - such as publishing the KPMG Oil Diagnostic in 2003 and the \$210 million bonus for the extension of ChevronTexaco's Block O concession in 2004 - there is no full publication of information on government oil revenues on the Ministry of Finance website. New data has been published about production but according to the Economist Intelligence Unit, some of this data appears to be erroneous: overall, it appears that higher oil prices have inexplicably resulted in lower rather than higher tax income for the government (EIU Angola Report December 04, p. 22).

There continues to be no public information about whether centralization of oil revenues through the BNA has been achieved, nor has any audit of the BNA, recommended by the KPMG Diagnostic, been published. Equally, there is no published audit of the state oil company, Sonangol, nor publication of Sonangol accounts.

In a meeting with Global Witness in December 2004, Aguinaldo Jaime, adviser to the Angolan Prime Minister, himself stated that the Angolan government was still in the process of implementing the recommendations of the KPMG Diagnostic. Global Witness' recent report **Time for Transparency** (March 2004; <http://www.globalwitness.org/reports/index.php?section=oil>) discussed how the Diagnostic outlined an accounting nightmare in terms of both BNA and Sonangol completely inadequate accounting procedures. The Diagnostic team also pointed out the extremely poor quality of data provision. The recent controversy over the exact amount, and utilisation, of the 2004 non-recurrent oil revenues is the latest example of the pervasive lack of transparency in government accounting, with figures given by government representatives varying from an \$250 million to \$600 million, unaccompanied by any justifying data. Both figures seem inexplicably low given Angola's total oil exports are currently estimated at around \$8.5 billion (EIU Angola Country Report, p. 22).

Equally, statements regarding the government's intention to join the UK government's international transparency initiative, the Extractive Industries Transparency Initiative (EITI) along with other African oil producers such as Nigeria, Sao Tome and Republic of Congo, have not materialized in any concrete commitments. Angola continues to invent for itself the status of 'observer' at the EITI, and Angolan government representatives were conspicuously absent from a recent World Bank EITI workshop in Paris.

In addition, the recent law on the regulation of oil activities (Lei n.10/04 'Das Actividades Petrolíferas', 12 November 2004)) shows no evidence of increased government commitment to oil sector transparency. While it is true that the Bill is an "upstream" law, regulating exploration and production activities and does not touch upon how oil revenues are to be accounted for and managed, there are aspects of the upstream regulation that has consequences for the transparency of oil revenue management. In particular, Articles 76 and 77 enshrine contract confidentiality, stating that all information provided by licensees, as well as information provided by the Ministry to the licensees is

to be kept strictly confidential. This prevents public disclosure of the type specified as a key indicator of the government's economic reform effort.

The general impression is of a law that vests near-exclusive power to allocate and remove rights to participate in the oil industry in the Council of Ministers. Alongside this concentration of power is an absence of requirements that information about the performance of either the Ministries or of the entities involved in oil operations should be made public.

Diamond Revenues

There are similar concerns over lack of transparent and responsible management of Angola's other main source of wealth, diamonds. While Angola's membership of the Kimberley Process international certification system and its offer to host a Kimberley Process review visit in late 2005 are positive signs, internal controls in the diamond industry in Angola remain extremely weak, providing no assurances of the origin of diamonds mined informally, nor that they are conflict-free.

Moreover, there is no regular monitoring and auditing of the diamond industry. Statistical data, a pre-requisite for membership of the Kimberley Process, is also hugely problematic: Angola has a weak system of collecting statistics and did not submit its production and trade data on time to the Kimberly Process.

In addition, according to evidence collected by Angolan and international civil society, government attempts to crack down on the informal sector by forcibly expelling diamond diggers has led to widespread human rights abuses by formal and informal security forces. Accompanying these extensive expulsions is the militarization of the diamond fields in Angola. According to information obtained by Global Witness and other sources, large areas are now mined exclusively by the military and their production is systematically smuggled out of the country, bypassing the official Kimberley Process certification system. Official Angolan government sources themselves state up to \$1 million per day of diamonds are exiting the country by this method.

The Reconstruction Process

The long-standing concerns about the lack of fiscal transparency and accountability also extend to the reconstruction process. There has to date been no public scrutiny of either specific reconstruction projects nor of the procurement process managed by the National Reconstruction Office, including of projects selected under the terms of the \$2 billion credit line extended to Angola by China.

Overall, there has been no public, up-to-date evaluation of Angola's financing needs for reconstruction (estimated at US\$300-500 million in 2002/03 discussions with IMF, Bank and other donors), especially given the huge surplus in both oil quantity and oil price increases in 2004, and the recent oil-backed loans.

Before launching any infrastructure projects in Angola, we would suggest that the Bank should:

- (i) Evaluate the state of progress through the Poverty Reduction Strategy Paper (PRSP) and issue a public statement to ensure transparency;
- (ii) Verify that the PRSP-identified needs are consistent with the projects financed by the Chinese credit line;
- (iii) Such considerations and analyses should constitute an integral input into the country strategy currently being drafted by the country team.

At issue here is the transparency of the Bank's own decision-making over increasing assistance to Angola. Given the history of governance failure in Angola, donor decisions must be made with open public scrutiny of the criteria on which those decisions are based.

The IMF Staff Monitored Programme

With regard to an IMF Staff Monitored Programme (SMP) in Angola, any agreement should contain the same indicators for oil sector transparency and accountability as implemented under the IMF SMP for Republic of Congo (ROC). Such measures are vital to ensuring full accounting for oil-related resources, including windfall revenues. While understanding the need for some measure of flexibility according to different country contexts, Global Witness and its Angolan and international civil society partners would expect current 'best practice' by the IMF in the field of oil revenue management to be applied in Angola, which shares with ROC the same structural poor governance and natural resource revenue mismanagement.

Key transparency indicators would include:

- Annual audits of Sonangol by an independent, internationally recognised auditor;
- Quarterly, independent certification of government receipts from Sonangol;
- Publication of Sonangol financial statements;
- Publication of Sonangol's investment budget. This budget should be subject to democratic scrutiny in the context of the country's overall investment strategy, including the budget for reconstruction;
- Centralisation of all oil revenues through the Central Bank in a transparent manner;
- Audit of the country's oil-backed debt obligations;
- An end to all forms of oil collateralized borrowing (whether short, medium or long term);
- Cost audits of the private sector operators by an independent third party;
- Publication of Production Sharing Agreements.

Further indicators of a genuine government commitment to reform might include:

- A public declaration by the Angolan government of their intention to participate in the EITI;
- A public commitment by the government to full independent civil society participation in the design of the EITI process, one of the fundamental criteria of the initiative;

We believe that this is critical moment in the process of governance reform in Angola. Continued and consistent bilateral and multilateral donor engagement with the Angolan government is fundamental to achieving genuine, institutionalised transparency reforms, including the proper management of the country's oil and diamond wealth, without which there can be no effective poverty reduction and development.

More generally, Global Witness and its **Publish What You Pay** partners believe that all non-humanitarian economic and technical assistance by donors to resource-rich developing countries with a history of bad governance and corruption, such as Angola, should be conditional on minimum standards of fiscal transparency, to ensure that taxpayers' money is not being used to fill the gaps left by corruption and mismanagement.

We hope that you take into account the concerns raised in this letter in upcoming donor meetings and we look forward to hearing from you shortly.

Yours sincerely

Simon Taylor
Director, Global Witness

Benjamin Castelo
Liga Jubileu 2000 Angola (LiJuA)
Luanda, Angola

Kinsukulu Landu Kama
Coordenador
Coligação pela Reconciliação, Transparência e Cidadania (RTC)
Luanda, Angola

Carlos Gomes Sucami
Secretário Executivo
Acção para o desenvolvimento, pesquisa e cooperação internacional (ADPCI), Luanda, Angola

Luis Araujo
Coordenador da Direcção
SOS Habitat - Acção Solidária
Luanda, Angola

Agostinho Chicaia
MPALABANDA
Cabinda, Angola

Emanuel Matondo
Iniciativa Angolana Antimilitarista para os Direitos Humanos - I.A.A.D.H.(Angolan Antimilitaristic Initiative for Human Rights), Berlin/Germany

Alexandre Solombe
Economist & MP, UNITA. Member of Parliamentary Economic Affairs Committee. The New York Times

February 12, 2005 Saturday

Big Oil's Burden of Too Much Cash

Born from the megamergers of the 1990's, the world's giant oil companies have delivered on their promise. They have cut costs, increased returns and raised profits to records. Now, flush with cash, they find themselves in a paradoxical position -- they are making more money than they can comfortably spend.

Thanks to crude prices that averaged \$41 a barrel in New York last year, the world's 10 biggest oil companies earned more than \$100 billion in 2004, a windfall greater than the economic output of Malaysia. Together, their sales are expected to exceed \$1 trillion for 2004, which is more than Canada's gross domestic product.

But even as fears of shortages grow throughout the world and prices remain high, the cash-rich oil companies are not pouring a large portion of their money into their basic business: drilling for oil. Indeed, oil executives, in their second straight year of rising profits, are finding that too much money is chasing too few oil fields. Instead, they are giving much of their cash back to shareholders.

For example, Exxon Mobil, the world's largest publicly traded oil company, earned more than \$25 billion last year and spent \$9.95 billion to buy back its own stock; Royal Dutch/Shell Group, whose revisions to its oil reserves have left many investors wary, pledged to hand out at least \$10 billion as dividends to shareholders this year.

And BP, which earned \$16.2 billion in 2004, will return as much as \$23 billion to its investors this year and next, mostly as dividends. At the same time, it is cutting capital expenditure for the first time in at least four years, to \$14.1 billion in 2005 from \$14.4 billion last year.

Other oil companies, like the French giant, Total, plan to report results next week. Altogether, profits in 2004 for the top 10 companies jumped by more than 30 percent from the previous year, when they totaled \$80 billion.

Still, oil executives bristle at the suggestion that they are not investing enough and point to new operations in places like Angola or Kazakhstan. Exploration in those places underscores the trend of West Africa and the Caspian Sea taking over from North America and the North Sea as a main focus of exploration and growth for oil companies.

Executives also remember that only six years ago, crude oil futures were trading below \$15 a barrel -- a third of today's levels. That is a lesson no one is ready to forget. "We're a cyclical business," David J. O'Reilly, chief executive of ChevronTexaco, the second-largest American oil company, said in a telephone interview, "and at the high end of the cycle it makes sense to get the company in good shape and strengthen our balance sheet."

"History tells us that what goes up also goes down."

Lord Browne, BP's chief executive, said oil companies were doing their job. "Investment is going in, a lot of reserves are being developed," he said in an interview in London. "Looking at the percentage of oil profits reinvested, rather than the amount of cash invested, gives a skewed perspective. I think you have to think of the dollar value."

One reason exploration spending is declining is quite simple -- there is less oil left to drill for in places that are open for exploration, like North America or the North Sea, while the bulk of the world's known reserves, mainly in the Middle East, are mostly shut off to foreign investors. "If they had attractive things to invest in, they'd be investing their little heads off," said Gerald Kepes, a managing director at PFC Energy, a consultancy based in Washington. "Twenty-five years ago, if prices had risen to \$45 a barrel, you would have seen everyone in the United States drop everything, jump in a pickup truck, and drill in their backyards. The fact that you don't see this today says a lot. These kinds of easy opportunities have largely dried up."

Last year, the larger integrated oil companies spent about 24 percent of their cash on dividends, 12 percent on share buybacks, and 12 percent on paying debt, Mr. Kepes said. Less than half of their cash, or 46 percent, went into capital spending.

As a share of exploration and production expenses, spending on exploration has declined over the last decade, and now accounts for about 20 percent of the total, compared with about 30 percent in 1991, according to PFC.

"The very easy money-making investments are gone," said Fatih Birol, the chief economist at the Paris-based International Energy Agency. "The problem isn't that there's not enough oil. It's there's not enough opportunities to find oil."

Mr. Birol said that two-thirds of the wells drilled worldwide from 1997 to 2003 were in North America, where production is falling, while the Middle East accounted for 2 percent of global investments.

Early successes in Alaska and in the British and Norwegian areas of the North Sea, both regions developed in the late 1970's and 1980's, are giving way to mature and declining operations in these areas as oil reserves slowly dry up.

At the same time, the Persian Gulf region, which holds the bulk of the world's proven reserves of conventional oil, remains mostly off limits to international investors. In one way or another, Saudi Arabia, Iran, Iraq, Kuwait and the United Arab Emirates limit access to international companies.

High oil prices are not a guaranteed boon for oil companies. When oil prices are low, oil executives are courted by commodity-rich countries to develop national resources. But when prices rise, governments have a tendency to rethink their contracts and seek higher royalties.

That is happening in Venezuela, which is reviewing its operating agreements with foreign oil companies; it is also happening in Russia, where the government is assuming more control of the country's oil industry.

"The net effect of \$50-a-barrel oil is to reduce opportunities," said Paul Sankey, an analyst with Deutsche Bank in New York. "Large profits make governments think that they're not taxing sufficiently enough."

For example, the Russian government collects most of the profits when oil prices rise above \$25 a barrel. Some countries -- including Kuwait, Angola and Iran -- put limits on the gains foreign companies can make if prices rise above a certain level. In many production-sharing agreements, for example, oil companies agree to a revenue cap, so that when prices rise, producers must reduce their volumes.

"The industry would much rather have lower oil prices and more stability and a more sustainable environment," Mr. Sankey said. "Record prices mean record revenue, but also too much attention for an industry that basically likes to remain out of sight."

Jornal de Angola

14 de Fevereiro

BNA lança nota de Kz. 2.000

O Banco Nacional de Angola lança, na próxima quarta-feira (16 de Fevereiro 2005), a nota de maior valor facial, de 2 mil kwanzas.

De acordo com um comunicado do BNA, a medida enquadra-se no prosseguimento do processo de estabilização e na necessidade de prover a economia nacional dos meios de pagamento adequados à normal realização das transacções, visando a redução do seu custo.

Na face das notas, o motivo principal representa duas efígies ligeiramente sobrepostas em dois planos, respectivamente a do Fundador da Nação, Dr. António Agostinho Neto e a do Presidente da

República, José Eduardo dos Santos. Na face das efígies está a inscrição “ A Vitória é Certa”, ladeada dos nomes “ José Eduardo dos Santos e “ António Agostinho Neto” e ornamentada com folhas.

O fundo das notas tem uma cercadura que limita a faixa de ornamentos horizontal.

O nota tem a cor verde e o papel em que a nota é impressa tem incorporado uma marca de água fixa ou filigrama exclusiva para o Banco nacional de Angola, representando a figura do pensador, símbolo da cultura nacional.

Face da nota: Do lado direito figura o medalhão com as duas efígies, impresso em castanho.

Verso de Nota: O motivo principal da nota é a Pesca Artesanal. Destaca-se no lado direito, por cima da roseta menor, uma figura geométrica como elemento de segurança e uma máscara Cokwe.

ANGOP

12 de Fevereiro

Governo confisca novos imóveis em Luanda e Benguela

O Governo confiscou há dias sete novos imóveis nas províncias de Luanda (cinco) e Benguela (dois), por se registar a ausência injustificada dos seus proprietários por um período superior a 45 dias, indica uma das edições recentes do Diário da República a que a Angop teve hoje acesso, em Luanda.

Os referidos decretos, da autoria dos Ministérios da Justiça e da Administração do Território, orientam as conservatórias do Registo Predial de Luanda e de Benguela a inscrever os imóveis confiscados a favor do Estado, que lhes assinalará o destino conveniente a dar no âmbito da gestão urbana.

Agence France Presse
February 14, 2005

Food aid to Africa plummets in wake of Asian tsunami

Aid for Africa's starving plummeted in the wake of the Asian tsunami which attracted hundreds of millions of dollars in relief, the World Food Program said Monday, pleading for donors not to let their commitment fall.

"Donations to WFP's operations in Africa dropped by 21 percent in January 2005 to 24 million dollars, compared to 29 million dollars in the first month of 2004," the United Nations agency said.

"Globally, contributions to WFP's work in Africa represented just eight percent of the total received by the agency, compared with 20 percent in January 2004."

WFP Executive Director James Morris said the response to the Indian Ocean tidal wave disaster which killed more than 287,000 people in Indonesia, Sri Lanka and other countries demonstrated how much the world cares for millions of people facing extraordinary suffering.

"The challenge we now face is to ensure that a 'tsunami effect' does not ripple across Africa, drawing funds away from humanitarian operations there and adding Sudanese, Angolan and Liberian victims to its toll," he said.

"I'm sure that donors to the tsunami disaster will not allow their generosity to be at the expense of

hungry people in Africa, however far from the global spotlight they are."

The 24 million dollars provided last month were to help feed 22 million people with critical needs in 22 countries, the WFP noted, ranging from Lesotho and Angola in the south, Democratic Republic of Congo in central Africa, Eritrea in the northeast and war-ravaged Liberia and Ivory Coast in the west.

Donors included the United States -- which gave more than half the contributions received -- plus Norway, Canada, Luxembourg, France, Ireland and Italy.

Despite a welcome increase of 80 million dollars in early February, donations for Africa amount to just five percent of the 1.9 billion dollars needed by WFP for Africa -- two-thirds of the agency's global requirements. "This stands in stark contrast to the almost full funding pledged towards the UN's tsunami appeal for 977 million dollars, launched in January," the WFP noted.

"The cost of assisting a tsunami survivor is estimated at 1.07 dollars per person per day in 2005 under the joint UN appeal, compared with just 0.16 dollars per person for assistance in Africa."

The WFP warned that the deal just concluded between the Sudanese government and southern rebels to end Africa's longest-running civil war could be destroyed if the international community fails to help. "After donors have invested billions of dollars in humanitarian aid for Sudan over the past three decades, WFP's current emergency operation to help people return home and rebuild their lives this year is ironically funded at just seven percent with a massive shortfall of 279 million dollars.

"Rations for Sudanese and other refugees in Ethiopia have been slashed by 30 percent as a result of funding shortages."

In five countries across southern Africa, WFP was forced to cut rations for more than 2.8 million people and has so far received less than 10 percent of the contributions needed to help twice that number survive through 2007.

Associated Press

February 14, 2005

INTERVIEW-Angola unable to meet IMF info demands-finmin.

By Zoe Eisenstein

690 words

14 February 2005

14:49

[Reuters News](#)

English

(c) 2005 Reuters Limited

LUANDA, Feb 14 (Reuters) - Angola will never be able to provide the International Monetary Fund (IMF) with all the information it requires for a programme which could pave the way for donor capital inflows, the finance minister said on Monday.

Jose Pedro de Morais stopped short of saying that the IMF staff-monitored programme which he had predicted would be complete in the first quarter of 2005 was not on track, but he signalled there were serious obstacles to the deal.

"We will never be able to provide all the economic and financial information the Fund needs according to their codes of fiscal transparency or of monetary operations," he told **Reuters** in an interview.

"...We are a developing country, our institutional infrastructure is not well developed and on top of that we recently had severe disruptions in our institutions. So the process of providing economic information is a gradual one."

IMF staff-monitored programmes aim to establish the credibility of economic policies and help governments understand their responsibilities under an IMF lending package.

In the case of **Angola** - sub-Saharan Africa's second-largest oil producer - an IMF deal was seen as a prerequisite to a donor conference which the country wants to have as it rebuilds its economy after a 27-year civil war which ended in 2002.

Western donors say delays to the IMF programme could also jeopardise a \$200 million credit facility which the World Bank had earmarked for reconstruction of roads, bridges and water and power supplies in **Angola**. Earlier in February, foreign donor sources in the country told **Reuters** that lack of transparency over what had happened to \$600 million oil revenue windfall which **Angola** said it had received in 2004 was a major problem.

An IMF mission to the country had already been postponed twice - from November to January and then to February, they had said. It was not clear whether there had been another delay.

ANGOLA DOING ITS BEST

De Morais dismissed the criticism, saying **Angola** was doing its best as it "recompiled" sensitive financial information from its past. He was speaking to **Reuters** on the sidelines of a debt seminar held by the finance ministry and Angolan central bank.

"We are providing to the IMF more information than we did some three, four years ago and I'm sure that next year we will be even more capable to provide more information," he said.

"I do not accept these accusations that we are not providing information. No, it's false," he said.

De Morais also lashed out at the international community, saying it had politicised the issue of an IMF agreement.

"The agreement with the IMF is now a political issue. From the point of view of the government, technically, we are ready, we have expressed that. But it's a question of political will from the international community," he said.

"If we have to be penalised by the divisions that we had in the world many, many years ago between the west and east then it's sure that we will take many more years to have this agreement," he added.

Angola produces about a million barrels of crude each day - the largest amount of oil in sub-Saharan Africa after Nigeria - but most of its 13 million people live in poverty.

The country has been accused of mismanagement and graft on a grand scale and although the IMF has said transparency has improved, it also maintains there is room for further progress.

De Morais said the international community was unfairly holding **Angola** to ransom over the proposed IMF deal by making it a condition for a donor conference.

"We should not put the Angolan government in a situation whereby first of all they have to comply with all kinds of codes and standards before the donor conference can take place. This is ridiculous, this is hypocrisy of the international community and I cannot accept (it)," he said.

"We are doing our part, we are doing our best and we expect the international community to do theirs," he added.

Director do Banco Mundial termina visita a Angola

Luanda, 11/02 - O director do Banco Mundial para Angola e Moçambique, Michael Baxter, terminou nesta quinta-feira a sua visita de cinco dias ao país, onde manteve contactos com as autoridades angolanas e doadores.

A visita de Michael Baxter a capital angolana, de acordo com uma nota do Banco Mundial em Angola, teve em vista preparar a apresentação da nova proposta do programa do Banco ao seu Conselho de Administração.

O documento sublinha que nos próximos dois anos, o Banco Mundial pretende enfatizar o seu apoio directo ao Governo angolano na reconstrução de infra-estruturas, provisão de serviços básicos (água e energia), no combate a pobreza, bem como no reforço da capacidade humana e institucional do país a todos os níveis.

Na óptica do director, os encontros foram benéficos "por ter enriquecido o processo que antecede as discussões do Conselho de Administração sobre a aprovação da proposta do programa para fase de reengajamento do BM, a iniciar dia 17 do mês em curso".

No âmbito da implementação da estratégia do Banco Mundial para Angola, no período Março de 2003 e Dezembro do ano 2004, começaram a ser implementados quatro projectos.

Trata-se dos projectos da Assistência Técnica Gestão Macroeconómica (EMTA), com um valor de 16.6 milhões de dólares, do programa de desmobilização e reintegração de ex-combatentes (ADRP), uma doação no valor de 33 milhões de dólares.

Outros projectos são o Fundo de Apoio Social (FASIII), orçado em 55 milhões de dólares, bem como o programa de Hiv/Sida, Malária e Tuberculose, no valor de 21 milhões de dólares.

A quinta acção de âmbito multisectorial, de emergência e reabilitação será simultaneamente uma doação e um crédito, prevendo-se também que seja discutido pelo Conselho de Administração na sua sessão de 17 de Fevereiro.

As condições do crédito incluem 40 anos de amortização, dez dos quais de graça, sem qualquer juros e ainda com 0,75 por cento de serviços de gestão.

Autorizada associação entre Endiama e investidores nacionais e estrangeiros

Luanda, 14/02 - Um contrato de prospecção, pesquisa e reconhecimento de diamantes entre a Empresa Nacional de Diamantes de Angola (Endiama), a Sociedade Mineira do Vale de Kuvo, a Nheime, a Kuitek, a global capital group e a planet Diamond Resorces Corporation, foi aprovado recentemente pelo Ministério da Geologia e Minas, segundo indica uma fonte oficial a que a Angop teve hoje acesso, em Luanda.

Segundo uma das edições recentes do Diário da República, órgão oficial do Governo, a medida teve como base a orientação do Executivo angolano que torna possível a participação dos investidores nacionais e estrangeiros no desenvolvimento da indústria extractiva de diamantes, no quadro da nova política de atribuição de direitos mineiros de prospecção e exploração.

A isso, refere a fonte, acresce-se o facto de a Endiama manifestar interesse em participar em projectos que contribuam para a produção e valorização dos recursos diamantíferos para o desenvolvimento sócio-económico do país, e a sociedade mineira do Vale do Kuvo possuir capacidade técnica e financeira para a realização de acções tendentes ao desenvolvimento de programas de prospecção, avaliação e exploração de diamantes.

A Nheime e a Kuitek, ambas limitadas, possuem capacidade de agenciamento de recursos financeiros para execução dos programas de prospecção, pesquisa e

reconhecimento de jazigos de diamantes, enquanto a Global Capital Group e a Planet Diamond Resorces Corporation têm capacidade técnica e financeira e manifestaram interesse em realizar acções tendentes ao desenvolvimento de projectos neste sentido.

A associação em participação existirá sob a forma de participação não societária de interesses, sem personalidade jurídica, não constituindo um contrato de sociedade comercial ou civil nem uma conta em participação, devendo todos quaisquer actos que produzam efeitos jurídicos, nomeadamente, contratos, ser assinados por todas as partes.

As quotas de participação das associadas para a fase de exploração foram fixadas em 24 por cento para a Endiama, 12 por cento para o Kuvo, igual percentagem para a Nheime e a Kuitek, e 20 por cento para a Global e 20 para a Planet.

De acordo com o contrato, os bens adquiridos por uma das associadas e afectos a associação permanecerão na propriedade exclusiva da associada que os adquiriu, até a sua completa amortização, sendo que os bens conjuntamente adquiridos ficarão na compropriedade das associadas enquanto durar a associação.

O regulamento estabelece ainda que as licenças de prospecção não são alienáveis, transmissíveis ou negociáveis sem prévia autorização do Conselho de Ministros de Angola.

Os mineiros abrangidos pelo regulamento são os diamantes a prospectar a partir dos jazigos secundários, descobertos na área prevista no acordo durante a sua vigência, enquanto os que forem recuperados durante a execução das operações geológicas constituem propriedade do Estado angolano, devendo ser registados em boletins apropriados e, após avaliação, ser armazenados nas condições a definir pelo organismo competente do Estado.

Os direitos mineiros de prospecção são concedidos por um período de três anos, podendo ser prorrogado para um máximo de cinco anos.

050212-19 Mercado disputadíssimo

Não é só a instabilidade do Médio Oriente que faz do petróleo angolano uma prioridade para as grandes potências, em particular os Estados Unidos. O volume de reservas, sobretudo, é suficientemente forte para tirar o sono a qualquer magnata. Por alguma razão os franceses da TotalFinaElf andam de cabeça perdida. Se Chirac e os seus rapazes não resolverem proximamente o «caso Falcone» a petrolífera francesa deixará à mercê de outras grandes fatias do mercado, justamente numa altura em que a produção de petróleo e gás promete disparar. As potencialidades do mercado angolano e os números jogados pelas (outras) petrolíferas em relação aos próximos anos não mentem. Será bom para elas, para o Estado angolano e, por arrasto, para os angolanos que agora se lançam no negócio do petróleo.

Aqui vão alguns números:

2005 - O contrato de partilha de produção assinado em Outubro de 2004 entre a Sonangol e Roc Oil Company para o bloco Cabina Sul começará vigorar este ano. A Roc Oil detém 80 por cento contra 20 da Sonangol.

- Se tudo correr como está previsto pode ser que a BP Amoco inicie este ano a exploração no bloco 18 Chumbo 1, descoberto em Março de 2004. Testes iniciais indiciam a existência de lençóis de petróleo. A BP também tem interesses no campo Célsio 1, igualmente no bloco 18. Célsio 1 também poderá arrancar este ano.

- A Sadc estabeleceu o ano de 2005 como limite para que a refinaria de Luanda, detida em 36% pela Sonangol, 61 por cento pela Total e 3 por cento por outros investidores, produza gasolina com os padrões mínimos universais de octano. Haverá menos poluição e com um bocado de empenho pode ser que venha daí a gasolina super ou premium.

2006 - O projecto Kizomba-B, de que dependem os sub-projectos Kissanje, Marimba e Dikanza, deverá começar a produzir resultados no início do próximo ano. Qualquer um destes projectos tem reservas que podem garantir 250 mil barris por dia.

- O desenvolvimento do campo Dália, no bloco 17, atingirá a velocidade cruzeiro em 2006. Nesta altura a TotalFinaElf deverá ter já concluído um Fpso, Flooding Production off-shore Loading (Carregamento Flutuante de Produção Off-shore) destinado ao processamento de 240 mil barris por dia e ao armazenamento de 2 milhões de barris. A empreitada deverá consumir 3.4 biliões de dólares.

2007 - O projecto Kizomba C, que congrega os campos Batuque, Saxi e Mondo, deverá começar a produzir petróleo em 2007. A Exxon acredita que o campo Xicomba, localizado em águas ultra-profundas, tenha reservas recuperáveis avaliadas em 100 milhões de barris. Quando arrancar, deverá produzir 80 mil barris por dia.

- A Cabgoc espera iniciar em 2007 a produção nos campos de Belize, Benguela, Tomboco e Tômbwa, conhecido abreviadamente como Bblt. Em 2009 deverá atingir uma produção de 245 mil b/d.

- A Total espera iniciar em 2007 a produção no campo Rosa do bloco 17, que deverá incluir 25 vasos sub-aquáticos ligados ao campo Girassol. A produção inicial está estimada em 70 mil b/d. A adição de um Fpso poderá elevar a produção para 250 mil b/d. A companhia italiana Saipem Spa foi a vencedora de um concurso avaliado em 440 milhões dólares para a construção de um pipeline que vai ligar o campo Rosa a instalações on-shore na área de Luanda.

2008 - A confirmarem-se as expectativas de Syanga Abílio, membro do Conselho de Administração da Sonangol, o projecto de aproveitamento de gás «Lng» deverá estar no «pipeline» em 2008. Falando no dia dos petróleos, na feira internacional de Luanda em

Julho de 2003, Syanga Abílio disse que a recuperação de gás e a refinaria são as grandes apostas da concessionária angolana. A Chevron e a Sonangol lideram o projecto, avaliado em 3 biliões de dólares.

-Se tudo correr como Syanga Abílio prognosticou, a refinaria do Lobito deverá estar pronta em 3 anos. Terá uma capacidade para processamento de 200 mil barris por dia, sendo que 80 por cento dos produtos refinados serão exportados.

2010 - Pelas contas do presidente executivo da BP, Lord Browne, quando se chegar ao ano de 2010 a sua companhia, detentora de licenças nos campos 15, 17, 18 e 31, todos em águas ultra-profundas, deverá ter investido em Angola cerca de 8 biliões de dólares. Browne visitou Angola em Outubro de 2003. Anunciou, na altura, a formação de cerca de 700 quadros angolanos nos próximos 10 anos. **050112-19**

Petróleo

O nascimento dos primeiros magnatas angolanos

Mário Santana

Quem há 30 anos dissesse que o Estado angolano haveria um dia de abrir o mercado petrolífero a investidores privados nacionais seria, eventualmente, alvo de chacota, ou seria, no mínimo, tomado como um lunático. Um Estado que até pão vendia, não iria, quanto mais não fosse por «objecção de consciência», convidar agentes privados, aqui como noutras partes do mundo, guiados pelo lucro. Mas a verdade é que com o passar dos anos e com a mudança de hábitos, de políticas e de interesses, aos poucos começam a aparecer os primeiros angolanos com «interesses nos petróleos», enfim o embrião dos que um dia serão os nossos magnatas.

De resto, depois do Estado ter prescindido de monopólios na exploração de diamantes, pesca de arrasto – as famosas licenças – telefonia móvel, banca e comunicação social, áreas controladas durante anos a sete chaves, a entrada de empresários nacionais no sector dos petróleos era uma «questão de horas».

Um levantamento feito pelo Semanário Angolense indica que este passo há muito que vinha sendo considerado pelo Estado. Porém, à semelhança do que se passa com os bancos comerciais de capitais públicos, Bpc e Bci, nomeadamente, havia também em relação aos petróleos a percepção, se calhar acertada, de que os empresários nacionais não tinham capital e muito menos «know-how» para entrarem num mercado especializadíssimo como o dos petróleos.

Se em relação aos bancos comerciais, o Estado preferiu empenhar-se na afirmação ou no nascimento de outros, tais como Bai e o futuro Banco de Investimento Mineiro, ao invés de ajudar os que já existem a responderem a preceito a influência cada vez maior de bancos portugueses, em relação aos petróleos «mudou de opinião». Nada será como dantes. Como dizia o Presidente Agostinho Neto, ao lado de um estrangeiro haverá um angolano. As grandes companhias petrolíferas, detentoras de «know-how» e de fundos intermináveis, terão sempre uma fatia do mercado, a parte do leão, convenhamos. Mas daqui para a frente terão a companhia de grupos nacionais. E se alguém pensou que estes se ficarão apenas pela distribuição de lubrificantes então enganou-se.

Estão aí para o que há de mais significativo no mercado petrolífero: exploração e prestação de serviços. Mas o Semanário Angolense apurou de boa fonte que as primeiras experiências com empresários nacionais provaram exactamente aquilo que já se sabia: não só não estão preparados com também não têm capital.

Porém, estes resultados não desanimaram o Estado. Pelo contrário. Aos poucos o acesso de nacionais a este segmento do mercado passou a ser discutido mais abertamente. A «angolanização» do sector, defendida, aqui e ali, pelo ministro dos Petróleos, Desidério Costa, compreende o acesso de locais ao nosso próprio «crude» e o reconhecimento,

pelas petrolíferas estrangeiras, do valor dos quadros angolanos. Num e noutros aspectos houve mudanças, mas nada tão expressivo como eventualmente gostaria Desidério Costa.

Ainda assim o assunto continua em consideração. A discussão mais aberta e descomplexada aconteceu em Julho de 2003 no Soyo, durante o primeiro fórum nacional de quadros dos petróleos. Nessa reunião, os participantes ouviram o que sabiam e o que não sabiam. Alguns não sabiam, por exemplo, que o Estado tinha em vista a oferta de oportunidades, sobretudo em on-shore, ou se quisessem em terra, mais concretamente na Bacia do Kwanza. Na verdade não sabiam que a adjudicação da Bacia do Kwanza já estava em andamento.

A motivação do Governo partia do desejo de ver angolanos triunfarem neste ramo. Dois meses depois da reunião do Soyo, números avançados pelo director do Gabinete de Intercâmbio Internacional do Ministério dos Petróleos, Félix Vieira Lopes, por altura da conferência africana sobre gás, finanças e desenvolvimento, indicavam, por exemplo, que a Nigéria é o país africano com melhores percentagens em termos de participação de empresas locais no mercado petrolífero. «10 a 15 por cento». Acrescentou que na África Ocidental o rendimento anual da prestação de serviços na actividade petrolífera ascende a 15 biliões de dólares.

Orador principal na abertura da mesma conferência, o primeiro-ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos «Nando», agarrou-se aos números para explicar o interesse do Estado no surgimento de empresários nacionais no ramo dos petróleos: «Sabemos que enquanto no Brasil, 80% dos produtos petrolíferos são fornecidos pelas companhias locais, na Malásia são 70%, na Noruega 50%, mas em África esta participação é quase inexistente».

Perante esta constatação do primeiro-ministro, houve da parte de muita gente, sobretudo dos que tinham participado no «Outlook» realizado no Soyo, a percepção de que a conversa não ficaria por aí. Mas os problemas na verdade estavam apenas a começar. E vão da obtenção de financiamentos à disposição do Estado em discutir o assunto de forma aberta.

Vamos por partes: Lamou Rutten, enviado à reunião de Luanda pela Conferência da Onu para o Comércio e Desenvolvimento (Untacd), dizia que a falta de participação do empresariado local que é observada em África deriva da falta de financiamento bem como da incipiente capacidade tecnológica. «A indústria petrolífera exige investimentos avultados, algo que nos países africanos é difícil de obter. Aliás, a dificuldade de acesso ao crédito bonificado constitui um dos factores de desnivelamento concorrencial entre o empresariado nacional e o estrangeiro». Neste aspecto há muito que fazer. Ainda assim, a cimeira terminou com a promessa, e apenas isso, do processo de «angolanização» do sector dos petróleos vir a ser apoiado pela própria Untacd com acções de financiamento e de formação de quadros.

Não há notícia de que algo já tenha sido feito, mas isso não impediu as autoridades angolanas de alargarem o mercado a alguns agentes privados. Exactamente assim: alguns. É que o que se assiste aqui é mais ou menos uma repetição do que se assiste nos diamantes e no exclusivo mercado de pescas: não há concursos públicos. E se nas pescas se reconhece alguma margem de manobra ao ministro, nos diamantes e nos petróleos o Presidente da República é quem detém a última palavra. É lamentável dizer, mas a repartição do bolo aqui também tem sido desigual.

----- Original Message -----

From: [Imprensa/Gab.Porta-Voz Presidência da República](#)

To: ["Undisclosed-Recipient:;@localhost.nexus.ao"](#)

Sent: Monday, February 07, 2005 6:36 AM

Subject: cm11.02.05

COMUNICADO DE IMPRENSA

O Conselho de Ministros realizou hoje, dia 11 de Fevereiro de 2005, a sua primeira sessão extraordinária do presente ano, no Palácio Presidencial, sob orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

O Conselho de Ministros aprovou um conjunto de diplomas que consubstancia Acordos de Cooperação entre o Governo da República de Angola e o Governo da África do Sul que visam impulsionar o desenvolvimento institucional, industrial, comercial, financeiro, cultural e social nos dois países, bem como o bem-estar das respectivas populações e do Continente Africano m geral.

Neste sentido, o Governo autorizou a assinatura do Acordo sobre a Promoção e a Protecção Recíproca de Investimentos entre os dois países tendo em conta que o fomento de tais investimentos servirá de estímulo à iniciativa económica individual de forma a contribuir para a prosperidade dos respectivos povos.

Foi também autorizada a assinatura do Acordo entre a República de Angola e a República da África do Sul nos domínios da electricidade que permitirá o desenvolvimento de projectos nos domínios da produção, transmissão e distribuição de electricidade e ainda nas áreas de reestruturação da indústria de electricidade e da sua regulação.

No contexto da Cooperação entre as Repúblicas e Angola e da África do Sul, o Governo autorizou igualmente a assinatura do Acordo de Cooperação no domínio da Protecção e Reintegração Social com vista à partilha de experiências em políticas e desenvolvimento de programas em áreas que se relacionam com a criança, integração da pessoa portadora de deficiência, assistência e protecção à pessoa idosa e reinserção social pós-conflito.

O Conselho de Ministros autorizou a assinatura do Protocolo de Cooperação entre o Governo da República de Angla e o Governo da República da África do Sul no domínio da Defesa.

O Governo autorizou que o Banco Comercial Angolano (BCA) proceda ao aumento do seu capital e, 50%, bem como à efectivação do contrato de subscrição de 50% das suas acções pelo ABSA, grupo empresarial sul africano com sede em Joanesburgo.

O Governo aprovou também a Carta de Intenção subscrita pela SONANGOL, empresa pública de direito angolano, a PETROCI AS, empresa da República da Cote D'Ivoire e Trafigura BEHEER B.V, sociedade de direito holandês.

Esta Carta de Intenção tem em vista a criação de um instrumento regulador das futuras relações de cooperação entre os outorgantes, no domínio da exploração de hidrocarbonetos.

No âmbito do Acordo Geral de Cooperação entre a República de Angola e a República Popular da China o Conselho de Ministros aprovou a assinatura do Protocolo de Cooperação Económica e Técnica entre os dois países, referente a um empréstimo com condições bonificadas.

O Conselho de Ministros autorizou o Ministro da Energia e Águas a proceder em nome do Governo à assinatura do Acordo Quadro Intergovernamental sobre a Pool de Energia Eléctrica da África Central, tendo em conta as vantagens de cooperação Regional no domínio eléctrico, bem como a contribuição significativa que a referida cooperação poderá proporcionar ao desenvolvimento da região da África Central.

Luanda, 11 de Fevereiro de 2005.

Teses da UNITA para a Democracia em Angola

Quarta-feira, 09 de Fevereiro de 2005

O líder da UNITA, Isaias Samakuva, apresentou 10 teses básicas sobre "a democracia que os angolanos desejam ver implantada no país". A primeira é a de que "as normas constitucionais vigentes oferecem o arcabouço institucional democrático necessário para regular os órgãos de governação, os direitos individuais e os processos eleitorais".

O chefe do segundo partido angolano, criado em 1966, afirma que as lideranças políticas da antiga colónia portuguesa assumiram um "compromisso sagrado com a democracia representativa, o Estado de direito, os direitos individuais e a soberania popular".

Samakuva observa ainda que a realização de eleições nacionais é um "passo indispensável e insubstituível para evidenciar a existência de uma democracia em funcionamento pleno".

O sucessor de Jonas Savimbi e de Lukamba Gato defende também "um patriótico acordo sobre as datas e um consenso operacional sobre as regras eleitorais", que permitam a primeira ida às urnas desde 1992, nas quais o MPLA e a UNITA se confirmaram como as principais forças políticas de Angola, país independente desde Novembro de 1975.

No entender de Samakuva, "modernização, desenvolvimento e democracia são os desafios da nacionalidade, as credenciais para a cidadania no século XXI e as exigências para participar como membro activo do mundo globalizado".

No discurso em que apresentou estas teses, na semana passada, Samakuva defende igualmente "a união e o respeito entre todos os angolanos", que se devem "reencontrar como irmãos", depois de tantos anos de guerra, para construir "uma autêntica democracia".

Isaías Samakuva preconiza "um acordo patriótico" sobre o calendário eleitoral e a composição do Conselho Nacional Eleitoral, para que se possam efectuar presidenciais e legislativas, que muitos partidos gostariam que fossem já em 2006, como o Presidente José Eduardo dos Santos prometeu, depois de uma série de adiamentos. Alguns políticos ainda temem que as eleições possam continuar a ser proteladas, sob os mais diversos pretextos.

Na opinião de Samakuva, as riquezas de Angola, desde que bem administradas, deverão ser "capazes de comprar a prosperidade" da população (actualmente uma das 15 com mais baixo índice de progresso, segundo a ONU), pelo que faz a apologia de um "projecto nacional de modernização, desenvolvimento e democracia". J.H

Nova associação diamantífera

07/02/2005

Governo autoriza constituição de associação em participação

O Conselho de Ministros autoriza a constituição da Associação em Participação entre a Endiama-EP, a Rosa & Pétalas, Sarl e a Sunland Mining Company, Lta e aprova o contrato de prospecção, pesquisa e reconhecimento de diamantes entre elas.

Num decreto executivo inserido no Diário da República Iª série número 1 de 3 de Janeiro do ano em curso, são concedidos à Endiama-EP os direitos mineiros de prospecção, pesquisa e reconhecimento na área definida no respectivo contrato.

O texto do acordo refere que a Associação em Participação existirá sob a forma de participação não societária de interesses, sem personalidade jurídica não constituindo um Contrato de sociedade comercial ou civil nem uma conta em participação.

Quaisquer actos que produzam efeitos jurídicos, nomeadamente contratos, deverão ser assinados por todas as partes sendo que, as obrigações decorrentes desses actos assumem a natureza de obrigações conjuntas, excepto quando de outro modo for previsto no presente contrato ou acordado pelas partes.

De acordo com o teor do documento, as quotas de participação das Associadas para a fase de exploração, caso venha a ter lugar, serão fixadas no respectivo contrato, sendo garantido que deverão ser iguais a 35 por cento para a Endiama, 33 para a Sundland e 32 por cento para a Rosas & Pétalas.

Os bens adquiridos por uma das Associadas e afectos à Associação permanecerão na propriedade exclusiva da Associada que os adquiriu, com todos os efeitos legais daí advindos, até à sua completa amortização, o que será objecto de definição e regulamentação pelo Conselho de Associados.

Os direitos mineiros inerentes à Licença de Prospecção previsto no artigo 6º da lei nº 1/92, de 17 de Janeiro e na Lei nº 16/94, de 7 de Outubro, consideram-se exercidos pela Associação em Participação após aprovação deste contrato pelo Governo.

A Licença de Prospecção, esclarece o texto, não é alienável, transmissível ou negociável, salvo prévia autorização do Conselho de Ministros.

(Angop)

Diamond groups come together

By Rebecca Bream in Cape Town

Published: February 9 2005 02:00 | Last updated: February 9 2005 02:00

Petra Diamonds, the Aim-traded exploration company, is to merge with Crown Diamonds in a deal that would create the largest diamond company on the junior market.

Crown Diamonds is listed in Australia but produces diamonds from four underground mines in South Africa. It has a market capitalisation of A\$65m (£27m) and last year produced 85,000 carats in diamonds. The group also has an exploration joint venture in Sierra Leone with Aim-quoted Mano River Resources.

Petra Diamonds, whose shares were suspended yesterday at 95p, is valued at about £68m but has yet to start production. Its relatively high valuation reflects market confidence in its main asset, the Alto Cuilo project in Angola.

The company owns a 36 per cent stake in the project's kimberlite, or hard rock, assets and 38 per cent of its alluvial, or river-borne, assets. The rest is owned by Endiama, the Angolan state diamond company, and Moyo Weno, another local partner.

The deal would combine cash flow from Crown's existing mines with the exploration potential of Alto Cuilo, management said.

Kevin Dabinett, chief executive of Petra Diamonds, said: "Alto Cuilo could be one of the big diamond mines of the future."

In a recent research report, James Picton, diamond analyst at WH Ireland, said Alto Cuilo had the potential to be "a world class kimberlite".

Petra is offering one of its shares for every eight Crown shares - a 30 per cent premium to the closing price of 22 cents on Monday.

Petra plans to issue 37.2m new shares to pay for the deal.

The new company will be traded on Aim and the Australian Stock Exchange. The deal is subject to shareholder approval.

Autorizada cessão de 45 por cento das acções da Coca-Cola na ``Sociedade Bottling``

Luanda, 07/01 - O Ministério das Finanças autorizou há dias a cessão de 45 por cento das acções que a sócia The Coca-Cola Export Corporation "TCCEC", detém na Sociedade Coca-Cola Bottling (Luanda), S.A.R.L, à favor da firma South African Breweries (African) BV, "SABI".

Segundo decreto ministerial inserido na edição número 02, I Série, de Janeiro de 2004, do Diário da República, a medida teve como base o facto de a Sociedade Refrinor, E.P, ter preterido do seu direito de preferência e a Coca-Cola Bottling ter requerido a anuência para a "TCCEC" ceder a referida percentagem à favor da beneficiária (SABI).

Em função da cessão autorizada, o capital social da Coca-Cola Bottling passa a ter a seguinte configuração: South African Breweries (African) BV (SABI), 45 por cento de acções, Refrinor, E.P, 45 por cento e The Coca-Cola Export Corporation "TCCEEC" 10 por cento.

O decreto, da autoria do ministro José Pedro de Moraes Júnior, refere que a medida adoptada teve igualmente em conta o previsto na lei do Investimento Privado.

Banco Comercial Angolano autorizado a aumentar capital

Luanda, 11/02 - O Banco Comercial Angolano (BCA) foi hoje, em Luanda, autorizado pelo Conselho de Ministros a aumentar o seu capital em 50 por cento.

Numa reunião orientada pelo presidente da República, José Eduardo dos Santos, a esta instituição foi igualmente autorizada a efectivação do contrato de subscrição de 50 por cento das suas acções pelo ABSA, grupo empresarial sul-africano com sede em Joanesburgo.

O Governo aprovou também a Carta de Intenção subscrita pela Sonangol, empresa pública de direito angolano, a PETTROCIAS, empresa da República da Côte D'Ivoire e a Trafigura BEHEER B.V, sociedade de direito holandês.

Esta Carta de Intenção tem em vista, segundo explica um comunicado de imprensa da reunião, "a criação de um instrumento regulador das futuras relações de cooperação entre os outorgantes, no domínio da exploração de hidrocarbonetos.

Chirac's Mbeki Barb Baffles Foreign Affairs

[Business Day](#) (Johannesburg)

February 4, 2005

Posted to the web February 4, 2005

Hopewell Radebe
Johannesburg

French President Jacques Chirac's criticism of President Thabo Mbeki's peace efforts in west Africa has unleashed a storm, as the foreign affairs department urgently sought clarity on his comments.

Chirac's statement in Dakar, Senegal, in which he said Mbeki failed to understand the "psychology and soul" of west Africa, has also set off a diplomatic row. Chirac also claimed Mbeki had not achieved much in the region.

Mbeki is the African Union-appointed mediator in the conflict in Côte d'Ivoire.

Deputy Foreign Minister Aziz Pahad said yesterday: "Since he spoke in French and it was interpreted and reported in English, we hope he has been misquoted."

He said Mbeki did not claim to understand the complex politics of Côte d'Ivoire, but judging from the visits by Ivorian politicians to SA for consultations, he was satisfied they trusted Mbeki as a genuine nonpartisan facilitator.

Political analyst Shadrack Gutto accused Chirac of seeking to entrench French dominance in the region. He said Chirac represented a "typical racist mentality of a former coloniser about the African psyche".

"To imply that he (Chirac) understands the soul of west Africans better than an African (Mbeki) truly reflects the height of racist arrogance."

France could not claim to know better, he said, as it had not been able to bring peace in the region for decades.

José Eduardo dos Santos recebe antigo reitor da Academia de Petróleos de Baku

Luanda, 07/02 - O chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, manteve hoje, em Luanda, um encontro de cortesia com o antigo reitor da Academia de Petróleos e Gás de Baku, Ismail Ibrahimov.

Esta personalidade assinou o diploma de José Eduardo dos Santos, quando este terminou a sua formação em petróleo no ano de 1969.

Actualmente, Ismail Ibrahimov roda um filme que narra a sua vida e que inclui depoimentos de antigos estudantes seus, entre os quais o de José Eduardo dos Santos.

Em declarações à imprensa, depois da audiência, disse sentir-se satisfeito por ter reencontrado um ex-aluno antes de completar, este ano, 90 anos de idade.

Iniciou sessão extraordinária do Conselho de Ministros

Luanda, 11/02 - Projectos de resolução que aprovam vários acordos, entre Angola e a África do Sul, estão em debate, desde às 09:15 aproximadamente, na primeira sessão extraordinária do ano do Conselho de Ministros.

Reunido no Palácio Presidencial, sob a presidência do Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, o órgão colegial do Governo angolano, analisa o projecto de resolução que aprova o acordo sobre a promoção e protecção recíproca de investimentos, de cooperação no domínio da electricidade, ainda de protecção e reintegração social, além de um protocolo no domínio da defesa.

No referente a energia e águas, será também analisado o projecto de resolução para a criação do "pool" de energia eléctrica da África Central.

Autorizada assinatura de Acordo de Protecção Recíproca de investimentos

Luanda, 11/02 - O Governo angolano autorizou hoje, em Luanda, a assinatura do Acordo sobre a Promoção e a Protecção Recíproca de Investimentos entre Angola e a África do Sul, na primeira sessão extraordinária do Conselho de Ministros orientada pelo Presidente José Eduardo dos Santos.

A medida, segundo um comunicado da reunião, tem em conta que "o fenómeno de tais Investimentos servirão de estímulo à iniciativa económica individual por forma a contribuir para a prosperidade dos respectivos povos".

Foi também autorizada a assinatura do acordo entre os dois países no domínio da Electricidade, que permitirá o desenvolvimento de projectos nos domínios da produção, transmissão e distribuição de electricidade e ainda nas áreas de reestruturação da indústria de electricidade e da sua regulação.

No contexto da cooperação entre ambos, o Governo caucionou ainda a assinatura do Acordo no domínio da Protecção e Reintegração Social com vista a permitir a partilha de experiência em políticas e desenvolvimento de programas em áreas que se relacionam com a criança, integração da pessoa portadora de deficiência, assistência e protecção à pessoa idosa e reinserção social pós-conflito.

Foi também autorizada a assinatura do Protocolo de Cooperação entre Angola e a África do Sul no domínio da defesa.

No âmbito do Acordo de Cooperação entre Angola e a República Popular da China, o Conselho de Ministros aprovou a assinatura do Protocolo de Cooperação económica e Técnica entre os dois países, referente a um empréstimo com condições bonificadas.

O Governo autorizou o Ministro da Energia e Águas a proceder, em nome do Governo, a assinatura do Acordo Quadro Intergovernamental sobre o Pool de Energia Eléctrica da África Central, tendo em conta as vantagens de cooperação regional no domínio eléctrico, bem como a contribuição significativa que a referida cooperação poderá proporcionar ao desenvolvimento da região da África Central.

ANGOP

11 de Fevereiro

Banco Comercial Angolano autorizado a aumentar capital

O Banco Comercial Angolano (BCA) foi hoje, em Luanda, autorizado pelo Conselho de Ministros a aumentar o seu capital em 50 por cento.

Numa reunião orientada pelo presidente da República, José Eduardo dos Santos, a esta instituição foi igualmente autorizada a efectivação do contrato de subscrição de 50 por cento das suas acções pelo ABSA, grupo empresarial sul-africano com sede em Joanesburgo.

Energy Compass
February 11, 2005

Angola: Looking east for friends

Angola may be reaching a turning point in its international relations. As its relationship with the West becomes more difficult -- underlined by the way France's Total has been frozen out of some upstream areas because of an arms-for-oil case in Paris, and Luanda backslides on promises to Western donors to improve disclosure of its oil revenues -- Angola is forging new alliances with oil-thirsty and cash-rich Asian consumers.

Luanda is currently trying to secure a long-awaited Staff Monitored Program (SMP) from the IMF that would pave the way for aid and cheaper official loans, rather than the expensive oil-backed commercial bank loans on which the country now relies. But hopes the deal would be wrapped up by the first quarter of this year have been dashed by IMF concerns that the ruling MPLA party of President Eduardo dos Santos has squirreled away some of last year's windfall oil earnings ahead of planned elections in September 2006. The standoff could not come at a more critical juncture. The World Bank board is preparing to meet to discuss further lending to help Angola finance development, three years after the end of a devastating 27-year civil war, while a long-awaited international donor conference appears ever more distant.

Transparency on oil revenues is still a bone of contention with financiers, despite the government's decision last year to release at least part of an independent diagnostic of its complex and secretive oil accounting. IMF officials have privately expressed concern that the MPLA has siphoned off a large chunk of earnings to finance its election campaign. Government officials have said last year's oil price surge earned Angola an additional \$600 million, and it is this sum the IMF wants the government to account for fully.

The problems feed donors' suspicions that Angola may be reneging on pledges to come clean about its oil revenues, which are estimated to run at more than \$8 billion a year while most of the country's 13 million people remain mired in poverty. "The government wants an SMP but on its own terms. It wants to say it has one, but without making any key reforms on transparency," says Arvind Ganesan, director of international rights campaigner Human Rights Watch.

Matters won't be helped by renewed accusations of human rights abuses in oil-rich Cabinda province, where local communities marched last month to demand independence and denounce alleged murder and torture against local people by the Angolan military.

Luanda's relationship with the West could be further soured by the elections, the first since a disputed poll in 1992 plunged the country's rival factions back into armed conflict. The outcome looks to be a foregone conclusion, with the MPLA hanging on to power and any opposition, including the former UNITA rebel movement, fractured on ethnic lines and unable to muster a forceful counterweight. The

state controls the judiciary and the media, and international observers are already wondering whether an election commission appointed to oversee the poll can guarantee its own independence.

The problems coincide with China's emergence as a powerful new courtier in the ramshackle Angolan capital. Beijing has become the biggest single lifter of Angolan oil, taking over 400,000 barrels per day, and although its upstream access is limited to the half-share in the BP-operated Block 18 that Royal Dutch/Shell sold last year -- in return for a \$2 billion concessionary loan -- it is expected to pick up further exploration rights this year. With India also keen to gain access, Angola is opening its doors to a high-ranking Indian oil delegation this month.

Nonetheless, Western majors such as ChevronTexaco, Exxon Mobil and BP will continue to be the backbone of the southern African country's upstream push to lift output to 2 million b/d by 2008 from 1.1 million b/d now. Last year's meeting in Washington between Dos Santos and US President George W. Bush was proof, if proof were needed, of the strategic importance Washington places on sub-Saharan Africa's second-biggest oil producer (EC May7,p9).

State Sonangol will also continue to be a potentially lucrative source of fees for Western banks such as Standard Chartered, the lead organizer of a \$2.25 billion oil-backed loan launched last year. Sonangol has also reportedly approached JP Morgan about raising its first-ever international bond.

Energy Compass

February 11, 2005

Interview: India pursues oil diplomacy

India relies on oil imports to meet more than three-quarters of its 2 million barrel per day demand, and high oil prices and China's increasingly competitive stance have forced it on to the offensive, using diplomacy as a weapon to bolster security of supply. Dinakar Sethuraman discusses what oil diplomacy might mean with Indian Oil Minister Mani Shankar Aiyar and new oil ministry diplomat Talmiz Ahmad, while Barbara Shook talks to Cairn about prospects inside India.

Energy security is India's new mantra and oil diplomacy its new policy. The strategy was drawn up late last year by Oil Minister Mani Shankar Aiyar, a long-time diplomat picked to join the Congress-led government after its election victory in May, partly in response to China's aggressive quest for upstream assets.

Aiyar has already put his diplomatic skills to the test. He started by convincing top-ranking officials to attend an Asian buyers' roundtable in New Delhi last month at which ministers from China, Japan, South Korea and India discussed oil prices and supplies with their counterparts from Saudi Arabia, Iran, Oman, Qatar and the UAE (EC Jan.7,p2). Since about 60% of Asia's crude oil needs come from the Middle East, the world's biggest producers could hardly afford to ignore the invite.

He followed this by signing a 25-year agreement to import 7.5 million tons per year of Iranian LNG, and injecting new life into an Iran-Pakistan-India natural gas pipeline. He subsequently convinced a previously intransigent Bangladesh to sign up to plans to run a gas export pipeline from Myanmar's (Burma) Shwe fields to India's east coast through Bangladesh.

Aiyar institutionalized the diplomat strategy by creating a post for a senior diplomat within the oil ministry, for which he hired Talmiz Ahmad, a 30-year career diplomat. Ahmad, an Islamic specialist who has spent time in Kuwait, Iraq, Oman and Saudi Arabia, says "oil diplomacy" has two main strands -- holding regular talks with producers aimed at ensuring stability of supply and price, and building on government relationships to make it easier for Indian firms to acquire assets. Ahmad will work more actively with foreign governments and Indian embassies overseas to provide the diplomatic

muscle required when Oil and Natural Gas Corp., Gail India or Indian Oil go shopping abroad. "We want to move from market-oriented deals to establishing long-term relationships" with benefits for both sides, Ahmad says.

Ahmad is looking to revitalize relationships with Mideast Gulf producers and establish roots in Africa and Latin America, particularly Venezuela, Ecuador, Peru and Brazil. Elsewhere, Ahmad is counting on India's traditionally close relationship with Russia -- dating from the Soviet era -- to gain a bigger foothold (EC Feb.4,p10). ONGC intends to bid \$2 billion for a 15% stake in Russia's Yuganskneftegas -- the erstwhile production arm of beleaguered Yukos -- and join Rosneft in bidding for the Sakhalin-3 project in the Russian far east.

Right now, Indian acquisitions are few and far between -- 25% of the Greater Nile Petroleum Operating Co. in Sudan, 20% of Sakhalin-1 and other exploration blocks in Africa -- and Ahmad admits China got a head start. "The Chinese have a lot of cash and are robustly tying up long-term crude arrangements," Ahmad says. In Angola, for example, China picked up a half-share in a BP-operated block being sold by Royal Dutch/Shell last year by proffering \$2 billion in aid, nearly 10 times the amount on offer from India. "We came in late because we were resource-poor," Ahmad says. But India now has over \$100 billion in reserves and, he believes, "substantial goodwill."

Like China, India has a thriving economy and growing thirst for oil. But in what appears to be a dig at China, Ahmad says India does not have an authoritarian regime, nor the luxury of devoting huge amounts to the oil industry while the social sector is in need of investment. "India has its own way of doing things," he says. But Ahmad also talks of cooperating with China. "People cannot play us off against each other. There are certain things that unite us."

zoe

hi xavier,

nice to hear from you.

i can probably tell you a little bit about the government reshuffle (i think nick can probably fill you in better on the rest)...yes, the reshuffle has gone in several phases and seems to have stopped, for now. but no-one can be sure as people are hired and fired at the president's will and no-one (not even those closest to him) are really sure what he might do next. and that's how he likes to keep it!

most of the changes are regarded by observers as quite insignificant. but there have been a few important ones :

António Pereira Mendes de Campos Van-Dúnem, secretary for council of ministers. he was sacked on 9 Dec. he's always been regarded as very close to the president but according to several sources started to mismanage the \$2 billion chinese credit line (hoping to benefit personally from the deals he set up). when the president found out what he was up to, he sacked him. insiders say this is a kind of naming and shaming exercise, like public humiliation and they say he'll probably be back in a position of power at some point. the other big change was the appointment of a new information minister on 27 january.

Manuel António Rabelais replaces outgoing Pedro Hendrick Vaal Neto. this is of course a very important position in angola's pre-election year (general elections set for 2006) with the MPLA wanting to keep a tight control on what information reaches the electorate. Rabelais was the director of state-run Radio Nacional de Angola (the only countrywide radio) and so will have a good grasp of how to get the MPLA's message out to the deepest provinces of angola. his new deputy is **Manuel Miguel de Carvalho** the (now former) director of Angop (the state-run press agency). people say that's also a strategic move by the president (and very much in character) to have people with similar backgrounds working together so that they can keep checks on each other and to keep the competition up (so that neither is able to abuse power to the detriment of the higher powers that be)!

there's been lots of speculation that the finance minister Jose Pedro de Moraes may also get the sack (some people have also linked him to attempted corruption of the chinese money). but these rumours have been ongoing for several months and he's still at the finance ministry! i hope that's of some help.
best regards,
zoe

Mais lugares na Universidade

Walter António

A Universidade Agostinho Neto (UAN) tem disponível um total de quatro mil e 40 vagas para o ano lectivo 2005/2006 que inicia a 18 de Abril próximo. Deste número três mil e 250 vagas são para o ensino diurno e 790 para os cursos nocturnos.

Os dados foram revelados ontem, ao “JA”, pela vice-reitora para os assuntos académicos, Suzanete Costa, que acrescentou que o número de candidatos tem aumentado de ano para ano.

Contrariamente ao que vem sendo propalado em diversos círculos estudantis, as unidades orgânicas da UAN sediadas em Luanda vão receber novos estudantes, tendo muita abertas as respectivas inscrições, devendo nos próximos dias realizar os habituais testes de admissão.

Assim sendo, o Instituto Superior de Ciências de Educação (Isced) central de Luanda tem disponível 280 lugares, sendo 160 para o curso nocturno e 120 para o diurno o que contraria a informação, segundo a qual este ano lectivo não receberia novos candidatos.

A Faculdade de Direito deve agrupar neste ano académico 300 novos estudantes, repartidos em metade para os dois períodos, a de Ciências 325, sendo 175 para diurno e 150 para nocturno.

A Faculdade de Economia vai receber 150 novos estudantes, sendo 100 para os cursos diurno e 50 nocturno, enquanto que a de Engenharia tem previsto a recepção de um total de 200.

Oitenta é o número de vagas existentes na Faculdade de Medicina, enquanto que no Instituto Superior de Enfermagem (ISE), há 70 lugares. No polo universitário da Lunda Norte 210 e no da Lunda Sul, também em funcionamento em Luanda, 200.

Na Huíla, o Isced do Lubango tem disponível 460 vagas, o núcleo de Direito 60, o de Economia 90, enquanto que o polo universitário do Namibe deverá receber 600 estudantes.

O Isced de Benguela prevê receber 195 estudantes, enquanto que o núcleo de Direito tem reservado 30 vagas e polo universitário do Kwanza Sul, em funcionamento na cidade das acácias rubras deverá agrupar 225, perfazendo um total 450 vagas para a província.

Em Cabinda, o Isced não tem vagas, mas no total a província deverá receber 100 estudantes, sendo 30 para o núcleo de Direito e 70 para o de Economia.

Na província do Planalto Central, o Isced tem em aberto 165 lugares, o núcleo de Economia 100, o de Direito 60, enquanto que a Faculdade de Ciências Agrárias 70. O Isced do Uíje deve receber 140 estudantes.

A Faculdade de Letras e Ciências Sociais, sediada em Luanda e em funcionamento há sensivelmente dois anos, vai também receber estudantes. O número a entrar ainda não está definido pelo facto de ainda se encontrar em período de provas finais.

Quando se concluir o processo na Faculdade de Letras e Ciências Sociais, adicionando as inscrições nas escolas superior de Ciência e Tecnologia, no Namibe e Lunda Sul o número de vagas na Universidade Agostinho Neto poderá aumentar consideravelmente.

Todavia, a Faculdade de Letras e Ciências Sociais tem tido muita procura. “Mas, a falta de infra-estruturas para suportar a demanda tem dificultado a acção da UAN”, frisou a vice-reitora para os assuntos académicos.

Luanda, o maior centro universitário da UAN, sendo seis faculdades, dois institutos superiores e dois polos universitários, é a região do país que deverá receber mais estudantes, num total de mil e 815, vindo a seguir a Huíla com mil e 210.

Questionada sobre se o número de vagas foi estabelecido em função da aderência, a vice-reitora reiterou que para este ano lectivo o número de vagas aumentou.

A Universidade Agostinho Neto tem 16 Unidades Orgânicas, entre Faculdades, Institutos e Escolas Superiores e ministra cerca de 60 cursos.

La Lettre du Continent N° 464 10/02/2005

ANGOLA/SUISSE: Les Suisses toujours désagréables avec l'Angola

Après les affaires étrangères, c'est au tour de la très conservatrice Commission fédérale des banques

(CFB) de vouloir interdire à Luanda l'accès à ses fonds déposés - et séquestrés - dans la Confédération. Apparemment les banquiers suisses n'ont guère apprécié les positions du procureur de Genève, Daniel Zappelli, pour refermer le dossier angolais (LC N°462). La CFB, dirigée par l'austère Daniel Zuberbühler, considère l'attitude du parquet genevois contre-productive. Les deux principaux établissements, l'UBS et le Crédit Suisse, refusent dorénavant d'ouvrir des comptes aux personnalités "politiquement exposées" d'Afrique subsaharienne.

Le gendarme des banques s'attaque de front à l'Angola

La Commission fédérale des banques veut interdire à l'Etat africain l'accès à ses fonds déposés en Suisse

La Tribune de Genève, le 08 février 2005

serge guertchakoff

La Commission fédérale des banques (CFB) est-elle plus royaliste que le roi? Toujours est-il que l'autorité de tutelle des établissements bancaires suisses aurait fait interdiction à la République d'Angola d'utiliser certains de ses avoirs comme bon lui semble. D'après nos informations, l'affaire devrait être prochainement tranchée par le Tribunal fédéral.

On se souvient que le 21 décembre dernier, le procureur général genevois Daniel Zappelli a mis fin aux poursuites entamées il y a plus de deux ans contre l'homme d'affaires français Pierre Falcone des chefs de blanchiment d'argent, soutien à une organisation criminelle et corruption de fonctionnaires étrangers. L'ordonnance de classement du procureur général conclut que le remboursement de la dette initiale de 5 milliards de dollars contractée en son temps par l'Angola envers la Russie n'avait donné lieu à aucune irrégularité.

La justice genevoise a considéré que les sommes versées semble-t-il en faveur de hauts dignitaires angolais avaient servi à constituer des «fonds stratégiques secrets» dans le cadre d'une «mission d'ordre public». Rappelons que l'Angola a été plongé dans une guerre civile contre les rebelles de l'Unita pendant près de trente ans. La paix n'a été définitivement retrouvée que lorsque le chef historique de ce mouvement, Jonas Savimbi, est décédé en février 2002.

Pendant toutes ces années de guerre, le gouvernement légitime du pays avait fréquemment demandé aux compagnies pétrolières étrangères présentes sur son territoire de verser certaines sommes dues à l'Etat sur des comptes de celui-ci détenus en dehors de l'Angola. Il s'agissait pour le gouvernement d'assurer ainsi des «réserves de crise». Les épisodes judiciaires liés à l'affaire Falcone ont dans l'intervalle poussé le gouvernement angolais à tomber dans les bras des Américains pour l'exploration pétrolière, afin de quitter ceux des Français devenus bien peu respectueux de la souveraineté nationale de l'Etat dans leurs enquêtes financières. D'importantes sommes appartenant à l'Angola auraient alors quitté l'Europe pour d'autres places financières plus proches des Etats-Unis.

La Suisse aurait été épargnée, puisqu'il semble que des fonds conséquents sont encore déposés sur des comptes bancaires d'établissements helvétiques et notamment genevois au nom et pour le compte de l'Angola ou de la Sonangol, l'entreprise publique de commercialisation du pétrole angolais. Mais pour combien de temps encore?

En effet, alors que le gouvernement angolais commençait enfin à normaliser ses rapports avec l'Europe et la Suisse, une nouvelle affaire semble assombrir un ciel redevenu plus clément. Selon nos sources, la CFB aurait fait interdiction à la République d'Angola d'utiliser une partie de ses avoirs comme bon lui semble.

La CFB se serait même aventurée à mettre en doute le caractère démocratique de l'Etat angolais. Ce pays a pourtant instauré le multipartisme en 1991 et a connu ses premières élections libres en 1992. Il est surtout totalement absent de toutes les listes internationales des pays dits «non coopératifs» en matière de lutte contre le terrorisme et la criminalité économique.

Pour l'instant, les humeurs angolaises n'ont pas encore affecté les relations commerciales que ce pays entretient avec la Suisse. Le gouvernement angolais serait même en train de confirmer une importante commande de véhicules de déminage à RUAG Land System, une entreprise appartenant à la Confédération! On notera que ce matériel devrait être déployé et utilisé en Angola dans le cadre d'un important programme de déminage piloté par des institutions humanitaires.

Sent: Saturday, February 05, 2005 7:04 PM
Subject: cm-09.02.05

Comunicado de imprensa

A Comissão Permanente do Conselho de Ministros reuniu-se hoje, dia 9 de Fevereiro de 2005, no Palácio Presidencial, sob orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

A reunião aprovou a participação de Angola na criação de um Instituto de Formação em Gestão Macroeconómica e da Dívida para os países africanos de Língua Oficial Portuguesa.

O Centro de Formação terá como objectivo aumentar e melhorar a capacidade institucional e humana desses países, através de programas de formação e capacitação nos domínios da gestão macroeconómica, financeira e da dívida.

O Governo decidiu assumir o compromisso de acolher a sede da futura instituição propondo a sua localização na província da Huíla, onde já existem condições físicas para o efeito.

Neste sentido, terá lugar em Luanda uma reunião dos Ministros das Finanças, Planeamento e dos Governadores dos Bancos Centrais dos PALOP com o objectivo de se definir o estatuto e a denominação do instituto, bem como o critério de contribuição financeira de cada país membro.

A Comissão Permanente do Conselho de Ministros tomou conhecimento sobre o processo de implementação dos Projectos ANGONET, ADEN e SCHOOLNET que estão a ser coordenados pela Comissão Nacional das Tecnologias de Informação.

Os referidos projectos visam fortalecer estratégias de informação e comunicação nos domínios do desenvolvimento nacional, da construção da paz, da reconstrução, assistência humanitária, etc, através e uma maior capacitação os quadros nacionais.

A Comissão Permanente tomou conhecimento do relatório preliminar referente à execução do Projecto Aldeia Nova no Município do Waku Kungo tendo constatado alguns

constrangimentos que terão de ser ultrapassados a breve trecho. Neste sentido o Governo volta a proceder à análise referente à implementação do projecto, numa próxima sessão.

A Comissão Permanente foi informada sobre os preparativos atinentes à participação de Angola na EXPO 2005 a ter lugar no Japão.

O Governo tomou conhecimento dos danos materiais e humanos causados pelas quedas pluviométricas nas províncias de Benguela, Kwanza Norte e Kuando Kubango, bem como das medidas adoptadas pelo Governo nas referidas províncias para a reparação de tais danos.

A Comissão Permanente tomou igualmente conhecimento do acidente ocorrido ontem no Complexo Nossa Senhora do Monte, na Huíla no qual pereceram 20 pessoas e cerca de 80 ficaram feridas, tendo instruído o Governo provincial para além de decretar um período de luto local, a conceder apoio às famílias das vítimas no sentido de garantir a realização de funerais condignos e a socorrer os feridos.

O Governo decidiu render uma homenagem às vítimas do fatídico acidente e endereçar as mais sentidas condolências às respectivas famílias.

Luanda, a 09 de Fevereiro de 2005.

World Air Holdings Inc.

World Airways Signs 2005 Contract Extension With Sonair

1/26/05

Flights Link Texas and Angola with Nonstop Passenger Service

PEACHTREE CITY, Ga., Jan 26, 2005 /PRNewswire-FirstCall via COMTEX/ --

World Airways, a wholly owned subsidiary of World Air Holdings, Inc. ([Nasdaq](#): WLDA), has signed an agreement extending passenger service for a fifth year with Sonair Servicio Aereo, SARL, a subsidiary of Sonangol, the National Petroleum Company of the Federal Republic of Angola. Sonair Chairman and [Chief Executive Officer](#) Antonio dos Santos Domingos and World Airways President and Chief Executive Officer Randy

Martinez recently renewed the agreement, valued at more than \$29 million, in Luanda, Angola.

The "Houston Express," as the service is known, has grown to three round-trip flights per week. This unique service currently provides non-stop, round-trip passenger flights between Houston, Texas and Luanda, Angola. The service is the result of a collaborative effort between Sonair and the United States Africa Energy Association (USAEA). The flights, operated by World Airways on their behalf, provide exclusive and highly desirable nonstop travel for USAEA members.

Utilizing a specially configured MD-11 aircraft with 12 first class, 78 business, and 23 super economy seats, the Houston Express provides the ultimate in passenger comfort. The newly added first class cabin features sleeper seats that recline flat, with cabin appointments and amenities rivaling international first class service offered anywhere.

"The overwhelming acceptance of this service has resulted in the third round-trip flight between Houston and Luanda," Martinez said. "This additional frequency provides the USAEA corporate members with an even more flexible and reliable flight schedule."

World Airways, a wholly owned subsidiary of World Air Holdings, Inc., is a U.S.-certificated air carrier providing customized transportation services for major international passenger and cargo carriers, the United States military, and international leisure tour operators. Founded in 1948, World operates a fleet of 16 wide-body aircraft to meet the specialized needs of its customers. For information, visit <http://www.worldairways.com>.

Presidente da UNITA considera funcional actual quadro constitucional do país

Luanda, 31/01 - O presidente da UNITA, Isaias Samakuva, considerou hoje, em Luanda, que as normas constitucionais vigentes em Angola oferecem as condições

institucionais democráticas necessárias para regular o funcionamento dos órgãos de governação, os direitos individuais e os processos eleitorais.

Esta consideração consta numa das "10 teses para a construção de democracia em Angola", apresentadas em conferência de imprensa numa das unidades hoteleiras de Luanda, como contribuição da UNITA ao processo de democratização do país, segundo o líder da maior força da oposição em Angola.

"Angola não se encontra num vazio normativo quanto a normas constitucionais", referiu o presidente da UNITA, ao mesmo tempo que defendeu uma agenda de alternância para o país.

Segundo afirmou, as lideranças políticas da Nação assumiram, perante o povo e a comunidade internacional, o compromisso sagrado com a democracia representativa, o Estado de direito, o respeito aos direitos individuais e a soberania popular.

Contudo, reconhece que as condições sociais, políticas, culturais, económicas e militares reinantes em 1992, altura da realização das eleições gerais no país, inviabilizaram a imediata instauração de uma democracia plena em Angola.

"Em consequência, as lideranças políticas do país legitimaram, por sua anuência, um processo de construção da democracia e de retorno à normalidade democrática, no mais breve espaço de tempo possível, que iniciou com a implementação do Protocolo de Lusaka, a instalação do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional e o pleno funcionamento da Assembleia Nacional", recordou ainda.

Isaías Samakuva sublinhou que os recentes pronunciamentos do presidente da República, José Eduardo dos Santos, sobre as eleições, representam uma chamada aos partidos políticos para o encaminhamento da efectiva realização desse acto de cidadania.

Para si, cabe agora às lideranças políticas e sociais do país discutir as propostas apresentadas pelo chefe de Estado, assim como as que vierem a ser feitas, com vista a

alcançar um acordo sobre as datas e consensos operacionais a cerca das regras eleitorais que permitam a efectiva realização de eleições livres e imparciais.

"Chegou a hora de Angola saldar o seu compromisso com a democracia na sua plenitude, sem as adjectivações que a deformam", disse o líder da UNITA, para quem a modernização, desenvolvimento e democracia são os desafios e as credenciais para a cidadania no século XXI, e as exigências para participar como membros activos do mundo globalizado.

"Esta mensagem é uma contribuição que a UNITA dá para o processo democrático tão importante para o país, numa fase em que se está a debater as regras que vão gerir o acto eleitoral", sublinhou, chamando a atenção da sociedade para tomar todas as precauções necessárias para evitarem-se erros que possam perigar o processo.

A conferência de imprensa foi assistida por militantes da UNITA, representantes do corpo diplomático, individualidades políticas e docentes.

Samakuva to run in 2006 polls

February 01 2005 at 07:58PM

Luanda - Unita opposition leader Isaias Samakuva has announced plans to run for the presidency in Angola's first post-war election in 2006, a statement said on Tuesday.

Samakuva, who has led the National Union for the Total Independence of Angola (Unita) since July 2003, outlined a 10-point program for his party during an address late on Monday.

"Our party has decided that the president of the party will be the candidate for the presidential election," said Samakuva, according to the statement.

Samakuva took over the former rebel group, now Angola's main opposition party, from Paulo Lukamba "Gato" who had been the leader of the movement since the death of long-time leader Jonas Savimbi in February 2002.

Adastra Sues Over Delays in Angola

[Business Day](#) (Johannesburg)

February 3, 2005

Posted to the web February 3, 2005

John Fraser

Johannesburg

LONDON-based junior miner Adastra Minerals said this week it was taking legal action against Angola's state-owned diamond mining company, alleging that its Angolan partner had frustrated the progress of its Cuango diamond project.

The move is meant to advance the diamond project, so that Adastra can make progress in mining diamonds.

Adastra CE Tim Read said this week that since September, the company had sought a negotiated solution with the Angolans "through senior diplomatic representations" hoping to avoid litigation.

"This has yet to produce any tangible results, which leaves (Adastra) with no choice but to seek legal redress," the Adastra CE said this week.

There are two licences for diamond mining that Adastra hoped to exercise in a joint venture with Angola's stateowned diamond mining company Endiama.

In another development, Adastra said it was making good progress with a copper and cobalt project in the Democratic Republic of Congo.

The Kolwezi project is at feasibility study stage, with the work expected to be completed by the middle of this year.

SA's Industrial Development Corporation and the World Bank's International Finance Corporation are backing the project, with each of them expected to acquire stakes of 10%.

Adastra is also advancing a zinc and copper project at Kipushi in Congo, likely to be developed with SA's Kumba Resources. Negotiations have been continuing with potential buyers of Adastra's production with the company hoping to start production late in 2007.

Read said Adastra, which is listed in London and in Canada, had changed its shareholding, so it was now largely owned by European financial institutions.

In August the company awarded the contract for conducting the feasibility study on its Kolwesi project to a joint venture.

Governo autoriza constituição de associação em participação

Luanda, 07/02 - O Conselho de Ministros autoriza a constituição da Associação em Participação entre a Endiama-EP, a Rosa & Pétales, Sarl e a Sunland Mining Company, Lta e aprova o contrato de prospecção, pesquisa e reconhecimento de diamantes entre elas.

Num decreto executivo inserido no Diário da República 1ª série número 1 de 3 de Janeiro do ano em curso, são concedidos à Endiama-EP os direitos mineiros de prospecção, pesquisa e reconhecimento na área definida no respectivo contrato.

O texto do acordo refere que a Associação em Participação existirá sob a forma de participação não societária de interesses, sem personalidade jurídica não constituindo um Contrato de sociedade comercial ou civil nem uma conta em participação.

Quaisquer actos que produzam efeitos jurídicos, nomeadamente contratos, deverão ser assinados por todas as partes sendo que, as obrigações decorrentes desses actos assumem a natureza de obrigações conjuntas, excepto quando de outro modo for previsto no presente contrato ou acordado pelas partes.

De acordo com o teor do documento, as quotas de participação das Associadas para a fase de exploração, caso venha a ter lugar, serão fixadas no respectivo contrato, sendo garantido que deverão ser iguais a 35 por cento para a Endiama, 33 para a Sundland e 32 por cento para a Rosas & Pétalas.

Os bens adquiridos por uma das Associadas e afectos à Associação permanecerão na propriedade exclusiva da Associada que os adquiriu, com todos os efeitos legais daí advindos, até à sua completa amortização, o que será objecto de definição e regulamentação pelo Conselho de Associados.

Os direitos mineiros inerentes à Licença de Prospeção previsto no artigo 6º da lei nº 1/92, de 17 de Janeiro e na Lei nº 16/94, de 7 de Outubro, consideram-se exercidos pela Associação em Participação após aprovação deste contrato pelo Governo.

A Licença de Prospeção, esclarece o texto, não é alienável, transmissível ou negociável, salvo prévia autorização do Conselho de Ministros.

Cotação Indicativa de Câmbios

Luanda, 02/02 - O dólar americano está hoje cotado, no Banco Nacional de Angola (BNA), a 86,91303 Kz (compra) e a 87,34760 Kz (venda).

No mercado informal ou paralelo, o dólar americano está cotado 84,00000 kz (compra) e a 89,00000 KZ (venda).

Angola uses brutal tactics in Cabinda - rights group

Tue February 1, 2005 4:31 PM GMT+02:00

By Zoe Eisenstein

LUANDA (Reuters) - Angola's army continues to detain, torture and kill civilians in an effort to control oil-rich Cabinda province where a decades-old independence movement has widespread support, a rights group said on Tuesday.

"We're talking about killings, mainly by the armed forces but also by the police. We're talking about women and children being raped, we're talking about putting people in

jail only because they are from Cabinda," Raul Danda, spokesman for the Mpalabanda rights organisation, told Reuters.

The report detailing what the Cabindan group said was a series of army abuses since September 2003 followed a weekend pro-independence demonstration attended by thousands. It was the first of its kind ever allowed by the government in the province and passed off without incident.

Cabinda accounts for about half of Angola's oil production and is sandwiched between the two Congos on Africa's west coast. It does not share a border with Angola, which is itself recovering from a 27-year civil war.

Danda said Angolan forces have employed brutal methods to control of the region, where the separatist Front for the Liberation of the Enclave of Cabinda (FLEC) has been fighting for independence since 1963 with support from the civilian population.

The government was not immediately available to comment on the Mpalabanda report but the ruling Popular Movement for the Liberation of Angola (MPLA) has in the past said it would investigate similar allegations if presented with solid evidence.

The group's report was released to coincide with the anniversary of an 1885 treaty which made Cabinda a Portuguese protectorate, a status it held until it was incorporated into Angola in 1956.

"The fact that these abuses are still going on shows that the situation in Cabinda has not improved. I couldn't say that things are getting worse but they're certainly not getting better," Danda said.

Danda said continued support for Cabinda's independence was demonstrated on Sunday when thousands of people took part in a march to commemorate the treaty, the biggest demonstration organised by Cabindans in its decades long conflict.

The event was held with a low-level police presence, Danda said.

Human Rights Watch (HRW) which alleged similar abuses in a report in December said a large number of Angolan troops remain in the region despite FLEC's virtual military defeat.

Military and police authorities have failed to investigate or prosecute abuses, the HRW report said, sometimes simply transferring alleged perpetrators, either elsewhere in Cabinda or outside the province.

Kuando Kubango: Iniciou-se seminário sobre Orçamento Geral do Estado

Menongue, 02/02 - Um seminário sobre as instruções de execução do Orçamento Geral do Estado, OGE/2005, iniciou-se hoje na cidade de Menongue, província do Cuando Kubango, sob orientação do delegado provincial das Finanças, Manuel Miguel.

De acordo com o responsável, os participantes ao seminário estão a receber instruções de execução de modelos diferentes de prestação de contas, pedidos de reforço, ordens de saque e do preenchimento de livro de execução orçamental.

Em Janeiro do ano em curso, o governo provincial recebeu do tesouro nacional um montante estimado em 314 milhões de Kwanzas para despesas de bens e serviços.

Manuel Miguel adiantou que este ano a justificação da gestão financeira será feita com base na apresentação das facturas ou outros comprovativos.

Participam no seminário delegados, directores provinciais, administradores municipais, chefes de departamentos, chefes de secções provinciais e dos representantes do tribunal local, Banco de Fomento Angola (BFA) e da Polícia Nacional.

Na abertura, o governador provincial, João Baptista Tchindandi, exortou os gestores, em especial os administradores municipais, a prestarem maior atenção a gestão e

prestação de contas do orçamento a ser atribuído.

O responsável apontou a existência de lacunas e dificuldades na prestação de contas por parte dos gestores, através dos relatórios de balanço que chegam atrasados ou com muitas lacunas.

Em 2005, notou, o executivo provincial vai ser rigoroso na fiscalização da gestão orçamento anual. Quanto aos valores a serem atribuídos as administrações municipais, João Baptista Tchindandi disse que os seus gestores deverão apresentar ao governo provincial programas de actividades a serem implementados, para uma melhor fiscalização por parte do executivo.

050207-12Boeing da Taag arrestado em Joanesburgo **Círculos angolanos defendem retaliação**

O recente arrestamento de um Boeing da Taag determinado pelas autoridades judiciais sul-africanas é uma novela que não encerrou, apesar da liberação da aeronave já ter acontecido. Segundo apurou o Semanário Angolense, diante da ideia generalizada de que o tribunal sul-africano que ordenou o arrestamento incorreu num claro abuso de direito em virtude de haver uma enorme desproporção entre os valores da dívida reclamada e do avião, influentes sectores angolanos já admitem a possibilidade de retaliação, e estarão mesmo já a tomar providências nesse sentido, devido ao que consideram ter sido «um acto manifestamente inamistoso». «Estão reunidos todos os ingredientes para novo recrudesimento das tensões que sempre existiram nas relações entre Angola e a África do Sul, mesmo depois do fim do regime de apartheid», disse a fonte que tem acompanhado este assunto.

Olhando para o histórico das conturbadas relações entre Angola e a África do Sul, desde os tempos do regime de apartheid, não se afigura difícil descortinar aspectos a que os angolanos se agarrem para executar uma acção retaliadora. Na verdade, abundam os motivos, a começar pelos imensos danos materiais provocados pela agressão militar sul-africana a Angola, até hoje não saldados por «bondade» do governo angolano que desistiu de um processo nesse sentido que havia accionado junto a instâncias internacionais.

A destruição da fábrica Madeiras da Huíla num ataque aéreo sul-africano na década de oitenta, um caso que na altura foi bastante mediatizado, constitui um exemplo do que se poderia esgrimir para efeitos de retaliação. Bastaria, para tanto, que um cidadão se reclamasse proprietário da fábrica destruída e solicitasse uma providência cautelar para o tribunal dar provimento à solicitação e, na sequência, ordenar o arrestamento de um qualquer bem sul-africano no nosso país. O que não falta em Angola são bens de particulares da África do Sul ou do seu Estado.

Os próximos dias tratarão de determinar se o forte desejo de vingança manifestado pelos círculos angolanos que viram no arrestamento do Boeing da Taag em Joanesburgo «um deliberado acto de humilhação do Estado angolano» será ou não concretizado. Certo, contudo, é que com ou sem retaliação, este episódio reabre feridas mal cicatrizadas no

relacionamento entre ambos os países, marcado por episódios de puro cinismo e hipocrisia.

Um potencial aliado da retaliação

Dar o troco aos sul-africanos passa pelos «humores» de JES

Os círculos angolanos que encaram seriamente a possibilidade de uma retaliação contra a África do Sul não descurarão uma peça particular existente no tabuleiro das relações entre os dois países: o próprio Presidente angolano. O facto de José Eduardo dos Santos sempre se ter mostrado recalcitrante a grandes aberturas com a África do Sul pode fazer dele um potencial aliado daqueles que entendem ser necessário lavar a honra, dando o troco aos sul-africanos.

Está visto que isso dependerá em grande medida dos «humores» do Presidente angolano, mas a verdade é que José Eduardo dos Santos nunca precisou de muito para ver os sul-africanos pelo canto do olho. Ele já ferveu com muito pouca água, pelo que esta provocação dos sul-africanos terá sido devidamente anotada.

Aliás, é exactamente a partir do cimo que as rivalidades entre os dois países começam. José Eduardo dos Santos nunca disfarçou muito bem a pouca empatia que lhe merece o seu homólogo sul-africano, Tabu Mbeki. Pode não ser forçado de todo presumir que as rivalidades de Estado estejam a ganhar reminiscências de foro pessoal. O Presidente angolano tem evitado o mais que lhe é possível marcar presença nos certames da região e ou do continente africano em que se possa avistar com Mbeki.

Coincidentemente ou não, José Eduardo dos Santos preferiu fazer-se representar por um enviado na cerimónia de tomada de posse de Tabu Mbeki, após as últimas eleições sul-africanas. Decorreu há bem pouco tempo em Abuja um importante certame dedicado à problemática do desenvolvimento de África que reuniu a nata dos estadistas do continente mas, uma vez mais, entre estes não figurava o Presidente angolano.

Percebe-se em parte porquê. José Eduardo dos Santos está entre os dirigentes angolanos que viram Agostinho Neto, o primeiro Presidente do país, definir o apoio à luta dos negros sul-africanos contra o antigo regime segregacionista como um objectivo importante do Estado angolano. E foi já na condição de Presidente angolano que viu o Anc assumir o poder numa nova África do Sul, sem contudo o seu Governo ter pugnado, com actos e discursos, por um reconhecimento mais explícito do apoio decisivo que Angola deu à luta pela emancipação dos negros sul-africanos.

Há muito, porém, que estas rivalidades resvalaram para os interesses mais gerais de política externa e diplomacia dos dois Estados mais importantes da região austral de África. A Sadc ressent-se do facto. Mas não apenas. Noutros palcos fora do quadro regional as tensões também estão presentes. Apesar das tentativas de Tony Msimanga, embaixador sul-africano em Luanda, para fazer crer que não, a verdade é que a África do Sul se opôs à eleição de Angola para um mandato como membro não-permanente do Conselho de Seguranças das Nações Unidas, cumprido de 2003 a 2004. É esta panóplia de rivalidades que o incidente do Boeing 747 ameaça trazer ao de cima.

ANGOLA: Luanda likely to fair badly at an African peer review, says analyst

02 Feb 2005 19:11:12 GMT

Source: IRIN

LUANDA, 2 February (IRIN) - If Angola were subject to a peer review today, it would perform badly on a number of counts, particularly its non-existent electoral preparations and

dismal social standards, according to a New Partnership for Africa's Development (NEPAD) analyst.

"While all countries are not expected to reach the same base-level of review ... Angola would fare very poorly on the political governance scale, and on the economic management scale, and probably abysmally in terms of social and economic delivery and poverty alleviation issues," said Ayesha Kajee, speaking on the sidelines of a recent NEPAD workshop in the capital, Luanda.

Angola languishes at the bottom of almost every social development ranking. Figures from the UN Children's Fund (UNICEF) show that one child in four is likely to die before their fifth birthday, life expectancy is 40 years, around half the population has no access to clean, safe drinking water, and almost 50 percent of Angola's children do not attend school.

Preparing for Angola's elections is a key, near-term priority, according to Kajee, a NEPAD seminar manager and researcher, who is also involved in a governance project at the Johannesburg-based South African Institute of International Affairs.

The current dallying over planning for a national ballot, which the government has said will take place in 2006, not only risked damaging Angola's standing in the peer review process, but could also embarrass the whole region.

"It [Angola's ruling MPLA party] may think that this is one way to control the outcome of elections - if you don't prepare well in advance - but I believe it could well backfire," Kajee told IRIN. "If this election next year is not seen to have been well prepared for, or free and fair, it would reflect on Angola's, and even the region's, lack of political will to participate in the democratic process," she cautioned.

Angola is not due to be reviewed until late next year, or even early 2007, by the African Peer Review Mechanism - a process in which countries are voluntarily assessed by teams of African experts on issues ranging from political and economic governance to social development.

Kajee, who met informally with some Angolan parliamentarians, urged them to take the opportunity to earn plaudits by readying for and conducting the national poll in a democratic manner.

"If Angola wants to be taken seriously with regard to peer review and the level of governance in the country, parliamentarians will need to consider elections very carefully, because it would be one of the crucial issues which Angola - in its post-war, transitional-economy stage - would be judged on," she commented.

Angola appeared to be "very unprepared" for elections, and was falling well short of Southern African Development Community standards, raising fears that the ballot - the first to be held in the southwest African country in more than a decade - could fall beyond 2006.

"Certainly, delays could result; and delays, particularly in the first election coming out of a civil conflict, can be dangerous. They can lead to dissatisfaction, specifically on the part of groups in opposition and other political players," she pointed out.

After Angola's last general election in 1992, the then rebel group and now opposition party, UNITA, refuted the results and resumed its war against the government. The brutal civil conflict finally ended in April 2002 and most observers believe peace is sustainable.

However, Kajee warned that any form of political uncertainty could harm investment in the country, and be particularly damaging as Angola seeks to diversify its economy away from oil and diamonds.

"Despite the fact that Angola has commodities that are of huge value on the international market, companies do not want to invest infrastructure, capital or resources in a situation that is likely to revert to conflict, or that is likely to be anything but politically stable and conducive to business," she noted.

The vast majority of Angola's 13 million people still live in dire poverty, despite the country being sub-Saharan Africa's second largest oil producer.

PR andava bastante desapontado

Com Chivas e Manuel Augusto «não havia» Comunicação Social

José P. Moraes é o próximo mais próximo

Um forte desapontamento com o mau desempenho de Hendrick Vaal Neto e Manuel Augusto foi o que levou o Presidente da República a decidir-se pela exoneração de ambos dos cargos de ministro e vice-ministro da Comunicação Social. Factos tais como a nova Lei de Imprensa andar a marcar passo há muito tempo e a persistência de um relacionamento sofrível com a imprensa privada, além de outros motivos, entornaram o caldo.

Fonte familiarizada com este dossier disse que ao longo do seu consulado Vaal Neto, o «Chivas» ou «Vilarinho» nunca conseguiu justificar a existência do Ministério da Comunicação Social. Manuel Augusto, que foi colocado ao pé de Vaal Neto exactamente para que procurasse fazer o papel de «bombeiro», minimizando as suas insuficiências, acabou por não dar conta do recado. Continua sem se saber ao certo qual será o destino de ambos.

Entretanto, quanto às mudanças que deverão suceder proximamente na Rádio Nacional de Angola e na ANGOP em função da ascensão de Manuel Rabelais e de Miguel de Carvalho «Wadijimbi», novos ministro e vice-ministro da Comunicação Social, na realidade, só mesmo em relação ao último a substituição é um dado adquirido. O Semanário Angolense (SA) apurou que na estação emissora, pelo menos, as mexidas não vão acontecer tão cedo. Rabelais acumulará, por tempo indeterminado, o cargo de ministro com o de director da Rádio Nacional.

A decisão é do próprio Presidente da República e foi motivada pelo facto de terem chegado ao seu conhecimento as lutas de galos que estão acontecer entre os candidatos ao cargo de director. Trata-se de um clima de disputa de tal modo acirrado que poderia desestabilizar e minar internamente a Rádio Nacional de Angola. Respeitado, apesar de tudo, por todos os que aspiram ocupar a sua cadeira, Manuel Rabelais sempre procurou conter em níveis aceitáveis essas lutas intestinas, daí que se entenda ser ele a pessoa indicada para travar a «guerra» que vai na Rádio.

Em relação a remodelações no Governo, é dado adquirido que o Presidente da República não se ficará pelas que acaba de efectuar. Os próximos serão o ministro das Finanças, José Pedro de Moraes, que pode ser substituído pelo governador do BNA, Amadeu Maurício. Contudo, Pedro de Moraes permanecerá no Governo, saltando para o lugar de Higino Carneiro no Ministério das Obras Públicas. Higino deverá seguir para o governo de uma província.

Jogou em desfavor de José Pedro de Moraes o papel que teve na golpada que Toninho Van-Dúnem tentou dar aos dois biliões de dólares emprestados pelo governo chinês. Não foi suficiente para o ilibar a audiência que o ainda ministro das Finanças teve com o Presidente da República. As suas explicações não convenceram José Eduardo dos Santos.

A dívida pública é outro dossier que serviu para agravar a já difícil situação de José Pedro Moraes. Consta, todavia, que a gota de água foi um comentário da sua mulher que chegou ao conhecimento do Presidente.

«Se o meu marido for exonerado, desta vez já ninguém nos apanhará desprevenidos», terá dito a senhora. Isso foi entendido que, depois da sua exoneração de ministro do Planeamento, cargo que havia exercido há uns anos, José Pedro de Moraes estava

disposto a não sair de um novo ministério sem antes «organizar-se» como manda a lei dos vivos neste país.

Na lista de «despedimentos» constam, ainda, os ministros da Educação e da Energia e Águas. António Burity da Silva e José Botelho de Vasconcelos devem ser afastados do Governo ainda no decurso deste mês.

Kizomba B TLP Arrives in Luanda

Sonangol Thursday, February 03, 2005

Sonangol and Esso Exploration Angola (Block 15) Limited announced the arrival the Kizomba B Tension Leg Platform (TLP) in Luanda, Angola. The development costs for Kizomba B project are approximately US \$3.4 billion. Kizomba B is located in Block 15 offshore Angola.

The TLP will serve as center of the operations for the Kizomba Field which is located approximately 350 kilometers northwest of Luanda. The platform will be towed to location within the next few weeks and drilling operations are expected to start during the first quarter of the year. The platform weighs 30,000 metric tons and stands at 133 meters high with accommodations for 100 persons.

It is estimated that the field contains one billion barrels of oil and peak production is expected at 250,000 barrels per day. The field is expected to begin production during the second quarter of 2005.

To date, Sonangol and Esso have made 17 discoveries in Block 15. First production from Block 15 began in November 2003 when Xikomba came onstream. Currently output from Block 15 is approximately 300,000 bpd. Block 15 represents a world class development project and has a predicted potential of approximately 4.5 barrels of oil equivalent.

Esso Exploration Angola, a subsidiary of Exxon Mobil Corp., has a 40 percent stake in the Kizomba B field. Other stakeholders are BP Exploration (Angola) with 26.67 percent, Agip Angola Exploration with 20 percent, and Sonangol, which owns 13.33 percent.

Plataforma de perfuração do bloco 15 já se encontra em Luanda

Luanda, 02/02 - A plataforma petrolífera do tipo "Tension Leg" (TLP), componente chave do projecto de desenvolvimento Kizomba B, avaliado em três biliões e 400 milhões de dólares norte-americanos, encontra-se já na capital do país desde a manhã de terça-feira.

Segundo uma nota conjunta da Sonangol e da Esso Exploration Angola Limited (Esso), uma subsidiária da Exxon Mobil Corporation, que a ANGOP teve acesso nesta segunda-feira, a plataforma destina-se à perfuração no Bloco 15, zona marítima angolana situada a 350 quilómetros a noroeste de Luanda

A TLP permanecerá na baía de Luanda durante duas semanas para ser descarregada e rebocada até ao Bloco 15, onde servirá como centro das operações de perfuração do Kizomba B, a mil metros de profundidade.

As operações de perfuração têm o início previsto para o primeiro trimestre deste ano, como parte do desenvolvimento dos reservatórios com alto potencial do Kissanje e Dikanza.

A TLP chegou a Luanda num navio especial de içamento de cargas pesadas a partir de Okpo, Coreia do Sul, onde foi submetida às ligações finais. Tem um peso total de cerca de 30 mil toneladas métricas e uma altura aproximada de 133 metros.

Além das instalações de perfuração, a TLP possui camarotes de alojamento para cerca de 100 trabalhadores.

A Sonangol e a Esso fizeram um anúncio semelhante sobre a chegada da TLP do projecto de desenvolvimento do Kizomba A, em Setembro de 2003. O projecto Kizomba B, de nível mundial, beneficiou da concepção de engenharia utilizada na construção do Kizomba A, que iniciou a produção em Agosto de 2004.

O Kizomba B possui recursos de hidrocarbonetos recuperáveis de aproximadamente um bilião de barris equivalentes de petróleo e uma meta de produção máxima de 250 mil barris por dia.

Os subcontratos para o Kizomba B foram adjudicados a empresas angolanas, no sentido de prestarem serviços de fabricação, logística entre outros. O projecto gerou oportunidades substanciais na educação, formação e desenvolvimento para os

angolanos.

A primeira produção de petróleo do Kizomba B está prevista para o segundo trimestre de 2005.

A Esso e a Sonangol já tinham anunciado várias descobertas no Bloco 15, designadamente, Hungo, Marimba e Dikanza, em 1998, Chocalho e Xicomba, em 1999, Mondo, Saxi e Batuque, em 2000, Mbulumbumba, e Vicango e Mavacola, em 2001, Reco-Reco, em 2002, Clochas, Cacocho e Tchihumba, em 2003, e Bavuca, em 2004.

A primeira produção do Bloco 15 surgiu com o arranque do projecto de desenvolvimento Xicomba em Novembro de 2003. A actual produção de petróleo total do Bloco 15 é de aproximadamente 300 mil barris por dia.

O mesmo representa um projecto de desenvolvimento de classe mundial e tem um potencial de recuperação de cerca de 4, 5 biliões de barris equivalentes de petróleo (bruto).

Tendo como concessionaria a Sonangol, o bloco 15 tem como empresas accionistas a Esso como operador com 40 por cento, a BP Exploration (Angola) Limited 26,67, Eni Angola Exploration 20, e a Statoil Angola Block 15AS 13,33 por cento.

Chegada à Luanda da Plataforma petrolífera Tension Leg domina a semana

Luanda, 05/02 - A chegada à Luanda da plataforma petrolífera do tipo "Tension Leg" (TLP), componente chave do projecto de desenvolvimento Kizomba B, avaliado em três biliões e 400 milhões de dólares norte-americanos, constituiu o destaque do noticiário económico da semana que hoje termina.

A plataforma destina-se à perfuração no Bloco 15, zona marítima angolana situada a 350 quilómetros a noroeste de Luanda, e permanecerá na baía de Luanda durante duas semanas para ser descarregada e rebocada até ao Bloco 15, onde servirá como centro das operações de perfuração do Kizomba B, a mil metros de profundidade.

A TLP chegou à Luanda num navio especial de içamento de cargas pesadas a partir de Okpo, Coreia do Sul, onde foi submetida às ligações finais. Tem um peso total de cerca de 30 mil toneladas métricas e uma altura aproximada de 133 metros.

Ainda nesse domínio, a ChevronTexaco, principal operadora de ramais na Costa Marítima de Cabinda, confirmou segunda-feira, durante um Workshop, que derramou no mar de Cabinda 3,4 barris de petróleo bruto durante o ano de 2004.

A empresa esclareceu, a propósito, que 1999 foi ano em que a companhia mais derrames registou, sublinhando que durante estes anos tem sabido corresponder com os padrões seguidos por outras empresas petrolíferas, em termos de segurança de saúde, ambiente de fiabilidade e eficiência.

Durante o presente ano, a ChevronTexaco vai criar no campo de operações do Malongo um aterro sanitário revestido de cerca de cinco milhões de dólares, onde os detritos passarão a ser depositados sem ferir o meio ambiente.

No sector bancário, o Banco Sol anunciou que cerca de vinte e uma mil pessoas serão beneficiadas, este ano, com a disponibilização de cinco milhões de dólares norte-americanos, no âmbito do seu programa de micro-crédito que visa abranger as províncias de Luanda, Bengo, Bié, Malanje, Huíla e Benguela.

Em declarações à Angop, o responsável para a área de micro-crédito daquela instituição, Gil Benchimol, afirmou que o referido montante é resultado da melhoria da taxa de reembolso e da estrutura de organização das comunidades.

Em 2003, o Banco Sol concedeu um micro-crédito bancário de USD 583 mil 718,64 para cinco mil 435 beneficiários. Em 2004, o valor aumentou para um milhão e 57 mil, com uma taxa de reembolso de 95,8 por cento, contra a taxa de 86,36 (do ano 2003) e ultrapassou a cifra 10 mil beneficiários.

Em 2004 o banco trabalhou com cinco províncias, designadamente, Luanda, Bengo,

Bié, Malanje e Huíla, em três áreas específicas: micro-crédito rural (agricultura), micro-crédito para grupos solidários (comércio) e micro-crédito para micro-empresários (indústria).

Durante os últimos sete dias foi ainda noticiado que o Entrepasto Aduaneiro começou a abastecer os seus armazéns com mil e 200 toneladas de arroz e grandes quantidades de óleo de cozinha, em 25 contentores de 40 pés, produtos cuja chegada ao país estava prevista para 16 deste mês.

Além desses produtos, o Entrepasto aguarda ainda pela chegada, dentre outras mercadorias, de leite condensado, sabão, feijão e açúcar para reforçar o abastecimento e a distribuição de bens de consumo básico às populações, informou à Angop o Administrador da empresa, Mário Alburquerque.

Segundo a fonte, as mercadorias que hoje começaram a ser descarregadas dos navios no Porto de Luanda correspondem à gestão anterior do Entrepasto Aduaneiro, portanto perspectiva-se mais importações com o actual primeiro Conselho de Administração, empossado no dia seis de Janeiro do ano em curso.

A nível dos transportes, foi anunciado o aumento do preço do bilhete de passagem dos autocarros de transporte público de 25 para 30 Kwanzas.

O chefe de Departamento do Gabinete de Preços e Concorrência do Minfin, Kinanvuidi Kiaku, disse à Angop que a decisão foi tomada após consenso entre representantes dos ministérios das Finanças e dos Transportes e das operadoras de transportes públicos.

No primeiro trimestre de 2004, o Governo havia aumentado a corrida dos transportes público de 15 para 25 Kwanzas, devido ao reajuste do preço dos combustíveis.

No plano da defesa do consumidor, revelou-se que a falta de garantia de assistência técnica pós-venda de equipamentos, de qualidade de bens e serviços, a não reparação dos danos e prejuízos causados por maus serviços prestados, bem como a venda de

produtos deteriorados integram a lista das mais frequentes violações aos direitos dos consumidores angolanos.

Esses factores foram apontados pelo director geral do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC), Assunção Pereira. A fonte defende a regulamentação urgente sobre a assistência técnica de bens ou equipamentos pos-venda e afirma que os consumidores devem ser mais exigentes.

De todo modo, Assunção Pereira disse que estão a ser criados diplomas que visam a protecção dos interesses e da defesa do consumidor, dentre eles, o documento sobre a higiene dos alimentos e de conduta dos alimentos no país.

A respeito, disse haver muitos problemas concernentes a falta de condições específicas do controlo da qualidade alimentar no sector da industria e comércio, devido o desconhecimento das pessoas sobre as regras para produzir alimentos.

Malanje: Governo pede apoio da Sonangol na recuperação de estradas da província

Malanje, 05/02 - O governador provincial de Malanje, Cristóvão da Cunha, pediu hoje, nesta cidade, o apoio da Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol), na recuperação das estradas do casco urbano e dos troços que ligam outras regiões, por formas a permitir inclusive melhor transportação e distribuições dos produtos da Sonangol e o consequente desenvolvimento da província.

O dirigente manifestou este apelo, na cerimónia de encerramento da Reunião Nacional do Conselho da Administração da Sonangol, decorrido de 2 a 5 deste mês, acrescentando que a contribuição é necessária, porque permitirá o melhoramento do sector económico da região e do país em geral.

Cristóvão da Cunha precisou por outro lado, não ser da responsabilidade da Sonangol intervir na reabilitação das estradas, mas na qualidade de ser uma empresa produtora,

e que participa dos encontros de consertação do país, pode levar a preocupação aos órgãos centrais de administração nacional.

Exortou ao presidente do conselho de administração da sonangol, Manuel Vicente, no sentido de compartilhar com o governo da província, usando das suas influências, por formas a que em conjunto se faça chegar a necessidade de reabilitação das estradas.

"Alcançada a paz, urge a necessidade de pôr em funcionamento as máquinas, a transportação de combustíveis e não só, mas para tal é necessário que as estradas estejam em condições", realçou o governante.

Precisou ainda que os recursos financeiros alocados para a província, são esgotáveis, razão pela qual, há necessidade de se diversificar as suas acções e encontrar outras fontes de financiamento algumas despesas do governo que dirige.

Em resposta ao assunto, Manuel Vicente, presidente do conselho de administração da Sonangol, disse que como parte integrante da sociedade, a sua empresa vai dialogar com o governo central, para em conjunto encontrar os mecanismos de solução dos problemas das estradas de Malanje.

Senador brasileiro já deixou Luanda

Luanda, 03/02 - O Senador do estado do Rio de Janeiro (Brasil) Marcelo Crivela, deixou há instantes a capital angolana, depois de ter feito a entrega de uma missiva do presidente brasileiro, Luís Inácio Lula da Silva, ao seu homologado angolano, José Eduardo dos Santos.

A mensagem serviu de convite ao presidente angolano a visitar oficialmente o Brasil.

Durante a audiência, o senador brasileiro e o estadista angolano abordaram igualmente aspectos ligados ao trabalho da Igreja Universal em Angola, de que é o

principal responsável.

O senador, que é também bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, veio de Maputo, Moçambique, onde assistiu, na quarta-feira, a investidura do presidente eleito, Armando Guebuza.

Ministério dos Petróleos regula procedimentos sobre gestão de desperdícios

Luanda, 04/02 - Um decreto assinado pelo titular do Ministério dos Petróleos, Desidério Costa e promulgado no Diário da República I série número dois, de cinco de Janeiro do ano em curso, aprova o regulamento dos procedimentos sobre a gestão, remoção e depósito de desperdícios.

O referido regulamento tem por objecto o

estabelecimento de regras e procedimentos sobre a gestão, remoção e depósito de desperdícios, a serem implementadas pelo operador e as outras empresas petrolíferas com vista a assegurar a prevenção ou minimização de danos à saúde das pessoas e ao ambiente.

O decreto refere que os intervenientes devem elaborar e manter actualizado um plano de gestão onde deve figurar a classificação dos desperdícios feita com base em análises de risco, considerações sobre todas as actividades que geram quantidades significativas desta matéria, a forma de controlo de desperdícios e os

programas de manutenção de quaisquer equipamentos utilizados no seu manuseamento, tratamento e depósito.

O plano de gestão, nota o documento, pode abranger os desperdícios gerados em áreas geográficas diferentes que forem geridos do mesmo modo, ao mesmo tempo que deve conter um calendário para a sua implementação e ser submetido à aprovação do Ministério dos Petróleos, seis meses antes do início das actividades geradoras.

O operador e as outras empresas petrolíferas que já tenham entregue o seu

plano, como determina o artigo 9º do decreto número 39/00 de 10 de Outubro, devem proceder à sua actualização, conforme orienta o número um deste decreto, no prazo de 180 dias, após a entrada em vigor do presente regulamento.

Inaugurada Caixa de Segurança Social das Forças Armadas

Luanda, 05/02 - As instalações da Caixa de Segurança Social das Forças Armadas (CSS/FAA), uma instituição habilitada para atender com rapidez e eficiência os inúmeros problemas que os seus beneficiários enfrentam, foram inauguradas nesta sexta-feira, em cerimónia presidida pelo vice-ministro da Defesa Nacional para os Recursos Materiais, Demonsthes Amós Chilingutila.

Localizada no largo da Igreja Sagrada Família, comuna do Maculusso, município da Ingombota, a CSS/FAA - um edifício de cinco andares, foi objecto de uma profunda reabilitação, ampliação e está equipado com mobiliário e meios de informática de ponta.

Os seus funcionários foram submetidos a seminários de capacitação, a fim de corresponder às exigências actuais.

Ao discusar no acto, o Vice-ministro para os Recursos Materiais afirmou que o empreendimento dará solução aos problemas "daqueles que não hesitaram em derramar o seu sangue para que o país fosse independente e afirmar-se no contexto das Nações como um Estado soberano".

Aos beneficiários do sistema de Segurança Social - militares no activo, licenciados à reforma, a disponibilidade por invalidez, as viúvas e os órfãos de militares já falecidos - , o Governante exortou a melhor conservação das instalações, como forma de valorizar os esforços do Governo que continua a lutar com os meios ao seu alcance para proporcionar melhores condições de vida aos angolanos.

"O Governo trabalha arduamente na consolidação da paz e reconciliação nacional e no lançamento das bases de um desenvolvimento económico e social sustentado, por isso as FAA têm de acompanhar este desenvolvimento, proporcionando aos seus membros óptimas condições de trabalho e de vida", sublinhou.

Desde 1997 que os quadros e técnicos da Caixa de Segurança Social funcionavam provisoriamente no edifício do Ministério da Comunicação Social (Avenida dos Combatentes - Município do Sambizanga), em condições inadequadas para o pleno desempenho das suas atribuições.

Esta instituição nasceu da necessidade do funcionamento pleno dos órgãos do sistema de Segurança Social, e está dotado, actualmente, de um efectivo de 101 militares e técnicos para garantir o processo normal de atribuições dos direitos dos 8.378 pensionistas que auferem já as suas pensões.

Existem ainda 100. 848 pensionistas por registar. Actualmente estão registados 22.102 contribuintes, todos beneficiários do sistema.

O acto de inauguração foi testemunhado pelo ministro da Justiça, Manuel Aragão, o Vice-ministro da Defesa Nacional para Administração e Finanças, Matias Félix, o Inspector Geral das FAA, general Sapilinha Sambalanga, o Comandante Geral da Polícia Nacional, comissário-geral Alfredo José Ekuikui, entre outras individualidades.

A Caixa de Segurança Social das Forças Armadas Angolanas tem como director e presidente do seu Conselho de Gestão o general João Luís Neto "Xieytu".

NOVA PLATAFORMA PARA O BLOCO KIZOMBA

2005-02-02

O projecto petrolífero Kizomba B, avaliado em 3,4 biliões de dólares (USD), aproxima-se a largos passos da fase de produção. Dentro de duas semanas, com efeito, já contará com a gigantesca plataforma do tipo "Tension Leg" (TLP), que chegou anteontem a Luanda em peças destacadas. A chegada foi noticiada por um comunicado conjunto das empresas SONANGOL e ESSO/ ANGOLA, que esclarece que a plataforma se destina à perfuração no Bloco 15, situado nas águas marítimas angolanas, a 350 km a noroeste de Luanda.

Com cerca de 30 mil toneladas métricas de peso e uma altura aproximada de 133 metros, a estrutura chegou de Okpo, Coreia do Sul. Permanecerá na baía de durante duas semanas para ser descarregada e rebocada até ao Bloco 15. Uma vez aí, passa a servir como centro das operações de perfuração previstas até mil metros de profundidade, nos reservatórios de alto potencial do Kissanje e Dikanza. Além das instalações de perfuração, a TLP possui camarotes de alojamento para cerca de 100 trabalhadores.

Em Setembro de 2003, a SONANGOL e a ESSO fizeram um anúncio análogo sobre a chegada da TLP do projecto de desenvolvimento do Kizomba A., o qual iniciou a produção em Agosto de 2004.

O Kizomba B, que acolhe a nova TLP, possui recursos de hidrocarbonetos recuperáveis de aproximadamente um bilião de barris e uma meta de produção máxima de 250 mil barris por dia. A primeira produção de petróleo do Kizomba B está prevista para o segundo trimestre de 2005 e poderá duplicar quase o rendimento do bloco 15. A primeira produção do Bloco 15 surgiu com o projecto de desenvolvimento Xicomba em Novembro de 2003 e a sua actual produção soma mais ou menos 300 mil barris/dia. A área tem como empresas accionistas a ESSO, como operador com 40 %, a BP 26,67% , ENI 20 %, e a STATOIL 13,33 %. A rentabilidade do bloco 15 possibilitou, a Angola, furar, no ano passado, o tecto do milhão de barris/dia e sustentar o rumo actual para a meta de 2 milhões, que deverá ser atingida até ao final da década em curso.

“CABINDA, O REINO DA IMPUNIDADE”

2005-02-04

Um novo relatório sobre a situação dos direitos humanos em Cabinda indica que a guerra prossegue no enclave e, “a coberto dela, continuam a registar-se inúmeros violações dos direitos humanos dos cidadãos e até crimes de guerra”.

Com o título “Cabinda, o reino da impunidade”, o documento relata dezanove casos de homicídio, assassinatos e fuzilamentos que foram operados a sangue frio e a queima

roupa; cento e setenta e dois casos de prisões arbitrárias, torturas e tratamentos desumanos, cruéis ou degradantes; três casos de violações, casamentos forçados e escravidão sexual. Cinco casos de destruição de lavras e saque de bens de cidadãos indefesos também na constam no relatório, que aponta ainda os casos em que não são respeitados as liberdades de informação e de manifestação.

"Estes são os casos apurados depois de aturadas investigações dos nossos activistas, os quais foram confirmados", esclarece o Padre Raul Tati, presidente da Comissão Diocesana de Justiça, Paz e Migrações, no prefácio do documento, admitindo contudo que haja outros casos ocorridos durante o ano de 2004. Todos os casos apontados são descritos com a indicação das datas, locais, circunstâncias, vítimas e responsáveis pelo ocorrido.

No documento, é particularmente criticada a acção da justiça, e a falta de independência desta face ao poder político. "Temos aqui uma justiça que se limita a questiúnculas domésticas, embora de não somenos importância, isentando-se porém do dossier 'direitos humanos'. A subordinação dos órgãos de justiça ao poder político-militar não permite o tratamento de matérias tão 'melindrosas' como essas".

O relatório foi apresentado no dia 31 de Janeiro em Cabinda, elaborado pela associação cívica Mpalabanda e pela Comissão Diocesana de Justiça, Paz e Migrações,

O documento abrange o período de Setembro de 2003 a Dezembro de 2004. Antes, tinham sido publicados "Terror em Cabinda" (2002) e "Cabinda, um ano de dor" (2003).

Angola's oil-rich Cabinda province rallies for self-rule

CABINDA, Angola, Jan 31 (AFP) - Tens of thousands of people took part in a weekend march in the city of Cabinda to press for self-rule for Angola's oil-rich enclave, according to an AFP correspondent.

The rally on Sunday organised by the local Mpalabanda human rights organisation coincided with the 120th anniversary of the Treaty of Simulambuco that brought Cabinda under Portuguese rule in 1885.

Mpalabanda president Agostinho Chicaia called on Portugal to honor commitments in the treaty to protect Cabinda, which produces much of the oil in Angola, sub-Saharan Africa's second largest oil producer after Nigeria.

Home to some 120,000 people, it has also been the scene of unrest since the 1960s between Luanda's forces and separatist fighters although the rebels have appealed to President Jose Eduardo dos Santos' government to open peace talks.

Mpalabanda called on Monday for a ceasefire and the immediate opening of negotiations between the Angolan government and the Renewed Front for the Liberation of the Cabinda Enclave (FLEC), with the aim of achieving peace this year.

In a statement, the organisation also called on the African Union "to end its policy of apathy and take part in the quest for peace in Cabinda".

It also said that the United Nations should name a special rights envoy for Cabinda.

Angola emerged from 27 years of civil war in April 2002 and has since become one of Africa's top oil producers, with US firms active in the enclave where the separatists have been challenging Luanda's authority for 40 years.

In an interview with AFP, one of Mpalabanda's leaders, Catholic priest Jorge Congo, welcomed the fact that Sunday's demonstration was not banned, but said the situation in Cabinda was still "terrible".

Arrests, tortures and disappearance were commonplace, he said, accusing oil companies, notably US ChevronTexaco, of aiding the government to fight FLEC.

Congo called on the oil companies to talk with the Cabindans and the international community "to stop favouring the oil interests, especially Portugal, which has become a colony of Angola."

mak-fpp-ale/mb/jfs AFP

Copyright (c) 2005 Agence France-Presse

Banco Espírito Santo busca apoio na China

O Banco Espírito Santo quer estabelecer aliança com parceiros chineses com vista a suportar as relações em desenvolvimento entre a China e os países africanos lusófonos, com destaque para Angola, e também com o Brasil.

Através do BES Oriente, está em fase avançada nas negociações com bancos chineses visando o desenvolvimento de uma parceria na China, afirmou o presidente executivo

da instituição, Ricardo Salgado.

"Está em estudo adiantado, um projecto de associação com parceiros chineses na área da banca", disse Ricardo Salgado, na conferência de imprensa de apresentação dos resultados do exercício de 2004.

"A China (devido ao forte crescimento da economia) está interessada no desenvolvimento das relações com os países produtores de matérias-primas, precisamente naqueles onde estamos particularmente bem localizados", acrescentou. No domínio da internacionalização, Ricardo Salgado disse ainda que existem projectos em Espanha e nos países do Leste europeu.

Sobre a Hungria, República Checa e Polónia, países do alargamento da União Europeia a 25 Estados-membros, José Maria Ricciardi, presidente do BES Investimento, disse que está a ser estudada a possibilidade de desenvolver associações com parceiros locais.

"Uma eventual associação, em estudo, será sempre feita com a máxima prudência", acrescentou.

Segundo o presidente do BESI, "o grupo Espírito Santo pode aproveitar o fluxo de investimento que se acentuará com a Península Ibérica e estes países".

"O grau desta associação está por definir, podendo passar pela troca de participações ou por acordos comerciais", salientou.

Sobre a Espanha, Ricardo Salgado disse ainda que o BES "está aberto a novas oportunidades de aquisição", tendo sempre como objectivo garantir níveis elevados de rentabilidade.

Nujoma anuncia início da construção da linha férrea Angola-Namíbia

O Presidente cessante da Namíbia, Sam Nujoma, anunciou ontem, em Ondjiva, Cunene, o início dos trabalhos de construção da linha férrea que vai ligar Angola à Namíbia.

O anúncio de Nujoma foi testemunhado pelo Presidente eleito da Namíbia, Lucas Pohamba, que integrou a delegação presidencial, acompanhado pelo ministro angolano do Interior, Osvaldo Serra Van-Dúnem.

"Já começaram os trabalhos ferroviários que vão ligar a Namíbia a Angola", anunciou o Presidente Nujoma, que chegou ontem à tarde a Ondjiva, para uma visita de

despedida das autoridades locais.

A delegação presidencial namibiana foi recebida em apoteose pela população da província do Cunene. Nujoma falou também dos benefícios que se esperam desta ligação ferroviária. “Esta ligação facultará o envio de mercadorias entre os dois países quer a partir do Norte da Namíbia, quer a partir do Sul de Angola, através dos referidos portos de Walvis Bay e do Namibe. Portanto, os dois países sairão beneficiados”, disse.

O Presidente cessante da Namíbia, Sam Nujoma, deixou quinta-feira à tarde a capital angolana com destino ao Lubango.

No final da sua visita oficial a Angola, iniciada quarta-feira, Nujoma recebeu cumprimentos de despedida, no aeroporto internacional 4 de Fevereiro, do seu homólogo, José Eduardo dos Santos.

O estadista namibiano vai passar o testemunho, no próximo dia 21 de Março, em Windhoek, a Lucas Pohamba, vencedor das eleições presidenciais de Novembro passado.

Samuel Daniel Shafishuna Nujoma nasceu a 12 de Maio de 1929 em Etunda, distrito de Ongandjera, zona fronteira com Angola.

Sam Nujoma venceu as eleições multirraciais realizadas de 7 a 11 de Novembro de 1990, pondo fim a 106 anos de dominação estrangeira (alemã e sul-africana). Nujoma concorreu pela última vez nas eleições de 1999, as quais ganhou com 76,8 por cento. Em 2004 venceu o escrutínio Hipukefunye Lucas Pohamba, de 69 anos, que foi candidato pela Organização dos Povos do Sudoeste Africano (SWAPO), de que era vice-presidente. O seu empossamento, como Presidente da República, está previsto para 21 de Março de 2005.

Angola/Namíbia: Presidentes recebem mapas da demarcação da fronteira marítima

Luanda, 04/02 - Os presidentes de Angola e da Namíbia, José Eduardo dos Santos e Sam Nujoma, receberam em Luanda, os relatórios finais e os mapas relativos à

demarcação da fronteira marítima entre os dois países.

A cerimónia teve lugar quarta-feira, no Salão Nobre do Palácio Presidencial da "Cidade Alta" e foi testemunhada por personalidades ligadas aos poderes executivo, legislativo e judicial, além dos líderes dos partidos políticos angolanos com assento na Assembleia Nacional e governantes.

Em termos do tratado, subscrito aos quatro de Junho de 2002, em Luanda, a fronteira marítima entre os dois países está definida como a intersecção da linha base da latitude 17 graus, 15 minutos sul, correndo para oeste ao longo da mesma latitude.

Segundo o ministro angolano da Justiça, Manuel Aragão, o acto representa o selar de uma relação de estabilidade entre as duas Nações e povos e permitirá a todos conhecer com exatidão onde termina Angola e onde começa a Namíbia.

Informou que os marcos estão operacionais e permitem aos navegadores posicionar e ver a fronteira marítima entre os dois países.

O acordo assinado constitui ainda um factor de segurança entre os dois Estados e um elo de ligação, cooperação, desenvolvimento e progresso de Angola e da Namíbia.

Angola/Namíbia: Discurso do PR na cerimónia de demarcação da fronteira marítima

SUA EXCELÊNCIA SAM NUJOMA, PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA NAMÍBIA,

SUA EXCELÊNCIA HIPUKEFUNYE LUCAS POHAMBÁ, PRESIDENTE ELEITO DA
REPÚBLICA DA NAMÍBIA, EXCELENTÍSSIMOS MEMBROS DA DELEGAÇÃO
PRESIDENCIAL, SENHORES MINISTROS, MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,

No momento em que Sua Excelência Sam Nujoma, Presidente da República da Namíbia, se encontra pela última vez entre nós nessa qualidade, permitam-me que recorde dois acontecimentos históricos que calaram fundo nos corações de todos os angolanos e de todos os namibianos.

O primeiro ocorreu em Setembro de 1989, quando dissemos adeus aos combatentes da SWAPO e aos milhares de namibianos que no solo angolano puderam encontrar, durante os anos de guerra contra o "apartheid", a retaguarda segura na luta pela libertação da sua Pátria usurpada e ilegalmente ocupada.

A SWAPO nunca tinha estado tão próxima do seu objectivo maior da altura. Vivia-se num clima de grande alegria e ansiedade e, ao mesmo tempo, de grande vigilância.

o segundo acontecimento teve lugar no ano de 1990, quando pela primeira vez saudámos ao vivo Sua Excelência Sam Nujoma, como o vencedor inequívoco das eleições realizadas na Namíbia, altura em que o povo namibiano lhe confiou sem qualquer tibieza a condução dos destinos do país.

Foi um momento de júbilo, que renovou a esperança num futuro de liberdade, paz e progresso. O que se seguiu foi uma era de sacrifício e de trabalho abnegado, com paixão e patriotismo, graças ao qual a Namíbia se restabeleceu e progrediu de modo exemplar, e o tempo correspondeu assim à esperança! Obrigado e parabéns, Senhor Presidente.

Nesse período, os laços de amizade e cooperação entre os nossos dois povos e países, irmanados por laços de sangue, de língua e de cultura, tornaram-se mais fortes e os esforços para o desenvolvimento das nossas relações bilaterais, a todos os níveis, foram constantes e continuam.

Adquire, por essa razão, um grande valor simbólico que esta cerimónia de delimitação e demarcação da nossa fronteira marítima possa ter lugar ainda na vigência das elevadas funções do Presidente Sam Nujoma. Ela de certa forma coroa um período de excelente relacionamento entre os nossos países, que desejamos perdure para

sempre, no interesse dos nossos respectivos povos.

Foram essas relações excelentes que permitiram aos nossos Governos encontrar sempre, e com facilidade, as melhores soluções para todas as questões de interesse mútuo. No caso presente, encontrámos de modo exemplar, à luz da história e no respeito pelos interesses de ambos os países, a definição precisa da nossa fronteira marítima.

Com este legado, entre outros, Sua Excelência Sam Nujoma deixará brevemente o mais alto cargo do Estado namibiano com a certeza do dever cumprido. Faço votos para que a sua longa trajectória de luta pela libertação e desenvolvimento da República da Namíbia seja ti da como fonte de inspiração para novas e criadoras iniciativas em prol do progresso social.

Não seria demais pedir-lhe, neste particular, que não deixe de partilhar com outras pessoas a sua enorme experiência e o conhecimento profundo que tem de todo o processo de libertação, não só do seu país mas de toda a África Austral.

Aguardaremos, pois, com ansiedade as suas memórias, que certamente constituirão uma referência duradoura para as futuras gerações.

Ao Senhor Presidente Eleito da República da Namíbia, Sua Excelência Lucas Pohamba, desejo muitos êxitos no cumprimento das funções para as quais o povo namibiano o elegeu. Será para mim um grande prazer trabalhar consigo para o contínuo estreitamento dos laços de amizade e de cooperação que unem os nossos dois países. Desde já lhe prometo a total disponibilidade pessoal e do Governo angolano para reforçar cada vez a nossa cooperação, no quadro bilateral, da SADC, da União Africana e da comunidade internacional em geral.

Que viva para sempre a amizade entre os povos de Angola e da Namíbia!

050203LC oil legislation: think there is multiplicity of motives, among them that it's a way to jump start the banking system. Think there is some good news about the legislation: numerous pieces to it: some enacted, some in formulation, a lot of them

would cut back rights already granted and do infringe upon the rights of the PSAs. The companies are not happy but not particularly surprised, take a pragmatic view. So far the really ugly part has been avoided – that part that might have led to arbitration or seriously chilled the ?oil industry? The ugliest part is the forex legislation saying oil cos would have to remit the proceeds of all angolan sales through angolan banks, (possibly paying other taxes not provided for in legislation) – concern that once these funds come into Angola, when we get them back it is at an exchange rate set by the government. That seems to have gone away. It's not over yet- there is a new draft before the Council of Ministers apparently, we have been assured from a number of different sources that that's gone now; not going to happen – having to remit the proceeds of the sales. When we all see the revised version of the law, there are still going to be provisions with respect to funds spent in Angola: have to be in deposit in angola in angolan banks; nothing in the PSA says we have to do that. ?infringement? i dont know the kind of things left in there. The ugly thing: we think it has gone away. How each company addresses each issue, yet to be seen. It's quite possible that in three years, five years they come back with this.

Separate note: contract is a contract enshrined in law. That's been breached. There is a new customs law, changes in the tax code

Petrolífera Chevron Texaco Investe USD 800 milhões

A ChevronTexaco prevê eliminar tochas acesas no mar de Cabinda, num projecto que envolve 800 milhões de dólares, no âmbito de padrão voluntário de ventilação de queima de gás. O projecto engloba ainda o aproveitamento de gás para outros fins. No decurso deste ano, a companhia vai criar no campo de operações do Malongo um aterro sanitário revestido de cerca de 5 milhões de dólares, onde os detritos passarão a ser depositados, sem ferir o meio ambiente.

A informação foi avançada pelo responsável da ChevronTexaco, do Departamento de Saúde, Ambiente e Segurança Industrial da Unidade Empresarial Estratégica da África Austral, Manuel Graças de Deus, durante a apresentação do tema que abordou a estratégia ambiental da empresa, no Workshop sobre a conservação da biodiversidade.

Na ocasião, o responsável confirmou o derrame de 3,4 barris de petróleo bruto no

mar de Cabinda durante o ano de 2004.

Os constantes derrames, que se registam no mar de Cabinda, esclareceu Manuel de Deus, não são da autoria da ChevronTexaco, facto que inquieta a companhia que continua a procura de soluções para identificação de focos que constantemente poluem a costa de Cabinda.

De acordo com a fonte, a ChevronTexaco sempre tem como objectivo evitar, os derrames e incidentes ambientais, identificar e atenuar os principais riscos ambientais, para além de maximizar a utilização eficiente dos recursos e do património.

Para a fonte, 1999 foi o ano em que a companhia registou mais derrames, sublinhando que durante estes anos tem sabido corresponder com os padrões seguidos por outras empresas petrolíferas, em termos de segurança de saúde, ambiente de fiabilidade e eficiência.

Governos de Luanda e Moscovo rubricam memorando de entendimento

Luanda, 03/02 - Os Governos das cidades de Luanda (Angola) e Moscovo (Rússia) rubricaram quarta-feira um memorando de entendimento destinado ao reforço da cooperação nas mais distintas áreas, bem como facilitar e liberar trocas científicas, culturais e desportivas.

Rubricado pelo director do Gabinete de Intercâmbio e Cooperação do Governo de Luanda, Afonso Gomes da Silva, e pelo vice-chefe do Departamento das Relações Exteriores de Moscovo, Wladimir Lebedev, o memorando visa estabelecer e reforçar os laços de amizade e cooperação entre as duas cidades e respectivas comunidades.

Em declarações à imprensa, Afonso Gomes da Silva referiu que o documento tem vantagens recíprocas desde que ambas as partes saibam definir prioridades e envidarem esforços em áreas básicas, como o sector económico.

Explicou que o Governo de Moscovo convidou o governador provincial de Luanda, Job Capapinha, para uma visita de trabalho, onde poderá ver e conhecer as suas potencialidades de modo a facilitar a definição de áreas prioritárias para o estreitamento deste entendimento.

Do êxito deste memorando, segundo o responsável, resultará a assinatura de um acordo de cooperação entre as duas províncias e comunidades nos mais variados sectores.

Por seu turno, o vice-chefe do Departamento das Relações Exteriores de Moscovo, Wladimir Lebedev, salientou que os acordos rubricados por Angola e Rússia sempre foram vantajosos para as duas partes, o que garantirá um futuro promissor no âmbito deste.

"Os povos angolano e russo sempre estiveram unidos e o memorando só reforça os laços de amizade e cooperação entre eles", referiu o responsável.

ANGOLA: Transparency on oil money delaying donor conference

Angola has made windfall earnings from the current high oil price

LUANDA, 2 Feb 2005 (IRIN) - Angola has yet to provide the International Monetary Fund (IMF) with details of its windfall from high oil prices, delaying the Fund's mission to the country and raising doubt among donors about concluding an agreement any time soon.

An IMF mission scheduled to come to Angola in November last year was postponed to January 2005, but would not take place before the end of February, sources in the capital, Luanda, told IRIN.

"I still believe both parties are keen to reach an agreement, so it's a bit of brinkmanship going on, with the government saying, 'let's see how far we can go' - the result is that everything gets delayed," said one foreign official.

The government told Reuters news agency in November that it expected a total of US \$600 million extra from the high oil prices during 2004. Donors in Luanda said the IMF had put off its mission because the Angolan finance ministry had so far failed to provide it with data about the whereabouts of the extra funds.

"The government has accumulated this huge amount of money, which is the differential between the budgeted price of oil and the actual price of oil. The question is: where is that money? Is it in the national bank? Is it in an escrow account?" said the official.

Global oil prices skyrocketed to a whopping \$55 per barrel in 2004 - far higher than the \$22.6 pencilled in by the government in its budget. "The IMF would like to know where the money is, and how the government wants to use it," the source added.

One growing fear among donors is that the ruling MPLA, desperate to sustain its overall majority in parliament in general elections scheduled for 2006, wants to keep the cash for its campaign slush-fund.

"They want to be able to use the funds as they see fit, without strings attached. This would give them a favourable position in the election campaign," one donor remarked. Opposition parties have complained that the MPLA has already stacked the campaign in its favour in this, the pre-election year, by monopolising funds, parliament and the media.

The government was not immediately available for comment, but said late last year it could secure a staff-monitored programme (SMP) with the IMF in the first quarter of 2005.

Although Angola is one of the continent's richest countries in terms of natural resources, its people are among the poorest, with allegations of corruption and mismanagement levelled at the leadership.

The IMF, World Bank and donors praised Angola at the end of 2004 for its progress in improving transparency. But sources said the latest developments did not bode well.

"The government wants an SMP but on its own terms. It wants to say it has one, but without making any key reforms on transparency," said Human Rights Watch director Arvind Ganesan.

"The overall balance sheet is still positive - they are becoming more transparent - but they give in there, and then tighten up around the corner," said the foreign official.

The knock-on effects of delaying an IMF programme could harm Angola, which is desperate for funds to help it rebuild after its 27-year civil war ended in April 2002.

In the past Angola has relied on expensive oil-backed loans, but would like to gain access to cheaper, softer loans, which require an agreement with the IMF. However, there is talk that a recently secured \$2 billion credit line with China has allowed it to take its foot off the gas in terms of transparency.

Despite these negative developments, the World Bank management in Luanda is prepared to seek approval from its board of directors in Washington in mid-February for a new phase of support to Angola. But donor sources said the delays of the IMF's mission could make it harder to convince board members to approve the programme.

"There's serious concern among World Bank executive members that Angola is dragging its feet over the SMP, and the wider question of political commitment to greater transparency is also being called into question," said one western donor.

The Bank admitted the delays were unfortunate, but said it remained committed to supporting Angola. "We in the World Bank are naturally disappointed to learn that the

IMF staff mission, originally programmed for this month, has been postponed," said Laurence Clarke, the Bank's resident representative in Angola. "The Bank will continue to sustain a strong partnership with the Angolan authorities and our Fund colleagues to ensure effective results on the ground," he said.

The delays were also jeopardising Angola's plans to hold a successful donor conference, sources said. They said the longer it took Angola to become truly transparent, the harder it would be to convince donors to support it financially via a donor conference so long after the end of the conflict.

"Can the government ask for a donor conference three or four years after the end of the war? Does it make sense? In most post-conflict situations a donor conference happens straight after the war," the foreign official said.

Even though a traditional fund-raising donor conference was unlikely this long after the end of the war, a meeting of donor countries would be important to Angola, to boost its battered image.

"This country needs real investments, not handouts. A donor conference is important as a signal to the investor, saying that Angola is back on the international scene and that it is a land of opportunities," the official said. "The money it will bring in is secondary - it shows Angola is back in the international community as a respectable country."

[ENDS]

Zoe Eisenstein
Angola correspondent
+244 923 327 002 / +244 912 30 40 20

Oil fund uncertainties delay IMF Angola programme.

By Zoe Eisenstein

514 words

2 February 2005

11:09

[Reuters News](#)

English

(c) 2005 Reuters Limited

LUANDA, Feb 2 (Reuters) - Uncertainty over where Angola's windfall from high oil prices has gone is delaying IMF steps to improve conditions after the end of its 27-year civil war, foreign sources said on Wednesday.

The government told Reuters in November it believed it could secure a Staff Monitored Programme (SMP) - a first step towards the resumption of lending - with the IMF within the first quarter of 2005 but donors said this now looked unlikely.

"We've been talking about an SMP for well over a year. There was supposed to be a mission in November, then January, and now it has been put off until February," said one western donor source.

"There's serious concern among donors that Angola is dragging its feet over the SMP and the wider question of political commitment to greater transparency," the source said, requesting anonymity.

Angola is sub-Saharan Africa's second largest oil producer after Nigeria, churning out around a million barrels of crude each day, but most of its 13 million people live in poverty.

The country has been accused of mismanagement and graft on a grand scale and although the International Monetary Fund has said transparency has improved, it has also said there was room for improvement.

The IMF declined to comment on the delays.

The World Bank, which has supported Angola's post-war reconstruction, said the hold-up was unfortunate.

"We in the World Bank are naturally disappointed to learn that the IMF staff mission originally programmed for this month has been postponed," said Laurence Clarke, its resident representative in Luanda.

"Despite the delays in the conclusion of a Fund agreement at this time, the Bank will continue to sustain a strong partnership with the Angolan authorities and our Fund colleagues," he added.

The government told Reuters in November it expected a total windfall of \$600 million in 2004 due to sky-rocketing oil prices but foreign observers said it had failed to answer IMF questions about its whereabouts.

"The question is where is that money? Is it in the national bank? Is it in an escrow account? In short, the IMF would like to know where the money is and how the government wants to use it," said one senior foreign official.

The government was not immediately available to comment.

The SMP and an ultimate IMF agreement are seen as the cornerstones for future loan agreements and sympathy from the donor community, as Angola tries to rebuild after the lengthy civil war which ended in April 2002.

"I still believe both parties are keen to reach an agreement. So it's a bit of brinkmanship going on with the government saying let's see how far we can go. The result is that everything gets delayed," the official said.

"The Angolans don't care about the SMP but they do care about their relationship with the IMF. The first thing they're after is rebuilding their international image. At the moment they're not doing very well," he added.

Document LBA0000020050202e12200b9m

From: [Imprensa/Gab.Porta-Voz Presidência da República](#)

To: ["Undisclosed-Recipient:"@localhost.nexus.ao](#)

Sent: Saturday, January 29, 2005 9:39 PM

Subject: PR- grupo de trabalho para rever sisitema judicial

PR cria grupo de trabalho

para rever sistema judicial

Luanda, 31 de Janeiro de 2005 - O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, criou hoje, por despacho, um grupo de trabalho que funcionará no âmbito do Ministério da Justiça e que se destina a apresentar propostas legislativas de revisão no sector da justiça, do direito e de reforma do sistema judicial.

Entre as tarefas do grupo de trabalho destacam-se a revisão da Lei do Sistema Unificado de Justiça, da Lei Orgânica do Estatuto dos Magistrados Judiciais bem como a elaboração da Lei Orgânica do Estatuto dos Magistrados do Ministério Público e a revisão da Lei Orgânica da Procuradoria Geral da República.

O grupo de trabalho procederá ainda à revisão da legislação processual laboral e dos códigos de registo do notariado.

O referido grupo de trabalho é coordenado pelo ministro da Justiça, Manuel Miguel da Costa Aragão, e integrado por Guilhermina Contreiras da Costa, Carlos Manuel dos Santos Teixeira, Rui Constantino da Cruz Ferreira, Raul Carlos Araújo, Manuel Joaquim Gonçalves, Aniceto da Costa Aragão, Joaquina Ferreira do Nascimento, Agostinho António Santos, Adão Francisco Correia de Almeida, André da Silva Neto, Manuel Francisco de Assis, João Vemba Coca e Teresa Manuela.

Prazos

De acordo com o despacho presidencial, o coordenador do grupo de trabalho poderá convidar outros especialistas a participar nos seus trabalhos. Dentro de três meses, o grupo de trabalho deverá apresentar um relatório de progresso contendo as opções fundamentais que considere desejáveis em cada um dos domínios do seu objecto de trabalho.

Já num prazo de 15 dias, o coordenador do grupo deverá apresentar um orçamento provisional para o apoio administrativo, logístico e outros encargos. O Ministério da Justiça suportará o apoio financeiro e administrativo decorrente do funcionamento deste grupo de trabalho.

Ordem jurídica

O despacho que determina a criação do grupo de trabalho levou em conta que a consolidação de um Estado Democrático e de Direito pressupõe a existência de um modelo de organização e funcionamento do poder judicial capaz de, em bases sólidas, torná-lo garante da realização e da promoção dos valores da ordem jurídica.

O actual sistema judicial enfrente debilidades que urge superar de modo a adequá-lo à edificação do Estado de Direito em Angola.

VW to assemble and sell cars in Angola

WOLFSBURG - Volkswagen (VW), Europe's leading car maker, said on Friday it planned to assemble and market its VW and Skoda models in Angola.

"We want to establish a foothold in the Angolan market," VW said in a statement.

The car maker planned to build an assembly line for SKD (semi knocked down) production of VW and Skoda models and establish a dealer network.

VW's Luanda-based partner, Ancar, would invest 48 million dollars (37 million euros) in "an assembly line for VW and Skoda vehicles, a central parts store, a training centre, and a nationwide dealer network," the statement said.

In the first phase, production would start at the SKD production facility close to Luanda in April of this year and its capacity would be gradually built up to 160 vehicles per day.

Annual output was set to rise from 10,000 vehicles this year to 20,000 in 2007. Angola currently imports over 100,000 vehicles each year, including used cars, VW said.

AFP

ADIAMENTO DA MISSÃO DO FMI

2005-01-27

«A missão entendeu que não tendo recebido os dados em tempo útil, não valeria a pena fazer deslocar uma missão do Fundo Monetário nesta altura», disse o ministro.

A missão do Fundo Monetário Internacional (FMI), esperada no passado 18 do mês em curso, está adiada para data ainda indefinida. A informação é do ministro adjunto do primeiro-ministro e coordenador da esfera económica, Aguinaldo Jaime, que explicou o assunto numa longa entrevista à emissora pública. «A missão entendeu que não tendo recebido os dados em tempo útil, não valeria a pena fazer deslocar uma missão do Fundo Monetário nesta altura», disse o ministro.

Acredita que «não se tendo deslocado agora em Janeiro, deslocar-se-á quando estes dados estiverem disponíveis. As equipas técnicas estão a trabalhar neste sentido». Entre as informações que o Fundo espera, Aguinaldo Jaime frisou a referente à regularização da dívida de Angola para com Portugal. Surgiu, no ponto, «uma questão de comunicação» que carece esclarecer. «O Fundo disse não ter recebido. Os nossos serviços competentes afirmam ter feito», lamentou o ministro. Outra informação divergente refere-se ao Fundo de Reserva Especial, que o governo angolano criou com as

receitas resultantes da alta do preço do petróleo no mercado internacional. Na impressão do FMI, contou o ministro, Angola confiou a gestão parcial do Fundo que constituiu a particulares. Na verdade, afirmou Aguinaldo, «o Ministério das Finanças o que fez foi abrir uma linha orçamental verificável, que é alimentada com estes valores provenientes da alta do preço do bruto». As demais matérias a harmonizar relacionam-se com um conjunto de dados estatísticos sobre receitas fiscais, da dívida externa e da balança de pagamentos.

Rechaçou o argumento da crise de transparência das finanças como causa do adiamento da missão do FMI. Recordou, a propósito, o esforço que tem levado a cabo o seu executivo e o reconhecimento já merecido da parte da FMI, ao falar em «passos significativos» na sua última passagem no ano transacto. Enfatizou que este esforço tem incluído auditoria especializada das contas do banco central e da companhia pública SONANGOL assim como a instauração do orçamento unificado. Estima ser uma questão de contabilidade o persistente problema da fiabilidade das estatísticas monetárias e outras. Este desafio, prosseguiu, requer tempo e tem merecido as iniciativas necessárias do governo, pelo que o ministro Aguinaldo Jaime confia não ser obstáculo a um próximo acordo com o FMI. O governo tem feito o esforço de formação do seu pessoal da área e introduzido o software das novas tecnologias neste sector para o efeito, acentuou.

DÉFICIT EM CEREAIS CONTINUA ALTO

2005-01-28

O déficit do país em cereais continua alto, segundo as estatísticas consolidadas do ano transacto. Situa-se na ordem dos 46,57 %, referiu o Director do Gabinete da Segurança Alimentar do Ministério da Agricultura, David Tunga, à emissora pública.

A proporção corresponde a cerca de 712 mil toneladas de produtos como milho, massambala, arroz, etc. No exercício anterior (2002-2003), fixou-se à volta de 713 mil toneladas, ou seja, uma queda ínfima. À luz da campanha agrícola de 2003-4, a produção de cereais elevou-se para 819 mil.

O director da Segurança Alimentar prevê uma redução do déficit este ano, baseado nas condições criadas para a campanha agrícola 2004-5. Preferiu, porém, não adiantar números, ponderando os constrangimentos que persistem, mormente a degradada rede rodoviária. Enfatizou, por conseguinte, a necessidade das estradas e caminhos de ferro na melhoria da produção agrícola no país.

Crescimento de Luanda estimado em dez quilómetros quadrados

Luanda, 30/01 - O crescimento dos espaços ocupados com a construção de novas casas em algumas zonas de Luanda está estimado à volta de dez quilómetros quadrados por ano, um número bastante elevado tendo em conta as condições de habitabilidade da cidade capital de Angola, considerou o consultor português de engenharia civil, Paulino Pereira.

Paulino Pereira teceu há dias essas considerações à Angop, em Luanda, à margem de uma palestra sobre a "Importância dos Transportes Ferroviários".

O especialista disse que este crescimento tem o seu lado negativo, porque se realiza, na sua maioria, de modo desordenado, pois a cidade de Luanda foi projectada para 600 mil habitantes, mas agora conta com uma população estimada em cinco milhões.

Segundo observou, os bairros (musseques) que cresceram à volta da cidade baixa surgiram sem infra-estruturas adequadas, designadamente arruamentos, redes de esgotos, de água e energia eléctrica.

A inexistência de arruamentos, salientou, tem dificultado a execução de serviços úteis a cidade, designadamente a recolha de lixo, o trabalho dos bombeiros e serviços de ambulância.

De acordo Paulino Pereira, docente do curso de engenharia civil da Universidade de Lisboa, este incremento verificado mais na sua faixa exterior, sem planos directores, faz com que a cidade apresente problemas no tráfego automóvel, fornecimento de água e electricidade, bem como no saneamento básico.

Mesmo nas novas zonas urbanas (Luanda Sul, Benfica e outros aglomerados), referiu, há inúmeras dificuldades para se chegar ao centro da cidade, por existirem poucas infra-estruturas rodoviárias preparadas para o efeito.

Segundo Paulino Pereira, que tem realizado estudos sobre o crescimento de Luanda, há necessidade de se reestruturar a cidade, mas tendo sempre em conta a construção de vias estruturantes (circulares e radiais), visto que grande parte dos espaços se encontra já ocupada com grandes edificações.

Na sua óptica, a construção de circulares e radiais permitirá aos usuários das vias saírem do Benfica a Cacuaco sem que passem forçosamente pelo centro da cidade. Acrescentou que a solução para este problema seria a construção de circulares externas que permitiriam chegar a parte Norte de Luanda.

Uma das formas de se estruturar a cidade para os desafios do futuro, notou, seria a

elaboração de um plano que pudesse prever o seu crescimento nos próximos 30 anos, para que a posterior não houvesse problemas com os sistemas de drenagem, fornecimento de água e electricidade.

Quanto a vertente dos transportes, Paulino Pereira disse que para se diminuir o problema de congestionamento do tráfego na cidade deve-se apostar na reestruturação dos transportes ferroviários urbanos, pois a capacidade de transportação do comboio pode assegurar a deslocação das pessoas de um ponto da cidade para outro, sem dificuldades.

Referiu que se deve criar novos corredores ferroviários e rodoviários no centro da cidade, como por exemplo do Porto à Ilha de Luanda, permitindo assim descongestionar o tráfego no traçado da Marginal.

Paulino Pereira, licenciado em engenharia civil pela Universidade de Lisboa, tem acompanhado o crescimento da cidade de Luanda desde 1980.

Sundance: The World Cinema Dramatic Grand Jury Prize was given to "The Hero," about men, women and children looking for normalcy following the end to the Angolan civil war in 2002. It received backing in three countries: Angola, Portugal and France.

Date: 26 Jan 2005

Angola Peace Monitor Issue No. 4, Vol. XI

United Nations fades away

The United Nations is continuing its phased withdrawal from Angola, marking the end to its central involvement stretching back to 1988 when it played a key role in the gaining of Namibian independence and the beginning of the Angolan peace process.

The UN has closed its final Consolidated Inter-Agency Appeal for Angola, which last year raised \$116 million for humanitarian work in the country out of an original appeal for \$262 million - just 44 percent of its target. The UN has organised the Consolidated

Appeal every year since 1993, and the decision to drop it is a reflection of both donor fatigue and the acceptance that, now that Angola is at peace, it is the primary responsibility of the Angolan government to provide assistance for its people, albeit with the support of international donors.

There has been a clear movement away from support for humanitarian aid for Angola. In 2003 the consolidated appeal raised \$173 million out of an original request for \$387 million, again 44 percent of the amount requested. The previous year \$204 million was raised.

An analysis of the figures shows that almost all the funds went to UN organisations and the International Organisation for Migration. The majority of funds came in the form of food aid, mainly from the United States stockpile, which over the years has saved the lives of millions. Most of the rest of the funds went to programmes for the return of refugees or for the work of UNICEF, which has been supporting projects for immunising children and helping them return to school. These large UN organisations will be able to fundraise directly from donors, and the consolidated appeals have had only a marginal effect in fundraising for non-governmental organisations.

In its World Report 2005 (www.hrw.org/wr2k5), Human Rights Watch warned that "donor fatigue has resulted in cut-backs to humanitarian assistance in 2004. By October 2004, less than 60 percent of the original UN appeal of \$262 million for humanitarian assistance to Angola had been donated, which negatively affected the resettlement and reintegration of returnees and IDPs. The funding situation is likely to deteriorate as donors may be more reluctant to finance development programs given the high levels of government corruption".

This year the UN will coordinate its activities through the UN Development Assistance Framework (UNDAF) for Angola, with the UN Development Programme being the lead UN organisation inside the country. The United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA) closed last June with some of its functions transferred to the Transitional Coordination Unit (TCU), until December 2005.

WFP continues to feed a million

Meanwhile the World Food Programme continues to feed around a million people in Angola. However, it is suffering from a lack of funds that has resulted in recipients receiving half-rations. The WFP programme in Angola still needs \$50 million, or 88,000 tonnes of food, for its programme until the end of this year.

Refugee return to restart in March

UNHCR is due to restart its voluntary repatriation programme in March, and is planning to complete the work of assisting in the return of 54,000 Angolans living in neighbouring countries. UNHCR is determined to finish its repatriation programme this year and is not going to wait until May as it did last year. Meanwhile, some refugees have given up waiting. A WFP mission to Quimbele and Cangola municipalities in Uige and Zaire provinces has reported that 4,800 returnees have recently made their own way from the Democratic Republic of Congo.

Last year UNHCR worked with the International Organisation for Migration and other bodies to transport Angolan refugees to Reception Centres in Angola where the refugees received official papers, some seeds and cooking utensils, and HIV/AIDS education. They were then transported to localities of their choice throughout the country.

In total, around 52,000 refugees returned under this programme last year. Originally it had planned to repatriate 170,000 although this target was later dropped to just 90,000. The inability to reach this target was put down to a late start, the slow rehabilitation of roads and demining, and the lack of onward transport.

In 2003 the UNHCR repatriated 71,000 refugees, and a further 30,000 refugees made their own way back into the country.

Government position on GM grain clarified

The Angolan government has formally confirmed the ban on importing genetically modified grain into the country. The decision was made last April to put the country in line with other countries in the Southern African Development Community.

The decision to ratify the ban was taken by the Angolan Council of Ministers in January, and states that the only acceptable GM grain allowed in the country will be food aid, which must be milled before distribution. This is to ensure that seeds are not planted which could lead to GM strains growing unregulated.

There are two arguments put forward for the ban. Firstly, the government does not have the capacity to regulate the growing of GM crops. Other countries such as Zambia, Malawi, Zimbabwe, Lesotho and Mozambique have taken the same steps. South Africa does allow GM crops to be grown, but it considers that it has the capacity to regulate the crops.

The second argument put forward is that if Angola is unable to guarantee that its crops are GM free, it will be detrimental in the future to exports to some markets in Europe, where there is widespread scepticism amongst the public as to the safety of GM crops.

The ban last year had the effect of reducing donations from the United States, where GM crops are grown widely. The United States produces a huge grain surplus that benefits from subsidies from the government. Whilst the US government's USAID organisation could easily fund the milling of its maize donations, it has been unwilling to do so on ideological grounds.

Another alternative would be for donor nations to stop dumping their surplus grain on Angola, and instead buy surplus grain from countries such as neighbouring Zambia, which has produced a surplus of non-GM maize but has limited markets for its farmers.

Election debate continues in parliament

The Angolan parliament, the National Assembly, is currently debating the legislation that must be put in place to pave the way for next year's elections. The debates began on 18 January, and will cover a whole package of laws covering how the election is run, the role of political parties, electoral observation, and a Code of Conduct.

The Angolan president, Jose Eduardo dos Santos, has set the date for the parliamentary elections to be at some point before the end of September 2006, and has suggested that the presidential election could take place in 2007.

The main opposition party, UNITA, has now dropped its demand that elections take place this year, and is now warning that it will take at least 24 months to arrange elections. It has thus switched its demand from bringing forward the elections to one that will require a delay.

There is certainly a huge amount of preparatory work to be covered before elections can take place. Many people do not have relevant documents to prove their entitlement to vote, either because they have lost their papers in the upheaval of war, or because they have been living in areas controlled by UNITA and inaccessible to state employees. Others have been refugees in neighbouring states, although if they returned under the UNHCR voluntary repatriation scheme they will have received their papers at the reception centres.

Another huge task is the registration of all those entitled to vote, which is not only needed to check the validity of voters, but also to plan how many polling stations are needed and where to put them. Many roads are still impassable, and although there has been a huge improvement in the free movement of people and goods throughout the country, there are still many areas that are beyond the reach of state administration.

Another key issue is funding, with the Angolan government estimating that the preparations for elections will cost at least \$430 million. The latest State Budget has set aside money for this year and 2006 for the elections, but it is expected that support from the international community will be needed.

Meanwhile, political parties are already gearing up for the elections. The most advanced in their preparations is the ruling MPLA, which has been reorganising its structures throughout the country and recruiting more members.

The ruling MPLA last year appointed one of its most senior members, Faustino Muteka, to the post of Secretary for Organisation and Mobilisation, which is a crucial

post in the run-up to the elections. Muteka was moved from his cabinet position of Minister for Territorial Administration to allow him to concentrate on gearing up the MPLA machinery.

The organisational work is having an impact. The Angolan news agency, ANGOP, reported on 3 January that the MPLA had recruited 31,000 new members in Bie province. ANGOP also reported on 10 January that 58 former UNITA fighters in the locality of Chicala, Moxico province, had switched allegiance to the MPLA, and in Londuimbali, Huambo province, 2,444 ex-UNITA soldiers had defected to the MPLA. According to the report, the MPLA now has 40,200 members in Londuimbali.

UNITA has complained that its members are being forced to join the MPLA in order to receive humanitarian aid. However, it is notable that UNITA has not been able to substantiate these allegations - which in itself is a sign of the lack of organisational capacity in UNITA.

UNITA has also been calling for a national strategy for the disarming of the civilian population. Many Angolans hold arms from the time after UNITA relaunched the civil war following its rejection of the results of the election in 1992. After an attempted coup by UNITA in several cities the government released tens of thousands of AK-47 assault rifles to the local population, who turned on UNITA and drove its fighters out of the cities. During this time atrocities took place as some people took the opportunity to settle old scores or attack others for xenophobic reasons.

Recently the Angolan authorities announced that there had been a voluntary disarmament in Huambo city, where over a thousand AK-47s along with other arms including rocket propelled grenade launchers and landmines. The disarmament campaign was carried out in conjunction with the NGO Angola 2000.

UNITA has meanwhile been working with civil society to promote its profile in the capital, Luanda, where it is not well implanted. ANGOP reported that UNITA held on 21 January a meeting for civil society organisations wishing to take part as observers in the forthcoming elections. Amongst those taking part were the Electoral Network, Coiepa, Angola's Journalists Trade Union, Fonga Cabinda, Coalition for Transparency and Citizenship and Journalists Co-operative of the Southern Region.

The other historic liberation movement, the FNLA, is continuing to restructure its organisation after its reunification following years of bitter division. According to a report in ANGOP, the FNLA claims to have 10,000 members in Bie province. However, this would be an impressive figure given that it received less than 95,000 votes in the last elections held in 1992, and the party has its strongest following amongst the Bakongo speakers along the border with Congo.

Another party reorganising itself is the Democratic Party for Social Progress, which held a national meeting on 24 - 25 January in Benguela. The party is effectively a small offshoot of the Party for Social Renewal (PRS) which received less than 90,000 votes in the election in 1992.

Charges against Falcone dropped

An investigation into allegations of the multi-million dollar theft of Angolan resources has been dropped after a financial expert gave evidence that a complex financial arrangement to pay off Angola's debt to Russia was to the advantage of both governments.

The Swiss solicitor-general Daniel Zapelli on 21 December dropped the investigation against French businessman Pierre Falcone, who had been accused of heading a criminal conspiracy to divert Angolan state funds intended for debt repayment. The investigation took almost three years, and resulted in the freezing of an estimated \$17 million in Angolan state assets. These have been released for use in Angola for humanitarian projects.

The case involved Angola's \$2.9 billion debt to Russia which was built up during the war against the apartheid South African army and their surrogates in Jonas Savimbi's UNITA. Much of the debt was incurred in buying arms from the Soviet Union.

The controversial deal took place in 1996, with the Russian Federation writing off seventy percent of the debt, with the remaining amount being repayable in 31 payments over fifteen years. The debt repayments were to begin in 2001 and the debt is subject to an interest rate of six percent.

The deal was arranged by Pierre Falcone through his company Abalone Investments, which took over the commercial risk and received payment for its work. This debt restructuring was found by the financial expert, Dr Enrique Cosio-Pascal, to be an "advantageous solution".

Dr Cosio-Pascal has previously worked for the United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), where his last responsibility was Chief of the Debt and Development Finance Branch (DDFB), which, inter alia, has worked with developing countries attending the Paris Club of creditors. His testimony has proven to be key to the Swiss decision to drop the case, with neither the Angolan or Russian authorities lodging any complaints about the deal, or there being any evidence of any illegal activity.

Another unproven allegation was that hundreds of millions of dollars were being siphoned off by President Jose Eduardo dos Santos and senior state officials. The Angolan government admits that money was held in foreign accounts under the name of key individuals, but has always argued that this was a precaution at the time of high internal conflict and was designed to protect the Angolan treasury. The Angolan government strongly argues that the money stored abroad has never been used for the personal benefit of individuals.

World Bank supports fight against infectious disease

The World Bank announced on 21 December that its International Development Association (IDA) is to give \$21 million to the Angolan government to implement its HIV/AIDS, Malaria and Tuberculosis (TB) Control Project.

The project aims to reduce the spread of HIV/AIDS, malaria, and TB through strengthening institutional capacity, increasing access to health services, preventing infection and improving treatment and recovery rates.

The Angolan government will need to take these steps if it is to have any chance of achieving the Millennium Development Goals (www.un.org/millenniumgoals) by the year 2015 as agreed by all the member states of the UN.

Government ministries and provincial government agencies will be supported in their efforts to reduce the impact of the diseases. Funding will be provided to the Ministry of Health, as well as other ministries for prevention and treatment. Assistance will also be provided to ensure the implementation of sub-projects to prevent and mitigate the effects of the three diseases by civil society organisations, communities, non-government organisations, and church organisations.

The major threat is from malaria, of which there are 2.1 million cases per year in its population of 12.8 million. Official figures show that 8,756 deaths per year are caused by malaria, although the true figure is much higher as these are the figures for deaths where a diagnosis was possible.

Malaria hits children hardest and is one of the reasons why Angola has the world's third highest death rate for children under five, which UNICEF puts at 260 per thousand in 2003.

The effects of malaria can be deadly for those with the HIV virus that weakens the immune system. The HIV rate in Angola remains below the regional average, mainly due to the lack of movement of people between the region and Angola during the war. According to a recent study among pregnant women undertaken by Centre for Disease Control the HIV rate is 2.8 percent for the country.

Tsetse flies caught

The Institute of Combat and Control of Trypanosomiasis (ICCT) announced on 21 January that it had caught and destroyed 111,816 tsetse flies in 2,305 traps in Zaire province last year.

Trypanosomiasis is also known as sleeping sickness, which is a deadly disease if not treated early. In its latter stages sleeping sickness has horrific symptoms similar to severe mental illness.

Trypanosomiasis is spread by the tsetse fly infected with the protozoa. The reduction in cultivation due to the war in Angola resulted in the spread of the bush, and with it a huge increase in the number of tsetse fly.

The Angolan Ministry of Health has set up mobile units to tackle the problem, and to screen people to allow for early treatment. Last year 90,150 people were screened and 318 people diagnosed.

Humpty Dumpty tackles landmines

The New York based NGO the Humpty Dumpty Institute (www.humptydumpty.net) has begun funding landmine clearance in Angola with proceeds from the sale of surplus powdered milk donated by the US government.

Humpty Dumpty has organised for the powdered milk to be sold in Angola, which will raise around \$620,000 for the removal of landmines from 1,500 kilometres of road in the central highlands of Angola.

The demining is to be carried out by the Halo Trust, which has already started work on its "Road Threat Reduction" project following the delivery and sale of the first tranche of powdered milk in October 2004.

Action against provincial mismanagement

In a further step to tackle corruption, the Angolan government has taken action against financial mismanagement in the provinces.

The Angolan Audit Court has announced that it has fined the former governor of Bengo province, Isalino Manuel Mendes, \$170,000 to compensate the province for financial irregularities that took place during his governorship. He will also have to pay backdated interest on the sum, and four percent in fees.

The fine came from irregularities in a contract awarded in 1996 to the National Society of Undertakings and Economic Development of Portugal (SNEDE), for the development of Bengo province. At the heart of the accusations is that SNEDE was allowed to increase its fees and extend its deadlines, that the original contract was not put out to public tender, and that payment was made before the start of the work.

In Zaire province the provincial director for assistance and social reinsertion, Francisco Alberto Lusala has been arrested on charges of embezzlement. Lusala had been

caught by the police with a truck of rice heading towards the Democratic Republic of Congo, where it is believed that he was going to sell the grain. Lusala was dismissed from his post in September 2004.

New phone codes

Changes have been made to mobile phone numbers in Angola. The Unitel code 092 has changed to 0923 and the Movitel code has changed from 091 to 912.

Minerals earn Angola \$9 billion

Angola earned \$9 billion last year through the sale of oil, diamonds and granite, according to the newspaper Jornal de Angola.

The country is now producing a million barrels of oil per day, and last year it produced a total of 246.5 million barrels earning \$8 billion. It also earned \$800 million through the sale of seven million carats of diamonds. Sales of granite earned a further \$4 million.

The Angolan government estimates that last year diamonds worth a million dollars were being smuggled out of Angola each day. To combat this the army last year undertook the controversial operation to clear out illegal diamond miners from the north east of the country. Human Rights Watch estimates that 60,000 people were expelled to neighbouring countries, and states that the army committed widespread abuses during the expulsions.

The Angolan government expects official diamond output to increase to 15,000 carats this year, partly as a result of those expulsions. Another factor increasing output is the doubling of the capacity of the Catoca diamond mine with the introduction of a new diamond treatment centre. The mine is expecting to increase its output from \$50 to \$100 million annually, with production increasing from four million to eight million carats.

The Angola Peace Monitor is produced every month by ACTSA - Action for Southern Africa.

050203Luanda e Windhoek discutem aproveitamento da bacia do rio Cunene

Delegações de Angola e da Namíbia discutem desde ontem, em Luanda, formas de aproveitamento da bacia do rio Cunene.

No encontro, que decorre numa das unidades hoteleiras da capital, estão a ser analisados mecanismos para se obter um modelo de estudo e de gestão dos recursos hídricos, que venham a ser administrados pelo Instituto Angolano de Recursos Hídricos.

O estudo servirá de guia para os acordos que se vierem a estabelecer com os países vizinhos.

Discursando na abertura do evento, o ministro da Energia e Águas, Botelho de Vasconcelos, considerou ser importante o espírito que norteia a busca de consensos, devido ao facto de Angola, mesmo em tempo de guerra, nunca ter deixado de apoiar os países da região.

Para o governante angolano, os recursos hídricos nacionais são determinantes para acabar com a fome, através de implementação de programas agrícolas, permitindo assim a recuperação do parque industrial, através de programas energéticos.

Para a tomada rápida de decisões, o Chefe de Estado angolano criou uma Comissão Interministerial, a qual integra o ministro da Energia e Águas, da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, do Urbanismo e Ambiente e o Secretário do Conselho de Ministros.

Na qualidade de coordenador da referida comissão, o titular da Energia e Águas apelou para que a Comissão Técnica Permanente Conjunta Angola-Namíbia sobre a Bacia Hidrográfica do Cunene (CTPC) trabalhasse com celeridade na apresentação de propostas que permitam a tomada de decisões rápidas sobre o melhor aproveitamento dos recursos de que o nosso país dispõe.

Comissão Conjunta de delimitação da fronteira marítima Angola-Namíbia foi ao Namibe

Luanda, 31/1 - O ministro namibiano da Administração das Terras, Reassentamento e Reabilitação, Hifikepunye Lucas Pohamba, e o titular da pasta da Justiça de Angola, Manuel Aragão, foram hoje ao Namibe para a cerimónia de descerramento das lápides dos marcos, na foz do rio Cunene, relativa a delimitação da fronteira marítima

entre Angola e a Namíbia.

Trata-se do descerramento das placas de memória do marco CCAN-FMFC-1 de luz vermelha e do marco CCAN-FMFC-2 de luz verde, que acontecerá terça-feira, soube a Angop.

No dia seguinte, já em Luanda, o ministro namibiano vai ser recebido pelo presidente da Assembleia Nacional, Roberto de Almeida e pelo primeiro-ministro, Fernando Dias dos Santos "Nandó".

Hifikepunye Lucas Pohamba, que será empossado presidente da Namíbia a 21 de Março, na sequência das eleições do ano passado, chegou domingo Angola para uma visita de trabalho de seis dias, no âmbito da Comissão Conjunta de delimitação da fronteira marítima entre Angola e a Namíbia.

À sua chegada, disse à imprensa que a vinda a Angola tem como objectivo fazer a entrega formal do relatório referente aos trabalhos da comissão conjunta.

O trabalho das duas delegações culminará a 03 de Fevereiro com a entrega do relatório final e do mapa que delimita a fronteira marítima ao Presidente José Eduardo dos Santos e ao presidente cessante da Namíbia, Sam Nujoma, que para o efeito viajará proximamente a Angola.

050131Angola e Namíbia falam de delimitação

O Presidente eleito da Namíbia,
Hifikepunye Lucas Pohamba, está desde
ontem em Luanda para uma visita de

trabalho de seis dias a Angola, no âmbito da Comissão Conjunta de delimitação da fronteira marítima entre Angola e a Namíbia.

Hifikepunye Lucas Pohamba veio a Angola na qualidade de ministro da Administração das Terras, Reassentamento e Reabilitação da Namíbia, tendo sido recebido no aeroporto internacional “4 de Fevereiro” pelos ministros angolanos da Justiça e da Defesa, Manuel Aragão e Kundi Paihama, respectivamente.

Em declarações à imprensa, o ministro disse que a sua vinda a Angola tem como objectivo fazer a entrega formal do relatório referente aos trabalhos da

Comissão Conjunta, em cerimónia que deverá ter lugar no próximo dia 3 de fevereiro na capital angolana.

“Fomos incumbidos por suas excelências os Presidentes José Eduardo dos Santos e Sam Nujoma de demarcar e delimitar a fronteira marítima entre os dois países”, afirmou.

Segundo Hifikepunye Pohamba, a tarefa foi cumprida, tendo a Comissão decidido realizar a cerimónia de entrega dos relatórios aos Chefes de Estado angolano e namibiano no próximo dia 3 , em Luanda.

Chefiam as delegações na Comissão Conjunta o ministro da Justiça, Manuel Aragão, pela parte angolana, e Hifikepunye

Pohamba, pela parte namibiana.

De acordo com a agenda de trabalhos, as delegações angolana e namibiana deslocam-se hoje à província do Namibe, para participar da cerimónia de descerramento das lápides dos marcos, na foz do rio Cunene, local em que tiveram início os trabalhos.

Entretanto, o Presidente cessante da Namíbia, Sam Nujoma, vem nos próximos dias a Luanda, para participar na cerimónia de entrega formal do relatório referente aos trabalhos da Comissão Conjunta de Delimitação da Fronteira marítima entre o seu país e Angola.

A informação foi prestada ontem por

Hifikepunye Lucas Pohamba, momentos após a sua chegada a Luanda , no âmbito dos trabalhos da referida comissão.

“Neste momento, o Presidente Nujoma está em Abuja, Nigéria, a participar na Cimeira da União Africana (UA) e de lá viajará directamente para Luanda”, disse.

Hifikepunye Lucas Pohamba, de 69 anos, foi candidato pela Organização dos Povos o Sudoeste Africano (SWAPO), de que era vice-presidente, às eleições presidenciais de Novembro do ano passado, tendo vencido com 76,4 por cento dos votos.

Pohamba contou com o apoio do presidente cessante, Sam Nujoma, que se vai reformar depois de dirigir o país

durante 15 anos, mas que se vai manter na presidência da SWAPO.

A SWAPO, que liderou a luta armada pela independência da Namíbia, conquistada em 1990, obteve 75 por cento dos votos nas legislativas, assegurando 55 dos 72 assentos no Parlamento.

O empossamento de Lucas Pohamba está previsto para 21 de Março de 2005.

Oficializada privatização de móveis e imóveis dos Caminhos de Ferro de Benguela

Luanda, 31/01 - O Governo de Angola oficializou há dias a privatização total dos móveis e imóveis, bem como as áreas adjacentes, identificadas no relatório de avaliação, indispensáveis à expansão do Hotel, pertencente ao Caminho de Ferro de Benguela (CFB).

De acordo com a edição número um, I série, de três de Janeiro, do Diário da República, a que a Angop teve hoje acesso, em Luanda, a medida teve como base o facto de o Hotel Terminus, pertencente ao CFB, ter estado a ser gerido e reabilitado pela

Imogestin - SRAL, no quadro de um contrato de gestão e expansão celebrado entre aquela empresa e a Companhia dos CFB.

O facto foi consumado depois que a audicontas procedeu a avaliação patrimonial do Hotel Terminus, tendo em consideração o valor do investimento já realizado pela empresa gestora, no caso a Imogestin - SARL.

O decreto, da autoria dos Ministérios das Finanças e dos Transportes, indica que é economicamente desvantajoso manter a unidade na esfera patrimonial do CFB, agravado ao facto de se situar fora da sua área de negócios e por se encontrar paralisado há mais de 10 anos.

Como figurino de privatização, acrescenta que é atribuído 100 por cento de propriedade por ajuste directo à favor da Imogestin - SARL, sendo que o preço da adjudicação do referido património a determinar pela avaliação do património aprovada e efectuada de acordo com os critérios e metodologia actuais.

O valor de alienação apurado, assim como as modalidades de pagamento, serão determinados pelo auto de adjudicação provisório emitido pelo Gabinete de Redimensionamento Empresarial (GARE), nos termos da lei em vigor.

O decreto orienta a Conservatória e respectiva Repartição Fiscal a registar o referido património a favor dos adjudicatários, conforme auto de adjudicação homologado pelo Ministério das Finanças.

Público: Os AUDI

PÚBLICO

20050125

Autoridades angolanas adquirem viaturas de grande luxo

Uma das polémicas que nas últimas semanas têm dominado a imprensa de Luanda

é a dos carros excepcionalmente caros que estão a ser adquiridos, quando o

Governo diz ansiar por uma conferência internacional de doadores

Jorge Heitor

O Estado angolano adquiriu duas viaturas de grande luxo AUDI A8 ao preço unitário de 800.000 dólares (615.000 euros), quando o salário mínimo nacional é de 50 dólares (38 euros), sublinhou o bissemanário privado luandense “Folha 8”, de William Tonet.

A aquisição daquelas viaturas, destinadas ao Tribunal Supremo e ao Governo, “é brincar com o desafortunado povo de Angola”, disse o jornal, segundo o qual o preço dos carros, equipados com um motor V8 com 335 cavalos de potência, corresponde a mais de 3.600 toneladas de arroz ou a 5.950 toneladas de farinha de milho. Além de que, logo na altura do desembarque, no porto de Luanda se lhes partiram os vidros, tendo sido necessária a deslocação de técnicos alemães para os recolocarem, num extra de mais algumas dezenas de milhares de dólares.

“São veículos especiais que garantem a segurança das entidades a quem se destinam”, explicou o ministro dos Transportes, André Luís Jordão, perante uma interpelação de Jerónimo Wanga, líder da bancada parlamentar da UNITA, a segunda formação política do país.

Uma das razões apresentadas pela comunidade internacional para não se apressar a organizar, no fim deste ano ou início de 2006, uma conferência de doadores para Angola é a ausência de uma boa governação, com falta de transparência nas contas públicas. E o “Folha 8” comentou que está a ser esbanjado dinheiro em carros de luxo, constituindo isso uma sabotagem da desejável conferência.

Tanto aquele órgão de informação como o semanário “Agora” noticiaram que já estão encomendadas mais duas viaturas superluxuosas, em tudo contrárias à

miséria em que vive grande parte da população angolana e para cujo combate o Executivo de Luanda diz necessitar da ajuda das instâncias internacionais.

Angola é em teoria a terceira economia da África Subsariana, depois da África do Sul e da Nigéria. É o segundo maior produtor de petróleo da região e o quarto maior produtor mundial de diamantes. No entanto, apesar do enorme potencial, a sua economia ainda depende muito do petróleo, que representa 88,4 por cento das exportações de bens e serviços e 54,4 por cento do Produto Interno Bruto (PIB).

Depois de 27 anos de guerra entre o Estado/MPLA e a UNITA, a reconstrução de estradas, de linhas férreas, dos sistemas de fornecimento e de distribuição de energia eléctrica, dos sistemas de abastecimento de água, do saneamento básico e da rede de telecomunicações ainda vai custar mais de 4.000 milhões de dólares (3.000 milhões de euros), o que possivelmente só poderá ser feito se tiver êxito a conferência de doadores desejada pelo Governo.

Entretanto, e apesar de o sector petrolífero gerar receitas de cerca de 5.500 milhões de dólares por ano, Angola é um dos países mais pobres do mundo e cerca de 15 por cento da população depende da ajuda alimentar das Nações Unidas, pelo que causa grande estranheza que juízes ou ministros se desloquem em viaturas que podem atingir os 250 quilómetros horários.

A existência de corrupção e o descaminho de verbas do erário público poderão vir a ser alguns dos temas dominantes da campanha para as eleições gerais do próximo ano, as primeiras que o país conhece desde 1992, quando a oposição ao Presidente José Eduardo dos Santos ainda era chefiada por Jonas Savimbi,

líder da Frelimo, morto uma década depois.

La lettre du continent N° 463 27/01/2005

ANGOLA: Suisse de jour et Suisse de nuit

Les Angolais vont devoir acheter "le suisse sans peine" pour comprendre les attitudes paradoxales des uns et des autres à leur égard...

Les affaires étrangères suisses torpillent la justice genevoise Luanda va avoir un peu de mal à décrypter le coup bas que vient de lui porter "La Suisse et le monde", la revue du Département fédéral des affaires étrangères. Alors que Daniel Zappelli, le procureur général de Genève, vient tout juste de blanchir la dette russe, le 21 décembre 2004 (LC N°462), Berne s'est mis à tirer à boulets rouges contre Eduardo dos Santos, le président angolais, dans un article intitulé : "Avoirs des potentats, des milliards dont on ne veut pas", paru en janvier 2005.

Mis au même rang que Sani Abacha, l'ancien dictateur du Nigeria, les responsables angolais sont carrément accusés d'avoir détourné une partie de la dette russe sur un compte au Luxembourg, alors que leur pays "souffre de la plus grande pauvreté en dépit de ses richesses pétrolières". L'article est signé Priscilla Imboden, rédactrice économique à la radio DRS.

Comment expliquer ce couac entre Genève et la capitale suisse ? Au nom de la paix sociale, la Confédération est gouvernée depuis plus d'un demi-siècle par quatre partis politiques, trois de droite et le Parti socialiste. Les trois premiers se chargent du business, les progressistes cherchent à redorer l'image de la Suisse, notamment à l'étranger. Le ministère des affaires étrangères est donc confié à la socialiste genevoise Micheline Calmy-Rey. En revanche, Daniel Zappelli (Parti radical) a été élu procureur sur un programme clair : l'enterrement de toutes les affaires de blanchiment qui portent atteinte à la place financière. Des affaires soulevées par son prédécesseur Bernard Bertossa (socialiste) et par le juge d'instruction Daniel Devaud (Alliance de gauche, regroupant communistes et l'extrême gauche).

A Paris, on est également dans le bleu avec Luanda... Le deal négocié par l'Elysée avec les responsables angolais dans le cadre de l'Angolagate n'a pas tenu. Il prévoyait le retour de Pierre Falcone en France et la reprise de ses "interviews" par le juge Philippe Courroye sans qu'il ne soit arrêté puisque désormais protégé par une immunité diplomatique angolaise. Ne faisant pas confiance au juge, Falcone a remis la pression sur le président José Eduardo dos Santos dont il est le mandataire personnel. En ricochet, ce dernier tord le bras de Total et menace que si, à la date-butoir du 15 février, son mandataire Falcone n'obtient pas un quitus en France, c'est le développement des champs du bloc 17 de la compagnie qui sera menacé...

hi nick, i'm thinking of doing a story on this swiss money for reuters...would you have any comments about it i could quote you on? am also gathering info on delays of IMF SMP mission (now scheduled for feb) and why it's been delayed so much. have you heard anything? people here are saying it's because finmin not disclosing info on oil windfall. funny you should mention driving in luanda - i did a story yesterday about a new volkswagen assembly factory to be built in viana (see story below jaime). also sending you a few interesting angop stories on negotiations between EU and Angola re fishing... apparently spanish are going mad about it because of this fish delicacy they have that the rest of europe thinks is disgusting. speak soon, zoe

Informação Aguinaldo Jaime disse à RNA que os valores “não são tão altos”

Dinheiro desbloqueado de bancos suíços vai financiar desminagem

O ministro adjunto do Primeiro Ministro, Aguinaldo Jaime, disse ontem que o dinheiro desbloqueado pelo Governo dos bancos suíços vai servir para financiar operações de desminagem em Angola.

Aguinaldo Jaime, que falava para o programa “Manhã Informativa”, da Rádio Nacional

de Angola, preferiu não revelar os valores desbloqueados, mais garante que não são tão altos como se especula.

“Oportunamente, estou convencido, o Governo fará um comunicado circunstanciado sobre este caso. O que lhe posso adiantar desde já é que estes valores não são tão altos quanto eu tenho lido nalguma imprensa. Servirão (os valores) fundamentalmente para operações de desminagem em Angola no âmbito de um acordo a que se chegou entre as autoridades angolanas e autoridades suíças”, afirmou Aguinaldo Jaime.

O ministro adjunto do primeiro ministro falou também dos salários, tendo afirmado que a estabilização da moeda era a primeira condição para que o salário seja valorizado.

“A primeira condição para que os salários sejam valorizados é haver estabilidade da moeda nacional, porque se nós tivermos uma taxa de inflação de 100 por cento e não houver nenhuma actualização salarial, quando chegarmos ao final do ano significa que o nosso salário vale zero”, explicou.

Ele disse ainda que 30 por cento de inflação ainda era “uma taxa elevada em termos absolutos”, e anunciou que o Governo vai continuar a fazer esforços para consolidar o processo de estabilização da economia, relançar a produção interna no sector não petrolífero, com vista a se erradicar a pobreza e a fome e a ser dar empregos às populações.

Quando à preparação e realização das eleições, Aguinaldo Jaime prevê que os gastos totais com o pleito eleitoral atinjam a cifra de 350 milhões de dólares. Só para este ano o OGE prevê 170 milhões de dólares, para a criação de condições para o pleito eleitoral.

“O que sei é que em 2005, no âmbito do Orçamento do Estado para 2005, o Governo alocou 170 milhões de dólares para as despesas relacionadas com o processo eleitoral.

“Naturalmente, estou a falar de desembolsos directos. Não estou a falar de todas as actividades complementares que concorrem para que tenhamos um processo eleitoral exitoso. Estou a falar nomeadamente de despesas com a reposição da Administração do Estado e com a reabilitação de infra-estruturas, porque sem isso não poderá haver a criação de condições para realização do pleito eleitoral em condições de eficácia”, afirmou Aguinaldo Jaime.

INTERVIEW-Volkswagen plant to boost Angolan non-oil industry.

By Zoe Eisenstein
366 words

26 January 2005
14:24
[Reuters News](#)
English
(c) 2005 Reuters Limited

LUANDA, Jan 26 (**Reuters**) - A Volkswagen (VOWG.DE) car assembly plant being planned in **Angola** should help revive industry in the oil-rich country, battered by nearly three decades of civil war, a state official said on Wednesday.

"This is the single biggest non-oil investment to be made in the 12 months," the head of **Angola's** private investment agency (ANIP) Ari de Carvalho told **Reuters**.

"We hope it will reactivate the industry and that other companies will be encouraged to come to **Angola**," he said.

U.S. firm ANCAR Worldwide Investments is putting \$48 million into the plant, which could produce its first cars by 2007.

Volkswagen already builds cars in nearby South Africa, which has the continent's biggest car industry.

Angola, a former Portuguese colony, once assembled Renault cars and Land Rovers, but, like most of its industries, those operations halted during the 27-year civil war that ended in April 2002, leaving the country's economy almost entirely dependent on its vast oil reserves.

Since the conflict ended in April 2002, the government is keen to encourage foreigners to invest in non-oil sectors.

At full capacity, the new plant would build 10,000 Volkswagen and Skoda vehicles annually, employ 2,500 people, and could spearhead the industry's revival, de Carvalho said, adding that demand for cars in **Angola** was substantial.

"At the moment, people go to Europe and buy used cars because the cost of importing new cars to **Angola** is quite high. But cars built locally could cost 25 to 30 percent less, which will make them very attractive," he said.

The 100,000 square metre facility will include an assembly line and training centre for up to 1,500 students annually.

"It's difficult to give an exact date for when it will be operational as they will have to do quite a lot of work on the infrastructure in the Viana industrial park (near Luanda) first," De Carvalho said.

Despite its vast crude reserves - **Angola** is sub-Saharan Africa's second-largest producer after Nigeria - most of its 13 million people live in poverty.

Document LBA0000020050126e11q00ffs

Sent: Sunday, January 23, 2005 12:13 AM
Subject: decretos presidenciais

NOTA DE IMPRENSA

Os Serviços de Apoio ao Presidente da República informam que o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, no uso da faculdade que lhe é conferida pela Lei Constitucional procedeu, hoje dia 27 de Janeiro de 2005, por decreto, às seguintes exonerações:

Pedro Hendrick Vaal Neto, do cargo de Ministro da Comunicação Social;

Manuel Domingos Augusto, do cargo de Vice-Ministro da Comunicação Social;

Job Pedro Castelo Capapinha, do cargo de Vice-Ministro da Juventude e Desportos;

Sebastião José António Martins, do cargo de Vice-Ministro do Interior;

Américo Maria de Moraes Garcia, do cargo de Assessor do Presidente da República para os Assuntos Regionais e Locais.

O Presidente José Eduardo dos Santos procedeu igualmente à extinção da Comissão Administrativa de Gestão do Governo da Província de Luanda por estarem ultrapassadas as razões que determinaram a sua existência.

Por outro lado, o Presidente da República exarou um conjunto de decretos a nomear as seguintes entidades:

Manuel António Rabelais, para o cargo de Ministro da Comunicação Social;

Américo Maria de Moraes Garcia, para o cargo de Chefe da Casa Civil do Presidente da República;

Job Pedro Castelo Capapinha, para o cargo de Governador da Província de Luanda;

Irene Alexandre da Silva Neto, para o cargo de Vice-Ministra das Relações Exteriores para a Cooperação;

Ângelo e Barros Veiga Tavares, para o cargo de Vice-Ministro do Interior;

Manuel Miguel de Carvalho, para o cargo de Vice-Ministro da Comunicação Social;

Adão Gaspar Ferreira do Nascimento, para o cargo de Vice-Ministro da Educação para o Ensino Superior;

Gonçalves Manuel Muandumba, para o cargo de Vice-Ministro da Juventude e Desportos para a Área da Juventude;

Francisca do Espírito Santo, para o cargo de Vice-Governadora da Província de Luanda.

Serviços de Apoio ao Presidente da República, em Luanda, a 27 de Janeiro de 2005.

Huambo: Comissão Inter-ministerial reúne-se sexta-feira

Huambo, 20/01 - A Comissão Inter-Ministerial preparatória do processo eleitoral, previsto para 2006, reúne-se sexta-feira, em Luanda, para, entre outros assuntos, analisar as necessidades indicativas para a realização do escrutínio.

O facto foi anunciado quarta-feira na cidade do Huambo pelo coordenador da referida Comissão, Virgílio Fontes Pereira, no termo da sua visita, de dois dias, à aquela Província do planalto central.

"Os técnicos estão a reunir informação sobre as necessidades para o efeito, e já temos trabalho avançado a este respeito", revelou o também ministro da Administração do Território, referindo igualmente que a Comissão equaciona, com os Ministérios das Finanças, Obras Públicas e outras estruturas do Governo, a recuperação do património e infra-estruturas que serviram de base de apoio ao processo eleitoral de 1992, destruídas pela guerra que se seguiu.

Na província do Huambo, citou como exemplo, as autoridades municipais do Bailundo identificaram já instalações a serem utilizadas para o processo eleitoral, facto que o interlocutor considerou "muito importante para a Província e não só".

Anunciou que a recuperação das citadas infra-estruturas será realizada no quadro dos investimentos públicos, dentro do programa do Governo de melhoria de oferta de serviços sociais básicos às populações.

Virgílio de Fontes Pereira defendeu a necessidade das Províncias quantificarem os valores reais para cumprimento das tarefas ligadas ao registo dos cidadãos e as próprias eleições. "Quantificadas tais necessidades, calcularemos o que o país terá de gastar para a realização deste importante processo", disse ainda.

Durante a sua estadia no Huambo, a comitiva, integrada pelo ministro dos Correios e Telecomunicações, Licínio Tavares, e o "vice" das Obras Públicas, José Ferreira, constatou as necessidades técnico-administrativas da Província para a preparação do processo eleitoral.

MPLA anuncia reinício dos debates sobre a futura Constituição

Luanda, 20/01 - O presidente da bancada parlamentar do MPLA, Bornito de Sousa, anunciou, para breve, o reinício do debate sobre a futura Constituição, no quadro das grandes tarefas da Assembleia Nacional agendadas para este ano.

O líder de bancada do partido no poder fez este anúncio quando procedia à leitura da declaração política do seu grupo parlamentar relativamente ao pacote legislativo para as próximas eleições, cuja discussão, na generalidade, iniciou terça-feira.

Segundo referiu, o debate à volta da Constituição deverá realizar-se já ao nível da primeira Comissão da AN, que trata dos Assuntos Constitucionais, Jurídicos e Regimento, depois de extinta a Comissão Constitucional - o órgão que estava encarregue da elaboração da futura Lei Fundamental.

Relativamente ao pacote eleitoral, disse que o MPLA continua a defender que o ideal seria a aprovação de uma nova Constituição, que permitiria estabelecer balizas

consensuais sobre o quadro legal para as próximas eleições.

Entre os pacotes, respectivamente apresentados pelo MPLA e a oposição, encabeçada pela Unita, quatro documentos são coincidentes, segundo revelou Bornito de Sousa, nomeadamente os projectos de Lei Eleitoral, dos Partidos Políticos, de Observação Eleitoral e o Código de Conduta Eleitoral.

"O MPLA, por sua vez, apresenta ainda uma Lei distinta para regular o regime do Registo Eleitoral e propõe alterações à Lei da Nacionalidade", frisou.

A Unita e outros partidos da oposição, por seu lado, apresentaram também uma proposta de Lei sobre o Conselho Nacional da Comunicação Social e outra sobre o Direito de Antena, Réplica e Resposta dos Partidos Políticos e Organizações da Sociedade Civil.

Integra igualmente o pacote legislativo para as próximas eleições o projecto de Lei de Financiamento dos Partidos Políticos.

Bornito de Sousa apontou ainda como tarefas fundamentais para o ano de 2005, ao nível do parlamento, o início do debate sobre as grandes opções de desenvolvimento de médio e longo prazos, para as quais solicitou a colaboração dos parlamentares e cidadãos organizados.

Os projectos de Lei que formam o pacote eleitoral vão ser objecto de discussão na especialidade, em data a definir pela conferência dos presidentes dos grupos parlamentares, após apresentação, pelas Comissões, dos respectivos calendários.

O deputado realçou também como fundamental para o país a comemoração do 30º aniversário da Independência Nacional (11 de Novembro) que, este ano, segundo referiu, deverá ser aproveitado para a consolidação do processo de unidade nacional.

Lembrou que a celebração deste espaço temporal, em muitos países, é aproveitado

para aplicação de medidas de graças e augurou que a efeméride seja comemorada com "toda a dignidade e carácter nacional e abrangente".

Pioneiro Zeca e Ho Chi Min constroem Mpla **Os carros que custam milhões**

A borrasca subiu de tom e acabou por gerar um facto inédito. Pela primeira vez em 12 anos, a bancada parlamentar do Mpla, que sempre assinou de cruz as posições do Governo, desta vez não saiu em sua defesa. Foi criada uma Cpi para deslindar esse assunto, mas nenhum dos deputados do Mpla está disposto a integrá-la. «A situação é de tal modo indefensável que cria constrangimentos e embaraços», contou ao SA um deputado maioritário

No seu mais recente capítulo, a novela sobre a aquisição de duas viaturas Audi 8 blindadas destinadas a juizes do Tribunal Supremo, que alegadamente terão custado 750 mil dólares cada uma, constituiu um insulto e desprezo aos deputados da Assembleia Nacional e às populações que os elegeram. Esta é a interpretação imediata que está a ser feita à atitude que tiveram os ministros das Finanças e dos Transportes, chamados esta semana a prestarem esclarecimentos no Parlamento.

Durante a interpelação, solicitada pela bancada da Unita, José Pedro de Moraes e André Luís Brandão refutaram os valores astronómicos avançados pelo «Folha 8», mas também não fizeram questão de revelar os preços reais dos automóveis. «Rejeito, categoricamente, os preços que foram aqui avançados», disse o ministro das Finanças para acrescentar: «O preço real dos automóveis está depositado nos órgãos competentes do Governo». «Em relação aos carros, apenas podemos confirmar que foram feitas as aquisições das viaturas e que os valores não são altos», declarou por seu turno o ministro dos Transportes.

Enquanto a verdade permanece fechada a sete chaves, instigando toda a sorte de suspeições, a bancada parlamentar do Mpla acabou por acusar o embaraço e os constrangimentos criados pela situação. Bastante agastados, os deputados do maioritário consideram que os ministros tinham a obrigação de os esclarecer integralmente sobre os preços reais dos automóveis. «Não o tendo feito, eles trataram com desprezo os deputados, esquecendo-se que estes estão na Assembleia Nacional legitimados pelo voto dos eleitores, ao contrário dos ministros, que estão no Governo por nomeação», comentou um deputado do maioritário, que falou ao Semanário Angolense (SA) sob anonimato.

Tanto quanto o SA logrou apurar, as diligências dos deputados do Mpla, para levar os dois ministros a abrirem o jogo, já vinham detrás. Antes da interpelação, o Grupo Parlamentar reuniu por duas vezes com Pedro de Moraes e André Brandão, mas ambos mantiveram-se irredutíveis, recusando-se a revelar os verdadeiros números da transacção.

Os deputados do partido no poder admitem agora como provável explicação para as dificuldades que os ministros estão a revelar, a eventualidade de terem recebido ordens superiores para comprar os automóveis, mas um ou outro ter decidido acrescentar mais zeros à direita do valor da factura.

Seja como for, a borrasca subiu de tom e acabou por gerar um facto inédito. Pela primeira vez em 12 anos, a bancada parlamentar do Mpla, que sempre assinou de cruz as posições do Governo, desta vez não saiu em sua defesa. Foi criada uma Comissão

Parlamentar de Inquérito para deslindar esse assunto, mas nenhum dos deputados do Mpla está disposto a integrá-la. «A situação é de tal modo indefensável que cria constrangimentos e embaraços», disse a fonte deste jornal.

Com mais esse embaraço a juntar-se a outros problemas que já tem por conta de explosivos dossiers como o «dinheiro chinês» e a dívida pública interna, José Pedro de Moraes vê o cargo de ministro das Finanças cada vez mais ameaçado. Mais lá ao fundo do binóculo fica a ambição que sempre teve de um dia chegar à Cidade Alta, não importando já se o sonho diz respeito tão-somente ao cargo de Primeiro-Ministro ou outro. Tantas vezes protegido pelos «deuses», a situação do ministro dos Transportes também não é muito famosa. Este escândalo apenas vem «enriquecer» a sua já negativa folha de serviços. Mas o que a opinião pública anota como surpreendente é mesmo o facto inédito dos deputados do Mpla se terem demarcado do executivo.

Outra face desta polémica é o facto dela perigar ainda mais a realização da conferência de doadores que o governo angolano vem pedindo insistentemente à comunidade internacional. Situações comprometedoras como estas refreiam o já de si pouco entusiasmo que os doadores internacionais têm revelado. «Um país que se põe a gastar rios de dinheiro em compras supérfluas não tem legitimidade para realizar a conferência de doadores. Eles não são burros», assinala um observador.

Para este observador, o dinheiro que se gasta na aquisição de viaturas luxuosas como essas representam custos de oportunidade nos sectores sociais do país como a saúde e a educação, a braços com acentuadas carências de infra-estruturas. «Quantas escolas e hospitais não seriam construídos com esse dinheiro que é vazado em objectivos supérfluos? É assim que o Presidente da República proclama aos quatros ventos que se pretende fazer de Angola um bom país para se viver?», interroga-se.

ANGOLANIZAÇÃO DAS ONG INTERNACIONAIS

2005-01-20

Soou a hora da «angolanização» das Organizações Não Governamentais (ONG) operando em Angola. A posição foi anunciada hoje pelo ministro da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua, no primeiro encontro do ano com os operadores humanitários.

O ministro reconheceu o desempenho das organizações com os seus quadros estrangeiros, e o esforço que elas estão a fazer para transferirem competências para os quadros angolanos, mas pretende que essa evolução seja agora mais rápida. «A sua experiência e dedicação foram cruciais em situações em que era necessário agir bem e rápido para salvar vidas e minorar os sofrimentos das camadas mais vulneráveis da nossa população», estimou. Por outro lado, «eles também têm sabido transferir competências e conhecimentos aos quadros nacionais, permitindo, assim, a criação de condições susceptíveis de implementação de uma política de angolanização das ONG, assente no mérito e na gestão rigorosa e transparente dos programas».

Evocou a legislação angolana que dá prioridade de emprego aos nacionais e pediu a compreensão para o começo da efectivação desta linha na esfera das ONG. «Pretende-se, assim, seja compreendido dar um melhor e justo enquadramento e aproveitamento possível aos nossos quadros angolanos no contexto da reconstrução e desenvolvimento nacional, dando-lhes com prioridade a oportunidade de contribuírem com o seu saber e experiência nos vários aspectos da vida do nosso país», explicou.

COMPLETAR A ESTRATÉGIA PÚBLICA NO MEIO RURAL

O ministro reafirmou, igualmente, a vontade de actualizar o enquadramento da actividade das ONG no esforço de reconstrução de Angola. Elas devem passar a integrar a estratégia pública de revitalizar a vida económica e social no meio rural. «No nosso entender, as agência de desenvolvimento que actuam em Angola poderiam desempenhar um papel cada vez mais marcante na reconstrução do país desde que continuassem a entender melhor e inserissem as suas iniciativas dentro da estratégia do desenvolvimento do Governo», declarou. «O seu trabalho passaria assim a ser um verdadeiro complemento das medidas e iniciativas que o executivo angolano está a implementar para imprimir uma nova dinâmica do progresso económico e social das comunidades, principalmente nas zonas rurais», completou. No limiar de se completar três anos de paz, já não faz sentido, no ponto de vista do ministro, ONG exclusivamente dedicadas ainda à assistência de emergência.

A reunião de hoje visou expor as prioridades do seu executivo, no campo do desenvolvimento social, para o biénio 2005-2006. Agrupou representantes de 50 ONG nacionais e de 113 ONG internacionais e agências das Nações Unidas.

COMANDOS KATANGUESES GERAM DISTÚRBIOS NO KUITO

2005-01-21

Kuito viveu ontem momentos de pânico na sequência de um tiroteio ocorrido no centro da cidade, relatou hoje o correspondente da Ecclesia. Os disparos opuseram uma dezena de comandos “katangueses” trajados com a farda das Forças Armadas Angolanas (FAA) e populares no parque dos táxis da praça de Chissindo.

Os referidos militares espancaram vários cidadãos entre os quais o presidente da Associação dos Taxistas de Kuito, João Gouveia e a sua esposa. Os soldados não gostaram da intervenção do casal que os quis acalmar quando eles perseguiam de carro, disparando no meio da cidade, um chefe deles foragido. De acordo com o correspondente, o tiroteio resultou em vários feridos, mas nenhuma vítima mortal. Uma ferida, senhora Helena, acusou a mesma tropa de ter protagonizado semelhante desacato, há meses atrás, na localidade de N’harea, no Norte da província do Bié, de onde foi transferida.

Na N’harea, contou a cidadã, esses “katangueses” envolveram-se em pancadaria com a polícia. No Kuito, porém, a Polícia interveio e conseguiu controlar a situação.

Chama-se “katangueses” às antigas forças congoleesas opostas no passado ao regime do finado presidente Mobutu do então Zaire, hoje República Democrática do Congo (RDC). Grande parte regressou para o seu país de origem com o advento de outro regime em 1997, mas um bom grupo ficou em Angola.

Banco Rural ups 2004 profits 14.8% - Brazil

Business News Americas; Jan 19, 2005

(BNamericas.com) - Brazilian bank Banco Rural upped its net profits 14.8% last year to

132mn reais (US\$48.6mn) compared to 2003, local financial daily Gazeta Mercantil reported.

The bank's ROE came in at 19.5% in 2004.

Rural is slated to establish its first overseas branch this year in Angola. The bank's international network consists of subsidiaries in Miami, Nassau, Portugal and Uruguay, as well as a representative office in London.

Banco Rural focuses on lending to small and mid-sized enterprises and it is one of the leading banks in Brazil's agro financing segment. The bank holds the 22 place on the Brazilian bank ranking and its equity totals some 636mn reais. - (BNamericas.com)

All Material Subject to Copyright

Roc Oil Company Ltd - Update on Operations

Regulatory News Service; Jan 20, 2005

RNS Number:5873H Roc Oil Company Limited 20 January 2005 Attention ASX

Company Announcements Platform Lodgement of Open Briefing Roc Oil Company Limited Level 14 Market St Sydney NSW 2000 Date of lodgement: 20-Jan-2005 Title: Open Briefing. Roc Oil. Update on Operations Record of interview:

corporatefile.com.au ROC Oil Company Limited announced two important deals immediately before and after Christmas. ROC entered into agreements for the sale of 100% of its wholly-owned subsidiary which owns the Saltfleetby Gas Field and it entered into an agreement whereby it will be entitled to acquire up to 26% direct equity in the Ardmore Oil Field and surrounding acreage in the UK North Sea. Firstly, can you outline the completion process for the Saltfleetby deal? CEO John Doran The closing process for Saltfleetby has progressed exceptionally well. We expect the deal to be closed within days. That's pretty quick for a Sydney-based company completing a transaction of this size with an international Joint Venture consisting of a very large German gas company and a Russian company that is one of the biggest gas companies in the world. corporatefile.com.au In the Saltfleetby announcement you estimated that ROC would book an after tax profit from the sale of around \$72 million in 2005. Given the completion schedule you've outlined, do you expect any change to that profit number particularly in relation to IFRS? CEO John Doran The sale of

Saltfleetby will be booked as part of ROC's 2005 results. Naturally, when we announced the transaction in December 2004, we had to express the anticipated profit in terms of the then prevailing 2004 accounting standards. We haven't yet had a chance to work through the detailed implications of the transition to international accounting standards in 2005. Therefore, it is too early to come up with a new anticipated profit figure in a 2005 context. However, what we can say, with a large degree of confidence, is that the previously quoted A\$72 million estimated post tax profit on the sale is not expected to go down! corporatefile.com.au After completing the sale of Saltfleetby, what do you plan to do with ROC's expected cash balance of around \$180 million? CEO John Doran It's hard to talk about ROC having a strong balance sheet, or a significant amount of net cash, because we live and operate in the world of multi-national oil companies which are so much bigger and financially stronger. However, compared to many of its peers, ROC does have a solid financial base. It also has a large number of exploration, appraisal, pre-development and development projects underway which will require funding. Since the sale of Saltfleetby - and prior to the option we might exercise over the Ardmore Field in the North Sea - we don't have any significant production revenue at this exact moment in time - which always tends to concentrate the corporate mind. Fortunately, ROC's Senior Management Team, as well as its Board and Advisors, have all been through enough industry cycles to know that the best thing you can do at a time like this is to deploy your financial resources very judiciously. This is why we would not be inclined to put any substantial portion of the money generated by the recent sale of ROC's UK gas field, or the Company's April 2004 Rights Issue, into, for example, a high cost new venture that was pure exploration. corporatefile.com.au Ardmore is undergoing a continuous drilling and workover programme which will unfold during 2005. When announcing that deal, you stated that the results of the programme will determine whether or not the deal is a good one for ROC. Can you give an update on what's happening with Ardmore? CEO John Doran In summary: so far, so good; but it is still early days. At the moment it is nice to have an option rather than an equity stake but, if all goes well, we will switch into an equity position in a few months time. Apart from some typical North Sea weather downtime, which is within the bounds assumed by our commercial evaluation, production at Ardmore is behaving well: around 8,000 BOPD. The oil price is also behaving well with Brent crude recently trading around

US\$45/BBL. The production is in line with expectations while the actual oil price is well above our assumed price scenario. Subject to the usual operational caveats, the Ardmore Joint Venture will bring a third well on to production in February if a workover planned for later this month is successful. Immediately after that workover, the Joint Venture will be looking to drill a fourth well, which, it is hoped, will bump the field's production to above 12,000 BOPD, within the next three or four months. That would be just over 3,000 BOPD net to ROC if we exercise our full 26% option entitlement and that would be effectively backdated to December 2004.

corporatefile.com.au The joint venture partners involved in the Mauritanian drilling program have released a lot of information to ASX over the last few months. What is ROC's view on the drilling results and the progress you've made over the last few months? CEO John Doran ROC's view of what is happening in Mauritania hasn't changed in the last many months. The area is developing into an important new petroleum province offshore Northwest Africa - but it is still very early days. We still have a huge amount to learn about the detailed nature of the various oil and gas plays - and, in this regard, every new well helps. Development of the Chinguetti Field is progressing and first oil is still expected in early 2006. It's worth reminding ourselves that this is a deep water development in a remote part of Northwest Africa where, until very recently, there was no industry infrastructure. Consequently, the development of Chinguetti is a significant project for Woodside as operator. Clearly, the Tiof Field is large. However, with six wells drilled into the reservoir and, for a variety of valid operational reasons, none tested, I think we would all like to flow oil and recover some oil samples to help us determine the best way to develop this substantial resource. A testing programme is scheduled to happen soon. The Tevet discovery gave us a 1 in 4 success rate from the exploration wells drilled in late 2004. That is less than our previous strike rate, which was 100% for the Miocene Channel play. Of course, if you are batting at a 100% success rate there's only one way it can go - sooner or later, it will change for the worse and you will inevitably drill some dry exploration holes. In our case, it just so happened that those wells were the ones that were drilled most recently. Elsewhere in the petroleum world a 1 in 4 exploration success rate would be considered a good result. We should also remember that ROC has interests throughout offshore Mauritania, not just in the Woodside-operated area. Although the other offshore sub-basins are at an even earlier point on the exploration

learning curve than the Woodside-operated area, there is no reason why, given time, they shouldn't also enjoy a similar measure of success. Perhaps, the biggest danger that faced the market in relation to Mauritania last year was an understandable over exuberance fuelled by expectations that were unrealistically high and running well ahead of industry statistics - but, then, I guess, that's just a normal situation in an area where the drilling results have been so good. corporatefile.com.au In Equatorial Guinea, ROC has a 15% free carry through the next well. Can you update your exploration activities there? CEO John Doran Because of other priorities, a 20% participant gave notice of its intention to walk away from this deep water permit towards the end of last year. Next month that equity will be distributed, on a pro rata basis, between the remaining participants: Pioneer, Atlas and ROC. As a result, ROC's equity will increase from 15% to 18.75%. ROC's original 15% will still be free-carried through the next well which is scheduled to be drilled during 2005 while the 3.75% additional equity will be funded by ROC which will also operate the well.

corporatefile.com.au In late October 2004, ROC agreed to trigger the Production Sharing Agreement relating to the Cabinda South Block, onshore Angola. At that time you expected work to start on the ground during the first half of 2005. What's the latest with your work in Angola? CEO John Doran As stated in previous announcements, the acquisition of a 20% additional interest in the Cabinda South Block was always subject to Government approval. As of last month, the timeframe for receipt of that approval lapsed. On this basis, we now think it is unlikely that ROC will acquire that additional interest. Separately, ROC stills plans to farmout about 20% of its interest in the Block. We are also still on track to start a 3D seismic survey in May 2005. corporatefile.com.au Are you pursuing any other opportunities in West Africa which have reached an interesting stage? CEO John Doran We are continually looking at new opportunities within all four core regions: UK, Africa, Australia/New Zealand and China. We certainly like West Africa. We would love to find a suitable new project in that region that met all our investment criteria. Therefore, the short answer is: yes, we are actively looking at new opportunities offshore West Africa. However, quite frankly, I would have given you the same answer at any stage during the last several years. Very few of the opportunities that appear on a company's new venture radar screen ever come to fruition, it's always a case of looking at many and, perhaps, ending up with one or two. Just by way of example, last month ROC joined an

offshore West Africa Acreage Application Group as a minority equity participant and designated Technical Manager/Operator. At the moment we do not know if the Application Group will be successful in acquiring any acreage. Even if the Group is offered a block all that will signal is the start of a negotiation process which is likely to be very lengthy. Until such negotiations are completed ROC does not have any commitment. However, in the context of your question this situation does illustrate the fact that ROC routinely reviews, and under the right circumstances would seek to acquire, new acreage offshore West Africa. corporatefile.com.au Your China acreage has given you some encouraging exploration results although the highly viscous nature of the oil means a development is problematic. What's your current view on the potential of this acreage and what are your current objectives? CEO John Doran We continue to like the potential of China's energy business. With regard to ROC's Block 22/12 in the Beibu Gulf, we've been on a bit of a rollercoaster for most of the last 12 months. Currently, we are at an inflection point on that switchback ride where we are cautiously optimistic that one of the small fields will be a serious candidate for development in conjunction with a cluster of developments in an adjacent area. If this development proceeds it may have a knock-on effect that will bring on a string of other small oil accumulations - both discovered and hoped for - which, collectively, could be significant to ROC. The key will be getting the first development across the line. There is no assurance that that will happen - but if it doesn't it won't be for lack of trying by all parties. We will have a much better idea during the next several months. As for the Block's exploration potential: it looks quite encouraging and although individual prospects are small to modest in size, collectively, they too could prove to be material to ROC. Therefore, for ROC in China, 2005 is expected to be a year of development studies and possibly one exploration well, subject to rig availability. corporatefile.com.au Can you update the current timetable for Cliff Head Oil Field including when you expect the Final Investment Decision? Are there any significant hurdles to overcome? CEO John Doran For some time now the Final Investment Decision ("FID") for Cliff Head has been scheduled for end-January 2005. Currently, the Joint Venture is considering whether or not FID should be delayed to late February so that the results of the next well, CH-5, can be incorporated into the development planning. If the Joint Venture decides to postpone the FID until after CH-5 we do not expect that there will be any extra consequential project delay compared

to FID at end-January 2005 because the key processes will continue as if FID had been formalised at end-January. However, the most reliable date for first oil is now 1Q2006 because the previous stretch target of end-2005 is looking increasingly ambitious. In recent weeks we have received tenders for the various contracts. We are still going through the tender evaluation process. So far it looks like the capex numbers, including a A\$20 million contingency, will be about 25% above the most recent prediction made several months ago which was almost A\$200 million. This potential increase in capital cost is unwelcome but it is not surprising given the buoyant international and Australian market for resource industry contractors which, in Western Australia, is at a 20 year high. Fortunately, the oil price has also headed off in the same upward direction as the capex costs - which is not entirely coincidental. The net effect is that, although the capex figures are now threatening to be rather ugly compared to expectations in October 2004, the project remains within ROC's funding ability and the field's economic viability remains essentially intact - provided that there are no further significant capex increases, oil prices stay at, or above, US\$30/BBL and recoverable proved and probable reserve estimates continue to hover in the 18 to 21 MMBO, or greater, range. In the context of the new capex figures, the next well to be drilled at Cliff Head, CH-5, will take on a greater significance with regard to mitigating risk than was originally envisaged when it was proposed last year. Subject to receipt of the rig on schedule at the beginning of February, CH-5 will drill into the East Ridge part of the field and is expected to be through the reservoir by mid-February 2005.

corporatefile.com.au Thank you John. For further information on ROC please visit www.rocoil.com.au or call John Doran on (02) 8356 2000. To read other Open Briefings, or to receive future Open Briefings by email, please visit www.corporatefile.com.au Dr Kevin Hird General Manager Business Development Tel: +44 (0)207 586 7935 Fax: +44 (0)207 722 3919 Email: khird@rocoil.com.au Nick Lambert Bell Pottinger Corporate & Financial Tel: +44 (0)207 861 3232 This information is provided by RNS The company news service from the London Stock Exchange

INTERVIEW-China \$2-bln loan to fuel Angola reconstruction.

By Zoe Eisenstein

395 words

13 January 2005

12:59

[Reuters News](#)

English

(c) 2005 Reuters Limited

LUANDA, Jan 13 (**Reuters**) - **Angola** plans to use a \$2 billion loan from China to repair its infrastructure, which was wrecked during a civil war that ended almost three years ago, a finance ministry spokesman said.

The oil-backed credit line signed last March with the Eximbank of China will be applied on a project by project basis and will depend on the speed with which the Angolan government approves and implements proposals made by Chinese companies, Bastos de Almeida told **Reuters**.

China, one of the world's fastest growing economies, is increasingly looking to Africa to fulfil its monumental energy requirements in a strategic push analysts say marks sharp new competition for the continent's natural resources.

Angola is sub-Saharan Africa's second largest oil producer behind Nigeria and also has a wealth of mineral deposits.

Several Chinese companies had already been awarded contracts and were operating in **Angola**'s public works sector, and many more were expected in 2005, finance ministry spokesman Bastos de Almeida told **Reuters**.

"The Chinese credit line will be absolutely key to our economic activity this year," he said.

A massive influx of Chinese nationals - as many as 4 million - were expected in **Angola** during the disbursement of the credit line to build schools, hospitals, roads and bridges, he said. **Angola**'s population is around 13 million.

The rehabilitation of railways between the provinces of Luanda, Benguela and Namibe were projects already underway funded by the credit line, he said, but gave no details of the Chinese companies involved.

"A handful of Chinese companies are already here but we're going to see a lot more of them coming in over the next twelve months. It is true that some other countries aren't happy that we're doing so much business with the Chinese," De Almeida said.

"But Chinese companies are...quick and efficient and much cheaper than many others," he added.

To cope with the increased movement between China and **Angola**, talks were underway between state airlines China Airlines and TAAG to provide regular flights between Beijing and Luanda via London, De Almeida said.

In an effort to boost local businesses, each contract awarded to a Chinese firm would have to include at least 30 percent involvement of Angolan companies and workers, he added.

Document LBA0000020050113e11d00ai2

Roxar Wins Multi Million Dollar Contract to Supply Subsea Multiphase Flow Meters to Rosa Project in Angola

Market Wire Incorporated; Jan 20, 2005

Roxar, a leading technology solutions provider to the upstream oil and gas industry, has been awarded a contract to supply its revolutionary designed subsea multiphase flow meters to the deepwater Rosa oil field, off the Angolan coast. The contract was awarded by FMC Kongsberg, a subsidiary of FMC Technologies. FMC Kongsberg has a US\$120 million contract with the field operator Total to supply subsea systems to the Rosa field.

Roxar is the leading provider of subsea multiphase instrumentation. Its light-weight flow meters are designed for maximum reliability, performance and flexibility. They provide accurate, continuous multiphase monitoring of the flow rates of oil, water and gas in the oil well stream. Each well has a jumper-mounted meter with retrievable canisters containing electronics, CPU and power. The meters were selected as part of an international tendering process and consolidate Roxar's increased presence in West Africa -- a key target region for its industry-leading subsea flow measurement solutions.

Discovered in 1998, the Rosa field is located 135 kilometers off the Angola coast in water depths ranging from 4,200 to 4,900 feet (1,300 to 1,500 meters). According to Total, the Rosa development will require 25 subsea wells -- 14 producers and 11 injectors -- which will be linked back to the Girassol Floating Production, Storage and Offloading (FPSO) system 15 kilometers away. The new field is scheduled to come on stream in the first half of 2007, raising and prolonging the peak production of the Girassol FPSO.

Apoio Embaixador John Thompson reconhece dimensão da tarefa de reconstruir o país

REINO UNIDO NA PARCERIA

A ajuda da Grã-Bretanha para Angola em 2005 vai totalizar cerca de 17 milhões de dólares, anunciou ontem o embaixador daquele país em Luanda, John Thompson. Esse valor vai ser encaminhado na execução de vários programas que o Reino Unido apoia, nomeadamente o programa de desenvolvimento urbano de Luanda, o programa de desminagem e o programa de luta contra o HIV/Sida.

O valor em causa é uma percentagem dos 2 biliões de dólares de ajuda da Grã-Bretanha para

África durante este ano, para reforçar os planos africanos de desenvolvimento, no quadro da parceria com este continente.

Falando ao Jornal de Angola, o diplomata informou que a dívida de Angola com a Grã-Bretanha era dívida não comercial, mas sim governamental, e que era pequena, se comparada com a dívida com os bancos privados.

Quanto à conferência de doadores para Angola, aquele diplomata disse que o seu

país sempre

apoiou essa ideia, reconhecendo que “a tarefa que Angola está a enfrentar é grande de mais para um país enfrentar sozinho”.

A Grã-Bretanha sempre sugeriu, no entanto, tal como outros parceiros de Angola que, para o êxito desse evento, seria necessário a conclusão da estratégia de combate contra a pobreza e a assinatura de um acordo com o FMI, o que pode acontecer proximamente.

O acordo com o FMI serve para garantir que as políticas macro-económicas e financeiras de Angola estão no bom caminho, enquanto a estratégia de combate a pobreza seria o plano no qual a conferência podia basear-se.

UNITA quer envolvimento da sociedade civil no debate do pacote eleitoral

O secretário-geral da UNITA, Mário Vatuva, defendeu ontem o alargamento à sociedade civil do debate do pacote legislativo que o Parlamento tem que aprovar para a realização das próximas eleições gerais, previstas para 2006.

“A UNITA pensa que o debate de questões importantes como o pacote eleitoral não pode estar restringido a casa das leis, devendo alargar-se à sociedade civil angolana”, afirmou Mário Vatuva.

O dirigente do maior partido da oposição discursava em Luanda, na sessão de abertura de um encontro entre os grupos parlamentares da oposição e representantes de várias organizações da sociedade civil.

Para Mário Vatuva, “todos os angolanos devem se rever na questão da preparação das eleições”.

Na sua intervenção, o secretário-geral da UNITA reafirmou a importância da nomeação urgente do Conselho Nacional Eleitoral Independente (CNEI).

A questão da participação da sociedade civil no debate do pacote eleitoral foi também defendida por Mfuka Muzemba, que falou em nome das organizações que participaram neste encontro.

“Vamos continuar a pressionar para que a nossa participação no processo eleitoral seja efectiva”, afirmou, defendendo que a “participação activa de todos os angolanos” neste processo é uma condição essencial para que as eleições possam vir a ser consideradas “livres e justas”.

A Assembleia Nacional iniciou terça-feira a discussão do pacote de propostas

legislativas que vão reger as próximas eleições, tendo remetido para as suas comissões especializadas o debate das propostas apresentadas pelo MPLA e pelos principais partidos da oposição angolana.

Em causa estão as propostas de projectos da Lei Eleitoral, Lei dos Partidos Políticos, Lei de Observação Eleitoral e do Código de Conduta Eleitoral.

As propostas relativas à Lei do Registo Eleitoral, Lei do Financiamento dos Partidos e da Lei do Direito de Antena constam também deste pacote legislativo, cuja discussão e aprovação pelo plenário da Assembleia Nacional (Parlamento) deverá ocorrer em meados de Fevereiro.

<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/0,,menuPK:177680~pagePK:169643~piPK:169646~theSitePK:136917~PAGESIZE:10~COUNTRYCODE:ANG,00.html?countrylist=ANG>

world bank debt breakdown not so interesting

Sent: Thursday, January 20, 2005 4:54 PM

Subject: despacho-crédito

PR cria comissões para actualizar a legislação económica e regular a gestão urbana

Luanda, 20 de Janeiro de 2005 - Foram criadas hoje, por despacho do Presidente da República, a Comissão Técnica para a Regulamentação da Legislação Económica e a Comissão Técnica para a Actualização e Regulamentação do Crédito Habitacional e das Normas sobre Planeamento e Gestão Urbana.

A comissão que se ocupará da actualização da legislação económica funcionará no Ministério das Finanças e será coordenada por Francisco Queiroz e integrada por Edeltrudes Costa, Rui Minguêns, Custódio Armando, António da Cruz Lima, Hermenegildo Cardoso Gaspar, Rui Cruz, Hernâni Santana e Neto da Costa.

Entre as atribuições dessa comissão está a de realizar o levantamento de toda a legislação económica que careça de regulamentação e elaborar os correspondentes anteprojectos de regulamento. Do mesmo modo, esta comissão procederá à actualização da legislação que careça de adaptação à nova realidade económica do país.

De referir que a recente aprovação do pacote legislativo sobre o investimento privado e promoção do empresariado nacional criou um quadro legal mais atractivo para a realização de operações de investimento privado, nacional e estrangeiro, em Angola. De acordo com o despacho, a aplicação destas leis e de outra legislação económica exige, contudo, que se

clarifiquem e se detalhem normativamente alguns princípios e regras gerais contidas na mesma

Programa de trabalho

No prazo de 30 dias, a contar de hoje, a Comissão Técnica para a Regulamentação da Legislação Económica deverá apresentar um programa de trabalhos contendo a listagem da legislação a regulamentar, os estudos a realizar, o método de trabalho que será seguido, o calendário das distintas tarefas programadas e o prazo para a sua conclusão.

Pelo despacho presidencial, o coordenador dessa comissão pode contactar todas as instituições do Estado com ligação ao trabalho regulamentar a desenvolver e solicitar, sob autorização do Ministério das Finanças, estudos e pareceres de outros especialistas que julgue necessário.

Ao Ministério das Finanças caberá prover o apoio financeiro e administrativo necessário ao funcionamento da comissão, que será acompanhada pelo Assessor Económico do Presidente da República.

Habitação e Urbanismo

Já a Comissão Técnica para a Actualização e Regulamentação do Crédito Habitacional e das Normas sobre Planeamento e Gestão Urbana foi criada com vista a fazer face aos “problemas migratórios causados pela guerra” e que “provocaram uma sobrecarga habitacional nas grandes cidades, colocando em situação crítica as condições de habitabilidade, em especial nas capitais de província e na capital do país”.

Segundo o despacho, “a situação foi agravada pela inexistente reparação e manutenção dos imóveis, assim como pela produção acelerada de resíduos sólidos e líquidos e pelos constrangimentos de tráfego e trânsito e falta de mecanismos de gestão e auto-regulação dos agrupamentos residenciais e municipais”.

Foi pois com o objectivo de se “definirem novos critérios de assentamento populacional, organização e construção de novos bairros e cidades, para os quais o crédito habitacional e os fundos de investimento imobiliário devem jogar um papel central”, que o Presidente José Eduardo dos Santos nomeou a referida comissão.

Ela será coordenada por Archer Mangureira e integra Graciano Domingos, André Minga, Rui Minguêns, António da Cruz Lima e Teodoro da Paixão Franco e que terá por missão “fazer o levantamento de toda a legislação sobre urbanismo, território, crédito e financiamento, actualizá-la e elaborar os correspondentes projectos de regulamento”.

Ainda de acordo com o despacho presidencial, “a comissão funcionará no âmbito do Ministério das Finanças e do Banco Nacional de Angola, os quais suportarão o apoio financeiro e administrativo decorrentes do funcionamento da mesma”.

O coordenador da comissão pode contactar todas as instituições do Estado e solicitar, sob autorização do Ministério das Finanças ou do Governador do BNA, estudos e pareceres de outros especialistas que julgue necessários ao bom desempenho técnico e célere da comissão.

A comissão deverá, no prazo de 30 dias contar da data da publicação deste despacho, apresentar um programa de trabalhos contendo a listagem da legislação a regulamentar, os estudos a realizar, o método de trabalho que será seguido, o calendário das distintas tarefas programadas e o prazo para terminar o trabalho.

Sent: Tuesday, January 18, 2005 4:11 PM

Subject: Angola: Over 700 illegal miners arrested

Angola: Over 700 illegal miners arrested

Text of report by Radio France Internationale on 17 January

At least 770 illegal immigrants have been detained in Lunda Sul Province for involvement in illegal diamond mining. The detentions were within the framework of Operation Brilliant.

The Angolan authorities have expelled 511 of the illegal immigrants since early January 2005.

According to Police Commissioner Paulo Gaspar de Almeida, about 500,000 unlicensed diamond miners, mostly from the Democratic Republic of Congo, have been expelled from the country since the launch of Operation Brilliant in December 2003.

Source: Radio France Internationale, Paris, in Portuguese 1700 gmt 17 Jan 05

BBC Mon AF1 AFEausaf 180105/ra

Sarah Wykes 050121

Forex law is still of great concern.

IMF: should have been there about now but was postponed. One person said things were not going very well. Jaime: very keen to move forwards. We are putting in place the recommendations of the diagnostic, in place in Feb., then we will be in a position to go to the political leadership to ask them about EITI. Jaime: some of the PSA terms “need improvement.” One company official said “this is not a stable investment climate – there will be a social explosion” (but NB this may be just referring to political dynamics, not contract terms). AEI – story about JP Morgan asked to advise on future bond issues.

Russian debt deal: Russian audit court and Russian Finance Ministry have disagreed on this. Court decision is based on “Russians are not complaining” plus strategic funds abroad at a time of war, plus judgement depends on cosio pascal analysis on debt management: “this deal was beneficial to Russia and Angola.”

Quimberlito poderá render 11 biliões de dólares - destaque

Luanda, 15/01 - O noticiário económico nacional destacou, na semana que hoje finda, que as reservas de diamantes do quimberlito de Catoca, na província da Lunda Sul, vão render nos próximos 40 anos 11 biliões de dólares.

Segundo o director-geral da Sociedade Mineira de Catoca, Manuel Ganga Júnior, esse montante será proveniente dos 271 milhões de toneladas de minério extraídos da rocha e que resultará no aproveitamento de 189 milhões e 300 mil quilates de diamantes a adquirir durante 40 anos.

Com uma área de superfície de 63 hectares, o quimberlito de Catoca já rendeu, até 2004, 254 milhões de dólares, oito anos após início da sua exploração, e está situado a seiscentos metros de profundidade, dos quais quatro milhões e seiscentos metros cúbicos de terra são inaproveitáveis.

O projecto Catoca foi criado em 1995, mas só em 1997 iniciou-se a exploração efectiva do quimberlito.

Por outro lado, o noticiário económico nacional destacou também que as disponibilidades totais do primeiro trimestre do corrente ano estão calculadas em cerca de 231 biliões e 316 milhões de Kwanzas, segundo fonte oficial da Comissão Permanente do Conselho de Ministros.

As disponibilidades líquidas estão avaliadas em 220 biliões e 429 milhões de Kwanzas, representando 26,58 por cento da receita final do ano.

Da estrutura da despesa destacam-se 32 por cento que corresponde ao serviço da dívida, 24 por cento de despesas com o pessoal, 8 de despesas de capital, 14 de subsídios, 17 de despesas com bens e serviços e 5 referente as transferências correntes.

Dezasseis jornalistas da área económica dos órgãos de informação público e privado inteiraram-se, em Luanda, das actividades desenvolvidas pela Empresa de Diamantes

de Angola (Endiama) e suas subsidiárias, nomeadamente Sodiam, Endiama Prospeção e Produção, EndiTrade e a Fundação Brilhante.

Os profissionais de informação tomaram conhecimento do trabalho desenvolvido pelo Grupo Endiama desde a pesquisa, produção, avaliação e a comercialização dos diamantes angolanos.

A actividade inseriu-se na parceria entre a Ediama e Associação dos Jornalistas Económicos (AJECO), bem como nas festividades do 24º aniversário da daquela empresa diamantífera, a assinalar-se hoje.

A Endiama foi criada a 15 de Janeiro de 1981.

Outro assunto que mereceu destaque no noticiário económico nacional foi o anúncio de que os preços dos combustíveis na província do Uíge subiram na ordem dos 50 por cento, nos últimos dias, face a sua escassez na região.

O litro de gasolina está a ser comercializado a 120 Kwanzas contra os 60 anteriores e o de gasóleo passou de 30 para 60 Kwanzas.

O litro de petróleo iluminante, que nas vésperas da última quadra festiva estava a ser comercializado a 50 Kwanzas, custa agora 100 Kwanzas.

No centro-sul do país, três mil pessoas beneficiaram já dos serviços do Caminho de Ferro de Benguela (CFB) desde a reinauguração do troço ferroviário Lobito/Cubal, a 18 de Dezembro de 2004.

O responsável do CFB no Cubal, Lopes Eugénio, considerou satisfatória a cifra alcançada até ao momento, tendo destacado ainda a transportação de quantidades consideráveis de mercadorias, sobretudo a partir deste mês.

A fonte disse que o comboio efectua, numa primeira fase, duas viagens por semana, segundas e quintas, com a duração de quatro horas. A tarifa está fixada em 400

Kwanzas.

Mil e 997 famílias afectadas pela seca nos municípios da Bibala e Camucuio e na comuna do Bentiaba, província do Namibe, beneficiaram de sementes de massango, massambala, milho e feijão frade para a campanha agrícola 2004/2005, iniciada em Outubro passado.

Segundo o coordenador dos serviços sociais das Caritas de Angola no Namibe, o padre Tomás Tchinhama, cada família beneficiou de oito quilogramas de cada espécie de sementes.

O responsável local das Caritas frisou que as sementes distribuídas, antes de chegar aos destinatários, foram testadas para medir o seu grau de germinação nos solos da província.

A distribuição das sementes enquadrou-se no Projecto Esperança II, iniciado em Agosto último, cujo término está previsto para Julho de 2005.

Além das sementes, as mil e 997 famílias beneficiaram também de alfaias agrícolas, machados, catanas, limas e enxadas.

Indústria mineira de Catoca consome USD mais de 10 milhões em combustíveis/ano

Luanda, 16/01 - A Sociedade Mineira de Catoca, na província da Lunda Sul (Leste de Angola), gasta anualmente 10 milhões e 900 mil dólares na aquisição de combustíveis para abastecer o grupo de geradores que fornece energia a indústria.

Esse dado foi avançado recentemente pelo director-geral da Sociedade Mineira do Catoca, Manuel Ganga Júnior, quando fazia uma exposição aos jornalistas sobre o

funcionamento da instituição, investimentos, receitas e despesas.

Segundo o responsável, a indústria precisa diariamente de 38 mil litros de gasóleo para manter funcional a central de tratamento de diamantes.

De acordo com a fonte, o combustível alimenta oito geradores a gasóleo, com uma potência de 11,7 megawatts.

Acrescentou que a falta destas quantidades de combustível condiciona o funcionamento da central de tratamento de diamantes.

Actualmente, está em curso a construção de uma segunda central de tratamento de diamantes. Na óptica do chefe do Gabinete de Estudos e Projectos, Luís Coutinho, essa central, denominada Modulo II, só poderá funcionar tendo como fonte de alimentação energética as barragens de Capanda e Cambambe.

Com dois mil e 854 funcionários, dos quais dois mil e 572 angolanos e 282 estrangeiros, a indústria de Catoca trabalha 24 horas ao dia, ininterruptamente.

Entretanto, 43 milhões e 600 mil dólares é o montante que a empresa gastou em 2004 com o pagamento de salários aos trabalhadores, contra os 33 milhões e 100 mil de 2003.

Diamond mining in Angola with growing revenues

[afrol News](#), 24 January - Angola's diamond-mining sector was once the major financing source of the country's brutal civil war. Now, the increasingly monitored sector is proving an asset for businesses and national development. Only the Catoca Diamond Mining Project is now said to generate US\$ 11 billion for its owners over the next 40 years.

Manuel Ganga Junior, Director General of the Catoca Mining Group announced last week that the company expects the Catoca kimberlite pipe to generate a total of US\$ 11 billion over the next 40 years, according to reports from the Angolan government's Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP).

New geological studies at Catoca project that the kimberlite pipe contains approximately 190 million karats of diamonds. Located in Lunda Sul province, the kimberlite has a surface area of 100 square meters and is 900 meters in diameter, according to ANIP.

In its eighth year of production, the kimberlite pipe has already generated US\$ 254 million dollars in revenues, Mr Ganga said. The company expects to top the US\$ 400 million mark by 2006. Of this, the Catoca Mining Group expects that US\$ 100 million will be profit.

As part of its concession, the Catoca Mining Group has invested in a number of social projects in the area, ANIP reports. The group has built a residential housing complex, as well as a primary school for 303 students. "The company also provides meals for the students on an ongoing basis," ANIP says.

According to ANIP, the Catoca Mining group further had renovated the provincial hospital, built a potable water supply system for the Catoca surrounding areas that benefits some 6,000 residents and sponsors sporting events.

The Catoca Mining Group is partnership comprised of Endiama, the Angolan State diamond mining company, Brazil's Odebrecht Mining Services, and Israeli and Russian interests. The company started producing diamonds at Catoca in 1996, as the civil war still was ravaging Angola.

During that epoch, diamond mining in Angola had a poor reputation as the large revenues from the industry were used by the warring parties to finance the country's long and bloody civil war. A worldwide network existed to capitalise on Angola's conflict diamonds. This was one of the direct reasons behind the introduction of global diamond certification in the 1990s.

Meanwhile, the Angolan government has started close monitoring of its formerly loosely controlled diamond-mining sector. The Corpo de Seguranca de Diamantes

(CSD) - a national security agency established a few years ago - is now monitoring the storing, classification and transportation of diamonds in Angola. The CSD is the control of Angola's intelligence services.

Angola is the world's fourth-largest diamond producer after Botswana, Russia and South Africa. In 2003, Angola sold an estimated 5.6 million carats worth of diamonds, at a value of about US\$ 1 billion. In addition to the state-owned Endiama and a large number of foreign mining companies, an estimated 350,000 artisanal miners are also involved in the national diamond production.

By staff writers

MPLA expande projecto de resgate e generalização do civismo a todo país

Luanda, 15/01 - O projecto sobre o civismo, implementado pelo Gabinete de Cidadania e Sociedade Civil do MPLA desde 2004, vai expandir-se às 18 províncias do país com a publicação de cartilhas em línguas nacionais e brochuras em banda desenhada.

Com o lema "O Civismo na nossa sociedade: como resgatar e generalizar", a campanha vai organizar ainda a difusão de mensagens áudio-visuais e escritas nos meios de comunicação social estatais e privados.

A Directora do Gabinete para a Cidadania do MPLA, Carolina Cerqueira, prestou a informação sexta-feira, em Luanda, durante uma conferência de imprensa que visou proceder ao balanço das actividades promovidas em prol do resgate e generalização do civismo no país em 2004 e perspectivar o presente ano.

Na sua segunda fase, que iniciou com a conferência, o processo estará direccionado

às comunidades rurais, suburbanas em línguas nacionais, trabalhos de sensibilização permanente com os vários extractos da juventude e utentes da via pública (motoristas e peões).

Serão editadas novas brochuras e outros materiais gráficos, que irão ser distribuídos nos estabelecimentos de ensino, de saúde, assistência social, locais de recreação, mercados, via pública, meios de transportes, entre outros locais.

Para o êxito desta fase, Carolina Cerqueira apelou à colaboração dos órgãos de comunicação social estatais e privados, no reforço da difusão e generalização da mesma e convidou os actores cívicos, bem como instituições da sociedade civil, a unirem-se ao projecto para assegurar a chegada do civismo a todos os cantos do país.

Segundo a responsável, "o civismo na nossa sociedade: como resgatar e generalizar" é um projecto capaz de promover a convergência de esforços de diversos sectores da nossa sociedade, interessados no resgate dos mais nobres valores da cultura e convivência entre os angolanos.

Disse que o MPLA, como força política de causa e ideais em prol de Angola e dos angolanos, tem o dever de conceber e implementar iniciativas capazes de atrair o interesse comum e que constituam matéria de consenso a todos os níveis.

"O MPLA confirma por esta via o seu ininterrupto desejo de contribuir com ideias e acções para a construção progressiva de uma vida melhor dos cidadãos, por via de um exercício responsável de cidadania".

Na sua primeira fase, o projecto "O civismo na nossa sociedade: como resgatar e generalizar" baseou-se em colóquios, debates na comunicação social, afixação de outdoors e outro tipo de material publicitário, concepção e elaboração de uma cartilha, palestras e contactos directos com os cidadãos.

O referido projecto visa envolver a sociedade em esforços tendentes a busca de

comportamentos e atitudes de respeito mútuo, regras de convivência e afirmação das pessoas como cidadãos solidários, participativos e civicamente responsáveis, bem como difundir práticas e manifestações sãs e que facilitem um relacionamento nas sociedades, comunidades urbanas, periurbanas e rurais.

Rifts emerge as Angola debates reforms for 06 poll

18 Jan 2005 15:16:33 GMT

Source: Reuters

By Zoe Eisenstein

LUANDA, Jan 18 (Reuters) - Angola's parliament began debating new electoral laws on Tuesday overshadowed by rifts over the electoral commission's powers and progress on removing guns from civilian hands after decades of civil war.

The first parliamentary elections since 1992 are scheduled for next year and are seen as vital for establishing democracy in sub-Saharan Africa's second biggest oil producer, site of one of Africa's longest-running wars until 2002.

"This is another important landmark in Angola's democracy. But there is a long and sometimes difficult road ahead with a lot of work still to be done," said one Western diplomat. As debate began in parliament the MPLA, in power since independence from Portugal in 1975, sought to reassure former battlefield foe and now opposition party UNITA that it would listen to its concerns despite its substantial majority.

"We are open to dialogue. We don't want laws that will only suit us just because we have a majority in parliament," MPLA spokesman Kwata Kanawa told Reuters.

A major dispute between the parties is over disarmament, which most observers agree is essential to guaranteeing the stability of the electoral process.

While former UNITA fighters were disarmed and demobilised after the civil war, many civilians in the 13 million population possess firearms, and the opposition accuses the government of failing to take action to disarm them.

NO STRATEGY TO RETRIEVE GUNS

"The government isn't adopting a strategy to retrieve the guns in the hands of civilians. They don't seem interested in having one either," said the director of a pro-democracy non-governmental organisation (NGO).

But Kanawa dismissed these concerns, saying civilians had already started handing in their weapons.

"We will intensify our work (to disarm civilians) so that by the time elections come it will not be an issue," Kanawa said.

Parliament must also address electoral reform, including how and when a new national electoral commission should be formed and precisely what powers and duties it will have.

The MPLA envisages a limited role for the electoral commission, with the government staying in charge of registering the population and compiling the voter lists.

UNITA argues the commission should be independent and take charge of the entire process from voter registration -- a massive task in a country where many people lack identity documents following the war -- to running the ballot itself.

And pro-democracy groups worry they may not be allowed to monitor the process properly until it is too late to redress any problems with the registration process.

As a member of the Southern African Development Community (SADC), Angola is bound by the group's electoral standards, which include allowing regional observers to monitor elections.

Diplomats in the Luanda are keeping a keen eye on the first preparations for next years polls, but reserving judgement.

"We will be watching, but we won't make comments from the sidelines as if we were watching a football match," said the Western diplomat. "We will look at how Angola, as a member of SADC, puts into practice the SADC principles of how to conduct democratic elections."

MPLA anuncia reinício dos debates sobre a futura Constituição

Luanda, 20/01 - O presidente da bancada parlamentar do MPLA, Bornito de Sousa, anunciou, para breve, o reinício do debate sobre a futura Constituição, no quadro das grandes tarefas da Assembleia Nacional agendadas para este ano.

O líder de bancada do partido no poder fez este anúncio quando procedia à leitura da declaração política do seu grupo parlamentar relativamente ao pacote legislativo para as próximas eleições, cuja discussão, na generalidade, iniciou terça-feira.

Segundo referiu, o debate à volta da Constituição deverá realizar-se já ao nível da primeira Comissão da AN, que trata dos Assuntos Constitucionais, Jurídicos e Regimento, depois de extinta a Comissão Constitucional - o órgão que estava encarregue da elaboração da futura Lei Fundamental.

Relativamente ao pacote eleitoral, disse que o MPLA continua a defender que o ideal seria a aprovação de uma nova Constituição, que permitiria estabelecer balizas consensuais sobre o quadro legal para as próximas eleições.

Entre os pacotes, respectivamente apresentados pelo MPLA e a oposição, encabeçada pela Unita, quatro documentos são coincidentes, segundo revelou Bornito de Sousa,

nomeadamente os projectos de Lei Eleitoral, dos Partidos Políticos, de Observação Eleitoral e o Código de Conduta Eleitoral.

"O MPLA, por sua vez, apresenta ainda uma Lei distinta para regular o regime do Registo Eleitoral e propõe alterações à Lei da Nacionalidade", frisou.

A Unita e outros partidos da oposição, por seu lado, apresentaram também uma proposta de Lei sobre o Conselho Nacional da Comunicação Social e outra sobre o Direito de Antena, Réplica e Resposta dos Partidos Políticos e Organizações da Sociedade Civil.

Integra igualmente o pacote legislativo para as próximas eleições o projecto de Lei de Financiamento dos Partidos Políticos.

Bornito de Sousa apontou ainda como tarefas fundamentais para o ano de 2005, ao nível do parlamento, o início do debate sobre as grandes opções de desenvolvimento de médio e longo prazos, para as quais solicitou a colaboração dos parlamentares e cidadãos organizados.

Os projectos de Lei que formam o pacote eleitoral vão ser objecto de discussão na especialidade, em data a definir pela conferência dos presidentes dos grupos parlamentares, após apresentação, pelas Comissões, dos respectivos calendários.

O deputado realçou também como fundamental para o país a comemoração do 30º aniversário da Independência Nacional (11 de Novembro) que, este ano, segundo referiu, deverá ser aproveitado para a consolidação do processo de unidade nacional.

Lembrou que a celebração deste espaço temporal, em muitos países, é aproveitado para aplicação de medidas de graças e augurou que a efeméride seja comemorada com "toda a dignidade e carácter nacional e abrangente".

Assembleia Nacional inicia hoje debate do pacote eleitoral

Luanda, 18/01 - A Assembleia Nacional reúne-se hoje em Luanda, em sessão plenária, para apreciar o pacote legislativo eleitoral, no quadro dos preparativos das condições legais que irão suportar a realização das próximas eleições gerais, previstas para 2006.

A sessão ordinária vai iniciar-se com uma interpelação aos ministros das Finanças, José Pedro de Moraes, e dos Transportes, André Luis Brandão, sobre a aquisição de duas viaturas para o Tribunal Supremo.

Os governantes vão explicar aos parlamentares sobre informações que dão conta da compra, no ano transacto, de duas viaturas avaliadas em cerca de 700 mil dólares para serem entregues a magistrados deste Tribunal.

O pacote legislativo a ser discutido a partir de terça-feira na generalidade engloba os projectos de Lei Eleitoral, dos Partidos Políticos, de Financiamento dos Partidos Políticos, sobre o Conselho Nacional da Comunicação Social, do Direito de Antena, Réplica e Resposta dos Partidos Políticos e Organizações da Sociedade Civil, de Observação Eleitoral e o Código de Conduta Eleitoral.

Canadá: Empresários canadianos visitam Angola em Fevereiro

Ottawa, 13/01 - Angola e o Canadá vão reforçar os laços de cooperação económica, a partir de Fevereiro próximo, período em que chegará a capital angolana (Luanda) uma delegação empresarial daquele país da América do Norte, com vista a discutirem os mecanismos de consolidação das relações bilaterais.

A missão visa igualmente promover o intercâmbio de experiência e de informação entre os empresários dos dois países, prevendo-se também a assinatura de acordos de cooperação e o estabelecimento de parcerias estratégicas.

A garantia do reforço da cooperação foi dada quarta-feira na cidade de Ottawa, pelo vice-presidente da Export Development Canadá (EDC), Henri Souquieres, durante um encontro mantido com o embaixador angolano naquele país, Miguel Nzau Puna.

No encontro, em que os interlocutores auguraram o incremento da cooperação entre os dois estados, Henri Souquieres garantiu que irá incentivar os empresários do seu país a investirem no mercado angolano.

Por seu turno, Miguel Nzau Puna frisou que a consolidação do processo democrático em Angola passa pela melhoria das condições de vida dos cidadãos.

O diplomata angolano destacou as reformas em curso no país, nomeadamente nos sectores da banca, finanças, petróleos, investimentos públicos e privados, assim como na administração pública.

Neste sentido, Miguel Nzau Puna destacou a contribuição da política externa consubstanciada na implementação da diplomacia económica como forma de promover as potencialidades económica-financeiras de Angola e atrair o investimento estrangeiro.

Entretanto, as relações de cooperação entre Angola e Canadá tem conhecido progressos nos últimos tempos. Em Novembro de 2004 realizou-se em Ottawa, a reunião da comissão bilateral. Neste mesmo período, a cidade de Montreal acolheu as primeiras jornadas económicas sobre Angola.

O progresso nas relações entre os dois países ficou ainda evidenciado terça-feira quando o antigo primeiro ministro canadiano, Jean Chretien, foi recebido em Luanda pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, encontro que serviu para abordar as relações entre os dois estados.

A Export Development Canada é uma instituição financeira, cujo objectivo é o de garantir financiamento para o comércio externo canadiano. Actualmente apoia

exportações e investimentos canadianos em 200 mercados de mais de 130 países em vias de desenvolvimento.

China Domina Construção de Infra-estruturas Angolanas

Sexta-feira, 14 de Janeiro de 2005

Os dois mil milhões de dólares disponibilizados pela China a Angola numa linha de crédito com garantias de petróleo serão utilizados na reconstrução de infra-estruturas destruídas durante a guerra. O acordo, assinado em Março de 2004 entre a Eximbank da China e o Governo de Luanda, prevê que o dinheiro seja aplicado à medida que forem surgindo projectos apresentados por empresas chinesas.

Angola, com os seus 12 milhões de habitantes, espera um influxo de cerca de quatro milhões de cidadãos chineses, durante o período em que for aplicada a linha de crédito, disse à Reuters um responsável do Ministério das Finanças em Luanda. Para responder ao crescente movimento entre os dois países, estão já em curso negociações entre as companhias aéreas nacionais - TAAG e China Airlines - para investir numa maior frequência dos voos entre Luanda e Pequim, via Londres.

A China vira-se para o continente africano para satisfazer a sua crescente procura de recursos energéticos e petróleo. Muitas empresas chinesas estão já a operar no sector da construção em Angola, depois de lhes terem sido atribuídos importantes contratos de reabilitação das linhas férreas entre as várias províncias angolanas.

"Muitas empresas chinesas já cá estão instaladas mas vamos ver muitas mais chegar nos próximos 12 meses", disse Bastos de Almeida. "Muitos países não estão satisfeitos por estarmos a desenvolver tantos negócios com a China."

Além do crédito de dois mil milhões de dólares da China, Angola começou já a receber dinheiro proveniente de outro empréstimo com garantia de petróleo, cujo acordo foi assinado no ano passado, entre um consórcio de bancos ocidentais liderado pela Standard Chartered, no valor de 2,25 mil milhões de dólares e Luanda. As autoridades angolanas esperam ainda conseguir "luz verde" do Fundo Monetário Internacional, para a realização de uma conferência internacional de doadores de onde tencionam receber importantes fundos para a reconstrução do país, antes das eleições legislativas que não se realizarão antes de 2006. A.D.C

Ultimato de Angola à França para Não Perseguir Falcone

Por ANA NAVARRO PEDRO, Paris
Sexta-feira, 14 de Janeiro de 2005

A França tem até 15 de Fevereiro para fazer um "gesto significativo" a favor de Pierre Falcone, um negociante de armas amigo do regime angolano perseguido por tráfico de armas pela justiça francesa, ou Luanda priva a companhia petrolífera gaulesa Total de um contrato de 10 mil milhões de dólares, para o dar aos seus concorrentes americanos. Segundo o semanário "Le Nouvel Observateur", que deu esta notícia em exclusivo, o ultimato teria sido proferido pessoalmente pelo Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, que fez do destino de Falcone um verdadeiro "casus belli". Num artigo intitulado "A França entre a espada e a parede", o jornalista Ary Routier revela que, a título de "aviso", Luanda recusou recentemente renovar um contrato de exploração da Total num valor de mil milhões de dólares.

Nesta guerra económica que Angola trava contra a França, outras empresas francesas sofrem também com o caso Falcone. Assim, a companhia aérea Air France viu negado o seu pedido de abrir uma segunda linha de voo para Luanda, que acabou por ser concedida à British Airways. Por seu lado, a candidatura do grupo de telecomunicações Alcatel para o equipamento do país não chegou sequer a ser retida.

As pressões de Angola para salvar Pierre Falcone não cessaram desde que este homem de negócios e mercador de armas foi inculcado, em 2000, de comércio ilegal de armas, de tráfico de influência e de abuso de bens sociais, no âmbito de uma venda de armas a Angola em 1992-93, por um valor de 50 milhões de dólares. Falcone, nascido em França mas que tem também as nacionalidades angolana e canadiana, entre outras, fez um ano de prisão preventiva. Os seus advogados proclamam desde então a sua inocência, argumentando que a venda de armas se fez entre um empresa da Europa de Leste, dirigida por Falcone e pelo seu sócio russo Gaimar Arcadi, e um Estado não submetido a um embargo de armamento.

Outros desenvolvimentos das actividades de Falcone com Angola, foram alvo de inquéritos judiciais na Suíça. Um deles, relativo ao reescalonamento da dívida externa de Luanda à Rússia, acaba de ser fechado com a ilibação de Falcone. Em contrapartida, em França, a investigação dirigida pelo juiz Pilippe Courroye desenterrou o envolvimento - por "tráfico de influência", na maior parte dos casos -

de personalidades francesas como Jean-Christophe Mitterrand, filho do defunto Presidente François Mitterrand e antigo conselheiro do Eliseu para os assuntos africanos, Jacques Attali, ex-secretário-geral do Eliseu ou ainda do escritor Jean-Loup Sulitzer.

Em 2002, a França não hesitou em solicitar o apoio de Luanda na ONU contra a guerra no Iraque. Seis meses depois, Falcone era nomeado diplomata de Angola na UNESCO - sem que Paris levantasse obstáculos. Para limitar a imunidade diplomática de Falcone, o juiz Courroye lançou um mandado internacional de captura contra ele, o que fez com que fosse brevemente detido no aeroporto de Lisboa, em 2004

Ultimato de Angola à França para Não Perseguir Falcone

Por ANA NAVARRO PEDRO, Paris

Público, sexta-feira, 14 de Janeiro de 2005

A França tem até 15 de Fevereiro para fazer um "gesto significativo" a favor de Pierre Falcone, um negociante de armas amigo do regime angolano perseguido por tráfico de armas pela justiça francesa, ou Luanda priva a companhia petrolífera gaulesa Total de um contrato de 10 mil milhões de dólares, para o dar aos seus concorrentes americanos. Segundo o semanário "Le Nouvel Observateur", que deu esta notícia em exclusivo, o ultimato teria sido proferido pessoalmente pelo Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, que fez do destino de Falcone um verdadeiro "casus belli". Num artigo intitulado "A França entre a espada e a parede", o jornalista Ary Routier revela que, a título de "aviso", Luanda recusou recentemente renovar um contrato de exploração da Total num valor de mil milhões de dólares.

Nesta guerra económica que Angola trava contra a França, outras empresas francesas sofrem também com o caso Falcone. Assim, a companhia aérea Air France viu negado o seu pedido de abrir uma segunda linha de voo para Luanda, que acabou por ser concedida à British Airways. Por seu lado, a candidatura do grupo de telecomunicações Alcatel para o equipamento do país não chegou sequer a ser retida.

As pressões de Angola para salvar Pierre Falcone não cessaram desde que este homem de negócios e mercador de armas foi inculcado, em 2000, de comércio ilegal de armas, de tráfico de influência e de abuso de bens sociais, no âmbito de uma venda de armas a Angola em 1992-93, por um valor de 50 milhões de dólares. Falcone, nascido em França mas que tem também as nacionalidades angolana e canadiana, entre outras, fez um ano de prisão preventiva. Os seus advogados proclamam desde então a sua inocência, argumentando que a venda de armas se fez entre um empresa da Europa de Leste, dirigida por Falcone e pelo seu sócio russo Gaimar Arcadi, e um Estado não submetido a um embargo de armamento.

Outros desenvolvimentos das actividades de Falcone com Angola, foram alvo de inquéritos judiciais na Suíça. Um deles, relativo ao reescalonamento da dívida externa de Luanda à Rússia, acaba de ser fechado com a ilibação de Falcone. Em contrapartida, em França, a investigação dirigida pelo juiz Pilippe Courroye desenterrou o envolvimento - por "tráfico de influência", na maior parte dos casos - de personalidades francesas como Jean-Christophe

Mitterrand, filho do defunto Presidente François Mitterrand e antigo conselheiro do Eliseu para os assuntos africanos, Jacques Attali, ex-secretário-geral do Eliseu ou ainda do escritor Jean-Loup Sulitzer.

Em 2002, a França não hesitou em solicitar o apoio de Luanda na ONU contra a guerra no Iraque. Seis meses depois, Falcone era nomeado diplomata de Angola na UNESCO - sem que Paris levantasse obstáculos. Para limitar a imunidade diplomática de Falcone, o juiz Courroye lançou um mandado internacional de captura contra ele, o que fez com que fosse brevemente detido no aeroporto de Lisboa, em 2004.

MAIS PRESSÃO DE LUANDA PARA REMOVER ANGOLAGATE Jornal Apostolado, 2005-01-14

O executivo de Luanda acentuou a pressão sobre o congénere de Paris para o encerramento do escândalo ANGOLAGATE. Segundo indicações divulgadas hoje pelo semanário francês “Le Nouvel Observateur”, o presidente José Eduardo dos Santos até já definiu um marco temporal no sentido desta evolução. «Pretende que até ao próximo dia 15 de Fevereiro o executivo francês faça um gesto significativo a favor de Pierre Falcone», escreveu a publicação parisiense.

O jornal conta também que o contrato da companhia francesa TOTAL, estimado em 10 mil milhões de dólares (USD) pode ser cancelado no âmbito das mesmas pressões. Recorda que a “Air France” não conseguiu abrir uma segunda linha de voos para Angola, negado que foi o seu pedido a favor da “British Airways”. Também foi chumbada a candidatura do grupo francês de telecomunicações ALCATEL para o projecto de equipamento de Angola. «Angola não deixou de fazer pressões sobre o governo francês para salvar Pierre Falcone desde que este homem de negócios passou a ser investigado, em 2000, pelo juiz Philippe Courroye por comércio ilegal de armas, de tráfico de influência e de abuso de bens sociais”.

Frisa que outros laços de Falcone com Angola foram alvo de inquéritos judiciais na Suíça, realçando o relativo ao reescalonamento da dívida à Rússia, fechado há pouco com a liberação de Falcone. Em contrapartida, em França, nota o jornal, a investigação dirigida pelo juiz Philippe Courroye desenterrou a vertente do processo sobre o “tráfico de influência” com personalidades francesas. Destaca, entre estas figuras: Jean-Christophe Mitterrand, filho do defunto Presidente François Mitterrand e antigo conselheiro do Eliseu para os assuntos africanos; Jacques Attali, ex-Secretário Geral do Eliseu; o escritor Jean-Loup Sulitzer.

La Lettre du Continent N° 462 13/01/2005

ANGOLA : La justice suisse "blanchit" la dette russe

Le procureur de Genève a décidé que l'affaire de la dette russe en Angola n'en était pas une et a blanchi tous les protagonistes inquiétés, y compris le président dos Santos, au nom de la raison d'Etat. Enquête.

Daniel Zappelli, le procureur général de Genève, n'a pas chômé pendant la trêve des confiseurs : il a tout bonnement classé définitivement l'enquête sur les fonds secrets du président José Eduardo dos Santos en Suisse, l'un des plus lourds dossiers laissés par son prédécesseur Bernard Bertossa.

Genèse de l'affaire. A la demande de la justice française, le juge genevois Daniel Devaud découvre en 2002 que la moitié de la dette angolaise vis-à-vis de la Russie, c'est-à-dire 773,9 millions \$ sur 1,5 milliard, est passée par le compte Abalone Investment Limited, numéro C0-101436, ouvert à l'UBS à Genève. L'opération consistait à transformer 31 billets à ordre de 48,7 millions \$ chacun payables sur 20 ans. Le compte Abalone appartiendrait à Pierre Falcone et Arcadi Gaydamak, les deux "mandataires" de l'Angolagate. Or, sur les 773,9 millions \$, le ministère des finances russe ne va en empocher que 161 millions \$. Le reste ? Il disparaît dans des comptes ouverts dans des paradis fiscaux au nom notamment d'une dizaine d'intermédiaires et du top du top de la nomenklatura angolaise, à commencer par le "chef" lui-même, un ancien ambassadeur d'Angola en France aujourd'hui branché sur des comptes asiatiques, un banquier russe. Pour Daniel Devaud : il n'y a pas photo. Il évoque immédiatement une "organisation secrète ?uvrant entre Genève, Moscou et Luanda" et inculpe à tout-va les protagonistes pour "blanchiment d'argent, soutien à une organisation criminelle et corruption d'agents publics étrangers". A Paris, les juges qui enquêtent sur les ramifications de l'Angolagate attendent le courrier...

Daniel 2 contredit Daniel 1 ! Deuxième phase : changement de procureur, changement de scénario : Daniel Zappelli estime que son prédécesseur Daniel Devaud avait tout faux. Selon le nouveau procureur, le règlement de la dette angolaise n'a donné lieu à aucune irrégularité. Ce serait pour lutter contre l'UNITA que le président José Eduardo dos Santos se faisait virer de l'argent au Luxembourg sur le compte d'une société panaméenne. L'ordonnance de classement évoque des "fonds stratégiques secrets".

L'ardoise magique de la Banque mondiale. Cet enterrement de première classe n'intéresse pas que la Suisse. Dès le départ, l'Angola, la Russie, mais aussi la Banque mondiale, ont souhaité banaliser le dossier. Le 11 octobre 2001, Emilio Fontela, professeur honoraire aux universités de Genève et Madrid, a rendu un "Rapport d'expertise sur la restructuration de la dette de la République d'Angola envers la Fédération de Russie" commandé par l'organisation internationale, et dont La Lettre du Continent a pu se procurer une copie. Le professeur considère que l'Angola et la Russie ont eu raison de passer par des intermédiaires comme Falcone et Gaydamak. Emilio Fontela conclut que "les accords passés par Sonangol avec Abalone d'une part et Glencore d'autre part (...) diminuaient la dette de 78,4 % par rapport à la dette initiale". Daniel Zappelli s'appuie sur la bénédiction donnée par la Banque mondiale pour blanchir tout le monde. Autre argument de poids : la Russie, la principale lésée dans cette affaire, ne réclame même pas son dû...

Flash back à Monaco. En juin 2003, Jean-Paul Carteron, président du Forum de Crans Montana, en Suisse, avait fait de José Eduardo dos Santos son invité d'honneur. Le président angolais devait intervenir en séance plénière sur le thème : "Démocratie et gestion transparente des affaires publiques et investissement étranger en Afrique". A cette occasion, le maître de Luanda devait rencontrer en petit comité Pascal Couchepin, président de la Confédération Suisse, Daniel Zappelli, et Sergueï Stepachine, président de la Cour des comptes de Russie. Des indiscretions dans la presse avaient fait échouer ces rencontres secrètes. Mais l'esprit de conciliation générale flottait déjà. Malgré tout, afin de montrer qu'il

n'est tout de même pas dupe... à 100%, le gouvernement suisse a exigé que l'argent restitué à Luanda se fasse sous le contrôle de la Direction du développement et de la coopération, et aille à des actions humanitaires... C'est toujours ça moins que la Suisse donnera.

Le Nouvel Observateur

Mercredi 12 Janvier 2005

FALCONE: Le texte qui classe l'affaire en Suisse

Voici le texte intégral de la lettre du Procureur général de Genève qui informe les avocats de Pierre Falcone du classement de son affaire en Suisse. [Voir le fac similé de la première page de la lettre du procureur.](#)

RÉPUBLIQUE ET CANTON DE GENÈVE

POUVOIR JUDICIAIRE

PROCUREUR GÉNÉRAL

Case postale

1211 Genève 3

Palais de justice, le 21 décembre 2004

.....

LSI

Me Jean-François DUCREST Case postale

Marc HENZELIN Case postale

Me Alexander TROLLER Case postale

N/réf : ZAP/nov

Concerne : P 171/02

Maîtres,

Vous me savez saisi de la P/171/02, dirigée contre vos mandants, laquelle m'a été communiquée par Mme le Juge d'instruction.

Je vous informe procéder au classement de la procédure dirigée contre vos mandants, ce pour les motifs suivants,

Le 23 avril 2002, M. Pierre FALCONE a été inculpé de blanchiment d'argent (art. 305bis CP) de soutien à une organisation criminelle (art. 260ter CP) et, depuis le 1er mai 2000, de corruption d'agents publics étrangers (art. 322septies CP) pour avoir, notamment à Genève et en temps non prescrit, dans le cadre d'une organisation secrète oeuvrant entre Genève, Moscou et Luanda poursuivant le but de se procurer des revenus illicites par des moyens criminels tels que la corruption et la gestion déloyale des intérêts publics, déployé des actions concourant à la poursuite de ce but. L'inculpation reprochait plus spécifiquement à M» FALCONE d'avoir collaboré à la mise en place d'une structure utilisant des sociétés-écran, notamment la société Abalone Investment Ltd. dont il était l'actionnaire, destinées à soutirer au préjudice de la République de l'Angola, voire de la Fédération de Russie, des ressources financières leur revenant, ce dans le contexte de la restructuration de la dette de l'Angola envers la Fédération de Russie.

Postérieurement à cette inculpation, la procédure menée par le Juge d'instruction a connu les développements suivants,

1. Le 26 avril 2004, a été entendu par le Juge d'instruction M. Enrique COSIO-PASCAL, expert en finances publiques près la Banque Mondiale et les Nations Unies, M. COSIO-PASCAL a indiqué que la restructuration intergouvernementale de 1996, par laquelle la Fédération 4e Russie avait consenti à l'Angola un abattement de 70% sur la valeur nominale de sa dette, était courante pour ce type de rééchelonnement, de même que Tétait la période de grâce de 5 ans précédant un remboursement en 31 semestrialités avec un taux d'intérêts de 6 % l'an. De cette façon, l'intervention subséquente d'Abalone permettait d'un côté à la Fédération de Russie d'encaisser de manière anticipée 50 % du montant restructuré de la dette, alors que sa valeur de marché était de 30 %, et de l'autre côté à l'Angola de se voir offrir la possibilité de racheter sa dette franche des intérêts capitalisés courants qu'elle devait, M. COSIO-PASCAL a ainsi conclu que la solution offerte par l'intervention d'Abalone était avantageuse tant pour la Fédération de Russie que pour l'Angola, la seule entité prenant un risque commercial effectif étant Abalone. Ce risque commercial s'est concrétisé en 1999, raison pour laquelle une solution alternative a été négociée entre Abalone et la Fédération de Russie, permettant à Abalone de désintéresser la Russie par la remise de titres de dettes russes à l'égard du Club de Londres incorporant la dette de l'ancienne Union Soviétique' envers ses créanciers commerciaux occidentaux, La remise de ces titres à Abalone permettait à la Russie de diminuer sa dette publique. Le financement permettant l'acquisition des titres de dettes russes a été opéré grâce à l'intervention d'un banquier russe, Vitaly MALKIN, lequel en contrepartie entra dans le capital-actions d'Abalone, M. COSIO-PASCAL confirme que cette solution alternative était parfaitement équilibrée et avantageuse pour les Etats concernés.

2. Dans le cadre de la procédure, le Juge d'instruction avait ordonné le 5 février 2001 la saisie de 15 "promissory notes" en possession de l'UBS SA. Le 5 mars 2001 et le 27 février 2002, la Fédération de Russie a sollicité la levée de la saisie frappant les "promissory notes" précitées, lesquelles étaient demeurées propriété de la Fédération de Russie. Le 12 février 2003, la Fédération de Russie a renouvelé sa requête en levée de saisie, en précisant qu'elle ne se plaignait d'aucun préjudice dans le cadre de la négociation de la dette de la République d'Angola. Les 7 et 21 mars 2003, la Fédération de Russie a sollicité à nouveau du Juge qu'il levât la saisie frappant les "promissory notes", indiquant que le transfert à Abalone desdites "promissory notes" avait été totalement compensé par la réception des bons de la Fédération de Russie. La Fédération de Russie alléguait que le dommage résultant du blocage des "promissory notes" se montait à quelques dizaines de millions de dollars. La Fédération de Russie a finalement formé recours contre le silence prolongé du Juge d'instruction valant refus de lever la saisie conservatoire des 15 "promissory notes". Statuant sur ledit recours, la Chambre d'accusation, par ordonnance du 29 octobre 2003, a ordonné la levée de la saisie conservatoire ordonnée le 5 mars 2001.

3. Dans la même décision, la Chambre d'accusation a notamment relevé que "La Fédération de Russie, qui est propriétaire des titres saisis, a indiqué n'avoir subi aucun préjudice dans le cadre de l'accord avec l'Angola. Une fois encore, aucun élément ne permet de douter de cette affirmation. La thèse selon laquelle la société Abalone aurait été mise en place par Pierre FALCONE et ses acolytes pour lui soutirer des fonds, ne saurait donc être suivie. Dès lors il n'existe pas d'indices suffisants à la commission d'une infraction".

4. M. Vitaly MALKIN n'a pas été inculpé dans le cadre de la présente procédure, mais a été entendu uniquement en qualité de témoin. A cet égard, le Juge d'instruction a confirmé, par

courrier du 23 février 2004 adressé au Conseil de M. MALKIN, que la Chambre d'accusation avait admis qu'il n'y avait pas d'élément indiquant la commission d'une infraction par l'une des parties aux différents contrats conclus depuis 1996, relatifs au remboursement de la dette angolaise. Postérieurement, à ce constat, le Juge d'instruction a ordonné le 12 juillet 2004 la levée de la saisie pénale frappant le compte bancaire sur lequel M, Vitaly MALKIN avait hébergé sa part de profit commercial résultant de son intervention dans Abalone et dans la restructuration de la dette angolaise.

En substance, il résulte de ce qui précède que postérieurement à l'inculpation de M. FALCONE, la Chambre d'accusation a estimé qu'aucune infraction ne pouvait être imputée - à ce dernier dans le cadre de la restructuration - de la dette angolaise. La Fédération de Russie, qui aurait été la première lésée d'actes frauduleux, a expressément déclaré n'avoir subi aucun dommage. L'aspect avantageux pour les Etats russe et angolais des accords intervenus a été souligné par un témoin spécialiste en cette manière. Enfin, les saisies pénales précitées ordonnées dans le cadre de la présente procédure ainsi que dans le cadre de la procédure dont cette dernière a été disjointe ont été levées respectivement par la Chambre d'accusation et le Juge d'instruction, cette levée frappant également les avoirs de M. MALKIN lequel n'a pas été inculpé par le Juge d'instruction.

Il en résulte que la prévention de commission d'une infraction pénale dans le contexte de la présente procédure n'est pas donnée en ce qui concerne les personnes mises en cause. Le classement s'impose dès lors.

La présente vaut notification de cette décision de classement, contre laquelle vos mandants peuvent recourir en déposant des conclusions motivées, dans un délai de dix jours, auprès de la Chambre d'accusation (art, 192 CPP).

Je vous prie de croire, Maîtres, à l'assurance de ma parfaite considération.

Le Procureur général,
Daniel ZAPPELLI

Le Nouvel Observateur
Mercredi 12 Janvier 2005

Angolagate : la France au pied du mur

par Airy Routier aroutier@nouvelobs.com

Le président de l'Angola, Eduardo Dos Santos, menace de retirer à Total un contrat de 10 milliards de dollars, le 15 février prochain, si le gouvernement ne fait pas un geste en faveur de Pierre Falcone (photo), poursuivi pour trafic d'armes, et qui vient d'être blanchi en Suisse.

JACQUES Chirac est au pied du mur. Eduardo Dos Santos, le président de l'Angola, lui a posé un ultimatum : ou bien la France fait un geste significatif en faveur de Pierre Falcone avant le 15 février prochain, ou bien un contrat d'exploitation de Total de 10 milliards de dollars ne sera pas renouvelé à cette date, pour être attribué à ses concurrents américains. Déjà, en guise d'avertissement, un contrat de 1 milliard de francs de Total n'a pas été renouvelé il y a quelques mois, tandis qu'Air France était déboutée de sa demande d'une deuxième fréquence sur Luanda, alors qu'elle était accordée à British Airways. Alcatel n'était pas retenue pour l'équipement en téléphone de ce pays en pleine reconstruction.

L'Angola n'a cessé de faire pression sur le gouvernement français pour sauver Pierre Falcone, depuis que cet homme d'affaires a été mis en examen, en 2000, par le juge Philippe Courroye pour commerce illicite d'armes, trafic d'influence et abus de biens sociaux. Falcone est resté un an en prison. Il n'a pu se soustraire à un contrôle judiciaire strict qui lui interdisait de quitter la France qu'en se faisant nommer représentant de l'Angola à l'Unesco, avec l'accord du ministère français des affaires étrangères. Furieux, le juge Courroye a lancé contre Falcone un mandat d'arrêt international qui ne peut être suivi d'effet en raison de son statut diplomatique.

Une affaire montée par des proches de l'Elysée

Au départ, cette affaire a été montée par des proches de l'Elysée. L'objectif était d'éclabousser Charles Pasqua, qui aurait bénéficié indirectement de fonds venus de la société de Pierre Falcone, afin de l'empêcher de se présenter à l'élection présidentielle de 2002. Mais elle va vite éclabousser d'autres personnalités, de Jean-Christophe Mitterrand à Jacques Attali ou Hubert Védrine en passant par Paul-Loup Sulitzer et bien d'autres. Le juge Courroye semblait vouloir accumuler les personnalités épinglées sans en faire le tri.

Jusqu'à présent, l'Elysée a répondu aux pressions de l'Angola par de bonnes paroles non suivies d'effet. Ce qui n'a pas empêché la France de demander le soutien de l'Angola à l'ONU avant le déclenchement de la guerre en Irak. Cette position n'est plus tenable. Elle l'est d'autant moins que le trafic d'armes imputé à Pierre Falcone n'a jamais véritablement existé. Celui-ci n'a fait qu'organiser une vente d'armes entre la Russie et l'Angola, deux Etats souverains, non soumis à embargo. Ces armes n'ont jamais transité par la France. Deux notes successives du secrétariat de la défense nationale, dépendant du 1er ministre, avaient indiqué au juge Courroye que l'accusation de commerce illicite d'armes ne pouvait être retenue. Le juge n'en a pas tenu compte. Il a lui-même poussé le parquet à obtenir d'Alain Richard, ministre de la défense de Lionel Jospin, le dépôt d'une plainte pour trafic d'armes qui lui permettra de poursuivre son instruction. Richard déposera plainte en sa basant, fait sans précédent, sur la pression médiatique...

Deux solutions

Quel geste concret le gouvernement peut-il faire pour donner satisfaction à Dos Santos et ramener l'affaire à de plus justes proportions ? Il peut demander au parquet de Paris de faire des réquisitions pour retirer la mise en examen pour trafic d'armes. Cette solution aurait l'inconvénient de mouiller le pouvoir sans garantie d'efficacité : car la décision finale appartient toujours au juge Courroye, qui a fait de sa relation avec Pierre Falcone un combat personnel, en particulier depuis que celui-ci a quitté la France à son nez et à sa barbe. L'autre solution serait que Michèle Alliot-Marie retire la plainte de son prédécesseur. Pierre Falcone resterait mis en examen pour trafic d'influence et abus de bien social, mais la fin de l'action publique pour trafic d'arme aurait des conséquences en cascade, aussi bien pour Falcone que pour tous les autres mis en examen. Mais il semble que la ministre de la défense ait beaucoup de mal à entendre les discrètes suggestions qui lui sont faites : car le retrait de la plainte pour trafic d'armes risquerait d'être reçue par l'opinion comme un désaveu du juge. Difficile à assumer politiquement.

Classement sans suite en Suisse

Les Suisses n'ont pas eu ces pudeurs. En même temps qu'en France, Pierre Falcone était en effet inculpé, à Genève, de blanchiment d'argent, soutien à une organisation criminelle et

corruption d'agents publics étranger. On lui reprochait d'avoir détourné à son profit des milliards de dollars, à travers sa société Abalone, en restructurant la dette de l'Angola vis-à-vis de la Russie, dette contractée au temps de l'URSS. L'argent, qui transitait par la Suisse, avait été saisi en mars 2001. Le juge Devaux, en Suisse et Courroye, en France, échangeaient leurs informations. Devaux était venu à plusieurs reprises interroger Falcone dans sa prison, en France. Or le volet suisse a fait l'objet, le 21 décembre dernier, d'un classement sans suite. Un rapport d'expert a estimé que « la solution offerte par l'intervention d'Abalone était avantageuse tant pour la Fédération de Russie que pour l'Angola, la seule entité prenant un risque effectif étant Abalone ». Pour ce motif, la chambre d'accusation du canton de Genève avait déjà ordonné la levée de la saisie. Elle a jugé en décembre « qu'aucune infraction ne pouvait être imputée à Pierre Falcone dans le cadre de la restructuration de la dette angolaise ». Le procureur général de Genève, Daniel Zappelli a aussitôt décidé le classement sans suite (voir jugement ci-dessous).

Les deux volets de l'affaire se ressemblent : dans les deux cas, la Russie et l'Angola n'ont déposé aucune plainte. Mieux, en Suisse comme en France, les deux pays n'ont cessé de se féliciter du rôle joué, dans leur intérêt réciproque, par Pierre Falcone. Jacques Chirac et Michèle Alliot-Marie oseront-ils s'engager ?

Embaixador fala do desbloqueamento de fundos na Suíça Jornal de Angola 10.01.2005

O embaixador de Angola na Suíça e representante permanente junto da ONU em Genebra, João Filipe Martins, elogiou recentemente a acção do Governo que conduziu ao desbloqueamento dos fundos angolanos congelados na Suíça, facto que, segundo ele, abrirá "novas portas" para Angola.

O procurador geral de Genebra, Daniel Zapelli, mandara arquivar recentemente o inquérito sobre os fundos angolanos depositados em bancos suíços.

Esta decisão, tomada a 21 de Dezembro último, põe ponto final aos processos lançados há mais de dois anos contra o empresário francês Pierre Falcone, que levou ao congelamento de fundos angolanos em bancos suíços.

Para ordenar o arquivamento do processo, o procurador Daniel Zapelli sustentou-se no facto de que a operação de pagamento da dívida de Angola à Rússia "não deu lugar a nenhuma irregularidade", ao contrário do que dizia a investigação.

Pierre Falcone era suspeito de ter constituído uma alegada organização criminosa com o objectivo de desviar os montantes provenientes da regularização da dívida de Angola com a Rússia.

Reagindo a esta decisão judicial, um dos advogados de Falcone em Genebra, citado pelo jornal "Le Temps", considerou que a decisão do procurador "mostra que a operação de reestruturação da dívida angolana é legal e desenrolou-se de maneira impecável".

De acordo com a imprensa suíça, durante o processo a Rússia manifestou-se satisfeita com os reembolsos efectuados e um perito do Banco Mundial considerou que Angola e a Rússia fizeram um bom negócio ao recorrerem aos serviços de Pierre Falcone.

Quanto às acusações de corrupção, o procurador considerou, ao mandar arquivar o processo, que o dinheiro depositado em contas privadas angolanas destinava-se a constituir fundos estratégicos por conta do governo angolano, que na altura enfrentava uma guerra devastadora desencadeada pelos rebeldes da UNITA.

Contestando as acusações de corrupção, outro advogado de defesa citado pela imprensa suíça afirmou: "Se tivesse havido corrupção, o processo não estaria hoje arquivado. As pessoas que receberam esses fundos não o fizeram a título individual, mas no quadro de uma missão de ordem pública".

Em resultado desta decisão da justiça suíça, os fundos angolanos até agora bloqueados nos bancos helvéticos serão restituídos às autoridades angolanas.

Jornal Apostolado 06.01.2005

ARQUIVADO PROCESSO DOS FUNDOS ANGOLANOS DEPOSITADOS NA SUIÇA

Reagindo ao arquivamento do processo sobre os fundos angolanos depositados em bancos suíços, políticos da oposição querem esclarecimentos do governo. O arquivamento foi anunciado ontem em Luanda pela agência Angop, referindo uma decisão do procurador-geral de Genebra, Daniel Zapelli, datada de 21 de Dezembro passado.

O referido magistrado «mandou arquivar o inquérito sobre os fundos angolanos depositados em bancos suíços», afirmou a agência baseando-se numa notícia do jornal suíço "Le Temps". Refere que a decisão «põe um ponto final aos processos lançados há mais de dois anos contra o empresário francês Pierre Falcone».

Para o deputado Lindo Bernardo Tito, chefe da bancada do Partido de Renovação Social (PRS), as próprias autoridades angolanas devem aclarar o seu Povo sobre esta evolução. «Deveria haver uma explicação do Procurador Geral da República sobre toda este assunto desde as denúncias do juiz Devaud [Suíço, na origem da revelação do escândalo na praça internacional]», comentou Tito em declarações à Ecclesia hoje.

O Secretário Geral da Frente para a Democracia (FPD), o advogado Luís do Nascimento, acentuou a necessidade de se saber agora a utilização dos fundos no seu regresso a Angola. «Que o dinheiro reintegre o Orçamento Geral do Estado para se acompanhar o seu uso a favor dos angolanos», declarou este político, falando também à Ecclesia.

Outra voz da oposição, Laurindo Neto, presidente da Aliança Nacional, reconheceu o êxito da diplomacia angolana neste passo, mas reafirmou a hostilidade ao empresário Pierre Falcone. Frisou a parte francesa que se mantém no processo das queixas contra Falcone e reiterou a sua oposição à atribuição da implícita nacionalidade angolana com a função de ministro conselheiro no seio da missão de Angola junto da UNESCO.

NÃO HOUVE IRREGULARIDADES

De acordo com a Angop, Zapelli sustentou-se no facto de que a operação de pagamento da dívida de Angola à Rússia não deu lugar a nenhuma irregularidade, ao contrário do que supunha a investigação.

Pierre Falcone era suspeito de ter constituído uma alegada organização com o objectivo de desviar os montantes provenientes da regularização da dívida de Angola com a Rússia. Um dos advogados de Falcone em Genebra considerou que a decisão do procurador "mostra que a operação de reestruturação da dívida angolana è legal e desenrolou-se de maneira impecável".

A Rússia manifestou-se satisfeita com os reembolsos efectuados e um perito do Banco Mundial considerou que Angola e a Rússia fizeram um bom negócio ao recorrerem aos serviços de Pierre Falcone. O procurador considerou, ainda, que o dinheiro depositado em contas privadas angolanas destinava-se a constituir fundos estratégicos por conta do governo angolano, que na altura enfrentava uma guerra devastadora. «Se vivesse havido corrupção, o processo não estaria hoje arquivado. As pessoas que receberam esses fundos não o fizeram a título individual, mas no quadro de uma missão de ordem pública», comentou outro advogado de Falcone.

Em resultado desta decisão da justiça suíça, os fundos angolanos até agora bloqueados nos bancos helvéticos serão restituídos às autoridades angolanas.

ANTECEDENTES

De facto, o caso começou com as suspeitas das autoridades suíças sobre desvios para terceiros de dinheiro destinado ao pagamento de uma dívida a Rússia contraída em meados dos anos '90 . Conforme trazido ao grande público pelo diário francês "Le Monde", em Fevereiro de 2002, uma investigação judicial a Falcone resultou no congelamento da conta em Genebra e das letras de crédito russas. Falcone foi acusado de «lavagem de dinheiro, apoio a organização criminosa» e «corrupção de dirigentes estrangeiros». A dívida incidia num montante de 774 milhões de dólares, à luz das revelações iniciais trazidas no "Le Monde", que conseguira fugas do processo então instruído pelo juiz Devaud. O pagamento transitava contas da empresa Abalone de Falcone na Suíça e o Ministério das Finanças russo indicou que apenas recebera menos de 162 milhões. O resto fora distribuído por contas espalhadas por Falcone em diferentes pontos do globo, das quais uma em nome do presidente angolano e outras em três colaboradores chegados.

Justiça Magistrado helvético inocenta Pierre Falcone Jornal de Angola 06.01.2005

País tem direito ao dinheiro na Suíça

O procurador-geral de Genebra, Daniel Zapelli, mandou arquivar o inquérito sobre os fundos angolanos depositados em bancos suíços, anunciou terça-feira a imprensa em Genebra.

Esta decisão, tomada a 21 de Dezembro último, põe ponto final aos processos lançados há mais de dois anos contra o empresário francês Pierre Falcone, que levou ao congelamento de fundos angolanos em bancos suíços.

Para ordenar o arquivamento do processo, o procurador Daniel Zapelli sustentou-se no facto de que a operação de pagamento da dívida de Angola à Rússia "não deu lugar a nenhuma irregularidade", ao contrário do que dizia a investigação.

Pierre Falcone era suspeito de ter constituído uma alegada organização criminosa com o objectivo de desviar os montantes provenientes da regularização da dívida de Angola com a Rússia.

Reagindo a esta decisão judicial, um dos advogados de Falcone em Genebra, citado pelo jornal "Le Temps", considerou que a decisão do procurador "mostra que a operação de reestruturação da dívida angolana é legal e desenrolou-se de maneira impecável".

De acordo com a imprensa suíça, durante o processo a Rússia manifestou-se satisfeita com os reembolsos efectuados e um perito do Banco Mundial considerou que Angola e a Rússia fizeram um bom negócio ao recorrerem aos serviços de Pierre Falcone.

Quanto às acusações de corrupção, o procurador considerou, ao mandar arquivar o processo, que o dinheiro depositado em contas privadas angolanas destinava-se a constituir fundos estratégicos por conta do Governo angolano, que na altura enfrentava uma guerra devastadora desencadeada pelos rebeldes da UNITA.

Contestando as acusações de corrupção, outro advogado de defesa citado pela imprensa suíça afirmou: "Se tivesse havido corrupção, o processo não estaria hoje arquivado. As pessoas que receberam esses fundos não o fizeram a título individual, mas no quadro de uma missão de ordem pública".

Em resultado desta decisão da justiça suíça, os fundos angolanos até agora bloqueados nos bancos helvéticos serão restituídos às autoridades angolanas.

ANGOP 05.01.2005

Swiss Prosecutor Orders Storage of Lawsuit Into Angolan Funds

Luanda

The Prosecutor General of Geneva, Daniel Zapelli has ordered the storage of inquiry into Angolan funds deposited in Switzerland's banks, Swiss Press reported Tuesday.

This decision, taken on last December, puts a full stop to the lawsuits lodged two years ago against French businessman Pierre Falcone, which led to the freezing of the Angolan funds in the Swiss banks.

To order the storage of the lawsuit, Prosecutor Daniel Zapelli backed the fact by saying that the payment of Angola debt to Russia "did not cause any irregularity" contrary to the investigation's claim.

Pierre Falcone was suspicious of running an alleged criminal organisation with the objective of embezzling the funds from the regularisation of Angola debt to Russia.

Reacting to this judicial decision, one of Falcone's lawyers in Geneva, was quoted from newspaper "Le Temps" as saying that the prosecutor's ruling "shows that the restructuring operation of the Angolan debt to Russia is legal and was run in an impeccable way".

According to the Swiss press, during the process Russia was satisfied with the reimbursement carried out and an expert with the World Bank considered that Angola and Russia have done a good business through Pierre Falcone.

Concerning to the corruption charges, the Prosecutor considered that the money deposited into the Angolan private accounts was used as strategic funds of the Angolan Government, that was facing a devastating war waged by the former rebel movement (UNITA).

With this verdict, the Angolan funds frozen in the European nation will be returned to the Angolan authorities.

Le Matin Online 01.01.2005 **La Suisse blanchit à moitié l'Angola**

ENQUÊTE Berne rend les millions de francs qu'elle a confisqués à l'Angola. Mais à condition que l'argent soit honnêtement dépensé

IAN HAMEL

En septembre dernier, Daniel Zappelli, procureur général de Genève, ordonnait le classement de la procédure ouverte depuis plus d'une décennie contre le financier genevois Nessim Gaon. Aujourd'hui, le successeur de Bernard Bertossa abandonne toutes les poursuites dans une autre grande enquête financière: celle de la dette angolaise vis-à-vis de la Russie.

De quoi s'agit-il? Luanda devait rembourser 1,5 milliard de dollars à Moscou. Curieusement, l'argent transite par un compte baptisé Abalone, à Genève, ouvert par le marchand d'armes français Pierre Falcone, puis s'évapore entre 1996 et 2000 vers une multitude de paradis fiscaux.

En avril 2002, le juge genevois Daniel Devaud inculpe Pierre Falcone de «blanchiment d'argent», de «soutien à une organisation criminelle» et de «corruption d'agents publics étrangers». Le magistrat suisse a fait d'intéressantes découvertes. 37,1 millions de dollars seraient partis sur le compte au Luxembourg de la société panaméenne Camparal, appartenant à José Eduardo Dos Santos, le président de l'Angola. Quant à Pierre Falcone, il se serait attribué la part du lion: 120 millions de francs. Daniel Devaud fait aussitôt bloquer une dizaine de millions de francs, encore sur territoire suisse.

Marchand d'armes devenu démineur

Ces révélations ont provoqué une grave crise diplomatique entre l'Angola et la Suisse. José Eduardo Dos Santos menaçait de rappeler son ambassadeur à Berne pour «consultations». Un an plus tard, en juin 2003, le maître de Luanda annulait à la dernière minute sa visite en suisse. Tout va dorénavant s'arranger entre les deux pays. Le procureur genevois,

Daniel Zappelli, vient d'enterrer ce gigantesque dossier portant sur des centaines de millions de dollars. Selon l'ordonnance de classement, le règlement de la dette angolaise n'aurait donné lieu à aucune irrégularité. Si des fonds ont pu s'égarer sur des comptes appartenant à des dignitaires africains, c'est pour des raisons «stratégiques», liées à la guerre qui a endeuillé l'Angola. Seuls des mauvais esprits pourraient y voir une quelconque corruption.

Berne a tout de même concocté une petite vacherie pour Luanda. L'argent encore bloqué en Suisse sera bien rendu à l'Angola. Seulement voilà, son utilisation devra être supervisée par la Direction du développement et de la coopération (DDC). La dizaine de millions de francs ne pourra être dépensée que dans le cadre d'un projet humanitaire. «C'est une façon très suisse de montrer que l'on n'est pas complètement dupe de la probité du président angolais. Même si ce dossier a trouvé un règlement politique», sourit un proche du dossier. Il a été proposé que les fonds rapatriés servent à déminer l'Angola. Le problème, c'est que les contrats de déminage sont aux mains de Pierre Falcone, principal pourvoyeur d'armes de ce pays africain.

La justice genevoise classe l'enquête sur les fonds secrets du président angolais en Suisse

Sylvain Besson

Le Temps, vendredi 31 décembre 2004

COMPTES OCCULTES. Les poursuites entamées pour blanchiment d'argent et corruption sont abandonnées, malgré le versement de 34 millions de dollars au chef d'Etat angolais José Eduardo dos Santos

L'une des plus vastes enquêtes financières menées en Suisse ces dernières années vient de connaître son épilogue. Le 21 décembre, le procureur général genevois Daniel Zappelli a mis fin aux poursuites entamées il y a plus de deux ans contre l'homme d'affaires français Pierre Falcone. Il était accusé d'avoir mis sur pied une «organisation criminelle» pour détourner des montants colossaux provenant du règlement de la dette entre l'Angola et la Russie. «Cette décision montre que l'opération de restructuration de cette dette est légale et s'est déroulée de manière impeccable», estime Marc Henzelin, l'un des avocats de Pierre Falcone.

En 1996, la Russie et l'Angola avaient signé un accord sur le remboursement de la dette de 5 milliards de dollars contractée par le pays africain envers Moscou. Les deux Etats avaient décidé que l'Angola paierait 1,5 milliard de dollars pour solde de tous comptes. Abalone, une société contrôlée par Pierre Falcone et ses associés, jouait un rôle d'intermédiaire: elle achetait à la Russie les titres émis par l'Angola en reconnaissance de sa dette, avant de les vendre à la compagnie pétrolière angolaise Sonangol, une entreprise publique.

Entre 1997 et 2000, le compte ouvert par Abalone chez UBS à Genève a ainsi reçu quelque 774 millions de dollars (environ 1 milliard de francs) provenant de Sonangol. Sur cette somme, plus de 160 millions de dollars ont été versés au Ministère russe des finances, le reste étant réparti entre Pierre Falcone, ses associés et diverses sociétés offshore.

Une bonne affaire

Le caractère insolite de ce montage avait conduit la justice genevoise à inculper Pierre Falcone de blanchiment d'argent, soutien à une organisation criminelle et corruption de fonctionnaires étrangers en avril 2002. Mais selon l'ordonnance de classement du procureur général, le règlement de la dette n'a donné lieu à aucune irrégularité. La Russie est intervenue au cours de la procédure pour dire qu'elle était satisfaite des remboursements effectués. Un expert de la Banque mondiale a affirmé que les deux pays ont fait une bonne affaire en recourant aux services de Pierre Falcone et de ses associés: l'Angola a pu réduire sa dette publique et la Russie a amélioré l'état de ses finances. «La société Abalone a payé complètement ce qu'elle devait à la Russie en utilisant d'autres comptes que celui ouvert chez UBS», explique Alexander Troller, un avocat de Pierre Falcone.

Curieusement, la décision de classement ne parle pas des fonds transmis à de hauts dignitaires angolais depuis le compte d'Abalone chez UBS. En juillet 2000, trois millions de dollars ont été versés à un ministre, José Leitao da Costa, sur un compte ouvert auprès de la banque privée genevoise HSBC Guyerzeller. Surtout, la société de Pierre Falcone a versé 34 millions de dollars, en octobre 1997, à une société panaméenne contrôlée par le président angolais José Eduardo dos Santos.

Certains enquêteurs en ont déduit que le président et d'autres dirigeants avaient été payés pour donner leur aval à l'opération de remboursement de la dette.

Par sa décision de classement, la justice genevoise privilégie une autre explication: l'argent versé aux dignitaires africains – quelque 70 millions de francs – était destiné à constituer des «fonds stratégiques» secrets pour le compte du gouvernement angolais, alors plongé dans une féroce guerre civile contre les rebelles de l'Unita. «S'il y avait eu corruption, l'enquête ne serait pas classée aujourd'hui. Les gens qui ont perçu ces fonds ne l'ont pas fait à titre individuel, mais dans le cadre d'une mission d'ordre public», résume Alexander Troller.

«L'argent va être rendu»

Une partie de ces sommes – 10 à 20 millions de francs, selon nos informations – se trouve toujours en Suisse. Depuis des mois, diplomates suisses et angolais négocient les modalités de leur restitution. Les autorités helvétiques souhaitent que l'argent soit consacré à la reconstruction de l'Angola, ravagé par des années de guerre. L'agence suisse d'aide au développement, la Direction du développement et de la coopération, devrait suivre sur place l'emploi des fonds rapatriés. Cette exigence, qui touche un point sensible de la souveraineté angolaise, a longtemps retardé la conclusion d'un accord. Celui-ci devrait intervenir rapidement, selon Alexander Troller: «L'argent est sur le point d'être rendu à l'Angola, selon des conditions convenues entre les deux pays.» Ce qui mettrait un point final à cette affaire hors du commun.

© Le Temps, 2004 . Droits de reproduction et de diffusion réservés.

PARLAMENTO RETOMA ACTIVIDADE NESTA TERÇA-FEIRA

2005-01-17

Na véspera da sessão parlamentar, a UNITA vinca a sua preferência pela Comissão Eleitoral em vez do Conselho Interministerial formado pelo governo. De acordo com o presidente da sua bancada, Jerónimo Wanga, há agora maior urgência na entrada em funcionamento do Conselho Nacional Eleitoral. «Quem coordena e controla todo o processo eleitoral é, como aliás acontece em todas as democracias, o Conselho Nacional Eleitoral (CNE). É esse CNE que queremos que seja eleito o mais rapidamente possível», afirmou o deputado da Unita à imprensa.

Exprimiou ao mesmo tempo a discordância da sua organização com a recente reunião do recém criado Conselho Interministerial para as Eleições com os Governadores de todas as províncias. «O que se está a passar é que o governo unilateralmente criou um tal órgão formado por governadores e coordenado pelo Ministério da Administração do Território. Nós pensamos que está errado, porque devia ser um processo de consenso». A seu ver, «é verdade que os governadores e o Ministério da Administração do Território têm um papel a desempenhar no processo eleitoral, mas não lhes cabe coordenar o processo eleitoral».

PARLAMENTO

Enquanto isto, a Assembleia Nacional divulgou o projecto da agenda da sua primeira sessão do ano, prevista para amanhã.

Dominada por parte do pacote legislativo conducente às eleições, a sessão começa com a escaldante interpelação da oposição ao Executivo sobre os dois carros de luxo comprados para o Tribunal Supremo. Os ministros das Finanças, José Pedro de Morais e dos Transportes, André Luís Brandão vão representar o executivo nesta interpelação. As viaturas custaram 750 mil dólares cada, segundo o semanário "Folha 8" que revelou o caso.

Quanto ao pacote legislativo a ser discutido a partir desta terça-feira, ele engloba uma dezena de diplomas. Nomeadamente, os projectos de Lei da Nacionalidade, de Lei, Eleitoral, dos Partidos Políticos, de Financiamento dos Partidos Políticos, sobre o Conselho Nacional da Comunicação Social, do Direito de Antena, Réplica e Resposta dos Partidos Políticos e Organizações da Sociedade Civil, de Observação Eleitoral e o Código de Conduta Eleitoral.

Presidente partilha a existência de novas ideias para romper com o passado

Luanda, 16/01 - O presidente da República, José Eduardo dos Santos, afirmou sexta-feira, em Luanda, que existem novas ideias, agendas estratégicas e projectos que demonstram grande vitalidade e o desejo das novas lideranças de romper com o passado e lançar as bases para o nascimento de uma África nova, próspera e moderna.

O chefe de Estado que discursava na cerimónia de apresentação de cumprimentos de ano novo do Corpo Diplomático acreditado em Angola advogou que Angola vai participar nesse esforço de renovação porque acredita no futuro de África.

"Esta é uma condição incontornável para o progresso. Notamos, assim, com satisfação o abrandamento e extinção de focos de guerra e o advento da paz e da democracia em vários países antes assolados por conflitos armados", sublinhou.

Ao agradecer toda a ajuda prestada pela Comunidade Internacional para acudir às situações humanitárias em África e em Angola, o Chefe de Estado estendeu igualmente um especial apreço para os países que, interpretando correctamente a nova realidade angolana, contribuem para a reconstrução económica e o seu desenvolvimento, através de uma cooperação exemplar e mutuamente vantajosa.

"Que este espírito humanista e de solidariedade se estenda aos países asiáticos devastados pelo violento maremoto do passado dia 26 de Dezembro, que se confrontam agora com a necessidade de cuidar dos sobreviventes e de reconstruir as suas infra-estruturas destruídas", segundo José Eduardo dos Santos.

O Presidente da República realçou que Angola junta-se àqueles que se mobilizam para apoiar moral e materialmente as vítimas desta calamidade, que se elevaram já a mais de 160 mil pessoas, entre naturais dos países atingidos e turistas, envolvendo cerca de 50 países de todo o mundo.

José Eduardo dos Santos considerou importante para a paz e a segurança internacionais que seja dada aos países em vias de desenvolvimento, em particular as nações africanas, a oportunidade de jogar um papel activo no actual processo de globalização, através de um diálogo franco e construtivo.

"Neste sentido, acolhemos e subscrevemos com muito interesse a recente proposta relativa ao Plano Marshal para os países em desenvolvimento, que levaria a um perdão generalizado das dívidas, bilaterais, ou multilaterais, dos países mais pobres pelos países mais industrializados e à reabilitação das suas economias", disse.

Para o Chefe de Estado, os africanos desejam um mundo mais seguro, democrático e desenvolvido, e por isso, levam a cabo várias iniciativas, através da União Africana, que visam promover e assegurar a paz e segurança no continente.

Discurso do PR na cerimónia de apresentação de cumprimentos pelo corpo diplomático

Luanda, 14 de Janeiro de 2005

Exmos. Senhores Embaixadores,

Altos Dignitários do Estado angolano,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Agradeço as amáveis palavras do Senhor Embaixador Jorge Tawnay, Decano do corpo Diplomático, e o encorajamento que, através dele, a comunidade diplomática presente em Luanda transmite às autoridades angolanas.

Partilho o seu optimismo e esperança num futuro promissor para Angola e para as nossas relações bilaterais. Faço votos que em 2005 os vossos desejos e expectativas se concretizem em pleno e, sobretudo, que a paz, a prosperidade e a felicidade preencham a vossa vida pessoal e a vida nos vossos países de origem.

Como diplomatas e políticos que sois, representantes de Nações, Estados e Organismos Internacionais que configuram o mundo actual. Um mundo marcado pelo pluralismo político, pela diversidade de culturas, civilizações e credos religiosos e pela necessidade da partilha de interesses económicos... Um mundo em que a existência de regras objectivas de convivência, fundadas no Direito e na Justiça é um imperativo para a estabilidade e a segurança internacionais.

Os acontecimentos mais recentes demonstram que nenhuma Nação só, por mais poderosa que seja, está em condições de assumir e conduzir os destinos do planeta. Nações pequenas médias e grandes, respectivos Estados, necessitam umas das outras e desenvolvem-se melhor na interdependência e complementaridade, coexistindo a cooperação bilateral com as relações multilaterais.

A nossa missão e também a vossa é, neste contexto, promover o entendimento e a evolução do mundo em bases cada vez mais sólidas, que garantam a integração de todos os Povos e Estados e satisfaçam os seus interesses vitais.

Assim, consideramos importante para a paz e a segurança internacionais que seja dada aos países em vias de desenvolvimento, em particular aos países africanos, a

oportunidade de jogar um papel activo no actual processo de globalização, através de um diálogo franco e construtivo.

Neste sentido, acolhemos e subscrevemos com muito interesse a recente proposta relativa ao `Plano Marshall` para os países em desenvolvimento, que levaria a um perdão generalizado das dívidas, bilaterais e multilaterais, dos países mais pobres pelos países mais industrializados do mundo e a reabilitação das suas economias.

Porque desejam um mundo mais seguro, democrático e desenvolvido, os Africanos levam a cabo várias iniciativas, através da União Africana, que visam promover e assegurar a paz e a segurança no continente.

Está é uma condição incontornável para o progresso. Notamos, assim, com satisfação o abrandamento e extinção de focos de guerra e o advento da paz e da democracia em vários países antes assolados por conflitos armados.

Há novas ideias, agendas estratégicas e projectos que demonstram grande vitalidade e o desejo das novas lideranças de romper com o passado e lançar as bases para o nascimento de uma África Nova, democrática próspera e moderna.

Angola vai participar neste esforço de renovação porque acredita no futuro de África.

Agradecemos toda a ajuda que nos tem sido prestada pela Comunidade Internacional para acudir às situações humanitárias no nosso continente e em Angola.

O nosso especial apreço é também para os países que, interpretando correctamente a nova realidade angolana, contribuem para a reconstrução económica e o desenvolvimento do nosso país, através de uma cooperação exemplar vantajosa.

Que este espírito humanista e de solidariedade se estenda aos países asiáticos devastados pelo violento maremoto do passado dia 26 de Dezembro, que se confrontam agora com a necessidade de cuidar dos sobreviventes e de reconstruir as suas infra-estruturas destruídas.

Angola junta-se assim àqueles que se mobilizam para apoiar moral e materialmente as vítimas desta calamidade, que se elevaram já a mais de 160 mil pessoas, entre naturais dos países atingidos e turistas, envolvendo cerca de 50 países do mundo.

Convido agora todos os presentes a fazer um brinde por um mundo de paz e solidário.

Por um Ano Novo Ano que corresponda a todas as nossas expectativas e cumpra todas as nossas aspirações.

Feliz 2005!

Source: Action for Southern Africa (ACT SA)

Date: 17 Dec 2004

Angola Peace Monitor Issue No. 3, Vol. XI

UNITA demand politicisation of Electoral Commission

The largest opposition party, UNITA, has demanded that an Independent Electoral Commission be set up in such a way that it is itself represented, along with churches and civil society.

On 6 December UNITA leader Isaias Samakuva told a workshop of opposition parliamentarians that the creation of an independent electoral commission must be at the centre of a new electoral law for the next election, which is expected to be held in September 2006.

Samakuva also raised UNITA's opposition to the suggestion by President Jose Eduardo dos Santos that the parliamentary elections would take place in 2006 with the presidential elections taking place in 2007. President dos Santos argued that if UNITA

did not wish to adopt a new constitution under the current parliament it could do so after the parliamentary election, and that the presidential election would then be held under the newly adopted constitution.

Under the legislation that governed the last elections in 1992 the process was overseen by a National Electoral Commission (NEC). It was composed of five citizens of high standing appointed by the president, alongside the Minister of Territory and Administration, the Director of Elections, and representatives from the National Council of the Media, the Foreign Ministry and the Office of the President.

There is, however, debate whether party political representation would help create greater transparency, accountability or produce an "independent body".

It is illustrative to look at the situation in Mozambique, where elections were held on 1 - 2 December but have still not produced an official result.

It now looks clear that the result of the elections will be a victory for the ruling FRELIMO and its presidential candidate, Armando Guebuza, and it is estimated that the size of the victory will be around 60 percent to Guebuza with only 35 percent to the leader of the former rebel movement RENAMO, Afonso Dhlakama. This is close to the prediction from two pre-election opinion polls, and even closer to an exit poll carried out by an alliance of respected religious bodies and NGOs, with technical assistance from the Atlanta-based Carter Centre.

The election body overseeing the Mozambican elections, the National Elections Commission (CNE), is highly politicised and deeply divided. Ten of its 19 members were appointed by FRELIMO, eight by the RENAMO Electoral Union coalition, while the 19th is an independent figure nominated by civil society.

There was further politicisation of the electoral arm of the civil service (STAE), and of the Provincial Elections Commissions (CPEs).

However, despite RENAMO being fully integrated into all of these bodies, and having electoral observers at the polling stations, the opposition is refusing to accept the incoming results.

The process of counting the ballot papers has now almost reached a standstill with FRELIMO and RENAMO fighting out their battles inside the CNE, STAE, and the 11 provincial election commissions. RENAMO is carrying out boycotts, go-slows and other obstructions to delay the count.

The elections were closely observed by the European Union, the Carter Center, a delegation from the Southern African Development Community (SADC), all of whom agreed that the process was generally well run.

The problem for RENAMO, according to an expert quoted in the Mozambique Election Bulletin on 16 December, is that by looking to the past it has disenfranchised its own voters. The Bulletin states that "The high abstention rate has provoked substantial discussion, but social marketing expert Juarez da Maia said that RENAMO had provoked it through its "strategy of defeat". By constantly stressing its claim that it was denied power through fraud in 1994 and 1999, it created the image that there is no point in voting because FRELIMO will win no matter what. RENAMO was undermining its own image and forcing disinterest".

Some political analysts have argued that RENAMO is working against the Mozambican state, rather than against the government of the day, and whilst many Mozambicans may wish for a different government, few want a new state.

In this regard the situation is even more relevant in Angola where UNITA until the end of the war in 2002 ran what was effectively its own state in areas under its military control. It had its own health service, educational institutions and its own civil service.

Despite having its own representatives inside the Angolan government (it has four cabinet ministers and seven vice-ministers), UNITA continues to behave as if it is challenging the Angolan state. This could have the opposite effect to the one intended, for if there were to be political appointees to the NEC in proportion to parliamentary representation, UNITA would find itself outnumbered within a highly politicised body (UNITA has only 70 parliamentarians compared to the MPLA's 179 seats).

Meanwhile, the Angolan government on 1 December set up an inter-ministerial commission, coordinated by the Minister of Territory and Administration, which is to prepare the technical and material conditions for the elections.

The recently appointed Minister of Territory and Administration, Virgílio Fontes Pereira will play a key role in the running of the elections, as will the Ministers for Telecommunications and Home Affairs.

Further Presidential reshuffle

President Jose Eduardo Dos Santos has undertaken yet another government reshuffle in response to a demand from UNITA that it nominate new candidates for posts set aside for it under the Lusaka Protocol. The Lusaka Protocol, signed in 1994, paved the way for a Government of Unity and National Reconciliation, under which UNITA is able to nominate four cabinet ministers, seven vice-ministers and many positions in the provincial governments.

The main change has been the replacement of the Health Minister, Albertina Julia Hamukwaia by Sebastião Sapuile Veloso. President dos Santos had tried to keep Hamukwaia on the grounds that UNITA was removing a woman from government, thereby increasing the gender imbalance. However, he has now backed down and agreed to UNITA's request.

The other big change has been the removal of Jorge Alicerces Valentim from the position of Minister for Tourism. Valentim was nominated by Jonas Savimbi and appointed to the post in April 1997 along with three other Savimbi nominees. However, when UNITA relaunched its war Valentim broke with Savimbi and set up the UNITA-Renovada party which remained in government. He has now been replaced by another UNITA nominee, Eduardo Jonatão Chingunji. Dinho Chingunji is another former "UNITA dissident" who broke with UNITA after many in his family were murdered by Jonas Savimbi.

Other changes announced by the President include:

- Lázaro Xixima was relieved of his post as Governor of Uíje province,

- Júnior João, Deputy Minister of Welfare and Social Assistance has been replaced by Clarise Matilde Munga Kaputu.
- Américo Chimina has been removed from the post of vice governor of Huambo province, and was replaced by Mateus Forma Fredérico
- Domingos Ndala has been removed from the post of vice governor of the southern Huíla province to be replaced by Firmino Silipuleny.
- Jorge Marcelino Sanguende was removed from the post of Permanent Representative to UNESCO, and has been replaced by Almerindo Jaka Jamba, a senior UNITA parliamentarian.

These changes were agreed with UNITA leader Isaias Samakuva.

In a further move, President dos Santos removed the veteran politician Paulo Tjipilica from the post of Minister for Justice. Tjipilica is a former senior member of UNITA but left the party to form his own Tendency of Democratic Reflection, which does not have any seats in the Angolan parliament, the National Assembly. He has been replaced by his deputy, Manuel da Costa Aragao, whose previous position was taken by Luis de Assuncao Pedro da Mota Liz.

The president also removed the secretary of the Council of Ministers, Antonio Pereira Mendes de Campos Van-Dunem, who was replaced by Joaquim Antonio Carlos dos Reis Junior.

Also removed was the Minister in the President's office, Carlos Maria da Silva Feijo.

The deputy governor of Bengo province, Carlos Alberto Cavuquila has been replaced by Elvira de Jesus Pereira Van Dunem.

Reshuffle continues in Luanda

The changes in the Luanda Management Commission - which has been in charge of running the capital city since January when the Governor, Simao Paulo, was sacked -

have continued as the recently appointed co-ordinator, Job Capapinha, shapes his team.

On 25 November Capapinha made changes to increase the "efficacy and the efficiency of the performance of the provincial government".

The secretary general of the city's government, Fernando Domingos Manuel has been replaced by Judite Armando Pereira. Atanasio Jose Ferreira Rodrigues has been moved from the Luanda Cleaning and Sanitation Firm (ELISAL) to take up the position of provincial director for Public Works, Urbanism and Environment. His post at ELISAL has been taken by Afonso de Antas Miguel.

Cleto Paulo has been removed from the position of provincial director of hotel and tourism, to be replaced by Suzana Augusta de Melo. Her position as provincial trade director has been taken by Joaquim Antonio Neto who leaves market and fair management.

Afonso Luviluku is the new director of community services and Helder da Conceicao José was named director of Urban, Management and Planning Service.

Rainy season halts repatriation

The voluntary repatriation of Angolan refugees from neighbouring countries has now wound down for the year with the onset of the rainy season, which makes many roads impassable. However, this year's programme, organised by the United Nations' High Commission for Refugees (UNHCR), failed to meet its target of helping 90,000 people to return. In total, UNHCR only managed to transport 51,000 refugees, and help another 12,000 who made their own way home. It leaves an estimated 53,000 people who wish to return to Angola, but who will need to wait until at least the middle of next year.

Since the end of the war in April 2002 the UNHCR has helped a total of 172,000 refugees return to Angola, with another 109,000 making their own way home. According to the UNHCR many of those who have returned have faced hostility from the local population in Angola. A large number of refugees have spent decades

abroad, and some speak only English or French. There is a perception amongst some Angolans that the refugees are receiving special treatment, compared with the harsh life of those who remained in the country.

The UNHCR claims that it has therefore concentrated its repatriation programme on quality rather than quantity, stating that "if post-repatriation assistance was offered only for returning individuals, it would only widen the gap between the two groups".

According to Annette Nyekan, Deputy Representative of UNHCR in Angola, while returnees need some individual assistance in the form of food, agricultural tools and seeds to bridge the time until the first harvest, UNHCR also helps to rehabilitate the infrastructure of the receiving communes.

Nyekan states that "we are making sure that the impoverished Angolan municipalities are not further burdened by returning refugees but that they all benefit equally from the UNHCR repatriation programme. We are helping with the rehabilitation of schools, hospitals, water wells, and with roads and de-mining, until such time that the government of Angola and development agencies can take full responsibility."

Refugees in Zambia face hunger

Most of the returnees have come from Zambia, with 27,579 people taking part in the repatriation programme. This is a big increase on the 18,000 repatriations last year, but the UNHCR still did not reach its own target of 40,000 repatriations.

Those remaining in Zambia face an uncertain future. On 13 December the United Nations warned that a poor donor response was forcing a "drastic cut in food rations for refugees in Zambia", and that UN agencies have appealed for immediate help to prevent the situation from deteriorating and threatening the Angolan repatriation operation.

Zambia is the host to refugees not only from Angola, but from the Democratic Republic of Congo (DRC) and Rwanda. In September the World Food Programme launched an emergency appeal for \$3.2 million to cover the food needs of refugees until the end of the year. However, the lack of response to the appeal has resulted in

the WFP cutting the rations of refugees, who are now receiving half of their rations of pulses and cereals.

A spokesperson for the UNHCR warned that "the refugees have been away from their homes for decades. They can't go back and rebuild their lives if they are malnourished; they won't have the energy for agricultural activities".

She continued that "donors have supported us through the darkest moments of the Angolan war. Now we have the solution in sight, and it's working. We need help now".

According to the UNHCR, refugees are temporarily coping with the food shortages by eating fruit and wild leaves that are available during the rainy season, and with small stocks that they have built up. But it warns that it expects the situation to deteriorate.

The ironic thing is that Zambia produced a bumper harvest this year, with a surplus of over 210,000 tonnes. There are plans to buy more grain from inside Zambia next year if there is another good harvest, rather than shipping European or American surplus grain to landlocked Zambia through countries such as Mozambique. This would not only improve the nutritional situation of the remaining refugees, but would also provide income for Zambian farmers.

The issue of western donors "dumping" their subsidised overproduction in Africa, undermining local food production, is not a new problem, but one that is particularly highlighted in Zambia where there is hunger in a land of plenty.

UNHCR further off target in DRC

In neighbouring DRC the UNHCR repatriation programme to Angola was even further off target than in Zambia. It had planned to repatriate 43,000 Angolans from DRC but only managed to help 19,082. This was despite an effort to speed up the process by laying on flights to airlift the refugees back to Angola.

Part of the delay was caused by roads being closed by heavy rainfall in Uije province. There have also been delays caused by landmines found on the roads earlier in the year. For UNHCR safe road routes are a prerequisite for its convoys.

For those left in the DRC things look as gloomy as those stuck in Zambia. Some have already felt the climate growing hostile towards them after the expulsions to DRC from Angola earlier this year of around 100,000 illegal diamond miners.

These diamond miners joined an increasing number of people in desperate need of help from the United Nations. In the east of the DRC the humanitarian crisis is increasing with what has been described as an invasion by the Rwandan army. It has been estimated by the International Rescue Committee that more than 31,000 people are continuing to die every month in the conflict. It has calculated that more than 3.8 million people have died since August 1998.

On 14 December the WFP warned that unless new funds are received before the end of the month, it would be forced to cut by 30 percent the number of people receiving food aid, and reducing the rations to the others by half.

WFP has a huge caseload in DRC, with plans to assist between 650,000 and 750,000 people on a monthly basis. With such a large number of people to assist, any delay in receiving funding could quickly spiral into disaster.

Other refugees trickle back

By comparison, the situation for the remaining Angolan refugees in Namibia, Botswana, Republic of Congo and South Africa is less desperate.

UNHCR is slowly assisting refugees to return from these countries, and has helped 4,189 refugees return from Namibia, leaving around 8,000 behind.

On 3 December 62 refugees left Dukwi refugee camp in Botswana to travel to Francistown airport to be airlifted to Huambo. They were the only ones repatriated this year from Botswana, with an estimated 2,000 refugees remaining.

Food shortages may hit returnees

The World Food Programme is also concerned that its programme for returnees in Angola continues to be short of donations. The WFP needs to raise \$55 million to purchase 88,000 tonnes of food for its returnee programme throughout 2005.

However, it has only so far raised \$7.5 million, of which \$4 million came from the Angolan government.

Very few donations were received over the last month for the United Nations Consolidated Appeal for Angola, with the major boost to funding coming from a re-jigging of UN internal finances, which has found over \$5 million to keep the voluntary repatriation and reintegration programme running.

Finland has donated a further \$381,679 for transport and logistics for the returnees, while Portugal has made its first donations to the Appeal totalling \$627,605. A further quarter of a million dollars was donated from a private source to the IOM for help with its return, reinsertion and reintegration programme, while Sweden has donated a further \$562,588 for the safe and orderly transportation and logistics assistance to returnees.

The United States has also donated a further \$600,000 for the voluntary repatriation programme.

In total the Consolidated Appeal has received \$116.5 million compared with an original requirement of \$262.6 million. This total was revised down at its mid-term review to \$136 million, which leaves the Appeal receiving almost 86 percent of its requirements.

There has been a marked drift away from support for humanitarian work in Angola. In 2002 the international community gave \$204 million to the UN appeal, dropping to \$164 million in 2003.

The drop in funding has had a real effect on the transition from emergency to recovery. Several important projects, such as the expansion of the school system, have been cut back due to a lack of funds. A lack of donations also resulted in the slow distribution of seeds and tools in preparation for the planting season.

One of the most serious results was the lack of funding for demining projects, which further impacted on the return of refugees and internally displaced people to their home areas where they should have been planting seeds for next season's harvest.

Angola donates food to Sao Tome

In a move that both highlights the growing international stature of Angola and the nature of food aid as a political tool, the Angolan government has donated 25 tonnes of food to the police of Sao Tome and Principe.

The food will go to feed the special anti-terror and anti-riot units of the police which have recently undertaken training overseen by Angolan instructors.

UNICEF reports continuing suffering

According to UNICEF mortality among Angolan children under five years old is the third worst in the world.

The United Nations Children's Fund (UNICEF) in its annual report "The State of the World's Children 2005" (www.unicef.org/sowc05/english/fullreport.html) estimates that 260 children out of a thousand die before their fifth birthday. There are only two countries with a worst record, Niger and Sierra Leone.

By comparison, only eight children per thousand die before the age of five in the United States (and Cuba) whilst this figure drops to six in a thousand in Britain.

The figures were based on the year 2003, and it can only be hoped that the efforts of the Angolan government and humanitarian agencies since the end of the war in 2002 will cut this figure greatly in the near future - in 2000 Angola ranked as the worst place to be a child with nearly one in three dying before their fifth birthday.

However, figures for neighbouring Zambia which has a peaceful history, come out at 182 per thousand, inflated by the high number of children infected with the HIV virus at birth.

Out of the worst 34 nations, only Afghanistan and Cambodia are not from the African continent.

The Angola Peace Monitor is produced every month by ACTSA - Action for Southern Africa.

Source: Action for Southern Africa (ACT SA)

Date: 22 Nov 2004

Angola Peace Monitor Issue No. 2, Vol. XI

End to electoral impasse?

Angola's President Jose Eduardo dos Santos has floated a suggestion that could unblock the electoral logjam that has stood in the way of setting the date for the next presidential and parliamentary elections. He has suggested that elections to the Angolan parliament, the National Assembly, should take place in September 2006, with presidential elections being held in 2007.

In May Angola's parliamentary opposition parties walked out of the Constitutional Commission which was drafting a new constitution. The ruling party, the MPLA, argued that a new constitution was necessary before elections, whilst the largest opposition party, UNITA, argued the opposite, that elections could take place first, with any new constitution being adopted after elections.

One of the key elements to be determined by the new constitution is the power of the President. Currently power is centralised around the President, with the Prime Minister and the Parliamentary Speaker playing important, but junior roles. There is also little decentralisation, with provincial governors being appointed by the President. In part this reflects the colonial history of the country, but it also reflects the impossibility of running local democracy under conditions of war. The new constitution would visit these issues in detail, and a draft has already been written by the Constitutional Commission.

In response to this ongoing impasse President dos Santos recently suggested that the parliamentary elections take place in September 2006 under the present constitution, with presidential elections taking place a year later under a new constitution determined by the new parliament.

Speaking in Namibe province on 11 November to mark the occasion of the 29th anniversary of the country's independence, President dos Santos stated that "there is not much time between now and the next general elections planned for 2006. After a

great deal of polemics about the drafting of the Constitution, the parties with seats in the National Assembly are formulating draft laws on elections based on the current Constitution. That could be an option. The important thing is that the National Assembly approve as soon as possible the package of laws needed to prepare for holding the elections".

He continued that "the idea of holding the presidential elections a year after the legislative elections, since the Constitution would be approved after the legislative elections but before the presidential ones, could be a way out. This solution was suggested by the PLD and it certainly warrants the attention of national political forces". [The Partido Liberal Democratica, PLD, received 2.39 percent of the vote in the last national elections, which were held in 1992. It holds three seats in the National Assembly.]

This compromise would need the backing of the parliamentary opposition, and on 18 November President dos Santos met with UNITA leader Isaias Samakuva.

Following the meeting Samakuva told journalists that "I came out satisfied from this open and friendly audience, where we debated deep issues of national interest and you can believe that there was given a step towards stability".

According to the Angolan news agency Angop, Samakuva stated that elections should take place in 2006, and that "the other opinions that might emerge will deserve, naturally, the consideration of the political parties". This indicates a shift in emphasis from UNITA, which until now had been demanding that the elections take place next year. The use of the plural "elections", however, also hints at the need for more bargaining and negotiation before a firm agreement is reached.

President carries out reshuffle

The meeting between President dos Santos and Isaias Samakuva also discussed the recent changes to the composition of the government and provincial authorities.

UNITA has been pressing for the replacement of those members of the Government of National Reconciliation and Unity (GURN) which were drawn from UNITA. Four

UNITA ministers and seven vice-ministers were nominated by the then UNITA leader Jonas Savimbi, and appointed by the President in 1997. However, when Jonas Savimbi led UNITA back to war it effectively split UNITA between those leadership figures that remained in the GURN, those that remained in the parliament in Luanda, and those in the bush and living abroad who remained under the leadership of Savimbi. Since the death of Jonas Savimbi in February 2002 UNITA has been undergoing a period of realignment.

On 22 October President dos Santos announced that UNITA's original nominee for the position of Minister of Trade, Victorino Domingos Hossi, would be replaced by Joaquim Ekuma Muafumua, also from UNITA but nominated by Samakuva.

In a similar fashion, Diamantino Sauanbo Kungulo was replaced as Deputy Minister of the Interior by Junior Kuamutali Uambique Kanavanaqui, and Graciano Tulumo was replaced from the post of Deputy Minister of Social Communication by Fonseca Manuel Chindondo.

President dos Santos has refused to remove the Minister of Health, Albertina Hamukwaya, on the grounds that none of the people put forward by UNITA to replace her were women.

The President also removed a senior MPLA figure from his post. Fernando Faustino Muteka has been removed from the position of Minister of Territorial Administration, and replaced by Virgilio Fontes Pereira, who has been moved from the position of Minister of Town Planning and the Environment. His old position has been taken up by Diakunpuna Sita Jose.

Henrique Andre Junior was removed from being Deputy Minister for Fisheries, being replaced by Victoria Francisco Lopes de Barros Neto.

Several changes have also been made at the provincial level. Isalino Mendes has been removed from the position of governor of Bengo province, and replaced by Jorge Inocencio Dombolo. Manuel Pedro Pacavira has been replaced as governor of Kwanza Norte by Henrique Andre Junior. The vice-governor of Zaire province is now Jose Simao Helena, replacing Domingos Dilu Kumbo.

The head of Luanda's Management Commission, Higino Carneiro, who effectively was running the vacant post of Governor of Luanda, has been released from the position to concentrate on his other role as Minister of Public Works. He has been replaced by Job Capapinha, with Francisca de Espirito Santo joining the team. The Management Commission was set up in January to deal with the crisis in the Luanda administration which led to the sacking of the Governor, Simão Paulo, on 9 January.

President dos Santos has also appointed Manuel Helder Vieira Dias Junior as head of the newly created National Reconstruction Office.

FNLA Congress reaches compromise

The third largest political party in Angola, the FNLA, has chosen Alvaro Holden Roberto to lead it until he retires from political life before the country's presidential elections.

Alvaro Holden Roberto was the founder of the FNLA, and led the movement in its armed struggle against Portuguese colonialism. However in September 1998 there was a very public split in which leading figures in the party appointed Lucas Ngonda leader - a move that Roberto refused to accept.

Since then there have been continued manoeuvres by both sides, but with national elections looming a compromise has been reached.

On 21 October in Luanda a special congress agreed that Roberto would hold the position of FNLA President until a leadership contest is run, which will be within ten months. Ngonda will now serve as one of two vice-presidents.

The Congress also elected 321 members to the FNLA Central Committee, which in turn elected 51 members to serve on its Politburo.

In the 1992 elections the FNLA received 2.4 percent of the votes and gained five seats in the National Assembly. Despite his historic leadership role in fighting against Portuguese colonialism from the 1950s until independence, Roberto only received 2.11 percent of the votes in the presidential elections of 1992, coming in fourth position.

Deputy Prime Minister promotes transparency

Angola's Deputy Prime Minister, Dr Aguiñaldo Jaime, has expressed optimism that agreement will be reached with the International Monetary Fund, which will pave the way for Angola to borrow on the international markets to finance much needed reconstruction and development.

Dr Jaime was speaking at a seminar organised by the British Angola Forum on 16 November at Chatham House in London. On the issue of transparency, he spoke of praise given by the IMF earlier this year for statistical reforms and accounting clarification.

He also referred to the two-day visit to Angola at the beginning of November of IMF Deputy Managing Director, Takatoshi Kato, who said he was pleased with the country's achievements.

On the issue of further improving transparency and good governance, Dr Jaime noted that USAID and the IMF were funding a special unit in the Ministry of Finance to oversee financial flows, and that there had been significant progress in transparency and in macro-economic management. In particular, he drew attention to the publishing of the "Oil Diagnostic" and the endorsement by the Council of Ministers (the Angolan cabinet) of its main findings. The Council of Ministers had also agreed a "road map" for the implementation of the diagnostic's recommendations.

The Government has also taken the step of publishing the Chevron/Texaco "Block 1" oil agreement, and planned to publish more.

Dr Jaime pointed out that inflation has been markedly reduced (with a projected target of 30 percent for 2004). He stated that on the central issue of social, health and education spending, the 2005 Budget proposes a dramatic rise.

Concluding, Dr Jaime said there were no "quick fixes" to overcome the legacies of nearly 30 years of war when there had been only two years of peace. Reconciliation was moving well, as was the democratic process leading to Assembly Elections in 2006 and Presidential Elections in 2007.

Fuel price hike for IMF

The Angolan government on 15 November announced a huge jump in fuel prices, in line with demands from the International Monetary Fund for a reduction in state subsidies. The IMF has warned Angola that, in line with its entrenched dogma, the country will need to cut state subsidies before the Bretton Woods institution will agree to a full structural adjustment programme. Without this agreement the Angolan government will not have access to competitive loans on the international capital markets for the reconstruction and development of the war-torn economy.

The move came after a two-day visit to the country by the IMF Deputy Managing Director Takatoshi Kato, who arrived on 31 October. This was the first trip to Luanda by such a senior member of the IMF, and it will be followed by an IMF mission to the country at the beginning of next year.

Following his visit, Kato stated that "I reiterated that the IMF stands ready to work with Angola to secure an environment of high-quality growth and low inflation. Such an environment is necessary to reduce poverty and make progress towards the Millennium Development Goals".

However, he also highlighted one of the major differences with the Angolan government; the rate at which reconstruction should be carried out. He stressed the need for low inflation, arguing that this would help "the poor". On the government's side, the emphasis is on rapidly rehabilitating the country's infrastructure to increase production and lessen the endemic poverty.

Kato also "emphasised that fiscal deficits had to be brought down to low levels, even assuming that oil prices fall back to their long-term levels, to ease the burden on monetary policy and to provide room for private sector growth". Subsidies form a large part of these fiscal deficits, but their reduction will, in the short term, increase the burden on the poor. However, orthodox economists - in favour with the Bretton Woods institutions - argue that in the long term such subsidies form a market distortion, and funds would be better used in targeted poverty reduction programmes.

The reduction in subsidies has resulted in petrol jumping from Kz20 to Kz34 a litre (which is only 38 US cents a litre). Although Angola produces around one million barrels of crude oil per day, it still has to import refined products such as petroleum due to its lack of refineries. The price of a litre of diesel has risen from Kz14 to Kz25, and paraffin has risen from Kz13 to Kz22. By comparison, petrol in Mozambique - which has an agreement with the International Monetary Fund - costs around 86 US cents per litre. In the United States petrol prices are around 52 cents per litre.

Without a price realignment the amount of subsidy on fuel was steadily increasing as the price of crude oil has risen to over \$50 a barrel. Much of Angola's oil is of a high quality with a low sulphur content, unlike much of the oil found on the Arabian peninsula. However, the Angolan government has not benefited proportionally to the price rises due to the structure of oil production finance (whereby investments prior to production are repaid before revenue sharing hits its peak).

The revenue rise is also limited by the heavy loans that the government has taken out that are often to be repaid by a set number of barrels of oil per month. As oil prices increase, these loans are repaid at a faster rate, which in the long run will be beneficial to the people of Angola, but in the short run constrains the government's social spending.

Oil pays for development

The government is using the oil-backed loans, including a loan from China totalling two billion dollars, to rebuild the infrastructure of the country.

In Benguela province the Chinese funds are being used for the rehabilitation of the "17 de Setembro" airport. In Chibia, Huila province, Chinese funds are being used to finance the construction of a hospital.

Elsewhere, the government is spending \$13.5 million on renewing power supply lines between Kifangondo, Caxito and Mabubas in Bengo province. In Bie province, the town of Chitembo is now receiving electricity for the first time since 1992.

In Huila province, water wells, bridges, schools and medical posts are being rehabilitated in Chicomba as part of a community rehabilitation programme that has

so far cost \$400,000 this year. The provincial government is also rehabilitating the hospital in Gambos at a cost of \$400,000.

In Huambo province, the town of Longonjo will soon have its first hospital which is being build at a cost of \$320,000.

In Kwanza Norte province the commune of Camabatela is getting a new water supply system costing \$500,000.

The Social Support Fund, FAS, set up by the government but also receiving donations from the World Bank, the European Union and corporations such as Chevron, BP and Shell, is working on social facilities in nine provinces, and has this year spent over \$8 million.

The government has been accused by some of being too slow with its plans for reconstruction. However, the budget for next year's state expenditure shows a large increase in social spending, especially in the provision of basic services and the rehabilitation of infrastructure. It has also set aside large amounts for the consolidation of national reconciliation (including the reintegration of returnees) and for the extra expenses in the run up to the 2006 elections.

The government is working on the assumption that Gross Domestic Production (GDP) will grow by 12 percent in 2004, compared with 3.4 percent last year.

Donor conference on horizon

A senior official at the World Bank has stated that an international donors conference to raise funds for Angola's reconstruction and development will take place in 2005.

The UN news service, IRIN, on 19 November quotes World Bank representative for Angola, Michael Baxter, as saying that "the World Bank and other donors very strongly support [a conference]. It will happen certainly within the next year, but we're not quite sure when".

A prerequisite to a successful donors conference has been the implementation of an IMF staff monitored programme, leading to a full agreement between the government and the IMF.

According to Baxter, the World Bank is continuing its assistance to Angola and is extending its work in Angola with a \$200 million credit facility from 2005 for 18 months, known as the Emergency Multisectoral Reconstruction Programme. This will replace the 18-month \$125 million programme that ends this year.

Further FLEC desertions

The armed group, FLEC-FAC, has suffered another blow to its efforts to force the Angolan government into granting the oil-rich Cabinda province independence, when on 15 November the government presented to the media 52 former FLEC-FAC troops who had surrendered recently in Buco-Zau.

The leader of the group is Colonel Estevao Bungo Alberto who stated that he was the commander for the Cabinda north and east zone.

In a sign that the security situation has been greatly stabilised, albeit at a heavy price for people living in the province, the Australian oil company Roc Oil has announced that it is to conduct onshore oil exploration in Cabinda province.

Roc Oil and its partner will pay a \$6 million signature bonus to the Angolan oil company Sonangol, a fact that has been published in line with the Angolan government's determination to improve its transparency record.

According to Roc Oil, "due to the civil war in Angola, the Block has not been explored since the early 1970s. The end of the civil war in 2002 means that the area is potentially accessible for exploration, using modern technology, for the first time in more than 30 years".

Parliamentary visit to Angola

Four British parliamentarians visited Angola in October through the Inter-Parliamentary Union. The delegation was led by Jeremy Corbyn MP and included

Ronnie Campbell MP, John Cummings MP, and ACTSA President, Lord Hughes of Woodside. In 1975 Lord Hughes was the first British parliamentarian to visit the newly liberated country, as part of an Anti-Apartheid Movement delegation.

During the trip the parliamentarians met with several government ministers, and visited the town of Kuito that suffered extreme damage during the war. They also visited Dundo, in Kwanza Sul, where they saw the Luachimo hydroelectric power station.

Lord Hughes and Jeremy Corbyn will be giving a report of their visit to a meeting organised by the Mozambique Angola Committee (MAC) and Liberation on Wednesday 24 November in the House of Commons. They will be joined by Mike Gapes MP, who also visited Angola recently.

Blue Peter launch appeal for Angola

The British children's programme, Blue Peter, has launched an appeal to raise £250,000 to help fund the Red Cross programme to reunite Angolan families separated during the war.

On 8 November Blue Peter launched its Welcome Home Appeal (www.bbc.co.uk/cbbc/bluepeter/show/welcomehome/about.shtml), with viewers asked to donate a bag of unwanted clothes to be resold at Red Cross shops throughout Britain.

Already 2,500 bags have been collected, which represents ten percent of the target.

The Red Cross tracing and messaging service seeks to reunite families by proactively searching for lost relatives. Once someone is reunited with their family they are given a reintegration kit to help the family with the extra cost of another family member, including clothes, an exercise book and pencils, soap, toothbrush and toothpaste and food such as pasta, rice, salt, cooking oil, flour, beans and sugar.

Accord criticises "one bullet" solution

The non-governmental organisation Conciliation Resources has published its latest issue of Accord (www.c-r.org/accord/ang/accord15), entitled "From military peace to social justice? The Angolan peace process".

The introduction to the issue states that "it seems dangerous to accept uncritically the thesis that eliminating the leader of the armed rebellion and militarily defeating the insurgency will provide better prospects for sustainable peace and future stability than a negotiated settlement".

For Christine Messiant, writing the chapter "why did Bicesse and Lusaka fail?", the root of the failure of the 1991 Bicesse accords was the belief of the United States that "peace was not the first and only aim. The peace process was perceived more as a route for UNITA to come to power".

Similarly, she states that "UNITA only wanted peace because it was certain - as was almost everyone else at the time, including the MPLA - that it would win the elections, and achieve its aim of gaining state power".

Other chapters cover the land issue, the role of Angolan women, demobilisation and disarmament, and a careful analysis of Cabinda and the many factions and differences within the province.

The Angola Peace Monitor is produced every month by ACTSA - Action for Southern Africa.

Diamonds are a curse for some January 18, 2005

By Pedro Makuta Nkondo

Catoca, Angola - Like much of the hidden richness of Africa, the diamond mine at Catoca in eastern Angola strikes the rare visitor as a surprising oasis of wealth in a desert of poverty.

The open-sky mineworks look like a huge upside-down pyramid, from where the Catoca Mining Company turns out more than 3 million carats of rough diamonds a year, accounting for 65 percent of the country's production.

The fabulous wealth buried in the ground has turned the site in Lunda Sul province, 36km from the main local town, Saurimo, into an enclave of comfortable modern villas behind a giant wall of steel netting.

Villages are few and far between, with huts of thatched roofs; not a bicycle can be seen, let alone a motor vehicle.

A local politician is less keen on the diamonds than their producers, telling of the damage that he has seen in the region.

Justino Saizumbo, a local and national spokesperson for Angola's second-biggest opposition party, the Party for Social Renewal, says so much in the area has been sacrificed for the sake of precious stones that the people live in dire straits.

"What we've got here with the diamond companies is a calamity," Saizumbo says, fearing further growth of the quarries and the buildings with them.

"All the villages in the area will be destroyed, along with their graveyards."

The two main shareholders in Catoca Mining, with 32.8 percent apiece of its stock, are Angolan state diamond firm Endiama and Russian company Alrosa.

Mining officials say they provide basic infrastructure for the local people of the region, such as halls, primary schools, drinking water pumps and agricultural plantations.

The Luenda primary school, a simple building with a corrugated iron roof on the outskirts of Catoca, was built and fitted by the mining firm. About 300 children aged under 10 attend class. They speak Chokwe, the local language, and some can manage a few words of Portuguese.

Along the banks of the Chicapa, vast fields of crops have been planted. "These are the community fields," says Armando Zenza, who runs the Catoca farming programme.

Officially, Angolan provinces that produce oil and diamonds receive 10 percent of the income from them, but according to Saizumbo, "not even the governor of Lunda province knows the name of the bank where this 10 percent is stashed away".

KCA & National Launch New Rig for Benguela Belize Field

KCA DEUTAG Tuesday, January 18, 2005

KCA DEUTAG and National Oilwell have unveiled the impressive new 4,600hp fully mechanized integrated Full Platform Rig (FPR) they have been building for ChevronTexaco, at the National Oilwell Galena Park facility, Houston, Texas, USA.

The contract to design, engineer, procure, construct, commission (EPC) and then operate the rig for CABGOC's Benguela Belize field development was awarded to KCA DEUTAG, with contracting partner National Oilwell for the EPC portion, in February 2003 by Cabinda Gulf Oil Company Limited, (CABGOC) a ChevronTexaco subsidiary operating offshore Angola. The rig will be located on top of a compliant tower in 1,280ft of water and will be the first such structure installed outside the Gulf of Mexico.

Houston-based John Nichols, KCA DEUTAG Inc VP said, "We are delighted to be celebrating the completion of the first stage of this complex and innovative rig project, on schedule, on budget and with over 750,000 accumulated hours injury free. The rig fabrication has been an outstanding success, due to the combined commitment, leadership and effort of all those involved in the project, and safety has been a key priority".

"The successful delivery of this lump sum project has been due to the early selection of our contracting partner and the subsequent pre-engineering investment made prior to bid, to develop a comprehensive definition of the scope of work, and make proposals for innovative, cost effective solutions. Post contract award, this sound foundation has been built on through the management expertise of our joint project team with National Oilwell," commented Ian Lane, KCA DEUTAG Director, Africa, Asia Pacific and Engineering Services.

Kevin Neveu, National Oilwell's Rig Solutions President, stated: "From our perspective, the successful execution of this project was driven by two factors; the pre-bid formation of the KCA DEUTAG - National Oilwell – contractor partnership and the outstanding approach on HSE activities required by ChevronTexaco. The contractor partnership ensured that KCA DEUTAG and National Oilwell settled on the design and construction philosophy at the bid stage. The pre-bid start led to a seamless transition after contract award through the detailed design, manufacturing, construction and commissioning processes. Concurrently, ChevronTexaco implemented the "Injury and Incident Free - IIF" HSE program. The aim of "IIF" is to ensure that HSE issues are the prevailing priority for all parties. When the safety and welfare of our employees is the principle concern, above budget, schedule and design, the result is a safe and highly motivated workforce executing the project with no injuries, no incidents, delivered on schedule, on budget and exceeding our customers performance expectations. I am excited about the potential to repeat this experience on future projects."

The KCA DEUTAG engineering team was co-located with National Oilwell. First steel was cut in September 2003, and the primary steelwork fabrication was carried out by Omega Natchiq in New Iberia, LA. The structures were then transferred to the Galena Park yard on the Houston ship channel in May 2004, for the installation of the derrick and all the primary drilling equipment. National Oilwell supplied the complete package of drilling equipment from their product divisions in Stavanger, Edmonton and Houston. The complete rig was assembled in the Galena Park yard and commissioned by National Oilwell with the assistance of the senior offshore staff from KCA DEUTAG.

Following onshore commissioning, acceptance and then preservation for shipment to Angola the rig will sail away in late February. The rig will then be installed on the compliant tower offshore Angola and integrated with the topsides production facilities. Operations are expected to commence late in July or early August 2005.

Transport and installation of the rig on the compliant tower is the responsibility of topsides contractor, Daewoo Shipbuilding and Marine Engineering, with Heerema subcontracted for this part of the work. KCA DEUTAG will be responsible for hook-up and commissioning of the drilling package in Angola.

The new drilling unit is capable of drilling to 30,000ft and utilizes AC variable frequency drives. Mechanized pipehandling systems are installed in the 1.3 million lbs hookload derrick which is equipped with 4,600hp drawworks and a top drive with 60,000ft lbs torque. The rig is fitted with three 2,200hp mud pumps rated to 7,500psi with a total mud volume of 4,625 barrels.

The Benguela Belize FPR project is being managed out of KCA DEUTAG's Houston office, which was opened in 2001 with the specific aim of focusing the company's extensive engineering, project management and drilling expertise on winning key integrated projects.

KCA DEUTAG has instigated a recruitment and training program in Angola ahead of the five-year drilling operations, which are due to commence mid-2005.

Ministério da Defesa determina recenseamento militar a partir de 2ª feira

O Ministério da Defesa Nacional determinou ontem, em despacho publicado na capital do país, que no período de 24 de Janeiro a 28 de Fevereiro do corrente ano sejam recenseados os cidadãos nacionais do sexo masculino nascidos entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 1987, quer residam no país ou no estrangeiro.

Segundo o documento, deverão ser recenseados também os cidadãos nacionais do sexo masculino nascidos em 1981, 1982, 1983, 1984, 1985 e 1986 que o não tenham feito nos anos anteriores.

Segundo ainda o instrutivo, os cidadãos nacionais do sexo masculino, nascidos entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 1970, 1971, 1972, 1973 e 1974, com a respectiva situação militar por regularizar, devem proceder ao seu registo militar no período em referência, para efeito de constituição da 2ª reserva militar, nos termos do previsto nos pontos 1 e 2 do despacho nº 040/01, de 4 de Julho, do ministro da Defesa.

Para efeitos de recenseamento e registo militar, os cidadãos abrangidos deverão dirigir-se aos postos de registo militar municipais, bem assim às missões diplomáticas e consulares da República de Angola.

Para constituição de processos, serão exigidas fotocópia do Bilhete de Identidade, quatro fotografias tipo passe, certificado de habilitações literárias ou declaração da escola (caso seja estudante), de residência e de serviço (trabalhador).

De acordo com o documento que vimos citando, os abrangidos pelo presente despacho que sem causa justificada não comparecerem ao recenseamento militar serão considerados faltosos e, consequentemente, sujeitos a sanções previstas no nº2 do artigo 36º da Lei Geral do Serviço Militar.

O recenseamento militar é o acto de registo que se efectua anualmente de todos cidadãos do sexo masculino no ano em que completam 18 anos de idade, permitindo às Forças Armadas Angolanas (FAA) determinar e manter um controlo das reservas aceitáveis para a renovação regular e qualitativa dos seus efectivos.

O Ministério da Defesa exorta, para a materialização desta tarefa, ao indispensável empenho dos órgãos de administração central e local do Estado, da sociedade e em particular das administrações municipais.

Exxon Mobil Corporation

Ocean Rig ASA's drilling rig employed for option well in Angola

1/19/05

Jan 19, 2005 (NORDIC BUSINESS REPORT via COMTEX) --

The Norwegian drilling rigs operator Ocean Rig ASA said on Wednesday (19 January) that Esso Exploration and Production Angola (Block 33) Limited, part of ExxonMobil, has exercised the option well to the contract for the drilling rig Leiv Eiriksson.

The contract would employ the rig for two previously announced exploration wells and for the option well offshore Angola, West Africa.

The drilling of these wells would commence in direct continuation from the current contract with BP in Block 31 offshore Angola.

050125Movicel atingiu 200 mil usuários

A operadora de telefonia móvel (Movicel) duplicou, durante o ano 2004, o número de clientes, passando de cem mil para duzentos mil usuários, soube a Angop de fonte oficial.

Este aumento, segundo o director de marketing da firma, Pilartes da Silva, é fruto da presença da empresa em oito províncias do país. Para este ano (2005), a empresa tem por metas cobrir todas as províncias do país e alcançar até ao mês de Dezembro os 400 mil clientes.

Outra realização verificada em 2004 e que permitiu a melhoria do sinal de transmissão da operadora foi a mudança do sistema analógico para o digital, tanto em Luanda como em algumas capitais de províncias.

A título ilustrativo, províncias como Benguela, Cabinda e Huíla melhoraram substancialmente os seus serviços com a mudança do sistema analógico para o digital. “A qualidade de atendimento aos clientes é diferente, este é o ponto forte da empresa”, ressaltou Pilartes da Silva.

Para este ano, a operadora prevê atingir 400 mil clientes, no quadro da sua política de expansão e reforço da capacidade da rede.

O projecto integra ainda a digitalização de toda a rede, principalmente, a nível das sete províncias em que a empresa opera. De acordo com o director Comercial, Shai Ratzaby, o programa visa o melhoramento do sistema de comunicação e dar possibilidade a novos clientes da Movicel.

A Movicel já opera nas cidades de Luanda, Huíla, Cabinda, Zaire, Benguela, Bengo e Huambo, e vai no decurso deste ano estender a sua rede em mais seis províncias. Shai Ratzaby reconhece, por outro lado, as falhas que se registaram no sistema de comunicação, em que a maior parte das ligações caíam no correio de voz. “Houve um congelamento na rede na altura em que estávamos a preparar a campanha para os novos cartões da Movicel, mas o problema já foi ultrapassado”. Com o sistema CDMA-2000 1X, uma das mais recentes tecnologias celular do mundo, a Movicel oferece uma série de serviços grátis aos seus clientes, desde o sistema de mensagens ao correio de voz. Dispõe igualmente do serviço, SMS que, por exemplo, faz recordar ao cliente a data de serviço do pagamento das facturas, bem como o cliente pode receber ou enviar mensagens através da Internet para um familiar através do endereço da Movicel (www.movicel.com).

050119Um ano:Unitel investe 100 milhões de dólares

A operadora privada de telefonia móvel (Unitel) investiu cerca de 100 milhões de dólares, no decurso de 2004, na aquisição de novos equipamentos, visando o alargamento da rede a todas as capitais provinciais do país. Estes dados fornecidos pelo director-adjunto, Amilcar Safeca, desmentem a notícia posta a circular pelo “Notícias Lusófona”, retomada por este Jornal, dando conta que a empresa investiu apenas mais de 12 milhões de dólares (9,2 milhões de euros) nesse processo.

A empresa terminou o ano passado com 240 milhões de dólares (183,4 milhões de euros) de receitas, o dobro de 2003, segundo fonte da instituição.

Neste momento, a operadora está a investir um milhão de dólares na introdução do novo plano de numeração nacional. O investimento destina-se à aquisição de equipamentos, ao pagamento a técnicos estrangeiros contratados e nos serviços de publicidade.

Desde o início da sua actividade, a operadora investiu 300 milhões de dólares. Criada em 1998, a Unitel iniciou a sua actividade comercial em Abril de 2001, sendo actualmente a maior operadora de telemóveis em Angola, com uma quota de cerca de 65 por cento do mercado.

A empresa conseguiu mais do que duplicar o número de clientes para 540 mil clientes em 2004.

A Unitel atingiu em 2003 uma facturação de 110 milhões de dólares.

O capital da empresa tem uma participação de 25 por cento da Portugal Telecom (PT), sendo o restante dividido entre os grupos angolanos Mercury e Geni e o britânico Vidatel.

O mercado de telecomunicações móveis do país conta ainda com a Movicel, que é detida em 99 por cento pela empresa estatal Angola Telecom.

050119Unitel duplica receitas

A Unitel, empresa angolana de telecomunicações móveis participada pela Portugal Telecom, terminou o ano passado com 240 milhões de dólares (183,4 milhões de euros) de receitas, o dobro de 2003, anunciou ontem a Portugal Telecom.

A empresa angolana conseguiu mais do que duplicar o número de clientes para 540 mil clientes em 2004.

A Unitel, com uma quota de mercado de telefonia celular de 65%, atingiu em 2003 um facturamento de 110 milhões de dólares.

Criada em 1998, a Unitel iniciou a sua actividade comercial em Abril de 2001, sendo actualmente a maior operadora de telemóveis em Angola, com uma quota de cerca de 65 por cento do mercado.

O capital da empresa tem uma participação de 25 por cento da Portugal Telecom (PT), sendo o restante dividido entre os grupos angolanos Mercury e Geni e o britânico Vidatel.

Em 2004, a operadora privada de telemóveis investiu mais de 12 milhões de dólares (9,2 milhões de euros) na aquisição de novos equipamentos, no âmbito de um processo de alargamento da rede a todas as capitais provinciais do país.

O mercado de telecomunicações móveis em Angola conta ainda com a Movicel, que é detida em 99 por cento pela empresa estatal Angola Telecom.

Diamantífera investe em projecto na Huíla

A empresa NGUNGA LDA vai investir 3 milhões de dólares para o projecto de pesquisa e exploração de diamantes na província da Huíla.

O projecto Mussongi, cujo contrato foi rubricado ontem, em Luanda, terá a duração

de três anos, é compartilhado pela Endiama e a Hipergesta. A área de exploração é de três mil quilómetros quadrados.

Por outro lado, o projecto Caculo de que a Endiama e a Hipergesta também fazem parte foi inaugurado no passado dia quinze, no quadro das actividades alusivas aos 24 anos da diamantífera Angolana.

O projecto localizado no município de Capenda Camulemba, província da Lunda Norte, consumiu dois milhões e oitocentos mil dólares na fase de implementação e aquisição de equipamentos.

Durante o período reservado aos testes do equipamento adquirido na Africado Sul, foram extraídas quinhentas pedras de diamantes de teor considerável aceitável, o que deixa antever um futuro promissor.

Para além da Endiama-EP e da Hipergesta, participam neste Projecto a empresa sul-africana, Maticara, e o Consórcio Mineiro de Caculo.

Banco Africano instala agência em Angola

O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) vai assinar com o governo angolano, este ano, um contrato para a instalação em Luanda de uma agência de acompanhamento dos projectos por si financiados no país, anunciou segunda-feira um alto funcionário da instituição.

De acordo com Rick Kukuri, administrador regional do BAD para alguns países da África Austral, a sua instituição preconiza executar um programa específico para o desenvolvimento de Angola, nesta fase de reconstrução pós-guerra do país.

“O objectivo do BAD é implementar acções para desenvolver o continente africano, e Angola não constitui excepção enquanto país membro da instituição”, declarou Kukuri chegado sábado a capital angolana, para uma visita de trabalho de seis dias.

Em Luanda, o administrador do BAD vai manter conversações e consultas com as autoridades angolanas sobre a ajuda que esta instituição financeira pode dar para a reconstrução do país.

A sua agenda prevê igualmente consultas, a posteriori, com o sector privado e organizações não governamentais.

Quanto às relações entre Angola e o BAD, o namibiano ao serviço da instituição financeira panafricana considerou-as de boas, já que, segundo ele, este país da África Austral “saldou toda a sua dívida” com o banco desde 2002.

O BAD mantém relações com Angola desde o princípio da década de 80 do século passado, e o actual ministro-adjunto do primeiro-ministro angolano, Aguinaldo Jaime, já trabalhou naquela instituição financeira durante alguns anos como director do gabinete do presidente do Banco.

Rick Kukuri foi eleito em Junho de 2004 para um mandato de três anos, e realiza a sua primeira visita oficial a Angola, um dos países que representa junto do BAD, para além do Botswana, de Moçambique, da Namíbia e do Zimbabwe.

Kukuri, que durante 15 anos foi vice-ministro das Finanças da Namíbia, faz-se acompanhar, nesta deslocação a Luanda, do seu conselheiro para Angola, o economista angolano Tombwele Pedro, ligado desde há muito ao sector bancário do país.

050115-21

Depois das saídas de Toninho Van-Dúnem e de Carlos Feijó, padrinhos procuram-se

Quem tem a última palavra?

Se alguém queria uma prova de como a correlação de forças, ao nível do poder, ficou depois da saída de dois pesos pesados, nomeadamente, António Van-Dúnem, ex-secretário do Conselho de Ministros, e Carlos Feijó, ex-chefe da Casa Civil, basta acompanhar com atenção a forma como será gerido o processo de recondução ou renovação dos Conselhos de Administração de mais de 20 empresas estratégicas do Estado.

Tem-se como certo que um e outro, mais António Van-Dúnem do que Carlos Feijó, davam muitos «inputs», grandes «inputs» mesmo, em questões desta natureza. É consabido ainda que em relação ao antigo secretário do Conselho de Ministros quando não fosse ele próprio a propor o nome do presidente do Conselho de Administração era ele que propunha dois ou três nomes para o cargo. António Van-Dúnem tem as impressões digitais bem estampadas em vários Conselhos de Administração, nomeadamente da Imprensa Nacional, Bci, Bpc, Inapem, Angola Telecom, e por aí abaixo. Estão todos eles com os mandatos expirados.

Diga-se, em sua justiça, que os nomes todos não só foram sancionados pelo Presidente José Eduardo dos Santos como acabaram por revelar-se em boas apostas para o Estado. Bem haja. Num e noutro caso, diga-se também, António Van-Dúnem teve que acomodar interesses de terceiros, o que era raro nos seus actos. É, por exemplo, o caso da Taag, cujo Conselho de Administração tem duas figuras idas da Sonair, designadamente, Mateus Neto, presidente, e o seu adjunto João Andrade «Jonhson». E sabendo-se, como se sabe, da raiva e ciúmes que António Van-Dúnem nutre contra o Pca da Sonangol, Manuel Vicente, torna-se fácil imaginar a dificuldade com que o AV engoliu Mateus Neto e a sua equipa.

A constituição do Conselho de Administração da Taag envolveu de forma viva o ministro dos Transportes, André Brandão, conhecido «lá em cima» por vender cara a composição dos Conselhos de Administração das empresas do seu sector.

Brandão tinha «trocos» a dar a António Van-Dúnem, entre outras razões, por causa de ralhetes que levou uma vez em Washington para onde se deslocaram juntos no âmbito da antiga Comissão Conjunta Bi-lateral. Como a lei obriga a uma composição «sectorizada», António Van-Dúnem uma vez por outra teve que engolir alguns sapos. Estes contratemplos terão ditado a trégua observada na constituição do Conselho de Administração da Imprensa Nacional, que acabou por ficar sob controlo de José Gomes, homem de quem se diz ser, tal como Carlos Feijó, uma produção da «escola» do Cazenga.

José Gomes tem como número dois Arlindo Isabel, um «pivot» de Frederico Cardoso, antigo adjunto de António Van-Dúnem no Conselho de Ministros, homem que aparentemente joga bem com os dois, mas sobretudo com Carlos Feijó. De Carlos Feijó não se pode dizer que enquanto chefe da Casa Civil tivesse a capacidade de manobra e intervenção que António Van-Dúnem tinha enquanto secretário do Conselho de Ministros. Fonte geralmente bem informada disse ao Semanário Angolense que Carlos Feijó terá sentido isso quando viu diplomaticamente rejeitada pelo actual ministro das Finanças, José Pedro de Moraes, uma sugestão sua que faria de Sabino Ferraz, esse mesmo!, presidente do Conselho de Administração da Ensa. O ministro tinha outro nome em carteira. O impasse arrasta-se até hoje de tal maneira que o PCA da Ensa é o... próprio ministro!

Seja como for, pela primeira vez em mais de 10 anos António Van-Dúnem e Carlos Feijó estarão fora do centro de decisão. E as suas ausências não só comprometem promessas feitas e acordos estabelecidos como abrem caminho à emergência de novos padrinhos. Há que reescrever a história.

Reis Júnior, o novo secretário do Conselho de Ministros, não é (se calhar ainda não) nem de perto nem de longe uma peça a levar em conta nestas articulações. Aldemiro Vaz da Conceição - e se calhar é isto que explica a sua longevidade - não é homem para este tipo de brigas. É um «submarino».

Archer Manguera, assessor Económico do Presidente, apesar de ambicioso, sabe que não ganharia nada entrar num terreno onde ainda existem marcas de uma violentíssima guerra. Além de que tem contas muito sérias a prestar noutras frentes. Adelino Peixoto, Justino Fernandes e Carlos Teixeira são cartas fora do baralho. Que ninguém conte com eles nesta batalha. Apenas sobram os generais Fernando Miala e Hélder Vieira Dias «Kopelipa» ou «Robinho», homens muito experimentados na arte de derrubar e levantar figuras.

Ambos têm motivos de sobra para se empenharem numa campanha desta natureza. Miala não está arrependido de ter provocado dois «golpes de estado» na Endiama e uma vassourada no Ministério da Geologia e Minas.

No primeiro golpe afastou o engenheiro José Dias. No segundo derrubou um general, logo um colega, de nome Agostinho Gaspar. Também tem o nome ligado à queda, surpreendente, do antigo vice-ministro da Geologia e Minas, Carlos Sumbula, substituído por Samuel Armando Tito, um homem da sua escola. Na Endiama também colocou um dos seus indefectíveis: Arnaldo Calado, a quem se reconhece uma gestão meritória. Feitas as contas, Miala detém o monopólio do sector mineiro, logo, sabe quais os benefícios da disseminação de «antenas» para o controlo do poder.

O general Robinho, por sua vez, sabe que o Gabinete de Reconstrução Nacional, Grn, vai ditar como é que o seu nome entrará na história. É isso que determinará se o seu nome ficará nos registos como mais um general que não tendo feito nome na guerra não conseguiu fazer melhor na governação ou na política, ou como o general que executou o plano «Marshall» para Angola. Por certo que sabe que entre deixar uma cicatriz na

história ou fazer história vai uma diferença. O ponto de partida pode ser fundamental. Não podendo mudar meio governo, pode, porém, influenciar a escolha dos presidentes de Conselho de Administração, sobretudo de empresas ligadas às grandes obras.

Há mais de uma vintena nessa condição. É conhecido o ascendente que ele tem no canal de irrigação da Matala bem como em empresas de saneamento básico e do ramo de energia e águas, sendo que em relação a estas – e nem se não sabia passa a saber – contará com a concorrência de Fernando Miala. Mas a arma que lhe poderá ajudar a «escrever a história» (da reconstrução de Angola) pode estar na direcção dos generais que Higino Carneiro (em boa hora?) disseminou pelas principais empresas e direcções do Ministério das Obras Públicas. Interessante.

050119MPLA vai propor Tjipilica para provedor de justiça

O MPLA vai propor à Assembleia Nacional o nome de Paulo Tjipilica, ex-ministro da Justiça, para o cargo de provedor de justiça, confirmou ontem fonte da direcção do maior partido angolano.

“É intenção do MPLA que o ex-ministro da Justiça, Paulo Tjipilica, assuma o cargo de provedor de justiça, pelo que estamos numa fase de negociações com os outros partidos para tentar convencê-los a apoiar a nossa proposta”, afirmou aquela fonte partidária.

Caso venha a ser eleito, Paulo Tjipilica, que saiu do Governo na remodelação realizada pelo Presidente angolano no início de Dezembro, será o primeiro provedor de justiça de Angola, cargo que está previsto na actual Constituição, aprovada em 1992, mas que nunca foi preenchido.

A legislação angolana determina que o provedor de justiça seja eleito por dois terços dos deputados em exercício de funções, o que obriga a um entendimento entre o MPLA e a UNITA, o maior partido da oposição parlamentar.

A candidatura do ex-ministro da Justiça tem o apoio do Partido Renovador Democrático (PRD) e do Partido Social-Democrata (PSD), que possuem um deputado cada no Parlamento.

A eleição do provedor de justiça, que tem vindo a ser exigida há vários meses pelos principais partidos da oposição angolana, ainda não tem data marcada, mas, segundo fontes partidárias em Luanda, poderá ocorrer nas próximas semanas.

O provedor de justiça, nos termos legais, é designado pela Assembleia Nacional por deliberação de dois terços dos deputados em efectividade de funções e toma posse perante o presidente do Parlamento.

Para Raul Araújo, bastonário da Ordem dos Advogados de Angola, a importância do

provedor de justiça resulta do facto de ser “uma entidade que funciona como instrumento de pressão junto da administração pública para que ela responda favoravelmente às preocupações dos cidadãos”.

“A experiência noutros países mostra que este órgão tem um papel cada vez mais importante porque ninguém gosta de ser incomodado pelo provedor, que vai fazendo informações sobre o seu trabalho, descriminando as entidades contactadas e o tipo de problemas encontrados, o que permite saber quais os serviços que têm mais problemas”, salientou.

A Provedoria de Justiça é um órgão previsto na actual Constituição de Angola, aprovada em 1992, que, no artigo 142, define como seu objectivo “a defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, assegurando através de meios informais a justiça e a legalidade da administração pública”.

Nesse sentido, o texto constitucional estabelece que “os cidadãos podem apresentar ao provedor de justiça queixas por acções ou omissões dos poderes públicos”, acrescentando que este “as apreciará sem poder decisório, dirigindo aos órgãos competentes as recomendações necessárias para prevenir ou reparar injustiças”.

A entrada em funções do provedor de justiça foi uma das recomendações aprovadas num seminário realizado no início de Dezembro em Luanda, numa iniciativa conjunta da Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Nacional e do Escritório dos Direitos Humanos das Nações Unidas em Angola.

Nas conclusões, os participantes defenderam que o provedor de justiça deve ser “um indivíduo credível e aceite por todos os sectores da sociedade”, salientando que o cargo deve ser “dotado de meios humanos, materiais e financeiros necessários para assegurar um funcionamento independente e eficiente”.

ANGOLA: Cautious optimism for 2005

LUANDA, 14 Jan 2005 (IRIN) - Ask any humanitarian worker, government official or Angola-watcher about priorities and key events to look out for in 2005 and there will be as many answers as there are respondents.

As the country slowly rebuilds after 27 years of civil war, the list of issues to be tackled is immense, and further complicated by the fact that Angola is in a pre-election year, preparing for its first ballot in more than a decade.

But the common theme as the country moves into its third year of peace is that both the government and humanitarian organisations working in the country will, by and large, switch their activities away from immediate aid to longer-term development strategies.

"2005 marks the first year that Angola is breaking away from a humanitarian response to a development response," said Douglas Steinberg, country director at CARE.

The New Year has begun with guarded optimism, but with a clear realisation that much remains to be done.

2005 could potentially provide some key developments in Angola's rehabilitation: the last of the refugees who fled the brutal conflict could return home; there is still a chance to quell the spread of HIV/AIDS; and the government appears committed to reducing poverty.

A donor conference and an International Monetary Fund (IMF) agreement are also real possibilities, while continued high oil prices and a hefty credit line from China spell good news on the economic and reconstruction front.

STILL VULNERABLE

But these prospects have been tempered by the fact that in many areas, particularly rural parts of the country where access to services is difficult, people remain extremely vulnerable.

According to the World Food Programme's Vulnerability Assessment for 2004-05, around 1.5 million people are exposed to food insecurity - a figure the Angolan

government believes is underestimated.

On top of that, basic social services, such as health care, clean water and education, are still inadequate or missing entirely, particularly in areas receiving returnees.

And despite peace and tremendous oil wealth, the vast majority of Angola's 13 million people still live in dire poverty.

"Although the situation in much of Angola has shifted out of a humanitarian emergency, populations now face a critical socioeconomic situation," the United Nations said in its Angola 2005 Humanitarian Framework.

According to UN estimates, 45 percent of Angolan children suffer from chronic malnutrition, only 35 percent have access to primary health care, and 38 percent do not have access to potable water.

"The feeling is that this country has taken the path to recovery - of that there is no doubt - and I don't think there is a danger of slipping again into conflict," said Philippe Lazzarini, head of the UN's Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA).

"But you have to pay attention to the real situation of the civilian population, who are expecting a drastic improvement in basic social services, which has not been the case so far," he added.

RICH AND POOR GAP

Many argue that the hefty disparity between rich and poor is in fact deepening, with Angola's huge oil wealth - the country pumps more than one million barrels per day and is sub-Saharan Africa's second biggest crude producer - failing to trickle down to the bulk of the population.

They fear the country is developing a two- or even three-tier society: the capital,

Luanda, and the coastal regions - which benefit most from the hydrocarbon industry - are beginning to pick up, but considerable areas of the hinterland are still struggling.

The government has budgeted for economic growth of 16 percent in 2005, making Angola one of the world's fastest-growing economies, but whether ordinary Angolans will actually see the benefit remains to be seen.

"In 2005 Angola will grow, but the real question is if it will be a growth only of gross national product (GDP), or if the real incomes of people will grow," said independent economist Jose Cerqueira.

"Real wages are diminishing each year - it is not sustainable to have growth in the economy, but people getting poorer; it creates misery and the prospect of social problems," he added.

In an effort to tackle this poverty problem, and address reconstruction and development needs, the Angolan government last year started work on its Poverty Reduction Strategy Paper (PRSP).

A long-term project, it deals with water, sanitation, education and health infrastructures, and aims to have a positive impact on livelihoods and employment. But it has received a lukewarm reception from civil society, which was only consulted very recently, and which sees the paper more as a "shopping list" of proposals rather than a concrete plan of action.

FOCUS ON DEVELOPMENT

Almost all humanitarian efforts in 2005 will centre on economic and social development, coupled with some emergency-type assistance, such as food aid.

The United Nations will focus on providing basic social services for returning populations and continuing the repatriation of Angolan refugees. It has also highlighted the fight against HIV/AIDS, noting that the window of opportunity to curb

the spread of the disease should be seized without delay.

But all organisations may find it tough to find financial backing for their projects as the country shifts into a development phase.

"Funding for development is much less generous than it was for the humanitarian response phase. We have to be more cost-effective, more focused, but, at the same time, build staff skills and project approaches," said CARE's Steinberg.

Certain sources of funding could potentially kick in this year. One government source said an agreement with the IMF, which will open the door to other mechanisms of cheaper borrowing for Angola, was still on track for 2005, albeit towards the end of the year.

Observers are also more upbeat about the prospect of a donor conference. A hot topic of conversation for years, donors have been reluctant to give their support until Angola published its poverty reduction strategy and improved its murky transparency record.

"A donor conference is likely this year," said Allan Cain, director of the NGO, Development Workshop. "Donors will find it difficult to put it off any longer. 2006 is the year of elections - a donor conference would be too politicised. The only opportunity is now."

CHINA STEPS IN

One source of funding that is certain to become more visible is the \$2 billion credit line from China, already being used to rebuild many of Angola's roads, railways and bridges destroyed during the war.

Reconstructing Angola's shattered infrastructure is a top priority for the government, which believes that such links are vital to spur the non-oil economy. "We have to make a big effort in rebuilding the infrastructure: if you do not rebuild infrastructure, there

cannot be any viable economic activity," Deputy Prime Minister Aguinaldo Jaime said recently.

While a massive reconstruction project should be good news for Angola, the terms of the Chinese deal have come in for sharp criticism.

"It is a huge amount of money, but it creates some internal problems because, behind the loan, Chinese firms get work in Angola without competition," said economist Cerqueira. "There is a condition in the loan that 30 percent will be sub-contracted to Angolan firms, but that still leaves 70 percent which will not."

"Angolan businessmen are very worried about this, because they don't get the business, and the construction sector is one in which Angolans hope they can find work, helping to build schools and roads," he explained.

Although the Angolan government was applauded in 2004 for its strides in opening up its books to scrutiny, the China credit line has once again muddied the waters and sparked fears of patronage and favouritism.

"I'm concerned about the Angolan component of these projects," said one international aid worker. "Will this 30 percent benefit Angolan workers, or just some Angolan businesspeople with political influence? I would hope this 30 percent would go to capacity building of Angolan tradespeople."

SETTING PRIORITIES

There are a host of other issues which should be included in Angola's seemingly endless 'To Do' list: issuing the population with identity documents, completing the electoral register ahead of next year's poll, clearing landmines, implementing a new land law, decentralising decision-making and improving communication in the provinces, not to mention fighting the health scourges of malaria, tuberculosis and sleeping sickness.

Perhaps the biggest challenge of all is deciding what to do first.

[ENDS]

World Markets Analysis
January 13, 2005

Total's Angolan Operations under Renewed-Threat over Arms Investigation

French oil major Total is facing a renewed threat to its operations from the Angolan government. Quoted in a Dow Jones report, French daily, Le Nouvel Observateur reports that the Angolan government has given France until 15 February 2005 to drop an investigation into an alleged arms deal that it (Angola) had with French businessman Pierre Falcone, after which time the Angolan authorities have threatened to rescind an oil-development licence granted to Total. The company operates Block 17, where the Girassol, Dalia and Rosa fields - each with estimated reserves of up to 1bn bbls - have been discovered and Block 32, which has the Canela and Gindungo fields. Until December last year, Total also operated Block 3 but has had this position threatened by the government's refusal to renew its licence over sub-Block 3/80, which produces 80,000 bpd, half of the block's 160,000-bpd production. It is also a partner in Blocks 0, 2, 14, 31 and 33.

Significance: If the rumours are confirmed, Total's entire Angolan operations are at risk, as the Angolan government has shown itself capable of such vindictive behaviour. Although the government denied any wrongdoing in its earlier refusal to renew the company's license over the sub-block, it may now have decided to show its hand, having failed to stop the investigation with its first covert attempt.

The Herald
January 13, 2005

COMESA Launches Public Procurement Website

THE Common Market for Eastern and Southern Africa (COMESA) has launched a public procurement website as part of its mandate to promote businesses among its member-states. According to the trade bloc's website, member-states will post various tenders on the procurement website, thus availing them to potential suppliers throughout the region. "It is part of an overall policy by COMESA to improve public procurement in the region using the latest innovation in information technology with a view to promoting efficiency, transparency, and accountability in the conduct of public procurement," COMESA said on its website.

The public procurement website was launched in Zambia late last year.

The launch was not only significant for the region and Africa as a whole but also for COMESA itself which has just celebrated its 10th anniversary.

Governments in member countries were urged to put in place transparent procurement policies.

They were urged, at COMESA level, to spend revenues in turning integration from ideas into

reality and avoid wasting public resources on self-serving interests, grandiose meetings, never-ending feasibility studies and non-value-adding consultancies.

COMESA secretary-general Mr Erastus Mwencha also discussed the importance the region attaches to open public procurement as a tool of integration and transparency.

"As COMESA gets more integrated and trade more liberalised, the need to ensure fair and open trade becomes greater by the day.

"In order to encourage and enhance fair competition, transparency and accountability in both public and private procurement arrangements, the need to develop a coherent and uniform procurement procedures as well as harmonised procurement laws, regulations and procedures across COMESA is widely-recognised as necessary," Mr Mwencha said.

In November 2004 COMESA forecast treble economic growth in 2005 from 2003 levels by boosting activity in agriculture, trade, mineral production, manufacturing and construction. Trade among COMESA members was expected to rise by 20 percent in 2004 from US\$5,3 billion in 2003. Economic growth within the bloc was projected at more than 7,0 percent by 2005 up from 2,3 percent in 2003.

However, there are fears that external pressures such as fluctuating oil prices and trade barriers imposed on African goods by the European Union and other Western countries may stifle growth.

COMESA has a combined Gross Domestic Product of US\$170 billion and a population of 380 million.

Agence France Presse
January 13, 2005

Serious rights violations still plague Africa

Serious human rights violations remain a pressing concern in virtually every corner of Africa, despite pockets of progress, the US-based group Human Rights Watch reported Thursday in its annual review of human and civil rights around the world.

ANGOLA: Despite planned elections next year and the recent end of 27 years of civil war, rights abuses were frequent in Angola, exacerbated by rampant poverty and widespread government corruption, HRW said.

The report cited as particularly worrisome a lack of women's rights, problems associated with the return and resettlement of refugees, and the expulsion of foreign migrant workers. *Jornal de Angola*

10 de Janeiro

Apenas 2 milhões de angolanos têm BI informatizado

Apenas dois milhões de angolanos têm bilhete de identidade informatizado, enquanto seis outros milhões possuem ainda o antigo documento de cidadania, afirmou quarta-feira, em Luanda o director nacional de Identificação, Joaquim de Carvalho.

"Houve um aumento considerável na emissão de bilhetes de identidade, caminhamos praticamente para dois milhões de bilhetes de identidade computarizados, mas em bilhetes de emissão manual ainda estamos em aproximadamente seis milhões, pelo que contamos melhorar proximamente", salientou.

O director nacional de Identificação de Angola falava por ocasião do Dia Nacional da

Identificação assinalado a 5 deste mês, 29 anos depois da emissão do primeiro bilhete de identidade, em nome do primeiro presidente de Angola, António Agostinho Neto.

Segundo Carvalho, o sistema de emissão de bilhetes de identidade informatizados está em funcionamento em 15 províncias, faltando outras três, nomeadamente Malanje, Kwanza-Norte e Uíje, onde a sua implantação está em fase adiantada.

O novo bilhete de identidade (informatizado) é de difícil falsificação, assegurou o mesmo responsável, admitindo que circulam ainda em todo o país milhares de falsos documentos de emissão antiga.

Petroleum Intelligence Weekly
January 10, 2005

Global Supply Surge Starts To Slow

Global oil supply grew by an impressive 3.6 million barrels per day in 2004, with about one-third of the increment coming from non-Opec producers and the rest reflecting higher Opec crude and other oil production. With 2004 demand growth expected to come in at around 2.1 million b/d, there should have been plenty of room for stockbuilding during the second half of the year to shore up the tight inventories inherited from 2003 when the Iraq invasion, problems in Venezuela and outages in Nigeria and elsewhere seriously depleted global stocks. With demand staying unexpectedly strong through the second quarter, supply and demand were almost balanced at 81.3 million-81.4 million b/d. That all changed in the second half of the year, with supply running a more typical 600,000 b/d ahead of demand in the third quarter before turning in a strikingly contra-seasonal 1.2 million b/d build in the fourth quarter, ending the year with a 400,000 b/d cushion in December, according to preliminary assessments by PIW's sister publication, Oil Market Intelligence. With the continued extra supplies, prices have cooled a bit over the last two months.

December supplies rose by an estimated 1.1 million b/d, with 645,000 b/d coming from non-Opec and Opec adding some 430,000 b/d, mainly from upticks in Iraq and Venezuela. A sharp recovery in Iraqi loadings led to a 725,000 b/d monthly gain, while the return of Total-Statoil's Sincor synthetic crude project in Venezuela and new upgraded output from ChevronTexaco's neighboring Hamaca project delivered a combined 195,000 b/d to push Venezuelan conventional and upgraded crude output to 2.77 million b/d -- the highest volume since pre-strike levels of November 2002. Other Opec members trimmed output in response to market resistance, but major cuts, led by Saudi Arabia's 500,000 b/d reduction, are expected to become apparent this month.

Last month's non-Opec growth came primarily from North America, the North Sea, Brazil and Kazakhstan, offsetting a small monthly decline in Russia, which still accounted for more than half of the 2004 non-Opec supply growth of 1.3 million b/d. Despite the big bite taken out of US Gulf of Mexico production by Hurricane Ivan and a pipeline problem at Royal Dutch/Shell's Mars platform, and scattered problems in the North Sea and Alaska, non-Opec supply held up well against projections as unexpected gains in Africa, Latin America and the Caspian compensated for much of the lost production,

Assuming there is not a repeat of the last year's US Gulf and North Sea problems, non-Opec supply is projected to grow by 1.9 million b/d in 2005, equaling the combined increases for 2003 and 2004. However, beyond 2005 it is difficult to see much in the way of further increments as downward trends take over in mature areas like the US and the North Sea.

Although Russian growth is expected to slow to 360,000 b/d this year from nearly 700,000 b/d in 2004, Azerbaijan's BTC pipeline startup around midyear and further increases from

Kazakhstan's Karachaganak field will bring the FSU increment back over 500,000 b/d. Four new fields in the Campos Basin will contribute to over 400,000 b/d in Brazil and new deepwater fields are projected to bump Angola's output by more than 160,000 b/d.

Petroleum Intelligence Weekly

January 10, 2005

ANGOLA

ChevronTexaco is on track to produce an initial 30,000 b/d of oil by year-end at its \$1.9 billion Sanha project offshore. Condensate production is scheduled to start early in the first quarter and first LPG production from the Sanha FPSO vessel is forecast for early in the second quarter. The Sanha facilities are expected to be producing 100,000 b/d of oil and LPG in 2007. Most production will come from 50 wells in the Bomboco and Sanha fields. The Bomboco platform will be the complex's key oil producer. The project will also ultimately produce 300 MMcf/d of natural gas. After being stripped of condensate and LPG, some 500 MMcf/d of dry gas will be reinjected into the reservoir, reducing the amount of gas flaring. Condensate will be mixed with the oil and piped to the Malongo terminal for export. The LPG will be sent to a permanently moored FPSO.

UK small caps close session strongly bucking wider market gloom

AFX UK (Focus); Jan 20, 2005 Buyers also came in for New Millennium Resources, after the diamond mining and exploration company said it plans to triple the size of its Rio Lapi diamond mining facility in Lunda Norte, Angola.

Liquid Africa

January 9, 2005 Sunday

More Angolan Diamond Discoveries

New Millennium Resources NL has discovered further diamonds on its Lapi diamond concession in Angola, the company said in a press release on December 20. The discovery includes two large diamonds of 11.67 and 19.83 carats.

At the company's general meeting on November 29, New Millennium's managing director, John Cross said, "initial diamond yields from "grab pit" sampling of 2 tons of gravel concentrate on our Lapi C9 concession in Angola have yielded 40 diamonds of gem stone quality... The largest diamond was 5.71cts with the aggregate weight of the 40 diamonds found totaling 47.62cts."

New Millennium is an Australian-based mineral exploration company with diamond interests in Angola. The company also owns several tenements in Greenland focusing on the extraction of niobium and tantalum deposits.

New Millennium is a publicly listed company whose securities are traded on the London Stock Exchange's Alternative Investment Market.

La justice genevoise classe l'enquête sur les fonds secrets du président angolais en Suisse

Sylvain Besson

Le Temps, vendredi 31 décembre 2004

COMPTES OCCULTES. Les poursuites entamées pour blanchiment d'argent et corruption sont abandonnées, malgré le versement de 34 millions de dollars au chef d'Etat angolais José Eduardo dos Santos

L'une des plus vastes enquêtes financières menées en Suisse ces dernières années vient de connaître son épilogue. Le 21 décembre, le procureur général genevois Daniel Zappelli a mis fin aux poursuites entamées il y a plus de deux ans contre l'homme d'affaires français Pierre Falcone. Il était accusé d'avoir mis sur pied une «organisation criminelle» pour détourner des montants colossaux provenant du règlement de la dette entre l'Angola et la Russie. «Cette décision montre que l'opération de restructuration de cette dette est légale et s'est déroulée de manière impeccable», estime Marc Henzelin, l'un des avocats de Pierre Falcone.

En 1996, la Russie et l'Angola avaient signé un accord sur le remboursement de la dette de 5 milliards de dollars contractée par le pays africain envers Moscou. Les deux Etats avaient décidé que l'Angola paierait 1,5 milliard de dollars pour solde de tous comptes. Abalone, une société contrôlée par Pierre Falcone et ses associés, jouait un rôle d'intermédiaire: elle achetait à la Russie les titres émis par l'Angola en reconnaissance de sa dette, avant de les vendre à la compagnie pétrolière angolaise Sonangol, une entreprise publique.

Entre 1997 et 2000, le compte ouvert par Abalone chez UBS à Genève a ainsi reçu quelque 774 millions de dollars (environ 1 milliard de francs) provenant de Sonangol. Sur cette somme, plus de 160 millions de dollars ont été versés au Ministère russe des finances, le reste étant réparti entre Pierre Falcone, ses associés et diverses sociétés offshore.

Une bonne affaire

Le caractère insolite de ce montage avait conduit la justice genevoise à inculper Pierre Falcone de blanchiment d'argent, soutien à une organisation criminelle et corruption de fonctionnaires étrangers en avril 2002. Mais selon l'ordonnance de classement du procureur général, le règlement de la dette n'a

donné lieu à aucune irrégularité. La Russie est intervenue au cours de la procédure pour dire qu'elle était satisfaite des remboursements effectués. Un expert de la Banque mondiale a affirmé que les deux pays ont fait une bonne affaire en recourant aux services de Pierre Falcone et de ses associés: l'Angola a pu réduire sa dette publique et la Russie a amélioré l'état de ses finances. «La société Abalone a payé complètement ce qu'elle devait à la Russie en utilisant d'autres comptes que celui ouvert chez UBS», explique Alexander Troller, un avocat de Pierre Falcone.

Curieusement, la décision de classement ne parle pas des fonds transmis à de hauts dignitaires angolais depuis le compte d'Abalone chez UBS. En juillet 2000, trois millions de dollars ont été versés à un ministre, José Leitao da Costa, sur un compte ouvert auprès de la banque privée genevoise HSBC Guyerzeller. Surtout, la société de Pierre Falcone a versé 34 millions de dollars, en octobre 1997, à une société panaméenne contrôlée par le président angolais José Eduardo dos Santos. Certains enquêteurs en ont déduit que le président et d'autres dirigeants avaient été payés pour donner leur aval à l'opération de remboursement de la dette.

Par sa décision de classement, la justice genevoise privilégie une autre explication: l'argent versé aux dignitaires africains – quelque 70 millions de francs – était destiné à constituer des «fonds stratégiques» secrets pour le compte du gouvernement angolais, alors plongé dans une féroce guerre civile contre les rebelles de l'Unita. «S'il y avait eu corruption, l'enquête ne serait pas classée aujourd'hui. Les gens qui ont perçu ces fonds ne l'ont pas fait à titre individuel, mais dans le cadre d'une mission d'ordre public», résume Alexander Troller.

«L'argent va être rendu»

Une partie de ces sommes – 10 à 20 millions de francs, selon nos informations – se trouve toujours en Suisse. Depuis des mois, diplomates suisses et angolais négocient les modalités de leur restitution. Les autorités helvétiques souhaitent que l'argent soit consacré à la reconstruction de l'Angola, ravagé par des années de guerre. L'agence suisse d'aide au développement, la Direction du développement et de la coopération, devrait suivre sur place l'emploi des

fonds rapatriés. Cette exigence, qui touche un point sensible de la souveraineté angolaise, a longtemps retardé la conclusion d'un accord. Celui-ci devrait intervenir rapidement, selon Alexander Troller: «L'argent est sur le point d'être rendu à l'Angola, selon des conditions convenues entre les deux pays.» Ce qui mettrait un point final à cette affaire hors du commun.

© Le Temps, 2004 . Droits de reproduction et de diffusion réservés.

Le Matin Online 01.01.2005
La Suisse blanchit à moitié l'Angola

ENQUÊTE Berne rend les millions de francs qu'elle a confisqués à l'Angola. Mais à condition que l'argent soit honnêtement dépensé

IAN HAMEL

En septembre dernier, Daniel Zappelli, procureur général de Genève, ordonnait le classement de la procédure ouverte depuis plus d'une décennie contre le financier genevois Nessim Gaon. Aujourd'hui, le successeur de Bernard Bertossa abandonne toutes les poursuites dans une autre grande enquête financière: celle de la dette angolaise vis-à-vis de la Russie.

De quoi s'agit-il? Luanda devait rembourser 1,5 milliard de dollars à Moscou. Curieusement, l'argent transite par un compte baptisé Abalone, à Genève, ouvert par le marchand d'armes français Pierre Falcone, puis s'évapore entre 1996 et 2000 vers une multitude de paradis fiscaux.

En avril 2002, le juge genevois Daniel Devaud inculpe Pierre Falcone de «blanchiment d'argent», de «soutien à une organisation criminelle» et de «corruption d'agents publics étrangers». Le magistrat suisse a fait d'intéressantes découvertes. 37,1 millions de dollars seraient partis sur le compte au Luxembourg de la société panaméenne Camparal, appartenant à... José Eduardo Dos Santos, le président de l'Angola. Quant à Pierre Falcone, il se serait attribué la part du lion: 120 millions de francs. Daniel Devaud fait aussitôt bloquer une dizaine de millions de francs, encore sur territoire suisse.

Marchand d'armes devenu démineur

Ces révélations ont provoqué une grave crise diplomatique entre l'Angola et la Suisse. José Eduardo Dos Santos menaçait de rappeler son ambassadeur à Berne pour «consultations». Un an plus tard, en juin 2003, le maître de Luanda annulait à la dernière minute sa visite en suisse. Tout va dorénavant s'arranger entre les deux pays. Le procureur genevois,

Daniel Zappelli, vient d'enterrer ce gigantesque dossier portant sur des centaines de millions de dollars. Selon l'ordonnance de classement, le

règlement de la dette angolaise n'aurait donné lieu à aucune irrégularité. Si des fonds ont pu s'égarer sur des comptes appartenant à des dignitaires africains, c'est pour des raisons «stratégiques», liées à la guerre qui a endeuillé l'Angola. Seuls des mauvais esprits pourraient y voir une quelconque corruption.

Berne a tout de même concocté une petite vacherie pour Luanda. L'argent encore bloqué en Suisse sera bien rendu à l'Angola. Seulement voilà, son utilisation devra être supervisée par la Direction du développement et de la coopération (DDC). La dizaine de millions de francs ne pourra être dépensée que dans le cadre d'un projet humanitaire. «C'est une façon très suisse de montrer que l'on n'est pas complètement dupe de la probité du président angolais. Même si ce dossier a trouvé un règlement politique», sourit un proche du dossier. Il a été proposé que les fonds rapatriés servent à déminer l'Angola. Le problème, c'est que les contrats de déminage sont aux mains de Pierre Falcone, principal pourvoyeur d'armes de ce pays africain.

ANGOP 05.01.2005

Swiss Prosecutor Orders Storage of Lawsuit Into
Angolan Funds
Luanda

The Prosecutor General of Geneva, Daniel Zapelli has ordered the storage of inquiry into Angolan funds deposited in Switzerland's banks, Swiss Press reported Tuesday.

This decision, taken on last December, puts a full stop to the lawsuits lodged two years ago against French businessman Pierre Falcone, which led to the freezing of the Angolan funds in the Swiss banks.

To order the storage of the lawsuit, Prosecutor Daniel Zapelli backed the fact by saying that the payment of Angola debt to Russia "did not cause any irregularity" contrary to the investigation's claim.

Pierre Falcone was suspicious of running an alleged criminal organisation with the objective of embezzling the funds from the regularisation of Angola debt to Russia.

Reacting to this judicial decision, one of Falcone's lawyers in Geneva, was quoted from newspaper "Le Temps" as saying that the prosecutor's ruling "shows that the restructuring operation of the Angolan debt to Russia is legal and was run in an impeccable way".

According to the Swiss press, during the process Russia was satisfied with the reimbursement carried out and an expert with the World Bank considered that Angola and Russia have done a good business through Pierre Falcone.

Concerning to the corruption charges, the Prosecutor considered that the money deposited into the Angolan private accounts was used as strategic funds of the Angolan Government, that was facing a devastating war waged by the former rebel movement (UNITA).

With this verdict, the Angolan funds frozen in the European nation will be returned to the Angolan authorities.

Jornal Apostolado 06.01.2005

ARQUIVADO PROCESSO DOS FUNDOS ANGOLANOS DEPOSITADOS NA SUIÇA

Reagindo ao arquivamento do processo sobre os fundos angolanos depositados em bancos suíços, políticos da oposição querem esclarecimentos do governo. O arquivamento foi anunciado ontem em Luanda pela agência Angop, referindo uma decisão do procurador-geral de Genebra, Daniel Zapelli, datada de 21 de Dezembro passado.

O referido magistrado «mandou arquivar o inquérito sobre os fundos angolanos depositados em bancos suíços», afirmou a agência baseando-se numa notícia do jornal suíço "Le Temps". Refere que a decisão «põe um ponto final aos processos lançados há mais de dois

anos contra o empresário francês Pierre Falcone».

Para o deputado Lindo Bernardo Tito, chefe da bancada do Partido de Renovação Social (PRS), as próprias autoridades angolanas devem aclarar o seu Povo sobre esta evolução. «Deveria haver uma explicação do Procurador Geral da República sobre toda este assunto desde as denúncias do juiz Devaud [Suíço, na origem da revelação do escândalo na praça internacional]», comentou Tito em declarações à Ecclesia hoje.

O Secretário Geral da Frente para a Democracia (FPD), o advogado Luís do Nascimento, acentuou a necessidade de se saber agora a utilização dos fundos no seu regresso a Angola. «Que o dinheiro reintegre o Orçamento Geral do Estado para se acompanhar o seu uso a favor dos angolanos», declarou este político, falando também à Ecclesia.

Outra voz da oposição, Laurindo Neto, presidente da Aliança Nacional, reconheceu o êxito da diplomacia angolana neste passo, mas reafirmou a hostilidade ao empresário Pierre Falcone. Frisou a parte francesa que se mantém no processo das queixas contra Falcone e reiterou a sua oposição à atribuição da implícita nacionalidade angolana com a função de ministro conselheiro no seio da missão de Angola junto da UNESCO.

NÃO HOUVE IRREGULARIDADES

De acordo com a Angop, Zapelli sustentou-se no facto de que a operação de pagamento da dívida de Angola à Rússia não deu lugar a nenhuma irregularidade, ao contrário do que supunha a investigação.

Pierre Falcone era suspeito de ter constituído uma alegada organização com o objectivo de desviar os montantes provenientes da regularização da dívida de Angola com a Rússia. Um dos advogados de Falcone em Genebra considerou que a decisão do procurador “mostra que a operação de reestruturação da dívida angolana é legal e desenrolou-se de maneira impecável”.

A Rússia manifestou-se satisfeita com os reembolsos efectuados e um perito do Banco Mundial considerou que Angola e a Rússia fizeram um bom negócio ao recorrerem aos serviços de Pierre Falcone. O procurador considerou, ainda, que o dinheiro depositado em contas privadas angolanas destinava-se a constituir fundos

estratégicos por conta do governo angolano, que na altura enfrentava uma guerra devastadora. «Se tivesse havido corrupção, o processo não estaria hoje arquivado. As pessoas que receberam esses fundos não o fizeram a título individual, mas no quadro de uma missão de ordem pública», comentou outro advogado de Falcone.

Em resultado desta decisão da justiça suíça, os fundos angolanos até agora bloqueados nos bancos helvéticos serão restituídos às autoridades angolanas.

ANTECEDENTES

De facto, o caso começou com as suspeitas das autoridades suíças sobre desvios para terceiros de dinheiro destinado ao pagamento de uma dívida a Rússia contraída em meados dos anos '90 . Conforme trazido ao grande público pelo diário francês “Le Monde”, em Fevereiro de 2002, uma investigação judicial a Falcone resultou no congelamento da conta em Genebra e das letras de crédito russas. Falcone foi acusado de «lavagem de dinheiro, apoio a organização criminosa» e «corrupção de dirigentes estrangeiros». A dívida incidia num montante de 774 milhões de dólares, à luz das revelações iniciais trazidas no “Le Monde”, que conseguira fugas do processo então instruído pelo juiz Devaud. O pagamento transitava contas da empresa Abalone de Falcone na Suíça e o Ministério das Finanças russo indicou que apenas recebera menos de 162 milhões. O resto fora distribuído por contas espalhadas por Falcone em diferentes pontos do globo, das quais uma em nome do presidente angolano e outras em três colaboradores chegados.

Justiça Magistrado helvético inocenta Pierre Falcone
Jornal de Angola 06.01.2005

País tem direito ao dinheiro na Suíça

O procurador-geral de Genebra, Daniel Zapelli, mandou arquivar o inquérito sobre os fundos angolanos depositados em bancos suíços, anunciou terça-feira a imprensa em Genebra.

Esta decisão, tomada a 21 de Dezembro último, põe ponto final aos processos lançados há mais de dois anos contra o empresário francês Pierre Falcone, que levou ao congelamento de fundos angolanos em bancos

suíços.

Para ordenar o arquivamento do processo, o procurador Daniel Zapelli sustentou-se no facto de que a operação de pagamento da dívida de Angola à Rússia “não deu lugar a nenhuma irregularidade”, ao contrário do que dizia a investigação.

Pierre Falcone era suspeito de ter constituído uma alegada organização criminosa com o objectivo de desviar os montantes provenientes da regularização da dívida de Angola com a Rússia.

Reagindo a esta decisão judicial, um dos advogados de Falcone em Genebra, citado pelo jornal “Le Temps”, considerou que a decisão do procurador “mostra que a operação de reestruturação da dívida angolana é legal e desenrolou-se de maneira impecável”.

De acordo com a imprensa suíça, durante o processo a Rússia manifestou-se satisfeita com os reembolsos efectuados e um perito do Banco Mundial considerou que Angola e a Rússia fizeram um bom negócio ao recorrerem aos serviços de Pierre Falcone.

Quanto às acusações de corrupção, o procurador considerou, ao mandar arquivar o processo, que o dinheiro depositado em contas privadas angolanas destinava-se a constituir fundos estratégicos por conta do Governo angolano, que na altura enfrentava uma guerra devastadora desencadeada pelos rebeldes da UNITA.

Contestando as acusações de corrupção, outro advogado de defesa citado pela imprensa suíça afirmou: “Se tivesse havido corrupção, o processo não estaria hoje arquivado. As pessoas que receberam esses fundos não o fizeram a título individual, mas no quadro de uma missão de ordem pública”.

Em resultado desta decisão da justiça suíça, os fundos angolanos até agora bloqueados nos bancos helvéticos serão restituídos às autoridades angolanas.

Embaixador fala do desbloqueamento de fundos na Suíça
Jornal de Angola 10.01.2005

O embaixador de Angola na Suíça e representante permanente junto da ONU em Genebra, João Filipe

Martins, elogiou recentemente a acção do Governo que conduziu ao desbloqueamento dos fundos angolanos congelados na Suíça, facto que, segundo ele, abrirá “novas portas” para Angola.

O procurador geral de Genebra, Daniel Zapelli, mandara arquivar recentemente o inquérito sobre os fundos angolanos depositados em bancos suíços.

Esta decisão, tomada a 21 de Dezembro último, põe ponto final aos processos lançados há mais de dois anos contra o empresário francês Pierre Falcone, que levou ao congelamento de fundos angolanos em bancos suíços.

Para ordenar o arquivamento do processo, o procurador Daniel Zapelli sustentou-se no facto de que a operação de pagamento da dívida de Angola à Rússia “não deu lugar a nenhuma irregularidade”, ao contrário do que dizia a investigação.

Pierre Falcone era suspeito de ter constituído uma alegada organização criminosa com o objectivo de desviar os montantes provenientes da regularização da dívida de Angola com a Rússia.

Reagindo a esta decisão judicial, um dos advogados de Falcone em Genebra, citado pelo jornal “Le Temps”, considerou que a decisão do procurador “mostra que a operação de reestruturação da dívida angolana é legal e desenrolou-se de maneira impecável”.

De acordo com a imprensa suíça, durante o processo a Rússia manifestou-se satisfeita com os reembolsos efectuados e um perito do Banco Mundial considerou que Angola e a Rússia fizeram um bom negócio ao recorrerem aos serviços de Pierre Falcone.

Quanto às acusações de corrupção, o procurador considerou, ao mandar arquivar o processo, que o dinheiro depositado em contas privadas angolanas destinava-se a constituir fundos estratégicos por conta do governo angolano, que na altura enfrentava uma guerra devastadora desencadeada pelos rebeldes da UNITA.

Contestando as acusações de corrupção, outro advogado de defesa citado pela imprensa suíça afirmou: “Se tivesse havido corrupção, o processo não estaria hoje arquivado. As pessoas que receberam esses fundos não o

fizeram a título individual, mas no quadro de uma missão de ordem pública”.

Em resultado desta decisão da justiça suíça, os fundos angolanos até agora bloqueados nos bancos helvéticos serão restituídos às autoridades angolanas.

INSUFICIENCIAS DA LEI DE TERRAS PODEM PROVOCAR CONFLITOS 2005-05-25

O estudo foi levado a cabo em 12 comunidades das províncias do Uíge, Lunda-sul e Huambo e os resultados foram divulgados nesta terça-feira, em Luanda, sob os auspícios da ADRA.

Fundamentalmente, sustenta que o quadro legal vigente se revelou insuficiente na salvaguarda dos direitos das populações camponesas e os conflitos podem surgir a qualquer momento.

Considera que há dualidade de critérios na atribuição de hectares de terras. Desde a independência, exemplifica, foram já distribuídos cerca de 2,5 milhões de hectares.

O responsável daquela ONG, Fernando Pacheco, disse que o quadro jurídico e o aparelho constitucional para a gestão das terras agrícolas são presentemente muito confusos, desorganizados e desactualizados.

Para a ADRA, as terras não estão a ser verdadeiramente ocupadas. Em muitos casos a ocupação é apenas no papel e as próprias populações da região não tem conhecimento nem consciência de que estas terras já estão cedidas. Elas continuam a considerar que estas terras são delas porque acham que tem um direito ancestral sobre as mesmas.

Dos resultados apresentados não foram incluídos os dados das províncias do Bié, Lunda-norte e Cabinda. O Programa de Desenvolvimento Rural da Quissama, na província do Bengo considera iminente o conflito de terras naquela região, caso a distribuição e a ocupação de terras não forem bem feitas pelo Governo.

O seu responsável, Paulo João, acusou os fazendeiros de estarem a ocupar terras sem ter em consideração os direitos das famílias que já ali vivem, desde os seus ancestrais.

O economista e sociólogo, Vicente Pinto de Andrade, defende a elaboração de uma nova lei que garanta e assegure os direitos de acesso à terra. Para

ele, a maioria da população angolana dedica-se à agricultura e pensa que a terra é sua.

O estudo concluiu que a presente lei revela-se insuficiente na salvaguarda dos direitos das populações camponesas.

Ploughing more cash into Angolan diamonds

By: Gareth Tredway

Posted: '30-MAY-05 14:00' GMT © Mineweb 1997-2004

JOHANNESBURG (Mineweb.com) -- With just about eight years life left in its South African land operations, Trans Hex, South Africa's second largest diamond producer, is looking to replace and grow production.

And while the company may be able to buy some loss-making De Beers operations that fall off the table in future, the main focus is Angola, where the R1.5 billion company has already injected R458 million exploring what has been dubbed 'elephant country' when it comes to diamonds.

This has not yet paid off.. In the year to end-March 2005, Trans Hex made a mere R3 million operating profit out of Angola, compared to R363 million in South Africa where rand strength has hampered profits.

However R52 million, or 78% of the company's R67 million in exploration spend for the last financial year went into Angola. This year it may be more, with group spend budgeted at R75 million and "most of that going to Angola," according to management.

At Monday's year-end results presentation, management announced that a 39% stake had also been acquired in Matikara Prestação De Serviços, which holds exploration rights on three alluvial properties in Angola and kimberlite exploration rights on another one.

Llewellyn Delport, managing director of Trans Hex, says that these properties are in the early stages of exploration and that the company will only be able to report on their viability in 18-24 months.

The company believes its Angolan ambitions started to bear fruit a year ago. "Our strategic expansion into Angola is beginning to show results with Luarica producing 95,000 carats in its first full year of production (2004)," says the company website.

In financial year 2005, the company did not improve much, producing 96,000 carats, with costs maintained at \$242/carat. The company received an average price of just over \$300/carat.

A \$6 million upgrade at Luarica is expected to push up the monthly output from the current 8,000 carats to 14,000 carats by March 2006. "Equipment has been ordered and implementation will begin by December 2005," said management at a results presentation on Monday.

This upgrade and 'other initiatives' are set to improve the cost structure, according to management. Trans Hex has a 35% share in Laurica.

Fucauma is the company's other working operation in Angola. The pilot plant produced 17,700 carats that received an average sale price of \$200/carats. The plant commissioning is in progress and at full capacity will produce 10,000 carats per month.

Trans Hex also has interests in the Gango and Luana concessions in Angola. Bulk sampling on both projects will start in the third quarter of 2005.

De Beers, the world's largest rough diamond producer, announced Friday that it had reached agreement with Endiama, the state-owned diamond company of Angola, to explore for kimberlite deposits in the same province as the Facauma and Luarica projects.

Diamantes fazem disparar negócios da Escom em Angola

Beatriz Casais(*)

O volume de negócios da Escom - Espírito Santo Commerce - irá atingir este ano 250 milhões de euros, valor que representa um crescimento de 150 por cento, face à facturação de 100 milhões de euros registada em 2004. Hélder Bataglia, presidente da Escom, justifica que este "disparar" de receitas é resultado do "arranque da produção diamantífera no projecto do Luó", onde até agora já foram investidos 120 milhões de euros.

Na área da mineração, a Escom prevê ainda que o projecto Chimbongo, que explora jazigos aluvionares na Lunda Norte atinja a sua "velocidade de cruzeiro com duas frentes de trabalho, no início do segundo semestre de 2005. No total, a actividade da Escom no sector diamantífero, em Angola, traduz-se num investimento global de 159 milhões de euros e na criação de 1.500 postos de trabalho. Em todos os projectos em que está envolvida na área da mineração, a Escom conta com parceiros locais e alianças estratégicas com as maiores empresas mundiais do sector.

Até porque, sublinha Hélder Bataglia, a Escom aposta "sempre em situação de parceria", tendo como mais-valia o conhecimento dos mercados. "Não é por acaso que os maiores grupos do sector dos diamantes são nossos sócios em Angola", constata.

"A nossa grande aposta é concentrarmo-nos na região do Golfo da Guiné e fazer de Angola uma base de desenvolvimento, adianta Hélder Bataglia, para quem a Escom classifica como "vitais" os investimentos realizados pela

empresa naquele país. Neste quadro, o responsável desta participada do Grupo Espírito Santo (GES), adianta que o envolvimento da Escom em projectos que vão da mineração às pescas, passando pelo imobiliário, traduziu-se na aplicação de 342,5 milhões de euros. Para os próximos dois ou três anos está programado um investimento de montante idêntico.

May 28, 2005, 9:01PM

THE WELL

• **Kerr-McGee Angola signed an agreement with Angola's national petroleum company, Sonangol, to explore for oil off Angola.**

The deal gives Kerr-McGee a 25 percent contract interest in block 10, which is operated by Devon Energy Corp., with a 35 percent contract interest.

Sonangol and affiliates retain a 40 percent contractor interest.

ADVERTISEMENT

Two primary prospects have been identified through an extensive 3-D seismic program covering a majority of the block.

The 1.2 million-acre block is located 30 miles off the town of Lobito. Water depths extend to 3,300 feet. Kerr-McGee anticipates drilling one to two wells on the block this year.

• In response to concerns over the recent petroleum reserves write-downs, two industry organizations are scheduled to decide this year whether to sponsor a program to certify reserves evaluators.

The American Association of Petroleum Geologists and the Society of Petroleum Evaluation Engineers will consider a business plan and budgeting for the program after evaluating and deciding on its feasibility.

Regulators, Congress and investors have called for reforms in how the oil and gas industry estimates and reports petroleum reserves.

In the United States and globally, reserves are not audited by independent accountants and are not estimated by evaluators who have to meet formal standards.

De Beers returns to Angola

By John Reed in Cape Town



Published: May 27 2005 19:14 | Last updated: May 27 2005 19:14

De Beers is due to resume exploration operations in Angola after ending a four-year-old business dispute with the diamond-rich south-west African country's government.

The world's largest diamond producer and Angolan state-owned company Endiama said on Friday they had reached agreement on a joint venture to explore and evaluate kimberlites in the Lunda Norte Province, bordering the Democratic Republic of Congo.

The two companies will also later establish a joint venture that will be granted exclusive rights for the mining and marketing of any diamonds discovered and found economically viable to mine.

De Beers, which had been in Angola since its days as a Portuguese colony, suspended operations in Angola and began three arbitration proceedings against its government in 2001.

De Beers launched the arbitration after two Angolan government decrees in 2000 terminated its buying arrangements and limited its exploration rights. The company, which is 45 per cent owned by Anglo American, also sought repayment for of a \$50m loan to Endiama.

The arbitration was settled last year on confidential terms, paving the way for yesterday's agreement. Gary Ralfe, De Beers' managing director, said his company had "embraced a solid commitment to establish a successful partnership with Endiama".

Angola's promising deposits have remained largely unexploited because of its conflict with De Beers and a long civil war that ended in 2002.

Most foreign companies have been deterred by a 2004 decree giving Endiama majority control of all diamond ventures.

Angola does have industrial and "artisanal" production of alluvial diamonds. But only one kimberlite, or geological formation in which diamonds are found, is in full production: the Catoca venture owned by Endiama with Russia's Alrosa, Brazil's Odebrecht Mining, and Israeli diamond tycoon Lev Leviev's Daumonty Financing.

The final text of Angola's agreement with De Beers, approved by the government on Friday, stipulates that Endiama will hold 51 per cent of the joint venture, in keeping with Angolan law, with De Beers holding the remaining 49 per cent.

New York Times

May 27, 2005

U.S. Has Loosened Rules For Arms Sales, Study Says

The sale of military weapons to other countries, including many that were once barred from making such purchases, has increased sharply since the attacks on Sept. 11, according to a study by a New York research group.

As the United States is trying to secure new allies in its fight against terrorism, the study by the World Policy Institute -- a research group based at the New School University -- says that the nation has expanded the sales of weapons to countries that were once prohibited from receiving American-made goods because of their poor human rights records.

Among the countries are Pakistan and Afghanistan as well as Algeria and Uzbekistan. Some two dozen countries have either become first-time recipients since Sept. 11 or have been readmitted to the program after long absences.

The study found that the largest aid program, Foreign Military Financing, increased 68 percent from 2001 to 2003, to reach \$6 billion -- a peak amount -- before trending back to a current \$4.5 billion.

More than half of the top 25 recipients in 2003, either through the commercial sales program or through foreign military sales, were countries that the State Department has defined as undemocratic. They included Saudi Arabia (purchases of \$1.1 billion); Egypt (\$1 billion); Kuwait (\$153 million); and the United Arab Emirates (\$110 million).

In other cases, weapons were sold to countries having internal conflicts, including Angola, Chad and Ethiopia, or where the human rights record was "poor," according to the State Department; this category included Nigeria, Tunisia and Nepal.

Policy makers in Washington have said that the aid is necessary to secure overseas military bases or reward allies. But the author of the report, William Hartung, said the equipment could end up "fueling conflict, arming human rights abusers or falling into the hands of U.S. adversaries."

Charles Pena, a military specialist at the Cato Institute, a Washington research group that promotes free-market policies, said that while arms transfers were preferable to sending troops, there are risks. "If a regime can use these arms to subdue their own population," Mr. Pena said, "this could come back to haunt us. We need to be more mindful of the long-term implications, especially in the Muslim world."

While the overall increase in these military sales may make for some good strategic policy, said Michael O'Hanlon, a military specialist at the Brookings Institution, the approach could be a "missed opportunity" if not accompanied by other forms of aid.

Energy Intelligence Group, Inc.

May 25, 2005 Wednesday

Exxon Mobil, Lee Raymond Stay True To Their Roots

DALLAS - When Exxon Mobil Chairman and Chief Executive Lee R. Raymond calls the company's annual shareholder meeting to order this morning, he will face an audience of mostly contented shareholders, along with a dozen dissidents representing groups unhappy with Exxon's stance on mostly environmental issues. This could be the last time he wields the gavel. Under corporate policy, Raymond, now 66, should have already retired, but he remained at the request of the board to oversee the full integration of the 1999 merger with Mobil, which reunited the two largest units in what once was John D. Rockefeller's Standard Oil.

Raymond's most likely successor is Exxon President Rex W. Tillerson, who was named to the board last year, but neither Raymond, nor anyone else in the company, is saying anything yet. The world's largest oil company may be losing its most prominent point man in the near future as Raymond contemplates retirement after more than four decades with Exxon Mobil, but the company's 123-year-old roots are

firmly planted in John D. Rockefeller's Standard Oil Co. These roots, profoundly evident in Raymond's and Exxon's approach to the oil business stressing homegrown new technology, ongoing research and development (R&D) and financial discipline, are unlikely to change whoever takes over.

The Exxon chief executive recently shared his views on the company's accomplishments during his 41-year career with the organization with Energy Intelligence Briefing as well as looking back to its roots and forward to the future. A chemical engineer by education and profession, he joined Exxon precursor Standard Oil of New Jersey in 1963 and took over the Exxon presidency in 1987, before taking his no-nonsense, to the point, bottom-line oriented management style to the chief executive officer position 12 years ago in 1993. Raymond's style is a near-mirror reflection of that exercised by John D. Rockefeller and his partners when they founded the original Standard Oil 123 years ago.

Raymond shares Rockefeller's commitment to research and development in an effort to define what technologies will be needed not just next year, but in the next decade and the next quarter century. He enthusiastically boasts about Exxon returns for its \$700 million annual investment in R&D, specifically noting a handful of technologies that he believes set the company apart from its peers. Three-dimensional (3-D) seismic in the upstream, catalytic cracking and fluidized cat-cracking in the downstream and Exxon's version of the Fischer-Tropsch-based natural gas-to-liquids (GTL) process -- dubbed "Advanced Gas Conversion for the 21st Century" -- top his list.

"Back in the late 1980s and '90s a lot of oil companies got out of the R&D business. The mantra was they could buy it on the market, but the result is when you buy it on the market you are just like anybody else," he said. "There is no distinguishing characteristic that you have. We've never had that view." Proprietary technology gives the company competitive advantage, as well fostering team building between research and operations personnel. Relationships created in the process enhance not only the current project, but also assist in identifying future technological needs.

The Exxon chief disagrees strongly with the notion the world is running out of oil. Instead, he sees the industry as going through another series of transitions that turn previously unconventional resources into conventional oil and gas, thereby replenishing the available supply through advances in technology. "The resource keeps getting redefined all the time, with heavy oil and advanced technologies," he explained. "The technological framework and the economic framework keep changing. You have to redraw the curve."

Raymond stresses the cyclical nature of the oil and gas industry and its capital intensity. He cites the need to evaluate potential projects on a variety of economic, social, political and technical factors, noting Exxon's Angolan offshore Kizomba A project. The effort from first access to first oil took 10 years, with expectations of \$50 oil at no time among the economic assumptions, Raymond said. In fact, the company no longer makes price forecasts, nor does it rely on those of others. He recalled some "bad memories" of businesses the company entered in the early 1980s, when oil prices were more than \$30 per barrel in dollars of the day, with projections of \$100 oil on many lips. Exxon went into solar, wind, waves, oil shale and even nuclear,

losing hundreds of millions -- if not billions -- of dollars.

But, at the same time Exxon also began using then-record earnings to repurchase its own common stock shares, the first major oil company to do so. The payback on that investment was nothing short of phenomenal. Between 1984 and the late 1990s, Exxon repurchased the equivalent of 1 billion current shares for \$17 billion. It used those shares to acquire Mobil in late 1999 in a transaction with a market value of \$81 billion. "The shareholders made \$64 billion tax free," Raymond said. "That's a pretty good deal."

Financial discipline under Raymond, along with commitment to technology and an ongoing focus on the long-term have allowed Exxon to stay the course in projects it truly believes in, while mitigating risk in challenging environments such as Venezuela and Russia. The company has valuable and profitable projects in both the Cerro Negro tar sands upgrading project in Venezuela and the Sakhalin-1 oil and gas production project in Russia's Far East. In both cases, Raymond told EIB, Exxon has the staying power to work through the political cycles, just as it does economic cycles.

Qatar, a tiny Mideast Gulf nation with an enormous natural gas resource, has also become a recipient of significant capital commitments over the next decade. The company is involved in the expansion of one major liquefied natural gas (LNG) project, two grassroots LNG projects, an ethane cracker and the world's largest GTL plant, a two-train complex that will produce 154,000 barrels per day of ultra-clean diesel, naphtha and base oils for lubricants. The commitment to GTL is another example of Exxon's focus on the long term, Raymond said. He recalled voting to fund the early phases of laboratory work on the process during his first year on the board of directors in 1984. Besides Qatar, Exxon's major growth areas include West Africa--Angola, Nigeria and Equatorial Guinea--Kazakhstan and Australia. Raymond also sees moving beyond Sakhalin in Russia, when conditions are appropriate.

China may also play a bigger role in Exxon's fortunes at some point, at the least as a natural gas market for Sakhalin's potential output. Indonesian LNG had been a major asset for Mobil, but the fields serving the one-time giant Arun project are in irreversible decline and Exxon has yet to find alternate sources to fuel the plant. Technology could change that, if a means of dealing with the huge volumes of carbon dioxide, mixed in with the trillions of cubic feet of natural gas in the as yet undeveloped offshore Natuna field could be found. Currently, the only option is reinjection into a water-bearing zone, to which Raymond admitted of having a vision of someone drilling a well there in another thousand years and exclaiming, "Perrier!"

Jornal de Angola

25 de Maio

Parlamento Aqueceu

A sessão parlamentar de ontem foi marcada por acesas discussões, na sequência do processo de movimentação de deputados da bancada da UNITA. Com contradições e indisciplina partidária à mistura, o maior partido da oposição apenas conseguiu fazer uma das doze mudanças que pretendia na sua bancada.

Habitualmente pacífico e meramente formal, o ponto sobre a movimentação de deputados gerou ontem uma polémica acima do normal, sobretudo depois de um deputado da UNITA se ter pronunciado contra a entrada no Parlamento de dois colegas seus de partido, mesmo após a comissão competente (Comissão de Mandatos) ter emitido um parecer em que os considerava aptos para a assumirem os seus lugares na casa das leis.

De acordo com o parecer emitido pela oitava comissão, a maior parte das movimentações que a UNITA pretendia fazer (um total de doze) feria disposições legais que o Parlamento tem de cumprir.

Caso inédito, os parlamentares foram surpreendidos pela intervenção do deputado Malheiro Elavoko, da UNITA, que apontou factores que, em seu entender, impediam a entrada de deputados do seu próprio partido no Parlamento, designadamente Fernando Heitor e Daniel Chipembe.

Quanto ao primeiro, o deputado Malheiro Elavoko (um dos deputados cuja substituição foi chumbada pela comissão competente) alegou impedimentos constantes do regimento interno da Assembleia Nacional e noutros instrumentos legais, pelo facto de Fernando Heitor prestar consultoria a várias organizações internacionais.

“A UNITA já não tem nenhum deputado a movimentar”, acrescentou o deputado Malheiro Elavoko, ante a desconcertação dos líderes da sua bancada. O presidente da bancada parlamentar da UNITA chegou mesmo a interromper a intervenção do seu colega de bancada, mas o presidente da Assembleia Nacional o autorizou a prosseguir.

Jerónimo Wanga (líder da bancada) alegou que o deputado Malheiro Elavoko estava fora da ordem do trabalho, e que o seu caso não estava a ser apreciado.

Roberto de Almeida (presidente da Assembleia Nacional) recordou que a resolução em discussão incluía a tentativa de suspensão do mandato do deputado que se estava a pronunciar e reiterou o direito deste se pronunciar livremente.

A UNITA solicitou trinta minutos para concertações, após os quais os parlamentares votaram o projecto de resolução que consagrava as mudanças. Apenas a entrada do deputado Daniel Chipembe foi tida como procedente, embora a sua votação tenha sido marcada por um número de abstenções superior ao número de votos a favor (com 53 votos a favor, um contra e 80 abstenções), o que criou dificuldades de interpretação quanto ao seu significado.

Bastante contrariado pelo elevado número de abstenções na bancada do partido maioritário (na qual houve deputados que votaram a favor), o presidente da bancada parlamentar da UNITA, Jerónimo Wanga, fez uma declaração de voto em que acusou os seus colegas do Parlamento de estarem a fazer uma “mascarada”, como forma de humilhar deputados do seu partido que pretendem tomar assento na Assembleia Nacional.

O reparo foi tido como um insulto pelo presidente do Parlamento e pelos deputados do MPLA Norberto dos Santos “Kwata Kanwa” e Costa Andrade “Ndumduma”. Jerónimo Wanga pediu desculpas pela expressão utilizada.

Quanto ao caso de Fernando Heitor, a partido do “galo negro” retirou temporariamente o pedido de substituição, para melhor esclarecimento dos alegados vínculos do deputado com organizações internacionais, que, a existirem, são incompatíveis com a qualidade de parlamentar.

Roberto de Almeida aconselhou, inclusive, que o deputado firmasse um compromisso no sentido de romper os seus compromissos internacionais, caso queira tomar o seu lugar naquele órgão de soberania.

Outro partido que também pretendia fazer movimentação de deputados é o PDP-ANA, que apresentou Pedro Afonso Sibu Sapi em substituição do malgrado deputado Mfulumpinga Landu Victor. Esta movimentação foi igualmente chumbada, até à clarificação de alguns aspectos levantados.

Consta dos impedimentos avançados pela Comissão de Mandatos o facto de precederem ao candidato proposto outros três que ainda não tomaram assento na Assembleia Nacional. Segundo as regras, os deputados devem tomar assento e serem substituídos de acordo com a ordem na lista de candidatura depositada no Tribunal Supremo em 1992.

Obstou ainda à tomada de assento daquele deputado a alegação de que ele se filiou na FNLA, razão tida como suficiente para impedir a sua entrada na casa das leis pelo partido pelo qual foi eleito.

REPÚBLICA DE ANGOLA

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Luanda, 15 de Abril de 2005. Cerca de 1 bilião de dólares americanos, é o valor que o Governo angolano já engajou em projectos de reconstrução de infra-estruturas económicas e sociais.

Neste momento, dezoito contratos comerciais celebrados no âmbito da linha de crédito, já foram aprovados pelo Eximbank da República da China. Brevemente, o Governo vai submeter ao maior Banco Chinês, mais 4 projectos do sector de saúde, com destaque para 4 contratos do sector da saúde, em vias de licitação, para concluir a primeira fase do financiamento.

A Linha de Crédito da China, cujo o financiamento principal foi assinado a 2 de Março de 2004, destina-se a financiar projectos de investimento público inscritos no Orçamento Geral do Estado e não inclui qualquer componente financeira em termos de disponibilidades líquidas para o Tesouro Nacional, usualmente designados como pré-financiamento.

O valor de financiamento é de até 2 bilhões de dólares americanos com um prazo de reembolso de 12 anos e períodos de carência variáveis em função dos projectos, não podendo ser inferior a 3 anos nem superior a 5 anos.

As condições gerais do financiamento contêm um grau de concessionalidade equiparado aos créditos de ajuda oferecidos pelas Instituições Financeiras Internacionais e projectam um serviço de dívida absolutamente compatível com a geração de superávites primários nas nossas contas fiscais.

A linha de Crédito do Eximbank da China, a par de outras linhas de Crédito Bilaterais, nomeadamente com a Índia, Brasil, Portugal, Alemanha, Polónia e Israel, constitui a principal fonte de financiamento do Programa de Investimentos Públicos para o Biénio 2005-2007. Considerando o estado actual das infra-estruturas económicas e sociais, optou-se por seleccionar, nesta fase, sectores cuja acção estruturante contribui de forma decisiva para o relacionamento da actividade económica e para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Foram priorizados investimentos em sectores que obedecem a uma determinada lógica de reconstrução.

Assim, de forma a melhorar a produtividade nos grandes centros urbanos, que está condicionada pela pouca disponibilidade de electricidade, água e alojamentos, optou-se pela reabilitação de uma parte significativa do investimento, na reabilitação das infra-estruturas de energia e águas e na criação de condições para o aumento da oferta de habitações.

Deste modo, nesta primeira fase da Linha de Crédito, priorizou-se, a reabilitação completa de uma estrada que liga a capital do país à cidade do Negage, no Norte de Angola, passando pelas cidades de Caxito e Uíge, numa extensão total de 371 quilómetros incluindo todas as obras de arte nesse percurso.

A reconstituição da frota de camionagem destruída pela guerra não foi esquecida, constituindo este um projecto já em curso. De 1.500 camiões que compreende o projecto, já se encontram no país, 170 camiões, para contemplar os primeiros beneficiários.

A redução do défice alimentar será feita através da reabilitação e modernização de perímetros irrigados em pelo menos quatro províncias do País, nomeadamente, Huíla, Moxico, Kwanza-Sul e Bengo.

Relativamente aos sectores sociais, foram priorizados projectos nos domínios da educação e saúde. No domínio da Educação, foi projectado a construção e apetrechamento de 31 Institutos Médios e 15 Escolas Secundárias do II e III níveis, em várias províncias do País. No domínio da Saúde estão a ser adjudicados a reabilitação de 4 hospitais provinciais, 6 hospitais municipais e 10 centros de saúde dispersos pelas várias províncias do País.

Ao todo, estão já adjudicados 21 Contratos Comerciais orçamentados em cerca de 1 bilião de dólares americanos, dos quais, três estão em curso e 18 em fase de aprovação pelo Eximbank. Os 4 projectos da saúde estão em fase de adjudicação e completarão os projectos da primeira fase. Concluída a primeira fase, os dois Governos darão início a segunda fase.

US Intelligence: Nigeria 'll Fail in 15 Years

They are living in the past, says Obasanjo

Kola Ologbondiyan, This Day 25/5/05

The United States National Intelligence Council in a document entitled "Map-ping Sub-Saharan Africa's Future" has predicted "outright collapse of Nigeria" as a nation-state within the next 15 years.

In a swift response, President Olusegun Obasanjo described the prediction as "glib(ly) talk" arising from "dubious or diabolical benchmarks."

On page 17 of the report under the heading "Downside Risks," the US Intelligence claimed that "while currently Nigeria's leaders are locked in a bad marriage that all dislike but dare not leave, there are possibilities that could disrupt the precarious equilibrium in Abuja.

"The most important would be a junior officer coup that could destabilize the country to the extent that open warfare breaks out in many places in a sustained manner. If Nigeria were to become a failed state, it could drag down a large part of the West Africa region.

"Even state failure in small countries such as Liberia has the effect of destabilising entire neighbourhoods. If millions were to flee a collapsed Nigeria, the surrounding countries, up to and including Ghana, would be destabilised. Further, a failed Nigeria probably could not be reconstituted for many years - if ever - and not without massive international assistance."

According to the introductory part of the report captioned "summary", "the National Intelligence Council recently convened a group of top US experts on Sub-Saharan Africa to discuss likely trends in the region over the next 15 years. The group discussed several major issues or drivers that will affect Africa, including globalization and its impact on political development and economic growth, patterns of conflict, terrorism, democratisation etc.

Obasanjo's 7-paragraph reaction to the document dated May 17, 2005, which was addressed to Senate President Ken Nnamani, and read on the floor was titled "Report of the US Intelligence Council."

It read: "As a means of informing ourselves, I hereby forward a copy of the United States National Intelligence Council document on "Mapping Sub-Saharan Africa's Future" for your attention. I am sending this to you not because I am alarmed by the report but because if we know what others think of us and about us, we can prevent what they project for us.

"As a person who has participated in similar so-called "expert group" on issues, situations and regions, I know that the predictions and projections can be wide off the mark because both politics and economics cannot be absolutely predicted and their dynamics can fool the greatest and best expert. But it is important for us to know that we are being rated low, not because of what is happening to us from outside but because of what we do to, for and by ourselves internally.

"I believe that it is only God and ourselves that can map our present and future. No outsider can do that accurately for us. I know that some people glibly talk of the probability of Nigeria as a failed State. I believe that they are living in the past and incapable of noticing and appreciating the positive strides we are making on all fronts and the determination of the Nigerian people to join hands to consolidate democracy and promote sustainable growth and development.

"Because they are stuck to old ideas and dreams as well as stereotypes about us and our capabilities, they cannot see the New Nigeria that we are building collectively as we move beyond the past but allowing the past and present to strengthen and sustain our future.

"Similar experts at the beginning of the second half of the 20th Century predicted worse scenarios for South East Asia. In fact, at the dawn of independence in Africa, Africa's chances were rated much better than that of South East Asia, but because they pulled themselves together, the predictions and projections about them have been proven false. In the case of Africa, the reverse has been true as the early favourable predictions and projections for the continent have remained largely unattained.

"If our detractors cannot see our far-reaching reforms, our fight against waste and corruption, the new culture of prudence and service delivery that is gradually emerging, the various political reforms including the on-going National Political Reform Conference as well as the sacrifices our people are making to ensure economic progress and democratic consolidation as indicators of progress and a radical departure from the past, then they must have some dubious or diabolical benchmarks for measuring efforts at ensuring oneness, unity, stability, indivisibility, prosperity, development and growth of our dear country.

"Our performance in the last three years has, in my view, been very good just as our performance in ensuring stability, peace, economic progress and good governance in West Africa and, indeed, the whole of Africa.

"I believe that we can and should disprove the modern experts of the United States Intelligence Council who are like the prophets of doom and by the Grace of God, for Nigeria in this first decade of the 21st Century, we must be determined to show that we are neither a basket case nor walking on a banana peel.

"I wish you well as you read the report and would very much appreciate your reactions, perspectives and suggestions. For me, it is a challenge and it calls for extra work. We owe that much to our people, to Africa, humanity and to God Almighty, our Creator. May God bless Nigeria and Africa."

Nicholas,

Just FYI on our approach to subsidiaries, which would apply to UNOCAL/CVX.

I'm not sure if you are on email this week - can you confirm you received my message about CVX and our HQ need for information sooner rather than later?

Thanks! Nina

-----Original Message-----

From: Caffrey, Tom [mailto:caffrey@care.org]

Sent: 25 May 2005 07:22 PM

To: Peterson, Heidi

Cc: Bowen, Nina; Cronin, Linda; Cardinal, Stephane; Friedeberg, Thomas (CD Madagascar); Reynolds, Thomas; Moore, Jesse

Subject: RE: Dynatec

Hi Heidi,

Thank you for confirming for Tom Friedeberg that CARE USA has not performed due diligence on Dynatec or its subsidiaries in the USA.

The rule of thumb is that the CI member where a corporation is headquartered takes the lead with any interested CARE CO or FO regarding approaches, and I assume due diligence too. Tom in CARE Madagascar and Jesse Moore in CARE Canada are now in direct communication and discussing/working through plans/options re: Dynatec and due diligence.

As for CARE USA's guidelines, if subsidiaries are 100% owned by a parent company, legally speaking, they are the same company. In such cases, CARE USA recommends reviewing

simultaneously such subsidiaries with the parent company, and the company with the worst record is used as the "benchmark" in determining whether to proceed or not. I believe this may be a more rigorous requirement than is found in the CI Corporate Engagement Ethical Guidelines, but the CI Guidelines were designed as "minimum standards" by which all CARE members must abide, greater restrictions/rigor are allowed by individual CI members.

I do not know CARE Canada's point of view on this in terms of their guidelines, or if they primarily use the CI guidelines alone. In any event, it appears Tom and Jesse have things well in-hand, but I will pass along your offer to help out with any subsidiary due diligence if future plans deem it necessary.

Thanks for all your help!

Kind regards,

Tom

Thomas Caffrey

National Director of Corporate Alliances

and Field Marketing

CARE USA - Boston Office

work - 617-354-2230

fax - 617-354-2241

-----Original Message-----

From: Peterson, Heidi

Sent: Tuesday, May 24, 2005 6:12 PM

To: Caffrey, Tom

Cc: Bowen, Nina; Cronin, Linda; Cardinal, Stephane; Friedeberg, Thomas (CD Madagascar); Reynolds, Thomas

Subject: RE: Dynatec

Tom C.,

Due diligence by CARE USA has not been performed on "Dynatec Energy" to the best of my knowledge, but I am more than willing to do so should it be deemed necessary. Tom C., what is the general rule of thumb from CARE USA's perspective about conducting due diligence on the branch offices versus the Corp. Headquarters of companies?

Dynatec seems to have several subsidiaries. Their location in Utah is listed on their website as "Dynatec Energies"

http://www.dynatec.ca/dyn_cont.html

CORPORATE HEAD OFFICE

Dynatec Corporation
9555 Yonge Street, Suite 200
Richmond Hill, Ontario
Canada L4C 9M5
Tel: (905) 780-1980
Fax: (905) 780-1990

DYNATEC MADAGASCAR SARL

Bâtiment C2
Explorer Business Park
Ankorondrano
Antananarivo
Madagascar
Telephone: 020 2254030
Fax: 020 2254412
Postal address
Dynatec Madagascar SARL
BP 4254
Antananarivo 101
Madagascar

METALLURGICAL TECHNOLOGIES

Head Office
8301 - 113th Street
Fort Saskatchewan, Alberta
Canada T8L 4K7
Tel: (780) 992-8000
Fax: (780) 992-8100

DYNATEC ENERGY

2200 South 4000 West
Salt Lake City, Utah 84120
U.S.A.
Tel: (801) 974-0645
Fax: (801) 973-2994

MINING SERVICES

Head Office
9555 Yonge Street, Suite 200
Richmond Hill, Ontario
Canada L4C 9M5
Tel: (905) 780-1980
Fax: (905) 780-1990

SUDBURY OFFICE

957 Cambrian Heights Drive
Sudbury, Ontario
Canada P3C 5M6
Tel: (705) 523-8400
Fax: (705) 522-9400

WESTERN CANADA OFFICE

582 Chilcotin Road
Kamloops, British Columbia
Canada V2H 1G5
Tel: (250) 372-9333
Fax: (250) 374-6363

UNITED STATES OFFICE

2200 South 4000 West
Salt Lake City, Utah 84120
U.S.A.

Tel: (801) 975-1979
Fax: (801) 975-1989

MINERAL PRODUCTS
734 - 7th Avenue S.W.,
Suite 715
Calgary, Alberta
Canada T2P 3P8
Tel: (403) 261-3999
Fax: (403) 264-2959

INVESTOR RELATIONS
Mark E. F. Utting
Director, Communications
and Investor Relations
Tel: (905) 780-1980 Ext. 329
Fax: (905) 780-1990
E-mail: mutting@dynatec.ca

Heidi Peterson

Dir. of Development

for the Western Region

CARE -Seattle Regional Office

-----Original Message-----

From: Reynolds, Thomas

Sent: Tuesday, May 24, 2005 6:49 AM

To: Peterson, Heidi

Cc: Bowen, Nina; Cronin, Linda; Cardinal, Stephane; Friedeberg, Thomas (CD Madagascar); Caffrey, Tom

Subject: RE: Dynatec

[Anything additional to add? Thomas](#)

-----Original Message-----

From: Caffrey, Tom

Sent: Thursday, May 19, 2005 8:42 AM

To: Friedeberg, Thomas (CD Madagascar); Reynolds, Thomas

Cc: Bowen, Nina; Cronin, Linda; Cardinal, Stephane

Subject: RE: Dynatec

Importance: High

[Dear Tom,](#)

[Dynatec is headquartered in Ontario, Canada. It is highly unlikely that anyone in CARE USA has performed due diligence on them. However, Dynatec does have a branch office in Utah so I am copying our Western Executive Regional Director on this email just in case -- Thomas?](#)

I would advise checking-in with CARE Canada as that is part of the process anyway.

If you do wish to proceed with the due diligence process, I have attached the necessary forms which are very helpful in breaking the guidelines down into simple steps/tasks.

If I can be of any further help or if you have any questions, please feel free to contact me as well.

Best wishes,

Tom

Thomas Caffrey

National Director of Corporate Alliances

and Field Marketing

CARE USA - Boston Office

work - 617-354-2230

fax - 617-354-2241

-----Original Message-----

From: Cardinal, Stephane

Sent: Thursday, May 19, 2005 6:51 AM

To: Caffrey, Tom; Cronin, Linda

Cc: Friedeberg, Thomas (CD Madagascar); Bowen, Nina

Subject: FW: Dynatec

Tom, Linda,

Are you aware if they pass due diligence (or if we are in the process). Please respond directly to Tom F. in Madagascar as I am on leave. I did not find anything on the portal.

Regards

Stephane

-----Original Message-----

From: Friedeberg, Thomas (CD Madagascar)
Sent: Thursday, May 19, 2005 4:26 AM
To: Cardinal, Stephane
Cc: Bowen, Nina; Vigreux, Jean Michel (SA)
Subject: Dynatec

Hi Stephane

A mining company (cobalt in this case) called Dynatec is requesting our help in displacing a few hundred squatters in order to build a factory. They are talking complete resettlement. We obviously have lots of doubts on a possible CARE role but would first like to know if they pass the due diligence criteria. Do you have any information on these guys? Cheers. Tom

[Interesting meeting notes here.](#) Worth skimming. Nina

From: pwyp-usa-bounces@mailhost.soros.org [mailto:pwyp-usa-bounces@mailhost.soros.org] **On Behalf Of** Russell, Jenny
Sent: Thursday, May 12, 2005 2:22 PM
To: pwyp-usa@mailhost.soros.org
Subject: [PWYP-USA] FW: Notes from April IMF Meetings
Importance: High

-----Original Message-----

From: Daryl Edwards [mailto:dedwards@globalwitness.org]
Sent: Thursday, May 12, 2005 11:38 AM
To: pwyp-usa-bounces@mailhost.soros.org
Subject: Notes from April IMF Meetings
Importance: High

Please see attached document.

C. Daryl Edwards

Advocate - US Office

Global Witness

1120 19th Street NW, 8th Floor

Washington, DC 20036

Ph - 1.202.721.5634

FAX - 1.202.530.0128

dedwards@globalwitness.org

<http://www.globalwitness.org>

Interesting meeting notes here. Worth skimming. Nina

From: pwyp-usa-bounces@mailhost.soros.org [mailto:pwyp-usa-bounces@mailhost.soros.org] **On**
Behalf Of Russell, Jenny
Sent: Thursday, May 12, 2005 2:22 PM
To: pwyp-usa@mailhost.soros.org
Subject: [PWYP-USA] FW: Notes from April IMF Meetings
Importance: High

-----Original Message-----

From: Daryl Edwards [mailto:dedwards@globalwitness.org]
Sent: Thursday, May 12, 2005 11:38 AM
To: pwyp-usa-bounces@mailhost.soros.org
Subject: Notes from April IMF Meetings
Importance: High

Please see attached document.

C. Daryl Edwards

Advocate - US Office

Global Witness

1120 19th Street NW, 8th Floor

Washington, DC 20036

Ph - 1.202.721.5634

FAX - 1.202.530.0128

dedwards@globalwitness.org

<http://www.globalwitness.org>

International Finance Corporation – Clive Armstrong

- IFC management response will guide their relationship with transparency, “management response is the policy.” If 10% of government revenue comes from a particular resource, the IFC will require transparency. More common, he said, are the

20-30 million projects where transparency will be required in two years. “It does not matter whether it is a MIGA, Bank, or IFC project, within two years, it will be a policy.”

- The international profile of the EITI, Nigeria’s success at improving its transparency, and recognition of transparency issues at the top levels of the Bank are the driving forces behind the growing knowledge about transparency.
- Knowledge of the EITI will “filter down and people will get the overall principle without hard prescriptive remedies.” Added that he believes that “this will be a bottom-up, not a top-down, process.”
- Transparency is part of a larger issue; getting money to the people – from central to local government - and building the capacity of the governments so that they can utilize the money is also crucial. He referred to the Yanacocha Mine Project in Peru as an example of where the lack of capacity in the local government meant that revenues simply “sits in the banks.”
- Expressed concern about the impact of this issue on smaller companies, and repeatedly referred to how EITI and transparency will impact small, local companies. “It is easy for a Shell Oil, but what about a small Bolivian company?” He mentioned that he has a staffer doing research on the general impact of transparency on small concerns.”
- When questioned on upcoming projects where transparency may be an issue, Armstrong mentioned potential mining projects in Guinea, Mozambique, and Madagascar. He said that “there are a number around the might exceed the 10% revenue threshold in countries with shockingly low revenues where a project will end up contributing 30% of their revenue.” It is still to vague, he added, to see exactly which projects these may be. He added that the IFC would definitely be more prescriptive in large projects, but “this is a huge sector, and we don't finance most of it.”
- “We will see few projects like the Chad-Cameroon pipeline, where you can go so deep into the heart of a government...many countries saw this deep engagement with Chad as almost neo-colonialism, and the process frightened them, so they are very cautious.” BTC in Azerbaijan was a big project where the IFC was able to set up a minimum measure in collaboration with the wider World Bank team.
- Armstrong said that “the CAS guidelines must address extractive industries whether the Bank has the ability to impact that sector or not. It puts the issue on the table, as opposed to ignoring it.”

French Executive Director’s Office (Etienne Rolland et al)

- Said that the threshold for macro relevance in an oil dependent country has been the focus of a big internal debate over the past year. Roland referred to the debate over the general direction of the Bank and the general feeling that broader issues should fall under the general purview of the World Bank, and that the IMF should be more focused in its work.
- Consistent application of the guide is the responsibility of PDR – concerns about this should go to Bill Allen (or rather, his successor). With regard to a guidance note, said that “perhaps management sees the guide as something of a guidance note.” He

stressed the importance of the ROSC (where more technical work is done), but said that the place for discussion of this is Article IV negotiations.

- He added that “only a few countries are countries of concern. France has pushed for countries to adhere to transparency standards (Gabon, Niger, and Cameroon), but added that” the French position is that “the issues should not be reduced to the sole issue of corruption.”
- Did not know when the first review of the EIR would be, but that he would check. He said that there was an overall commitment from the Bank to support the EIR.

Canadian Executive Director's Office (Mark Kruger, Charles O'Loughlin, et al)

- Said that when IMF missions conduct their surveillance, they already report back any questions and/or concerns, but they will indeed use the guide as a “best practices” manual. Because many countries want to be seen as adhering to best practices, voluntary initiatives seem to work – countries do not want to stand out because they are not adhering to these practices.
- The Fund has been very pro-active in Congo B, which is seen as a standard in terms of best practices in transparency. He also credited the compliance of oil producers to the increasingly high profile of the EITI.
- Noted that we were arguing for an “institutional check” for transparency, and asked whether we had discussed this issue with Bank/Fund staff. He also added that his office has talked to “a-lot of civil society organizations that do not want conditionality...it is interesting that you are here arguing for it.” We clarified that “we want process conditionality, for the framework to be transparent.”
- Made the point that the centrality of oil to a country's national budget is important, and where extractive industries are “non-trivial”, the issue of transparency “does get picked up by the IMF.” Added that, since “Anti-Money Laundering and Combating the Financing of Terrorism (AMLCFT) has a larger external dimension than transparency, revenue transparency will stay voluntary for quite some time.”
- They have spoken to representatives from two African NGOs (names he would not divulge) who have argued against any conditionality. Added that “when you get a program in a country, these questions and issues pretty much get answered...you are really talking about countries where there is not a program.”
- Felt that transparency has made tremendous strides and that – among program countries – “it is a subject that is touched upon in a significant majority of reports.” Also finds that a majority of Directors these days talk about transparency. “Staff and Board interest is much higher than it was 10 years ago.”
- Noted the distinction between a country's obligations to report to the Fund vs. its obligation to its obligation to report to the public, that there is tension there. A country can publish its revenues in an Article IV, but does not have to release it to the public (adding that he and others have tried to push to get all Article IVs published). “There are many in favor of the former, not the latter...many developing nations on the Board would turn back the clock on this issue if they could.”
- Situation perhaps it would be best to push for transparency through the EITI. “Many people inside of the Fund are very positive about the EITI.”
- Unconvinced about the need for any guidelines: “what you want in an Article IV is a paragraph on openness that would get published, that would say they are good or bad?” Said that it would be interesting to see to what extent countries that are dubious in transparency are also not publishing their article IVs? Maybe, he added, we are pushing for something that will make them even less likely to publish. Said:

“the key leverage outside of program countries is the Article IV. If what you are saying is that people should know that corruption is rife, and we want the Fund to add their weight to getting them to publish, how can we add weight where the Article IV is not published?”

- Invoked lack of (IMF) resources argument, saying that “the demand for ROSCs is slightly heavier than we can fulfill.” Said that before pushing for a significant paragraph in Article IV he needs to be convinced on the resources issue.
- Would be surprised if revenue resource transparency did not turn up in briefs, but that he would not push for it to be in all briefs. Doesn’t see the advantage of putting it in Article IVs as a mandate, not without a sound basis, he said, to think about the impact.

Swiss Executive Director’s Office (Fritz Zerbrugg et al)

- Stated that the Swiss have always believed in transparency, and have pushed for it in the work of the IMF as well. Have studied the guide closely. Under a voluntary process, he emphasized the importance of peer pressure on those countries where transparency is needed the most, and adds that he could point to the five “worst examples” but that their “hands were tied” in dealing with these countries, adding “in program discussions the leverage is greater; the idea of transparency and fiscal accountability has become a standard...in Article IV overall transparency is becoming more important.”
- Noted “there are tensions between those on the Board pushing for transparency and those who are against” and that this must be taken into account. “There are twenty-four different constituencies pulling in different directions.” The one way to influence the debate at the level of the board would be to show the “macro-criticality” of the issue.
- Does not want to see “mission creep”; referred to how financial sector stability moved from voluntary to mandatory surveillance as an example of this.
- There is an ongoing debate inside of the IMF over structural conditionality; some think that the Fund should streamline which conditions it applies. At the moment it is handled on a case by case basis to date, depending on the macro-relevance to the situation. IMF’s Internal Evaluation Office is working on a report on structural conditionality.
- Azerbaijan provides a good example of how transparency has been implemented without the guide. It was “all part of the Fund conditionality in dealing with the country.” Added that “the staff now have a template for their work in resource rich countries...the way that it is done, however, is important because it [the Fund] does not impose a one size fits all system which developing nations will reject.”
- It is important to keep even-handedness and balance in mind, making sure that one country is not singled out while another one escapes rough treatment, especially when it comes to conditionality. “Even-handedness in dealing with even situations.”
- We are right to be concerned about the guide note trickling down to operational level. “What is essential is how to disseminate the information internally.” IMF Institute’s work includes disseminating IMF practices among the staff.
- On guidance notes: “we often have them when there is a decision taken by the board (for example, on streamlining conditionality), and said that the guide is essentially a guidance note itself.
- Regards safeguards on the Oil Ministries as “not possible”. The other governmental areas are handled within the framework of the structural program – in Tajikistan, for example, they asked for an audit from international auditors.

- Has been promoting the idea of the Fund increasing its dialogue with bilateral donors and the NGO community.

Colombian Executive Director's Office (Roberto Steiner, et al)

- Said that different situations deserve different treatment. Their primary concern is “lumping all countries and all problems together... the issue in low income countries is different and calls for a different treatment than in the more advanced developing nations.”
- Added that Chileans feel that some of the recommendations in the guide fall against some of their domestic legal concerns.
- ROSC process should remain voluntary, not mandatory, and that any proposals would have to be revenue neutral, since “it will come out of our pockets.” Feels there are not many options outside of Article IV “for certain countries under certain conditions. Finally, he said that we would need to be “much more creative”, and do “a-lot of technical work on the 20% metric.”

Decent point - what do you think? Chevron does inherit the reputational risks though, doesn't it?

-----Original Message-----

From: Caffrey, Tom [mailto:caffrey@care.org]

Sent: 27 May 2005 06:37 PM

To: Neuman, Deb; Burke, Marshall; Bowen, Nina

Cc: Bennett, Rita; Reynolds, Thomas; Farnsworth, Susan; Kent, Julia

Subject: RE: update on Chevron Texaco

Hi everyone,

I just want to add, while Nina is interpreting the "100% owned subsidiary" clause in the CARE USA Guidelines correctly, in the case of ChevronTexaco/UNOCAL, this is a somewhat different situation. The UNOCAL situation could be more accurately described as a straight acquisition/merger by CVX, rather than a "100% owned subsidiary" situation. Since it is an acquisition/merger arrangement, the business/CSR standards/practices of the purchasing company (in this case CVX) typically dominant and change the business/CSR standards/practices of the purchased company -- as the goal is economies of scale and streamlining operations to be in sync with the practices of the dominant purchasing company. My understanding is that this is the goal in the CVX/UNOCAL acquisition/merger. In contrast, a 100% owned subsidiary situation may often have no/little impact on the operations of the 100% owned subsidiary, i.e., additional risks/poor CSR practices may be tolerated because of public brand/identity separation and/or the subsidiary is not in the same class/industry or business (ala Phillip Morris and Kraft foods). As such, simply using UNOCAL as "the benchmark", in this case, would likely not accurately reflect the true business arrangement of the CVX/UNOCAL acquisition and the CSR/business record and future plans of CVX. I would suspect that someone more knowledgeable on these matters and directly involved in reviewing CVX's CSR record and business plans may be able to shed some more light for the Committee Review group on these nuances (Thomas Reynolds/the consultant?). In any event, I would recommend that while we should look at UNOCAL's record it should not in this case be the sole determining factor or "benchmark" in the committee's ultimate decision.

Just my two cents.

Kind regards,

Tom

Thomas Caffrey

National Director of Corporate Alliances

and Field Marketing

CARE USA - Boston Office

From: Neuman, Deb

Sent: Thu 5/26/2005 10:24 PM

To: Burke, Marshall; Bowen, Nina

Cc: Bennett, Rita; Reynolds, Thomas; Farnsworth, Susan; Caffrey, Tom; Kent, Julia

Subject: RE: update on Chevron Texaco

Thanks, Nina. Still, we'll need to proceed with what we can assemble.

Deb

Debra Neuman

Sr. Vice President, External Relations

CARE USA

151 Ellis Street, Atlanta, GA 30303

404-979-9123, dneuman@care.org

From: Burke, Marshall
Sent: Thursday, May 26, 2005 9:44 AM
To: Bowen, Nina
Cc: Neuman, Deb; Bennett, Rita; Reynolds, Thomas; Farnsworth, Susan; Caffrey, Tom; Kent, Julia
Subject: RE: update on Chevron Texaco

Good point - and good catch, Nina. I had not heard that CT had acquired UNOCAL. So we need yet more due diligence.

Marshall

From: Bowen, Nina
Sent: Thursday, May 26, 2005 6:19 AM
To: Burke, Marshall
Cc: Neuman, Deb; Bennett, Rita; Reynolds, Thomas; Farnsworth, Susan; Caffrey, Tom
Subject: RE: update on Chevron Texaco

Marshall,

Nicholas is pulling it together.

However, the catch is that they have not yet done a lot of the work required on UNOCAL, and are not planning to have that ready by next week. UNOCAL is now a fully owned subsidiary of Chevron - announced last month. Under CARE USA guidelines, per recent email on another topic from Tom Caffrey, if subsidiaries are 100% owned by a parent company, they are the same company. In such cases, the committee will need to review the subsidiary along with the parent company, and the company with the worst record is used as the "benchmark" in determining whether to proceed or not. In any case, Tom can clarify if I've misinterpreted.

I just wanted to let you know that the committee will not have all the information required in order to complete the review, at least via consultants, by next week.

Regards,

Nina

-----Original Message-----

From: Burke, Marshall [mailto:burke@care.org]

Sent: 19 May 2005 11:56 PM

To: Bowen, Nina

Cc: Neuman, Deb; Bennett, Rita; Reynolds, Thomas; Farnsworth, Susan; Caffrey, Tom

Subject: FW: update on Chevron Texaco

Importance: High

Hi Nina:

I met with Susan Farnsworth and Deb Neuman today to discuss the status of the CT relationship and their wish to fund programming with a "making markets work for the poor" focus in Indonesia. C Indonesia has been in some dialogue with CT and prepared a proposal (attached) for them. While Rita has been putting the breaks on proposal presentation pending the industry review, this now has some serious "legs". There is also a possibility that CT may go through the ADB or USAID to C Indonesia as was done with CARE in Angola. Given that Indonesia is not a CUSA country office, we feel that we need to get ahead of the curve in terms of a review and provision of feedback to the CO sooner rather than later. The proposal is in excess of \$9mm, so it is a large and long-term relationship making it important that we all be clear and transparent on an organizational position.

I have suggested, and Susan and Deb have agreed, that we need to take a middle of the road approach as both CT and the CO are moving forward. The idea is to combine our due diligence research with whatever your consultant may have and accelerate the CT review here. We will refresh the due diligence document we have here that was done in February in response to the initial CT contact and convene the CUSA Due Diligence Committee to review and make a decision on CT so we can inform the corporation and the CO of the status and/or limits on engagement. To that end could you have your consultant send me whatever materials and/or findings they have on CT? Even in raw form, we'd like copies so we can incorporate their work into the review process. I would like to convene the Committee in late May or early June as we don't think this can wait.

Much thanks - and I look forward to seeing the broader industry review!

Warm regards,

Marshall

From: Bennett, Rita

Sent: Thursday, May 19, 2005 12:19 PM

To: 'Johan Kieft'

Cc: O'Brien, Dennis (Indonesia); Burke, Marshall

Subject: RE: update on Chevron Texaco

Johan,

Forgive my delay in responding to your email from yesterday. I am in Atlanta this week and wanted to talk with Marshall Burke and our proposal writing group before getting back to you. There is a strong impetus here to move this forward as soon as possible. We apologize for the slight slow down.

Marshall is working diligently to get the results from the industry due diligence group before we take our next step with Chevron.

As I said, we think the concept paper looks "spot on" for Chevron and meets the parameters that they gave us. As soon as Marshall gives us the green light, Amy O'Toole from the proposal writing group is poised to put your draft into the appropriate form for Chevron. I hope this moves quickly Johan. And appreciate your patience with this minor slow down on this side of the pond.

I will be meeting with Sarita Gupta on Monday and discuss the potential of CSFB as a partner as well.

Hope to have news for you very soon regarding the industry review.

Best regards,

Rita

-----Original Message-----

From: Johan Kieft [mailto:johan@careind.or.id]

Sent: Thursday, May 19, 2005 12:08 AM

To: 'Johan Kieft'; Bennett, Rita

Cc: O'Brien, Dennis (Indonesia)

Subject: RE: update on Chevron Texaco

Rita,

Was the status of this?

Johan

-----Original Message-----

From: Johan Kieft [mailto:johan@careind.or.id]

Sent: Wednesday, May 11, 2005 6:05 PM

To: 'Bennett, Rita'

Cc: Dennis O'Brien

Subject: RE: update on Chevron Texaco

Rita,

I have discussed this with Dennis (the new CD) he is ok with to send the concept paper to Chevron Texaco. I have been looking into the possibility to match with Dutch PPP. This seems to be possible to look into collaboration with Indonesian private sector involvement. For Tsunami related funding, if it is along the lines of the market access, I tend to believe that there is significant potential. For relief work, indeed needs are covered

Regards,

Johan

Nina,

Sorry about delays replying - for a couple of days aol was letting me see that people had sent me messages but not letting me open the messages. It's working again now.

1. will be sending you preliminary stuff on Chevron. However, earliest i can do this is tuesday.

2. Oil legislation angola - can send you a decent slug of material but wouldnt want to eat too much into time doing the main report. would you be happy with a short summary?

3. Re Unocal-chevtex - it is certainly a decent point, but only up to a point. there are plenty of examples of oil co takeovers or mrgers - the most dramatic of which as far as it concerns us is probably total-elf. indeed, although the companies were of similar size, Total way of doing things have since become dominant. having said that, elf way of doing things infested the new firm at almost every level, and still to some extent, and its not something that disappears overnight. vast amounts of political and other baggage is still being unloaded, in parallel with a series of other external processes (such as the elf trials) which are further spurring change. so unocal stuff needs to be taken into account, but with this proviso included. reputationally, also obviously a lot disappears with the new name too. but not all. take mobil in equatorial guinea. exxonmobil folk are still having to explain away a load of unhappy stuff dating from the old days.

Nick

Aprovação de contratos no sector diamantífero constitui destaque da semana

Luanda, 27/05 - A aprovação pelo Conselho de Ministros dos contratos de prospecção, pesquisa e reconhecimento entre a Endiama E.P. e algumas empresas diamantíferas, entre as quais a De Beers, constitui o destaque noticioso da semana que hoje finda.

Estes contratos serão efectuados na região nordeste das Lundas, numa extensão de três mil quilómetros quadrados.

Segundo o presidente do Conselho de Administração (PCA) da Endiama, Arnaldo Calado, o projecto é de "alto risco" e está avaliado inicialmente em dez milhões de dólares, mas poderá ascender aos 300 milhões de dólares, de acordo com o seu desenvolvimento.

Noutra vertente, destaque também para a assinatura de um contrato de partilha de produção de petróleo do bloco 10, situado no sul de Angola (região entre a cidade do Lobito e Benguela), pelas empresas petrolíferas Sonangol P&P, "Ocean Angola Corporation" e "Kerr-Mcgee Oil & Gas".

A assinatura deste acordo permitirá ao grupo empreiteiro, liderado pela Ocean Angola Corporation, iniciar - a partir do segundo semestre deste ano - trabalhos de prospecção e pesquisa numa extensão de mil quilómetros quadrados.

Enquanto isso, fruto da entrada em funcionamento do bloco 17, com uma extracção diária de 242 mil barris, a produção da petrolífera Total E&P Angola atinge hoje 380 mil barris.

No sector das telecomunicações, realce para o lançamento no mercado angolano de um aparelho universal denominado Worldphone Motorola A840, pela Movitel, com as duas tecnologias utilizadas em Angola (CDMA e GSM).

Quanto ao sector financeiro, o Banco de Poupança e Crédito (BPC) anunciou que os seus activos líquidos ascenderam, durante o exercício económico de 2004, a 915 milhões de dólares americanos, superando em 315 milhões as receitas de 2003, ano em que foram contabilizados 600 milhões de dólares.

Falando à imprensa no final da Assembleia Geral de Accionistas do BPC, o administrador para área financeira da instituição, José Massano, acrescentou que os lucros líquidos daquela unidade bancária, no período em referência, rondaram os 21 milhões de dólares, contra os 13 milhões de 2003.

Bolsa de Valores admite empresas com dupla função

Luanda, 27/05 - A Bolsa de Valores ou mercado de capitais, cuja entrada em funcionamento está prevista para finais de 2007, vai admitir a participação de empresas e instituições financeiras com dupla função, isto é, como accionistas e participantes do mercado bolsista.

Essa afirmação é do director administrativo do Banco de Poupança e Crédito (BPC) e integrante da Bolsa de Valores, José Massano, em declarações à Angop, em Luanda.

De acordo com a fonte, numa primeira fase, a Bolsa iniciará com dupla função e depois poderão surgir outros tipos de sociedades financeiras que vão prestar serviços ao mercado de capitais como sociedades de corretagem e de custódia de títulos.

José Massano informou que, enquanto se aguarda pela aprovação da lei que autoriza a entrada em funcionamento do Mercado de Capitais em Angola, continua aberta a admissão de empresas ou instituições como accionistas.

"O mercado de capitais poderá não começar com o volume de transacções como se prevê, todavia pensamos ser um instrumento para regular o desempenho das empresas privadas e da economia ", sublinhou.

O responsável disse haver, com a bolsa, novas regras de capitalização das empresas mesmo sem passar pela via do endividamento, sendo pelo aumento de capital - forma aberta de participação na sociedade.

"Vamos ter acompanhamento das empresas do nosso mercado, isto é, novas regras de prestação de contas e de fiscalização", frisou.

Actualmente, o Mercado de Capitais é representado por um núcleo adstrito ao Ministério das Finanças, que realiza a implementação da Bolsa de Valores no país e tem analisado a realidade de vários mercados internacionais, visando colher experiências sobre o assunto.

A definição de uma data da entrada em funcionamento da Bolsa está a depender da aprovação, pela Assembleia Nacional, de dois diplomas para a modernização das leis financeiras do país, dos quais o projecto da lei de Mercados de Capitais.

Nos regulamentos previstos na futura lei constam os direitos e deveres de cada participante interessado no Mercado de Capitais.

Angola – Africa Energy Intelligence

18/05/2005 ANGOLA

New Round in Beijing-Delhi Bout

After battling for control of block 18, Chinese and Indian oil companies are now poised to fight for relinquished acreage on blocks 15 and 17.

Total, BP and Exxon recently relinquished parts of their blocks 15, 17 and 18 to the Angolan authorities (Total lost its exploration rights on block 17 last year (AEI 382)).

Sonangol immediately put the relinquished acreage up for sale, prompting bids for it from China National Offshore Oil Company and from ONGC Videsh, the international arm of India's state-controlled oil company.

ONG Videsh tried last year to acquire a 50% holding on block 18 operated by BP, but China's Sinopec won the acreage under its nose. A \$2 billion loan to Angola from the Ex Im Bank of China clearly helped the Chinese firm carry the day.

This time again the winner of the fight between Beijing and New Delhi on blocks 15, 7 and 18 will be country that offers the richest pickings to Angola.

Sonangol has already told candidates for the relinquished acreage that they would be welcome to participate in setting up Sonaref, a future refinery with a capacity of 200,000 bpd that Angola wants to build at Lobito. The project has been rejected as uneconomical by most of the majors operating in Angola, but Sonangol seems particularly committed to it. The Angolans have already signed a memorandum of understanding with Algeria's Sonatrach concerning the scheme (AEI 391).

AFRICA ENERGY INTELLIGENCE N° 393

27/04/2005 ANGOLA

Antonio Viera

Africa director at the Australian junior ROC Oil, Antonio Vieira has been appointed boss of ROC Oil Cabinda, the group's affiliate in Angola. ROC bought into the Cabinda South onshore concession in 1998 and gradually bought up the stakes of the other shareholders, namely Lacula Oil, the Angolan subsidiary of Baker Hughes, and Force Petroleum. The latter was run by Nil Trusvilk and Einar Bandlien in conjunction with Fundanga headed by Angolan oil minister Desiderio da Costa. ROC went on to re-negotiate a production sharing agreement on the acreage which handed 20% of the concession to Sonangol, and has just awarded a contract for a seismic survey of the area (see P.7). In his new job at ROC Cabinda, Vieira will work with Ken Seymour, a veteran of Angola's oil industry. For a number of years, Seymour represented Ranger Oil – now CNR International – in Angola, where it owned several concessions. Early this year, the Canadian oil company sold off the 50% stake it held in block 16, using the British firm Stellar Energy to conduct the transaction.

AFRICA ENERGY INTELLIGENCE N° 392

27/04/2005 Geophysical Institute Of Israel
Study in Cabinda

Specialized primarily in the Middle East up to now, the Geophysical Institute of Israel has just landed its first contract in the Gulf of Guinea. The group is going to conduct a seismic study on the Cabinda South onshore license in Angola on behalf of Australia's ROC Oil. Several companies submitted bids for the contract, among them France's Compagnie Generale de Geophysique and China's Bureau of Geological Prospecting that works in Congo for Maurel & Prom. Another Israeli firm, Gilat Satellite Networks, is also active in Angola's oil sector. Gilat operates the network of Mercury Servicos de Telecomunicacoes (MST), the satellite communications unit of Sonangol widely used by oil operators in the country.

AFRICA ENERGY INTELLIGENCE N° 392

27/04/2005 ANGOLA
Bechtel Fights It Out With KBR

Vying with one another for every LNG project in Africa, the two oil services group have each been asked to conduct a study on Angola LNG.

Chevron and Sonangol, the leading shareholders in the future Angola LNG plant, have awarded front-end engineering design (FEED) contracts to both Bechtel and Kellogg, Brown & Root (KBR) instead of having to choose now between Bechtel's Cascade technology and that of KBR.

Bechtel and KBR will each have 15 months to conduct the study and present a project to Chevron and Sonangol, which will decide the winner.

All of Africa's LNG plants opted very early on for either one or the other of the technologies. Nigeria picked KBR for NLNG and Bechtel for Brass LNG. Bechtel's technology was chosen by Marathon for its future plant at Bioko in Equatorial Guinea.

The two groups have long been strong rivals and last year's accusation that KBR had paid bribes related to the NLNG contract in Nigeria was thought to have worked in Bechtel's favor. Despite everything, however, KBR and its Japanese partner JGC landed the contract to build the Escravos GTL plant in Nigeria.

KBR has teamed up with its two partners in the NLNG contract, JGC and France's Technip, to conduct the FEED in Angola.

AFRICA ENERGY INTELLIGENCE N° 392

Head of State Receives Diplomas On Electoral Process

All Africa Global MediaComtex International 18-05-2005

Luanda, May 17, 2005 (Angola Press Agency/All Africa Global Media via COMTEX) --The Angolan President Jose Eduardo dos Santos has received today various documents sent by the National Assembly aimed at regulating the electoral process, reads a press note issued by the State House, which ANGOP had got access.

Among the diplomas sent for promulgation by the Head of State, are the Law on Political Parties, Electoral Registration Bill, Electoral Law and the Electoral Code of Conduct Law, recently approved by the National Assembly.

The Angolan Parliament approved last April 21st the Electoral Legislative Package of support to the next general elections, scheduled for next year, after a long discussion in the commission of speciality.

The final voting of the draft-bills on Nationality, Political Parties, Electoral Registration, Electoral Observation and Electoral Code of Conduct occurred in peaceful climate, but despite some abstentions among various opposition MPs concerning to some diplomas.

World Bank earmarks \$200 million loan for Angola

PANAFRICAN NEWS AGENCY (PANA) DAILY NEWSWIREAsia Africa Intelligence Wire 21-05-2005

Luanda, Angola (PANA) - The World Bank has earmarked \$200 million as loan to Angola over the next five years for the reconstruction of the country, devastated by a civil war that lasted for more than 30 years, an official bank source disclosed here.

According to the regional director of the World Bank for Angola and Mozambique, Michael Baster, \$50 million will be given in the and the balance \$150 million will come in the second instalment.

The loan will fund projects in agriculture, transport, communication, and electricity, as well as renovation of infrastructure projects in Angola.

Baster made the disclosure here Friday, but declined to elaborate on the repayment conditions of the loan.

A World Bank mission led by Baster has been here for the past four days discussing government authorities on Angola's priority programmes for national reconstruction.

After the end in 2002, of a 30-year civil war, Angola has embarked upon a policy of reconstruction and revitalisation of its economy.

Journal code Language English Record Type

Document type ISSN Word count 198

Accession Number (Internal - Global)20050521670.2_108300035c7ac817 - 42485871

Copyright © 2005 Panafrican News Agency. Source: Financial Times Information Limited.

Angola: World Bank Grant Accord Signed for Aids

All Africa Global MediaComtex Global NewsComtex Health CareComtex International 20-05-2005

Johannesburg, May 20, 2005 (UN Integrated Regional Information Networks/All Africa Global Media via COMTEX) --Angola and the World Bank this week signed a US \$125 million agreement covering a number of programmes, including projects for HIV/AIDS, malaria, tuberculosis (TB).

The country's Minister of Planning, Ana Dias Lourenco, told the Angola Press Agency that the funds would boost existing government efforts aimed at tackling the diseases.

Some \$21 million of the agreed amount has been allocated to AIDS, malaria and TB, while the remainder will go towards bolstering social service delivery, as well as emergency preparedness.

Lourenco said the grant represented a sign of trust and support, won by Angola over the years, as this was the third time the country was receiving such assistance from the World Bank.

[This report does not necessarily reflect the views of the United Nations]

Government, World Bank Sign US\$125 Million Accord

All Africa Global MediaComtex Global NewsComtex Health CareComtex International 19-05-2005

Luanda, May 19, 2005 (Angola Press Agency/All Africa Global Media via COMTEX) --The Government of Angola and the World Bank (WB) signed on Wednesday here a Usd 125 million accord to cover programmes on HIV/AIDS, malaria, tuberculosis, Social Aid Fund (FAS) and the first phase of the multisectoral emergency and rehabilitation project.

For HIV/Aids, malaria and tuberculosis programme, the accord has set aside Usd 21 million, while 45 million is going for the third phase of FAS and the first phase of the multisectoral emergency and rehabilitation project is taking 57.7million.

The agreement was signed by the minister of Planing, Ana Dias Lourenco, for Angola, and by Michael Baxter, director to Angola and Mozambique, for World Bank.

According to Ana Dias Lourenco, from now on the responsibilities of the Angolan Government will increase, in order to rapidly eradicate those evils from Angola.

This grant to Angola represents a sign of trust and support Angola has won over the years, as this is the third such assistance extended to FAS.

Angola/Argentina: Cooperation Accord Gives Priority to Agriculture

All Africa Global MediaComtex Global NewsComtex International 06-05-2005

Buenos Aires, Jun 05, 2005 (Angola Press Agency/All Africa Global Media via COMTEX) -
-The economic plus commercial cooperation accord, signed Thursday here between Angolan

and Argentina, will give priority mainly to agriculture sector, said the Angolan Minister of Finance, Jose Pedro de Moraes.

According to him, in this area there already exist some contacts at sectorial level and is put in perspective the identification of projects in various domains, mainly cattle raising, cereal production, among others.

Jose Pedro de Moraes, who was speaking in Buenos Aires, after the signing of this accord, said there exist other sectors that deserve some attention from the two sides, having into account the interest expressed by that South American country, in the domains of logistic, civil engineering and transports.

He explained that the two sides will identify ways for credit's granting to help several activities, with the creation of the Chamber of Commerce between the two countries, within two months. During the ceremony, attended by the Presidents Jose Eduardo dos Santos and Nestor Kischner, respectively of Angola and Argentina, was also signed a cooperation protocol in the domains of oil, by the state-run firms Sonangol and Enarsa.

The Chairman of Sonangol Managing Council, Manuel Vicente, said that with the signing of this protocol will be possible an exchange of experience in the domains of refinement, exploration and distribution of combustibles, among others.

The protocol assures investments in both sides and thus, according to the Minister, there are some advanced contacts, meant to identify areas for its concreteness.

At the ceremony, was also signed an accord of understanding, relating to consultations on matters of common interest and other in the domain of agriculture plus cattle raising. Signed the accord, the Angolan Foreign Minister, Joao Bernardo de Miranda, and Argentina Deputy President, Davior Scioli.

President Jose Eduardo dos Santos ended Friday his first official visit to that South American country.

ANGOLA: Diamond production on the rise

African Business, p 54 01-05-2005
By Neil Ford

HEADNOTE

The state's diamond corporation, Endiama, is about to begin its own independent production as part of a general strategy to double the volume of diamonds mined. Neil Ford reports.

IMAGE MAP

The Angolan government is putting relatively little effort into economic diversification and nation building in its attempts to gradually move the economy away from a war footing.

In the short term, the government's main aim is to maximise its oil, diamond and possible gas reserves. Massive investment by the oil majors should ensure that oil production doubles over the next few years, while some progress finally seems to be being made in the gas sector.

During Angola's long civil war, the government relied on oil revenues from offshore fields to fund its military campaigns, while the opposition Unita movement was supported by income from diamond mines in the interior. Since the end of the war, however, Luanda has tried to bring the mines under government observation. While private mining companies are active in the country, the government is able to benefit financially from their operations.

Moreover, the state owned national diamond company, Empresa Nacional de Diamantes de Angola (Endiama), is becoming much more active in exploration and production in its own right.

IMAGE PHOTOGRAPH

2

Along with deepwater offshore oil, diamonds provide much of Angola's resource revenues.

Endiama was set up to take over the state's diamond sector interests from the colonial era Diamang company. It initially relied on contractors to carry out the actual mining work but the company's development was held up by the civil war.

Production from Endiama's first independent mining operation, in the Camanjanja region of Lunda Norte Province, is expected to begin shortly. The company's director of public relations, Sebastiao Panzo, says that production in other areas will begin during the course of this year.

Foreign and domestic private sector investors have returned to the country following the cessation of fighting. The Ministry of Geology and Mining has issued prospecting and exploration concessions to firms that are prepared to work alongside Endiama.

According to Endiama, the company will take the largest equity share on all alluvial ventures and a majority stake on all kimberlite projects.

In March, Endiama announced that it expected Angolan diamond production to almost double from about 6.5m carats a year in 2004 to 12m carats a year by 2006 or 2007 at the latest. This would generate revenues of \$2.2bn a year, making Angola the third biggest diamond producer in Africa, behind Botswana and Democratic Republic of Congo (DR Congo), but ahead of South Africa. It would also become the fifth biggest producer in the world.

Six new mines or mining areas are currently under development by Endiama's new production subsidiary, Endiama E & P.

Although such rapidly increasing output may be partly fuelled by the development of new mines, it is mainly an indication of the extent to which the state diamond company has brought the industry back under its control.

Crackdown on illegal operations

However, it is difficult to assess the extent to which the boom is the result of post-war recovery. According to the government investment agency, *Agênda Nacional para o Investimento Privado (Anip)*, diamond production averaged 4m carats a year over the past decade, but it must be difficult to produce accurate figures because of the clandestine nature of many mining operations during that period.

According to the government and Endiama, Angolan diamonds are now produced under the guidelines laid down by the Kimberly Process, although the government concedes that illegal mining and smuggling is still costing the country up to \$375m a year.

The UN estimates that 250,000 illegal miners and others involved in illicit diamond production have been deported from the country as part of the government's drive to crack down on illegal operations. Moreover, some critics still complain that there is too little transparency in the sector and that working conditions are appalling.

In many cases, the company operates as part of a consortium. Most recently, Endiama E & P took a 39% stake in a venture to mine for alluvial diamonds in Lunda Norte. Local firm Xilo Cuilo and Mac Diamond of Belgium complete the consortium with stakes of 23% and 38% respectively. In a second area, the three partners are to mine for kimberlite diamonds. In addition, a series of short term exploration concessions was announced in March.

The Ministry of Geology and Mining gave Endiama the go-ahead to set up another joint venture with private companies Whitestone, Apollo and Ciefil. This was followed by the award of concessions to Endiama E & P and Sonland Mining on the Lulu prospect and Endiama E & P and Rosa & Tetelas on the Send scheme in Huila Province.

Endiama's activities extend far beyond diamond mining. It holds a monopoly on the trade in diamonds, in addition to export and valuation of even artisanal production. The company also plans to build a new diamond cutting centre to ensure that more of the benefits of the trade are kept within Angola itself. Apart from its mining interests, Endiama is also involved in the insurance, banking, construction and property sectors.

In the longer term, however, the company may need to focus on its areas of core interest. The diamond sector can make a sizeable contribution to the reconstruction effort and so it is vital that Endiama makes the most of the resources at its disposal.

Angola: State radio to retain mediumwave broadcast monopoly

BBC International Reports (Media) 29-04-2005

Deputy Social Communication Minister Miguel de Carvalho has said "the draft media bill will once again be publicly debated so as to permit a wider input from the country's media associations", the Angolan Catholic Church station Radio Ecclesia reported on 29 April.

Speaking on Radio Nacional de Angola on 28 April, De Carvalho said "the aim is to see to it that media associations that did not take part in the first series of debates on the draft bill would do so now". He said "the law governing the media would be liberalized so as to permit the establishment of privately owned FM stations and news agencies".

Angola: State radio to retain mediumwave broadcast monopoly

De Carvalho stressed that "Radio Nacional de Angola would continue to have a monopoly of mediumwave transmissions".

Source: Radio Ecclesia web site, Luanda, in Portuguese 29 Apr 05

BBC Mon MD1 Media FMU pf

\$300m. in Angolan diamond imports

Jerusalem Post, Sec. Economics, p 14 29-04-2005
By YIGAL GRAYEFF

Russian state-owned diamond mining group Alrosa and Israeli company DGI Group are to export almost \$300 million worth of Angolan rough diamonds a year to Israel.

DGI will market 100% of the output from the Catoka mine, which produces 3.6 million carats a year. Alrosa President Alexander Nichiporuk told Israeli diamond leaders about the deal on Wednesday in a meeting attended by DGI owner Dan Gertler, Israel Diamond Exchange president Avi Paz, IDE honorary life president Shmuel Schnitzer and diamond controller Shmuel Mordechai.

Nichiporuk said to the group that the holding of such a meeting while he was part of Putin's delegation to Israel showed that ties between Alrosa and Israel have political backing, an industry source said.

The deal provides another welcome source of rough diamonds to Israel, which imported \$5.15 billion worth of diamonds last year.

However, global supply tightened last year and prices increased, and Israeli polished diamond producers face competition from India, Eastern Europe and China, where costs are much lower.

In addition, rough diamond producer countries are trying to encourage the growth of their own manufacturing industries by limiting rough exports.

The deal also strengthens DGI's position in its rivalry with Lev Leviev, who in the past had the marketing rights to nearly all Angolan diamond production and has had close ties with Alrosa.

News of the deal follows the Russian company's recent acquisition of a large stake in Sunland Mining (Angola), which DGI founded and owns. Since the Angolan government abolished the diamond monopoly last month, Sunland is one of three companies that the government has chosen to market Angolan diamonds.

As part of this liberalization process, DGI and Alrosa will also work together to develop the country's diamond mines.

Angolan opposition sceptical of new poll body set up for landmark elections

Agence France-Presse English Wire 28-04-2005

LUANDA, April 28 (AFP) - Angola's parliament has approved laws regulating the southern African nation's first elections since the end of a brutal 27-year civil war but the opposition on Thursday said the proposed new poll commission was designed to hand victory to the ruling party.

Parliament on Tuesday approved a law stipulating that the new electoral commission would comprise 11 members.

Six of them would be nominated by MPs -- three each by lawmakers from the ruling People's Movement for the Liberation of Angola (MPLA) and the main opposition UNITA (National Union for the Total Independence of Angola) -- two by the head of state, and one each by the Supreme Court, the home ministry and the Social Communications Council.

The law was passed in the ruling party-dominated house with 120 votes. Sixty voted against the proposal and there were three abstentions.

UNITA parliamentary leader Jeronimo Wanga told AFP that the new poll commission "is the exclusive and entire responsibility of the MPLA" and "will neither guarantee democracy nor transparent elections."

But his ruling party counterpart accused the opposition of raising false fears as they scented defeat.

"Opposition parties knowing that they have little chance of winning the upcoming elections want to create suspicion about the results," said Bornito de Sousa.

Angolan President Jose Eduardo dos Santos reaffirmed at the end of December that the country's first general elections since the end of the long war which claimed up to 500,000 lives would be staged in 2006.

"In 2006 Angolans will be called to the polls to exercise their right to vote and freely choose their legitimate representatives in a competitive electoral process," he said in a New Year's message to the nation.

Dos Santos, who has been at the helm of the former Portuguese colony for 25 years, did not specify a date.

Elections were last held in Angola in September 1992, when a second round of voting was scrapped after former rebel movement UNITA claimed widespread fraud, reigniting fighting.

mak-ach/

Alrosa, Gertler to market Angolan diamonds in Israel

Globes Online 27-04-2005
By Hadas Manor

On the eve of Russian Federation president Vladimir Putin's arrival in Israel this evening, Russian state diamond company Alrosa and Dan Gertler Israel (DGI group) announced that in May they would begin marketing in Israel diamonds from Angola's Katoka mine. Dan Gertler is a scion of the Schnitzer family of diamond merchants.

Alrosa and Israel's largest diamond exporter Lev Leviev jointly own the Katoka diamond mine. The Katoka mine is expected to export \$250 million worth of diamonds a year to Israel. Angola's total diamond exports are estimated at \$1.5 billion a year.

Alrosa CEO Alexander Nichiporuk will be a member of Putin's entourage in Israel. The heads of Gazprom will also be members. Alrosa recently confirmed that it had bought a large stake in Sunland Mining (Angola), which the DGI group founded and owns.

Alrosa and Gertler will also cooperate in developing Angola's diamond mines, under an Angolan government liberalization program and allocation of diamond marketing franchises among several companies. Gertler is considered Leviev's strongest competitor in Africa, alongside Benjamin (Beny) Steinmetz.

Sunland Mining is one of the three companies chosen to market Angolan diamonds since the government abolished the state monopoly last month. The other franchisees are Sodiam International and Yakson. So far as is known neither company has Israeli partners.

Alrosa's decision to market Katoka diamonds in Israel is a new source of rough diamond for Israel, and the first of its kind. Nichiporuk discussed Alrosa directly marketing rough diamonds to Israel with Minister of Industry Trade and Labor Ehud Olmert during a visit to Israel two months ago.

By marketing Angolan diamonds in Israel, DGI is greatly strengthening its position as a leading source of rough diamonds. DGI previously had a monopoly on the export of diamonds from the Democratic Republic of the Congo (Kinshasa). Although the monopoly was cancelled two years ago, DGI is still a major player in the Congolese diamond market.

Diamond industry sources say that the tightening ties between DGI and Alrosa are likely to spread to the Congo.

Gertler and DGI declined to comment on the report.

Electoral Law Approved At Last

All Africa Global MediaComtex International 27-04-2005

Luanda, Apr 27, 2005 (Angola Press Agency/All Africa Global Media via COMTEX) --The National Assembly finally approved Tuesday the new Electoral Bill, during a plenary session in which prevailed the majority, after successive postponement in the final voting of the diploma.

The last draft-bill on the Electoral Legislative Package was passed with 120 votes in favour, 60 against and three abstentions.

Thus it is overcome the disagreement by the opposition group relatively to the composition of the National Electoral Commission (CNE), that took three successive postponements of the Bill's final voting.

The future CNE will have 11 members integrated by various personalities of recognised moral capacity, from which two indicated by the President of the Republic, six by the National Assembly, a judge elected by the plenary of the Supreme Court and two representatives from the Ministry of Territorial Administration and from the National Council of Mass Media.

Still, according to the approved Bill, from the six personalities indicated by the National Assembly, three will be chosen by a party or coalition of parties in the Parliament and the remaining from the opposition group.

Angolan ruling party bench approves last electoral bill

Xinhua 26-04-2005

LUANDA, Apr 26, 2005 (Xinhua via COMTEX) -- Angola's ruling party Tuesday approved the last electoral bill ahead of the upcoming post-civil war elections, but the parliament failed again to reach a consensus on a watchdog body for the poll.

The Electoral Law, the last of seven pre-election bills, was approved with the backing of the ruling Popular Movement for the Liberation of Angola (MPLA) bench and a handful of votes from small opposition parties.

The biggest opposition parties, the National Union for the Total Independence of Angola (UNITA) and the National Front for the Liberation of Angola (FNLA), voted against the bill that sets up a National Electoral Commission (CNE) to oversee preparations and the holding of the presidential and legislative polls.

UNITA's parliamentary leader, Jeronimo Wanga, charged that the future CNE would be loaded in favor of the government, "wounding the basic democratic principle of impartiality and equality among competitors."

The MPLA had "imposed a CNE in which it guaranteed two-thirds of its composition" for itself, Wanga said, of the 11-member body in which the government, MPLA and state institutions will name most of the watchdog officials.

Voting on the Electoral Law was postponed three times to allow the parties to try reaching a consensus over the CNE composition, as had been the case with six other electoral bills approved earlier.

The government has announced it plans to begin registering voters for the elections in mid-May.

No date has been set for the post-war presidential and legislative ballots, but the elections are widely expected to take place late next year.

ALROSA expands co-operation with Angolan Government

SKRIN 25-04-2005

ALROSA fully adheres to the principles of legality and transparency in its activities. Consequently all our operations in Angola are in full compliance with local, Russian and international legislation, according to www.Alrosa.Ru.

ALROSA never concealed its intention to expand operations in Angola where competition for diamond deposits is very tough. It is true that Arcadi Gaydamak takes part in bilateral negotiations between ALROSA and the Angolan government as one of official representatives on the Angolan side. ALROSA does not have any confirmation or opinion of any official institution with regard to alleged charges against Arcadi Gaydamak. In our relationships with partners we are guided not by rumors or allegations, but proven facts.

ALROSA has strategic interests in Angola, and we regard everyone - both government officials and businessmen - as our partners since they assist us in the implementation of this task.

As to the media allegations against Arcadi Gaydamak, we regard them as our competitors' futile attempt to make us abandon plans to expand relationship with Angola, in particular in diamond marketing and sales.

Our co-operation with the Government of Angola provides greater transparency to local diamond market, increases efficiency of rough diamond sales, which is reflected in additional tax revenue to the Angolan budget. Also ALROSA has undertaken an obligation to share its experience in sorting, valuation and sales of rough diamonds, which leads to Angola's greater independence on the market. Thus we believe that Angola benefits from its relationship with ALROSA and the Russian Federation that has been its long-time partner.

ALROSA Co Ltd.

Journal code Language English Record Type web

Document type ISSN Word count 335

Accession Number (Internal - Global)200504251957.1_4e890005cc4b8c4d -

Copyright © 2005 SKRIN , All Rights Reserved

Jornal de Angola

25 de Maio

Parlamento Aqueceu

A sessão parlamentar de ontem foi marcada por acesas discussões, na sequência do processo de movimentação de deputados da bancada da UNITA. Com contradições e indisciplina partidária à mistura, o maior partido da oposição apenas conseguiu fazer uma das doze mudanças que pretendia na sua bancada.

Habitualmente pacífico e meramente formal, o ponto sobre a movimentação de deputados gerou ontem uma polémica acima do normal, sobretudo depois de um deputado da UNITA se ter pronunciado contra a entrada no Parlamento de dois colegas seus de partido, mesmo após a comissão competente (Comissão de Mandatos) ter emitido um parecer em que os considerava aptos para a assumirem os seus lugares na casa das leis.

De acordo com o parecer emitido pela oitava comissão, a maior parte das movimentações que a UNITA pretendia fazer (um total de doze) feria disposições legais que o Parlamento tem de cumprir.

Caso inédito, os parlamentares foram surpreendidos pela intervenção do deputado Malheiro Elavoko, da UNITA, que apontou factores que, em seu entender, impediam a entrada de deputados do seu próprio partido no Parlamento, designadamente Fernando Heitor e Daniel Chipembebe.

Quanto ao primeiro, o deputado Malheiro Elavoko (um dos deputados cuja substituição foi chumbada pela comissão competente) alegou impedimentos constantes do regimento interno da Assembleia Nacional e noutros instrumentos legais, pelo facto de Fernando Heitor prestar consultoria a várias organizações internacionais.

“A UNITA já não tem nenhum deputado a movimentar”, acrescentou o deputado Malheiro Elavoko, ante a desconcertação dos líderes da sua bancada. O presidente da bancada parlamentar da UNITA chegou mesmo a interromper a intervenção do seu colega de bancada, mas o presidente da Assembleia Nacional o autorizou a prosseguir.

Jerónimo Wanga (líder da bancada) alegou que o deputado Malheiro Elavoko estava fora da ordem do trabalho, e que o seu caso não estava a ser apreciado.

Roberto de Almeida (presidente da Assembleia Nacional) recordou que a resolução em discussão incluía a tentativa de suspensão do mandato do deputado que se estava a pronunciar e reiterou o direito deste se pronunciar livremente.

A UNITA solicitou trinta minutos para concertações, após os quais os parlamentares votaram o projecto de resolução que consagrava as mudanças. Apenas a entrada do

deputado Daniel Chipembele foi tida como procedente, embora a sua votação tenha sido marcada por um número de abstenções superior ao número de votos a favor (com 53 votos a favor, um contra e 80 abstenções), o que criou dificuldades de interpretação quanto ao seu significado.

Bastante contrariado pelo elevado número de abstenções na bancada do partido maioritário (na qual houve deputados que votaram a favor), o presidente da bancada parlamentar da UNITA, Jerónimo Wanga, fez uma declaração de voto em que acusou os seus colegas do Parlamento de estarem a fazer uma “mascarada”, como forma de humilhar deputados do seu partido que pretendem tomar assento na Assembleia Nacional.

O reparo foi tido como um insulto pelo presidente do Parlamento e pelos deputados do MPLA Norberto dos Santos “Kwata Kanwa” e Costa Andrade “Ndumduma”. Jerónimo Wanga pediu desculpas pela expressão utilizada.

Quanto ao caso de Fernando Heitor, a partido do “galo negro” retirou temporariamente o pedido de substituição, para melhor esclarecimento dos alegados vínculos do deputado com organizações internacionais, que, a existirem, são incompatíveis com a qualidade de parlamentar.

Roberto de Almeida aconselhou, inclusive, que o deputado firmasse um compromisso no sentido de romper os seus compromissos internacionais, caso queira tomar o seu lugar naquele órgão de soberania.

Outro partido que também pretendia fazer movimentação de deputados é o PDP-ANA, que apresentou Pedro Afonso Sibu Sapi em substituição do malgrado deputado Mfulumpinga Landu Victor. Esta movimentação foi igualmente chumbada, até à clarificação de alguns aspectos levantados.

Consta dos impedimentos avançados pela Comissão de Mandatos o facto de precederem ao candidato proposto outros três que ainda não tomaram assento na Assembleia Nacional. Segundo as regras, os deputados devem tomar assento e serem substituídos de acordo com a ordem na lista de candidatura depositada no Tribunal Supremo em 1992.

Obstou ainda à tomada de assento daquele deputado a alegação de que ele se filiou na FNLA, razão tida como suficiente para impedir a sua entrada na casa das leis pelo partido pelo qual foi eleito.

REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Luanda, 15 de Abril de 2005. Cerca de 1 bilião de dólares americanos, é o valor que o Governo angolano já engajou em projectos de reconstrução de infra-estruturas económicas e sociais.

Neste momento, dezoito contratos comerciais celebrados no âmbito da linha de crédito, já foram aprovados pelo Eximbank da República da China. Brevemente, o Governo vai submeter ao maior Banco Chinês, mais 4 projectos do sector de saúde, com destaque para 4 contratos do sector da saúde, em vias de licitação, para concluir a primeira fase do financiamento.

A Linha de Crédito da China, cujo o financiamento principal foi assinado a 2 de Março de 2004, destina-se a financiar projectos de investimento público inscritos no Orçamento Geral do Estado e não inclui qualquer componente financeira em termos de disponibilidades líquidas para o Tesouro Nacional, usualmente designados como pré-financiamento.

O valor de financiamento é de até 2 bilhões de dólares americanos com um prazo de reembolso de 12 anos e períodos de carência variáveis em função dos projectos, não podendo ser inferior a 3 anos nem superior a 5 anos.

As condições gerais do financiamento contêm um grau de concessionalidade equiparado aos créditos de ajuda oferecidos pelas Instituições Financeiras Internacionais e projectam um serviço de dívida absolutamente compatível com a geração de superávites primários nas nossas contas fiscais.

A linha de Crédito do Eximbank da China, a par de outras linhas de Crédito Bilaterais, nomeadamente com a Índia, Brasil, Portugal, Alemanha, Polónia e Israel, constitui a principal fonte de financiamento do Programa de Investimentos Públicos para o Biénio 2005-2007. Considerando o estado actual das infra-estruturas económicas e sociais, optou-se por seleccionar, nesta fase, sectores cuja acção estruturante contribui de forma decisiva para o relacionamento da actividade económica e para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Foram priorizados investimentos em sectores que obedecem a uma determinada lógica de reconstrução.

Assim, de forma a melhorar a produtividade nos grandes centros urbanos, que está condicionada pela pouca disponibilidade de electricidade, água e alojamentos, optou-se pela reabilitação de uma parte significativa do investimento, na reabilitação das infra-estruturas de energia e águas e na criação de condições para o aumento da oferta de habitações.

Deste modo, nesta primeira fase da Linha de Crédito, priorizou-se, a reabilitação completa de uma estrada que liga a capital do país à cidade do Negage, no Norte de Angola, passando pelas cidades de Caxito e Uíge, numa extensão total de 371 quilómetros incluindo todas as obras de arte nesse percurso.

A reconstituição da frota de camionagem destruída pela guerra não foi esquecida, constituindo este um projecto já em curso. De 1.500 camiões que compreende o projecto, já se encontram no país, 170 camiões, para contemplar os primeiros beneficiários.

A redução do défice alimentar será feita através da reabilitação e modernização de perímetros irrigados em pelo menos quatro províncias do País, nomeadamente, Huíla, Moxico, Kwanza-Sul e Bengo.

Relativamente aos sectores sociais, foram priorizados projectos nos domínios da educação e saúde. No domínio da Educação, foi projectado a construção e apetrechamento de 31 Institutos Médios e 15 Escolas Secundárias do II e III níveis, em várias províncias do País. No domínio da Saúde estão a ser adjudicados a reabilitação de 4 hospitais provinciais, 6 hospitais municipais e 10 centros de saúde dispersos pelas várias províncias do País.

Ao todo, estão já adjudicados 21 Contratos Comerciais orçamentados em cerca de 1 bilião de dólares americanos, dos quais, três estão em curso e 18 em fase de aprovação pelo Eximbank. Os 4 projectos da saúde estão em fase de adjudicação e completarão os projectos da primeira fase. Concluída a primeira fase, os dois Governos darão início a segunda fase.

New York Times

May 27, 2005

U.S. Has Loosened Rules For Arms Sales, Study Says

The sale of military weapons to other countries, including many that were once barred from making such purchases, has increased sharply since the attacks on Sept. 11, according to a study by a New York research group.

As the United States is trying to secure new allies in its fight against terrorism, the study by the World Policy Institute -- a research group based at the New School University -- says that the nation has expanded the sales of weapons to countries that were once prohibited from receiving American-made goods because of their poor

human rights records.

Among the countries are Pakistan and Afghanistan as well as Algeria and Uzbekistan. Some two dozen countries have either become first-time recipients since Sept. 11 or have been readmitted to the program after long absences.

The study found that the largest aid program, Foreign Military Financing, increased 68 percent from 2001 to 2003, to reach \$6 billion -- a peak amount -- before trending back to a current \$4.5 billion.

More than half of the top 25 recipients in 2003, either through the commercial sales program or through foreign military sales, were countries that the State Department has defined as undemocratic. They included Saudi Arabia (purchases of \$1.1 billion); Egypt (\$1 billion); Kuwait (\$153 million); and the United Arab Emirates (\$110 million).

In other cases, weapons were sold to countries having internal conflicts, including Angola, Chad and Ethiopia, or where the human rights record was "poor," according to the State Department; this category included Nigeria, Tunisia and Nepal.

Policy makers in Washington have said that the aid is necessary to secure overseas military bases or reward allies. But the author of the report, William Hartung, said the equipment could end up "fueling conflict, arming human rights abusers or falling into the hands of U.S. adversaries."

Charles Pena, a military specialist at the Cato Institute, a Washington research group that promotes free-market policies, said that while arms transfers were preferable to sending troops, there are risks. "If a regime can use these arms to subdue their own population," Mr. Pena said, "this could come back to haunt us. We need to be more mindful of the long-term implications, especially in the Muslim world."

While the overall increase in these military sales may make for some good strategic policy, said Michael O'Hanlon, a military specialist at the Brookings Institution, the approach could be a "missed opportunity" if not accompanied by other forms of aid.

xxxxxxx

Angola: Renewed clashes between govt and Cabindan separatists

[This report does not necessarily reflect the views of the United Nations]

JOHANNESBURG, 26 May (IRIN) - Civil society groups in Angola's oil-rich Cabinda province have again called on the government to enter serious negotiations with separatists, following reports of fresh clashes.

"We have tried to let the government know how important it is to begin serious dialogue with the separatists, but we have not received any response from them. Now we are receiving news that fighting has started again in the interior of the province. This shows us that the government is not really considering our calls for peace," Agostinho Chikaia, leader of the Mpalapanda Civic Association in Cabinda, told IRIN on Thursday.

Chikaia said both sides had renewed a "campaign of disinformation", which has led to growing insecurity among the local population.

Earlier this month the Front for the Liberation of the Enclave of Cabinda (FLEC) claimed they had shot down a military helicopter, killing its crew, but the provincial government countered that the helicopter had crashed into a mountain as a result of bad weather.

In statement posted on its website, the rebel group alleged that 20 soldiers from the Angolan army had been killed after fighting which started on 18 May in the regions of Buco Zau and Necuto, north of Cabinda town.

Provincial authorities have since denied the deaths.

Father Raul Tati, a leading cleric and civil rights activist in the province, told IRIN that sporadic clashes between government troops and the rebel FLEC-fighters were continuing.

"The main town is calm, but there's definitely fighting in the interior of the province; from time to time the villagers who come to the church tell us of the troubles," Tati said.

The provincial government could not be reached for comment.

Civic and religious leaders met with the FLEC's leadership in Holland last month in an attempt to form a common strategy for negotiating with the authorities.

"We now have a platform, which we hope will convince the authorities in Luanda [the Angolan capital] that we are serious about peace. We are open to negotiation, but any resolution must take into account the needs and desires of the people who live in Cabinda," Chikaia stressed.

The separatists have been battling the central government since Angola achieved independence in 1975. They claim the enclave has its own distinct identity, history and culture, and have long pushed the Angolan government, which opposes independence for Cabinda, to hold a vote on the issue.

The coastal enclave is separated from mainland Angola by a tongue of land belonging to the Democratic Republic of Congo, but is regarded by Angola as one of its provinces.

[ENDS]

Source: Agence France-Presse (AFP)
Date: 25 May 2004

Angolan rebels claim downing military copter in restive province

LUANDA, May 25 (AFP) - Angolan rebels in the separatist oil-rich enclave of Cabinda said they shot down a military helicopter, killing its crew, but Luanda said a police helicopter had gone missing after bad weather.

The Renewed Front for the Liberation of the Cabinda Enclave (FLEC) said in a statement on its website late Tuesday that its military wing had "downed a helicopter in the area of Miconge, about 90 kilometres (55 miles) from the town of Cabinda," on May 13.

The Angolan government had the previous week announced that a police helicopter had "disappeared" following "bad weather" in the area.

The statement, signed by Estanislau Miguel Boma, the chief of staff of FLEC and its military wing, spoke of a "resumption in fighting between the Angolan armed forces and the forces of resistance in Cabinda."

"Twenty soldiers from the Angolan army died and several others were injured following violent fighting which started on May 18" in the regions of Buco Zau and Necuto north of Cabinda town, it said.

In late 2002, some 30,000 Angolan troops were deployed in Cabinda, an enclave between Angola, Congo and the Democratic Republic of Congo and home to 120,000 people, which has been the scene of unrest and separatist conflict since the 1960s.

Angola emerged from 27 years of civil war in April 2002 and has since become one of Africa's top oil producers, with US firms active in the enclave.

mak-ach/cml/mb

Angola: Marburg fever death toll reaches 311

Luanda , 04/19 - The death toll of the haemorrhagic fever caused by the Marburg virus has risen to 311 out of 337 cases notified, after a figures revise made on Wednesday.

According to the daily report jointly issued by the Health Ministry and the World Health Organisation (WHO), a figure update was made on the data that came from the northern Uije province, where the disease broke out in October last year.

Until Tuesday the death toll was 298.

Two more people died in the following 24 hour in Uije. This is half the number of cases recorded in the previous 24 hour period.

The deaths were recorded in the central hospital where another three patients are interned for the last three days. There are 129 suspect cases.

The three new cases mentioned above were recorded in the compounds of Quivita (2) and Mbanza Luanda (1), in Uije district. No cases were notified in the other districts of the province.

Date: 26 May 2005

Angola: Forgotten people: displaced persons in Cabinda province

Why is Cabinda Province of Angola Forgotten?

After having celebrated the end of Angola's devastating 27-year civil war in 2002 and the gradual return of refugees and internally displaced people (IDPs) in the following years, most of the world has ignored refugees and IDPs from the continuing conflict in the province of Cabinda, an oil-rich enclave in northwest Angola. Many refugees from Cabinda have lived outside of the province since the 1970s when a separatist movement began. Although Angola's repatriation efforts have been seen as a success, some 1,750 Angolan refugees from Cabinda remain in Congo and a similar number in the Democratic Republic of the Congo. There are 24,696 registered internally displaced persons (IDPs) in the province. Donor nations have neglected Cabinda and been reluctant to contribute an increased amount of aid to humanitarian efforts in Angola, such as those of the World Food Program, in part because they expect the Angolan government to be able to provide for its people considering its large oil revenues.

Cabinda is home to approximately 300,000 of the total Angolan population of an estimated 14.5 million and is 2,800 square miles out of Angola's 481,354 square miles. On the surface Cabinda is an isolated and relatively small province of Angola, but it has been and will remain critical to Angola's economic future due to its oil. Cabinda is the source of half of Angola's one million barrels per day of crude oil production. Oil revenues support at least 80% of Angola's national budget. The province of Cabinda receives a bonus from the national government for its oil. In the 2004-5 fiscal year, the bonus was estimated to be about \$25 million and is projected to be \$35 million in 2005-6. However, there seems to be little accountability for how both the federal government and the province's government are spending the profits from the oil industry. Countries that purchase Cabinda's oil, including the United States and China, are reluctant to bring attention to the issues in Cabinda because of their dependence on oil from the province.

History of the Problem

In an 1885 treaty, Portugal declared Cabinda a protectorate and ruled it separately from Angola. In 1930 after Angola became a province of Portugal, Portugal began to rule Angola and Cabinda as one. Angola gained its independence from Portugal in 1975. The current president, President José Eduardo Dos Santos has been in office for over 25 years, leading the Marxist MPLA (Popular Movement for Liberation of Angola), which has been in power since independence. FLEC (the Front for the Liberation of the Enclave of Cabinda) was formally established in 1963 and was composed of separatist groups that had been established in the 1950s. FLEC claims

that the region has its own distinct culture, history, and identity and is being illegally occupied. Fighting intensified in 2002, when FLEC-FAC, a subgroup of FLEC, increased their military capacity to fight for independence and Angola's army (FAA) was deployed to Cabinda. This renewed fighting led to the displacement of more than 23,000 people.

Human rights monitors and groups in Cabinda have reported abuse, torture, rape, and illegal detentions perpetrated by Angola's army (FAA) in Cabinda. The FAA has been accused of committing human rights abuses against civilians with almost complete impunity. In 2002 and 2003, human rights activists reported on human rights abuses in Cabinda, the majority by the Angolan security forces and some by FLEC. In 2004, Human Rights Watch documented human rights abuses, including extrajudicial executions, arbitrary arrests and detention, torture and other mistreatment, sexual violence, and the denial of civilians' freedom of movement. The UN Special Representative for Human Rights Defenders, Hina Jilani, has expressed concern about the visible presence of the Angolan military so close to civilian populations. In January 2005, the Angolan government appointed Justice Ombudsman Paolo Tjipilica to form a much-needed national human rights institution. Human rights and civil society groups were concerned that their input and public opinion were not considered.

Humanitarian Conditions

The majority of Angolans are still in need of assistance that would bridge the transition from a significantly reduced humanitarian crisis to a post conflict recovery phase. Angola ranks 166 out of 177 nations in United Nations Development Program's (UNDP) human poverty index and in May 2005 UNDP reported that Angola was not on track to meeting its Millennium Development Goals. During 2004, there were times when nearly 24% of Angolans faced extreme food insecurity.

In February 2005, a team of Cabinda refugee leaders living in the Democratic Republic of Congo, accompanied by UNHCR, visited Cabinda and were discouraged by the presence of the Angolan military and lack of infrastructure. Landmines, bridges destroyed by fighting, and impassable roads make it difficult for refugees to journey home and for aid to get to them when they return. The United Nations World Food Program (WFP) serves 750,000 people and has reported that transporting food in a peacetime Angola costs five times more than in Sudan. As of April 2005, WFP has only received around half of the necessary funds for its Angola program, and still needs \$30 million to continue distributing aid until the end of the year. A shortage of food, farming materials and education and employment opportunities makes it undesirable for refugees to return home. UNHCR reports that northern Angola is especially inaccessible. Cabinda is even more inaccessible and expensive for the delivery of goods because it has no port facilities and all supplies come from the capital, Luanda, or need to be trucked in from neighboring countries.

Although numerous UN agencies and NGOs have provided humanitarian and development aid to Angola, very few have been involved in Cabinda. Some of the blame falls on the Angolan government which has resisted allowing international NGOs to operate in Cabinda. UNHCR does not have a permanent presence in Cabinda and has not been promoting return there due to lack of security. Since UNHCR will be ending their program in Angola in October and as of 2006, will no longer provide transport for refugees, an immediate priority is to ensure that UNHCR has plans to follow-up with Cabindan refugees.

To its credit, the Angolan government has overseen the return of over three and a half million internally displaced persons and significant number of refugees, about 310,000, since 2002. In 2005, UNCHR plans to assist with the return of half of the 133,000 Angolan refugees who are still in neighboring countries. The Angolan government has put legal protections for internally displaced people (IDPs) based on the Guiding Principles on Internal Displacement into law. UNHCR assisted 7,000 refugees to return to Cabinda in 2002, but does not have a permanent presence there because of the security situation. Until humanitarian agencies and the Angolan government deal with the specific security and aid concerns in the Cabinda province, they should not consider their resettlement efforts in Angola completed.

Therefore, Refugees International recommends that:

- International and national human rights monitors continue to investigate alleged human rights abuses by the Angolan army and the National Police in Cabinda.
- The Government of Angola fully support prosecution of army and police officers found guilty of human rights abuses in the province. Within the effort to consolidate a national human rights institution the newly appointed Justice Ombudsman should take measures to protect all Angolans' constitutional rights and freedoms.
- The Government of Angola and FLEC should renew their efforts to negotiate a peaceful solution of the status of Cabinda. The Government of Angola should also withdraw its large military presence among civilian populations in the province.

- The taxes and profits from oil companies given to provincial governments be accounted for and used to meet humanitarian and development needs in Cabinda province.

KERR-MCGEE CORP

Angola cuts deal with Kerr-McGee

5/23/05 LUANDA, Angola, May 23, 2005 (United Press International via COMTEX) --

A unit of Oklahoma's Kerr-McGee Oil & Gas Corp. said Monday it had cut an exploration deal with Angola's state-owned oil company to work offshore.

The agreement between Kerr-McGee and Sonangol gives Kerr-McGee a 25 percent contract interest in Block 10 in the so-called Benguela basin, which is administered by Devon Energy Corp., which holds a 35 percent contract interest. Sonangol and affiliates retain a 40 percent interest in the venture.

The block is located offshore the town of Lobito. It extends from the coastline to 30 miles offshore and covers approximately 1.2 million acres with water depths extending to approximately 3,300 feet.

Kerr-McGee anticipates drilling one to two wells on Block 10 this year.

Governo tem instrumentos para aumentar a competitividade das empresas
Luanda, 24/05 - O Governo angolano tem privilegiado a criação de um conjunto de instrumentos tendentes a aumentar a competitividade das empresas nacionais, dirigindo o apoio, especialmente, ao investimento produtivo, afirmou hoje, em Luanda, o economista e vice-ministro da Indústria, Abrahao Gourgel.

O economista dissertava o tema "A Inserção do Empresariado Nacional no Mercado Livre da SADC", no workshop sobre "Promoção e Fortalecimento do Empresariado Nacional", promovido pela Fundação Sagrada Esperança, que decorre desde segunda-feira na capital do país.

Abrahao Gourgel adiantou que é nesse quadro de actuação estratégica que se elaborou a estratégia de reindustrialização de Angola, na qual foi estruturada por quatro eixos fundamentais de actuação.

No primeiro eixo constam actividades que contribuem para a satisfação das necessidades básicas da população, a criação de um elevado número de empregos, a promoção e favorecimento de uma melhor distribuição do rendimento e o segundo está constituído por sectores industriais, com vantagens para a substituição competitiva de importações.

O terceiro eixo é definido por actividades que, beneficiando de vantagens comparativas, produzam bens destinados a exportação e o quarto envolve projectos como os da indústria petroquímica, de fundição e refinação de alumínio, entre outros.

O fornecimento de inputs para o sector agrícola e é a criação de valor acrescentados dos produtos agrícolas, através do processamento industrial e do marketing e distribuição são mecanismos indispensáveis para o desenvolvimento do sector privado em Angola.

De acordo com o governante, deveremos atentar aos eventuais subsídios que sejam ainda

praticados nos demais membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), equando do desarmamento paulatino.

Considerou que a enormidade de recursos naturais e a sua grande diversidade oferecem oportunidade de investimento e negócios consideráveis para os empresários nacionais e para a promoção do investimento directo estrangeiro, bem como para o estabelecimento de parcerias.

No seminário sobre Promoção e Fortalecimento do Empresariado Nacional foram abordados temas acerca do "Empresariado Nacional Angolano e Sua Emergência", Sistema Integrado de Incentivos Fiscais, Aduaneiros e Financeiros ao Sector Empresarial", "Os sucessos e os Constrangimentos do empresariado Nacional", entre outros.

Com término previsto para hoje, o workshop, que decorre sob o lema "Promoção e Fortalecimento do Empresariado Nacional", é promovido pela Fundação Sagrada Esperança.

Sonangol assina contrato de partilha de produção do bloco 10

Luanda, 23/05 - Um contrato de partilha de produção de petróleo do bloco 10, situado no sul de Angola (região entre a cidade do Lobito e Benguela), foi assinado hoje pelas empresas petrolíferas Sonangol P&P, "Ocean Angola Corporation" e "Kerr-Mcgee Oil & Gas".

Pela concessionária angolana Sonangol rubricou o contrato o seu presidente do conselho de administração, Manuel Vicente, enquanto pelas petrolíferas americanas Ocean Angola Corporation e Kerr-Mcgee Oil & Gas assinaram Arlindo Alves e Lessa Foster, respectivamente.

A assinatura deste acordo permitirá ao grupo empreiteiro, liderado pela Ocean Angola Corporation, iniciar - a partir do segundo semestre deste ano - trabalhos de prospecção e pesquisa numa extensão de mil quilómetros quadrados.

As empresas engajadas nesta empreitada esperam realizar uma descoberta comercializável.

Apesar de os trabalhos de prospecção começarem apenas no segundo semestre deste ano, os trabalhos de sísmica já começaram no terreno. As pesquisas terão a duração de cerca de três anos.

Neste consórcio, a Sonangol na qualidade de concessionária participa com 40 por cento, a Ocean Angola Corporation como operadora participa com 35, enquanto a Kerr-Mcgee Oil & Gas detém 25 por cento das acções.

Assim sendo, um bónus de assinatura será pago pelo grupo empreiteiro ao Governo angolano, num valor estimado em quatro milhões de dólares americanos.

Sobre a assinatura de partilha de produção de petróleo no bloco 10, o presidente do conselho de administração da Sonangol, Manuel Vicente, disse que a composição deste grupo empreiteiro é mais modesto, pois é constituído apenas por companhias de médio porte.

O grande desafio da indústria petrolífera angolana, frisou, será o de atrair para o mercado nacional empresas de grande porte (Chevron, BP, Total E&P, Mobil entre outras) e de pequena dimensão

Rebuilding Angola may cost \$30bn

May 23 2005 at 05:31PM

By Zoe Eisenstein

Luanda - Angola needs up to \$30-billion over the next decade to rebuild its war-shattered infrastructure, a step to maintaining stability in the African oil producer, a World Bank official said on Monday.

"Experience internationally with post conflict countries has shown that if you don't do that (rebuild) in four or five years you have a tremendous risk of the conflict relapsing," Laurence Clarke said.

"The reconstruction needs are very necessary, very immediate, very crucial. The government has got to get assets on the ground as quickly as possible," he said.

Confirming that the Bank was ready to provide around \$200-million in aid and credit over the next two years, Clarke said the exact amount would depend on whether Angola improved its economic and governance record.

"Even though reforms have been made by the government progressively since 2002 there's still a long way for Angola to go in terms of how the world perceives it," he said.

Angola's devastating civil war - which spanned three decades, displaced millions of people and ruined the country's infrastructure - ended three years ago.

Despite peace and Angola's oil wealth, most of the population of around 13 million continues to live in abject poverty while the government has been accused of cloaking its finances in secrecy and permitting large-scale graft.

Observers are watching how Angola, now sub-Saharan Africa's second largest oil producer after Nigeria, manages its \$600-million windfall which, thanks to high oil prices, had swollen the country's coffers over the last 12 months.

"The challenge for Angola in the context of whether the economy is doing well or not is to manage those incremental flows as quickly as possible, as well as possible to compensate for a time when oil prices will probably decline," Clarke said.

"In that sense I think the jury is still out in terms of the management of the economy. But in terms of getting the budget disciplined, conformed to, I would say so far they're doing quite well," he added.

Angola needed around \$2-billion for a priority phase of reconstruction from 2003 to 2006 and between \$15 billion and \$30-billion in a decade, Clarke said.

The \$200-million from the World Bank - to be used to help rebuild the country's ruined schools, hospitals, water and energy networks - was only a beginning and Clarke acknowledged that the bulk of the financial support would come from the private sector or bilateral agreements.

Observers say Angola is generating substantial interest among the investment community, not least the \$2-billion Chinese credit line which has already kick-started some of its infrastructure projects.

Clarke said that who did the investing was irrelevant, so long as the cash came.

"For Angola, what is required for the longer term is the best sources of finance to support the development effort that is needed," he said.

Integrated Regional Information Network (IRIN)

16 May 2005

XXXXXXXXXX

Défice Refinaria de Luanda produziu apenas 232 mil 355 toneladas métricas no primeiro trimestre

Importação de combustíveis consome USD 70 milhões

Mateus Cavumbo

No primeiro trimestre deste ano, Angola já gastou 70 milhões 224 mil dólares na importação de 104 mil e 788 toneladas métricas de gasóleo e de 33 mil 395 toneladas de gasolina.

Esses números foram avançados, ontem, Luanda, por uma fonte do Ministério dos Petróleos, à margem do seminário de capacitação sobre a transformação, distribuição, transporte e comercialização de derivados de petrolíferos.

Ainda no primeiro trimestre, a Refinaria de Luanda produziu 232 mil 355 toneladas métricas, sendo o gasóleo o derivado mais produzido este ano, atingindo o 121 mil 464 toneladas.

A produção da gasolina foi de 34,459 TM (toneladas métricas), Jet- A1 (combustível para aeronave) 58, 363 toneladas, petróleo iluminante 10, 936, enquanto o gás butano 5 mil e 367 toneladas métricas.

Contudo, a fonte diz esperar até ao final do ano, uma produção acima de um milhão 839 mil 569 toneladas, quantidade produzida em 2004.

Neste último ano, o Estado gastou 332 milhões 631 mil 130 dólares com a importação de bens.

Por este facto, a directora nacional de Comercialização do Ministério dos Petróleos, Lucinda Guimarães, sublinha o facto do Estado estar a aplicar grandes somas na importação fora daquilo que está previsto.

Quanto à venda dos derivados, a responsável revela que está já a ser disciplinada, à luz do decreto 37/00 de 6 de Outubro que estabelece regras rígidas. Daí, a realização do seminário que visa a transmissão de conhecimentos aos representantes dos governos provinciais, no sentido de licenciarem os agentes económicos, confinados localmente e que pretendam exercer as actividades da venda de derivados de combustíveis.

Actualmente, um agente que deseja exercer tal actividade é obrigado a vir a Luanda, ou às vezes, os técnicos do Ministério dos Petróleos se deslocam às províncias.

Com o seminário, os governos provinciais poderão licenciar os agentes económicos uma vez estar assistir-se, para evitar o exercício ilegal desta actividade.

Dados fornecidos pela directora, Lucinda Guimarães, apontam a existência de 76

agentes económicos licenciados somente em Luanda.

“Penso que a partir deste seminário as coisas vão mudar e esperamos que actividade seja exercida no âmbito daquilo que é recomendado”, disse a responsável. Para já, o vice- ministro dos Petróleos, Aníbal Silva, explica que desde a independência nacional, o mercado de produtos refinados do petróleo encontrava-se desarticulado, o que obrigou o Estado a intervir através da Sonangol, passando a assumir o monopólio do mercado de combustíveis.

Com a abertura efectiva do mercado, a Sonangol foi encorajando a participação paulatina de agentes económicos privados. Aníbal Silva revelou que o Governo à luz do decreto N° 37/00 de 6 de Outubro define o regime a que ficam sujeitas as actividades de transformação, armazenagem, distribuição, transporte e comercialização de produtos petrolíferos, contendo dentre outras, matérias ao licenciamento, importação e controlo.

O seminário promovido pelo Ministério dos Petróleos do qual participam responsáveis dos governos provinciais vai decorrer até o próximo dia 3 de Junho.

Contrato no Bloco 10 gera bónus de USD 4,5 milhões

Santos Vilola

O grupo de empreiteiros, composto por Ocean Angola Corporation e a Keer M’Gee Oil & Gas Corporation, vai pagar ao Governo angolano quatro milhões e meio de dólares de bónus de petróleo resultante do contrato de partilha e produção do bloco 10, na zona paralela a costa entre as províncias do Kwanza-Sul e Benguela.

Ontem, a Sonangol, a Ocean Angola Corporation e a Keer M’Gee Oil & Gas Corporation assinaram a adenda ao contrato de partilha e produção do bloco 10, que deverá gerar mais bónus de petróleo resultante da assinatura a serem empregues em projectos sociais.

O presidente do Conselho de Administração da Sonangol, Manuel Vicente, afirmou que o volume do bónus vai variar em função da importância da concessão, “embora sejam ainda bónus modestos”.

O grupo de empreiteiros liderado pela Ocean Angola Corporation(a operadora) já terá investido cerca de 10 a 15 milhões de dólares para perfurar dois dos três poços previstos para a fase exploratória. O início das operações petrolíferas de pesquisa está prevista para o segundo semestre do ano em curso.

Para Manuel Vicente, o contrato assinado interrompeu um defeso de seis anos desde que em 1999 foi assinado o último contrato do género.

Manuel Vicente disse que este contrato inicia um novo ciclo de assinaturas de contratos de partilha e produção. “Estamos a reiniciar uma nova era para estes contratos. Outros concursos estão a caminho e vamos anunciar ao mundo estas oportunidades”.

Manuel Vicente disse que este contrato tem a particularidade de envolver um bloco de empreiteiro mais modesto composto por companhias de médio porte. Nos próximos concursos, de acordo com Manuel Vicente, um dos objectivos da Sonangol é trazer no xadrez da indústria angolana empresas de pequenas e média dimensão para trabalhar em conjunto com iniciativas empresariais locais com o fito de ocupar um espaço que até aqui tem sido reservado às grandes empresas.

“Estamos convencido que o grupo que se formou para este bloco vamos levar a bom porto os objectivos traçados. É um desafio difícil por ser uma área onde o conhecimento não é muito profundo”, disse.

O PCA da Sonangol anunciou para breve o lançamento de um concurso público para a assinatura de novos contratos de exploração para os blocos 15, 17 e 18, actualmente no fim do seu primeiro período de exploração, mas ainda com um potencial remanescente que despertam o interesse da comunidade petrolífera em continuar a fazer pesquisa neles.

A concessão de novas licenças resultante da assinatura destes contratos de exploração, de acordo com Manuel Vicente, vai gerar mais bónus de petróleo.

O contrato de pesquisa assinado caso seja bem sucedido poderá passar a fase de produção, podendo os investidores recuperar o investimento que estão a fazer.

Leesa Foster, pela Keer M’Gee, Arlindo Alves, pela OCEAN Angola Corporation e Manuel Vicente, pela Sonangol foram os signatários do contrato de partilha e produção do bloco 10.

O bloco 10, em águas rasas (até 250 metros de profundidade) vai ter três empresas, OCEAN Angola Corporation(actual Devon), como operadora com 35%, a Keer M’Gee

Oil & Gas Corporation e a Sonangol Pesquisa e Produção com 40%. O contrato tem um programa de trabalhos que inclui uma primeira fase de pesquisa de três anos. Esta fase vai incluir a perfuração de dois poços na fase inicial e outro adicional.

Exploração A petrolífera está presente em 15 das 22 licenças concedidas em Angola até hoje

Total atinge 380 mil barris de petróleo/dia

Fruto da entrada em funcionamento do Bloco 17, com uma extracção diária de 242 mil barris, a produção da petrolífera Total E&P Angola atinge 380 mil barris.

Este facto foi anunciado pelo director-geral da filial da Total em Angola, Hubert des Longchamps, durante um encontro com jornalistas sobre a actividade da companhia no país.

A companhia está presente em 15 das 22 licenças concedidas em Angola até hoje, designadamente em quatro zonas na qualidade de operadora: a parte onshore do Soyo (concessões Fina Sonangol e Fina Sonangol Texaco) e os blocos 3, 17 e 32, sendo uma das principais contribuintes para a produção de petróleo angolano.

O gestor apontou como uma das prioridades do trabalho da companhia, a segurança e o ambiente. Quanto à segurança, o grupo, a nível mundial, fixou para os próximos cinco anos a redução da taxa de acidentes.

Em termos ambientais, notou, prevê-se baixar o volume e a proporção de gás com efeito estufa nos próximos dez anos. Acrescentou que para os hidrocarbonetos rejeitados no mar, a Total E&P Angola continuará a seguir os regulamentos que limitam esses níveis, por forma a também reduzir os seus índices.

“Para a multinacional, que ostenta um capital social de 6 biliões 326 milhões 791 mil 340 euros, estes dois aspectos representam investimentos importantes”, frisou. Hubert Longchamps realçou o exemplo do Bloco 17, onde o grupo está proibido de queimar gás, “a menos que seja por razões de segurança”.

Indicou, como segundo exemplo, o FPSO (Navio para Pesquisa e Produção

Petrolífera) Girassol, cujo modelo de construção prevê a rejeição de gás com efeito estufa e não a sua queima.

No Bloco 0 (zero), actualmente operado pela Chevron, a Total E&P Angola conseguiu uma prorrogação da licença até ao ano 2030, com a condição de parar com a queima de gás. Para cobrir esse objectivo, disse, o grupo disponibilizou várias centenas de milhões de dólares.

A companhia exerce no país, uma actividade bastante variada que vai dos trabalhos em Onshore (ter-ra) muito tradicionais no Soyo (Zaire), passando pelo Bloco 3 das águas rasas, até ao offshore (mar) profundo, nos blocos 17 e 32.

Outras atenções da filial estão voltadas ao gás, concretamente no programa Angola LNG, onde a companhia tem uma participação de 13,6% ao lado da Chevron e Sonangol (36,4%), BP (13,6%) e ExxonMobil (13,6%).

O programa Angola LNG visa construir uma fábrica de liquefacção de gás. O objectivo é valorizar o gás angolano, designadamente recolhido em vários blocos.

Segundo maior produtor da África subsaariana, a Total com sede na capital francesa, Paris, é accionista e operadora da Refinaria de Luanda na qual a Sonangol é, ao mesmo tempo, fornecedora de crude e cliente. Esse pilar da economia angolana foi certificada pela Norma Internacional ISO 9001.

Hubert Longchamps prevê uma tendência de crescimento da produção operada (aquela onde a Total actua enquanto operadora) até ao ano 2010, mas antevê uma baixa no triénio 2004, 2005 e 2006 que tem como causa a retomada do sub-bloco 3/80 pela Sonangol.

Sobre a redução da produção para além de 2010, disse não fazer sentido hoje, por até agora não terem sido identificados os projectos que poderão manter os níveis produtivos nesse período.

Acerca do potencial petrolífero do país, disse ser importante reter que entre 2004 e 2008 a produção vai duplicar, passando de um milhão de barris por dia para mais de dois milhões em 2008.

Considerou essa referência importante por elevar Angola como o único país do mundo que em tão pouco tempo duplica a sua produção.

Sublinhou que o desenvolvimento estabelecido para o efeito será acompanhado do correspondente crescimento ecológico.

Essa década, referiu, marca um desenvolvimento particular em termos petrolíferos em

Angola, que começou no Kuito, Bloco 14, entre 1999 a 2000 e terminará em 2009 com o Pólo IM no Bloco 17, onde haverá um terceiro FPSO. O primeiro é o Girassol.

Financiamento Governo assina quatro acordos de 145,7 milhões de dólares do total disponível até 2006

050519 ja

335 milhões de dólares do BM e CE

Cândido Bessa

O Banco Mundial e a Comissão Europeia têm disponível para Angola 335 milhões de dólares, para o biénio 2005/2006. Ontem, as duas instituições assinaram com o Governo angolano quatro acordos (três de doações e um de crédito), num total de 145,7 milhões de dólares.

O acordo de financiamento, no valor de 50,7 milhões de dólares, refere-se à primeira fase do Projecto Multisectorial de Emergência e Reabilitação. Trata-se de um crédito concessional, que vai possibilitar a reabilitação de infra-estruturas no país. O programa prevê um financiamento adicional de 200 milhões de dólares, que serão disponibilizados em 2006. As taxas de juro situam-se nos 1,5 por cento e os prazos de reembolso podem chegar aos 50 anos.

Dos acordos de doação, destacam-se o apoio para a terceira fase do Fundo de Apoio Social (FAS), num valor de 57 milhões de dólares (45 milhões de Euros), disponibilizados pela União Europeia, mas que serão geridos pelo Banco Mundial. Trata-se de uma das maiores contribuições de capitais do Fundo Europeu de Desenvolvimento(FED), no quadro da Cooperação da Comissão Europeia com Angola. O total para esta terceira fase do projecto será de 125 milhões de dólares.

Outros dois acordo de doação referem-se ao projecto sobre o HIV/Sida, Malária e Tuberculose, no valor de 21 milhões de dólares, e outro, complementar ao Projecto Geral de Desmobilização e Reintegração, de 17 milhões de dólares.

Para a ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, que assinou os documentos em nome do Governo angolano, sublinhou que os projectos visam essencialmente o combate à pobreza no país.

A ministra elogiou o esforço dos parceiros do Governo, principalmente a Comissão Europeia e o Banco Mundial, pelo apoio no financiamento de projectos virados à melhoria da qualidade de vida das populações.

“Vamos trabalhar mais com os nossos parceiros, para que proximamente possamos assinar mais acordos de doação e de crédito com vista a apoiar o esforço do Governo no processo de reconstrução do país”, frisou a ministra, satisfeita com o culminar de anos de negociações.

O director do Banco Mundial em Angola e Moçambique, Michael Baxter, disse tratar-se apenas do início de uma cooperação que vai resultar na assinatura de outros acordos.

Esta é também a visão do chefe da Delegação da Comissão Europeia em Angola, Glauco Calzuola, que assinou igualmente ontem um acordo administrativo complementar com o director do Banco Mundial para Angola e Moçambique.

As duas instituições acordaram em constituir um “Trust Fund”, para financiar projectos direccionados aos grupos vulneráveis. O Fundo vai abranger 30 mil beneficiários.

Jornal de Angola
17 de Maio

050519 ja **Novas e muitas obras**

O vice-presidente do Banco de Importação e Exportação da China (Eximbank), Su Zohng, considerou, ontem, em Luanda, “excelentes” as relações de cooperação entre Angola e a China.

Su Zohng teceu estas considerações à imprensa depois de ter sido recebido em audiência pelo primeiro-ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos “Nandó”, no âmbito da sua visita de três dias a Angola, na sequência do financiamento de dois biliões de dólares que o Eximbank concedeu ao Governo angolano, através de um acordo assinado a 22 de Março de 2004.

Durante a audiência, Su Zohng disse ter feito com o primeiro-ministro Nandó uma avaliação dos trabalhos já efectuados no âmbito da linha de crédito do Eximbank, e trocado impressões sobre os passos a serem dados na sua fase posterior.

Ontem, o Governo angolano e o Eximbank assinaram 12 acordos individuais de financiamento para os sectores da Comunicação Social, Agricultura e Energia e Águas.

Nos acordos assinados, destacam-se projectos de reabilitação de infra-estruturas, abastecimento de água às populações, distribuição de energia e irrigação de perímetros agrícolas.

O vice-presidente do Eximbank afirmou que os referidos acordos marcam o início dos trabalhos para a implementação dos projectos. “Estamos dispostos a envidar todos os nossos esforços, juntamente com a parte angolana, para implementar esses projectos o mais rápido possível, de maneira a dar maior impulso à reconstrução do país”, garantiu Su Zohng.

A linha de crédito do Eximbank tem um prazo de reembolso de 12 anos e é a principal fonte de financiamento do programa de investimentos públicos do Governo para o período 2005/2007. O financiamento vai abranger nomeadamente a construção e reabilitação de infra-estruturas económicas e sociais destruídas durante a guerra.

Os três projectos já em curso, no valor total de 72,6 milhões de dólares, referem-se ao reforço e melhoria da rede de distribuição de energia eléctrica a Luanda, à aquisição de tractores e alfaías agrícolas e de equipamentos para a reabilitação de estradas terciárias e à compra de 1.500 veículos pesados, que serão entregues aos proprietários que perderam as suas viaturas durante o conflito armado.

Entre os 18 projectos que estão em fase de aprovação, que totalizam 886,8 milhões de dólares, encontram-se a construção de 18 institutos politécnicos, 17 institutos médios e 18 escolas secundárias, a reabilitação das redes de abastecimento de água a Luanda e ao Huambo, a modernização de quatro perímetros agrícolas e a reabilitação da estrada Luanda/Negage, na província do Uíje.

Os contratos ainda em fase de negociação, todos na área da saúde, incluem a construção de 10 centros de saúde e seis hospitais municipais e a reabilitação de quatro hospitais provinciais.

Integrated Regional Information Network (IRIN)

16 May 2005

Marburg outbreak not under control

LUANDA - As the death toll from the Marburg virus in Angola creeps up to the 300 mark, the World Health Organisation (WHO) has expressed concern at the current situation and is warning that the outbreak is not yet over.

Uige-based WHO spokesperson Aphiluck Bhatiasavi told IRIN on Monday that some recently-identified cases of the killer disease had not been linked to earlier cases, raising fears that the epidemic was not yet under control since it first appeared in October 2004.

"The outbreak is not over. We've seen new cases in new municipalities that don't have obvious links to earlier cases of Marburg. We are very concerned about the situation," she said, speaking by phone from the northern Angolan province where all cases have so far originated.

"We are trying to do as much tracing as possible. But some of the cases we have seen in the last 10 days don't have a clear link to previous cases," she added.

The rare haemorrhagic fever, which is from the same family as Ebola, is spread by body fluids including saliva, tears and blood. There is no specific cure and some 292 people have so far died from the 336 people who are known to have been infected.

Deputy Health Minister Jose Van Dunem said that no new cases had been reported in over 21 days in provinces other than Uige, indicating that the epidemic was "over" in most of Angola.

"We're having cases only in Uige city in the slums," he said. "We could say that [the epidemic] is over everywhere except Uige. But we need to maintain our surveillance system."

But convincing some communities to change their traditions in order to protect themselves from the communicable disease remained a serious challenge. "We're working hard on social mobilisation in communities in Uige, trying to motivate a change in behaviour," Van Dunem said.

"We have some cultural problems. People think if they don't bathe the dead body then they are not properly putting them to rest," he added.

Bodily secretions increase after death, making the corpses of Marburg victims highly contagious. Specialists say communities must adapt their burial traditions in order to stop the chain of transmission of the disease.

Bhatiasevi said some breast milk had tested positive for Marburg, prompting calls for mothers suspected of being infected to avoid breastfeeding or wet feeding other children. "If we get an alert from any suspected case of Marburg who may be breastfeeding, we try and convey the message to them," she said. "But we have to be very careful with this message as breast milk is one of the major food sources for children here," she added.

According to a joint WHO and health ministry statement, 44 percent of reported Marburg cases have been among children.

Criada comissão de desenvolvimento urbano de Luanda

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, exarou ontem dois despachos que tratam do desenvolvimento urbano da província de Luanda. No primeiro, o Chefe de Estado, tendo em conta a necessidade de se proceder à reorientação da actual organização urbanística da baixa de Luanda, revoga o despacho presidencial nº 9/03, de 5 de Maio de 2003, que criava a Comissão Intersectorial encarregue de elaborar um plano de requalificação daquela zona da capital.

No outro diploma, o Presidente José Eduardo dos Santos determina a criação de uma comissão técnica que terá por objectivo analisar previamente todos os projectos de desenvolvimento urbano da província de Luanda.

A referida comissão será coordenada por André Rodrigues Mingas Júnior, assessor para os Assuntos Locais e Regionais do Presidente da República, e integra o governador da província de Luanda, Job Pedro Castelo Capapinha, o vice-governador da província de Luanda para a Área Técnica, Bento dos Santos Fragoso Soito, para além de um representante do Ministério do Urbanismo e Ambiente e de outro do Gabinete de Reconstrução Nacional.

A Comissão Técnica tem por atribuição a elaboração de projectos para o desenvolvimento urbano da província e proceder à análise e emissão prévia de pareceres sobre os projectos de desenvolvimento urbano já em curso. Caberá também a este órgão apresentar propostas para alteração e melhoria do ordenamento urbano da província de Luanda.

O coordenador da comissão, que poderá solicitar a participação de outros especialistas, deverá apresentar ao Presidente da República um relatório de progresso periódico contendo as opções fundamentais para o desenvolvimento urbano da província de Luanda.

UN Integrated Regional Information Networks

May 17, 2005 Tuesday

Angola; Competition for Resources Brings Rising Political Tension

Recent tensions between Angola's ruling MPLA party supporters and members of the opposition,

UNITA, were more about competition for resources than political differences, a senior analyst said on Tuesday.

Martinho Chachiuva, Angola programme officer at the Electoral Institute of Southern Africa, told IRIN that while the number of reports of violence between the country's two main parties had increased in recent months, the conflict centred around access to limited resources, such as water and fertile land.

"The current tensions between the MPLA and UNITA are largely confined to the provinces, where there has been very little development. Therefore, it is almost a foregone conclusion that UNITA supporters, who are returning to their homes, are going to encounter animosity from local communities," Chachiuva explained.

Although Angola is Africa's second largest oil producer, 27-years of civil war turned the clock back on the country's development - especially in the rural areas - where a lack of social services exacerbates people's poverty.

According to UNITA's secretary for public administration, Alcides Sakala, the opposition party has written to the provincial governor of Moxico complaining about an incident in April, when MPLA militants allegedly ransacked UNITA's headquarters in the eastern town of Lumbala Nguimbo.

"This was not the first time such an incident occurred. We have asked the central authorities to make sure that their local representatives speak to their supporters on the ground to convince them of the need for tolerance," Sakala said.

A meeting with the authorities last week had raised hopes that "more would be done" to curb acrimony between activists of rival political forces in the region, which was badly affected by the civil war that finally ended in 2002.

"We agreed that further dialogue is needed to address this problem, especially since we are preparing for the elections next year. UNITA also impressed upon the government that it was important for local MPLA leaders to be told not incite their supporters by saying negative things about UNITA and other opposition groups," he told IRIN.

However, Chachiuva warned that politicians would be well-advised not to interpret isolated incidents of conflict as being wholly politically motivated.

"Yes, it is important to make sure that communities are made aware that ... [they should] respect opposing political views, but the government and UNITA must [also] look at social conditions on the ground in the areas affected by these tensions - communities are battling to cope with very little, which means that they will compete for resources," Chachiuva commented.

He pointed to the slow reintegration of former UNITA soldiers into society, noting that there were signs of growing frustration among ex-combatants.

"Although efforts have been made to provide the ex-fighters with skills and tools, so that they can make a living when they return to their communities, more needs to be done to deal with the bitterness some communities feel towards these soldiers," Chachiuva urged.

Earlier this year Human Rights Watch warned that the failure of the government to fully implement the demobilisation and reintegration programme might increase the risk of conflict between former combatants and local communities.

Angola's civil war finally came to an end when government forces trapped and killed UNITA leader Jonas Savimbi in February 2002. His remaining forces came out of the bush and laid down their weapons, and were promised government assistance to restart their lives as civilians.

World Markets Analysis

May 18, 2005

Authorities Report Return of Illegal Miners in North-East Angola

The Regional Commander of Police in Lunda Norte Province, Commissioner Elias Divulu, has claimed that foreign nationals engaged in illegal or unlicensed alluvial diamond mining have returned to the province, only a few months after the conclusion of 'Operation Brilliant', a year-long drive to expel more than 500,000 foreign 'garimpeiros' (self-employed miners) from the provinces of Bie, Kwanza Sul, Lunda Norte, Lunda Sul and Malange. In an interview broadcast on Radio Ecclesia, Divulu claimed that an unspecified number of DRCongolese garimpeiros had returned to work in Lunda Norte with the assistance of family members living in the province - usually Angolan nationals, a reflection of the long-implantation of DRCongolese communities in eastern Angola.

Significance: Despite government satisfaction with the way the operation was carried out, Global Insight has always doubted the capacity of the authorities to prevent the return of the garimpeiros. Although the Frontier Police now claim to control 98% of Angola's borders, the force also insists that it lacks the necessary resources to reinforce this control. It would appear that the porosity of the borders in the north-east continues to be a problem for the effective regulation of the diamond sector. However, recent remarks by Divulu's counterpart in the diamond-rich Bie Province to the south-west of Lunda Norte highlights another important feature of the informal diamond sector in Angola. Last month, the Bie police commander complained of the slow pace of operations by licensed alluvial mining operations in Bie. This is believed to be the consequence of a labour shortage resulting from Operation Brilliant's success.

Jornal de Angola

18 de Maio

Alfândegas prevê arrecadar 860 milhões

A Direcção Nacional das Alfândegas de Angola prevê arrecadar no decurso deste ano 860 milhões de dólares. O dado foi avançado pelo seu director nacional, Sílvio Burity, quando dissertava sobre "Reflexões sobre a gestão privada nos serviços aduaneiros em Angola" em alusão às 3ª jornadas tributárias encerradas em Luanda.

O dirigente alfandegário manifestou a pretensão das Alfândegas em prestar serviços eficazes, garantir excelente gestão administrativa, de acordo com os padrões internacionais e primar pela melhoria do grau de profissionalismo do seu pessoal.

É intenção daquele organismo minimizar os custos de exportação e oferecer melhoria na gestão financeira.

Ressaltou que o congestionamento dos portos e aeroportos deve-se a falta de infra-estruturas e de entrosamento entre diferentes estruturas estatais. Garante que todo este processo irá maximizar a arrecadação de receitas aplicando a lei aduaneira de forma justa e imparcial.

As evoluções verificadas a nível do comércio internacional preocupam os serviços de alfândegas e pretendem acompanhar a dinâmica do mercado em que estão inseridos, pois, assiste-se a um crescente movimento de agências tributárias, de forma isolada ou agregadas à direcção nacional das alfândegas e dos impostos.

Normalmente as alfândegas são tidas como responsáveis no combate ao terrorismo, e para contrapor

a esta evidência assegura a existência de alguns equipamentos com sistemas electrónicos de última geração empregues por alguns serviços aduaneiros no país.

“Ora, temos de analisar todos estes aspectos e encontrar mecanismos adequados para que nos períodos que se avizinham as alfândegas angolanas não fiquem muito atrás das outras de cariz internacionais”.

Para equacionar as questões focadas, foi elaborado um plano estratégico 2005-2010 para sustentar as reformas desenvolvidas até ao momento.

Devido a guerra que assolou o país, afirma Silvio Burity, as Alfândegas limitaram-se a gerir a zona litoral e “neste momento que conhecemos uma paz de quase três anos necessitamos estender a nossa acção a fronteira leste e nordeste do país que estão praticamente abertas”.

Esta intenção abrange os principais pontos de maior relevância de entrada de pessoas e de mercadorias sem controlo aduaneiro.

Programa de Apoio à Reconstrução deve abranger todo o país

Luanda, 19/05 - A coordenadora do Programa de Apoio à Reconstrução (PAR), em execução no país desde 1997, Ana Emília, disse hoje, em Luanda, que o referido projecto deve abranger todos os municípios do país, com vista a se desenvolver estas localidades em todos os domínios.

Segundo a responsável, o programa, que abrange neste momento 19 municípios dos 31 antes previstos nas províncias do Huambo, Bié, Huíla e Benguela, visa contribuir na criação de condições favoráveis ao desenvolvimento sustentável destas localidades, através da melhoria da qualidade da oferta dos serviços essenciais.

Para que isso aconteça, é necessário que a comunidade internacional ajude o governo angolano com a realização da conferência de doadores, para se obter fundos e resolver os problemas identificados nos municípios, que passam pela falta de infra-estruturas adequadas, reabilitação de estradas e centros de captação de água potável.

Ana Emília acrescentou que só desta forma os municípios irão se desenvolver ao mesmo nível das sedes provinciais, permitindo que os empresários nacionais e estrangeiros possam investir nestas regiões.

O PAR é um programa do Governo angolano, apoiado pela Comissão Europeia, que se inscreve no âmbito das acções propostas no decurso da mesa redonda de doadores, realizada na Bélgica em 1995, após a assinatura do Protocolo de Lusaka, com objectivo de melhorar as condições de vida das populações rurais da região do Planalto Central, avaliado em 55 milhões de Euros.

O programa teve início em 1997 nas quatro províncias com a implementação de projectos sociais, com maior incidência para as áreas onde as condições de segurança favoreciam, devido à instabilidade política que se vivia no país.

Nesta fase foram implementados programas de apoio à produção (distribuição de sementes), infra-estruturas de base e sociais (reabilitação de estradas, sistemas de distribuição de água e energia), e apoio institucional que incluía a reabilitação e fornecimento de equipamentos às estruturas locais.

Na fase seguinte foram efectuadas identificações participativas dos problemas nos municípios e priorização das acções que se desenvolvem neste momento: construção de escolas, reabilitação de estradas, pontes e sistemas de abastecimento de água.

O projecto tem o seu fim previsto para Dezembro de 2005.

Eximbank garante que vai priorizar financiamento de projectos governamentais

Luanda, 17/05 - O vice-presidente do Banco de Importação e Exportação da China (Eximbank), Su Zohohang, garantiu hoje, em Luanda, que a sua instituição irá priorizar o financiamento de projectos apresentados pelo Governo de Angola.

Em declarações a jornalistas, no final de uma audiência que lhe foi concedida pelo presidente da República, José

Eduardo dos Santos, Su Zohohang manifestou-se confiante de que os projectos uma vez implementados irão beneficiar todos os angolanos.

"Já assinamos acordos individuais de crédito relativos aos domínios de Energia, Águas, Transportes, Agricultura e Educação, e estamos assim convencidos de que com a sua implementação tudo irá correr bem", acrescentou.

De referir que na segunda-feira, 16, foram assinados, em Luanda, 12 acordos individuais entre o Governo angolano e o Eximbank, inseridos na linha de crédito chinês, estimada em dois bilhões de dólares.

Deste montante, sabe-se que os sectores da Energia e Águas beneficiarão de 240 milhões de dólares, enquanto o da Agricultura terá 200 milhões.

Com um prazo de reembolso de 12 anos, a linha de crédito da China constitui a principal fonte de financiamento do Programa de Investimentos Públicos do Governo de Angola para o período 2005/2007.

Criada Comissão Liquidatária da Associação ``AP Chitotolo``

Luanda, 15/05 - Um despacho do Ministro das Finanças, José Pedro de Moraes, cria a Comissão Liquidatária da Associação em Participação entre a ENDIAMA-E.P., a ITM, Limeted e a Lumanhe Mineira, Limitada, abreviadamente designada por "AP Chitotolo", criada por decreto nº 36/96, de 22 de Novembro.

Publicada na I Série nº 28 do Diário da República, de 07 de Março, a que teve hoje acesso a Angop, a medida precedeu a audições ao ministro da Geologia e Minas e ao Conselho de Administração da ENDIAMA-E.P.

No termo de 90 dias, contados do prazo de despacho (02 de Março), a Comissão deverá concluir o processo de liquidação.

Coordenado por Francisca de Jesus Monteiro Fortes, o grupo integra Sousa Isaac Dala e Edgar Diogo de Carvalho, em representação dos Ministérios das Finanças e da Geologia e Minas, respectivamente, além de Joaquim Manuel Baptista Moutinho, da AP Chitotolo.

Produção de café duplicará para 10 mil toneladas em 2006

Luanda, 19/05 - A produção de café no país vai aumentar de cinco mil toneladas para 10 mil em 2006, o dobro das quantidades produzidas no ano transacto, a garantia é do ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (Minader), Gilberto Buta Lutucuta.

"A quota do café em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) no país ainda é baixa, mas é a segunda depois da petrolífera. Esperamos que no próximo ano seja mais elevada", referiu o governante em declarações a Angop, em Luanda.

Questionado sobre as vantagens da produção de café, tendo em conta a grande concorrência no mercado mundial, o governante disse que existe uma grande massa de camponeses que tem o café como o seu meio de vida e não se podia quebrar a produção, tendo acrescentado que é necessário aumentar para que a quota de comercialização interna seja mais elevada em relação a actual.

Prosseguiu, dizendo que o objectivo é continuar a produzir para ser auto-suficiente e exportador.

Aventou, por outro lado, a possibilidade de se produzir também o café biológico, cuja produção não precisa de fertilizante nem insecticida. É um café puro e não causa problemas de saúde, reforçou Gilberto Lutucuta.

Ao falar sobre a dificuldade de escoamento e do preço do café produzido no interior de Angola, disse estar ligado a transportação que é muito dispendiosa por causa da falta de condições das vias de acesso aos locais de produção.

Ainda assim, adiantou que esforços serão feitos para facilitar o acesso as áreas de produção, bem como a transportação.

Explicou também que actualmente o preço da transportação é superior ao da produção do café.

O governante evocou que Angola já foi um grande produtor de café no plano mundial, atingindo várias vezes o quarto lugar na produção de café.

Além do café, realçou que o país já exportou milho, algodão e cisal como produto acabado.

Fora a produção de café, o ministro aludiu o potencial agro-pecuario do país, tendo considerado a região sul uma grande produtora de bovino por excelência e manifestou a vontade ver todos os sectores que intervêm na alimentação da população implementados para que a fome acabe no país e imediatamente se crie riquezas no meio rural, por forma a se tornar num polo atractivo para que as pessoas possam desenvolver as suas actividades socio-económicas.

Diplomata israelita advoga reforço da cooperação bilateral

Luanda, 16/05 - As relações de cooperação e amizade, entre Angola e Israel, vão ser reforçadas e alargadas, disse hoje, em Luanda, o embaixador israelita acreditado no país, Bahij Mansour.

O diplomata fez esta revelação numa conferência de imprensa alusiva as festividades do 57º aniversário da constituição do Estado de Israel e ao 10º da abertura da sua missão diplomática em Angola.

Durante estes 10 anos, a embaixada de Israel promoveu a implementação de diversos programas em Angola, virados particularmente para os sectores da Agricultura, Saúde, Educação e Defesa.

A mais ampla cooperação circunscreve-se à agricultura, com a implementação de dois grandes projectos agrícolas, momente no município do Wako-Kungo, província do Kwanza-Sul, e outro nos arredores de Luanda.

Segundo Bahij Mansour, as trocas comerciais entre os dois países estão avaliadas em mais de 500 milhões de dólares, com realce para a exportação de 200 milhões de dólares em petróleo angolano para Israel.

As perspectivas de cooperação entre os dois países são promissoras, "devido à relativa estabilidade vigente no Médio Oriente, factor que vai impulsionar o investimento israelita em Angola, diversificando-o por ramos de actividade, além de extensivo à todas províncias", garantiu.

No âmbito do relacionamento fraternal entre ambas Nações, a embaixada de Israel doou, na semana passada, mais de 50 caixas de medicamentos diversos ao Ministério da Saúde, para acudir as populações expostas ao risco de contágio pelo vírus de Marburg.

O embaixador Bahij Mansour termina a sua missão em Angola no próximo mês de Julho.

Consórcio espanhol apresenta tecnologia de gestão de segurança tecnológica

Luanda, 18/05 - Um sistema de controlo de segurança, que permite aos técnicos ter acesso ao serviço a partir de qualquer parte do mundo, e com aplicações nos sectores industrial, comercial, naval e de distribuição de energia, foi apresentado terça-feira, em Luanda, por um consórcio espanhol que já utiliza a ferramenta para rastrear viaturas em campos de exploração diamantífera da ENDIAMA.

Denominada Ingeras, a tecnologia proporciona uma assistência rápida e segura porque é capaz de autonomamente detectar avarias no seu sistema, fazer um registo e em tempo real notificar o pessoal técnico através de um e-mail ou mensagem telefónica.

Segundo o engenheiro Gaizka Landa, do Grupo Bascotecnia/Ingelectric, que lançou o produto, a grande particularidade do software reside no facto de poder se alterar pelo cliente, optimizando-o às características da sua empresa, suas necessidades e interesses.

De acordo com ele, esta tecnologia está igualmente a ser utilizada na Espanha e na China, onde foi adaptado à gestão de faróis em alguns portos destes países, eliminado a necessidade da presença física de um técnico para ligar ou desligar as luzes e tratar da sua manutenção.

"Com a utilização deste sistema pode-se até alterar os códigos de acesso a caixa-fortes a partir de qualquer parte do mundo sem a necessidade do responsável pela segurança se deslocar ao país onde tem guardado os seus bens", acrescentou.

Por utilizar comunicações via satélite, esta ferramenta pode ainda ser usado para videoconferências, e-mail, acesso à internet, roaming de segurança e a troca de informações com especialistas de outros pontos do mundo em tempo real.

O sistema coloca à disposição dos clientes um acesso personalizado de informações, onde se pode consultar planos de instalação e manuais de software e hardware instalados.

Primeiro-ministro e vice-presidente do Eximbank avaliam cooperação

Luanda, 16/05 - O primeiro-ministro angolano, Fernando da Piedade Dias dos Santos, recebeu esta segunda-feira, em audiência, o vice-presidente do Eximbank chinês, Su Zhong, com quem passou em revista as acções de cooperação em curso.

Su Zhong disse à imprensa que o encontro serviu, nomeadamente, para uma avaliação das acções já implementadas e a implementar no âmbito da linha de crédito de dois biliões de dólares que esta instituição bancária chinesa de importação e exportação tem aberta com Angola.

Ela destina-se a financiar projectos de reabilitação de infra-estruturas, bem como outras acções nos domínios da Agricultura, Energia, Águas e Educação.

O vice-presidente do Eximbank, que hoje mesmo assinou, com o ministro angolano das Finanças, José Pedro de Moraes, 12 acordos individuais de crédito, no âmbito desta mesma linha de financiamento, assegurou que este acto marca, de facto, o início do processo de implementação dos projectos em carteira.

"Nós estamos dispostos a envidar todos os esforços para a implementação destes projectos o mais rápido possível, por formas a acelerarmos a reconstrução nacional de Angola, com vista à melhoria do nível de vida do povo angolano", disse Su Zhong.

De recordar que esta linha de crédito enquadra-se no âmbito do acordo de cooperação económica e comercial que o Governo angolano rubricou em 2003 com o EximBank, um acto demonstrativo do exemplo das excelentes relações de cooperação com a República Popular da China.

Empréstimo chinês terá efeitos na vida do cidadão - diz Agualdo Jaime

Luanda, 16/05 - Os angolanos passarão a sentir os efeitos do empréstimo bancário feito pelo Governo angolano ao banco chinês, "Eximbank", quando as pontes, estradas, redes eléctricas escolas e hospitais forem construídos em todo o país, considerou hoje, em Luanda, o ministro adjunto do primeiro ministro, Agualdo Jaime.

A construção destas infra-estruturas, de acordo com o governante, que falava à margem da cerimónia de assinatura de 12 acordos individuais de crédito entre o Governo angolano e o EximBank, permitirão o relançamento da economia nacional.

Segundo frisou, a realização de projectos viáveis depende em grande medida de um fornecimento fiável de água e energia, razão pela qual se tem apostado na construção de infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento do país.

Apesar de reconhecer a impaciência dos cidadãos quanto a implementação dos programas, disse que a execução dos mesmos leva o seu tempo.

Por sua vez, o presidente do conselho de administração do Banco de Comércio e Indústria, Generoso de Almeida, disse que os bancos locais vão tratar de todo o expediente quer nas relações com o cliente interno (angolano) e externo (chinês), através do Eximbank. "Os bancos nacionais vão utilizar os seus meios de certificação e transferência de valores para o exterior"- frisou.

Os acordos foram assinados pela parte angolana pelo titular das Finanças, José Pedro de Moraes, enquanto por parte do EximBank rubricou o seu vice-presidente, Su Zhong.

A linha de crédito concedida pelo Eximbank, estimada em dois biliões de dólares, vai consumir nesta sua primeira fase de implementação um bilião de dólares, sendo o restante para a segunda fase e tem um período de reembolso de 12 anos.

Nesta primeira fase de implementação do crédito chinês, além da agricultura, estão a ser priorizados também os sectores da Energia e Águas, Obras Públicas, Saúde, Comunicação Social e Educação.

No domínio das obras públicas vão ser priorizados a reabilitação completa da estrada que liga a capital do país a cidade do Negage (provincia do Uije), passando pelas cidades de Caxito e Uíge, numa extensão de 371 quilómetros, incluído a feitura de obras de arte neste troço.

No domínio da educação, foram projectados a construção e apetrechamento de 31 institutos médios, 15 escolas secundárias do II e III níveis, em várias províncias do país. Na área da Saúde estão já adjudicados a reabilitação de quatro hospitais provinciais, seis municipais e 10 centros de saúde.

A linha de crédito chinês, cujo acordo foi rubricado em Março de 2004, constitui a principal fonte de financiamento do programa de investimentos públicos para o biénio 2005-2007.

Autorizada Constituição de Associação em Participação

Luanda, 16/05 - O Ministério da Geologia e Minas autorizou a constituição da Associação em participação entre a ENDIAMA-E.P., a Sundland Mining, Limitada, e a Pusan Finance, Limited, segundo Decreto Executivo nº14/05, publicado em I Série, do nº 18 do Diário da República.

Na edição, hoje consultada, a Angop apurou ter sido igualmente aprovado o Contrato de Prospeção, Pesquisa e Reconhecimento de Diamantes, entre as associadas.

O órgão oficial refere ainda que a ENDIAMA-E.P. são concedidos os direitos mineiros de Prospeção, Pesquisa e Reconhecimento na Área definida no Contrato.

Salienta ainda que a anuência responde a orientação do Governo no sentido da participação dos investidores nacionais e estrangeiros no desenvolvimento da indústria extractiva de diamantes, no quadro da nova política de atribuição de direitos mineiros de Prospeção e Exploração.

No interesse da participação da ENDIAMA-E.P. em projectos que contribuam para a produção e valorização dos recursos diamantíferos, com vista ao desenvolvimento económico-social do país, a Sunland Mining, Limitada, e a Pusan Finance, Limited, foi-lhes reconhecida capacidade técnica e de agenciamento de recursos financeiros para execução de programas de Prospeção, Pesquisa e Reconhecimento de Jazigos de diamantes.

Agricultura recebe cerca de 200 milhões de dólares do crédito chinês

Luanda, 16/05 - O programa de extensão e desenvolvimento rural e os projectos de irrigação dos perímetros agrícolas da Cela, Capanda, Caxito e Moxico foram contemplados com cerca de 200 milhões de dólares nesta primeira fase de implementação da linha de crédito Chinesa.

A aprovação destes projectos aconteceu hoje durante a cerimónia de assinatura de 12 acordos de créditos individuais dos sectores da Agricultura, Energia e Aguas, Educação e Comunicação Social, entre o Governo de Angola e o EximBank-Banco Chines de Importação e Exportação.

De acordo com o ministro da Agricultura e do desenvolvimento Rural, Gilberto Buta Lutucuta, os projectos contemplam a construção de infra-estruturas dos perímetros a irrigar e inputs agrícolas, como aquisição de tractores, construção de casas, entre outras.

Pela parte angolana assinou os acordos o titular das Finanças, José Pedro de Moraes, enquanto por parte do EximBank rubricou o seu vice-presidente, Su Zohong.

A linha de crédito concedida pelo Eximbank, estimada em dois biliões de dólares, vai consumir nesta sua primeira fase de implementação um bilião de dólares, sendo o restante para a segunda fase e tem um período de reembolso de 12 anos.

Nesta primeira fase de implementação do crédito chinês, além da agricultura, estão a ser priorizados também os sectores da Energia e Aguas, Obras Públicas, Saúde, Comunicação Social e Educação.

Em relação ao Sector da Comunicação Social, o valor, não revelado, será aplicado na construção do Centro de Produção da Televisão Pública de Angola (TPA), a situar-se na localidade do Camama, município do Kilamba-Kiixi (Luanda), e do Centro Emissor da mesma estação, no município de Viana.

No domínio das obras públicas vão ser priorizados a reabilitação completa da estrada que liga a capital do país a cidade do Negage (província do Uíge), passando pelas cidades de Caxito e Uíge, numa extensão de 371 quilómetros, incluído a feitura de obras de arte neste troço.

No domínio da educação, foram projectados a construção e apetrechamento de 31 institutos médios, 15 escolas secundárias do II e III níveis, em várias províncias do país. Na área da Saúde estão já adjudicados a reabilitação de quatro hospitais provinciais, seis municipais e 10 centros de saúde.

A linha de crédito chinês, cujo acordo foi rubricado em Março de 2004, constitui a principal fonte de financiamento do programa de investimentos públicos para o biénio 2005-2007.

Sector da Energia e Águas beneficia de USD 240 milhões no âmbito do crédito chinês

Luanda, 16/05 - O sector da Energia e Águas de Angola vai beneficiar de 240 milhões de dólares americanos, no âmbito de seis dos 12 acordos individuais de crédito assinados hoje, em Luanda, pelo Governo angolano e o EximBank- Banco Chinês de Importação e Exportação.

A assinatura destes acordos inserem-se na linha de crédito chinês estimada em dois biliões de dólares. Dos projectos aprovados na área de Energia, destaque vai para a construção de duas linhas de transporte de energia de 220 kilovolts para a capital do país, sendo uma Luanda/Cambambe e outra Capanda/Luanda.

Segundo o ministro da Energia e Águas, Botelho de Vasconcelos, constam igualmente intervenções de extensão e reabilitação da rede de distribuição de electricidade de Luanda, bem como serviços de reabilitação e modernização das subestações do Cazenga e Viana.

Para o sector das Águas, esclareceu, aprovou-se um projecto que consiste no desenvolvimento do Sistema I - para a melhoria de abastecimento de água à cidade de Luanda. Botelho de Vasconcelos referiu que as empresas que vão executar os projectos já estão seleccionadas. As equipas técnicas, notou, terão que se deslocar à China para a escolha dos equipamentos.

Governo aprova proposta de USD 85 milhões para o registo eleitoral

Luanda, 14/05 - O Governo aprovou sexta-feira, em Luanda, a proposta de 85 milhões de dólares para o orçamento referente ao registo eleitoral para as próximas eleições gerais no país, numa sessão extraordinária realizada sob orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

Um comunicado de imprensa emitido no final da reunião do Conselho de Ministros refere, contudo, que a proposta de orçamento global, para as eleições gerais, só será aprovada depois de constituída a Comissão Nacional Eleitoral (CNE).

Por outro lado e ainda no âmbito do processo eleitoral, o Conselho de Ministros tomou conhecimento do relatório das acções executadas nesta fase preparatória, pela Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral.

Sobre o Programa Legislativo, igualmente aprovado, o comunicado salienta que o mesmo "visa a elaboração de instrumentos jurídicos indispensáveis para a execução dos objectivos enunciados no Programa Geral, tais como a consolidação da paz e a reconciliação nacional, a edificação das bases para a construção de uma economia nacional integral e auto-sustentada, o estabelecimento da Administração Central do Estado em todo o território nacional, o desenvolvimento de recursos humanos e a consolidação do processo democrático".

A sessão aprovou igualmente os critérios de elegibilidade, bem com as regras e os procedimentos que devem reger o processo de subcontratação de empresas angolanas para a realização de sub-empreitadas, no âmbito do acordo de empréstimo, celebrado entre o Governo de Angola e o Eximbank da República Popular da China.

A resolução estabelece que a selecção das empresas angolanas será feita por consenso restrito entre as empresas constituídas há mais de dois anos, que tenham a sua situação jurídica, fiscal e contabilística regularizada e revelem capacidade técnica.

O Conselho de Ministros autorizou o Ministério da Energia e Águas, em nome do Governo da República de Angola, a assinar a alteração do artigo 6º do Memorando Intergovernamental sobre a POOL de Energia Eléctrica da África Austral, que reúne todas as empresas nacionais de electricidade da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

A alteração do referido artigo visa possibilitar a participação das empresas produtoras e fornecedoras de energia eléctrica privadas, ao lado de empresas públicas nacionais.

Relativamente à alteração ao estatuto orgânico da Ordem dos Advogados de Angola, estabeleceu-se que o período máximo para a conclusão de estágio é de 3 anos, findos os quais, o estagiário tem de iniciar nova aprendizagem.

Governo angolano e EximBank assinam 12 acordos de crédito

Luanda, 16/05 - O Governo angolano e o EximBank- instituição bancária de importação e exportação chinesa - assinaram hoje 12 acordos individuais de crédito, no âmbito da linha de financiamento chinês estimado em dois biliões de dólares.

Os acordos, destinados a financiar projectos nos domínios da Agricultura, Energia e Águas, Educação e Comunicação Social, foram rubricados pelo ministro angolano das Finanças, José Pedro de Moraes, enquanto pelo EximBank assinou o seu vice-presidente, Su Zohong.

Segundo José Pedro de Moraes, os protocolos assinados representam um passo significativo para a implementação do acordo de cooperação económica e comercial que o executivo angolano rubricou em 2003 com o EximBank.

Esta assinatura, acrescentou, além de representar o trabalho árduo realizado por parte do Governo e do EximBank, demonstra o exemplo das excelentes relações de cooperação entre os dois estados.

Na óptica do ministro angolano das Finanças, este acordo é apenas o início de uma cooperação de longo prazo e sem pré-condições. "Esperamos continuar com este mesmo ritmo e compromisso, para que num futuro próximo os restantes projectos possam ter os seus acordos individuais de créditos rubricados", sublinhou.

Para o vice-presidente do EximBank, Su Zohong, os acordos ora rubricados representam uma nova época da cooperação entre os dois estados. Acrescentou que o EximBank está apostado em promover o intercâmbio entre os dois estados.

Conselho de Ministros aprova protocolos da SADC

Luanda, 13/05 - O Conselho de Ministros, reunido desde o meio da manhã de hoje no Palácio Presidencial, à Cidade Alta, aprovou os Protocolos da SADC contra a Corrupção, sobre Assuntos Jurídicos, Extradicação e Auxílio Judiciário em Matéria Penal.

Foi igualmente aprovado o projecto de decreto que altera o Estatuto Orgânico da Ordem dos Advogados de Angola (OAA), bem como o Memorando de Entendimento entre os Governos da pool de energia eléctrica da África Austral.

Na sessão, que decorre sob a presidência do chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, aprovaram-se também os projecto de decretos sobre a atribuição de suplemento remuneratórios aos titulares de cargos políticos, a protecção na velhice, a morte, maternidade, assim como de subsídio de funeral e o regime jurídico sobre acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Conselho de Ministros aprova programa legislativo 2005/2006

Luanda, 13/05 - O Conselho de Ministros, reunido desde às 09h30 minutos de hoje, sob orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, aprovou o projecto de resolução do programa legislativo do Governo para o período 2005/2006.

Na sessão, que termina ainda hoje, foi igualmente aprovado o projecto de resolução que autoriza a sub-contratação de empresas nacionais no âmbito da linha de crédito do Eximbank da China, bem como o projecto de decreto que regula a atribuição de subsídio de renda habitacional aos titulares de cargos políticos.

O órgão colegial analisou ainda o balanço do programa legislativo do Governo, referente a 2004.

Aprovado Acordo de Financiamento para o Desenvolvimento

Luanda, 15/05 - O Conselho de Ministros aprovou o Acordo de Financiamento para o Desenvolvimento, segundo resolução da sua Comissão Permanente, publicada na I Série do Diário da República nº 28, de 07 de Março último.

A celebrar entre a Associação para o Desenvolvimento Internacional do Banco Mundial (BM) e o Governo de Angola, o pacote integra um crédito de 16.300.000.00 de Direitos Especiais de Saque (DES), equivalente a USD 24.900.000.00 e uma doação de 16.000.000.00 (DSE), cerca de 25.800.000.00 dólares, destinados a financiar parte da Fase I do Programa de Recuperação Multisectorial.

A resolução, assinada pelo Primeiro-Ministro Fernando da Piedade Dias dos Santos, confere poderes para assinatura do referido Acordo à Ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, com direitos a substabelecer.

Segundo o órgão oficial, o Governo declara como válidas e legalmente vinculativas à República de Angola as obrigações a assumir no Acordo

MPLA e UNITA reafirmam compromisso da manutenção da paz

Luanda, 13/05 - As delegações do MPLA (partido no poder em Angola) e da UNITA (maior da oposição) reiteraram hoje, em Luanda, o seu compromisso de trabalhar no sentido da credibilização do processo eleitoral e na garantia da realização do pleito com celeridade, transparência e imparcialidade.

Esta determinação está contida no comunicado aprovado no final de um encontro bilateral, na sequência da abordagem de aspectos sobre "A intolerância política e segurança das populações", "Princípios da estabilidade e confiança no futuro" e "Confiança no processo eleitoral".

O encontro, promovido por iniciativa do MPLA, decidiu ainda trabalhar e orientar as estruturas e militantes dos respectivos partidos no sentido de assumirem uma postura e atitude que incentivem o respeito pela diferença, tolerância e convivência pacífica.

Recomendou às estruturas de direito uma intervenção mais efectiva e oportuna do mecanismo bilateral na apreciação e esclarecimento de incidentes de índole política que têm ocorrido em algumas localidades do país.

Neste sentido, os dois maiores partidos no Parlamento assumiram o compromisso da manutenção de um diálogo regular e plural, com vista a aprofundar os princípios que conduzam ao reforço da estabilidade e confiança entre os angolanos no futuro.

A delegação do MPLA, integrada pelos secretários para a Informação e Assuntos Políticos e Eleitorais, Norberto dos Santos "Kuata Kanawa", e João de Almeida Martins (Jú), respectivamente, bem como o chefe da bancada parlamentar, Bornito de Sousa, foi chefiada pelo seu secretário-geral, Julião Mateus Paulo "Dino Matrosse".

A comitiva da UNITA, por sua vez, foi dirigida igualmente pelo seu secretário-geral, Mário Vatuva, e contou com a participação do secretário para a Informação, Adalberto da Costa Júnior.

Participaram também na reunião o vice-presidente do grupo parlamentar da UNITA, Domingos Daniel Maluka, e os membros da direcção deste partido, Abel Chivukuvuku, Isaías Tchindombe e Horácio Jujunvile

Anúncio da produção de petróleo este ano no campo do Sanha foi destaque da semana

Luanda, 14/5 - O anúncio segundo o qual o campo petrolífero do Sanha, descoberto há sete anos pela companhia Chevron, começa a produzir petróleo, ainda este ano, foi um dos assuntos que constituiu destaque do noticiário económico na semana que hoje finda.

A informação foi avançada pelo director de políticas governamentais da multi-nacional, Fernando Paiva, à margem do Seminário sobre a Indústria Petrolífera, que decorreu na capital angolana.

O responsável referiu terem sido, nos últimos dois anos, realizados estudos para o desenvolvimento desse campo petrolífero. Constituído por três plataformas, o campo do Sanha vai produzir gás, além de petróleo, o que, segundo ele, levou tempo para descobrir as formas técnicas de resolver esse problema.

Ainda nesta semana, a companhia petrolífera ChevronTexaco, que em Angola opera nos Blocos 0, 2 e 14, mudou a sua designação oficial para Chevron, por considerar estar concluído o processo de integração da Texaco nas suas estruturas. Iniciado há alguns anos, o processo de integração visou dar maior rentabilidade à produção da companhia e, de acordo com o director de políticas governamentais da Chevron, Fernando Paiva, a projecção no mercado petrolífero mundial será maior.

Um outro tema que mereceu destaque nos últimos sete dias foi a realização das jornadas técnicas sobre avicultura, em Luanda, tendo, na abertura do evento, o ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Gilberto Lutucuta, defendido a necessidade de um maior investimento no sector da avicultura, visando o aumento da produção e combate à fome e à pobreza no país.

Para o governante, essa actividade tem um impacto imediato na vida das populações e, por isso, deve estar na

primeira linha das acções de luta contra a fome e a pobreza em Angola.

Na óptica do titular da agricultura, o país possui potencialidades e capacidades reais que, uma vez relançadas em bases modernas de vocação comercial ou de subsistência, pode, a curto e médio prazos, cobrir as necessidades em termos de abastecimento de frangos e ovos.

Os participantes nas jornadas técnicas sobre a avicultura recomendaram a adopção de estratégias para o desenvolvimento da actividade avícola, adaptadas às condições actuais do mercado nacional, para evitar a dependência do exterior, relativamente aos principais factores de produção.

Foi igualmente recomendado o aumento da produção interna de cereais (milho), para apoiar a actividade avícola, bem como o surgimento de pequenas e médias empresas avícolas, como forma de fomentar o emprego.

A semana ficou igualmente marcada com a retomada dos voos da TAAG Luanda/Lusaka, cancelados há cerca de oito anos, devido à guerra, fundamentalmente no leste, que o país viveu. Os voos serão efectuados todas as semanas às sextas-feiras.

Na ocasião, o director do gabinete de imagem da transportadora aéreas angolana (TAAG), Anastácio Fernandes, disse que a retomada das ligações áreas entre Luanda e Lusaka vai servir os interesses dos povos angolano e zambiano.

Segundo o porta-voz da TAAG, ao tomar da palavra na cerimónia de reabertura da rota Luanda/Lusaka, depois de cerca de oito anos de paralisação, "este voo vai permitir que a história dos dois povos, que compartilham vastos quilómetros de fronteira, possa permanecer cada vez mais ligada aos objectivos dos povos africanos, aos interesses das duas comunidades".

Por sua vez, o Secretário Permanente do Ministério dos Transportes da Zâmbia, Bob Samakay, frisou que abertura da linha Luanda/Lusaka poderá incentivar o governo zambiano ao lançamento de uma rota da sua companhia aérea nacional que ligue aquele país a Angola.

Ainda durante a semana, o director nacional do comércio Interno, Gomes Cardoso, disse que o ministério do Comércio de Angola está a trabalhar na adaptação da sua política comercial, já aprovada pelo Governo, aos parâmetros internacionais aceites, estratégia que será objecto de análise, em Fevereiro de 2006, junto da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Gomes Cardoso, que falava à Angop, à margem da abertura do curso de "Desenvolvimento e Capacitação para Negociadores Comerciais", frisou que estão a ser congregados esforços entre os sectores comerciais, produtivos, económicos, financeiros e empresariais, visando adequar esta política à realidade angolana.

Constituiu também destaque do noticiário económico a visita do Secretário Executivo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), Luís Matos Fonseca, ao país, que na oportunidade, declarou que o Centro de Excelência em Desenvolvimento Empresarial está em condições para receber os primeiros estudantes dos países da Comunidade.

"As condições estão criadas, falta apenas passar para a formação que está a depender de algumas diligências de carácter administrativo, mas pensamos a breve trecho resolvê-las e possivelmente no verão do ano em curso, altura da reunião do Conselho de Ministros da Comunidade inaugurar o Centro", referiu o responsável, ao falar à imprensa após uma visita efectuada ao local.

A realização da conferência sobre Globalização e Desenvolvimento", numa promoção da Universidade Católica de Angola e da fundação alemã Frederick Ebert, foi um outro destaque na semana que hoje finda. No evento, o economista Justino Pinto de Andrade frisou que Angola deve escolher as melhores vias para contribuir positivamente para o progresso da ciência e da técnica no mundo.

Para si, Angola deve investir seriamente na investigação e pesquisa científica, por forma a contribuir de forma activa no processo de globalização mundial.

Angola: Emergency Multisector Recovery Program

WASHINGTON - The following project was approved today by the World Bank's Board of Executive Directors:

IDA GRANT AMOUNT: US\$25.8 million

IDA CREDIT AMOUNT: US\$24.9 million

TERMS: Grace period = 10 years; Maturity = 40 years

PROJECT DESCRIPTION: The objective of this project is to help build the foundation for long-term reconstruction, economic rehabilitation, and the re-establishment of state administration throughout the country. The program will assist the government of Angola to improve rural incomes and enhance food security in the provinces most affected by the country's 27-year old civil war which ended in 2002. It will also help improve access to elementary education and essential health services; reconstruct and rehabilitate critical infrastructure; and strengthen the capacity of government at all levels to formulate, prepare, implement, and manage medium and long-term development programs. *For more information, please call Herbert Boh at (202) 473-3548 or email hboh@worldbank.org.*

Angola: World Bank Provides Support For Emergency Multisector Recovery Program

Media Contacts

In Washington:

Herbert Boh

(202) 473 3548

hboh@worldbank.org

In Launda:

Ana Maria Carvalho

(244-2) 39- 007/ 394-877

acarvalho1@worldbank.org

In Washington D.C. February 17, 2005 – The World Bank's Board of Executive Directors today approved an International Development Association (IDA) grant of US\$25.8 million and a credit of US\$24.9 million to the government of Angola to help build the foundation for long-term reconstruction, economic rehabilitation, and the re-establishment of state administration throughout the country.

Co-financing of US\$32 million equivalent is expected from the government and parallel financing of US\$9 million equivalent is expected from a number of donors for the same program.

The overall objective of the program, to be implemented in two phases, is to assist the government of Angola to improve rural incomes and enhance food security in the provinces most affected by the country's 27-year old civil war which ended in 2002.

It will also help improve access to elementary education and essential health services; reconstruct and rehabilitate critical infrastructure; and strengthen the capacity of government at all levels to formulate, prepare, implement, and manage medium and long-term development programs.

The program will help revive the economy and integrate the country by restoring vital transportation links and supporting provision of basic public services to the population. During Phase 1, it will focus on activities to revive agriculture, provide essential drugs, provide teaching and learning materials, and restore water services in Luanda and three provincial capitals.

During Phase 2 the program will support rehabilitation or construction of schools, health facilities, rural feeder roads, trunk roads, electricity services, urban infrastructure, rural water and water supply to provincial capitals.

The program will contribute towards the macroeconomic stability in Angola and help jumpstart reconstruction efforts in the wake of the country's devastating civil war.

The economy of Angola has benefited from higher international oil prices and the prospect is that oil production will double over the next two years, reaching some 2 million barrels a day by early 2007. The favorable economic outlook has also attracted a significant volume of Foreign Direct Investment (FDI).

The credit is on standard International Development Association (IDA) terms. The credit's maturity period is 40 years, including a 10-year grace period.

Barclays has been in talks over Absa since September 2004. Barclays has won approval from South Africa to make a bid for Absa, the country's biggest retail lender. South African Finance Minister Trevor Manuel gave the green light for the £2.8bn (\$5.3bn) deal on Sunday.

The deal would mark the biggest single foreign investment in South Africa, and make Barclays Africa's largest bank. The UK bank is reported to have raised its offer to win support from Absa shareholders. The two are expected to formally unveil the deal on Monday.

'Potential benefits'

A successful bid would bring Barclays back to the South African consumer market for the first time in 19 years.

The UK bank backed out of mainstream banking in South Africa in 1986 after protests about its dealings with the apartheid regime.

The UK bank upped its offer - originally 80.80 rand a share or £2.8bn (\$5.3bn) in all - to 83.30 rand a share including a special dividend, according to news agency Reuters.

Mr Manuel, announcing his approval at a news conference in Johannesburg, said the potential benefits of a Barclays/Absa tie-up outweighed any potential risks or disadvantages.

A finance ministry statement said it was a "vote of confidence in the country's significant political, economic and social progress over the past decade".

Observers said approval could open the door to other foreign investments.

"The confluence of Barclays and a variety of other small deals attest to the potential for profit in the local market and more broadly in Africa," said Goolam Ballim, an economist with Standard Bank group.

"These are the early stages of a more forceful pipeline of foreign acquisitions in the local market."

On the table

At present, Barclays' offer remains a proposal, rather than a formal bid.

The bank wants to buy 60% of Absa, and has already secured the agreement of Sanlam and Rengro, which between them own about 30%.

Other key minority stakeholders such as insurance group Axa still require convincing, according to the UK's Observer newspaper.

Barclays says it will be able to find cost savings of as much as 1.4bn rands (\$232m) thanks to its skills in, for instance, the credit card market - which remains under-developed in South Africa.

Jornal de Angola

16 de Maio

Igreja Católica não se deixa intimidar por actos de vandalismo em Cabinda

A Igreja Católica não se vai deixar intimidar com os actos de violência protagonizados por supostos fiéis que contestam a nomeação pelo Papa João Paulo II de Dom Filomeno Vieira Dias para presidir à Diocese de Cabinda.

O facto foi reiterado neste fim de semana pelo Núncio Apostólico, Dom Ângelo Baccio, quando efectuava uma visita de trabalho a Cabinda, durante a qual a viatura em que seguia foi apedrejada por supostos fiéis contestatários.

Segundo noticiou a Voz da América, Dom Ângelo Baccio não apenas disse que o Vaticano não vai mudar a sua posição, como deixou claro que Dom Filomeno Vieira Dias tomará posse como novo bispo de Cabinda, numa data não muito distante, para defender os mais fracos e os direitos humanos.

A hierarquia católica instaurou em Março último um inquérito na sequência de incidentes ocorridos durante uma missa crismal em que algumas pessoas apedrejaram e vaiaram D. Damião Franklim, administrador apostólico da Diocese de Cabinda e presidente da Conferência Episcopal de Angola e S. Tomé (CEAST).

A 11 de Fevereiro, o Papa João Paulo II nomeou D. Filomeno Vieira Dias, então bispo auxiliar de Luanda, para bispo de Cabinda.

Enquanto se aguarda a tomada de posse do novo bispo, D. Damião Franklim, natural de Cabinda, foi nomeado administrador apostólico da diocese, que acumula com o cargo de Arcebispo de Luanda.

Na sequência das acções de violência contra Dom Damião Franklin, a CEAST emitiu um comunicado em que lamenta "a atitude inesperada e estranha dos irmãos de Cabinda em recusarem a nomeação feita pelo Santo Padre ao prover de Pastor próprio esta Diocese irmã".

Nesse documento, os bispos lembram que é normal na Igreja que o bispo de uma diocese seja oriundo duma diocese diferente, considerando grave que "círculos alheios à fé cristã e católica queiram instrumentalizar e subordinar à política a própria autoridade da Santo Padre, sucessor do Apóstolo Pedro".

Nesse sentido, a CEAST salienta que, nas horas difíceis da sua história, "sempre apelou ao diálogo como via segura para dirimir conflitos".

Comunicação Social vai beneficiar de financiamento chinês 050516 JA

O Governo de Angola e o Eximbank assinam hoje, em Luanda, 12 acordos individuais de financiamento para os sectores da Comunicação Social, Agricultura e da Energia e Águas.

Para tal, chegou ontem de manhã a Luanda o vice-presidente do Eximbank, Su Zohng, para uma visita de três dias a Angola, na sequência do financiamento de dois biliões de dólares que esta instituição bancária chinesa concedeu ao Governo angolano.

Segundo o porta-voz do Ministério angolano das Finanças, Bastos de Almeida, os 12 acordos serão rubricados pelo ministro das Finanças, Pedro de Moraes, e pelo vice-presidente do Eximbank, Su Zohng.

Com a assinatura destes 12 acordos, prosseguiu Bastos de Almeida, o Governo completa a primeira fase do financiamento com o engajamento de um bilião dos dois biliões de dólares do empréstimo concedido pelo Eximbank.

O programa da visita de Su Zohng inclui um encontro com o primeiro-ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos “Nandó”, tendo ainda prevista uma visita aos estaleiros dos Caminhos de Ferro de Luanda, cuja reabilitação está a ser executada por empresas chinesas.

O Banco de Importação e Exportação da China (Eximbank), controlado pelo Estado chinês, concedeu a Angola um financiamento de dois mil milhões de dólares, através de um acordo assinado a 22 de Março de 2004.

Esta linha de crédito, com um prazo de reembolso de 12 anos, é a principal fonte de financiamento do programa de investimentos públicos do Governo para o período 2005/07, sendo preferencialmente aplicada na construção e reabilitação de infra-estruturas económicas e sociais destruídas durante a guerra.

Os três projectos já em curso, no valor total de 72,6 milhões de dólares, referem-se ao reforço e melhoria da rede de distribuição de energia eléctrica a Luanda, à aquisição de tractores e alfares agrícolas e de equipamentos para a reabilitação de estradas terciárias e à compra de 1.500 veículos pesados, que serão entregues aos proprietários que perderam as suas viaturas na sequência do conflito armado.

Entre os 18 projectos que estão em fase de aprovação, que totalizam 886,8 milhões de dólares, encontram-se a construção de 18 institutos politécnicos, 17 institutos médios e 18 escolas secundárias, a reabilitação das redes de abastecimento de água a Luanda e ao Huambo, a modernização de quatro perímetros agrícolas e a reabilitação da estrada Luanda/Negage, na província do Uíje.

Os contratos ainda em fase de negociação, todos na área da saúde, incluem a

construção de 10 centros de saúde e seis hospitais municipais e a reabilitação de quatro hospitais provinciais.

UN Integrated Regional Information Networks
May 10, 2005 Tuesday

Angola; Final Phase of Repatriation Started

The UN's refugee agency, UNHCR, on Tuesday kicked off the final phase of its programme to repatriate Angolan refugees from Zambia, an official told IRIN.

The 75 Angolans who left the Meheba refugee settlement in northeastern Zambia for home are some of the remaining 34,500 that the agency intends repatriating by the end of October 2005, said UNHCR spokesman Kelvin Shimo.

More than 8,000 Angolans in the Meheba, Mayukwayukwa and Nangweshi camps have decided not to return. "Most of these have been living in Zambia for at least three decades and are now part of the local community - they will not be our responsibility, and will be subject to the country's immigration laws," explained Shimo.

Next year the UNHCR will shift its focus to assisting the 75,000 to 90,000 Angolans who live outside the camps to return.

More than 200,000 Angolans sought refuge in Zambia during almost three decades of civil war between the government and the rebel movement, UNITA, which ended in 2002. According to the Angolan government, 70,000 refugees have returned home under their own steam since the ceasefire.

ANGOP

11 de Maio

MPLA propõe abordagem sobre preparação das eleições com a UNITA

As direcções do MPLA, partido no poder, e da UNITA, maior da oposição, poderão reunir-se na próxima sexta-feira, em Luanda, para abordar questões inerentes a preparação e realização das próximas eleições gerais, previstas para 2006.

Uma carta neste sentido, subscrita pelo secretário-geral do MPLA, Julião Mateus Paulo "Dino Matrosse", foi já entregue ao seu homólogo da UNITA, Mário Vatuva, aguardando-se apenas pela confirmação da data proposta para o encontro.

Em declarações à Rádio Nacional de Angola, o secretário para a Informação do MPLA, Norberto dos Santos "Kuata Kanawa", salientou que o tête-à-tête entre os dois maiores partidos no Parlamento visa a troca de pontos de vista sobre a aplicação das acções inerentes a preparação e realização do escrutínio e outros assuntos de interesse comum.

Acrescentou que o MPLA prevê igualmente a realização de um ciclo de reuniões com outras formações políticas, para discutir as viabilidades da aplicação das Leis que compõem o Pacote Legislativo Eleitoral, aprovado a 26 de Abril último pela Assembleia Nacional.

"O MPLA pretende que a preparação das eleições seja feita num ambiente de concórdia entre todas as forças intervenientes, por forma a passarmos uma mensagem de confiança e tranquilidade aos eleitores e à população em geral", asseverou.

Segundo argumentou, as questões nacionais que ultrapassam os interesses político-partidário, como a estabilidade política e a reconstrução do país devem ser abordados por todos os intervenientes, para identificar os pontos de convergência e aproximar as diferenças.

Agence France Presse

May 10, 2005

Angola gaining control of deadly Marburg outbreak

Angolan Health Minister Sebastiao Veloso said Tuesday his country is gaining the upper hand in its battle against the deadly Marburg virus after officials reported no new cases during a 24-hour period for the second time over the past week.

We are no longer in the same situation which we were in just three weeks ago," he told Lisbon-based Radio Renascenca. "Everything indicates we are on the road towards controlling the epidemic."

The Ebola-like virus has so far killed 284 people in the former Portuguese colony, mostly in the northern province of Uige, since outbreak started six months ago, he said. It is the world's deadliest outbreak of the rare disease, which spreads through contact with bodily

fluids and can kill a healthy person in a week.

Veloso said the outbreak would be declared officially under control after 21 consecutive days without any new infections. The incubation period for the virus, or the amount of time it takes between becoming infected and falling ill, can be 21 days.

The World Health Organisation (WHO), which is working with Angolan officials to contain the outbreak, does not consider outbreaks to be contained until there have been no new infections for a period lasting double the maximum incubation time.

ANGOP

11 de Maio

Polícia Económica realiza Conselho Consultivo Alargado

A Polícia Económica realiza hoje, em Luanda, o seu Primeiro Conselho Consultivo Alargado deste ano, para balancear as actividades desenvolvidas pela instituição, ao longo de 2004 e perspectivar outras acções.

A reunião vai igualmente analisar a evolução da delinquência económica nas várias regiões do país e projectar acções de formação técnico-profissional dos efectivos.

De igual modo, o encontro vai fazer uma abordagem sobre as infracções contra a saúde pública, bem como uma reflexão sobre a contrafacção discográfica, com a participação de alguns artistas e compositores nacionais.

O Conselho Consultivo, a decorrer no anfiteatro do Ministério dos Antigos Combatentes, será aberto pelo segundo comandante-geral da Polícia Nacional para a Protecção e Intervenção, comissário Gaspar de Almeida.

Participam no encontro os responsáveis dos órgãos centrais e directores provinciais da Polícia Económica.

A Polícia Económica, órgão operativo do Comando Geral da Polícia Nacional, foi criada a 18 de Setembro de 1981 e dedica-se à prevenção e repressão dos crimes contra a economia e saúde pública.

Angola Press Agency

May 10, 2005 Tuesday

Prostitution, Delinquency in Roque Santeiro Market Worry Vice-Governor

The vice-governor of Luanda, Francisca do Espirito Santos, considered on Monday, here, as "worrying", the current situation of hygiene, prostitution and delinquency in the biggest market of the country, Roque Santeiro.

Speaking to the press, at the end of her visit to that market, frequented by over 100,000 people per day, among sellers and buyers, the governor said it is "urgent the taking of measures with the view to solve some situations in the place".

In the area of hygiene and basic sanitation, Francisca do Espirito Santos said that in spite of the cleaning that is done every Monday, it can still be verified some focus of rubbish, in contrast with the sale of products in open place, putting in that way at risk the public health.

As regards the delinquency, the official said that the situation, in recent times, is improving thanks to the patrol of the Police.

Relating to the prostitution in the place, the governor said that there are cases, but in clandestine ways, and its combat passes through a work of sensitization of the people on the danger that this practice represents.

The Roque Santeiro market, created in the 1980's , is considered as the supplier of various products for other existing markets in the capital city.

In her visit, the governor was accompanied, among other individualities, by the municipal administrator of Sambizanga, Jose Leitao Ribeiro.

Media Institute of Southern Africa

May 10, 2005 Tuesday

Angola; Journalists Threatened

On April 17, Angolan deputy-minister of Information Miguel de Carvalho warned journalists of the state-run "Jornal de Angola" not to criticize the government and the ruling Movimento Popular de Libertacao de Angola (MPLA). "Jornal de Angola" is the only Angolan daily newspaper. It is under the government control.

De Carvalho, a former Intelligence chief in the northern province of Malange, in a meeting with editors and sub-editors at the "Jornal de Angola" newsroom, said that the paper had been running too much "negative stories" about government policies and behavior. He also said journalists were giving too much space to the opposition.

"Those who want to criticize the MPLA and the government must leave and go to 'Semanario Angolense' or other opposition newspapers", de Carvalho said. "Semanario Angolense" is a major independent weekly paper.

According to a report in "Semanario Angolese" de Carvalho also said that "Jornal de Angola" was becoming the most liberal newspaper in the country, as it had been running many articles on the opposition activities, whilst also and criticizing the government and the ruling MPLA. He further accused "Jornal de Angola" journalists of backing away from the editorial line of the paper.

According to report, de Carvalho has since been calling the editor everyday to make sure that no negative stories are published about the government. He made it clear that he does not even want any letter from readers complaining about the bad state of roads in the nation's capital, Luanda, to appear in the newspaper.

De Carvalho, who led the government-controlled news agency before the President appointed him for the job, also blamed the general director of "Jornal de Angola" for allowing the situation.

It is feared that the threats from government officials could have a negative impact on the editorial process and journalist's attempts to access official information.

The paper "Semanario Angolense" has also commented on the potential negative impact de Carvalho's statements are having on attempts by the government to improve its public image.

Media Institute of Southern Africa

May 10, 2005 Tuesday

Angola; Journalists Censored

On March 28 2005, the government-controlled "Angolan National Radio" suspended a very popular current affairs and analysis program directed by journalists Africano Neto and Isaac Neney.

Neto told the Media Institute of Southern Africa (MISA)-Angola representatives that the decision to suspend the program may be due to Neney's severe criticism of the government.

Earlier, on March 14, Neney who is also the former MISA representative in Angola, expressed the opinion to Catholic "Radio Ecclesia" that Angolan government and ruling Movimento Popular de Libertacao de Angola (MPLA) officials have enough money to lend the government rather than embark on a campaign to persuade the international community to support a donor conference.

The donor community however says no support will be provided until there is evidence that the Angolan government adopts serious policies to ensure transparency of public revenue expenditure and good governance.

The five-minute "Analysis with Isaac Neney" has become a very popular program due to Neney's critical views on sensitive national political and social matters.

"No doubt it became the most popular show on Sundays. Everyone is now

asking me what happened to it", Neto said.

Last year the radio station ordered that Neney be removed as co-anchor of another popular show "Tendencias and Debates" that usually invites prominent figures to its studios on Saturdays morning.

Angola Press Agency

May 10, 2005 Tuesday

Trade Ministry Staff to Learn English Language

The Angolan Trade Ministry is negotiating with the British Counsel for a training accord in English language to prepare its staff so that they can be successful in negotiating rounds within the World Trade Organisation (WTO) bodies.

This information was supplied today by the director of the Trade Ministry's office for international exchange, Lusevikueno Joao, at the sidelines of the seminar on "Development and Capacity-building for Commercial Negotiators", started on Monday in Luanda.

"Today the languages such as English and French constitute a major obstacles of national negotiators, as they face some difficulties in succeeding in negotiation talks", he stressed, adding that it is compulsory the dominion of this tool.

The official said that, apart from the negotiations with the British Counsel, is taking place an intensive course of English, at the Trade Ministry level, which is being attended by 25 senior personnel.

Associated Press

May 11, 2005

Rich nations are discriminating against Africa on humanitarian aid

BYLINE: By EDITH M. LEDERER, Associated Press Writer

UNITED NATIONS -- Rich nations are discriminating against Africa on desperately needed aid for humanitarian crises which has resulted in very meager food rations for thousands of people, no food for others and many deaths, the U.N. humanitarian chief said.

Jan Egeland told the U.N. Security Council on Tuesday that donors are more generous if humanitarian crises happen in Europe or the Middle East than in Africa, where the need is greatest.

"There is an inbuilt discrimination in the sense that ... if we all agree that a human life has the same value wherever he or she is born, there should be the same attention to northern Uganda as to northern Iraq, the same attention to the Congo as there was to Kosovo," he said.

"That is not the case today," Egeland said. "A majority of our appeals in Africa are badly underfunded."

Of 14 U.N. humanitarian appeals for Africa this year, eight have received less than 20 percent of the money requested, and with the exception of a small appeal for Angola, none has received more than 40 percent, he said.

Egeland told council members the persistent lack of adequate funding cannot continue year after year. He called for reforms to ensure prompt and predictable funding for critical humanitarian needs. "Too many people are dying because too little funding is available, or because it arrives too late in the year," Egeland said.

So far this year, the United Nations has received just 6 percent of the US\$23.6 million needed for the Central African Republic, 8 percent of the US\$164.5 million needed for Somalia, 10 percent of the US\$157 million needed for Eritrea, and 22 percent of the US\$201 million needed for Congo.

Egeland said some African humanitarian crises have been on the international agenda "for much too long," including Congo where fighting persists despite a peace agreement, northern Uganda where the rebel Lord's Resistance Army has been fighting the government for 18 years, and Sudan's western Darfur region where 180,000 people have died since fighting erupted between Arab militias and black African rebels in February 2003.

"And some are threatening to reemerge as full-blown crises if we do not act, such as the food shortages and governance crises in parts of southern African and the Horn" of Africa, he said.

Even in Sudan, where donors last month pledged US\$4.5 billion, the United Nations faces a US\$350 million shortfall in humanitarian aid for Darfur because the pledges aren't being turned into cash fast enough, Egeland said. So the people of Darfur could see their meager rations cut to a sub-standard level, he said.

Egeland said northern Uganda was the scene of "one of the world's worst humanitarian crises. But he said donors have given only 34 percent of the US\$157.7 million requested.

At the same time, violence and insecurity have increased, leading to an upsurge in the number of children traveling from the countryside to towns in search of safety.

Humanitarian agencies are also unable to expand basic services to the 1.4 million Ugandans who have fled their homes, and the U.N. World Food Program has warned that the food pipeline will run out of some items in June if additional funds are not received, he said.

The Security Council called on the Lord's Resistance Army to stop all acts of violence and enter into peace negotiations.

Egeland said the combination of AIDS, food insecurity exacerbated by severe drought, and weak governments was ravaging southern Africa and the Horn of Africa with already meager rations being reduced. "In Ethiopia and Eritrea, we are not able to feed all the people we should be feeding at the moment," he said.

Egeland cited a significant reduction in funding for Zimbabwe because of political tensions between the government of President Robert Mugabe and donors, but argued that the lack of resources was hurting the people, not the regime.

He called for an increase in donor funding and urged Zimbabwe's government to make it easier for humanitarian organizations to work and reach people "in such a terrible situation."

The Security Council expressed deep concern at the humanitarian situation in many parts of Africa and acknowledged "the need for prompt and predictable funding." But council diplomats said that at the insistence of Algeria and China, no mention was made of Zimbabwe.

UN Integrated Regional Information Networks

May 10, 2005 Tuesday

Angola; Final Phase of Repatriation Started

The UN's refugee agency, UNHCR, on Tuesday kicked off the final phase of its programme to repatriate Angolan refugees from Zambia, an official told IRIN.

The 75 Angolans who left the Meheba refugee settlement in northeastern Zambia for home are some of the remaining 34,500 that the agency intends repatriating by the end of October 2005, said UNHCR spokesman Kelvin Shimo.

More than 8,000 Angolans in the Meheba, Mayukwayukwa and Nangweshi camps have decided not to return. "Most of these have been living in Zambia for at least three decades and are now part of the local community - they will not be our responsibility, and will be subject to the country's immigration laws," explained Shimo.

Next year the UNHCR will shift its focus to assisting the 75,000 to 90,000 Angolans who live outside the camps to return.

More than 200,000 Angolans sought refuge in Zambia during almost three decades of civil war between the government and the rebel movement, UNITA, which ended in 2002. According to the Angolan government, 70,000 refugees have returned home under their own steam since the ceasefire.

ANGOP

11 de Maio

MPLA propõe abordagem sobre preparação das eleições com a UNITA

As direcções do MPLA, partido no poder, e da UNITA, maior da oposição, poderão reunir-se na próxima sexta-feira, em Luanda, para abordar questões inerentes a preparação e realização das próximas eleições gerais, previstas para 2006.

Uma carta neste sentido, subscrita pelo secretário-geral do MPLA, Julião Mateus Paulo "Dino Matrosse", foi já entregue ao seu homólogo da UNITA, Mário Vatuva, aguardando-se apenas pela confirmação da data proposta para o encontro.

Em declarações à Rádio Nacional de Angola, o secretário para a Informação do MPLA, Norberto dos Santos "Kuata Kanawa", salientou que o tête-à-tête entre os dois maiores partidos no Parlamento visa a troca de pontos de vista sobre a aplicação das acções inerentes a preparação e realização do escrutínio e outros assuntos de interesse comum.

Acrescentou que o MPLA prevê igualmente a realização de um ciclo de reuniões com outras formações políticas, para discutir as viabilidades da aplicação das Leis que compõem o Pacote Legislativo Eleitoral, aprovado a 26 de Abril último pela Assembleia Nacional.

"O MPLA pretende que a preparação das eleições seja feita num ambiente de concórdia entre todas as forças intervenientes, por forma a passarmos uma mensagem de confiança e tranquilidade aos eleitores e à população em geral", asseverou.

Segundo argumentou, as questões nacionais que ultrapassam os interesses político-partidário, como a estabilidade política e a reconstrução do país devem ser

abordados por todos os intervenientes, para identificar os pontos de convergência e aproximar as diferenças.

Agence France Presse

May 10, 2005

Angola gaining control of deadly Marburg outbreak

Angolan Health Minister Sebastiao Veloso said Tuesday his country is gaining the upper hand in its battle against the deadly Marburg virus after officials reported no new cases during a 24-hour period for the second time over the past week.

We are no longer in the same situation which we were in just three weeks ago," he told Lisbon-based Radio Renascenca. "Everything indicates we are on the road towards controlling the epidemic."

The Ebola-like virus has so far killed 284 people in the former Portuguese colony, mostly in the northern province of Uige, since outbreak started six months ago, he said. It is the world's deadliest outbreak of the rare disease, which spreads through contact with bodily fluids and can kill a healthy person in a week.

Veloso said the outbreak would be declared officially under control after 21 consecutive days without any new infections. The incubation period for the virus, or the amount of time it takes between becoming infected and falling ill, can be 21 days.

The World Health Organisation (WHO), which is working with Angolan officials to contain the outbreak, does not consider outbreaks to be contained until there have been no new infections for a period lasting double the maximum incubation time.

ANGOP

11 de Maio

Polícia Económica realiza Conselho Consultivo Alargado

A Polícia Económica realiza hoje, em Luanda, o seu Primeiro Conselho Consultivo Alargado deste ano, para balancear as actividades desenvolvidas pela instituição, ao longo de 2004 e perspectivar outras acções.

A reunião vai igualmente analisar a evolução da delinquência económica nas várias regiões do país e projectar acções de formação técnico-profissional dos efectivos.

De igual modo, o encontro vai fazer uma abordagem sobre as infracções contra a saúde pública, bem como uma reflexão sobre a contrafacção discográfica, com a participação de alguns artistas e compositores nacionais.

O Conselho Consultivo, a decorrer no anfiteatro do Ministério dos Antigos Combatentes, será aberto pelo segundo comandante-geral da Polícia Nacional para a Protecção e Intervenção, comissário Gaspar de Almeida.

Participam no encontro os responsáveis dos órgãos centrais e directores provinciais da Polícia Económica.

A Polícia Económica, órgão operativo do Comando Geral da Polícia Nacional, foi criada a 18 de Setembro de 1981 e dedica-se à prevenção e repressão dos crimes contra a economia e saúde pública.

Angola Press Agency

May 10, 2005 Tuesday

Prostitution, Delinquency in Roque Santeiro Market Worry Vice-Governor

The vice-governor of Luanda, Francisca do Espirito Santos, considered on Monday, here, as "worrying", the current situation of hygiene, prostitution and delinquency in the biggest market of the country, Roque Santeiro.

Speaking to the press, at the end of her visit to that market, frequented by over 100,000 people per day, among sellers and buyers, the governor said it is "urgent the taking of measures with the view to solve some situations in the place".

In the area of hygiene and basic sanitation, Francisca do Espirito Santos said that in spite of the cleaning that is done every Monday, it can still be verified some focus of rubbish, in contrast with the sale of products in open place, putting in that way at risk the public health.

As regards the delinquency, the official said that the situation, in recent times, is improving thanks to the patrol of the Police.

Relating to the prostitution in the place, the governor said that there are cases, but in clandestine ways, and its combat passes through a work of sensitization of the people on the danger that this practice represents.

The Roque Santeiro market, created in the 1980's , is considered as the supplier of various products for other existing markets in the capital city.

In her visit, the governor was accompanied, among other individualities, by the

municipal administrator of Sambizanga, Jose Leitao Ribeiro.

Media Institute of Southern Africa

May 10, 2005 Tuesday

Angola; Journalists Threatened

On April 17, Angolan deputy-minister of Information Miguel de Carvalho warned journalists of the state-run "Jornal de Angola" not to criticize the government and the ruling Movimento Popular de Libertacao de Angola (MPLA). "Jornal de Angola" is the only Angolan daily newspaper. It is under the government control.

De Carvalho, a former Intelligence chief in the northern province of Malange, in a meeting with editors and sub-editors at the "Jornal de Angola" newsroom, said that the paper had been running too much "negative stories" about government policies and behavior. He also said journalists were giving too much space to the opposition.

"Those who want to criticize the MPLA and the government must leave and go to 'Semanario Angolense' or other opposition newspapers", de Carvalho said. "Semanario Angolense" is a major independent weekly paper.

According to a report in "Semanario Angolese" de Carvalho also said that "Jornal de Angola" was becoming the most liberal newspaper in the country, as it had been running many articles on the opposition activities, whilst also and criticizing the government and the ruling MPLA. He further accused "Jornal de Angola" journalists of backing away from the editorial line of the paper.

According to report, de Carvalho has since been calling the editor everyday to make sure that no negative stories are published about the government. He made it clear that he does not even want any letter from readers complaining about the bad state of roads in the nation's capital, Luanda, to appear in the newspaper.

De Carvalho, who led the government-controlled news agency before the President appointed him for the job, also blamed the general director of "Jornal de Angola" for allowing the situation.

It is feared that the threats from government officials could have a negative impact on the editorial process and journalist's attempts to access official information.

The paper "Semanario Angolense" has also commented on the potential negative impact de Carvalho's statements are having on attempts by the government to improve its public image.

Media Institute of Southern Africa

May 10, 2005 Tuesday

Angola; Journalists Censored

On March 28 2005, the government-controlled "Angolan National Radio" suspended a very popular current affairs and analysis program directed by journalists Africano Neto and Isaac Neney.

Neto told the Media Institute of Southern Africa (MISA)-Angola representatives that the decision to suspend the program may be due to Neney's severe criticism of the government.

Earlier, on March 14, Neney who is also the former MISA representative in Angola, expressed the opinion to Catholic "Radio Ecclesia" that Angolan government and ruling Movimento Popular de Libertacao de Angola (MPLA) officials have enough money to lend the government rather than embark on a campaign to persuade the international community to support a donor conference.

The donor community however says no support will be provided until there is evidence that the Angolan government adopts serious policies to ensure transparency of public revenue expenditure and good governance.

The five-minute "Analysis with Isaac Neney" has become a very popular program due to Neney's critical views on sensitive national political and social matters.

"No doubt it became the most popular show on Sundays. Everyone is now asking me what happened to it", Neto said.

Last year the radio station ordered that Neney be removed as co-anchor of another popular show "Tendencies and Debates" that usually invites prominent figures to its studios on Saturdays morning.

Angola Press Agency

May 10, 2005 Tuesday

Trade Ministry Staff to Learn English Language

The Angolan Trade Ministry is negotiating with the British Counsel for a training

accord in English language to prepare its staff so that they can be successful in negotiating rounds within the World Trade Organisation (WTO) bodies.

This information was supplied today by the director of the Trade Ministry's office for international exchange, Lusevikueno Joao, at the sidelines of the seminar on "Development and Capacity-building for Commercial Negotiators", started on Monday in Luanda.

"Today the languages such as English and French constitute a major obstacles of national negotiators, as they face some difficulties in succeeding in negotiation talks", he stressed, adding that it is compulsory the dominion of this tool.

The official said that, apart from the negotiations with the British Counsel, is taking place an intensive course of English, at the Trade Ministry level, which is being attended by 25 senior personnel.

Associated Press

May 11, 2005

Rich nations are discriminating against Africa on humanitarian aid

BYLINE: By EDITH M. LEDERER, Associated Press Writer

UNITED NATIONS -- Rich nations are discriminating against Africa on desperately needed aid for humanitarian crises which has resulted in very meager food rations for thousands of people, no food for others and many deaths, the U.N. humanitarian chief said.

Jan Egeland told the U.N. Security Council on Tuesday that donors are more generous if humanitarian crises happen in Europe or the Middle East than in Africa, where the need is greatest.

"There is an inbuilt discrimination in the sense that ... if we all agree that a human life has the same value wherever he or she is born, there should be the same attention to northern Uganda as to northern Iraq, the same attention to the Congo as there was to Kosovo," he said.

"That is not the case today," Egeland said. "A majority of our appeals in Africa are badly underfunded."

Of 14 U.N. humanitarian appeals for Africa this year, eight have received less than 20 percent of the money requested, and with the exception of a small appeal for Angola,

none has received more than 40 percent, he said.

Egeland told council members the persistent lack of adequate funding cannot continue year after year. He called for reforms to ensure prompt and predictable funding for critical humanitarian needs. "Too many people are dying because too little funding is available, or because it arrives too late in the year," Egeland said.

So far this year, the United Nations has received just 6 percent of the US\$23.6 million needed for the Central African Republic, 8 percent of the US\$164.5 million needed for Somalia, 10 percent of the US\$157 million needed for Eritrea, and 22 percent of the US\$201 million needed for Congo.

Egeland said some African humanitarian crises have been on the international agenda "for much too long," including Congo where fighting persists despite a peace agreement, northern Uganda where the rebel Lord's Resistance Army has been fighting the government for 18 years, and Sudan's western Darfur region where 180,000 people have died since fighting erupted between Arab militias and black African rebels in February 2003.

"And some are threatening to reemerge as full-blown crises if we do not act, such as the food shortages and governance crises in parts of southern African and the Horn" of Africa, he said.

Even in Sudan, where donors last month pledged US\$4.5 billion, the United Nations faces a US\$350 million shortfall in humanitarian aid for Darfur because the pledges aren't being turned into cash fast enough, Egeland said. So the people of Darfur could see their meager rations cut to a sub-standard level, he said.

Egeland said northern Uganda was the scene of "one of the world's worst humanitarian crises. But he said donors have given only 34 percent of the US\$157.7 million requested.

At the same time, violence and insecurity have increased, leading to an upsurge in the number of children traveling from the countryside to towns in search of safety.

Humanitarian agencies are also unable to expand basic services to the 1.4 million Ugandans who have fled their homes, and the U.N. World Food Program has warned that the food pipeline will run out of some items in June if additional funds are not received, he said.

The Security Council called on the Lord's Resistance Army to stop all acts of violence and enter into peace negotiations.

Egeland said the combination of AIDS, food insecurity exacerbated by severe drought, and weak governments was ravaging southern Africa and the Horn of Africa with already meager rations being reduced. "In Ethiopia and Eritrea, we are not able to feed all the people we should be feeding at the moment," he said.

Egeland cited a significant reduction in funding for Zimbabwe because of political tensions between the government of President Robert Mugabe and donors, but

argued that the lack of resources was hurting the people, not the regime.

He called for an increase in donor funding and urged Zimbabwe's government to make it easier for humanitarian organizations to work and reach people "in such a terrible situation."

The Security Council expressed deep concern at the humanitarian situation in many parts of African and acknowledged "the need for prompt and predictable funding." But council diplomats said that at the insistence of Algeria and China, no mention was made of Zimbabwe.

UN Integrated Regional Information Networks
May 10, 2005 Tuesday

Angola; Final Phase of Repatriation Started

The UN's refugee agency, UNHCR, on Tuesday kicked off the final phase of its programme to repatriate Angolan refugees from Zambia, an official told IRIN.

The 75 Angolans who left the Meheba refugee settlement in northeastern Zambia for home are some of the remaining 34,500 that the agency intends repatriating by the end of October 2005, said UNHCR spokesman Kelvin Shimo.

More than 8,000 Angolans in the Meheba, Mayukwayukwa and Nangweshi camps have decided not to return. "Most of these have been living in Zambia for at least three decades and are now part of the local community - they will not be our responsibility, and will be subject to the country's immigration laws," explained Shimo.

Next year the UNHCR will shift its focus to assisting the 75,000 to 90,000 Angolans who live outside the camps to return.

More than 200,000 Angolans sought refuge in Zambia during almost three decades of civil war between the government and the rebel movement, UNITA, which ended in 2002. According to the Angolan government, 70,000 refugees have returned home under their own steam since the ceasefire. World Markets Analysis

May 10, 2005

Opposition Party Denies Secret Deal with Angolan Government

The leader and sole parliamentary representative of the Social Democrat Party (PSD), Bengui Pedro Joao, has denied allegations in two private newspapers last weekend that his party had reached a secret agreement to support the ruling Popular Movement for the Liberation of Angola (MPLA), both within and beyond the National Assembly, and to 'suffocate' the opposition. In a statement to Agencia Lusa, Bengui denied having written the letter published in the newspapers that set out the parameters of the agreement, insisting that the published document was not genuine and questioning the logic of any such deal. This contradicts remarks published by *A Capital* - one of the newspapers that first reported the story - in which Bengui appears to admit to authorship of the document.

Significance: The weakness and vacillation of the opposition since the end of the civil war has often stoked

rumours about secret deals with the regime - rumours that are not dispelled by the legal financial support given by the state to opposition parties represented in parliament. The veracity of such rumours is often difficult to discern, no less so in this particular case. It is hard to imagine why the MPLA would seek such a deal with such a small party and the allegations of Bengui's confession in *A Capital* lack credibility, if only in relation to the highly reputable reports of Agencia Lusa. The allegations made against Bengui could be purely malicious, founded on a personal or micro-level political dispute - they will not have a major impact on national politics beyond resurrecting the debate over the feebleness of opposition parties in Angola. It is noteworthy that in the recent debate on the package electoral legislation, the PSD voted with the government and against the major opposition party, the National Union for the Total Independence of Angola (UNITA) - a decision that may have provoked hostility towards Bengui and his party.

World Markets Analysis

May 9, 2005

Angola Approves Telecom Namibia's Fixed-Line Network Licence

The Angolan Private Investment Agency (ANIP) has reported that Telecom Namibia's licence to become the first and only operator in Angola's fixed-line network has been approved. The total investment, valued at US\$53 million, will span three years, providing a residential and corporate fixed-line service, public telephones and internet access. Fixed-line services will be rolled out first in Luanda and Benguela, followed by Huambo, Namibe, Huila, Kwanza Sul and Cabinda. Hopes are that the first services could be rendered to Luanda as soon as 2006. Mundo Startel (a company in which Telecom Namibia is a controlling shareholder) will be the controlling shareholder, while the remaining shares will be owned by the Commercial bank of Angola (Banco Commercial Angolano), Mundo Telecommunications, Jemba Technical Assistance LDA and two other private investors. Mundo Startel will be the first Angolan company to be run by Namibians and is expected to create around 276 new jobs for the Angolan people.

Significance: The latest telecommunications investment, initiated by Namibia, is just another service needed to be upgraded in the long list of Angola's post-war infrastructural needs. The Chinese government has also increased investment in Angola and approved a US\$2 billion credit line to revive the country's railway network. However, it will be Angola's lucrative oil sector that will attract the biggest share of foreign and domestic investment over the short to medium term. Angola's oil sector is expected to earn around US\$23 billion in foreign direct investment over the 2005-2008 period, with big multinationals like ChevronTexaco, ExxonMobil, BP and TotalFinalElf increasing their exposure in the country.

U.S. News & World Report

May 16, 2005

A Two-headed Giant Dilemma

For Exxon Mobil, it's not enough to deliver whopping profits. So many investors bolted when it recently reported 44 percent growth in first-quarter earnings--yes, 44 percent--that the stock fell to its lowest point in 11 weeks. Why the sudden exodus? Earnings were a nickel a share less than expected.

But Wall Street's high expectations for the world's largest oil company are nothing compared with the monumental goals set by the global oil market. In the past year, the corporate titan began pumping oil and natural gas from eight major new fields, including challenging projects in the deep water off Angola's coast, the icy depths of the North Sea, and the tough terrain of landlocked Chad. Yet Exxon's production continues to slip. Even these significant additions couldn't make up for the inexorable decline of the company's vast mature fields around the world.

On the one hand, the Irving, Texas-based monolith appears to be flourishing, surpassing its nearest peer,

General Electric, earlier this year to become the nation's largest corporation by market value. But Exxon is denounced by critics as hopelessly mired in the past, blind to environmental realities, and hamstrung by an autocratic management style, embodied by its longtime chief executive, Lee Raymond.

So which is the real Exxon? A shining example of corporate excellence well positioned for the future? Or a lumbering giant headed for a fall? There's plenty of support for both views, simply because Exxon's fortunes depend on a commodity as volatile as it is vital to the world economy, oil.

Minting money. Of course, Exxon's hallmark is its conservative approach, one that the company says helps keep it atop the heap through all of the industry's ups and downs. "Our organization and our strategies are designed to see through the market noise created by short-term fluctuations," Raymond told Wall Street analysts earlier this year. (Exxon declined requests for an interview for this article.) Although the style may seem "boring," he said, "You'll just have to live with outstanding, consistent financial and operating performance measured in the same transparent way we've done for the last 20 years."

Over that time, business has rarely been as good as it is today. With oil averaging more than \$ 50 a barrel this year, oil companies have been minting money, none more quickly than Exxon. Its \$ 82.1 billion first-quarter revenue is greater than the total annual economic output of most countries. Its \$ 7.9 billion profit easily topped that of its competitors. The company is amassing cash at an astonishing rate; its hoard swelled from \$ 23 billion to \$ 30 billion in just the first quarter. And much of that money is going right back into the company. Exxon is buying back its stock at its fastest pace ever, spending \$ 3.5 billion this quarter alone.

With worldwide demand for oil skyrocketing, however, some critics say Exxon should be spending that cash ferreting out new oil sources. Last year, overall capital spending was down 4.1 percent, to \$ 14.9 billion. That means it is spending less on exploration for new prospects at the same time its older fields, like those in North America, are in a natural decline. The company's production eroded nearly 5 percent in the first quarter, a rate that surprised analysts and caused Exxon to miss earnings projections.

All oil companies are grappling with moribund field production, as well as with the political reality that many countries with large untapped oil and natural gas reserves are closed to foreign capital. While other companies are working to address these issues, however, Exxon exudes a Zen-like calm. It was notably absent among this year's winners in Libya's first round of oil exploration licensing since U.S. sanctions were eased; smaller rivals Occidental Petroleum and Amerada Hess prevailed. "There's not a country in the world that we just have to have a presence in," company President Rex Tillerson told analysts in March.

Slowpoke? Exxon has shown little concern about its reserves, even though by the government's accounting method, it replaced only 83 percent of the reserves it depleted last year. According to its own accounting, Exxon said, it replaced 112 percent. Some analysts say Exxon is a slowpoke because the world is running short of the huge prospects it needs to replenish its giant base. The company disagrees. "While we are not opportunity constrained," Raymond says, "we are patient, and we are disciplined."

An engineer who joined Exxon in 1963 and became chairman 30 years later, Raymond runs the company as a man who has seen oil prices plummet just as rapidly as they have risen, observers say. He won't pay a premium for new projects, in other words, when the price of oil could be far lower in the future. "They only invest if there's a high degree of certainty that the return on investment would be significantly above their required rate of return," says Oppenheimer & Co. analyst Fadel Gheit, "which happens to be the highest in the industry,"

Unlike other companies, Exxon can afford to wait. For example, Deutsche Bank analyst Paul Sankey pointed out last year that Raymond was an early skeptic of liquefied natural gas. But now that LNG is poised to be a major presence in the U.S. market, Exxon leads the world in the volumes it plans to handle. The 1998 merger with Mobil gave Exxon major LNG assets as well as an important relationship Mobil had established with Qatar, home to the world's second-largest natural gas reserves. Those familiar with the deal say that Mobil could not have capitalized as well on the alliance without Exxon's money and technological expertise. In 2003, Exxon signed a \$ 12 billion deal to export LNG from the emirate, following up last year with a \$ 7 billion investment in a cutting-edge gas-to-liquids project.

Fast track. Exxon's technological advantage means that most countries will always look to do deals with it. A prime example is off the shores of Angola, where Exxon employs an electromagnetic technology developed by a former NASA scientist. Production began last year from the Kizomba project, the world's largest floating oil-production platform, a record three years after Exxon signed on. "Their projects get completed very quickly," says analyst Jacques Rousseau of Friedman, Billings, Ramsey. "So if you're a host country in Africa or the Middle East, and you're dependent on those revenue streams and how well they run, Exxon has a very strong track record."

Of concern to environmentalists is Exxon's funding of research that has cast doubt on climate-change science, as well as its bankrolling of groups that oppose environmental regulations and U.S. participation in the Kyoto Protocol. Critics contrast Exxon's attitude with that of the No. 2 oil company, BP, which not only has an internal

program to reduce greenhouse gas emissions but has also invested heavily in alternative energy. "Exxon Mobil is probably the only supermajor that has not been involved in the solar industry," says Rhone Resch, president of the Solar Energy Industries Association. "I think that BP and Shell and ChevronTexaco view themselves as energy companies, and Exxon Mobil views itself as a petroleum company."

Exxon's detractors say that way of thinking emanates from Raymond, who dismisses the notion that the world will retreat from fossil fuels this century and who questions the profitability of renewable energies. "Exxon is the soul of corporatism," says shareholder activist Robert Monks, who has proposed separating the chair and chief executive positions--an item Exxon kept off its proxy ballot this year, although it garnered 27 percent of shareholder votes last year. Says Monks: "It is the company that most clearly represents centralized power and unelected officials having an unacceptable impact on life in a democratic society."

With company coffers awash in earnings, the Exxon board seems perfectly happy with Raymond, having kept him on two years past the normal retirement age of 62. His presumed successor, Tillerson, is considered an equally conservative choice. "They are not in the business of making friends; they're in the business of generating profits for the shareholders," says Oppenheimer's Gheit. Other companies might try to distinguish themselves through slogans or PR, but they aspire to Exxon's profit per barrel, about \$ 1 higher than that of its competitors. Says Gheit, "They are the gold standard the other oil companies in the industry follow."

May 9, 2005

Portugal's Americo Amorim to take 35 pct in new bank in Angola

Portuguese businessman Americo Amorim said he will take a 35 pct position in a new bank in Angola being launched by Isabel Santos, daughter of Jose Eduardo dos Santos, the country's president, newspapers reported.

Amorim, speaking on the sidelines of the presentation of first quarter results by Banco Popular SA, said the first branch of the new retail bank will open in Luanda in June.

Amorim said he and Isabel Santos will be the leading shareholders in the bank, which will have initial capital of USD4 million , possibly rising to 10 million within the first year, Jornal de Negocios reported. The Portuguese tycoon has 5.7 pct in Banco Popular, the newspaper reported last month.

Financial Times (London)

May 9, 2005

UK bank takes a step back in time with South Africa buy

John Varley, the mild-mannered chief executive of Barclays, is noted for his patience. Yet even his resolve appears to have been tested by the past eight months of tortuous negotiations for Barclays to buy a majority stake in ABSA, the largest South African retail bank.

South African investors and politicians yesterday appeared pleased that the deal - which is post-apartheid South Africa's largest single inward investment - has finally been concluded.

It dwarfs the Dollars 1.3bn that Telekom Malaysia and SBC Communications paid in 1997 for 30 per cent of privatised telecoms monopolist Telekom.

Foreign investment inflows since the end of apartheid have been minimal, even though the country's African National Congress-led government has achieved 3-4 per cent GDP growth and brought inflation to multi-decade lows.

However, for Barclays, the UK's third-largest bank, the transaction is also an important milestone. Not only is this its largest deal since it acquired Woolwich for Pounds 5.6bn in 2000. It is also the first major deal for John Varley and an indication of his global ambitions since he stepped up to be chief executive last September.

It also takes Barclays closer to the point where it will generate half its earnings from faster-growing overseas operations as opposed to about 25 per cent now.

Finally, it marks a return to the country for Barclays after it left white-ruled South Africa in 1986. The bank had

operated in the country since the days of the British Empire. But like other foreign companies, it bowed to pressure from anti-apartheid activists to pull out.

Gaining control of ABSA gives Barclays the largest retail footprint of any South African bank, with about 30,000 staff, nearly 700 outlets and more than 4,500 cash machines in a country of 45m people.

ABSA has been a leader in pursuing new "mass-market" customers among the one in two South Africans who lack bank accounts.

Outside South Africa, ABSA has stakes in banks in Angola, Tanzania, Mozambique, Zimbabwe and Namibia, and is in talks to buy a stake in a newly merged Nigerian bank.

Barclays' profits from Africa will increase from 2-3 per cent of group earnings to about 10 per cent. The bank argues the deal is a good one for its shareholders and will be earnings accretive and meet its value criteria for acquisitions. It expects R1.4bn (Dollars 232m) of cost savings and revenue benefits over four years.

It is thought the greater part of this will come from revenue benefits of cross-selling products such as bank accounts with added benefits such as insurance.

There may be some savings from streamlining group back office functions such as IT and property. There will be no branch closures. There will also be balance sheet efficiencies, so ABSA will benefit from having a parent company with a stronger balance sheet.

However, some analysts have criticised the ABSA deal because the expected return does not exceed Barclays' cost of equity for an investment in South Africa. One analyst pointed out that South African government bonds - the least risky investment in the country - offer a yield of almost 8 per cent.

There have also been concerns that Barclays could be exposed to greater economic risk from its increased exposure to South Africa.

In addition, the Barclays and ABSA negotiations have been lengthy and complex, taking up huge amounts of management time.

Barclays has also been forced to increase its indicated price for the deal to win over unhappy shareholders.

The bank had wanted to offer R79 plus a dividend of R1.8, but is now likely to pay R82 plus dividend. ABSA shares were R50 last September but when news of the talks leaked they jumped to as high as R77.

Regulatory talks have also taken time. The regulatory framework is very different in South Africa to the UK. In South Africa, regulators must approve any deal before it is offered to shareholders - a time-consuming process.

By contrast, in the UK a company can make an offer to investors before it seeks regulatory approval.

The ABSA transaction is also hugely politically sensitive, and regulators must review it thoroughly because it has implications for other sectors. The deal required a departure from South Africa's policy of keeping its "Big Four" banks in local hands.

There is now a question mark over how Barclays will restructure its African operations to achieve maximum synergies. The bank has an African business with more than 7,000 employees in 11 countries, mostly former British colonies, including South Africa.

Jornal de Angola

9 de Maio

De volta a casa

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, regressou ontem ao país, com o desejo de ver mobilizadas as entidades envolvidas na materialização dos compromissos alcançados no Brail e Argentina, para a concretização dos objectivos pretendidos.

O ministro das Relações Exteriores, João Miranda, falando à imprensa no Aeroporto Internacional "4 de Fevereiro", transmitiu esta intenção do Chefe de Estado angolano.

João Miranda, que considerou de “muito produtiva” a visita de trabalho do Presidente da República, afirmou que a mesma “ultrapassou a expectativa em função do conteúdo substantivo dos compromissos selados”.

No Brasil, relevância vai para o acordo financeiro assinado por representantes dos dois países, testemunhado pelos Presidentes de Angola, José Eduardo dos Santos, e da República Federal do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva.

A visita de José Eduardo dos Santos ao Brasil serviu igualmente para assinatura de um acordo no domínio da Justiça, nos termos do qual os cidadãos angolanos presos no Brasil poderão doravante serem extraditados para o país.

Para o ministro das Relações Exteriores revestem-se de grande importância os acordos que vão reactivar os entendimentos alcançados entre Angola e o Brasil há muito tempo no domínio das pescas e formação profissional.

Na Argentina, a última etapa do périplo do Chefe de Estado pela América do sul, as autoridades daquele país manifestaram a sua disposição de trabalhar com o Governo angolano nos domínios da agricultura e pecuária, intenção sustentada com um acordo de cooperação bilateral.

No Brasil, o Presidente da República foi condecorado pela Universidade Federal de Salvador da Baía com o grau de “Doutor Honoris Causa”, um feito, de acordo com João Miranda, de extrema importância para a vida do Presidente da República, porque “esta atribuição funda-se nas conquistas que José Eduardo dos Santos tem feito para o país e para África. “É prova de que os seus feitos fazem ciência”, reforçou.

Ainda no Brasil, José Eduardo dos Santos recebeu igualmente o título de “Cidadão da Baía”.

World Markets Analysis

May 10, 2005

Opposition Party Denies Secret Deal with Angolan Government

The leader and sole parliamentary representative of the Social Democrat Party (PSD), Bengui Pedro Joao, has denied allegations in two private newspapers last weekend that his party had reached a secret agreement to support the ruling Popular Movement for the Liberation of Angola (MPLA), both within and beyond the National Assembly, and to 'suffocate' the opposition. In a statement to Agencia Lusa, Bengui denied having written the letter published in the newspapers that set out the parameters of the agreement, insisting that the published document was not genuine and questioning the logic of any such deal. This contradicts remarks published by *A Capital* - one of the newspapers that first reported the story - in which Bengui appears to admit to authorship of the document.

Significance: The weakness and vacillation of the opposition since the end of the civil war has often stoked rumours about secret deals with the regime - rumours that are not dispelled by the legal financial support given by the state to opposition parties represented in parliament. The veracity of such rumours is often difficult to discern, no less so in this particular case. It is hard to imagine why the MPLA would seek such a deal with such a small party and the allegations of Bengui's confession in *A Capital* lack credibility, if only in relation to the highly reputable reports of Agencia

Lusa. The allegations made against Bengui could be purely malicious, founded on a personal or micro-level political dispute - they will not have a major impact on national politics beyond resurrecting the debate over the feebleness of opposition parties in Angola. It is noteworthy that in the recent debate on the package electoral legislation, the PSD voted with the government and against the major opposition party, the National Union for the Total Independence of Angola (UNITA) - a decision that may have provoked hostility towards Bengui and his party.

World Markets Analysis

May 9, 2005

Angola Approves Telecom Namibia's Fixed-Line Network Licence

The Angolan Private Investment Agency (ANIP) has reported that Telecom Namibia's licence to become the first and only operator in Angola's fixed-line network has been approved. The total investment, valued at US\$53 million, will span three years, providing a residential and corporate fixed-line service, public telephones and internet access. Fixed-line services will be rolled out first in Luanda and Benguela, followed by Huambo, Namibe, Huila, Kwanza Sul and Cabinda. Hopes are that the first services could be rendered to Luanda as soon as 2006. Mundo Startel (a company in which Telecom Namibia is a controlling shareholder) will be the controlling shareholder, while the remaining shares will be owned by the Commercial bank of Angola (Banco Commercial Angolano), Mundo Telecommunications, Jemba Technical Assistance LDA and two other private investors. Mundo Startel will be the first Angolan company to be run by Namibians and is expected to create around 276 new jobs for the Angolan people.

Significance: The latest telecommunications investment, initiated by Namibia, is just another service needed to be upgraded in the long list of Angola's post-war infrastructural needs. The Chinese government has also increased investment in Angola and approved a US\$2 billion credit line to revive the country's railway network. However, it will be Angola's lucrative oil sector that will attract the biggest share of foreign and domestic investment over the short to medium term. Angola's oil sector is expected to earn around US\$23 billion in foreign direct investment over the 2005-2008 period, with big multinationals like ChevronTexaco, ExxonMobil, BP and TotalFinalElf increasing their exposure in the country.

U.S. News & World Report

May 16, 2005

A Two-headed Giant Dilemma

For Exxon Mobil, it's not enough to deliver whopping profits. So many investors bolted when it recently reported 44 percent growth in first-quarter earnings--yes, 44 percent--that the stock fell to its lowest point in 11 weeks. Why the sudden exodus? Earnings were a nickel a share less than expected.

But Wall Street's high expectations for the world's largest oil company are nothing compared with the monumental goals set by the global oil market. In the past year, the corporate titan began pumping oil and natural gas from eight major new fields, including challenging projects in the deep water off Angola's coast, the icy depths of the North Sea, and the tough terrain of landlocked Chad. Yet Exxon's production continues to slip. Even these significant additions couldn't make up for the inexorable decline of the company's vast mature fields around the world.

On the one hand, the Irving, Texas-based monolith appears to be flourishing, surpassing its nearest peer, General Electric, earlier this year to become the nation's largest corporation by market value. But Exxon is denounced by critics as hopelessly mired in the past, blind to environmental realities, and hamstrung by an autocratic management style, embodied by its longtime chief executive, Lee Raymond.

So which is the real Exxon? A shining example of corporate excellence well positioned for the future? Or a lumbering giant headed for a fall? There's plenty of support for both views, simply because Exxon's fortunes depend on a commodity as volatile as it is vital to the world economy, oil.

Minting money. Of course, Exxon's hallmark is its conservative approach, one that the company says helps keep it atop the heap through all of the industry's ups and downs. "Our organization and our strategies are designed to see through the market noise created by short-term fluctuations," Raymond told Wall Street analysts earlier this year. (Exxon declined requests for an interview for this article.) Although the style may seem "boring," he said, "You'll just have to live with outstanding, consistent financial and operating performance measured in the same transparent way we've done for the last 20 years."

Over that time, business has rarely been as good as it is today. With oil averaging more than \$ 50 a barrel this year, oil companies have been minting money, none more quickly than Exxon. Its \$ 82.1 billion first-quarter revenue is greater than the total annual economic output of most countries. Its \$ 7.9 billion profit easily topped that of its competitors. The company is amassing cash at an astonishing rate; its hoard swelled from \$ 23 billion to \$ 30 billion in just the first quarter. And much of that money is going right back into the company. Exxon is buying back its stock at its fastest pace ever, spending \$ 3.5 billion this quarter alone.

With worldwide demand for oil skyrocketing, however, some critics say Exxon should be spending that cash ferreting out new oil sources. Last year, overall capital spending was down 4.1 percent, to \$ 14.9 billion. That means it is spending less on exploration for new prospects at the same time its older fields, like those in North America, are in a natural decline. The company's production eroded nearly 5 percent in the first quarter, a rate that surprised analysts and caused Exxon to miss earnings projections.

All oil companies are grappling with moribund field production, as well as with the political reality that many countries with large untapped oil and natural gas reserves are closed to foreign capital. While other companies are working to address these issues, however, Exxon exudes a Zen-like calm. It was notably absent among this year's winners in Libya's first round of oil exploration licensing since U.S. sanctions were eased; smaller rivals Occidental Petroleum and Amerada Hess prevailed. "There's not a country in the world that we just have to have a presence in," company President Rex Tillerson told analysts in March.

Slowpoke? Exxon has shown little concern about its reserves, even though by the government's

accounting method, it replaced only 83 percent of the reserves it depleted last year. According to its own accounting, Exxon said, it replaced 112 percent. Some analysts say Exxon is a slowpoke because the world is running short of the huge prospects it needs to replenish its giant base. The company disagrees. "While we are not opportunity constrained," Raymond says, "we are patient, and we are disciplined."

An engineer who joined Exxon in 1963 and became chairman 30 years later, Raymond runs the company as a man who has seen oil prices plummet just as rapidly as they have risen, observers say. He won't pay a premium for new projects, in other words, when the price of oil could be far lower in the future. "They only invest if there's a high degree of certainty that the return on investment would be significantly above their required rate of return," says Oppenheimer & Co. analyst Fadel Gheit, "which happens to be the highest in the industry,"

Unlike other companies, Exxon can afford to wait. For example, Deutsche Bank analyst Paul Sankey pointed out last year that Raymond was an early skeptic of liquefied natural gas. But now that LNG is poised to be a major presence in the U.S. market, Exxon leads the world in the volumes it plans to handle. The 1998 merger with Mobil gave Exxon major LNG assets as well as an important relationship Mobil had established with Qatar, home to the world's second-largest natural gas reserves. Those familiar with the deal say that Mobil could not have capitalized as well on the alliance without Exxon's money and technological expertise. In 2003, Exxon signed a \$12 billion deal to export LNG from the emirate, following up last year with a \$7 billion investment in a cutting-edge gas-to-liquids project.

Fast track. Exxon's technological advantage means that most countries will always look to do deals with it. A prime example is off the shores of Angola, where Exxon employs an electromagnetic technology developed by a former NASA scientist. Production began last year from the Kizomba project, the world's largest floating oil-production platform, a record three years after Exxon signed on. "Their projects get completed very quickly," says analyst Jacques Rousseau of Friedman, Billings, Ramsey. "So if you're a host country in Africa or the Middle East, and you're dependent on those revenue streams and how well they run, Exxon has a very strong track record."

Of concern to environmentalists is Exxon's funding of research that has cast doubt on climate-change science, as well as its bankrolling of groups that oppose environmental regulations and U.S. participation in the Kyoto Protocol. Critics contrast Exxon's attitude with that of the No. 2 oil company, BP, which not only has an internal program to reduce greenhouse gas emissions but has also invested heavily in alternative energy. "Exxon Mobil is probably the only supermajor that has not been involved in the solar industry," says Rhone Resch, president of the Solar Energy Industries Association. "I think that BP and Shell and ChevronTexaco view themselves as energy companies, and Exxon Mobil views itself as a petroleum company."

Exxon's detractors say that way of thinking emanates from Raymond, who dismisses the notion that the world will retreat from fossil fuels this century and who questions the profitability of renewable energies. "Exxon is the soul of corporatism," says shareholder activist Robert Monks, who has proposed separating the chair and chief executive positions--an item Exxon kept off its proxy ballot this year, although it garnered 27 percent of shareholder votes last year. Says Monks: "It is the company that most clearly represents centralized power and unelected officials having an unacceptable impact on life in a democratic society."

With company coffers awash in earnings, the Exxon board seems perfectly happy with Raymond, having kept him on two years past the normal retirement age of 62. His presumed successor, Tillerson, is considered an equally conservative choice. "They are not in the business of making friends; they're in the business of generating profits for the shareholders," says Oppenheimer's Gheit. Other companies might try to distinguish themselves through slogans or PR, but they aspire to Exxon's profit per barrel, about \$1 higher than that of its competitors. Says Gheit, "They are the gold standard the other oil companies in the industry follow."

May 9, 2005

Portugal's Americo Amorim to take 35 pct in new bank in Angola

Portuguese businessman Americo Amorim said he will take a 35 pct position in a new bank in Angola being launched by Isabel Santos, daughter of Jose Eduardo dos Santos, the country's president, newspapers reported.

Amorim, speaking on the sidelines of the presentation of first quarter results by Banco Popular SA, said the first branch of the new retail bank will open in Luanda in June.

Amorim said he and Isabel Santos will be the leading shareholders in the bank, which will have initial capital of USD4 million , possibly rising to 10 million within the first year, Jornal de Negocios reported. The Portuguese tycoon has 5.7 pct in Banco Popular, the newspaper reported last month.

Financial Times (London)

May 9, 2005

UK bank takes a step back in time with South Africa buy

John Varley, the mild-mannered chief executive of Barclays, is noted for his patience. Yet even his resolve appears to have been tested by the past eight months of tortuous negotiations for Barclays to buy a majority stake in ABSA, the largest South African retail bank.

South African investors and politicians yesterday appeared pleased that the deal - which is post-apartheid South Africa's largest single inward investment - has finally been concluded.

It dwarfs the Dollars 1.3bn that Telekom Malaysia and SBC Communications paid in 1997 for 30 per cent of privatised telecoms monopolist Telekom.

Foreign investment inflows since the end of apartheid have been minimal, even though the country's African National Congress-led government has achieved 3-4 per cent GDP growth and brought inflation to multi-decade lows.

However, for Barclays, the UK's third-largest bank, the transaction is also an important milestone. Not only is this its largest deal since it acquired Woolwich for Pounds 5.6bn in 2000. It is also the first major deal for John Varley and an indication of his global ambitions since he stepped up to be chief executive last September.

It also takes Barclays closer to the point where it will generate half its earnings from faster-growing overseas operations as opposed to about 25 per cent now.

Finally, it marks a return to the country for Barclays after it left white-ruled South

Africa in 1986. The bank had operated in the country since the days of the British Empire. But like other foreign companies, it bowed to pressure from anti-apartheid activists to pull out.

Gaining control of ABSA gives Barclays the largest retail footprint of any South African bank, with about 30,000 staff, nearly 700 outlets and more than 4,500 cash machines in a country of 45m people.

ABSA has been a leader in pursuing new "mass-market" customers among the one in two South Africans who lack bank accounts.

Outside South Africa, ABSA has stakes in banks in Angola, Tanzania, Mozambique, Zimbabwe and Namibia, and is in talks to buy a stake in a newly merged Nigerian bank.

Barclays' profits from Africa will increase from 2-3 per cent of group earnings to about 10 per cent. The bank argues the deal is a good one for its shareholders and will be earnings accretive and meet its value criteria for acquisitions. It expects R1.4bn (Dollars 232m) of cost savings and revenue benefits over four years.

It is thought the greater part of this will come from revenue benefits of cross-selling products such as bank accounts with added benefits such as insurance.

There may be some savings from streamlining group back office functions such as IT and property. There will be no branch closures. There will also be balance sheet efficiencies, so ABSA will benefit from having a parent company with a stronger balance sheet.

However, some analysts have criticised the ABSA deal because the expected return does not exceed Barclays' cost of equity for an investment in South Africa. One analyst pointed out that South African government bonds - the least risky investment in the country - offer a yield of almost 8 per cent.

There have also been concerns that Barclays could be exposed to greater economic risk from its increased exposure to South Africa.

In addition, the Barclays and ABSA negotiations have been lengthy and complex, taking up huge amounts of management time.

Barclays has also been forced to increase its indicated price for the deal to win over unhappy shareholders.

The bank had wanted to offer R79 plus a dividend of R1.8, but is now likely to pay R82 plus dividend. ABSA shares were R50 last September but when news of the talks leaked they jumped to as high as R77.

Regulatory talks have also taken time. The regulatory framework is very different in South Africa to the UK. In South Africa, regulators must approve any deal before it is offered to shareholders - a time-consuming process.

By contrast, in the UK a company can make an offer to investors before it seeks regulatory approval.

The ABSA transaction is also hugely politically sensitive, and regulators must review it thoroughly because it has implications for other sectors. The deal required a departure from South Africa's policy of keeping its "Big Four" banks in local hands.

There is now a question mark over how Barclays will restructure its African operations to achieve maximum synergies. The bank has an African business with more than 7,000 employees in 11 countries, mostly former British colonies, including South Africa.

Jornal de Angola

9 de Maio

De volta a casa

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, regressou ontem ao país, com o desejo de ver mobilizadas as entidades envolvidas na materialização dos compromissos alcançados no Brasil e Argentina, para a concretização dos objectivos pretendidos.

O ministro das Relações Exteriores, João Miranda, falando à imprensa no Aeroporto Internacional "4 de Fevereiro", transmitiu esta intenção do Chefe de Estado angolano.

João Miranda, que considerou de "muito produtiva" a visita de trabalho do Presidente da República, afirmou que a mesma "ultrapassou a expectativa em função do conteúdo substantivo dos compromissos selados".

No Brasil, relevância vai para o acordo financeiro assinado por representantes dos dois países, testemunhado pelos Presidentes de Angola, José Eduardo dos Santos, e da República Federal do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva.

A visita de José Eduardo dos Santos ao Brasil serviu igualmente para assinatura de um acordo no domínio da Justiça, nos termos do qual os cidadãos angolanos presos no Brasil poderão doravante serem extraditados para o país.

Para o ministro das Relações Exteriores revestem-se de grande importância os acordos que vão reactivar os entendimentos alcançados entre Angola e o Brasil há muito tempo no domínio das pescas e formação profissional.

Na Argentina, a última etapa do périplo do Chefe de Estado pela América do sul, as autoridades daquele país manifestaram a sua disposição de trabalhar com o Governo angolano nos domínios da agricultura e pecuária, intenção sustentada com

um acordo de cooperação bilateral.

No Brasil, o Presidente da República foi condecorado pela Universidade Federal de Salvador da Baía com o grau de “Doutor Honoris Causa”, um feito, de acordo com João Miranda, de extrema importância para a vida do Presidente da República, porque “esta atribuição funda-se nas conquistas que José Eduardo dos Santos tem feito para o país e para África. “É prova de que os seus feitos fazem ciência”, reforçou.

Ainda no Brasil, José Eduardo dos Santos recebeu igualmente o título de “Cidadão da Baía”.

SA go-ahead on Barclays' Absa bid

Barclays has been in talks over Absa since September 2004

Barclays has won approval from South Africa to make a bid for Absa, the country's biggest retail lender.

South African Finance Minister Trevor Manuel gave the green light for the £2.8bn (\$5.3bn) deal on Sunday.

The deal would mark the biggest single foreign investment in South Africa, and make Barclays Africa's largest bank.

The UK bank is reported to have raised its offer to win support from Absa shareholders. The two are expected to formally unveil the deal on Monday.

'Potential benefits'

A successful bid would bring Barclays back to the South African consumer market for the first time in 19 years.

The UK bank backed out of mainstream banking in South Africa in 1986 after protests about its dealings with the apartheid regime.

The UK bank upped its offer - originally 80.80 rand a share or £2.8bn (\$5.3bn) in all - to 83.30 rand a share including a special dividend, according to news agency Reuters.

Mr Manuel, announcing his approval at a news conference in Johannesburg, said the potential benefits of a Barclays/Absa tie-up outweighed any potential risks or disadvantages.

A finance ministry statement said it was a "vote of confidence in the country's significant political, economic and social progress over the past decade".

Observers said approval could open the door to other foreign investments.

"The confluence of Barclays and a variety of other small deals attest to the potential for profit in the local market and more broadly in Africa," said Goolam Ballim, an economist with Standard Bank group.

"These are the early stages of a more forceful pipeline of foreign acquisitions in the local market."

On the table

At present, Barclays' offer remains a proposal, rather than a formal bid.

The bank wants to buy 60% of Absa, and has already secured the agreement of Sanlam and Rengro, which between them own about 30%.

Other key minority stakeholders such as insurance group Axa still require convincing, according to the UK's Observer newspaper.

Barclays says it will be able to find cost savings of as much as 1.4bn rands (\$232m) thanks to its skills in, for instance, the credit card market - which remains under-developed in South Africa.

Sonangol estuda projecto de produção de gás no Soyo

Luanda, 05/05 - A Sonangol pretende implementar, nos próximos tempos, um projecto de produção de gás natural liquefeito avaliado em 3,5 bilhões de dólares.

Tal projecto é destinado a recolha de gás natural, que de outra forma seria queimado a partir das instalações de produção, situadas no mar, e transportada para uma fábrica a ser construída no Soyo, Norte de Angola.

Este dado foi avançado recentemente no Rio de Janeiro, Brasil, pelo administrador da Sonangol EP, Syanga Abílio, durante um seminário sobre "Oportunidades de Investimentos e o Ambiente de Negócios em Angola", promovido pelo Ministério das Relações Exteriores, em parceria com a Agência Nacional para Investimento Privado (ANIP).

De acordo com o responsável, o projecto será concretizado com a participação da Chevron Texaco e visa arrecadar mais receitas com a venda deste produtos com a fabricação local.

"Com igual propósito, a Sonangol vai brevemente construir uma refinaria própria para evitar a perda de dinheiro com a venda do petróleo bruto", frisou Syanga Abílio.

Por seu turno, o administrador do Banco Nacional de Angola, Alberto Carlos Silva, que também participou do encontro, explicou as variáveis macro-

económicas e o esforço do Governo para estabilizar a economia nacional, adiantando a intenção de criação de uma bolsa de valores no país.

Alberto Carlos Silva defende, por isso, maior investimento brasileiro em Angola e solicita a concessão de fundos adicionais para o cumprimento desta pretensão.

O responsável sublinhou que existem 11 instituições bancárias a operarem no país e que o Banco do Brasil abriu recentemente um escritório em Angola para apoiar as empresas brasileiras que actuam neste território.

Entretanto, o vice-ministro da Geologia e Minas, Mankenda Ambroise, disse existirem, em Angola, áreas em que ainda não se realizaram trabalhos de prospecção e exploração mineral, admitindo a possibilidade de novos depósitos.

O governante falou sobre a geologia e recursos minerais, os objectivos do fomento mineiro, a actual situação mineira, a legislação aplicável à mineração, as oportunidades de negócios no sector e o interesse de cooperação entre Angola e Brasil.

O seminário sobre oportunidades de negócios e ambiente de negócios é o primeiro do género organizado pelo Governo angolano no Brasil e reuniu mais de 200 empresários dos dois países.

Presidente angolano admite que possibilidades de cooperação com Argentina são imensas

Foto Angop

Durante a visita à Argentina, José Eduardo dos Santos defende relações bilaterais mais dinâmicas e efectivas

Buenos Aires, 06/05 (Dos enviados especiais) - O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, admitiu quinta-feira, em Buenos Aires, que as possibilidades de cooperação entre Angola e a Argentina "são imensas".

O chefe de Estado angolano fez este pronunciamento após a cerimónia de assinatura, entre os dois países, de dois acordos e igual número de protocolos de cooperação tendentes ao fortalecimento das relações bilaterais entre ambos os Estados.

"Importa somente explorar de forma mais dinâmica e efectiva as suas potencialidades e estabelecer a complementaridade de cada uma das nossas economias, a fim de formarmos vínculos ainda mais sólidos no futuro", asseverou o Presidente.

Para o estadista angolano, além dos documentos rubricados, está certo que a sua visita "permitirá identificar outras áreas possíveis de interesse mútuo, que permitam a nossa cooperação".

Disse que pela via da Argentina e também do Brasil, Angola "pretende promover a aproximação e o intercâmbio comercial entre os dois blocos económicos regionais que cada um de nós integra", que são o Mercosul , (uma zona regional de livre comércio na América do Sul) e a SADC (comunidade de desenvolvimento da África Austral).

"O reforço desta aproximação e intercâmbio comercial, através do Oceano, poderá contribuir para que se crie um espaço de desenvolvimento e prosperidade no Atlântico Sul, no âmbito da cooperação Sul-Sul", defendeu José Eduardo dos Santos.

Acrescentou que este espaço alargado pode ser importante para uma intervenção mais activa de Angola e da Argentina na arena internacional, fazendo ouvir uma voz convergente sobre grandes temas que preocupam a humanidade, tais como o terrorismo, a defesa do meio ambiente, a erradicação da pobreza e da doença e a resolução pela via pacífica e negociada de todas as crises políticas e conflitos armados.

Noutra parte do seu discurso, o Presidente angolano disse que ao mesmo tempo que o Governo promove esforços para a realização de uma conferência internacional de doadores para ajuda à reconstrução nacional, tem diversificado também as suas relações económicas no plano bilateral com os países que lhe são próximos, como é o caso da Argentina.

"Procuramos assim criar novas oportunidades para estabelecer parcerias no domínio económico, comercial e empresarial, que sejam úteis e vantajosas para todos", concluiu José Eduardo dos Santos.

Argentina/Angola: Assinados acordos de cooperação bilateral

Foto Angop

Ao centro, os presidentes José Eduardo dos Santos (Angola) e Nestor Krshner testemunharam a assinatura dos acordos

Buenos Aires, 06/05 (Dos enviados especiais)- Dois acordos de cooperação económica e comercial foram rubricados quinta-feira, em Buenos Aires (Argentina), entre as autoridades locais e angolanas, no quadro da visita que o presidente José Eduardo dos Santos efectua desde quarta-feira àquele país sul-americano.

Na oportunidade foram ainda assinados dois protocolos de cooperação, um no âmbito petrolífero, entre as sociedades nacionais de combustíveis, a

Sonangol, por Angola e a Enarsa, pela Argentina, e outro no domínio da agricultura e pecuária.

Na ocasião, o presidente da República admitiu que as possibilidades de cooperação entre Angola e a Argentina "são imensas". "Importa somente explorar de forma mais dinâmica e efectiva as suas potencialidades e estabelecer a complementariedade de cada uma das nossas economias, a fim de formarmos vínculos ainda mais sólidos no futuro", asseverou o presidente.

Para o estadista angolano, além dos documentos rubricados, está certo que a sua visita "permitirá identificar outras áreas possíveis de interesse mútuo, que permitam a nossa cooperação".

Por sua vez, o presidente argentino, Nestor Krishner, manifestou a disponibilidade do seu Governo desenvolver ainda mais as relações bilaterais com Angola em benefício dos respectivos povos.

O anfitrião do presidente José Eduardo dos Santos deixou claro que o seu país está disposto a auxiliar no desenvolvimento de uma relação comercial mutuamente vantajosa que receberá um impulso adicional através da criação, em comum acordo, de uma câmara de comércio Argentina/Angola.

Nestor Krishner manifestou-se satisfeito pelo facto de estar já marcada para Março do próximo ano a primeira reunião da comissão mista entre os dois países.

Acordos assinados serão mutuamente vantajosos

Buenos Aires, 05/05 (Dos enviados especiais)- Os acordos de cooperação económica e comercial e de entendimento relativo à consultas sobre assuntos de interesse comum, assinados hoje, em Buenos Aires, por delegações de Angola e da Argentina, na presença dos presidentes, José Eduardo dos Santos e Nestor Krishner, são mutuamente vantajosos.

Foram também assinados um protocolo de cooperação na área da agricultura e pecuária e outro atinente ao sector dos petróleos entre as companhias petrolíferas dos dois países, a Sonangol e a Enarsa.

O acordo de cooperação económica e comercial refere, entre outros aspectos, que esta colaboração deverá ser feita em áreas de interesse mútuo, incluindo a promoção de um clima favorável para investimentos e a criação de "joint ventures".

Terá um período de vigência de cinco anos e se renovará, se ambas as partes assim o entenderem. Relativamente ao segundo acordo rubricado sabe-se que as duas partes efectuarão consultas, ao alto nível, se se tornar

necessário a fim de analisarem a situação internacional, bem como o desenvolvimento das relações bilaterais.

Os representantes das partes acreditadas nas Nações Unidas e em outros organismos internacionais, poderão realizar consultas relativas à temas de interesse comum, quando for necessário, de acordo com o estipulado neste acordo.

O protocolo de cooperação na área da agricultura e pecuária, prevê uma colaboração nos domínios da formação de quadros médios e superiores nos sectores de hidráulica, agrícola, economia agrária, veterinária, silvicultura e mecanização.

As partes signatárias acordaram que a cooperação se estabelecerá nos domínios empresariais privados, comercial e institucional e prevê ainda um intercâmbio de técnicos e investigadores, a quem competirá elaborar um programa anual de trabalho, assim como controlar e avaliar os projectos acordados.

Entre outras disposições, o acordo entre as petrolíferas dos dois países prevê um intercâmbio tecnológico, comercial, meio ambiente e segurança operativa.

Argentina Plans Angola Embassy; Signs State-Oil Company Accords

May 5 (Bloomberg) -- Argentina plans to open an embassy in Angola, sub-Saharan Africa's second-biggest oil producer, after Argentine President Nestor Kirchner and Angolan President Eduardo Jose Dos Santos signed an oil and trade accord. Argentina's state oil company, Energia Argentina SA, agreed to a technology and trade exchange with the African nation's oil company, Sonangol SA, while the two countries also agreed to create a bilateral trade-promotion group, Kirchner said in remarks today at the presidential palace in Buenos Aires.

"We decided to have a stronger presence on a continent that's on a path of peace and development," Kirchner said.

Enarsa, as the Argentine oil company is known, was created last year after power shortages forced the government to reduce shipments of natural gas to industry. The company plans to participate in all areas of Argentina's energy development, including oil, natural gas and hydroelectricity, Enarsa Vice-President Luis Corsiglia said last month in Rio de Janeiro.

Oil represents half of Angola's gross domestic product and 75 percent of government revenue, the International Monetary Fund said in a report on April 5. Oil accounted for 92 percent of the country's \$10.5 billion export revenue last year, followed by diamonds, the government said on April 29.

Argentina's exports to Angola rose 27 percent last year to \$81 million from \$64 million in 2003, according to the National Statistics Institute. The country has no imports from Angola.

Brazil, South America's biggest economy, said May 3 it will finance \$580 million in Angolan purchases of Brazilian goods and services through a three-year, oil-backed loan program.

To contact the reporter on this story:
Eliana Raszewski at eraszewski@bloomberg.net

Last Updated: May 5, 2005 19:05 EDT

Brasil e Angola assinam acordo sobre dívida e comércio

Brasília - Os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e José Eduardo dos Santos, de Angola, assinam hoje um protocolo de entendimento que altera o mecanismo de pagamento da dívida angolana com o Brasil, que alcança US\$ 950 milhões, segundo o ministro interino do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Márcio Fortes de Almeida.

O novo mecanismo prevê uma fórmula para diminuir os riscos da variação dos preços internacionais do petróleo na chamada Conta Petróleo, a fórmula adotada em 1990 para lastrear as exportações brasileiras de bens e de serviços para Angola com garantia das vendas externas de petróleo desse país.

Com esse mecanismo, será possível a venda para Angola de aviões da Embraer, de ônibus, máquinas e equipamentos para a agroindústria, veículos para a polícia, além da execução de projetos de infra-estrutura, que beneficiarão empresas brasileiras, conforme informou nota divulgada pelo MDIC.

A cada ano, Angola deposita em uma conta bancária, em nome do governo brasileiro, o equivalente ao faturamento de seus embarques diários de 20 mil barris de petróleo. Algo que, em preços de hoje, totalizam US\$ 350 milhões por ano, segundo o MDIC. Os valores que excedem essa cifra são devolvidos.

Nos últimos três anos, retornaram a Angola US\$ 250 milhões. Com a elevação dos preços do petróleo, a perspectiva é que, neste ano, a devolução atinja US\$ 200 milhões. A novidade será a manutenção na Conta Petróleo, permanentemente, de US\$ 150 milhões como uma espécie de amortecedor de eventuais quedas no valor do petróleo.

Angola And Argentina to Strengthen Trade Relations

Angola Press Agency (Luanda)

May 4, 2005

Posted to the web May 4, 2005

Luanda

An Argentinean business delegation will carry out in the coming days a visit to Angola, where it will set up a trade chamber aiming the strengthening of commercial relations between the two countries.

This information was advanced Tuesday to press, in Buenos Aires, by the Angolan ambassador in the Latin American country, Fernando Dito, on the eve of the first two-day official visit that the President of the Republic, José Eduardo dos Santos, is kicking off today in Argentina.

The source referred that among the agreements to be signed during the presidential trip includes those related to commercial relations, which will enable the commercial exchanges, never done before.

"There are some Argentinean products entering Angola illegally", Mr Dito affirmed, adding that this attitude has certainly been penalising the national business sector.

The Angolan President is due to arrive this afternoon in Buenos Aires. The official programme of the visit will only begin on Thursday, the day that are scheduled a series of activities, highlighting a private meeting between the Southern African Statesman with his South American counterpart, Nestor Kirchner.

About this meeting, the head of Angola's diplomatic representation in Argentina, vaticinates that there will be discussed economic, social and political issues.

"The problems that Argentina is facing are very similar to ours", Mr Dito told the Angolan journalists who are covering the presidential trip.

The diplomatic relations between both countries date since the early stage of the African Nation's Independence, in November 11th, 1975, but Angola has only opened its representation in Buenos Aires in 2003.

However, Argentina has set up in the Angolan capital a diplomatic representation with non-resident statute.

The Angolan President goes to Argentina proceeding from Brazil, where he also carried out a State visit to the Portuguese speaking country.

OPTIMISMO NA HUILA COM OS DIAMANTES

2005-04-28

Num primeiro pronunciamento público hoje, o Governador local, Ramos da Cruz, expressou este sentimento.

A posição contraria as apreensões emitidas por várias vozes em relação as consequências negativas do novo recurso na vida da população como aconteceu em outros cantos de Angola. As apreensões dimanaram com realce dos responsáveis da Igreja Católica, de partidos políticos e da Sociedade Civil.

«Não se justificam estes receios», opinou o Governador Ramos da Cruz. O seu executivo, garantiu inclusive, «saberá evitar a catástrofe social nas comunidades circundantes das áreas de extracção do minério».

Preferiu manter em sigilo a localização de tais áreas. Ramos da Cruz confirmou somente a presença de kimberlites na sua jurisdição.

Via de regra, as fontes oficiosas locais situam os diamantes da Huíla nos municípios da Chibia (Sul do Lubango), Quilengues (Noroeste da Huíla) e Quipungo (Centro Este).

GRANITO, FERRO

Falando de outros minérios da região, Ramos da Cruz reconheceu o fraco interesse que tem merecido o granito negro, uma riqueza de vulto nos idos tempos coloniais.

Os seus rendimentos elevam-se actualmente a 500 mil dólares (USD)/ano, segundo o governador que lamentou o desinteresse dos investidores para com este minério.

Relativamente ao ferro, cujas minas de Cassinga faziam a celebridade económica da província, disse que continua a depender do projecto de reabilitação das citadas minas.

O projecto até já tem muitos investidores interessados, mas observam um compasso de espera por causa de outro empreendimento estratégico. Este empreendimento é a reabilitação do Caminho de Ferro de Moçamedes, cuja operacionalidade assegurará o escoamento regular do ferro extraído em Cassinga.

Os jazigos de Cassinga são localizados no município da Jamba, cerca de 300 km a Sudoeste do Lubango. A recuperação da linha férrea conta oficialmente com um estudo de viabilidade à espera apenas de implementação.

POTENCIAL HIDROELÉCTRICO EXPLORADO A 4 % APENAS

2005-05-03

A constatação figura no relatório final de uma +Avaliação Rápida dos Recursos Hídricos e Uso da Água em Angola+.

Divulgado no último fim de semana por LUSA, o estudo foi realizado pela empresa norueguesa de consultadoria SWECO Groner.

O relatório integra o projecto de gestão do sector das águas em curso desde 2000 entre o Ministério da Energia e Águas de Angola e a Direcção de Recursos Hídricos e Energia da Noruega. O projecto pretende melhorar a gestão dos recursos hídricos angolanos.

O estudo destaca a situação do rio Cuanza, que representa 45 % do potencial hidroeléctrico de Angola. Neste rio, funcionam apenas dois dos 11 aproveitamentos hidroeléctricos planeados para aquele curso de água, que permitiriam produzir 30.000 GWh/ano. O documento descreve os três sistemas de abastecimento de água articulados à hidrológica consoante as áreas Norte, Centro e Sul.

Os avaliadores salientam que não é possível conhecer com precisão todo o potencial dos recursos hídricos devido à falta de dados. «Quase todas as 189 estações hidrométricas que estavam em operação na altura da independência de Angola, em 1975, foram abandonadas durante os anos da guerra civil», justifica.

ATLÂNTICO

Frisa que a maioria dos rios de Angola nasce nas montanhas centrais e desagua no oceano Atlântico ou no rio Congo, com um escoamento anual estimado em cerca de 140 km cúbicos.

No total, há 77 bacias hidrológicas, com cinco áreas principais de escoamento, sendo a mais importante a do Atlântico, que representa 41% da superfície do país. As restantes são as do Congo (22 %), Zambeze (18), Okavango (12) e Etosha (4).

Numa altura em que a escassez de água se torna mundial, a riqueza hidrográfica de Angola está patente no facto de apenas se prever um défice no uso futuro de água em 19 das suas 77 bacias.

O estudo revela, por outro lado, que o potencial das águas subterrâneas «é suficiente para fornecer água à maioria das vilas das zonas rurais de Angola». «A actual procura de água nas zonas rurais não ultrapassa 30 litros/dia e por pessoa, pelo que o volume necessário para abastecer uma vila de 1.000 habitantes pode ser alcançado perfurando poucos poços», lê-se no documento.

AGRICULTURA

O estudo considera que «Angola tem um enorme potencial para a intensificação das actividades agrícolas». Nas, acha que a intensificação terá que «passar pelo desenvolvimento da irrigação».

Angola possui actualmente 340.478 hectares de terrenos agrícolas irrigados ou parcialmente irrigados e outros 783.338 hectares em reabilitação ou planificados para irrigação. Totaliza, portanto, cerca de 1,1 milhão de hectares de terrenos irrigados para agricultura.

«Em teoria, parece possível irrigar quase dois milhões de hectares em Angola com uma média anual de 15 mil metros cúbicos por hectare», admite o estudo. A média inspira-se no valor estimado pela estratégia regional da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) como necessidade líquida anual para irrigação.

Angola e Argentina fortalecem relações comerciais

Foto Angop

O embaixador angolano na Argentina, Fernando Dito

Buenos Aires, 05/05 (Dos enviados especiais) - Uma delegação de empresários argentinos efectua, nos próximos dias, uma visita a Angola durante a qual será criada uma câmara de comércio para o fortalecimento das relações comerciais entre os dois países.

Esta informação foi avançada terça-feira à imprensa, em Buenos Aires, pelo embaixador angolano na Argentina, Fernando Dito, em véspera da primeira visita oficial, de dois dias, que o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, inicia hoje neste país da América do Sul.

A fonte referiu que entre os acordos a serem assinados durante a visita presidencial figura o relativo ao domínio comercial que, de acordo com Fernando Dito, permitirá trocas comerciais directas, antes impraticáveis.

"Aparecem certos produtos argentinos em Angola de uma forma ilegal", asseverou o diplomata, para quem esta atitude tem de certa maneira penalizado o empresariado nacional.

O Presidente angolano chega a Buenos Aires às 14 horas locais, 18 de Angola. O programa oficial da visita inicia somente na quinta-feira, dia em que estão previstas uma série de actividades, destacando-se o encontro em privado com o seu homólogo argentino, Nestor Kirchner.

Sobre este encontro, o chefe da representação diplomática de Angola neste país sul-americano, vaticina que o mesmo venha abordar aspectos de natureza económica, social e política.

"Os problemas que a Argentina vive são muito semelhantes aos nossos", sublinhou Fernando Dito à jornalistas angolanos que cobrem a visita presidencial.

As relações diplomáticas entre os dois países datam desde os primórdios da Independência Nacional, mas só a partir de 2003 Angola abriu a sua representação em Buenos Aires.

A Argentina, por sua vez, tem na capital angolana um representante diplomático e plenipotenciário com o estatuto de "não residente".

O Presidente angolano vai a Argentina ido do Brasil, onde efectuou igualmente uma visita de Estado.

Folha de sao paulo
03/05/2005 - 17h02

Brasil firma acordo com Angola para financiar exportação

Publicidade

ANA PAULA RIBEIRO

da Folha Online, em Brasília

Os governos do Brasil e de Angola assinaram hoje um memorando que garante ao país africano créditos para o financiamento de exportações de bens e serviços brasileiros.

Para este ano, está previsto crédito no valor de US\$ 180 milhões. Para o ano que vem, US\$ 250 milhões e para 2007, US\$ 150 milhões.

Para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, esses recursos estão à altura das "enormes demandas da reconstrução nacional" de Angola. O país viveu sob uma guerra civil entre 1975 e 2002.

A assinatura do acordo foi feita após o encontro com o presidente angolano, José Eduardo dos Santos.

Além disso, os dois países firmaram acordos nas áreas de ciência e tecnologia, saúde e administrativa.

"Exploramos novas possibilidades de cooperação em matéria de ciência e tecnologia, educação, administração pública, formação profissional, agricultura, meio ambiente e pesca", disse hoje o presidente Lula.

A intenção é que a linha de crédito viabilize as compras de aviões da Embraer, ônibus, máquinas e veículos, além de projetos de infra-estrutura no país.

Reforçamos, assim, um mecanismo financeiro que tem sido o grande motor da expansão dos investimentos brasileiros em Angola", disse o presidente brasileiro.

Lula aproveitou para fazer um desafio à comunidade internacional, convocando outros países a também investirem em Angola.

"A nação angolana não será construída apenas explorando suas riquezas naturais. Exige também investimentos vultosos, especialmente em educação e saúde, para superar os desafios sociais que entravam o desenvolvimento nacional."

ONU

O presidente de Angola apoiou hoje a política externa brasileira, a candidatura do país a uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU (Organização das Nações Unidas) e agradeceu as manifestações de carinho do Brasil ao país africano.

Para Santos, o Brasil deve ter uma "inserção mais ativa e incisiva no jogo das forças mundiais".

Repercussão da visita de Eduardo dos Santos ao Brasil

Brasília, 05/05 – Alguns jornais brasileiros publicaram hoje com destaque os principais momentos da visita que o Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, efectuou de domingo a quarta-feira ao Brasil.

Terça-feira à noite as cadeias de televisão tinham incluído nos seus telejornais a notícia do encontro entre o Chefe de Estado angolano com seu homólogo brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, a sessão da assinatura dos acordos de cooperação bilateral e fizeram referências aos discursos proferidos pelos dois estadistas.

Na generalidade dos jornais, o principal destaque foram os acordos assinados terça-feira entre Angola e o Brasil nas áreas de geologia e minas, administração pública, jurídica, financeira e de saúde.

O jornal "Tribuna do Brasil", intitulando a sua notícia "Brasil e Angola selam 6 acordos", escreve que entre os acordos de cooperação assinados entre os dois países, o principal é o do âmbito financeiro, que "prevê mecanismos para melhorar os prazos e a forma de pagamento da dívida de 950 milhões de dólares de Angola para com o Brasil".

Na sua matéria, ilustrada com foto dos dois presidentes a saudarem-se, aquele matutino brasileiro refere ainda que ao abrigo do acordo, o “governo brasileiro concederá 580 milhões de dólares de créditos ao governo angolano nos próximos três anos, e, como garantia, Angola fornecerá 20 mil barris de petróleo por dia ao Brasil”.

“De acordo com o protocolo, o governo brasileiro vai conceder 180 milhões de dólares neste ano, 250 milhões de dólares em 2006 e 150 milhões de dólares, em 2007”, sublinha o “Tribuna do Brasil”, acrescentando que “os recursos provenientes do petróleo, equivalentes hoje a 350 milhões de dólares por ano, vão ser usados para o pagamento das dívidas vencidas e a vencer, de Angola para com o Brasil”.

O Jornal conclui que “caso haja sobra de dinheiro, será devolvido ao governo angolano, embora 150 milhões de dólares fiquem como garantia para eventuais flutuações do preço do petróleo durante a vigência do acordo”.

Outro jornal é o “Estado de São Paulo”, que depois de se referir a importância da cooperação entre Angola e o Brasil, pelas potencialidades existentes, deu também destaque ao acordo no âmbito financeiro.

Com o título “Lula recebe presidente de Angola e divide vitória na OMC com africanos”, o jornal escreve que o presidente brasileiro “aproveitou a visita do colega angolano para angariar pontos a mais com as recentes vitórias do Brasil na Organização Mundial do Comércio”.

Quanto aos contenciosos contra subsídios concedidos pelos Estados Unidos da América aos produtores de algodão e subvenções da União Europeia a suas exportações de açúcar, segundo o jornal, Lula atribuiu também as vitórias à eficiência e determinação de pequenos produtores agrícolas que sustentam as economias africanas.

“Cada Vitória nossa nos foros multilaterais é a Vitória da competência e da determinação dos pequenos produtores agrícolas que sustentam a economia de muitos países mais pobres”, sublinhou o presidente brasileiro, refere o “Estado de São Paulo”.

“Esperamos sempre contar com Angola e com toda a África nessa luta para legar às futuras gerações um sistema comercial fundado na competitividade e não na fome e miséria de nossos filhos”, conclui o Presidente Lula, ainda de acordo com aquele jornal.

Taxa de crescimento do sector não petrolífero atinge 11 por cento até 2006

Luanda, 04/05 - A taxa de crescimento dos sectores produtivos não petrolíferos, nomeadamente Agricultura, Pescas e Indústria poderá atingir um crescimento na ordem dos 11 por cento, durante o biénio 2005/2006.

A possibilidade foi avançada hoje, em Luanda, pelo vice-ministro das Finanças, Job Graça, quando dissertava sobre "A Banca e as Finanças", no Simpósio de Negócios, organizado pela Câmara de Comércio Angola-Estados Unidos, em parceria com a Câmara de Comércio e Indústria de Angola.

Na sua explanação, o governante reforçou que embora exista uma taxa de crescimento elevado e inflação, o desiderato será alcançado.

Referiu que a dívida pública de Angola representa 45 por cento do Produto Interno Bruto e que poderá ser reescalorada, caso não houver choque no preço do petróleo.

O Simpósio Sobre Negócios conta com a participações de mais de 20 empresas americanas.

"A Banca e Finanças", "O Ambiente Regulador" e "A Nova Lei dos Petróleos" são os temas em discussão até quinta-feira.

Angola LNG group lets FEED contract

By OGJ editors

HOUSTON, Apr. 27 -- The Angola LNG project consortium, after recently signing natural gas supply agreements, has awarded front-end engineering design (FEED) contracts for a 5 million-tonne/year gas liquefaction plant to be built near Soyo in northern Angola, reported ChevronTexaco Corp.

The contracts were awarded to Overseas Bechtel Inc. and a group consisting of Kellogg Brown & Root Inc., Houston; JGC Corp., Yokohama; and Technip USA Corp.

Work is to begin immediately on the 15-month program, after which a final investment decision will be made.

Angola LNG is a joint development of state-owned Sonangol EP (22.8%) and local affiliates of ChevronTexaco (36.4%) and ExxonMobil Corp., Total AS, and BP PLC (13.6% each).

PennWell Petroleum Webcasts

PennWell Petroleum Webcasts

Oil and Gas Journal Online and IndX Software present:
Realizing Operations Excellence through Operations Intelligence Solutions
December 9, 2004

view all Oil & Gas Journal webcasts -->

Sponsored White Papers

Angola-Brazil Joint Commission Ends Work

Angola Press Agency (Luanda)

April 28, 2005

Posted to the web April 28, 2005

Angop

The sixth meeting of the joint commission Angola-Brazil ended on Wednesday, in Brasilia, with the approval of six texts of bilateral accords that might be signed during the official visit of the Angolan President, Jose Eduardo dos Santos, from the 02nd to 04th of May.

The accords have to do with the texts of Agreement on the Mutual Judicial Aid on Penal Matters, on Extradition, Transfer of Convicted People, Protocol of Intentions on the Technical Co-operação in the Area of Public Administration, Complementary Agreement to the Accord of Economic, Scientific and Technical Co-operation in the areas of geology, mining and mineral technology among others.

<http://www.oracle.com/go/?&Src=3188850&Act=19>

During the three-day visit, the Angolan and Brazilian delegations discussed also economic, financial and trade matters, as well as technical and cultural co-operation, having been decided, in relation to financing, the continuation of the efforts for the adjustment of the credit line to the trade potentialities of trade and bilateral investments and the realities of the international economy.

Angola parliament approves poll laws, vote distant

Wed April 27, 2005 3:07 PM GMT+02:00

By Zoe Eisenstein

LUANDA (Reuters) - Angola's parliament has approved a final package of electoral laws, removing another hurdle to the nation's first post-war poll slated for 2006 but with many obstacles still ahead.

The 'electoral law' was passed on Tuesday by 120 parliamentarians, with 60 voting against it and three abstentions, MPLA spokesman Kwata Kanawa told Reuters.

"Now we must create the conditions so that all the state organs involved in elections can begin preparations for the ballot," Kanawa said on Wednesday.

But holding an election in Angola will be no easy task as much of the country is in tatters after almost three decades of civil war and with a ruling party that has been entrenched in power since 1975, giving it sway over a lucrative oil sector.

The main opposition voted against the package, indicating that political divisions remain strong.

Angola, sub-Saharan Africa's second largest oil producer, is set to hold its first national ballot since 1992 next year.

The international community deemed the last vote "generally free and fair" but then rebel movement UNITA disputed the result and returned to war against government forces.

The conflict, which killed more than a million people, ended in April 2002 with the signing of a peace deal between UNITA -- now Angola's largest opposition party -- and the government. UNITA voted against the new law but could not be immediately reached for comment.

Kanawa said a series of other laws relating to elections, including on the financing of political parties and electoral registration, had been passed by parliament last week.

According to the new legislation, the National Electoral Commission is to be made up of 12 citizens, six to be chosen by parliament -- where the MPLA holds a substantial majority -- three to be chosen by the MPLA and a further three by opposition parties with parliamentary representation.

"We still believe 2006 is a realistic objective. We still need to discuss with other political parties during which period of the year will be best," Kanawa said.

No exact date has been set and there has been no official word on whether the general and presidential votes will both be in 2006 or whether the presidential ballot will be held back until the following year.

The MPLA has ruled the southwest African country since independence from Portugal in 1975. The party tightly controls the local press and displays scant tolerance towards dissent amid allegations of graft in the oil sector on a grand scale.

Critics contend the party is tightening its grip on power as it cashes in on surging oil prices and say it would be reluctant to relinquish control.

99.4% of Angola's exports are oil, diamonds

afrol News, 2 May - Post-war Angola is seeing a sharp rise in exports, which reached a total value of US\$ 10.5 billion in 2004. The country however is deepening its economic dependence on mineral resources, and almost all exports are generated by the oil and mining sectors. Other economic development is lagging behind.

According to the newest statistics released by the Angolan government, the country's exports in 2004 totalled US\$ 10,530,764,911, with oil and oil derivatives accounting for 91.92 percent of the total. Petroleum and petroleum products had generated nearly US\$ 9.7 billion in state revenues last year.

Diamonds also in 2004 were Angola's second largest export commodity, generating nearly US\$ 785 million in revenue. This equals 7.45 percent of total export revenue. The oil and diamond sectors thus totally represented 99.37 percent of Angola's exports last year, highlighting the country's total dependence on these two natural resources.

Other exporting sectors also mainly are related to natural resources. Fish exports totalled almost US\$ 12 million - or 0.11 percent of total exports. Further, non-ferrous scrap metal accounted for US\$ 4.7 million or 0.05 percent of total exports.

Brazilian Diamond Mine to Supply Leviev

(May 3, '05, 5:12 Edahn Golan)

The trend these days in the industry is to beat up on Israeli diamond dealer Lev Leviev. But while his marketing deal in Angola is all but over, a new source of supply is on the horizon.

Elkedra Diamonds, which is developing a new diamond project in Brazil, announced today (Tuesday) that its Chapada Diamond Project in the country is on target to start construction work later this month, and expects to start producing diamonds in the December 2005 quarter.

The \$4 million project, located in the state of Mato Grosso, is expected to start initial production at a rate of more than 30,000 carats a year, producing predominantly gem quality diamonds.

Leviev's Diamond Group has an off-take agreement with Elkedra for all the full production, expected to have an average selling price of above \$400 per carat.

The mine life is forecast at nine years at the initial 30,000 carats per annum production level, or a total of 270,000 carats worth an average of \$108 million.

Russian Diamond Monopoly Alrosa to Export Angolan Diamonds to Israel

Created: 03.05.2005 13:40 MSK (GMT +3), Updated: 14:16 MSK

MosNews

Russia's uncut diamond monopoly Alrosa, which controls 25 percent of the global market, said the diamonds that the company produces at its Angolan mine of Catoca will be exported to Israel. The information was related by the company's president Alexander Nichiporuk in an interview with the Russian Business weekly newspaper, published on Tuesday, May 3.

A company owned by Israeli businessman Dan Gertler will help Alrosa break the long monopoly on the export of Angolan diamonds held by another Israeli citizen, Lev Levaiev, one of the world's most prominent diamond merchants.

Annual exports under the deal should be worth \$300 million. Alrosa owns a 32.8 percent stake in the Catoca mine, compared with Levaiev's 18 percent. In the past, Ascorp (an Angolan state enterprise partially owned by Levaiev) has conducted all operations related to the valuation of diamonds and controlled almost 100 percent of the legal exports of Angolan stones. Last year total exports were worth about \$650 million, but Alrosa could not export extracted diamonds directly and was forced to sell them at below market prices.

But in March 2005, Angola abolished the state monopoly on diamond exports and allowed Sunland Mining, a joint venture set up by Alrosa and Dan Gertler to sell diamonds directly. Two years ago, Gertler's DGI lost its monopoly on diamond exports from the Democratic Republic of the Congo, although it still controls most of the diamond exports from that country. Gertler helped Alrosa break Levaiev's monopoly, the Russian business newspaper wrote.

Yelena Anankina, an analyst at Standard and Poor's, says Alrosa's decision to transfer the sales rights to its Israeli partner is quite natural. "The company does not have great experience in selling diamonds," she said. "It was only allowed to sell diamonds on secondary markets in 2002."

Israel, a global center of diamond cutting and polishing, has been experiencing a deficit of raw materials, largely after De Beers sharply decreased the number of site-holders (preferred partners) in the country. Although De Beers left Angola in 2001, it has not given up hope of returning one day.

Brazilian President Praises Cooperation with Angola

Brasilia, May 3 (Prensa Latina) Brazilian President Luiz Inacio Lula da Silva highly praised cooperation with Angola by signing with his counterpart Jose Eduardo dos Santos six agreements, and ratified his criticism of the industrialized world.

Lula da Silva and Enrique dos Santos signed accords in law, health, geology, mining and public administration, and two treaties for extradition and transfer of criminals.

The Brazilian leader said he sought to revitalize a partnership that dated back to the historic Brazilian decision to be the first state to hoist its flag in the independent Luanda in 1975.

He expressed his interest in increasing economic and commercial ties with Angola, and recalled Brazil was the first country to solve bilateral debt with Angola.

Brazil and Angola are uniting forces "against inequities caused by developed nations' protectionist measures," Lula maintained.

He also mentioned Brazil's victories against US cotton subsidies and European Union sugar subsidies at the World Trade Organization.

"Each of our victories at multilateral forums constitutes the triumph of small agricultural producers' competition and determination to support the economy of many poorer countries," he added.

The Brazilian statesmen considered the rapprochement between the Southern Common Market and the underdeveloped nations of the Community of Portuguese Language Countries an important step towards that goal.

Diamonds

By Jeff Miller Posted: 5/3/2005 10:09 AM

(Rapaport...May 3, 2005) **Angola reports diamond exports for 2004 accounted for more than 7 percent of total exports at \$785 million.**

Petroleum products accounted for the majority of exports, 92 percent of the total or \$9.7 billion.

Wood, cassava, shellfish, and scrap metal were listed as exports, but their sectors did not improve much from 2003. Oil and diamond exports were shipped mostly to the United States, greater Europe, and East Asia.

Open the Airwaves campaign launched in Angola

The Media Institute of Southern Africa (Misa) has launched its Open the Airwaves campaign in Angola, with the first of a series of 13 radio shows on the issue broadcast on Catholic Radio Ecclesia, reports Gilberto Neto.

The campaign, which runs in other Sadc countries too, aims to push for the public broadcaster to be freed from state control. Broadcasters should give access to a range of social interests, serve the public spheres and have the freedom to produce challenge or controversial programming content, Misa argues.

The programmes will be on air on Friday mornings, and will encourage the public to phone in with their views.

For the first broadcast, which went out on April 29, three journalists and a priest discussed the issue for an hour on Ecclesia. The guests were Mario Maiato, from the Angolan Syndicate of Journalists, Paula Simons, from independent commercial radio LAC, freelance journalist Mario Paiva, and the deputy director for Radio Ecclesia priest Mauricio.

All the participants said national radio – the only station to broadcast across the vast country and the only one accessible on shortwave - was tightly controlled by the government, and provided a very bad example of public service.

Paiva said an independent board should be appointed to oversee the broadcaster.

It has taken a year of negotiations before Ecclesia agreed to run the programmes.

The station has been trying to get official permission to broadcast over shortwave, in order to reach outside the capital Luanda, and it does not want to jeopardize this project.

Last year, the then Minister of Information Hendrik Neto accused the radio of embarking on what he called “terrorism of antenna”, based on a live show where listeners are given the chance to call and express their opinion on current issues.

Simba Mines Inc. Commences Trading on OTC Market Under the Symbol SBAMF

BAY CITY, MI and TORONTO -- (MARKET WIRE) -- 05/04/2005 -- Simba Mines Inc. (OTC: SBAMF) advises that it is now listed on the US - OTC under the trading symbol SBAMF. The fully diluted capital is 18 335 000 shares with a float of 2 350 000 shares.

Simba's mission is to produce, as soon as feasible, 20 000 tons of copper each year, escalating to 40 000 tons p.a., from its Cachoeiras de Binga licence area in Angola. The present price of copper currently trades in excess of US \$3000 per ton.

Simba will be a low-cost producer. Its licence area is near the coast close to the town of Sumbe with access to power and other infrastructure and its operating costs should not exceed \$1,000 per ton.

The demand for copper is expected to remain strong, principally because of strong economic growth in Asia. Telecommunications, housing, transportation, transportation infrastructure and electricity all drive the need for copper. This will continue for the foreseeable future.

Simba's licence area covers 2245 sq miles of which 280 sq miles is known to be mineralized. Exploration of only 30 sq miles of this 280 sq miles has proven up 7.1 million tons, which at an estimated 2.14% grade of copper and a 70% recoverability rate equates to 106 358 tons. The inferred resources from this 30 sq miles area are another 50 million tons, generating the prospect of another 749 000 tons of copper.

About Simba

Simba is a Canadian company which holds, through its subsidiaries, an 80% interest in the Cachoeiras de Binga licence in Angola.

Angola e Argentina fortalecem relações comerciais

O embaixador angolano na Argentina, Fernando Dito

Buenos Aires, 05/05 (Dos enviados especiais) - Uma delegação de empresários argentinos efectua, nos próximos dias, uma visita a Angola durante a qual será criada uma câmara de comércio para o fortalecimento das relações comerciais entre os dois países.

Esta informação foi avançada terça-feira à imprensa, em Buenos Aires, pelo embaixador angolano na Argentina, Fernando Dito, em véspera da primeira

visita oficial, de dois dias, que o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, inicia hoje neste país da América do Sul.

A fonte referiu que entre os acordos a serem assinados durante a visita presidencial figura o relativo ao domínio comercial que, de acordo com Fernando Dito, permitirá trocas comerciais directas, antes impraticáveis.

"Aparecem certos produtos argentinos em Angola de uma forma ilegal", asseverou o diplomata, para quem esta atitude tem de certa maneira penalizado o empresariado nacional.

O Presidente angolano chega a Buenos Aires às 14 horas locais, 18 de Angola. O programa oficial da visita inicia somente na quinta-feira, dia em que estão previstas uma série de actividades, destacando-se o encontro em privado com o seu homólogo argentino, Nestor Kirchner.

Sobre este encontro, o chefe da representação diplomática de Angola neste país sul-americano, vaticina que o mesmo venha abordar aspectos de natureza económica, social e política.

"Os problemas que a Argentina vive são muito semelhantes aos nossos", sublinhou Fernando Dito à jornalistas angolanos que cobrem a visita presidencial.

As relações diplomáticas entre os dois países datam desde os primórdios da Independência Nacional, mas só a partir de 2003 Angola abriu a sua representação em Buenos Aires.

A Argentina, por sua vez, tem na capital angolana um representante diplomático e plenipotenciário com o estatuto de "não residente".

O Presidente angolano vai a Argentina ido do Brasil, onde efectuou igualmente uma visita de Estado.

Governo luta pela estabilização da moeda para relançar economia

Foto Angop

Ministro-adjunto do primeiro-ministro, Aguinaldo Jaime, procedeu a abertura do simpósio de negócios entre Angola e EUA

Luanda, 05/05 - O grande desafio do Governo angolano, neste contexto de paz, é o da consolidação do programa de estabilidade macro-económica e da moeda nacional (Kwanza), por forma a torná-la num instrumento que permita relançar a economia não petrolífera do país.

A afirmação é do ministro-adjunto do primeiro-ministro, Aguinaldo Jaime, quando falava na abertura do simpósio de negócios entre Angola e os Estados Unidos, iniciado quarta-feira, em Luanda.

O governante sublinhou que a consolidação da democracia, a reconciliação nacional e a estabilidade da economia visam dar garantias aos investidores que escolheram Angola como destino de aplicação dos seus capitais.

Tal processo, disse, permitirá relançar a economia nacional, possibilitando a partida atrair mais investimentos externos que se juntarão aos esforços de investidores nacionais para em conjunto criarem o bem estar dos angolanos.

No passado, salientou, quando havia uma grande instabilidade macro-económica, o papel do sistema financeiro era pouco significativo, limitando-se mais ao agenciamento de negócios especulativos, propiciando a diferença de preços entre o mercado financeiro formal e informal que muitas vezes chegava a ser de 100 por cento.

Hoje, de acordo com o ministro, o diferencial médio entre os dois mercados está cotado entre um a quatro por cento, facto que permitiu criar condições de confiança aos detentores de poupanças externas e consequentemente depositar estes valores em Angola.

Consciente deste facto, notou, o Estado angolano tem vindo a implementar um ambicioso programa de reabilitação das infra-estruturas económicas e sociais, destruídas pela guerra.

Segundo sublinhou, o financiamento deste programa exige avultados capitais e tais valores não estão disponíveis nos cofres do Estado, razão pela qual disse ser importante a realização de uma conferência de doadores, acto que alguns círculos da comunidade internacional dizem não estar ainda reunidas as condições para o efeito.

Por esta razão e porque o país não pode parar, salientou, o Governo tem procurado encontrar fórmulas alternativas de financiamento que permitam levar avante o seu programa de reformas económicas.

Aliado ao facto de não ser possível o sector privado suportar sozinho o peso de reconstrução e desenvolvimento nacional, sublinhou que o Estado angolano usou de forma criativa o petróleo para impulsionar o financiamento da economia do país.

Segundo disse, embora os contratos de pré-financiamento por petróleo sejam duramente criticados, o Governo recorreu a eles no passado como forma privilegiada de financiar o seu programa de reformas.

De acordo com o governante, por força das mudanças políticas e económicas registadas no país, hoje já é possível usar o petróleo em condições mais vantajosas para conseguir recursos para financiar a economia, razão pela qual o Governo assinou contratos, linhas de créditos, usando o petróleo como garantia, cujas taxas de juros são baixas e o período de reembolso é alargado, podendo ir até 15 anos.

O simpósio sobre negócios entre Angola e os Estados Unidos é uma iniciativa das câmaras de comércio e indústria de Angola e dos Estados Unidos da América e conta com a participação de mais de 20 empresas americanas.

No encontro, cujo termo está previsto para hoje, estão em abordagem temas como "A Banca e Finanças", "O Ambiente Regulador" e "A Nova Lei dos Petróleos".

ANGOP

3 de Maio

Presidente da República reafirma realização de eleições em 2006

Bahia - O governo angolano está a fazer tudo para que o país realize eleições gerais em 2006, reiterou segunda-feira o Presidente José Eduardo dos Santos, em Salvador da Bahia, onde iniciou domingo uma visita oficial de três dias ao Brasil.

Falando aos jornalistas locais, no final da cerimónia em que lhe foi outorgado o título "Doutor Honoris Causa" pela Universidade da Bahia, o estadista angolano declarou que todos os passos estão a ser dados no sentido da preparação e realização das eleições no próximo ano.

Eduardo dos Santos fez saber que o passo principal para a realização do pleito foi dado a 26 de Abril último, com a aprovação, pelo Parlamento, do Pacote Eleitoral.

Revelou que com a aprovação deste pacote, nos próximos 15 dias poderá ser estabelecida a Comissão Nacional Eleitoral (CNE), órgão que se encarregará de todo o processo eleitoral.

Na opinião do Presidente da República, o processo de preparação e realização de eleições em 2006 vai consolidar a democracia em Angola, augurando que seja um verdadeiro exercício democrático.

Instado sobre a hipótese do retorno da guerra em Angola, caso seja agitada por potências externas, tendo em conta as suas imensas riquezas, Dos Santos descartou totalmente esta possibilidade.

Contudo, adiantou que o país tem boas relações com os gigantes mundiais do petróleo, esclarecendo que os negócios em Angola são feitos na base de instrumentos jurídicos acordados pelas partes.

ANGOP

4 de Maio

British Petroleum prevê volume de negócios de oito biliões de dólares nos próximos anos

Luanda - O volume de negócios da multinacional petrolífera British Petroleum (BP) no mercado angolano será nos próximos anos de oito mil milhões de dólares, em função dos projectos em desenvolvimento nas áreas de exploração, pesquisa e produção do crude em vários campos petrolíferos do país.

Ao falar na abertura do simpósio sobre negócios entre os Estados Unidos e Angola, o presidente daquela companhia no país, José Patrício, disse que o compromisso da BP para com Angola é de longo prazo, razão pela qual estão a realizar avultados investimentos.

José Patrício disse que, com experiência, tecnologia e volume de investimentos, a BP pretende se tornar numa das forças impulsionadoras do progresso de Angola, pois seria um contra-senso se não criassem um quadro que propicie a obtenção de vantagens mutuas para o benefício de quem lhes concedeu o privilégio de trabalharem no país.

O gestor assegurou que as actividades da multinacional, na qualidade de ser um dos maiores investidores do país no ramo dos petróleos, vão beneficiar o povo e a economia nacional. Acrescentou que este gesto não deve ser apenas da responsabilidade da BP, mas de todos os principais investidores em Angola.

"Temos todos um importante papel de ajudar o desenvolvimento de Angola", frisou José Patrício, acrescentando que os benefícios com a presença da BP são consubstanciados no volume de receitas arrecadadas pelo Estado, no âmbito dos acordos de partilha de produção e na tributação da indústria petrolífera.

Dentre os benefícios realce também para a angolanização da força de trabalho e da gestão da companhia em Angola, transferência de "know how",

a capacitação e desenvolvimento do empresariado local e intervenções de âmbito sócio-económico.

Em termos de apoios à indústria petrolífera, José Patrício disse que a BP está activamente envolvido na identificação de oportunidades e meios para melhorar o desenvolvimento industrial sustentável em Angola.

Na sua óptica, uma maior participação de empresas locais no apoio à indústria petrolífera criará mais oportunidades de emprego, aumentará a concorrência na provisão de serviços e conduzirá, consequentemente, a uma redução de custos a curto e médio prazo.

O simpósio sobre negócios entre Angola e os Estados Unidos, iniciado hoje em Luanda, é uma iniciativa das câmaras de comércio e indústria de ambos os países e conta com a participação de mais de 20 empresas americanas.

ANGOP

3 de Maio

ChevronTexaco investe USD nove biliões em projectos no país

A ChevronTexaco Angola está a investir nove biliões de dólares em três projectos, nomeadamente "Condensados de Gás do Sanha", "Benguela, Belize, Lobito e Tomboco" (BBLT), no bloco 14, e "Gás Natural Liquefeito" (LNG).

Estes dados foram divulgados hoje pelo director geral da ChevronTexaco em Angola, James Blacwell, durante uma conferência de imprensa sobre as realizações desta empresa petrolífera em 2004.

Referindo-se aos projectos, notou que o Condensados de Gás do Sanha - localizado nas águas marítimas do Bloco zero, ao largo de Cabinda, está avaliado em 1.9 bilião de dólares. Este projecto tem por objectivo reduzir a queima de gás nos blocos zero e 14.

No Bloco 14, onde estão a ser investidos USD 2.2 biliões, a ChevronTexaco irá utilizar uma plataforma de produção denominada por torre de produção articulada, a sexta maior estrutura a nível mundial. Segundo estimativas, o ponto mais alto da produção será de 200 mil barris de petróleo por dia.

No tocante a redução da queima de gás, a ChevronTexaco, em conjunto com a companhia petrolífera angolana Sonangol, irá desenvolver o projecto de

Gás Natural Liquefeito (Projecto Angola LNG), avaliado em cinco biliões de dólares.

O projecto, de cinco milhões de toneladas, irá recolher gás natural, que de outra forma seria queimado a partir das instalações de produção, situadas na zona marítima, e transportá-lo para uma fábrica de LNG, a ser construída perto do Soyo, no norte de Angola.

Ao referir-se ao desempenho da ChevronTexaco em 2004, James Blackwell referiu que a produção foi de 477 mil barris/dia. Adiantou que o crescimento em termos de produção, até 2007, será de 50 por cento.

Na área de desenvolvimento empresarial, segundo disse, foram gastos, só no ano passado, 259 milhões de dólares em negócios com empresas locais.

Sobre os recursos humanos, James Blackwell sublinhou que 88 por cento da força de trabalho da ChevronTexaco é nacional, representando uma clara aposta à angolanização. Desde 2001, realçou, a força de trabalho expatriada foi reduzida em 232 pessoas. Actualmente, 73 por cento dos cargos profissionais de direcção da companhia são ocupados por angolanos. Até 2010, prevê-se que noventa por cento das funções técnicas e cargos de direcção sejam ocupados por quadros nacionais.

Segundo o director-geral da ChevronTexaco em Angola, dentre outras actividades de impacto social, em 2004 foram reabilitadas e construídas escolas, bem como apoiados programas de educação, que tiveram impacto sobre oito mil estudantes. No sector agrícola, disse, destaca-se o apoio a cerca de sete mil pessoas na produção de seis mil e 700 toneladas de alimentos

UN Integrated Regional Information Networks

May 3, 2005

Equatorial Guinea; Exiled Leader Resurfaces Saying Hit Men Spared His Life

Severo Moto, the leader of Equatorial Guinea's self-styled government-in-exile, has resurfaced in Spain after being reported missing and has said he miraculously escaped an assassination bid.

Moto reappeared in Madrid last weekend, more than 10 days after his wife reported him missing, saying a pair of would-be hit men had taken him out on a yacht in Croatian waters to kill him, but suddenly changed their minds, apparently because he was a fellow Catholic.

At a weekend press conference in Madrid, Moto said that he had twice gone to Croatia to seek funding for his political campaign against President Teodoro Obiang Nguema, who has ruled oil-rich Equatorial Guinea for more than a quarter of a century.

But, he said, he had been betrayed and was to have been thrown overboard in the Adriatic until "the assassins turned into angels."

He quoted them as saying shortly before they turned the boat back towards the southern Croatian coastal city of Dubrovnik: "We brought you here to kill you but we aren't murderers. You are a man of God."

Moto, a former political prisoner in Equatorial Guinea, heads a self-styled government in exile in Madrid. His dissident cabinet had suggested that Obiang's government was involved in his disappearance. Malabo denied the accusation.

A member of the opposition told IRIN on Tuesday that Moto had denied earlier reports that Spain, where he lives as a political refugee, was behind the plot to do away with him.

There was no comment from the Spanish foreign ministry, who earlier this month said it was investigating the reports of his disappearance.

Moto and eight other members of the government in exile were convicted in absentia last year after being accused of masterminding a failed plot to depose Obiang with the help of mercenaries flown into the oil-rich Central African country from South Africa.

Moto was sentenced to 63 years in jail in November -- the third time that a court in Equatorial Guinea had convicted him of political offences.

According to prosecution evidence presented at the trial, the coup attempt was financed by a group of overseas businessmen, including Mark Thatcher, son of the former prime minister Margaret Thatcher.

Thatcher was subsequently fined by a South African court after admitting that he supplied a helicopter which was due to be used in the venture.

Obiang, who has ruled Equatorial Guinea for 26 years since deposing and killing his uncle in 1979, has been widely accused of human rights abuse and of corruption involving oil revenues that have poured in over the past decade.

Equatorial Guinea produces 350,000 barrels per day of oil and has become Africa's third-biggest oil producer after Nigeria and Angola, but most of its 500,000 people still live in dire poverty.

Associated Press

May 3, 2005 Tuesday

Brazil extends a US\$580 million credit line to Angola

Brazil on Tuesday said it will extend a US\$580 million credit line to Angola to help that African nation finance the purchase of Brazilian goods and services.

The announcement was made at the end of an hour-long meeting between Brazilian President Luiz Inacio Lula da Silva and his Angolan counterpart, Jose Eduardo dos Santos who wrapped up his two-day visit to Latin America's largest country.

The funds will be disbursed over a three year period -- US \$180 million in 2005, US\$250 million in 2006 and US \$150 million in 2007 -- according to a letter of intent signed by the finance ministers of both countries.

The Brazilian finance ministry said in a statement that the money will be used to finance Angolan purchases of a wide range of products and services including aircraft, buses, farm equipment and infrastructure projects. No further details were immediately available.

Angola whose economy has been growing at about 10 percent a year is sub-Saharan Africa's second-largest oil producer after Nigeria. Since its protracted civil war ended in 2002, production has risen to around 1 million barrels a day.

UPI

May 3, 2005

U.S., Angola sign Article 98 agreement

WASHINGTON -- Angola has become the 100th nation to sign an Article 98 agreement with the United States, the State Department said Tuesday.

Article 98 of the Rome Statute ensures U.S. citizens will not be surrendered to the International Criminal Court without Washington's consent. The United States opposes the U.N.-backed court that deals with genocide, crimes

against humanity and war crimes, when a state is unwilling or unable to do so itself.

The agreement with Angola was signed Monday in Washington by Constance Newman, assistant secretary of State for African Affairs, and Josefina Perpetua Pitra Diakite, the Angolan envoy to Washington.

RIA Novosti

May 03, 2005

ALROSA TO SELL ANGOLAN DIAMONDS IN ISRAEL

A weekly newspaper for the business community, Biznes, cites Alexander Nichiporuk, the president of Russia's diamond monopoly Alrosa (which controls 25% of the global market), as saying that the diamonds the company produces in the Angolan mine of Catoca will be exported to Israel.

A company owned by an Israeli businessman, Dan Gertler, will help Alrosa break the long monopoly on the export of Angolan diamonds held by another Israeli citizen, Lev Levaiev, one of the world's most prominent diamond merchants.

Annual exports under the deal should be worth \$300 million. Alrosa owns a 32.8% stake in the Catoca mine, compared with Levaiev's 18%. In the past, Ascorp (an Angolan state enterprise partially owned by Levaiev) previously conducted all operations related to the valuation of diamonds and controlled almost 100% of the legal exports of Angolan stones. Last year total exports were worth about \$650 million, but Alrosa could not export extracted diamonds directly and was forced to sell them at below market prices.

But in March 2005, Angola abolished the state monopoly on diamond exports and allowed Sunland Mining, a joint venture set up by Alrosa and Gertler, who is a nephew of Shmuel Schnitzer, an authority on the diamond business in Israel, to sell diamonds directly. Two years ago, Gertler's DGI lost its monopoly on diamond exports from the Democratic Republic of the Congo, although it still controls most of the diamond exports from that country. Gertler helped Alrosa break Levaiev's monopoly, Biznes writes.

Yelena Anankina, a Standard and Poor's analyst, says Alrosa's decision to transfer the sales rights to its Israeli partner is quite natural. "The company does not have great experience in trading diamonds," she said. "It was only allowed to sell diamonds on secondary markets in 2002." Israel, a global center of diamond cutting and polishing, has been experiencing a deficit of raw materials, largely after De Beers sharply decreased the number of site-holders (preferred partners) in the country. Schnitzer's company has lost this status as well. It was De Beer's punishment for the attempts made by his nephew to

expand business in Africa. Although De Beers left Angola in 2001, it has not given up hope of returning one day.

Mineweb

May 3, 2005

ALROSA CURBS ISRAELI DIAMOND APPETITE

While promising more diamond sales to Israeli diamantaires, Alrosa chief executive Alexander Nichiporuk has stopped short of committing himself to a new target volume, or a target date. On Wednesday and Thursday of last week, Nichiporuk was in Israel, accompanying President Vladimir Putin. Nichiporuk also visited the Ramat Gan diamond exchange, and met with a wide range of Israeli diamantaires during the two-day visit.

Notably absent from the guest list issued by Alrosa sources was Lev Leviev, Israel's wealthiest diamantaire, who also holds marketing and manufacturing rights in Africa and Russia.

Nichiporuk referred obliquely to Leviev when he said that the purpose of his talks in Israel last week was, according to a spokesman: "to develop cooperation with the Israeli diamond branch on the basis of principles of transparency, and maintenance of equal access of the various Israeli enterprises to the Russian diamond raw material." For several months now, Alrosa sources have been accusing Leviev of gaining commercial advantage from sweetheart relationships with Alrosa affiliates in the Sakha republic, as well as in Angola. "Equal access" is the new Alrosa code word for canceling these arrangements, and substituting in Angola a corporate partnership with Dan Gertler's companies called Sunland.

However, a spokesman for Nichiporuk told Mineweb that press leaks that preceded the Putin visit from sources close to Gertler were "incorrect" to predict that Alrosa would sell \$ 250 million worth of rough to Gertler's organization this year from the Catoca mine in Angola. The spokesman said that this year's output from Catoca, in which Alrosa is the largest shareholder, will be worth about \$ 300 million. Regarding the reported share of sales to Gertler, he added "we do not split like that." He added that sales to Gertler and other Israelis from Catoca would take place in Antwerp.

In response to a demand by Israeli Prime Minister Ariel Sharon for deregulation of Russian diamond exports, Nichiporuk said this would happen when the current system of state export quotas is dismantled. While Alrosa sources give no date for this to happen, the government expects it will occur at, or not long after Russia's accession to the World Trade Organization (WTO). This date is at least three years away. Israel's Minister of Industry

Ehud Olmert and Avi Paz, the new exchange president, have been invited to Moscow for further talks on diamond trade.

Nichiporuk's performance in Israel was challenged even before he left Moscow for Tel Aviv by a month-old Moscow research institute, specializing, it says, in analysis of terrorism and the diamond trade. According to the Civil Research Council (CRC), Alrosa has serious deficiencies in its financial accounting of diamond output, exports, and domestic sales.

The charges from the five-week old CRC, headed by Sergei Goriaenov, come in two reports, released in March and April. These call for skepticism towards what Nichiporuk told the Israelis were "the basis of principles of transparency, and maintenance of equal access".

In his first report, issued in March, Goriaenov's analysts compared federal government, Sakha administration, and company production data for rough in 2003, concluding that the mining companies appear to have produced \$ 44.7 million more diamonds than the official statistics provided pursuant to Russia's adherence to the Kimberley Process. Sakha region data suggest \$ 258.8 million worth of rough was produced beyond the statistic of the federal Ministry of Finance. But this figure appears to include \$ 181 million of value attributed to Alrosa's share of the Catoca mine in Angola. The CRC report concludes that the "official data of diamond extraction in the Russian Federation in 2003, published according to the Kimberley Process requirements, do not reflect the real state of affairs." Russia became chairman of the Kimberley Process this year, taking over from South Africa.

A comparison of separate accounts for Alrosa exports of rough for 2003 indicate an unexplained discrepancy of \$ 47.2 million, which appears to have been sold but not counted in Alrosa's annual report for the year. Different accounting of Alrosa's domestic sales of rough for the same year shows an unexplained discrepancy of \$ 38.2 million.

The CRC report also estimates that diamond smuggling each year in Russia is worth at least \$ 300 million. Contraband operations with diamonds are also attributed to Chechen rebel groups fighting against Russian federal forces in the Caucasus.

In a second report, issued early in April, the CRC launched an unusually detailed attack on the diamond industry programs of the Sakha republic president, Vyacheslav Shtirov. The main thrust of the report, titled "How much does a Yakut diamond cost?", is that mismanagement inside Alrosa and its subsidiaries, and diversion of funds by Sakha republic diamond cutting enterprises, are causing multi-million dollar losses; accounting discrepancies; bankruptcies; and corruption. Behind all this, the report claims that the political leadership of Sakha has feathered its nest at the expense of the federal

treasury in Moscow. Shtirov, it is alleged, "surpassed [ex Sakha president] M.E. Nikolaev" in awarding tax and credit preferences.

While criticisms of the alleged financial abuses in Sakha are not new, and have been growing steadily since the federal government took control of both the Supervisory Board and the chief executive's post at Alrosa, the origin of the report is a mystery to most Russian industry players. According to its director, Sergei Goriaenov, the CRC was formed on March 11 of this year. He added that it is funded by "physical persons, experts in weaponry and in diamond areas. It is not supported by governmental structures," he added. It also publishes material relating to terrorism.

Agence France Presse

May 3, 2005

Angola's Marburg death toll up to 280

The death toll from the outbreak of the Ebola-like Marburg virus in Angola has reached 280, most of whom succumbed to the disease in the northern Uige province, the health ministry and the World Health Organisation said late Monday.

Of the 280 dead, 269 were in Uige province and a further 208 people are under medical observation in that region after coming into contact with an infected person, a statement from the ministry and the WHO said.

There have been a total of 313 cases detected of the Marburg virus since monitoring of the outbreak, the worst ever recorded, began on October 13, it added.

Angolan health officials have stressed that corpses present a very high risk of contamination as burial rituals often involve touching the deceased to bid farewell.

Deputy Health Minister Jose Van Dunem told journalists that a health team traveled to the village of Ngombe, 150 kilometers (95 miles) north of the city of Uige, on Sunday and were told that a woman who had attended the funeral of a relative in Uige had spread the virus to the village. "When she returned to Ngombe, she contaminated 12 other members of her family and they all died," said Van Dunem.

A traditional healer who treated many patients sick with Marburg in a town outside of Uige has also died from the haemorrhagic fever, he added.

No new cases of the Marburg virus have been detected outside the province.

Results from a blood test on a suspected case of Marburg in nearby Malange province were negative, he said.

“África do Sul está pronta a apoiar Angola na fase das eleições”

O embaixador da África do Sul em Angola fala da cooperação entre o seu país e Angola e das perspectivas do seu crescimento. Relembra, igualmente, o período em que trabalhou com as antigas FAPLA e a JMPLA, nas décadas de 70 e 80, em Angola. O embaixador da África do Sul em Angola, Tony Msimanga, está de malas feitas de regresso ao seu país, depois de quase quatro anos à frente da representação diplomática do seu país em Luanda. Nesta entrevista, fala com entusiasmo da sua experiência em Angola, que considera uma segunda casa, por o ter acolhido nos anos difíceis da luta contra o apartheid. Por isso, também tem Angola no coração.

Jornal de Angola

Senhor embaixador, quase quatro anos a representar os interesses da África do Sul em Angola. Na hora da partida, que balanço faz da sua missão?

Tony Msimanga: Cheguei a Angola em 2001, numa altura em que o país ainda estava numa fase de guerra. Depois chegou o cessar fogo do Luena, e entramos na fase da paz. E isto como embaixador deu-me a possibilidade de analisar a situação e avançar com o processo de aproximação dos dois países. Centralizei a minha acção em diversas áreas: reconstrução de infra-estruturas, desminagem. Privilegiei também sectores capazes de facilitar a circulação entre os dois países e com isso fomentar as relações comerciais entre Angola e África do Sul. Uma das coisas que fiz foi encorajar os empresários sul-africanos a virem a Angola. Posso dizer com franqueza que consegui fazer com que algumas empresas sul-africanas estabelecessem parcerias com empresas angolanas e que, assim, investissem em Angola. Isso significa que estamos a avançar em termos de aproximação.

JA: Quais são exactamente essas empresárias e em que áreas estão implantadas?

TM: Uma das primeiras áreas que me concentrei logo de início foi a da supressão dos vistos nos passaportes diplomáticos e de serviço. Neste momento, os sul-africanos não precisam de visto para Angola, e os angolanos não precisam de vistos para a África do Sul nos passaportes de serviço e diplomáticos. O segundo projecto era trabalhar no sentido de abolir também os vistos nos passaportes normais. É um projecto já iniciado, que infelizmente

não vou poder concluir, talvez o próximo embaixador poderá concluí-lo. Quanto a investimentos, podemos falar na área da construção civil, de empresas como o Group Five e da Grinaelk LTA, que trabalham em vários projectos em Angola. Mas um dos maiores projectos, que penso ser muito importante é o da cooperação entre ABSA (banco sul-africano) e o Banco Comercial Angolano. Foi também durante a minha estadia em Angola que o vice-presidente sul-africano, Jacob Zuma, efectuou uma visita oficial a Angola. Ele teve a oportunidade de visitar a província de Benguela e houve troca de informações com dirigentes angolanos. Recentemente, tivemos a visita oficial do Primeiro-Ministro angolano à África do Sul. Esta visita permitiu assinar vários acordos entre os dois países, e acho que isso foi extremamente importante nas relações entre os dois Estados. Mas antes da visita do Primeiro-Ministro já tinha sido assinado um acordo na área da agricultura, que classifico como um sector fundamental para o desenvolvimento e crescimento económico de ambos países. Recentemente tivemos a visita a Angola da nossa ministra da Agricultura, que penso ser a última visita oficial durante a minha estada aqui. Claro que muitas coisas mais aconteceram durante a minha missão como embaixador em Angola.

JA: Está satisfeito com o que fez ou pensa que podia ter feito muito mais ainda?

TM: Estou satisfeito com aquilo que fiz, mas penso que gostaria de ter feito mais, mas o tempo não permitiu. Era minha intenção unir algumas províncias angolanas com províncias sul-africanas que têm similitudes, na agricultura, comércio, etc.

JA: A que províncias se refere exactamente?

TM: O exemplo concreto foi a província da Huíla e também a província do Bié, que receberam visitas de delegações vindas da África do Sul. Nesse aspecto, poderia ter feito muito mais para unir essas províncias, porque na minha agenda de investimentos para Angola, considereei a agricultura uma das prioridades. Desejava, por exemplo, geminar a província da Huíla e a província do Cabo (África do Sul), e o Bié a província do Free State. Estava também nos meus planos geminar a província de Luanda e de Gauteng, mas isso não concretizado. Compreendo que esse conceito de geminação é novo em Angola, e as pessoas ainda não compreenderam muito bem isso. Apesar disso, continuamos a trabalhar, e nesses últimos dias estou a trabalhar para ligar a província de Malange a do Kuazulu-Natal. Penso que a ligação de província à província, facilita a materialização de acções de desenvolvimento local.

JA: Como é que a África do Sul pode ajudar o processo eleitoral que se vai realizar em Angola?

TM: Durante a visita do nosso Vice-Presidente a Angola, este ponto foi abordado e esclarecido. A África do Sul está pronta a apoiar Angola nesta fase das eleições, mas o nosso país só poderá responder através de um convite do Governo angolano, que deverá especificar em que áreas a África do Sul pode ajudar. É, para nós, muito importante que a África do Sul mostre a sua prontidão em ajudar neste aspecto. Por isso, quando o Governo angolano pedir ou der o sinal, o Governo sul-africano estará pronto para ajudar, porque é do seu interesse que as eleições se realizem de forma democrática e pacífica, e que haja paz na nossa região.

JA: Uma questão pouco abordada nos meios oficiais dos dois países é sobre a responsabilidade da África do Sul pelos prejuízos provocados pelo antigo regime do “apartheid”, durante as invasões contra Angola nos anos 80. O actual Governo sul-african

TM: Nós sabemos o que é que o “apartheid” fez contra Angola. Durante esse período os membros do ANC e da sua ala militar estavam em Angola e lutaram ao lado do MPLA contra o regime do apartheid. Perdemos também muitos militantes nessa época. Para reabilitação de Angola, temos encorajado os empresários sul-africanos a investir no país. Já existe muitas empresas que investiram em Angola e continuamos a mostrar a importância e necessidade do envolvimento do empresariado da África do Sul a envolver-se na reconstrução de Angola. Trata-se de um aspecto muito importante e nós podemos ajudar Angola. No aspecto académico, há um projecto que está em curso entre a UNISA (Universidade da África do Sul) e a Universidade Agostinho Neto para preparar quadros para o ensino à distância. Estamos a espera também que seja assinado um acordo nesse domínio, porque pensamos que devemos fazer mais na preparação de quadros angolanos. Ainda na área da formação, há quadros que estão a ser preparados no sector de enfermagem, e que já apresentaram o primeiro relatório em Angola. Os seus instrutores estão satisfeitos com o seu desempenho e a sua disposição para aprender e o esforço que estão a fazer para aprender a língua inglesa.

JA: Quer dizer que não se deve falar concretamente em indemnização nem em responsabilidade do seu país pelos prejuízos provocados a Angola pelas invasões do “apartheid”, e que esses prejuízos são recompensados com os investimentos sul-africanos aq

TM: Bom, não estou muito certo quanto a isso, porque quando tudo isso se deu eu estava também em Angola. Durante essa guerra perdemos também muitos membros e eu, inclusive, perdi um irmão, que está sepultado em Angola. Isto significa que lutamos ao lado das FAPLA e, inclusive, contra a UNITA. Posso referir que durante esse período trabalhei com membros da JMPLA e também na preparação e treinamento dos Pioneiros de Agostinho Neto (OPA). Considero-me, devido a minha contribuição, angolano. Por isso, é de certa forma difícil para mim responder se devo ser penalizado pelo que o

regime do “apartheid” provocou em Angola. Pessoalmente não posso dar uma resposta concreta, porque, conforme disse, trabalhei com membros da JMPLA. Olha ! Considero-me um membro do MPLA. Os quadros do MPLA que me conhecem há ,muitos anos, consideram-me, ainda, como um jovem da JMPLA.

JA: Fale-nos um pouco mais dessa sua experiência de guerrilha em Angola. Em que ano chegou, regiões em que esteve...

TM: Cheguei a Angola em 1979, quando comecei com a minha preparação militar na área de Quibaxe (Província do Bengo). Trabalhei com as antigas FAPLA e com as forças militares cubanas. Depois desse treinamento, deixei Angola para continuar a minha preparação militar no exterior e depois retornei novamente a Angola, tendo permanecido numa base de trânsito do ANC em Viana (Luanda). Foi nesta base que comecei a ter contactos com membros da JMPLA e de outras entidades do MPLA. Quando o primeiro presidente de Angola, Dr. António Agostinho Neto, faleceu eu estava cá e também estava em Angola quando José Eduardo dos Santos assumiu a presidência do país. Isto significa que a minha relação com Angola e com o partido MPLA é muito profunda. Considero-me praticamente filho de Angola, porque muitas das minhas actividades foram realizadas em Angola. Eu bebi a água do Bengo e, como se diz, quem bebe a água do Bengo, não esquece a terra.

JA: Em que altura deixou definitivamente Angola?

TM: Em 1981 deixei Angola e fui para a Europa. Depois disso, entrava e saía de Angola regularmente, mas não permanecia muito tempo. Em 2001, fui chamado pelo presidente Thabo Mbeki, que me deu a tarefa de vir representar a África do Sul em Angola, algo que me deixou bastante satisfeito, já que retornaria a minha segunda casa. Um dos meus grandes desejos é ver Angola a desenvolver, a desfrutar os frutos da paz e que as eleições previstas para o próximo ano se realizem num ambiente de paz. Embora possa parecer contraditório para alguns, porque sou embaixador, mas faço votos que o MPLA ganhe as próximas eleições. Faço ainda votos que todos os partidos trabalhem em conjunto para ajudar o povo e fazer o país crescer e que os partidos da oposição exerçam um papel construtivo. Isso é muito importante.

JA: Durante um certo período, principalmente na década de 90, notou-se uma certa frieza nas relações entre Angola e África do Sul. E diz-se que Angola não estava satisfeita com a falta de apoio político da África do Sul perante a situação difícil que o país v

TM: Depois de 1994, houve uma série de problemas herdados do antigo regime, que o Governo sul-africano tinha que resolver imediatamente. Havia muita criminalidade. Da mesma maneira, Angola vivia uma situação muito difícil. Os dois países tinham que resolver os problemas de cada um. Mas

houve apoio moral e político entre os dois países. Era apenas a fase que os dois países atravessavam. Agora que há paz em Angola, se regista um movimento maior de pessoas entre os dois países. A nível governamental e empresarial, nota-se que há mais cooperação e isso demonstra que o momento é de congregar esforços de modo a fomentar o desenvolvimento de ambos países. Por outro, sempre reconhecemos que Angola é um país que nos apoiou bastante nos momentos difíceis. E não foi só Angola. Recebemos também apoio de outros países como a Zâmbia, e neste momento o presidente Thabo Mbeki está muito empenhado na construção da paz na nossa região e a nível do continente, e isso é importante. O caso concreto é o da República Democrática do Congo (RDC), país em que a África do Sul está a trabalhar com o Governo angolano, a fim de resolver o conflito naquele país. A RDC faz fronteira com Angola e caso o conflito persista, afectará, certamente, também Angola. Por isso, temos que trabalhar para que haja paz no nosso continente.

JA: Deixa Angola com o sentimento do dever cumprido...

TM: Como embaixador, estou satisfeito por ter sido enviado a Angola para representar o meu país. Creio ter conseguido atingir os meus objectivos fundamentais. Direi adeus Angola, mas haverá um momento em que poderei voltar. Desejo sucesso ao povo angolano e votos de boa saúde ao Presidente José Eduardo dos Santos, a fim de ajudar o povo angolano a desenvolver.

Agence France Presse

May 2, 2005

Press freedom elusive in Africa, rights group says

Press freedom remained an unachieved goal in Africa in 2004, with independent journalists battling censorship, hate media and random violence, media watchdog group Reporters without Borders (RSF) said Tuesday.

"Press freedom too often remains a frustrated hope in Africa. Journalists pay with their blood or their freedom for the despotism that continues in some countries," RSF said in its annual report released on World Press Freedom Day.

The Paris-based organization singled out Eritrea and Zimbabwe as countries where press freedom is in a "very serious situation" -- the worst grade on its worldwide index.

Rwanda, Ivory Coast and the Democratic Republic of Congo (DRC) also came in for sharp criticism, along with Gambia, where local Agence France-Presse

(AFP) correspondent Deida Hydara was killed by unidentified gunmen in December 2004.

RSF said the death of Hydara, who also worked for the organization, stood as a chilling example of the random violence plaguing journalists in Africa, which it described as a "continent of death and despair".

In Zimbabwe, "freedom of the press simply does not exist," RSF said, hitting out at the government of President Robert Mugabe for targeting the country's top circulation daily, The Daily News, and forcing foreign reporters to leave.

The Daily News, an independent daily known for its anti-government line, and its sister paper The Daily News on Sunday were closed down in September 2003 on charges that they violated the country's tough media laws.

But on March 14 of this year, Zimbabwe's Supreme Court set aside the government commission's decision to refuse to register the two newspapers.

"What was once the country's leading newspaper is now reduced to occupying one room" in the offices of its publishers, RSF lamented.

"Year on year, Zimbabwe has thus become a no-go area for free expression. Everything is under government control."

The group highlighted Eritrea as a "dismal exception" in Africa, saying the "youngest country on the continent is also its largest prison for journalists", with 14 reporters currently behind bars.

The government of Eritrean President Isaias Afewerki maintains an iron fist over the media, forbidding the operations of all independent news organizations and booting out the last foreign correspondent in September 2004.

"The blackout appears to be here to stay" in Eritrea, the group warned.

RSF said the lack of free press also plagued Rwanda, where, 10 years after the genocide, President Paul Kagame's government "continues to behave like a predator", controlling broadcasts and harassing the sole independent paper.

It qualified the situation in Ivory Coast since the September 2002 armed uprising that split the country in two as "disastrous", with the rise of unreliable politically-biased dailies and hate media targeting foreigners.

"Hate and violence reign in Cote d'Ivoire. Even within the news media," it said. "Daily papers are political mouthpieces that clash with each other, denouncing and disparaging the other."

Reporters without Borders accused the Ivorian state media of disseminating "disinformation and rumor", especially about foreigners in the west African state, that encouraged a spate of street violence in November last year.

In the Democratic Republic of Congo, it blew the whistle on physical and verbal threats against journalists, baseless libel suits and xenophobic views expressed in some media.

The DRC "continues to be one of those African countries where exercising the right to information can lead to prison, hospital and sometimes the cemetery," it said.

Sierra Leone took a hard hit for what RSF dubbed "one of the worst press freedom violations" of 2004 -- the imprisonment of leading journalist Paul Kamara for four years on trumped-up libel charges.

But not all the news in Africa was bad last year. RSF gave high marks to South Africa, Namibia and Botswana for safeguarding press freedoms, and hailed improvements in Angola, Burundi and Liberia.

RELANÇAMENTO CONTROVERSO DO DEBATE DA LEI DE IMPRENSA
2005-04-29

O vice-ministro da Comunicação Social, Manuel Miguel Wadijimbí, justificou a iniciativa governamental com o argumento da procura de mais consenso e adequação aos avanços da paz e da democracia.

Anunciou-a ontem em entrevista à Rádio Nacional de Angola (RNA), à margem do encerramento de uma acção formativa promovida pelo seu pelouro.

Deu a entender que a nova discussão vai aperfeiçoar o produto da "Comissão para a Elaboração do anteprojecto da Lei de Imprensa", criada pelo Presidente da República aos 5 de Julho de 2002.

Na prática, essa estrutura teve a missão de tratar das primeiras contribuições, diga-se muito críticas à proposta de um grupo predecessor, instituído em Dezembro de 1999, também pelo Presidente.

«Mesmo tendo em conta que os membros da comissão haviam já concebido um documento (...), chegou-se à conclusão que associações como a AJECO e a AMUJA possam igualmente contribuir», declarou o vice-ministro ontem.

POLÉMICA

Integrante da Comissão de 2002 por indicação do Sindicato dos Jornalistas Angolanos (SJA), o jurista João Faria reagiu, distanciando-se da versão ora posta em circulação.

Pois, explicou, em entrevista à “Luanda Antena Comercial (LAC)”, a própria Comissão nem tinha chegado a um texto consensual. «Persista a polémica sobre pontos como a privatização do sector, a sua regulamentação sectorial, o surgimento de um órgão geral da média estatal e a sua ligação com o Ministério de tutela, etc».

Segundo o coordenador da mesma Comissão, Raul Araújo, também Bastonário, a sua estrutura entregou definitivamente o seu trabalho ao Ministério da Comunicação Social em Janeiro passado.

Acha o mandato recebido encerrado desde então, altura em que o ministro era ainda Hendrik Vaal Neto, pelo que desconhece toda a evolução posterior. Só sabia que caberia ao Ministério dar sequência ao processo, incluindo, a seu ver, a eventual submissão do texto a um debate público.

HÁ MAIS DE CINCO ANOS

Globalmente, na verdade, o processo de revisão da lei de imprensa vigente (desde 1991) arrasta-se desde há mais de cinco anos.

Começou com uma proposta muito controversa do chamado “Grupo Técnico Multisectorial”, dominado por figuras ligadas aos serviços de inteligência em 1999, portanto num novo clímax da guerra civil.

Os jornalistas repudiaram o projecto do tal grupo devido à sua predominante repressiva, radicada numa visão obviamente «criminogénea» da sua profissão e papel social.

Segundada activamente pela sociedade civil, partidos de oposição e sensibilidades democráticas do próprio regime, esta forte oposição chumbou a referida proposta.

Em 2002, o Presidente da República nomeou a Comissão presidida pelo jurista Raul Araújo, que concluiu a missão de síntese das contribuições em 2004.

Entretanto, reconheceu Raul Araújo, ontem, à LAC, o Ministério acrescentou novas propostas, reeditando no fundo outro ante projecto.

É este documento que circula agora junto das organizações profissionais.

A versão contempla, segundo o Ministério na sua nota introdutória, mais propostas do Sindicato dos Jornalistas e de uma comissão técnica do próprio Ministério. Também, incluiu a contribuição do Instituto Angolano das Comunicações (INACOM).

«Pessoalmente, não me revejo neste texto», declarou hoje o então advogado do Sindicato dos Jornalistas no seio da Comissão nomeada pelo Chefe do Estado.

<http://www.reliefweb.int/rw/RWB.NSF/db900SID/EGUA-6BKPU5?OpenDocument>

Source: Famine Early Warning System Network (FEWS NET)

Date: 30 Mar 2005

FEWS Angola Prices and Market Situation Report Mar 2005

Decline in maize prices reflects optimistic harvest prospects and a good marketing year ahead in Huambo

The overall food supply situation in the areas covered by this survey (Huambo and Luanda) continues to improve, particularly in Huambo province, despite below normal maize and bean production in the 2004/05 agricultural season. In Huambo, FEWS NET monitoring indicates that regional trade, particularly with Huíla, Kuana Sul, and Bié, continues to play a fundamental role in ensuring adequate food supply in major demand centers. Prices have been fairly stable for a province recovering from a bad year. Between January and March 2005, Huambo has seen an encouraging resurgence of small-scale farmers bringing and selling their produce in the markets, raising the hope of a good marketing year ahead and affordable prices for food insecure consumers. On a negative note, the northern province of Uíge has been facing an outbreak of Marburg hemorrhagic fever since October 2004, with an escalating death toll only in the last four weeks. Failure to contain the epidemic will have serious implications to food trade and threatens local livelihoods. Food prices in Uíge are beginning to rise, an unusual trend at this time of year, which parallels shrinking household incomes in the coming months. Finally, the government continues to implement its fuel policy reform but the impact on staple food prices has been minimal.

Prices and Trade Timeline

Trade Flow and Food Prices

Increased intra-provincial trade flow in Huambo

Market monitoring in Huambo reveals that small-scale farmers within Huambo supplied a large part of the maize grain sold in the province between January and March 2005. The re-emergence of direct farmer supply at this time of the year is a clear indication that farmers are recovering from 2003/04 crop losses. Additional observations outside the market areas show robust maize crops along the roads heading south, west and northeast, to areas that experienced below normal crop production in the previous year. This suggests good harvest prospects in May/June and an optimistic maize supply situation throughout the dry season. The sources of local maize and beans that reached markets in Huambo were the municipalities of Ukuma, Longonjo, Londuimbali, and Catchiungo. These municipalities are highlighted in the provincial map in Figure 1, which also shows the areas where the maize and bean trade is potentially high. This picture will change as the main harvest in May/June 2005 approaches.

Figure 1. Potential maize and beans supply areas in Huambo

Maize and bean prices begun to decline well before harvest

By January 2005, market vendors were already expecting a decline in the price of maize grain, maize flour (see Figure 2) and beans. In fact, the supply of these commodities to the main markets in Huambo has been fairly stable despite the heavy rains that tended to slow down commercial traffic. The availability of maize grain and flour has steadily increased since January 2005 after a minor shortfall in December 2004. Traders reported that heavy rains in December and January prevented the normal flow of commercial traffic from Kuanza Sul, Bie, and Huila, resulting in delays in supplies and a subsequent price raise. However, a turnaround in price trends was observed during the second week of January when farmers from Ukuma, Londuimbali, and Longonjo started selling the naca crop. Given that farmers are expecting an exceptionally good harvest in May 2005, prices will continue to decline throughout the dry season.

Figure 2. Maize flour prices

Figure 3. Fuel price trends

Source: Sonangol, March 2005

Road Transportation

Fuel costs continue to increase

The Government of Angola continues to implement its fuel consumption policy reform. The first price increase (which is in fact a cut on subsidies) was

announced in May 2004. On November 18, 2004, the Government removed fuel subsidies for the second time in a period of seven months. The third fuel price increase of eight percent was announced in February 2005, and further increases are expected in the course of this year. Previous FEWS NET reports discussed the likely implications of drastic increases in the cost of fuel on food prices and food security. Fuel prices increased from US\$0.14 per liter to US\$0.47 in a period of six months. It should be noted that the increases in fuel prices are not only taking place too fast (as shown in Figure 3), but in a period that coincides with low food stocks at household level.

Analysts feared that increased fuel costs would lead to a general rise in consumer goods prices. However, more recent data shows that maize and cassava price behavior in Huambo and Luanda in both wholesale and retail markets is not consistent with fuel prices, suggesting weak direct effect.

On the other hand, the prices of key imported foodstuffs such as sugar, rice and vegetable oil show an upward trend over the same period. The simple fact that imported goods have to be moved over long distances explains the likely fuel price effect.

In an attempt to further understand the impact of the fuel price increase on food prices during the month of February, FEWS NET monitored the performance of 10 small scale grain millers located within 500 meters to 1 km from the main food markets in Huambo. Millers that mill the bulk of the maize flour sold to the markets were selected.

Figure 4. Fuel consumption and maize milling in Huambo

The objective was to observe how grain millers would adjust to the changes in fuel prices, and whether such adjustment would result in increased retail maize flour prices. Figure 4 shows changes in the average quantities of maize milled during a five-month period and the average fuel expenditures, whereas Figure 2 above shows behavior of maize flour prices over the same period.

Although the 10 millers represent only five percent of the millers in Huambo, the analysis helps to understand the implications of high fuel prices. The results indicate that millers experienced a 10 to 15 percent decline in profit margins in December 2004 and compensated by proportionally increasing milling costs. Expenditures on fuel increased by an average of 16 percent during the five month period whereas the amount of total maize milled declined by 32 percent from November to December 2004 and 10 percent from February to March 2005 - periods that correspond to official announcements of fuel price raise. One would logically expect a decline in the availability of local maize flour in the markets, but this has not been the case. Market vendors reported an increase in the availability of home-pounded maize flour in

February and March 2005, which might have offset the impact of increased milling costs. On the other hand, maize flour from commercial imports and food aid sources has also been in adequate supply.

Unlike Huambo, interviews conducted in Luanda revealed that the new fuel price policy has had virtually no effect on milling costs. This lack of response to fuel price raises is due to the fact that all maize in Luanda is milled on electric powered engines; and although cassava is milled on fuel powered millers, there is a considerably high number of these millers around the markets and milling prices are set by consensus. These observations would lead to the conclusion that the impact of changes in fuel price policy on food prices is not universal and that similar assessments need to be conducted in other marketing systems.

According to government sources, adjustment in the cost of fuel will continue in the course of the year. While food policy reforms are necessary, its impact on national food security would be minimal if the implementation is properly timed. Results of the assessments in Huambo suggest that an increase in the cost of fuel in the order of 10 percent within the next five months will have only a limited impact on maize flour price. However, the period from October 2005 to January 2006 appears to be bad time to increase fuel prices for both farmers and traders.

Special Focus: Marburg virus epidemic threatens trade flows

The province of Uíge has been hit by Marburg hemorrhagic fever, which has already claimed the lives of more than 180 people. The Ministry of Health has imposed quarantine in Uíge province to contain the spread of the virus that was first recorded in October 2004. Should the authorities impose further restrictions on the movement of persons and goods in or out of Uíge, there will be serious implications on food trade and food security in the coming months for two reasons. First, Uíge farmers are among the key suppliers of cassava, beans, groundnuts and bananas to major markets in Luanda and other western provinces; and second, trade is a key component of the livelihood systems in Uíge.

While prices in Luanda have remained stable since the Marburg outbreak in February, all 20 traders interviewed between March 25 and 30 reported that inflows to Luanda, Kuanza Norte, and Cabinda would be drastically reduced should public fear of the spread of the virus continue. It has been reported that food traders in Malanje Province refused to buy beans and bananas from a truck that originated from Uíge. The movement of food within Uíge markets has also been reduced as cassava prices in the main market increased by 32 percent from February to March, a period normally associated with high availability and lower prices. Imported foodstuffs like vegetable oil and salt have increased by 23 and 25 percent, respectively, implying that traders from

Luanda are not reaching Uíge province. Figure 5 shows the major trading routes from Uíge. A major food supply and access problem is imminent if the public health authorities fail to bring the epidemic under control and educate the public.

Figure 5. Major trade routes from Uíge Province

FEWS NET is funded by the US Agency for International Development

FEWS NET Angola
101 Ave. 4 de Fevereiro, Marginal
Luanda, Angola FEWS NET Angola
Tel: +244(2) 330213
+244(2) 336813
Email: pfilipe@fews.net
Source: Action for Southern Africa (ACT SA)

Date: 22 Apr 2005

Angola Peace Monitor Issue No. 7, Vol. XI

Electoral legislation debated

On 20 April the Angolan parliament, the National Assembly, adopted several draft laws from the electoral legislative package that will form the foundations for national elections planned for September 2006. However, a major stumbling block is the draft Electoral Law, with neither side in the National Assembly agreeing on the central issue of who actually runs the elections. On 21 April parliament was still trying to reach a last minute consensus.

The legislative package was hammered out in a number of parliamentary commissions over the last month, but the commissions failed to reach a consensus on several important issues, with the main opposition party, UNITA, arguing in favour of an increased voice for opposition forces.

The ruling MPLA had argued that the process should be run by the Ministry of Territorial Administration, and that an Independent National Electoral Council should have a role in overseeing this process. However, in an attempt to reach a consensus, the MPLA moved to a position of supporting a National Electoral Commission (CNE), but one in which the state has the central role. Under its proposal, the CNE would be made of 11 members, composed of two members nominated by President Jose Eduardo dos Santos, one by the Ministry of Territorial Administration, one by the Supreme Court, one by the National Media Council, and six elected by the National Assembly.

The position of UNITA is that the CNE should be weighted towards the opposition, with six parliamentarians being appointed - one from each of the parliamentary groupings, one from the Supreme Court, one from the Ministry of Territorial Administration, one from civic organisations, and one from the churches.

Angola essentially has a two party electoral system, with no party other than the MPLA and UNITA receiving more than 2.5 percent of the vote in the last elections, held in 1992. In such a situation there was no possibility that the MPLA would cede so much power in the electoral process to the minor parties.

Since 1992 the MPLA has made efforts to incorporate the smaller parties into the running of government. Several ministers, vice-ministers and ambassadors belong to minor opposition parties, and under the 1994 Lusaka peace agreement UNITA has four cabinet posts and seven vice-ministers.

The bills in the electoral legislation are the Electoral Law, Electoral Registration, Political Parties, Code of Electoral Conduct, Nationality, Financing of Political Parties, and Electoral Observation.

Opposition appeals for funding

The National Assembly rejected the draft law on Financing of Political Parties, which was put forward by the opposition parties. The draft law would have resulted in all registered political parties receiving state funds for the election campaign. However, the National Assembly decided that the current legislation, under which only parties with parliamentary representation should receive funding, was sufficient.

The funding of all registered parties would greatly increase the cost of the elections as there are presently over 140 registered parties.

The call for state funding was echoed by the Campaign for a Democratic Angola (CDA), a George Soros-backed coalition of opposition parties and civil society organisations. On 5 April CDA held a meeting in Luanda under the title "holding of free, fair and transparent elections in Angola", which was attended by 36 political parties and 25 non-governmental organisations. One of the findings of the round-table meeting was that the state should fund the electoral expenses of all political parties, without exception. It also called for the Catholic radio station Ecclesia to be allowed to broadcast throughout Angola.

Funding for elections

The estimated cost of running the elections is continuing to spiral upwards. On 4 March the Minister for Territorial Administration, Virgílio de Fontes Pereira stated that the government had already allocated \$170 million for the first

phase of the electoral process. Of this amount, \$20 million has been put aside for the Ministry of Justice to spend on the registration campaign.

Because of the dislocation and disruption caused by the war, there are an estimated four to six million people without any official documents. It has been estimated by the government that in one area of Luanda, Kilamba Kiaxi, there are over half a million people without any identity documents.

Without documentation people will not be able to register or vote. There is therefore a huge pressure on the authorities to provide identity documents, free of charge. This process has already begun in Huambo and Huila provinces. In Huila the registration campaign began on 3 April, intending to eventually register half a million people. In Huambo province the campaign began on 14 April.

According to Minister Virgílio de Fontes Pereira the election will end up costing a huge amount, but this includes the cost of improving the infrastructure to enable the free movement of people around the country. This will involve repairing or rebuilding roads and bridges, state buildings in towns where there are no facilities for state administration, the clearance of minefields, and the provision of helicopters and other means of communications between the polling stations and the regional centres.

Ombudsman appointed

The National Assembly on 19 April elected Paulo Tjipilica to the new post of Ombudsman, a position set up to defend citizens rights. He was nominated in January by the ruling MPLA, but there was a long delay, partly in order to consult with civil society over the appointment. His nomination was accepted, with 177 votes in favour and three abstentions.

Paulo Tjipilica is the former Minister of Justice, and was a senior member of UNITA until he formed his own political party the Tendency for Democratic Reflection. He is a trained lawyer, and his constitutional role is to independently defend the rights and freedoms of citizens through informal means. He is thus a bridge between citizens and state institutions should there be a problem.

On 7 March Amnesty International welcomed moves to establish the post of Ombudsman, although it criticised the lack of consultation with civil society over who should take up the post. Amnesty stated that "the delay in setting up the Justice Ombudsman's office is largely due to the civil war which resumed after elections in 1992 and ended in 2002. Human rights abuses occurred on a daily basis during the war. While the situation improved after 2002, gross human rights violations continue to occur. A Justice Ombudsman with the

necessary independence and powers could raise the standard of respect and protection for human rights in Angola".

In another move towards strengthening the Angolan justice system, the National Assembly on 20 April urged the government to set up a Constitutional Court, which it considered an important institution in the election period. The Angolan news agency, ANGOP, reported that the National Assembly adopted the resolution on the Constitutional Court unanimously.

Peace and National Reconciliation Day celebrated

Throughout Angola on 4 April there were celebrations to mark the end of the war in 2002, when the leaders of the Angolan army and UNITA's military forces formally signed the agreement calling an end to the war that had devastated the country since it slipped back into conflict in 1998.

At the Cidadela stadium in Luanda an ecumenical service was held at which it is estimated that over 10,000 people attended, including senior members of the government and political parties.

In Benguela province the Minister of Defence, Kundy Paihama spoke of the need to keep the army out of party politics. The Minister said that "it is the military who gave peace to Angola, during the Lusaka talks and the Luena Memorandum of Understanding, in which it was agreed that the Angolan army, FAA, should abstain from any involvement in party politics". For Paihama, "there are no dual activities for the military, we either stay in the FAA or in politics".

PDP/ANA elect new leader

The Democratic Party for Progress of the Angolan National Alliance (PDP-ANA) on 9 April elected Sediangani Mbimbi as president of the party, to replace Mfulupinga Nlandu Victor, who was murdered in July 2004.

The election was a clear victory for Mbimbi over his opponent Malungo Belo.

The PDP-ANA congress also greatly increased the size of its ruling Central Committee, which increased from 115 members to 200.

PDP-ANA holds one seat in the National Assembly, having received 10,620 votes in the 1992 elections.

Split in UNITA leadership widens

The divisions within the leadership of the main opposition party, UNITA, have come out into the open following criticism from the senior UNITA figure Jorge

Valentim, that he and others have been ignored by the party leader Isaias Samakuva.

The particular gripe that Valentim aired on Radio Nacional de Angola was that UNITA leaders were deliberately delaying his appointment to the National Assembly. UNITA had demanded that President Jose Eduardo dos Santos remove Valentim from the post of Minister for Tourism, which he had held since April 1997. At the end of the year President dos Santos sacked Valentim and replaced him with another former UNITA dissident, Dinho Chingunji.

Valentim also accused Samakuva of maltreating Abel Chivukuvuku and Lukamba Gato, two contenders for any future leadership battle.

In response to these allegations, the Permanent Committee of UNITA suspended Valentim from all party activities, and instigated disciplinary proceedings against him. A disciplinary process was also started against Chivukuvuku over allegations that he has been canvassing to become the UNITA presidential candidate in the forthcoming national elections.

The three UNITA "barons" had been called to attend a meeting of the Permanent Committee on 28 March, but none of them turned up.

Samakuva had rejected Valentim's criticism, stating that UNITA had carried out all the procedures for getting him into the National Assembly, and that the delay was not the responsibility of UNITA.

Ironically, Valentim has now been appointed to the National Assembly. On 19 April four new UNITA parliamentarians, Jorge Valentim, Alcides Sakala, Joao Junior and Joao Mango, attended the National Assembly for the first time. Some UNITA parliamentarians tried to block the decision to appoint Valentim, but others successfully called for him to be allowed to join the National Assembly.

Isaias Samakuva beat Lukamba Gato and Dinho Chingunji for the leadership of UNITA in June 2003. Abel Chivukuvuku did not stand in the internal elections, but threw his weight behind Samakuva.

MPLA accused of militia attacks

The low level political intolerance that has grown over recent months has continued, with UNITA accusing the ruling MPLA of ransacking its headquarters in the town of Lumbala Nguimbo and assaulting its members.

The Lusa news agency reports that UNITA has written to the provincial governor of Moxico province complaining that the attacks took place on 5 April,

"under the silent observation" of the municipal administrator and involving a number of MPLA militants.

UNITA stated that the attacks were as a result of the discovery of explosives under the runway at the local airfield, which locals blamed on UNITA.

Lumbala Nguimbo is situated in the east of the country, and during the war was the scene of many heavy battles, with the town changing hands between the government and UNITA on several occasions. Like other towns in the area, there is friction between the local population and former UNITA soldiers returning to the area. Despite calls for tolerance from religious and political leaders, much bitterness remains over the war.

WFP may have to further cut back rations

The World Food Programme has once again warned that its programme in Angola is seriously underfunded, and that unless it receives "immediate new contributions, WFP will have to introduce even more severe distribution cuts in the upcoming months".

Over the previous month the WFP has received \$6 million worth of donations, mainly from the Angolan government. This leaves it \$30 million - or 45,000 tons of food - short of what is needed to keep its programme to feed returnees and others in dire need going until the end of this year.

Under its programme WFP feeds around a million people in Angola, but many of these people were put on half-rations last year due to a lack of funds. Many will soon be harvesting their crops and WFP intends to remove these people from its programme. However, as the dry season approaches refugees will begin returning from neighbouring countries, once again putting strain on the programme.

It is estimated that 53,000 people will return to Angola this year assisted by the UNHCR, with 35,000 coming from Zambia. The repatriation process starts up at the beginning of May and will finish at the end of this year. Next year UNHCR will not be running a repatriation programme, but will help refugees if they return on their own.

Most returnees will not be able to harvest any crops until next year, and that is only if they are returned to an area with land in time for the sowing season later this year. They will need to receive basic tools and seeds for planting, and they will need to be sensitively placed in communities that are still struggling to come to terms with the destruction of the war.

Nationally there is a shortage of maize seed for the next growing season. According to the Deputy Minister of Agriculture and Rural Development, Dario

Catata, the country needs 3,000 tons of maize seeds, but the funds are not currently available to purchase them.

This could potentially cause serious friction. The UNHCR intends to fly refugees from Zambia to airstrips at Lumbala Nguimbo, Cazombo and Menongue. Both Lumbala Nguimbo and Cazombo have been the scene of violence between residents and returnees. These tensions are likely to be exacerbated if WFP rations are further cut.

Deadly virus may delay repatriation

The UNHCR repatriation process may be delayed in some parts of Angola because of the outbreak of the deadly Marburg virus. The virus has so far claimed the lives of 260 people, mainly in the northern province of Uige.

IMF expects oil flow to double

The International Monetary Fund expects Angola to double its oil production to two million barrels per day by 2007, and calculates that the Angolan government will receive growing revenues. However, it expects that much of the increased revenue due to higher prices and output will be eaten up by production costs and the repayment of oil-backed loans.

The official document, Angola: Selected Issues and Statistical Appendix (www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2005/cr05125.pdf) looks at oil revenues, and explains why government revenues will not shoot up as high as one would expect at first glance. Factors such as the huge start up costs for tapping the deep-water oil fields, the lower quality of oil flowing from the newer fields, and the structure of oil-backed loans all moderate the increase in revenue due to the price rises and increases in output.

The IMF paper looks at Angola's external debt and calculates that it is \$9.5 billion which, although a \$3.8 billion increase over the last three years is actually a reduction in the ratio of debt to GDP because of the increase in oil revenues. However, the IMF warns that any future fall in oil prices or disruption in oil production could reverse these improvements.

The major oil-backed loan is the \$2 billion credit line from China signed in March 2004, which is being used for the reconstruction of the country. Finance Minister Jose Pedro de Morais told reporters on 14 April that one billion dollars has already been spent on reconstruction, including repairing roads and expanding the electricity grid in Luanda province, and building or repairing schools and hospitals.

In a further move towards improving travel through the country, the Indian government has given a \$40 million loan to fund the rehabilitation of the

Moçâmedes railway (CFM) by the Indian company RITES. The rail line runs from the port of Namibe eastwards.

Japanese donation

Japan has announced that it will donate \$4.5 million in food aid and for malaria control. Cereals worth \$2.3 million will be delivered to Angola.

The Angola Peace Monitor is produced every month by ACTSA - Action for Southern Africa.

ACTSA, 28 Penton Street, London N1 9SA, e-mail actsa@actsa.org,
www.actsa.org/angola/apm
fax +44 20 7837 3001, telephone +44 20 7833 3133.

Source: Reuters Foundation

Date: 28 Apr 2005

Death toll from Angola Marburg outbreak tops 250

LUANDA, April 28 (Reuters) - The death toll in Angola's Marburg epidemic has topped 250, but medical experts said on Thursday they were confident the world's worst outbreak of the killer virus would soon be reined in.

Some 253 people have died of the rare Ebola-like disease from a total of 273 known cases since late last year, according to a document released late on Wednesday by the Health Ministry and the World Health Organisation (WHO).

All the cases in this outbreak have originated from the northern Uige province, where Angolan authorities, the WHO and non-governmental organisations are trying to trace more than 500 people who are thought to have had contact with the victims.

Some 48 percent of known cases have been among children.

Marburg is a rare hemorrhagic fever which is transmitted through bodily fluids including sweat, saliva and tears. Most people usually die within days after massive bleeding.

The previous record death toll from a Marburg outbreak was 123 people who were killed in an epidemic in neighbouring Democratic Republic of Congo in 1998-2000.

Medical experts said they believed that official efforts to educate people about the virus and how to prevent transmission were helping to turn the tide against the disease.

"It's beginning now to come under control. Once people get the message about how to prevent this, then that should begin to take effect and I think there's some suggestion that's beginning to happen," Tom Ksiazek of the U.S. Centres for Disease Control told Reuters, echoing the view of the WHO and the government.

Com as eleições no horizonte...

Como o Mpla vai falar «cifronês» fora do chapéu-de-chuva do Fmi?

Severino Carlos

Depois do Mpla ter conseguido, finalmente, fazer com que se aprovasse, mesmo sem distinção, o pacote legislativo que suportará a próxima consulta eleitoral no país, o momento presta-se a que se façam outras contas, importantes para as estratégias que os principais contendores políticos deverão prosseguir. No que toca ao MPLA, tudo indica que é desta que vai tentar a todo o vapor mostrar ao país obras e mais obras. Para tanto, passará a falar «cifronês», isto é, a linguagem dos cifrões.

Este é o lema. Mas compatibilizar isso com a necessidade de transparência das contas do Estado angolano aos mais diversos níveis – algo que tem vindo a ser insistentemente pregado pelas principais organizações financeiras internacionais – vai ser um problema bicudo. Pelo menos, pode forçar o Governo a mudar de tática no seu tenso relacionamento com o Fundo Monetário Internacional. Será, para já, muito difícil que as autoridades angolanas permaneçam nessa espécie de trapézio instável em que se encontram: ocultando, por um lado, à comunidade financeira internacional as cartas com que vão ao jogo, mas sendo, por outro, forçadas a mostrar parte dos naipes que têm aos eleitores angolanos. Dito de outra maneira: o Governo só poderá insistir em não revelar os «verdadeiros» números das suas receitas petrolíferas (pelo menos as cifras que são mantidas num limbo de mistério), se essa for também a política prosseguida internamente, em relação aos cidadãos angolanos. Ou seja, revelando a uns, terá de fazê-lo igualmente a outros, e vice-versa.

Mas este é o dilema com que o Governo, mal ou bem, se vai confrontar. Não estando minimamente interessado em sujeitar-se às regras de transparência exigidas pelas organizações internacionais, com o que se recusa terminantemente a que lhe espiolhem as contas do petróleo, dificilmente teria condições de, até às eleições, implementar um programa económico de natureza eleitoralista, tendo em vista seduzir as populações angolanas. Para

tanto, vai ter de mergulhar a todo o vapor num ciclo político eleitoral da economia, em que será forçoso restringir políticas impopulares, dando, em contrapartida, o máximo relevo a programas de cariz despesista. Enfim, políticas e programas que não podem ser conduzidos sob o chapéu-de-chuva do Fundo Monetário Internacional, uma «matrona» que exige, rigorosa e religiosamente, contenção de gastos.

Até às eleições, pouco mais resta do que um ano para o Governo, suportado pelo MPLA, mostrar o que vale. Está-se a falar, por conseguinte, de um ambiente em que a palavra de ordem será gastar, gastar, gastar, o que implicará dinheiro, dinheiro e mais dinheiro. Tempo em que mais do que nunca o Governo não poderá abrir mão do critério despesista na aplicação do seu programa. E procurará gastar, sobretudo, em obras faraónicas que «seduzam» os eleitores. O mesmo é dizer, gastar, se conseguir, em projectos de alta visibilidade e utilidade tais como repor pontes, construir estradas, reabilitar fábricas, travar o êxodo populacional, etc.

Tudo isso terá de ser concretizado também ao arrepio do que são os postulados das organizações financeiras internacionais em matéria de política fiscal: continuar a consentir custos elevados com a manutenção de um número excedentário de funcionários do Estado. Aliás, é praticamente proibido pensar em despedimentos, e politicamente incorrecto não proceder a alguns aumentos salariais. Que podem doer aos cofres do Estado, mas que terão a virtude de refrear ao máximo tensões que levem a greves e outros conflitos sociais – ingredientes que podem funcionar como nitroglicerina nas mãos de uma oposição que saiba jogar com esses factos.

Assim, em manusear dinheiro, muito dinheiro mesmo, sem correr o risco de amealhar aborrecimentos com o Fundo Monetário Internacional estará o ganho. À partida, o Governo – quer dizer o Mpla – tem um atalho à mão: os dois biliões da China. Parte dos quais já foram inscritos no Orçamento Geral do Estado, alocados às despesas com a preparação das eleições. Mas só o dinheiro chinês será suficiente para pôr o eleitorado com os olhos em bico, ou serão necessárias reservas suplementares? Mais dinheiro, enfim, que terá de vir de algum lado, até mesmo do próprio cofre público angolano, o que, a acontecer, prestar-se-á a mais desinteligências com o Fundo Monetário Internacional.

A par disso, irá o Governo fazer gastos da ordem dos que se avizinham sem ter antes aprendido o bê-á-bá da transparência e da prestação de contas? Quanto entra no país por conta das receitas com o petróleo e como e onde isso é gasto, é algo que as autoridades angolanas nunca se dignaram explicar devidamente. Fá-lo-ão agora? A ver vamos, já que no ano passado, quando o ministro dos Petróleos, Desidério Costa, afirmou publicamente que as receitas petrolíferas de 2003 tinham sido de 8 biliões, alguém o repreendeu e o pobre

do ministro apressou-se a desfazer-se em desmentidos, subtraindo «2 bi» daquele montante.

Contudo, a bem da verdade, pelos vistos, esta semana, um obscuro funcionário do Ministério do Comércio escancarou os números globais das exportações angolanas do ano transacto. Qualquer coisa, como 10.5 biliões de dólares norte-americanos, cifra em que o peso do petróleo ascende a cerca de 92 por cento, um pouco mais de 9 biliões. Mesmo que descontemos que estamos num país onde também é grande o peso das importações e do serviço da dívida externa, 9 biliões em exportações não é coisa de pouca monta. É muita massa. Merece a pena que os nossos economistas expliquem aos mais leigos dos seus concidadãos, porquê que apesar de tudo isso não se traduz em mais benfeitorias para o Povo.

Nesta edição, o Semanário Angolense pretendia que o ministro-adjunto do Primeiro-Ministro, Aguiinaldo Jaime, traduzisse esses valores de «economês» para uma linguagem que o leigo entenda. Mas isso não foi possível devido aos afazeres profissionais do governante. Fora da óptica do Governo, auscultamos a opinião do economista e analista político Justino Pinto de Andrade.

Comércio decide criar linha de crédito para comerciantes

Luanda, 26/04 - A criação de um fundo ou linha de crédito para a promoção e desenvolvimento sustentável do sector do comércio, com objectivo de financiar os comerciantes privados, reabilitar, construir e modernizar as infra-estruturas comerciais, foi uma das decisões saída do II Conselho Consultivo do Ministério do Comércio.

De acordo com as recomendações, para a criação deste fundo a direcção do Ministério, Associações profissionais e agentes económicos terão que envidar esforços junto dos órgãos competentes para a concretização deste desiderato que terá por fito o apoio a formação, capacitação técnico-científica e profissional dos principais actores do comércio.

O encontro, que se encerrou hoje em Luanda, recomendou igualmente que a direcção do Ministério envie esforços para junto dos órgãos competentes do Governo seja negociada a revisão do actual regime de preços de bens e serviços.

De igual modo, foi decidido a reposição do licenciamento das importações, como um dos instrumentos de protecção reconhecido e utilizado internacionalmente e consagrado no acordo sobre os procedimentos em matérias de licença de importação, subscrito na Acta de Marraquexe de 15 de Abril de 1994.

Os participantes recomendaram ainda a criação das delegações do comércio e dos departamentos provinciais de inspecção da actividade comercial a nível provincial.

Sobre o controlo da qualidade de bens e serviços, exortou-se a criação de legislação específica relativa a higiene alimentar, análise de riscos, meio ambiente e prazo de validade dos produtos, assim como a capacitação material, técnica científica e humana, modernização e acreditação de laboratórios existentes e a criar no país.

Durante as sessões, foi manifestada a urgência da necessidade de se encontrar solução para os factores que impedem o desenvolvimento normal equilibrado e sustentável do sector.

Iniciado nesta segunda-feira, o evento abordou, entre outros, temas como: Comércio Interno, Defesa do Consumidor, Controlo da qualidade, Inspecção das actividades comerciais, Diplomacia económica e perspectivas, assim como abordaram o ante-projecto da lei nacional do comércio de Angola.

O fórum foi orientado pelo ministro do Comércio, Joaquim Icuma Muafumba, e contou com a participação dos directores e delegados provinciais do Comércio, bem como os representantes comerciais no estrangeiro.

No encontro foram discutidos 11 temas e contou com a participação de 36 participantes, além de convidados.

TAAG prevê adquirir novos Boeings

Foto Angop

Taag, companhia nacional de bandeira, poderá alargar a sua frota até 2008

Luanda, 28/04 - A Transportadora Aérea Angolana (TAAG) prevê adquirir, até 2008, ao construtor americano de aviões, nove aeronaves do tipo "Boeing", anunciou quarta-feira, em Luanda, o administrador da companhia para a área de investimentos, José Marcolino Pombal.

O responsável falava à imprensa, à margem das segundas Jornadas Técnicas de Contabilidade e Finanças da TAAG, que quarta-feira tiveram início.

Segundo o responsável, "as aeronaves vão começar a ser fabricadas no próximo ano (2006) e, até 2008, pensamos ter em linha o último avião, renovando assim a nossa frota".

"Ainda não sabemos qual é a melhor via, bem como, não temos fundo próprio em caixa para suportar este investimento, mas contamos com o apoio do

governo e, por esta razão, achamos que a renovação da frota é um facto", considerou.

Garantiu que, a nível do Conselho de Administração da empresa, tudo está a ser feito para garantir a nova frota e fazer cobertura dos encargos, a curto prazo, para se manter a empresa em funcionamento, já que se está a partir para um grande investimento.

A Taag possui actualmente uma frota de sete aviões, sendo dois Boeings 747-300 Combi, para carga e passageiros, e cinco Boeing 737-200.

Durante três dias, os quadros da Taag para a área de contabilidade e finanças vão fazer uma análise contabilística, que permitirá dar uma maior informação de gestão ao Conselho de Administração da companhia e tomar em tempo oportuno as medidas de relançamento e de estratégia adequada.

A manhã de quarta-feira foi dedicada à abordagem das "principais limitações e fragilidades", "Avaliação prática das performances no cumprimento das normas contabilísticas".

O período da tarde serviu para a "A avaliação dos duodécimos", "A apresentação do relatório e contas 2003" e a "Abordagem dos pontos relevantes das recomendações dos auditores".

BNA vai juntar-se à ABANC para regular sistema financeiro

Luanda, 27/04 - O Banco Nacional de Angola (BNA) prevê, nos próximos tempos, juntar esforços as iniciativas da Associação Angolana de Bancos (ABANC) para reforçar a troca de experiência entre as duas instituições e aumentar a capacidade de regulamentar o sistema financeiro no país.

De acordo com a governadora em exercício do BNA, Marinela Amaral, a pretensão visa fazer face as influências negativas que o sistema financeiro internacional tem causado ao nacional, por causa da globalização do mercado e sua titularização.

Ao falar no encerramento do I Encontro de Juristas Bancários, que decorreu de 26 a 27 deste mês, em Luanda, Marinela Amaral destacou o papel do jurista bancário em particular, "pelo modo como intervém na regulação e interpretação das normas jurídicas que orientam os vários sectores da actividade humana.

Disse que o exercício da actividade bancária no país carece de um forte elemento regulador e regulamentador que só o jurista especializado é capaz de tratar e ajudar, por trabalhar e proteger interesses que à partida poderão ser conflituantes (do público e do depositante).

Considerou fundamental que os consumidores dos produtos bancários saibam com precisão quais os direitos e obrigações que assumem nas transações estabelecidas com as instituições financeiras.

Sobre a supervisão, disse não ser sua atribuição evitar a todo o custo a falência dos bancos, pois segundo ela, em alguns casos poderá ser vantajoso para o sistema, "pois permite reforçar as instituições distantes e atinge directamente o interesse dos gestores e dos accionistas".

Com o apoio da ABANC, o Encontro de Juristas Bancários enquadra-se nos festejos do sétimo aniversário desta associação, criada em 1998.

Feira: Empresa Altomar vai importar cerca de cem toneladas mensais de bacalhau

Foto Angop

Mensalmente, cerca de 100 toneladas de bacalhau português serão comercializados no mercado angolano

Luanda, 29/04 - A partir de Maio próximo, a Altomar - empresa portuguesa Comércio de Produtos Alimentares, LDA - vai importar para o mercado angolano cerca de cem toneladas de bacalhau por mês.

Segundo o gerente comercial da empresa, Alfredo Guerra, para além do fornecimento de bacalhau, está previsto também um ciclo de treinamento aos revendedores, por forma a incentivá-los a conservar o produto até chegar ao consumidor.

Das visitas realizadas em alguns supermercados de Luanda, referiu, constatou-se que o bacalhau é mal conservado, em temperatura superior aos dez graus centígrados, contrariando os 7 a 5 previstos nas regras.

Com esta má conservação, acrescentou, o bacalhau chega quase estragado ao consumidor. A Altomar pesquisa pela primeira vez o mercado nacional e, durante os dois dias de participação na feira Alimentícia, já fez acertos com algumas empresas angolanas.

Empresa de automóveis ``Ancar`` vai empregar duas mil 550 pessoas em três anos

Luanda, 29/04 - Dois mil e 550 novos empregos vão ser gerados, em três anos, pela empresa Ancar Automóveis de Angola, que neste período prevê implementar uma linha nacional de montagem de viaturas da marca Volkswagen.

Segundo o presidente da empresa, Hans Christian Lendseld, os veículos estarão dotados de alta tecnologia e, por esta razão, a empresa precisará de técnicos bem formados.

De acordo com o responsável, o processo vai precisar pessoas com conhecimentos básicos em electricidade, pintura, bate-chapa, mecânica, administração, informática e logística. A empresa providenciará cursos de aperfeiçoamento periódico, por forma a transmitir os mais novos desenvolvimentos tecnológicos das áreas específicas.

A intenção da Ancar é montar cerca de 160 automóveis por dia, que poderão ser exportados para outros países africanos que se mostrarem interessados.

O desenvolvimento da empresa prevê a implementação de 50 revendedores espalhados por todas as localidades do país, nos próximos dez anos, que irão representar os automóveis a partir de 2008.

A Ancar Automóveis de Angola detém a representação exclusiva do Grupo Volkswagen no mercado angolano. Está subdividida nas áreas de importação, fabrico e formação de pessoal.

O grupo Volkswagen é composto pelas marcas Audi, Seat, Skoda, Pentley, Bugatti e Lamborghuini.

Produção de petróleo da APPA distante de satisfazer procura

Luanda, 29/04 - A produção do crude, a nível da Associação de Produtores de Petróleo Africanos (APPA), estimada em seis milhões de barris/dia, não tem correspondido com a procura deste produto no mercado interno (África) e externo, uma vez que o consumo cresceu muito em todo o mundo.

Em declarações hoje à Angop, após o encerramento do seminário sobre petróleo, iniciado quarta-feira, em Luanda, o representante de Angola na APPA, Felix Vieira Lopes, disse que a nível do continente a oferta tem sido inferior em relação a procura, porquanto as necessidades são maiores e a produção não tem sido capaz de corresponder com a demanda.

"Apesar de não ser ainda satisfatória, a produção de petróleo em África, sob liderança da Nigéria, com uma extracção diária de 2.3 milhões de barris/dia, o número de produtores cresceu substancialmente com a inclusão de países como a Guine Equatorial, Tchad, Sudão, Mauritânia, São Tomé, Moçambique, entre outros"- frisou.

Relativamente a funcionalidade deste organismo regional, disse que os resultados alcançados em 19 anos de existência consubstanciam-se na interacção e troca de experiência entre os vários membros.

Disse que a organização foi criada com o propósito de se ultrapassar problemas vividos por vários países do continente, relacionados com a exploração, utilização dos meios de produção e a comercialização.

Participaram no curso, que teve a duração de três dias, seis dos 14 países membros da APPA, no qual abordaram temas como a "Valoração e economia do petróleo", "Operação com petróleo", "Programa do petróleo", "Resenha produção e custos do petróleo", "Refinação introdução e refinação do petróleo", assim como "Procura e oferta do petróleo em África".

Beneficiaram da acção formativa representantes de países membros da APPA como a Nigéria, Tchad, Líbia, Congo Brazaville e Cote d'Ivoire e Angola. A RD Congo, os Camarões, Argélia, Egipto, África do Sul e Gabão são entre outros os estados que integram a organização africana.

MPLA garante processo eleitoral transparente

Foto Angop

Líder da bancada parlamentar do MPLA, Bornito de Sousa

Luanda, 26/04 - O líder da bancada parlamentar do MPLA, Bornito de Sousa, afirmou hoje que a composição em si da Comissão Nacional Eleitoral é menos importante quando comparada ao sistema montado para garantia de um processo transparente e credível.

O deputado tranquilizava assim as preocupações da oposição que teme por um eventual controlo da CNE pelo MPLA, alegadamente pelo facto de grande parte dos membros deste órgão estarem supostamente filiados ao partido no poder.

Segundo Bornito de Sousa, mesmo na hipótese de que todos os membros fossem indicados pelo MPLA, ainda assim haveria a garantia de um processo transparente.

O líder da bancada parlamentar do MPLA argumentou que o sistema do actual pacote eleitoral permite uma grande abertura e participação de vários órgãos na condução do processo.

A título de exemplo, explicou que os partidos políticos, além de representados na CNE, poderão exercer controlo sobre o processo, nomeadamente através de fiscais seus nas assembleias de votos, entre outras possibilidades.

A Assembleia Nacional aprovou finalmente hoje o projecto da nova Lei Eleitoral, durante uma sessão plenária em que prevaleceu o voto maioritário, após sucessivos adiamentos na votação final do diploma.

Último dos projectos de Leis do Pacote Legislativo Eleitoral, o documento mereceu o voto favorável de 120 deputados, contra 60 e três abstenções.

Fica assim ultrapassada a discórdia relativamente à composição da Comissão Nacional Eleitoral, a qual levou a três adiamentos sucessivos da votação final da Lei.

A futura CNE terá 11 membros integrados por diversas personalidades de reconhecida idoneidade moral, dos quais dois indicados pelo presidente da República, seis pela Assembleia Nacional, um juiz eleito pelo plenário do Tribunal Supremo e dois em representação do Ministério da Administração do Território e do Conselho Nacional da Comunicação Social.

Das seis personalidades indicadas pela Assembleia Nacional, três deverão ser escolhidas pelo partido ou coligação de partidos maioritária no Parlamento e os restantes pela oposição.

Entretanto, parlamentares da oposição manifestaram o seu descontentamento por aquilo que consideram falta de consenso na aprovação, do projecto de Lei Eleitoral, cujo ponto de discórdia era a composição da Comissão Nacional Eleitoral.

O deputado Lindo Bernardo Tito, PRS, lamentou que o Parlamento Angolano não tivesse conseguido dar uma lição de unidade e reconciliação nacional à Nação.

"O voto maioritário é lícito, mas será que convém nesta fase de transição?", interrogou-se o deputado, para quem o Parlamento acabou de dar uma imagem infeliz de falta de unidade.

O projecto de Lei Eleitoral era o único diploma pendente do Pacote Legislativo Eleitoral, depois da aprovação, na semana finda, dos projectos de Leis da Nacionalidade, dos Partidos Políticos, do Registo Eleitoral, de Observação Eleitoral e o Código de Conduta Eleitoral.

Com a aprovação do Pacote, fica assim criado o quadro legal para a organização do processo eleitoral.

Autoridades zimbabweanas interessadas em cooperar no domínio dos petróleos

Foto Angop

Zimbabweanos manifestam ao presidente José Eduardo dos Santos (dir.), interesse na cooperação petrolífera

Luanda, 27/04 - As autoridades do Zimbabwe pretendem estabelecer uma cooperação com Angola no domínio dos petróleos, segundo disse nesta terça-feira, em Luanda, um enviado especial do Presidente Robert Mugabe, a saída de uma audiência com o Chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos.

O interlocutor de José Eduardo dos Santos, John Nkomo, referiu que existem, entretanto, "muitas outras áreas que são de interesse comum", acrescentando que "talvez no futuro haverá mais áreas onde nós desejaremos identificar e onde poderemos cooperar", disse.

Também presidente do Parlamento do seu país, a fonte recordou que Angola e o Zimbabwe partilharam as mesmas trincheiras durante as respectivas lutas de libertação nacional.

Durante o encontro, John Nkomo entregou a José Eduardo dos Santos uma mensagem de Robert Mugabe, na qual, entre outros aspectos, agradece a solidariedade de Angola no processo que conduziu à realização das recentes eleições legislativas ganhas pela ZANU-PF.

Os dois países integram a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) à semelhança da África do Sul, Botswana, Lesoto, Malawi, Namíbia, Maurícias, Moçambique, Zâmbia, Swazilândia, Tanzânia, e República Democrática do Congo.

Angola/Brasil: Prosseguem em Brasília os trabalhos da comissão mista

Brasília, 26/04 - A sexta reunião da comissão mista Angola-Brasil para análise das relações de cooperação entre os dois países entrou hoje na fase crucial dos trabalhos com sessões dos três grupos constituídos a prolongarem-se ao longo de todo o dia.

À semelhança da tarde e parte da noite de segunda-feira, ao longo de todo o dia de hoje os três grupos de trabalho tentaram esgotar os assuntos agendados, que, pela sua importância e interesse bilateral, forçaram já um entendimento comum no sentido de transferir para a manhã de quarta-feira o encerramento da reunião da comissão mista, inicialmente previsto para o segundo dia.

Fonte oficial disse que a parte angolana e a brasileira tiveram em conta o facto de que uma vez que a comissão mista já não se reunia há mais de uma década (a quinta sessão realizou-se em Julho de 1992) e tendo em atenção o volume de projectos ainda em análise, era necessário completar a análise de todos assuntos, passar em revista outros aspectos da cooperação e perspectivar o futuro.

A mesma fonte acrescentou que tanto na área da justiça como na financeira, os técnicos encarregados de estudar as matérias afins concluíram na tarde de segunda-feira de que careciam de mais algum tempo.

Em matéria de justiça, por exemplo, estão em discussão três projectos de acordo e no domínio financeiro há aspectos que suscitam bastante ponderação que têm a ver com o reforço dos créditos anteriormente concedidos a Angola pelo Brasil, por imperativos circunstanciais e em virtude do restabelecimento da segurança e estabilidade política nacional.

Para se ter uma ideia, até pouco mais da década de noventa, o Brasil disponibilizava uma linha de crédito de pouco mais de 200 milhões de dólares, valor esse que hoje se afigura reduzido, pelas exigências de reconstrução nacional de Angola, eliminadas que foram os obstáculos da guerra.

Dos três grupos, o primeiro tem para si os temas regionais, multilaterais, bilaterais, promoção do comércio e de investimentos bilaterais, bem como o acordo comercial Mercosul-países em desenvolvimento da CPLP.

O segundo, os aspectos ligados à cooperação técnica e cultural, repartido em temas destes domínios no âmbito da agricultura, meio ambiente, formação profissional, educação, administração pública, desporto, ciência e tecnologia, cultura, pescas, e, ainda, negociação, nas áreas de geologia e minas, estatísticas do trabalho e administração pública.

O último está a examinar os temas relativos à cooperação no âmbito da justiça e interior, assim como de acordos de cooperação em negociação no domínio judiciário.

Discurso de Eduardo dos Santos pela visita a Angola de Lucas Pohamba

Foto Angop

Presidente José Eduardo dos Santos

Luanda, 28/04 - ÍNTEGRA DO DISCURSO POR OCASIÃO DA VISITA A ANGOLA DE SUA EXCELÊNCIA LUCAS POHAMBA, PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA NAMÍBIA.

Luanda, 28 de Abril de 2005.

SUA EXCELÊNCIA LUCAS POHAMBA, PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA NAMÍBIA, ILUSTRE DELEGAÇÃO QUE O ACOMPANHA, SENHORES MINISTROS, MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,

É com grande prazer que lhe dou as boas-vindas nesta sua primeira visita oficial à República de Angola, na qualidade de Chefe de Estado da República da Namíbia. Ao seu país ligam-nos profundos laços de amizade,

sedimentados numa cultura aparentada e numa história de resistência aos opressores estrangeiros, pela independência nacional.

A sua presença hoje aqui e o facto de ter escolhido Angola como um dos países a visitar oficialmente depois da sua tomada de posse, traduzem a amizade e a consideração que nos devota e o desejo de aprofundar as relações bilaterais nas mais diferentes áreas.

O Senhor Presidente Lucas Pohamba é um velho amigo de Angola, connosco conviveu durante os longos anos em que o Povo da Namíbia lutava contra a ocupação ilegal do seu território pelo regime do `apartheid`, a favor da independência nacional e da instauração da democracia. A sua ascensão ao poder pela via eleitoral deveu-se ao facto de o seu povo reconhecer em si as qualidades humanas, morais e políticas que desde sempre evidenciou ao longo da sua vida.

O Senhor Presidente é igualmente um combatente pela causa da liberdade de África e um político dotado de um grande sentido de Estado, com plena consciência da importância da coesão e da unidade do povo para a construção e consolidação da sua Nação.

Estamos certos que irá prosseguir a obra iniciada pelo seu ilustre antecessor e que será capaz de manter a Namíbia na senda do progresso, da democracia e do desenvolvimento.

As excelentes relações existentes entre os nossos dois países encontram-se consubstanciadas num conjunto de acordos, de entre os quais destacamos o relativo à delimitação e demarcação da fronteira marítima entre os nossos países, concluído na última deslocação a Angola do então Presidente da República da Namíbia, Dr. Sam Nujoma.

Peço-lhe que prossigamos os nossos esforços no sentido de implementar os referidos acordos e procurarmos alargar a nossa cooperação, por forma a contribuir para o bem-estar e a segurança dos nossos povos.

Os nossos países partilham uma extensa fronteira terrestre comum. O intercâmbio comercial e cultural e o exercício de outras actividades levam os cidadãos dos dois países a efectuar contactos frequentes.

As autoridades competentes dos dois governos estão a ponderar a possibilidade da supressão dos vistos de entrada para os seus respectivos cidadãos, por forma a facilitar a circulação entre os dois Estados.

Angola e a Namíbia encontram-se neste momento no bom caminho, pois vivem num clima de paz e estabilidade, que propicia as condições para a implementação de políticas de combate à fome, ao analfabetismo, ao atraso e

ao subdesenvolvimento. Tais políticas constituem o suporte essencial para a consolidação da democracia e para a segurança interna e regional.

Senhor Presidente,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Como acontece nos nossos países, a paz, a estabilidade e a segurança são os pilares fundamentais para que se possa perspectivar também o desenvolvimento do nosso Continente.

A nossa política externa tem sempre presente estes objectivos, que correspondem aos mais profundos desígnios dos povos africanos.

Angola e a Namíbia têm manifestado identidade de pontos de vista sobre as grandes questões de África e do mundo e tiveram ocasião de conjugar os seus esforços na pacificação da República Democrática do Congo e da Região dos Grandes Lagos.

Os resultados alcançados permitem-nos encarar com optimismo a nossa operação no futuro.

Para nós a paz é importante para o funcionamento pleno e real da democracia, assim como é a democracia fundamental também para a garantia da paz.

Desejo-lhe boa estadia em Angola e resultados frutuosos durante a sua visita.
Querelas no PRS dividem deputados no Parlamento

Luanda, 28/04 - Os deputados que terça-feira votaram a favor da aprovação da Lei Eleitoral guiaram-se pela razão e lógica da proposta apresentada pelo MPLA, defendeu hoje, nesta capital, o secretário-geral do Partido de Renovação Social (PRS), Jeremias Pinto.

Jeremias Pinto expressou este sentimento à Angop, quando justificava os quatro votos favoráveis expressos pela bancada parlamentar do seu partido, dentre os seis representantes na Assembleia Nacional (AN).

Explicou que a posição assumida pelos dois restantes não surpreendeu, reflectindo apenas o clima de desentendimento reinante na força política, há cerca de seis anos.

Fez notar que estas querelas têm desarticulado a actividade dos deputados na AN, dada a ausência de concertação prévia sobre questões de interesse da Nação, qualificando de polémico o líder do grupo parlamentar, Lindo Bernardo Tito, pelas decisões tomadas unilateralmente naquele órgão.

A crise estalou em 1999, na sequência da expulsão, do seu Congresso, de António João Muachicungo (concorrente à liderança, frente a Eduardo Kwangana), Domingos Tunga e Jaime António Chinguimbo, por alegado desvio aos Estatutos.

António Muachicungo proclamou-se então presidente do partido, com o argumento de ter sido o único candidato legalmente inscrito na Comissão Nacional (CN) preparatória do evento, para o cargo.

Despoletou a impugnação da eleição de Eduardo Kwangana, por alegada desobediência às normas deliberadas pela CN do PRS e a sua linha política, ao mesmo tempo que considerou ilegítimo o conclave (ao qual participaram cerca de 200 delegados).

Desde a data, o terceiro partido mais votado no pleito de 1992, com seis assentos, atrás do MPLA (129) e da UNITA (70), enfrenta uma crise interna, cada vez mais a aprofundar-se.

Na opinião de Jeremias Pinto, a reconciliação e reunificação do PRS passa por um Congresso, cuja realização não precisou datas, limitando-se a apelar aos militantes e simpatizantes à serenidade.

O secretário-geral que, como muitos outros militantes, contesta a estratégia de direcção de Eduardo Kwangana, descartou a hipótese do surgimento de outra organização política com os ideais do PRS.

O último projecto de Lei do Pacote Legislativo Eleitoral de suporte às próximas eleições, previstas para 2006, foi aprovado com 120 votos a favor, 60 contra e três abstenções.

João Lourenço critica inviabilização de conferência de doadores

Luanda, 28/04 - O primeiro-vice-presidente da Assembleia Nacional, João Lourenço, teceu hoje, em Luanda, duras críticas as evasivas da Comunidade Internacional para inviabilização da conferência de doadores para Angola.

Falando numa sessão especial em homenagem ao presidente namibiano Lukas Pohamba, em visita oficial de 24 horas ao país, o parlamentar apontou o recurso a critérios poucos objectivos para protelar a efectivação da desejada conferência.

Segundo disse, a comunidade internacional, obedecendo a critérios, nem sempre mais objectivos, vem retardando a realização do conclave, imprescindível a circunstância de tão imensa destruição, como a que atingiu o país.

Realçou mesmo que tal circunstância deveu-se a uma guerra que, de alguma maneira, foi sustentada e até mesmo incentivada por alguns sectores influentes da comunidade internacional.

Noutra vertente do seu discurso e dirigindo-se já a Lukas Pohamba, disse que o chefe de Estado namibiano foi testemunha do sacrifício do Povo angolano para a preservação da sua liberdade.

"Sê pois bem vindo a casa", frisou João Lourenço, nostálgico, acrescentando contudo que a época actual não se compadece mais com recordações, mas com realizações concretas, na base do alargamento da cooperação.

Lukas Pohamba, empossado chefe de Estado da Namíbia, à de 21 de Março último, em substituição de Sam Nujoma, chegou na manhã de hoje à Luanda.
Presidente da República visita Brasil e Argentina a partir de domingo

Foto Angop/arquivo

Presidente da República, José Eduardo dos Santos, inicia neste domingo visita oficial ao Brasil

Luanda, 01/05 - O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, desloca-se hoje, em visita oficial, à República Federativa do Brasil e, em seguida, à República da Argentina, segundo uma nota oficial chegada à Angop.

De acordo com os Serviços de Apoio ao Presidente da República, a visita ao Brasil tem o seu início na cidade de Salvador da Bahia, onde o chefe de Estado angolano será agraciado com o título de Cidadão da Bahia, conferido pela Assembleia Legislativa do Estado da Bahia e outorgado com o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal da Bahia.

Em Brasília, no próximo dia 03 de Maio, o Presidente José Eduardo dos Santos manterá conversações com o seu homólogo Luís Inácio Lula da Silva.

José Eduardo dos Santos efectuará a sua primeira visita oficial à Argentina no período de 04 a 05 de Maio.

Em Buenos Aires, o Presidente angolano manterá conversações com o Presidente argentino, Nestor Kirchner.

Embaixada angolana desmente investimentos do Governo na Suíça

Genebra, 01/05 - A Embaixada de Angola na Suíça desmentiu que o Governo angolano tivesse efectuado investimentos recentes na Suíça, indica uma fonte oficial.

A reacção da embaixada surge num artigo publicado na edição de sexta-feira do jornal suíço "Le Temps", publicado em Genebra.

O jornal escreve, sem precisar datas, que o Governo angolano confiou 100 milhões de dólares ao Banco de Patrimónios Privados de Genebra (BPG) e que tais fundos foram investidos num palácio em Genebra, o Hotel Richemond, e numa empresa farmacêutica falida nos Estados Unidos, a Med-Diversified.

Em declarações reproduzidas pelo jornal, o adido de Imprensa da Embaixada de Angola, José Ribeiro, desmentindo tais informações, afirma que o governo angolano não procedeu a investimentos recentes de fundos em bancos suíços.

Segundo o jornal, as relações entre o BPG e Angola terão sido objecto de um relatório da Comissão Federal dos Bancos da Suíça, que teria proibido o banco de proceder a operações com Angola.

Contactado pela Angop, o diplomata considerou tais informações "ridículas" e recordou que a Comissão Federal dos Bancos foi citada pela imprensa suíça, em Fevereiro deste ano, como estando entre as instituições que discordaram da ordem do Procurador-Geral de Genebra, Daniel Zappeli, de mandar arquivar o processo dos fundos angolanos na Suíça.

Para a Embaixada de Angola na Suíça, a publicação de tais informações reflecte "a insatisfação com que alguns sectores receberam o desfecho do processo e tem por objectivo prejudicar a imagem de Angola junto dos investidores privados e impedir que as relações entre Angola e a Suíça se desenvolvam normalmente".

Em finais do ano passado, recorde-se, o Procurador-Geral de Genebra, Daniel Zappeli, mandou arquivar o processo relacionado com a negociação da dívida de Angola com a Rússia, em virtude de não terem sido detectadas quaisquer irregularidades.

ECONOMIE : Berne enquête sur l'argent africain d'une banque genevoise

Date de parution: Vendredi 29 avril 2005 Auteur:

Sylvain Besson

FONDS A RISQUES. Le gouvernement angolais a confié au moins 100 millions à un petit établissement, la Banque de Patrimoines Privés.

La Commission fédérale des banques intervient La Commission fédérale des banques (CFB) a procédé à un «contrôle approfondi» sur les relations de la Banque de Patrimoines Privés et la République d'Angola. Cette procédure visait à établir si la banque, qui emploie une cinquantaine de personnes à Genève, a respecté ses obligations de lutte contre le blanchiment d'argent. Comme l'a appris Le Temps, l'Etat angolais a placé au moins 100 millions de francs dans une filiale de la banque aux Bahamas, PIBL. En 2003, la banque

gérerait des actifs s'élevant à environ 1,3 milliard de francs. La décision rendue par la CFB, à laquelle Le Temps a eu accès, fait interdiction à la banque de procéder à certaines opérations pour le compte de l'Angola, afin de préserver la réputation de la place financière suisse. La CFB affirme que l'Angola «est dirigé par un gouvernement qui ne peut se prévaloir d'une grande légitimité démocratique depuis [les] dernières élections libres en 1992». En outre, «l'ensemble des institutions angolaises souffrent [...] de corruption endémique». Cette situation impose à la banque une prudence accrue, d'autant que, selon la CFB, les fonds concernés ont fait l'objet d'opérations inhabituelles, comme des prélèvements en espèces. Ces dernières années, des hommes d'affaires proches du gouvernement angolais ont fait l'objet d'enquêtes pénales à Genève. L'une d'elles a été classée, une autre, visant des faits de blanchiment, est toujours en cours. La CFB n'a pas souhaité donner de détails sur la procédure avant son achèvement. La banque a déposé un recours contre la décision de la Commission auprès du Tribunal fédéral, qui n'a pas encore rendu son jugement. Le président de la banque, François Rouge, déclare qu'il ne peut «confirmer ou démentir quoi que ce soit» dans une affaire qui n'est «pas publique». Plusieurs sources affirment que les fonds angolais ont été en partie investis dans l'Hôtel Le Richemond, un palace genevois, avant qu'il ne soit vendu l'an dernier pour 99 millions de francs au groupe britannique Forte. Le président de la banque, François Rouge, avait joué un rôle déterminant dans la transaction. L'héritier de la famille qui possédait l'hôtel, Victor Armleder, précise qu'il ignorait l'identité des investisseurs du Richemond avant sa vente: «Pour moi, il s'agit avant tout de vieilles familles européennes, mais je ne connais pas tous les actionnaires.» Un représentant de l'ambassade d'Angola en Suisse, Antonio José Ribeiro, affirme que son gouvernement n'a pas investi de fonds publics dans des banques helvétiques depuis la fin de la guerre civile qui a ravagé le pays africain, en avril 2002. L'entité des Bahamas qui gère les fonds angolais, la PIBL, a fait parler d'elle aux Etats-Unis. En 2001, elle a prêté 70 millions de dollars à une société de services médicaux aujourd'hui en faillite, Med Diversified. Selon une plainte civile déposée par PIBL, ce prêt aurait été obtenu frauduleusement par Med Diversified pour financer des acquisitions, grâce à de faux documents. La banque n'a pas souhaité dire si les 70 millions de dollars appartenaient ou non à l'Etat angolais.

L'avocat américain de PIBL, Allan Schare, affirme que la banque a pu récupérer des «actifs importants pour le compte de ses clients». Cette affaire est susceptible de relancer le débat sur la présence dans des banques suisses de fonds publics placés par les dirigeants d'Etats comme l'Angola, qui sort d'une longue guerre civile. «Si ces informations sont exactes, on peut se demander si ces fonds ne devraient pas être utilisés à la reconstruction du pays», commente Walter Fust, le directeur de la Direction du développement et de la coopération. Depuis dix ans, l'agence suisse d'aide au développement a consacré quelque 70 millions de francs à l'aide humanitaire en Angola. © Le Temps. Droits de reproduction et de diffusion réservés. www.letemps.ch

Jornal de Angola

29 de Abril

Jornalistas voltam a debater ante-projecto de lei de imprensa

O vice-ministro da Comunicação Social, Miguel de Carvalho “Wadijimbí”, esclareceu ontem, em declarações à Rádio Nacional de Angola, que o ante-projecto de lei de imprensa volta a ser submetido a debate, para se poder garantir um maior consenso.

Segundo Miguel de Carvalho, na primeira discussão pública do documento ficaram de fora algumas associações que podem agora contribuir para o enriquecimento do ante-projecto de lei de imprensa.

“Tinha sido criada uma comissão por sua Excelência, Sr. Presidente da República, comissão essa que teve como missão tratar de todas as contribuições que haviam sido recolhidas. Terminado o trabalho da comissão, nós achamos que deveríamos ainda remeter o texto a algumas associações, mesmo tendo em conta que os membros da comissão haviam concebido um documento com ideias que achavam já serem justas para o momento actual”, afirmou o vice-ministro da Comunicação Social.

“Wadijimbí” indicou que é intenção da direcção do Ministério da Comunicação Social dar a possibilidade a algumas associações de se pronunciarem sobre o ante-projecto, nomeadamente a AJECO e a AMUJA.

“O que se pretende é que se possa colher o máximo do consenso e se permita que todas as sensibilidades tenham conhecimento antecipado do seu conteúdo (do ante-projecto), para poderem acompanhar todo processo da sua implementação”, disse.

“Wadijimbí” referiu-se a algumas alterações introduzidas no ante-projecto de lei de imprensa que está em discussão. “O actual projecto de lei de imprensa estabelecia fundamentalmente alguns limites no domínio das agências de notícias, no domínio da rádio, no domínio da televisão. No instrumento que nós temos já hoje, neste ante-projecto que está neste momento em discussão, nós já podemos ver nele alguns avanços, quer dizer, os monopólios no domínio das agências, no domínio da rádio, no domínio da televisão vão deixar de existir. Quer dizer que os operadores privados estarão em condições de actuar no domínio da televisão, e, no domínio da rádio,

também poderão actuar livremente no que toca à instauração de rádios em FM. No domínio das agências, a liberalização será total”, informou.

O vice-ministro da Comunicação Social mostrou-se, por outro lado, preocupado com a atitude de determinados órgãos que pouco proveito têm tirado das acções de formação para os profissionais da área.

O governante, que discursava durante a cerimónia de encerramento do primeiro curso organizado com suporte do Governo angolano, através do Ministério da Comunicação Social, este ano, adiantou que estas oportunidades devem ser aproveitadas para que se possa colocar Angola no mundo da globalização.

Wadijimbi referiu que “é com profissionais formados e qualificados no respeito pelos princípios éticos e deontológicos que contribuiremos, com o talento de cada um, para a informação e formação dos cidadãos, no respeito à lei e na assunção de uma atitude responsável perante a sociedade”.

Acrescentou que o curso tem como objectivo incutir nos jornalistas um espírito de maior responsabilidade e mérito enquanto no exercício da profissão, facto que irá concorrer para aquisição de melhorias salariais e sociais.

A acção formativa contou com a participação de 53 formandos, provenientes das 18 províncias do país, tendo Wadijimbi realçado a pronta adesão dos responsáveis das rádios Morena, 2000 e Comercial, das províncias de Benguela, Huíla e Cabinda.

Liquid Africa

April 28, 2005 Thursday

After 253 deaths, Marburg 'is waning'

The world's worst outbreak of the Ebola-like Marburg virus has so far claimed 253 lives in Angola, a joint statement by the Southern African nation's health ministry and the World Health Organisation (WHO) said on Thursday. A total of 273 cases have been recorded, of which 262 are limited to the northern province of Uige, the epicentre of the outbreak, the communique said.

The number of deaths in Uige total 242, the statement said, adding that 526 people are still under surveillance in this province. "The epidemic is under

control because the majority of the cases have been recorded in Uige. It is waning," Deputy Health Minister Jose van Dunem said recently.

"If people observe all the precautions outlined by the health ministry and the WHO, including avoiding shaking hands, kissing and regularly washing one's hands with soap, the outbreak will die out," said Mario Felisardo Lukoki, a university academic in Uige. He said that although some of these rules go against the social and traditional mores of the Kikongo ethnic group dominant in Uige, they have to be observed.

World Markets Analysis

April 29, 2005

Private Security Sector Booming in Angolan Capital

Rising levels of crime and increasing awareness of security risks have prompted the growth of a sizeable private security sector in Angola, according to data from the Angolan National Police reported by Agencia Lusa (see Angola: 17 December 2004: Police Tackle Criminal Gangs in Angolan Capital). According to the statistics, there are now 307 private security companies in Luanda, employing a total of 35,000 people (in a city of around 3 million people). Private security guards are employed in a variety of settings, from shops to commercial office buildings and private homes in residential districts. Unsurprisingly, given Angola's close involvement with the sub-regional arms trade, the private security corps is well-armed, with an estimated 12,000 weapons at its disposal.

Significance: New commercial opportunities since the end of the war in 2002 have prompted greater demand for the services of security companies, many of which are employed to protect expatriates. However, much of the growth in the private security sector remains unregulated. Only 140 of the more than 300 companies in existence have been fully licensed. These account for 24,000 employees and more than 7,000 weapons, but leaves more than 10,000 employees and 4,500 guns unregulated, with obvious implications for standards of service and accountability. The National Police recently called a meeting with representatives of the companies to reiterate that, in some circumstances, private security guards are prohibited from carrying guns and that any weapons used must be fully licensed. The meeting was called after a magistrate drew attention to the involvement of private security guards in gun crime and related offences.

World Markets Analysis

April 29, 2005

National Assembly Approves New Package of Electoral Laws for Angola

Although most measures were passed with little controversy, the law establishing the electoral commission in Angola provoked a significant dispute within the National Assembly.

Significance

Although faced with the collapse of consensus on its package of electoral legislation, the ruling party pushed through its proposals for an election commission dominated by its own appointees.

Implications

The opposition had hoped to secure greater representation on the commission, which will be responsible for organising forthcoming presidential and parliamentary elections. However, its challenge to the ruling party was doomed to failure, with the principal motivation merely to highlight the regime's efforts to guarantee control over the electoral process.

Outlook

The ruling MPLA is progressively cementing its administrative grip over the elections and there is nothing that the opposition can do to prevent it. Administrative manipulation of electoral structures tends to attract less international disapprobation than heavy-handed fraud during the campaign, hence the regime's efforts to shore up its position now.

No 'I' in CNE

Earlier this week, the ruling party-dominated National Assembly voted in favour of a package of seven electoral laws designed to position Angola for elections in 2006 - the first to be held since 1992. Six of the bills passed without any complication, the parties having reached a fair degree of consensus during their elaboration and debate. Although attracting a handful of abstentions in the 223-seat assembly, the following laws were ratified in near-unanimity by the deputies:

- * the Law on Nationality;
- * the Law on Political Parties;
- * the Law on Electoral Registration;

- * the Law on Electoral Observation;
- * the Code of Electoral Conduct; and
- * the Law on the Funding of Political Parties.

Although the latter had attracted some argument - with the opposition unsuccessfully demanding full state funding for Angola's 140 opposition parties - the greatest dispute was reserved for the Electoral Law itself and its central element, the composition of the proposed 12-member National Electoral Commission (CNE), which would assume responsibility for all preparations and conduct of the polls.

Under the draft law submitted by the ruling Popular Movement for the Liberation of Angola (MPLA), the CNE was to consist of a mixed membership, with two representatives of the presidency, one for the territorial administration ministry, six for the National Assembly, one for the communications council and one member elected by the Supreme Court. Although on the face of it, this provides a seemingly equitable representation for the major sovereign institutions in the country, the parliamentary opposition - which holds around one-third of the seats in the Assembly - was furious that the parliamentary representation would be dominated by MPLA appointees: three of the parliamentary appointees were to be provided by the ruling party and three by the opposition.

On 25 April 2005, the opposition parties - including the National Union for the Total Independence of Angola (UNITA - 70 seats) and the National Front for the Liberation of Angola (FNLA - 5 seats) - presented an alternative proposal, which would have enshrined an opposition bias to the CNE's composition. Under the proposal, each of Angola's six parliamentary groups would have been given a seat, reducing the MPLA's direct appointment of CNE members (including presidential and ministerial appointees) from seven to five, depriving it of a two-thirds majority within the commission, which UNITA claimed the MPLA would have used to 'control the electoral process'.

However, the MPLA deputies argued that the representation of opposition parties offered under the new law actually over-represented the opposition presence in parliament, pointing out that no party besides the MPLA and UNITA won more than 2.5% of the vote in the 1992 poll.

With no prospect of agreement being reached, the ruling party put its draft bill to the vote and it was duly passed by 120, albeit with a sizeable vote against (60) from UNITA, the FNLA and a deputy of the Social Renewal Party (PRS), which voted largely with the MPLA.

Outlook and Implications

Quoted by AFP, MPLA parliamentary leader Bornito de Sousa accused UNITA of attempting to cast doubt on the likely fairness of the polls, 'knowing that they have no chance of victory'. Spoiling tactics of this kind may well be in the minds of opposition leaders. However, ruling party control over the electoral process would be a cause for serious concern. The opacity of government accounts and the intimate relationship between the MPLA and the state gives the ruling party an in-built advantage when it comes to the financial resources available for campaigning. Moreover, the shape of the infrastructural development program, which is being carried out in part to facilitate voting, will be defined by a government less inclined to service opposition-supporting areas. Although the composition of the CNE will permit some opposition involvement in the regulation and preparation of elections for the first time in Angola's history, this involvement appears designed to serve as a mere fig-leaf to ruling party domination of the electoral process. In such a context, spoiling tactics designed to highlight the regime's naked political ambitions may be regarded as justifiable.

Energy Intelligence Group, Inc.
Angola – Dialog

Angola And Mozambique to Hold Technical Talks in May

All Africa Global MediaComtex Global NewsComtex International 21-03-2005

Luanda, Mar 19, 2005 (Angola Press Agency/All Africa Global Media via COMTEX) -- Mozambique's Foreign Minister, Alcinda Antonio de Abreu, on Saturday here said that talks between Angola and her country start in May 2005.

Speaking to Angop, shortly before leaving Luanda, after a two-day visit to Angola, she said that "In the month of May", technicians of both countries will meet to outline concrete aspects related with each area of interest for the reinforcement of bilateral cooperation".

The works will comprise the survey of all instruments of cooperation signed across 30 years of independence of both countries and latter will be determined a new framework of cooperation, in the ambit of a joint commission.

The Minister, who did not mention the venue for the gathering, added that the areas of interest of the two countries are oil, culture, tourism development, among others, despite identifying new domains in which economic and social cooperation can be developed.

Alcinda de Abreu said she leaves Angola satisfied as she could see friends and advance with concrete steps in the development of bilateral ties, a ground that will support and enable the revision of the already existing cooperation accords.

During his stay, she was received by the Head of State, Jose Eduardo dos Santos, the Foreign Minister, Joao Miranda, and the Minister of Territory Administration, Virgilio de Fontes Pereira, as well as the African group of the diplomatic body accredited in Angola and the Mozambican community living here.

Angola registers two-digit economic growth in 2004

XinhuaComtex FinanceComtex Global NewsComtex International 17-03-2005

LUANDA, Mar 17, 2005 (Xinhua via COMTEX) -- Angola has achieved two-digit economic growth and cut inflation by more than half last year, according to a communique available here Thursday.

Angola's economy made "important progress" in 2004, said the communique, with an expansion of 12.2 percent last year over 2003 and inflation dropping to 31 percent from nearly 77 percent in early 2004.

The oil sector had grown by 14 percent, while other sectors expanded by 9.1 percent, it said.

Justice Minister Manuel Araujo also announced the cabinet had approved the start on Sunday of a national registration campaign for adults aimed to provide identity documents for an estimated 3 million to 4 million people.

The government gave green light for a program of celebrations to mark the Day of Peace and National Reconciliation on April 4, the third anniversary of the end of Angola's 27-year civil war, according to the communique.

Angola Promotes Abroad Seminar to Attract Investments

All Africa Global MediaComtex Global NewsComtex International 17-03-2005

Luanda, Mar 17, 2005 (Angola Press Agency/All Africa Global Media via COMTEX) --The Foreign Affairs Ministry will promote from 21 to 28 of the current month, in the United Arab Emirates (Dubai and Abu Dhabi) and Tunisia, seminars that are intended to attract investments for Angola, reads an official note.

The events are directed to the entrepreneurial sectors of the two Arab countries, which will be informed on the recent level of economic and social development in Angola, and the existent business opportunities.

Around 20 Angolan businessmen, of different fields, were invited to participate in the seminars.

The Foreign Affairs Ministry has invited some entities to address some lectures in the act, namely, the Assistant Minister to the Primer-Minister, Aguinaldo Jaime, the Deputy Minister of Geology and Mining, Mankenda Ambroise, the chairman of the National Agency for Private Investment, Carlos Fernandes, the representative of the World Bank in Angola, Laurence Clark, and the director for Communication and External Affairs of the British Petroleum in Angola, Francisco da Cruz.

In the institutional plan, the seminar will be attended by the Foreign Affairs Deputy Minister for Co-operation, Irene Alexandra Neto, and the Ambassadors of Angola to Egypt, Herminio Escorcio, and Algeria, Apolinario Correia.

Egypt: Visiting Angolan minister delivers message to President Mubarak

BBC International Reports (Africa) 17-03-2005

By Text of report by Angolan news agency Angop web site

Luanda, 15 March: A message from Angolan President Jose Eduardo dos Santos was handed this weekend to Egyptian President Husni Mubarak by Angolan Foreign Minister Joao Miranda, who is in Cairo.

According to a note from the Foreign Ministry, the president's message expresses the desire to strengthen bilateral cooperation, and expresses gratitude for Egyptian assistance in achieving peace in Angola.

Egypt: Visiting Angolan minister delivers message to President Mubarak

Miranda also took advantage of his 78-hour visit to Egypt to strengthen commercial ties, having held a meeting with the chairman of the National Assembly, the ministers of oil and health, and with President Husni Mubarak.

Today, 14 March, and tomorrow, Miranda will visit Belgium, where he will hold talks with European Union institutions.

Miranda will meet with the president of the European Commission, Durao Barroso, and with Louis Michel, the European commissioner for cooperation and humanitarian assistance.

During both meetings Miranda will raise the issue of the European Union's assistance in the reconstruction of Angola.

Source: Angop news agency web site, Luanda, in Portuguese 15 Mar 05

BBC Mon AF1 AFEausaf 170305/mm

Angolan ruling party accuses UNITA members of provoking clashes

XinhuaComtex Global NewsComtex International 16-03-2005

LUANDA, Mar 16, 2005 (Xinhua via COMTEX) -- The ruling Popular Movement for the Liberation of Angola (MPLA) has accused the opposition National Union for the Total Independence of Angola (UNITA) of provoking violent clashes in the southeastern province of Cuando Cubango.

Local media quoted MPLA Information Secretary Norberto dos Santos as saying on Wednesday that problems began Sunday at a celebration in the town of Mavinga, about 1,100 km southeast of Luanda, to mark the anniversary of the founding of the UNITA.

According to Norberto dos Santos, some UNITA activists began shouting "down with the MPLA, down with President Jose Eduardo dos Santos." 20 people were injured in fighting between oppositionists and members of the governing party, he added.

According to a UNITA statement, the party's secretary in this province had been told by local officials that the celebrations could not take place. When he and other opposition activists went to talk with the municipal administrator in Mavinga, they were then shot at by armed MPLA activists led by a former senior Angolan army officer.

The statement said that 28 people were injured in the violence, 12 of them seriously. Sunday's clashes in Cuando Cubango between MPLA and UNITA party members are the most serious to occur in recent months.

The Angolan government with MPLA as ruling party and UNITA anti- government armed forces ended 27 years of civil war in April 2002 and now UNITA is the most important opposition party in the country.

Zimbabwean president meets Angolan presidential envoy

XinhuaComtex Global NewsComtex InternationalXinhua 15-03-2005

HARARE, Mar 15, 2005 (Xinhua via COMTEX) -- Zimbabwean President Robert Mugabe has met visiting Angolan presidential envoy Oswaldo de Serra Van- Dunem and held talks with him on a wide range of issues, including elections which the two countries are scheduled to hold.

Van-Dunem, who is also Angolan minister of Home Affairs, delivered a special message to Mugabe from his Angolan counterpart Jose Eduardo Dos Santos.

Zimbabwe is scheduled to hold parliamentary elections at the end of this month, while Angola plans to hold its long postponed polls sometime next year.

Van-Dunem said they discussed the impending polls in Zimbabwe and elections in Angola.

Van-Dunem said the talks with President Mugabe also touched on relations between the two countries.

Governor of Luanda Swears in New Members

All Africa Global MediaComtex International 08-03-2005

Luanda, Mar 07, 2005 (Angola Press Agency/All Africa Global Media via COMTEX) --The governor of the Luanda Province, Job Capapinha, is to swear in this Monday, here, the new provincial government members he appointed last week.

In this perspective, Job Capapinha will swear in the new director of the provincial health board, Vita Vemba, the office director of his deputy governor for social matters, Ana Cristina Podia Kay, and the director of the elderly home Beiral, Guiomar Manuel Neto Damiao.

The act will precede the extraordinary session of the Provincial Government Council.

Angolan foreign minister leaves for Ethiopia

BBC International Reports (Africa) 06-03-2005

By Text of report by Angolan news agency Angop web site

Luanda, 6 March: Angolan Foreign Minister Joao Bernardo de Miranda left the country on 5 March for Addis Ababa (Ethiopia), where he will participate in the African Union Executive Council meeting, taking place on 7 and 8 March.

On the agenda is a discussion of the proposals made by the ministerial committee of 15 African countries on the UN's reform.

Angolan foreign minister leaves for Ethiopia

Established by the sixth ordinary session of the executive council and approved by the fourth session of the African Union Ordinary Conference which took place in Nigeria in January 2005, this committee approved, in Mbabane (Swaziland) in February, the common African position for the desired reform of the UN.

During this meeting, the AU's executive council will also discuss other bureaucratic issues, especially those related to the contributions made by member countries.

Source: Angop news agency web site, Luanda, in Portuguese 6 Mar 05

BBC Mon AF1 AFEausaf 060305/dg

World Bank Approves Documents On Its Intervention in Angola

All Africa Global MediaComtex Global NewsComtex International 04-03-2005

Luanda, Mar 04, 2005 (Angola Press Agency/All Africa Global Media via COMTEX) --The World Bank (WB) Administration Council met and approved on February 17-22, 2005, two documents for the intervention of this financing institution in Angola.

In the first day, the institution passed in Washington the strategy for Angola related to the coming two years, which includes a 26 million dollars donation and a 25 million dollars credit for the implementation of the first phase of Multisectoral Project of Emergency and Rehabilitation (PMER).

The approval of the strategy was done through the International Association for Development (IDA), a WB institution which provides aid to the poorest nations.

On February 22, the donor countries passed a new document which outlines that it will be made available at least 34 million dollars to aid 81 of the world's poorest countries, which receive assistance, including Angola.

Out of this amount, 18 billion dollars come from the total of new contributions of donor countries, in order to restore IDA's resources. This increase of financial resources is expected for the coming three years.

On the other hand, although donor countries have assumed a strong financial commitment aiming for the recomposition of IDA's resources, some have considered the possibility of increasing the promised resources to reach the goal of 30 per cent, as agreed at a meeting of delegates of this institution held in Athens, Greece.

According to a WB source in Angola, it is not known how much of the 34 billion will be donated to Angola, as the amount to be attributed for each country depends on their performance with regard to the accomplishment of the goals of the programmes initially outlined, as well as the maintenance of the mentioned programmes.

In the case of Angola, the amount will depend on the country's performance in the implementation of the ongoing projects countrywide, as well as other process named Country Policy and Institutional Assessment, during which is assessed the quality of country policies and its institutional framework.

In this process are also analysed aspects such as management, inflation management, management of macroeconomic balances, fiscal policies and management of external debt.

Structural policies, such as mobilization of resources and efficiency of banking sector, financial stability, policies and institutions for sustainable environment are other goals.

Management of funds for Angola donated through IDA is a responsibility of the Government, through the Planning Ministry, a partner of all the United Nations agencies.

Portuguese Speaking Parliaments in Luanda in November

All Africa Global MediaComtex Global NewsComtex Health CareComtex International 28-02-2005

Luanda, Feb 26, 2005 (Angola Press Agency/All Africa Global Media via COMTEX) -- Angola will host in November this year in Luanda, the 5th Portuguese Speaking Parliaments Forum (FPLP), under the aegis of the country's National Assembly.

This was decided at the 4th FPLP session, held in Brazilia, from 27-28 January, this year, according to a communique distributed to Angop today, that recommends the setting up of a working group comprising Brasil and Angola, for the preparations.

With an agenda focusing on the promotion of the Portuguese language and fight against Aids, the 4th session adopted the alterations to the FPLP statutes, discussed the creation of a member country's parliamentary women network and presentation of the political situation in the CPLP (Portuguese Speaking Community) States.

The promotion of the Portuguese language within the CPLP and in the international relations, the cooperation of parliaments in the dissemination of the Portuguese Language, the parliament and fight against Aids, the electronic democracy and CPLP institutions, were discussed at the latest session.

According to the conclusion, each country should stimulate the learning and publicising of the Portuguese language, striving for the adoption of a policy of promotion of the language at regional and international events.

The forum also agreed on the need for the creation of a CPLP website, as a means to disseminate the information of matters of the parliaments interests.

Also agreed at the 4th session, was the need for a parliamentary network of fight against Aids, combining information and strategies to fight the pandemics within the CPLP countries.

According to the communique, the FPLP's national groups chairmen should attend the summits of heads of CPLP States and a working group to analyse the creation of the community's parliamentary assembly put in place.

The next session, the source also says, is to discuss the interest in the institutionalisation of a sort of community ombudsman and in the creation of the Portuguese speaking parliamentarian women.

The 4th forum gathered 29 parliamentarians, within delegations headed by the speakers of the assemblies of Angola, Brazil, Cape Verde, Guinea-Bissau, Portugal, Sao Tome and Principe and East Timor. Mozambique was absent.

On the occasion, the speaker of the Angolan parliament, Roberto de Almeida presented a report on the situation in the country.

He appealed to the international community to adopt a positive attitude towards holding a donor conference on Angola.

Roberto de Almeida was accompanied in Brazilia by MPs Teresa Cohen and Domingos Hachi, both ruling MPLA party and Eugenio Ngolo Manuvacola, opposition UNITA.

Angola: Transparency Essential for Credible Polls

All Africa Global MediaComtex Global NewsComtex International 28-02-2005

Luanda, Feb 28, 2005 (UN Integrated Regional Information Networks/All Africa Global Media via COMTEX) --Transparency and a clearly defined role for an independent electoral commission are vital if Angola is to avoid the mistakes made during its last national poll more than a decade ago, a former election official told IRIN.

Onofre dos Santos, an Angolan lawyer with close links to the opposition FNLA, and director-general of the national election council in Angola's 1992 elections, did not foresee a return to conflict.

But he feared that the lack of a transparent process could lead to delays in the electoral timetable, with frustration and unrest among opposition parties and, ultimately, political instability.

Angola's last ballot, held during a brief lull in the fierce 27-year civil war, was deemed generally free and fair by the international community, but the then rebel group and now opposition party, UNITA, contested the results and returned to war against the ruling MPLA party.

Angola has been at peace since April 2002, and is to hold national elections next year, but some observers caution that it is slipping behind in its groundwork, a comment Dos Santos said could still prove valid.

"Angola is preparing right now - we have electoral projects from all political parties, which is a good sign that Angola is going in the right direction. Is it going at the right speed? I have my doubts," he told IRIN ahead of the launch of his book on the 1992 elections, titled 'A Lesson for the Future'.

"The key to change [the] bad reputation of the 1992 elections is to train people; to increase the capacity of ordinary people to understand the electoral process," he said.

"When everyone thinks about elections they only think about results, and only of favourable results. What we need is to make sure that the results are the expression of the real will of the people."

Opposition parties and civil society groups are already voicing their concern that the process running up to the 2006 ballot is unclear and unfair. The chief bone of contention is the creation and mandate of an electoral commission, which should be independent and take care of all the stages, including the critical task of voter registration.

However, the MPLA has said that registering electors - a huge undertaking in a country where many who fled fighting during the war still have no identity documents - is a job for the government. Indeed, the government announced earlier this month that it planned to start registering voters in May.

According to Dos Santos, only the government has the requisite personnel and know-how for such a task, but he stressed that an independent national electoral commission should be created in time, and with sufficient supervisory powers to scrutinise the process.

"If they start [voter registration] in May, I believe that May will be the last date to appoint the [electoral] body. Not only that, but also organs in all the provinces, municipalities and communes, because if not, supervision cannot be affective," he commented.

Aside from the independent commission, the former election chief urged opposition parties to start training enough members to detect irregularities, fraud and misconduct to cover an estimated 6,000 or more polling stations.

Transparency, he argued, was the single most important factor in ensuring that the electoral process remained credible and acceptable to parties from across the political spectrum.

"I believe that the government is already doing a lot of preparation for the elections, and it is important for the other political parties to know what has been done and to give their approval," he said. "It is very easy to raise suspicions among the political parties concerned..."

Dos Santos, who has monitored elections on behalf of the UN in far-flung places such as Bangladesh, Vukovar and Lesotho, defends some controversial ideas in his book.

He supports the idea of delaying a new constitution until after the polls, and holding separate legislative and presidential ballots - a possibility raised by President Jose Eduardo dos Santos, but which has so far failed to find favour with opposition groups, who suspect it is a ruse to ensure his re-election.

"We gain in that, by having legislative elections first, we will have a new elected parliament that would be in a more legitimate position to approve a new constitution, including the future powers of the executive and the election of its main organ, the president," he said.

"This is what I always considered good sense, provided, of course, it is not [used as a] pretext to postpone the ... elections."

Now practicing law in Portugal, Dos Santos hopes his 300-page book will show how to avoid past mistakes.

"We need to know exactly what was done not so well in the past, to try to have ideas about what we can change to make things work better. This is the purpose of the book," he said.

Chinese Government Grants New Loan to Angola

All Africa Global MediaComtex EnergyComtex Global NewsComtex International 25-02-2005

Luanda, Feb 25, 2005 (Angola Press Agency/All Africa Global Media via COMTEX) --The government of China decided to grant a new loan to Angola, estimated at 50 milhoes Yuans, about USD 6,3 million, without tax, as part of the effort to strengthen existing bilateral relations.

The announcement was made today, in Luanda, by the deputy Prime Minister of the People's Republic of China, Zeng Peiyan, during the opening of official talks between delegations from both countries, being held in the office of Angolan Prime Minister, Fernando da Piedade Dias dos Santos.

The talks are also focusing on the signing of three cooperation accords, in the sectors of oil and gas, mineral resources and infrastructures.

Angola is the second biggest trade partner of that Asian economic country, after South Africa.

In 2004, businesses amounted to USD 4,9 billion, over 113 percent as compared to the previous year.

Angola Signs Four Cooperation Agreements with Angola

LiquidAfricaComtex Global NewsComtex International 25-02-2005

Feb 25, 2005 (LiquidAfrica via COMTEX) --South Africa and Angola have signed four agreements to strengthen bilateral economic and other relations.

A government statement released Friday says the two parties agreed to cooperate in the social advancement and development of the two countries by offering professional and technical training to officials involved in this sector.

The two governments signed the agreements in Cape Town Thursday at the end of a four-day meeting in the South African port city. South African Social Development minister Zola Skweyiya and his Angolan counterpart of Social Assistance and Reintegration Joao Baptista

Kussuma signed the accords that include co-operation in the field of social protection and re-integration between the two countries.

They also highlighted the need for child and adolescent protection as well as the integration of persons with disabilities. They pledged to share experiences, policies and projects that address the plight of these vulnerable groups in the two countries.

The two governments undertook to establish a mechanism that will ensure the provision of professional social services on inter-country cases involving children and adolescents.

They also agreed to engage in joint activities to implement the plan of action for the African decade of persons with disabilities. Meanwhile, the South African minister of Trade and Industry, Mandisi Mpahlwa and the visiting minister of transport, Andre Luis Brandao signed agreements on reciprocal promotion and protection of investments.

It aim is to establish the necessary legal framework and environment to stimulate investment by businesses from both countries and thereby increasing opportunities for prosperity in the two countries.

The two countries pledged to promote reciprocal investment by facilitating the granting of permits/licensing agreements necessary for such investment to take place and to afford the other party's investor treatment not less favorable than that of its own investors.

South African Defence Minister Mosioua Lekota and his Angolan counterpart Kundy Pahyama signed a Defense cooperation protocol intended to strengthen South Africa's existing agreements with Angola and to extend this co-operation in the field of defense. Luanda and Pretoria agreed to establish a South Africa-Angola bilateral Defense committee.

The two sides identified various fields of co-operation, including peace support missions, mutual assistance during natural disasters and humanitarian crises, de-mining, education and training; and defense related industry and technology.

On the other hand, South Africa's Minerals and Energy Minister Phumzile Mlambo-Ngcuka and his Angolan counterpart of energy and water, Jose M Botelho de Vasconcelos initialed an accord on electricity co-operation.

The two ministers pledged to exchange information and engage in joint projects, including human resource development and training in the electricity sector, urban and rural electrification, research and development; poverty alleviation and sustainable development in the electricity and renewable sectors. They also agreed to exchange visits by technical experts.

Angolan Prime Minister Fernando da Piedade Dias Dos Santos led his country's delegation to the four-day bilateral meeting in Cape Town, while the South African delegation was led by deputy president Jacob Zuma.

Chinese Vice-Premier Peiyan arrives in Angola for three-day visit

BBC International Reports (Africa) 25-02-2005

By Text of report by Angolan news agency Angop web site

Luanda, 24 February: Chinese Vice Premier Zeng Peiyan arrived in Luanda on Thursday 24 February for an official three-day visit to Angola. The visit will focus on strengthening ties between the two countries.

Accompanied by members of his government, Peiyan was received at the airport by Prime Minister Fernando da Piedade Dias dos Santos, and by other members of the Angolan government.

Chinese Vice-Premier Peiyan arrives in Angola for three-day visit

According to the official itinerary, Peiyan will today be honoured with an official dinner which will be hosted by Dias dos Santos. On Friday 25 February Peiyan will travel to the Presidential Palace for a meeting with Angolan President Jose Eduardo dos Santos, before chairing the official talks between the two delegations at Dias dos Santos' office.

These talks will end with the signing of cooperation agreements in several sectors. In the afternoon, Peiyan will hold a private meeting with Angolan Oil Minister Desiderio Costa, and with Manuel Vicente, the president of Sonangol's [state oil firm] Administration Council.

The Chinese official will then travel to Luanda island for the launching of the second phase of the project to restore Luanda city's energy network. In the late afternoon, Peiyan will meet the Chinese community living in Angola. He is scheduled to leave Luanda for Beijing on Saturday morning.

A Chinese source stated that this visit is of great importance for the future strengthening of cooperation between the two countries, which have maintained diplomatic ties for 22 years. According to the source, Angola is the second African country with the largest commercial ties with this Asian economic "giant," after South Africa.

In 2004, the volume of trade between the two countries amounted to 4.9bn dollars [figure as per cent], an increase of more than 113 per cent compared with 2003. According to Chinese statistics there was a clear advantage for Angola.

Angola is the third and last leg of Peiyan's African tour which started on Sunday 20 February, and which took him to Kenya and Congo-Brazzaville.

Source: Angop news agency web site, Luanda, in Portuguese 24 Feb 05

BBC Mon AF1 AFEausaf 250205/mm

Chinese, Angolan leaders sign nine economic cooperation agreements

BBC International Reports (Asia) 25-02-2005

By Text of report in English by official Chinese news agency Xinhua (New China News Agency)

Luanda, 25 February: China and Angola signed here on Friday [25 February] a package of nine economic cooperation agreements, focusing on development of energy and mineral resources in the southwestern African country. Visiting Chinese Vice-Premier Zeng Peiyan

and Angolan Prime Minister Fernando da Piedade Dias dos Santos witnessed the signing of the economic agreements.

The nine agreements cover cooperation in energy, mineral resources and infrastructure, petroleum exploration and prospecting as well as economic and technical assistance. This is part of the efforts by the Chinese government to assist the post-war reconstruction in Angola, one of the poorest nations in the world due to its 27-year-long civil war.

Chinese, Angolan leaders sign nine economic cooperation agreements

Zeng, who arrived here on Thursday for a three-day official visit to Angola, met with Angolan President Jose Eduardo dos Santos and held talks with Prime Minister Fernando da Piedade Dias dos Santos on Friday. The two sides pledged their further efforts to enhance bilateral relations and collaborations in international affairs.

Source: Xinhua news agency, Beijing, in English 1305 gmt 25 Feb 05

BBC Mon AS1 AsPol AF1 AfPol cf

The Biggest Concern in Angola is the Opaqueness of Angola's Recent Deals

LiquidAfrica 25-02-2005

Feb 25, 2005 (LiquidAfrica via COMTEX) --Perhaps the biggest concern among foreign officials in Luanda is the perceived opaqueness of Angola's recent deals. The bilateral Chinese agreement comes hard on the heels of a \$2.25 billion Standard Chartered bank loan, which means there is less pressure on the government to answer difficult questions posed by the international community.

"My reaction when I hear of this big Chinese loan is that it distorts the whole process and gives a lot more flexibility for Angola not to comply with the conditions for other deals, such as an agreement with International Monetary Fund (IMF)," said Douglas Steinberg, country director for the humanitarian NGO, CARE. "

It allows the government to escape ... transparency." Donors want Angola to open its books to scrutiny and meet the standards required by global institutions, which would clear the way to cheaper credit on more favorable terms, and boost development more effectively because such loans demand greater openness, resulting in better management of state resources.

Despite being rich in oil, most of Angola's 13 million people are woefully poor, and critics continue to level accusations of corruption at the country's wealthy elite.

The China deal has already been dogged by claims of mismanagement. Earlier this week the transparency watchdog, Global Witness, sent a letter to the World Bank and the IMF lamenting the fact that the terms of the deal had not been made public.

"The long-standing concerns about the lack of fiscal transparency and accountability also extend to the reconstruction process," the NGO pointed out. "

There has to date been no public scrutiny of either specific reconstruction projects, nor of the procurement process managed by the National Reconstruction Office, including projects selected under the terms of the \$2 billion credit line extended to Angola by China."

With relations between Angola and the IMF plunging to a new low, and no sign of any agreement soon, state sources said the country must have funding now, to answer its immediate needs. "A lot of institutions don't like Angola doing these deals because they have strings attached, but that is normal in any part of the world," said one official. "

But look at how many times the World Bank has delayed its funding - we cannot sit back and wait." Many believe that the deal is mutually beneficial, with oil-hungry China looking to Africa and elsewhere to satisfy its growing demand for energy. The agreement provides China with crude in return for credit, and also opens the door to possible future exploration prospects.

China already imports around 30 percent of Angola's oil, just behind the United States, which buys 40 percent of production. With talk of establishing a Chinatown in Luanda, and weekly flights linking Beijing to the Angolan capital, bilateral ties are expected to become increasingly important.

Roxar Wins Multi Million Dollar Contract to Supply in Angola

LiquidAfricaComtex Global NewsComtex International 25-02-2005

Feb 25, 2005 (LiquidAfrica via COMTEX) --Roxar, a leading technology solutions provider to the upstream oil and gas industry, has been awarded a contract to supply its revolutionary designed subsea multiphase flow meters to the deepwater Rosa oil field, off the Angolan coast.

The contract was awarded by FMC Kongsberg, a subsidiary of FMC Technologies. FMC Kongsberg has a US\$120 million contract with the field operator Total to supply subsea systems to the Rosa field. Roxar is the leading provider of subsea multiphase instrumentation.

Its light-weight flow meters are designed for maximum reliability, performance and flexibility. They provide accurate, continuous multiphase monitoring of the flow rates of oil, water and gas in the oil well stream. Each well has a jumper-mounted meter with retrievable canisters containing electronics, CPU and power.

The meters were selected as part of an international tendering process and consolidate Roxar's increased presence in West Africa -- a key target region for its industry-leading subsea flow measurement solutions.

Discovered in 1998, the Rosa field is located 135 kilometers off the Angola coast in water depths ranging from 4,200 to 4,900 feet (1,300 to 1,500 meters). According to Total, the Rosa development will require 25 subsea wells -- 14 producers and 11 injectors -- which will be linked back to the Girassol Floating Production, Storage and Offloading (FPSO) system 15 kilometers away.

The new field is scheduled to come on stream in the first half of 2007, raising and prolonging the peak production of the Girassol FPSO. Said Roxar CEO, Sandy Esslemont: \

"As the oil and gas industry continually seeks to reduce costs and maximize production, the ability to remotely measure multiphase flows in real-time provides significant competitive advantage to E&P companies. This is particularly so in the subsea environment and we are delighted to be providing this competitive advantage to FMC Kongsberg and Total today."

He continues: "Roxar's vision is to become the market leader in providing technology solutions to maximize reservoir performance. Through our world-leading flow measurement solutions and our commitment to working alongside customers as true technology partners, we look forward to helping Total and many others get the most out of assets at each and every stage of the oil field lifecycle."

Roxar's subsea multiphase flow meters make well testing operations quicker and more efficient as well as providing valuable new information for diagnosis and optimization of a well's performance. The meters are more accurate than separation-based systems because they are independent of separation efficiency and insensitive to slugs, foam, carry-overs and emulsions.

Roxar is a world-class provider of robust flow measurement instrumentation and is the market leader within multiphase metering. The instrumentation product portfolio also includes wet gas meters, water cut meters, flare gas meters and sand/pig detectors.

Roxar is rising to the challenges of reservoir management and production optimization faced by all of the multinationals, major independents and National oil companies today.

FMC Kongsberg is part of FMC Technologies, Inc, a global leader providing mission-critical technology solutions for the energy, food processing and air transportation industries employing 8,600 people and operating 32 manufacturing facilities in 16 countries.

Total is ranked among the leading international oil companies on the African continent with a production of 723,000 barrels of oil equivalent per day in 2003. In Angola, the Group operates the offshore Blocks 3 and 32 in addition to Block 17 and the onshore blocks FST and FS. Total is also a partner in Blocks 0, 2, 14, 31 and 33. Total's production in Angola reached 160,000 barrels of oil a day in 2003.

China grants Angola 6m-dollar interest-free loan

BBC International Reports (Africa) 25-02-2005

By Text of report by Angolan news agency Angop web site

Luanda, 25 February: The Chinese government has decided to grant Angola a new loan worth 50 million yens, approximately 6.3m dollars, interest free, with a view to strengthening bilateral relations.

The announcement was made today in Luanda by Chinese Vice-Premier Zeng Peiyan at the opening of official talks between the two countries' delegations, underway at the conference hall in Prime Minister Fernando da Piedade Dias dos Santos's office.

China grants Angola 6m-dollar interest-free loan

Peiyan added that the Chinese government welcomed the request by the Angolan government to establish a consulate in Hong-Kong.

These talks will end with the signing of nine cooperation agreements in the areas of oil and gas, mineral resources, and infrastructures.

Angola is the second African country with the largest commercial ties with this Asian economic "giant," after South Africa. In 2004, the volume of trade between the two countries amounted to 4.9bn dollars, an increase of more than 113 per cent compared with 2003.

Source: Angop news agency web site, Luanda, in Portuguese 25 Feb 05

BBC Mon AF1 AFEausaf 250205/job

Governor On Orderly Development of Luanda

All Africa Global MediaComtex International 25-02-2005

Luanda, Feb 25, 2005 (Angola Press Agency/All Africa Global Media via COMTEX) --The Governor of Luanda province, Job Castelo Capapinha, on Friday reaffirmed the interest of the Angolan Government to continue working toward discouraging anarchical constructions and make the capital one of the prettiest cities of Africa.

Job Capapinha was addressing the opening ceremony of the "Housing Fair", inaugurated this morning at Zango, Viana municipality, in which around ten real estate companies exposed models of houses.

According to the Governor, Luanda has all weather conditions and of localisation to become one of the prettiest cities of the world if organisational measures, particularly in the urban field, are taken to ensure its orderly growth.

Pretty alisation of Luanda in the coastal strip, with a pleasant weather in the whole year, permeable soils, and slopes that facilitate drainage of water from rains (...) vast plots of land at low cost are factors that contribute for the betterment of the populations living standards, he underlined.

He deplored the adverse socio-economic conditions of the country in the last 20 to 30 years, underlining that the recovery of infrastructures demands from the Government supplementary efforts capable of turning the strategic and metropolitan plan of Luanda and Bengo into solutions for the different problems the is capital faced with.

The strategic and metropolitan plan of Luanda and Bengo is an integrated growth program which outlines the investments to carry out in the next years to develop the two areas.

It also entails the implementation of a number of projects in Luanda until the year 2015.

Chinese vice premier arrives in Angola for official visit

XinhuaComtex Global NewsComtex International 24-02-2005

LUANDA, Feb 24, 2005 (Xinhua via COMTEX) -- Chinese Vice Premier Zeng Peiyan arrived here on Thursday for a three-day official visit to Angola.

He was greeted by Angolan Prime Minister Fernando da Piedade Dias dos Santos at the airport.

Zeng delivered a written message at the airport upon his arrival, saying that since the establishment of diplomatic relations 22 years ago, the two countries have enhanced their mutual trust in political issues, achieved fruitful results in various cooperative projects and cooperated closely in international affairs.

The Chinese vice premier is expected to meet Angolan President Jose Eduardo dos Santos and hold talks with Prime Minister Fernando da Piedade Dias dos Santos on Friday.

The two sides will exchange views on bilateral relations and a wide range of topics of common concern, and explore the possibility of cooperation in various fields.

Angola is the third leg of Zeng's Africa tour after Kenya and the Republic of the Congo. He will leave for Mauritius on Saturday.

Chinese Deputy Prime Minister in Luanda

All Africa Global MediaComtex Global NewsComtex International 24-02-2005

Luanda, Feb 24, 2005 (Angola Press Agency/All Africa Global Media via COMTEX) --The Deputy Minister of the People's Republic of China, Zeng Peiyan, Thursday afternoon arrived in Luanda for a 3-day official visit to Angola, meant to reinforce and boost the relations between the two countries.

Accompanied by members of his government, Zang Peiyan, was received on his arrival in Luanda by the Prime Minister, Fernando da Piedade Dias dos Santos, and by other members of the Angolan Government.

According to the programme of visit made available to the press, the Chinese official will be homaged with a dinner party to be offered by the Angolan Premier tonight.

Friday, Zeng Peiyan will move to the Presidential Palace in the morning for an audience with the President of the Republic, Jose Eduardo dos Santos, before presiding over, together with the Angolan Premier, the official talks between delegations from the two countries.

These talks will end up with the signing of cooperation agreements in the various fields of the country's social and economic life.

In the afternoon, the Chinese Deputy Premier will meet in private with the Angolan Oil Minister, Desiderio Costa, and with the Administration Board Chairman of the Angolan Oil Society (Sonangol), Manuel Vicente, respectively.

Afterwards, he will launch the second phase of the project of rehabilitation of the electricity network in the Angolan capital, and will then meet the Chinese community residing in Angola.

The two countries have established diplomatic relations 22 years ago, and Angola is the second African country with bigger commercial exchange with this Asian economy "giant", after South Africa.

In 2004, the volume of business between the two sides stood to 4.9 million dollars, 113 per cent more than last year, with clear advantages for the Angolan side, according to Chinese figures.

Angola is the third country of his African tour started on Sunday, which already took him to Kenya and Congo Brazaville.

The Chinese will travel back to his country on Saturday.

World Bank Approves Strategy for Angola

All Africa Global MediaComtex Global NewsComtex International 23-02-2005

Luanda, Feb 23, 2005 (Angola Press Agency/All Africa Global Media via COMTEX) --The World Bank (WB) Executive Directors' Managing Board approved last Thursday in Washington, US, its strategy for Angola for the next two years.

The WB approved also a donation worth USD 26 million, a credit estimated at 25 million dollars from the International Development Association (IDA), aiming at implementing the first phase of the Multisectorial Emergency and Rehabilitation Project (PMER.)

The current strategy of the World Bank for the Southern African country, for the next two years, is an extension of the Aid Plan for Transition, approved in March, 2003 and ceased last December.

The project targets three fundamental pillars namely: To increase the transparency, efficiency and credibility in the management of public resources, Rehabilitation of the infrastructures and to enlarge the delivery of basic services; To prepare the conditions for an extensive and oriented economic growth for the poor people.

World Bank Provides Support For Emergency Multisector Recovery Program in Angola

LiquidAfricaComtex Global NewsComtex International 22-02-2005

Feb 22, 2005 (LiquidAfrica via COMTEX) --The World Bank's Board of Executive Directors today approved an International Development Association (IDA) grant of US\$25.8 million and a credit of US\$24.9 million to the government of Angola to help build the foundation for long-term reconstruction, economic rehabilitation, and the re-establishment of state administration throughout the country.

Co-financing of US\$32 million equivalent is expected from the government and parallel financing of US\$9 million equivalent is expected from a number of donors for the same program.

The overall objective of the program, to be implemented in two phases, is to assist the government of Angola to improve rural incomes and enhance food security in the provinces most affected by the country's 27-year old civil war which ended in 2002.

It will also help improve access to elementary education and essential health services; reconstruct and rehabilitate critical infrastructure; and strengthen the capacity of government at all levels to formulate, prepare, implement, and manage medium and long-term development programs.

The program will help revive the economy and integrate the country by restoring vital transportation links and supporting provision of basic public services to the population.

During Phase 1, it will focus on activities to revive agriculture, provide essential drugs, provide teaching and learning materials, and restore water services in Luanda and three provincial capitals.

During Phase 2 the program will support rehabilitation or construction of schools, health facilities, rural feeder roads, trunk roads, electricity services, urban infrastructure, rural water and water supply to provincial capitals.

The program will contribute towards the macroeconomic stability in Angola and help jumpstart reconstruction efforts in the wake of the country's devastating civil war.

The economy of Angola has benefited from higher international oil prices and the prospect is that oil production will double over the next two years, reaching some 2 million barrels a day by early 2007. The favorable economic outlook has also attracted a significant volume of Foreign Direct Investment (FDI).

The credit is on standard International Development Association (IDA) terms. The credit's maturity period is 40 years, including a 10-year grace period.

Angola opposition calls for independent poll body as violence mars runup to poll

BBC International Reports (Africa) 22-02-2005

By Text of report by Portuguese TV for Africa on 22 February

[Presenter] UNITA [National Union for the Total Independence of Angola] is calling for national consensus so that the next general elections in Angola will take place in a peaceful environment. Isaias Samakuva asked the power structures to be impartial so as to avoid past mistakes. The UNITA leader was speaking in Huambo at a rally after the party's Permanent Committee meeting.

[Reporter Inacio Cardoso] At a rally attended by approximately 3,000 people in Huambo Province, a UNITA stronghold, Isaias Samakuva recalled that the elections in 1992 resulted in a return to war because they were not well organized, and because there were scams which resulted in the results being challenged. UNITA does not accept the government's intention of wanting to control the electoral process.

Angola opposition calls for independent poll body as violence mars runup to poll

[Samakuva] The elections cannot be organized by those in power. What are they going to do? We are not saying that they will steal the elections, but they will manipulate the elections to their advantage. It is therefore necessary that an independent organ should organize the electoral process.

[Cardoso] Samakuva informed the people about the government's responsibilities to create conditions for the well-being of all, adding that the war should no longer be the reason for so much misery.

[Samakuva] The schools do not function because there is war. The roads have potholes because of the war, the hospitals are not enough because there is war. There is no electricity in cities because of the war, and there is no water because of the war. When did the war end? Have all these issues been resolved? No, things have instead become worse.

[Cardoso] Samakuva and the rest of the party management left the Central Highlands for Bie and Cuando Cubango, which were the provinces most affected by the war and where, like in Huambo, and as part of a pre-election campaign, UNITA will assess its support base.

[Carla Adao] This UNITA rally in Huambo was marked by acts of violence. Five UNITA sympathizers were wounded in confrontations with people who were protesting against the party's presence in Huambo.

[Cardoso] The UNITA rally was stained by blood. In the suburbs of Huambo City, acts of violence took place between anti-UNITA supporters and UNITA members who were on their way to the rally. The result of political intolerance is five people wounded, two of whom are in a serious condition. Antonio Sapalo was intercepted on his way to the rally, and attacked with an iron rod for wearing a UNITA T-shirt. They broke his jawbone, an arm and some ribs.

[Victim Antonio Sapalo] They assaulted me because I was wearing a UNITA T-shirt, and they wanted to kill me.

[Cardoso] The other victims were wounded in similar circumstances, all because they belong to UNITA.

[Victim Manuel Benjamin] I was at the market with this T-shirt, and on leaving I was confronted by two men who asked me if I belonged to UNITA, and I said yes. They then said they will have to kill me because I belong to UNITA. Afterwards they stabbed me and took off my T-shirt.

[Unidentified victim] I left my neighbourhood, Sao Pedro, and when I reached Commerce Road, I was confronted by a group of men who hit me with stones, and said that the reason was because I was going to the rally.

[Cardoso] On the day of the rally, and a few minutes before Isaias Samakuva's speech, the residents of Huambo city were surprised by a strong explosion. It was thought to be a demining operation, but the UNITA management says that it is yet another act of intimidation to stop the people from attending the rally.

Source: RTP Internacional TV, Lisbon, in Portuguese 0530 gmt 22 Feb 05

April 29, 2005

Angola LNG takes gradual shape

Angola's slow-moving LNG plans are moving one step nearer reality, with the award of a front-end engineering-design contract for the 750 MMcf/d project to a grouping of Halliburton's KBR, JGC of Japan and Technip. It will take 15 months and be followed by a final investment decision in late 2006. Chevron declined to disclose the likely startup date or costs, but based on other West African LNG projects, the process could take three to five years and cost around \$2 billion.

Angola LNG will be built near Soyo in northern Angola. State Sonangol will provide associated gas feedstock of about 900 MMcf/d from offshore fields. The project will be co-led by ChevronTexaco and Sonangol. Ownership will be split among Chevron (36.4%), Sonangol (22.8%) and BP, Exxon Mobil and Total (13.6% each).

EUA desmentem mal-estar nas relações com Angola

A Embaixada dos Estados Unidos em Angola considerou de "imprecisa" a notícia veiculada na passada semana pela Voz da América a propósito de um eventual mal-estar nas relações entre os dois países.

No comunicado, a Embaixada dos Estados Unidos em Luanda informa que o artigo intitulado "Correio diplomático passado ao crivo, publicado no website da Voz da América, na sexta-feira, 22 de Abril de 2005, está impreciso".

"Não há navio com material de construção para a nova chancelaria da Embaixada retido pelo Governo de Angola. Neste momento, os Governos dos Estados Unidos e da República de Angola não têm qualquer problema quanto à movimentação de mercadoria diplomática em tramitação no Porto de Luanda", lê-se no comunicado.

Mais adiante o documento informa que "as relações entre os Governos de Angola e dos Estados Unidos são boas e todas as questões que surgem são discutidas através dos canais diplomáticos normais."

Registo com verbas asseguradas

Garrido Fragoso

O registo de adultos, integrado nas tarefas preparatórias das próximas eleições, bem como o programa alargado da Comissão Interministerial para o processo eleitoral já têm financiamento garantido, com a aprovação ontem, pelo Conselho de Ministros, da programação financeira do Tesouro Nacional, referente ao segundo trimestre do presente ano.

A programação financeira de Abril a Junho de 2005, segundo um comunicado de imprensa saído da reunião (ordinária) do Conselho de Ministros, presidida pelo Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, assegura, igualmente, a execução de programas prioritários como o de emergência de estradas, do campus universitário, de acções de saúde pública, de saneamento básico e no domínio da agricultura.

O Conselho de Ministros aprovou ainda na sua sessão ordinária o decreto que altera o regulamento do Prémio Nacional de Cultura e Artes, por forma a corrigir as imprecisões que têm dificultado o trabalho de avaliação do júri para o apuramento dos vencedores.

O decreto ora aprovado retira da disciplina de cinema e audiovisuais os vídeo-clips musicais. A banda desenhada deixa, nos termos do decreto, de fazer parte da disciplina de literatura, passando esta a integrar as artes plásticas. A disciplina de artes do espectáculo foi substituída pelas de teatro, de dança e de música, que doravante passam a ter prémios individualizados.

Entre os diplomas aprovados ontem figura igualmente um decreto que cria o Comité Nacional para aplicação do Código Internacional da Segurança de Navios e Instalações Portuárias, como instrumento elaborado pela Organização Marítima Internacional, que tem por finalidade orientar e integrar os países membros no sistema de segurança dos navios e das instalações portuárias contra acções ilícitas.

Este instrumento jurídico define o referido Comité Nacional como um órgão interministerial, coordenado pela Direcção Nacional da Marinha Mercante e Portos, e integrado pelas direcções nacionais das Alfândegas e Saúde Pública, pela Polícia Fiscal, Marinha de Guerra de Angola, Força Aérea Nacional, serviços de bombeiros, de fiscalização das pescas, de informações e de migração e estrangeiros.

Lei de imprensa está em debate final

Ao contrario do que se noticiou, a Lei de Imprensa, na sua fase final de aprimoramento, continua em debate, estando já a cópia derradeira a ser analisadas nas associações profissionais ligadas à comunicação social do país.

Segundo uma fonte do “Jornal de Angola”, que fez questão de mostrar o projecto de Lei na sua fase final e a lista de associações que já receberam o documento, tudo se encaminha para a sua aprovação em tempo oportuno. A nova Lei de Imprensa é genérica na sua concepção e remete para diplomas específicos as questões que justificam o regulamento.

Firma investe USD 2,5 milhões em fábrica de café

Dois milhões e 500 mil dólares foram investidos, nos últimos quatro anos, na reabilitação e apetrechamento das instalações técnicas de uma fábrica de torrefacção de café, afirmou ontem, em Luanda, o sócio-gerente, Rui Melo, da Empresa de Comércio e Indústria de Cafés, LDA.

Abordado pela Angop sobre a actividade da sua empresa, presente na feira Alimentícia Angola 2005, iniciada ontem, o responsável referiu que o investimento permitiu aumentar a produção da firma em 60 toneladas de café mensalmente contra as 20 anteriores.

O incremento de capital da empresa, que permitiu a criação da fábrica “Café Ginga”, foi feito com a participação do grupo português “Atlas Café”, o qual participou com 85% do montante e a firma angolana com o valor restante avaliado em 15%.

A percentagem da empresa portuguesa assinou um contrato de reabilitação e gestão da fábrica, localizada no município de Cacuaco, província de Luanda.

Rui Melo salientou que a paralisação de muitos campos de cultivo de café constitui um dos principais obstáculos no aumento das vendas no mercado angolano e internacional do produto da sua empresa.

Governo garante protecção a produtores nacionais

Mateus Cavumbo

Um grande esforço está a ser desenvolvido pelo Governo, com vista a apoiar produtores nacionais que tenham iniciativas de trabalharem em condições precárias. Nesta óptica, o executivo angolano possui uma estratégia de aumento da produção interna de produtos básicos, tendente à substituição das importações.

O facto foi reiterado pelo vice-ministro do Comércio, Cruz Neto, durante a cerimónia de abertura da Feira Alimentícia-Angola, tendo revelado estar em curso um estudo para avaliar a capacidade da economia nacional em oferecer novos produtos de consumo para que o Estado tome as iniciativas de proteger os produtores.

O evento que decorre no recinto da Feira Internacional de Luanda (Filda) é o primeiro do género e que trouxe à capital angolana seis países com alguma tradição na produção de bens alimentícios, bebidas e utensílios de cozinha. Presente na Feira Alimentícia, está a empresa Aqua Oceanus, especializada em limpeza e saneamento de edifícios e pavimentos. No primeiro dia do certame, a referida empresa ainda não tinha entabulado qualquer contacto de realce, segundo nos confirmou, a administradora geral, Dilma Silva.

Para Dilma Silva, o evento surge três anos após a criação da empresa Aqua Oceanus, estando, nessa altura, num momento em que se assiste ainda a consolidação dos negócios. A expositora acredita que o nível de contacto tende a subir nos dias que se seguem, mas à margem da Feira Alimentícia, a Aqua Oceanus já teve contactos com uma empresa sul africana de prestação de serviços, que pretende manter uma parceria sólida para os próximos tempos.

Cento e quarenta empresas nacionais e estrangeiras, nomeadamente de Portugal, Espanha, Estado Unidos de América, Alemanha e África do Sul estão presentes no certame, que deverá encerrar no domingo.

Exploração de granito rende USD 4 milhões

Estanislau Costa,
no Lubango

A exportação de quinze milhões de metros cúbicos de granito rendem quatro milhões de dólares.

O director de Energia, Águas, Geologia e Minas da Huíla, Abel João da Costa que confirmou os dados à imprensa, no âmbito dos festejos do “Dia do Mineiro” assinalado ontem, considerou positiva o empenho das empresas mineiras.

Segundo o director, o número de empresas extractivas cresceu de quatro para dez, nos períodos compreendidos entre 2001 a princípios de 2005, facto que se reflecte nos elevados índices de produção e exportação, assim como, no enquadramento e formação técnico profissional de mais de 500 mil cidadãos.

Todavia, os resultados das prospecções efectuadas por empresas especializadas permitiram a Huíla explorar granito diversificado e com maior cotação no mercado mundial, entre elas, a Negro-Angola, Cor-de-rosa, Cinzento e Castanho.

Dados da direcção de Geologia e Minas da Huíla, atestam que a empresa de direito angolano Angostone se posiciona como a primeira na produção desde 2001, com mais de 800 mil metros cúbicos, de primeira qualidade, e 600 mil metros cúbicos de segunda.

Espanha, Canadá, Portugal, Japão, África do Sul, Panamá são os principais clientes.

De realçar que no mercado internacional, as pedras nacionais concorrem a pé de igualdade com as de Moçambique, África do Sul, Zâmbia, Brasil cuja cotação do metro cúbico CIF é o equivalente a USD 600.

O granito angolano oferece aspectos positivos, tais como, o facto de preservar a originalidade do brilho, após a sua industrialização. Deste modo, estudos revelam que a região da Huíla, Namibe e Cunene possui jazigos de granito susceptíveis de serem explorados até a décima geração.

No entanto, figuram como áreas ricas em pedras ornamentais, na região sul, o Tchiquatiti, Quihita, Chibemba, Tulunga, (Huíla) e Bibala, Virei (Namibe).

Neste momento, efectua-se prospecção com vista a determinar a existência do mineiro (granito) noutros pontos.

World Markets Analysis

April 26, 2005

Angola Establishes National Institute to Fight HIV/AIDS

Angola's government has reportedly issued a decree for the establishment of the 'National Institute of Fight Against HIV/AIDS', reports the Angola Press Agency. According to the source, the decree of the Cabinet Council was promulgated by President Jose Eduardo dos Santos last month. The intent is to establish a permanent and official organisational structure in the country that can better effect the nation's fight against the HIV/AIDS epidemic. The newly established Institute is tasked with establishing improved standards of clinical and laboratory practice, and will be responsible for co-ordinating the implementation of training for medical and laboratory staff, as well as HIV/AIDS education programmes across the country.

Significance: According to UNAIDS, Angola had just 240,000 people living with HIV/AIDS by end-2003, up from 210,000 at the end of 2001. The epidemic has been stoked by the Angolan civil war, which ended with the 2002 ceasefire. The newly formed National Institute follows government pledges to improve healthcare access in the country after 27 years of civil war, which placed extreme constraints on the mobility of the population and rendered Angola virtually a no-go area for people on the outside.

Associated Press

April 26, 2005 Tuesday

U.S. Treasury Freezes Assets in Arms Case

The Treasury Department moved Tuesday to freeze the assets of 30 companies and four people believed to be linked to international arms dealer Victor Bout.

Those affected by the department's order include Richard Chichakli, of Richardson, Texas, whom the government identified as Bout's "U.S.-based chief financial officer."

Several companies in Richardson also were listed on the government's blocking order, including Chichakli & Associates, DHH Enterprises Inc., and Daytona Pools. Most of those covered by the government's blocking order are located in other countries.

The government's action not only freezes any bank accounts and other financial assets belonging to these companies and people found in the United States but also forbids Americans from doing business with them.

The United States also is submitting the 34 names to the United Nations to be included in its asset-blocking list, which is followed by member countries.

The department's action emerges from an executive order that allows the government to freeze assets of people connected to former Liberian President Charles Taylor. Arms dealer Bout was designated last year as having associations with Taylor.

Bout, a citizen of Tajikistan, has been associated with the UNITA rebels of Jonas Savimbi in Angola; the Liberian fighters headed by Taylor, who is wanted on war crimes charges in neighboring Sierra Leone; and Congo. Belgian authorities implicated him in the trade of so-called blood diamonds, which fueled several wars in Africa.

Peter Hain, in 2002 Britain's minister for European affairs, called Bout a "merchant of death."

"Bout undoubtedly did supply al-Qaida and the Taliban with arms," said Hain, who now is a member of Parliament.

ANGOP

27 de Abril

Banco de Poupança e Crédito e Word Vision assinam acordo de cooperação

Um acordo de cooperação, avaliado em um milhão e 249 mil dólares norte americanos, foi rubricado nesta terça-feira, em Luanda, entre o Banco de Poupança e Crédito (BPC) e a organização mundial Word Vision, para financiar projectos agrícolas na província do Huambo.

De acordo com o Director Nacional da Word Vision, John Yale, o montante disponibilizado pelo BPC vai beneficiar, numa primeira fase, cerca de mil e novecentas famílias, distribuídas em diversas associações agrícolas da província.

De modo a facilitar o trabalho dos beneficiados, o responsável da Word Vision realçou que o crédito/BPC vai chegar aos agricultores através da entrega directa de materiais de produção agrícola.

Os mesmos serão distribuídos aos camponeses de acordo com a dimensão de cada projecto apresentado.

O programa de desenvolvimento agrícola do Huambo esta implementado em vários municípios, destacando-se o do Bailundo, Longonjo, Ekuma e

Londuibali. O mesmo abrange um universo de 394 famílias. Desde a sua implementação, há mais de dois anos, o projecto já injectou nas comunidades cerca de um milhão e 343 mil USD

Angola Press Agency

April 26, 2005 Tuesday

Angolan Foreign Minister Defends Innovating Means of Cooperation With Brazil

Angolan Foreign Affairs minister, Joao Miranda, defended on Monday, in Brasilia, that the meeting between Angola and Brazil should not only focus on assessing the rate of implementation of previous accords, "but above all, view innovating means for the improvement of bilateral cooperation".

To the head of the Angolan diplomacy, who was speaking during the opening of works of the sixth session of the Angola-Brazil joint commission, "it is necessary to give special attention to business cooperation".

"We need to search for more efficient means to enable Brazilian businessmen to learn of the business opportunities in angola", he emphasized.

As he referred, the lack of information has been one of the main hindrances in the access to the Angolan market by Brazilian businessmen, defending as a positive step the entrepreneurial seminar about Angola, to be held on Thursday in Rio de Janeiro with the presence of Angolan and Brazilian businessmen and other business agents.

The Angolan Foreign Affairs minister said that fortunately today all main obstacles which blocked the normal development of bilateral economic cooperation have been removed, having stated that among them there is the insecurity situation, which once overcome it enables more ambitious goals.

As regards the country's internal situation, Joao Miranda stated that in the past three years, since the attainment of peace and political stabilisation, "Angola made important changes in its economy which made it more attractive for investment and for the establishment of economic partnerships".

"Although still having a long way to go", he added, "the economic reforms introduced by the Angolan government have enabled a high level of macroeconomic stability", he stated.

Concerning the economy, he stressed that it is growing and this year it will probably be around 10 percent, and contributing to such result is the growth of the oil sector which in 2005, according to him, should be over a million Barrels/day.

Brazil, concluded Joao Miranda, "being one of the main economic partners, can trust our determination in continuing to maintain the appropriate environment so that its entrepreneurial sector can in a fair way carry out its activity in Angola".

Angola Press Agency

April 26, 2005 Tuesday

Zimbabwean Authorities Interested in Oil Cooperation

The Zimbabwean authorities intend to establish a co-operation with Angola in the oil field, a special envoy of President Robert Mugabe, said today in Luanda, after an audience with the Angolan Head of State, Jose Eduardo dos Santos.

John Nkomo referred that there are many areas that are of common interest ", adding that perhaps in the future there might be other areas to co-operate".

During the meeting, Mr Nkomo gave to President dos Santos a letter from Robert Mugabe that, among other issues, he thanks the Angolan solidarity in the legislative election held recently in Zimbabwe and won by the ruling ZANU-PF.

Lei Eleitoral finalmente aprovada

Foto Angop

Assembleia Nacional aprova finalmente projecto da nova Lei Eleitoral

Luanda, 27/04 - A Assembleia Nacional aprovou finalmente nesta terça-feira o projecto da nova Lei Eleitoral, durante uma sessão plenária em que prevaleceu o voto maioritário, após sucessivos adiamentos na votação final do diploma.

O último projecto de Lei do Pacote Legislativo Eleitoral foi aprovado com 120 votos a favor, 60 contra e três abstenções.

Mau grado o desacordo de parte da oposição, fica assim ultrapassada a discórdia relativamente à composição da Comissão Nacional Eleitoral, a qual levou a três adiamentos sucessivos da votação final da Lei.

A futura CNE terá 11 membros integrados por diversas personalidades de reconhecida idoneidade moral, dos quais dois indicados pelo presidente da República, seis pela Assembleia Nacional, um juiz eleito pelo plenário do Tribunal Supremo e dois em representação do Ministério da Administração do Território e do Conselho Nacional da Comunicação Social.

Ainda de acordo com o projecto aprovado, das seis personalidades indicadas pela Assembleia Nacional, três deverão ser escolhidas pelo partido ou coligação de partidos maioritária no Parlamento e os restantes pela oposição.

A última proposta da oposição referia que a CNE fosse composta por indivíduos indicados exclusivamente pela Sociedade Civil, afastando assim a representatividade dos órgãos de soberania.

Ja CNE aprovada com votos da oposição

António Kassoma

A Assembleia Nacional aprovou ontem o projecto de Lei Eleitoral, o último dos sete diplomas legais de suporte às eleições que continuava pendente.

A elevação da proposta à lei não teve a benção de todos os deputados, mas resultou do trabalho de todos eles, na medida em que o consenso esteve presente em mais de noventa por cento do diploma.

Depois de várias semanas de trabalho e nove aproximações entre o MPLA e a oposição, a composição da Comissão Nacional Eleitoral (CNE) acabou por marcar profundamente a aprovação da Lei Eleitoral, que, embora não tenha sido votada por unanimidade, as duas partes declararam ser desejável a sua aprovação.

Com o fracasso de todas as tentativas de alcançar o consenso sobre a questão, a Lei Eleitoral foi ontem aprovada com 120 votos a favor (incluindo vários da oposição), sessenta votos contra e três abstenções.

A UNITA, a FNLA e o PLD votaram contra o projecto de lei, enquanto no PRS apenas Lindo Bernardo Tito votou contra (os outros três deputados da sua bancada presentes votaram a favor), tendo-se absterido a AD-Coligação e o Pajoca. Determinaram a elevação do projecto à categoria de lei, os votos dos deputados do MPLA e ainda os votos a favor de partidos da oposição como o PRS, PRD, PSD, FDA e PNDA.

Contrariamente ao entendimento que predominava na semana passada, quando as partes tentavam, sem sucesso, alcançar o consenso, o facto de a

Lei Eleitoral não ter sido aprovada por consenso não deverá trazer grandes dificuldades no futuro, a julgar pelas palavras conciliatórias proferidas pelo deputado Domingos Daniel “Maluka”, da UNITA.

“Agora vamos implementar o que foi aprovado e trabalhar para que o sistema de controlo do processo eleitoral previsto nesta lei evite situações desagradáveis”, disse.

O deputado Sebastião André, do Pajoca, declarou à imprensa que achou extremo votar contra toda a Lei Eleitoral pelo facto de o ponto de vista da oposição não ter prevalecido na questão referente à composição da CNE, razão pela qual optou por manifestar as suas reservas através da abstenção. Aquele parlamentar disse acreditar que com a aprovação desta lei poderá prosseguir todo o processo de preparação e efectivação das eleições, e terminou felicitando a Assembleia Nacional por ter aprontado o pacote legislativo eleitoral em tempo útil.

A versão do projecto de Lei Eleitoral sujeita à aprovação foi, com ligeiras alterações técnicas, a resultante dos trabalhos dos deputados na especialidade, como havia anunciado o MPLA em conferência de imprensa realizada na última sexta-feira, depois de ter declarado esgotadas as possibilidades de mais concessões.

Trata-se de uma versão resultante em mais de noventa por cento do consenso entre o partido no poder e a oposição, em que as disposições referentes à composição da CNE resultaram das cinco primeiras aproximações feitas entre as partes, numa altura em que elas (partes) diziam estar muito próximas de um consenso que nunca chegou a ser alcançado.

O artigo 156.º, à volta do qual se gerou a polémica, tomou como versão definitiva a formulação que dispõe ser de onze membros a composição da Comissão Nacional Eleitoral, nomeadamente dois cidadãos indicados pelo Presidente da República, seis designados pela Assembleia Nacional por uma maioria qualificada de dois terços, sendo três deles propostos pelo partido ou coligação de partidos que detenha a maioria e três pelos outros partidos. Farão ainda parte da CNE, de acordo com a lei aprovada, um cidadão indicado pelo plenário do Tribunal Supremo, um representante do Ministério da Administração do Território e um membro do Conselho Nacional de Comunicação Social, eleito pelos seus pares.

050427Cedências do MPLA a propostas da Oposição

A história do exercício democrático que ontem conheceu o seu epílogo na casa das leis também se conta com a estatística dos momentos em que o MPLA abriu mão da sua condição de partido maioritário para facilitar a marcha do processo de aprovação dos diplomas de suporte à realização das eleições. Dispondo das suas próprias propostas, o MPLA viu-se não poucas vezes no papel de elemento conciliador, abraçando as ideias avançadas pelo bloco de partidos da Oposição e engavetando as suas. Foi, por exemplo, a formulação de uma alínea da Lei Eleitoral que exige dez anos de residência no país a

todos os candidatos às eleições presidenciais, que aceitou flexibilizar concordando com a redução desse período a um tempo de três anos para o próximo pleito eleitoral excepcionalmente, com o fim claro de acomodar realidades próprias vividas pela UNITA.

Noutra plataforma, o MPLA acolheu favoravelmente uma proposta que proíbe que pessoas singulares e colectivas financiem campanhas políticas de partidos e candidatos, quando não era esse o seu pensamento inicial.

Num terceiro exemplo, foi aceite por proposta da Oposição que o Governo passe a integrar a Comissão Nacional Eleitoral por intermédio de um (1) representante a indicar pelo Ministério da Administração do Território (MAT). Também partindo da Oposição, o MPLA aceitou que a Comissão Nacional Eleitoral faça a superintendência do processo de registo eleitoral, incluindo a aprovação do programa de registo elaborado pelo Governo, quando defendia originalmente que este trabalho fosse desenvolvido atendendo em exclusivo à sua condição meramente administrativa, ou seja, responsabilidade única das autoridades governativas.

Jornal de Angola

26 de Abril

Ou vai ou racha

A Assembleia Nacional volta a reunir-se hoje em sessão plenária para a votação da nova Lei Eleitoral, depois de sexta-feira última o MPLA e a oposição não terem conseguido acordo sobre a composição da futura Comissão Nacional Eleitoral (CNE).

Depois de nove aproximações, as partes não chegaram a um entendimento sobre a questão que tem condicionado a aprovação do projecto de Lei Eleitoral, a única proposta do pacote legislativo eleitoral que ainda não foi aprovada.

A votação do projecto de lei, que se esperava acontecer na tarde da passada sexta-feira (depois de sucessivos adiamentos para a busca de consensos entre o MPLA e a oposição), vai acontecer somente hoje.

A sessão parlamentar da passada sexta-feira apenas serviu para o presidente da Assembleia Nacional, Roberto de Almeida, anunciar que as partes ainda não se tinham entendido, e que a oposição pedia mais tempo para consultar as suas lideranças. Roberto de Almeida pedira então desculpas por mais um adiamento da votação.

“Por acordo estabelecido entre as bancadas parlamentares, esta sessão fica adiada para terça-feira. Peço mais um pouco de paciência, isto é um exercício

de tolerância política”, afirmara Roberto de Almeida, presidente da Assembleia Nacional, quando comunicava aos deputados o novo adiamento.

Interpelado pela imprensa à saída da sessão, o deputado Daniel Domingos “Maluka”, da UNITA, referira que a oposição iria analisar uma contra-proposta feita pelo MPLA, embora tendo deixado transparecer o seu desacordo. Os deputados dos outros partidos da oposição também se tinham manifestado pouco optimistas.

Em conferência de imprensa convocada no mesmo dia (sexta-feira) pela bancada do MPLA, Kwata Kanawa explicou que o seu partido considerava inaceitável a proposta avançada pela oposição, afastando por isso qualquer possibilidade de novas concessões.

O político contou que a oposição não aceitou a proposta do MPLA no sentido de os oito integrantes da CNE, a serem designados pela Assembleia Nacional, fossem propostos de acordo com a regra da paridade, sendo quatro sugeridos pelo partido no poder e outros quatro pela oposição no seu todo.

Consta que na última proposta avançada pela oposição esta sugeriu que dos oito integrantes da CNE a serem indicados pelo Parlamento cinco fossem propostos pela oposição e três pelo partido no poder. O MPLA contrapôs com a sugestão de serem cinco pelo partido no poder e igual número pela oposição, proposta já recusada pelos partidos da oposição.

Norberto dos Santos “Kwata Kanawa” referiu que os seus colegas da oposição asseguraram nas negociações que não aceitariam a proposta do partido maioritário, e que terça-feira, hoje portanto, votariam contra a Lei Eleitoral.

Os deputados vão, em princípio, votar a proposta constante dos relatórios saídos dos trabalhos na especialidade. Trata-se da formulação resultante da quinta aproximação entre o MPLA e a oposição, conforme explicou o número dois da bancada do MPLA, que liderou a equipa de negociações do MPLA durante as concertações feitas na passada semana.

A deputada Joana Lina (que dirigiu os trabalhos na especialidade) lamentou que não tivesse sido alcançado o entendimento, e manifestou a sua tristeza pelo facto de a oposição prometer votar hoje contra toda a lei, apenas porque não está satisfeita com um artigo. Para a deputada, a atitude da oposição configura um paradoxo, já que todos os restantes 228 artigos da proposta de Lei Eleitoral foram adoptados por consenso. “É um desrespeito grave ao trabalho feito durante várias semanas”, disse.

O MPLA questionou ainda o facto de a oposição pretender que as decisões da CNE terem de ser tomadas por consenso ou por maioria de dois terços, o

que, no entendimento do partido maioritário, inviabilizaria o papel daquele órgão, que deve ser eminentemente técnico e não político.

Os deputados do partido no poder acharam ainda “estranho” que a oposição insistia na supressão da CNE do membro do Conselho Nacional da Comunicação Social, quando ainda há dias fez uma declaração política no Parlamento, supostamente em defesa da comunicação social.

Kwata Kanawa chegou mesmo a questionar o interesse da oposição em que as eleições sejam realizadas, já que esta parece pretender dificultar ao máximo a aprovação da Lei Eleitoral.

Jornal de Angola

26 de Abril

Angola em 2004: Exportações chegam aos USD 10,5 biliões

As exportações de Angola atingiram os 10 biliões, 530 milhões, 764 mil, 911 dólares e 24 cêntimos, em 2004, com destaque para o petróleo e seus derivados que representam 91,92 por cento.

O facto foi revelado, ontem em Luanda, pelo representante da Direcção Nacional do Comércio Externo, Rodrigo Mutunda, quando dissertava sobre o tema “Comércio externo e perspectivas”, inserido no II Conselho Consultivo do Ministério do Comércio, que hoje termina.

De acordo com o prelector, o petróleo e seus derivados contribuíram para os cofres de Estado com 9 biliões, 679 milhões, 513 mil, 658 dólares e 17 cêntimos, a que se segue o diamante com 784 milhões, 695 mil, 637 dólares e 87 cêntimos, o equivalente a 7,45 por cento. O peixe vem na terceira posição com 11 milhões, 912 mil, 892 dólares (0,11%), as sucatas não ferrosa contribuíram com 4 milhões, 741 mil, 726 dólares e 80 cêntimos (0,05%).

Produtos como madeira, fuba de mandioca, frutos do mar, peles salgadas, langui decorativo e diversos foram vendidos pelas delegações regionais do Norte, centro, Sul e Cabinda em valores menos significativos.

Por outro lado, segundo o técnico da direcção nacional do Comércio Externo, não foram inseridos os dados sobre o café, pelo facto de este produto não estar sob o controlo do Ministério do Comércio.

No dizer de Rodrigo Mutunda, “a impossibilidade de efectuar o registo das exportações de café constitui factor impeditivo para a possível contribuição na elaboração da balança comercial”.

Mutunda acrescentou igualmente que a inexistência de um sistema informático funcional ou operacional tem impedido o acompanhamento à dinâmica de funcionamento dos outros sectores que intervêm no processo de operações comerciais externas, ao mesmo tempo que dificulta o investimento sério no domínio da modernização da tecnologia utilizada e da formação do seu capital humano.

O especialista revelou, igualmente, que a ausência de um instrumento como a reuter que possibilite ter o conhecimento permanente dos preços dos produtos de bolsa, praticados no mercado internacional, impedem a fiscalização do dumping por operadores de má fé.

Tendo em conta o carácter dinâmico do desenvolvimento do sistema económico, esclareceu, o pacote legislativo que rege a actividade comercial externa produzido e aprovado no ano 2000, encontra-se hoje ultrapassado, ou seja, não dá resposta às exigências do momento.

Tal facto, tem feito com que para determinadas situações seja necessária a tomada de medidas pontuais, porque não encontram respaldo na lei e daí a importância da proposta da revisão do decreto 55/2000, que trata das operações de mercadorias.

INTOLERÂNCIA CRESCEU, ALERTA SAMAKUVA

2020-00-04

A intolerância política cresceu e militantes da UNITA querem o regresso à violência, alerta Isaias Samakuva.

O presidente da UNITA expressou este aviso em entrevista que concedeu à última edição do semanário "Angolense". «Os relatos que estamos a receber nas últimas duas semanas indicam claramente o aumento da violência», afirmou o chefe do maior partido da oposição angolana.

Citou peripécias recentemente verificadas nas províncias de Moxico e Benguela, onde houve mortos, entre os quais um bebé - estando ainda este último dado por esclarecer devidamente. «Portanto, se até aqui houve incêndios de residências, violência física contra alguns militantes, nesse momento já registamos mortes», sublinhou.

Espera que o «Governo, que tem a responsabilidade de manter a lei, a ordem e a segurança das populações, reaja e tome as medidas necessárias».

Lamenta, nesta ordem de ideias, a visão que se continua a ter da UNITA «como um Governo, ao invés de um partido normal, constituído por cidadãos pacíficos».

Na entrevista, Samakuva reconhece, porém, que «os nossos militantes querem partir para a violência em resposta às atrocidades de que têm sido vítimas».

A sua liderança tem enfrentado contudo esta corrente em moderação. «O nosso papel tem de ser, por um lado, de denúncia, e por outro, o de responsabilizar o Governo no sentido de tomar as medidas que se impõe, ao mesmo tempo que temos que desempenhar um papel moderador», disse.

050423-30

Taag em paz com fisco

As Linhas Aéreas de Angola (Taag) anunciaram quarta-feira que se tornaram numa empresa regular para a administração fiscal angolana, depois de terem concluído um processo de recuperação da sua contabilidade relativa aos anos que separam 2000 de 2004.

Segundo afirmou ao Semanário Angolense o director dos serviços de contabilidade da companhia, Fernando Cruz, um esforço de recuperação das contas permitiu que a empresa tivesse fundamentalmente concluídos e auditados os relatórios e contas referentes aos anos que vão de 2000 a 2003, mas também o relativo a 2004. De acordo com a fonte, os relatórios trazem demonstrações relativas à rentabilidade de cada um dos «centros de responsabilidade» (unidades de negócio) comparando as receitas com os seus custos, em históricos que permitem mensurar a eficiência da empresa.

Quarta-feira, a Taag inicia as suas segundas jornadas técnicas de contabilidade e finanças sob o lema «falar com números», onde todas essas demonstrações serão discutidas pela administração e outros órgãos directivos da empresa. Essa reunião deverá aprovar a execução do orçamento de 2004 e as previsões para 2005. Os números compulsados nos relatórios permitem conhecer factos cruciais para o futuro da companhia, como é um incremento das receitas da ordem dos dez por cento em 2004, ou a confirmação de que o défice que a companhia vem acumulando desde 1996 tem estado a ser reduzido a um ritmo médio de 20 por cento ao ano. A ideia é, no entanto, anular totalmente o défice ao longo de um período de seis anos, a contar de ano 2000.

De acordo com Fernando Cruz, a redução do défice tem sido conseguida com base na diminuição dos custos, mas ainda não atingiu os custos com o pessoal, no quadro de uma constatação do diagnóstico que em 2001 a administração apresentou ao Governo e em que estava determinado que dois terços dos empregados da companhia são considerados trabalhadores

excedentários. O excesso da força de trabalho foi medido com base no número de empregados por avião, dando como resultado uma relação crítica. Fernando Cruz disse «ainda não», quando respondeu ao SA se a redução do défice tinha incluído despedimentos.

Mbinda & Cia procuram parceiros em Londres

Conseguido o mais difícil, isto é, obter do Presidente da República a (preciosa) licença para exploração de petróleo, Afonso Van-Dúnem «Mbinda» e os seus parceiros da Majova lançaram-se esta semana à busca de um parceiro estrangeiro de quem esperam obter capital e know-how.

O Semanário Angolense soube de boa fonte que e Brito Sozinho mantêm consultas em Londres com potenciais parceiros para a companhia de petróleos que constituíram em finais do ano passado. Registada com o nome de Majova e sediada à baixa de Luanda, exactamente ao lado do hotel Trópico, a empresa é constituída, entre outros, por Octávio dos Santos, sobrinho do PR, Brito Sozinho, Silva Neto, ex-patrão da Unta e pelo deputado Sílvio de Almeida. A Majova faz parte de uma fornada de empresas de angolanas recentemente licenciadas pelo PR para operações petrolíferas. Quase todas estas empresas são constituídas por dirigentes do Mpla sendo que a Poliedro,S.A. é a mais «pesada».

Desta empresa fazem parte o presidente da Assembleia Nacional, Roberto de Almeida, Generoso de Almeida, Desidério Costa, Ruth Neto, Maria Mambo Café, Ismael Martins, Celestino Dias , Noé Saúde, Bornito de Sousa, Sousa Santos e Pedro Filipe. No mercado, e bem lançadas estão, também, uma empresa de Tiago Gomes, ex-Câmara de Comércio de Angola, a Falcon Oil Holding, de Mosquito Mbakassy, Prodoil detida em parte pela irmã mais velha do Presidente José Eduardo dos Santos, vulgo «Mana Marta» e António Van-Dúnem, e a Somoil, Sociedade Petrolífera Angolana, liderada por Almeida e Sousa, padrinho de casamento de Desidério Costa. Com processos finalizados e à espera de oportunidade estão vários grupos de que fazem partes antigos executivos da Sonangol. Entre estes encontram-se figuras como Hermínio Escórcio, Viegas de Abreu e o actual governador do Banco Nacional de Angola, Amadeu Maurício.

O fim do conflito?

Ndalu lidera a De Beers

Um ex-Presidente, Nelson Mandela , e um embaixador, Gaspar Cardoso, tentaram, pela De Beers, resolver o diferendo que a opõe ao Estado angolano. A multinacional sul-africana despachou Nelson Mandela para Angola para um encontro com o Presidente José Eduardo dos Santos de que resultou num almoço privado entre ambos. De tudo isso não obteve ganhos nenhuns. A multinacional sul-africana tem como director-geral em Angola,

Gaspar Cardoso, antigo embaixador na Itália, que conseguiu estabelecer a companhia em Angola, mas não conseguiu convencer o Governo a uma acordo amigável.

A De Beers tentou também, sem sucesso, resolver na justiça o caso com Angola. Levou o caso ao tribunal arbitral de Londres, de onde saiu derrotada. Toninho Van-Dúnem, ao tempo secretário do Conselho de Ministros, foi quem liderou a contratação e instrução dos advogados. Esgotados todos os recursos judiciais e diplomáticos, a companhia sul-africana virou-se agora para um homem forte da casa: António dos Santos França «Ndalú». Fonte bem informada disse ao Semanário Angolense que o antigo embaixador de Angola nos estados Unidos, António dos Santos França «Ndalú» e um dos políticos mais bem sucedidos nos negócios aceitou o convite para se tornar no primeiro presidente da De Beers Angola.

Gaspar Cardoso, homem que criou as bases para estabelecimento da companhia em Angola, continuará a ser o director-geral. A multinacional sul-africana espera do general angolano assistência na renegociação do contrato que a ligava a Angola, e rompido unilateralmente pelo Estado angolano. Este contrato garantia à De Beers enormes porções do mercado angolano quer na produção, quer na comercialização de diamantes produzidos em Angola.

Como consequência do conflito, as autoridades angolanas reduziram sobremaneira as áreas de exploração inicialmente concedidas a De Beers. Por força deste impasse a multinacional sul-africana reduziu substancialmente as suas operações, tendo alugado grande parte do edifício que construiu em Luanda à BP amoco. As relações entre Angola e a De Beers azedaram quando o Governo registou indícios da compra, pela companhia sul-africana, de diamantes garimpados pela Unita. Vivia-se na altura o debate sobre os chamados diamantes de sangue. A De Beers nunca teria «encaixado» bem ilações da Onu e de várias Ong's, segundo as quais era ela mesmo parte do problema de Angola na medida em que comprava diamantes dos dois lados. A De Beers ter-se-ia envolvido nesta operação para garantir a estabilidade do mercado. Ela também não «engoliu» de ânimo leve a partilha do mercado com a Ascorp, empresa onde a filha mais velha do Presidente José Eduardo dos Santos, Isabel, tem interesses. De resto, no dizer de entendidos, a Ascorp foi o instrumento que Angola criou para provocar a De Beers.

As coisas agravaram-se em 2000 depois da Global Witness ter feito circular um relatório sobre as actividades das companhias petrolíferas, que as autoridades acreditam ter sido inspirado pela De Beers. O relatório questionava a recusa de Angola em abrir o jogo sobre os montantes pagos pelas companhias petrolíferas. Imputava também às autoridades angolanas o descaminho de mais de 1 bilião de dólares. De todos os casos resultou a renúncia unilateral do acordo entre as duas partes, e a recusa de Angola em pagar a (choruda) indemnização reclamada pelos sul-africanos. Neste

processo, o Governo acabou, entretanto, por autorizar a entrada em Angola da Transex, uma empresa sul-africana de exploração de diamantes criada ao abrigo do princípio de «black empowerment» -poder aos negros. Liderada por Tokio Sexual, do Anc, esta companhia é detida em parte pela De Beers.

Para a sua entrada concorreu o antigo encarregado de negócios de Angola na África do Sul, Manuel Augusto. Insatisfeita com as migalhas que recebia do Governo, a De Beers tentou uma aproximação há 18 meses que morreu sem mesmo ter nascido. Ela espera agora que o general Ndalu, membro do Bureau Político do Mpla, e um dos homens mais respeitados de Angola, possa fazer a ponte e colocar a companhia no patamar que ela deseja.

See semanario re valentim too who has been a “sumbarino” of mpla in unita

050423-30Um líder em dificuldades para segurar o partido

Retorno triunfal de Valentim ao Parlamento acentua fraquezas de Isaías Samakuva

verino Carlos

Aluz verde que Jorge Valentim teve esta semana para regressar às funções de deputado à Assembleia Nacional representou um rude golpe para a liderança de Isaías Samakuva. As questões de indisciplina partidária e de falta de confiança nos seus créditos como líder submergem cada vez mais o presidente da Unita, em visíveis dificuldades para segurar um partido que se mostra desarticulado, desconcertado e sem norte.

Jorge Valentim, que já havia provocado um tremendo sismo no seio da Unita, com as declarações em que aludia à marginalização a que certos pesos pesados da organização são votados por parte da actual liderança, volta a sacudir a estrutura de Isaías Samakuva. Mas Valentim ganha, sobretudo, uma batalha que lhe era cara: o regresso ao Parlamento. Com o rumo que o assunto ganhou, o ex-ministro da Hotelaria e Turismo consegue, até certo ponto, o salto que lhe pode permitir readquirir alguma da visibilidade política que vinha perdendo de há um tempo a esta parte, quer no interior do seu partido, quer fora dele. Aliás, a movimentada estória da sua retoma como deputado também acabou por revelar que ele ainda tem na Unita uma grande franja de apoiantes.

Jorge Valentim volta à Assembleia Nacional após decisão sujeita a votos: 124 deputados votaram a favor, apenas seis se opuseram ao seu regresso, enquanto cinco preferiram abster-se. Mas até a leitura destas cifras revela-se tremendamente simpática e lisonjeira para os desígnios de Jorge Valentim. Sendo crível que o reduzido número de votos contra tenha vindo essencialmente da Unita, é legítimo deduzir que o fenómeno de rejeição a Valentim no interior do Galo Negro não é, afinal, assim tão grande. Mais: não sendo necessariamente uma manifestação de apoio a um líder, fica também a

conclusão de que a generalidade dos dirigentes da Unita é avessa ao linchamento público de um dos seus pares, preferindo alinhar pelo diapasão tradicional: procurar manter a coesão acima de tudo. Outro ponto de análise mostra que a vitória de Jorge Valentim anima e fortalece uma minoria «amordaçada» de antigos integrantes do Comité Renovador da Unita.

Mas o ponto fulcral reside mesmo no facto do regresso de Jorge Valentim acontecer contra a vontade de Isaías Samakuva. Muito mais significativo ainda é que não obstante o facto de Samakuva ter solicitado ao presidente da Assembleia Nacional, Roberto de Almeida, que a sua reintegração não fosse considerada enquanto pender sobre si o processo disciplinar interno que lhe foi movido pela Direcção da Unita, Valentim conseguiu mesmo assim concitar o apoio da maioria esmagadora dos deputados do seu partido. Trata-se de um sinal inequívoco de que a direcção do partido já não consegue aglutinar todos os seus dirigentes num só objectivo (foi-se o princípio do comando único), mas é fundamentalmente uma manifestação do «furacão» que esquarteja o Galo Negro, desorientando-o completamente.

Falando em off ao Semanário Angolense, um oficial sénior de informação da Unita disse entender as razões que assistem a Isaías Samakuva. «Trata-se de um líder cuja autoridade foi posta em causa por Jorge Valentim. Ele tinha, pois, de fazer alguma coisa». Mas, afirmou por outro lado, é «não somente errado como perigoso mesmo para a estabilidade interna da Unita, que alguém subestime o potencial de manobra de Valentim» que, neste folhetim, irrompeu de forma avassaladora. Para essa fonte, Jorge Valentim ter-se-á desdobrado ao máximo em operações prévias de diplomacia junto dos deputados da Unita, algo que terá implicado um grande esforço de persuasão. Seja como for, a organização do Galo Negro sai fragilizada de todo esse processo, evidenciando fracturas que já não podem ser camufladas. A presidência da Unita parece agora enclausurada numa «ilha» à parte, enquanto outras instâncias do partido, e até mesmo dirigentes considerados de maneira individual, funcionam em sintonias diferentes.

Para já, não passou despercebido o facto de ter sido um deputado da própria Unita, Aniceto Hamukuaya, da Comissão de Mandatos da Assembleia Nacional, dos que mais se esforçaram para que a questão fosse levada a votos, apesar de Isaías Samakuva opor-se a que assim fosse. Daniel Maluka, vice-chefe da bancada parlamentar da Unita, também tentou travar o processo de votação, alegando que Isaías Samakuva se encontrava ausente. Outros dirigentes que saem chamuscado desse processo são Jerónimo Wanga e Abel Chivukuvuku, embora por razões sensivelmente diferentes. Aliás, na condição de chefe do grupo parlamentar da Unita, Jerónimo Wanga deverá estar neste momento numa situação desconfortável, por todo o processo que resultou em votação favorável ao retorno de Jorge Valentim ter corrido ao arrepio dos seus desejos. Abel Chivukuvuku não se quis comprometer e por isso saiu da sala enquanto decorria a votação, incorrendo

num comportamento político que, mais uma vez, poderá acarretar «arranhões» à sua reputação no interior ou mesmo fora do Galo Negro.

Quanto a Lukamba Paulo Gato, ausente do país por razões particulares, desconhece-se o seu pensamento perante este recrudesimento da crise interna da Unita. Em todo o caso, também em peregrinação pelo estrangeiro, Isaías Samakuva é aquele que mais arrelias deverá ter quando regressar ao seu gabinete à Maianga e deparar-se com os novos estragos provocados pelos estilhaços de uma bomba chamada Jorge Valentim. Aliás, já tem poucos motivos para sorrir. Mal sucedido em Bamako, aonde se deslocou com o objectivo de participar como observador à reunião da assembleia paritária ACP-União Europeia, Samakuva teve de se contentar com os «sobejos» de um encontro com o eurodeputado português, do CDS-PP, José Ribeiro e Castro.

Sonangol, ChevronTexaco and Co-Venturers Award KBR and Partners FEED Contract for Angola LNG Project; KBR Joint Venture to Compete for EPC Contract

4/25/05

<http://www.stockhouse.com/news/news.asp?newsid=2737343&newstype=0&sendtofriend=true>

HOUSTON, Apr 25, 2005 (BUSINESS WIRE) --

The joint venture team of KBR, the engineering and construction subsidiary of Halliburton (NYSE:HAL), JGC Corporation of Japan and Technip have been awarded a Front End Engineering and Design (FEED) contract for the Angola LNG Project, to be constructed near Soyo in Northern Angola, approximately 300 kilometers north of Luanda. The five million tonnes per year LNG facility will be operated by a new company to be formed by Sonangol (the Angola national oil company), ChevronTexaco, BP, ExxonMobil and Total.

The Angola LNG Project will encompass offshore and onshore operations to monetize significant gas resources from fields located offshore Angola. The Project is planned to facilitate offshore hydrocarbon developments while reducing gas flaring in Angola.

Natural gas will be collected and transported from offshore production facilities to the LNG plant near Soyo.

"The award of a FEED contract to KBR and its partners marks the definition phase for what will become the first major oil and gas project onshore Angola," said Lou Pucher, Senior Vice President of KBR's Energy and Chemicals division. "The KBR-JGC-Technip (KJT) joint venture was selected for this project due to our successful track record of developing LNG facilities in remote locations, and we believe this project will have long-term benefits for the development of Angola."

During the next 12 months, the KBR-JGC-Technip joint venture will participate in a design competition. This competition is expected to result in the selection of one contractor group to perform engineering, procurement, construction (EPC), startup and commissioning services once a final investment decision (FID) for the project is made.

ChevronTexaco Corp. (NYSE: CVX) today announced that the participants in the Angola liquefied natural gas (LNG) project have awarded front-end engineering design (FEED) contracts for a five million-tonne-per-year onshore LNG plant to be located near Soyo in northern Angola.

i-Newswire, 2005-04-23 - At a signing ceremony in Luanda, Sonangol, ChevronTexaco and their co-venturers in the Angola LNG Project – BP, ExxonMobil and Total – awarded the FEED contracts to Overseas Bechtel Inc., and a joint consortium of Kellogg Brown & Root Inc., JGC Corporation, and Technip U.S.A. Corporation.

A planned 15-month program of work is set to begin immediately. Following the completion of FEED and a final investment decision, it is expected that one of the two contractor groups will be selected to perform engineering, procurement, construction and commissioning (EPCC) activities for the project.

John Watson, president of ChevronTexaco Overseas Petroleum, noted that the FEED contract award and the recently announced establishment of the natural gas supply agreements are milestones for Angola LNG.

"Angola LNG is one of several current ChevronTexaco-led projects to commercialize natural gas resources in Africa and other parts of the world and

is integral to the company's strategy to grow an integrated natural gas business," Watson said.

Watson added that in addition to the broader economic contribution the project will make to the country, Angola LNG expects to transfer technology and skills development through the creation of new jobs and business opportunities for Angolans.

As projects such as Angola LNG move forward, ChevronTexaco is developing a portfolio of LNG import terminal options to receive reliable and competitive supplies of natural gas for delivery to customers.

Speaking about the contracts award, Angola's Minister of Petroleum Desidério Costa said: "This is a significant step forward on a project of national importance to Angola. It is clear to us that after the government approved a resolution that enabled Angola LNG to proceed, that steps are now being taken to make the project a reality." He added, "We continue to believe that Angola LNG will serve as a catalyst for Angola's reconstruction and growth by facilitating increased production of the nation's abundant oil and gas reserves and by supplying natural gas for local industrial development."

Syanga Abílio, vice president of Sonangol E.P., said: "We are extremely pleased to have reached this stage of the project. Angola LNG will be a world-class LNG facility, which represents a strategic opportunity for the co-venturers to commercialize Angola's vast natural gas resources and to reduce natural gas flaring in the country." He added that successful execution of FEED paves the way for the start of construction and creates valuable opportunities for local service provider involvement by Angolan companies.

Sonangol and ChevronTexaco co-lead the Angola LNG project. The project is set to be a joint development between the state oil company of Angola, Sonangol (22.8%), and local affiliates of ChevronTexaco (36.4%), ExxonMobil (13.6%), Total (13.6%) and BP (13.6%).

CAUTIONARY STATEMENT RELEVANT TO FORWARD-LOOKING INFORMATION FOR THE PURPOSE OF "SAFE HARBOR" PROVISIONS OF THE PRIVATE SECURITIES LITIGATION REFORM ACT OF 1995.

Some of the items discussed in this press release are forward-looking statements about the planned development of the Angola LNG Project and ChevronTexaco's natural gas strategy. The statements are based upon management's current expectations, estimates, and projections; are not guarantees of future performance; and are subject to certain risks, uncertainties and other factors, some of which are beyond the company's control and are difficult to predict. You should not place undue reliance on these forward-looking statements, which speak only as of the date of the press

release. Unless legally required, ChevronTexaco undertakes no obligation to update publicly any forward-looking statements, whether as a result of new information, future events or otherwise.

If you have questions regarding information in these press release contact the company listed below. Please do not contact us as we are unable to assist you with your inquiry. We disclaim any content contained in this press release.

Angola farming recovering despite mines, virus-UN

23 Apr 2005 08:21:54 GMT

Source: Reuters

By Peter Apps

LUANDA, April 23 (Reuters) - Angola's farming sector is slowly recovering after decades of civil war, but landmines and destroyed infrastructure hamper progress and a million people still rely on food aid, United Nations experts say.

Thousands of refugees have returned to abandoned fields since a 27-year civil war ended in 2002. Some have lost farming skills altogether and for those who have them, getting produce to market is all but impossible.

"The country is destroyed, it needs to be completely rebuilt," said U.N. World Food Programme country director Richard Corsino, whose agency is having to rebuild bridges as it attempts to deliver food aid to isolated areas.

"But it's not all bleak. The agricultural production of the country is rising slowly. It looks like it will rise more."

Along with battered roads, the WFP is now also faced with truck drivers refusing to drive to the northern province of Uige, where a Marburg virus outbreak has killed more than 200 people over the last several weeks.

"We've also been asked by the World Health Organisation to provide food aid to families affected by the outbreak," Corsino said in an interview late on Friday. "But these are very small numbers."

A prolonged outbreak of the viral sickness might prevent some of the province's staple sweet potato and cassava crops reaching the rest of the country, the UN Food and Agriculture Organisation said.

A small commercial farming sector exists along Angola's southern Atlantic coast, mainly providing bananas, potatoes and cabbages to markets near the capital. But FAO Emergency and Rehabilitation Coordinator Jean-Francois Dontaine said bad roads were stifling the industry.

MINED AIRFIELDS

Angola's government was working on rebuilding its destroyed coffee sector, he said, but this would take a very long time.

Millions of landmines laid during the civil war were also hitting farmers, but more through hitting delivery of vital seeds and fertiliser than keeping workers off the fields.

"It's a problem in terms of access but people tend to know where the mines are," he said. "It's more of a problem on roads than in the fields."

Landmines also hamper WFP food distribution, with roads blocked and one airstrip, swept by clearance teams at the end of the war, closed again for 10 days after an anti-tank mine was found on the runway.

The WFP currently imports around 8,000 tonnes of food aid a month, two thirds of it cereals, mainly maize. By 2006, it expects to cut back to around 50,000 tonnes a year.

With South African maize prices low as the region's largest producer expects the largest crop in over a decade, most of the maize would come from there, Corsino said.

While some of the reduction is due to Angola's post-war recovery, partly fuelled by oil and diamonds, much is also due to international donors cutting back funding as they concentrate on disasters such as Asia's tsunami.

While the WFP currently feeds about one million of Angola's 14 million people, that number will likely drop to around 600,000 over the next year.

"Some of these resettled populations are only getting half the cereal rations," said Corsino. "There's a lot of news passing between these people and refugees outside the country. There is a fear this may be a disincentive for a lot of these people to come back."

Huambo: Rede Terra apresenta sistema de uso da terra no país

Huambo, 21/04 - O consórcio de organizações não governamentais nacionais e estrangeiras "Rede Terra" apresentou, na cidade do Huambo, um estudo sobre o sistema de uso de terra elaborado nas províncias do Huambo, Lunda Sul e Uíge.

O estudo, apresentado pelo presidente do Conselho Directivo da Adra-angolana, Fernando Pacheco, visou a identificação de conflitos e de questões-chaves que possam contribuir para a melhoria das políticas fundiárias e da legislação do país.

O estudo, segundo o apresentador, desenvolveu-se em 12 comunidades das províncias do Huambo, Lunda Sul e Uíge, seleccionadas de acordo com os critérios relacionados com as características ecológicas, o sistema de produção, a densidade demográfica, a proximidade ou afastamento dos centros urbanos e a facilidade de acesso.

A pesquisa privilegiou a análise qualitativa, procurando favorecer a participação das comunidades envolvidas.

O estudo, para além de considerar ser urgente a definição de uma política agrária, recomenda a "Rede Terra" que desenvolva uma estratégia de influência política a diversos níveis.

Recomenda ainda que as organizações não governamentais trabalhem nas áreas rurais, promovendo acções de defesa dos direitos das comunidades, em particular dos direitos dos agricultores pobres à terra, para além de uma continua atenção ao problema da legislação e elaboração dos regulamentos previstos.

A promoção de novos estudos sobre a realidade rural e fundiária do país são outras recomendações desta pesquisa, que teve a duração de um ano.

Neste encontro foi ainda defendida a necessidade dos empresários canalizarem os seus investimentos na venda de instrumentos agrícolas, como charruas, juntas de bois, fertilizantes, sementes e outros, que permitam ao camponês trabalhar a terra de forma rápida e perfeita.

O estudo concluiu que a pobreza é generalizada, mas é grave no Huambo, onde também se verificam mudanças no sentido da ocidentalização dos costumes e integração no mercado.

Para o jurista e professor universitário, Lazarino Poulson, no Huambo não será possível a aplicação da lei da terra no direito consuetudinário, por falta de terrenos comunitários, onde todos são explorados de forma individual.

Estiveram no acto de apresentação desta pesquisa o vice-governador provincial do Huambo para esfera social, Agostinho Njaka, membros do governo local, administradores municipais, entidades religiosas, representantes de partidos políticos e de diversas organizações não governamentais, bem como estudantes universitários. **Sonangol e ChevronTexaco assinam acordo de produção de gás natural liquefeito**

Luanda, 22/04 - A Sonangol, a ChevronTexaco e parceiros assinaram hoje um acordo, que dá início a segunda da fase de contratos de estudos preliminares de engenharia, relativos a unidade de produção de gás natural liquefeito, denominmado "Projecto Angola LNG", na regioao do Soyo, provincia do Zaire.

Nesta processo preliminar concorrem como parceiros: as companhias petrolíferas BP, ExxonMobil e Total, Oserseas Bechtel Inc, Tchinp U.s.a, consórcio da Kellogg Brown e Root Inc e Jgc.

Durante esta segunda fase dos estudos preliminares que terá a duração de 15 meses, a Sonangol e a ChevronTexaco, na qualidade de colíderes do projecto, vão seleccionar duas das companhias concorrentes, para a construção de uma fábrica de processamento do producto, cuja produção está avalida em cinco milhões de toneladas por ano.

De acordo com o vice-presidente do Conselho de Administração da Sonangol, Syamga Abílio, desde o início do processo em 1997, foram já gastos cerca de 290 milhões de dólares norte americanos, e até a sua conclusão marcada para 2009, prevê-se consumir mais cem milhões dólares.

"Estão dados importantes passos para a conclusão do projecto, depois do governo ter dado a sua autorização da execução e vai ser um catalizador, para o incremento da produção das reservas de petróleo e gás natural e o desenvolvimento da indústria nacional", sublinhou.

Para o director-geral da ChevronTexaco para a África Austral, Jim Blackwell o projecto para além de libertar o valor comercial, e estratégico dos recursos de gás natural, vai permitir a transferência para o país de tecnologia moderna, criando novos postos de trabalho.

O Projecto Angola LNG é um empreendimento conjunto em que a Sonangol tem 22,8 por cento, a ChevronTexaco 39,4, e as filiais , ExxonMobil e a Total , Bp com 13,6 respectivamente.

Acordo para produção de gás natural liquifeito constitui destaque económico da semana

Foto Angop

Luanda, 23/04 - A assinatura do acordo para o início da segunda fase dos estudos preliminares destinados à produção de gás natural liquifeito, na região do Soyo, província do Zaire, constitui o destaque do noticiário económico da semana, que hoje termina.

Rubricado pela Sonangol e a ChevronTexaco, o projecto traz como parceiros neste processo preliminar as companhias petrolíferas BP, ExxonMobil e Total, Oserseas Bechtel Inc, Tchinp U.S.A, consórcio da Kellogg Brown e Root Inc e Jgc.

Durante a segunda fase de estudos preliminares, que tem a duração de 15 meses, as co-líderes do projecto (Sonangol e ChevronTexaco) vão

seleccionar duas das companhias concorrentes para a construção de uma fábrica de processamento do produto, cuja produção está avaliada em cinco milhões de toneladas por ano.

Desde o início do projecto, em 1997, foram já gastos cerca de 290 milhões de dólares e espera-se que até a sua conclusão, marcada para 2009, o valor cresça em mais cem milhões.

O Projecto Angola LNG é um empreendimento em que a Sonangol participa com 22,8 por cento, a ChevronTexaco 39,4 e as filiais ExxonMobil, Total, BP com 13,6, respectivamente.

Ainda no domínio económico, destaque vai também para a visita ao país da ministra sul-africana da Agricultura e da Terra, Thoko Didiza, que com as autoridades angolanas reforçou as relações de cooperação entre os dois países membros da SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral).

Durante a sua permanência no país, a governante sul-africana assinou vários acordos com as autoridades angolanas, entre os quais se destacam o protocolo de cooperação nos sectores de pecuária, desenvolvimento agrário, irrigação, investigação e criação animal, bem como nas áreas de pesquisa e assistência às doenças bovinas.

Por outro lado, a Companhia Aérea Nacional (TAAG) tornou público, pela primeira vez no país desde 1975, o encerramento das suas contas atrasadas. Trata-se do exercício financeiro dos anos 2000, 2001, 2002 e 2003, que colocou fim a uma falência técnica anunciada no ano transacto.

A propósito, o director de Planificação e Finanças da companhia, Fernando Cruz, disse que o acto encerra definitivamente os anos de contabilidade atrasada que já vem desde 2000.

Disse estar aberta uma etapa decisiva na recuperação da contabilidade e na prestação de contas da TAAG, que considerou de maior desafio do momento.

No topo da actualidade económica da semana esteve igualmente o anúncio da entrada de várias propostas de investidores nacionais e estrangeiros, interessados em desenvolver projectos nas áreas de exploração de ferro, cobre e manganês no país.

De acordo com o anúncio do Ministério da Geologia e Minas, estas propostas entraram já na fase final de avaliação e serão implementadas nas províncias do Kwanza-Norte, da Huíla e do Uíge.

Outra matéria de realce tem a ver com a participação do ministro angolano da Hotelaria e Turismo, Eduardo Jonatão Chingunji, na conferência ministerial sobre Ambiente, Turismo e Cultura, decorrido em Dubai, Emiratos Árabes Unidos.

Os participantes ao encontro, que decorreu sob o lema "esforços de integração para um desenvolvimento sustentável das regiões desérticas", abordaram a interacção entre turismo, cultura e ambiente, assim como os mecanismos a desenvolver para a sustentabilidade ambiental, inter-ligando os aspectos económicos e sócio-culturais.

Quanto à participação em eventos internacionais não é tudo, uma vez que Angola marcou presença na 22ª sessão do Comité de Princípios Gerais do Codex Alimentarius Internacional, em França.

No evento de Paris, Angola esteve representada por uma delegação de técnicos do Comité Nacional para o Código Alimentar (Codex-Angola). O fórum, no qual participaram 65 países, analisou a questão da inocuidade dos alimentos e a higiene da carne, bem como os riscos no comércio de alimentos.

No leque de matérias económicas da semana, destaca-se igualmente a visita a Angola de empresários belgas, que sondaram o mercado agro-pecuário e manifestaram interesse na produção de milho, algodão, girassol e café, bem como na indústria de transformação de produtos agrícolas.

Autorizada associação entre Endiama e Construteca

Luanda, 24/04 - A Endiama-E.P. foi autorizada a constituir uma associação em participação com a Construteca e a Cafeta, Lda, destinada a prospecção, pesquisa e reconhecimento de diamantes, indica a I Série da edição nº 19 do Diário da República, de 14 de Fevereiro, chegada hoje à Angop, em Luanda.

O decreto executivo do Ministério da Geologia e Minas explica que esta decisão circunscreve-se na materialização da orientação do Governo que torna possível a participação de investidores nacionais e estrangeiros no desenvolvimento da Indústria extractiva de diamantes, no quadro da nova política de atribuição de direitos mineiros de Prospecção e Exploração.

No preâmbulo considera-se que a Endiama-E.P. é uma empresa pública de grande dimensão, tendo como principal actividade a prospecção, pesquisa, reconhecimento, exploração, comercialização e lapidação de Diamantes e de mineralização acessória, podendo exercer em todo território nacional, em regime de exclusividade ou através de parcerias.

A constituição desta associação teve por base o interesse da Endiama-E.P. em participar de projectos que contribuam para a produção e valorização dos recursos diamantíferos, concomitantemente no desenvolvimento económico e social do país.

Por seu turno, a Cafeta, Lda, e a Construteca são possuidoras de capacidade de agenciamento de recursos financeiros para execução dos programas de prospecção, pesquisa, reconhecimento de jazigos, assim como de avaliação e exploração de diamantes.

Plataforma extra-parlamentar denuncia tentativa de inviabilização de eleições em 2006

Luanda, 20/04 - A plataforma política extra-parlamentar, constituída por 50 partidos, denunciou a atitude da oposição com assento na Assembleia Nacional, a qual acusou de pretender inviabilizar a aprovação do Pacote Legislativo, de suporte à realização das próximas eleições gerais em Angola, previstas para 2006.

Numa conferência de imprensa realizada hoje, no Centro de Imprensa Aníbal de Melo, no município da Ingombota, o seu porta-voz, Eugénio Zemba, disse que as constantes evasivas nos debates dos projectos propostos visa, em última instância, obstaculizar e retardar a realização do pleito, contribuindo para a permanência dos seus representantes no Parlamento, indefinidamente.

Considerou falta de bom senso o abandono, na última semana, de alguns deputados da oposição da sessão de debates do Pacote Legislativo, salientando que o sentimento patriótico deve estar à cima de quaisquer interesses políticos, ideológicos e partidários.

Em relação as divergências na composição da Comissão Nacional Eleitoral, o presidente da Aliança Nacional Democrática (AND), José João Manuel, defendeu a representação proporcional dos partidos. "Pensamos que, na CNE, as representações devem ser de acordo com os assentos na actual Assembleia Nacional".

Para o presidente do Partido de Unificação Democrática (PUDA), Diogo Colombo, as formações políticas que procuram retardar a aprovação do Pacote Legislativo não estão preparadas para concorrer às eleições, pelo que tratam de promover manobras dilatórias.

Lembrou que estas forças políticas anteriormente advogavam que o pleito fosse realizado entre 2003 e 2005. Como os seus cálculos saíram errados, agora tentam retardar o processo, argumentou.

O ambiente criado pela oposição parlamentar foi considerado pelo representante do Movimento Nacional Democrático, como um exercício contrário a própria democracia.

Entretanto, a Assembleia Nacional aprovou hoje a excepção da Lei Eleitoral, a ser submetida à plenária apenas quinta-feira, os restantes diplomas que comportam o Pacote Legislativo Eleitoral.

Foram votados os projectos de Lei da Nacionalidade, dos Partidos Políticos, do Registo Eleitoral, de Observação Eleitoral e o Código da Conduta Eleitoral.

Aprovação da Lei Eleitoral novamente adiada para terça-feira próxima

Luanda, 22/04 - A aprovação do último ante-projecto de Lei do Pacote Legislativo Eleitoral foi novamente remetida para a próxima terça-feira, depois do adiamento na sessão de quinta-feira para hoje, devido a continuada discordância entre o MPLA e a Oposição.

O presidente da Assembleia Nacional (parlamento), Roberto de Almeida, anunciou o facto, depois de uma reunião prévia de líderes de bancada, esta tarde, na qual não foi obtido consenso sobre a matéria.

"Depois das consultas, conforme pedido da oposição, o MPLA recebeu uma proposta que também considerou inaceitável. Assim, elaborou-se uma contra-proposta, já em posse dos deputados da oposição, que pediram mais algum tempo para a sua análise", explicou, anunciando em seguida o adiamento da sessão para o dia 26 próximo.

Tendo em conta a necessidade de obtenção de consenso na discussão e aprovação dos documentos de suporte às próximas eleições, previstas para 2006, Roberto de Almeida disse que está a fazer-se todo o possível para que assim seja, tendo pedido paciência aos legisladores.

A composição da futura Comissão Nacional Eleitoral (CNE) continua a ser o ponto da discórdia, que, de resto, determinou, a 12 de Abril, a retirada da oposição da sessão de votação na comissão de especialidade.

O projecto de Lei Eleitoral é o único documento pendente do Pacote Legislativo Eleitoral, depois da aprovação final, quarta-feira, dos projectos de Leis da Nacionalidade, dos Partidos Políticos, do Registo Eleitoral, de Observação Eleitoral e o Código de Conduta Eleitoral.

Saga de adiamentos na aprovação do projecto de Lei Eleitoral foi manchete

Luanda, 23/04 - As peripécias e jogadas políticas que levaram ao quarto adiamento sucessivo do projecto de Lei Eleitoral foram manchete nos órgãos

de comunicação social do país que, desde 12 de Abril passado, vêm noticiando as divergências entre o MPLA e a oposição.

O pomo da discórdia reside na composição da futura Comissão Nacional Eleitoral (CNE), devido à falta de consensos entre o partido no poder (MPLA) e os grupos parlamentares da oposição.

Após três adiamentos sucessivos ocorridos na terça, quarta e quinta-feira, o MPLA decidiu, na manhã de sexta-feira, fazer algumas cedências, mas avisou a oposição que esta seria o seu último recuo.

Entretanto, chegada a hora prevista para a aprovação do projecto de Lei Eleitoral, a oposição manteve-se irredutível e, a sua proposta, o MPLA contrapôs, levando a novo adiamento da sessão para a próxima terça-feira, a pedido da representação opositora, alegando necessidade de consulta das lideranças.

O projecto de Lei Eleitoral é o único documento pendente do Pacote Legislativo Eleitoral, depois da aprovação final, na quinta-feira, dos projectos de Lei da Nacionalidade, dos Partidos Políticos, do Registo Eleitoral, de Observação Eleitoral e o Código de Conduta Eleitoral.

Antevendo uma posição irredutível dos grupos parlamentares da oposição, a bancada do MPLA iniciou, segunda-feira passada, um ciclo de esclarecimentos do corpo diplomático, acreditado em Angola, sobre o processo de discussão e aprovação, pela Assembleia Nacional, do Pacote Legislativo Eleitoral.

Destaque dos últimos sete dias, foi também a eleição de Paulo Tjipilica ao cargo de Provedor de Justiça, durante uma sessão da Assembleia Nacional, realizada terça-feira.

Antigo Ministro da Justiça, Tjipilica, foi eleito para um mandato de quatro anos, com 177 votos favoráveis dos deputados, nenhum contra e três abstenções. No prazo de 90 dias, deverá propor o seu Estatuto Orgânico.

Na mesma data, a Assembleia Nacional recomendou ao Governo à criação de condições técnico-materiais para a institucionalização em Angola do Tribunal Constitucional, por forma a assegurar, entre outras funções, a resolução de conflitos ao nível dos partidos políticos.

A visita à Angola do Primeiro-ministro da Guiné-Bissau, Carlos Gomes Júnior, mereceu também um acompanhamento preferencial da comunicação social angolana, a julgar pela agenda recheada que envolveu a visita desta personalidade.

Carlos Gomes agradeceu o apoio prestado por Angola, aquando do levantamento militar de 07 de Junho de 1998, que tirou do poder o presidente João Bernardo "Nino" Vieira.

O governante guineense disse que na época Angola presidia o Conselho de Segurança da ONU e impediu a aplicação de sanções contra a Guiné-Bissau, segundo o artigo 96 do Acordo de "Cotonou", que aplica punições a qualquer país em conflito armado ou em levantamento militar.

A semana, que hoje termina, registou igualmente como assunto de interesse geral, as comemorações alusivas ao 19 de Abril de 1976, data da criação do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME).

O SME completou 29 anos de existência, numa altura em que o trabalho da instituição está virado, fundamentalmente, para o combate à imigração ilegal que, nos últimos tempos, ganha contornos alarmantes no país.

Órgão afecto ao Ministério do Interior, realizou recentemente a operação, denominada "Brilhante", que culminou com o repatriamento de mais de 350 mil estrangeiros ilegais.

Marcante nos noticiários, foi igualmente a viagem do Primeiro-ministro Fernando da Piedade Dias dos Santos ao Zimbabué, onde representou o Chefe de Estado angolano nas festividades alusivas aos 25 anos de independência desse país.

Durante a sua estadia, Fernando da Piedade assistiu a cerimónia dedicada ao fundador da Nação angolana, António Agostinho Neto, que foi agraciado, em Harare, a título póstumo, com a medalha em ouro da Ordem Real de Munhumutapa, reconhecimento pelo relevante apoio e solidariedade prestadas ao povo zimbabweano na sua luta pela independência nacional.

A encerrar os destaques da semana surge o comunicado do Bureau Político do MPLA, divulgado sexta-feira, que considerou positiva a execução do Programa do Governo, em 2004.

O optimismo deve-se ao grau de execução do Programa do Governo/2004, sobretudo no que concerne a estabilidade macro-económica, com reflexos animadores na estabilidade da moeda nacional e início da trajectória de crescimento do sector produtivo no país, salienta-se.

Autorizada associação entre Endiama e investidores nacionais e estrangeiros

Luanda, 24/04 - Um contrato de prospecção, pesquisa e reconhecimento de diamantes entre a Empresa Nacional de Diamantes de Angola (Endiama), a Sociedade Mineira do Vale de Kuvo, a Nheime, a Kuitek, a global capital

group e a planet Diamond Resources Corporation, foi aprovado recentemente pelo Ministério da Geologia e Minas, segundo indica uma fonte oficial a que a Angop teve hoje acesso, em Luanda.

Segundo uma das edições recentes do Diário da República, órgão oficial do Governo, a medida teve como base a orientação do executivo angolano que torna possível a participação dos investidores nacionais e estrangeiros no desenvolvimento da indústria extrativa de diamantes, no quadro da nova política de atribuição de direitos mineiros de prospecção e exploração.

A isso, refere a fonte da Angop, acresce-se o facto de a Endiama manifestar interesse em participar em projectos que contribuam para a produção e valorização dos recursos diamantíferos para o desenvolvimento sócio-económico do país, e a sociedade mineira do Vale do Kuvo possuir capacidade técnica e financeira para a realização de acções tendentes ao desenvolvimento de programas de prospecção, avaliação e exploração de diamantes.

A Nheime e a Kuitek, ambas limitadas, possuem capacidade de agenciamento de recursos financeiros para execução dos programas de prospecção, pesquisa e reconhecimento de jazigos de diamantes, enquanto a Global Capital Group e a Planet Diamond Resources Corporation têm capacidade técnica e financeira e manifestaram interesse em realizar acções tendentes ao desenvolvimento de projectos neste sentido.

A associação em participação existirá sob a forma de participação não societária de interesses, sem personalidade jurídica, não constituindo um contrato de sociedade comercial ou civil nem uma conta em participação, devendo todos quaisquer actos que produzam efeitos jurídicos, nomeadamente, contratos, ser assinados por todas as partes.

As quotas de participação das associadas para a fase de exploração foram fixadas em 24% para a Endiama, 12 % para o Kuvo, igual percentagem para a Nheime e a Kuitek, e 20 % para a Global e 20 % para a Planet.

De acordo com o contrato, os bens adquiridos por uma das associadas e afectos a associação permanecerão na propriedade exclusiva da associada que os adquiriu, até a sua completa amortização, sendo que os bens conjuntamente adquiridos ficarão na propriedade das associadas enquanto durar a associação.

O regulamento estabelece ainda que as licenças de prospecção não são alienáveis, transmissíveis ou negociáveis sem prévia autorização do Conselho de Ministros de Angola.

Os mineiros abrangidos pelo regulamento são os diamantes a prospectar a partir dos jazigos secundários, descobertos na área prevista no acordo durante a sua vigência, enquanto os que forem recuperados durante a execução das operações geológicas constituem propriedade do Estado angolano, devendo ser registados em boletins apropriados e, após avaliação, ser armazenados nas condições a definir pelo organismo competente do Estado.

Os direitos mineiros de prospecção são concedidos por um período de três anos, podendo ser prorrogado para um máximo de cinco anos.

Governo financia mecanização de dois mil hectares de terras

Luanda, 24/04 - O Governo angolano financiou a mecanização de dois mil hectares de terras agrícolas na maioria das 18 províncias do país, no quadro da Campanha Agrícola 2004/2005, iniciada em Setembro de 2004.

O desbravamento das terras, feito pela Empresa Nacional de Mecanização Agrícola, Mecanagro, beneficia um milhão 629 mil e 699 famílias camponesas.

Em declarações à Angop, o secretário-geral da União Nacional dos Camponeses Angolanos (Unaca), Paulo Uime, disse que as famílias camponesas estão satisfeitas com a acção do Governo, por ter posto à disposição, a custo zero, terras preparadas para o cultivo.

A título de exemplo, referiu que o aluguer de um tractor, para a lavoura e gradagem (transformação da terra grossa em pó) de um hectar, custa 140 dólares.

De acordo com o responsável, a par do esforço do Governo, um grupo de acompanhamento das campanhas agrícolas distribuiu adubos, sementes diversas e instrumentos de trabalho às famílias camponesas, e repartiu os hectares de terra em pequenas parcelas aos camponeses.

Os técnicos do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) que integram o referido grupo fazem o acompanhamento da actividade agrícola, fornecendo materiais necessários à produção, enquanto os membros da União Nacional dos Camponeses Angolanos distribuem meio hectar de terra a cada uma das famílias.

DOS SANTOS ESPERADO NA ARGENTINA E NO BRASIL

Luís Costa

O presidente José Eduardo dos Santos é esperado em Buenos Aires, Argentina no próximo fim de semana para uma visita de 2 dias. A visita do presidente de Angola, a primeira àquele país da América do Sul será marcada pela constituição formal de uma “joint venture” entre a SONANGOL e a ENARSA, Energia Argentina SA, soube a Voz da América de fonte oficial angolana.

O processo de criação desta empresa inciou-se em meados do ano passado tendo atingido o ponto de não retorno a 21 de Outubro quando o presidente da SONANGOL, Manuel Vicente, e o ministro do Planeamento da Argentina Julio de Vido, assinaram em Buenos Aires, uma carta de intenções que perspectivava a exploração de oportunidades de negócios que poderiam ir até 5 mil milhões de dólares.

Concorrem para esta empreitada activos da China Sonangol International Holding, CSIH uma subsidiária da SONANGOL ,EP baseada em Hong Kong, China, e da ENARSA.

O acordo entre a Enarsa SA e a CSIH reza que os 5 mil milhões de dólares são a provisão máxima e “em nenhum caso serão disponibilizados na sua totalidade pela SonangolChina”. A Enarsa SA reserva-se ao direito de avaliar todos os projectos que a SonangolChina tenha em consideração.

De acordo com a carta de intenções, a CSIH oferece-se para colaborar em trabalhos de prospecção, exploração no off-shore argentino, bem como em concessões que a Enarsa obtenha ou venha a obter no estrangeiro. Os dois parceiros vão empenhar-se também no desenvolvimento de recursos petrolíferos em terceiros países.

Parte destas participações será feita com recurso a subsidiárias da Enarsa associadas a companhias nas quais a SC tenha participações. A SonangolChina comprometeu-se na altura a assumir os custos e os riscos dos estudos que permitam propôr a Enarsa o caminho a seguir.

Delegações de Angola e da Argentina dedicaram os últimos meses a concluir a constituição da empresa cujo lançamento será testemunhado pelos presidentes José Eduardo dos Santos de Angola, e Nestor Kirchner da Argentina, de quem partiu o convite para esta visita do chefe de estado angolano.

Além de membros do governo viajarão com José Eduardo dos Santos, empresários, representantes da Agência Nacional de Investimentos Privados, e do Guiché Único. Os dois países mantêm relações diplomáticas há muitos anos, mas só em 2003 se atingiu o nível de embaixadas quando Fernando Dito foi nomeado embaixador na Argentina.

Angola abriu em Buenos Aires em finais de 1989 uma delegação da OBC, Overseas Business Corporation, responsável pelas importações angolanas consubstanciadas na altura em carne, grão, farinha de trigo, bolachas e milho. A Argentina já foi também local de impressão do dinheiro de Angola. O Presidente do Conselho de Administração da SONANGOL, Manuel Vicente é tido como estando neste momento num vai e vem entre a Argentina e o Brasil, país onde José Eduardo dos Santos deverá fazer uma escala. Segundo fonte oficial angolana, na sua passagem pelo Brasil o presidente José Eduardo dos Santos será agraciado em Salvador com o título de Doutor Honoris Causa da Universidade Estadual da Bahia. Adiante fica uma visita ao Uruguai, cujo presidente Jorge Batlle, visitou Angola em Outubro de 2003.

Reuters

21 April 2005

South Africa's Standard Bank seeks Nigeria, Angola acquisitions

Africa's biggest banking group, Standard Bank, is looking at acquisitions in Nigeria and Angola as part of its Africa growth strategy, a senior executive said on Thursday. "We have every intention to be very big in Nigeria," Sim Tshabalala, the bank's deputy chief executive officer for retail banking, told reporters.

"We were well beaten in our attempt to acquire UBA (United Bank of Nigeria), but we are looking at other acquisitions there. It is a market we intend to be a player in," he said.

Tshabalala gave no details on potential targets in the country.

UBA, one of Nigeria's top retail banks, announced in January it would merge with Standard Trust Bank Plc and retain the name UBA as part of Nigeria's efforts to build stronger banks and improve financial services. UBA is Nigeria's third-biggest bank in terms of branches but 20th in terms of market capitalisation. Standard Trust Bank is ranked 14th by market capitalisation.

Standard Bank has a huge footprint on the African continent, with operations in 16 countries outside of South Africa. It has just about a million retail customers on the rest of the continent and more than 5 million in South Africa alone.

In Angola, Tshabalala said 18 months of talks with Banco Totta still had not produced results. Standard Bank continues to pursue the talks as well as look at other possible acquisitions in sub-Saharan Africa's second largest oil producer behind Nigeria and a major target of South African businesses, he said. "Angola is very complicated, but we are still engaged in talks there. I can say there is no deal yet. We are still talking to Banco Totta and we are talking to others," he said.

NOT BE RUSHED

In Nigeria, Standard Bank will not be rushed into making any deals to try to beat an October deadline for the country's banks to meet a new capital requirement designed to consolidate the fragile financial sector.

Nigerian banks taking the merger road must obtain the regulator's pre-merger consent by the end of April to enable them to proceed to approval in principle by August and then final approval by October.

About five different merger proposals involving more than a dozen banks in Nigeria have been announced since the central bank began the financial sector reform last year, but none has yet been finalised. "We have had a team in Nigeria for the past 15 months looking at various things. We remain keen," Tshabalala said. "Nigeria is not a market in which one can rush. They know what they want, and it is a sophisticated marketplace, and so it will take time to strike the deal we want."

Nigeria has 89 commercial banks, but the central bank expects its reforms to force the number down to around 25.

TAAG descarta falência técnica

A companhia aérea nacional (Taag) tornou pública ontem, em Luanda, o encerramento das contas atrasadas do exercício financeiro de três anos (2000, 2001, 2002 e 2003), colocando fim à falência técnica anunciada no ano transacto. Segundo o director de Planificação e Finanças da companhia, Fernando Cruz, que falava em conferência de imprensa, o acto encerra definitivamente os anos de contabilidade atrasada que se registava desde 2000.

O responsável disse estar aberta uma etapa decisiva na recuperação da contabilidade e na prestação de contas da companhia, que constitui o maior desafio até ao momento.

Analisadas por uma empresa de especialidade e remetidas a um auditor externo dos cinco previstos no Decreto Lei da República, as contas deram origem a relatórios que serão entregues ao Ministério das Finanças, entidade que regula os impostos no país.

Referiu estarem também fechadas as contas do ano 2004, o que coloca a transportadora aérea angolana num ciclo regular de prestação de contas, pela primeira vez desde 1975.

No que se refere ao pessoal excedentário da empresa, Fernando Cruz reafirmou a vontade da administração da Taag em mantê-los a funcionar na empresa, apesar de o ter sido posto à apreciação do Governo angolano.

Para melhorar a qualidade de serviços da transportadora e oferecer um serviço personalizado aos seus clientes, a Taag criou internamente mecanismos de análise, que vão garantir a funcionalidade da empresa.

Noventa e cinco por cento das receitas da companhia provêm do sector operacional, além de outras que são arrecadadas da prestação de serviços a terceiros.

A fonte descurou a falta de aeronaves na companhia, justificando existirem aviões de médio curso (rotas domésticas e regionais) e outros que, durante muitas horas, permanecem no solo, por no país a maior parte das pistas não estarem em condições para receber estes voos.

Apesar deste esforço da direcção de contabilidade e finanças das linhas áreas de Angola, a companhia ainda não é uma empresa lucrativa.

Entretanto, a Taag arrecadou mais de 180 milhões de dólares, no exercício financeiro de 2004, numa altura em que na companhia de bandeira aumentava o optimismo quanto ao crescimento do tráfego este ano, sobretudo pelo reforço das operações de frequência adicionais para o Brasil, a reabertura de Lusaka (Zâmbia) e a possível abertura de Accra (Ghana), presentemente utilizada como escala técnica do voo Luanda-Sal-Luanda em substituição de Abidjan.

Com 173 mil e 159 passageiros, o tráfego em Angola registou um crescimento anual de 5,7 por cento, enquanto o internacional, com 209 mil e 964 passageiros, ficou em 6,9 por cento, um crescimento de 1,2 por cento. Quanto ao tráfego de carga, assinalou o director comercial, João Rodrigues, a Taag transportou o ano passado, 1.657 toneladas no plano doméstico e 10 mil e 102 nos voos internacionais. Esses números representam um crescimento anual de 25,7 e 7,5 por cento respectivamente.

Lei Eleitoral volta hoje ao Parlamento

António Kassoma

A falta de consenso entre o MPLA e a oposição sobre a composição da Comissão Nacional Eleitoral forçou, mais uma vez, o adiamento da aprovação pelo Parlamento do projecto de Lei Eleitoral, a única proposta do pacote de leis de suporte às eleições que ainda não foi aprovada.

A proposta, cuja votação estava prevista para a manhã de ontem, apenas esta tarde será novamente sujeita ao plenário da Assembleia Nacional.

Depois de duas horas e meia de concertações, os líderes das bancadas parlamentares da oposição não chegaram a acordo com a bancada do partido maioritário quanto à composição da Comissão Nacional Eleitoral (CNE).

A falta de consenso sobre a composição deste órgão – a quem competirá a coordenação e fiscalização do processo eleitoral – é o único entrave para a consumação da aprovação do pacote legislativo eleitoral.

A sessão plenária de ontem durou pouco mais de cinco minutos, depois de os deputados terem esperado pelo resultado do encontro entre as lideranças, que terminou por volta das onze horas e trinta minutos.

O presidente da Assembleia Nacional, Roberto Victor de Almeida, mal fez soar o gong do martelo em sinal de abertura da sessão, deu-a por encerrada passados poucos minutos, depois de ter informado aos deputados que não era desta que o consenso tinha sido alcançado.

Roberto de Almeida explicou aos deputados que os líderes das bancadas parlamentares da oposição tinham manifestado a necessidade de consultar os presidentes dos respectivos partidos sobre a resposta dada pelo MPLA às posições da oposição. Assim, a oposição solicitou o adiamento da sessão para as dezasseis horas de hoje, pedido que contou com o beneplácito da bancada parlamentar do partido maioritário.

Encerrada a sessão, as diferentes bancadas convocaram os respectivos deputados à uma reunião, que – embora nada tenha transpirado para a imprensa – terá tido como tema único a apreciação do estado das negociações sobre o ponto que até agora separa os parlamentares do consenso.

Norberto dos Santos “Kwata Kanawa”, do MPLA, falou à imprensa depois da sessão. Disse ter havido mais aproximações entre as partes durante o encontro de ontem, posição corroborada por Lindo Bernardo Tito, do PRS, para quem as partes estão “muito próximas do consenso”.

Tito referiu que a questão em discussão era de importância fundamental para o país, pelo que os parlamentares pretendiam continuar fieis ao princípio segundo o qual se deve procurar todos os caminhos para o consenso.

De acordo com o deputado Kwata Kanawa, que liderou a delegação do MPLA às negociações, já há um acordo relativamente ao número de integrantes da futura Comissão Nacional Eleitoral (CNE). Deverão ser indicados pela Assembleia Nacional oito candidatos, sendo quatro do MPLA e quatro da oposição.

O problema, acrescentou, reside no modo de indicação de alguns dos outros integrantes da CNE.

Outros parlamentares ouvidos sobre o assunto manifestaram-se optimistas quanto à possibilidade da lei ser aprovada na tarde de hoje, mas até ao meio dia de ontem “ainda não havia fumo branco”, como brincou o deputado Gerónimo Wanga, líder da bancada da UNITA, em analogia ao processo de eleição do novo Papa.

Kwata Kanawa recusou precisar os pontos sobre os quais subsistia o dissídio, “para não atrapalhar as consultas”. Diz-se, porém, entre os profissionais da imprensa, que um desses pontos deve ser o referente à indicação de dois integrantes da CNE pelo Presidente da República. O fundamento desta desconfiança repousa no facto de na última proposta da oposição (de que se tem conhecimento) esta defendia a retirada desta possibilidade ao Chefe de Estado, uma exigência considerada política e juridicamente incorrecta por especialistas em ciências políticas. **050422Construtora une-se à China para investir no país**

A construtora OPCA está a preparar a sua fusão com congéneres chinesas em projectos de construção de infra-estruturas em Angola, revelou ontem o responsável para a área internacional, Mário Rui Matias.

Segundo Mário Matias, “estão feitas as ligações” entre a empresa portuguesa, ligada ao Banco Espírito Santo, e as chinesas, cujo nome escusa-se a adiantar, e estas podem desenvolver-se “em parcerias estáveis”, a médio e longo prazo, ou “consórcios e agrupamentos completos de empresas” para projectos específicos.

Estima-se que ascenda a dois mil milhões de dólares (cerca de 1,5 mil milhões de euros) o volume de investimento chinês ao longo dos próximos 15 anos no apoio projectos de construção de infra-estruturas em Angola, que serão liderados por empresas chinesas.

Para o administrador da OPCA, a empresa “é um bom parceiro para quem chega”, por estar há largos anos em Angola e conhecer “os locais, as leis, a língua”, além de ter “boas relações com as instituições”, nomeadamente públicas.

Segundo revelou ainda Matias, está a ser preparada a “autonomização” da filial angolana, que vai passar a centralizar os negócios da OPCA nos mercados africanos, nomeadamente Moçambique, São Tomé e Príncipe e, caso se revelem positivos estudos de mercado em curso, a República Democrática do Congo.

Para o responsável da OPCA, a associação às empresas chinesas vai trazer frutos já este ano, uma vez que Angola “vai entrar num período em que as obras têm de aparecer rapidamente”, sobretudo à medida que se aproximam as previstas eleições presidenciais.

“Estão criadas as condições para projectos, e é uma boa oportunidade para aumentar a carteira de obras e facturação” no país lusófono, admite Matias, escusando-se a adiantar qual a previsões de aumento de volume de obras com a associação.

Matias frisa que a OPCA “não está dependente” do trabalho com empresas chinesas, e independentemente desta frente, prevê atingir este ano uma facturação de 30 milhões de euros, uma subida de um quinto relativamente ao ano passado.

Porque o Estado angolano tem-se atrasado na adjudicação de obras, e tarda em saldar as dívidas à construtora portuguesa, avaliadas em mais de 10 milhões de euros, a OPCA pretende “diminuir a dependência” relativamente a obras públicas, aumentando a componente de projectos próprios e para privados.

A OPCA lançou recentemente um projecto de promoção imobiliária na capital angolana, um edifício de 14 andares, e está ainda envolvida na construção de dois edifícios para o Banco Espírito Santo de Angola (BESA), também em Luanda.

Recentemente, recebeu ainda do Estado angolano a adjudicação da obra de regularização do curso do Rio Bero, no Namibe, obra avaliada em 31 milhões de dólares (23,8 milhões de euros).

Também em Moçambique as expectativas são mais optimistas este ano, depois de uma queda abrupta da facturação no ano passado, devida ao corte de investimento do Estado em obras públicas.

Segundo Mário Rui Matias, a facturação neste mercado deverá mais do que triplicar este ano, para 10 milhões de euros, graças às obras de reconstrução da Estrada Nacional 1, alguns projectos imobiliários próprios e obras para a Hidroeléctrica de Cahora Bassa.

Jornal de Angola

21 de Abril

Já só falta uma proposta

António Kassoma

A Assembleia Nacional aprovou ontem seis das sete propostas de leis que darão suporte às próximas eleições gerais no país.

Excepção para a Lei Eleitoral, que foi objecto de novas negociações paralelas entre o MPLA e a oposição, estando a sua aprovação marcada para as primeiras horas de hoje.

Depois de meses de trabalho, o Parlamento cria, com a aprovação deste pacote legislativo, as condições básicas para que o Governo accione o processo que deverá conduzir o país à escolha dos seus governantes por meio do voto.

A não votação da Lei Eleitoral na sessão de ontem é tida como pacífica, e resultou de um pedido dos líderes das bancadas parlamentares.

A razão desse pedido prende-se com a necessidade de a oposição consultar as suas lideranças com relação às novas aproximações feitas com o MPLA em relação ao ponto sobre o qual ainda não havia sido alcançado um consenso.

Trata-se da composição da Comissão Nacional Eleitoral, que por mais de uma vez colocou o MPLA e a oposição de costas viradas durante a apreciação do pacote eleitoral na especialidade.

O mais expressivo dissídio decorrente da composição da Comissão Nacional Eleitoral foi, certamente, o que motivou o abandono da sala de trabalho pela oposição na parte final da aprovação na especialidade do pacote ora aprovado. Especialistas na matéria referem não ser imprescindível o alcance do consenso quanto à questão (já que o MPLA detém a maioria absoluta e poderia aprovar a referida lei), sendo, contudo, recomendável que assim se faça para que as leis tenham a “benção” de todos os partidos.

Fontes ligadas às partes revelaram ser treze o número de membros da Comissão Nacional Eleitoral avançado na proposta de composição deste órgão sobre a qual os partidos negociaram na manhã de ontem. De acordo com a nossa fonte, a ser aprovada a referida versão, a Comissão Nacional Eleitoral seria composta por oito membros indicados pelo Parlamento (quatro pelo MPLA e quatro pela oposição), dois indicados pelo Presidente da República, um pelo Conselho Nacional da Comunicação Social, um representante do Ministério da Administração do Território e um representante do Tribunal Supremo.

Dada a sensibilidade das leis em aprovação, sempre foi expresso pelas partes que procurariam por todos os meios alcançar o consenso. Foi esse espírito

que animou todo o processo, tendo leis resultado das modificações às leis que vigoraram em 1992. Foram adoptadas alterações propostas pelo MPLA e pela oposição, havendo situações em que foram inclusivamente ponderadas as sugestões de outras camadas da sociedade, como é o caso dos partidos sem assento parlamentar.

ANGOP

21 de Abril

Adiada aprovação do projecto de Lei Eleitoral

A Assembleia Nacional (AN) adiou para sexta-feira à tarde a votação final do projecto de Lei Eleitoral, prevista para hoje, face à pendência de divergências entre o MPLA e a oposição relativamente à composição da Comissão Nacional Eleitoral.

O anúncio foi feito pelo presidente da Assembleia Nacional, Roberto de Almeida, logo a seguir a abertura da sessão, e depois de uma espera de duas horas para que os líderes de bancada, reunidos previamente, chegassem a consenso.

"Após concertação entre o grupo parlamentar do MPLA e os grupos parlamentares da oposição, e uma vez que ainda não se chegou a consenso, verifica-se a necessidade de fazer consultas aos presidentes dos partidos", disse Roberto de Almeida, explicando que a oposição solicitou, por isso, o adiamento da sessão para as 16 horas de sexta-feira.

O projecto de Lei Eleitoral é o único documento pendente do Pacote Legislativo Eleitoral, depois da aprovação final, quinta-feira, dos projectos de leis da Nacionalidade, dos Partidos Políticos, do Registo Eleitoral, de Observação Eleitoral e o Código de Conduta Eleitoral.

A composição da futura Comissão Nacional Eleitoral continua a ser o pomo da discórdia, que, aliás, determinou, a 12 de Abril, a retirada da oposição da sessão de votação na comissão de especialidade, após aparecer com uma contraproposta relâmpago de "conteúdo irreductível".

Face à contraproposta do MPLA perante uma nova proposta da oposição, esta solicitou necessidade de consultar a liderança dos respectivos partidos até sexta-feira, adiando-se deste modo a sessão de hoje.

Segundo o secretário para a Informação do MPLA, Norberto dos Santos Kuata Kuanawa, o seu grupo parlamentar recomendou à oposição para que apresente sexta-feira uma proposta que se aproxime definitivamente da do seu partido.

Kuata Kanawa reiterou a abertura do seu partido para o consenso, frisando, entretanto, que o mesmo deverá ser encontrado dentro da razoabilidade.

Interrogado sobre o porquê da falta de consenso depois de duas horas de concertação, o deputado Lindo Bernardo Tito, do PRS, disse tratar-se da discussão de um assunto sério da vida do país, para o qual deve haver ponderação dos políticos na tomada de decisão.

"Pensamos que no espírito da unidade e reconciliação nacional deveremos continuar a discutir e encontrar consensos", acrescentou o parlamentar, que disse acreditar numa solução definitiva sexta-feira, em face da sensibilidade manifestada pelo partido no poder sobre o assunto.

ITAR-TASS News Agency

April 20, 2005 Wednesday

Major Russian firms present at Africa Energy Summit

Tekhnopromexport and Faktor TD, ranking among the largest Russian companies, are present at the Africa Energy Summit, which is currently under way in Midrand, a town near the South Africa capital of Pretoria.

Represented at the forum also are several regional organisations, including the African Union. There are also delegations from the leading companies engaged in the generation and transmission of electricity on the "black continent" - Alstroem, Siemens, Honeywell and Toshiba.

"We are far from being novices on this continent. Our company has earned a good reputation here thanks to the successful construction of such major projects as the Aswan Hydropower Plant in Egypt," Tekhnopromexport Africa Regional Director Boris Vishnevsky told Itar-Tass.

"Today, our company is building a hydropower complex at Kapanda (Angola), which will supply energy to Africa's largest diamond field at Katoka, an Angola-Russia cooperation project, where the Alrosa Company is now mining precious stones. Our company, which manufactures energy equipment and builds thermal power plants, hydropower stations and power transmission lines, is very much interested in the promotion of its business in Africa.

Special role here belongs to the southern regions of Africa, to the countries of the South Africa Development Community, above all to Angola, Namibia, and now, presumably, to the Republic of South Africa," Vishnevsky stated. For instance, Tekhopromexport is now considering the possibility of taking part in the project to build a gas-fuelled thermal power plant in Namibia, he added.

Africa's energy requirements constantly top the supply and are expected to grow by two thirds in the foreseeable future. For instance, the electric power requirements of Nigeria, the most populated country of Africa, will soar up from 4,000 megawatts today to 10,000 megawatts, which will necessitate investments ranging from five to ten billion U.S. dollars.

In the Republic of South Africa, the most economically developed country of the continent, the Escom Company is planning to spend fifty billion rands (about 8.5 billion U.S. dollars) within the coming five years on the modernisation of electric transmission lines and on the construction of power generating plants.

Its major project in the foreseeable future will be the Inga hydropower plant in the Democratic Republic of Congo with a capacity of 39,000 megawatts. It will supply energy to the Republic of South Africa, where the rapidly developing industry needs increasing amounts of electricity. Its shortage is being acutely felt already today.

The Republic of South Africa was recently compelled to limit its supply of electricity to Namibia, which meets most of its power requirements from this source.

Belgium to Enhance Economic Co-Operation With Angola

All Africa Global MediaComtex Global NewsComtex International 15-04-2005

Luanda, Apr 14, 2005 (Angola Press Agency/All Africa Global Media via COMTEX) --A delegation of businessmen from the Belgium Kingdom will visit Angola April 17-24 with the aim to reinforce economic and trading co-operation between the two countries.

A press note from the Ministry of External Relations of the Republic of Angola says the visit of the Belgium mission led by the Adviser of the Belgium Prime Minister, Pierre Chevaliere, is framed within strengthening of economic and commercial relations, at institutional and entrepreneurial level of both states.

The Belgium delegation will establish formal contacts with the different ministries and meet Angolan businessmen, alongside the seminar on "Investments In Angola", which will take place on April 19, in Luanda.

The Belgium businessmen will also meet officials of the ministries of Finances, Public Works, Geology and Mining, Health, Agriculture, well as the Governor of the National Bank of Angola (BNA), Amadeu Maurício.

Meetings with officials from the ministries of Oil, Commerce, Energy and Waters and Transports, well as with the Director General of Luanda Port, Silvo Vinhas, are also scheduled.

The signing of a Memorandum of Understanding between the Chamber of Commerce of Belgium Kingdom and the Chamber of Commerce and Industry of Angola, plus press conference and a visit to Benguela Province are also scheduled.

ABSA MAKES A BIG ANGOLAN DEAL WITH SMALL CHANGE

Business Day (South Africa), p 010 13-04-2005
By Neels Blom

Absa makes a big Angolan deal with small change ABSA's purchase of Angolan bank Banco Commercial Angolano makes sense for the group on a number of fronts. At \$7,5m, it paid relatively little for a 50% stake in the bank. Although the bank is small by most standards, the scope for growth is large as Angola rebuilds itself after 27 years of civil war and the formal and informal economies develop.

By, in effect, doubling the bank's share capital, Banco Commercial will be in a position to extend its footprint, particularly into the growing retail market in Angola. The six-year-old bank had only one branch until this year, when a further three were opened in the capital, Luanda. Absa will want to grow the branch network further to increase Banco Commercial's market share, which is at about 3,5%. With a growing number of South African firms capitalising on the opportunities Angola offers, Absa may be able to pick up corporate business and trade finance deals. Standard Bank has also been looking at buying a bank in Angola, probably for the very same reasons as Absa. The fact that Banco Commercial is already well-run and profitable means that if Absa lives up to its strategy to buy a bank in Africa every 12-18 months, it will be able to give more attention to cases that need it. The

group is keen on Nigeria, but due to a big shake-up in banking in that country, it is unlikely to get such a clean operation. Wiring the nation FEW retailers are in such an enviable position as the Connection Group. Almost everybody has food and clothes, and most people with enough disposable income have the necessary gizmos, be it a cellphone, a car, a TV or a stereo. But most South Africans do not have computers. In a few years' time they probably will. As more schools gain computer labs, and pupils become computer literate, they will require a PC in their home. The falling cost of technology means home computers are no longer luxury items, and parents who want their children to get a head start will put themselves out to buy one.

For more affluent consumers, gadgets such as the work-orientated BlackBerry and Apple's entertaining iPods are becoming must-haves rather than eye-catching nonessentials. Since those gadgets can take a bit of figuring out, the Connection Group expects consumers to buy them from its Incredible Connection stores, where technicians are on hand to give advice. With stores in almost every big retail centre, the group is poised for some very busy, very profitable years ahead. The group is also making money from its acquisition of 28 photographic stores which are now being indoctrinated into the Connection way of working, says CEO Grattan Kirk. For some that means taking over more space, redesigning their appearance, introducing a uniform range of goods and plugging them into the same back-office systems.

Individuality will be lost, but efficiency will increase.

Photo Connection stores enjoy a profit margin of 9,6% compared with Incredible Connection's 5%, although they earn a far smaller revenue of R37,7m compared with R458m.

Each store can turn over only so much for each square metre of retail space, but there is room to improve turnover through more intelligent retailing, Kirk says. That means being more efficient in the allocation of space to each item and honing the store management and buying skills. Those steps, coupled with natural growth opportunities in a country where 80% of homes do not yet have PCs, place the group in a highly attractive sector.

Squires in charge THE departure of Alan Schlesinger as CEO of furniture retailer Relyant and news that Peter Squires, CEO of Ellerines, has also been appointed CEO of Relyant, cement Squires's control over the merged company.

In retrospect, the deal could not have come at a better time for Squires as the furniture retail sector is riding a wave of consumer spending. The new-look Ellerines is now a bigger company in a growing industry.

The merger of Ellerines and Relyant creates a company that is equal to rival JD Group in turnover and number of stores. But Squires's work is not done. He has to integrate two companies without the luxury of allowing either company's performance to slack off.

Ellerines, however, has experience in making mergers work after its takeover of luxury lifestyle chain Wetherlys nearly two years ago.

The big plus for Ellerines is that, along with Relyant, it becomes the complete furniture retailer selling a wide range of goods to all income groups.

While Squires takes charge of merging the companies, Schlesinger who has been the CEO of Relyant since March 2003 will resume his activities as a business developer and consultant, a path he followed for some years before joining Relyant.

Getting it right IN YESTERDAY's Bottom Line column, the impression was created that general goods retailer Massmart's cross-border expansion was a new strategy. Rather, as CEO Mark Lamberti points out, the expansion is a continuation of an existing plan to open 50 new stores across all its chains not just Game stores, as reported.

Massmart, which listed in 2000, aims to increase annual sales from nearly R24bn for the year to June 30 last year, to R36,9bn by June 2007.

The group has had a compounded annual growth rate of 22,62% for the past 10 years.

Aside from operating in Africa, the group is becoming a big player in the do-it-yourself home improvement market.

edits The Bottom Line. E-mail to: bottomline@bdfm.co.za

Copyright © 2005 Financial Times Ltd. All rights reserved.

Luanda Government, Hotels And Tourism Ministry Set Up Commission

All Africa Global MediaComtex International 12-04-2005

Luanda, Apr 12, 2005 (Angola Press Agency/All Africa Global Media via COMTEX) --The government of Luanda and the Ministry of Hotels and Tourism, on Monday, here, set up a technical joint commission that is tasked with outlining policies, which are aimed at rehabilitating the local network of hotels and the tourism spaces existing in this province.

Speaking to Angop, at the end of a meeting with between officials of the two organs, the governor of Luanda, Job Castelo Capapinha, said that the commission comprises national and provincial directors who henceforth will work to recover and build necessary infrastructures.

With the peace, he said, the tendency is to increase the number of tourists, so the Province of Luanda has to be ready to build more hotels, for an adequate reception of visitors.

On his turn, the minister of Hotels and Tourism, Eduardo Jonatao Chingunji, said that his department is very much concerned about finding a philosophy to work with the provincial government to improve tourism and the condition of hotels in the capital city, considering the number of requests of tourism visas, which is of about 600 every month.

He further added that the expansion policy for the tourism branch will count on the participation of private, national and foreign, agents.

Angolan opposition accuses ruling party of attacking supporters

Agence France-Presse English Wire 12-04-2005

LUANDA, April 12 (AFP) - Angola's main opposition party Tuesday said its members had fled to neighbouring Zambia after they were attacked by supporters of the ruling party.

The National Union for the Total Independence of Angola (UNITA) said in a statement that the situation in the eastern province of Moxico was "serious and worrying" as its members were fleeing "to the bush and others to Zambia" after the attacks on April 5.

It said many supporters had been "violently assaulted" and that many UNITA offices, flags and supporters' homes "are being destroyed."

The opposition party, a former rebel grouping said it would claim damages from President Jose Eduardo dos Santos' ruling People's Movement for the Liberation of Angola ((MPLA) and despatch a fact-finding mission to the area.

Angola, a former Portuguese colony, was wracked by a bloody 27-year civil war which ended shortly after UNITA leader Jonas Savimbi's death in 2002.

mak/ach/cml/nb

Angola-unrest-Zambia

Angola: Opposition concerned over state media's role in airing election results

BBC International Reports (Africa) 12-04-2005

By Text of report by Namibia-based Media Institute of Southern Africa web site on 11 April; subheading as published

Angolan MPs are considering passing a law that would forbid journalists to report on provisional results of elections.

Angolan National Assembly is currently reviewing the country's Electoral Law. It includes the role media should play during elections and post-elections.

Angola: Opposition concerned over state media's role in airing election results

MPs from the opposition parties said media should not be allowed to report on the results until the Electoral Commission declares the definitive results and points out whether they were free and fair. They said there might be a risk that state-controlled media could bring to the public fake results in favour of the ruling MPLA and its candidate.

MPLA MPs however argue that there should be no problem if journalists are allowed to report on the results before the Electoral Commission announces the winners.

The MPLA government controls all the public media, namely the National Radio, Public TV and the daily Jornal de Angola.

"The media can and should report on provisional results as the public needs to know what is happening", secretary-general for the Syndicate of Angolan journalists Luisa Rogerio told a radio debate over the issue.

"It is a matter of freedom of expression", another listener said.

If agreed, the law will be approved before the end of April.

Background

Angolan elections are due to 2006. It is unclear however whether parliamentary and presidential elections will take place simultaneously, although many political analysts believe they might take place separately.

Angola's first, and so far only elections were held in 1992, before the civil war between the government and rebels resumed. At that time, media would be allowed to report on provisional results of the polls.

Source: Media Institute of Southern Africa, Windhoek, in English 11 Apr 05

BBC Mon AF1 AfPol cg

Luanda Governor Reiterates Commitment Towards Peace

Luanda, Apr 04, 2005 (Angola Press Agency/All Africa Global Media via COMTEX) --The Governor of Luanda Province, Job Capapinha, on Monday assured here that Angolan Government will cooperate with churches in initiatives towards peace consolidation and through this way to avoid a new war.

The Governor said it while speaking to about 10,000 people who attended a mass during which he received a bible, what symbolize the participation of the church in the reconciliation.

"The moment is of unite and national reconciliation and to work for a better future", he underlined.

On his hand, Reverend Gaspar Domingos, with Angola Evangelic Churc, who handed over the mentioned bible, said that on the book there are so many teachings of God, among them love, resolution of conflicts and the observancy of human resources.

The ecumenical mass, attended by representatives of 20 Angolan churches, marked the central act of the commemorations of the third anniversary of the signing of the Peace Accords, being signaled Monday.

Angola opposition blames government over monopoly of national radio broadcasting

BBC International Reports (Africa) 01-04-2005

By Text of report by Angolan Radio Ecclesia audio web site on 31 March

[Announcer] The UNITA [opposition National Union for the Total Independence of Angola] parliamentary bench says the Angolan government intends to keep its monopoly of national radio services as a means of preventing the people from being informed about the ongoing democratic process and their citizenship rights. In a statement issued in the wake of a meeting with new Social Communication Minister Manuel Rabelais in Luanda on 28 March, UNITA said as a result of the government's policy, the people have been deprived of their right to freely make decisions.

The statement notes that the meeting served to once again show that the state should not have exclusive rights over national radio broadcasting. At stake is Radio Ecclesia in particular. The Angolan Catholic service has for the past few years been waiting for the government to respond to its application to broadcast to every corner of the country. Radio Ecclesia's transmissions are currently restricted to Luanda.

Angola opposition blames government over monopoly of national radio broadcasting

UNITA feels Manuel Rabelais was not able to explain his concept of a public radio service; was not clear about the failure by the public radio and TV services to carry live transmissions of parliamentary debates; and lacked knowledge about the drafting of new media legislation.

This is what Rabelais told the UNITA parliamentary delegation during the aforementioned meeting:

[Rabelais] If the law does not prevent the expansion of Radio Ecclesia, then we would be violating the constitution. If the law sets any restrictions, then the fault does not rest entirely with the Social Communication Ministry, but rather with the honourable MPs because in principle they are the country's legislators. Perhaps, the Social Communication Ministry is partly to blame for this state of affairs because it is its prerogative to draft bills. What I am trying to say is that I have not as yet studied the Radio Ecclesia file in detail. I think we have been adhering to the law. If we were to analyse either the Press Act or related legislation like the Radio Broadcasting Act and the Radio Broadcasting Licensing Act we could find the answer to our queries.

[Announcer] UNITA says Minister Rabelais argued that he was innocent, claiming that he had not as yet had time to look into the matter. Rabelais wanted to justify the unjustifiable. UNITA notes that although Rabelais has been in office for only a few months now, that was no justification for failing to address the situation.

Source: Radio Ecclesia audio web site, Luanda, in Portuguese 0600 gmt 31 Mar 05

BBC Mon AF1 AFEausaf MD1 Media 010405/sm

S. Korea, Angola Hold Foreign Ministers' Talks.

YON - Yonhap News Agency of Korea 31-03-2005

SEOUL, March 31 (Yonhap) -- Foreign Minister Ban Ki-moon held talks with his Angolan counterpart Thursday on ways to increase cooperation in energy and other areas, the ministry said. Joao Bernardo de Miranda arrived in Seoul on Tuesday for a four-day visit that includes meetings with Ban and the construction and other economic ministers. His itinerary also include tours of major industrial facilities. In talks with Ban, the two sides discussed increasing cooperation in energy and resources sectors while agreeing to conclude an investment guarantee treaty at an early date, the ministry said. The Angolan minister also agreed to give his country's backing for South Korea's bid for a non-permanent membership on the U.N. Security Council for 2007-08, the ministry said.

(THROUGH ASIA PULSE)

Delegations of Angola And North Korea Discuss Re-Launch of Cooperation

All Africa Global MediaComtex Global NewsComtex Health CareComtex International 31-03-2005

Luanda, Mar 30, 2005 (Angola Press Agency/All Africa Global Media via COMTEX) -- Delegations of Angola and North Korea are gathered, since this morning, in Luanda, to assess the existing cooperation relations between the two countries, aiming for re-launch and diversification.

The Angolan delegation is being led by the Prime Minister, Fernando da Piedade Dias dos Santos, and the Korean team is headed by its Deputy President, Yang Hyong Sop.

The closed-door meeting is to end today with the signing of a "verbal process".

The two countries have manifested the wish to increase and strengthen the bilateral cooperation in the sector of construction, agriculture and fisheries, as well as health, this one already an area in which Angola has had the collaboration of medical personnel from North Korea.

Yang Sop, who started on Tuesday a three-day official visit to Angola, was this morning received in audience by the Angolan Head of State, Jose Eduardo dos Santos, as well as had a courtesy meeting with the National Assembly Speaker, Roberto de Almeida, after placing a wreath of flowers on the statue of the late and first president of Angola, Antonio Agostinho Neto, at the Independence Square.

This afternoon he is to visit the Nova Vida housing project, located south of Luanda, then, in the evening he attend a function with the North Korean community residing in Angola.

Yang Hyong Sop is scheduled to leave the country, from Luanda, back to North Korea, on Thursday afternoon.

Journal code Language English Record Type

Document type ISSN Word count 296

Accession Number (Internal - Global)20050331375.40_9330002dc1257888 - 089u8908

Appeal On Aid for Angola's Reconstruction Reiterated

All Africa Global MediaComtex Global NewsComtex International 23-03-2005

Geneve, Mar 23, 2005 (Angola Press Agency/All Africa Global Media via COMTEX) --The interim official in charge of Angolan Businesses in Geneve, Belo Manguera, on Tuesday reiterated the appeal to the International Community for the holding of a donors conference for the reconstruction and development of Angola.

Speaking at the 61st session of the human rights commission of the United Nations, regarding the point on right to development, the diplomat said that in spite of the efforts of the Angolan Government to rebuild the country, which has been destroyed by the war, Angola is conscious of the fact that alone it can not recover the economy in all domains.

He stressed that all the international aid is welcome, adding that the Angolan Government has been struggling for a long time to have an international donors conference organised, which would approve an international support programme for the reconstruction and development of Angola.

Belo Manguera also expressed the Angolan support to the positions taken by the Non-Aligned Movement and the African Group, on Tuesday, relating to the right to development, who manifested themselves in favour of the elimination of the external debt of developing countries, reforms on the international financial system and trade, as well as the prevention of conflicts and respect for liberty and sovereignty of the peoples.

Angola participated in the general debates of the 61st session of the human rights commission of the United Nations with a delegation led by the deputy minister of Foreign Affairs, George Chicoty, which also included the head of the direction for International Organisations of the Foreign Affairs Ministry.

In the debates by speciality, the Angolan delegation comprises the deputy Attorney General, Joao Caetano, and the National Director of the Justice Ministry, Augusto Escrivao, as well as national diplomats working for the Angolan Mission at the offices of the UN in Geneve.

Angola receives 500-million-dollar private investment proposals in first quarter

LUANDA, Mar 23, 2005 (Xinhua via COMTEX) -- Angola has received private investment proposals worth 500 million US dollars so far this year, only 26 percent less than all of 2004, the daily "Jornal de Angola " reported Wednesday.

The Angolan official newspaper cited head of the National Private Investment Agency, Carlos Fernandes, as saying the huge boost in interest from private investors was primarily due to changes in Angolan legislation following the end of the civil war in 2002.

"In 2004, private investment proposals totaled 680 million US dollars," while in the first quarter of 2005 "we already have proposals estimated at 500 million US dollars," Fernandes said in the United Arab Emirates (UAE), where he was participating in an Angolan investment seminar.

Fernandes did not specify in what sectors or the number of proposals received by Angola this year.

"The impact of Angola's message" in the UAE was "excellent," he said, adding that Angola offered a scenario of political stability, significant macroeconomic improvement, and an "extremely attractive" legal framework for investors.

Journal code Language English Record Type

Document type ISSN Word count 219

Accession Number (Internal - Global)20050323375.9_452c0024c2d19cab - 082h6945

Copyright © 2005 Copyright 2005 XINHUA NEWS AGENCY.

Angolan gov't to increase water supply coverage by 50 percent

XinhuaComtex Finance 22-03-2005

LUANDA, Mar 22, 2005 (Xinhua via COMTEX) -- The Angolan government intends to carry out a 50 percent increase on drinking water supply coverage, for every citizen, as well as deliver adequate sanitation services, by 2015.

The information was given on Tuesday in Luanda by Minister of Energy and Water Botelho de Vasconcelos, during the commemorations of the World Water Day, who guaranteed there will be continuity in the implementation of program considered as priority by the government,

due to their direct implication in the living conditions of citizens, as well as the economic and social development of the country.

"The existence of water and sanitary structures in schools alongside the education on hygiene facilitates the reduction of poverty and mortality rates, increases the learning capacity of children in general, who will have this liquid available for them, without needing to go outside the school to quench the thirst, (and) keep small hygienic attitudes that contribute to good health, " said the minister.

In order to give response to the needs of infrastructure reconstruction in the sector of water, facing the need for economic growth and improvement in the quality of services, the Ministry of Energy and Water will continue to mobilize financial resources from various origins, with the support of the government, said the minister.

As regards the demanded quality standards for human consumption, the most serious problems have been observed at the level of microbiologic contamination, which in most cases is the result of deficient disinfection work or even complete absence of water treatment.

He pointed out as objectives for the coming years the assurance of well-being for the populations, through providing a general access to the adequate water supply services, cleaning of residual waters and preservation of the environment, thus, guaranteeing a sustainable social and economic development.

The General Assembly of the United Nations on its 58th session held in December 2003 proclaimed the 2005-2015 period as the Decade of International Action "Water for Life", which starts today, worldwide.

Chevron, Total Plan LNG Project in Angola

All Africa Global MediaComtex EnergyComtex International 22-03-2005
By by Mike Oduniyi

Lagos, Mar 21, 2005 (This Day/All Africa Global Media via COMTEX) --US oil major, ChevronTexaco has announced that it was collaborating with three other multinational oil companies to execute a Liquefied Natural Gas project (LNG) in Angola.

The co-venturers, namely Total, BP and ExxonMobil along with Angola state oil firm, Sonangol, signed agreements to establish the principles for gas supply, corporate structure, and legal and regulatory framework for the LNG Project.

The agreements, which support the commencement of Front-End Engineering and Design studies, were reached thanks to the strong collaboration between the Government of Angola and the Project co-venturers.

Angola's Minister of Petroleum, Desiderio Costa, said, "This is a significant step forward on a project of national importance. We strongly believe that the Angola LNG Project will serve as a catalyst for Angola's reconstruction and growth by facilitating increased production of the nation's abundant oil and gas resources and by supplying natural gas for local industrial development. By providing a viable alternative to the flaring of associated gas, Angola is also demonstrating environmental leadership in the way in which it is developing its energy resources."

Manuel Vicente, President of the Administration Council of Sonangol E.P., speaking as Concessionaire for hydrocarbon licenses in Angola, noted his expectations of the impact Angola LNG will have on petroleum activities in the country, saying "The LNG Project is critical to Angola's objectives of expanding the petroleum sector. This development will unlock further exploration and production potential in the country, will improve Angola's earnings, and will develop and demonstrate Angola's attractiveness to foreign investors interested in gas industry-related opportunities here."

On behalf of the Project co-venturers, Jim Blackwell, Managing Director of ChevronTexaco's Southern Africa Business Unit, based in Luanda, said, "We believe the establishment of the gas supply agreements and a mutually beneficial corporate structure are significant milestones, which demonstrate our continued commitment to this Project and to Angola. A reduction in gas flaring will be good news for the environment but, in addition to its environmental benefits, the Angola LNG Project will also unlock the commercial and strategic value of Angola's vast natural gas resources for the benefit of the country, its people, and the Project co-venturers.

"The Project will offer additional benefit to Angola through direct investment and opportunities for Angolan manpower, suppliers of materials and equipment, and contractors to contribute to the Project," added Blackwell.

"We sincerely appreciate the support of the Ministry of Petroleum and the Government of Angola - in particular, for their work to foster a growth oriented framework. We now look forward to their continued cooperation in quickly implementing these measures in order to maintain our Project schedule and to allow the Project to capture available market opportunities to support this magnitude of investment."

Planned as an integrated gas utilization project encompassing offshore and onshore operations to commercialize gas resources and reduce gas flaring from blocks located offshore of Angola, the Angola LNG Project is set to be a joint development between the state oil company of Angola - Sonangol (22.8%) - and affiliates of ChevronTexaco (36.4%), BP (13.6%), ExxonMobil (13.6%), and Total (13.6%). ChevronTexaco and Sonangol are co-Project leaders.

Luanda Governor Wants Stricter Public Management

All Africa Global MediaComtex International 22-03-2005

Luanda, Mar 22, 2005 (Angola Press Agency/All Africa Global Media via COMTEX) -- Luanda governor, Job Capapinha, on Tuesday here called public managers to exercise stricter discipline in the management of public funds, through abiding by the law.

Job Capapinha said this at Luanda's Ingombota district, at the opening of a seminar on "Norms of execution of Budget, of 2005 year", designed to delegates, director of public firms, administration and finance officials, plus municipal administrators of Luanda.

According to the Governor, the seminar has as its goal to provide public managers with knowledge meant to improve the use of public value.

With regard to the human resources and consequence promotion, Job Capapinha called for the need for a greater approach among officials responsible of the sector and collaborators, to enable a serious assessment of cadres.

ANGOLA: Flooding leaves at least 10,000 homeless

IRIN- UN Integrated Regional Information Network 21-03-2005

LUANDA, 18 Mar 2005 (IRIN)

Flooding in Angola's northern Kwanza Norte province has left at least 10,000 people without shelter and created conditions ripe for malaria and diarrhoeal diseases.

A United Nations team returning from the affected area said local government, with the support of the Ministry for Assistance and Social Reintegration (MINARS), was managing to get urgent assistance to the area, but people remained vulnerable.

"We're not talking about a large-scale disaster with widespread consequences, but there are urgent needs that are not being met," said Matthew Olins, senior field coordinator at the Transitional Coordination Unit in the Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA).

"Fortunately there have been no cases of cholera reported, but the conditions do exist, which could lead to an increased incidence of malaria, diarrhoeal disease and water-borne skin infections," he told IRIN.

The province has suffered heavier rains than normal this wet season. Rains in mid-December and late January destroyed 312 houses and left a reported 1,140 people homeless.

The most recent downpours on 11 March brought the total to 769 ruined homes and a further 1,799 left uninhabitable, leaving an estimated 9,965 people without shelter.

"We could not verify those numbers but, based on the places we visited, the data seem credible," Olins said.

People were living with neighbours or families, or were being temporarily housed in tented camps or makeshift shelters, he added.

Local officials and state media reported that another 4,000 people in Massangano, about 30 kilometres south of Dondo in Kwanza Norte, had lost their homes, while heavy rain in the province of Bengo, north of Luanda, was also causing concern.

Although the local administration and provincial government in Dondo were coping well, Olins said there was room for humanitarian partners to help.

"One very encouraging sign is that the government is showing an ability to rely on its own resources and capacity, but there is room for external support," he noted.

"There are materials which need to get there in the next couple of days, such as food, medicine and medical supplies, mosquito nets, household kits and non-food items. Mosquito nets are urgently needed, given the amount of standing water and so many people living without shelter," he added.

"In the next few weeks, assuming things start to dry out, people are going to need corrugated iron sheeting to rebuild their homes. Eventually people will need agricultural tools and seeds, because a lot of farmland was destroyed by the floods," Olins said.

More Information

Source of this article

13/04/2005 ANGOLA

Vetco Gray Firms Up Operation

Sold off to a private consortium last year, Vetco Gray, the former oil services affiliate of ABB, has bolstered its position in Angola. To make sure it would be welcome in Angola, Vetco Gray did like other foreign oil services companies operating in the country: it offered training programs for local oil engineers, particularly from the Angolan Institute of Petroleum.

It also pledged to hire nearly 40 local staff for its operations in Cabinda, where it works for Chevron.

Born out of a merger between two ABB affiliates, the U.S. firm Vetco Gray and Norway's ABB Offshore Systems, Vetco Gray is now controlled by a consortium of banks and equity funds, among them 3i, JP Morgan and Candover. The group is headed by a team of oil industry veterans, including Graham Hearne, former chairman of Enterprise Oil, and John

Kennedy, ex CEO of Halliburton. Last month Vetco Gray contracted CSFB and Lehman Brothers to advise it on seeking a stock market listing in coming months.

Last year's sale of the group was held up by an inquiry by the U.S. Justice Department and the Security & Exchange Commission on bribes in Nigeria. Vetco Gray paid \$1.1 million to NAPIMS, an affiliate of state-owned NNPC that sees to its relations with JV partners, to obtain contracts in developing the Bonga field.

AFRICA ENERGY INTELLIGENCE N° 391

13/04/2005 ANGOLA

Promoting Marginal Fields

Several Angolan officials are doing the rounds to meet with Western juniors interested in marginal fields. Gaspar Martins from the Sonangol division Sonangol Pesquisa e Producao was in Europe last week to meet with companies interested in acreage in the Kwanza basin and in the country's shallow offshore.

Indeed, Sonangol wants to involve itself in developing Angola's marginal fields. Up to recently Angola had been the lone oil-producing country in the Gulf of Guinea country to bar development of its small fields; juniors were discouraged by unfavourable fiscal conditions and a shortage of acreage relinquished by the majors.

Last year, however, Angola adopted legislation allowing for exploitation of marginal fields. The Angolan government saw the measure as primarily favoring Sonangol by enabling the state-owned concern to flesh out its portfolio of concessions, much in the way that Nigerian Petroleum Development Company (NPDC), an E&P affiliate of Nigeria's NNPC, has done.

But another go-between for juniors anxious to pick up acreage in Angola is a private firm, Somoil, which was set up last year and whose management is close to oil minister Desiderio da Costa.

We understand Somoil's chief executive, Alberto Sousa, was in Houston last week to meet with American juniors. Somoil is offering to set up an association with Western juniors to explore the Kwanza basin and two marginal fields, Morsa and Secunda. The association would be modelled on Force Petroleum, a company that was set up, and then dissolved, to develop onshore concessions in Cabinda.

AFRICA ENERGY INTELLIGENCE N° 391

30/03/2005 Sonangol

Two Studies on Angola LNG

Two rival studies on a project to build the future plant of the Angola LNG consortium have been awarded to Bechtel and JGC/Kellogg Brown & Root (KBR). The award came after an agreement setting conditions for the supply of gas to the plant. Each of the studies will propose a different liquefaction technology (the two companies also compete in Nigeria, where KBR built Nigeria LNG and Bechtel is working on the Brass LNG project). Sonangol's partners in the Angola LNG consortium will be Chevron, BP, Total and ExxonMobil. The

project involves construction of a plant with a capacity of 5 million tons a year and will be supplied with associated gas produced on Chevron's blocks 14 and 0, ExxonMobil's block 15, Total's block 17 and BP's block 18. The collecting systems will cover an extremely large area. This is one of the project's weak points.

AFRICA ENERGY INTELLIGENCE N° 390

30/03/2005 ANGOLA

Kizomba On Track for 2006?

Work on ExxonMobil's huge Kizomba B field in Angola is advancing quickly and the company could put the 250,000 bpd field into production in 2006. An FPSO for Kizomba B is currently on route from Ulsan in South Korea and is expected to arrive on site towards the end of April. Hyundai Heavy Industries which is building the FPSO on behalf of Exxon has contracted Semco Salvage & Marine – the company currently towing it from South Korea -- to position it upon arrival. ExxonMobil is expected to put an adjoining field, Kizomba C, into production in 2007. It will turn out an estimated 100,000 bpd.

AFRICA ENERGY INTELLIGENCE N° 390

Angola – Africa Mining Intelligence

20/04/2005 ANGOLA

Tie-Up for Chinese and Endiama

Endiama is spreading its wings internationally on the heels of its marketing affiliate Sodiam which has already signed a lot of overseas accords. The state-owned diamond producer is forging a link with China International Fund Ltd. based in Hong Kong. The deal will involve the exploration, mining and sale of diamonds as well as finished jewelry.

AFRICA MINING INTELLIGENCE N° 107

20/04/2005 ANGOLA

New Millennium Targets Kimberlites

Less than 10 days after inaugurating its Rio Lapi alluvial diamond mine in Lunda Sul, New Millennium Resources Ltd. has applied for a mining license for its primary diamond deposit on its Rio Lapi C9 concession. The application was made by its affiliate Angola Resources Pty Ltd which works jointly with Endiama and the local firm Mombo Lda.

Rio Lapi C9 is said to house three kimberlite pipes. It abuts the concession of the Catoca Mining Society and lies about 20 km north of the huge mine of the same name, the only industrial-scale kimberlite operation in the country.

New Millennium itself is partly owned by Asian investors who sit on its board, including Datuk Fung-Chee Lim, co-founder of the Malaysian construction and real estate group Emas

and former boss of the Kuala Lumpur Kepong Berhard plantations. Also on the board are Malaysia's Dato Azizi Yom Ahma, former managing director of RHB Sakura Merchant Bankers Berhad, and Chong-Kiat Lim, a reserve colonel in the Singapore Air Force who worked for Singapore Press Holdings, Bista Corp. and WBL Corp.

AFRICA MINING INTELLIGENCE N° 107

23/03/2005 ANGOLA

Lev Leviev

The Russian-Israeli businessman Lev Leviev looks set to lose his rights to market Angola's diamonds and we understand that for the first time this month he failed to export any gems from the country. The authorities awarded a big share of the formal market this month to the rival group Dan Gertler International, which already markets output from Congo-K's MIBA through an affiliate Emaxon. Leviev is also being boycotted by Russia, where he operates cutting and polishing units. Alrosa sold him no gems this month.

AFRICA MINING INTELLIGENCE N° 105

23/03/2005 ANGOLA

Kiernan Family in Diamond Drive

Since it sold its Ntotoroso gold project to Newmont in Ghana two years ago for \$20 million, Modrow Mines International has been investing in a lot of places in Africa. The family-owned exploration firm headed by Brian Kiernan has been engaged in a diamond exploration project in the Dala concession south of the city of Saurimo in Angola's Lunda Norte province since early March.

Dala covers 2,000 sq.km. and lies on the western side of the Alto Cuilo concession that Petra Diamonds works in partnership with BHP Billiton. Alluvial diamonds and traces of primary diamonds were identified on the property in the 1970s.

Mowdow and its leading partner, Concord Minerals LLC, a firm based in Nevada, own 33% of the Dala project, and are to spearhead prospecting on it. The remaining 66% is controlled by state-owned Endiama and the local firm Cimader. Moydow recently acquired assets in bauxite in Sierra Leone and gold in Ghana. Brian's brother and father, David and Noel Kiernan, head the mining services firm Minerex Ltd.

AFRICA MINING INTELLIGENCE N° 105

Finance Ministry Sets Up Commission to Organise Unofficial Markets

Angola Press Agency (Luanda)

April 16, 2005

Posted to the web April 18, 2005

Luanda

Angola's Finance minister, José Pedro de Morais, recently set up a working commission to be in charge of implementing the project of transforming unofficial markets into organised ones.

According to one of the most recent editions of the State Gazette, official organ of the government, the commission is coordinated by the deputy minister of Finance, Eduardo Severim de Morais, and also includes, among others, the directors of the Institute of Support to Small and Medium Firms (Inapem), António Francisco de Assis, of Urban Planning of Luanda's Provincial Government (GPL), Hélder da Conceição José and of GPL's Statistics Department, Gabriel Henriques Leitão.

According to the source, the commission has the duty of keeping the minister informed about the development of works.

Updated Fiscal Fulfilment Criterium for Access to Chinese Credit

Angola Press Agency (Luanda)

April 16, 2005

Posted to the web April 18, 2005

Luanda

The Angolan Finances Minister, José Pedro de Morais, explained Thursday in Luanda that the access to China Eximbank credit will be for experienced Angolan companies as major shareholders, and with their fiscal contributions in order.

The Minister said in a press conference today that the proposal to be taken to the Council of Ministers soon is being monitored and entails these criteria.
Subscribe to AllAfrica

He admitted, however, that there was lack of organisation in the participation of Chinese companies contesting for the projects of the credit line.

The Minister said that this happened because there wasn't a regulation defining how the companies would participate in these projects, adding that as soon that this situation was realised everything was at the open.

He added that the Ministry of Commerce of China started indicating to the Angolan Government the companies which would contest to be selected.

The commercial contract between Angola and China gives priority to the participation in the competition for the Chinese companies to the credit lines, but there will be an overture of 30 per cent for Angolan companies.

CSFB Ups Statoil Price Target On New Reserves

Wednesday, April 20, 2005 4:23:26 AM ET
Dow Jones Newswires

0809 GMT [Dow Jones] CSFB ups Statoil (STO) price target to NOK117 from NOK114 on upgraded reserves. Increased reserve potential in Angola Block 31 and Onyx gas discovery in Norwegian Sea are driving the change.

"Rebuilding of OPEC spare capacity will likely require a multi-year horizon, with positive implications for Statoil's earnings and financial solidity," CSFB adds. Shares +1.4% at NOK109.50. (IJT)

National Assembly Recommends Creation of Constitutional Court

Angola Press Agency (Luanda)

April 20, 2005
Posted to the web April 20, 2005

Luanda

The National Assembly has recommended today the Government for the setting up of technical and material conditions for the institutionalisation in Angola of a Constitutional Court, in order to guarantee, among other functions, the resolution of conflicts at the political parties level.

According to the resolution, the institutionalisation of this organ, approved with 166 unanimous votes, also aims at upholding the regularity of the electoral acts, constitutionality of laws, institutional conflicts, amongst others.

<http://www.oracle.com/go/?&Src=3188850&Act=19>

In another resolution, the National Assembly recommended the Government for the regulation as soon as possible of the Electoral Legislative Package, that was today passed, for its adequate execution.

Today there were also approved the draft bills on Elections, Nationality, Political Parties, Electoral Registration, Electoral Observation and the Electoral Code of Conduct.

ß

ROC Oil Provides Angola Activity Update

Wednesday, April 20, 2005

Latest Oilvoice Headlines
ROC Oil Provides Angola Activity Update

FCP Provides Update on the Evaluation of Strategic Alternatives
Westside Energy Announces Barnett Shale Joint Development Agreement
Ness Energy's Wholly Owned Subsidiary in Israel, Modi'in Energy, Ltd., to Increase Its Stake in Offshore Venture
Premier Oil Announces Appointment of New Finance Director and General Manager of Operations
Discuss these headlines in the OilVoice Forum
ROC is progressing its Angolan activities on several fronts including the establishment of a senior executive team in Luanda and preparations for a substantial onshore seismic survey.

Senior Executive Appointments

ROC has announced the following senior executive appointments:

- Mr Antonio Vieira has been appointed President of Roc Oil (Cabinda) Company. This is the wholly owned subsidiary through which ROC currently owns the majority of its interest in the Cabinda South Block, onshore Angola. Mr Vieira, an engineer by training with qualifications from Luanda, Lisbon and Texas A & M University, has been with ROC for five years, mainly as the Company's Representative in Africa. Sydney-based Mr Vieira speaks several languages including Portuguese and will spend a significant amount of time in Luanda and Cabinda.
- Dr Ken Seymour has been appointed General Manager-Angola. With more than 25 years experience in the international oil industry, Dr Seymour started his career with BP and subsequently spent 19 years with the former Ranger Oil Limited, now CNR International, primarily in Angola. Since he first started working in Angola in 1995, Dr Seymour has held a variety of senior executive positions in that country including Drilling/Country Manager, Operations Manager and General Manager. Dr Seymour is fluent in Portuguese and will be based in Luanda.

Seismic Survey

As operator of the Cabinda South Joint Venture, ROC is currently in final discussions with regard to a contract to acquire 165sqkm of 3-D and 500km of 2-D seismic, onshore Cabinda. The imminent seismic survey will be the first phase of a two phase seismic programme the second part of which will be undertaken in 2006. This forward exploration plan is consistent with the Company's previously announced activity schedule which envisages first drilling in late 2006 or 2007.

The seismic survey, which will be the first on-the-ground oil exploration activity to occur onshore Angola for more than 30 years, will be a landmark event for ROC. The survey is designed to detail numerous prospects and leads which have been identified from the pre-1972 seismic which shows a multiplicity of structuring (eg Attachments 1 – 4).

All existing wells in the Cabinda South Block were drilled prior to 1972 and were primarily located on a combination of poor quality, single fold seismic data, surface geology and gravity anomalies. Despite this sparse exploration

framework, a number of the wells drilled in the Cabinda South Block encountered significant oil and gas shows and, in some cases, flowed and/or recovered oil and gas to surface.

Portfolio Management

ROC continues to progress its previously announced strategy of farming out a minority portion of its equity in the Cabinda South Block.

Surfing Makes a Splash in Post-War Angola

Wed Apr 20, 2005 10:12 AM ET

By Zoe Eisenstein

CABO LEDO, Angola (Reuters) - Oil worker Francois cuts through the waves, admiring the pristine white beaches and dramatic cliffs in the distance.

Glancing down from his speeding surfboard, he sees a dolphin swimming alongside him and his exhilaration soars.

This avid surfer is not at Hawaii's Waimea Bay or Cape Town's Koeelbay Caves. He is in Angola -- better known for its three decades of civil war, land mines, oil and poverty.

The war killed around a million people, destroyed the country's infrastructure and made travel outside the capital Luanda difficult and dangerous.

Tourism came to a standstill as most Angolans were forced to focus solely on survival and the country dropped off the map for even the most adventurous traveler.

But three years of peace mean that Angolans and foreigners are starting to rediscover areas which for years were off limits.

A lively beach scene is again emerging along Angola's 1,000 miles of windswept Atlantic coastline and surfing -- first practiced in Angola in the 1960s -- is a big part of the revival.

From the cold waters of Namibe province in the South to the warm summer waters of Cabo Ledo close to Luanda, the swell may not always match South Africa's famous waves, but spectacular, deserted beaches mean Angola has the potential to become a popular surfing destination.

"Cabo Ledo is the most beautiful spot -- it's perfect for surfing," said Francois, who spends his weekdays working for one of the big four foreign oil companies operating here.

WEEKEND ESCAPE

Come the weekend, he and his friends are up at the crack of dawn, loading their boards onto cars and leaving the headaches of city life behind them "Living in Luanda is really stressful. It can get you down -- the traffic, the rubbish, problems trying to get regular supplies of water and electricity," said one of his surfing friends.

"I know most Angolans have it even worse than the foreigners here, but it's great to be able to escape. I don't know what I would do if I didn't have surfing to look forward to every weekend," he added.

Cabo Ledo, easily accessible and only an hour's drive south of the capital, is just one of around a dozen locations growing increasingly popular among surfers.

During the war, it was one of the few places where a small but loyal band of surfers dared to venture, with multiple police and army roadblocks the norm until relatively recently.

"During the '70s, '80s and '90s, you only had occasional surfers in Angola. Traveling around was always a problem because of the war," said Richard Norris, widely regarded as the authority on surfing in Angola.

"We never traveled alone and we could spend up to an hour getting a convoy of vehicles over the heavily guarded Kwanza river bridge (south of Luanda). At the beach, some of the expats had guards who would keep a look out," he added.

A former oil worker now based in Paris, Norris spent more than four years until 2000 living, working and surfing in the southwest African country.

SURFING THE WEB

Pictures e-mailed to friends back home formed the basis of what is now one of the largest surfing Web sites in the world (www.wannasurf.com).

"I took some photographs of the surf in Angola which nobody back in Europe had seen before and I wanted to show them to my friends. They put them on the Internet and the site just grew from there," he said.

The conflict also made surfing here a pastime prized for its rarity.

"That's what's always been nice about surfing in Angola. It is unique," said Norris

Angola – La Lettre du Continent

N° 467 24/03/2005

Orlean Invest
Gian Angelo Perrucci

Selon nos informations, le nouveau holding Orlean Invest qui contrôle la société Intel's (Inter Oil Integrated Logistic Services) va gérer au port de Pointe-Noire, avec Maersk pour partenaire, le nouveau quai G de services pétroliers. Gian Angelo Perrucci qui préside Orlean Invest et ses associés, Gabriele Volpi et Daniel Sigaud, sont déjà très actifs dans les services pétroliers au Nigeria (terminaux de Warri, Calabar et Onne), en Angola (partenaire de la Sonangol au sein de Sonils et de Namils) et en Côte d'Ivoire. Des négociations sont en cours avec le Gabon, la Guinée équatoriale et le Sénégal. Gian Angelo Perrucci qui a été reçu par les présidents a pour avocat-conseil le très chiraquien Robert Bourgi. Ceci explique sans doute cela...

Angola Press Agency

April 19, 2005

Europe-Angola Relations Discussed in Portugal

Lisbon -- The relations between the European and African continents, mainly Angola, was analysed in a seminar held on Monday here, under the theme "The Europe-Africa Relations: The Angola Case", Angop has learnt.

The Portuguese Secretary of State of Foreign Affairs and Cooperation, Joao Gomes Cravinho, and the first secretary of the Angolan embassy, Eduardo Beny, inaugurated the session.

Participants to the gathering analysed matters relating to the perspective for country's (Angola) rebuilding after the armed conflict and Europe's contribute for the rapid development of the African nation. In the opinion of various participants, Europe can intervene with its experience not only in the supply of technologies, but also playing an active role so that the expected donor conference be held as soon as possible.

The mentioned international meeting will create real conditions that the country need to achive the levels of development which assure the sustenable development and thus to provide to the citizens a well-being, as well as to execute important projects to help businessmen. With regard to Portugal,

participants to the seminar expressed optimism on the future development in the political-economic relations and a better performance of Portuguese businessmen in Angola.

The gathering also analysed the current challenges in the ties between Africa and Europe, the perspectives, possible conflicts, as well as the existing dialogue between the African and European Unions.

ANGOP

20 de Abril

Assembleia Nacional aprovou pacote Legislativo Eleitoral

A Assembleia Nacional aprovou finalmente hoje o Pacote Legislativo Eleitoral de suporte às próximas eleições gerais, após demorada discussão nas comissões de especialidade, com excepção do projecto de Lei Eleitoral, cuja votação foi remetida para quinta-feira.

A votação final global dos projectos de leis da Nacionalidade, dos Partidos Políticos, do Registo Eleitoral, de Observação Eleitoral e o Código de Conduta Eleitoral decorreu num clima pacífico, pese embora alguma abstenção por parte de certos deputados da oposição relativamente a alguns diplomas.

Por concertação entre os líderes dos Grupos Parlamentares realizada esta manhã antes da sessão plenária, a votação do projecto de Lei eleitoral, inicialmente prevista para hoje, foi adiada para quinta-feira, devido a pendência de discordâncias sobre a composição da Comissão Nacional Eleitoral.

Esta foi, aliás, um dos pontos alegados pela oposição para se retirar da sessão de votação a 12 de Abril último na comissão de especialidade, após aparecer com uma contraproposta relâmpago de "conteúdo irreduzível", conforme referiu a deputada Joana Lina, MPLA, quando fazia o quadro geral das discussões.

O projecto de Lei de Financiamento dos Partidos políticos, de iniciativa da oposição e que visava o alargamento da concessão de subsídios às formações políticas sem assento no Parlamento, não foi objecto de votação, por ter merecido parecer desfavorável das comissões que nele trabalharam.

Deste modo, os deputados apenas aprovaram, com 171 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção, o relatório parecer respectivo, cujo

conteúdo recomenda à plenária a não aprovação do projecto de diploma e a manutenção da actual legislação.

O projecto de Lei da Nacionalidade, que introduz substanciais alterações à Lei 13/91, tais como a concessão da nacionalidade angolana a estrangeiro por órgão colegial, ao invés de individual, foi aprovado com 170 votos a favor, nenhum contra e uma abstenção.

Com 164 votos a favor, nenhum contra e sete abstenções, os deputados procederam à aprovação do projecto de Lei dos Partidos Políticos, tendo igualmente caucionado o projecto de Lei do Registo Eleitoral com 163 votos favoráveis, nenhum contra e 8 abstenções.

Por unanimidade, os parlamentares aprovaram a Lei de Observação Eleitoral e o Código de Conduta Eleitoral, com 171 votos a favor

ANGOP

20 de Abril

Paulo Tjipilica eleito primeiro Provedor de Justiça

O jurista Paulo Tjipilica foi terça-feira eleito para o cargo de primeiro provedor de Justiça do país, durante uma sessão realizada na Assembleia Nacional.

Antigo Ministro da Justiça, Tjipilica, eleito para um mandato de quatro anos, recebeu 177 votos favoráveis dos deputados, nenhum contra e três abstenções. No prazo de 90 dias, deverá propor o seu Estatuto Orgânico. A iniciativa da eleição de Paulo Tjipilica ao cargo de provedor de justiça partiu do Grupo Parlamentar do MPLA, conjuntamente com o PRD e PSD, ficando assim preenchido um vazio constitucional de pouco mais de uma década.

O provedor de Justiça é um órgão público independente, que tem por objectivo a defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, assegurando através de meios informais a justiça e a legalidade da Administração Pública.

World Markets Analysis

April 20, 2005

Angolan Finance Minister Downplays IMF Disagreement

Angolan Finance Minister Jose Pedro de Morais has attempted to downplay the importance of reaching an agreement with the International Monetary Fund (IMF) on a new Staff-Monitoring Programme (SMP), which would open the

door to concessional lending from the multilateral and a proposed donors' conference for post-conflict reconstruction. Although an agreement was expected in Q1 2005, the deal broke over the Angolan government's stated 'inability' to provide the economic and financial information required by the Fund, 'according to their codes of fiscal transparency or of monetary operations'. A war of words ensued, with President dos Santos suggesting that alternative sources of funding would be found. Despite holding fresh talks with an IMF mission last week, the Angolan position has not changed. In a press conference following the delegation's departure, de Morais suggested that any financial deficit could be met through bilateral lending and grants. The Finance Minister reiterated that the public investment programme for 2005-2007 will be funded entirely through such credits, with China providing US\$2 billion and Portugal, Brazil, India, Germany, Poland and Israel offering credit lines of between US\$30 million and US\$100 million each. However, despite his trenchant remarks, de Morais was anxious to insist that discussions with the Fund were 'well on-track'.

Significance: It appears that the last IMF visit has not helped to move things along if de Morais feels the need to emphasise that Angola did not really need the IMF funds and the official approval that comes with it. Although the IMF had recently stated that it did not see any permanent obstacles to an agreement with Angola, the Fund insists on disclosure of 2004's flush excess oil revenues and the Angolan authorities argue that this would be too large a burden, given their insufficient data collection and institutional structure - an explanation that the IMF is unlikely to buy and that indicates that the Angolan authorities may have had other plans with those revenues.

Valentim regressa ao parlamento

O ex-ministro da Hotelaria e Turismo Jorge Alicerces Valentim retomou ontem o seu assento na Assembleia Nacional.

O regresso de Valentim à casa das leis dá-se numa altura em que corre contra este "histórico" da UNITA um processo disciplinar interno, em consequência do qual o presidente do maior partido da oposição terá pedido a suspensão da sua entrada no Parlamento.

A polémica gerada à volta do regresso de Jorge Valentim à casa das leis decorreu do facto de o presidente da Assembleia Nacional ter revelado a existência de uma carta do presidente da UNITA de Março último em que era solicitada a suspensão da recondução do deputado ao seu assento no Parlamento, "por estar a correr contra o deputado um processo disciplinar", numa altura em que a comissão competente declarou estarem reunidas todas as condições para que o deputado retomassem o seu lugar.

Roberto de Almeida referiu não ter recebido de Isaías Samakuva qualquer carta que dispusesse de modo contrário ao pedido feito na carta em que pedia a suspensão do processo, pelo que não sabia qual o procedimento a adoptar. Vários deputados alegaram que o pedido de suspensão de recondução de Jorge Valentim nunca tinha sido dado a conhecer à comissão competente e que não havia motivos regimentais ou legais que impedissem o regresso daquele deputado da UNITA ao Parlamento.

Contra a posição do deputado Gerónimo Wanga, líder da bancada parlamentar da UNITA, que defendeu ser necessário que o presidente do seu partido se pronunciasse sobre o caso, a maioria dos deputados – incluindo parlamentares do MPLA – optaram pela votação.

Por 124 votos a favor, seis contra (todos da bancada da UNITA) e cinco abstenções, Jorge Valentim regressou à Assembleia Nacional pelo círculo provincial de Benguela, em substituição de Silva Mac-Mahon, do mesmo partido, que suspendeu o seu mandato por razões de saúde.

Outra movimentação de deputados que se revelou pouco pacífica foi a que envolveu a parlamentar Odete Luduvina Mbaka Chilala, que deveria, em princípio, ocupar o lugar deixado por Almerindo Jaka Jamba. Por 68 votos a favor, 105 contra e três abstenções, a deputada não pôde ocupar o referido lugar.

As razões do voto negativo da bancada do MPLA prendem-se, segundo explicou Norberto dos Santos “Kwata Kanawa”, com o facto do partido maioritário entender ser necessário um esclarecimento prévio das razões e circunstâncias em que a deputada deixou o seu lugar no Parlamento, questão já encaminhada à Comissão de Mandatos da Assembleia Nacional.

Tomaram assento pela primeira vez os deputados da UNITA Alcides Sakala Simões e João Luís Mango. O primeiro substitui Evaristo Romão Chitumba, impedido por doença comprovada, enquanto o segundo ocupa o lugar deixado vago pela deputada Augusta Maliti Valentim, eleita pelo círculo provincial do Kuando Kubango, e que faleceu no ano passado quando se encontrava em missão de serviço na República da Zâmbia.

Além de Jorge Valentim, retomou o seu assento na Assembleia Nacional o deputado Júnior João, que até há pouco tempo desempenhou as funções de vice-ministro da Assistência e Reinserção Social. O deputado entra em substituição de António Bento Kangulo, que se encontra impedido de ocupar o seu lugar no Parlamento por incompatibilidade de funções.

A K

050419Investidores querem relançar produção de ferro

Propostas de vários investidores nacionais e estrangeiros, interessados em desenvolver projectos nas áreas de exploração de ferro, cobre e manganês no país, entraram já na fase final de avaliação, no Ministério da Geologia e Minas.

Falando à margem da abertura das jornadas alusivas ao dia do Mineiro, a assinalar-se a 27 deste mês, o vice-ministro da Geologia e Minas, Makenda

Ambroise, disse que os projectos de desenvolvimento mineiro serão implementados nas províncias de Kwanza-Norte, Huíla e Uíje.

Na província da Huíla, as autoridades nacionais pretendem relançar a produção de ferro nas minas de Cassinga, quanto ao Kwanza-Norte pretende-se dar início à exploração do ferro e manganês, enquanto no Uíje perspectiva-se o desenvolvimento do projecto de exploração de cobre nas minas de Mavoio.

Makenda Ambroise salientou, noutra vertente, que o sector das rochas ornamentais também vai conhecer uma expansão, uma vez que vários investidores estão interessados na exploração e produção de granito e mármore.

Segundo frisou, outros recursos minerais industriais também vão conhecer um desenvolvimento para o apoio às infra-estruturas e reconstrução nacional.

De acordo com o governante, o sector mineiro registou um grande crescimento, pois existe já uma diversificação das actividades. Antes falava-se apenas dos diamantes, mas agora dá-se ênfase à expansão da actividade para outros sub-sectores.

“Se no passado, tínhamos uma tónica fundamental virada para os diamantes, neste momento, o sector está apostado na diversificação de outros recursos minerais que estão a conhecer alguns investimentos”- frisou.

A realização de investimentos noutros ramos, esclareceu, visa criar um sector mineiro sólido e duradouro, capaz de corresponder aos desafios da reconstrução e industrialização do país.

Por sua vez, o ministro da Geologia, Manuel Africano, disse que, nos últimos três anos, o sector registou grandes investimentos quer de angolanos, quer de estrangeiros, facto que permite ao Estado arrecadar maior número de receitas e o conseqüente aumento de postos de trabalho.

Angola e Fmi

Um longo namoro com casamento à vista?

Chegou ao fim mais uma ronda de negociações entre a equipa económica do Governo angolano e uma delegação técnica do Fmi, conduzida pelo britânico J. Shields. Desta vez, e ao contrário do que tem sido habitual, não houve pronunciamentos públicos, nem da parte da equipa económica do Governo, nem do Fmi. Todas as tentativas do Semanário Angolense, no sentido de obter uma declaração de quem quer que fosse, esbarraram numa intransponível muralha de silêncio.

Como interpretar tal silêncio? Como sinónimo de mera prudência das partes, numa fase delicada das negociações, cada uma delas desejosa de não ferir susceptibilidades da outra? Ou como o reconhecimento de dificuldades insanáveis, ancoradas em divergências profundas sobre os caminhos por que deve passar o desenvolvimento da economia angolana? O Semanário Angolense prefere que seja o leitor a formular o seu próprio juízo. A nossa tarefa, enquanto jornalistas preocupados em informar e formar, será fornecer

pistas credíveis, que auxiliem o caro leitor na busca da sua própria verdade, no tocante a este intrincado dossier do relacionamento de Angola com o Fmi.

Esta introdução não ficaria concluída se não referíssemos que o Fmi e os Estados membros têm, basicamente, dois tipos de relacionamento: o informal, que se materializa nas chamadas missões do Artigo IV, ao abrigo das quais o Fmi formula meras apreciações e recomendações sobre a política económica perfilhada por cada um dos Estados membros; e o formal, em que há acordos assinados, com metas e objectivos precisos que as Autoridades de um dado Estado se comprometem a alcançar. Exemplos típicos de relacionamento formal são, por exemplo, o Acordo Monitorado pelo Corpo Técnico do Fmi (Staff Monitored Program), que as autoridades já assinaram com o FMI, e a Facilidade para o Crescimento e a Redução da Pobreza (Poverty Reduction and Growth Facility).

Por via de regra, o primeiro é antecâmara da segunda. Ou seja: em regra, só se passa para a segunda após um bom desempenho no primeiro, traduzido no alcance das metas quantitativas e dos objectivos estruturais estabelecidos (p.ex, metas para a taxa de inflação e Reservas Internacionais Líquidas; ou ainda objectivos de liberalização da economia, eliminação dos subsídios a preços ou de boa governação), durante um período de tempo, que é normalmente fixado em dois trimestres consecutivos. Para terminar, é importante esclarecer que o Fmi só disponibiliza recursos financeiros, para apoio da balança de pagamentos quando esteja em vigor um acordo formal com um dado país.

O que pretende Angola do Fmi?

Os membros da equipa económica do Governo, que se têm pronunciado publicamente sobre este assunto, têm referido que Angola busca um entendimento com o Fmi, que abra caminho a: obtenção de recursos concessionais (isto é, recursos bonificados, com taxas de juro baixas e com prazos de reembolso alargados), para financiarem a reconstrução de uma economia devastada por décadas de conflito armado; acordos de rescalonamento da dívida externa, que permitam reter, no País, recursos em moeda externa, tão necessários ao financiamento dos programas de desenvolvimento sócio-económico, ao invés de enviá-los para o exterior do País, no cumprimento do serviço da dívida, mormente a de curto prazo; e aumento da credibilidade externa do País por via do certificado, que normalmente o Fmi apõe, atestando a coerência das políticas económicas e as práticas de governação seguidas pelos Estados.

Compreende-se a estratégia das autoridades angolanas. De facto, a reconstrução de um país devastado exige recursos baratos, e estes só estarão disponíveis com a realização da propalada conferência de doadores. Esta, como o têm feito saber alguns doadores, só poderá realizar-se quando

Angola assinar um acordo formal com o Fmi. O caminho alternativo, o da busca de fontes heterodoxas de financiamento ou o do auto-financiamento, torna o processo de reconstrução mais caro e mais moroso e os chamados dividendos da paz não tão visíveis a curto prazo, com todas as frustrações políticas e sociais daí decorrentes. Por outro lado, tendo havido, como o reconhece o próprio Fmi, «progressos significativos em matéria de gestão macro-económica e de boa governação», as autoridades angolanas gostariam que a eficácia da sua gestão fosse reconhecida e que, de uma vez por todas, fossem enterrados os velhos fantasmas da corrupção e dos «biliões desaparecidos dos cofres do Estado».

Parece, todavia, ser evidente que as autoridades angolanas estão a seguir uma estratégia de duas velocidades (a two-track approach): por um lado, estão à procura de um acordo formal com o Fmi, pelas razões já explicitadas; por outro, e porque não desconhecem toda a complexidade que tal objectivo encerra, nem enjeitam as responsabilidades de gerir um país em situação de pós-conflito, têm procurado recursos alternativos no exterior, reconhecendo que o sistema bancário angolano, pese embora a sua evolução positiva nos últimos anos, só pode ter um contributo marginal na superação das carências financeiras com que o desenvolvimento de Angola se confronta.

É neste quadro que se inserem a Linha de Crédito do Eximbank da China, no montante de dois biliões de dólares, para o financiamento de infra-estruturas económicas e sociais, e os acordos de regularização bilateral da dívida externa, assinados com alguns países, que envolvem a reabertura de linhas de crédito de médio e longo prazos. Se é verdade que tais recursos não podem ser chamados, em bom rigor, de concessionais ou bonificados, não é menos verdade que as condições financeiras subjacentes à sua contratação representam um considerável avanço, relativamente aos pré-financiamentos garantidos com petróleo, tão criticados pela comunidade internacional.

Possíveis áreas de desacordo entre o Governo e o Fmi

O Fmi tem dito, sem ambiguidades, que Angola está no bom caminho, quer no tocante à gestão macro-económica, quer no exercício da chamada boa governação. Mas, também não é segredo que o Fmi quer mais. Na verdade, o Fmi quer um combate mais resolutivo à inflação, pois parece ser sua convicção de que é possível, com o actual nível do preço do petróleo, uma meta de inflação de apenas um dígito, a curto prazo. Por outro lado, o Fmi pretende maior transparência na gestão dos recursos petrolíferos, que poderia ser conseguida, nomeadamente, com a implementação das recomendações contidas no Estudo Diagnóstico do Sector Petrolífero.

Vozes há, no seio do Governo angolano, que questionam o que consideram ser uma política de «dois pesos e duas medidas» do Fmi, pois, por um lado, dizem serem palpáveis os progressos já alcançados por Angola, como o

reconhece o Fmi, e por outro, dizem que a comunidade internacional já mobilizou recursos avultados para países em que não havia grandes progressos, nem em matéria de gestão macro-económica, nem em matéria de boa governação. No entender destas vozes, «o Fmi exige muito de Angola, mas dá muito pouco em troca, o que se só pode ser compreensível à luz de considerações de geoestratégia de alguns dos seus principais accionistas».

Outra possível área de desacordo, pode relacionar-se com a ortodoxia do modelo de desenvolvimento defendido pelo Fmi, muito inspirado na «ortodoxia neo-liberal» e no chamado «Consenso de Washington», que parece estarem a ser postos em causa mesmo nas economias mais avançadas da Europa, onde alguns postulados rígidos, como é o caso do carácter sacrossanto do défice orçamental de até 3% do Pib, são claramente questionados. Tal modelo, dizem os críticos, não serve para Angola, onde ao Estado ainda estará reservado um papel importante, como promotor do desenvolvimento e regulador do processo económico, face aos altos níveis de destruição da economia angolana e às grandes distorções de que a economia angolana ainda enferma.

Por isso, e no dizer de um crítico, que preferiu falar sob anonimato, «faz sentido, por exemplo, reduzir a despesa pública de capital, que tem efeitos indutores virtuosos sobre o conjunto da economia, para acumular reservas externas ou para pagar dívida externa aos credores, quando os angolanos estão confrontados com elevadas taxas de pobreza e de miséria? Isto releva do mais puro cinismo!»

Fim do namoro e casamento à vista?

Observadores atentos sustentam que, apesar das divergências, de resto normais em matéria de política económica e de modelos de desenvolvimento, nunca Angola e o Fmi estiveram tão próximos de um casamento. O bom desempenho da economia angolana, os progressos já alcançados em matéria de boa governação (que, todavia, parecem ainda não satisfazer totalmente o Fmi) parece indicar que estão criadas as bases para a conclusão exitosa do longo processo negocial em que Angola e o Fmi têm estado envolvidos. Outros, um pouco mais cépticos, são mais prudentes no vaticínio: «o que o Fmi tem para oferecer é pouco, quando comparado com as grandes exigências que faz ao Governo. Acresce que o Governo vai entrar, brevemente, num processo eleitoral, que é avesso a cortes e restrições orçamentais. Não acredito, por isso, que o Governo queira comprometer os seus objectivos políticos, sendo o primeiro ganhar as próximas eleições». O futuro dirá quem tem razão.

Semanario 040516-23

Proposta inicial do MPLA

O Conselho Nacional Eleitoral é composto por: Um juiz do Tribunal Constitucional que o preside, eleito pelo plenário do respectivo Tribunal; Três cidadãos indicados pelo Presidente da República; Quatro cidadãos eleitos pela Assembleia Nacional, por maioria de dois terços dos deputados presentes, desde que superior à maioria absoluta dos deputados em efectividade de funções; Um membro do Conselho Nacional da Comunicação Social;

Proposta inicial da oposição

O Conselho Nacional Eleitoral Independente é composto por: Cinco cidadãos de reconhecido mérito e idoneidade moral e profissional eleitos pela Assembleia Nacional por maioria de dois terços dos deputados presentes; Um juiz do Tribunal Supremo eleito em plenária do referido tribunal; Um magistrado judicial indicado pela Assembleia Nacional; O Director-Geral das eleições, indicado pela Assembleia Nacional após consulta aos partidos políticos, é eleito por maioria de dois terços dos deputados em efectividade de funções; Cada partido político e coligação de partidos políticos, com assento parlamentar, indica um representante para o Conselho Nacional Eleitoral Independente.

Proposta final do Mpla

A Comissão Nacional Eleitoral é composta por 11 membros: Dois cidadãos indicados pelo Presidente da República; Seis cidadãos designados pela Assembleia Nacional, por maioria de dois terços dos deputados presentes, desde que superior à maioria absoluta dos deputados em efectividade de funções, por proposta dos partidos com assento parlamentar, sendo 3 pelo partido ou coligação maioritário, 2 pelo maior partido ou coligação de partidos da oposição e 1 pelos demais partidos; Um juiz do Tribunal Supremo eleito pelo plenário do respectivo tribunal, Um representante do Ministério da Administração do Território; Um membro do Conselho Nacional da Comunicação Social, eleito pelos seus pares.

Governador do banco central sobre reacção à apreciação do euro
Bna pluraliza aquisições para constituição de reservas internacionais

O Banco Nacional de Angola (Bna) tem estado a diversificar as moedas em que constitui as suas reservas internacionais depois de há três anos ter iniciado um processo de desvalorização do dólar norte-americano e de valorização do euro, segundo revelou o governador do banco central angolano, numa entrevista acabada de divulgar pela Espaço África, uma publicação portuguesa.

Amadeu Maurício declarou que depois do início desse processo, o Bna tem estado a procurar colocar em prática uma estratégia de reforço das suas

reservas cambiais, naquilo que disse parecer ser a melhor forma de assegurar um processo de desenvolvimento sem riscos de crise para a balança de pagamentos.

Contudo, a principal componente das reservas internacionais angolanas continua a ser o dólar, «como acontece, aliás, com a maioria dos bancos centrais em todo o mundo», sublinhou o governador do Bna, estimando que embora o euro esteja a ganhar expressão como reserva de valor e nas transacções, tal não significa que a sua valorização face à moeda americana tenha «muito mais espaço para seguir nessa direcção». Porque por um lado, disse para ilustrar o facto do dólar manter o seu potencial de futuro, «apesar dos problemas de défice na conta corrente e défice fiscal, a economia norte-americana ainda será, por muito tempo, a chamada locomotiva da economia mundial». Por outro lado, prosseguiu, «os países emergentes da Ásia, que detêm as maiores reservas cambiais do mundo, estão concentrados no dólar».

Amadeu Maurício afirmou que com base em princípios realistas, o Bna instruiu, entretanto, os seus especialistas a actuarem de forma «mais profissional e moderna» nos mercados de divisas, focalizando a minimização dos riscos e a maximização dos rendimentos, «o que leva à diversificação das moedas em que (o banco) constitui reservas e à adequação dos prazos e natureza das aplicações». Com essa revelação, Amadeu Maurício respondeu a uma pergunta que questionava a contradição subjacente o facto de ser Angola um país gerador de «petrodólares», quando é, também, um importador que faz aquisições maioritárias na zona do euro, na África do Sul e no Brasil, ao mesmo tempo que o cenário cambial mundial se alterou a favor à moeda europeia.

Amadeu Maurício fez, por outro lado, revelações sobre a forma como o Governo projecta evitar instabilidade orçamental, na relação que as receitas governamentais têm com o petróleo e a volatilidade dos seus preços, afirmando que o que se tem feito, é tentar trabalhar com números conservadores, ou situados abaixo daquilo que as previsões indicam. «Procuramos trabalhar com hipóteses conservadoras para o preço do petróleo. Não nos arriscamos a fazer planos baseados em preços muito elevados. Por isso, temos uma situação tranquila e temos conseguido reforçar as nossas reservas cambiais», disse, anunciando que o Governo decidiu criar um Fundo de Reserva do Tesouro, que figura como um mecanismo de contingência para acudir o Estado em eventuais períodos de escassez de divisas.

Um terceiro ponto abordado nessa entrevista focaliza o facto do Bna ter deixado de publicar, desde 2000, os seus relatórios e contas anuais, considerados pelo entrevistador como sendo «um instrumento que pulsa a economia e de vital importância para os operadores que deve ser aprovado

pelo parlamento». O governador do Bna reconheceu o facto, anunciando, entretanto, que tinha havido um grande esforço para recuperação da contabilidade que permitirá que os relatórios e contas relativos aos exercícios de 2001, 2002 e 2003 sejam «brevemente» submetidos à Assembleia Nacional.

Além disso, afirmou, o Bna tem reunidas as condições para concluir o relatório e contas relativo ao exercício de 2004 e submetê-lo à aprovação parlamentar nos prazos previstos pela lei.

Amadeu Maurício relacionou a ausência dos relatórios e contas do Bna por um período de tempo tão significativo, à complexidade desses documentos que, quando elaborados por um banco central, não se resumem à apresentação de sínteses contabilísticas como balanços e contas de resultados acompanhados de relatórios de auditoria. Para esses documentos, quando produzidos por um banco central, é necessária informação de natureza macro-económica, uma cronologia das principais ocorrências e medidas económico-financeiras, para além de avançar previsões para os períodos futuros.

«Preocupamo-nos com a qualidade da informação que é trazida a público, e com a natureza do parecer de auditores internacionais que só o fazem depois de plenamente esclarecidos sobre o cumprimento das práticas universais de registo e apuramento dos resultados», disse, explicando que é dedicado muito tempo a essas demonstrações. Parca em números, a entrevista de Amadeu Maurício foi publicada na última edição (relativa a Março e Abril) da revista portuguesa Espaço África

1. problems with data: imf saying there is no discrepancy in 2003 – there hasn't been any institutional reform to account for this. Appears to be government putting expenditures in new categories. Appears to be fund backtracking. How do you go to zero suddenly without the reforms.
2. Diagnostic does not appear to have been used (although nb the imf said "in advance of these results being available". Why not use diagnostic?
A) the angolans arent using the model, or b) they arent sharing with the fund.

Arvind,

Good to talk to you just now. There is a thing on the finance ministry web site about the IMF deal. <http://www.minfin.gv.ao/noticia/outra042.htm> The finance ministry said (no date, and this could have been published before the latest document):

Here is a translation of relevant bits. Not any particular point to note, but it reads a bit oddly. They seem to be saying that the IMF board has

recommended the start of discussions for an SMP, and some other stuff which kind of fits with what you were saying about the IMF taking a softer line. What do you make of it?

Here it is, with irrelevant bits excised.

The last imf assessment (sic) on the angolan economy was substantially different from previous article IVs, according to senior IMF official Lima Campos (who?). this can be inferred from the 18 declarations on march 4 in a debate in the IMF board re the presentation of the article IV report on Angola.

Resulting from this, an IMF technical mission is in Angola, from 28 march to 14 april, to restart discussions on a monitored programme.

Then, translating literally, “the present mission, headed by Jon Shields, according to the work programme, will pore over the traditional aspects of evaluation of the performance of the Angolan economy in the last two years. A difference which, in terms of results, is evident in the decision which has just been adopted by the IMF board to recommend to the staff the start of discussions of an SMP with the Angolan authorities.”

Then some irrelevant stuff... then

This time the tone of the assessment on angola, according to Lima Campos, was notoriously positive and substantially constructive, breaking with the past line of discussions concentrated on criticisms of the government for implementing policies described as mal-adjusted and inadequate with lack of transparency in management of oil receipts.

.....

During the debate there were also positive references to the improvements in macro management and stabilisation, reconstruction of infrastructure and implementation of reforms, principally re transparency.

During the debate.... The imf board made recommendations for improvements... it is interesting to note that some of the declarations in the debate openly questioned the consistency of previous criticisms made by the IMF staff re the government's new stabilisation strategy. At the centre of this strategy, of the last 2 years, with positive results, is the strengthening of the national currency, known as the “hard kwanza” policy.

Those intervening are more convinced of the correctness of the policy....

Then it describes areas the IMF has identified for improvement – macro stabilisation, inflation combat, better transparency, structural reforms, better

fiscal discipline, elimination of subsidies, restructuring BNA and expansion of instruments of internal debt management....

Re transparency, the board highlighted the KPMG diagnostic recommendations re the transfer of of Sonangol's regulatory and concessionaire functions to government agencies to be created, where the unity of oil resource management is to be included. The revision of the functioning and regulation of the diamond sector and the transfer of all the government property in cash to the BNA....

Now what is being awaited is the start of discussions between the IMF technicians and their government counterparts, with a view to defining the parameters of the future monitored programme.
end

REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

No date

A mais recente abordagem feita pelo FMI ao desempenho da economia angolana foi substancialmente distinta dos anteriores exercícios efectuados ao abrigo do artigo IV da instituição, segundo Lima Campos, alto funcionário daquela instituição financeira internacional.

Esta evolução pode ser aferida com base no conteúdo das diferentes declarações, num total de 18, produzidas no passado dia 4 de Março, no decorrer do debate havido no Conselho de Administração do FMI (board) por ocasião da apresentação do Relatório sobre o artigo IV referente a Angola.

Em decorrência desta abordagem, uma missão técnica do Fundo Monetário Internacional, encontra-se em Angola, de 28 de Março a 14 de Abril desse ano, para retomar as discussões sobre o Programa Monitorado.

A presente Missão, chefiada por John Shields, segundo o Programa de trabalho, vai debruçar-se sobre os aspectos tradicionais de avaliação do desempenho da economia de Angola nos últimos dois anos.

Uma diferença que, em termos de resultados, está bem patente na decisão que acaba de ser adoptada pelo Conselho de Administração do FMI ao recomendar ao "staff" o início da discussão de um Programa Monitorado (SMP) com as autoridades angolanas.

O relatório do artigo IV é elaborado por especialistas da instituição (staff) que regularmente visitam os diferentes países membros com o propósito de

fazerem recomendações tendentes a melhorar o funcionamento das respectivas economias, de acordo com os padrões do FMI.

Desta vez o tom da abordagem sobre Angola, segundo Lima Campos, foi notoriamente positivo e substancialmente construtivo rompendo-se assim com a linha passada de discussões concentradas na crítica ao Governo por implementação de políticas económicas tidas como desajustadas e inadequadas a par da falta de transparência na gestão das receitas petrolíferas.

De uma forma geral, ressalta como denominador comum das intervenções feitas pelos Directores do FMI, o elogio aos esforços das autoridades angolanas na consolidação do processo de paz e na implementação de um ambicioso programa humanitário de atendimento às populações deslocadas e aos refugiados.

Foram feitas durante o debate sobre a situação sócio-económica angolana, referências igualmente positivas as melhorias que se observam ao nível da gestão macroeconómica e na estabilização da economia, na reconstrução das infra-estruturas e na implementação de reformas, principalmente na área da transparência.

Na sequência deste debate, onde não faltaram as já recorrentes críticas aos considerados pontos fracos da gestão governamental que se mantiveram, embora com muito menor abrangência e acutilância, o Conselho de Administração do FMI elaborou um conjunto de recomendações destinadas a chamar a atenção do executivo angolano para os aspectos que devem ser melhorados.

É interessante destacar aqui o facto de algumas das declarações produzidas no decorrer do debate, terem questionado abertamente a consistência das anteriores críticas feitas pelo “staff” do FMI aos pilares da nova estratégia de estabilização macroeconómica do Governo.

No centro desta estratégia que tem vindo a ser seguida nos últimos dois anos, com os resultados bastante animadores que se conhecem, está a valorização da moeda nacional, conhecida nos corredores da instituição como a política do “hard kwanza”, ou seja, “Kwanza forte”.

Estes resultados foram apontados pelos intervenientes que se mostraram mais convencidos da justeza da política governamental, como sendo o melhor argumento a favor de Luanda, contra todos os que acham que terá sido paga uma factura demasiado pesada para sustentar o kwanza, a afectar o nível das reservas internacionais líquidas do banco central.

O Conselho de Administração do FMI identificou três áreas principais de intervenção dos esforços rectificadores que devem ser empreendidos pelo Governo em prol de uma melhor prestação da economia angolana.

Em primeiro lugar está a consolidação da estabilização macroeconómica e o combate à inflação.

A continuação das reformas na área da transparência e da boa governação e a implementação de reformas estruturais com vista à melhoria da competitividade e do desenvolvimento do sector privado, foram as outras duas áreas identificadas nas recomendações produzidas pelo “board” do FMI.

A melhoria da disciplina fiscal e reforço da gestão orçamental, a eliminação dos subsídios a preços, a recapitalização e reestruturação do BNA e a expansão dos instrumentos de gestão da dívida interna foram, entre outras, algumas das recomendações adoptadas pelo FMI no capítulo da consolidação da estabilização macroeconómica.

Na área da transparência, o “board” chamou a atenção do Governo para a validade das recomendações constantes do Diagnóstico sobre Sector Petrolífero elaborado pela KPMG, nomeadamente, no que toca a transferência das funções de regulação e de concessão da Sonangol para agências governamentais a serem criadas, onde se inclui a unidade de gestão dos recursos petrolíferos. A revisão do funcionamento e regulamentos do sector dos diamantes e a transferência de todos os haveres do Governo em divisas para o BNA, constam também das recomendações formuladas pelo FMI com o propósito de se melhorar as condições de transparência da governação.

A eliminação de constrangimentos ao livre funcionamento do mercado, a redução da burocracia, a promoção da concorrência e eliminação de comportamentos monopolísticos e a aceleração do processo de privatizações, foram as principais recomendações adoptadas pelo Fundo com os olhos postos na melhoria dos níveis de competitividade da economia angolana e na criação de um ambiente propício ao desenvolvimento do sector privado.

Com base no auspicioso desenvolvimento que acaba de ter lugar na capital federal norte-americana, onde está sedeadada a todo-poderosa instituição financeira internacional, aguarda-se agora pelo início das discussões entre os técnicos do FMI e os seus homólogos do Governo, tendo em vista a definição do que serão os parâmetros do futuro Programa Monitorado.

Carlos Fernandes afirma que o projecto aprovado pelo Conselho de Ministros está orçado em 53 milhões de dólares

Luanda, 15/04 - O Conselho de Ministro reunido desde às 09h00 de hoje, em Luanda, aprovou já a resolução que cria o projecto de investimento Mundo Startel, limitada, na sessão que está a ser orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

Em declarações aos jornalistas, o director da Agência de Investimento Privado (ANIP), Carlos Fernandes, disse que o projecto, orçado em 53 milhões de dólares, vai proporcionar 276 novos postos de trabalho.

Carlos Fernandes explicou que o projecto Mundo Startel tem a participação de duas empresas, uma nacional, a Mundo Startel limitada, e outra estrangeira, a Namibian Telecom.

O director da ANIP disse tratar-se de um projecto de impacto social que aumentará a oferta dos serviços de telecomunicações, nomeadamente a fixa residencial, para as empresas, telefones públicos e o acesso directo à internet.

O projecto Mundo Startel arranca ainda este ano e será extensivo a todo o país, iniciando a sua actividade nas províncias de Benguela e Luanda.

A reunião do Conselho de Ministros, que termina ainda hoje, aprovou já o projecto de decreto sobre a formação de mercados de bens marítimos correspondente a importação do Estado e a companhia de bandeira (TAAG).

ALROSA Defends Angola Deal

By Ketan Tanna

Posted: 4/14/2005 7:49 AM

(Rapaport...April 14, 2005) Russia's diamond major ALROSA said that Russian-Israeli businessman Arcadi Gaydamak, although involved in its negotiations with Angola, is representing Angola. It defended its dealings with Angola's government, saying all of ALROSA's actions were in compliance with local, Russia's, and international regulations.

Earlier media reports said Gaydamak was involved in arms sales in Angola during an international embargo and money laundering in Israel. Gaydamak had strongly refuted these allegations in an interview to an Israeli newspaper. He mentioned in the same interview that he was helping ALROSA in its Angola dealings.

In a release issued on April 12, ALROSA said that it had never concealed its intention to expand operations in Angola, where competition for diamond deposits was tough. ALROSA said that Gaydamak took part in bilateral negotiations between ALROSA and Angola as one of the official representatives from Angola's side.

ALROSA said that it did not have any confirmation of the alleged charges against Gaydamak. "In our relationships with partners, we are guided not by rumors or allegations, but proven facts," added ALROSA.

As for the media allegations against Gaydamak, ALROSA said that it regarded the allegations as their competitors' futile attempt to make ALROSA abandon plans to expand relationship with Angola, in particular, in diamond marketing and sales.

Angola sees \$2 bln China credit line in 2005 - finmin

Fri April 15, 2005 1:35 PM GMT+02:00

LUANDA (Reuters) - Angola will probably receive the whole of a \$2 billion credit line from China this year and will spend it on schools, hospitals and its war-damaged energy and water networks, Finance Minister Jose Pedro de Morais said.

Three infrastructure projects were already under way and 18 more were being considered by the Eximbank of China to receive the first \$1 billion of funding, with a delegation from the bank visiting Angola in May to discuss disbursing the remaining billion, he said.

"At that time we will establish when (we) are ready for the start of authorisation of this second phase. It will probably be this year," he told a news conference late on Thursday.

The oil-backed credit line would be the main source of investment for Angola's public investment programme, he said. Angola is Africa's second largest oil producer, and China is seen increasingly looking to the continent to meet its resources requirements.

The first credit tranche would be used to construct 46 schools, 20 hospitals and health centres, build homes and rehabilitate energy and water systems damaged during Angola's 27-year civil war, the minister said.

Angola sees \$2 bln China credit line in 2005 - finmin

Fri April 15, 2005 1:35 PM GMT+02:00

LUANDA (Reuters) - Angola will probably receive the whole of a \$2 billion credit line from China this year and will spend it on schools, hospitals and its war-damaged energy and water networks, Finance Minister Jose Pedro de Morais said.

Three infrastructure projects were already under way and 18 more were being considered by the Eximbank of China to receive the first \$1 billion of funding, with a delegation from the bank visiting Angola in May to discuss disbursing the remaining billion, he said.

"At that time we will establish when (we) are ready for the start of authorisation of this second phase. It will probably be this year," he told a news conference late on Thursday.

The oil-backed credit line would be the main source of investment for Angola's public investment programme, he said. Angola is Africa's second largest oil producer, and China is seen increasingly looking to the continent to meet its resources requirements.

The first credit tranche would be used to construct 46 schools, 20 hospitals and health centres, build homes and rehabilitate energy and water systems damaged during Angola's 27-year civil war, the minister said.

Parlamento reúne-se terça-feira para aprovar Pacote Legislativo Eleitoral

Luanda, 18/03 - O parlamento angolano reúne-se nesta terça-feira, em Luanda, em mais uma sessão plenária ordinária, para apreciar, entre outras matérias, os relatórios e votação final das propostas de leis que configuram o Pacote Legislativo Eleitoral, de suporte as próximas eleições gerais, previstas para 2006.

Tratam-se dos ante-projectos de Leis Eleitoral, da Nacionalidade, dos Partidos Políticos, de Financiamento dos Partidos Políticos, do Registo Eleitoral, de Observação Eleitoral e de Código de Conduta Eleitoral, cujas discussões na especialidade concluíram-se na semana passada.

A ordem de trabalhos da reunião inscreve outras matérias como a informação ao Governo sobre a actividade preparatória do processo eleitoral, eleição do candidato à Provedor de Justiça, interpelação ao Governo sobre o programa de desarmamento da população, bem como a movimentação de deputados.

A sessão, convocada pelo presidente da AN, Roberto de Almeida, prevê ainda a apreciação dos "diários das sessões" dos dias 27, 28 e 30 de Julho, 10 e 11 de Agosto de 2004, 15 de Outubro, 12 e 16 de Novembro, e 14 de Dezembro do ano transacto.

ANGOLA: Opposition protests composition of electoral body

14 Apr 2005 16:46:12 GMT

Source: IRIN

JOHANNESBURG, 14 April (IRIN) - Angola's main opposition party, UNITA, on Thursday said it would continue to push for greater representation on the country's proposed National Electoral Commission (CNE).

Opposition parties walked out of a parliamentary commission on Tuesday to protest the lack of consensus on the composition of the CNE, which is to oversee preparations for landmark general elections expected to take place in 2006.

"We are not saying that the representatives on the commission should have UNITA sympathies, but we want there to be fair representation of all sectors of society. As it stands, the MPLA [ruling party] will have full control of the commission - this is unacceptable, because it is important that everyone feels as if they are part of the electoral process," UNITA public administration secretary, Alcides Sakala, told IRIN.

He pointed out that the future CNE would have 11 members, nearly two-thirds of them appointed by President Eduardo Dos Santos.

"We would like to see equal representation for each of the parties in parliament - the MPLA can also have its representatives, but we must also include civil society and the church," Sakala said.

Observers have commented that transparency and a clearly defined role for an independent electoral commission are vital if Angola is to avoid the mistakes made during its last national poll more than a decade ago.

"Given that Angolan politics have been extremely polarised, it would be ideal if issues pertaining to the next election were approved by broad consensus. The risk is that if the electoral process is continually contested, it will only create further confusion among the population, especially when the political temperature heats up closer to the poll date," commented Martinho Chachiua of the Electoral Institute of Southern Africa.

Although the composition of the CNE would be largely at the discretion of the president, it was important that the selection process should be transparent.

"There should be some kind of mechanism which ensures that opposition parties have the right to object to an appointment to the commission - of course, with legitimate reason.

Without a number of checks and balances in place, the government will be faced with continuous criticism over its role in the election," he said.

UNITA holds just 70 seats in the 223-seat assembly. The last general election was held in 1992 but was rejected by UNITA, which returned to war against the ruling MPLA. The 27-year conflict finally ended in April 2002.

Preparations for UN September summit move forward

Empresários vão beneficiar do crédito chinês - destaque

Luanda, 16/04 - O noticiário económico nacional destacou, na semana que hoje finda, as declarações do ministro adjunto do Primeiro-ministro, Aguiñaldo Jaime, segundo as quais, trinta por cento dos dois bilhões de dólares provenientes da linha de crédito da República da China vai servir para o financiamento de projectos de empresários nacionais, em mecanismos a aprovar.

Aguiñaldo Jaime enfatizou que o governo no quadro da sua política de revitalização económica não vai limitar-se em absorver a mão-de-obra, tecnologia e produtos chineses, mas vai aproveitar a cooperação com este país asiático para potenciar o empresariado nacional.

"Neste processo de revitalização da economia, infra-estruturas económicas e sociais, estamos a introduzir mecanismos de protecção dos nossos empresários.

Temos plena consciência da sua fragilidade, em termos de capital, de força tecnológica e de capacidade de gestão", frisou.

Por outro lado, o administrador das Linhas Aéreas de Angola (TAAG) para a Área Técnica, João Andrade, considerou na semana finda, em Luanda, preocupante a gestão financeira da empresa por causa do excesso de trabalhadores.

O responsável disse que a empresa tem um número exagerado de trabalhadores para a sua dimensão, sendo a única companhia aérea no mundo cuja distribuição não é proporcional entre trabalhador/equipamento.

A TAAG tem cerca de oitocentos trabalhadores para uma aeronave, sendo recomendável 90 a 120 trabalhadores para um aparelho. As Linhas Aéreas de Angola possui uma frota composta por dois Boeings 747-300 (sendo um alugado) e cinco 737-200.

Salientou que estes dados não significam que se vá proceder ao despedimento massivo de trabalhadores, embora tenha reconhecido ser uma situação preocupante para a gestão da TAAG.

Também na semana que hoje finda, o presidente de Moçambique, Armando Emílio Guebuza, convidou, em Luanda, os empresários angolanos a investir nos mais variados sectores da vida económica do seu país, nomeadamente, indústria, agricultura, minas, turismo e pescas por forma ajudar o combate ao desemprego.

O apelo foi lançado durante um encontro que o chefe de Estado moçambicano manteve com a classe empresarial angolana num dos hotéis de Luanda.

"Eu acredito que os empresários angolanos conhecendo a nossa realidade que é aproximada, e com os recursos disponíveis poderiam dar o seu contributo criando mais emprego para os moçambicanos", sublinhou.

Dentre outros sectores abertos para o investimento, Armando Guebuza salientou os das infra-estruturas, telecomunicações, energias e estradas considerando serem prementes ainda que seja em parceria público-privado.

O noticiário económico nacional destacou igualmente, nos últimos sete dias, que o sector hoteleiro e turístico em Angola vive uma insuficiência de três mil quartos, fruto da escassez de hotéis, uma vez que muitos deles foram destruídos durante o conflito armado ocorrido no país de 1975 a 2002.

A informação foi avançada pelo ministro da Hotelaria e Turismo, Eduardo Jonatão Tchinguji, durante uma reunião de concertação com o governador de Luanda, Job Capapinha, cujo foco foi a junção de ideias para garantir espaços visando a construção de hotéis na capital.

Segundo o ministro, dada a crise e a constante procura de hospedagem pelos turistas, urge a

necessidade de se encontrar mecanismos para ultrapassar tal crise, sobretudo nesta época de paz em que o país precisa crescer e apresentar uma imagem condigna.

Em Mbanza-Congo teve lugar recentemente, o encontro provincial de quadros que recomendou ao governo central a iniciar estudos de viabilidade sobre a necessidade de implementação, nas regiões produtoras de fruta e madeira, de projectos agro-industrial e de mecanização agrícola.

A província do Zaire é potencialmente agrícola e possui condições favoráveis para incrementar qualquer tipo de cultura. O evento recomendou também o reforço e controlo da fiscalização e da caça furtiva.

Jornal de Angola

15 de Abril

Primeiro bilião concretizado em Maio

Cândido Bessa

Com a assinatura, em Maio próximo, do acordo individual de crédito dos 18 contratos submetidos ao Eximbank termina a adjudicação do primeiro bilião, dos 2 biliões de dólares que compõem a linha de crédito com a República da China, assinado em Março de 2004.

Depois da assinatura dos contratos, os desembolsos começaram a ser feitos e as empresas têm entre 30 e 60 dias para se instalar no país. A implementação dos projectos será realizada entre 14 e 24 meses.

Até ao momento, estão já em curso três projectos, num valor global de 80 milhões e 717 mil e 874 dólares. Destes, destacam-se o projecto de reforço e melhoramento da rede de energia de Luanda, avaliado em 44,5 milhões de dólares, e o de aquisição de tractores, alfaias agrícolas e equipamentos para reabilitação de estradas terciárias, num valor de 22,3 milhões de dólares.

Estes dados foram divulgados ontem, em conferência de imprensa, pelo ministro das Finanças, José Pedro de Moraes, quando pontualizava a situação da linha de crédito com o Eximbank da China.

De acordo com o ministro, o empréstimo enquadra-se no acordo de cooperação económica e comercial entre os dois países e corresponde às necessidades actuais de Angola.

Na aplicação dos 2 biliões de dólares, o Governo priorizou investimentos em sectores que obedecem a uma determinada lógica de reconstrução do país. Por isso, outro projecto, já em curso, tem a ver com a restituição da frota de camionagem destruída pela guerra. No total, o Governo vai adquirir 1500 camiões, que serão entregues às pessoas que os perderam durante a guerra. Destas viaturas, 170 já estão no país.

Prioridade foi também dada à reabilitação completa de uma estrada que liga a capital do país à cidade do Negage, Norte de Angola, passando pelas cidades de Caxito e do Uíje, numa extensão total de 371 quilómetros.

Em fase de aprovação, estão os projectos de reabilitação e modernização de perímetros irrigados em quatro províncias do país (Huíla, Moxico, Kwanza Sul e Bengo), a construção e apetrechamento de 31 institutos médios e 15 escolas secundárias. Em negociação, estão já os projectos de reabilitação de quatro hospitais provinciais, seis municipais e 10 centros de saúde espalhados pelo país.

UN Integrated Regional Information Networks

April 14, 2005 Thursday

Angola: WFP Set to Cut Rations As Money Runs Out

The World Food Program (WFP) could be forced to cut its already reduced emergency food rations to hundreds of thousands of vulnerable Angolans unless it receives much-needed support from donors.

"If we get no further contributions in the next couple of weeks, then, come the early part of the third quarter, we will have to cut rations even more," WFP Country Director Rick Corsino told IRIN.

A lack of funding has already compelled the UN food agency to halve the cereal quota it currently provides to around 750,000 Angolans, mainly refugees and the internally displaced who have returned home after the end of the country's 27-year civil conflict.

Additional donations have recently come from the United States, Norway and Switzerland, as well as a US \$4 million contribution by the Angolan government, but WFP has only received around 50 percent of what it asked for and still needs \$30 million to keep its operation running until the end of 2005. "These latest contributions will allow us to keep up our distributions until the

early part of the third quarter - after that we will begin to run out of various commodities," Corsino said.

WFP currently assists almost one million people - around three-quarters of them returnees who came home with the few assets they could carry in their arms and on their heads - in desperate need of food aid.

Since the cut in the cereal allowance, Corsino said, the rations did not yield even the basic nutritional requirements, but were a mere supplement to help sustain the returnees as they tried to survive from subsistence farming, which often did not provide enough.

"If they have to forage for food they are not using the time, at this critical juncture, to put together accommodation or shelter, or start planting seeds for their future," he pointed out. While searching they often also ventured into dangerous areas still littered with landmines.

The WFP plan is to provide food aid until the first harvest - a cutback from the initial plan to support the returnees through two agricultural cycles - which meant that more than half the returnees might no longer need food assistance once they began to reap the rewards of their farming efforts. "We aim to supply food aid during a complete agricultural cycle, so some beneficiaries will drop out. With the harvest coming in by mid-year we will legitimately be able to reduce the benefits we supply," Corsino explained.

However, around 75,000 returnees from the Democratic Republic of Congo (DRC), Zambia and Namibia were expected to make their way back to Angola this year and would need WFP assistance.

Corsino said donors were shying away from ploughing more funds into oil-rich Angola, and there was a feeling that the country had enough cash in its coffers to feed its own population. "Angola is an oil country, and the oil price is going through the ceiling - the donors are less enthusiastic about supporting a country, which, they believe, could do more to help the rural population," he noted.

"I would counteract that by saying that Angola's needs are enormous - everything needs to be rebuilt," he added. "The government could maybe do a bit more, but the challenges in front of them are overwhelming, and certainly beyond them at this point in time."

Corsino urged the donor community not to abandon Angola as it entered the final stretch of its post-war resettlement process. "It would be like giving the ball away right in front of the goal."

In 2006 WFP hopes to switch its efforts to recovery by focusing on programmes, such as school feeding, which fell to one side as funds were used to make up the shortfall in its emergency resettlement projects.

Angola Press Agency

April 14, 2005

Journalists Leave for Uige Province

A group of 25 national and foreign journalists left Luanda today for the northern Uige Province, to check the state of evolution of the haemorrhagic fever epidemic caused by the Marburg virus.

The visit, which is scheduled to last three days, is part of the transparency programme of the Government and the efforts being done to control the disease.

Besides the informative element, the journalists will participate in activities of mobilisation and sensitization of the population on the primary cares of prevention against the epidemic.

The group also includes the coordinator of the national technical commission for social mobilisation, and an official from the World Health Organisation.

According to the press officer of the Health Ministry, Carlos Alberto, the referred delegation will take materials for bio-security and some medicines.

While in Uige, the journalists will visit the Central Hospital where the Marburg infected patients are being cared, as well as go to Songo municipality, a locality with the highest number of cases.

The Uige Province is the most affected by the haemorrhagic fever, having already recorded 197 deaths out the 208 cases.

Since October 2004 to 12 April 2005 have died 210 people, in the country, from the Marburg virus, out of the 231 cases so far recorded.

The other provinces, besides Uige, in which Marburg cases were recorded are Luanda, Kwanza Norte, Kwanza Sul, Malange and Cabinda.
UN Integrated Regional Information Networks

April 14, 2005 Thursday

Opposition Protests Composition of Electoral Body

Angola's main opposition party, UNITA, on Thursday said it would continue to push for greater representation on the country's proposed National Electoral Commission (CNE).

Opposition parties walked out of a parliamentary commission on Tuesday to protest the lack of consensus on the composition of the CNE, which is to oversee preparations for landmark general elections expected to take place in 2006.

"We are not saying that the representatives on the commission should have UNITA sympathies, but we want there to be fair representation of all sectors of society. As it stands, the MPLA [ruling party] will have full control of the commission - this is unacceptable, because it is important that everyone feels as if they are part of the electoral process," UNITA public administration secretary, Alcides Sakala, told IRIN.

He pointed out that the future CNE would have 11 members, nearly two-thirds of them appointed by President Eduardo Dos Santos. "We would like to see equal representation for each of the parties in parliament - the MPLA can also have its representatives, but we must also include civil society and the church," Sakala said.

Observers have commented that transparency and a clearly defined role for an independent electoral commission are vital if Angola is to avoid the mistakes made during its last national poll more than a decade ago.

"Given that Angolan politics have been extremely polarised, it would be ideal if issues pertaining to the next election were approved by broad consensus. The risk is that if the electoral process is continually contested, it will only create further confusion among the population, especially when the political temperature heats up closer to the poll date," commented Martinho Chachia of the Electoral Institute of Southern Africa.

Although the composition of the CNE would be largely at the discretion of the president, it was important that the selection process should be transparent.

"There should be some kind of mechanism which ensures that opposition parties have the right to object to an appointment to the commission - of course, with legitimate reason. Without a number of checks and balances in place, the government will be faced with continuous criticism over its role in the election," he said.

UNITA holds just 70 seats in the 223-seat assembly. The last general election was held in 1992 but was rejected by UNITA, which returned to war against the ruling MPLA. The 27-year conflict finally ended in April 2002.

COURTESY OF ANIP's NEWSLETTER

IN THE OIL SECTOR

New Oil Discovery in Block 31

British Petroleum and the Angolan state oil company Sonangol announced the sixth oil discovery in the ultra-deepwater Block 31 off the Angolan coast. Located 32 kilometers southeast of the first four of five discoveries on the Block, the Ceres-1 oil well was drilled in 1,633 meters of water to a total depth of 4,334 meters and tested at a flow rate of 5,844 barrels of oil per day. The other discoveries in the Block are Plutao, Saturno, Marte, Venus and Palas-1. BP is the operator of the Block with a 26.7 percent interest. Other partners are Exxon (25 percent interest), Sonangol (20 percent interest), Statoil (13.3 percent interest), Marathon (10 percent interest) and Total (5 percent interest).

Exxon to Start Oil Production from Kizomba B (Block 15) in July

ExxonMobil announced it will start oil production from the Kizomba B development in off-shore Block 15 in July, six months ahead of schedule. The "Kissanja" heavy sweet crude is expected to flow at a rate of up to 250,000 b/d, the same as the neighboring Hungo development field in Kizomba A. Hungo began production in August 2004. Kizomba A and Kizomba B are two of three world-class production developments in Block 15 that, combined, will produce over 2.5 billion barrels of oil, with a total investment cost of about \$10 billion.

IN THE DIAMOND MINING SECTOR

Diamond Mining Begins at the Rio Lapi Mine in Lunda Sul

New Millennium Resources Ltd (NML) announced this week that it had begun diamond mining production at its Rio Lapi mine in Lunda Sul province. Prospecting data indicates the region could generate 62 carats of diamonds per 100 tons of soil. Officials from NML said that it will soon send a prospecting team into the diamond-rich Bilo area of Rio Lapi with a view to setting up a second plant, with the possibility of doubling its diamond production.

Angolan Cabinet Approves Endiama – China International Fund Partnership

This week the Angolan Council of Ministers approved a partnership agreement between Endiama, the State Diamond Mining Company, and the China International Fund Limited, whose headquarters are in Hong Kong. The joint venture will prospect for and mine diamonds.

New Diamond Cutting Venture Planned

Israeli diamond producer Lev Leviev is planning to build a diamond cutting factory in Angola. Leviev is already operating a diamond cutting and polishing factory in neighboring Windhoek, Namibia and is training 40 Angolans in this facility to serve as a start-up staff for the new Angolan venture. In related news, Leviev and Alrosa, the Russian diamond mining company, announced that they would be increasing their joint investment in Angola's Catoca diamond mine. Alrosa's CEO Alexander Nichiporuk announced this week that Alrosa would be expanding its business in Africa in general and in Angola in particular, through new and follow-on investments in the Catoca mine. A recently initiated investment will expand current rough diamond production from the current \$170 million a year to \$300-350 million a year. The Catoca mine, which has reserves estimated at 60 million carats, is owned by Alrosa (32.8%), Endiama (32.8%), Leviev (18%), and Brazilian Odebrecht Mining (16.4%).

Technical Assistance Firm Seeks to Expand Operations

Jembas Ltd, a private technical assistance firm, plans to expand its operations from the coastal provinces to other areas of Angola. Jembas' director general Etienne Albert Brechet, said that the company is considering investing in Huambo, Malanje, Kwanza-Sul, Lunda-Norte and Lunda-Sul provinces, in the sectors of civil construction, hotels, tourism and telecommunications. Founded in 1989, Jembas is an Angolan firm with headquarters in Luanda and offices in Lobito (Benguela), Lubango (Huila), Soyo (Zaire), Cabinda and Namibe. The company works in the telecommunications, civil construction, metal works and transportation sectors. It employs 1,200 workers, most of whom are Angolan nationals.

POSTED April 12, 2005

ANGOLA: OPPOSITION CONCERNED OVER STATE MEDIA'S ROLE IN AIRING ELECTION RESULTS

Angolan MPs are considering passing a law that would forbid journalists to report on provisional results of elections. Angolan National Assembly is currently reviewing the country's Electoral Law. It includes the role media should play during elections and post-elections. MPs from the opposition parties said media should not be allowed to report on the results until the

Electoral Commission declares the definitive results and points out whether they were free and fair. They said there might be a risk that state-controlled media could bring to the public fake results in favor of the ruling MPLA and its candidate. MPLA MPs however argue that there should be no problem if journalists are allowed to report on the results before the Electoral Commission announces the winners. The MPLA government controls all the public media, namely the National Radio, Public TV and the daily Jornal de Angola. "The media can and should report on provisional results as the public needs to know what is happening", secretary-general for the Syndicate of Angolan journalists Luisa Rogerio told a radio debate over the issue. "It is a matter of freedom of expression", another listener said. If agreed, the law will be approved before the end of April.

Background

Angolan elections are due to 2006. It is unclear however whether parliamentary and presidential elections will take place simultaneously, although many political analysts believe they might take place separately. Angola's first, and so far only elections were held in 1992, before the civil war between the government and rebels resumed. At that time, media would be allowed to report on provisional results of the polls.

Usacc [POSTED April 13, 2005

Government Accused of Backing Militia Attacks in Eastern Angola

In a letter sent to the provincial governor of Moxico Province and reported by Agencia Lusa, the largest opposition party - the National Union for the Total Independence of Angola (UNITA) - has accused members of the ruling Popular Movement for the Liberation of Angola (MPLA) of ransacking the party's headquarters and assaulting its members in Lumbala Nguimbo, one of the principal towns in the eastern province. According to local UNITA representative Joao Muzaza, the incident took place on 5 April 2005 'under the silent observation' of the municipal administrator and involved a number of 'MPLA militants'. Muzaza, who also serves on UNITA's Central Committee, claimed that homes of UNITA supporters were also targeted and that many of the party's members were forced to flee the town along the eastbound road towards the Zambian border. Significance: UNITA has suggested that the attacks against its members and property were motivated by the discovery of explosives under the runway at the Lumbala Nguimbo airfield, for which UNITA - a former rebel group that conducted a 27-year insurgency against the MPLA - was held responsible. UNITA denies any such responsibility. Moreover, attacks of this kind have become increasingly common since the end of the conflict and whilst often triggered by issues relating to wartime experiences, they are more usually motivated by a desire on the part of local

political authorities to prevent the establishment of the opposition party in areas that have seen the return from neighboring countries of large numbers of refugees (see Angola: 23 July 2004: Ruling Party in Angola Denies Involvement in 'Political' Violence). UNITA has never enjoyed a significant presence in sparsely-populated Moxico, although local MPLA bosses may well fear that the return of UNITA-supporting Ovimbundu refugees will change the local balance of power.

Angop Projectos da linha de crédito da China consumiram já um bilião de dólares

Luanda, 15/04 - A primeira fase dos projectos da linha de crédito concedido a Angola pelo Eximbank da República Popular da China gastaram já um bilião de dólares, metade do total disponibilizado, na aquisição de camiões, equipamentos de construção e na expansão da rede de energia eléctrica da periferia da província de Luanda.

Essa informação foi prestada hoje pelo ministro das Finanças, José Pedro de Moraes, durante uma conferência de imprensa, que visou pontualizar e esclarecer como está sendo aplicado o crédito do Eximbank.

De acordo com o governante, a primeira fase dos projectos, que termina em Maio com aprovação de mais 18 outros, pelo Eximbank, adjudicou até ao momento 21 contratos comerciais, orçamentados em um bilião de dólares.

José Pedro de Moraes acrescentou que estão no país 170 camiões, dos mil e 500 previstos, para beneficiar todos os cidadãos que perderam tais bens durante a guerra.

De igual modo, esclareceu que outros projectos concretizados foram o restauro completo da estrada que liga Luanda à cidade do Negage (Uíge), passando pelas cidades de Caxito, província do Bengo, numa extensão de 371 quilómetros, incluindo todas as obras de arte nesse percurso.

Sobre os sectores sociais, o ministro das Finanças disse que foram priorizados projectos nos domínios da educação e saúde, com a construção e apetrechamento de 31 institutos médios e 15 escolas secundárias do I e II níveis, em várias províncias do país. No sector da saúde, notou, estão a ser reabilitados quatros hospitais provinciais, seis municipais e dez centros de saúde dispersos pelo território nacional.

Sobre a questão do défice alimentar que se regista em Angola, José Pedro de Moraes esclareu que será coberto através da reabilitação e modernização de perímetros irrigados.

O ministro das Finanças afirmou que grande parte do crédito foi concentrado para o investimento na reabilitação das infra-estruturas de energias e águas e na criação de condições para o aumento da oferta de habitações. Salientou que os valores não incluem qualquer componente financeira a par dos investimentos nesses domínios.

A linha de crédito, cujo acordo de financiamento foi assinado a 2 de Março de 2004, cifra-se em dois biliões de dólares, que serão pagos em 12 anos.
ANGOP

14 de Abril

Brigada Militar da África Central será composta por 3.000 efectivos'

Um total de três mil efectivos militares integrarão a Brigada da Comunidade dos Estados da África Central (CEEAC), com vista a manutenção de paz e segurança em missões ao serviço da União Africana e Nações Unidas, revelou quarta-feira, em Luanda, o secretário-geral-adjunto da CEEAC, Nelson Cosme.

Falando na sessão de abertura da 4ª Reunião de Chefes do Estado-Maior-General da comunidade, iniciada esta manhã na capital, Nelson Cosme referiu que esta força deverá ser mobilizada no quadro do cenário IV para a manutenção e consolidação da paz.

Antecedida por um encontro de peritos militares deste órgão africano, esta reunião das altas chefias do Estado-Maior-General da CEEAC, que termina quinta-feira, vai analisar os documentos relacionados ao estabelecimento do Estado-Maior-Regional, da Brigada Regional em Estado de Alerta, assim como o da realização do exercício multinacional "Barh El-Gazel 2005", a ter lugar em Novembro próximo na República do Tchad.

Aos trabalhos do encontro, esta tarde, estarão presentes os chefes do Estado-Maior-General de Angola, Burundi, Tchad, República Centro Africana, Congo Brazzaville, RD Congo, Rwanda, Gabão, São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial e Camarões, 11 países que integram a Comunidade Económica dos Estados da África Central.

Nelson Cosme, diplomata angolano, regozijou-se particularmente com a presença de todos os Estados membros, salientando ser tal facto "a expressão de um símbolo particular, do empenho da República de Angola na aceleração do processo de integração regional na África Central".

A Brigada da CEEAC será integrada na Força Africana em Estado de Alerta (FAEA), composta por quatro brigadas regionais africanas já constituídas que são - na África do Norte, a Brigada da União do Maghreb Árabe (UMA), na

África Ocidental, a Brigada da Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), na África Oriental, a Brigada Conjunta da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), e do Mercado Comum da África Oriental (COMESA) e na África Austral, a Brigada da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

O documento-quadro e a nova directiva da União Africana prevêem que cada comporte 3000 mil homens, prefazendo um efectivo total de 15.000 tropas para a Força Africana em Estado de Alerta.

Assistiram a sessão de abertura, membros do Governo, oficiais gerais e superiores das Forças Armadas Angolanas (FAA), adidos de defesa militar acreditados em Angola e convidados.

ANGOP

April 13, 2005

ANGOLA'S DOS SANTOS INVITED TO VISIT IRAN

Angolan President Jose Eduardo dos Santos has been invited by his Iranian counterpart, Mohammad Khatami, to officially visit Iran. The date for the visit will be agreed on via diplomatic channels, and during the visit, several bilateral agreements could be signed.

The invitation was extended on Monday, 11 April, when Angolan Ambassador to Iran Herminio Escorcio presented his letters of credence, accrediting him as the ambassador extraordinary and plenipotentiary of Angola to Iran.

Others who attended the ceremony, which took place in Teheran, were Manuel Domingos Nogueira, the Angolan embassy's adviser, and other high-ranking officials from the Iranian Foreign Ministry.

During the ceremony, Escorcio discussed the current peaceful environment in Angola, as well as the initiatives carried out by the government to strengthen unity, reconciliation and national reconstruction. This is according to a note from the Angolan embassy in Egypt, which was sent to Angop.

The ambassador added that now that the war was over, the Angolan government was focusing on the implementation of a socioeconomic development programme.

In this regard, Ambassador Escorcio discussed the business opportunities that Angola has to offer, specifying that the international framework is favourable for promoting partners that will contribute to the country's reconstruction.

Besides bilateral issues, the two officials also reviewed the issues that are currently worrying the international community, particularly those related to the Middle East and the Persian Gulf.

Meanwhile, Khatami congratulated the Angolans for having achieved peace, emphasizing that "Africa occupies an important place in Iran's foreign policy". He also informed that his government will establish development programmes, given Angola's potential.

Escorcio is the resident Angolan ambassador in Egypt, and also represents Angola in Libya, Qatar, Syria, Yemen, United Arab Emirates and Kuwait.

Oposição acusa

Ontem, na sequência da sua não participação no acto de voto, os deputados representantes dos partidos da Oposição fizeram circular uma declaração em que acusaram o MPLA, partido maioritário, de procurar o "controlo absoluto sobre a organização do pleito no qual ele é parte directamente interessada". Na sua nota, o bloco de partidos políticos da Oposição – que diz agir em representação dos "superiores interesses do povo soberano de Angola" – antecipa um cenário de fraude para as próximas eleições aludindo aos exemplos do Zimbabwe e Ucrânia, por discordar dos contornos propostos para a composição da futura Comissão Nacional Eleitoral.

Khatami convida PR a visitar o Irão

O Presidente José Eduardo dos Santos foi convidado pelo seu homólogo do Irão, Sayed Mohammad Khatami, a visitar oficialmente este país, em data a acordar por via diplomática.

O convite foi transmitido segunda-feira última ao embaixador de Angola naquele país islâmico, Hermínio Escórcio, durante a apresentação das cartas credenciais que o acreditam como representante extraordinário e plenipotenciário no Irão.

Presenciaram a cerimónia, que decorreu na cidade de Teerão, o conse-lheiro da Embaixada de Angola no Irão, Manuel Domingos Nogueira, e altos funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros daquele país da região do Golfo Pérsico.

Hermínio Escórcio falou, na ocasião, do actual clima de paz em Angola, bem como das iniciativas levadas a cabo pelo Governo angolano no âmbito do reforço da unidade, da reconciliação e reconstrução nacional.

Escórcio indicou que, uma vez vencidos os desafios da guerra, o executivo angolano está agora empenhado na implementação de um programa de desenvolvimento sócio-económico a nível nacional, tendo-se referido às oportunidades de negócios que Angola oferece.

Para além dos assuntos bilaterais, os dois interlocutores passaram também em revista as questões que actualmente preocupam a comunidade internacional, particularmente as relacionadas com a situação do Médio Oriente e Golfo Pérsico.

Entretanto, o Presidente do Irão felicitou os angolanos pela paz alcançada no país, salientando que “África ocupa um lugar importante na política externa do Irão”.

De igual modo, informou que o seu governo vai estabelecer programas de desenvolvimento, dadas as potencialidades que Angola possui.

Hermínio Escórcio é embaixador residente de Angola na República Árabe do Egipto e representa também o país no Líbano, Qatar, Síria, Iémen, Emirados Árabes Unidos e Kuwait.

Governo e UNITA querem penalização da intolerância

Bernardino Manje

O Governo e a UNITA admitiram, ontem, em Luanda, haver “alguns casos isolados de intolerância política” no país, e recomendaram que sejam responsabilizados civil ou criminalmente todos os indivíduos que venham a estar implicados em actos do género.

A recomendação saiu da 11.^a reunião do Mecanismo Bilateral de Concertação Política Governo/UNITA, cujas delegações foram encabeçadas respectivamente pelo ministro do Interior, Osvaldo Serra Van-Dúnem, e por Ernesto Mulato, vice-presidente do maior partido da oposição.

O secretário para a Informação do MPLA, Norberto do Santos “Kwata Kanawa”, disse à imprensa que, quanto às questões de instabilidade, cada uma das partes exprimiu as preocupações que tem, tendo o Governo reiterado as suas posições.

“Temos dito que não há em Angola, por parte do MPLA ou do Governo, uma política de intolerância política. Há acções isoladas, e procuramos responsabilizar todos aqueles que as cometem; e eles devem ser entregues aos órgãos de Justiça”, frisou.

O Governo e a UNITA, segundo ainda Kwata Kanawa, abordaram também questões que se prendem com o momento político actual, nomeadamente sobre os incidentes que têm ocorrido em algumas províncias, como o caso ocorrido em Menongue (Kuando Kubango) e um outro, muito recente, registado em Lumbala Nguimbo, no Moxico.

Kwata Kanawa informou que o Governo, pelos canais normais, iria inteirar-se pormenorizadamente do que se passou naquelas localidades.

A reunião, a primeira deste ano, procurou fazer um balanço do grau de cumprimento daquilo que são as tarefas deste mecanismo bilateral sobre os

pendentes do Protocolo de Lusaka, tendo Kwata Kanawa reconhecido que nem tudo vai bem.

“Verificamos que há algumas questões que não foram cumpridas.

Recomendámos que reuniões do género deviam ser feitas com regularidade para permitir que possamos fazer balanços e acompanhar aquilo que nós próprios decidimos, ou seja o que faz parte do remanescente do protocolo de Lusaka”, disse.

Na reunião do mecanismo de concertação Governo/UNITA, que durou cerca de quatro horas, foram ainda dadas informações sobre o pacote legislativo eleitoral, em discussão na Assembleia Nacional.

Por sua vez, o secretário para a Informação da UNITA, Adalberto da Costa Júnior, adiantou que as recomendações saídas da reunião visavam acelerar o nível das tarefas ainda não concluídas e que dizem respeito à questão da reconciliação e da própria estabilidade nacional.

Ele espera que as referidas recomendações tragam uma diminuição dos aspectos mais preocupantes, nomeadamente as que se prendem com as questões de intolerância política que vão ocorrendo no país.

Adalberto da Costa Júnior considerou que enquanto a responsabilização pelos actos de intolerância política não se tornar uma prática dificilmente se vai poder diminuir as ocorrências que, segundo ele, vão prosseguindo.

O porta-voz da UNITA concluiu, por isso, haver ainda muita coisa por se fazer no futuro. “O Governo, o MPLA, a UNITA ou quaisquer outras instituições de âmbito político-partidário têm uma responsabilidade acrescida de preparação do país para o período pré-eleitoral, onde, para ele, deve haver um clima de maior estabilidade, confiança e empenho maior de todos, para se chegar ao sonho de uma Angola mais estável, mais plural e democrática”.

050413Discussão da legislação eleitoral consome 5 semanas

Os projectos que em breve serão leis e constituirão o suporte jurídico para a realização, em normalidade constitucional, das próximas eleições em Angola, esgotaram cinco intensas semanas de debates. O pacote é constituído pelos seguintes documentos: Projecto de Lei de Alteração à Lei da Nacionalidade; Projecto de Lei de Financiamento aos Partidos Políticos; Projecto de Lei dos Partidos Políticos; Projecto de Lei do Registo Eleitoral; Projecto de Lei de Observação Eleitoral; Projecto de Lei de Conduta Eleitoral e Projecto de Lei Eleitoral.

Ao longo do período de deliberações, a responsabilidade da condução do processo coube à deputada Joana Lina, que esmiuçou à reportagem do Jornal de Angola os detalhes. Assim, em relação por exemplo à futura Lei de Alteração à Lei da Nacionalidade, soube-se que 66 deputados participaram dos debates com o registo de 20 intervenções.

Do que disseram resultou o entendimento de que deveria ser elaborado um novo projecto de lei que integrasse num único texto as propostas da Lei em vigor e as contribuições apresentadas. Este projecto foi aprovado no dia 7 de Abril, por 36 votos a favor, 0 contra e 0 abstenções.

Joana Lina explicou, relativamente a outro projecto (Lei de financiamento aos partidos políticos) que o essencial a reter das deliberações é que “não deve ser concedido pelo Estado qualquer benefício permanente de ordem financeira aos partidos sem assento parlamentar” .

Foi recomendado, entretanto, que no quadro da preparação das próximas eleições legislativas seja feito, em articulação com o Governo, um estudo sobre os critérios, as modalidades e as possibilidades de atribuição de um subsídio pontual, independente do apoio financeiro previsto na Lei Eleitoral. Estas decisões foram aprovadas por 39 votos a favor, 0 contra e 0 abstenções.

O projecto de Lei de Observação Eleitoral, que consta igualmente do pacote, foi analisado por 104 Deputados tendo sido aprovado por 36 votos a favor, 0 contra e 0 abstenções, não tendo havido alterações substanciais ao texto inicial, de acordo com as informações prestadas pela deputada Joana Lina ao Jornal de Angola.

Já no caso do projecto de Código de Conduta Eleitoral , foram 104 os deputados participantes, que fizeram um total de 42 intervenções. O projecto de diploma foi aprovado por 38 votos a favor, 0 contra e 1 abstenção.

Da discussão resultou a elaboração de um novo texto, tendo sido retiradas as alíneas relativas ao dever das entidades religiosas, autoridades tradicionais e agentes da sociedade civil se absterem de fazer política ou campanha eleitoral a favor de qualquer candidatura e substituídas por outras que determinam que essas mesmas entidades devem abster-se de utilizar linguagem que conduza à intolerância, à discriminação ou à violência entre cidadãos ou na respectiva comunidade.

Joana Lina deu a conhecer que relativamente ao projecto de Lei dos Partidos Políticos, participaram 130 Deputados. A sua aprovação resultou do voto favorável de 38 legisladores, 0 contra e 0 abstenções, depois de ouvidas 122 intervenções.

Sobre o projecto de Lei do Registo Eleitoral, a deputada fez questão de sublinhar alguns aspectos nucleares como o facto, por exemplo, de caber a superintendência do Registo Eleitoral à Comissão Nacional Eleitoral . Ou seja –pormenorizou – a “Comissão Nacional Eleitoral terá a competência de aprovar e fazer a supervisão do programa de registo eleitoral apresentado pelo órgão do Governo”.

No corpo da futura lei afirma-se também que a execução do registo eleitoral é da responsabilidade da Administração Pública, nos termos das normas e princípios fixados por lei, sob superintendência geral da Comissão Nacional Eleitoral, e que os partidos políticos e as coligações de partidos têm o direito de fiscalizar os actos de registo eleitoral, sem contudo interferir nas operações materiais de registo.

Em relação à Lei Eleitoral registou-se a presença de 120 deputados e 384 intervenções. Da discussão e depois de várias concertações ao nível das lideranças das bancadas parlamentares permaneceu a necessidade de se encontrar consenso em relação à composição da futura Comissão Nacional Eleitoral e consequentemente das suas estruturas a nível provincial, municipal e comunal. Das várias aproximações feitas resultou a proposta daquela Comissão ser integrada por cidadãos indicados pelos partidos políticos com assento parlamentar. Restava estabelecer se se adoptaria o princípio da proporcionalidade (no estrito respeito pelo Regimento da Assembleia Nacional) ou o princípio da representatividade (tal como propunha a Oposição).

Não tendo sido possível a realização do consenso final, decidiu-se pela submissão das duas propostas à votação na especialidade. Foram apurados os seguintes resultados: sobre a proposta do MPLA: 38 votos a favor; 0 contra e 0 abstenções; sobre a proposta da Oposição: 0 votos a favor; 38 contra e 0 abstenções.

NOVAS MEDIDAS PARA CONTER A IMIGRAÇÃO ILEGAL

2005-04-07

A imigração continua alta em Angola, segundo a autoridade competente. A Directora dos Serviços de Migração e Emigração (SME), Maria Joaquina da Silva, deplorou esta tendência hoje, ao advogar a necessidade de manter o esforço pelo melhor controlo das entradas. «Nos últimos tempos, os actos migratórios têm aumentado consideravelmente», afirmou esta responsável, cujas declarações minimizam o impacto dos repatriamentos em massa nas zonas de diamantes.

A directora, que discursava no 11º Conselho Consultivo do seu organismo, não deu hoje as estatísticas sobre o movimento que se verifica, nem caracterizou a sua localização territorial. Contudo, defendeu o controlo, doravante, dos fluxos migratórios a partir dos países de proveniência e nos postos de entrada em Angola.

Lamentou, neste contexto, a lacuna legal que não integrou ainda o delito da imigração ilegal como crime. Denunciou, aliás, a caducidade desta legislação e anunciou que, brevemente, será submetido um ante projecto de alteração do dispositivo vigente desde há seis anos.

VISTOS AUTOCOLANTES

Joaquina destacou, por outro lado, as metas do seu organismo no ano em curso. Citou, a respeito, a consolidação do projecto de Portal Migratório, o reforço dos mecanismos de segurança do Passaporte Nacional e do uso do modelo de vistos autocolantes. A implementação da isenção do pagamento de taxas migratórias para os residentes oriundos dos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) faz parte, também, destas prioridades. O 11º Conselho

Consultivo Alargado dos SME decorre a partir de hoje no Sumbe, sob o lema "Pela Legalidade e Pela Integridade, Reforcemos o Controlo Fronteiriço".

Com término previsto para sexta-feira, o encontro deve balancear as actividades programadas para a instituição em 2004 e vai elaborar o plano de trabalho para o corrente ano. Órgão afecto ao Ministério do Interior, o SME foi criado a 19 de Abril de 1975, sendo seu objecto o controlo da entrada, permanência e saída de cidadãos. Compete-lhe, igualmente, a emissão de documentos de viagem, nomeadamente passaportes, salvo-condutos e passes de travessia

Apostolado JUVENTUDE ABANDONOU A AGRICULTURA EM BENGUELA **2005-04-08**

A juventude abandonou a actividade agrícola na província de Benguela. Na opinião do agrónomo Mário Crespo, respeitada figura local, a idade média dos operadores que ficaram no sector situa-se acima dos 50 anos. «Os jovens preferem outras actividades», deplorou o perito, evocando nos microfones da Ecclesia o penoso relançamento da agricultura na região após três anos de paz no país.

Avalia em aproximadamente 4 mil o efectivo dos agricultores registados em toda a província. Indicou que em 2004 apenas quatro projectos tiveram acesso ao crédito do Fundo de Desenvolvimento Económico e Social (FDES). Crespo realçou este dado para demonstrar o desamparo dos agricultores e a pouca eficiência deste organismo público que deve apoiar o produtor rural.

Deplorou, igualmente, o preço oficial dos produtos da terra, exemplificando com a caixa de tomate de 20 kg. Rende mil a 1,2 mil Kwanzas (Kz) quando deveria custar, a seu ver, Kz 8 mil! Para este homem do campo, a política governativa falha na definição das prioridades de culturas por região. «Não há orientação se se deve promover, aqui e acolá, este ou aquela cultura entre a banana, o milho, o sisal, o tabaco, etc.», disse.

Criticou, ainda, a taxa de juro dos bancos, que se cifra na ordem de 8 % a 10 %, contra o nível ideal que, para si, seria de 4 %. Mário Crespo enfatizou que «a devolução do dinheiro emprestada fica com a décima parte de cada parca receita que fazemos».

Apostolado DIRIGENTE DO MPLA CRITICA ATRASO NA RECONSTRUÇÃO DO KUITO **2005-04-11**

O Secretário Geral do MPLA deplora a estagnação da reconstrução do Kuito. «Não há, ainda, muita diferença entre o tempo que houve a guerra, que terminou a guerra e agora», lamentou Julião Paulo Dino Matrosse, no termo de uma visita à capital do Bié.

Criticou a falta de qualidade de algumas obras visitadas e o não acatamento das orientações dadas pelo Presidente da República quando passou pela cidade. Recomendou melhor fiscalização dos projectos públicos em vias de execução e a urgência de se acabar com os sinais da guerra nas infra-estruturas da cidade. «As Obras Públicas têm que prestar uma atenção bastante grande porque a cidade está completamente danificada», advogou Dino Matrosse.

O dirigente do partido no poder concluiu, no Kuito, uma digressão começada no Huambo e prolongada por algumas cidades emblemáticas da província do Bié. O itinerário recorda o seguido em Fevereiro último pelo líder da concorrente UNITA para reanimar, em fase pré eleitoral, as bases sociais de áreas reputadas como bastião tradicional.

SEDIANGANI SUCEDE A MFULUPINGA NO PDP/ANA

2005-04-11

O novo líder do Partido Democrático para o Progresso/Aliança Nacional Angolana (PDP/ANA) chama-se Sediangani Mbibi. Venceu o seu concorrente, Malungu Belo, no Congresso extraordinário iniciado quatro dias antes.

Com 51 anos de idade, economista, até há pouco secretário geral do partido, Sediangani recolheu 360 votos a favor contra os 204 do seu rival. O congresso decorreu com cerca de 600 delegados provenientes de todas as províncias do país e de representações no estrangeiro.

O PDP/ANA, fundado em 17 de Março de 1991, conta com um único assento na Assembleia Nacional. O lugar está vago desde 02 de Julho de 2005, data em que foi assassinado o titular e líder da organização, Mfulumpinga Landu Victor, ao qual Sediangani sucedeu transitoriamente. Este crime continua por esclarecer. Para Sediangani, a pressão para tal e a preparação do partido para as eleições prometidas para 2006 são as prioridades colocadas ao seu mandato.

Pelas declarações à imprensa, tanto ele como o seu derrotado concorrente prometeram uma coabitação airosa, depois de ultrapassada a contenda da liderança. «O PDP/ANA não pratica uma política de exclusão. Malungu Belo tem o seu lugar na família do PDP/ANA», declarou Sediangani.

«Estamos no mesmo barco que o novo líder do partido», disse, por sua vez, o seu concorrente. No organigrama ainda vigente, Malungu, um doutorado em filosofia, é o secretário do partido para os assuntos políticos. Também é vice-ministro da Juventude e Desportos no seio do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional.

Apostolado “NOVA VIDA” SEM VIDA

2005-04-12

O trocadilho é dos moradores do bairro “Nova Vida” em Luanda indignados com as dificuldades por que passam actualmente. Estão sem água desde há uma semana sem que alguém lhes dê uma explicação clara e convincente, denunciaram hoje à Ecclesia. Mas carência data quase do início do ano, quando o preciso líquido começou a ser racionado. «Recebíamos-lo dia sim, dia não, por grupo de casas e apartamentos», indicou um dos moradores.

A IMOGESTIN, empresa gestora do condomínio, prometeu a superação da falha, mas não referiu quando. Determinadas fontes, entretanto, insinuaram haver, na base da situação, contradições entre IMOGESTIN e a empresa “FIVE”, empreiteira das obras do condomínio. No ponto de vista de um morador, o nó do problema reside na gestão do empreendimento, que ele considera como calamitoso. Para si, a actual crise da água revela de forma confrangedora as lacunas de um projecto que engoliu tanto dinheiro aos seus clientes.

O projecto consistiu na edificação de um bairro no Sul de Luanda, com moradias vendidas aos pretendentes. O negócio arrancou há mais ou menos cinco anos e parece florescente em virtude da procura que ultrapassa a oferta.

OPOSIÇÃO INSISTE NUM ORGÃO ELEITORAL ISENTO 2005-04-12

Numa declaração publicada hoje, a oposição angolana insiste na reclamação de um órgão eleitoral isento. Rejeita o projecto proposto pelo partido no poder, MPLA, qualificando-o de «anti-democrático e indiciador de fraude eleitoral».

A declaração resultou de uma demorada cimeira que reuniu na última noite a UNITA, PRS (Partido da Renovação Social), FNLA, PLD (partido Liberal Democrático), PDP/ANA (Partido Democrático para o Progresso/Aliança Nacional Angolana), FPD (Frente para a Democracia) e POC (Partidos da Oposição Civil, coligação de várias dezenas de formações sem assento parlamentar».

Os subscritores denunciam e censuram a composição do órgão acalentada pelo MPLA, ou seja: « 2 membros indicados pelo Presidente da República (também Presidente do MPLA); 1 membro indicado pelo Ministério da Administração do Território; 1 membro indicado pelo Tribunal Supremo; 1 membro indicado pelo Conselho Nacional de Comunicação Social; 6 membros eleitos pela Assembleia Nacional, dos quais 3 pertencentes ao MPLA, 2 da UNITA e 1 dos demais partidos com assento parlamentar». Contra este figurino, a Oposição prefere: «6 membros eleitos pela Assembleia Nacional, designados por cada um dos Grupos Parlamentares; 1 membro eleito pelo Tribunal Supremo; 1 representante do Ministério de Administração do

território; 1 representante das Organizações Cívicas e 1 representante das Igrejas».

Os declarantes argumentam que «será a imparcialidade e a isenção no processo de organização das próximas eleições que irá assegurar a legitimidade dos seus resultados e a construção de uma democracia real em Angola. Por isso, é indispensável que a Comissão Nacional Eleitoral, na sua composição, natureza e competências reflecta já os princípios do equilíbrio, da isenção e da imparcialidade».

Esta declaração reflectiu-se negativamente hoje na Comissão especializada do parlamento, cuja sessão devia concluir a aprovação do pacote legislativo de sustentação do pleito de 2006. Os deputados das formações signatárias retiraram-se da sala antes da votação dos quatro anteprojectos discutidos nos últimos dias, isto é, os referentes à Lei Eleitoral, Lei dos Partidos Políticos, Código de Conduta Eleitoral, Lei do Registo Eleitoral.

A presidente da Comissão da Assembleia Nacional, Joana Lina, deplorou o comportamento dos deputados da Oposição. «Fizeram-nos esperar toda a manhã», lamentou a coordenadora também deputada do MPLA.

JA050413Leis eleitorais quase um facto

António Kassoma

O Parlamento aprovou ontem na especialidade parte dos projectos de leis de suporte às próximas eleições gerais, depois de cinco semanas de intensos debates.

A oposição não votou esses projectos de leis, tendo-se retirado da sala de trabalhos, por, em seu entender, existirem em alguns projectos aspectos que ainda careciam de concertação, embora tivessem reconhecido que estavam “próximo do consenso” com o partido maioritário.

Todos os projectos referidos foram aprovados, um por um, por 38 votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção, sendo que o número de votos favoráveis corresponde ao número de deputados do MPLA pertencentes à comissão especializada que tratou do assunto.

Há mais de uma semana que a oposição vem concertando posições com o partido maioritário, tendo sido alcançado consenso na grande maioria das questões.

O ponto sobre o qual a oposição ainda não se entendeu com o partido maioritário prende-se exclusivamente com a composição da Comissão Nacional Eleitoral. Em relação ao artigo 13.º do projecto de Lei dos Partidos Políticos – em torno do qual também houve muita discussão – a oposição diz faltarem acertos finais.

Depois de inconclusivas concertações realizadas na última segunda-feira entre o MPLA e a oposição, na manhã de ontem os deputados da oposição voltaram a solicitar um encontro para acertos com o partido no poder.

Ontem, após a reunião de concertação com o MPLA, os deputados da oposição mantiveram um encontro interno, tendo retomado a sala de trabalhos cerca de duas horas depois. Antes que os trabalhos fossem retomados, para que se procedesse à votação da versão final dos documentos, o deputado Daniel Domingos “Maluka” solicitou o uso da palavra, para dizer que a oposição achava ser necessário fazerem-se ainda mais aproximações, para que os projectos pudessem ser aprovados por unanimidade.

Para além da constituição da Comissão Nacional Eleitoral, a oposição julgou carecerem de maior amadurecimento o artigo décimo terceiro do projecto de Lei Eleitoral (referente ao órgão que deverá organizar o registo eleitoral), sobre o qual Maluka alegou não ter havido “consenso final”.

Apontou ainda o eventual impedimento legal de elementos ligados à autoridade tradicional de participarem das campanhas eleitorais dos partidos políticos (questões tratadas pelos artigos 25 e 27 do Código de Conduta), questão que fontes familiarizadas com o processo dizem ter sido abordada e ultrapassada nas negociações da manhã de ontem.

Com a retirada dos deputados da oposição, os parlamentares do MPLA pertencentes à primeira, quinta e sexta comissões (de cuja junção resultou a comissão especializada que está apreciar na especialidade o pacote legislativo eleitoral) procederam à aprovação da versão final – na especialidade – dos projectos de Lei de Alteração à Lei dos Partidos Políticos, Lei de Registo Eleitoral, Código de Conduta, Lei Eleitoral.

O deputado Costa Andrade “Ndunduma”, do MPLA, fez uma declaração de voto, em que acusou a oposição de ter faltado o respeito aos deputados do partido no poder, por os ter feito esperar por mais de duas horas. “O que está em causa é uma minoria que quer condicionar a maioria, querendo fazer passar tudo o que quer”, disse.

À margem da reunião, o deputado Norberto dos Santos “Kwata Kanawa”, da bancada parlamentar do

MPLA, também se pronunciou sobre o assunto, tendo dito que durante os traba-

lhos os seus colegas da oposição mudaram várias vezes de opinião sobre assuntos problemáticos, o que dificultou o pretendido consenso.

Kwata Kanawa referiu, por outro lado, que todos os projectos aprovados resultaram do consenso alcançado com a oposição, sendo apenas com relação a uma questão em que o consenso não foi possível.

A referida questão foi a composição da Comissão Nacional Eleitoral (CNE), em que as partes se dividiram, com a oposição a pretender que dela fizessem parte apenas dez elementos, contra os onze propostos pelo MPLA. Concorreu ainda para o dissídio o facto de o MPLA defender a apartidarização da referida comissão, contra a tendência da oposição em promover a representação na CNE de todas as bancadas parlamentares – o que na visão do MPLA resultaria na partidarização do órgão.

A proposta do MPLA defende que os seis integrantes da CNE a serem designados pela Assembleia Nacional sejam escolhidos de harmonia com a

regra da proporcionalidade e não de acordo com o número de bancadas, formulação que, se fosse acolhida a versão da oposição, levaria a que houvesse na CNE cinco representantes da oposição e um do partido no poder.

Outra diferença fundamental entre as duas versões assenta no facto de a proposta da oposição retirar ao Presidente da República o poder de indicar um dos onze integrantes da CNE, formulação que levou a que na composição da CNE avançada pela oposição apenas aparecessem dez integrantes, contra os onze propostos pelo MPLA.

Aprovada a versão final dos referidos projectos, ao nível da sua discussão na especialidade, seguir-se-á a aprovação dos mesmos pelo plenário dos deputados à Assembleia Nacional, previsto para o princípio da próxima semana.

Na próxima fase de aprovação dos instrumentos que darão suporte legal às eleições serão tratados os projectos de Lei sobre o Conselho Nacional de Comunicação Social e da Lei do Direito de Antena, Réplica e Resposta dos Partidos Políticos e Organizações da Sociedade Civil. Os referidos projectos de lei (cuja apreciação pelo Parlamento ainda não está agendada) deverão ser analisados em conjunto e de harmonia com o projecto de Lei de Imprensa, que ainda não foi submetida à Assembleia Nacional pelo Governo.

Mineweb

April 11, 2005

COPING WITH A CHANGING WORLD

De Beers as a group is changing more rapidly than it might at first appear to an outsider. And that change has to a large extent been imposed upon the world's largest diamond company by governments around the world - governments in diamond-producing countries as well as in diamond-consuming areas.

As managing director Gary Ralfe put it when presenting the group's annual report in Johannesburg Monday: "De Beers may not be as 'culturally arrogant' as it was five years ago.'

The dilemmas of change are, then, understandable. In what might be described as De Beers's home country, South Africa, operations have been placed in the hands of Jonathan Oppenheimer, a fourth generation member of the family that has dominated the world's diamond business since the first world war.

This past week, the South African authorities gave its final agreement to the corporate restructuring that separates South African assets from those elsewhere. It was crucial from De Beers's perspective. If or, rather, when black South Africans are to be given an interest in their country's diamond mines, that interest will be confined to South Africa.

Then, as Ralfe explained: if prospective empowerment partners want to buy a stake in the hugely-profitable Venetia mine, then they will have also to buy into other loss-making operations. It is not an attractive prospect - the Koffiefontein mine has already warned of unavoidable dismissals, while the Cullinan mine is planning around voluntary separations. Things are that bad. This year's planning had been done on the basis of a rand:dollar exchange rate of R6.40:\$1 while the current rate is closer to R6.14/\$ with all that this means for rand revenues on diamonds priced in dollars.

Not that there seems likely to be any growth in South Africa's production of diamonds, growth that can match possibilities elsewhere. As Ralfe sees it, De Beers has been 'de-risked' in the eyes of its bankers by the end of civil strife in countries such as Angola, Sierra Leone and the Congo. And it has been 'de-risked', by settlements over marketing with authorities in the US and the EU.

That led to last month's swapping of a \$ 2.5 billion revolving credit that had a number of strict covenants and repayment terms for a new and less-onerous credit line of \$ 3 billion. Access to that financing is central to plans to expand mining operations in Russia, Canada and India.

Across in India, marketing of rough diamonds to local cutters is done in partnership with the state through Hindustan Diamond Corporation (HDC), which is equally owned by De Beers and the Indian government. The association has now been extended to give HDC a 26% interest in any prospecting and eventual mining by De Beers in India.

In South Africa, in contrast, up-coming legislation obliging local miners to offer a greater part of their output to local diamond cutters is becoming a major bone of contention. Ralfe says that De Beers is helping local cutters by importing stones that they can cut, more of the category 2 stones than it digs out of its South African mines. The value of those imported after sorting in London is 127% of the value of those exported, though Ralfe did not have the actual caratages at his finger tips on Monday.

This is all very well, but what happens if countries like Namibia and Botswana start insisting on similar favours to encourage domestic cutting industries?

All of which remains crucial to understanding De Beers and to its contribution to the revenues of its 45% major shareholder Anglo American. So while Ralfe says that the company is preparing to warn sight holders twelve months in

advance (rather than the present six months) of the content of the boxes to be on offer. While he said that the group's stocks of rough have been reduced to "working-stock levels", he was not willing to disclose just how far down the group's fabled diamond stockpile has been cut.

Unofficially, gems that might be offered two sights hence are still in the ground. In other words, future sales growth will depend on growth in supplies from De Beers's own mines and from other suppliers rather than as, in the recent past, from selling off the stockpile.

Except, of course, that synthetic diamonds are looming. De Beers pins its strategy on the mystique of natural stones - those found in mother earth. And equipment is available that will allow any gemologist or dealer to differentiate between a natural and a man-made stone. And there is also legislation. In Germany, for example, the words "diamond" and "seeded" may not be used in conjunction with each other when marketing man-made gems. Seeded pearls, yes. Seeded diamonds, no. Well, in Germany at any rate.

The trick will be to convince the people buying diamond jewelry that there is a certain cachet to the natural stone not enjoyed by the man-made variety. Which is all very well, but man-made stones can be purer than their natural cousins, they do not risk coming from war zones and they are certainly not fakes or paste.

They are the real thing. But the argument over merits is likely to rage.

The battle against man-made gems is just one of the challenges De Beers faces. Question is whether the group will prove to be nimble enough to cope with a world that is changing faster than it might be expecting.

Organisation for Economic Cooperation and Development (OECD)

April 11, 2005 Monday

PanAfrica: Official Development Assistance Increases Further But 2006 Targets Still a Challenge

Official Development Assistance (ODA) to developing countries increased to USD 78.6 billion in 2004, its highest level ever. Taking into account inflation and the fall in the U.S. dollar, this represents a 4.6 percent rise in real terms from 2003 to 2004 and follows a 4.3 percent increase from 2002 to 2003.

The total represented 0.25 percent of Development Assistance Committee (DAC) members' combined gross national income (GNI), the same level as in 2003, but up from 0.23 percent in 2002 and 0.22 percent in 2001.

Several factors accounted for the USD 3.1 billion rise in real terms in 2004. Among these were:

- Contributions to international organizations increased by USD 3.7 billion
- Aid to Afghanistan and Iraq was up by a total of at least USD 1.5 billion
- Technical co-operation grants rose by USD 1.2 billion
- Gross debt relief grants fell by USD 2.1 billion, and
- Net lending fell by USD 1.3 billion.

Fifteen of the twenty-two DAC member countries reported increased ODA in 2004. The United States remained the largest aid donor in volume terms, followed by Japan, France, the United Kingdom and Germany. The only countries to exceed the UN target for ODA of 0.7 percent of GNI remain Denmark, Luxembourg, the Netherlands, Norway and Sweden.

The United States' net ODA in 2004 was USD 19 billion, a 14.1 percent increase in real terms from 2003. Its ODA/GNI ratio rose from 0.15 percent to 0.16 percent. Most of the increase was due to a USD 1.8 billion contribution to the International Development Association (IDA), the grant and soft-loan arm of the World Bank. Aid to Afghanistan (USD 875 million) and Iraq (USD 2.9 billion) also rose substantially. United States ODA comprised 24.2 percent of the DAC total in 2004, its highest share since 1986, and nearly double the low point of 12.5 percent reached in 1995.

Japan's net ODA fell by 4.8 percent in real terms to USD 8.9 billion or 0.19 percent of its GNI. However, in gross terms its ODA rose by 24.5 percent to USD 16.1 billion. This was due partly to aid for reconstruction of Iraq, though mainly to greatly increased debt relief to some of the most heavily indebted countries in the world. But this debt relief had little effect on net ODA since the bulk of the forgiven loans were counted as ODA when they were extended. Increased repayments of ODA loans, notably by countries that have recovered from the Asian financial crisis, also affected Japan's net ODA.

The 15 DAC countries that are members of the European Union (EU) increased their combined ODA by 2.9 percent in real terms to USD 42.9 billion -- some 55 percent of DAC ODA. It represented 0.36 percent of these countries' combined GNI, up from 0.35 percent in 2003 and broadly on track towards the EU target of 0.39 percent by 2006, although five EU members still need to increase their ODA substantially to reach the minimum country target of 0.33 percent. EU members committed themselves to these targets before the 2002 Monterrey International Conference on Financing for Development.

Among EU member countries Belgium has committed to meeting the UN target of 0.7 percent by 2010 and France by 2012 (with an interim target of 0.5 percent by 2007). Sweden has announced its goal to reach an ODA/GNI ratio of 1 percent by 2006, Spain to attain 0.33 percent in 2006 and 0.5 percent in 2008, and the United Kingdom to reach 0.47 percent by 2007-08 and 0.7 percent by 2013.

The largest rises in aid in real terms in 2004 by EU countries were in:

- Austria (22.0 percent), mainly due to debt relief grants
- Greece (13.1 percent), due to increased technical co-operation and emergency relief
- Luxembourg (10.5 percent), due to increased contributions to regional development banks
- Portugal (an exceptional 187.5 percent), due to a large debt relief operation for Angola
- Spain (14.5 percent), due to the timing of contributions to international organizations
- United Kingdom (8.8 percent), due to higher project and program aid expenditure and debt relief.
- ODA also rose in real terms in Denmark (3.5 percent), Finland (5.9 percent), France (4.3 percent), Ireland (2.2 percent) and Sweden (1.4 percent), and remained practically unchanged in Germany (-0.4 percent).

ODA fell in real terms in Belgium (-30.3 percent), after the peak in 2003 caused by a large debt relief operation for the Democratic Republic of Congo. The fall in Italy (-9.7 percent) was mainly due to reduced debt forgiveness (down about USD 400 million). ODA from the Netherlands fell (-4.0 percent) as India repaid all its outstanding Dutch aid loans. These early repayments brought the Netherlands' ODA down to 0.74 percent of its GNI, below its target of 0.8 percent, which it intends to maintain, on average, over the period 2004-07 through above-target performance in 2005-07

Xinhua General News Service

April 11, 2005

South African bank buys stake in Angola

South African ABSA bank bought a 50 percent stake in Angola's Banco Commercial Angolano (BCA), a financial services provider based in Luanda, the South African banking group said Monday.

This was part of ABSA's strategy to expand its retail footprint elsewhere in Africa, ABSA said in a statement.

The bank acquired the 50 percent stake for 7.5 million US dollars. The balance of shares would continue to be privately owned by Angolan residents.

ABSA group chief executive Steve Booysen said in the statement the deal fitted perfectly into the group's African expansion strategy and was based on a model ABSA had already successfully applied in investments elsewhere on the continent.

"ABSA is an African bank with its headquarters based in South Africa. In the spirit of NEPAD (New Partnership for Africa's Development), our philosophy is to form partnerships on an equal basis with our local business partners in countries where we make investments," he said.

"We embrace the philosophy that the success of the continent is our success. Africa offers a multitude of business opportunities and our aim as an African bank, is to grow here on the continent," he said.

Geographically, Angola was strategic as it allowed for further consolidation of ABSA's operations in the southern African region.

At present ABSA has operations in Tanzania, Mozambique, Zimbabwe and Namibia.

ABSA's investment would include further development of staff, expansion of the bank's infrastructure, alignment of key policies and procedures with that of ABSA, and a growth in BCA's business by introducing new products and services, the statement said.

BCA atinge volume de negócios avaliado em 477 milhões de dólares

Graciete Mayer

O Banco Comercial Angolano (BCA) atingiu um volume de negócios de 477 milhões de dólares em 2004, contra 373 milhões em 2003, denotando um certo dinamismo na área de negócios do banco. Os dados foram revelados por uma fonte da instituição no âmbito da cerimónia de assinatura do acordo para o estabelecimento de parcerias entre o BCA e o banco sul africano (Absa), que adquiriu 50% das acções do banco angolano, avaliadas em 7,5 milhões de dólares.

O montante de capitais próprios era de cerca de 14,9 milhões de dólares no final de 2004. Já os depósitos de clientes alcançaram os 62 milhões de dólares, progredindo para 23 milhões de dólares, o que equivale a 60 por cento

A quota de mercado total em depósito e avanços do BCA é de aproximadamente 3,5 por cento. Só em crédito, o banco angolano apoiou a economia nacional com mais de 27 milhões de dólares em créditos para os mais valiosos sectores do país.

Durante o ano passado, as obrigações e outros títulos ascenderam para os 32 milhões de dólares, permitindo um crescimento homólogo de 140 por cento, destacando-se os Bilhete de Tesouro (BT) que representaram 85 por cento do total das carteiras de títulos.

No entanto, o seu activo líquido elevou-se no final do ano passado para 129 milhões de dólares, registando um crescimento de 63 milhões de dólares, o que corresponde a 96 por cento em relação ao ano anterior.

Em função deste sucesso, o BCA vai abrir ainda este ano mais seis balcões a nível nacional, no quadro da sua política de expansão, conforme garantiu o presidente do Conselho de Administração não Executivo, Augusto Tomás. De acordo com o presidente, com o financiamento do Absa, o BCA poderá diversificar os seus produtos e oferecer melhor serviços aos seus clientes.

Actualmente, o BCA tem disponíveis produto como crédito geral, de automóveis, de pessoas, habitacional e cartas de crédito.

O objectivo é a inserção do BCA no mercado nacional e internacional, bem como facilitar as trocas comerciais entre Angola e África do Sul. O director do Absa, Peter Magesa, mostrou-se optimista quanto ao crescimento do BCA a médio e a longo prazo.

O BCA tem cerca de 115 trabalhadores e um sistema de informática a funcionar em tempo real em todas as agências. Actualmente, com cerca de quatro agências em Luanda e quatro caixas automáticas ATM, o número de clientes do BCA aumentou para mais de 3 mil 500, perfazendo um total de 9 mil 349 clientes recrutados no ano passado.

O Absa Group é uma das maiores organizações de serviços financeiros de África do Sul. Serve clientes individuais e de negócios da África do Sul, Reino Unido, Alemanha, EUA, China, Singapura, Hong Kong e em África. O banco sul africano registou um mercado capital de 7,8 biliões de dólares até fim de Fevereiro deste ano.

Os maiores accionistas são a Sanlam 21 por cento, Remgro 9,4 por cento e a Public Investment Commissioners 7,8 por cento. O Absa lidera o mercado sul-africano em termos de empréstimos de habitação, automóvel, cartões de crédito e de débito.

050413BAI recebe certificado do American Express

Leonel Kassana

O Banco Africano de Investimentos (BAI) acaba de receber um certificado do American Express – o segundo banco norte-americano, depois do City Bank - ao atingir 98.08 por cento de anotação pelo seu elevado grau de profissionalismo e eficiência, bem a frente de credenciados bancos da África do Sul, Quênia, Etiópia e Moçambique.

A outorga do certificado que o American Express fez ao BAI vem credenciá-lo como uma instituição bancária angolana credível em condições de operar com bancos correspondentes no mundo e garantido que o risco de erro ou omissões das suas instruções seja mínimo, referiu Carlos Chaves, director de marketing e desenvolvimento de produtos do BAI.

“Quando se atinge uma anotação acima de 98 por cento isso significa que as instruções bancárias aos bancos correspondentes têm uma elevada taxa de eficiência. Não contêm erro, praticamente”, acrescentou, notando que o facto ganha mais relevância pelo facto de o BAI situar-se nas regiões austral e oriental onde existem bancos “aparentemente mais credenciais”.

Carlos Chaves referia-se, assim, sobretudo aos bancos sul-africanos, que têm volumes de negócios, resultados e activos bastante superiores aos do BAI e uma exposição no mercado financeiro internacional de há longos anos. “O BAI é uma instituição criada há cerca de oito anos e ao atingir essa certificação é, de facto, um grande mérito para o país e para o sistema bancário angolano”, sublinhou Carlos Chaves.

Além de Luanda, O BAI possui agências nas províncias de Cabinda, Zaire, Lundas Norte e Sul, Kwanza-Sul, Benguela, Moxico, Namibe, Huíla e Cunene

BCP e BPI perdem 18,6 mil accionistas em 2004

Os bancos BCP (Millennium bcp) e o BPI (Banco Português de Investimento) perderam, nos últimos dois anos, mais de 37 mil accionistas, 18,6 mil dos quais em 2004.

A queda no número de accionistas é explicada em 86 por cento pelos pequenos investidores no caso do BCP e em 97 por cento no banco liderado por Fernando Ulrich (BPI), detentor em 100 por cento do Banco de Fomento Angola.

No banco agora presidido por Paulo Teixeira Pinto (Millennium bcp), reduziu-se também o número de colaboradores com acções. O BES só revelou dados sobre este tipo de estrutura accionista no relatório de 2004, de acordo com o Diário Económico.

Por seu lado, o Jornal de Negócios noticia que o BCP é, dos três maiores bancos privados, o que melhor remunera os membros executivos do conselho de administração.

Em 2004, a remuneração dos nove membros executivos totalizou 31,323 milhões de euros, o que compara com 5,123 milhões de euros no caso do BPI – que tem sete membros executivos – e com 5,723 milhões de euros do BES – 13 membros com funções executivas, compara a mesma fonte.

Em média, cada administrador do BCP auferiu uma remuneração anual de 3,48 milhões de euros, enquanto um administrador do BPI recebeu 731 mil euros e um do BES 440 mil euros.

Media Institute of Southern Africa

April 11, 2005

ANGOLA: OPPOSITION CONCERNED OVER STATE MEDIA'S ROLE IN AIRING ELECTION RESULTS

Angolan MPs are considering passing a law that would forbid journalists to report on provisional results of elections.

Angolan National Assembly is currently reviewing the country's Electoral Law. It includes the role media should play during elections and post-elections.

MPs from the opposition parties said media should not be allowed to report on the results until the Electoral Commission declares the definitive results and points out whether they were free and fair. They said there might be a risk that state-controlled media could bring to the public fake results in favour of the ruling MPLA and its candidate.

MPLA MPs however argue that there should be no problem if journalists are allowed to report on the results before the Electoral Commission announces the winners.

The MPLA government controls all the public media, namely the National Radio, Public TV and the daily Jornal de Angola.

"The media can and should report on provisional results as the public needs to know what is happening", secretary-general for the Syndicate of Angolan journalists Luisa Rogerio told a radio debate over the issue.

"It is a matter of freedom of expression", another listener said.

If agreed, the law will be approved before the end of April.

Background

Angolan elections are due to 2006. It is unclear however whether parliamentary and presidential elections will take place simultaneously, although many political analysts believe they might take place separately.

Angola's first, and so far only elections were held in 1992, before the civil war between the government and rebels resumed. At that time, media would be allowed to report on provisional results of the polls.

On Mon, 11 Apr 2005

MACON está à beira da falência

A MACON TAXI, uma empresa de transportes, criada em 2002 está à beira da falência. A informação foi veiculada pelo Jornal A Capital. Segundo a fonte, mais de 40 funcionários daquela empresa de direito angolano mas com assessoria técnica brasileira, foram despedidos no passado mês de Março e recorreram ao Jornal acima citado para reclamar das indemnizações, que dizem terem direito e para denunciar que a companhia está à beira de anunciar falência.

Tais trabalhadores, segundo a fonte, apontam a eminente falência da MACON TAXI, a degradação galopante da frota de viaturas todo-o-terreno que fazem serviço de táxi. "Tem dia que só temos 3 carros na linha. Os clientes não param de reclamar dos nossos serviços", disse um motorista.

Os motoristas, tanto os despedidos como os que conseguiram conservar os seus empregos, queixam-se de uma carga horária que os obriga, tal como disseram, a trabalhar em regime de semi-escravidão. Trabalham 12 horas por dia para, no final do mês, auferirem um salário de 14 mil Kwanzas. Os trabalhadores afirmaram igualmente ao Jornal A Capital, que embora a empresa seja de direito angolano, são os brasileiros que na verdade, mandam na MACON, e por isso receiam uma fuga de capital.

Monday April 4, 6:35 PM

New Millennium Starts Diamond Production In Angola

Edited Press Release

LONDON (Dow Jones)--New Millennium Resources Ltd., an international diamond mining and exploration company, said Monday that diamond mining production has commenced on its Rio Lapi mine in Lunda Sul province of Angola.

Commencement followed mine inspection by Endiama, the state owned diamond monopoly.

Representatives from the appropriate government authorities were required to inspect the mine to ensure that working conditions, safety, health and hygiene complied with government standards, prior to production commencing.

This was carried out over Mar. 30 and 31. The final authority to commence mining was given late Friday and production commenced April 2.

Managing Director John Cross said: "We are exceedingly pleased to announce the commencement of production. This is a great achievement for the Company and an achievement which should be put into perspective."

In the past 12 months, the Company has purchased a full suite of alluvial diamond mining equipment and transported all equipment on to the minesite at Rio Lapi from Kimberley in RSA.

The Company has sourced and employed experienced and competent Mine Managers and mine workers, built over 80 km of road, several bridges and set up a fully operational mining camp.

The second and final shipment of plant and equipment arrived on site on Easter Sunday. This plant has now been assembled and set up.

All equipment has been serviced and is in good working order after its long journey from the Kimberley in RSA.

The mine is now fully supplied with bulk fuel and provisions together with mine infrastructure such as satellite telephones, e-mail and fax communications. Total number of staff engaged on Rio Lapi operation is now 52 people.

New Millennium Resources said the mine now has at least one backup unit for every piece of equipment and plant at the mine. This provides insurance against the effects of breakdowns. Strengthening of the extent of plant also allows for continuous exploration whilst not hindering production.

Endiama has recently furnished the project with prospecting data gathered in the late 1970s by DIAMANG. This data shows testing results at 62 carats per 100 tons.

The area is in the Bilo region of our concession on the Rio Luo and its tributaries. Now that production has commenced a prospecting team will be sent into the area to set a site for future production.

Should the exploration prove up as rich as indicated a second plant will be set up on that site, thus providing the possibility of doubling production, New Millennium Resources said in a statement.

Angola offshore oil pioneers lead tough life

Tue Apr 5, 2005 03:57 PM BST

[Printer Friendly](#) | [Email Article](#) | [RSS](#)

By Karen Iley

GIRASSOL FPSO, Angola (Reuters) - Approached by air, French oil giant Total's Girassol facility 150 km (90 miles) off the Angolan coast looks like a gargantuan child's construction toy drifting in the cold Atlantic ocean.

Visitors touching down on the Floating Production Storage and Offloading (FPSO.L: [Quote](#), [Profile](#), [Research](#)) vessel's helipad enter a space-age craft which holds one important key to Africa's future oil hopes.

Girassol has already been hailed a model development in the deepwater oil industry and a huge step forward in offshore oil platform engineering.

Yet work on such a project comes with its hardships for the 160-plus crew, not least the fact that Girassol -- described by one manager as "a tanker, refinery and hotel all in one" -- is potentially one of the most dangerous facilities around.

"(It) combines the function of a refinery with storage facilities. This requires a high degree of concentration and safety awareness in the day-to-day operations," Christian Reynaud told Reuters on a visit.

With the \$2.8 billion (1.5 billion pound) facility handling 300,000 barrels of potentially explosive oil and gas mix each day, top-notch health and safety procedures are the number one priority.

Even those visiting for just a few hours are made to sit through a safety briefing and quickly shown the emergency freefall evacuation shoots -- where three enclosed lifeboats are suspended waiting to thrust the crew into the water and away in case of emergency.

WELL-PAID STRESS

The concentration required to work under such hazardous conditions is immense, and can be stressful for the crew who work long shifts, seven days a week -- albeit for very good pay and lengthy holidays.

Total would not say how much a typical offshore worker earns, but industry sources say a basic wage for an Angolan rigger could be up to \$2,000 a month

-- 40 times the national average -- plus benefits. For expatriates, typical salaries can escalate to around between \$100,000 and \$150,000 a year.

"People on the rig work very hard but they have to -- it takes their minds off being here and being away from their families. It is preferable they are kept busy," Reynaud said.

During "office" hours, they are constantly alert, whether their job is controlling production with the click of a mouse in the hushed control room or doing maintenance work outside the vessel under the constant drone of the processing facilities.

For medic Jean-Marie Rosse, the main complaints from Girassol workers are psychological, aside from the occasional bout of flu caught when moving between the humid heat of outdoors and the air-conditioned chill of the living quarters.

"It's like a family here, and it's important to talk because a little problem in town, in normal life, becomes a big problem on board," he said.

The French oil giant has endeavoured to make life more normal, providing a gymnasium, a library, cinemas and a music room. But being cooped up far off the African coast can magnify even the smallest medical complaint.

Even after just a few hours on board, the atmosphere on Girassol seems claustrophobic to the uninitiated.

Despite its huge size -- at 300 metres (yards) long and 60 metres wide it could squeeze in three soccer pitches -- its unforgiving box-like frame and the bright yellow equipment give it the air of a garish prison.

Girassol is attached to the sea bed by 16 special suction anchors which keep it in a relatively fixed position.

KEY TO ANGOLA OIL BOOM

Those who have endured this environment since Girassol came on-stream in 2001 have helped boost production to a capacity 250,000 barrels per day (bpd) -- almost one quarter of Angola's entire crude production.

Compared to similar projects elsewhere in the West African oil market which have been prone to costly delays, Girassol is widely regarded as a successful pioneer.

"It started up on time and it has had no operational problems, which is almost unheard of for such a large FPSO," said Catriona Boggon, research analyst at

Edinburgh-based Wood Mackenzie. "It's not that straightforward to bring this size of project on."

The award-winning complex has already claimed a number of technology "firsts", using innovative solutions to keep the oil pumping in water which is both very deep -- more than 1,400 metres (4,593 feet) -- and very cold.

The challenge now is to adapt the facility to ensure oil from Block 17 as a whole is flowing for years to come.

While output from the Girassol oil field, also in Block 17 and with estimated reserves of around 1.5 billion barrels, will start to wane, production from satellite fields will help prolong the facility's life for at least another two decades.

"Girassol now accounts for 65 percent of Total-operated production in Angola and will play a key role in the development of Block 17," Reynaud said. "The Block's total output is predicted to top 600,000 barrels per day by 2010."

The Jasmim field came on in November 2003 and Total has already awarded contracts to develop the Rosa field due to start production in the first half of 2007. Other fields should be established in 2009-10, according to a corporate publication.

Total officials say the giant facility will be a model for future offshore oil developments, a potentially important development as oil majors push further into the unknown to keep satisfying the world's seemingly limitless appetite for oil.

"Girassol, being the first deep offshore development not only of Block 17 but also of West Africa, will remain our major reference for future similar developments in the area," Reynaud said.

Total's Block 17 partners are Esso Exploration Angola, BP (BP.L: Quote, Profile, Research) , Statoil Angola and Norsk Hydro State oil company Sonangol is the concessionaire.

Angola's oil output to double by 2007: IMF

www.chinaview.cn 2005-04-09 05:12:55

LUANDA, April 8 (Xinhuanet) -- The Angolan government's oil receipts will increase substantially as petroleum production is expected to double in the next two years, while the country's diamond sector remains largely untapped, the International Monetary Fund has said.

According to local media on Friday, the IMF report on Angola released recently noted that oil production will double to two million barrels daily by 2007 and continue growth to "very high levels" until after 2020.

Government revenue from oil production taxes will therefore double in the next three years, said the IMF.

Nevertheless, Luanda's slice of oil receipts fell to 43 percent in 2003 from about 52 percent in 2000, mainly due to new production sites in deep water.

Angola's foreign debt of more than 9 billion US dollars could fall to "sustainable" levels within three years, although its balance of payments situation remains "vulnerable" due to over-dependence on oil, low currency reserves and debt commitments.

Meanwhile, Angola's diamond industry, accounting for most of the country's non-oil exports, is still mostly under-exploited, the IMF said.

Revenues from diamond production were low compared with the sector's reported output, said the IMF report, noting this discrepancy was common in other regional diamond producing countries. Enditem

11 April 2005

Absa buys stake in Angola bank

I-Net Bridge

Banking group Absa has acquired a 50% controlling stake in Banco Comercial Angolano, a financial services provider based in Luanda, Angola.

The stake, which entitles Absa to board and management control of BCA, was acquired for \$7.5 million. The balance of shares will continue to be privately owned by Angolan residents. The acquisition is part of Absa's strategy to expand its retail footprint on the African continent.

Absa Group CE Dr Steve Booysen said the acquisition fitted perfectly into Absa's African expansion strategy and was based on a model Absa had already successfully applied in investments elsewhere on the continent.

Geographically, Angola is strategic as it allows for further consolidation of Absa's operations in the Southern African region. At present, Absa has interests in operations in Tanzania (55%), Mozambique (80%), Zimbabwe (26%) and Namibia (36.6%), the group said in a statement on Monday.

The increasing business in retail, mineral and trade opportunities in Angola, present an opportunity for Absa to participate in the financing of such trade and commodity finance. Angola's gas and electricity sectors are to be opened

to private investments and the government has similar plans for its water, sanitation, telecommunications and transport services.

Foreign banks currently carry out a significant portion of the country's merchant banking needs and there are major opportunities for Absa within the Angolan merchant banking context.

BCA currently has four branches in Luanda and Absa's investment will include further development of staff; expansion of the infrastructure of the bank; alignment of key policies and procedures with that of Absa as well as a growth in BCA's business by introducing new products and services, the group added.

Angola Press Agency

April 7, 2005 Thursday

Angola: New Customs Tariff Entails Tax Reduction

The new customs tariff which has been intended to promote national production and the consequent increase on employment, in Angola, came into effect this Thursday, introducing tax reductions on several goods.

This innovation is aimed at, above all, responding to the necessity that Angola has to follow the "Standard System", set by the World Customs Organisation, and implement the Government's social and economic programme.

The new Customs Tariff, which has been proposed by the Government and approved by the National Assembly, has some adjustments in the import taxes.

The diploma also includes tax exemption on imported raw material that is to be used for industrial investment.

The measure is aimed at relaunching national production, and secure the supply of basic goods, to satisfy the needs of the populations, as well as the creation of conditions for the adoption and implementation of international agreements in the ambit of the commercial exchange.

According to the new tariff there has been tax reductions on products such as equipments, spare parts and raw materials, which in general terms have now figures of 2 percent and in some cases 5 percent, depending on how everything is processed.

In the same perspective there is a tax reduction in cement from 35 to 10 percent, as well as in cloth, which is down from 20 to 5 percent aiming at the re-launch of the textile production in the country.

However, the National Customs Board explained that the Government also increased the tax on some goods, with the aim to protect national production, by deterring the importation of these products.

Some of the goods whose import taxes have increased are second hand cars, meat, dairy, horticultural products, soaps and books.

Panamá é um parceiro ideal para Angola

O Panamá poderá ser um parceiro ideal para Angola na senda da criação de uma economia forte e viável, para o bem dos dois países, segundo afirmou o embaixador António Condesse de Carvalho “Toka”.

O diplomata angolano esteve recentemente na cidade do Panamá, onde apresentou ao Presidente Martin Torrijos Espino as cartas que o acreditam como embaixador concorrente de Angola junto do Governo panamenho.

“Como embaixador concorrente de Angola na República do Panamá envidarei todos os esforço para que as nossas relações caminhem para o desenvolvimento”, advogou, salientando ainda que “apoiamos todas as iniciativas que tenham como objectivo fortalecer os laços de amizade e cooperação, beneficiando os dois países e povos”.

Nos vários encontros mantidos, o embaixador angolano pormenorizou a actual situação em Angola, com destaque para os programas de desenvolvimento em curso e os preparativos para a realização das eleições em 2006. o diplomata referiu-se, nomeadamente, sobre os esforços envidados, pelo Governo, no quadro do programa de reconstrução nacional. Na capital panamenha, cumpriu um programa social, com destaque para visitas ao Canal do Panamá e a Fundação “Omar Torrijos”, tendo igualmente sido recebido pelo alcaide da cidade, Juan Carlos Navarro, de quem recebeu um diploma de visitante ilustre, nobre e leal à cidade.

Considerada a oitava maravilha do mundo, o Canal do Panamá, inaugurado a 7 de Janeiro de 1914, regista diariamente a passagem de mais de 35 mil navios, que possibilita o rendimento de 1,5 milhão de dólares diários.

Angola galardoada com medalhas de ouro da organização internacional Suíça

Foto Angop

Vice-presidente da GUEFACIC, Tiago João Pires Antunes

Luanda, 08/04 - Angola foi galardoada com cinco medalhas de ouro e igual número de certificados no sexto fórum internacional da Fundação para Excelente Prática de Gestão de Negócios (FEBP), realizado em Genebra (Suíça), de 31 de Março a 02 de Abril do corrente ano.

As medalhas foram entregues aos responsáveis do grupo GUEFACIC (grupo financeiro, agro-pecuário, comercial, industrial e de consultorias), Clínica Sagrada Esperança, Hospital do Prenda, Colégio Elizângela Filomena e a CLIDOPE (Clínica dos Petróleos e do Corpo Diplomático).

Segundo o vice-presidente da GUEFACIC, Tiago João Pires Antunes "Pinto", as empresas angolanas receberam o galardão, entre 60 contempladas no mundo, por possuírem os requisitos necessários que são a boa governação, transparência na gestão, boa gestão de recursos humanos, protecção do meio ambiente e utilização de tecnologia moderna.

Dos países galardoados, Angola tornou-se no segundo país com maior número de medalhas (05), seguida dos países do antigo bloco socialista (Cazaquistão e Azerbajão - agrupados num só), com 12 medalhas.

Com esse mérito, as empresas referenciadas são automaticamente admitidas como membros da FEBP, uma organização internacional criada em França e com sede em Genebra (Suíça), virada para a área económica, social e também política.

"Angola foi sempre vista em Genebra como um país sem transparência, mas, felizmente, estão já a reconhecer que a prática está a ser um facto, não só a nível de empresas privadas, mas também públicas", disse o responsável da GUEFACIC.

Paralelamente ao fórum internacional da FEBP, Segundo Tiago Pires Antunes, representantes das distintas empresas do mundo galardoadas com medalhas de ouro visitaram a sede das Nações Unidas, em Genebra, onde se inteiraram do seu funcionamento.

Nas Nações Unidas, os angolanos, como cidadãos, reiteraram o apelo a comunidade internacional para a realização de uma conferência internacional de doadores para Angola, com vista a ajudar a reconstrução e o desenvolvimento económico do país.

No fórum, a Clínica Sagrada Esperança esteve representada pela directora clínica, Maria Pitra, o Hospital do Prenda, pelo presidente director-geral, Leonardo David, a CLIDOPE pelo director-geral, Manuel Costa, e o Colégio Elizângela Filomena pela directora Fernanda Bravo.

Endiama autorizada a constituir parceria com a China International Fund Limited

Luanda, 06/04 - A Comissão Permanente do Conselho de Ministros, orientada pelo presidente José Eduardo dos Santos, autorizou hoje, em Luanda, que a

Empresa nacional de diamantes, Endiama, EP participe na constituição de uma parceria com a China International Fund Limited, com sede em Hong Kong.

A empresa a constituir, segundo um comunicado desta reunião, terá como objecto social a prospecção, pesquisa, produção e comercialização de diamantes, bem como a lapidação e joalheria, para além de outros negócios permitidos por lei em Hong Kong.

Com a constituição da Sociedade em referência, a Endiama adquirirá um novo posicionamento ao nível internacional que lhe permitirá assegurar a captação de financiamentos para investimentos nas áreas de prospecção, pesquisa e produção de diamantes, construção de infra-estruturas, formação de quadros angolanos e implementação de outros projectos de impacto económico e social.

Parceria Endiama - China International Fund Limited -manchete semanal

Luanda, 09/04 - A autorização de participação da Empresa Nacional de Diamantes, Endiama, EP, na constituição de uma parceria com a China International Fund Limited, com sede em Hong Kong, marcou o noticiário económico da semana que hoje finda.

A empresa a constituir, segundo um comunicado da Comissão Permanente do Conselho de Ministros, terá como objecto social a prospecção, pesquisa, produção e comercialização de diamantes, bem como a lapidação e joalheria, além de outros negócios permitidos por lei em Hong Kong.

Com a constituição desta sociedade, a Endiama adquirirá um novo posicionamento ao nível internacional, que lhe permitirá assegurar a captação de financiamentos para investimentos nas áreas de prospecção, pesquisa e produção de diamantes, construção de infra-estruturas, formação de quadros angolanos e implementação de outros projectos de impacto económico e social.

Dentre os assuntos importantes da semana, destaca-se também a criação de uma Comissão Técnica para Regulamentação da Legislação Económica.

O órgão tem como tarefa proceder o levantamento de toda a legislação económica que careça de regulamentação e elaborará os correspondentes ante-projectos de actualização.

A motivação para constituição desta Comissão está consubstanciada na aprovação recente do pacote legislativo sobre investimento privado e promoção do empresariado nacional, que criou um quadro legal mais atractivo para a realização de operações de investimento, cuja aplicação eficaz exige que se clarifique e se detalhe normativamente alguns princípios e regras.

Durante a semana, divulgou-se ainda que o Instituto de Investigação Marinha, adstrita ao Ministério das Pescas, é o único laboratório a nível do país com capacidade de aplicar técnicas reconhecidas como as adequadas para o controlo da qualidade dos produtos da pesca.

O laboratório, segundo uma fonte do Subcomité Técnico de Alimentos por Meios Biológicos do Codex-Angola, possui igualmente pessoal capacitado para efectuar as análises que exigem no sector aos produtos marinhos.

Entretanto, empresas angolanas receberam cinco medalhas de ouro e igual número de certificados no sexto fórum internacional da Fundação para Excelente Prática de Gestão de Negócios (FEBP), realizado em Genebra (Suíça), de 31 de Março a 02 de Abril do corrente ano.

As medalhas foram entregues aos responsáveis do grupo GUEFACIC (grupo financeiro, agro-pecuário, comercial, industrial e de consultorias), Clínica Sagrada Esperança, Hospital do Prenda, Colégio Elizângela Filomena e a CLIDOPE (Clínica dos Petróleos e do Corpo Diplomático).

Segundo o vice-presidente da GUEFACIC, Tiago João Pires Antunes "Pinto", as empresas angolanas receberam o galardão, entre 60 contempladas no mundo, por possuírem os requisitos necessários que são a boa governação, transparência na gestão, boa gestão de recursos humanos, protecção do meio ambiente e utilização de tecnologia moderna.

Cotação indicativa de câmbios

Luanda, 10/04 - O dólar americano está hoje cotado no Banco Nacional de Angola (BNA) a 86,91639 Kz (compra) e a 87,35097 Kz (venda).

Oposição solicita ao Presidente da República para convocar eleições gerais

Luanda, 05/04 - Representantes de 36 partidos políticos e de 25 organizações não governamentais apelaram hoje, em Luanda, ao Presidente da República, José Eduardo dos Santos, para convocar as eleições gerais previstas para o ano de 2006.

Este apelo consta de um comunicado produzido no término da mesa redonda subordinada ao tema "realização de eleições livres, justas e transparentes em Angola", promovida pelo movimento "Campanha por uma Angola Democrática.

O documento solicita o engajamento do governo na criação do Conselho Nacional Eleitoral independente e sugere a atribuição de um subsídio pré-eleitoral para todos os partidos políticos sem excepção.

O comunicado final insta o governo para a observância do pluralismo e isenção dos meios de comunicação social e que seja permitida a expansão do sinal da emissora católica de Angola em todo o território nacional.

A campanha por uma Angola Democrática apela as partes envolvidas no conflito militar em Cabinda para a cessação imediata e incondicional das hostilidades e que encontrem soluções urgentes por via do diálogo.

Os signatários deste documento solidarizam-se com a população vítima das cheias no Kwanza-Norte e Benguela, em especial com aquelas que foram atingidas pela febre hemorrágica de Marburg, na província do Uíge.

Os participantes ao fórum solicitam "ao mais alto magistrado da nação e ao governo para a necessidade imperiosa que visa pôr fim a intolerância política no país, bem como imputar responsabilidade civil e criminal ao autores de tais actos".

Na sessão de encerramento, dirigida pelo presidente do Grémio ABC, Lando Kama, foram lidas três resoluções, nomeadamente uma sobre a comunicação social, outra sobre a intolerância política em Angola e a terceira dedicada ao falecimento do Papa João Paulo II.

De igual modo, os participantes aprovaram duas moções, sendo uma de solidariedade com as vítimas de epidemia de Marburg e outra dedicada as populações atingidas pelas cheias nas províncias do Bengo, Benguela, Kwanza-Norte, Namibe e Kunene.

Na cerimónia de abertura registada esta manhã, o representante do Centro Nacional de Aconselhamento, Reis Luís, defendeu a necessidade de Angola adoptar um código de conduta eleitoral para prevenir aspectos negativos durante o próximo pleito eleitoral, previsto para 2006.

O evento, patrocinado pela organização não governamental americana "Open Society", pretende relançar o debate sobre a urgência na definição do processo de democratização do país, bem como promover a convergência e solidariedade entre os diferentes grupos da sociedade civil e oposição política preocupados com a actual situação do país.

Debates sobre Pacote Eleitoral registaram significativos avanços

Luanda, 07/04 - Os debates em torno do Pacote Legislativo Eleitoral registaram hoje um significativo avanço, consubstanciado na aprovação, na especialidade, dos relatórios sobre os ante-projectos de alteração às Leis da Nacionalidade e da Observação Eleitoral.

Os dois diplomas foram aprovados por unanimidade dos 36 deputados participantes na sessão, pertencentes às Comissões dos Assuntos Constitucionais, Jurídicos e Regimento (1ª), Economia e Finanças (5ª) e de Educação, Ciência e Tecnologia, Cultura, juventude, Desporto, Assuntos Religiosos e Comunicação Social (6ª).

O relatório sobre o projecto de Lei dos partidos Políticos mereceu alguns acertos para conformar as propostas do MPLA (partido no poder) e da oposição, obtidas de forma combinada, em virtude de imprecisões detectadas no texto.

Os deputados retomam a sessão sexta-feira, para analisar os relatórios sobre as propostas de Lei Eleitoral, do Financiamento dos partidos políticos e do Registo Eleitoral. A sessão será antecedida de um encontro das direcções dos grupos parlamentares, que uma vez mais tentarão encontrar os consensos necessários sobre as matérias pendentes, entre as quais salienta-se a indicação da entidade que deverá conduzir o registo eleitoral e a composição da Comissão Nacional Eleitoral.

Operação Brilhante repatriou cerca de 260 mil estrangeiros

Luanda , 08/04 - Cerca de 270 mil estrangeiros ilegais que se dedicavam à prática do garimpo de diamantes nas províncias das Lundas Norte e Sul, Bié e Malanje foram repatriados durante a "Operação Brilhante" que decorreu de Abril de 2004 a Fevereiro deste ano.

De acordo com o último número da Revista "Tranquilidade", órgão de informação e cultura do Comando Geral da Polícia Nacional, distribuído esta semana, em Luanda, a operação visou desarticular a rede de exploradores ilícitos de diamantes bem como localizar e repatriar os estrangeiros ilegais, na sua maioria cidadãos da República Democrática do Congo e dos países do Oeste de África.

Apesar das cifras, avança a fonte, ainda restam estrangeiros ilegais nestas áreas estimados em 20 a 30 mil. A província de Lunda-Norte é que regista maior índice de garimpo e imigração ilegal.

Levada a cabo pela Polícia Nacional e as Forças Armadas Angolanas (FAA), durante os dez meses foram igualmente apreendidos diversos meios utilizados no garimpo, assim como enormes quantidades de diamantes.

Quantidades consideráveis de electrobombas, electrogeradores, fatos de mergulhador, balanças, dragas, bomba-dragas, picaretas, mangueiras, incluindo estações de rádio e computadores, foram os materiais apreendidos.

O segundo comandante geral da Polícia Nacional para a área de protecção e intervenção, comissário Paulo de Almeida, citado pela revista "Tranquilidade", disse que a actividade foi positiva pois, os objectivos foram cumpridos na ordem dos 70 por cento.

A Operação Brilhante, diz, "foi um grande passo, pois os angolanos estavam a ser ofuscados quer económica, como culturalmente e quiçá politicamente. Havia regiões onde havia mais população estrangeira em relação a nacional".

Paulo de Almeida advogou a continuidade de micro-operações para desencorajar a entrada ilegal de estrangeiros sob pena de se voltar ao cenário anterior.

Primeira Comissão aprova mais dois relatórios de ante-projectos do Pacote Eleitoral

Luanda, 09/04 - A primeira Comissão da Assembleia Nacional aprovou sexta-feira, em Luanda, na especialidade, mais dois relatórios de ante-projectos integrantes do pacote legislativo eleitoral, desta feita referentes às Leis de Financiamento dos Partidos Políticos e o Código de Conduta Eleitoral.

O primeiro texto, aprovado por unanimidade dos 39 deputados participantes à sessão, combina com a Lei 03/97, de 13 de Março, que atribui uma subvenção mensal aos Partidos Políticos com assento parlamentar, calculada na base dos votos obtidos no pleito de 1992.

As formações políticas sem assento no Parlamento estão excluídas de assistência financeira permanente do Estado, porém, beneficiarão de um subsídio para a realização da campanha eleitoral, para o próximo pleito, previsto para 2006.

Os deputados recomendaram, ainda assim, à Comissão de Economia e Finanças da AN, o estudo, juntamente com o Governo, da viabilidade de concessão de valores às formações extra-parlamentares, para satisfazer as suas necessidades de realização de actos concorrentes à sua preparação para o pleito.

Entretanto, a proposta de Lei de Código de Conduta Eleitoral obteve 36 votos a favor, uma abstenção, enquanto dois parlamentares da oposição não quiseram pronunciar-se sobre os textos, alegando conter aspectos com os quais discordam.

Depois da aprovação, na quinta-feira, dos relatórios sobre os ante-projectos de alteração às Leis de Nacionalidade e de Observação Eleitoral, eleva-se para quatro o número de diplomas já concluídos, dos sete que compõem o Pacote Legislativo Eleitoral de suporte às próximas eleições.

As discussões sobre a matéria, que decorrem há cerca de cinco semanas consecutivas, prosseguem na próxima terça-feira com a análise dos relatórios das propostas de Lei Eleitoral e de Registo Eleitoral, além de, provavelmente, dos pontos pendentes.

Os líderes dos grupos parlamentares não forneceram informações acerca dos resultados obtidos na reunião que mantiveram hoje de manhã, antes da plenária da comissão, na perspectiva de encontrar os consensos necessários à volta dos assuntos cruciais.

O MPLA, partido no poder, e a oposição, liderada pela UNITA, mantém contactos em torno da concertação sobre o polémico artigo 13, da proposta de Lei do Registo Eleitoral (dedicado a entidade que deverá conduzir o processo), bem como a composição da Comissão Nacional Eleitoral (CEN).

Saliente-se que às 12:00 locais, os deputados à Assembleia Nacional observaram um minuto de silêncio em homenagem ao Papa João Paulo II, falecido no passado sábado, vítima de doença.

Estadista angolano considera “bastante produtivo” encontro com Jorge Sampaio

Arte Angop

Presidente José Eduardo dos Santos (esq.) falou de relações entre Angola e Portugal com Jorge Sampaio

Cidade do Vaticano, 09/04 (Do enviado especial da Angop) - O presidente angolano, José Eduardo dos Santos, considerou sexta-feira, na cidade do Vaticano, "bastante produtivo" o encontro mantido com o seu homólogo português, Jorge Sampaio.

"Falamos de vários assuntos, que dizem respeito às relações bilaterais e outros atinentes à situação em África", comentou aos jornalistas, depois da conversa de cerca de uma hora, finda a cerimónia fúnebre do Papa João Paulo II.

Jorge Sampaio, por sua vez, frisou ter sido um encontro de "velhos amigos, (...) que estão na presidência de Angola e de Portugal, responsáveis pela estabilidade das relações bilaterais".

Acrescentou que deverá existir um "aprofundamento das relações, pois há uma consolidação em curso, agora que muitos contenciosos estão resolvidos", depois deste relacionamento ter atravessado períodos difíceis.

Em sua óptica, disse "acreditar que pudesse ir mais depressa e ainda melhor no contexto internacional e bilateral" pois os laços entre os dois países são

muito importantes para o mundo em geral e para a Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP).

"Nós somos velhos conhecidos, (...) velhos amigos e temos uma história que foi um pouco difícil, mas penso que temos um futuro que podemos cuidar bem, com o apoio dos angolanos e dos portugueses", asseverou o Presidente Jorge Sampaio.

Leia mais

PDP-ANA tem novo presidente

Foto A

O novo presidente do PDP-ANA, Sadiangani Bimbi

Luanda, 10/04 - O Partido Democrático para o Progresso de Aliança Nacional Angolana elegeu na noite de Sábado, em Luanda, o novo presidente, Sadiangani Bimbi, que vai dirigir, nos próximos quatro anos, os destinos daquela filiação partidária.

Sadiangani Bimbi de 51 anos de idade, licenciado em economia, venceu o pleito eleitoral com 360 votos contra 24 do seu opositor Malungo Belo Honoró de 54 anos licenciado em filosofia política.

Durante este primeiro Congresso Extraordinário do PDP-ANA, que durou três dias, foi igualmente eleito um novo Comité Central, integrado por 200 membros, contra os anteriores 115, dos quais 15 por cento são mulheres.

O novo líder do PDP-ANA disse na ocasião que o congresso demonstrou aos participantes o desenvolvimento da democracia interna no seio dos partidos e constitui um contributo na consolidação do processo de construção do Estado Democrático e de Direito.

Sadiangani Bimbi tem já traçadas as suas linhas de acção consubstanciadas na manutenção da unidade, coesão, estabilidade e progresso do conclave.

A participação lúcida e activa na política nacional, no quadro do diálogo aberto, transparente e pacífico para se encontrar uma Angola unida e reconciliada, que acenta no amor, na verdade e na justiça são, dentre outras, as linhas de actuação do actual líder político.

"O PDP-ANA não tem política de exclusão, todos são filhos e não se deve trilhar no caminho negativo em que Angola pautou durante longo anos", salientou Sadiangani Bimbi.

Durante o primeiro congresso extraordinário do PDP-ANA estiveram presentes 800 delegados das 18 províncias bem como de França, Bélgica, Congos Democrático e Brazzaville, África do Sul, Holanda e Suíça.

O Partido Democrático para o Progresso de Aliança Nacional Angolana (PDP-ANA) foi fundado aos 17 de Março de 1991 por Mfulupinga Lando Victor, assassinado em 02 Julho do ano passado.

Autorizada emissão e colocação de Bilhetes do Tesouro

Luanda, 10/04 - Um despacho do ministro das Finanças, José Pedro de Moraes, inserto no Diário da República nº 21, de 17 de Fevereiro último, autoriza a emissão e colocação de "Bilhetes do Tesouro - 2005", reservada ao financiamento das execuções financeiras do Orçamento Geral do Estado (OGE).

No seu preâmbulo explica-se que a conveniência da emissão e colocação de Bilhetes do Tesouro visa garantir o princípio da esterilização dos recursos monetários necessários à execução dos Planos Mensais de Caixa.

O Banco Nacional de Angola (BNA) é orientado a adoptar as providências, de seu âmbito, para assegurar a realização, em sessões semanais, do leilão de vendas de Bilhetes do Tesouro, até ao montante estabelecido, para o período em referência, obedecendo, como montante máximo, o equivalente em Kwanzas à USD 275.000.000.00, em títulos com valor unitário de KZ: 100.000.00.

Os arremates deverão efectuar-se de forma escritural e a colocação mediante desconto sobre o valor nominal, através de registo nas respectivas contas-títulos no Sistema de Gestão de Mercados e Activos (GEMA).

Ao BNA são atribuídas ainda as tarefas administrativas e executivas ligadas à emissão e ao serviço das operações, nomeadamente processar, de forma automatizada no Sistema de Gestão de Mercado e Activos (GEMA), o registo de emissão, do desconto e do resgate.

Compete igualmente ao Banco emissor creditar directamente na Conta Única do Tesouro (CUT) o valor apurado com a venda dos bilhetes da emissão, debitar directamente na CUT os valores necessários ao seu resgate, além de definir as demais providências quanto aos procedimentos a adoptar pelas instituições financeiras e intermediadoras autorizadas, com vista a que os Bilhetes do Tesouro possam ser transacionados nos mercados secundários e interbancários.

Governo define características de Obrigações do Tesouro

Luanda, 10/04 - O Ministério da Finanças, na sequência do Decreto nº51/03, de 08 de Julho, do Conselho de Ministros, que autoriza o recurso à emissão de títulos da Dívida Pública Directa, denominados Obrigações do Tesouro, procedeu recentemente à definição das características específicas dos referidos títulos, bem como alguns parâmetros necessários ao bom funcionamento deste instrumento financeiro.

Um decreto executivo do seu titular, José Pedro de Moraes, publicado na I Série do Diário da República nº 21, de 17 de Fevereiro passado, assinala que, para o exercício fiscal de 2004, é autorizada a emissão de Obrigações do Tesouro até ao valor global equivalente a USD 355 000 000.00.

Este montante, distribui-se em duas parcelas, designadamente para a emissão, equivalente a USD 275 000 000.00, e que é reservada, sob forma de conversão, aos credores do Estado que tenham celebrado acordo de regularização da dívida pública interna fundada com o Ministério das Finanças, enquanto o valor remanescente, calculado em 80 000 000.00, emite-se, por conversão, a favor do Banco Nacional de Angola, para liquidação da dívida decorrente do resultado do resultado negativo do seu Balanço de 2003.

Segunda ainda o escrito no órgão oficial, o valor nominal de cada título será equivalente a aplicação do coeficiente 1.254.021.18 sobre a taxa de câmbio de referência das operações de compra do dólar norte-americano, divulgada pelo Banco Nacional de Angola.

A taxa de juros de cupão de emissão é de quatro por cento, ao ano, calculados sobre o valor nominal actualizado, em conformidade com o estabelecido no ponto anterior, devendo os juros de cupão serem pagos semestralmente, no dia 15 do mês correspondente, ou no dia útil seguinte quando aquela data corresponda a período de descanso.

Os prazos de resgate serão de dois a 14 semestres.

Administração prefere perdas do que eliminar privilégios

Verdade sobre greve do Porto de Luanda
Sousa Neto

Presos a privilégios perversamente instituídos, os membros do Conselho de Administração do Porto de Luanda preferiram ver a empresa paralisar no início de Março, do que ceder a pressões dos seus trabalhadores administrativos no sentido da eliminação de alguns de tais privilégios e de uma elevação dos salários que tornasse equitativa a distribuição dos rendimentos ali gerados.

O apuramento das responsabilidades pela assumpção das perdas geradas pela greve que paralisou em 50 por cento a empresa não está agendado nos gabinetes da burocracia executiva e judicial de Luanda. Uma fonte da Comissão Sindical dos trabalhadores do porto disse a este semanário que a empresa obtém receitas diárias cifradas em 200 mil dólares, metade das quais ter-se-ão perdido em consequência da greve que por quatro dias, no início de Março, reduziu em 50 por cento os serviços ali prestados. Ou seja: de um facturamento médio esperado de 800 mil dólares pelo cômputo daqueles quatro dias, a empresa terá realmente recebido 400 mil dólares, perdendo eventualmente igual soma, a qual num ano como 2004 daria para pagar o salário de base de todo o corpo directivo da empresa e que constituiria algo como dez por cento de tudo quanto foi pago em salários de base ao pessoal durante todo aquele ano.

É por isso que a responsabilização dos culpados por essas perdas se faz necessária: para que não se repitam casos em que gestores públicos se apeguem ao abuso da autoridade, mantendo-se em posições insensíveis ao ponto de não se importarem com o progresso dos empreendimentos que lhes são confiados. No caso do Porto de Luanda, impõe-se saber quando e devido a quem se geraram os défices de bom senso que originaram a greve: se devido à conduta de meia dúzia de «aparatchiks» desesperadamente agarrada a privilégios instituídos por via do abuso dos bens públicos que lhes estão confiados, ou se por obra de várias centenas de trabalhadores que pretendem eliminar aquilo que de supérfluo está subjacente às benesses, clamando, por outro lado, por uma remuneração digna e equitativa a todos os que naquele empreendimento intervêm na criação de riqueza. As respostas a isso são parcialmente encontradas num memorando da Comissão Sindical do Porto de Luanda em fins de Fevereiro enviado a 14 entidades e instituições governamentais, judiciais e sindicais angolanas, como é o Presidente da República, Conselho de Ministros, Ministério das Finanças, Inspecção Geral do Estado, Tribunal de Contas, Ministério dos Transportes, Mapess, Gpl, Dnic e Unta - Confederação Sindical, para apenas citar dez. De acordo com esse documento, na empresa, as reivindicações salariais formuladas do ponto de vista da atitude sindical começaram a tomar forma em Julho do ano passado, mas ficaram instituídas em Novembro, quando o Conselho de Administração da empresa aprovou uma deliberação instituindo a seu favor aumentos salariais de 150 por cento.

Os salários dessa categoria de empregados do porto subiram para seis mil dólares, no caso do presidente do Conselho de Administração, e 5.500 dólares, para cada um dos restantes administradores. Adicionado aos privilégios profusamente difundidos entre os responsáveis da empresa, os rendimentos mensais do Pca ficaram situados em 16 mil dólares, enquanto que os dos outros administradores passaram para 14 mil (ver caixa). Sem atribuir qualquer aumento às demais categorias salariais, essa decisão revelou-se conflituosa e esteve a ser discutida ao longo de vários meses,

dando lugar, até, à criação de uma comissão composta por representantes sindicais e da administração da empresa para estudar a viabilidade de um aumento salarial generalizado de 150 por cento solicitado pelos trabalhadores para compensar aqueles que nessa mesma percentagem os responsáveis do porto instituíram para si.

Foi aí que surgiu o caderno reivindicativo que esteve na origem da greve por cuja interpolação os trabalhadores do porto decidiram em Março (ver caixa). O documento sindical foi abundantemente discutido, principalmente nos aspectos em que a administração da empresa dizia não ser viável o aumento solicitado. Enquanto as previsões de receitas da administração indicavam para o ano em curso entradas de apenas 41.5 milhões de dólares, extrapolações financeiras realizadas pela comissão de representantes sindicais e do Conselho de Administração apontaram para um número mais gordo, exactamente 53.4 milhões de dólares. Uma soma, nota a comissão sindical, ainda assim calculada por baixo, porquanto exclui unidades de negócio como o tráfego de viaturas, a renda do terminal militar do porto, um complexo turístico que a empresa possui no Mussulo e activos bancários.

Por relutância do Conselho de Administração do porto, as previsões de receitas projectadas pela comissão foram rejeitadas em duas ocasiões posteriores, até que por «condescendência» os representantes sindicais aceitaram fazer uma revisão em baixa das suas previsões, para situá-las em 44.4 milhões de dólares. Curiosamente, ao Ministério das Finanças a Administração declarou previsões de apenas 41.5 milhões de dólares. Embora os novos números mostrassem claramente ser o aumento desejado viável do ponto de vista do proventos anuais da empresa, os representantes sindicais anunciaram ceder na percentagem do aumento exigido, baixando-o de 150 para 80 por cento, quando, ao contrário, a administração pediu que os trabalhadores escolhessem entre um aumento de 40 por cento, ou outro de 61 com a anulação adicional de um cabaz de alimentos cedido todos os meses a título gratuito aos empregados da companhia.

Saliente-se que o total dos privilégios concedidos aos trabalhadores soma globalmente 275 mil dólares durante um ano, pouco mais do que a metade daquilo que a empresa terá perdido nos quatro dias da greve observada em Março. A situação de greve foi decidida numa reunião realizada no início de Fevereiro, na qual participaram os trabalhadores, seus representantes sindicais, representantes do Mapess e da Unta – Confederação Sindical.

A administração reagiu mal, e, levantando alegações legais, suspendeu dos seus labores a dois membros da comissão sindical e a ameaçou empregados do ramo para-militar da empresa de despedimento em caso de envolvimento na greve. Os empregados administrativos do porto voltaram ao trabalho no quadro de uma decisão que faz do actual movimento reivindicativo uma greve interpolada. O que agora está a ser discutido já não são fundamentalmente os

privilégios do gestores da empresa, mas a obtenção de um salário condigno para os trabalhadores, algo que se não ficar decidido já nos dias que correm, pode voltar a paralisar aquele empreendimento, com as consequências económicas que o facto acarreta.

Fecho das contas causa nervosismo sazonal no sistema bancário

Teles deixa Bfa e junta-se a Lavrador em novo banco

Sousa Neto

Bancos angolanos como o Bca, Bfa e Bai enfrentaram a semana que hoje termina num clima de nervosismo semelhante ao que se apodera do homem que tem a goela em jogo: pressionados pela presença de auditores externos que por imposição do Bna nesta altura do ano concluem as suas análises sobre o desempenho dos operadores do sistema bancário no exercício anterior, os gestores desses três bancos viveram a angustia de não ter as respostas necessárias para explicar números vermelhos ou zeros subtraídos.

Isso foi dito ao Semanário Angolense por fontes bancárias que se propuseram ilustrar o ambiente em que decorreram as assembleias gerais que na sua totalidade os bancos comerciais realizaram esta semana, autênticas maratonas destinadas a aprovar os relatórios e contas para submeter à aprovação dos auditores de renomadas empresas internacionais de consultoria, como a Deloitte and Touch e Kpmg. No Bfa, um banco angolano de capitais portugueses, os factos relativos a isso ficaram marcados pela situação demissionária do presidente do Conselho de Administração.

Fernando Teles demitiu-se, alegadamente, em antecipação a decisões que nesse mesmo sentido tarde ou cedo chegariam de Lisboa. Pai da conversão da sucursal angolana do português Banco do Fomento Exterior (Grupo Bpi), num banco de direito angolano sob a designação de Banco de Fomento – Angola, a Fernando Teles deve-se a bem sucedida estratégia de expansão e de criação de negócios da instituição, que reclama uma quota do mercado constituída por 20 por cento do total dos depósitos. Fontes do Bfa disseram ao Semanário Angolense que Fernando Teles seria castigado por Lisboa em resposta às suas tomadas de posição em questões que não são da sua competência, como são as aquisições imobiliárias de que resultou a acentuada expansão do banco.

Uma segunda questão pesa sobre a decisão de Lisboa, nomeadamente, os critérios pouco coerentes para a admissão de pessoal. Segundo se sabe, o banco tem neste momento duas empregadas que respondem à justiça em processos relacionados com a falta de zelo ou de decoro bancário. Antecipando-se à ordem que demissão que não tardaria chegar da capital portuguesa, Fernando Teles alegou o facto do BPI não ter realizado o seu capital de 41 por cento no Bfa para pedir o seu afastamento, e, provavelmente, relacioná-lo com uma forma de protesto. Em resposta, Lisboa

enviou para dirigir o banco em regime de contingência, uma Comissão de Gestão composta por sete funcionários do BPI, aparentemente o maior número de expatriado que alguma vez a instituição possuiu em Angola. Na verdade, dizem os rumores, Fernando Teles já tem o seu próximo poiso preparado. Segundo se sabe, juntou-se ao presidente do Banco Sol, Sebastião Lavrador, para ir abrir um banco regional baseado num ponto não especificado da região do Huambo ou Bié, onde o bancário luso terá passado partes da sua infância e adolescência. Duas vezes Governador do Bna, Sebastião Lavrador tem estado a deixar relaxar o seu papel no Banco Sol, um banco especializado na concessão de micro-crédito, envolvendo um filho seu em importantes negócios da instituição. Por seu lado, no Bca, um banco nacional de capitais privados, os factos suscitados nesse período chegaram a tornar iminente o afastamento do actual presidente do Conselho de Administração, Benvindo Pitra, sobre quem pesará a responsabilidade da directoria ter-se defrontado com dificuldades para convencer os accionistas a aprovarem o relatório e contas. A directoria do banco não pôde explicar convincentemente uma negociata pela qual o banco perdeu um milhão e 500 mil dólares no que terá sido um caso de descaminho de dinheiro, sendo isso discutido num ambiente marcado por um facto de falta de decoro profissional e bancário atribuído a Benvindo Pitra. É que o quase demitido presidente do Conselho de Administração do BCA terá solicitado a esse mesmo banco um empréstimo para adquirir uma casa, tendo no fim dessa transacção alugado a casa a um inquilino que é o próprio banco Bca.

Na semana que hoje termina, rumores indicavam que Benvindo Pitra pode vir a ser substituído por Augusto Tomás, um accionista do núcleo duro do Bca. Formado em economia, Augusto Tomás é deputado à Assembleia Nacional pelo Mpla, tendo antes exercido cargos políticos como o de ministro das Finanças e governador provincial de Cabinda. O presidente executivo do banco seria, no quadro desses rumores, Santos Matoso, provavelmente um ilustre desconhecido que já exerceu altos cargos executivos no Bpc, entre os quais o de administrador para a Contabilidade e Finanças.

O Bca acaba de ser adquirido em 50 por cento por um banco sul-africano chamado Absa, que espera, por sua vez, indicar os outros três membros para o Conselho de Administração. O Semanário Angolense obteve os nomes de dois deles, apurando que um se chama Goodfree e outro Jean-Paul. Quanto ao Bai, as notícias não puderam ser conclusivas, sabendo-se apenas que apesar da auditoria externa ter detectado activos por realizar, o clima não atingiu o nervosismo dos outros dois bancos. A auditoria externa é exigida aos bancos comerciais pelo Bna previamente à publicação das contas a que essas instituições também são obrigadas até à data de 30 de Abril de cada ano.

050402-9

Cisões e alianças no seio da Unita

A hora é de recontar as espingardas

Luta de poder ou simples incompatibilidade de génios, a crise na Unita poderá desembocar numa recontagem de espingardas e numa barganha. Semanário Angolense identificou as distintas tendências que se perfilam e digladiam nas entranhas do Galo Negro. São quatro alas que têm como chefes de fila, respectivamente, Isaías Samakuva, Abel Chivukuvuku, Lukamba Paulo Gato e Eugénio Manuvakola.

É com e entre estes que a barganha para uma eventual «nova Unita» se deverá centrar. Se prevalecer o bom senso, um novo líder pode emergir, mas fruto de negociação e não à custa da derrota esmagadora dos outros, um cenário que não seria bom em face das eleições que se avizinham. Num contexto de penúria financeira, se a Unita baixar o score eleitoral obtido em 1992, confrontar-se-á com sérios problemas para acomodar materialmente os seus dirigentes. Muitos dos seus actuais deputados ficariam no desemprego e com o fim do Protocolo de Lusaka, não se poderia contar com lugares na governação central e local.

Isaías Samakuva
Missão Externa, pois claro

Se Isaías Samakuva conseguir sobreviver ao actual ataque contra a sua liderança, cerca de 22 meses depois do célebre Congresso de Viana em que foi eleito presidente da Unita, isso ficará a dever-se em grande medida ao apoio recebido de um leque de antigos delegados da organização no estrangeiro. Fazem parte deste grupo as principais figuras de origem europeia da Unita, casos de Carlos Morgado, Adalberto da Costa Júnior, Rodrigues Chassanha, Carlos Fontoura e António Abelheira. Eles fazem coro com outros ex-diplomatas do Galo Negro a exemplo de Ernesto Mulato, Jardo Muekalía e Alcides Sakala.

Ele próprio um ex-diplomata de Jonas Savimbi, Isaías Samakuva caiu-lhes no goto quando passou alguns anos em Londres como representante da organização, sendo ao mesmo tempo uma espécie de tesoureiro da Unita na Europa. Ainda hoje, a Missão Externa continua a fazer de Samakuva testa-de-ferro dos seus interesses, a exemplo do que se fez quando Jonas Savimbi havia acabado de sair de cena: enroscar-se em torno de Samakuva. Os delegados que a Unita ainda mantém em certos países, muitos dos quais obscuros e ainda sem história no partido, também se contam entre os apoiantes de Samakuva. Eles subscreveram nestes dias uma carta de repúdio a Jorge Valentim e Abel Chivukuvuku.

Samakuva logrou arregimentar tecnocratas do partido, pouco identificados com a antiga imagem «guerreira» e etnocêntrica do partido. Mas vai ter que fazer a barganha destes com outras alas. A indicação de Dinho Chingunji para

ministro da Hotelaria e Turismo representou um acto de charme. Mas Dinho é imprevisível e pode jogar em vários tabuleiros.

Seja como for, a condição de líder tem permitido a Samakuva estar no interior e junto das bases. Pode capitalizar aqui, mas também tem de contar com outras alas que, se calhar, por razões históricas, estão mais próximas dessas franjas de apoiantes.

Lukamba Gato

Ainda a marca do guerreiro

Apesar de Lukamba Paulo Gato ter sido derrotado em Viana, hoje já é uma aposta cogitada por muitos dos que preferiram votar em Samakuva. No extremo, consolidou-se a ideia de que seria o líder ideal da Unita num cenário em que se pretenda uma liderança do tipo mão de ferro como a que caracterizou a era de Jonas Savimbi. Há algumas saudades por aí. Ao contrário de Samakuva, Lukamba Gato, que também já foi representante da Unita no estrangeiro (França), move-se melhor em águas internas. Os ex-militares têm-no em boa conta. Aham que ele está em condições de bater-se mais energicamente pelos seus interesses junto do Governo, coisa que Samakuva estará a fazer de forma flácida. Certos levantamentos indicam que muitas altas patentes das Forças Armadas Angolanas provenientes da Unita, apesar de constitucionalmente impedidas de exercer militância activa e formal pelos partidos, têm feito passar de maneira discreta uma mensagem pró-Lukamba Gato. São os casos dos generais que aguentaram o «kibidi» até ao fim. Mas não apenas... Há também um aspecto considerado inteligente no actual perfil de Lukamba Gato.

Ao recusar cargos executivos na Direcção da Unita, ele diminuiu o desgaste que sofreu com a derrota em Viana. Por outro lado, ele apostou em erguer uma rede de pequenas empresas que lhe permitem actuar em zonas de grande concentração de militantes da Unita, que poderão agradecer a ajuda que lhes presta reorientando o sinal do seu apoio político.

Além de contar com o apoio de grandes figuras militares da Unita, a exemplo de Abílio Kamalata Numa, seu «compagnon de route» e braço direito no pós-Savimbi, Lukamba Gato pode ainda capitalizar com o fenómeno da própria ruptura entre Isaías Samakuva e Abel Chivukuvuku. Chivukuvuku está agora próximo dele e uma aliança entre ambos nunca seria desprezível.

Abel Chivukuvuku

Em cima do muro é complicado

Já não é tão linear assim a ideia de que Abel Chivukuvuku está em melhores condições de substituir Isaías Samakuva na presidência da Unita, caso este não consiga conter a vaga de assalto de que está a ser alvo. Chivukuvuku, a

despeito do célebre acordo de cavalheiros que terá tido com Samakuva, tem vindo a alienar muita da vantagem que tinha. Não propriamente em favor do actual líder do partido, mas de outras figuras que também almejam o posto.

Não tendo uma base de apoio fixa, Chivukuvuku está em condições de servir de cunha em várias alas. E foi essa estratégia, aliás, por que enveredou quando apoiou a candidatura de Samakuva em Junho de 2003. Também agiu acertadamente ao procurar, à revelia de Samakuva, ganhar a dianteira «namorando» as bases do partido nas províncias ao aperceber-se que aquele não cumpriria com o pacto que haviam firmado em Viana.

O seu erro foi hesitar e não ter assumido logo de início a sua condição de candidato a líder. Hesitou e deu o lugar a Samakuva no momento exacto em que estava na mó de cima e eram muitos os que lhe pediam para avançar. Com essa atitude, mesmo tendo jogado um papel vital e decisivo para a eleição de Samakuva, acabou por perder a confiança dos seus apoiantes directos, pois estes passaram a não saber ao certo quando é que podiam contar com ele.

E naquela altura, pode dizer-se, ele estava, até certo ponto, com a bola toda. Concitava os apoios de apoiantes muito heterogéneos. Até de alguns acabadinhos de sair da mata e com receios de que Lukamba Gato se tornaria num ditador caso votassem nele. Agora, Chivukuvuku conseguiu fazer com que voltassem a olhar para ele com as mesmas desconfianças que Savimbi lhe passou a ter, quando ficou em cima do muro, não alinhando nem com a Renovada, nem com os da mata.

Mas os trunfos de Chivukuvuku continuam a não ser desprezíveis. A começar pelo seu perfil capaz de cativar as franjas urbanas da sociedade. É, por outro lado, alguém que navega muito bem junto dos antigos aliados externos da UNITA. Finalmente, a sua idade: se esta já foi um «handicap» para os que o achavam «novinho demais», é provável que agora essa visão se possa alterar. Jorge Valentim pode ter sido o primeiro a passar esse sinal.

Eugénio Manuvakola

E por que não pensar nele?

É verdade, o homem continua por aí, embora aparentemente não se dê por ele. Não é crível que em face das tendências e fracções que estão a florescer na Unita, não haja uma corrente que resolva pensar nele. Por sinal, ele que até pode ser tido como o pai das tendências no Galo Negro, ao «inventar» a Unita-Renovada. É que a Unita-Renovada continua a existir, embora diluída nas várias alas e tendências actualmente existentes, onde muitos são rejeitados e vistos de soslaio. Está aí uma boa razão para que um dia pensem em voltar a andar pelos seus próprios pés. Esse dia pode não estar tão

distante quanto agora parece. E se assim for, Eugénio Manuvakola pode continuar a ser uma aposta para líder.

Além do mais, se a Unita se dispor a olhar para a sua história sem facciosismo, é provável que tenha de vir a considerar os aspectos benignos do papel jogado pelos «renovadores» em Luanda. Faz todo o sentido aceitar que o surgimento da Unita-Renovada, num momento de fúria contra Savimbi, tenha criado condições institucionais que fizeram retroceder as ideias sinistras alimentadas na época por certos círculos governamentais que achavam que o melhor era eliminar todos os vestígios do Galo Negro na capital. Há muita gente que deixou de rever-se nos ideais de Jonas Savimbi, mas não rompeu necessariamente com o movimento do Galo Negro. Além do mais, os «renovadores» sempre constituem um bom instrumento para refrear tendências tribais ou etnocêntricas no seio da Unita.

Aceite-se ou não, Manuvakola continua a ter apoiantes como Gabriel Silvestre Samy e outros à espreita da menor oportunidade.

Mineweb

April 6, 2005

ALROSA SWITCHES DIAMOND MARKETING

Alrosa, Russia's dominant diamond miner, has begun test-marketing of diamonds which it has produced at the Catoca mine in Angola, to see if it can get a better price and rate of return than under previous sale arrangements with the Luanda authorities.

In the first sale of its kind, roughly \$ 22 million worth of Catoca diamonds will be sold at auction in Antwerp by an Alrosa affiliate on April 20. This is the first time Alrosa has marketed its share of the Catoca mine production by itself.

The move, apparently ordered by federal officials in Moscow, signals that the Russian diamond miner is intent on breaking ties with Israeli diamantaires now viewed with disfavour by the Kremlin. The simmering conflict is likely to be a topic of heated, if secret, discussion when President Vladimir Putin makes his first visit to Israel later this month.

According to Alrosa spokesman Andrei Gusenkov, Alrosa is not intending to break arrangements that have been in place for several years, according to which its share of the Catoca mine production is marketed abroad by the Angolan diamond marketing arm. Gusenkov also said he is not aware of any link between Alrosa, the Angolans, and the Israeli diamantaire, Lev Leviev.

He is contradicted by Alrosa's disclosures in a Eurobond prospectus, issued last October. This confirmed that Catoca diamonds are marketed by the Angola Selling Corporation (Ascorp).

International diamond industry sources report that Leviev has had close links with the marketing of diamonds by the Angolan government, particularly Ascorp. In 1999 and 2000, the government and Isobel dos Santos, daughter of Angola's president, Jose Eduardo dos Santos, set up the current marketing scheme, when they purged the allegedly corrupt management of Endiama, the state diamond company; and established Sociedade de Desenvolvimento Mineiro (Sodiam) as the sole buyer of all diamonds produced in the country.

Sodiam and Leviev then established Ascorp to aid Sodiam in the export marketing of diamonds. Sodiam held a 51% stake in Ascorp; Leviev 25%; and Research & Development Resources (RDR), a company controlled by Isobel dos Santos, another 25%. Noe Balthazar, the Endiama chief fired for alleged corruption, became the chairman of Ascorp.

The Sodiam and Ascorp arrangements cancelled all previous export contracts and marketing rights held by De Beers, as well as the US-based Lazare Kaplan International (LKI). Far from being an anti-corruption move, the change signaled that the Israelis had taken the place of De Beers.

Now, it appears, the Russians want to oust the Israelis, or perhaps just the most important of them, Leviev. According to an Alrosa source, this year's diamond export scheme, approved by Luanda, does not include Ascorp. In its place, three new company names have been identified -- Yakson, Sunland, and Sodiam International.

Arkady Gaydamak, a Russian-Israeli businessman, is believed to be a stakeholder in Sunland. He recently claimed the credit for parlaying his relationship with the dos Santos family to Leviev's benefit. Gaydamak, who is being sought in several European countries, as well as in Israel, to answer charges of illegal gun-running, money-laundering, and other offences, recently told an Israeli newspaper that he had "opened the gates of that country (Angola) for Leviev and helped him get a monopoly on its diamond exports." It is unclear if Gaydamak still works with Leviev, or against him.

Gaydamak recently represented President dos Santos at meetings arranged with Alrosa chief executive, Alexander Nichiporuk. Alrosa admits the meetings, but denies using Gaydamak as an intermediary, either with dos Santos, or with Israeli officials. But the company has yet to explain what Nichiporuk was discussing in Luanda month ago.

Beny Steinmetz, another Israeli diamondaire, is a global rival of the Leviev group and is a part owner of South Africa's Bateman group. Bateman has

been suing Alrosa over payment for proprietary technology used in the newest of Alrosa's mines, Nyurbinskaya. Steinmetz sought just over \$ 46 million in a Stockholm arbitration proceeding; the tribunal has awarded him just over \$ 8 million. Steinmetz has been reluctant to answer questions about his interest in marketing or buying Angolan diamonds.

Alrosa hinted this week that it believes that by cutting out the middlemen, Angolan or Israeli, it has been able, and will be able in future, to sell the Catoca stones for "15% above the average price realized in sales of Catoca diamonds in 2004".

According to Alrosa documents, it is increasing its stake in Catoca Mining Ltd. from 32.8% to 39.2%, and investing in a substantial expansion of the mine's output. Catoca, which started production in mid-1997, had produced 10.4 million carats, worth \$ 706 million, to the end of 2003. In the first half of 2004, mine output was 1.8 million carats, worth an estimated \$ 122 million. After the expansion is complete, Nichiporuk has publicly estimated that Catoca will be able to produce about \$ 350 million worth of diamonds a year.

If Alrosa's stakeholding is reflected in Catoca's income, in theory the Russian mining company should be drawing one-third of the value of sales, net of costs, achieved by Ascorp. No sales, revenues, or dividend figures are available for Catoca from Alrosa's annual reports or financial statements.

Sources close to the company suggest that in cleaning up Alrosa's financial operations, the federal authorities believe that Leviev's involvement in Alrosa's diamond marketing arrangements should be curtailed.

Globes, Israel business news

April 6, 2005

LEVIEV EXPANDS ANGOLAN DIAMOND INTERESTS

Sources inform "Globes" that Russian government diamond company Alrosa is tightening its ties with Israeli diamond merchant Lev Leviev. Alrosa has confirmed that the company and Leviev were increasing their joint investment in Angola's largest diamond mine, Katoka.

Contrary rumors are flooding the Ramat Gan Diamond Exchange, that Alrosa is tightening its relationship with diamond merchant Dan Gertler, and that Gertler is tightening his ties with Angolan state company Endiama, allegedly at the expense of Leviev's relationship with Alrosa. Sources at the Diamond Exchange say that Leviev's competitors are spreading the rumors.

A Leviev group spokesman said in response that the company did not comment on international diamond deals. Gertler denied reports published on the Internet this week that Alrosa had bought a large stake in Sunland Mining (Angola), which Dan Gertler Israel (DGI group) founded and owns.

Through its holding in Sunland, DGI recently obtained a license from Diamond Trading Society of Angola (Sodiam Sarl), a subsidiary of Endiama, to market a large part of Angola's diamond production.

Alrosa CEO Alexander Nichiporuk announced this week that Alrosa had a policy of expanding its business in Africa in general and in Angola in particular, through new and follow-on investment in Katoka. A recently initiated investment is intended to expand current rough diamond production from the current \$ 170 million a year to \$ 300-350 million a year. Katoka, which has reserves estimated at 60 million karats, is owned by Alrosa (32.8%), Endiama (32.8%), Leviev (18%), and Brazilian Odebrecht Mining (16.4%).

Meanwhile, Alrosa and the Angolan government are building a hydroelectric plant to provide power for Katoka, at an investment of \$ 45 million. Alrosa owns 55% of the project.

Alrosa is a global competitor of De Beers Diamond Trading Company (De Beers), which has dominated the international diamond market since the 1960s. Leviev is also challenging De Beers, while Gertler is considered very close to the syndicate.

Last month, top Israeli diamond industry sources claimed that the Angolan government had cancelled Leviev's exclusive right to export the country's diamonds, worth \$ 650 million a year, and awarded part of the export rights to DGI. Sources close to Leviev claimed that irrespective of other rights holders, nothing had changed in Leviev's relations with the Angolan government.

Nick,

This is his first posting in Africa! So he has no built-in comparative sense. He started out as an Arabist, went to Dubai, seems to have given up the Arab world ever since with subsequent jobs in Ottawa (economic), the Cabinet Office, Washington (chancery), Bucharest and Lisbon. There's a communist country in there...so maybe he will recognise the Angolan approach to life. Seems as though he is economically literate which is good, but in IFIs-speak I guess. The mysteries of Angola might be an eye-opener...the Bermuda triangle, the networks, the resistance (or logic) to(of) IMF-ery, the joy of south-south cooperation with the Chinese etc. Perhaps maybe you can pitch it

around the uniqueness....but I leave it to you. Hope the career hints might help you judge.

ANGOP

4 de Abril

Declaração do Governo de Angola sobre ``Dia da Paz e da Reconciliação Nacional''

Por ocasião do "Dia da Paz e da Reconciliação Nacional", a assinalar-se terça-feira, o Governo publicou hoje uma declaração, na qual realça o feito do Povo angolano que, há três anos, conseguia finalmente realizar uma das suas mais profundas aspirações e pôr termo a uma situação de guerra, que durava quatro décadas, abrindo caminho para a Reconciliação Nacional.

Considera ter sido um momento marcante para toda a Nação, em que os angolanos rejubilaram com as perspectivas que se abriam no sentido do desenvolvimento e da democracia, com a nova era a começar na história da nossa jovem Nação no dia 04 de Abril de 2002, lançando-se as bases sólidas para serem criadas as condições que permitam o combate eficaz contra a fome, a doença, o desemprego e outros males inerentes ao subdesenvolvimento.

No documento salienta-se ter sido um conflito que afectou directamente toda a população do País, obrigando milhões de pessoas a abandonarem as suas áreas de residência, desfazendo centenas de milhares de famílias, causando deficiências físicas e psíquicas a dezenas de milhares de pessoas, destruindo as estruturas produtivas e os equipamentos sociais do interior do País e que deixou a maioria do território interditado com minas e outros engenhos explosivos, além de que provocou, aproximadamente, um milhão de mortos, centenas de milhares de feridos e 100 mil deficientes.

Por este preço demasiado elevado que a Nação pagou para tornar a paz possível, exorta-se a que, em uníssono, os angolanos hoje digam "Não" à guerra e reafirmem com todas as suas forças o seu compromisso com a Paz plena, com justiça, igualdade de oportunidades e respeito pelos direitos fundamentais dos cidadãos.

Lembra que a paz foi, sobretudo, possível porque os angolanos tiveram a capacidade de compreender e perdoar, reconhecendo no próximo um irmão, filho da mesma Pátria, a quem deviam estender a mão a fim de se construir um futuro comum de unidade prosperidade e desenvolvimento.

O Governo de Unidade e Reconciliação Nacional está convicto de que o caminho para a construção desse futuro comum passa por um forte e constante empenhamento dos cidadãos, das instituições e da sociedade de um modo geral, em actos de tolerância e de respeito pelo seu próximo a fim de reforçarem a manutenção da paz e da estabilidade, criando condições para a libertação do espírito criador e para desenvolver a sua capacidade de trabalho, destaca ainda.

Neste sentido, aponta que o executivo tem vindo a cumprir as suas obrigações, em particular no domínio da reintegração social dos ex-militares, do acolhimento, apoio e fixação dos deslocados internos, ex-refugiados e desmobilizados para as suas zonas de origem ou de reassentamento, com a execução de um conjunto de políticas tendentes a garantir a recuperação da economia, o combate contra a pobreza, a reconciliação nacional e o aprofundamento da democracia.

Sendo a Educação um dos sectores fundamentais na construção de uma sociedade livre e justa, consciente das suas obrigações, para com o País e os seus concidadãos, até 2002 o número de escolas dos vários níveis e outros estabelecimentos de ensino havia sido drasticamente reduzido pelos efeitos da guerra.

O programa iniciado pelo Governo na reabilitação, reconstrução de escolas e construção de raiz de novas salas de aula, não sendo ainda o desejável, abriu novas perspectivas aos jovens conseguindo-se, pela primeira, vez desde a Independência, a extensão do ensino do primeiro nível à todo o território nacional, pelo que mais de um milhão de crianças regressaram à escola e registou-se um aumento significativo de alunos em todos os níveis de ensino, incluindo na Universidade Agostinho Neto, que também estendeu a sua actividade a várias províncias e essa tendência para o crescimento quantitativo e qualitativo será mantida.

No que refere a Saúde, a declaração destaca que é outra das áreas que tem preocupado o Governo, estando em fase de desenvolvimento um programa alargado de recuperação, reconstrução e reequipamento das unidades de saúde, a nível nacional. Pretende-se, assim, reverter a situação herdada em 2002, quando grande parte das estruturas estavam inutilizadas. Do ponto de vista social o Governo irá, paulatinamente, alargar a assistência à infância e à terceira idade.

Entre 2002 e 2004 Angola conseguiu a estabilização da sua economia. A moeda, símbolo de soberania, passou a ser valorizada. Os empresários, nacionais e estrangeiros, ganharam confiança nas medidas do Governo e começou um processo de desenvolvimento com reflexos em vários sectores da economia e no mercado de trabalho, nota ainda o documento, afirmando, contudo que um grande desafio se coloca: vencer o desemprego que atinge

mais de 60 por cento das pessoas, em idade activa. O País precisa de investimentos e o Governo conta com a ajuda do empresariado nacional e dos seus parceiros sociais na luta contra esse flagelo que deixa milhões de cidadãos em situação difícil.

Salienta, por outro aldo, que o rendimento do trabalho beneficiou de algumas melhorias após o compromisso do Governo com os parceiros sociais para ajustamento dos salários, em função da taxa de inflacção, tendo-se estabelecido um salário mínimo nacional.

Nestes três últimos anos assistiu-se ao regresso organizado e voluntário de perto de meio milhão de refugiados angolanos que se encontravam nos países vizinhos. Por outro lado, o programa do Governo priorizou a desminagem das áreas de reassentamento das populações com acções de remoção de minas, marcação e sinalização das áreas minadas, principalmente nas províncias do Huambo, Malange e Kuando Kubango.

Igualmente foram envidados esforços na execução de acções de promoção, desenvolvimento da mulher e da unidade e protecção da família, bem como no domínio da juventude e desportos em que foram realizadas acções que visaram o crescimento e o desenvolvimento do associativismo e a obtenção de resultados positivos ao nível da alta competição continental e mundial nas diferentes modalidades.

As perspectivas para 2005 têm em conta um índice de crescimento que não assenta apenas na produção petrolífera, já que o desenvolvimento da economia e o bem-estar dos angolanos estão intimamente ligados ao progresso que se pretende efectuar nas zonas rurais, através de programas agro-pecuários e de carácter social já em desenvolvimento.

Nas áreas urbanas a recuperação tem sido notória, sobretudo nas províncias. No entanto, acções e projectos estão em curso para dar início à solução dos diferentes problemas que se relacionam com a urbanização, o saneamento, a falta de água e de energia e a construção de habitações sociais.

br> Os angolanos têm de recuperar a sua auto-estima, têm de olhar o amanhã com confiança, deixar os problemas do passado e caminhar juntos para o futuro, exorta-se, assegurando que Angola pode ser, e é, um grande País, feito por todos nós, com o nosso sacrifício, trabalho e dedicação, na base da tolerância, reconciliação nacional e unidade.

Para o desenvolvimento e consolidação do processo de democratização todos temos de exercer, com responsabilidade as liberdades constitucionais já em vigor; temos que afirmar, no dia a dia, em plenitude, a nossa cidadania. Neste contexto a preparação das eleições passa pelos consensos que estão a ser conseguidos, sem precipitações nem dramatismos. Temos de fazer da

Constituição um marco de referência no nosso comportamento, remata a declaração.

News saves

Statoil Report Sixth Oil Strike in Block 31, Angola

Thursday, March 31, 2005

Latest Oilvoice Headlines

Oilexco Commences 2005 UK North Sea Drilling Program

Venezuela and Spain Strengthen Energy Integration Ties

Dana Announce Oil Discovery at Melville Prospect in UK North Sea

Serica Energy Corporation Announces Retirement of Chief Executive Officer

XTO Energy Acquires Producing Properties From Plains Exploration for \$350 Million; Increases 2005 Growth Target to 23-25%

Discuss these headlines in the OilVoice Forum

Another oil discovery – the sixth – has been made by operator BP in block 31 off Angola, where Statoil has a 13.33 per cent interest.

It has been named Ceres-1, report BP and Angolan state oil company Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol).

The first four discoveries in this acreage – Plutão, Saturno, Marte and Venus – are close together, and the licensees are considering a unified development.

Announced in mid-February, the fifth discovery is Palas-1 and lies 62 kilometres south-east of Plutão.

Ceres-1 is 32 kilometres south-east of Plutão and 31 kilometres north-east of Palas.

The latest discovery well was drilled in 1,633 metres of water to a total measured depth of 4,334 metres by the semi-submersible Leiv Eiriksson.

“This find fits well with the series already proven, which adds up to another important door-opener for possible new developments in block 31,” says Morten Sola, Statoil’s exploration manager for western Africa in the International Exploration & Production business area.

In addition to block 31, the group has a 13.33 per cent interest in Angolan deepwater blocks 15 and 17.

Italy's Saipem wins Angola, Egypt offshore deals

Fri April 1, 2005 5:38 PM GMT+02:00

MILAN (Reuters) - Italy's oilfield equipment maker Saipem, controlled by energy group Eni, said on Friday it has won two offshore drilling contracts worth total some \$190 million in Angola and Egypt.

A contract in Angola has been awarded by the French oil company Total Exploration and Production Angola, operator of offshore Angola Block 17 (1), Saipem said in a statement.

The contract would start in the third quarter of this year 2005 and would last 2 years, with Total having an option to extend it for another 2 years.

Drilling will take place in the Rosa field, 200 kilometres offshore Angola, at water depths of up to 1,700 metres.

The second contract, in Egypt, has been awarded by International Egyptian Oil Company (IEOC) to drill four wells off Egypt coast will start in June.

It will last for some 8 months, with IEOC having an option to extend it for a further 2 wells.

Angola: UN Bimonthly Information Bulletin Jan - Feb 2005

This report was written with the assistance and collaboration of the UN Agencies in Angola

Overview

With a prevalence rate under 5%, Angola has a historic opportunity and a responsibility to Southern Africa to tackle HIV/AIDS with determination. The country could become part of a "Triangle of Hope" with Uganda in Eastern Africa and Senegal in Western Africa, provided that immediate actions are taken. According to the Secretary General's special envoy for HIV/AIDS in Africa, Stephen Lewis, who visited the country in February, the Angolan government is committed to fighting the epidemic but faces institutional framework weakness that hampers the operational response. With the support of development partners, the Government must put an emergency response strategy into practice without delay, while the window of opportunity to stem the virus is still open.

The current transitional period in Angola is still characterized by high levels of vulnerability of the population. Accumulated destruction and lack of maintenance from years of conflict, lack of basic and essential social services in many parts of the country and a rapid pace of returns and resettlement have left communities overstretched and particularly vulnerable to unexpected conditions. The focus must be to urgently deal with extreme poverty and absolute lack of basic social services that still prevail in rural and remote areas. To not address this issue at this present time would undermine the prospect of success of the longer-term development strategies. Thus, the Angolan Government has taken the lead and set up the framework for reconstruction and the longer-term development of the country through Poverty Reduction Strategy Paper (PRSP) 2004-2008.

The United Nations will assist and support the Government in its longer-term endeavour to achieving the Millennium Goals through a set of planning mechanisms defined in the UN Development Assistance Framework (UNDAF) for 2005-2008. Additionally, the Humanitarian Framework for 2005, presented by the Resident Coordinator at a meeting of the Humanitarian Coordination Group on 3 February, will complement the UNDAF by addressing residual humanitarian needs in return areas. These include the lack of basic social services, lack of access, food vulnerability, the threat of HIV/AIDS and human rights issues.

In this context, capacity building with Government partners is a key element to ensure that the Angolan Government successfully assumes responsibilities for these services. The UN and its partners have too often been seen as "distributors" of humanitarian assistance and their role must shift towards one of complementing partners focused on capacity building projects. It is also important that UN agencies reinforce coordination with partners and further develop joint programmes. This is particularly true in the case of the reintegration process, which continues to be characterized by poor conditions in return areas, especially in rural and remote areas. More and better coordination of cross cutting activities is necessary if the process is to be successful. Indeed, the growing discontent observed among returnees could undermine future repatriation operations as refugees are increasingly wary of poor standards of social services and overall conditions for their reintegration.

Sustainable Livelihood

Access

The rehabilitation of the road network and repair of bridges are priorities for both assisting vulnerable populations and implementing any development programme. If these elements of basic infrastructure do not function with a minimum of efficiency, there is no way to transition from emergency to development. More collaborative efforts of the kind registered between demining NGOs and partners involved in reintegration activities are needed.

For instance, on the M'banza Kongo-Cuimba-Maquela do Zombo road in Zaire and Uíge provinces, an important axis for onward movements of returnees, demining activities undertaken by Norwegian People's Aid (NPA) allowed WFP and INEA to build four metallic bridges and one culvert. The road will reopen by June 2005, following the construction of two additional small bridges by UNHCR. During 2005, WFP will focus its bridge construction efforts on remaining inaccessible areas in the Central Highlands and Moxico. An additional 23 metallic and wooden bridges are earmarked for rehabilitation during the year.

Yet, despite increased rehabilitation of roads and bridges, the rainy season is still affecting access with up to 150,000 people cut off in Kuando Kubango and over 500,000 constantly threatened by isolation in Uíge province. Floods in January and February have left over 1,000 families homeless and killed at least 15 people in Kuando Kubango and in Benguela provinces.

Regarding de-mining operations, the Ministry of Planning (MINPLAN) and UNDP concluded an agreement in January for the "Implementation of the Ottawa Convention through the disposal of stockpiled anti-personnel landmines" project. This two year project is co-financed by the Angolan government, the European Commission, and UNDP and will be implemented by the National Inter-Sectorial Commission for De-mining and Humanitarian Assistance (CNIDAH) with UNDP technical assistance and special emphasis on capacity building. In that respect, the resident Coordinator reiterated that efforts from humanitarian partners should focus on continuing the ongoing CNIDAH capacity building with the aim to strengthen its coordination leadership and that agencies with rehabilitation and reintegration plans should actively participate in the CNIDAH coordination fora both at national and provincial levels.

Food Security

In 2005, the WFP's Angola Protracted Relief and Recovery Operation (PRRO) -Support to Return and Resettlement - continues to be significantly under funded. Even with reduced beneficiary numbers, substantial reductions in Food for Work/Food for Assets activities, and a scaled-backed school-feeding programme, the WFP still needs a further USD 35 million to complete its activities through the end of 2005.

Results from WFP's limited 2004 School Feeding Programme (SFP) implemented in Benguela and Huambo provinces demonstrated a significant increase in school attendance and school year completion in WFP assisted schools compared to non-assisted schools. For example, attendance rates rose from 65% in February 2004 to about 90% in November in five municipalities in Benguela. In Ganda municipality (Benguela) alone, 95% of the children who registered in February 2004 in WFP assisted primary schools attended classes until the end of the year. By contrast, schools that did not benefit from the programme only achieved a 45% completion rate. However, despite an initial planned target of 200,000 SFP beneficiaries, the 2004 programme was hindered by funding shortfalls and therefore had to be limited to just over 40,000 beneficiaries.

In light of these positive results WFP has extended the SFP to two additional food vulnerable and food insecure provinces - Bié and Kuanza Sul - where 40,000 and 20,000 beneficiaries are now being reached, respectively. By the

end of March a total of approximately 100,000 school children are being reached through the SFP.

A mission from the WFP Office of Evaluation visited Angola throughout February. Mission findings highlighted the complexity of the recovery phase compared to the relative straightforward emergency food distributions and noted that sustainable achievements in food security are far more difficult to reach than immediate relief. A definite shift towards recovery strategies is expected from about mid-2005, following the main harvest. While some relief caseloads will remain, mainly for returnees repatriated in 2005, from 2006 they are expected to account for less than 10% of all activities. School feeding is expected to grow -representing up to 75% of WFP's activities, of which a sizeable share is expected to be financed and implemented by the Government. To reinforce capacity building within the government, the Vulnerability Assessment and Mapping (VAM) will gradually be transferred by WFP to the Ministry of Agriculture (MINADER).

Vulnerability Assessment and Geographical target for PRRO 2006 - 2008

Source: WFP

Repatriation/Reintegration

There are currently 132,000 refugees remaining in countries of asylum. UNHCR announced plans to repatriate 53,000 refugees during 2005 with a USD 10.7 million budget. Additionally, 15,000 persons are expected to return on their own and receive assistance at reception centres on arrival in Angola. 950 refugees have so far been repatriated by road convoys. Full scale repatriation activities, including airlifts are due to resume in May or June, at the end of the rainy season. In 2004, 58% of the initial target of 90,000 was indeed repatriated due to a variety of logistic difficulties, lack of access and lack of minimum conditions for resettlement in return areas. Evidence of dissatisfaction of some returnees regarding the conditions of their reintegration has emerged in the past two months.

In Huambo province some returnee families have reportedly resorted to selling their resettlement kits in order to buy food after they finished their two-month WFP rations. Working as labourers in resident's cultivated fields for very low wages is also a frequent coping strategy. Interviews with returnee families point to a disappointment in the lack of support for their reintegration. Some returnees are informing relatives still in neighbouring countries not to return to Angola given the current conditions.

"Go and See" visits by refugee leaders from Ngidinga, DRC to Béu, Angola and from the Republic of Congo to Cabinda took place in February under the auspice of the governments of Angola, DRC and the Republic of Congo. In the

case of Cabinda, the refugee leaders expressed concern, upon their return, with the widespread presence of FAA military personnel in the province.

Registrations for Angolan Voluntary repatriation in Botswana and Namibia were lower than expected. In Namibia only 64 registered out of over 5,000 refugees. This could be the result of both an active disinformation campaign by some Angolans who do not wish to be repatriated and the negative feedback received from those already repatriated. At a meeting on 15 February, held with the Office of the President, the Angolan leadership and UNHCR, discussions led to a plan for information dissemination through community leaders who have already registered for repatriation.

To address the challenges presented by the reintegration process, more coordination between partners is needed. In January a UNHCR consultant was deployed for a period of three months to assist the Ministry of Assistance of Social Reinsertion MINARS in formulating a coordinated and sustainable reintegration strategy. This collaborative approach is pivotal since the reintegration of returnees, demobilised and IDPs cuts almost entirely across the spectrum of institutional and UN system activities.

Social Sectors

Health

In January, UNDP signed an agreement with the Global Fund allowing access to USD 28,4 million to develop malaria control activities over two years. The programme aims at reducing the malaria burden by 25% by 2006 and 50% by 2010. Activities include a new therapeutic policy to treat the disease, the use of long-lasting impregnated mosquito nets, the presumptive treatment of pregnant women (TIP), the strengthening of laboratories and the provision of institutional support to the Ministry of Health. The project also includes the scale up of interventions on basic sanitation and community mobilization to prevent malaria. On average, Angola has reported 1.4 million of total malaria cases and more than 40 thousand deaths among children per year.

As part of the ongoing efforts to increase capacity building and sustainability within the national health system, WHO and UNFPA provided a joint technical assistance to the Ministry of Health to implement a six month project for the reintegration of sixty former UNITA health staff into the National Health System, as well as provided reproductive health kits and medicine. In addition, five pedagogic provincial directors from Bengo, Uíje, Namibe, Kwanza Norte and Benguela provinces also benefited from this training so that similar initiatives could be reproduced in their respective provinces.

Education

Despite efforts by the Ministry of Education to hire and train new teachers - 16,000 teachers with poor skills were trained in 14 provinces in February- the lack of teachers remains problematic, particularly in rural areas. The average number of pupils per classroom is 45 and in some cases more than 60. Too often teachers are requested to manage several classes simultaneously, hampering the quality of their work. School infrastructures remain poor and insufficient for the increasing educational demand of the Angolan population.

Gender

Although 2005 school enrolment is still ongoing, early data indicate a significant gap between boys and girls enrolment, particularly in rural areas. For instance in Kamanongue, Moxico province, girls account for 38% of total enrolments. Another important school related gender disparity is the presence of female teachers. Still in Kamanongue, only 11 out of 161 teachers are women.

Despite the existence of the 1988 Family Law Code, customary laws that generally neglect the protection of women's rights, in particular inheritance rights and when women and children are accused of witchcraft, often take preference. Women are seldom able to defend themselves or obtain legal counsel because of poor education and less awareness of their rights. This violation of rights also extends to women's bodily integrity as concluded in the 2001 Rapid Assessment Critical Needs conducted by the UN.

Crucially, the Gender Joint Programme 2005-2008 includes the review and reform of key laws and an awareness campaign about existing legal frameworks. The programme was officially approved on 17 February by the Ministry of Family and Women Promotion (MINFAMU), Rede Mulher, the Angolan Women Organisation (OMA), potential donors and UN agencies. It addresses the need to build and strengthen national capacity for advocating and mainstreaming gender and human rights into various development processes in Angola, thus contributing to the empowerment of Angolan women. It is a major contribution towards providing coordinated and focused support to the country as it emerges from emergency. It will liaise and coordinate with various Agencies in particular with UNICEF on Gender-based Violence, the OHCHR on the National Human Rights Action Plan, training in human rights based approach to programming, implementation of the CEDAW recommendations, and reporting to other Treaty Bodies. The UN Gender Theme Group will be resuscitated.

Equitable Economic Development, Democratic Governance & Decentralisation

Decentralisation

Although the decentralisation process in Angola started in 1999, the Government's strategic vision was more recently incorporated in several key development papers, including the PRSP. Angola being traditionally a highly centralised state, the government must address a series of difficulties in the implementation of the decentralisation process. These relate to the legal and institutional framework for the process, the lack of institutional capacity and inadequate democratic participation at provincial and municipal levels and weaknesses in fiscal decentralisation. The UN is assisting the government through a three year UNDP-led Decentralisation & Local Governance Project concentrating in four municipalities Luanda (Kilamba Kiaxi), Malanje (Calandula), Uíge (Sanza Pombo) Bié (Camacupa). In that context, a joint UNDP Governance Team - Ministry of Territorial Administration mission visited the municipality of Sanza Pombo in Uíge province to undertake a capacity building assessment at provincial and municipal levels. As in previous visits to Bié, Malanje and Luanda provinces, the mission looked into building partnerships with traditional authorities, NGOs, civil society organizations.

Protection

The Government postponed the election of the Human Rights Ombudsman, to which the former Minister of Justice was the only candidate. A series of consultation with hearings with the Parliament and with civil society representatives, as required by the "Paris Principles" on National Human Rights Institutions, was also postponed. Of particular concern for the Angolan human rights community is the absence of a law that specifies the responsibilities, competences, structure, and procedures of the Ombudsman's Office. The UNHRO has offered technical assistance to the National Assembly for the formulation of a law.

NGOs involved in Civic Education projects have reported a degree of apathy among the population possibly due to political intimidation. Wariness of a repetition of the 1992 events that followed the elections is rumoured in some provinces. Indeed, cases of political intolerance, involving both UNITA and MPLA sympathizers, have taken place since the beginning of the year. In particular a visit by Isaias Samakuva, the current UNITA leader, to Huambo was marred with violent clashes between UNITA and MPLA followers reportedly resulting in injuries. These developments highlight the hypersensitivity of the political grassroots bases despite recent statements by both parties that there was no political intolerance in Angola.

Although the campaign has changed into a more generalized "soft" operation, Operação Brilhante continued during February according to the head of the Angolan Army (FAA). Additionally, the Minister of Interior updated the figure of illegal immigrants expelled under the operation, which started last July to 256.417.

In Focus: HIV/AIDS

The Angolan HIV/AIDS prevalence is considerably lower than in neighbouring countries, thus suggesting that the lack of mobility resulting from the war may have slowed the spread of HIV/AIDS in the country. Data from a National Seroprevalence Study conducted at the end of last year amongst pregnant women receiving antenatal care in the 18 Angolan Provinces showed a prevalence rate of 2.8%. These results confirm the previous UNAIDS "Epidemic Update 2004" which estimated a prevalence rate below 5%.

However, caution is required when interpreting the data gathered in the survey. Firstly, it is important to remember that antenatal care facilities' coverage has been estimated below 40% so the peer group is not entirely representative of the general population. The prevalence rate is probably higher among other groups, in particular vulnerable groups such as truck drivers, armed forces, commercial sexual workers and street children. Also, the type of women who attend antenatal care facilities might not be representative of all pregnant women. It could be argued that the peer group might tend to belong to more educated group (because they seek medical care and live in areas developed enough to give access to the facilities) and therefore be more reactive to awareness campaigns and less at risk. The results cannot suggest a decrease in the prevalence rate even when compared to the previous estimates. Further studies on the general population, particularly on high-risk groups should be conducted.

When reading the results of the study it is also important to pay close attention to existing regional variations: in border provinces, HIV prevalence is significantly higher, suggesting that population movement conditions the rate of spread of the infection across borders and major corridors. For instance, the Cunene province has a rate much higher than the national average. Neighbouring Namibia has a prevalence rate of roughly 19.8% in 2004. Though the Planalto region seems less affected, the population movements from and to the Cunene province could up the rate of spread of the infection in the region.

The results of the National Seroprevalence Survey raises some concerns among the UN Thematic Group, the Ministry of Health and development partners with regards to the potential relaxation effect that they might induce and a possible lowering of the prioritisation of HIV/AIDS. Significantly, the WHO considers any pandemic as a generalised threat to a population when its prevalence rate reaches 1%. So this recently measured HIV/AIDS 2.8% prevalence rate in pregnant women should not give anyone any sense of security.

Instead, this prevalence rate should be understood as a unique window of opportunity to stem the virus in Angola and consequently to send a message

of hope to those countries in Southern Africa hugely affected by the pandemic. In the words of the Secretary General's special envoy for HIV/AIDS in Africa, Stephen Lewis, Angola can be part of the "Triangle of Hope" together with other success stories in the continent such as Uganda and Senegal. This is a historical opportunity for Angola.

Nevertheless, the window of opportunity will remain open for a short period of time and much must be done urgently. As Stephen Lewis put it "Angola is at the moment on the knife's edge. Angola will either plunge into the abyss of the devastation of the pandemic, or Angola will undertake a Herculean prevention effort and keep the prevalence rate low. That is the challenge for the government". In a meeting with the civil society, Stephen highlighted some of the actions he considered vital for a successful fight against the epidemic:

- * Prevention is the priority among priorities and should emphasise on media campaigns targeting 15-24 age groups as well as high-risk groups such as truck drivers, orphans, street children and the army

- * Treatment for people living with Aids: at present only available in Luanda where 2,000 patients are being treated. Anti retroviral (ARV) treatment should be extended to the provinces. Angola's 3x5 (the global "Treat 3 million by 2005" initiative) country target is 5,500 and that figure should be reached relatively easily.

- * Training programs: should be accelerated so that prevention and treatment can be better managed and optimised

- * VCT- Voluntary Counselling and Testing capacity should be reinforced

- * Addressing gender discrimination issues is indispensable in order to fight epidemic

- * Laying out an action plan regarding orphans before the problem becomes overwhelming

- * People living with Aids, their voice should be taken more into consideration and their views given central stage in the strategy to fight the epidemic.

Post-war Angola faces numerous challenges. These include overcoming widespread poverty, reconstructing economic and social infrastructure and reintegrating displaced civilian populations, as well as demobilized military and their families. In such a context a strong leadership is fundamental to ensure an effective response to the HIV epidemic and the current high level of commitment existing at central level of government is encouraging.

Efforts from the Government to implement a multi-sectorial response are now evident. The establishment of the National AIDS Commission chaired by the President of the Republic and composed by 12 ministers, and the approval of the National Strategic Plan already translated in Provincial Action Plans are clear demonstrations that fighting HIV/AIDS is a priority in the National Agenda. The HIV/AIDS law establishing the responsibilities of the government to adopt measures of prevention, control, treatment and investigation was voted last June.

However, these developments do not necessarily translate into increased operational readiness. Further institutional response must include the activation of the Executive Secretariat in order to allow a better flow of information for decision-making process. The Executive Secretariat will play a key role as an operational level coordination and monitoring and evaluation unit for the National AIDS Commission providing the necessary information for decision-making. At present, a transitional executive secretariat is being handled by the Project Implementation Unit of the World Bank HAMSET project. Moreover, the Technical Sub Committee involving NGOs, donors and partners has still not been established by the Government. Though some progress has been made, the institutional framework for the fight against HIV/AIDS is somehow still in the making.

Despite being strong at central level, leadership is mostly fragile at provincial levels. Only half a dozen Provincial Committees, the provincial mirror of the National Aids Commission, have been established so far and none of them are truly operational. The lack of management, monitoring and evaluation capacity is most evident in the province and has hindered the start of the implementation of Provincial Action Plan.

In terms of funding, the Government's National Strategic Plan's estimate of USD 160 million for the next 5 years is partly covered with the Global Fund USD 90 million proposal that should be signed in April.

The UN system in Angola is committed to support the National Response in its principal challenges for 2005. The main actions, in synergy with the WB Project (HAMSET) are:

- * To enhance the Executive Secretariat capacity to coordinate the implementation of the National Strategic Plan and to establish an operational Monitoring & Evaluation framework.

- * To make operational the Provincial Committees to fight HIV/AIDS with a mandate defining degree of autonomy, reporting lines and areas of accountability.

- * To scale up access to ARV treatment (3x5)

As illustrated recently in the Cunene province, the UN system will also assist the Government in emergency response actions with training for VCT- Voluntary Counselling and Testing capacity and extending treatment locally.

HIV Prevalence amongst women attending ANC facilities per provinces

With the exception of public UN sources, reproduction or redistribution of the above text, in whole, part or in any form, requires the prior consent of the original source.

Print Print Email E-mail Save to My ReliefWeb

Source: United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR)

Date: 23 Mar 2005

Countdown for Angolan repatriation

LUANDA, Angola, March 23 (UNHCR) -- The UN refugee agency's largest operation in southern Africa -- the repatriation of Angolan refugees from camps and settlements in the region -- is drawing to a close in a few months. By the end of October, virtually all refugees should have returned and UNHCR convoys and airlifts will stop.

More than 300,000 Angolans have returned home since 2002, either on UNHCR convoys and airlifts or by themselves. Upon arrival, the returnees receive a UNHCR reintegration package with basic non-food items such as a kitchen set, plastic sheeting, building materials and agricultural tools as well as two months' food rations from the World Food Programme.

"We plan to repatriate another 53,000 Angolans during the next seven months. After that, the three-year period of assisted repatriation will be concluded. As of 2006, UNHCR will not provide transport but we will still offer repatriation packages for those who return spontaneously," says Annette Nyekan, UNHCR's Acting Representative in Angola.

The only exception will be a group of 3,000 refugees in the Republic of Congo who have not yet decided to repatriate. Most of them originate from the Angolan enclave of Cabinda where preparations for return are still underway.

As in all major repatriation operations, a residual group might decide not to return home for various reasons. "These individuals are usually locally settled and well integrated in their countries of asylum," says Nyekan.

Will UNHCR run out of business in Angola in 2006? Jose Samaniego, who heads the agency's Angolan Programme Unit, replies with a laugh: "Our programmes here are increasing. We are shifting the focus from bringing people back home to making their return sustainable."

The UN refugee agency's strategy for the return of refugees to their home country is known as the 4Rs: Repatriation, Reintegration, Rehabilitation and Reconstruction. "The first R is nearly done, now we are concentrating on the other three," says Samaniego.

This is a challenging task in a vast country that has seen three decades of war and destruction. Most of the refugees are returning to isolated and remote areas in Moxico, Cuando Cubango, Zaire and Uige, which were the four provinces most affected by the war.

UNHCR's operational budget reflects the change in activities. This year, US\$10 million is being divided evenly between repatriation activities and general reintegration, whereas in 2006 the bulk of the budget will be allocated for reintegration projects. "We need to assist the population of those areas which are most affected by refugee returns," says Samaniego.

Returning refugees often find themselves in a difficult situation. Large parts of the country are littered with landmines. The infrastructure has been destroyed by the war, basic services are lacking and job opportunities are scarce.

UNHCR's policy for 2006 will help to bridge that notorious relief-development gap which regularly occurs in post-conflict situations as relief funds dry up but development aid is not yet forthcoming.

The UN refugee agency is pursuing innovative ways for its reintegration, rehabilitation and reconstruction activities. Currently, a UNHCR technical expert is closely working with the Angolan government and liaising with other UN agencies and donors to develop a reintegration framework for key areas of return.

Planning is done in a three-step process: Once the needs are identified by the ministries and UNHCR, projects are developed locally. The local administration and the sobas (traditional leaders) of the area are involved to make sure that the plans really meet the needs of the population. Only then are the donors asked for funding.

There is a wide range of UNHCR-supported projects covering water/sanitation, health, education, income generation, road repairs and many others.

While UNHCR is concentrating its efforts more and more on that post-return phase, the repatriation clock is counting down. Convoys from Kisenge in the

Democratic Republic of the Congo to Moxico province began in March for approximately 2,100 refugees and should be completed by the end of April.

As soon as road conditions permit, repatriation could also start from Bas-Congo to Uige and from Bandundu to Lunda Norte. However, the current outbreak of acute hemorrhagic fever in Uige province in northern Angola threatens the start of returns to Sakamdica and possibly Lunda Norte. This rare and highly contagious disease, called the Marburg virus, has reportedly claimed 95 lives so far. For the time being, the UN has suspended all non-essential travel to Uige province. The World Health Organisation, together with the Angolan government, is closely monitoring the situation.

Meanwhile, airlifts from Namibia to Angola are scheduled for early April when the rainy season comes to an end. In Zambia, airlifts and land convoys will resume in May. Airlifts from Botswana are planned to restart in May.

The Angolan repatriation is the second major return movement in southern Africa after the swift and successful repatriation of Mozambican refugees in the early 1990s. As soon as this is completed, a painful era of post-colonial and apartheid-induced wars in this part of Africa will be closed once and for all.

By Melita Sunjic

In Luanda

Source: Action for Southern Africa (ACT SA)

Date: 23 Feb 2005

Angola Peace Monitor Issue No. 5, Vol. XI

Government reshuffles continue

The Angolan government on 27 January underwent a further reshuffle, with the Minister for Information, Hendrik Vaal Neto being the most senior politician to be replaced. His deputy, Manuel Augusto, was also relieved of his post. President Jose Eduardo dos Santos replaced them with two senior media figures. The new Minister for Information, the former Director-General of Angolan National Radio (RNA), Manuel Antonio Rabelais, was sworn in on 28 January along with his deputy, Manuel Miguel de Carvalho "Wadijimbí", who was formerly the Director-General of the state news agency, ANGOP. Fonseca Manuel Chindondo will remain as the other deputy minister, having only been appointed in October last year. Chindondo was nominated for that post by his party, UNITA, which remains the second largest partner in President dos Santos' Government of Unity and National Reconciliation.

Also removed on 27 January was the deputy minister of Home Affairs, Sebastião Jose Antonio Martins, who has been replaced by Angelo e Barros Veiga Tavares.

The President's adviser for Regional and Local Affairs, Americo Maria de Moraes Garcia, has been promoted to the post of Head of the Civil House of the President of the Republic.

At the Ministry of Foreign Affairs, Irene Alexandre da Silva Neto has been appointed deputy minister, and at the Ministry of Education the new deputy minister is Adão Gaspar Ferreira do Nascimento. President dos Santos also relieved Job Castelo Capapinha from his post as deputy minister of Youth and Sports. This is because he has been appointed as the new Governor of the capital city, Luanda. His deputy ministerial post went to Gonçalves Manuel Muandumba.

Luanda growth poses problems

Job Capapinha was appointed as Governor of Luanda following the dissolution of the Luanda Management Commission, which had taken over from the previous Governor, Simao Paulo, in January 2004. His deputy is Francisca do Espírito Santo.

For Capapinha, the rehabilitation of the Luanda sewerage system will be a priority. Speaking on 25 January at an occasion to mark the 429th anniversary of the founding of the city, Capapinha stated that the other priority will be the collection of rubbish.

Luanda faces an uphill struggle to become a clean, sanitary city. According to a recent survey, it is estimated that the capital could grow to five and a half million people by the year 2010. Currently there are four million people living in the capital, which is already grossly overcrowded.

The study by Dar Al Handasah, commissioned by the Luanda provincial government, found that the city will need more schools to cater for an extra 750,000 children over the next five years. Pressure will also be put on the water and sewage networks. The study also recommended the building of a new airport.

Overhaul to justice system

Another major problem in Angola that needs to be tackled is the overhaul of the justice system, which suffers from a lack of skilled personnel and resources.

In a move to step up this process, former long-term Minister of Justice, Paulo Tjipilica, has been named as the candidate for the position of Justice Ombudsman.

Tjipilica was a senior member of the opposition party UNITA, when it was a rebel movement fighting against the MPLA government. However, he left UNITA to form his own party, the Tendency of Democratic Reflection, which has no seats in the country's parliament, the National Assembly.

Bilateral support grows as IMF problems mount

With the winding-up of the United Nations Consolidated Inter-Agency Appeal for Angola at the end of 2004, there has been a slow but steady drift towards bilateral aid.

On 27 January Portugal's Foreign Minister Antonio Monteiro signed a one-year accord with Angolan Foreign Minister Joao Miranda which paves the way for €22.3 million (\$29 million) to be provided as the first instalment in a three-year bilateral programme covering health, education, social re-integration and job creation.

Also on the agenda in Luanda was the issue of trade and investment, with moves towards abolishing dual taxation between the two countries and increasing protection on investments. Monteiro spoke of Angola's "enormous potential" and encouraged Portuguese business to play an active role in the country's reconstruction.

Japan has also been increasing its presence in the country, and at the beginning of the year opened its first Embassy in the country, headed by Charge d'Affaires Hiroaki Sano.

On 2 February Sano announced that Japan will donate a million dollars worth of food aid and other support to Angola. Sano stated that this was a continuation of the support that over the last decade had amounted to \$40 million.

Japan is also supporting demining in Angola, and a Japanese delegation recently visited the country to prepare the way for the provision of demining equipment. The four specialists from Yamanashi Hitachi visited Huambo province to assess the needs.

Angola has continued to have close relations with Russia, which during the time of the Soviet Union was at the heart of Angola's international relations. On 3 February the provincial government of Luanda signed a memorandum of understanding with the city of Moscow aimed at strengthening ties. As part of

the ties, the Governor of Luanda has been invited on a working visit to Moscow.

However, the major growth in bilateral relations has been between Angola and China. The importance to China is reflected by the forthcoming visit of the Chinese Vice-Premier, Zeng Peiyan, to the country.

The Chinese government has been releasing a massive \$2 billion loan to Angola, which is already making a big impact with the construction of roads, bridges, hospitals, schools and government buildings. The loan is being repaid through the provision of crude oil to China to guarantee the supply of oil to the rapidly growing Asian economy. China is now a major recipient of Angolan crude, as is the United States.

The loan has frustrated attempts by the International Monetary Fund (IMF) to impose economic and political conditions upon the Angolan government. Although the Angolan government has been working with the IMF to improve its accountancy and transparency problems, and it has cut state subsidies on essential products such as fuel and food, it has not reached agreement with the IMF principally on the rate of expansion of the economy.

During his visit to the country last November, the IMF Deputy Managing Director Takatoshi Kato stressed the need for low inflation, which he saw as central to poverty reduction. He also put forward the orthodox economic analysis that fiscal deficits had to be reduced to remove market distortions and "provide room for private sector growth".

In contrast, the Angolan government has been increasing the fiscal deficit by promoting state-funded reconstruction, which greatly expands the economy and is providing many jobs. This programme is mainly being funded through oil-backed loans, such as the Chinese loan.

The loan has also enabled the government to use its own revenues to fund other essential programmes such as an expansion in health and education, along with the huge cost of preparing for and running next year's national elections.

However, it looks as if for the moment the IMF will not reach agreement with the Angolan government to implement a Staff Monitored Programme, which would open the way for international loans on more competitive terms than many recent oil-backed loans, and would pave the way for an international donors conference ahead of the 2006 elections.

World Bank support for health

Despite a cooling of relations between the Angolan government and the International Monetary Fund, the IMF's sister organisation, the World Bank, continues to provide access to funds for the provision of basic services to the Angolan population.

Indeed, the World Bank has stepped in to provide immediate funding for health programmes, whilst promised funding from other donors is expected to be slow in appearing.

At the end of December it was announced that the World Bank had agreed to support the Angolan government's programme to combat the spread of HIV/AIDS, malaria, and TB by strengthening institutional capacity, increasing access to health services, preventing infection, and improving treatment and recovery rates. The World Bank will support the programme with technical assistance and a grant of \$21 million.

According to the World Bank these three diseases account for three quarters of all deaths from infectious diseases. The terrible death rate for children under five, which runs at about 40 percent, is largely due to malaria, as is a quarter of mothers' deaths in childbirth.

Central to the Angolan government's strategy is the introduction of the Artemisinin-based Combination Therapy (ACT) to replace the older anti-malarial treatments that are no longer effective. The malarial parasite, plasmodium, has developed a strong resistance to the older treatments, such as amodiaquine which is currently used as the frontline treatment against malaria.

The introduction of the ACT tablets, under the brand name Coartem, has made a huge difference in the treatment of malaria in Southern Africa. In the Libombo region (covering the KwaZulu Natal province in South Africa, Swaziland and southern Maputo province in Mozambique) malarial rates have been slashed by up to 90 percent under a scheme funded by the Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria. The Global Fund is donating \$22 million to the Libombo region over a five-year period.

There are also hopes that a vaccine against malaria could be developed within the next few years. Speaking at an event in Washington on 15 February, Melinda Moore, director of the Malaria Vaccine Initiative predicted that if funding for the research continues, scientists will develop a vaccine by 2010.

Much of that research has taken place in Maputo province. Last October the London-based medical journal The Lancet published a paper detailing trials of the new malaria vaccine, Mosquirix, on over two thousand children in Maputo province. The trial found that the vaccine cut severe malaria, where the children were very sick and at high risk of dying, by 58 percent. The vaccine

could be available by the end of the decade. By that time it is estimated that half the world's population - nearly 3.5 billion people - will be living in areas where malaria is transmitted. The Lancet calculated that the economic cost of malaria for Africa is equivalent to \$12 billion annually.

Although artemisinin is a relatively expensive drug, it can be imported through the UN's World Health Organisation at a discount from its manufacturer Novartis in a not-for-profit scheme.

Angola's switch to artemisinin was an important step towards reaching agreement with the Global Fund, and on 16 January an agreement was signed paving the way for a two-year grant of \$28,473,354.

Under the agreement, the Angolan government has guaranteed that 60 percent of the population will have access to effective treatment; 70 percent of pregnant women attending antenatal care will receive preventative treatment; 40 percent of children under five and pregnant women will have insecticide-impregnated mosquito nets; and the capacity of the health service will improve to cope with the growing treatment of the disease.

However, the World Bank has warned that "experience from other countries shows that there is a significant time lag between Global Fund approvals and disbursement which makes the ready availability of Bank financing of great importance to the government".

The World Bank grant will also tackle the growing problem of HIV/AIDS. An HIV prevalence study among pregnant women undertaken by Centers for Disease Control, completed in December 2004, showed an average prevalence level of 2.8 percent for the country. However, the World Bank and the Global Fund are working on assumptions that the rate is around 5.5 percent. The third main illness to be tackled, tuberculosis, is increasing in parallel with HIV/AIDS.

The government plan to treat both HIV/AIDS and TB are subject to provisional agreements with the Global Fund, but neither agreement has been signed as the government has yet to fulfil certain requirements, which it is hoped will happen as a result of the injection of cash from the World Bank. Eventually this will open the door for further funding from the Global Fund for \$27.6 million for HIV/AIDS, and \$7.3 million for TB.

World Bank provides funds for reconstruction

The World Bank has also agreed to provide Angola with over \$50 million to help build the foundation for the long-term reconstruction of the country.

On 17 February the Bank's Board of Executive Directors approved an International Development Association (IDA) grant of \$25.8 million and a credit of \$24.9 million to the government of Angola. The Angolan government has committed itself to co-financing the project with \$32 million, and a further \$9 million will be raised from other donors.

Central to this programme is the lifting of rural incomes and improving food security in the provinces worst hit by the war that ended in 2002. According to the World Bank, the programme will also "improve access to elementary education and essential health services; reconstruct and rehabilitate critical infrastructure; and strengthen the capacity of government at all levels to formulate, prepare, implement, and manage medium and long-term development programs".

During the first phase it will focus on reviving agriculture, providing essential drugs, teaching and learning materials, and restoring water services in Luanda and three provincial capitals.

During the second phase, the programme will support the rehabilitation or construction of schools, health facilities, rural feeder roads, trunk roads, electricity services, urban infrastructure, rural water and water supply to provincial capitals.

The credit will have to be repaid to the IDA, but being a soft loan the interest is at a nominal rate, and the loan is to be repaid over 40 years, including a 10-year grace period.

Angola hit by tsunami

Funds for the United Nations' World Food Programme (WFP) to feed Angolans as they put their lives back together after the war have dried up following the success of the international appeals for the victims of the Indian Ocean tsunami, which attracted hundreds of millions of dollars.

On 14 February the WFP warned "with 22 million people in Africa desperately short of food, the WFP called today for the world to respond to the continent's hunger with the same commitment and compassion shown recently towards the survivors of the Indian Ocean tsunami".

Donations to WFP's operations in Africa dropped by 21 percent in January to \$24 million compared to \$29 million in the first month of 2004.

According to WFP Executive Director James Morris, "By responding so vigorously to the tsunami, the world admirably demonstrated how much it cares for millions of people facing extraordinary suffering. The challenge we now face is to ensure that a 'tsunami effect' does not ripple across Africa,

drawing funds away from humanitarian operations there and adding Sudanese, Angolan and Liberian victims to its toll. I'm sure that donors to the tsunami disaster will not allow their generosity to be at the expense of hungry people in Africa, however far from the global spotlight they are".

The \$24 million received in January for Africa must feed 22 million people in 22 countries. In Angola many recipients are on half rations because international donors have not supported the WFP's Protracted Relief and Recovery programme, which is still \$40 million off target, equivalent to 60,000 tonnes of food for distribution to returnees throughout 2005.

Although there have so far been no cuts in rations to extremely vulnerable people, numbering 60,000 people such as orphans or the elderly, other categories of people have had their rations cut by half, with the prospect of further cuts by the beginning of April unless there are more donations soon.

In total WFP feeds a million people in Angola, and will continue until it begins to phase out its programme with the next harvest from May onwards.

Last year's repatriation programme run by UNHCR and the International Organisation for Migration fell well short of its target of bringing 170,000 Angolans home, as it only managed to bring back 52,000 refugees. This year it plans to complete the repatriation programme, returning a further 54,000 refugees living in neighbouring countries, beginning in March. However, central to the programme is the provision by the WFP of food aid for returnees for two harvests, which means that funds and donations will be needed until at least 2007.

Police Chief promises murder investigation

The head of the National Criminal Investigation Directorate, Eduardo Cerqueira, has promised to pursue the murderers of the opposition leader Mfulumpinga Lando Victor.

Victor was the leader of the Democratic Progress Party - Angola National Alliance, which held one seat in the National Assembly. He was shot as he left his party's headquarters on 2 July 2004.

Speaking on national radio, Eduardo Cerqueira told listeners that his department was investigating "seriously and with commitment" and that the case would be revealed "at any moment".

Build-up for elections

The Angolan government is preparing the way for national elections, due to be held in September 2006.

At the beginning of December 2004 it set up an Intersectoral Commission for the Electoral Process headed by Minister of Territory and Administration, Virgílio Fontes Pereira, and incorporating the Ministers of Home Affairs and Telecommunications. The government has also appointed Paulo Soma as the National Director of Elections.

Below this national level are provincial commissions responsible for carrying out the elections at local level.

Kwanza-Norte province has set up its commission to support the elections process, based in Ndalatando. The commission is coordinated by the provincial Governor, Henrique Andre, assisted by his deputy for Social and Productive Affairs, Manuel Abreu da Silva and six other members.

International support for the elections has also been gearing up. The Electoral Institute of Southern Africa (EISA) has funding of more than €3 million for its work in Angola. An office in Luanda will coordinate the organisation's support, which will include programmes of technical assistance to the Electoral Commission, political parties, seminars and civic education campaigns on the suffrage. There will also be training for voting stations staff and for journalists.

EISA is funded by the governments of Belgium, Canada, Finland, Ireland, New Zealand, Denmark, Norway, United Kingdom, Switzerland, Sweden, United States, and the European Union, and various branches of George Soros' Open Society organisations.

The Angola Peace Monitor is produced every month by ACTSA - Action for Southern Africa.

Oposição solicita ao Presidente da República para convocar eleições gerais

Luanda, 05/04 - Representantes de 36 partidos políticos e de 25 organizações não governamentais apelaram hoje, em Luanda, ao Presidente da República, José Eduardo dos Santos, para convocar as eleições gerais previstas para o ano de 2006.

Este apelo consta de um comunicado produzido no término da mesa redonda subordinada ao tema "realização de eleições livres, justas e transparentes em Angola", promovida pelo movimento "Campanha por uma Angola Democrática.

O documento solicita o engajamento do governo na criação do Conselho Nacional Eleitoral independente e sugere a atribuição de um subsídio pré-eleitoral para todos os partidos políticos sem excepção.

O comunicado final insta o governo para a observância do pluralismo e isenção dos meios de comunicação social e que seja permitida a expansão do sinal da emissora católica de Angola em todo o território nacional.

A campanha por uma Angola Democrática apela as partes envolvidas no conflito militar em Cabinda para a cessação imediata e incondicional das hostilidades e que encontrem soluções urgentes por via do diálogo.

Os signatários deste documento solidarizam-se com a população vítima das cheias no Kwanza-Norte e Benguela, em especial com aquelas que foram atingidas pela febre hemorrágica de Marburg, na província do Uíge.

Os participantes ao fórum solicitam "ao mais alto magistrado da nação e ao governo para a necessidade imperiosa que visa pôr fim a intolerância política no país, bem como imputar responsabilidade civil e criminal ao autores de tais actos".

Na sessão de encerramento, dirigida pelo presidente do Grémio ABC, Lando Kama, foram lidas três resoluções, nomeadamente uma sobre a comunicação social, outra sobre a intolerância política em Angola e a terceira dedicada ao falecimento do Papa João Paulo II.

De igual modo, os participantes aprovaram duas moções, sendo uma de solidariedade com as vítimas de epidemia de Marburg e outra dedicada as populações atingidas pelas cheias nas províncias do Bengo, Benguela, Kwanza-Norte, Namibe e Kunene.

Na cerimónia de abertura registada esta manhã, o representante do Centro Nacional de Aconselhamento, Reis Luís, defendeu a necessidade de Angola adoptar um código de conduta eleitoral para prevenir aspectos negativos durante o próximo pleito eleitoral, previsto para 2006.

O evento, patrocinado pela organização não governamental americana "Open Society", pretende relançar o debate sobre a urgência na definição do processo de democratização do país, bem como promover a convergência e solidariedade entre os diferentes grupos da sociedade civil e oposição política preocupados com a actual situação do país.

050406Refriango vai duplicar produção este ano

Joaquim Cabanje

Com apenas cinco meses em funcionamento, a Refriango vai duplicar a sua produção ainda este ano (dos actuais 100 mil para 200 mil latas por hora), com a instalação de novos equipamentos na fábrica que começou a produzir

em Novembro do ano transacto, altura em que introduziu no mercado sumos de marca “Blue” e “América Cola”.

Segundo José Daniel, sócio-gerente da empresa, que falava nas instalações fabris situadas, no Kikuxi, Viana, das quatro linhas previstas para a produção dos refrigerantes apenas duas estão em funcionamento, nomeadamente a segunda linha que tem capacidade para produzir 30 mil latas/hora e a terceira para 70 mil latas por horas.

A primeira linha de PET de 35 mil garrafas/hora já montada e a quarta de vidro a ser instalada nas próximas semanas, com capacidade para 60 mil garrafas/hora, irão elevar a produção, tão logo entrem em funcionamento.

A quarta linha, que produzirá com garrafas retornáveis, com todo o equipamento já nas instalações fabris, proveniente do exterior, poderá começar a ser montada pelos técnicos estrangeiros nos próximos dias.

Segundo se soube no local, seis a sete meses é o tempo necessário para se conceder o visto de trabalho, devido ao excesso de burocracia nos órgãos afins. Tão logo as duas outras linhas entrem em funcionamento, a produção ascenderá para os 200 mil latas por hora.

A caminho de cinco anos, depois de ter sido aprovada pelo Conselho de Ministros, a unidade fabril com 300 trabalhadores maioritariamente jovem, ocupa uma área de 20 hectares de terreno, o equivalentes a 20 campos de futebol.

A Butzbach Trading Internacional (SA), empresa portuguesa, foi a instituição financiadora da fábrica, que orçou em 35 milhões de dólares.

Dentre os compartimentos da unidade encontra-se o sector de reposição de equipamento e de tratamento de água para 120 metros cúbicos por hora, disponível com tecnologia de ponta.

A área engloba a parte de manutenção, oficina – auto, enfermaria, lavandaria, câmara de frio e congelação, sala de xaropes, de matérias primas, um laboratório moderno, uma zona de embalagem e sistema de tratamento de águas residuais, que serão usadas para o regadio de plantas e jardim.

Instalada numa zona agrícola, a Refriango ainda funciona com um sistema de energia proveniente de um grupo privado de geradores, numa altura em que a rede pública se transformou num autêntico vaivém. Porém, nos próximos 15 dias, num esforço financeiro da própria empresa, a corrente eléctrica será um facto.

A Blue é um produto tipicamente angolano, possuidor de sete sabores, nomeadamente ananás, maracujá, laranja, limão, manga, maçã, e morango. Para além disso, a unidade fabril produz ainda a América Cola, cuja patente da marca pertence a “The Monarch Beverage Company”.

Há quase 10 anos no ramo empresarial, José Daniel, sempre acompanhado pelo director da fábrica, José Bernardo, revela que a produção é garantida por um sistema totalmente informatizado, cabendo ao homem apenas supervisionar os equipamentos.

Dos 36 técnicos expatriados necessitados pela empresa, para garantirem a produção, apenas chegaram 17, devido à morosidade na concepção dos vistos de trabalho, que chegam a atingir seis a sete meses.

A produção acabada da Blue chega a atingir, para além de países limítrofes, como a Namíbia, Zâmbia e os dois Congo, o Burundi. A fim de salvaguardarem a produção, a matéria prima é proveniente dos Estados Unidos da América, Brasil e Portugal.

A produção é garantida por dois turnos, num universo de 300 trabalhadores, que geralmente são recolhidos por quatro autocarros para o efeito.

North Korea's Deputy President Ends Visit

Angola Press Agency (Luanda)

March 31, 2005

Posted to the web March 31, 2005

Luanda

North Korea's Deputy President, Yang Hyong Sop, left Luanda this Thursday afternoon, bound for his country, after carrying out a three-day official visit to Angola.

The Angolan Prime Minister, Fernando da Piedade Dias dos Santos, and other governmental officials, were at the international airport "4 de Fevereiro", presenting farewell greetings to the North-Korean Deputy President, who boarded an airplane that will do a stop-over in Johannesburg (South Africa).

A Press note released this Thursday morning states that the governments of Angola and North Korea consider as excellent the relations that link the two countries and peoples, which are to be strengthened and diversified.

The note, which summarises the talks that the two delegations held on Wednesday, adds that both sides agreed on the need to re-activate the Joint Bilateral Commission, whose fourth session should take place this year, in the North Korean capital city.

The results of the talks- whose details have not been given to the Press- are condensed in a "Verbal Process", which has been signed by both sides.

During his stay in Luanda, Yang Sop was received in audience by the Angolan Head of State, Jose Eduardo dos Santos, as well as had a courtesy meeting with the National Assembly Speaker, Roberto de Almeida, and visited some historical, social and economic undertakings, in Luanda.

AFX International Focus

March 31, 2005

BP finds more oil in Angola

BP PLC said it found more oil in Angola, its sixth discovery in the country so far.

It found oil in the Ceres-1 well, located in deep-water Block 31, 32 kilometres south-east of the Plutao discovery.

The hole flowed at 5,844 barrels of oil per day. Further work will be done to assess the size of the latest find that followed Plutao, Saturno, Marte, Venus and Palas.

BP is the operator of the block and holds a 27 pct stake. Its partners include Esso Exploration and Production Angola Ltd, Sonangol, Statoil, Marathon Petroleum and Total.

Relações angolano-norte coreanas consideradas `excelentes`

Luanda, 31/03 - Os governos de Angola e da República Popular e Democrática da Coreia consideram excelentes as relações histórico-culturais que unem os dois países e povos, mas são a favor do seu aprofundamento e diversificação.

Esta decisão está expressa num comunicado de imprensa hoje tornado público em Luanda, emanado das conversações que delegações dos dois países mantiveram quarta-feira, no âmbito da visita oficial a Angola do vice-presidente norte-coreano, Yang Hyong Sop.

Para o relançamento e aprofundamento dessa cooperação, que mereceu uma abordagem profunda, as duas partes decidiram-se pela reactivação da comissão mista bilateral, cuja quarta sessão deve ter lugar ainda este ano, em Pyongyang, a capital coreana.

Os resultados das conversações - de que não foram fornecidos detalhes à imprensa - estão condensados num "Processo Verbal", assinado pelas duas partes.

Em declarações à imprensa, o vice-ministro angolano das Relações Exteriores, George Chicoty, disse que é desejo dos dois países o alargamento da cooperação bilateral, que actualmente se restringe ao sector da saúde, ao abrigo do qual cerca de 400 técnicos de saúde e médicos norte-coreanos prestam assistência em vários pontos de Angola.

Contudo, disse que há perspectivas dessa cooperação vir a estender-se a outros sectores, como os da construção, agricultura e pescas, inclusive com o eventual envolvimento do sector empresarial.

Chicoty disse que em substância, as conversações tiveram mais um carácter exploratório em relação às oportunidades que se abrem, uma vez que a comissão mista não se reúne desde o ano de 1981.

Yang Sop, que formulou um convite ao Primeiro-ministro angolano para visitar o seu país, deixa Luanda ao princípio da tarde de hoje, no final de uma visita oficial de três dias a Angola.

Deputados terminam abordagem do ante-projecto de Lei Eleitoral

Os deputados da Assembleia Nacional concluíram ontem, em Luanda, a abordagem, na especialidade, do ante-projecto de Lei Eleitoral, um dos sete diplomas constantes do pacote legislativo que suportará as próximas eleições gerais.

As discussões do referido ante-projecto iniciaram-se há cerca de um mês.

Antes do ante-projecto ser submetido à aprovação da plenária da Assembleia Nacional, as lideranças dos grupos parlamentares vão discutir o polémico artigo 13º, referente ao registo eleitoral. O artigo 13º suscitou acesos debates na Comissão de Assuntos Constitucionais e Jurídicos e Regimento do Parlamento, não tendo o MPLA e a oposição chegado a um consenso.

Para ultrapassar o impasse, o MPLA propôs segunda-feira uma nova redacção do artigo 13º à oposição, que foi acolhida com simpatia por alguns deputados.

A nova redacção atribui ao Governo a tarefa de organizar todos os actos e operações inerentes à realização do registo eleitoral, cabendo ao Conselho Nacional Eleitoral (CNE) a responsabilidade de superintendência geral e a fiscalização do processo. Esta última tarefa é atribuída também aos partidos políticos.

Na anterior proposta, o MPLA atribuía o registo eleitoral a um órgão competente da Administração do Estado (Governo), a todos os níveis, com supervisão do CNE, através de visitas de constatação aos locais de registo e a elaboração de relatórios periódicos

sobre a evolução das operações pelo órgão executor.

Quanto às formações políticas, o artigo sublinhava que estas podiam acompanhar o processo, através de representantes seus devidamente identificados, mas sem interferir nas operações.

A oposição defendia a atribuição das operações de registo eleitoral ao CNE.

Por discutir ficou ainda a definição de competência e composição do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), os deveres de cooperação, os órgãos necessários a todos os níveis, bem como os mandatos e posse dos seus responsáveis.

O entendimento registado nos debates de ontem permitiu ultrapassar algumas questões pendentes, como a constituição das assembleias e das mesas de voto, bem como o aspecto dos mil eleitores por cada assembleia, proposta avançada pelo MPLA e que a oposição dizia ser um número elevado.

Os trabalhos na Comissão dos Assuntos Constitucionais, Jurídicos e Regimento da Assembleia Nacional prosseguem hoje, com a discussão das propostas de leis de Observação Eleitoral e de Código de Conduta Eleitoral.

MPLA recruta mais de 21 mil novos militantes no Huambo

Vinte e um mil e 69 novos membros ingressaram, nos últimos quatro meses, no município do Huambo, nas fileiras do MPLA, anunciou terça-feira, naquela cidade, o seu primeiro-secretário, Armando Kapunda.

Falando na sessão de abertura da quinta reunião plenária daquele órgão de direcção local do partido maioritário em Angola, o responsável político revelou que grande parte dos novos membros pertenciam a outras formações políticas.

O encontro foi convocado para balanço das actividades desenvolvidas no último quadrimestre e planificar acções para igual período do ano em curso.

Os participantes vão igualmente debruçar-se sobre o processo de paz e a actual situação sócio-económica das populações locais.

Segundo dados do Comité Municipal do Huambo do MPLA, o partido controla 135 mil 665 militantes, enquadrados em 283 comités de acção distribuídos nos vários bairros da cidade.

Enquanto isso, uma campanha especial de recrutamento de novos militantes vai ser lançada proximamente em toda a província do Moxico, revelou ontem, no Luena, o primeiro-secretário provincial, João Ernesto dos Santos “Liberdade”.

A decorrer até Setembro deste ano, o processo, segundo Liberdade, visa incentivar o crescimento quantitativo e qualitativo das estruturas do MPLA, para encarar os desafios do futuro com certeza na vitória.

Exortou, por isso, os responsáveis e militantes do partido a explicarem, convenientemente, às massas o postulado nos estatutos e programa de acção do partido, para o êxito da campanha.

Governo e UNITA reúnem-se no quadro do mecanismo de concertação

Luís Costa

O Mecanismo Bilateral de Concertação entre o Governo e a UNITA, órgão de consulta criado após a assinatura do memorando do Luena, esteve reunido ontem em Luanda, soube a Voz da América de fonte oficial.

Esta foi a primeira reunião do ano de 2005. A desmobilização e execução do Protocolo de Lusaka e do memorando do Luena faziam parte da agenda da reunião.

A UNITA levou como preocupações para a reunião o nível de reconciliação atingido até aqui e actos de intolerância praticados contra militantes seus.

Pelo Governo estiveram presentes o ministro do Interior, Osvaldo Serra Van-Dúnem, o secretário do MPLA para a Informação, Norberto dos Santos “Kwata Kanawa”, e o director do IRSEM, general António Andrade.

Questionado sobre as alegações da UNITA e também de outros partidos segundo as quais o MPLA persegue ou incentiva represálias contra militantes seus, Kwata Kanawa disse que os partidos atingidos por tais actos não têm sabido pôr o problema.

“Há quem entenda que se trata de uma actividade organizada, preparada e comandada pelo MPLA, coisa que nós negamos. O que existe são actos isolados de cidadãos que, perturbando a ordem e a tranquilidade públicas devem responder à polícia. Não existem actos de tolerância preparados pelo Governo ou pelo nosso partido. O que temos vindo a dizer é que todos que ponham em causa a ordem e a tranquilidade públicas devem ser levados à polícia. De resto, esta era uma das nossas preocupações para esta reunião. Quer-nos paracer que alguns partidos procuram encontrar no

MPLA o bode expiatório para os seus problemas”, disse.

Kwata Kanawa disse também que, embora haja problemas pontuais, a aplicação do

Protocolo de Lusaka e do memorando do Luena corre bem. “Tirando alguns sobressaltos aqui e acolá, que não põem em causa os entendimentos e a estabilidade política, está tudo bem”.

Convidado a comentar as objecções levantadas pela oposição relativas ao artigo 13º da lei eleitoral, Norberto dos Santos “Kwata Kanawa” disse que questões como fiscalização, coordenação e liderança deste processo talvez fiquem resolvidas já hoje, quinta-feira.

“Teremos nesta quinta-feira de manhã uma reunião com os chefes dos grupos parlamentares, e pelo que eles nos disseram na terça-feira acreditamos que tudo se resolva logo logo. Os líderes parlamentares com quem estivemos reunidos terça-feira disseram que a nova proposta já configurava uma aproximação. Eles ficaram de consultar as suas lideranças, e quero acreditar que o que sobra agora são pedidos de esclarecimento, porque as suas grandes preocupações foram acomodadas na nova redacção do artigo 13º”.

Finanças arrecadam Kz. 4,3 biliões no Lobito

A Repartição Fiscal de Finanças do Lobito, província de Benguela, arrecadou de Janeiro a Fevereiro do ano em curso cerca de um bilhão e oito milhões e seiscentos e trinta kwanzas, contra quatro biliões, trezentos e oitenta e cinco milhões e 587 mil e 498 kwanzas em 2004.

O valor foi anunciado terça-feira naquela cidade pelo chefe da referida instituição, Fausto Seródio, durante a visita do vice-ministro das Finanças, Arlindo Chicato, àquela localidade.

Segundo o responsável, o valor não é satisfatório pelo facto da fiscalização não possuir meios de transportes para cumprir o mesmo serviço no interior da província.

Na mesma ocasião, apelou para a necessidade de se reabilitar a instituição que dirige, assim como requalificar os seus quadros.

Em função desta preocupação, o vice-ministro garantiu que a instituição será reabilitada e será equipada com viaturas para corresponder as exigências do mercado.

A repartição fiscal do Lobito é constituída por uma secção de fiscalização, imposto industrial e predial e conta com 20 funcionários.

Seguros registam retracção de mercado

António Pedro

A existência de apenas duas empresas de seguros em Angola encarece os produtos com os serviços a apresentarem ainda má qualidade, o que provoca uma significativa retracção do mercado. A constatação foi feita pelo consultor da Stefanini IT (multinacional brasileira), Sebastião Neto, quando terça-feira falava durante um seminário dirigido a administradores, directores e técnicos de bancos, de empresas de seguros, de fundos de pensões, correctoras de seguros e de empresas públicas e privadas.

Para o consultor, prestar melhor qualidade de serviço aos segurados implica obter informações precisas sobre o mercado em que se está inserido e avaliar os cálculos de riscos.

O especialista sugere, entretanto, que o mercado de seguros melhore os serviços prestados, ao mesmo tempo que deve reduzir os preços praticados, por forma a atrair mais clientes.

A falta de concorrência perfeita no mercado resulta no facto de que em Angola um indivíduo detentor de uma apólice de seguros contra danos próprios, se tiver um acidente ou o carro avariar na estrada, tem de procurar ele mesmo um pronto socorro, sublinha Sebastião Neto.

Noutras partes do mundo, ressalta, o segurado contacta a companhia de seguros que providencia um taxi, para o transportar, e o reboque para viatura acidentada ou avariada. Apesar de o mercado ser oligopólio, o melhoramento da qualidade dos serviços prestados pelas seguradoras deve enquadrar-se na sua componente fundamental para o seu desenvolvimento.

Sebastião Neto salientou que concessionária alguma de viatura no seu país vende determinada marca sem estar assegurada.

Petróleo: Isenções chegam a USD 1,5 bilião

As isenções aduaneiras concedidas às importações directas efectuadas no sector petrolífero, nomeadamente bens de consumo e equipamentos, durante os últimos

três anos, situaram-se em média de um bilião e meio de dólares.

As isenções foram concedidas ao sector por força da lei dos regimes especiais do sector petrolífero, segundo a qual as empresas petrolíferas ficam isentas de pagamento de direitos aduaneiros na importação de equipamentos para investir.

Os dados foram apresentados pelo economista Alves da Rocha quando dissertava sobre “O estado actual da economia angolana e perspectivas de desenvolvimento a médio prazo, no Encontro de Cooperação Empresarial entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

De acordo com Alves da Rocha, o sector mineral (petróleo e diamante) apresentaram nos últimos três anos um crescimento médio de 17; 60,5 e 7,3 por cento de crescimento económico respectivamente.

No encontro que encerra quarta-feira participam empresas de Angola, China, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Macau.

ANGOLA: Interview with outgoing CARE director Doug Steinberg

[This report does not necessarily reflect the views of the United Nations]

LUANDA, 31 March (IRIN) - If peacetime Angola is to lift itself out of the slough of poverty, the government must open its books to scrutiny, and donors, industry and the international community need to take a tough stance to ensure this happens, Doug Steinberg, the outgoing country director of the humanitarian NGO, CARE, told IRIN in an interview.

Angola is rich in oil and diamonds, but is poor in almost everything else, and Steinberg believes the lack of transparency is "rotting the country from the inside", keeping Angola at the bottom of the UN human development index.

Q: In your two and a half years as country director of CARE, you have seen Angola move from a humanitarian emergency to a desperate need for development. What positive changes have you seen?

A: A huge amount has changed. The war is definitively over - I've never talked to anybody who thinks it's going to start up again. Recently I've been asking people about how they think the elections (to be held in 2006) will go, and people talked a little about possible sporadic violence around the elections, but it's not like it's going to be war again. That's a huge positive in this country, and I think a lot of people outside the country don't recognise this.

The world has kind of forgotten about Angola as being a source of need, or being a problematic place. Okay, the war is over, so they're focusing their attention on Darfur, Iraq and Afghanistan. There's a bit of negligence here - not only donor resources but of political will - that's probably what is needed the most, just to get things moving.

Q: Is there sufficient political will, or do projects tend to get bogged down in red tape or stalling, amid a reluctance to accept guidance from outside?

A: You have a lot of civil servants with good ideas, but putting them into practice is difficult; human resources are a huge problem, requiring an overwhelming investment in training - you have a very thin layer of competency floating under all the bureaucracy.

What Angola needs are ideas from outside, and training - there's a lot to be learned from looking at other countries, and how they solve their problems. We're not necessarily saying that Angola doesn't know how to do it, but the world is big, and we need to learn from each other.

Q: Many people say the government is not doing enough to improve the lives of its people. Do you agree?

A: I was astonished when I first got here - there was a Human Rights Watch report that said almost a billion dollars was disappearing out of government coffers each year, yet for two consecutive years the UN consolidated appeal was in the order of \$300 million. The government of Angola could easily meet the entire humanitarian need and still serve their own political interests. If those [oil] resources were actually used for social development, it would resolve the needs of the people.

Q: What is the crucial factor that is holding Angola back?

A: This issue of transparency is really the fundamental problem for this country - it's wasting Angola's potential. It's a responsibility which does not just belong to the government - so many other actors need to be involved in building a transparent democracy: the oil companies have to be much more forthcoming; the donor countries need to continue to apply pressure, and must be much more aggressive about it.

Q: Will this lack of transparency jeopardise a donor conference in Angola?

A: With the whole IMF/SMP [International Monetary Fund's Staff Monitoring Programme] falling through [due to the Angolan government's failure to disclose the whereabouts of a \$600 million windfall from last year's high oil prices], I just can't imagine that any donor would be interested in having a conference - the World Bank is not going to organise it under these circumstances. I think a donor conference is unlikely, and the fact that the government keeps asking for it is a diversionary tactic.

I think it's reasonable, at this point, that a donor conference be linked to other conditions regarding fiscal management. If you did get it straightened out with fiscal management - more transparency, better reporting and better budget processing - then the question is: is there going to be any need for massive donor assistance? As a platform for Angola to market itself, or show off the legitimacy and credibility of the government, or for everyone to feel that they are doing good, then, maybe, a donor conference is worth doing, but in terms of responding to development needs, then it's just a piece of theatre.

Q: Angola is due to hold its first peacetime ballot next year. Will this lead to any improvement in the situation?

A: Every time you talk about problems in Angola, ultimately, you get to the issue of governance ... and the fact that decision-making in the government is not transparent. When there is commitment from the presidency, things seem to happen; when there is no explicit commitment, things drag on.

I think the government itself is still remaining pretty much unchanged, in terms of the way it operates and its priorities. I don't think the elections will change that. The elections have to happen - it's a necessary condition for laying the foundations of democracy - but I don't think that, after elections, Angola will be able to say, 'okay, we're democratic'. There's so much more that needs to happen, in terms of mechanisms for local level participation, inclusion-type mechanisms, and much, much more transparency.

If there was much more reporting on how much is being paid into the government; how much is received, and where it goes, then you could start laying the foundations for people to participate and make decisions. If you vote without knowledge or information, on what basis do you vote?

Q: How have CARE's activities helped this process?

A: Much of our work has focused on increasing democracy and participation at a local level. Projects, such as the DFID [UK Department for International Development] -funded LURE [Luanda Urban Rehabilitation and Micro-Enterprise initiative], have empowered communities to liaise with local authorities and achieve basic solutions to common problems, such as a lack of clean, safe water and the accumulation of disease-ridden rubbish.

People are basically taking their own destinies in their hands - that, to me, is empowering. People are starting to pursue their own aspirations, and trying to manage their own lives as best they can, which shows a huge amount of forbearance, of perseverance. The fact that they aren't just sitting around, waiting for assistance to be doled out, but are going ahead and starting to farm, building their houses, trying to track down their families [separated during the war] - I think that is inspirational.

The problem is, they are doing that pretty much without any external assistance. When you start getting more transparency, then you'll have much more pressure to use the resources for the country's social development.

Civil Society Calls for Action Against Corruption

As the Angolan government gears up for the 2006 elections, civil society has called for more transparency, with action to counter mismanagement and corruption.

The Coalition of Reconciliation, Transparency and Citizenship (RTC) launched its "Free Angola of Corruption" campaign this week, publishing startling research about bribery at the grassroots level in Angolan society.

RTC, established in 2002, counts trade unions, NGOs and other civil society coalitions among its members.

"Transparency is very important because this country, after being destroyed by war, is now being destroyed by corruption," Landu Kama, RTC's coordinator, told IRIN after the launch

of the campaign.

Angola is rich in natural resources - particularly oil and diamonds - but many of its 13 million people continue to live in poverty, with poor access to even the most basic services.

A Human Rights Watch report alleged that almost a billion dollars was disappearing from government coffers each year, but an RTC survey of 750 people in both urban and rural areas across five provinces showed that mismanagement was not confined to the higher echelons of power.

The practice of giving "gasosas" - literally 'fizzy drinks' but, in fact, a small bribe - underpins many Angolan deals, but the RTC survey was one of the first to chronicle the custom.

For example, it showed that seven out of 10 parents of school-age children had given a back-hander to register their children in class, while more than half the people interviewed had bribed health officials for medical treatment.

"Corruption is something systematic in our country - the study proved this," Kama commented. "The survey showed that most people - 65 percent - said this was a big problem, and something which must be combated urgently."

In its opening declaration the campaign called on the authorities to reflect on the unequal distribution of resources, the high number of children not in the school system, the poor medical care and other issues.

"We, representatives of civil society ... invite all the institutions in the country, and individuals with political will, to banish all forms of corruption and subscribe to this commitment to contribute to our national development," RTC urged in a statement.

Kama said the focus of the campaign was to monitor the government's activities, to ensure that it lived up to the social promises made in its 2004 budget. The campaign would initially target five provinces - Luanda, Benguela, Huambo, Huila and Cabinda - but would extend to other regions if there were sufficient funds.

"We will also approach the government to ask them to prepare a national plan to combat corruption," Kama added.

He said the run-up to national polls - the first in peacetime since 1992 - was an ideal time to pressure the government.

"The election is an important tool for us to push the government towards greater transparency. The government needs the support of the people if it wants to continue in power ... and social conflict can rise up if the government does not understand it has to change," he noted.

The donor and diplomatic community welcomed the initiative, saying the people of Angola had waited long enough for a peace dividend.

"They [Angolans] cannot understand why they still do not have schools, roads, markets, and why the government is not providing assistance. Add on top of that the large revenues from oil and diamonds - and still no results - then the Angolan people have a genuine issue for the

government to address," said one western donor source.

"This issue is very urgent; transparency should be an issue at the heart of every debate during the election campaign," the source said. "Ideally, we would like to see members of the Angolan government not only reducing corruption and increasing transparency, but also instituting more mechanisms for accountability."

ANGOP

30 de Março

Ministro João Miranda inicia hoje visita à Coreia do Sul

O ministro das Relações Exteriores, João Bernardo de Miranda, inicia hoje uma visita oficial à Coreia do Sul, destinada ao reforço das relações de cooperação bilateral.

O chefe da diplomacia angolana manterá conversações oficiais com o seu homólogo local, Ban Ki-Moon, das quais espera-se a assinatura de um acordo para a promoção e protecção recíproca de investimentos.

A comitiva angolana integra altos funcionários do Ministério das Relações Exteriores, da Agência Nacional de Investimento Privado (ANIP), além de outras individualidades ligadas ao ramo empresarial.

Christian Science Monitor
March 30, 2005

A rising China counters US clout in Africa

BYLINE: By Abraham McLaughlin Staff, writer of The Christian Science Monitor

HARARE -- The Chinese economic juggernaut and its thirst for minerals and markets has increasingly brought it to Africa, including here to Zimbabwe. The fertile hills of this Southern African nation are rich with gold and the world's second-largest platinum reserves. In Sudan, Angola, and along the Gulf of Guinea, the Asian giant is guzzling the continent's vast oil supply.

But lately the Chinese are digging on a different front, one that could complicate the Bush administration's efforts to promote democracy here: African politics.

Last year, China stymied US efforts to levy sanctions on Sudan, which supplies nearly 5 percent of China's oil and where the US says genocide has occurred in its Darfur region. And as Zimbabwe becomes more isolated from the West, China has sent crates of T-shirts for ruling-party supporters who will vote in Thursday's parliamentary elections.

In addition, China or its businesses have reportedly:

- * provided a radio-jamming device for a military base outside the capital, preventing independent stations from balancing state-controlled media during the election campaign;
- * begun to deliver 12 fighter jets and 100 trucks to Zimbabwe's Army amid a Western arms embargo; and
- * designed President Robert Mugabe's new 25-bedroom mansion, complete with helipad. The cobalt-blue tiles for its swooping roof, which echoes Beijing's Forbidden City, were a Chinese gift.

China is increasingly making its presence felt on the continent - from building roads in Kenya and Rwanda to increasing trade with Uganda and South Africa. But critics say its involvement

in politics could help prop up questionable regimes, like Mr. Mugabe's increasingly autocratic 25-year reign.

"Suffering under the effects of international isolation, Zimbabwe has looked to new partners, including China, who won't attach conditions, such as economic and political reform" to their support, says a Western diplomat here. Of China's influence on this week's elections, he adds, "I find it hard to believe the Chinese would push hard for free and fair elections - it's not the standard they're known for."

Indeed, Mugabe often praises China and Asia as part of his new "Look East" policy. He responded to tough questions from an interviewer on Britain's Sky News last year about building his \$ 9 million new home, while millions of Zimbabweans live on the verge of starvation, by saying: "You say it's lavish because it is attractive. It has Chinese roofing material, which makes it very beautiful, but it was donated to us. The Chinese are our good friends, you see."

China is becoming good friends to many African nations, as the US has been. Between 2002 and 2003, China-Africa trade jumped 50 percent, to \$ 18.5 billion, Chinese officials say. It's expected to grow to \$ 30 billion by 2006. US-Africa trade was \$ 44.5 billion last year, according to the Commerce Department. As the world's largest oil importer behind the US, China has oil interests in Sudan, Chad, Nigeria, Angola, and Gabon. The US is also hunting for oil in Africa, with about 10 percent of imports coming from the continent.

Not all of China's activities in Africa are controversial. Under the auspices of the UN, the China-Africa Business Council opened this month, headquartered in China, to boost trade and development. It has peacekeepers in Liberia and has contributed to construction projects in Ethiopia, Tanzania, and Zambia, though critics say it is using these projects to garner goodwill that it can tap into during prickly issues like Taiwan's independence or UN face-offs with the US.

Here in Zimbabwe, China also may be helping to support one of Africa's more oppressive regimes. The radio-jamming equipment that has prevented the independent Short Wave Radio Africa from broadcasting into the country is Chinese, according to the US-funded International Broadcast Bureau.

Reporters Without Borders, a group dedicated to freedom of the press, based in Paris, had this to say about the jamming: "Thanks to support from China, which exports its repressive expertise, Robert Mugabe's government has yet again just proved itself to be one of the most active predators of press freedom."

A Chinese diplomat here insists the equipment didn't come from China. And he says the T-shirts, which reportedly arrived on Air Zimbabwe's new direct flight from Beijing, were "purely a business transaction." But he adds that China-Zimbabwe relations have recently "been cemented in the field of politics and business."

In return for its support, China has received diplomatic backing on Taiwan's independence, as it has from many African nations.

Ultimately, China's expansion into Zimbabwe and Africa is more narrow than the 1800s colonization by European powers, when "Christianity, civilization, and commerce" were the buzzwords. For China, it's all about economics. "They've said: 'If you agree to privatize and sell to us your railways, your electricity generation, etc. - we will come in with capital,'" says John Robertson, an economist based in Harare.

With an economy that has shrunk as much as 40 percent in five years, Zimbabwe's government uses these promises to put off critics. "The government says, 'The Chinese are coming, and they'll bring in billions of dollars in investment, and soon everything will be fully restored,'" Mr. Robertson says.

International Meeting on Post-Conflict Transitions:

A Conversation with National Leaders

Panel : From Implementing Agreements to Building Effective and Responsive States: A Peacebuilding Commission

28-29 March 2005, Century Association, New York City, US

Angola's post-conflict transition

Presentation by Rafael Marques*

Ladies and Gentlemen,

I am grateful and honored to be here, among such a distinguished audience, by invitation of the New York University's Center on International Cooperation and the International Peace Academy.

Overview

I come from Angola, which is currently undergoing its third year of post-conflict. After 27 years of civil war, on April 4 2002, a more effective peace agreement between the Government and the then guerrilla movement UNITA¹ came into force, witnessed and undersigned by the United Nations and the Troika of Observers (United States of America, Russia and Portugal).

Peace came into effect as a combination of three main factors. First, the international sanctions imposed by the United Nations, as of 1997, against UNITA; second, the Government's focus on scorched-earth military offensives and the isolation and killing of the rebel leader, Jonas Savimbi, on February 22 2002; third, a growing, consensual and embarrassing internal pressure to end the war.

By October 2002, the Government had transferred over 30,000 soldiers to the oil-rich northern enclave of Cabinda, to apply the same military strategy to put an end to the local secessionist movements. Yet in the absence of a structured and well-armed enemy guerrilla force, the government troops found themselves without a military target. The result was widespread human rights abuses against civilians, encouraged by the silence of the nations that had witnessed the April peace agreement. Members of Angolan civil society thoroughly documented and exposed such abuses in the years 2002 and 2003. In 2004, the UN acted by sending its Special Representative for Human Rights Defenders, Hila Jilani, on August 16-24, to assess the claims.

As for the implementation of the 2002 peace deal, the Government, as the outright winner of the armed conflict, proceeded to disarm and demobilize over 80,000 UNITA guerrillas, without international verification.

¹ National Union for the Total Independence of Angola

The question of national reconciliation was scarcely acknowledged in the agreement, with only two measures, of questionable value, being implemented in this respect. Firstly, a blanket amnesty covering all crimes committed during the course of the war; and secondly, the incorporation of some of the remnants of UNITA's military and civilian leadership into the Armed Forces and the Government. Furthermore, there has been no process of disarmament of civilians, which civil society has campaigned for, given the fact that up to a quarter of Angolan households have weapons at their disposal.

Angolans' celebration of peace came without the guarantee either of justice or of democratization. In this way, the settlement has further consolidated the militarization of the regime.

Transition

On March 13 2005, activists of the ruling MPLA clashed with UNITA sympathizers, in the south-eastern province of Kuando-Kubango, when the latter tried to raise their flag in commemoration of their party's anniversary.

According to reports by the Catholic-run Rádio Ecclesia, 28 people were severely wounded in the course of the confrontations, in which arrows, machetes, knives, and other sharp objects were used. The tensions sparkled across the town of Mavinga and, according to the radio report, took an ethnic character, between Mbuelas, more supportive of the ruling MPLA and the Ovimbundu, the backbone of UNITA.

By highlighting this most recent episode, among many, I intend to demonstrate one of the consequences that have been preventing peace to last long in Angola. We are not yet even in the run up to elections and incidents like the abovementioned are already dominating the conduct of politics in Angola.

One of the main causes behind the collapse of the 1994 Peace Agreement (a.k.a the Lusaka Protocol) was its narrow focus on military affairs and a solution based on power sharing between the military adversaries. It did not address either the question of citizens' participation in democracy, or the establishment of the rule of law and reconciliation. The United Nations mediated the agreement and oversaw its implementation with 7,000 blue helmets and a budget of more than a million dollars a day. It was a monumental failure of a UN peacekeeping operation, and a worse tragedy for Angolan lives and hopes.

For its part in the Angolan process, the United Nations has drifted from being a mere observer (Bicesse Agreement, Portugal, 91) to a fully fledged peacekeeper (Lusaka Protocol, Zambia, 94) and to a rubber stamp (Luanda, Angola, 2002).

The Government, with the compliance of the international community, has excluded broader society from taking part in any formal and structured discussions regarding the country's transitional period and in so far as the democratization process is concerned. When, during the finalization of the peace agreement of 2002, civil society

representatives demanded that their voices be heard, the only response by the then UN special representative, Ibrahim Gambari, was to invite a handful of selected individuals for brief discussions only after the main points of the agreement had already been concluded.

As in the past, international support towards Angola remains directed to those who hold power by the rule of the gun, instead of being based on the principles of freedom, the rule of law and democracy. For instance:

1. The current Angolan political system completely lacks the democratic legitimacy demanded by the Angolan Constitution, as well as by the standards of international public law. The first and last democratic elections took place in 1992, and the legally required second round of voting in the presidential poll never took place.
2. Angola's legal system is a contradictory coexistence of colonial laws (e.g. The Penal Code, of 1886), Marxist-Leninist laws (e.g. the Law of the Attorney-General), and democratic laws (e.g. the Constitution). This situation is aggravated by the lack of political will to set up a constitutional court, as required by the Constitution, to intervene on these matters, thus obliterating the rule of law.
3. The ruling party has been in power for nearly 30 years, with absolute control over the public administration and the management of the economy, and an almost complete monopoly over the media. The use of government assets for business purposes by members of the ruling elite amounts to the de facto privatization of the State, a system of endemic corruption that has been denounced worldwide.
4. So far, the transitional period remains undefined, the process leading up to elections is also unclear and the post-conflict reconstruction projects are virtually unknown to the public.

Please, allow me to add a note on reconstruction. Since the end of war, the Government has been demanding international support for a donors' conference to bankroll the reconstruction plans. In response, the United Nations, at the helm of the international community, advised the Angolan authorities, as a pre-condition for the donors' conference, to enter into an agreement with the IMF first. In turn, the Government has already declared its inability to meet the IMF requirements on transparency², and went to China to sign a US\$2 billion loan to circumvent any pressures to become accountable.

Angola has oil, diamonds and a potential market that constantly triggers the greed of the rich countries, the most influential members of the UN system. The China deal has become worrisome for countries like the United States, which fear China's growing economic influence in that part of the world. The regime pitches powerful countries against one another in their race for Angola's wealth, and their success

² Angola: Deciding to go it alone, IRIN, 18 February 2005: <http://www.irinnews.org/>

relies on the support they provide for the maintenance of the regime at all costs. Where and how will Angolans pull the strength to fend off such an alliance?

I would like to ask you another question: To whom should the Government of Angola be accountable, first and foremost? To the people it is supposed to rule, or to the international community?

No State can be democratically and effectively built and sustained without the full participation of and ownership of the process by the people affected.

Conclusions

For the UN to play a more constructive role in troubled and hijacked societies like Angola, it ought to base, at all times and with complete dedication, its intervention on the universal principles of freedom, justice and participatory democracy.

To do so, it must stand ready to assist and facilitate the full and democratic participation by the people of the countries in question, especially the non-armed groups and critical individuals, in molding the processes of peace and State building and in holding their political and military leaders accountable for their deeds.

It should stop lending its support to peace initiatives or transitional processes in which only the power of guns or authoritarianism claim legitimacy to represent the people. It should also establish more rigid and transparent procedures to hold to account its own personnel, involved in observation and peacekeeping operations, so as to raise the standards of its intervention.

The success of future UN peacekeeping operations depends on their interactions with locals and consists in endowing them with the power of freedom, justice and citizenry to make their own lives better through peace, democracy and a responsive and effective statehood.

Let us remind ourselves that governments, rebellions and political oppositions emanate from people and should serve people. Let us serve mankind through the United Nations as well.

Thank you,

- Angolan journalist

Angola says Marburg outbreak risk controlled.

By Zoe Eisenstein

530 words

29 March 2005

13:16

[Reuters News](#)

English

(c) 2005 Reuters Limited

LUANDA, March 29 (**Reuters**) - **Angola**'s outbreak of deadly Marburg fever claimed three more lives at the weekend bringing the death toll to 117, but the government said on Tuesday the situation was under control and there was no need for panic.

"We're preparing to hold a meeting with the donor community and foreign oil companies to calm them down. There is no reason to panic," Deputy Health Minister Jose Van Dunem told **Reuters**. "Yes, the risk exists, but it is a controlled risk."

So far 124 cases have been recorded, underscoring the lethal nature of Marburg, a virulent viral infection in the Ebola family for which there is no specific cure and from which few recover.

The Democratic Republic of Congo said it was cooperating with **Angola** and the smaller Republic of Congo to stem the spread of the disease, but said the border remained open.

"The border is not closed. We have just taken preventative measures to ensure that the virus does not cross into Congo," said Henri Mova Sakanyi, spokesman for the Kinshasa government.

"We have sent virologists to the border areas to step up the monitoring and get a better understanding of the situation. We have always had a commission with Congo-Brazzaville and **Angola** to deal with problems like this and we are coordinating."

In the Angolan capital Luanda, Van Dunem said two of the latest reported deaths were in the city and one was in the coastal enclave of oil-rich Cabinda.

But he said all three victims who died had travelled from Uige province, northeast of Luanda, epicentre of the outbreak.

OIL FIRMS HOLD FIRE

The outbreak of the rare hemorrhagic fever has worried many expatriates working in **Angola**'s large oil industry, with talk of some families wanting to evacuate. Oil firms and diplomats said they were taking no risks but agreed there was no need to panic.

"Up to now we're just making sure people are aware of what's going on, but we're not considering it a crisis," said a senior official at U.S. giant ChevronTexaco, the biggest foreign crude producer in **Angola**.

"There's no emergency but I'm sure companies will be dusting off their evacuation policies," said another industry source.

Western diplomats said they had updated travel advice to warn visitors away from Uige province, but noted that after decades of civil war travel to **Angola** was already discouraged.

Italy, which has a many aid workers and Roman Catholic Church staff in Uige and last week lost a doctor working in the area to Marburg, recommended citizens avoid travel to **Angola**.

"There's no obligation, but the information we're giving is to avoid unnecessary travel to a country where at least one province is infected," Italian Ambassador Alfredo Bastianelli told **Reuters**.

With a health infrastructure shattered by the war, **Angola** faces a major challenge combating Marburg. The first case was detected late last year, and most victims have been children.

The virus is characterised by high fever, headaches, nausea, with vomiting and diarrhoea accompanied by blood. (Additional reporting by David Lewis in Kinshasa).

Document LBA0000020050329e13t00a16

[More Like This](#)

NAÇÕES UNIDAS CONFIRMAM ESCALADA DE INTOLERÂNCIA POLÍTICA

2005-03-28

A representação das Nações Unidas confirma o crescimento da intolerância política em Angola desde o início deste ano. A observação é sustentada no relatório intitulado "Foco sobre Angola", que a delegação da instituição internacional pretende publicar a cada dois meses sobre a transição no país.

O primeiro foco centrou-se no exame dos dois primeiros meses do corrente ano das principais facetas desta transição, entre as quais o respeito da integridade física e dos direitos humanos. «Com efeito, ocorreram casos de intolerância política, envolvendo tanto simpatizantes da UNITA como do MPLA, desde o início do ano», nota a ONU, com base nas informações fornecidas pelas ONG que colaboram em projectos de Educação Cívica. Enfatiza nesta esteira que «a visita ao Huambo de Isáias Samakuva, actual líder da UNITA, eclodiu em violentas contradições entre seguidores da UNITA e do MPLA resultando, manifestamente, em injúrias.»

As ONGs envolvidas em projectos de Educação Cívica reportaram um grau de apatia no seio da população, possivelmente devido à intimidação política. Em algumas províncias tem havido rumores de suspeita sobre uma repetição dos acontecimentos que ocorreram em 1992 após as eleições. Estes desenvolvimentos destacam a hiper - sensibilidade das bases internas políticas, apesar das recentes declarações de ambos os partidos de que não há intolerância política em Angola.

O relatório faz também referência aos altos níveis de vulnerabilidade das populações, à necessidade de se melhorar a rede rodoviária para uma melhor assistência e à lentidão da fase de transição para a de desenvolvimento.

PERCEPÇÃO DO CIDADÃO SOBRE A CORRUPÇÃO E TRANSPARÊNCIA

2005-03-29

Foram publicados nesta terça-feira os resultados de um inquérito sobre corrupção e transparência na função pública, que apontam os serviços do ensino, da saúde e da polícia como os mais corruptos do Estado.

Cerca de um milhar de pessoas foram auscultadas em Luanda, Benguela, Huíla, Huambo e Cabinda, num inquérito realizado pela Coligação Reconciliação, Transparência e Cidadania.

De acordo com os resultados, 67 por cento dos inquiridos afirma que o nível de corrupção é muito alto em escolas e hospitais de Luanda seguindo-se-lhe as Províncias do Huambo e da Huíla.

Na área da educação, 73 por cento das pessoas auscultadas que se matricularam em escolas no ano lectivo de 2004 alegou ter pago "algo". A justificação que apresentaram para este procedimento foi "o medo de ficar de fora do sistema de escolar, sinal de que o fenómeno 'gasosa' exerce uma grande influência no sector da educação, principalmente na altura da matrícula", revela o documento.

Ainda nesta área, 21 por cento da população inquirida demonstrou não ter conhecimento da existência do ensino escolar público gratuito, o que as faz desembolsar por desconhecimento desse facto. A faixa etária dos 20 aos 30 anos é que tem mais conhecimento de que o ensino é gratuito ao contrário do que acontece com os que se situam entre os 41 e 50 anos. Cabinda é a Província onde se verificou mais desconhecimento sobre o assunto.

Quanto aos serviços de saúde, 43 por cento das pessoas afirmaram que nunca pagaram para beneficiar desses serviços, enquanto que 39,5 por cento disseram que "contribuíram muitas vezes". 15 por cento declararam ter pago apenas "às vezes".

De acordo com o estudo, os mais prejudicados no pagamento da 'gasosa' são os estudantes (39,1 por cento), os funcionários públicos (28,4 por cento) e os desempregados (12,3 por cento).

O relatório conclui que o grande número de crianças e jovens fora do sistema de ensino, o custo das propinas cada vez mais elevado, o baixo salário dos professores, médicos e enfermeiros, a fraca assistência médica e medicamentosa nos hospitais estatais, entre outras, são as razões que explicam o actual nível da corrupção em Angola.

29 March 1, 2005
Voz da America

JORGE VALENTIM PRESTA CONTAS

O antigo ministro do Turismo e Hotelaria de Angola, Jorge Valentim foi ouvido esta terça-feira pelo Conselho Jurisdicional do seu partido, soube a Voz da América de fonte oficial.

Jorge Valentim compareceu perante um júri constituído por Horácio Junjuvile, Domingos Fonseca, Armindo Kassessa e mais três vogais.

Jorge Valentim foi ouvido na sequência de uma decisão do Comité Permanente da UNITA que tomou como lesivas declarações prestadas por ele à Rádio Nacional de Angola e ao semanário “O Independente” segundo as quais ele e outros “barões” da UNITA estariam a ser marginalizados pelo Presidente do partido, Isaías Samakuva. Valentim atribuiu ao presidente da UNITA as razões porque até agora ainda não tinha tomado posse no parlamento. Na sequência destas declarações Jorge Valentim foi suspenso de todas as funções partidárias, e o processo para o seu regresso ao parlamento foi congelado.

Abel Chivukuvuku que corroborou com Jorge Valentim, dizendo que as suas declarações deveriam ser levadas em conta porque ele era um dos líderes do partido, também deverá ser ouvido pela Conselho Jurisdicional da UNITA. Tal como Valentim, Chivukuvuku disse que também tinha sido marginalizado na medida em que o presidente da UNITA o deixava à margem das grandes decisões. O Comité Permanente da UNITA reúne-se novamente nesta quarta-feira para analisar o resultado do inquérito instaurado a Jorge Valentim.

Falando para a Voz da América o secretário-geral da UNITA, Mário Canhali Vatuva disse que o seu partido tomou com muita surpresa as declarações de Jorge Valentim e de Abel Chivukuvuku.

“Qualquer um dos membros é livre de se pronunciar. Mas quando alguém se sente lesado dentro do partido deve pronunciar-se dentro do partido e não fora. Só por essa razão é que queremos chamar a atenção destes companheiros em como os problemas internos do partido não se discutem na comunicação social”.

Mário Vatuva disse que Abel Chivukuvuku será ouvido a 14 de Abril altura em que deverá regressar da África do Sul onde participa parte numa reunião de deputados do parlamento africano.

Questionado sobre a possibilidade de concluído o inquérito Jorge Valentim a tomar posse como deputado, Mário Vatuva pareceu como optimista.

“A posição dele é que ao ir para o parlamento vai tomar posições de acordo com as suas próprias ideias. Nós achamos que não é possível. A bancada parlamentar da UNITA tem que defender os interesses da UNITA. Um deputado que defende interesses contrários aos da UNITA não pode estar no parlamento connosco. Por isso é que há um processo em curso. Queremos ouvir e entender devidamente o peso e verdade destas declarações.”

Mário Vatuva disse que o se está a passar na UNITA não é uma crise. Trata-se apenas de dificuldades de aproximação, se calhar motivadas por

questões pessoais. A reunião desta quarta-feira deverá analisar o relatório de contas e o balanço do congresso da JURA. Além de Abel Chivukuvuku que está na África do Sul, são dados também como ausentes Fernando Heitor e Lukamba Gato que tomam parte numa reunião de empresários dos países de língua portuguesa e homens de negócios da China.

Luís Costa
VOA

Publico (Portugal) 29 March 2005

Divergências públicas entre os dirigentes da UNITA

Doze delegados da UNITA no exterior, designadamente em Portugal e nos Estados Unidos, distribuíram ontem um comunicado em que se solidarizam com o presidente do partido, Isaías Samakuva, depois das críticas que lhe tinham sido feitas na semana passada por algumas das figuras históricas do Galo Negro, como Jorge Valentim e Abel Chivukuvuku. Os delegados em países como a Alemanha e o Reino Unido consideraram "despropositadas" as declarações dos que entendem que Samakuva está a marginalizar camaradas como Valentim, Chivukuvuku e Lukamba Gato, o homem que sucedeu interinamente a Jonas Savimbi, quando em 2002 o líder do partido foi assassinado.

Segundo os representantes no estrangeiro, "não consta dos direitos dos membros, qualquer que seja a sua posição dentro do partido, a discussão na praça pública de quaisquer assuntos de carácter interno lesivos da sua honra". E "a maturidade política implica honestidade e respeito pelas estruturas partidárias". No entender dos delegados junto de comunidades angolanas em territórios como a França, a Suíça e o Brasil, Valentim e Chivukuvuku prestam-se "a fazer claramente o jogo do adversário", que é o MPLA, do Presidente José Eduardo dos Santos.

Por outro lado, tanto o governo da província de Cabinda como a hierarquia católica de Angola mandaram proceder a inquéritos sobre os incidentes a semana passada verificados naquele território, quando ali foi celebrar missa o arcebispo de Luanda, D. Damião Franklin.

UNITA reúne sem os "barões"

Luís Costa

Angola

Se alguém tinha a esperança de que a última reunião de Março do Comité Permanente da UNITA fosse ajudar a resolver a crise que estalou a semana passada, enganou-se. A reunião teve lugar como previsto, mas o esperado frente a frente entre o Presidente Isaías Samakuva, e uma corrente com quem está em colisão, ficou mais uma vez adiado.

Jorge Valentim, Abel Chivukuvuku, e Lukamba Gato, os "barões" a que Valentim se referia a semana passada quando criticou abertamente Samakuva, faltaram à reunião desta segunda-feira, 28 de março. Abel Chivukuvuku está na África do Sul, onde ao que consta toma parte numa reunião de deputados do parlamento africano; Lukamba Gato evocou razões profissionais. Lukamba Gato estaria à mesma hora a participar numa reunião de entre empresários dos países de expressão portuguesa, e homens de negócios da China. Jorge Valentim também não tomou parte na reunião. Um familiar seu contactado pelo Voz da América confirmou que o ex-ministro do Turismo e Hotelaria estava em casa à hora da reunião, porém indisponível para falar à imprensa.

Marcada há mais de um mês a reunião deveria entre outras coisas passar em revista as alegações feitas por Jorge Valentim, e corroboradas por Abel Chivukuvuku segundo as quais estariam a ser ostracizados pela direcção do seu partido.

Falando à Rádio Nacional de Angola, Jorge Valentim questionou as razões porque ainda não tomou posse como deputado. Acusou Samakuva de estar a marginalizar os "barões" do partido, sobretudo na tomada de grandes decisões.

Dois dias depois, Abel Chivukuvuku corroborava das declarações de Jorge Valentim afirmando também ele que não era tido nem achado na tomada de grandes decisões. Falando igualmente à Rádio Nacional de Angola, Abel Chivukuvuku disse que as declarações de Jorge Valentim deveriam ser levadas em conta porque era uma figura do partido que merece consideração; "é um líder!".

Fonte familiar a este dossier disse à Voz da América que a crise entre os dois teve origem no facto de Abel Chivukuvuku ter usado a sua condição de secretário para os Assuntos Constitucionais e Eleitorais para fazer um levantamento junto das bases sobre uma eventual candidatura sua à presidência da República. Abel Chivukuvuku recusou repetidas vezes esta insinuação.

A verdade é que à medida que o tempo foi passando os dois foram-se distanciando.

Fontes da UNITA disse que perante as ausências de Gato, Abel e de Valentim na reunião desta segunda-feira adiará o esclarecimento da situação.

Notam que a UNITA passou por situação similar em Dezembro. Correntes que têm a liderança de Samakuva como sendo desgarrada defendiam discretamente a realização de um congresso extraordinário. O problema terá sido resolvido na reunião do Comité Permanente, realizada em Janeiro passado. Nessa reunião não teria havido nenhuma contestação a Isaias Samakuva. As fontes da Voz da América notam que de Dezembro para cá as coisas mudaram substancialmente.

Abel Chivukuvuku que foi director de campanha de Isaias Samakuva, na eleição à presidência da UNITA em que este teve como adversário Lukamba Gato deixou de ser secretário para os Assuntos Constitucionais e Eleitorais. Porém nada terá sido mais expressivo do que as declarações que fez na última semana. Fonte da UNITA admite que elas tenham esfriado ainda mais as relações entre estas duas figuras.

Entretanto nesta segunda-feira eram dadas como eminentes as demissões de Carlos Morgado e de Carlos Candanda, secretários para Saúde e para os Negócios Estrangeiros, respectivamente. A reunião do Comité Permanente da UNITA, órgão composto por 45 pessoas deveria analisar a preparação das eleições.

"Barões" da UNITA faltam a encontro com Isaias Samakuva

Luanda, 29/03 - Jorge Valentim, Abel Chivukuvuku e Lukamba Gato, altos dirigentes da UNITA, faltaram segunda-feira a uma reunião convocada pelo presidente da organização, Isaias Samakuva, escreve a edição de hoje do Jornal de Angola, citando uma fonte da Emissora Voz da América (VOA), em Luanda.

Segundo o diário oficial, que cita fontes contactadas pela VOA, a referida reunião - a última do mês de Março do Comité Permanente da UNITA - foi convocada por Isaias Samakuva a cerca de um mês e deveria ajudar a resolver a crise que se instalou a semana passada neste partido.

A reunião realizou-se, como previsto, mas o esperado frente a frente entre o presidente Isaías Samakuva e uma corrente com quem está em rota de colisão ficou mais uma vez adiado.

Jorge Valentim, Abel Chivukuvuku e Lukamba Gato, os "barões" a que Valentim se referia a semana passada quando criticou abertamente Samakuva, faltaram à reunião.

Abel Chivukuvuku está na África do Sul, onde ao que consta toma parte numa reunião de deputados do Parlamento Pan-africano, enquanto Lukamba Gato evocou razões profissionais. Este estaria à mesma hora a participar numa reunião entre empresários dos países de expressão portuguesa e homens de negócios da China.

Jorge Valentim também não tomou parte na reunião. Um familiar seu contactado pela Voz da América confirmou que o ex-ministro da Hotelaria e Turismo estava em casa à hora da reunião, porém indisponível para falar à imprensa.

Marcada há mais de um mês, a reunião deveria, entre outras coisas, passar em revista as alegações feitas por Jorge Valentim e corroboradas por Abel Chivukuvuku, segundo as quais estariam a ser marginalizados pela direcção do seu partido.

Falando à Rádio Nacional de Angola, em Luanda, Jorge Valentim questionou as razões porque ainda não tomou posse como deputado e acusou Samakuva de estar a marginalizar os "barões" do partido, sobretudo na tomada de grandes decisões.

Dois dias depois, Abel Chivukuvuku corroborava das declarações de Jorge Valentim, afirmando também ele que não era tido nem achado na tomada de grandes decisões. Falando igualmente à Rádio Nacional de Angola, Abel Chivukuvuku disse que as declarações de Jorge Valentim deveriam ser levadas em conta, porque era uma figura do partido que merece consideração.

Fonte familiar a este dossier disse à Voz da América que a crise entre os dois teve origem no facto de Abel Chivukuvuku ter usado a sua condição de secretário para os Assuntos Constitucionais e Eleitorais para fazer um levantamento junto das bases

sobre uma eventual candidatura sua à presidência da República.

Abel Chivukuvuku recusou repetidas vezes esta insinuação. A verdade é que a medida que o tempo foi passando os dois foram-se distanciando. Fontes da UNITA informaram que a ausência dos três responsáveis na reunião de segunda-feira adia o esclarecimento da situação.

Governo defende nova estratégia de desenvolvimento para o país

Luanda, 29/03 - O Governo angolano vai continuar a dedicar maior atenção ao sector não petrolífero, no seu programa de desenvolvimento do país, para que este venha a ter uma maior participação no PIB (Produto Interno Bruto) e converter-se na principal fonte geradora de emprego.

O anúncio foi feito nesta segunda-feira, em Luanda, pelo primeiro-ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos, quando discursava na sessão de abertura do encontro de empresários para a cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa, que vai decorrer até quarta-feira próxima.

O primeiro-ministro fundamentou esta estratégia pelo facto de a economia angolana continuar fortemente influenciada pelo sector petrolífero, onde cerca de 50 por cento do PIB é atribuído à actividade extractiva, a que se juntam outros sete por cento, resultantes da exploração diamantífera.

Neste sentido, referiu que a "aposta" do Governo é reverter este quadro, tendo em conta as potencialidades económicas do país, que propiciam uma maior atenção ao sector não petrolífero.

Fernando da Piedade considera um "grande alento" para o Governo a queda contínua das taxas de inflação, desde o início do aprofundamento das reformas macro-económicas, que criaram uma relativa estabilidade, porque conseguiu-se baixar a inflação e levar a um maior controlo do deficit orçamental.

Assim, a taxa de inflação acumulada passou, de 76 por cento, em 2003, para 31,01 por cento, em 2004 e a taxa de crescimento do PIB cresceu, de 3,4 por cento para 12 por cento, no mesmo período, o que "reflecte a tendência de crescimento da economia angolana", segundo o primeiro-ministro.

Dirigindo-se aos empresários reunidos neste fórum, Fernando da Piedade disse que o conjunto de instrumentos normativos aprovados pelo governo angolano, para o investimento privado no país, são um grande atractivo e abrem um vasto campo de acção para parcerias com os empresários angolanos ou forma isolada.

A este respeito, considerou primordial a reconstrução das infraestruturas de apoio . actividade económica, destruídas durante o conflito armado, um dos principais factores condicionantes do desenvolvimento económico e social de Angola.

O primeiro-ministro disse que esta tarefa "exige um forte investimento, que deverá ser financiado por fundos provenientes de dotações orçamentais do Estado angolano, de doações internacionais e de financiamentos do sector privado".

Por esta razão, o Governo angolano, ao considerar que as parcerias público-privadas são um "factor fundamental" do desenvolvimento do país, apela à participação efectiva do sector privado, quer para a reabilitação das infraestruturas, como para a sua intervenção noutros sectores da economia angolana.

O programa do encontro reserva debates sobre "instrumentos de suporte à cooperação empresarial", de que fazem parte os sub-temas "estado actual da economia angolana e perspectivas de desenvolvimento a curto prazo" e "Angola: a economia de mercado e a globalização - situação actual: desafios e oportunidades".

O outro sub-tema refere-se a "instrumentos financeiros de suporte à cooperação empresarial". Também vai abrir uma bolsa de negócios, uma oportunidade bastante aguardada pela comunidade empresarial presente.

Seiscentos participantes, 50 dos quais chineses, estão presentes no encontro, em

representação das principais agências e associações promotoras do comércio e investimento, associações empresariais e empresas de Angola, Brasil, Cabo Verde, China, Guiné Bissau, Moçambique e Portugal.

O encontro, promovido pela Câmara de Comércio e Indústria de Angola, enquadra-se no protocolo de cooperação assinado por ocasião do fórum económico e comercial que teve lugar na Região Autónoma Especial de Macau, em Outubro de 2003.

Vice-presidente da Coreia do Norte chegou a Luanda

Luanda, 29/03 - O vice-presidente da República Popular e Democrática da Coreia, Yang Hyong Sop, chegou ao fim da manhã desta terça-feira a Luanda, para uma visita oficial de três dias a Angola, centrada no reforço da cooperação entre os dois países.

Yang Sop, que foi recebido, à chegada, pelo primeiro-ministro angolano, Fernando da Piedade Dias dos Santos, não fez qualquer declaração à imprensa.

Contudo, o vice-ministro angolano das Relações Exteriores, George Chicoty, considerou a visita oportuna e de acompanhamento das relações há muito existentes entre os dois países.

A este propósito, recordou que Angola conta, há vários anos, com a colaboração de especialistas médicos norte-coreanos, daí a razão da necessidade de um acompanhamento dessa cooperação, por parte das autoridades desse país asiático.

O vice-presidente norte-coreano, segundo o programa da visita, será homenageado hoje com um jantar oficial, a ser oferecido em sua honra pelo primeiro-ministro angolano, com quem quarta-feira mantém conversações oficiais, extensivas às respectivas delegações.

Essas conversações vão culminar com a assinatura de alguns acordos de cooperação, sendo certo que um deles incidirá sobre o sector da Saúde.

Também quarta-feira, Yang Sop vai fazer uma visita de cortesia ao presidente da Assembleia Nacional, Roberto de Almeida, e depositar uma coroa de flores no monumento do primeiro Presidente de Angola, António Agostinho Neto, no Largo da Independência.

Depois, visita o projecto "Nova Vida", um complexo de habitação social erguido a Sul de Luanda. Ao cair da noite, mantém um encontro de confraternização com a comunidade coreana residente em Angola.

A sua partida de Luanda vai acontecer ao princípio da tarde de quinta-feira.

Quinhentas e 57 empresas confirmam presença no encontro China/CPLP

Luanda, 26/03 - Quinhentas e 57 empresas de oito países vão estar presentes no encontro de empresários da China e dos Países de Língua Portuguesa, a decorrer de 28 a 30 de Março do ano em curso na Feira Internacional de Luanda (FILDA).

O número de participantes supera a previsão inicial de 350 empresas e segundo o coordenador do comité organizador, Tiago Gomes, será uma "boa oportunidade para as empresas mostrarem as suas reais potencialidades".

Para promover oportunidades de investimentos, a organização do evento criou no recinto uma Bolsa de Negócios, que, além de ter em exposição alguns produtos, contará com salas para contactos, onde os empreendedores poderão discutir e firmar parcerias.

Angola, país anfitrião, participará com 425 empresas, Brasil (10), Cabo Verde (19), Guiné-Bissau (uma), Moçambique (duas), Portugal (26) e Macau com 36.

O programa do encontro, que vai durar três dias, prevê, entre outros assuntos, debates sobre "Os instrumentos de cooperação empresarial", "A economia do mercado e a globalização", bem como "Ambiente do investimento nos sectores do turismo, logística, pescas, finanças e construção para os próximos cinco anos".

O encontro entre a China e os Países de Língua Portuguesa, que se pretende realizar anualmente e de forma rotativa, tem como base dois protocolos internacionais. Trata-se do "Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial" e do "Protocolo de Cooperação entre os Organismos de Promoção do Comércio e Investimentos e Câmaras de Comércio".

Estes documentos foram assinados por ocasião do Fórum de Cooperação Económica e Comercial, realizado na região administrativa especial de Macau/República Popular da China, em Outubro de 2003.

A realização em Angola desta primeira edição prende-se com o compromisso assumido pela câmara de comércio e indústria do país por intermédio da sua vice-presidência, a Sonangol, que esteve representada no encontro de Macau pelo seu presidente do Conselho de Administração, Manuel Vicente.

Previsto para três dias, o encontro compreenderá cinco momentos distintos, nomeadamente a sessão de abertura, o debate sobre a cooperação económica e desenvolvimento, acerca dos instrumentos de suporte a cooperação, a bolsa de negócios, bem como as apresentações dos órgãos de promoção de comércio e investimentos e associações empresariais.

Volume de negócios com a China cresce 108,8 por cento

Luanda, 28/03 - O volume de negócios entre Angola e China atingiu os 4,9 bilhões de dólares em 2004, com um aumento de 108,8 por cento, disse hoje, em Luanda, o vice-secretário do conselho chinês do comércio internacional, Yang Pingan.

O responsável, que falava no encontro de cooperação comercial económica entre o seu país e os países de língua portuguesa, frisou que o aumento deve-se aos acordos que a China mantém com Angola sobre fornecimento de petróleo, orçado em dois bilhões de dólares, além do relançamento da segunda fase da rede eléctrica no país.

Na cooperação da China com os países de língua portuguesa destaca-se Moçambique com 119 milhões de dólares, Guiné Bissau 6,2 milhões, Cabo Verde 2,75

milhões, Timor Leste 1,71 milhões.

O encontro, promovido pela Câmara de Comércio e Indústria de Angola, retoma terça-feira com a apresentação do tema "Comércio e investimento sobre oportunidades de negócios" e "Ambiente de investimento no sector do turismo".

Jornal de Angola
30 de Março

Transacções fabulosas

O volume de negócios entre Angola e China atingiu os 4,9 biliões de dólares em 2004, com um aumento de 108,8 por cento, segundo o vice-secretário do conselho chinês do comércio internacional, Yang Pingan.

O responsável, que falava no encontro de cooperação comercial económica entre o seu país e os países de língua portuguesa, frisou que o aumento deve-se aos acordos que a China mantém com Angola sobre fornecimento de petróleo, orçado em dois biliões de dólares, além do relançamento da segunda fase da rede eléctrica no país.

Na cooperação da China com os países de língua portuguesa destaca-se Moçambique com 119 milhões de dólares, Guiné Bissau 6,2 milhões, Cabo Verde 2,75 milhões, Timor Leste 1,71 milhões.

Com a realização da conferência com a China, em Luanda, os países de língua portuguesa podem ganhar, da cooperação com o gigante asiático, experiência tecnológica e de gestão para o desenvolvimento, conforme afirmou o vice-secretário do Conselho Chinês do Comércio Internacional, Yang Pingan.

O responsável chinês fez estas declarações durante uma exposição apresentada no Encontro para Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, iniciado segunda-feira, na capital angolana.

Yang Pingan referiu que a China, dos países lusófonos, leva em conta os 220 milhões de habitantes dessa comunidade, que são potenciais consumidores dos produtos chineses.

Para Yang Pingan, a China persiste na política de introduzir capitais internacionais e de incentivo aos seus empresários a investir fora das fronteiras chinesas para elevar o seu volume de negócios.

Na cooperação com a China, a nível dos Países da Comunidade de Língua Portuguesa, destaca-se o Brasil como maior parceiro comercial bilateral com 12,3 biliões de dólares.

Nesse intercâmbio, o Brasil fornece aviões regionais, compressores, frigoríficos, auto-peças e projectos hidráulicos, enquanto o país asiático fornece parceria nos sectores de mineração, processamento de madeira, produção de ar e DVD.

Com a duração de três dias, o encontro empresarial prosseguiu ontem, com um programa no qual se destacaram as apresentações dos presidentes das agências angolanas de investimento privado e cabo-verdiana de promoção de investimentos, respectivamente Carlos Fernandes e Paulo Monteiro.

MPLA submete nova redacção a proposta sobre artigo 13 do Registo Eleitoral

Luanda, 28/03 - O MPLA submeteu hoje aos grupos parlamentares da oposição uma nova proposta de redacção, com vista a aproximar as partes relativamente ao artigo

13 do ante-projecto de Lei do Registo Eleitoral, actualmente em debate, na especialidade, pela primeira comissão da Assembleia Nacional.

A formulação foi revelada pelo director do Departamento de Informação e Propaganda (DIP) do Comité Central do MPLA, o deputado Rui Falcão, em conferência de imprensa realizada na sede deste partido, em Luanda.

De acordo com o interlocutor, a proposta atribui ao Conselho Nacional Eleitoral (CNE) a responsabilidade de superintendência geral, bem como a fiscalização do processo. Esta última tarefa é atribuída também aos partidos políticos, enquanto ao Governo caberá organizar todos os actos e operações inerentes à realização do próprio registo.

"A proposta do MPLA assenta, fundamentalmente, no facto de caber, em nosso entendimento, à Assembleia Nacional, a aprovação e definição do quadro normativo global para a execução do registo eleitoral", argumentou Rui Falcão.

Na anterior formulação, o MPLA atribuía o registo eleitoral a um órgão competente da administração do Estado (Governo), à todos os níveis, com supervisão do CNE, através de visitas de constatação aos locais de registo e a elaboração de relatório periódicos sobre a evolução das operações pelo órgão executor.

Quanto às formações políticas, o artigo destinava o acompanhamento do processo, através de representantes seus, devidamente identificados, mas sem interferir nas operações, resultando daí o ponto de discórdia, uma vez que a oposição defende a atribuição dessa tarefa ao CNE.

A questão volta a ser afluída terça-feira, quando os deputados retomarem os debates relativos aos ante-projectos constantes do pacote legislativo eleitoral.

Pacote eleitoral volta hoje a debate na especialidade

Luanda, 29/03 - Os deputados à Assembleia Nacional retomam hoje, à tarde, a discussão, na Comissão dos Assuntos Constitucionais, Jurídicos e Regimentos, o pacote legislativo de suporte às próximas eleições gerais, previstas para 2006.

Os debates, que se arrastam há quatro semanas, vão, nesta sessão, incidir sobre os ante-projectos de Lei Eleitoral e do Registo Eleitoral. Este último documento registou o ponto de discórdia mais acérrimo, mormente na definição do órgão encarregue de executar o registo eleitoral.

Quinta-feira última, os deputados do MPLA e da oposição acordaram que todos os partidos com ou sem assento no Parlamento, concorrentes ao próximo pleito, devem beneficiar de um financiamento do Estado, cujo valor será determinado posteriormente.

O consenso, obtido durante o debate do mesmo ante-projecto, envolve também a determinação de que a verba orçamentada de apoio à campanha eleitoral dos candidatos seja distribuída de forma equitativa.

Entretanto, ficou a impasse quanto a constituição das assembleias de voto, uma questão acerca da qual o MPLA propõe que cada uma deve registar mil eleitores, cifra que a oposição considera exagerado.

A questão foi remetida à apreciação das direcções das bancadas parlamentares, para amadurecimento, e voltar terça-feira a ser apreciada, tal como a nova formulação proposta pelo MPLA sobre o polémico artigo 13 do ante-projecto de Lei do registo Eleitoral.

Na proposta inicial o MPLA atribuía o registo eleitoral a um órgão da Administração do Estado (Governo), a todos os níveis, com supervisão do CNE, através de visitas de constatação aos locais de registo e a elaboração de relatório periódicos sobre a evolução das operações pelo órgão executor.

Quanto aos partidos políticos, o artigo sublinhava que estes podiam acompanhar o processo de registo eleitoral por intermédio de representantes seus devidamente identificados, mas sem interferir nas operações, facto de que resultou o ponto de discórdia, uma vez que a oposição defende a atribuição dessa tarefa ao CNE.



O deputado da bancada parlamentar do MPLA Emílio Homem comentou segunda-feira para a Angop que a nova redacção do artigo 13 poderá dar lugar ao seu desdobramento em mais dois artigos, de forma a aproximá-lo o máximo possível às propostas da oposição.

NEW RULES FOR TRANSPARENCY ON OIL, GAS AND MINING MONEY

March 18 2005

Press Release - Department For International Development

New rules to fight corruption and promote transparency in oil and mining revenues were agreed in London today by an international conference attended by governments, multinational companies, campaigning groups, and international bodies.

The Extractive Industries Transparency Initiative (EITI) conference agreed a set of criteria that all countries need to meet to increase transparency – publication and reconciliation of payments and revenues; independent audits; extending the approach to all companies; engaging with civil society; and a costed timetable for implementation.

UK Secretary of State for International Development Hilary Benn said:

“Our experience in the four countries that have piloted EITI – Azerbaijan, Ghana, the Kyrgyz Republic, and Nigeria – is that while different countries have taken different approaches to implementation, this needs to be backed up by clear international rules of the game for the initiative to be effective and credible.”

Hilary Benn also called for a way of measuring performance against those rules, in announcing the establishment of an international advisory group to take forward EITI and to consider this further over the next year. He said:

“The lead role of developing country governments and the UK in the early phases of EITI has been vital. EITI is now on the threshold of becoming a truly international initiative with clear rules. That means that a broader group needs to be established to advise those involved in the initiative.”

The governments of Niger and Cameroon today committed to implement the initiative, joining the nine countries which have already started to implement it: Azerbaijan, Congo, East Timor, Ghana, Kyrgyz Republic, Nigeria, Peru, Sao Tome e Principe, and Trinidad and Tobago.

“I thank the French, Norwegian, and US governments for their support, and commend the ongoing work of the World Bank, the IMF, and the European Bank for Reconstruction and Development in supporting the initiative.

” The conference was addressed by James Wolfenson, President of the World Bank, Jean Lemierre, President, European Bank for Reconstruction and Development (EBRD); Prime Minister Alkatiri of East Timor; ministers from a number of countries including France, the

US, Nigeria, the Kyrgyz Republic and Trinidad and Tobago; senior representatives from companies such as Shell, ChevronTexaco, Total, Anglo American, F&C Asset Management; and civil society organisations including the Open Society Initiative and Transparency International.

Case studies of EITI implementation

Implementation is still at an early stage – with only Azerbaijan and the Kyrgyz Republic having actually published numbers under EITI. However there has been considerable progress across all nine countries. As implementation gathers pace we will see a sea change in the way that the oil, gas and mining sectors contribute to a country's development. Three examples of recent progress are:

São Tomé e Príncipe is one of the newest oil producers in Africa. Many of the population currently live in poverty but the government has recognised that transparently managed oil has the potential to make a real difference to people's lives. In December 2004, President Fradique de Menezes signed a law governing the receipt, investment and use of oil payments to best promote the economic and social progress of the country. The law provides public access to information on all payments into the fund. At the signing, the President said, "Nothing will be hidden, nothing will be wasted".

Azerbaijan was one of the first countries to commit to EITI in late 2003. This week the Government of Azerbaijan's national commission on EITI published its first reports. The reports, covering payments by oil companies and receipts by the government, were compiled by an independent auditor. The process was designed and supported by a coalition of government bodies, companies, and local civil society groups who signed a Memorandum of Understanding in November 2004.

Nigeria is in the process of appointing the auditor for EITI implementation. The President has issued a directive to government departments and oil companies requesting full collaboration with the Nigeria EITI auditors and ensuring that security is provided for the auditing teams. The audits will cover the past 5 years (1999-2004) and a multi-stakeholder working group – with representatives of government, industry and NGOs – will oversee the audit and receive monthly audit reports. The auditors have been appointed this month to carry out a financial audit aimed at getting a reconciled picture of who has paid money, how much and to whom.

Endiama

Nova subsidiária da Endiama em parto difícil

A Transdiamo, antiga empresa de transportes rodoviários da Endiama, tem um parto difícil num processo de reestruturação que a transformou na Enditrade Logística Integrada, uma empreitada que ameaça de desemprego a dezenas de empregados. Segundo soube o Semanário Angolense, a Enditrade foi em Maio do ano passado anunciada aos empregados da antiga Transdiamo como uma fusão de vários serviços de camionagem adstritos à Endiama, em que se contam empresas ou serviços como a Transdiamo, Dat e Transnordeste.

O anúncio foi feito pelo antigo director da Transdiamo, Domingos Gomes, que numa reunião realizada com os trabalhadores com esse propósito específico em Maio do ano passado, apresentou-se como presidente do Conselho de Administração nomeado para a Enditrade.

Mas entre Maio e Dezembro do ano passado a situação salarial dos empregados deteriorou-se, tendo alguns deles revelado ao Semanário Angolense terem descoberto factos que podem conduzir à acusação de Domingos Gomes de apropriação de verbas salariais e de outros fundos.

Disseram ter descoberto que Domingos Gomes recebe da Endiama uma dotação mensal de 56 mil dólares para pagar salários a 70 trabalhadores, quando paga ao grosso deles um total mensal de cinco mil dólares, tendo instituído para si um salário de 11.600 dólares. Num outro momento, declaram saber que fundos cifrados em 500 mil dólares cedidos pela Endiama para vitalizar a nova empresa de transportes conheceram outros rumos, apontando a probabilidade de Domingos Gomes os ter embolsado, tudo isso factos comunicados ao Conselho de Administração da empresa diamantífera em Dezembro do ano passado.

De uma forma geral, representantes dos empregados da antiga Transdiana disseram ao Semanário Angolense considerar que a fusão não constituiu mais do que um artifício para não declarar falência sobre o sector que serve a empresa diamantífera em transportes rodoviários, e dessa forma deixar-se de assumir as responsabilidades legais daí decorrentes.

Projecto de gás vai para frente

Oito anos após as primeiras consultas, representantes de Angola e de companhias petrolíferas concluíram esta semana, em Luanda, o acordo que vai levar adiante o projecto para exploração de gás, conhecido como -Lng- Liquefied Natural Gas. O projecto deverá custar entre 3 a 5 biliões de dólares. A Chevron, com 36.4 por cento, será a líder do projecto enquanto que a Sonangol deterá 22.8 por cento das acções. Entram também neste acordo a Exxonmobil, Total e BP com 13.6 por cento cada.

O acordo alcançado esta semana em Luanda diz respeito ao fisco, direitos sobre o gás explorado e planos de venda. O acordo ora obtido abre caminho ao estabelecimento de uma linha de estudo do tipo Feed que deverá estar em pronta em 2006, altura em que os accionistas serão convidados a fazer os investimentos «fatais», ou Fid, Final Investment Decision. Desta linha depende a viabilidade do projecto, e os detalhes técnicos, ou seja, como o gás será liquefeito, transportado e transformado novamente em gás. Só depois disso deverá arrancar a construção uma unidade de operações no Soyo, por onde passarão cerca 5 milhões de toneladas de gás.

O gás será transportado para a unidade Soyo por um x submerso, método usado também na exploração de petróleo nos blocos 0 e 14. Para este projecto foi contratada a Amec Paragon, companhia associada à Prodoil, a qual está ligada a irmã mais velha do PR, Marta dos Santos.

Angola bank in credit deal with FirstRand - paper

Thu March 24, 2005 4:43 PM GMT+02:00

LUANDA (Reuters) - Angola's state Banco Poupanca de Credito (BPC) bank is due to receive a \$100 million credit facility from South African banking group FirstRand to be repaid over two years, state-run Jornal de Angola said on Thursday.

"First Rand Bank will support BPC with credit facilities for international operations on consumer goods (and) to provide equipment and banking services for South Africa and other countries," the paper said.

Business between the two banks -- which started in 2000 -- had so far already reached over \$80 million, it added.

Officials from both banks were not immediately available for comment.

South African banks have been moving north into the rest of the continent, which is seen as a huge growth market.

Angola: Outgoing Ambassador Urges Greater Transparency And Donor Patience

[UN Integrated Regional Information Networks](#)

March 25, 2005

Posted to the web March 25, 2005

Luanda

As short-term priorities Angola should cement a sound relationship with the International Monetary Fund (IMF) and embrace the UK Extractive Industries Transparency Initiative (EITI), to inspire confidence and attract funds from donors and investors.

That is the view of outgoing British Ambassador to Angola, John Thompson, who believes that improving Angola's reputation is key to helping it shift its post-war development up a gear.

"It is essentially a question of building up the trust, and that trust will then hopefully transmit itself to the donor community but, more significantly, the investor community," Ambassador Thompson, who is retiring at the end of March, told IRIN.

Angola, which signed a peace deal in April 2002 after 27 years of civil conflict, is rich in oil and diamonds but poor in almost everything else. Much of its health and education services and vast chunks of its infrastructure were destroyed during the war, and most of its 13 million people continue to live in dire poverty.

Some observers allege that corruption and mismanagement prevent the majority from benefiting from the country's natural resources - hence the focus of both the IMF and the EITI on transparency.

Ambassador Thompson argued that while Angola had taken "major steps forward" in the last three years to improve its transparency record, it could go further.

Local teams are working with the IMF to implement a Staff Monitored Programme (SMP) that would encourage the country to open up its books to scrutiny, helping it meet the standards demanded by global institutions and allowing it access to cheaper credit on more favourable terms than the expensive oil-backed loans it has favoured in the past.

"I attach special importance to Angola getting a good, solid relationship with the IMF," Thompson said. "An SMP would enable the IMF, on behalf of the world, to monitor that Angola is doing what it says it is doing; that will do more than anything else to help reduce the negative perception of Angola.

"If Angola can negotiate with the IMF, and develop a good working relationship, then that should free up concessional finance. It could also lead to an agreement with the Paris Club in rescheduling official debt ... it should be the start of a virtuous cycle," he explained, adding that an IMF mission was due in the country very shortly.

Thompson expressed disappointment that no Angolan government representative attended the EITI conference in London this month, as it had been designed to help countries and companies increase the transparency of revenue and payment records, and enhance the governance of resource windfalls.

"I think it really was a missed opportunity," he said, noting that delegates from the state oil company, Sonangol, and Angolan civil society had gone to London.

"Angola could have taken the opportunity of telling the world what it has done. It could have also learned from other countries who were present - African and non-African countries - the steps that they have taken, how remarkably painless these steps have been, and what a positive impact it has had, not least on the reputation of the countries. Angola's reputation needs all the help it can get."

However, the country has expressed willingness to sign the EITI, and was "about 80 percent towards full participation".

"Angola just needs a little bit more of an impetus. I think and hope that it will sign, because I can't think of a good reason why it should not - there is nothing that EITI requires that Angola could not readily do," he observed.

Thompson has been a consistent advocate of the UK initiative during his three years as ambassador, and stressed that closer ties with the IMF and EITI backing were not mutually exclusive.

"I have argued - unsuccessfully - that signing up to the EITI would help Angola's relationship with the Fund and is not an alternative to it: it's an integral part of the whole process of moving towards greater transparency. It's an easy win, frankly, and the sooner they do it, the better," he said.

Angola has had a rocky relationship with the international community and has often taken umbrage at the constant demands for greater openness.

But bringing on board both these initiatives would soothe donor fears and help to lure private capital. Despite several UK trade missions and Angola's "very exciting prospects", UK investors, turned off by the country's poor reputation, were not yet striking concrete deals.

"Getting a deal with the IMF and embracing fully the EITI are part of the whole process of improving the image of the country; do these more or less simultaneously and Angola has a double whammy in its favour," Thompson said.

He dismissed the view that Angola's considerable natural resources - the country pumps more than a million barrels of oil per day - precluded it from international support.

"The tasks facing Angola are far too big for any one country. Angola is resource-rich, but not particularly cash-rich," he said, noting that much of the oil money was used to pay off oil-backed loans or reimbursing substantial investments by oil companies.

"It's going to be towards the end of the decade before Angola is actually earning the large sums of cash that people assume it is now earning," he added.

Highlighting increased British aid to the country of around £9 million (US \$16.8 million), the Ambassador also rejected the idea that donors were losing patience with Angola.

With the UK-led Commission for Africa report calling for developed countries to double their aid to the continent, Britain would not reduce its assistance to Angola, he said. Instead, there would be a shift away from emergency aid, such as food and medical supplies, towards more developmental projects.

"As far as the UK is concerned, there is no loss of interest," Thompson emphasised. "We are, however, switching to other priorities," he said, citing a project to prepare civil society for participation in the national elections, due in 2006; a US \$30 million programme over six years to combat urban poverty around Luanda; and a partnership to promote HIV/AIDS awareness via radio programmes.

Ambassador Thompson, who was number two at the British Embassy in Angola between 1979 and 1981, said he was leaving with mixed emotions, but believed that the future of the country "can be, should be and probably will be, bright".

His latest stint had been particularly intriguing, as he witnessed the country's transition from war to peace, from Marxism to democracy, and from a command to a market economy.

"Those three transitions are happening, inevitably, at slightly different speeds; speeds which, for many here, are far too fast and, for many outside observers, are far too slow," he said.

He urged the international community to have patience and help Angola as it moved through these transitions, in what he described as a "frustrating but extremely rewarding" period of change.

[This report does not necessarily reflect the views of the United Nations]

Conselho de Ministros aprova contratos de prospecção de diamantes

Luanda, 24/03 - O Conselho de Ministros, reunido nesta quarta-feira, em Luanda, aprovou dois contratos de prospecção, pesquisa e reconhecimento de depósitos primários de diamantes.

Os contratos envolvem a Endiama E.P. e a Sonland Minning, Lda, referente ao projecto Lulu e, entre a Endiama e Rosa e Tétalas, ligado ao projecto Send, este localizado na província da Huíla.

Segundo o presidente do Conselho de Administração da Endiama, Arnaldo Calado, a decisão do Conselho de Ministros, reunido sobre a presidência do presidente da República, José Eduardo dos Santos, representa "uma mais valia" para a produção de diamantes, a reflectir-se no desenvolvimento do país e e melhoramento do nível de vida da população.

O período de duração destes contratos é de quatro meses e o seu valor financeiro está orçado em 10 milhões de dólares, segundo adiantou à imprensa Arnaldo Calado, recordando que não é fácil prospectar diamantes kimberlíticos (diamantes primários).

O Conselho de Ministro aprovou ainda os projectos de decreto do estatuto orgânico do Instituto de Desenvolvimento de Pesca Artesanal e Agricultura e apreciou a proposta de Lei do Património Cultural Angolano e um documento relativo ao regulamento de espetáculos e divertimento público do Ministério da Cultura.

A sessão debruça-se igualmente sobre cinco instrumentos legais do Ministério das Relações Exteriores, designadamente, o acordo de cooperação económica, científica e técnica entre os Governos de Angola e da Argélia, o protocolo sobre a Saúde na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a adesão às Convenções, que cria o Instituto Africano de Reabilitação e sobre o Centro Regional de Excelência em Administração Pública da Comunidade dos países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP).

Recado de Oxford

Economia angolana melhorou mas a transparência nem por isso

Pela primeira vez, em muitos anos, instituições internacionais atribuem progressos significativos à economia angolana. Há uma semana e embora o Fmi ainda não tivesse posto nada cá fora, foi notícia o interesse daquela instituição internacional de agilizar o tão discutido programa monitorado. Esta semana a «Oxford Analytica», uma consultora internacional fundada em 1973 pelo Dr. David R. Young e constituída por mais de mil membros seniores da «Oxford University» e de outras importantes universidades ocidentais, divulgou um relatório sobre Angola, onde aponta progressos notáveis na gestão da economia. O angolano comum dirá, com toda a razão, que até que sinta os resultados nos seus bolsos, tudo isto não passa de fantasia, mas a Oxford Analytica fez observações que vale a pena levar em conta. Aqui vai a transcrição do estudo.

Significado: A economia angolana continua a beneficiar do aumento da produção de petróleo, o que tem atraído investidores e garantido empréstimos. Embora se tivessem registado alguns progressos no último ano, o compromisso do Governo em matéria de política fiscal não é claro.

Análise: A visita a Angola de uma missão do Fmi prevista para Janeiro continua por se materializar. O Governo falhou na prestação de informação sobre o paradeiro de cerca de 600 milhões de dólares resultantes do aumento do preço do petróleo no mercado mundial. Após os esforços do Governo em matéria de transparência, as relações com FMI melhoraram substancialmente, mas este novo revés condiciona a hipótese de um programa monitorado, comprometendo, igualmente, um acordo com credores internacionais e, consequentemente, o reescalamento da dívida.

Os esforços de Angola para dismantelar um sistema paralelo de financiamento têm sido penosamente lentos, pelo que o seu compromisso em matéria de transparência também não é claro. Existem três grandes áreas de preocupação. Reformas lentas e incompletas: Por força da guerra que devastou o país, parte das receitas do petróleo foram desviadas para contas paralelas e individuais controladas pelo Presidente, iludindo o Parlamento e outras instituições. De acordo com a «Human Rights Watch», cerca de 4.2 biliões de dólares resultantes da venda de petróleo entre 1997 e 2002, o equivalente a cerca de 9 por cento do Produto Interno Bruto, desapareceram sem deixar rasto. Supõe-se que estes fundos tenham sido usados para financiamento da guerra, enriquecimento de uma minoria e reforço do sistema político.

Desde o fim da guerra que as autoridades angolanas têm sido pressionadas por instituições financeiras internacionais, entre os quais o Fmi, e por algumas Ong, a pôr ordem nas finanças públicas. Houve sinais de progresso neste aspecto. Aqui vão alguns:

- Foi adoptado um orçamento único. - Foi estabelecido um sistema de controlo de transações financeiras entre o Tesouro, o Banco Central e os bancos comerciais controlados pelo Estado, pelos quais passam operações previstas no orçamento. - Foi criado um mecanismo de controlo de despesas, entre os quais se inclui a institucionalização de inspectores. Entretanto, continua a haver preocupações sérias. A «quasi-fiscal operations» da Sonangol, ou seja, a sua reestruturação, permanece opaca. A incapacidade ou falta de vontade para apresentar ao Fmi os detalhes da venda do petróleo acima do previsto no orçamento levanta dúvidas sobre a natureza do compromisso do Governo em matéria de transparência.

Existe uma crescente preocupação decorrente de indicações de intensificação do açambarcamento, pela elite, dos bens do Estado. «Está a tornar-se mais sofisticada, e menos visível». Além disso, o aumento das receitas petrolíferas juntamente com acordos bilaterais e créditos comerciais irão provavelmente diminuir as pressões para a satisfação das exigências do Fmi.

- No ano passado, a China emprestou a Angola 2 biliões de dólares. Estes fundos deverão ser empregues em projectos de infra-estruturas, ao mesmo tempo que prometem abrir a porta a investimentos chineses no sector dos petróleos. - Um sindicato de bancos, de que faz parte o «Standard Chartered», emprestou também a Angola 2 biliões de dólares. Este empréstimo foi também garantido por petróleo. (O Semanário Angolense soube de boa fonte que este empréstimo foi em parte arquitectado pela Banco Espírito Santo e que a maior parte dele será empregue na liquidação da dívida a Portugal. A Teixeira Duarte é uma das empresas portuguesas inicialmente contempladas nesta fórmula. Mas a sua entrada no capital da Nova Cimangola, já de si mal recebida, pode complicar esta perspectiva. Trata-se de uma «aleivosia», termo usado por alto dirigente angolano).

- Ao mesmo tempo, as relações de Angola com a África do Sul, historicamente cinzentas, melhoraram a tal ponto que os dois países assinaram um acordo de cooperação que abrange os sectores da defesa, investimentos, electricidade e segurança social. Desempenho macroeconómico: A falta de disciplina fiscal e o recurso frequente ao petróleo para obtenção de empréstimos comprometem os esforços para estabilização da economia. (A Oxford Analytica recomenda uma leitura ao relatório «Angola, Investimentos de risco, apesar dos lucros inesperados»).

Déficit orçamental: O orçamento para 2005, aprovado em Dezembro, inclui uma revisão que projecta o déficit para 6.7 por cento, perspectiva apoiada em receitas de petróleo imprevistas. O déficit, na verdade, poderá chegar a 9%, um acréscimo comparado como os 5.6% registados em 2004. Os números poderão ir mais longe em 2006, ano das eleições.

Inflação: A dívida externa está estimada em cerca de 10 biliões de dólares. A inflação acumulada chegou a 98% em 2003, baixou para 43 o ano passado, em parte como resultado do controlo das taxas de câmbio. O Banco Central recorreu à bonança do petróleo para manter a taxa da moeda a níveis que o mercado imporia em condições normais. A inflação deverá descer para 30 por cento este ano. O controlo das taxas de câmbio não deverá ser suficiente para compensar a queda do preço do petróleo. Em todo o caso, a economia vem crescendo a níveis saudáveis, beneficiando do fim da guerra civil e dos abundantes recursos petrolíferos, recursos estes que colocam Angola entre os principais produtores de petróleo da África subsaariana.

O produto interno bruto deverá crescer 11.6 % este ano, que se explica, em parte, pelo boom do preço do crude. O desenvolvimento de novos campos deverá elevar a produção de petróleo em mais 1.1 milhões de barris por dia. O crescimento para 2006 está estimado em 8.8 % mas poderá ficar aquém deste números pelas seguintes razões: - Indefinição quanto à realização das próximas eleições; - Desaceleração da produção de petróleo e redução do seu preço no mercado internacional. O aumento da produção e do preço do petróleo também tiveram reflexos no crescimento das exportações. Passaram de 9.2 biliões em 2003 para 14.1 biliões em 2004, diminuindo o presente déficit de cerca de 6% do PIB em 2003 para um excedente de 0.5 % no ano passado.

O balanço corrente é suposto manter-se positivo, embora a níveis mais baixos ainda que o PIB cresça e os dois biliões emprestados pela China aumentem as importações. Economia enviesada: O petróleo está a estimular todos os outros sectores da economia angolana. No ano passado representou 52 por cento do PIB, e 90 % das exportações. Os diamantes são outra fonte de receitas, embora continuem a representar uma fracção muito baixa do total das exportações. A sua produção continua a ser afectada por garimpeiros ilegais. (A Oxford Analytica recomenda a leitura do relatório: «África: o fracasso dos regulamentos contra o comércio ilegal de diamantes. Outubro de 2004»). Estima-se que milhares de garimpeiros, a maior parte deles idos da República Democrática do Congo, operem em Angola há mais de 10 anos. Fontes angolanas dizem que Angola perdeu, desde 2000, cerca de 1. 4 biliões de dólares.

Num esforço para reforçar o controlo sobre a produção de diamantes, cerca de 500 mil emigrantes foram expulsos das áreas de produção. Ao mesmo tempo o sector estatal está a prosperar, para o que terão contribuído investimentos de companhias estrangeiras como a BHP Billiton.

A abundância de recursos financeiros fez de Angola um dos principais beneficiários de investimento estrangeiro na África subsaariana . De 2003 para cá, Angola recebeu investimentos de 1.4 biliões de dólares. Investimentos noutras áreas que não os petróleos deverão, entretanto, continuar abaixo do potencial do país, um pouco por falta de infra-estruturas para tal, outro tanto pela elevada taxa de câmbio, regulamentos incipientes, corrupção e política ambiental incipiente. A Oxford Analytica recomenda a leitura do seguinte relatório: «Perspectivas para 2005: Consumo Mundial de óleo e gás, a chave para África em 2005»).

Conclusão: Apesar de alguns progressos, o Governo parece relutante em tornar as finanças públicas transparentes, com o que se abriria caminho ao desmantelamento das transações paralelas . Como resultado, a economia continua a registar desequilíbrios e a sua população beneficia muito pouco ou quase nada dos recursos do país. Pressões para que se operem mudanças parecem insuficientes para produzir efeitos, sobretudo se o preço do petróleo continuar aos níveis actuais.

Macroeconomia para jornalistas

Termina segunda-feira, 28, na Universidade Católica de Angola (Ucan), um curso de Política orçamental destinado a jornalistas da área económica dos meios de Comunicação Sociais estatais e privados, numa iniciativa da Fundação Open Society. A acção formativa que decorre desde o dia 14 do mês em curso e visava dotar os jornalistas de conhecimentos de macroeconomia, bem como elevar o seu aprendizado num ramo do saber para o qual existem pouco jornalistas especializados.

A acção formativa foi desenvolvida em vinte sessões de cada 90 minutos, perfazendo um total de 30 horas repartidas em três módulos. O primeiro tratou das contas nacionais, cuja a finalidade é de proporcionar aos participantes uma visão geral sobre o sistema de contas nacionais, seu processo de compilação, utilizações e limitações, um tema apresentado em seis sessões (corresponde a nove horas), dissertado por Maria Ferreira Oliveira e José de Castro Manuel, funcionários do Departamento de Contas Nacionais do Instituto Nacional de Estatística (Ine).

No capítulo da Política monetária, o objectivo principal foi o de dotar os jornalistas elementos de análise para compreender como deve ser conduzida, tema ministrado pelo professor auxiliar convidado da Ucan, mestre em finanças e investimentos, Salim Valimamade. Alves da Rocha dissertou no terceiro modulo, reservado à matéria de Finanças públicas, fazendo um enquadramento histórico, uma leitura económica do orçamento e um estudo do geral de Angola.

Semanario

Mais negócios da China

Representantes de umas 400 empresas nacionais e estrangeiras reúnem-se a partir de segunda-feira no Primeiro Encontro de Empresários para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Oficial Portuguesa, que até à quarta-feira decorre nas instalações da Feira Internacional de Luanda (Filda).

O encontro, organizado pela Câmara de Comércio e Indústria de Angola (Ccia), visa o

debate de assuntos ligados ao sector económico, bem como a criação de novas oportunidades de negócios para pequenos e médios empresários. Peritos em Economia dos países participantes foram convidados para no evento dissertarem sobre temas ligados à macroeconomia.

Wang Cheng Na, secretário geral adjunto do Secretariado permanente do Fórum de Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países da África, participará no encontro que pode reunir 750 convidados, dos quais 135 são chineses (45 de Macau), 30 do Brasil e 600 de Angola. Um grande número deles já se encontrava em Angola na quarta-feira que antecedeu à realização do encontro.

Porto do Lobito termina programa de reconstrução de infra-estruturas

Benguela, 24/03 - O director do Porto Comercial do Lobito, José Carlos Gomes, anunciou hoje estar concluída o programa de reconstrução de infra-estruturas portuárias, estando em prosseguimento a fase de modernização.

Para o responsável, que falava por ocasião do septuagésimo sétimo aniversário da fundação da empresa, as condições estão criadas para enfrentar os desafios que se prendem com a carga e descarga de todo tipo de mercadoria, contribuindo assim para o desenvolvimento económico do país.

Neste momento, refere Carlos Gomes, a empresa funcionará abaixo dos 50 por cento da sua capacidade de produção, devido a fraca navegação de navios que atracam no recinto portuário.

Já na perspectiva de se incrementar acções, adiantou que a empresa que dirige vai explorar as potencialidades instaladas quando a companhia do Caminho de Ferro de Benguela entrar em pleno funcionamento com a circulação de comboios do Lobito ao Luau (província do Moxico), com a interligação dos caminhos de ferros da República Democrática do Congo e da Zâmbia.

No ano transacto o Porto do Lobito registrou um aumento de produtividade na ordem de 38 por cento em relação aos anos anteriores, ao ter manuseado 872 mil e 349 toneladas de mercadorias diversas.

No mesmo período, foram movimentados 34 mil e 50 contentores. Estes resultados foram considerados pelo vice-governador João Evangelista Basílio, que presidiu a

cerimónia das comemorações dos 77 anos do porto, como sinónimo de empenho da direcção portuária e dos seus trabalhadores.

No entanto, disse ser necessário manter o ritmo já alcançado, por forma a corresponder os investimentos feitos e aos interesses da nação.

O acto comemorativo dos 77 anos do porto contou com a presença de responsáveis do Ministério dos Transportes, políticos e entidades religiosas.

Semanario

Bloco 33 está a revelar-se um enorme sorvedouro de dinheiro

António Mosquito não acerta nos poços

António Mosquito, patrão do Grupo Mbakassy & Filhos, deu-se bem no pequeno comércio. Triunfou na venda de adubos, pesticidas, tractores (de carros já nem se fala), mas a sua entrada no sector dos petróleos está a colocar-lhe contratempos com que não contava. Em boa verdade, ele pode estar a enfrentar a primeira grande contrariedade dos seus negócios.

Os investimentos feitos até aqui no bloco 33 - águas ultraprofundas - onde por via da sua companhia Falcon OIL Holding, SA, Foh, detém 10 por cento de um acordo de partilha de produção - Power Sharing Agreement - têm-se revelados infrutíferos, angustiantes, arrasadores.

Não é nada, diz uma fonte bem informada, que nenhuma companhia de petróleo não tenha experimentado. Porém, António Mosquito não só é um aprendiz de magnata, como (ainda) não tem um cofre igual ao das grandes companhias de petróleo. O Semanário Angolense soube de boa fonte que os três furos feitos no bloco 33 não revelaram viabilidade comercial absolutamente nenhuma. «O primeiro foi inconclusivo, os dois últimos estão literalmente secos». Estes resultados contrariam projecções feitas a partir de imagens sísmicas que indicavam haver no bloco 33 estruturas geológicas reveladoras da presença de petróleo ou gás. Estas expectativas não se confirmaram até agora. Do gás e do petróleo «nem pó».

Feitos para facilitarem o levantamento das potencialidades, cada um dos furos custou cerca de 30 milhões de dólares, sendo que a Foh, detentora de 10 por cento, desembolsou para cada uma destas operações três milhões de dólares. Acresce-se a isso a manutenção das operações no bloco que, de acordo com as nossas fontes, custa, há mais de um ano, um milhão de dólares por mês.

António Mosquito assinou o contrato de partilha de produção em 1999. No mesmo bloco participam a Exxon, com 45%, Sonangol, com 20 e Totalfinaelf com 15. A Nir e a Petrogal detêm, cada um, cinco por cento. Os resultados registados até aqui levaram algumas das parceiras da Foh a ponderarem a sua retirada do bloco 33. Porém e porque o acordo de partilha de produção prevê que sejam feitas quatro tentativas, as suas associadas concluíram que ficaria mais barato tentar um novo furo - com o que se acabarão as dúvidas, do que rescindir unilateralmente o contrato. «Algumas delas teriam problemas de voltar a Angola se escolhessem esta via», segundo disse ao SA uma fonte que acompanha o assunto. Por outras palavras estão obrigadas a fazer mais uma tentativa. Disto poderá resultar a confirmação do que se viu até aqui, ou a identificação de jazidas de gás e de petróleo comercialmente viáveis.

Os resultados registados até hoje estão atrasar o desejo de António Mosquito de lançar a sua empresa na Bolsa de Londres, preferencialmente no «Financial Times Stock Exchange», Ftse. Registada como companhia off-shore no Panamá, e detentora de escritórios à rua Joaquim Ernesto Figueiredo, e no número 406 da Rua Rainha Ginga, em Luanda, se dependesse exclusivamente de António Mosquito a Foh estaria a esta hora a receber ofertas públicas de aquisição – Opa. Porém e de acordo com fonte próxima ao mercado de valores, António Mosquito tem que aguardar pela confirmação da viabilidade do bloco e pelo crescimento da empresa. «Nas condições actuais, provavelmente não receberia 25 céntimos de dólar por cada acção».

António Mosquito preferiu Londres a outros mercados porque é também aí que vive um advogado indiano que gere partes dos seus negócios, e é também aí que funciona a subsidiária da Foh, a Falcon Oil UK, exactamente na 97-99 Park Street, Mayfair W1Y 3 HA.

Aliança com a Santa Fé resulta em 43 milhões de dólares

O petróleo tem destas coisas. Um poço pode ser o caminho para a fortuna, outro pode ser a ruína, ou o aviso para a retirada. Que o digam a Elf, que encontrou o eldorado em Angola, ou a Total e a Conoco que nas primeiras tentativas saíram de mãos a abanar, e com os cofres mais vazios.

António Mosquito, (na foto) vive neste momento o mesmo dilema. Do bloco 31, que fica um bocadinho mais abaixo do Ambriz, poderá vir a compensação para o que perde diariamente no bloco 33, onde marca presença através da Falcon Oil Holding SA. Fonte geralmente bem informada disse ao Semanário Angolense que a segunda aposta de António Mosquito no sector dos petróleos tem sido mais bem sucedida. «Ganha pouco, mas em boa verdade apenas feza ponte para a entrada de uma companhia estrangeira».

O segundo investimento de Mosquito fez-se por via de uma associação à Global Santa Fé Corporation Gsf - uma das maiores agenciadoras e gestoras de sondas. A Gsf é uma das sub-contratada da BP Amoco no bloco 31. Por sua conta estão estacionadas em Angola três grandes sondas: a «Gsf Adriatic I», com um contrato de 60 mil dólares por dia, que vai de Janeiro de 2005 a Janeiro de 2006; a «Gsf Adriatic II» (Novembro de 2004 a Maio de 2006) por 50 mil dólares dia, e a «Gsf Adriatic V» -Setembro de 2004 a Março de 2007- por 50 mil dólares dia. António Mosquito não está sozinho nesta empreitada. Com ele alinham o ex-secretário do Conselho de Ministros, António Van-Dúnem, homem que desbloqueou todo o processo, e o Brigadeiro Leopoldino Fragoso do Nascimento «Dino», chefe das comunicações da Presidência da República, um homem que apanhou boleia idêntica quando António Van-Dúnem engendrou a criação da Unitel a partir de activos que a Sonangol criou para investir na telefonia móvel.

A intervenção de António Van-Dúnem consubstanciou-se na exploração dos apelos do ministro dos Petróleos, Desidério Costa, no sentido de haver mais angolanos na liderança das petrolíferas em Angola e na exploração de negócios com estas companhias. Preocupado com a ausência de angolanos nestes dois segmentos do sector dos petróleos, Desidério Costa, em boa hora, convenhamos, apadrinhou o decreto 20/82 que defende o que ficou conhecido como sendo a angolanização do sector dos petróleos.

Mais tarde, e num processo de que ele próprio viria a tirar proveito ao criar a Poliedro, SA, juntamente com Roberto de Almeida, Ruth Neto, Mambo Café, Generoso de Almeida, Bornito de Sousa, Ismael Martins, Celestinio Dias, Noé Saúde e outros, Desidério Costa fez sair uma directiva advogando a priorização do «local content», isto é, conteúdo local, ou se quisermos gente da terra. Esta directiva recomenda a reserva para angolanos de segmentos específicos do mercado petróleo, ao mesmo tempo em que incentiva parcerias entre companhias angolanas e estrangeiras. Foi exactamente esta directiva que abriu caminho à parceria entre Tiago Gomes e a Ocean Rig para um contrato de cerca de

50 milhões de dólares para prestação de serviço à BP Amoco.

Com esta directiva na mão e com os galões que então ostentava, António Van-Dúnm não teve problemas em «vender» à Sonangol a entrada da Gsf Corporation no mercado angolano. A sociedade entre as quatro partes pode gerar em termos brutos, perto de 43 milhões de dólares. António Mosquito bem pode dizer que em boa hora recorreu a António Van-Dúnm. E vice-versa.

Autorizada cessão de Contrato de Partilha de Produção do Bloco 18

Luanda, 27/03 - O Ministério dos Petróleos autorizou a cessão da totalidade da participação de 50 por cento no Contrato de Partilha de Produção do Bloco 18, bem como a celebração do respectivo acordo entre a Sonangol-E.P. e a Sonangol Sinopec International Limited, nos precisos termos acordados entre si.

Um despacho do titular da pasta, Desidério da Graça Veríssimo da Costa, publicado na edição do Diário da República nº 22, I Série, de 21 de Fevereiro, a que teve hoje acesso à Angop, adianta que o acordo produz efeitos desde 01 de Julho de 2003.

A data, esclarece-se, constitui referência a partir da qual a Sonangol Sinopec International assume a exacta situação jurídica e fiscal da Sonangol E.P. correspondente a participação no referido contrato, nomeadamente no que concerne ao calendário das amortizações, reporte de prejuízos e conta de recuperação de custos.

A Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola-Empresa Pública (Sonangol-E.P.) adquiriu a totalidade de participação de 50 por cento no Contrato de Partilha de Produção do Bloco 18, detida pela ShellIDevelopment Angola B.V., por força do Decreto Executivo nº148/04, de 14 de Dezembro, lê-se ainda no órgão oficial do Governo.

PARTIDOS EXTRA-PARLAMENTARES CONTRA FIM DE SUBSÍDIOS

2005-03-23

Os partidos extra-parlamentares reclamam a continuação do seu financiamento público em nome da democracia. Sustentaram esta posição em bloco, no termo de uma concorrida cimeira que agrupou hoje, em Luanda, mais de cem formações com este estatuto.

A iniciativa resulta da postura assumida pelo MPLA, partido no poder, na Comissão do Parlamento que prepara o pacote legislativo de suporte das próximas eleições. O MPLA defendeu o fim do financiamento público das formações sem assento parlamentar por forma a estancar a proliferação dos mesmos. A Oposição, em consonância com a multitude de extra-parlamentares, queria a manutenção de uma subvenção anual de 150 mil dólares (USD). «O MPLA recebe anualmente USD 24 milhões. Portanto, é uma injustiça muito grande e nós não esperávamos que nesta altura do campeonato, nesta altura em que nós vamos nos preparar para o pleito eleitoral, o MPLA e o seu Governo retirem, deste ante-projecto de lei de financiamento dos partidos políticos, aquilo que nós queríamos em relação aos partidos sem assento», indignou-se o porta-voz da cimeira de hoje, Quintinho Moreira aos microfones de Ecclesia.

VERBA DE USD 400 MIL

Como saídas, o seu grupo encara, primeiro, exortar o MPLA a flexibilizar a sua posição. Também conta apelar à Comunidade Internacional, em especial as Nações Unidas, para ver a questão, na vertente do «financiamento da democracia em Angola».

O comunicado final da assembleia de hoje deplorou a «exclusão permanente das forças políticas extra-parlamentares, ignorando a anormalidade constitucional que o país vive há mais de 9 anos». Insta, em virtude da conjuntura pré eleitoral, a disponibilização da verba de USD 400 mil para o exercício político 2005/2006 de todas forças inscritas no Tribunal Supremo. O comunicado apela o Parlamento a manter a lei favorável ao financiamento de toda força política registada no Tribunal Supremo e pede ao Presidente da República para envolver-se no assunto.

O documento frisa, também, «a necessidade da concertação permanente (das vítimas desta discriminação) até à conquista da igualdade de tratamento». Finaliza, referindo a decisão de criar uma comissão de contactos com o Presidente da República e a Assembleia Nacional sobre a questão, sem discriminar a sua composição.

Estiverem no encontro as mais de cem organizações filiadas no CPO (Conselho dos Partidos da Oposição), POC (Partidos da Oposição Civil) e PPEP (Plataforma Política Extra Parlamentar).

Primeira turbina da barragem de Chicapa entra em funcionamento em 2006

Luanda, 28/03 - A primeira turbina da Central Hidroelétrica de Chicapa, na província da Lunda-Sul, com capacidade de quatro megawatts, começa a gerar energia eléctrica em Abril de 2006.

O arranque da turbina estava inicialmente previsto para Dezembro deste ano. Os trabalhos registam atrasos devido as correcções que estão a ser efectuadas no projecto inicial e, principalmente, na recepção tardia dos equipamentos.

Entrevistado hoje pela Angop, o administrador executivo do consórcio Hydrochicapa SARL, Francisco Meireles, disse que nas obras de engenharia estão a ser feitas

adaptações, não previstas, devido ao aparecimento de formações rochosas.

Além das formações rochosas, o administrador disse que esteve também fora do seu controlo a construção dos principais componentes da barragem (hidromecânicos e electromecânicos), porque o construtor russo esteve impossibilitado de os fabricar.

Por este facto, a direcção da Hidrochicapa foi obrigada a rubricar outro contrato com um novo construtor, para a fabricação dos referidos equipamentos.

Distando a 12 quilómetros do projecto diamantífero de Catoca e 24 da cidade de Saurimo, a barragem terá uma albufeira com 1,64 quilómetros quadrados, uma queda bruta útil 34 metros de altura, com nível de água numa situação normal de 959 metros e, em situação desfavorecida, de 950 metros.

A barragem será suportada por um caudal mensal médio do rio entre 35 a 45 metros cúbicos/segundo de água, podendo atingir a cota máxima de 263 metros cúbicos.

Com uma capacidade instalada de 16 megawatts, a barragem do tipo margem direita e esquerda, possuirá um descarregador de fundo, um canal de descarga, um canal de derivação de água, uma tomada de água e uma conduta forçada.

A mesma terá uma central eléctrica formada por quatro turbinas do tipo "Francis Vertical", com capacidade de quatro megawatts cada, e será suportada por duas subestações, a céu aberto, de 30 e 15 Kilovolts, sendo uma na cidade de Saurimo e outra na zona mineira de Catoca.

Além de fornecer energia eléctrica à Catoca e Saurimo, este empreendimento, como qualquer outro do género, vai armazenar água suficiente para a agricultura, permitirá regularizar o caudal do rio, captação de água para distribuição às regiões mais próximas, o fomento da piscicultura e a transformação do local numa zona turística, porque vai permitir praticar desporto náutico.

Antes do início das obras de engenharia, fez-se desminagem do perímetro, remoção

de terras, criação de uma vila residencial, com a capacidade de acolher 250 pessoas, para que o projecto se adaptasse às condições locais. A realização deste trabalho levou cerca de oito meses, tendo iniciado em Novembro de 2003.

A remoção de engenhos explosivos continuam na zona onde será criada a albufeira (lago artificial) da barragem. Em paralelo, realizam a remoção de engenhos explosivos numa extensão de 36 hectares ao longo do traçado onde será construída as torres que suportarão as linhas de transmissão de Saurimo e Catoca.

A obra, cuja construtora é a firma russa Alrosa Vneshtroy LDA, é financiada a 100 por cento pela Alrosa e tem como empresa fiscalizadora a Lenhaydroproject.

Com custos estimados em 49 milhões e 600 mil dólares, o consórcio tem como accionistas a Empresa Nacional de Electricidade (ENE), com 45 por cento e a firma de diamantes Alrosa, com 55 por cento, e tem um período de concessão de 40 anos.

Laboram no projecto cerca de 220 trabalhadores, sendo 145 nacionais e 75 expatriados de países da ex-União Soviética. Em função da aceleração dos trabalhos, o número de trabalhadores poderá aumentar nos próximos tempos.

Até agora, já foram gastos mais de 20 milhões de dólares na compra de equipamentos e na realização de trabalhos no terreno.

Encontro China/CPLP inicia-se hoje em Luanda

Luanda, 28/03 - Empresários da China e dos Países de Língua Portuguesa reúnem-se a partir de hoje na Feira Internacional de Luanda (Filda).

Segundo o coordenador do comité organizador, Tiago Gomes, será uma "boa oportunidade para as empresas mostrarem as suas reais potencialidades".

Para promover oportunidades de investimentos, a organização do evento criou no recinto uma Bolsa de Negócios, que, além de ter em exposição alguns produtos, contará com salas para contactos, onde os empreendedores poderão discutir e firmar

parcerias.

Angola, país anfitrião, participará com 425 empresas, Brasil (10), Cabo Verde (19), Guiné-Bissau (uma), Moçambique (duas), Portugal (26) e Macau com 36.

O programa do encontro, que vai durar três dias, prevê, entre outros assuntos, debates sobre "Os instrumentos de cooperação empresarial", "A economia do mercado e a globalização", bem como "Ambiente do investimento nos sectores do turismo, logística, pescas, finanças e construção para os próximos cinco anos".

O encontro entre a China e os Países de Língua Portuguesa, que se pretende realizar anualmente e de forma rotativa, tem como base dois protocolos internacionais.

Trata-se do "Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial" e do "Protocolo de Cooperação entre os Organismos de Promoção do Comércio e Investimentos e Câmaras de Comércio".

Estes documentos foram assinados por ocasião do Fórum de Cooperação Económica e Comercial, realizado na região administrativa especial de Macau/República Popular da China, em Outubro de 2003.

A realização em Angola desta primeira edição prende-se com o compromisso assumido pela Câmara de Comércio e Indústria do país por intermédio da sua vice-presidência, a Sonangol, que esteve representada no encontro de Macau pelo seu presidente do Conselho de Administração, Manuel Vicente.

Previsto para três dias, o encontro compreenderá cinco momentos distintos, nomeadamente a sessão de abertura, o debate sobre a cooperação económica e desenvolvimento, acerca dos instrumentos de suporte a cooperação, a bolsa de negócios, bem como as apresentações dos órgãos de promoção de comércio e investimentos e associações empresariais.

Angola e Brasil preparam reunião da comissão mista

Luanda, 28/03 - Uma delegação da embaixada de Angola no Brasil e do Itamarati (Ministério brasileiro dos Negócios Estrangeiros) chegou hoje à Luanda para preparar a reunião da comissão mista entre os dois países, prevista para Abril próximo, em Brasília.

O adido cultural da representação diplomática angolana naquele país da América do Sul, Tany Narciso, disse hoje à Angop, à sua chegada no aeroporto internacional "4 de Fevereiro", que o encontro vai passar em revista vários aspectos da cooperação bilateral.

A reunião, de acordo com a fonte, será seguida da realização de um seminário sobre "investimento privado", evento que contará com a participação de elementos ligados à Agência Nacional de Investimento Privado de Angola.

A delegação angolana hoje chegada ao país, é encabeçada pelo embaixador no Brasil, Alberto Neto e integra altos funcionários da representação diplomática naquele país.

Financiamento da campanha eleitoral dominou debates dos deputados

Luanda, 24/03 - Os deputados do MPLA e da oposição acordaram hoje, em Luanda, que todos os partidos com assento no Parlamento ou sem, concorrentes as próximas eleições, devem beneficiar de um financiamento do Estado, cujo valor será determinado posteriormente.

O consenso foi obtido durante os debates em torno do projecto de Lei Eleitoral, na especialidade, tendo os legisladores determinado que a verba orçamentada de apoio à campanha eleitoral dos candidatos ao pleito, previsto para 2006, seja distribuída de forma equitativa.

Outro assunto discutido na sessão de hoje foi o da constituição das assembleias de voto. O MPLA propõe que cada assembleia deve registrar mil eleitores, cifra que a oposição considera exagerado. Esta questão será amadurecida a nível das direcções das bancadas parlamentar.

Os trabalhos serão retomados na próxima terça-feira à tarde. No período da manhã do mesmo dia, os líderes dos grupos parlamentar terão um encontro com o presidente da Assembleia Nacional, Roberto de Almeida, para acerto de alguns detalhes referentes ao pacote eleitoral eleitoral, cujas discussões vão já na quarta semana.

MPLA admite submeter Lei do Registo Eleitoral à plenária da AN

Foto Angop/arquivo

Deputado Rui Falcão, que admite submeter ao Parlamento Lei do Registo Eleitoral

Luanda, 22/03 - O deputado Rui Falcão admitiu hoje, em Luanda, a hipótese de submeter à discussão a Lei do Registo Eleitoral na plenária da Assembleia Nacional (AN), em virtude dos desentendimentos em torno desta matéria a nível da comissão encarregue de aprovar o pacote legislativo na especialidade.

O deputado do MPLA fez estas declarações à imprensa, quando reagia à atitude dos seus colegas da oposição, por terem abandonado deliberadamente a sessão da Comissão dos Assuntos Jurídicos e Regimento da AN, incumbida de aprovar os anteprojectos de Leis que suportarão as próximas eleições gerais no país.

A maior parte da oposição, com excepção do deputado Alexandre Sebastião André, do PAJOCA, e de alguns poucos da UNITA, abandonaram a sala em virtude de discordarem com a nova versão do artigo X, do pacote legislativo, apresentada pelo MPLA, referente à " direcção e supervisão do registo eleitoral".

Instado sobre as divergências registadas, Rui Falcão disse que a contra proposta da oposição contraria o entendimento que a comissão já havia alcançado desde 24 de Fevereiro último. "Nessas condições não é possível criar consenso", desabafou.

Sobre o abandono da sala, o interlocutor notou que esse comportamento da oposição evidencia uma falta de capacidade de argumentação sobre aquilo que pretende fazer passar, tal como já o fez em outras ocasiões.

"O MPLA entende que, sendo o registo eleitoral um acto contínuo, a sua execução deve ser da responsabilidade da Administração do Estado, e não de um Conselho Nacional Eleitoral (CNE), como a oposição advoga", argumentou.

Apesar da situação crítica, Rui Falcão salientou que a comissão continuará a discutir os diplomas que reúnem consenso, deixando para última instância os aspectos discordantes, admitindo, contudo, a possibilidade de os remeter à aprovação da plenária da AN, no caso do impasse persistir.

Por sua vez, a deputada do Partido Liberal Democrático (PLD), Anália de Victória Pereira, disse à Angop que o único diferendo que existe entre a oposição e o MPLA consiste na atribuição do registo eleitoral ao Governo, ao invés do CNE, órgão que deve comandar todas as operações.

Neste sentido, ela defende uma discussão séria e profunda sobre este assunto, para que os diplomas sejam remetidos à plenária da AN "para a sua aprovação sem quaisquer percalços nem recalcamientos".

A proposta do MPLA atribui o registo eleitoral a um órgão competente da Administração do Estado (Governo), quer a nível central quer provincial e municipal, com supervisão do CNE, através de visitas de constatação aos locais de registo, bem como a elaboração de relatórios periódicos, pelo órgão executor, sobre a evolução das operações.

Quanto aos partidos políticos, o artigo refere que estes podem acompanhar o processo de registo eleitoral, através de seus representantes devidamente identificados, mas não devem interferir nas operações, condição que a oposição discorda categoricamente.

ALROSA TO AUCTION US\$22 MILLION WORTH OF DIAMONDS FROM CATOCA March 28, 2005

Russian diamond monopoly Alrosa Co. Ltd. plans to sell US\$22 million worth of diamonds from the Catoca diamond mine in Angola by auction in Antwerp in April, says Dmitry Novikov, Vice President of Alrosa. Alrosa hold a 32.8 percent of share of the mine that was established in 1992, while Empresa Nacional de Diamantes de Angola (Endiama), Angola's

state-owned diamond company also holds 32.8 percent, Daumonty Financing of Israel holds 18 percent, and Brazil's Odebrecht Mining holds the remaining 16.4 percent.

This marks the first time that Alrosa is selling diamonds from the mine directly and comes following negotiations with Angolan authorities.

"Negotiations with Angola authorities took us a year. As result, Alrosa was able to purchase from state monopolist Sodiam all diamonds mined the previous month at Catoca. So now we will be able to realize Angolan diamonds at the free market independently," Novikov told Russia's Kommersant.

Sunday, March 27, 2005 Commentary | [Home](#)

Canada helps Angola with fatal virus

Ebola-like fever has killed more than 100 people since October

By ANDRÉ PICARD

Monday, March 28, 2005 Updated at 1:16 AM EST

From Monday's Globe and Mail

Canada has dispatched one of the world's foremost experts on hemorrhagic fevers to Angola to help tackle the ever-worsening outbreak of Marburg virus in the impoverished African country.

Heinz Feldmann, head of the special pathogens program at the National Microbiology Laboratory in Winnipeg, is slated to arrive today along with an international team of "disease firefighters."

With Dr. Feldmann is a state-of-the-art portable laboratory that will allow him to make rapid diagnoses of suspected cases of Marburg.

The outbreak of Marburg hemorrhagic fever, which has killed more than 115 people since October, is already one of the worst recorded. It is causing heightened alarm with new reports that the virus has reached Luanda, the capital of Angola, a city of three million. Unlike previous outbreaks, this one is proving particularly lethal to young children.

Frank Plummer, scientific director of the Microbiology Laboratory, said on-site testing is critical because early symptoms such as fevers and headaches are vague and not necessarily telltale signs of the disease.

"It's very important in the middle of this kind of an epidemic to be able to make a diagnosis quickly because there's lots of different causes of fever," Dr. Plummer said.

It is important too because, while Marburg begins with a low-grade fever and headache, it can quickly progress to debilitating fever and muscle pain. If hemorrhaging begins, an infected person can bleed from the lips, eyes and internally, as their vital organs dissolve.

There is no cure and no vaccine against Marburg, which was first identified in 1967, when monkeys infected laboratory workers in Marburg, Germany.

The deadly disease is spread through close personal contact with those who are infected, notably by exposure to blood, putting health-care workers at the greatest risk.

The current outbreak has been largely contained to the northern Uige region of Angola, but the Canadian Public Health Agency has urged Canadians to avoid travel to Angola.

Dr. Feldmann and his assistant, laboratory technician Allen Grolla, travel with so-called space suits that protect them against exposure to deadly pathogens.

Their portable laboratory, which fits into a handful of suitcases, includes a machine that can do sophisticated DNA analysis of blood samples within hours. The equipment, which often has been used in remote locations, can be powered with a car battery.

The men are part of a team of epidemiologists, infection-control specialists and laboratory experts working under the auspices of the Global Outbreak Alert and Response Network of the World Health Organization.

WHO spokesman Dick Thompson said the work of scientists such as Dr. Feldmann is essential for controlling epidemics and outbreaks of disease.

"These are sort of the world's volunteer firemen when it comes to outbreaks, and when an alarm like this goes off, they're called in from all over," Mr. Thompson said.

"Having support from Canada is invaluable, especially with the kind of expertise they're providing."

Dr. Feldmann, who emigrated from Germany to work at the Microbiology Laboratory, is co-author of the book *Ebola and Marburg Viruses: Molecular and Cellular Biology*.

He has expertise working with the virus not only in the laboratory, but also in the field.

In 2003, Dr. Feldmann was part of a team that tackled an Ebola outbreak in the Democratic Republic of Congo. He also worked on an outbreak of Marburg that killed 123 people there from 1998 to 2000.

(Marburg and Ebola are part of the same family of diseases. Ebola is far more deadly, killing about 80 per cent of those infected, while the rate for Marburg is 30 per cent.)

Dr. Feldmann did high-profile work during the outbreak of sudden acute respiratory syndrome (SARS) in 2003, notably as one of the disease detectives who descended upon Amoy Gardens, a Hong Kong apartment complex where more than 200 people were infected with SARS.

Dr. Feldmann told the Winnipeg Free Press in an interview last year that he does not worry about his safety during the international missions, which he joins several times a year, because he works with these viruses every day in the Level 4 laboratory in Winnipeg.

He also said he is not in it for the attention or the excitement.

"If we get these calls, we think it is our duty to go."

With a report from Canadian Press

Ebola-like disease outbreak in Angola may be bird flu

A recent outbreak of an Ebola-like disease in Angola could possibly be bird flu, and World Health Organization officials have said they are not ruling anything out. Ebola generally affects adults, and the outbreak in Angola is primarily affecting children. Flu, dengue fever, and Ebola all have similar symptoms, making differentiation of the diseases somewhat difficult. Be sure to read the related article, [Why the world isn't ready for the coming influenza pandemic, World Health Organization warns](#).

Vice-presidente norte-coreano visita Angola

Luanda, 26/03 - O vice-presidente da República Popular da Coreia, Leg Pei Yang Hong, cumpre uma visita oficial, de 48 horas (de 29 a 31 deste mês) a Angola.

Segundo programa o governante norte-coreano será recebido, em audiência, pelo presidente da República, José Eduardo dos Santos, pelo presidente da Assembleia Nacional, Roberto de Almeida, e manterá conversações oficiais com o primeiro ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos.

No âmbito da visita, os governos de Angola e da Coreia do Norte assinarão vários acordos, que visam reforçar as relações bilaterais e de cooperação.

Angola – Africa Energy Intelligence

16/03/2005 ANGOLA
New Tax Legislation

A decree on taxation in the oil sector, one of four bills that make up Angola's new oil law, has just been published in the country's official journal. The decree was adopted by the cabinet last June and by Angola's Parliament in the autumn. By laying down tax terms for the gas industry, the decree will allow for a break-through with regards setting up the Angola LNG project (see P.5). However, the last decree forming part of new oil legislation and concerning banking regulations has yet to be submitted to Parliament. Oil companies operating in the country, but also state-controlled Sonangol, are strongly opposed to the bill which would oblige them to deposit all of their earnings in Angola in Angolan banks and seek authorization

of the Banco Nacional de Angola (BNA) for any transfer of funds abroad. The finance ministry's aim behind the decree is to bolster the country's still-fledgling banking industry.

AFRICA ENERGY INTELLIGENCE N° 389

16/03/2005 ANGOLA

First Study on Ultra Deep Development

In presenting its annual results early this month, Marathon, partner of BP on block 31 in Angola's ultra-deep offshore, indicated that a development plan dubbed North-East block 31 was being studied. The aim will be to start exploiting BP's main discoveries on the license – Mars, Plutao, Saturno and Venus – starting from 2010. Total has also made two nearby discoveries, Gindungo and Canela.

AFRICA ENERGY INTELLIGENCE N° 389

16/03/2005 ANGOLA

LNG Agreement

A full five years after Sonangol, Chevron, BP, Total and ExxonMobil set up the Angola LNG consortium, an agreement fixing terms for the supply of gas to the future plant was finally signed last week. A first engineering study is scheduled to be awarded in coming weeks. The project involves construction of liquefaction plant for gas at Soyo but no LNG supply contract has yet been penned.

AFRICA ENERGY INTELLIGENCE N° 389

02/03/2005 ANGOLA

Dos Santos Snubs IMF

Following yet another postponement of a visit by the International Monetary Fund to Luanda, Angolan president Jose Eduardo dos Santos told the central committee of his MPLA party last week that Angola would finance its reconstruction ?with bilateral or private funding? rather than with money from international institutions. For some months now the IMF and Luanda have trying to reach agreement on the conditions for talks concerning a Staff Monitored Program. The latter program would allow Angola to raise loans among international donors. But the talks have bogged down on the IMF's insistence that it be given precise data concerning Angola's oil profits and a pledge of transparency. Dos Santos' statements were preceded by similar talk from finance minister Jose Pedro de Morais who denounced the IMF demands as ?too severe.? The break in negotiations between the Fund and Angola could well have an impact on Sonangol's first-ever issue of bonds on international capital markets this spring (see P. 4).

AFRICA ENERGY INTELLIGENCE N° 388

02/03/2005 ANGOLA

Sonangol's Mid-Year Bond Issue

Rather than mount an oil-backed loan, Sonangol is planning a first-ever rights issue on international markets.

Africa Energy Intelligence reported in January (AEM 386) that state-owned Sonangol had contracted the U.S. bank JP Morgan to organize a bond issue on capital markets.

The contract to JP Morgan was awarded by Jose Marie Dellemos, Sonangol's financial director. On this question and others, Sonangol has been advised for some years by Ted Giletti, a long-standing executive of Standard Chartered Bank who now heads the American branch of the Banco Africano de Investimentos (BAI), a private Angolan bank in which Sonangol holds 17.5%.

We understand JP Morgan now plans to proceed with a first bond issue by the summer. The American bank's prime aim in the operation is to obtain a good rating for Sonangol's paper from international credit rating agencies. To achieve that, JP Morgan is underlining the fact Sonangol has never defaulted on any of its debt and that the Angolan government is gradually paying off its creditors.

Still, it seems improbable the rating agencies will be swayed by what are simply financial arguments. They will obviously bear in mind Angola's inability to reach an agreement with the International Monetary Fund concerning transparency problems (see P.7).

If the issue falls flat Sonangol will revert in the second half of 2005 to a conventional oil-backed loan even if the oil company is increasingly reluctant about raising money that way.

In a sign the government wants to break with the practice, Luanda recently dissolved the Cabinda Trust, a structure it had long used to raise loans on future production of the Cabinda Gulf Oil Company (41% owned by Sonangol and 39.2% by ChevronTexaco). The company operates block O in Cabinda.

The Cabinda Trust was made up of 17 financial establishments, including the U.S., French, Canadian and South Korean export credit guarantee agencies. Traders deposited revenue from the sale of production on block O into the trust and the banks that had lent money to Sonangol presented their bill to the Trust for payment.

Although the system was designed to reassure banks it proved difficult to manage as it compelled Sonangol to immobilize crude worth four times the debt servicing charge each time it made a new loan.

AFRICA ENERGY INTELLIGENCE N° 388

02/03/2005 ANGOLA

China's Sinopec Replaces Total

Withdrawn from Total last November as a result of the France-Angola standoff over the Angolagate affair, block 3/80 has been awarded to China's Sinopec. The agreement was signed last week during a visit to Luanda by a Chinese delegation headed by deputy prime minister Zeng Peiyang. The concession, one of three concessions that previously made up block 3 in Angola's shallow offshore, produces 80,000 bpd but includes numerous under-explored but potentially rich areas.

When Total lost the acreage, several independents rushed into the breach in the hope of obtaining it. They included France's Perenco which put in a bid with Sonangol.

But the frigid relations between Paris and Luanda affect not only Total but also other French groups, so Perenco ended up empty handed on block 3/80 as well. The agreement with Sinopec will provide for close involvement by Sonangol in exploring and working the permit.

AFRICA ENERGY INTELLIGENCE N° 388

How low can they go?

By John Reed

Published: March 26 2005 02:00 | Last updated: March 26 2005 02:00

One muggy afternoon, I stood on the deck of the Girassol, a floating oil-production and storage vessel moored in deep sea some 200km northwest of Luanda. I watched as a supertanker finished the 32-hour-long process of loading a million barrels of oil - equivalent to Angola's entire daily output - destined for a refinery in France. Time is of the essence and mistakes are costly. Total, Girassol's operator, runs it with balletic precision. An orange speedboat was lowered from the deck to help disconnect the pipelines from the tanker moored a nautical mile away. A second supertanker lurked greedily on the horizon. Girassol produces on average 240,000 barrels of crude a day, and tankers visit every four days. Moored by 16 anchors, in water deeper than the height of four Eiffel Towers, Girassol is the length of three football pitches.

I recommend a visit to the Girassol as a soothing antidote to oil- anxiety - a growing modern phenomenon. Today's offshore oilmen exude the easy optimism of the railroad barons of a century ago. Deep-water drilling, one of the industry's biggest growth areas, is pumping more oil than ever, and at a safe remove from the pipeline attacks of Iraq, Nigeria and Colombia. Meanwhile, improving technology is allowing the industry to drill at greater depths than ever, pushing supply forecasts into the future. Better seismic imaging and real-time data processing allow geologists to locate and exploit reservoirs more accurately. Engineers are learning to fashion pipes that can turn corners to negotiate tricky geology. Remote-operated vehicles can trouble-shoot at depths of 2km or more, so costly equipment stays in working condition for longer.

Water deeper than 500m accounts for more than 60 per cent of the world's surface. Even modest jumps in the industry's capabilities could significantly push back estimates on global reserves. The Girassol project was green-lit at a conservative break-even assumption of \$17 a barrel; but though Total recently adjusted its break-even for projects to \$21 a barrel, prices are more than double that at the moment. "Deepwater offshore is the single most important exploitable resource within the grasp of our generation," Peter Odell, author of a recent book on carbon fuels says. "It's the flavour of the decade," he adds, in a world where an estimated two-thirds of proven oil reserves remain unexploited.

Two days after I visited Girassol, I flew to Block 31, one of Angola's outermost deep-sea oil patches. Water depths there exceed 2km, and drill "strings" - when both water and the seabed are included - extend to 4km or more. The industry informally defines deep water as below 500m, and anything below 1,500m as "ultra-deep". BP, which operates Block 31, drilled at a depth of 2,020m in June 2002, a record for Angola, so Block 31 can accurately be called an industry frontier.

My visit had begun in Soyo, a sleepy port town at the mouth of the River Congo, which in recent years has become a logistics hub for Angola's burgeoning offshore industry (and surely one of the world's remotest places with a \$200-a-night hotel). From there I joined eight riggers and geologists in boarding a chopper for the 45-minute flight to the Leiv Eiriksson, a floating rig operated by Norwegian drilling contractor Ocean Rig.

In the drilling control cabin, the platform's nerve centre, known in roughneck parlance as the "doghouse", I watched as John Hughes, a Scots driller with North Sea experience, operated a joystick to manipulate machinery to lift a 9.56m drill joint (about the size of six men standing on each other's shoulders) so that it could be connected by two Angolan employees on the drilling floor below him. Old-style doghouses were claustrophobic places with rudimentary technology: the driller worked, essentially, with a clutch and a massive brake. But Ocean Rig's is glass-walled, roomy and fully electronic, with computerised indicators. "It's like sitting on a spaceship," said Hughes. I visited the platform's bridge and spoke to two exquisitely bored men in charge of monitoring this technology. "It took me 10 years to get my

captain's ticket, and now I'm sitting here," joked Juha Salonen from Finland. His Swedish colleague Stefan Skobowitsh described what they do as "the science of going nowhere".

BP, like Total, has been spending roughly a billion dollars a year in Angola. When the investment pays dividends, it does so handsomely. In mid-February, BP, with its partner Sonangol, the Angolan state-owned oil company, announced its fifth successful discovery in the ultra-deep waters of Block 31. The well, in 1,602m of water, was tested at a maximum rate of 5,330 barrels of oil a day.

A relative latecomer to oil markets, Angola is spoken of by industry experts as an oil province that could rival the North Sea, or even Alaska. Over millions of years, the River Congo deposited the sediment that became oil in present-day Angola's deep waters. Chevron-Texaco has been drilling in Angola since the country was a Portuguese colony. But technological hurdles and Angola's civil war, which lasted in fits and starts from 1975 until 2002, deterred most of the majors from exploring until the 1990s. Angola's output is now expected to match Kuwait's by 2010.

On the Leiv Eiriksson I watched as a remote-operated vehicle (ROV) sent back pictures from its 40-minute descent to the seabed to inspect drilling equipment, which it can install or remove if necessary. Harry Brennan, its operator, manipulated the ROV with clicks of a mouse and flicks of a joystick. "When I came here, this was the lowest depth I'd ever seen," he told me, peering at two screens on the ROV's control panel. The ocean's depths are bitterly cold and pitch-dark. But the ROV camera has spotted tuna as far down as 1,000m, and Brennan once had to arm-wrestle an octopus. Photogenic gadgets such as ROVs - a new generation of which is now being developed - get lots of attention. Yet the industry's ability to plumb new depths also owes something to more prosaic, if equally important factors. Improved seismic imaging means wildcatters are likelier than ever to hit oil. Imaging is now available not just in three dimensions, but in what geologists call "4-D" - the ability to track reservoirs, and adjust exploitation, over time.

Are there any limits to how deep and how far the industry can go? Some oilmen speak of exploiting the "ultra-ultra-deep" - in Angola's case the next swathe of waters west of Blocks 31 and 32. Turbulent geopolitics in the world's main onshore oil-producing

areas are likely to keep the offshore industry pumping at record levels in years to come. A recent article in *Petroleum Economist* referred, with refreshing candour, to what it called offshore oil's "isolation factor", defined as "a more comfortable operating climate, free from vociferous communities and sabotage".

But the dream of isolation is still that. In Angola's case at least, onshore politics could, with time, intrude on the offshore business's splendid isolation. Oil is Angola's largest industry by far, contributing more than 80 per cent of GDP. Oil revenues helped President dos Santos' MPLA party win the war against the rebel group Unita, and could play a role in postwar reconstruction.

But all evidence indicates that much of the oil money ends up squandered or stashed away by top officials. The International Monetary Fund and Human Rights Watch have separately concluded that some \$4bn of the country's oil money has gone unaccounted for in recent years. Angola remains one of the world's poorest countries, where one in four children die before their first birthday. Luanda, a city designed to accommodate half a million people, now houses some four and a half million, the majority of them in noisome, rubbish-strewn slums. Foreign and Angolan oil executives inhabit walled villas on the city's outskirts, not unlike the Portuguese colonialists of old.

"The oil industry is offshore in every sense of the word - the money doesn't come to Angola," Rafael Marques told me the day after my return from Girassol. A journalist and political activist who until recently headed George Soros's Open Society Institute in Angola, he has in the past antagonised the Angolan government and at one point served a brief jail sentence. "Even the expats come here in a pattern of 28 days in, 28 days out," he said. "The experts are offshore, which leaves very little to the local economy."

The oil companies have, justifiably or not, become a lightning-rod for the disaffection some Angolans feel for their government. On a separate visit last year to Cabinda, Angola's richest oil region, I observed the industry as many Angolans do: peering over the hermetic, barbed wire-protected walls of an expat compound. Gas flares from Chevron's shallow offshore wells light the night sky of the region, a non-contiguous piece of Angolan territory wedged between Congo-Brazzaville and the Democratic

Republic of Congo. On a walkabout through the enclave, Agostinho Chicaia, a local activist, pointed scornfully at the sky, where a helicopter ferried Chevron people - who rarely set foot in town - overhead en route to Luanda or Houston. "They could invest their money for the development of this country," he said. "Instead, there they are, living in a compound."

The oil companies avoid discussing Angolan politics on the record but privately point out, with some justification, that Angola is for the Angolans to govern. BP, Total and other companies have, in keeping with global trends, been stepping up their social responsibility programmes and commitments to "Angolanise" their operations by hiring more local employees. In May last year, when Chevron-Texaco signed an agreement extending its concession in Cabinda for another 30 years, the company pledged an \$80m "social bonus", some of it to be spent in Cabinda.

That African politics and Big Oil do not mix is confirmed by a series of scandals and allegations involving the majors in Congo- Brazzaville, Nigeria and Equatorial Guinea. In Angola, whether the companies are helpless bystanders or parties to poor governance, local activists remain, on balance, unimpressed. As Marques put it: "The oil companies are the life jacket that keeps this government floating."

On my second and final day aboard the Leiv Eiriksson, I waited in the platform's TV lounge for a meeting with Stan Van de Cappelle, BP's company man aboard Ocean Rig's vessel. Cappelle, a Canadian, has been in the industry for 33 years, and joined BP in 1998. He recalled working on his first deep-water well in 1978, when "deep water" was 1,200ft. Divers sent down to work on the rig often had to be isolated in decompression for up to 10 days.

The block where we were sitting, he noted, was the outer limit of what had been put up for sale. Formations this far offshore are more faulty and trickier to exploit. However, he said: "The future is going to be deep water: it's the last exploration frontier we have." Predicting more "big discoveries" offshore, he said: "We'll keep going farther until we don't find anything more."

Extractive industries graft plans updated

By Alan Beattie, World Trade Editor

Published: March 18 2005 02:00 | Last updated: March 18 2005 02:00

An international scheme to stamp out bribery in the oil, gas and mining business yesterday agreed to adopt tough new guidelines to hold companies and governments accountable, pleasing campaigners who had pushed for the new rules.

The Extractive Industries Transparency Initiative, a proposal from the UK government which has gained increasing support from resource-rich developing countries, agreed the guidelines at a conference in London.

The guidelines will require signatory governments to publish all payments to them from oil and mining companies operating in their country, to subject all such revenues to an independent audit, and to consult with local non-governmental organisations about the monitoring of the industry.

Global Witness, a transparency campaign that had threatened to boycott the conference unless the guidelines were agreed, said they were a substantial step forward.

"The EITI process has now got some real teeth and should be able to make faster progress," said Gavin Hayman, a campaigner with the organisation.

Extractive industries have long been criticised for perpetuating the "resource curse" - distorting the economy and propping up corrupt and autocratic governments that exploit their control of the revenues to keep themselves in power.

The initiative has attracted the support of several oil-rich countries including Angola, Azerbaijan and the Kyrgyz Republic.

At yesterday's conference, some resource-rich countries frequently criticised for lack of transparency, including the Democratic Republic of Congo and Equatorial Guinea, also said they were interested. But other countries, including China, India and members of the Organisation of Petroleum Exporting Countries, have yet to support it.

Sir Mark Moody-Stuart, chairman of the mining company Anglo-American, said while the responsibility for signing up lay with the governments, international oil and mining companies could encourage them to do so.

"When the process was developed, people expected the resource-rich countries to take the lead," Sir Mark said. "With the exception of Norway, this has not happened."

He also criticised the International Monetary Fund and the World Bank for not taking more of a direct role in auditing revenues.

Andrew Swiger, executive vice-president of ExxonMobil, said that the best way of widening participation in the initiative would be to encourage resource-rich nations with state-owned oil companies to participate.

The EITI was launched two years ago after pressure from campaigners who proposed an initiative called "Publish What You Pay". That would have put the onus on the oil and mining companies rather than host governments to reveal oil and mining royalty payments.

Mr Hayman said that two years after the EITI was launched, the first data on payments and revenues were only just beginning to be published.

"Some would see the glass as half-empty, but we see it as half-full," he said.

Angola – Africa Mining Intelligence

23/03/2005 ANGOLA
Lev Leviev

The Russian-Israeli businessman Lev Leviev looks set to lose his rights to market Angola's diamonds and we understand that for the first time this month he failed to export any gems from the country. The authorities awarded a big share of the formal market this month to the rival group Dan Gertler International, which already markets output from Congo-K's MIBA through an affiliate Emaxon. Leviev is also being boycotted by Russia, where he operates cutting and polishing units. Alrosa sold him no gems this month.

AFRICA MINING INTELLIGENCE N° 105

23/03/2005 ANGOLA

Kiernan Family in Diamond Drive

Since it sold its Ntotoroso gold project to Newmont in Ghana two years ago for \$20 million, Modrow Mines International has been investing in a lot of places in Africa. The family-owned exploration firm headed by Brian Kiernan has been engaged in a diamond exploration project in the Dala concession south of the city of Saurimo in Angola's Lunda Norte province since early March.

Dala covers 2,000 sq.km. and lies on the western side of the Alto Cuilo concession that Petra Diamonds works in partnership with BHP Billiton. Alluvial diamonds and traces of primary diamonds were identified on the property in the 1970s.

Mowdow and its leading partner, Concord Minerals LLC, a firm based in Nevada, own 33% of the Dala project, and are to spearhead prospecting on it. The remaining 66% is controlled by state-owned Endiama and the local firm Cimader. Moydow recently acquired assets in bauxite in Sierra Leone and gold in Ghana. Brian's brother and father, David and Noel Kiernan, head the mining services firm Minerex Ltd.

AFRICA MINING INTELLIGENCE N° 105

Angola – La Lettre du Continent

N° 466 10/03/2005

ANGOLA

Les missi dominici de "Zedu"

Toute proportion gardée, le président José Eduardo dos Santos gouverne son royaume comme le Pape, avec une galaxie de cardinaux qu'il envoie en mission. Enquête sur ces éminences grises...

Le président José Eduardo dos Santos, dit "Zedu" a une galaxie d'une dizaine de proches ou d'hommes de l'ombre, qui gère les dossiers sensibles. Bernardo Dombélé qui était en poste à Abidjan avant son limogeage était de ceux là. Très longtemps en poste à Libreville et très "pote" avec le président gabonais Omar Bongo, l'ambassadeur Dombélé avait notamment organisé à Libreville les premières rencontres secrètes entre Dos Santos et Jonas Savimbi. A Abidjan, il semble que ce soit une querelle avec Bertin Kadet, le conseiller à la défense de Laurent Gbagbo qui soit à l'origine de son "rappel" à Luanda, dans les murs gris du ministère des affaires étrangères.

"Zedu" a sorti un autre missi dominici de son chapeau pour garder un contact direct avec Laurent Gbagbo : Carlos Belli Bello, qui appartient à l'une des grandes familles installées à Luanda et qui a de très nombreux frères, en particulier à l'UE, à la Sonangol, à Londres... Jouant toujours les "militants de la première heure", Carlos Belli Bello qui a un bureau près du "chef", serait l'un des rares à dire des vérités en réunion présidentielle sans avoir peur du regard glacial de "Zedu". Il est bien connu dans les milieux français, en particulier des anciens

d'Elf et des frères Féliciaggi. Il y a quelques années, il fréquentait beaucoup le siège des patrons des casinos et PMU africains, rue de la Trémoille, à Paris.

"L'ambassadeur itinérant" qui s'occupe des affaires réservées du président est Elisio Figueiredo. Membre du groupe des protestants de Luanda qui ont pu bénéficier de bourses d'étude aux Etats-Unis, avant même l'indépendance de l'Angola, "Elisio" a été très agacé de voir son nom cité dans de nombreux procès-verbaux des "témoins" de l'Angolagate. Nommé ambassadeur à Singapour et en Indonésie en janvier 2002... avec résidence à Paris, il a toujours un statut diplomatique en France. Depuis 1993, il s'est spécialisé dans les circuits bancaires offshores où, dit-on, il excelle.

Directeur général des services de sécurité extérieure, Fernando Garcia Miala, dispose d'un bureau permanent à la présidence où il exerce également les fonctions de conseiller. Sa rivalité traditionnelle avec le chef de la Casa Militar, le général Manuel Helder Vieras Dias "Kopelipa" - qui a donné lieu, dans le passé, à de véritables scènes de ménage - n'est plus de mise depuis que "Kopelipa" a été nommé à la tête du bureau qui centralise la reconstruction. Ils ne "jouent" donc plus dans la même cour... Francophone, originaire du Zaïre, province du nord-ouest angolais, Miala qui a de bons rapports avec la DGSE française - dont une délégation s'est récemment rendue à Luanda - connaît bien l'Angolagate. Au "Palais rose", c'est lui qui centralise l'affaire depuis le départ de Carlos Feijo du poste de directeur de la Casa Civil. Si vous le rencontrez, ne lui demandez surtout pas s'il est bien le "général Miaou-Miaou" cité par l'instruction comme l'un des bénéficiaires des cadeaux de Brenco. Il le prendrait mal.

CAPRICORN SEARCHES FOR AN 'OPPORTUNITY'

By Rebecca Bream

Published: March 26 2005 02:00 | Last updated: March 26 2005 02:00

Capricorn Resources, one of Phil Edmonds' stable of exploration vehicles, was listed on Aim in 2003 and has a market capitalisation of about £3.8m, writes Rebecca Bream.

So far, though, it has no assets, except for a small cash balance. According to a statement last September, Capricorn's aim is to "locate resource-based opportunities and mining projects at or beyond early-stage development in the area north of the Tropic of Capricorn in Southern Africa, with an emphasis on countries including Angola, the Congo, Mozambique and Zambia".

The group said "finding the right deal has taken significantly more time than previously anticipated" and it would step up its efforts to secure assets. The lack of progress had caused Capricorn's share price to drift down last year to a level of about 2p, but at the start of February the shares jumped almost fourfold to 7¾p on the back of rumours that an acquisition was imminent.

On February 7, the company said it was "in discussions that may or may not lead to an acquisition that would constitute a substantial and a related party transaction, but not a reverse transaction under the Aim rules". That was the last the market heard. The shares have dropped back to 5¾p - still valuing Capricorn at nearly three times higher than it was in January.

South Korean news agency Yonhap
March 24, 2005

ANGOLAN FOREIGN MINISTER TO VISIT SOUTH KOREA FROM 29 MARCH

Angola's foreign minister will visit South Korea next week, the Foreign Ministry announced Thursday (24 March).

Joao Bernardo de Miranda is to visit 29 March -1 April for talks with Foreign Minister Ban Ki-moon on increasing bilateral ties, the ministry said.

His schedule also includes meetings with the construction minister, the vice finance minister and the vice industry minister and tours of major industrial facilities, the ministry said.

Angola and South Korea established formal diplomatic relations in 1992. Two-way trade reached 1.9bn dollars last year.

Mineweb
March 24, 2005

ALROSA EMBARRASSED BY ANGOLAN GUN-RUNNER

A notorious Russian-Israeli business figure, on the run from criminal charges in several countries, has caused serious embarrassment for Alrosa, Russia's leading diamond-mining company, by making it appear that he is behind Alrosa's diamond trading and mining operations in Israel and Angola.

The publication of claims by 52-year old Arkady Gaydamak, who currently lives in Moscow in fear of arrest if he travels abroad, comes as he faces new allegations of money-laundering in his adoptive state of Israel.

For Alrosa to appear to be working with Gaydamak at this time flies in the face of the anti-corruption programme that Alrosa has adopted, since the appointment of the new chief executive, Alexander

Nichiporuk. That Nichiporuk has been acting under Kremlin orders was made clear late in December, when President Vladimir Putin summoned Vyacheslav Shtirov, the former head of the company, and currently president of the Sakha region, where most of Alrosa's diamonds are mined. Shtirov was given an ultimatum: either he, his regional government, and his trustees in the Alrosa management agree to the federal cleanup of the company, or else Putin will replace him as the new regional president.

Last year also, Gaydamak was told by high-level Russian officials in Moscow that his attempts to involve himself in Russian dealmaking over Angola's international debt, its diamonds, oil, and arms, are no longer welcome as they once were, a decade ago, to earlier Russian governments.

Isolated, but with the Angolans still loyal friends, Gaydamak told an interviewer for the Israeli newspaper Ha'aretz that three weeks ago, he arranged for a privately leased aircraft to fly Nichiporuk, to Israel, where he introduced meetings with Israeli ministers of finance and trade, Benjamin Netanyahu and Ehud Olmert. Then, according to Gaydamak's story, he flew Nichiporuk to Angola, where he introduced him to President Jose Eduardo dos Santos.

According to Gaydamak, Santos has appointed him an "an authorized signatory to negotiate on behalf of the Angolan government". For his Israeli interviewer, Gaydamak drove "a black Bentley with diplomatic license plates". His Angolan diplomat passport, he claimed, was issued ten years ago. "I am considered a high-ranking diplomat of the Angolan embassy in Moscow," Gaydamak is reported as saying. There was no response to calls to the Angolan embassy in Moscow. Last October, in an interview with a Moscow radio station, Gaydamak described himself as an "advisor" to the Angolan embassy.

Gaydamak claims he gave last week's lengthy interview to Ha'aretz to rescue his public reputation. In addition to the money-laundering allegations in Israel, in France, he has been accused of illegal gun-running in southern Africa, corruption, and tax offences. In Switzerland and elsewhere, he has been implicated in unlawful oil for foreign debt transactions, involving the government in Luanda with a variety of other states, including Russia. "The reports are hurting my business," he is quoted in Ha'aretz as saying. "I decided to launch a campaign to clear my name. I want to say that I am not a bad person, that I am a victim of a campaign of slander, disinformation and lies by government elements in France who are being assisted by the Israel Police and the media."

Nichiporuk took over his post at Alrosa from a career as an economist and banker. He is assisted by Yury Ionov, who heads Alrosa's economic security and legal division; he has been a security officer. One of their targets, a source close to the company has said, is special discounting of diamond sales and other deals through an Alrosa subsidiary to the Israeli diamantaire, Lev Leviev. Leviev controls the second largest diamond cutting plant in Russia, and generates turnover of about \$ 1 billion in diamond manufacturing around the world.

Gaydamak and Leviev have been partners, and according to Gaydamak, he introduced Leviev to his now lucrative diamond mining and diamond trading operations in Angola. Although the two have severed some elements of their business partnership, Gaydamak hinted that they remain allies in Angola. He told Ha'aretz he had "opened the gates of that country (Angola) for Leviev and helped him get a monopoly on its diamond exports."

Leviev and Alrosa have also been partners at Catoca, Angola's newest diamond mine. However, sources close to Alrosa say that Nichiporuk is attempting to curtail these links.

Alrosa officials are embarrassed by the attention Gaydamak has drawn to Nichiporuk, and they are hoping that none of Gaydamak's notoriety will rub off on to their chief. A source at the company said that Nichiporuk has not flown on a private airplane of Gaydamak's. Nichiporuk, the source said, did meet in Israeli recently with Netanyahu and Olmert, and he did meet with dos Santos. At these meetings, the source acknowledged, Gaydamak was present. However, "Nichiporuk already knows all these individuals, and didn't need introduction, including dos Santos whom he knows well from Alrosa's Angolan business." Gaydamak's participation in both the Israeli and Angolan meetings, the source added, was as "the representative of Angola in Russia."

Still unexplained is what the Israelis want from Nichiporuk, either for Israel's diamond import requirements, or for Israeli interests in Angola. These are highly sensitive issues for Kremlin officials, who have rejected earlier attempts by the Israelis to build a diamond stockpile in Israel out of Russian supplies. The Kremlin is also trying to establish its own control of state strategy in southern Africa, and prevent Russian corporates like Alrosa using African projects as conduits for corrupt diversion of cash abroad.

In a circular to Eurobond investors last October, Alrosa disclosed that it holds a direct 33-percent stake in the Catoca mine, and when a hydroelectric power station it is currently building is operational, production at the mine will increase substantially. Annual output at the mine, which Alrosa shares with Leviev and others, was 2.7 million carats last year, worth an estimated \$ 170 million. Alrosa also holds an indirect 20-percent stake in the projected new Angolan mine at Lour. The Eurobond prospectus identified other diamond mining interests for the Russian company in Sierra Leone, Democratic Republic of Congo, and "other African countries". At a meeting early this month in Moscow with Sandile Nogxina, director-general of the Department of Minerals and Energy in Pretoria, Nichiporuk claimed that Alrosa is looking at diamond mining opportunities in South Africa.

Angola Press Agency

March 23, 2005 Wednesday

Cabinet Approves Diamonds Prospection Contracts

The Cabinet Council, gathered this Wednesday morning, in Luanda approved two contracts of

diamonds prospection, research, and recognition of primary depots of this mineral.

The contracts involve Endiama E.P (National Public Company of Diamonds) and Sonland Mining Lda, relating to the project "Lulu", as well as between Endiama and Rosa & Tetalas, connected to the project "Send", this one located in the southern Huila Province.

According to the chairman of the Endiama Administration Council, Arnaldo Calado, this decision from the Cabinet, whose meeting was chaired by the Head of State, Jose Eduardo dos Santos, represents "a greater value " for diamonds production, which will reflect on the development of the country and the improvement of the cost of living of the population.

The contracts are to last four months and their financial value is calculated in USD 10 million, as disclosed by Arnaldo Calado.

Angola Press Agency

March 23, 2005 Wednesday

UNITA Leadership Fails to Treat Cadres Fairly - Jorge Valentim

Angola's main opposition UNITA party's MP, Jorge Alicerces Valentim, today in Luanda said his party leadership is failing to treat its main cadres kindly.

Speaking to the State-run Radio Nacional de Angola's Manhã Informativa programme, Jorge Valentim mentioned the cases of the MPs Abel Chivukuvuku and Paulo Lukamba (Gato), as some of the cadres that are not receiving a fair treatment from the party's leadership.

In his opinion, UNITA's "barons" are not being well treated and used, a fact that he has been noticing on his daily political vision of the evolution of the organisation's internal life. Jorge Valentim also accused his party's leadership of deliberately delaying his official entry into the Parliament, which he considers as of "bad faith" on the part of the organisation's leader, Isaias Samakuva.

Valentim who two months ago was removed by the party leadership from the post of minister of Hotels and Tourism, said that he has been since then waiting to officially join the National Assembly.

"I can affirm that there must exist certain manoeuvres because my case has been facing so much delay and all this situation depends on UNITA president", said the MP.

Jorge Valentim regretted the lack of coherence and will on the part of UNITA president, saying Isaias Samakuva must be clear in his directives.

He said that from the contacts he has held with the party leader, Samakuva has presented dubious positions.

World Markets Analysis

JORGE VALENTIM DESCONTENTE COM O SEU PARTIDO

2005-03-23

O recém exonerado ministro da Hotelaria está agastado com a demora do seu ingresso no parlamento como deputado da UNITA. Jorge Valentim exteriorizou o seu sentimento hoje, numa entrevista exclusiva à Rádio Nacional de Angola, confirmando uma informação publicada pelo semanário "Agora" no último fim de semana.

Atribuiu a demora deste ingresso à falta de clareza por parte do actual presidente do seu partido, Isaías Samakuva, que misturou o seu nome com colegas em litígio com a Assembleia Nacional. «Assegurou-me que tinha verdadeiramente apresentado o meu nome para ser deputado e que seria na próxima sessão. Depois, passou o tempo. Estamos agora já no mês de Março. Eu posso dizer que deve haver aí umas certas manobras», afirmou Valentim aludindo a promessa recebida directamente de Samakuva.

Apesar da sua solidariedade com outros correligionários cujo regresso ao hemiciclo tem sido travado, ele chegou a pedir a separação do seu caso. Em vão, factor que denota, a seu ver, a tal ambiguidade de Samakuva. Por outro lado, Valentim achou que o actual chefe do partido «não está tratar carinhosamente certos barões» da organização. A respeito, exemplificou, além de si próprio, com os nomes do antigo secretário geral, Paulo Lukamba "Gato" e do deputado Abel Chivukuvuku.

Não foi possível obter a reacção de Samakuva a estas críticas, cuja exteriorização indicia novo episódio de convulsões internas no Galo Negro.

March 23, 2005

US Oil Giant to Invest in Liquefied Natural Gas Project in Angola

ChevronTexaco, Block 0 operator in the Cabinda region, has announced its intention to expand its investment in Angola and, in collaboration with three other multinational oil companies, embark on a liquefied natural gas (LNG) project in the country. An agreement reached earlier in the week between the co-ventures - namely Total (13.6%), BP (13.6%), ExxonMobil (13.6%) and Angolan state-owned oil firm Sonangol (22.8%) - has established the principles for gas supply, corporate structure and the legal and regulatory framework for the LNG project. The LNG project will also entail a gas utilisation project, encircling offshore and onshore operations to commercialise gas resources and reduce gas-flaring from blocks located offshore of Angola.

Significance: According to the managing director of ChevronTexaco's Southern Africa Business Unit, the

project is hoped to 'demonstrate ChevronTexaco and co-venture's commitment to Angola.' He added, 'A reduction in gas flaring will be good news for the environment but, in addition to its environmental benefits, the Angola LNG project will also unlock the commercial and strategic value of Angola's fast natural gas resources for the benefit of the country, its people and the project co-ventures. The project will offer additional benefit to Angola through direct investment and opportunities for Angolan manpower, suppliers of materials and equipment, and contractors to contribute to the project.'

Xinhua News Agency

March 23, 2005

Angola receives 500-million-dollar private investment proposals in first quarter

Angola has received private investment proposals worth 500 million US dollars so far this year, only 26 percent less than all of 2004, the daily "Jornal de Angola " reported Wednesday.

The Angolan official newspaper cited head of the National Private Investment Agency, Carlos Fernandes, as saying the huge boost in interest from private investors was primarily due to changes in Angolan legislation following the end of the civil war in 2002.

"In 2004, private investment proposals totaled 680 million US dollars," while in the first quarter of 2005 "we already have proposals estimated at 500 million US dollars," Fernandes said in the United Arab Emirates (UAE), where he was participating in an Angolan investment seminar.

Fernandes did not specify in what sectors or the number of proposals received by Angola this year.

"The impact of Angola's message" in the UAE was "excellent," he said, adding that Angola offered a scenario of political stability, significant macroeconomic improvement, and an "extremely attractive" legal framework for investors.

Radio Okapi

March 23, 2005

DRCONGO RESIDENTS DENOUNCE PRESENCE OF ANGOLAN ARMY

Residents of Luiza (western DR Congo) have denounced the presence of the Angolan army on River Kasai.

In effect, several witnesses accounts from residents of Kandunda and Kalamba Mbuji, Congolese areas situated along the border with Angola, say that troops from Luanda have massed on the other side of

the river.

Luiza residents have also reported the presence of Angolan helicopters. The helicopters regularly violate with impunity Congolese airspace. The residents also say men from Angola are patrolling the Congolese territorial waters of River Kasai. The Angolans who come aboard three small boats and a patrol boat take canoes from Congolese riversides.

A delegation from the MONUC (UN mission in DR Congo) has also received the same reports including concerns expressed by residents in the area.

The commander of the Fourth Military Region, Gen Etienne Kasereka, is not overly shocked. According to him, the presence noted by residents is that of the Angolan border police. Authorities are aware of this.

Nevertheless, the Fourth Military Region has decided to deploy troops in the coming weeks while awaiting a Xinhua News Agency
March 22, 2005

Angolan government to increase water supply coverage by 50 percent

The Angolan government intends to carry out a 50 percent increase on drinking water supply coverage, for every citizen, as well as deliver adequate sanitation services, by 2015.

The information was given on Tuesday in Luanda by Minister of Energy and Water Botelho de Vasconcelos, during the commemorations of the World Water Day, who guaranteed there will be continuity in the implementation of program considered as priority by the government, due to their direct implication in the living conditions of citizens, as well as the economic and social development of the country.

"The existence of water and sanitary structures in schools alongside the education on hygiene facilitates the reduction of poverty and mortality rates, increases the learning capacity of children in general, who will have this liquid available for them, without needing to go outside the school to quench the thirst, (and) keep small hygienic attitudes that contribute to good health, " said the minister.

In order to give response to the needs of infrastructure reconstruction in the sector of water, facing the need for economic growth and improvement in the quality of services, the Ministry of Energy and Water will continue to mobilize financial resources from various origins, with the support of the government, said the minister.

As regards the demanded quality standards for human consumption, the most serious problems have been observed at the level of microbiologic contamination, which in most cases is the result of deficient disinfection work or even complete absence of water treatment.

He pointed out as objectives for the coming years the assurance of well-being for the populations,

through providing a general access to the adequate water supply services, cleaning of residual waters and preservation of the environment, thus, guaranteeing a sustainable social and economic development.

The General Assembly of the United Nations on its 58th session held in December 2003 proclaimed the 2005-2015 period as the Decade of International Action "Water Xinhua News Agency March 22, 2005

Angola registers over 34,000 cases of TB in 2004

At least 36,480 cases of tuberculosis were recorded in Angola through 2004, of which 20,301 are new cases and 5,882 are 15 to 24 years old.

Angolan news agency Angop Tuesday quoted National Director of Program of Fight Against Sickness, Conceicao Palma as saying that tuberculosis situation may increase due to the increase of poverty, demographic increase, improper treatment of patients, various cases of resistance to medicines, deficient sanitary education and difficulty of an efficient control of the sickness and co-infection of HIV/AIDS.

Data from National program of HIV/AIDS show that prevalence on the sickness in tuberculosis patients is about 32 percent.

With introduction of Directly Short Noticed Treatment since 1996 in the country's 18 provinces, the populational coverage is estimated at 65 percent and an information system is being improved each year, with 98 percent of notifications of cases in 2004, with regard to 94 percent in 2003.

Tuberculosis is an infectious disease caused by the tubercle bacillus and characterized by the formation of tubercles on the lungs and other tissues of the body, often developing long after the initial infection. Tuberculosis Day will be observed countrywide in Angola on March 24.

Xinhua News Agency
March 22, 2005

Angola expresses nuclear energy ambitions

Angola is studying ways to fully exploit its significant uranium reserves and the Angolan government does not rule out developing a nuclear power program in the future, said an Angolan official.

Angolan official diary Jornal de Angola quoted here an Angolan Deputy-Science and Technology Minister Pedro Teta, as saying Tuesday in Paris at a conference on "Nuclear Energy for the 21st Century" that Angola has "major uranium reserves that are not presently exploited."

The last evaluation of Angola's uranium was made in 1975 and a "new geological map" of the country is now being prepared and will be completed next year, said Teta.

With a better understanding of its potential uranium wealth, the Angolan government will decide whether to market the mineral, currently not offered for sale, to overseas customers.

A possible destination for Angolan uranium could be South Africa, which operates two nuclear power stations and is currently the only African nation with a nuclear program.

In the medium to long term, Luanda "does not rule out the use of nuclear power depending on the country's energy needs," said Teta, adding Angola should consider training technicians in this specialized area. Xinhua News Agency

March 22, 2005

Luanda avalia reservas de urânio e não exclui energia nuclear

■ 21-Mar-2005 - 17:22

Angola está a avaliar as reservas de urânio existentes no território para poder rentabilizá-las e não exclui a introdução no futuro de energia nuclear no país, disse hoje em Paris o vice-ministro da Ciência e Tecnologia angolano.

"Angola tem grandes recursos de urânio mas que actualmente não estão rentabilizados", afirmou Pedro Teta à margem de uma conferência interministerial intitulada "A energia nuclear para o século XXI", que decorre hoje e terça-feira em Paris.

Esta riqueza faz com que o país, que é membro da Agência Internacional para a Energia Atómica (AIEA), esteja "interessado em acompanhar o desenvolvimento da energia nuclear, apesar de ter um grande potencial de energia petrolífera e hidroeléctrica".

A última avaliação das reservas de urânio é anterior à independência de Angola, em 1975, estando em curso uma actualização dos dados, que deverá ser obtida com a conclusão de uma "nova carta geológica de Angola em 2006", indicou o governante.

Nessa altura, Luanda poderá estudar a melhor forma de rentabilizar este minério, que actualmente não é vendido, mas que poderá ser se o preço aumentar, já que "existe capacidade para exportar", garante Pedro Teta.

Uma hipótese para escoar o urânio seria a África do Sul, que possui duas centrais nucleares e é o único país do continente a desenvolver esta forma de energia.

Pedro Teta vê com bons olhos uma parceria energética, admitindo trocar urânio por electricidade, a exemplo da partilha de recursos hidroeléctricos que existe com aquele país no âmbito da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC, sigla em inglês).

"No médio e longo prazo não descartamos o uso da energia nuclear face às necessidades do país, agora que acabou a guerra", acrescentou Pedro Teta, na opinião do Angola deve entretanto aproveitar para formar quadros especializados nesta área.

Na conferência, em que Angola participa como país observador, estão representadas 74 nações, 28 das quais ao nível ministerial, e diversas organizações internacionais.

O objectivo é fazer uma "reflexão aprofundada para preparar a política energética nas próximas décadas", tendo em conta o aumento esperado das necessidades no sector, esclareceu o ministro da Indústria francês, Patrick Devedjian.

França é o segundo país no mundo, a seguir aos Estados Unidos (104), com maior número de centrais nucleares (59), responsáveis por 78 por cento da energia produzida no território.

O director-geral da AIEA, Mohammed ElBaradei, mostrou-se consciente dos riscos que implica a produção de energia nuclear, em especial para o ambiente, mas considerou que hoje já existe segurança suficiente no tratamento de resíduos.

"A energia é o combustível do desenvolvimento e é preciso avaliar se os ganhos compensam os custos", disse, vincando: "Não podemos dar-nos ao luxo de excluir qualquer forma de energia".

A AEIA, que organiza a conferência em conjunto com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), antevê um aumento da taxa de consumo de energia de entre 35 e 60 por cento até 2020, se a média de consumo dos países em desenvolvimento atingir o nível das economias ocidentais e os prognósticos de crescimento demográfico se confirmarem.

"Mesmo as estimativas mais conservadoras prevêem que o consumo de energia vai duplicar em meados do século", avisou Baradei.

Angola: Vice-presidente norte-coreano aguardado para visita oficial

Luanda, 27/03 - O vice-presidente da República Popular da Coreia, Leg Pei Yang Hong, cumpre uma visita oficial, de 48 horas (de 29 a 31 deste mês) á Angola.

Segundo programa o governante norte-coreano será recebido, em audiência, pelo presidente da Republica, José Eduardo dos Santos, pelo presidente da Assembléia Nacional, Roberto de Almeida, e manterá conversações oficiais com o primeiro ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos.

No âmbito da visita, os governos de Angola e da Coreia do Norte assinarão vários acordos, que visam reforçar as relações bilaterais e de cooperação.

And remember this odd one

Education Minister Opens Nuclear Energy's Radio Protection Lab

All Africa Global MediaComtex Global NewsComtex InternationalComtex Wall Street 03-02-2005

Luanda, Feb 03, 2005 (Angola Press Agency/All Africa Global Media via COMTEX) --A Radio-Protection Laboratory of the Nuclear Technology and Science's Multisectoral Nucleus (NMCTN), designed to control every radioactive material activity was inaugurated today in Luanda by the Education Minister, Burity da Silva, on behalf of the Prime Minister, Fernando Dias dos Santos.

Mr da Silva stressed the human and strategic importance of the laboratory in the research and analysis of emitted rays in areas such as health, where it will be possible the detection of their harmful effects in certain diseases and in agriculture, taking into account that Angola is country that imports cereals, meat, chickens some of them with radioactivity charge.

To the Angolan Minister, when one is speaking about nuclear energy people think on arms.

"Angola while a country without expansionist objectives, does not set up institutions to promote actions of violence, but to protect its population in various fields", he underlined.

The laboratory, he added, will enable the carrying out of previous analysis on products to examine whether their contaminated or not, which represents a protection for public health.

On his turn, the Minister of Sciences and Technology, Joao Baptista Ngandajina, emphasised that the laboratory, estimated at USD 239,000, will help the country in the development of several projects aiming the eradication of diseases, through the sterilisation of the insects that cause the illnesses.

He added that it will also help in the prevention of nuclear accidents, thus saving the local resources.

West Africa expected to attract 19 billion dollar oil investments by 2009

West Africa, including oil-rich Nigeria, is expected to attract about 19 billion US dollars oil and gas exploration investments in the next five years.

This will account for about 40 percent of the total 48 billion dollars exploration expenditure projected in the international oil and gas market between 2005 and 2009, Chima Ibeneche, head of Shell's Nigerian subsidiary was quoted by Nigerian press as saying on Tuesday.

"It is estimated that the west African deep-water basin that extends to Angola and Equatorial Guinea, has potential reserves of some 46 billion barrels," he said.

Exploiting these hydrocarbon resources, according to Ibeneche, will lead to the investment of about 43 percent of all exploration and production expenditure this year.

"It is expected that the development in this region will make it the largest projected growth area for the floating production storage and offtake vessels and sub-sea systems worldwide over the next half decade," he added.

Gulf News

March 22, 2005

ANGOLA SEEKS INVESTMENT FROM REGION IN GAS RESERVES

Angola seeks investment from region in gas reserves -->Angola is looking to regional investors to help develop its huge untapped natural gas reserves, officials said.

"(Angola needs) investment (in its natural gas sector) to build the infrastructure (required to) channel this gas for export," Laurence Clarke, country manager and resident representative of the World Bank,

told Gulf News.

If developed, Angola's natural gas sector could rival its oil export capacity, which stands at one million barrels per day, Clarke said.

Clarke spoke during a seminar on investment opportunities in Angola held at the Dubai Chamber of Commerce and Industry (DCCI) yesterday. Angolan government officials and businessmen attended.

Angola needs investment so it can rebuild itself following the end of its civil war, officials said. Angola Press Agency

March 21, 2005 Monday

Armed Forces Gives Primacy to National Products

The Angolan Armed Forces (FAA) will within short term stop importing goods and products thus contributing for the development of national public and private companies, said in Luanda the chief of the main Logistic Directorate of the FAA General Staff, Gen. Raul Hendrick.

The high ranking FAA officer made the announcement on the eve of the first methodological meeting of the FAA Logistics, scheduled for March 23-25 in Lobito city (Benguela).

Besides the internal organisational matters, the meeting will define the new strategy of relationship between the Armed Forces and the national business community.

Till now, FAA has been one of the major importers of goods and products.

To change this reality, this first meeting will study the possibility of a better profitability of the Angolan business community through supplying the National Army.

In this meeting, he underlined, will be outlined a development strategy of the military logistics aiming at stimulating economic and social growth for the country.

To accomplish this, the FAA logistics is starting with realisation of public and private partnerships envisaging the improvement of the military stock.

During three days, in-charge officer and experts will analyse the development strategy of the FAA logistics, a theme to be presented by General Hendrik and the organisation of the system of acquisitions for FAA, whose moderator will be the Brigadier Luis Pizarro.

ANGOP

22 de Março

Economista considera que o país precisa um diagnóstico real da sua micro-economia

Angola precisa de efectuar um forte diagnóstico da sua real situação micro-económica, como forma de melhor encaminhar e enfrentar as suas dificuldades, atendendo a actual agressividade económica existente no Mundo, considerou hoje o economista José Manuel Cerqueira.

Falando num seminário sobre Economia Espiritual, realizado em Luanda e promovido pela associação religiosa Suky Mahikari, José Cerqueira disse que efectuado este diagnóstico, será fácil aos órgãos decisórios ganhar coragem e tomar iniciativas, que rapidamente ajudarão a alcançar as metas

estabelecidas, visto que se estaria agindo com o real conhecimento da situação.

O economista que dissertava o tema "Valor do sistema Monetário no Mundo em fase de Globalização", disse que com este processo, o país escusaria a cair em políticas erradas, que muitas das vezes são negativas para os objectivos preconizados.

"Seriam evitadas perdas desnecessárias, porque o actual cenário económico mundial exige actuação com conhecimentos de causa", afirmou.

Por outro lado, acrescentou, essa radiografia impediria ainda contrair dívidas desnecessárias e permitir uma série de reformas que potenciariam, em grande dimensão, a produção interna.

O seminário, a decorrer até quarta-feira, debate temas como "A realidade económica e social da humanidade, "A cultura moral e cívica na construção de um Estado de direito e democrático", "Os valores do sistema monetário no mundo em fase de globalização" e "A orientação da vida para os dias de hoje".

Participam no certame deputados, membros do Governo, do poder judicial, líderes de partidos políticos, religiosos e sindicatos.

A associação Suky Mahikari, que promove o evento, é uma instituição religiosa, que visa se associar ao esforço do Governo no resgate dos valores cívicos, éticos e morais, que conduzam a estabilidade e tranquilidade espiritual da sociedade. visit to the area by a mixed delegation of the MONUC which will examine the situation.

This Day

22 March 2005

Chevron, Total Plan LNG Project in Angola

US oil major, ChevronTexaco has announced that it was collaborating with three other multinational oil companies to execute a Liquefied Natural Gas project (LNG) in Angola.

The co-venturers, namely Total, BP and ExxonMobil along with Angola state oil firm, Sonangol, signed agreements to establish the principles for gas supply, corporate structure, and legal and regulatory framework for the LNG Project.

The agreements, which support the commencement of Front-End Engineering and Design studies, were reached thanks to the strong collaboration between the Government of Angola and the Project co-venturers.

Angola's Minister of Petroleum, Desidério Costa, said, "This is a significant step forward on a project of national importance. We strongly believe that the Angola LNG Project will serve as a catalyst for Angola's reconstruction and growth by facilitating increased production of the nation's abundant oil and gas resources and by supplying natural gas for local industrial development. By providing a viable

alternative to the flaring of associated gas, Angola is also demonstrating environmental leadership in the way in which it is developing its energy resources."

Manuel Vicente, President of the Administration Council of Sonangol E.P., speaking as Concessionaire for hydrocarbon licenses in Angola, noted his expectations of the impact Angola LNG will have on petroleum activities in the country, saying "The LNG Project is critical to Angola's objectives of expanding the petroleum sector. This development will unlock further exploration and production potential in the country, will improve Angola's earnings, and will develop and demonstrate Angola's attractiveness to foreign investors interested in gas industry-related opportunities here."

On behalf of the Project co-venturers, Jim Blackwell, Managing Director of ChevronTexaco's Southern Africa Business Unit, based in Luanda, said, "We believe the establishment of the gas supply agreements and a mutually beneficial corporate structure are significant milestones, which demonstrate our continued commitment to this Project and to Angola. A reduction in gas flaring will be good news for the environment but, in addition to its environmental benefits, the Angola LNG Project will also unlock the commercial and strategic value of Angola's vast natural gas resources for the benefit of the country, its people, and the Project co-venturers.

"The Project will offer additional benefit to Angola through direct investment and opportunities for Angolan manpower, suppliers of materials and equipment, and contractors to contribute to the Project," added Blackwell.

"We sincerely appreciate the support of the Ministry of Petroleum and the Government of Angola - in particular, for their work to foster a growth oriented framework. We now look forward to their continued cooperation in quickly implementing these measures in order to maintain our Project schedule and to allow the Project to capture available market opportunities to support this magnitude of investment."

Planned as an integrated gas utilization project encompassing offshore and onshore operations to commercialize gas resources and reduce gas flaring from blocks located offshore of Angola, the Angola LNG Project is set to be a joint development between the state oil company of Angola - Sonangol (22.8%) - and affiliates of ChevronTexaco (36.4%), BP (13.6%), ExxonMobil (13.6%), and Total (13.6%). ChevronTexaco and Sonangol are co-Project leaders.

Jornal de Angola
25 de Março de 2005

Estado vai financiar campanha dos partidos

O Estado vai financiar a campanha eleitoral de todos os partidos políticos inscritos no Tribunal Supremo, incluindo aqueles que não possuem assento na Assembleia Nacional.

Esta posição foi adoptada ontem, por consenso, pelos deputados das distintas bancadas da Assembleia Nacional, na continuidade das discussões, na especialidade, do projecto de lei eleitoral.

Apesar de se desconhecer ainda o montante a que cada partido terá direito, bem como a data para o início da aplicação da medida, é facto assente que o Estado vai determinar uma verba orçamentada de apoio à campanha dos candidatos às eleições, que será distribuída de forma equitativa a todos os concorrentes.

Os critérios de distribuição dos fundos do financiamento público às eleições presidenciais e legislativas serão definidos pelo Conselho Nacional Eleitoral, tendo em conta o princípio da igualdade.

Quarta-feira, um grupo de cerca de 107 formações políticas sem representação parlamentar manifestou-se contra a proposta da nova Lei de Financiamento dos Partidos Políticos, que retirava o financiamento do Estado aos partidos que não estão representados no Parlamento.

Actualmente, o Estado angolano financia com 140 mil dólares por ano cada um dos partidos devidamente legalizados, situação que muitos analistas políticos angolanos afirmam explicar o elevado número de partidos que existe no país.

Em Angola existem actualmente mais de 140 partidos políticos legalizados, mas a esmagadora maioria não possui qualquer actividade pública conhecida.

Na reunião de quarta-feira, os partidos sem assento parlamentar apelaram a que as forças políticas representadas na Assembleia Nacional "repensem a proposta" aprovada na comissão parlamentar.

Outro ponto não menos polémico nas discussões de ontem do projecto de lei eleitoral, é o que tem a ver com a constituição das assembleias de voto.

Os deputados da bancada do MPLA defendem que cada Assembleia de Voto seja constituída por aproximadamente mil eleitores, enquanto que a oposição quer que cada assembleia tenha não mais do que trezentos eleitores.

O tema os "direitos e deveres dos delegados de listas" encerrou a sessão de trabalhos de ontem.

Os parlamentares voltam a reunir-se em torno da discussão do projecto de lei eleitoral apenas na próxima terça-feira à tarde, entrando directamente na discussão do artigo 110º deste diploma, referente à "pessoalidade, presencialidade e à unicidade de voto".

O período da manhã estará reservado para um encontro que o presidente da Assembleia Nacional, Roberto de Almeida, deverá ter com os líderes das bancadas parlamentares.

O projectos de lei sobre a observação eleitoral (diploma que tem a missão de regular as várias matérias ligadas à observação internacional do processo eleitoral) e do código de conduta eleitoral (lei que estabelece os princípios e regras disciplinares dos agentes eleitorais) deverão igualmente ser discutidas a partir da próxima semana.

O projecto de lei eleitoral começou a ser discutido há sensivelmente duas semanas, e contempla mais de duzentos artigos.

International Oil Daily

March 28, 2005

West Africa Set to Become Key Atlantic Basin LNG Supply Center

The western coast of Africa is set to become a key supply center for Atlantic Basin LNG trade by the end of the decade.

Most of the potential 40 million tons per year that the region could make available would come from Nigeria, which is seeking to become a world-class gas exporter with multiple projects in place by 2010 (IOD Mar.17,p1).

Smaller LNG projects along the West African coast are pushing ahead as well. Marathon's 3.4 million ton/yr LNG project in Equatorial Guinea is expected to come on stream in late 2007. Its entire output was sold to the UK's BG, which will likely deliver it to Lake Charles, Louisiana, although destination flexibility in the contracts would allow the gas to go anywhere in the Atlantic Basin (IOD Jun.23,p1). Under the current structure, Marathon controls 75% and state GEPetrol holds the remaining 25% interest. But the two partners have in the past expressed an interest in bringing in another shareholder, and Japanese trading house Mitsui, a partner in the Altamira LNG receiving terminal -- under construction by Royal Dutch/Shell in Mexico -- is reportedly about to take an equity position in the Equatorial Guinea project, International Oil Daily understands.

Construction is about 20% complete at the plant, said Devendra Agrawal, Marathon's LNG technology engineer for the project, to the Gastech conference in Bilbao, Spain, earlier this month. Marathon is now looking for additional gas resources, including gas from other Equatorial Guinea discoveries, and associated gas currently flared by oil producers, to feed a second train at the Bioko Islands site.

Marathon's long-term aim is to make Equatorial Guinea a regional gas processing hub in the Niger Delta, possibly also taking gas from Cameroon and Nigeria.

Prospects for the Angola LNG project are looking up, too, with the recent announcement that the ChevronTexaco and state Sonangol-led partnership signed the agreements necessary "to establish the principles for gas supply, corporate structure and legal and regulatory framework for the project."

An announcement on the front-end engineering and design contract is expected shortly, with the studies lasting around one year. The partners expect to take a final investment decision in the second half of 2006, for start-up toward the end of the decade (IOD Mar.11,p6).

Chevron (36.4%) and Sonangol (22.8%) are co-leaders of the project, while BP, Exxon Mobil and Total each hold 13.6%. Each of the partners will provide feed gas to the plant, which in its initial stages will use only associated gas from deepwater fields. Until now, associated gas from Angola's deepwater oil fields has mostly been flared.

Later on, the plant will take non-associated gas from fields in Blocks 1 and 2, as required. Project developers put gas reserves from those seven fields at 336 billion cubic meters (12 trillion cubic feet).

The 6.8 Bcm/yr (5 million ton/yr) project is to be located west of the city of Soyo in Zaire Province on the Congo River, and will include 60,000 cubic meters of storage for LNG, LPG and condensates.

Chris Miller, Chevron's Angola LNG co-project leader, told International Oil Daily on the sidelines of the Gastech conference that the partners will likely lift LNG volumes proportional to their equity stakes.

Some 75 MMcf/d of gas will also be piped to the Angolan domestic market.

UN Integrated Regional Information Networks

March 24, 2005 Thursday

Repatriation of Refugees Nears Completion

The repatriation of Angolan refugees from camps and settlements in the region is drawing to a close, the UN refugee agency (UNHCR) has said.

"By the end of October, virtually all refugees should have returned and UNHCR convoys and airlifts will stop," the agency said in a statement.

More than 300,000 Angolans have returned home since 2002, either on UNHCR convoys and airlifts or on their own steam. The agency noted that on arrival in Angola, the returnees receive a UNHCR reintegration package with basic non-food items such as building materials and agricultural tools as well as one month's food rations from the World Food Programme.

"We plan to repatriate another 53,000 Angolans during the next seven months. After that, the three-year period of assisted repatriation will be concluded. As of 2006, UNHCR will not provide transport but we will still offer repatriation packages for those who return spontaneously," Annette Nyekan, UNHCR's acting representative in Angola, was quoted as saying.

As in all major repatriation operations, a residual group might decide not to return home for various reasons, UNHCR said. "These individuals are usually locally settled and well integrated in their countries of asylum," noted Nyekan.

A group of 3,000 refugees in the Republic of Congo have not yet decided to repatriate. Most of them originate from the Angolan enclave of Cabinda, where sporadic clashes between the Angolan army and separatist groups continue.

BEYOND 2005

Once its repatriation programme has ended, UNHCR will shift focus "from bringing people back home to making their return sustainable", according to Jose Samaniego, head of the agency's Angolan unit. He referred to the agency's four R strategy: Repatriation, Reintegration, Rehabilitation and Reconstruction. "The first R is nearly done, now we are concentrating on the other three," Samaniego said.

The majority of the refugees are returning to isolated and remote areas in Moxico, Cuando Cubango, Zaire and Uige, which were the four provinces worst affected by the three decades long war.

Returning refugees often find themselves in a difficult situation. Large parts of the country are littered with landmines. The infrastructure has been destroyed by the war, basic services are lacking and job opportunities are scarce.

UNHCR's policy for 2006 will help to bridge the "relief to development" gap which regularly occurs in post-conflict situations as relief funds dry up but development aid is not yet forthcoming.

The agency said its operational budget reflected this change in the focus of its activities. "This year, US \$10 million is being divided evenly between repatriation activities and general reintegration, whereas in 2006 the bulk of the budget will be allocated for reintegration projects," the agency said.

"We need to assist the population of those areas which are most affected by refugee returns," added Samaniego.

A UNHCR technical expert has been working with the Angolan government and liaising with other UN agencies and donors to develop a reintegration framework for key areas of return.

"Planning is done in a three-step process: Once the needs are identified by the ministries and UNHCR,

projects are developed locally. The local administration and the sobas (traditional leaders) of the area are involved to make sure that the plans really meet the needs of the population. Only then are the donors asked for funding," UNHCR said.

UNHCR-supported projects cover a wide range of areas, including water and sanitation, health, education, income generation and road repairs.

While the agency has been concentrating its efforts more and more on the post-return phase, "the repatriation clock is counting down".

However, UNHCR pointed out that the current outbreak of acute hemorrhagic fever in Uige province in northern Angola threatens the start of returns to Sakamdica and possibly Lunda Norte. The highly contagious disease, called Marburg virus, has reportedly claimed 96 lives so far, and for the time being, the UN has suspended all non-essential travel to Uige province.

Meanwhile, convoys and airlifts from neighbouring countries to other Angolan provinces will continue once the rainy season ends in April/May.

Angola Press Agency

March 24, 2005 Thursday

Regulation of Interministerial Commission On Electoral Process Released

The regulation of the Interministerial Commission on the Electoral Process (CIPE) has been published in a recent edition of the State Gazette, Angop learned today in Luanda.

The executive decree jointly issued by the Ministries of Territory Administration, Home Affairs and Mail and Telecommunications explains that CIPE is an administrative organ created to secure the preparation of technical, material and administrative conditions for the organisation and holding of general elections in Angola, in the framework of Government's responsibility.

CIPE, co-ordinated by the minister of Territory Administration, is supported by a group of experts, tasked with providing data and information on cadres and infrastructures available, proposing measures for the consolidation of the extension of organs and basic administration services to all localities for successful elections in the country.

With the aid of the Ministry of Justice, the National Institute of Statistics, the Planning Ministry, CIPE will update the preliminary demographic data, and analyse and consolidate the existing figures related to the settlement and resettlement of populations.

Another task assigned to CIPE is to carry out a survey and compilation of the situation on demining at national level, consolidation of data related to the programme of rehabilitation of roads and railways, airports and ports, as well as a programme on the enlargement of the telecommunication system.

Under the tasks assigned to it, CIPE is also to design and plan the National Electoral Registration, to propose the programming of planning of training for electoral agents, in all domains (brigades, civic education activists, electoral officials and electoral policies).

The team will also assess a specific budget for the coverage of elections, in each one of the three

phases of the Government tasks Indicative Calendar and the measure on media coverage for the main political administrative circumscriptions.

Death toll in deadly Ebola-like virus in Angola rises to 113

The death toll in an outbreak of the deadly Ebola-like Marburg virus in Angola has risen to 113, health officials said Friday, as the hemorrhagic disease spread to the southern African country's capital Luanda. Three-quarters of the deaths were children under the age of five, according to the UN's World Health Organization (WHO).

"The death toll is 111... in the Uige provincial hospital," Carlos Alberto, a health ministry spokesman told AFP from Uige, about 300 kilometres (180 miles) north of Luanda.

The provincial health director for Luanda, Vita Mvemba, said there were two deaths in the capital.

"We have registered one death at the Josina Machel hospital of a 15-year-old boy who had been to the Uige province... and a case of an Italian doctor, who had also been to Uige, who died on Thursday night in the Sagrada Esperanca clinic," Mvemba said.

The Italian non-governmental organisation Medici con Africa Cuamm from Rome identified the doctor as paediatrician Maria Bonino, who worked for the United Nations and had been a volunteer in Africa for the past 11 years.

She had been practising for the past two years in the Uige provincial hospital, the organisation said.

Alberto said on Friday that a Vietnamese doctor was among those ill with the disease.

"He is not dead," Alberto said, without giving a precise number of sick in the country.

"The situation is stable. We are continuing to look for active signs in the community, hoping to detect more cases of infected people," he said.

Mvemba added that five cases of Marburg have been detected in Luanda including the two dead.

One of the sick was at the Josina Machel Hospital, said Mvemba, while "two other cases had been admitted," one at the Lucrecia Paim maternal ward and one child at the Cacuo Health Centre on the outskirts of northern Luanda.

The Marburg disease, a severe form of hemorrhagic fever in the same family as Ebola, was first identified in 1967, affecting laboratory workers in the central German town as well as in Frankfurt and Belgrade who had come into contact with infected monkeys from Uganda.

The largest outbreak on record of the Marburg virus occurred from late 1998 to 2000 in the Democratic Republic of Congo, killing 123 people.

Emergency efforts were underway, and Thursday the European Union pledged 500,000 euros (650,000 dollars) to help fight the outbreak.

The EU money was offered to the Spanish arm of Medecins Sans Frontieres (MSF) to provide protective suits, gloves and goggles, water purification equipment and tanks, intravenous fluids and antibiotics.

Angolan health officials assisted by WHO experts and MSF (Doctors without Borders) teams and the US Centers for Disease Control were in Uige to try to shore up measures to stamp out the outbreak.

Angolan health officials have been battling to contain the outbreak detected in October in the town that has claimed the lives of scores of children.

A total of five nurses have died over the past weeks from the virus that is transmitted through contact with bodily fluids of infected people.

Victims of the Marburg virus can suffer from a severe watery diarrhoea, abdominal pain, nausea and vomiting early on in the illness followed by severe chest and lung pains, sore throat and cough, according to the WHO.

Many cases result in severe bleeding, beginning from the fifth day and affecting the gastrointestinal tract and the lungs, accompanied by a rash, sometimes involving the entire body.

TABLE-Africa new oilfields (updates Angola).

986 words

21 March 2005

17:34

[Reuters News](#)

English

(c) 2005 Reuters Limited

LONDON, March 21 (Reuters) - A number of new oilfields are expected to start production in the coming years across Africa. This is a partial list of the biggest known developments.

All data is from an oil company with an equity interest in the field, not necessarily the operator, unless otherwise noted with an (*), indicating the data is from industry sources.

Output figures are production targets. Initial output details are appended where available, indicated by the symbol #.

Fields that have started are marked "S-".

ALGERIA

LEAD/OPERATOR	FIELDS	START DATE	OUTPUT	STREAM
Cepsa	Ourhoud	S-April 03	230,000 bpd	Saharan
Burlington	MLN	S-June 03	33,000 bpd#	Saharan
BHP Billiton	Ohanet	S-Oct 03	58,000bpd/710mmcfd	gas
Amerada Hess	El-Gassi	S-2003	15,000 bpd#	Saharan
BHP Billiton	ROD	S-Oct 04	80,000 bpd#	Saharan
BP	In Salah	S-July 2004	9 bln cm/yr	gas
BP	In Amenas	late 05/early 06	50,000bpd/20mmcmd	gas
Anadarko	Block 208	2007	100,000 bpd	Saharan

MLN output should begin initially at 14,000 bpd, rising to the plateau rate by the end of the year.

ROD output started at 18,000 bpd in Oct 04, rising to 80,000 bpd.

ANGOLA

Total	Jasmim	S-Dec 03	50,000 bpd#	Girassol

ExxonMobil	Xikomba	S-Dec 03	80,000 bpd	FPSO
ExxonMobil	Kizomba A/Hungo	S-Aug 04	250,000 bpd	Hungo
ChevronTexaco	Sanha/Bomboco	S-Dec 04	100,000 boepd	
ExxonMobil	Kizomba B	July 2005*	250,000 bpd	n/d
ExxonMobil	Kizomba C	2007+	250,000 bpd	n/d
Total	Dalia	H2 06*	225,000 bpd	FPSO
ChevronTexaco	Benguela/Belize	early 06*	200,000 bpd#	platform
BP	Plutonio	2007	200,000 bpd	n/d
Total	Rosa	H1 2007	#	Girassol
ChevronTexaco	Lobito/Tomboco	early-07	n/a	BBLT
ExxonMobil	Marimba	2006+	80,000 bpd	n/d
ExxonMobil	Mavacola	2006+	80,000 bpd	n/d
Total	Lirio, Cravo	2007+	unknown	n/d

Total's Jasmim and Rosa developments tie back to the block 17 Girassol FPSO to maintain production of that grade between 230-250,000 bpd.

The Sanha Oil and Condensate Complex will produce roughly half oil and half condensate. The output figure is for 2005.

Benguela/Belize is expected to produce an average 68,000 bpd in its first full year of

operation, 2006, with output reaching a 200,000 bpd peak combined with Lobito/Tomboco (BBLT) by 2009.

CHAD

ExxonMobil Doba S-July 03 225,000 bpd* via Cameroon

*Plateau production in early 2004

CONGO-BRAZZAVILLE

Total	Moho	2006-plus	75,000 bpd	n/a

IVORY COAST

Tullow	E. Espoir	S-June 03	25,000 bpd*	FPSO
Tullow	W. Espoir	H1 2005	15,000 bpd	n/a
CNR/Ranger	Baobab	2005	45,000 bpd*	FPSO

* Tullow boosted production from 12,000 bpd.

* Baobab is expected to peak at 60,000 bpd.

EGYPT

BG	Scarab Saffron	S-March 03	330mmcf	domestic
BG	Simian Sienna	mid-2005	n/d	ELNG

EQUATORIAL GUINEA

ExxonMobil	Topacio	S-August 03	80,000 bpd	FPSO
Amerada Hess	Okume/Ovent/Elon	Q1 2007	60,000 bpd	Ceiba

GABON

Amerada Hess	Toucan	S-2002	8,000 bpd	Rabi

LIBYA

Petro-Canada	En Naga#	S-March 03	6,800 bpd-init#	Samah
Total	C-137	S-Sept 03	40,000 bpd	FPSO
Repsol-YPF	NC186/Field A	S-Oct 03	40,000 bpd	Es Shararah
Total	Mabruk-incr#	end-2003	15,000 bpd	
ENI	Elephant	S-Feb 04	150,000 bpd ('06)	n/d
ENI	Wafa#	S-Oct 04	98,000bpd/166,000boepd#	n/d
Repsol-YPF	NC-186/Field D#	S-June 04	40,000 bpd	Es Shararah
Repsol-YPF	NC-115	more development expected soon		

En Naga production is expected to rise as high as 24,000 bpd with a second phase, analysts say.

Mabruk currently producing over 18,000 bpd, production to rise to 35,000 bpd after boost.

Wafa production to peak after offshore NC-41 is in production, planned for 2005

NC-186 D will reach peak production in 2007

MAURITANIA

Woodside	Chinguetti	Dec 2005	75,000 bpd	FPSO

NIGERIA

Exxon	Yoho	S-Dec 02	150,000 bpd#	FPSO-EPS
Shell	EA	S-Jan 03	140,000 bpd#	FPSO
Agip	Abo	S-April 03	30,000 bpd#	FPSO
Total	Amenam	S-July 03	125,000 bpd#	FSO
Agip	Okpoho	S-May/June 2004	n/d#	Okono
Sinopec	Stubb Creek	S-03*	4,000 bpd	n/d
Agip	Samabri-Biseni	S-03	20,000 bpd	Brass
Addax	Okwori	mid 2005*	25-30,000 bpd	FPSO
Shell	Bonga	late 2005*	225,000 bpd	FPSO
ExxonMobil	Etim/Asasa	2005	25,000 bpd	n/d
ExxonMobil	Erha	2006	150,000 bpd	FPSO
ExxonMobil	AOR-E.Delta	2006	110,000 bpd	n/d
ExxonMobil	Bosi Oil	2007-9	100,000 bpd	n/d
Total	Usan	2008	55,000 bpd#	n/d
Shell	Bonga SW	2007+	145,000 bpd	n/d
ChevronTexaco	Agbami	end-2007 end-08)	250,000 bpd (by	FPSO
Total	Akpo	2007	150,000 bpd	n/d
Shell	Bolia	n/d	n/d	n/d

Yoho is producing over 110,000 bpd and is expected to reach peak production of 150,000

bpd by 2005.

EA production is currently estimated at 110,000 bpd but is targeting output of 140,000 bpd.

Ammenam is expected to reach peak production during the second half of 2004

Abo production is expected to climb to 45,000 bpd in a subsequent phase.

Okpoho is being developed together with the Okono field, which began production in December 2001. Total production for the two fields is estimated at around 50,000 bpd.

Usan is expected to reach 100,000 bpd by 2008

SOUTH AFRICA

PetroSA	Sable	S-Aug 03	40,000 bpd	FPSO

SUDAN

GNPOC	Adar/Yale	2005	200,000 bpd	pipeline
	(Block 3/7)			

CNPC	Block 6	2004	60,000 bpd	pipeline.

Diamond in the rough

By [Yossi Melman](#) and Asaf Carmel

Israeli tycoons are in hot pursuit of diamond riches in Angola, one of Africa's most impoverished, corrupt and war-torn countries. Will Lev Leviev, with a 'Russian connection' to the Angolan president, be displaced by his ambitious young Haredi rival, Dan Gertler?

Did Dan replace Lev as Isabel's favorite? Is there a struggle between Dan and Lev? Did Arcadi and Lev have a falling out? Is Isabel trying to push Arcadi out? What is the role of Maurice Tempelsman? And what will Benny do? The answers to these questions - which sound like part of a promo for the next episode of a soap opera - might go some way toward explaining the tangled relations between Israeli and foreign tycoons in Angola. At stake is trade in diamonds, revenues of hundreds of millions of dollars and international intrigue across four continents. Honor, prestige, self-image, ego and roiling passions are the driving forces.

These are the protagonists of the drama now under way between Luanda, New York and Tel Aviv: The central figures are Dan Gertler, an ambitious young diamond merchant, who wants to obtain a slice of the Angolan diamond market; Isabel dos Santos, the daughter of the president of Angola and a sharp, highly influential businesswoman in her country; Lev Leviev, one of the world's biggest diamond tycoons, who until recently was considered the "diamond emperor" of Angola; and Arcadi Gaydamak, a Russian-Israeli-French businessman who also holds an Angolan diplomatic passport and is considered one of the foreign investors with the greatest influence on President Jose Eduardo dos Santos; Benny Steinmetz, an Israeli diamond merchant and businessman who was thrown out of the Angolan diamond market four years ago; and Maurice Tempelsman, a Jewish-American diamond merchant, who was also thrown out of Angola but has recently become active there again.

Dan Gertler is "the new kid on the block." He is seen as a rising star in the Israeli diamond industry - and not only in Israel. Israel has long since become too small for his ambitions. Bold, sophisticated, brutal, he is an adventurer with a short fuse. His ambitions, which have recently focused on an attempt to get into Angola, are making the other businessmen who operate there, notably Lev Leviev, uncomfortable and nervous.

Until about a year ago, Leviev was the undisputed king of the Angolan diamond market. Arcadi Gaydamak has recently tried to act as a mediator between Gertler and Leviev. He believes that instead of fighting over the wealth of diamonds in Angola they should reach an understanding on dividing the area and cooperate. As part of the battle over the diamonds of Angola, those involved have spent quite a bit of their time in the past few weeks doing intensive lobbying in Luanda, the capital. Last week both Gaydamak and Gertler were there, the latter flying in on a private plane leased from the businessman Yossi Maiman.

It's hard to believe that it was mere coincidence that the two were in Luanda at the same time. A more likely conjecture is that they had a meeting there. Three weeks earlier, Leviev, Gertler and Gaydamak were in Luanda. It's not known whether they held a joint meeting, but there is no doubt that they were in contact.

Still only 31

Dan Gertler comes from a well-known, veteran family of diamond merchants that has acquired fame, honor and much property. His grandfather, Moshe Schnitzer, who is considered the "king of Israel's diamond industry," last year received the Israel Prize for his "life achievement - a singular contribution to the society and the state." In their grounds for awarding him the prize, the judges noted that Schnitzer "established the Israeli Diamond Bourse, was its president for many years and served as the president of the World Federation of Diamond Bourses." Dan's father, Asher Gertler, and his uncle, Shmuel Schnitzer, manage the family business. His mother, Hanna Gertler (Moshe Schnitzer's daughter) owns the radio station 99 FM. But instead of slipping smoothly into the family business, Dan Gertler chose a harder route. He preferred to set up his own independent business. His family trades in polished diamonds; he chose to deal in rough diamonds.

Today, through his company, DGI (standing for Dan Gertler Israel), which is headquartered on the 24th floor of the Maccabi Building in the Diamond Bourse in Ramat Gan, he is active around the world. He owns a diamond mine and a large polishing plant and has a franchise to export diamonds from Congo (formerly Zaire). Recently he acquired another mine in Congo, to extract other raw material. He is considered close to Congo President Laurent Kabila, and together with his aide and confidant Haim Leibowitz, is working to enhance the status and image of the Congo regime in the U.S. administration. This week the two flew in the leased plane to accompany Kabila on a visit to China.

Gertler also owns a complex network of interconnected companies, some of them registered in tax havens, which run businesses and firms in India, Russia, Belgium and the United States. His name was also mentioned about a year ago in connection with the purchase of a diamond mine in the Canadian Arctic Circle. All in all, a very impressive record for a 31-year-old who just began his race for the top a few years ago.

In the diamond industry, Gertler is considered something of an odd bird. He maintains few

ties with the other merchants and is not very sociable. Another aspect of his "peculiarity" lies in the fact that about a decade ago, he began to become religiously observant. Alongside his business affairs, most of his energy is channeled into matters of faith. He is a donor to religious institutions and from time to time makes a pilgrimage to the rabbi he most admires, Rabbi David Abuhitzeira, from Nahariya, in order to consult with him and receive his blessing. Gertler is surrounded mostly by religious people and laces his speech liberally with praise to God.

His turn to religion reinforces his recoil from the media. He employs a PR man, Lior Horev, mainly as a buffer between him and the press. He refused to be interviewed for this article and rejected a request to be photographed, even though his photo has been published in the past.

Gertler is apprehensive that an unnecessary word or the wrong kind of publicity will undercut his prospects of entering the Angolan market. The situation there is fluid. Many forces, local and international, are engaged in a bitter struggle for their status in this huge and important diamond market. Every mention - new or recycled - of untoward activity in the past is liable to become ammunition in the hands of his rivals.

"Behind the scenes in Angola, there have been major power struggles, which, it seems are now resolved," says Christine Gordon, an investigative journalist who is one of the world's leading experts on the diamond industry. "But it appears to be more of a reshuffle of business partnerships."

A dollar a day

Angola has the potential to become one of the richest countries in Africa. It has a sparse population of 13 million people who live in a vast area of about 1.25 million square kilometers - 60 times the size of Israel. Angola has almost everything: natural minerals, forests, fertile land and rich fishing. Beneath its land and sovereign waters there is abundant oil. It is Africa's second largest oil producer, after Nigeria. It has diamonds, gold, uranium and iron. But Angola is one of the poorest and most corrupt countries in the world. Two-thirds of its inhabitants live in an income of one dollar a day. However, the country's leaders and senior officials and others who are close to the government are considered exorbitantly rich.

In the past, Western countries launched investigations to find bank accounts held by Angolan officials. Reports of the United Nations and human rights groups found that between 1997 and 2003, about \$1 billion a year, originating in oil exports, disappeared from the state coffers and made its way into private pockets. Bribery in Angola is the norm. Without bribery it is impossible to do business in Angola, says Global Witness, an organization that highlights the link between exploitation of natural resources and human rights abuses.

In part, Angola's distress is due to the civil war that raged in the country for 27 years, in which more than a million people died and several million more were wounded. Angola also has the world's largest number of people who have been maimed by land mines, which are strewn indiscriminately around the country. It is common to see dozens of limbless children begging for handouts on the main boardwalk of Luanda or scrounging in garbage cans for scraps of food. The average life expectancy in Angola is 40 years.

In 1975, following a blood-drenched liberation struggle, Angola received its independence from Portugal, which had ruled the country for hundreds of years. The civil war erupted

shortly afterward, as three organizations that emerged from the underground fought one another for hegemony. One of them was defeated and became inactive. Power in the capital was seized by MPLA, a Marxist-oriented movement. Since 1979, President dos Santos has been the leader of the movement and of the country.

His rule was challenged by UNITA, a movement led by Jonas Savimbi. During the struggle for independence, UNITA espoused a Maoist line, but quickly adjusted its ideology to the new situation and became a tool of Western interests. UNITA was supported by the United States and South Africa, while the Soviet Union and Cuba backed the dos Santos regime.

The war prevented Angola from extracting the full potential of its natural resources. The little oil that was produced and the few diamonds that were mined went to finance the war effort of both sides. This was the origin of the term "blood diamonds," or "conflict diamonds." During the war period, quite a few diamond merchants were active in the country, buying merchandise from both sides - Belgians, Lebanese, South Africans, Portuguese, French and others. Two of the major merchants were Maurice Tempelsman and Benny Steinmetz.

The president's daughter

Tempelsman, a hefty donor to the Democratic Party in the United States, gained fame as the partner of Jacqueline Kennedy after the death of her second husband, the Greek shipping tycoon Aristotle Onassis. Mainly, though, he is a high-stakes businessman, board chairman of Lazare Kaplan International, the largest diamond company in the United States. Over more than a quarter century, dozens of articles, books and studies have been published about his involvement in the diamond business in Africa. He is said to have assisted the CIA in its project of support for Savimbi. Not surprisingly, he was mentioned in the past as one of the largest buyers of diamonds mined by Savimbi's forces. Tempelsman was also considered the "straw man" of the South African diamond giant De Beers, which had an exclusive hold on the Angolan market. (Tempelsman's office did not respond to a request for a reaction.)

In the diamond industry, Benny Steinmetz is also considered close to De Beers. In 2000 the Angolan government decided to sever its ties with De Beers, which had the collateral effect of severing its contacts with various buyers, among them Tempelsman and Steinmetz. The reason for the move was financial. The dos Santos government received hardly any revenues from diamond mining in Angola and from sales to buyers. It suspected that the buyers were getting a large portion of the merchandise directly from the "diggers" and were smuggling them out of the country behind the government's back.

Instead, the Angolan government set up a special company that received an exclusive franchise to export all the diamonds mined in the country. Known as ASCORP (Angola Selling Corporation), 51 percent of the company was held by Sodium, a subsidiary of the Angolan government's diamond company. Other partners, with 24 percent, were associates of Leviev's, diamond merchants from the Laniado family (Guy and Ehud) and Lucian Goldberg from Belgium. The remaining quarter was held by a Swiss company, which according to reports in the international media was owned by Isabel dos Santos. In other words, Leviev and Isabel dos Santos were partners, according to these reports. Leviev has denied this on several occasions.

Isabel is the daughter of the president's first wife, a Russian woman whom he met while studying in the Soviet Union. For the past decade, Isabel, now 31, has been consolidating her

position as a businesswoman with great influence - too much, according to Angolans - on the country's economy and internal politics. She is the owner of restaurants on the Luanda coast as well as a cellular phone company and many other assets. She is known for her extravagant lifestyle. Two years ago, the British press carried reports about the lavish parties she held to mark her birthday and her marriage to a Congolese banker.

The exclusivity in diamond exports granted to Leviev and his partners came as a surprise to many people. De Beers, Tempelsman, Steinmetz and other merchants could not understand the move, and were unforgiving. Their pride was wounded. How could it be that a young diamond polisher who immigrated to Israel from Bukhara had outwitted the firm whose very name was synonymous with diamonds? In earlier interviews with Haaretz, Leviev related that he had done it by resourcefulness and by familiarity with the industry. According to his account, three years before he received the ASCORP franchise - that is, in 1997 - he invested \$56 million in the largest diamond mine in Angola, the Catoca mine. In return, he received 18 percent of the ownership of the mine and entered into partnership with a Brazilian engineering firm and with the Russian company Alrosa, today the world's largest producer of diamonds. Leviev said that he broke the ice with the president of Angola by conversing with him in Russian. Since then Leviev has purchased another mine in Angola, in partnership with Angolan companies and businessmen.

Even though Leviev vehemently denies this, everyone in the industry says that the person who opened doors for him in Angola was Arcadi Gaydamak. Gaydamak is a personal friend of the president. From 1992 to 1995, together with his French partner Pierre Falcone, he organized the financing for arms sales from Russia to Angola. Thanks to these weapons, the Angolan government was able to defeat the UNITA rebels and achieve full control of the country. For a time Gaydamak invested in Leviev's Africa Israel Corporation, but about three years ago, according to both partners, he sold his holdings.

A year and a half ago, Leviev discovered that things change. Tempelsman, De Beers and other merchants exerted heavy pressure on the Angolan government to revoke the monopoly granted to Leviev and his associates. For unknown reasons, the relations between Isabel dos Santos and Leviev also soured.

This is how business is done in Angola: From time to time, the business partners are switched in order to remind everyone who's boss. Leviev tried to prevent the move, but unsuccessfully. Probably his falling out with Gaydamak did not help. Still, Leviev continues to be a dominant figure in the Angolan diamond market, and he has told his confidants that he has not yet said his final word on the subject.

More than a year ago, the Angolan government decided to reorganize the country's diamond exports; the market was opened and new-old traders such as Maurice Tempelsman became active in the country again. According to sources in the diamond industry there, Steinmetz is also considering a comeback in Angola. (Steinmetz's office said in response that he has no such intention at this stage.) This was the propitious moment for the hungry young diamond merchant Dan Gertler.

Kidnapping in Tel Aviv

Gertler was born in Tel Aviv in 1974. His parents named him Dan after the alias his grandfather, Moshe Schnitzer, used in the pre-state underground organization Etzel (the

Irgun). He grew up in the well-heeled Bavli neighborhood, after which the family moved to the prestigious Tel Baruch neighborhood. Dan and his three sisters had a typical north Tel Aviv childhood. "He was a regular boy, friendly, who liked to have a good time like others his age," his parents said this week. He was active in the local Scouts branch and also, like his father and grandfather, loved soccer.

Moshe Schnitzer is an avid soccer fan who was a supporter of the Beitar Tel Aviv team and still, at age 84, likes to watch games on television. His father, Asher Gertler, was the goalkeeper of Maccabi Tel Aviv in the 1960s. Dan joined Beitar Tel Aviv at a young age and trained religiously on the field next to Ramat Gan Stadium. He played on the children's and youth teams. "Dan was a strong left defender who understood soccer," Yaakov Dangur, the team's manager, recalled this week. "He had the potential to play on the adult team." However, his father says, he had to terminate his career at the age of 17 after suffering two head injuries when he tried to make headers."

Although he had the option of getting a draft exemption for medical reasons, he insisted on serving in the army, where he worked as a computer operator. Afterward he studied business administration at the College of Management and started to work in the flourishing family business. However, he found the comfortable work surroundings unsatisfying and decided to become better informed about the industry. He met with experts and spent long hours in diamond polishing plants, watching the work. "From the start we noticed that finished diamonds for sale did not interest him," Asher Gertler notes. "He showed a great interest in rough diamonds. He learned all the stages of the cutting work. He just fell in love with rough diamonds."

In 1996, when he was 22, Gertler left the cozy family surroundings and went his independent way by founding DGI. "He always was an individualist and very energetic, so we didn't try to stop him," his father says. "And even if we had tried to persuade him, it wouldn't have helped."

In the meantime, the family had been plunged into a crisis. In February 1995, Keren, Dan's youngest sister, now 29, was kidnapped by Avi Sapan, a criminal and former marksmanship champion, who was aided in the grab by his young daughter. Sapan demanded a \$2 million ransom for Keren's release. To show he meant business, he also kidnapped Asher Gertler in his car, at gunpoint. While Keren was being held in an apartment in Magdiel, near Kfar Sava, Sapan and her father drove around the streets of north Tel Aviv. Eventually Asher Gertler managed to hit Sapan over the head and escape from the car. Sapan fired one bullet at him, which hit him in the thigh. The police, who were summoned by Hanna Gertler, arrived on the scene and pumped 11 bullets into Sapan.

Three hours later, when Sapan's daughter did not receive the agreed signals from her father, she understood that something had gone wrong and released Keren. She was not arrested until her father's funeral, when the police noticed that she was behaving oddly. She was tried, but because she was underage, her name could not be made public and because she had been orphaned, the court sentenced her to a light punishment of community service.

Getting religion

As Dan Gertler took his first steps in business, his religious faith began to deepen. According to his parents, "It was a gradual process. It started right after his bar mitzvah, under the

influence of the teacher who taught him the Torah reading. He continued to put on tefillin [phylacteries] every day." Still, in his second decade of life, Gertler was known as a carouser in north Tel Aviv. At the start of his road to religion, he drove to the Friday evening services in his car. Nevertheless, he stayed on the religious path. Anat, his girlfriend, who was not religious, agreed to become religiously observant as well (though not before they broke up for a time over this issue). They were married in 1997 and have four children, three sons and a daughter. Four years ago they moved out of their home in Givatayim to the largely Orthodox city of Bnei Brak.

Gertler now follows a completely Haredi (ultra-Orthodox) way of life and votes for United Torah Judaism, but still identifies with Likud policies, like his grandfather. He is abroad on business trips nearly every week but spends Shabbat at home in Bnei Brak. He is a regular participant in lessons given by Rabbis Moshe and Haim David Kovalsky. "It is very moving to see how Dan shuts off all his mobile phones at the beginning of the lesson, drops everything and concentrates on the Gemara," Rabbi Haim David Kovalsky says. "The most important thing is that Dan is happy and is in harmony with himself and feels good," his parents say. "We respect him and he respects us and there is no attempt to impose or influence."

Gertler's closest friend is Haim Leibowitz, 34, from the Chabad movement. In the 1996 elections he was the moving spirit behind the aggressive campaign slogan "Netanyahu is good for the Jews." Some analysts maintain that this slogan, which was unveiled not long before voting day, generated a shift in the close race, and led to Shimon Peres' loss. The campaign was funded by the Chabad billionaire from Australia, Joseph Gutnik, who owns gold and diamond mines. Gertler tried to interest Gutnik in a business partnership. Nothing came of this, but Gertler got to know Leibowitz and gained a friend and adviser.

The two are rarely apart. Leibowitz, a perspicacious individual with media connections, protects Gertler whenever necessary. Although he is listed as an employee in one of Gertler's companies, his status is effectively that of a partner. After meeting Benjamin Netanyahu, Leibowitz became a regular fixture in the Prime Minister's Office, where he was especially close to the director general, Avigdor Lieberman. The trilateral relations between Leibowitz, Lieberman and Gertler were thereby greatly strengthened.

From the outset of his business career, Gertler understood that if he remained a diamond buyer and merchant he would be dependent on the good graces of others, especially De Beers. The Gertler-Schnitzer family had a traumatic experience with the South African conglomerate. For many years Moshe Schnitzer was a devoted and loyal client of the company. As such, in the 1990s he refused vehemently to buy rough diamonds that were being offered cheaply in Russia. That stance was exploited well by another diamond merchant, Lev Leviev, in a breakthrough that made him a leading player in the world diamond trade.

However, Schnitzer's loyalty was to no avail. De Beers dumped him, depriving him of its famous diamond allocation; in other words, the company stopped Schnitzer's supply of rough diamonds. Schnitzer's grandson watched and learned the lesson. In the second half of the 1990s he came up with ideas to buy mines in several African countries and looked for leverage that would create shortcuts to the authorities in those countries. However, the ideas were not implemented. In retrospect, Gertler knows that these were youthful caprices, failed adventures and immature plans.

Diamond in the rough By [Yossi Melman](#) and Asaf Carmel

With two generals in Kinshasa

Gertler's big business breakthrough came in 2000. The principal motive was to eliminate the middleman. Gertler decided to invest in Congo, a vast country in Central Africa with a population of 60 million and extensive natural resources including diamonds, gold, uranium, copper and cobalt. Congo, where Conrad set "Heart of Darkness," was for decades the private property of the king of Belgium, who in 1885 established one of the most brutal regimes of oppression in the history of colonialism.

After becoming independent in 1960, Congo experienced a savage civil war. In 1965 the chief of staff, Mobutu Sese Seko, seized power and introduced a cruel, corrupt, despotic regime that turned Congo into a backward country. The average life expectancy there is 41 years, as in Angola. The number of AIDS carriers is thought to be in the millions. Most of the inhabitants are desperately poor. Only a handful of officials, army officers and cronies of the powerful enjoy the country's riches.

After Mobutu was deposed, in 1997, the country was again plunged into civil and tribal war. The neighboring countries, coveting Congo's resources, sent in their armies. Amid this turmoil, the young diamond merchant Dan Gertler arrived in Kinshasa, the capital, at the beginning of 2000 and started to look for ways to reach the new ruler, Laurent Kabila. With the help of local and foreign liaisons, he managed to arrange a meeting. Gertler persuaded Kabila to give him exclusive rights to all the country's diamond exports.

It wasn't as difficult as it might sound. Kabila desperately needed cash. Gertler offered to pay \$20 million for the monopoly. Kabila accepted and Gertler established IDI (International Diamond Industry), a branch of DGI, in Congo. Kabila had one additional small request: security advice. Gertler did not want to say no, but lacked experience and understanding in security affairs.

In a chance meeting at a wedding in Israel, he got to know Yossi Kamisa, who had been a master sergeant in the Border Police anti-terrorism unit (known as Yamam in Hebrew). Kamisa persuaded Gertler that he was not only a daring fighter but also a first-rate military strategist who could create a modern army for Kabila out of thin air and thus enable him to consolidate his power. The details of the agreement between the two remain in dispute. A year ago Kamisa sued Gertler for NIS 2.55 million, for breach of contract. In the suit he said he had met Gertler through Avigdor Lieberman. (Lieberman declined to respond to this article.) Gertler denied this, saying there was no foundation to Kamisa's demands, but agreed to pay him NIS 1.4 million in return for Kamisa's written retraction of all his allegations. The retraction persuaded Judge Adi Azar, in one of his last decisions before he was murdered (his murder had nothing to do with this case) to reject Kamisa's suit outright.

The court case exposed the fact that in place of Kamisa, Gertler had hired the services of a more highly regarded expert, Major General (res.) Avigdor (Janusz) Ben Gal. Ben Gal, in turn, brought in another retired major general, then unemployed, Meir Dagan, who had tried his luck in arms deals in Africa and is now the chief of the Mossad espionage agency. The three - Gertler, Ben Gal and Dagan - flew to Kinshasa to meet with Kabila and impress him with their know-how. According to documents of the Defense Ministry, Ben Gal contacted

Israel Military Industries, which then asked the ministry for permits to conduct negotiations to export light arms and ammunition and train the Presidential Guard in Congo. The documents also indicate that little came of this adventure. Defense Ministry data show that in 2001-2002 light arms worth only \$700,000 were sold to Congo. (Ben Gal declined to respond to this article.)

In the wake of the reports generated by Kamisa's suit, Gertler claimed that he was not involved in any arms deals. He says he brought in Ben Gal in order to advise the Congolese government how to improve security at the mines and prevent diamonds from being smuggled out of them. This is a claim commonly made by diamond merchants and other businessmen who find themselves in similar situations. In the view of international human rights organizations and investigative journalists, such actions perpetuate the rule of despots.

A United Nations commission that investigated the plunder of Congo's natural resources by the armies of Rwanda and Uganda, cited Gertler and his business dealings in two reports. According to these documents, Gertler reneged on his original offer and paid only \$3 million for the export rights. However, Gertler and Leibowitz inundated the UN with documents intended to show that they had honored the agreement and transferred the entire amount to Kinshasa. The world body was apparently persuaded - its latest report on the subject no longer mentions Gertler or his Congo-based company.

In January 2001, Kabila was assassinated by his bodyguard, and his son seized power. Joseph Kabila, who says he wants to stabilize Congo and democratize it, sought to show good will to the West. In April 2001, under pressure of the International Monetary Fund, which objects to monopolies, and because of competition from other diamond merchants (Israelis and Lebanese), who were envious of Gertler's success, Kabila revoked Gertler's monopoly. The main beneficiary of this development was Lev Leviev. The opening of the Congolese market to competition enabled him to obtain a hefty slice of the diamond exports from Angola. But Gertler, not one to capitulate, looked hard for a way to resume his operation in Congo.

The Washington connection

In 2003, Gertler signed a contract that once more made him a key player in the Congolese diamond market. According to Newsweek, the contract was secret and its existence was revealed only because of a dispute between Congo's minister of mines and his deputy. The contract was actually signed between Emaxon Finance Corporation, a Canadian firm controlled by Gertler (and also by Leibowitz, according to some reports) and MIBA, the government diamond company of Congo. Under the terms of the contract, Gertler organized a \$15 million loan to MIBA for the purchase of mining equipment. In return, he received a franchise to export 88 percent of MIBA's diamonds, which he purchases at a 5 percent discount.

This new agreement also sparked controversy in Congo. According to Newsweek, the former minister of mines termed it "terrible." The magazine added that Gertler obtained the contract because of the good relations he re-established with President Kabila. Gertler, for his part, in a letter to Newsweek, said he was proud of his ties with the president but denied that the contract was signed secretly or was attained by underhanded methods. His confidants emphasized that in their view, criticism of the former minister, who was fired, stemmed from personal motives.

In the letter, Gertler also describes his generous donations to charities in Congo. He has told his confidants that he is truly affected by the country's distress. The proof is that he donated hundreds of thousands of dollars to a fund for AIDS sufferers. However, he has not forgotten his roots. Gertler is financing the Chabad House in Kinshasa, which operates in a community of some 250 families of Israelis and Jews. Chabad House supplies the food for Gertler, Leibowitz and PR man Horev when they visit Kinshasa.

Since then, Gertler's business dealings in Congo have grown. He has purchased a diamond mine, which is being readied for operation. He also received, together with the Canadian company BHP and De Beers, a franchise to mine diamonds. But the relations between Gertler and Leibowitz and Kabila go beyond diamond deals. They also want to help their admired leader and improve his country's poor image in the corridors of power in Washington.

In 2002, the president authorized Gertler and the Brooklyn-born Leibowitz to act on his behalf with the U.S. administration. The two met with Condoleezza Rice, then the national security adviser and now secretary of state. She sent them to Jendayi Frazer, a former student of hers who was then responsible for Africa on the National Security Council and is today the U.S. ambassador to South Africa. The two guests asked Frazer to help Kabila and reduce the pressure he was under from human rights organizations.

Frazer's meeting with the two Israeli diamond merchants drew criticism from the State Department. Whether thanks to their lobbying or not, President George Bush in November 2003 hosted Kabila in the White House. The two have also said on several occasions that their activity is helping to establish peace in Congo.

For Gertler, Congo and the close ties with Kabila were an important springboard. He serves as honorary consul of Congo in Israel. Thanks to his ties and the reputation he has gained in Congo, he also succeeded in penetrating the Angolan market. The fact that Sindika Dokolo, the husband of Isabel dos Santos, is a citizen of Congo, also helps.

Isabel is a member of a group called Futungo, a mysterious and highly powerful elite consisting of about 200 families of government officials and army officers concentrated around the president. The group enjoys fat commissions from trade in oil and other raw materials. When the International Monetary Fund and other international organizations refer to the billions of dollars missing from the state coffers, they point out that the money went into the pockets of this group.

To conquer Angola, Gertler is also drawing on his ties with Gaydamak. The size of the franchise Gertler will get in Angola is not yet known, but it is clear that anything he is given will reduce Leviev's holdings in the country. Sources in Angola say that this is a zero-sum game: the victory of one of them is the rout of the other. Leviev, who refused to comment, explained in the past that he is not envious of the business of other diamond merchants. Not of Gertler, not of Steinmetz and not of anyone else.

However, there is also a widespread view that this is only a pretense by the main players, who in the end prefer to adopt the approach that "if you can't beat them, join them." It may well be that Gertler, Gaydamak and Leviev have already decided to carve up the Angola booty among them. Sources in the Diamond Bourse of Ramat Gan say that Gertler is following the very same path that Leviev created, aiming to dominate the entire chain of production of the diamond industry, from mining, export and polishing to the jewelry store.

That comparison irks Gertler. He has only one role model: his grandfather, Moshe Schnitzer. "Like his grandfather," his parents say, "he has a vision and he has the forbearance to persist in order to achieve the goals he sets himself." In any event, his activity in Congo, Angola and the United States is imbuing Gertler with a sense of power. From his point of view, he has entered the premier league and is playing on the big boys' field.

<http://www.haaretzdaily.com/hasen/pages/ShArtVty.jhtml?sw=gaydamak&itemNo=553993>

Me? An oligarch?

By [Yossi Melman](#)

Last Update: 18/03/2005 11:26

The name of Russian-Israeli businessman Arcadi **Gaydamak** surfaced last week as the huge money-laundering scandal broke at Bank Hapoalim. In an interview with Haaretz, **Gaydamak** insists that he has nothing to do with it. Or with any of the other allegat

MOSCOW - The first time it happened to Arcadi **Gaydamak** was in 1994. On that occasion, after he found his name in the press, he didn't sleep for a week, he says. Since then, though, he's become used to it and sleeps soundly. That first time was when the French media wondered how he made his fortune, called him an "arms dealer" and described extensively his mediation in arms deals between Russia and Angola. Since then, the name of the Jewish-Russian-French-Israeli billionaire has cropped up countless times in the world media, usually in unflattering contexts that smack of international schemes, bribe payments, fat trade commissions and various other forms of corruption. By now, one would think, this would be routine for **Gaydamak** - but in fact, every new mention rankles him.

"The latest event," as he puts it, is the appearance of his name in the list of Russian oligarchs supposedly to be questioned by the Israel Police in connection with the money laundering affair at a Tel Aviv branch of Bank Hapoalim, Israel's largest bank. "I can't restrain myself anymore," he said in a seven-hour interview that took place on Sunday of this week in Moscow. "The reports are hurting my business and I decided to launch a campaign to clear my name. I want to say that I am not a bad person, that I am a victim of a campaign of slander, disinformation and lies by government elements in France who are being assisted by the Israel Police and the media. True, I am rich - maybe you should write 'wealthy' - but what I have I obtained honestly, without breaking the law and by hard work."

Gaydamak speaks Russian, French and English, understands some Portuguese and can conduct a simple conversation in basic Hebrew. The interview was conducted in English in the spacious living room of **Gaydamak**'s central Moscow apartment. He bought it cheaply 10 years ago; its current value, in the wild real estate market of Moscow, is more than \$1 million.

I am sitting in a well-padded 150-year-old armchair in the Imperial Russian style **Gaydamak** likes. He himself, agitated and restless, walks back and forth and offers an almost didactic presentation of his biography. In each hand he holds a tonfa, a stick with a handle in the middle used as a weapon in the martial arts. He uses it to make sharp, rapid cutting motions in the air. "It helps me concentrate," he explains, and a rare smile of happiness momentarily crosses his otherwise serious features.

Gaydamak has changed out of the suit he wore for the photos to accompany the article and is now in jeans. As someone used to giving orders, he asked to be photographed in several poses: next to the certificates of esteem and the medals he received from the French government for his services; proudly holding art books he has written about Imperial furniture and about bronze vessels in Russia; and with another certificate of appreciation, this one for "the most generous donor of the year," which he was awarded by a Jewish organization in Russia.

Gaydamak has a fixed daily routine. He gets up at 6 and does kung-fu exercises in his apartment - or outside, if the weather permits. He then washes and puts on tefillin (phylacteries), even though he is not religiously observant. Does he do this under the influence of his friend and business partner, the Chabad disciple and diamond merchant Lev Leviev? "No," he replies. "I started to put on tefillin even before I met Leviev. I have been doing it since 1995, since the bar mitzvah of my son Sasha in Paris." All three of his children have drawn close to Judaism; the two daughters observe Shabbat.

After the tefillin, he sits himself down at the computer in his study and reads the French papers. He then launches into what has become almost an obsession - searching for every mention of his name on the Internet. He says there are tens of thousands, and those he misses are found by his staff. His children also help out. One of his daughters has just called from Paris to inform him of another critical article about him.

It is only after he has finished torturing himself by reading what is being said about him that he turns to what he does best - business. He reads Web sites that provide economic information, of which his favorite is Russian Business Consultancy, a Russian version of the U.S.-based Bloomberg network.

Angolan diplomatic passport

Now it's lunchtime and **Gaydamak** is going out to eat. He has only one meal a day. It's minus six degrees Celsius outside and he wears a black overcoat. We make our way through the brown slush and get into a black Bentley with diplomatic license plates. **Gaydamak** has had an Angolan diplomatic passport for more than a decade. "I am considered a high-ranking diplomat of the Angolan embassy in Moscow," he says.

He drives. He has a chauffeur and bodyguards, "but I don't always avail myself of them," he says. "I know from my martial arts exercises that you can kill someone in a second. If they want to liquidate you they will send professionals and then no security or protection will help me. You should know that most businessmen in Russia use bodyguards and security staff and escort vehicles more to make an impression than to protect their lives. It's a status symbol. Sometimes you can't get into a restaurant or a club in Moscow without bodyguards. The security guards at the door simply treat you rudely and throw you out."

Is Moscow safe for you? As safe as Israel?

"Yes. I feel safe in Moscow. I love the city. I feel at home here. I love the clubs. The restaurants. The cultural possibilities. But it is true that in Israel one feels more personal security."

Lunch at the prestigious Vogue restaurant is short. He orders a fine wine and a plate of kasha. Cost: \$40. It must be the world's most expensive kasha. After the meal he moves to another table to meet with financial advisers, some of them Israelis. One can only guess what they're talking about.

At the start of the interview, still in his home, I ask him why he thinks he has such a negative image. His reply was lengthy and labyrinthine and went on for almost a whole hour. Part of it consisted of his life story and how he made his fortune. Occasionally he was interrupted by phone calls from aides and family members. When we went to the kitchen for a cup of coffee, he asked the photographer, Vladimir Filonov, of the Moscow Times, whether he was familiar with the name Arcadi **Gaydamak**. Filonov said he was. "Who is richer?" he asked the photographer. "Me or Vladimir Gusinsky?"

"Gusinsky," Filonov replied. "Why?" **Gaydamak** asked. "Because Gusinsky is in the news more and is fighting Putin."

Gaydamak was pleased with the reply. In his view, the less people know about him and the less ostentatious he appears, the better it will be for him. The truth is that until Pilonov got this assignment, he said he had never heard of **Gaydamak**.

I ask **Gaydamak** what he thinks about the comparison that is being drawn between the nouveaux riches in Russia, the "oligarchs," and the "robber barons" - the 19th century capitalist entrepreneurs in the U.S., such as Rockefeller, Morgan or Vanderbilt, who exploited business opportunities while bypassing the law and made fortunes. A generation or two later, their descendants were considered honest tycoons and exerted powerful influence in the economy, society and politics.

"We should not be compared to them," he says. "The Russian business people are professionals in every respect. It is true that there is criminal activity in Russia, but to say that all the rich in Russia operate illegally, that they are criminals, is a wild slander. We are law-abiding and obey the regulations. On the other side is the establishment and the government bureaucracy, whose job is to oversee and supervise that everything is managed properly and according to the law. We understand and respect that. This is a normal division of labor. Naturally there are occasional struggles and confrontations. That is only natural. Like a couple who live together and once in a while there is a confrontation in their life."

Still, it's difficult to understand how the Russian economy generated so much money that is owned by so few people in such a short time. On the list of the world's richest billionaires, published this week by Forbes, Russia is in second place after the United States. The collective net worth of Russia's 27 wealthiest individuals is estimated to be \$90 billion. Many are Jews.

Missing from this year's list of the super-rich are the owners of the oil and gas giant Yukos, Mikhail Khodorkovsky, who is in jail, and Leonid Nevzlin, Vladimir Dubov and Mikhail

Brudno, all of whom found shelter in Israel. Arcadi Gaydamdak is also not on the list. According to the Israeli financial magazine The Marker (part of the Haaretz Group), **Gaydamak** is worth \$800 million, but according to people who worked with him or are familiar with his globe-spanning businesses, he may be worth two or three times that amount.

Do you consider yourself an oligarch?

"I am far from being an oligarch. I'm a middling businessman compared to the oligarchs. I'm not small, but I am not big."

Closing the account

During the Soviet era, **Gaydamak** explains, "the Soviet businessmen - that is, the Soviet state - always honored business contracts and agreements. The West liked doing business with them. When the Soviet Union collapsed, Russia, which arose in its place, found itself without any capabilities. That was the time for entrepreneurs like me. Today we are blamed for taking over businesses, but we actually saved them. The Soviet Union was always the world's largest producer of raw materials. Suddenly Russia found itself without buyers for its raw materials. Someone had to take care of the millions of workers in the oil, gas, metals and automobile industries. We, the new entrepreneurs, came to the factories with cash money, which we took as loans from banks. We paid the workers salaries so they could buy food and subsist.

"I have a chemical factory in Kazakhstan. It had 1,800 employees, and together with subcontractors and family members, it actually provides a living for a community of about 5,000 people. When I bought the factory, we paid salaries in cash every three days. That was the custom in the Soviet Union - the workers didn't know what bank accounts were.

"The legal framework during the transition from the Soviet Union to Russia did not exist or was just emerging. It is possible that someone bought a plant for \$10,000 and today it is worth \$1 billion. Because of that the Russian government is now criticized; people say it sold factories cheap. Compared to today's prices it really was cheap, but those were the market conditions then. So at the time, it wasn't cheap.

"Those were the circumstances that turned Russia into a capitalist market and a market economy. We paid the state what circumstances forced it to accept. Even the Talmud says that our forefathers bought the ownership of the land in the Land of Israel. They did not receive or take it for nothing. We were in the right place at the right time. It is possible and permissible to criticize us, but it has to be understood that we bought the means of production. These days the legal framework is already in place and there are no more business opportunities like there were in the past. The state is working to collect taxes and to distribute the wealth with the rest of the population."

Why, nevertheless, is your name being mentioned in connection with the money laundering investigation at the Hayarkon branch of Bank Hapoalim in Tel Aviv?

"I really don't know. Maybe because I had a small account there. At the beginning of 2004 I deposited about \$9,000 and at the end of the year I had an overdraft of \$10,300." He shows me the bank statements. "The money was withdrawn via my credit card and used for expenses such as fuel and restaurants in Israel. That is not money-laundering and it is not a violation of the law."

Can you think of any other reason for your name to be mentioned? Maybe the police don't like you?

"I really don't know what I did to the Israeli police. Why shouldn't they like me? What did I ever do to them? I hope they aren't anti-Semitic," he says sarcastically. "One possibility is that the police are under the influence of the French authorities, which are conducting a disinformation campaign against me. In fact, I know that to be the case."

How do you know?

"Yedioth Ahronoth wrote that I had an account of \$120 million with Bank Hapoalim and that when I learned about the investigation, I withdrew the money. The truth is this: In 1995 I brought money to Israel and deposited it in one large bank. Not in Bank Hapoalim. Actually, I did not bring money, the account was not in cash but in financial assets of stocks and bonds of oil and gas companies such as Gazprom, Yukos and other Russian companies. The total worth was a few tens of millions of dollars. In 2001 the banking institution where I had my account had problems in France ..."

Was it Bank Leumi?

"That's right. And then the lady ..."

Do you mean Galia Maor, the CEO of Bank Leumi?

"The lady asked me to close my account because the French authorities put pressure on her bank in France. I transferred my account to Bank Hapoalim. Between 2001 and 2002 - an especially good year - my financial assets doubled in value. By the way, the account was not in the Eastern European section or in the French section, which are the targets of the current police investigation, but in the Western European section."

(A spokesman for the bank declined to comment, citing confidentiality.)

Then why did you close the account?

"That was two and a half years ago, long before the investigation, because of a business dispute. An Israeli businessman sued me for a debt I supposedly owed him from a transaction in Kazakhstan. His claim was an invention, he simply tried to blackmail me, but in the early stage the court granted his request and put a temporary freeze on my business affairs. The order was canceled by the court two days later. About two months after the court issued the order, I learned that the prosecutor had hired private detectives to track down my property. I know that the detectives were assisted by a police officer who went to the bank without a search warrant, even before the freeze order was issued. He was not working on behalf of the state, but rather on behalf of the private businessman. That's why I closed the account and transferred it to a different bank. The whole process - getting the authorizations from all the parties, including the Russian companies - took two months. So the allegation that I closed the account overnight is also a lie."

Arcadi Gaydamak in his Moscow apartment. "I am far from being an oligarch. I'm a middling businessman compared to the oligarchs. I'm not small, but I am not big. (Vladimir Filonov)

Me? An oligarch? - II

By [Yossi Melman](#)

Breach of contract

Arcadi Gaydamak was born in 1952 in Moscow. His father was a hospital administrator and his mother a worker in a food distribution company. In 1972, he joined the first trickle of immigrants to Israel from the Soviet Union. The new immigrants were at the center of public attention and Gaydamak got to meet with prime minister Golda Meir twice.

"I was an idealist and I was lazy," he says, and so he chose to live on a kibbutz - Beit Hashita, in the Beit She'an Valley. His idealism quickly wore off when he realized (as he said in an interview with Haaretz three years ago) that "the kibbutz is a normal place which is no different from anywhere else and has social aggression. I noticed that those who were close to the bosses got the best and most comfortable work, like driving a tractor. I was sent to the orchard and to the night shift in the chicken coop." Kibbutz life brought back memories of the Soviet Union, so he moved to Haifa, where he worked as a stevedore. He didn't always have a roof over his head and spent some nights on the Acre beach. Afterward he became a sailor on a Zim company oil tanker that flew the Liberian flag of convenience.

About a year ago Gaydamak held negotiations to purchase The Israel Corporation holding company, including Zim Lines. The deal would have been an historical irony for him, but it didn't pan out. "Everything was ready for the signatures," he recalls. "We even shook hands. But afterward someone backed out because they discovered that the market had changed and the prices were rising. I could have insisted that they honor the understanding, I could even have gone to court and demanded that they honor the agreement. But I knew there was no point to that. I knew that in a business dispute, people would start to slander me. I felt I was again in a situation I had already been in before: because of the name I have acquired, because of the negative publicity, every businessman can belittle me and evade me. (A spokesman for the Ofer brothers, the controlling shareholders of The Israel Corporation, said in response that there had been no negotiations over sale of the company.)

"I know that you are a marathon runner, so you will understand the image. I feel like a long-distance runner who has reached the Olympics. I run well, have the same potential as other businessmen and maybe better than most, but because of the image I have been labeled with, because of the international arrest warrant against me issued by the French authorities, I feel like I'm running with a heavy load that is holding me back and not allowing me to finish among the first few. Still, I'm part of the leading group."

When the Zim oil tanker docked in Marseilles, Gaydamak decided to stay in France. "I entered France legally, but it is true that I was in breach of contract with my employer, Zim," he says. He had 12 francs in his pocket and lived from hand to mouth to pay for his studies at a school of electronics. Three years later he was able to get his girlfriend out of the Soviet Union and bring her to France, where they were married.

The start of his fortune, he says, were a few real estate deals he chanced across. He bought apartments cheaply, renovated them and sold them for high prices. In general, his stories paint a picture of his business career as a chain of exploited opportunities that somehow came his way. One of these was a meeting with Olivier Dassault, from the famous family of industrialists. According to the French media, they established an international translation company. Gaydamak claims that his chance encounter with Dassault had no impact on his business.

"After my studies, I decided I didn't want to be a technician," Gaydamak says. "So I got into translating technical documents and industrial manuals. Not everyone who knows languages is necessarily a good translator. You have a language but you don't know how to use it. I was a good translator. I worked with the biggest companies in France. Gradually the industrial clients understood that I also had negotiating ability. In the early 1980s, we were one of the biggest translation agencies in the world. Hundreds of people worked for me."

Around this time, he says, Soviet trade delegations that were dealing with Western companies also got to know him. In recent years that connection has generated a wave of reports about his supposedly close ties with the KGB, as Soviet trade missions were often covers for spies. That piqued the curiosity of the DST, the French secret service, which summoned him for questioning. "I told them that the only reason they were interested in me is because I was making money. If I were an ordinary clochard [tramp] or Russian immigrant, I wouldn't have been there. Actually, I was being targeted by the KGB; the Russian ambassador told me once that in their eyes I was a suspect and constituted a security risk."

Years later his relations with the DST improved, and Gaydamak undertook several secret missions to extricate French pilots who had been captured in Bosnia and French intelligence officers who were kidnapped in Dagestan, on the border with Chechnya.

Diamonds and Angolagate

The relations he forged with the Soviet representatives, Gaydamak reveals, proved very helpful when the Soviet Union began to open up to the West under the leadership of Mikhail Gorbachev. "I was already well-to-do. I had rich experience in conducting negotiations. I had connections and I was familiar with both worlds: the Soviet-Russian world and the West." He started doing business with Russia and from translation moved to general commerce.

"I started to trade in food," he relates. "I brought every product I could to the Soviet Union - Danone yogurt, grain, meat. Within a few years I was one of the biggest importers of food to the Soviet Union and then to Russia." He also started to take an interest in commerce in raw materials and commodities.

"Already in France, people were saying, 'How can it be that Arcadi Gaydamak has beautiful houses and beautiful cars? How did it happen that he has so much? After all, he is an immigrant from Russia.' But after all, I made all my money in France. What happened in the past few days in Israel started 10 years ago in France. I became a media target. That's strange, they said, where is his money from? Now I hear the same thing in Israel. People say I have beautiful homes in Caesarea and in Herzliya Pituah. My house in Caesarea is perhaps the most beautiful in Israel, but that's how I lived in France, too. That's my style, since my thirties. I can buy extremely expensive modern Italian furniture here in Moscow, but I prefer

old furniture. That is my taste and it always has been."

In 1992 he got lucky again. He became acquainted with the French businessman Pierre Falcone, the owner of Brenco International, who had connections in the oil industry in South America. They purchased seven Russian-made helicopters for the oil company of Venezuela at a cost of several million. Their market value was double that. Gaydamak had become skilled in taking advantage of price gaps. However, the deal was not consummated and the two put the helicopters into storage in Rotterdam.

"Psychologically, I was already ready to lose," Gaydamak says, but then an "opportunity" came his way. Falcone was friends with journalist Jean-Christophe Mitterrand, son of the French president. The son, according to French media, was also an adviser to his father and active in Africa. He introduced the two to the president of Angola, Jose Eduardo dos Santos. "Falcone told me that Angola was interested in acquiring helicopters but had no money to pay," Gaydamak says. "I leaped at the opportunity and told them to take the helicopters for free and pay when they are able. Until then, pay me in oil. The president liked the idea."

According to Gaydamak, Santos appointed him his special adviser and issued him a diplomatic passport, but more important, made him an authorized signatory to negotiate on behalf of the Angolan government. The idea was to obtain funding for arms deals that the Angolans needed desperately to prosecute the civil war against the Unita rebels. France, South Africa and the United States (and indirectly, Israel as well) supported Unita. Gaydamak and Falcone succeeded beyond their original expectations. In a series of international financing operations they helped buy arms in Russia and sell them to Angola. Thanks to the weapons, the Angolan government was able to overcome the rebels, whose leader, Jonas Savimbi, was killed in a gun battle by government forces three years ago. Gaydamak says that to this day the French have not forgiven him for helping the Marxist government in Angola to defeat Unita.

Angola became a key state in Africa. It has some of the world's largest oil reserves, many types of metals and other raw materials, and diamonds. Gaydamak, who is close to the president, is one of the most active businessmen in Angola. Three weeks ago, he flew the CEO of the Russian diamond company Alrosa, the world's largest diamond manufacturer - bigger even than De Beers of South Africa - to meet with President dos Santos. On the way they stopped over in Israel, where the Russian CED met with Finance Minister Benjamin Netanyahu and Industry and Trade Minister Ehud Olmert.

Enter the DST

After our interview in Moscow, Gaydamak flew to Angola to meet with the president and negotiate new deals, making the trip in a Global Express executive jet he leases from a Swiss firm. He is involved in several large-scale agricultural projects in Angola, and the man in charge of them there is a retired Israeli brigadier general, Zeev Zachrin.

From 1992 to 1995, Falcone and Gaydamak were involved in financing arms deals worth more than half a billion dollars, including war planes, tanks, missiles, artillery and munitions. In the wake of these deals, in December 2000, the French government opened a criminal investigation against Falcone, Gaydamak, Jean-Christophe Mitterrand and others, accusing them of illegally trading in arms. The French media dubbed the affair "Angolagate."

"I have been labeled an `arms dealer,'" Gaydamak complains, "but I worked on behalf of the Angolan government and by order of the president. It was a legal deal between two countries. I was employed by the Angolan state, but despite this the French accused me personally and not the states that carried out the deal. The arms did not go through French territory, so how could I be suspected of such an infraction? I had authority to carry out the negotiation from the national and international point of view."

The French investigative judge accused Gaydamak on two additional counts: corruption and tax offenses. The judge issued an international arrest warrant against him, which is still in force. Gaydamak, who was then in London, did not dare return to France. For him, loving Paris as he does, it was like being expelled from paradise. It was only then, because of the new circumstances, that he remembered Israel again and moved there in 1998. He even took the Hebrew name of Arye Bar-Lev.

In the meantime, the suspicions of illegal arms trading and corruption have been dropped, leaving only the tax offenses. According to Gaydamak, the corruption issue was a politically motivated act of vengeance originating in power struggles between the French external espionage service, the DGSE, and the DST. Gaydamak relates a complex tale, in which on three occasions in 1995-96 he was approached by the French interior minister, his aide and the head of the DST who, in the name of President Jacques Chirac, asked him to help out with his ties in Russia.

The objective was to obtain the release of two French pilots who were captured by the Serbian forces in Bosnia. The French external espionage service claimed that the pilots had been tortured and had died in captivity. Gaydamak flew to Russia in his private plane and from there to Bosnia together with Russian intelligence officers whom he knew and who had influence with the Serbian forces. The negotiations succeeded and the pilots were released; Chirac welcomed them home as heroes. Gaydamak maintains that the espionage service, which was shown to be worthless, decided to take revenge on him.

And there is more. Gaydamak says that he helped extricate four employees of a French relief organization who were kidnapped by Chechen criminals and terrorists. The French paid a ransom of \$5 million and the four were released - and then it turned out that they were actually agents of the DGSE who had infiltrated into Russia from Georgia. For his contribution to the national security of France, Gaydamak was awarded, at the recommendation of the interior minister and the DST, high presidential decorations (which now hang on the wall of his home and next to which he wanted to be photographed). Because of the secrecy of the operation and the ransom deal, he says, the certificate does not specify why he was decorated. The investigative judge therefore stated that he was suspected of corrupt practices and of obtaining state decorations fraudulently.

The chutzpah problem

Gaydamak also has an explanation, in the form of another juicy story, for his tax evasion problems. At the request of the director of the Louvre, he says, who knew he was an art lover, he donated \$4 million to purchase antique furniture from the period of 16th century King Francois I. When the tax authorities learned of the donation, he says, they claimed it represented 10 percent of his undeclared capital and accused him of tax evasion. Gaydamak maintains that he was living in London in the relevant period "and I was not working in France at all."

Why not strike a compromise deal with them and end the affair?

"They don't want to. I tried to reach a compromise with them with the assistance of my lawyers and accountants. They want my head. They are conducting a campaign of vilification against me through the media. The government officials who are working against me threw me out of France. They are trying to kick me out of Europe and now they are trying to act against me in Israel, too."

In fact, your move to Israel in 1998 was by default, was it not?

"It is true that I loved Paris and felt at home there. But Israel is my home. I am a Jew and an Israeli. My son Sasha served in the IDF. He was a sniper. I have a reserve duty card and a dog tag. I am ready to do reserve duty at any time. I have houses in Israel. When I arrived in Israel I paid tens of millions of shekels to income tax, even though I did not do business in Israel. I don't want to boast, only to explain so people will not think badly of me. So, even though I believe in giving charity secretly, I also want to say that I have donated quite a bit to organizations in Israel: \$1 million to the victims of the terrorist attack at the Dolphinarium, \$1 million to Beit Hahayal in Mitzpeh Ramon, \$2.5 million to Magen David Adom, \$3 million to the trauma center at Sheba Medical Center and much more to schools, synagogues and other organizations whose names and how much I gave I don't remember at the moment. What else can be expected of me?"

Why don't you do business here, apart from the business with Leviev?

"My business dealings with Leviev have nothing to do with my life in Israel. I purchased shares in Africa Israel [an international holding company, owned by Leviev] on the open market, on the stock exchange."

According to media reports, Gaydamak obtained 15 percent of Africa Israel for an investment of about \$75 million. In fact, it was Gaydamak who, thanks to his close ties with the president of Angola and the country's senior officials, opened the gates of that country for Leviev and helped him get a monopoly on its diamond exports. Three years ago, Gaydamak and Leviev said they had terminated their business relations - Gaydamak sold his holdings in Africa Israel and they went their separate business ways. However, according to other information, which Gaydamak denies, they are still partners. Gaydamak himself described his relations with Leviev as "friendly and sociable. It is true that we also exchange information, useful information, and maybe in the future we will do more business together."

You said that except for Angola, you have never dealt in arms, but you established a company for the export of defense materials with former Mossad chief Danny Yatom.

"I wanted to consolidate myself in Israel. Yatom and another member of the Mossad, who was in the company, are respected people, and I thought that with their help I would advance myself, but in the end the company did not engage in any activity. It did not succeed, so we closed it down four years ago. We remained friends, just as I am friends with the former chief of staff Amnon Lipkin-Shahak. I tried to do business with him, too, but not in the arms sphere and not in security affairs, but in water, because he was on the board of directors of the Mekorot Water Company. We went to Angola together but it turned out that the investment was too big and nothing came of it."

Still, you have recently moved back to Russia.

"There are things in Israel that I find hard to accept. In a word, it is the chutzpah. When I drive on the road, when I go to a restaurant, I encounter chutzpah, discourtesy. I have encountered dishonest businessmen. Those things have made it hard for me. But then I tell myself that Israel is the only country where I can live freely."

Dynamic Nigerian company is a trailblazer

One of Nigeria's most dynamic homegrown oil companies, Obekpa Petroleum – headed by military chief Major General **Chris Garuba** – is making inroads abroad on the back of its local experience and expertise.

Major General Garuba, a former Commander of UN forces in Angola, has helped negotiate the hotly-contested rights to build a second refinery in the south west African state. The project, a joint venture with Angolan state oil firm Sonangol – known as Sonapet – aims to create a new 45,000 b/d oil refining facility plus a 2,000 tonnes-per-day ammonia and urea plant. The team are currently assessing financing options for the initiative.

As well as Angola, the Lagos-based firm maintains representative offices in the US and the UK. It has forged a number of successful alliances with high profile US partners in its Nigerian operations. At home, the company is pursuing several upstream initiatives. Obekpa is working alongside US firm Devon Energy on the deepwater block OML 242 in the Niger Delta.

The concession area could hold recoverable reserves of up to 600 million barrels, according to preliminary exploration works. "Our record speaks for us," says Major General Garuba. "The people we talk to are not newcomers to the business. They check the companies out by sending people to Nigeria."

On the gas side, Obekpa is pursuing other ambitious schemes. It is working with another Nigerian firm, Amni International, in block OML 112 to develop gas-to-liquid opportunities, which would convert associated natural gas into petroleum products.

In the the first indigenous project of its kind in Nigeria, Obekpa is also looking to take associated gas from one of Shell's producing fields, pass it through a cryogenic plant and extract natural gas liquids, and then return the output to Shell for distribution to end users. The project would mark a big step forward in the development of the local industry.

Nigeria and Chad are the worst in Africa -Transparency International

David Mugonyi, Nation 18/3/05

Kenya is the sixth most corrupt country in Africa, according to the Transparency International report.

Nigeria is the most corrupt followed by Chad, Cote d'Ivoire, Democratic Republic of Congo and Angola.

Kenya is ranked 131 out of 146 countries surveyed in the world. Nigeria is third worst in the world.

A total of 106 out of 146 countries scored less than five against a clean slate score of 10, according to the new index from a survey conducted by TI last year.

Sixty countries scored less than three out of 10, indicating rampant corruption.

Corruption was perceived to be most acute in Bangladesh, Haiti, Nigeria, Chad, Myanmar, Azerbaijan and Paraguay, all of which have a score of less than two out of 10.

Most of the oil-producing states are prone to high corruption, according to TI's Corruption Perceptions Index 2004.

With very low levels of perceived corruption, Finland, New Zealand, Denmark, Iceland, Singapore, Sweden and Switzerland scored above nine out of 10.

An increase in perceived corruption was observed in Bahrain, Belize, Cyprus, Dominican Republic, Jamaica, Kuwait, Luxembourg, Mauritius, Oman, Poland, Saudi Arabia, Senegal, and Trinidad and Tobago.

A fall in corruption was perceived in Austria, Botswana, Czech Republic, El Salvador, France, The Gambia, Germany, Jordan, Switzerland, Tanzania, Thailand, Uganda, United Arab Emirates and Uruguay.

New entrants into the index include Barbados, Benin, Chad, Democratic Republic of Congo, Eritrea, Gabon, Malta, Mongolia, Nepal, Niger, the Seychelles, Surinam and Turkmenistan.

In Africa, Kenya, Botswana, The Gambia, Tanzania and Uganda improved the record over their 2003 performance.

However, things got worse in Zimbabwe, Argentina, Ecuador and Poland.

The TI report states that Zimbabwe's land reforms had crippled the agricultural industry, affecting foreign exchange.

The report says the British subsidiary of a Norwegian construction company admitted paying a bribe to a Ugandan civil servant to be awarded a contract to build the Bujagali Dam.

On Wednesday, TI reported from London that the Kibaki administration had made remarkable gains in the fight against corruption after taking over from the Nyayo regime - until Anglo Leasing came calling around last April.

TI ranks Kenya as the 17th most corrupt out of the 142 countries surveyed up to last June, an improvement from the 11th position the year before when 133 countries were sampled.

This is still better than was the case under the Moi administration in 2002.

The Global Corruption Report says that, although bribery and general corruption are still high, the vices have been on the decline since Narc ousted Kanu in December, 2002.

"In 2002, two out of three encounters with ranked organisations involved bribery. By 2003, the proportion had fallen to two out of five," the report says.

Associated Press

March 17, 2005

Angola's Returning Refugees See Little Aid

Three years after the end of a brutal civil war, Angola's government is failing to help the hundreds of thousands of refugees returning to a devastated homeland riddled with land mines, Human Rights Watch said Thursday.

In some parts of the country, authorities are harassing, extorting or sexually abusing returnees who do not have identity cards, the New York-based rights group said in a 39-page report.

"After the war, there was a tremendous flood of people on the move," Peter Takirambudde, executive director of the group's Africa division, said in a statement. "But even though Angolans are settling down again now, their problems are far from solved."

Angola's civil war uprooted some 4 million people, about one-third of the population.

More than 281,000 refugees have been repatriated in the past two years, and the U.N. refugee agency expects it will be able to help 53,000 others who remain in neighboring countries to return this year.

While land is widely available, much of it has been mined. In some rural provinces, land mines are so pervasive that researchers witnessed children playing within yards of mine areas.

Police and military officials often harass those who return without required identity documents, even jailing individuals until they pay a bribe, the report said. Some Angolan refugees returning from Congo are accused of being illegal migrants and diamond smugglers and are subjected to violence and sexual abuse, it said.

Government officials could not immediately be reached for comment. The Angolan government has said previously that it lacks the resources to help returnees.

Human Rights Watch countered that the country is experiencing a windfall from high oil prices and said the government has not adequately accounted for those revenues.

Before the war ended in 2002, Angola was the first country to incorporate international standards on internal displacement into national law. It also extended those protections to refugees returning from abroad.

The government pledged to assist all returnees and former rebel combatants to reintegrate in their communities. But three years later, Human Rights Watch said those commitments are little more than empty promises.

World Markets Analysis

March 17, 2005

Angolan Growth Accelerated to 12.2% in 2004

Angola's GDP growth has increased to 12.2% year-on-year (y/y) in 2004, up from the 4.7% y/y recorded in the previous year. A communicate presented to the second extraordinary session of the Cabinet Council reported that the growth performance was relatively broad-based. The oil sector recorded an increase in output of around 14% y/y, while other sectors in the economy reached an overall growth rate of 9.1% y/y. The primary sector (which includes agriculture, cattle-raising and fishing) was one of the most dynamic sectors during 2004, rising to 14.1% y/y. The agricultural and fishing sector is estimated to have contributed 9% to overall GDP, up from 8.4% in 2003. The country's reconstruction activities helped to push the growth rate of the construction sector to 14% in 2004. The Angolan government further contributed the slowdown in headline inflation - to 31% by end-2004 from 76.6% by the end of 2003 - to the strong budgetary discipline adopted by the government over the period.

Significance: The outcome of 2004 GDP growth is better than the Angolan government's initial expectations of 11.7% y/y. Global Insight has been of the view that growth performance could surprise on the upside. The strong oil price during the second half of 2004 and expansion projects in the country's oil industry contributed to the higher growth rate, but the government was also able to capitalise on these strong oil proceeds in other ways as well. The Banco Nacional de Angola (BNA) has probably intervened in the foreign exchange market to stabilise the national currency over the period and bring inflation down to levels of 30%. Not only this, but the strong oil revenues are expected to have helped in boosting government revenues, thereby keeping the deficit in check - another factor adding to the positive inflation developments of 2004.

Angola Press Agency

March 16, 2005 Wednesday

Inflation Rate Down to 31 Percent

The inflation rate, that in 2003 reached 76.6 percent, in 2004 went down to 31.01 percent, as consequence of the politics which have been implemented, particularly the strong budgetary discipline adopted, as concluded today, in Luanda, the Cabinet Council at its second extraordinary session, presided over by the Angolan Head of State, Jose Eduardo dos Santos.

The real economic sector has had "a globally positive evolution, having registered in 2004 a growth of 12.2 percent", caused by a 14 percent growth in the oil sector, whereas the other sectors of the economy reached an overall growth of 9.1 percent, as stated on a communique from the meeting.

The note also states that the primary sector (agriculture, silviculture, cattle-raising and fishing) was last year one of the most dynamic ones, due to the integration into the economic activity of the populations that before were displaced and former soldiers, as well as disabled people. It is estimated that this sector has had a growth of 14.1 percent

As a result of this, the sectors of agriculture and fishing have progressively increased their contribution to the Gross Domestic Product (GDP), having risen from 8.4 in 2003 to 9 percent, reads the note.

The communique also states that it is foreseen a continuation of the current ascending trend, both of the annual real growth and of the contributions to the GDP.

The Cabinet Council concluded that the construction sector, on its turn, registered the highest growth in 2004, with a rate of 14 percent, which reflects the efforts being done in the country's reconstruction activity.

UN Integrated Regional Information Networks

March 16, 2005 Wednesday

Campaign Attacks High Child Mortality Rate

The Angolan government is boosting its efforts to slash the country's high child mortality statistics with a week-long campaign to encourage three million children to access basic health care.

Supported by the UN Children's Fund (UNICEF), the 'health days' are taking place across the country in a bid to immunise newborns and children under five against some of the biggest child-killers.

Angola has one of the world's worst child mortality rates, with one in four failing to live beyond their fifth birthday, according to UNICEF.

Malaria is one of the biggest causes of death, but diarrhoeal diseases, acute respiratory infections, measles and neonatal tetanus - all of which can be prevented by immunisation or an improvement in health and hygiene practices - also claim many lives.

"The dramatic mortality rate ... is a consequence of insufficient access to, and poor quality of, health services, as well as inadequate family care practices among urban and rural communities," UNICEF said in a statement.

To encourage Angolans to adopt healthy practices and the habit of attending clinics, the ministry of health and UNICEF provided municipal health centres in all 164 of Angola's municipalities with extra supplies to immunise, deworm, and supplement Vitamin A to a targeted three million children.

Around 5,000 health activists have been trained to support the process and spread the word, while the government and UNICEF have set up temporary and mobile healthcare facilities in remote areas.

Some 350,000 women aged between 15 and 45 will also be vaccinated against tetanus, while all parents accompanying their children will receive hygiene and health education materials.

In the Luanda municipality of Samba, a 15-minute drive south of the capital, news of the immunisation programme has been spreading fast, thanks to word of mouth and an intensive two-week media promotion.

"We were talking about it at home because I heard the advertisements on radio and television," said 18-year-old Iya, waiting patiently in line with her daughter Beoma for her tetanus jab. "They told us that vaccination was important to protect our children against illness, so I thought I should come along."

Satisfied with the turnout, Samba's Municipal Administrator, Eduardo Costa Gabriel, proudly displayed charts showing the immunisation rates since the first day of the scheme.

Although the Samba municipality is not one of the country's poorest - most people live in simple brick homes instead of houses built of corrugated iron or other flimsy materials - it suffers from poor medical coverage, with just one state doctor for every 100,000 people and private medical practitioners beyond the financial reach of most.

"This campaign is really welcome. We do not have enough doctors - only four or five state doctors for an area of 345 square kilometres and a population of 450,000," Gabriel said.

With the medical service so stretched, routine immunisations rarely happen. But on Monday alone, almost 1,500 children in the municipality received Vitamin A supplements, around 1,400 were given deworming treatment, and a further 300 were

immunised against polio, diphtheria and measles.

"Campaigns like this one have a much greater impact in terms of improving the health and quality of life of the population. Because people are not aware, this programme is important to mobilise people and increase their knowledge," Gabriel said.

Last year the Angolan government pledged to halve the child mortality rate and reduce the number of maternal deaths during childbirth by 30 percent by 2008.

During Angola's 27 years of civil conflict, the provision of healthcare was confined to emergency campaigns by aid agencies in the field; in peace-time the challenge is to get parents into the habit of visiting a health centre.

"The aim of these children's health days is ... to slowly create a bond between community members and their health service, so that seeking health advice and care becomes part of the parents' routine," said Guy Clarysse, UNICEF Health Officer in Angola.

"Parents need to be trained in early detection of symptoms, to timely seek care for their children and understand that hygiene practices in the homes can often change the fate of children," he pointed out.

The intervention includes registering children and issuing them with health cards to ensure immunisation follow-up.

This year and next the health weeks will alternate with polio immunisation and measles campaigns; from 2007 onwards, similar weeks will be repeated every six months, UNICEF said.

The initiative is being funded by the British, US, Canadian and Swedish governments, with support from the World Health Organisation and various local and international NGOs.

[This report does not necessarily reflect the views of the United Nations]

Angola Press Agency

March 16, 2005 Wednesday

MPs Disagree About Bill On Electoral Registration

The MPs with the Commission for Juridical Matters and Regulations of the National Assembly (parliament), have expressed different opinions about who should conduct the electoral registration process, whether the Government, through the Ministry of Territory Administration, or an Independent National Electoral Council, an organ yet to be created.

On Wednesday morning's parliamentary session, the MPs discussed the Bill on Electoral Registration, whose contents should abide by the principles of universality, actuality, compulsoriness, unity, transparency and impartiality, for the registration of national citizens over 18 or that will be this age in the year the elections will take place.

Concerning this Bill, the ruling MPLA party is of the opinion that the electoral registration should be organised and directed by the Government, under the supervision of the referred independent electoral council, a proposal that the opposition disagrees with for the fact that the ruling party has been in power since 1975, so it would benefit more, since it would have a more active role.

To the opposition, the independent electoral council should organise and conduct the registration process, with a national scale coverage, through the general direction of the elections, under the supervision of all political parties that will contest in the next poll, expected to take place in the second semester of the year 2006.

For this fact, MP Daniel Maluka of UNITA, defended that this council should conduct the whole process, with the supervision of the Government in partnership with the opposition parties.

"The Government is led by the MPLA that is a contestant for the elections, therefore, it can not be an organiser and player at the same time", he said, adding that the ruling party might take advantage of the situation.

To another UNITA MP, Abel Chivukuvuku, there is no reason for the MPLA, as the ruling party, to assume everything and not wanting that things be supervised, stressing that observation gives greater credibility to the process, so it has to be done.

MP Lindo Bernardo Tito, of the opposition PRS, said that the electoral registration can be updated and implemented for a certain period of time, after which the political parties should be allowed to check everything and give their opinion on the existence or not of irregularities or fraudes.

He explained that in doing so, there would be no problem, since a good supervision would guarantee greater trust and transparency, in the registration process and in the poll. This position was defended by the leader of the PLD party, Analia de Vitoria Pereira, for whom the lack of observation from the opposition can bring about a lot of irregularities, resulting in an eventual fraude.

The MP reinforced the idea that it is necessary to reach a consensual platform, which will allow political parties to follow the electoral registration, in partnership with the Independent National Electoral Council.

MP Benjamin da Silva of the FNLA party said that there has to be objectivity, reminding his colleagues that "Angolans should know that they are dealing with the election issue at a crucial moment in their lives", therefore, precautions have to be taken against all procedures tending to irregularities and fraudes.

The parliamentary whip of the ruling MPLA, Bornito de Sousa, emphasized that, as agreed on the previous debate, which took place on Tuesday morning, the electoral registration should be an administrative act, continuous and permanent, so all measures will be taken to banish any eventual illegality.

Financial Times (London)

March 17, 2005 Thursday

Transparency can alleviate poverty

BYLINE: By GEORGE SOROS

Countries that are rich in natural resources are often poor because exploiting those resources takes precedence over good government. Competing oil and mining companies, backed by their governments, have often been willing to deal with anyone who could assure them of a concession. This has bred corrupt and repressive governments and armed conflict. In Africa, civil wars have devastated resource-rich countries such as Congo, Angola and Sudan. In the Middle East, democracy has failed to materialise. Lifting this resource curse could make a large contribution to alleviating poverty and misery in the world, and there is an international movement aimed at doing just that. The first step is transparency; the second is accountability.

The movement started a few years ago with the Publish What You Pay campaign, which urged oil and mining companies to disclose payments to governments. In response, the British government launched the Extractive Industries Transparency Initiative (EITI). Today, three years into the process, the UK will convene an important EITI conference in London, to be attended by representatives of governments, business and civil society.

Much has been accomplished. International extractive companies are starting to acknowledge the value and necessity of greater transparency. BP has agreed to disclose disaggregated payment information on its operations in Azerbaijan, and Royal Dutch/Shell is doing the same in Nigeria. ChevronTexaco recently negotiated an agreement with Nigeria and Sao Tome and Principe that requires publication of company payments in the joint production zone. Investors representing nearly Dollars 7,000bn (Pounds 3,650bn, Euros 5,250bn) in capital have endorsed EITI and called on companies to be more transparent in the reporting of payments.

But the most encouraging sign comes from the producing countries themselves.

Nigeria is reorganising its state oil company, introducing transparency legislation, and launching sweeping audits of the oil and gas sector. It plans to begin publishing details of company payments to the state this summer.

The Kyrgyz Republic became the first country to report under EITI, for a large gold mining project. Azerbaijan will report oil revenues later this month. Ghana and Trinidad and Tobago have also signed up. Peru, Sao Tome and Principe and East Timor are in negotiations to implement the initiative. Equally important, local activists are starting to use EITI as way of demanding greater accountability for government spending. My own foundation, the Open Society Institute, has established "Revenue Watch" programmes in producing countries.

But there is a lot more to be done. Two-thirds of the world's most impoverished people live in about 60 developing countries or countries in transition to the free market that depend on oil, mining or gas revenues. The recently published transparency index from Save the Children UK, the charity, shows that transparency is the exception, not the rule. Many important producing countries have yet to make even a gesture towards disclosure. Angola, Bolivia, Mongolia, Kazakhstan, Chad, Mauritania and Gabon are among the countries outside EITI that need to be brought in. There is no reason why big Middle Eastern producers and Indonesia should not join this transparency push and embrace the EITI. It is also critical that state-owned companies, which account for the bulk of global oil and gas production, be subject to full disclosure.

Other governments need to follow the UK and help expand the EITI. France appears to have done little to encourage countries within its sphere of influence, let alone ask its own companies to disclose information. The Bush administration's recent decision to initiate a parallel anti-corruption process through the Group of Eight leading industrial nations leaves the US outside the leading international forum for addressing resource revenue transparency and reinvents the wheel.

The US and Britain have not used their power in Iraq to promote transparency in the oil sector. Let us hope the new Iraqi government does better. It is difficult to see how democracy can take root if the country's most important source of income remains as veiled in secrecy as it was under Saddam.

The EITI is one of the most effective vehicles available for achieving a global standard of disclosure and accountability. This week's summit is an opportunity to define more precisely what it means to implement the EITI by establishing some basic minimum requirements for host countries.

Those committed to seeing the wealth generated by energy and mining finally improve the lives of ordinary people would do well to invest in the initiative at this critical stage. In concert with efforts such as Publish What You Pay, EITI promises to do a lot of good in the world.

The writer is chairman of Soros Fund Management and founder of the Open Society Institute

African Union requires at least 6,000 troops for eastern DR Congo mission

The African Union (AU) said on Wednesday it requires at least 6,000 troops to deploy in the troubled eastern Democratic Republic of Congo (DRC) to disarm Rwandan rebels operating there.

"Having in mind the current efforts of the DRC and the MONUC, the gap has been identified as requiring additional troops and we believe that a minimum of two brigades initially should be considered for planning purposes," AU Peace and Security Commissioner Said Djinnit told reporters here.

Djinnit did not, however, divulge details on the countries to provide troops, deployment date, or their status in regard to peacekeeping soldiers of the UN mission in DRC, MONUC.

"These are really very preliminary consultations, we are going to pursue them ... to culminate with the PSC (Peace and Security Commission) meeting to receive our recommendations on the action that should be suggested," Djinnit said.

The commissioner explained that a fact-finding mission would be sent to eastern DRC to assess the situation on the ground.

"The main responsibility of disarming these groups is that of the DRC," Djinnit said.

The meeting drew participants from Burundi, Uganda, Rwanda, DRC, the European Union and MONUC.

In January, the AU agreed in principle to send troops to the DRC to disarm Rwandan rebels operating in the eastern region of the vast central African nation.

The presence of Rwandan rebels in DRC has soured relations between Kigali and Kinshasa, which has accused Rwanda of using the rebels as pretext to make incursions in eastern DRC.

"Modalities on the action plan will be spelt out in a meeting of experts to be held by the end of the month and will be ratified by the heads of states and governments that will provide troops," an AU representative told AFP.

"There are countries within the committee on DRC that are tipped to send troops," said the representative, who requested to remain unnamed.

South Africa, Angola, Algeria, Gabon, Uganda, Senegal and Tanzania form the committee, which is chaired by Nigeria and mandated by the Libreville summit to assess the situation in DRC, the representative explained.

"The objective of this meeting ... essentially was to identify the gap that could be filled

by the AU to send, at an appropriate time, a force to forcefully disarm the rebels," he added.

"Our main preoccupation is the continued presence of the ex-FAR (ex-Rwandan Armed Forces) Interahamwe, but the DRC also harbours other rebel groups from Rwanda and Uganda," Djinnit said.

"Since 1999, no progress has been made, which is a threat to security in Rwanda and DRC and jeopardises the peace process," Djinnit said, adding that the rebels number about 20,000.

Xinhua General News Service

March 16, 2005

OPEC agrees to raise quota by 500,000 bpd immediately

Ministers of the Organization of the Petroleum Exporting Countries (OPEC) agreed here Wednesday on an immediate increase of the cartel's output quota by 500,000 barrels per day (bpd) to 27.5 million bpd, a minister said.

The cartel was possibly to adopt an additional increase of 500, 000 bpd in May if oil prices continued rising, Libyan Energy Secretary Fathi Omar bin Shatwan told reporters. "The second increase will depend on the price, and the president of the OPEC will make decision on it, maybe in May," Shatwan said.

Earlier Wednesday, the ministers started a closed-door session to discuss Saudi Arabia's proposal of raising production quotas by 500,000 bpd.

Delegates from 11 members of the cartel, including Iran, Algeria, Indonesia, Kuwait, Saudi Arabia, Iraq, Libya, Qatar, the United Arab Emirates, Venezuela and Nigeria, and some non-OPEC countries, including Oman, Angola, Mexico and Syria, were present at the key conference.

The meeting opened as soaring prices raised global concerns over oil supply. Futures prices reached 55.65 US dollars a barrel in New York last week and lingered around 55 dollars a barrel thereafter.

Jornal de Angola

16 de Março

Angola refuta relatório da ONU

O vice-ministro das Relações Exteriores, George Chicoty, afirmou ontem, em Luanda, que o relatório da ONU sobre a situação dos direitos humanos em Angola, publicado na internet, contraria a real situação em Angola.

“Algumas coisas contrariam a realidade de Angola, nomeadamente os progressos que o país alcançou, relativamente à Democracia Global, aos Direitos Humanos, à Liberdade de Expressão e à Liberdade de Imprensa”, disse George Chicoty ao deixar Luanda, de viagem a Genebra, onde participa na sexagésima primeira sessão da Comissão dos Direitos Humanos da ONU.

Para a sessão, que teve início segunda-feira última e que se prolongará até Abril, o vice-ministro disse levar como maior preocupação o relatório publicado pela ONU, na sequência da visita a Angola de Hina Jilani, representante especial do Secretário Geral das Nações Unidas para Defensores dos Direitos Humanos, efectuada no ano passado.

“Achamos que este relatório, que está na Internet, não espelha a verdade. Angola vive um ambiente de paz total, vive uma progressão enorme em termos de respeito aos direitos humanos. Temos uma sociedade civil activa, partidos políticos que participam na vida activa da nossa sociedade, muitos jornais que publicam artigos de toda a natureza. Quero dizer que há progressos significativos”, referiu.

Indicou que desde o alcance da paz, em 2002, o Governo iniciou o programa de democratização, e tem sido também o maior defensor dos direitos humanos, acrescentando haver em todas as províncias unidades dos direitos humanos.

George Chicoty afirmou que tem havido seminários com a participação das forças da ordem pública, com militares e sociedade em geral, existindo uma grande progressão nesta matéria, o que contraria alguns capítulos desse relatório.

Segundo o vice-ministro, existem também avanços em matérias como a representação da mulher na vida nacional, direitos da criança e os direitos sociais e económicos.

“Angola realizou muito mais se nos compararmos com outros países em África, tendo em conta que saímos de uma guerra de 30 anos e nos últimos 20 nunca decretámos, por exemplo, um estado de emergência”, sustentou.

Taag prevê aumentar tráfego nacional e internacional a partir de Junho

Taag perspectiva novas rotas este ano

Luanda, 08/03 - A Taag, Linhas Aéreas de Angola, prevê aumentar o tráfego de transporte aéreo nacional e internacional de passageiros e carga, a partir de Junho deste ano, com a abertura de novas rotas, no quadro da programação da empresa para o próximo semestre.

Em declarações à Angop, o director de exploração comercial da Taag, Joao António Rodrigues, acrescentou que está programado o aumento do tráfego para o Rio de Janeiro (Brasil), com dois voos por semana, a reabertura da rota Lusaka (Zâmbia), bem como a de Accra (Ghana), utilizando escala técnica do voo Luanda-Sal-Luanda em substituição de Abidjan.

De acordo com o responsável, prevê-se, igualmente, a realizações de voos nocturnos

para as cidades de Cabinda e Cunene. A estratégia da Taag, notou, passa pela melhoria operacional, maximização e flexibilização da rede, visando uma maior rentabilidade, embora com dificuldades devido às constantes avarias ou incidentes na sua frota.

João Rodrigues defendeu que a empresa deve estar preparada para os novos desafios da aviação comercial no mundo da globalização, tendo em conta as desigualdades concorrentes das companhias aéreas internacionais.

A Taag, empresa estatal, efectua diferentes rotas internacionais, nomeadamente de Luanda para o Rio de Janeiro (Brasil), Havana (Cuba), Ilha do Sal (Cabo Verde), São Tomé e Príncipe, Ponta Negra e Brazzaville (Congo Brazzaville), bem como Kinshasa (República Democrática do Congo).

As Linhas Aereas de Angola operam, igualmente, para Windhoek (Namíbia), Joanesburgo (África do Sul), Lisboa (Portugal), Paris (França), Londres (Inglaterra), Roma (Itália), Bélgica, Alemanha e Harare (Zimbabwe).

Em 2004, a Taag arrecadou uma cifra estimada em 180 milhões de dólares norte-americanos na venda de bilhetes de passagem e no transporte de carga, com destaque para as rotas Luanda-Lisboa (Portugal), Paris (França), Rio de Janeiro (Brasil) e, a nível interno, Lubango, Cabinda, Benguela e Huambo.

A WARNING FOR INDIA'S OIL EQUITY INVESTMENTS ABROAD

Angola snubs India's oil advances

NEW DELHI, MARCH 7: This could well be hard reality that sceptics of India's oil equity investments have been warning against. India's efforts to acquire oil blocks in Angola have received a setback after Luanda, the Angolan capital refused to give dates to an Indian delegation to discuss new oil blocks in the African nation. Sceptics have always feared that oil equity investments in war-torn countries like Angola were extremely risky.

Project co-leaders Sonangol and Cabinda Gulf Oil Company, a subsidiary of ChevronTexaco, and their co-venturers BP, ExxonMobil and Total in the Angola LNG Project today announced that agreements have been signed to establish the principles for gas supply, corporate structure, and legal and regulatory framework for the Project.

i-Newswire, 2005-03-12 - The agreements, which support the commencement of Front-End Engineering and Design studies, were reached thanks to the strong collaboration between the

Government of Angola and the Project co-venturers.

Commenting on today's announcement, Angola's Minister of Petroleum, Desidério Costa, said, "This is a significant step forward on a project of national importance. We strongly believe that the Angola LNG Project will serve as a catalyst for Angola's reconstruction and growth by facilitating increased production of the nation's abundant oil and gas resources and by supplying natural gas for local industrial development. By providing a viable alternative to the flaring of associated gas, Angola is also demonstrating environmental leadership in the way in which it is developing its energy resources."

Manuel Vicente, President of the Administration Council of Sonangol E.P., speaking as Concessionaire for hydrocarbon licenses in Angola, noted his expectations of the impact Angola LNG will have on petroleum activities in the country, saying "The LNG Project is critical to Angola's objectives of expanding the petroleum sector. This development will unlock further exploration and production potential in the country, will improve Angola's earnings, and will develop and demonstrate Angola's attractiveness to foreign investors interested in gas industry-related opportunities here."

On behalf of the Project co-venturers, Jim Blackwell, Managing Director of ChevronTexaco's Southern Africa Business Unit, based in Luanda, said, "We believe the establishment of the gas supply agreements and a mutually beneficial corporate structure are significant milestones, which demonstrate our continued commitment to this Project and to Angola. A reduction in gas flaring will be good news for the environment but, in addition to its environmental benefits, the Angola LNG Project will also unlock the commercial and strategic value of Angola's vast natural gas resources for the benefit of the country, its people, and the Project co-venturers.

"The Project will offer additional benefit to Angola through direct investment and opportunities for Angolan manpower, suppliers of materials and equipment, and contractors to contribute to the Project," added Blackwell. "We sincerely appreciate the support of the Ministry of Petroleum and the Government of Angola — in particular, for their work to foster a growth oriented framework. We now look forward to their continued cooperation in quickly implementing these measures in order to maintain our Project schedule and to allow the Project to capture available market opportunities to support this magnitude of investment."

Planned as an integrated gas utilization project encompassing offshore and onshore operations to commercialize gas resources and reduce gas flaring from blocks located offshore of Angola, the Angola LNG Project is set to be a joint development between the state oil company of Angola — Sonangol (22.8%) — and affiliates of ChevronTexaco (36.4%), BP (13.6%), ExxonMobil (13.6%), and Total (13.6%). ChevronTexaco and Sonangol are co-Project leaders.

Angola's LNG project partners agree key aspects

Fri March 11, 2005 8:36 AM GMT+02:00

By Karen Iley

LUANDA (Reuters) - Angola's proposed five-million tonne liquefied natural gas (LNG) plant moved a step closer to reality on Thursday after the partners reached key agreements on how to proceed with the project.

The project co-leaders -- state oil company Sonangol and Chevron Texaco's Angolan subsidiary Cabinda Gulf Oil Company -- announced deals on thorny issues such as gas supply principles, corporate structure and the legal and regulatory framework of the project.

"We believe the establishment of the gas supply agreements and a mutually beneficial corporate structure are significant milestones which demonstrate our continued commitment to this project and to Angola," Jim Blackwell, managing director of the U.S. firm's Luanda-based Southern Africa Business Unit said in a statement.

The LNG plant, estimated to cost in the region of \$5 billion, will end the environmentally harmful practice of gas flaring and offer the oil companies a chance to make money by selling the gas as an alternative fuel source.

"In addition to its environmental benefits, the Angola LNG Project will also unlock the commercial and strategic value of Angola's vast natural gas resources for the benefit of the country, its people and the project co-venturers," Blackwell said.

The deals, of which no specific details were given, were signed with partners Exxon Mobil, France's Total and Britain's BP in collaboration with the Angolan government.

COMPETITION

Facing competition from a raft of other LNG developments in Nigeria, Equatorial Guinea and Egypt as well as others outside of Africa, analysts have questioned whether there are sufficient buyers for the anticipated surge in supply.

With these agreements, the Front-End Engineering and Design can begin in earnest and only when this is completed -- a process expected to take around 18 months -- will a Final Investment Decision (FID) be made.

The LNG project is seen as the biggest project on oil-rich Angola's horizon.

Vital to unlocking petroleum exploration and production potential in the country, it will provide much-needed jobs and income and spawn growth in other gas-related industries.

"This is a significant step forward on a project of national importance," Angola's Petroleum Minister Desiderio Costa said in the statement.

"We strongly believe that the Angola LNG Project will serve as a catalyst for Angola's reconstruction and growth by facilitating increased production of the nation's abundant oil and gas resources and by supplying natural gas for local industrial development," he added.

Angola is sub-Saharan Africa's second largest crude producer after Nigeria, churning out more than one million barrels per day. This is expected to double by 2008 as a number of new fields come onstream.

ChevronTexaco has a 36.4 percent in the project while Sonangol has a 22.8 percent stake. The other partners each hold 13.6 percent.

IMF sees no issue preventing programme with Angola

Mon March 14, 2005 6:00 PM GMT+02:00

MAPUTO (Reuters) - The International Monetary Fund's top African official said on Monday he saw nothing to prevent an agreement between the global lender and Angola despite Angolan officials saying obstacles remain.

Angola has been trying to clinch a deal to secure a staff-monitored programme with the IMF which does not involve cash but is the first step towards lending.

This would give the oil-rich southwest African nation, which critics have accused of large-scale graft, a badly needed endorsement in the eyes of other donors and enable it to begin debt restructuring talks with foreign creditors.

"As we are speaking, a team is going now to Angola to start discussing the condition under which we could have a programme and that should start with...a staff monitored programme," Abdoulaye Bio Tchane, the director of the IMF's Africa department, told Reuters in the Mozambican capital Maputo.

"There is no issue preventing the agreement. They are going to discuss the conditions to have an agreement," he said.

Angolan Finance Minister Jose Pedro de Moraes told Reuters last month that Angola would never be able to provide the IMF with all the information it needed and accused the international community of "politicising" the discussion in an effort to keep the country sidelined.

Bio Tchane also said that a lending programme was in sight for Malawi after the recent visit there by an IMF team.

"The team just came back from Malawi and will go back to Malawi by end of April, early May and I hope by that time they will be able to complete the negotiations and came back with a lending programme," he said.

Presidente da UNITA congratula-se com início da discussão do pacote eleitoral

Luanda, 09/03 - O presidente da UNITA, Isaías Samakuva, congratulou-se com o início, hoje, dos debates em torno do pacote legislativo eleitoral nas comissões especializadas da Assembleia Nacional.

Falando em conferência de imprensa hoje, nesta capital, manifestou-se, porém, preocupado com a anúncio da criação, unilateral, pelo Ministério da Administração do Território, de comissões provinciais para as Eleições de 2006, "numa altura em que ainda não foi aprovada a legislação de suporte do processo eleitoral".

Defendeu que todos os actos relativos ao registo e às eleições devem ser conduzidos, de forma insuspeita, por órgãos legalmente estabelecidos e que sejam abertos à fiscalização dos partidos políticos e da sociedade civil.

Ao comentar a viagem que realizou às Províncias do Huambo e Bié, entre os dias 17 e 28 de Fevereiro de 2005, Isaías Samakuva manifestou-se desapontado com o que considerou alguma "intolerância política".

Repudiando os actos de espancamento e intimidação à simpatizantes da UNITA e

reconhecendo a actuação exemplar da Polícia Nacional, recordou que Angola vive hoje um momento ímpar da sua história de pacificação e de construção democrática que é preciso estimular.

O líder do maior partido da oposição angolana congratulou-se ainda com a forma como os militantes e simpatizantes da UNITA aderiram às actividades programadas.

Armas recolhidas à população entregues à Guarnição Militar de Luanda

Luanda, 10/03 - Diversas armas foram hoje entregues pela Administração Municipal do Sambizanga à Guarnição Militar de Luanda, no âmbito da campanha de recolha de armamento em posse da população civil.

Do material entregue, destaca-se vinte armas do tipo AKM-47 de fabrico russo e três granadas RGD-5.

O acto decorreu na sede da administração municipal e no mesmo estiveram presentes um representante da repartição de armamento e técnica da Guarnição Militar de Luanda, o director provincial da defesa civil, Américo Pessela, e o administrador adjunto, Napoleão Silveira.

O chefe da defesa civil no município do Sambizanga, Filipe da Silva, disse na cerimónia que actos similares vão continuar na sua circunscrição e estender-se-à até às comunas por forma a se recolher maior número possível de armas em posse da população civil.

Chefe de Estado recebe cumprimentos de despedida do Embaixador britânico

Luanda, 11/03 - O Chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, recebeu hoje, em Luanda, cumprimentos de despedida do embaixador da Grã-Bretanha em Angola, John Thompson.

"Disse ao Presidente que gostei muito de ter trabalhado neste país", referiu à jornalistas o diplomata britânico, cujo início de funções, no país, data de Fevereiro de

2002.

Nas suas breves declarações, acrescentou ter vivido em Angola, em termos gerais, "momentos perfeitos".

Revelações indicam que Bva abre este ano **Bolsa de valores está ao dobrar da esquina**

A Bolsa de Valores de Angola (Bva) abre este ano, podendo ter dez empresas públicas listadas, segundo soube o Semanário Angolense de fontes ligadas ao processo de instituição do mercado de capitais que disseram que desde Outubro último ocorreram factos significativos até ao ponto de apontarem para o arranque da Bva.

De acordo com tais fontes, aguarda publicação em Diário da República, depois de em Outubro ter sido aprovada pelo parlamento, a lei que cria o mercado de capitais, ao mesmo tempo que foi instituída a Comissão do Mercado de Capitais (Cmc), uma instância encarregue de supervisionar e fomentar esse mercado.

Está por aprovar um anteprojecto de Lei dos Valores Mobiliários (Lvm), que estabelece as regras de funcionamento do mercado, e um anteprojecto de Lei das Instituições Financeiras (Liv), que compatibiliza com matérias instituídas para o mercado de valores, as normas que já existem para o mercado bancário. «O Governo e o Ministério das Finanças têm a abertura da Bva entre os seus programas para este ano», declarou a fonte do Semanário Angolense para desfazer rumores que ainda no ano passado apontavam uma qualquer falta de consistência desse projecto.

Dizia-se que o Ministério das Finanças e as autoridades em geral receavam que com base nos reduzidos rendimentos dos angolanos, as alienações de capital das empresas angolanas fossem favorecer representantes do capital estrangeiro, perspectivando-se, por isso, que a Bva fosse abrir a mui médio prazo, lá para o fim dos próximos cinco anos.

A experiência dos mercadores de valores é diferente: dizem que, geralmente, os Governos conseguem manter a situação em conformidade com as suas prioridades estratégicas, determinando que percentagem do capital (das empresas) a alienar e também os objectivos da alienação, sejam eles os da obtenção de «know how», de capital ou de novos mercados, declarou a fonte para tranquilizar os temores a isso inerentes.

Seja como for, a fonte não disse como é que num espaço de tempo inferior a um ano, a mercado vai dotar-se de toda uma série de novas profissões e organizações empresariais subjacentes à operacionalidade do mercado de capitais. Tal como enumerou, não existem em Angola sociedades de investimento, sociedades gestoras de património, sociedades de capital de risco, sociedades corretoras, fundos de investimento e sociedades gestoras desses fundos.

Em todo o caso, o núcleo que está a criar o mercado de capitais iniciou negociações «confidenciais» com dez empresas públicas angolanas com o fim de lista-las na Bva, mas essas empresas terão que passar por um processo de reestruturação para adaptarem os seus procedimentos aos critérios de inscrição do mercado de capitais. O primeiro desses aspectos diz respeito à contabilidade. É prática, em Angola, as empresas descurem a apresentação pública dos seus relatórios e contas, o que se constitui num confronto com o princípios desse mercado.

Este, tem como características básicas a transparência, visibilidade, capacidade de acesso dos investidores e responsabilidade social, e é nesse domínios que a Bva solicitará que as empresas listadas acentuem a reestruturação. «É provável que na altura na abertura da Bva consigamos ter listadas as dez empresas com as quais estamos a negociar, mas também pode acontecer que esse número não seja plenamente atingido», afirmou a fonte.

A fonte revelou, por outro lado, que o processo de negociação da Bva vai ser feito por meio de um sistema electrónico (o outro sistema é o do pregão que concentra vendedores e compradores gritando e gesticulando numa mesma sala). A obtenção desse sistema está a ser negociada com quatro fornecedores altamente bem reputados no mercado internacional, mas tal como no caso das empresas que estão na lista para receberem cotações na Bva, o processo é «confidencial» e os seus nomes não puderam ser apurados.

SN

Discussão do Pacote Legislativo Eleitoral domina noticiário político nacional

Luanda, 12/03 - A abertura dos debates em volta do Pacote Legislativo Eleitoral dominou, na semana que hoje finda, o noticiário político nacional, a par da declaração dos bispos católicos, na qual denunciam alguns círculos políticos de tentar instrumentalizar e subordinar a autoridade da igreja à política, bem como da existência de pressão sobre os catequistas para que sejam activistas de partidos políticos.

Com efeito, a Comissão dos Assuntos Jurídicos e Regimento da Assembleia Nacional iniciou a discussão dos ante-projectos de Lei de Alteração da Nacionalidade, dos Partidos Políticos e do Financiamento aos Partidos, num ciclo de reuniões, na especialidade, a decorrer até ao dia 24 próximo.

O projecto de alteração à Lei da Nacionalidade plasma que o Governo pode solicitar autorização à Assembleia Nacional para conceder a cidadania angolana à estrangeiros que tenha prestado ou possam vir a prestar relevantes serviços ao país, ou ainda que demonstre qualidades profissionais, científicas e, ou artísticas excepcionais.

Propõe que a nacionalidade pode ser retirada à aqueles que, sem a autorização da Assembleia Nacional, exerçam funções de soberania à favor de Estado estrangeiro, sejam condenados por crime contra a segurança externa do Estado angolano, ou que a tenham adquirido por via de casamento e o mesmo venha a ser dissolvido por

causa a si imputada.

Quanto ao ante projecto dos partidos, concebe que estas associações tenham como fim contribuir para a educação patriótica e cívica dos cidadãos, respeitando e colaborando na manutenção da ordem pública.

Os partidos podem apoiar o candidato ao cargo de presidente da República que lhes convir, sem prejuízo da sua isenção partidária. Os seus membros serão punidos se incitarem à violência ou empregá-lo contra a ordem constitucional legal vigentes, fomentarem o tribalismo, racismo, regionalismo ou qualquer forma de discriminação dos cidadãos.

No documento referente a Lei de Financiamento dos Partidos Políticos é proposto que no Orçamento Geral do Estado seja incluído um montante para a sua assistência financeira, sem distinção de representatividade ou não parlamentar, avançando-se a cifra, equivalente em Kwanzas, à USD 150.000.00, para a manutenção das actividades correntes.

O ciclo de reuniões de debate, na especialidade, do pacote legislativo eleitoral, previsto para até ao próximo dia 24, agenda ainda a análise das Leis do Registo Eleitoral, de Observação e Código de Conduta.

Também mediatizado foi a reunião da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), em cuja declaração os bispos lamentam a atitude "inesperada e estranha dos irmãos de Cabinda" em recusar Dom Filomeno do Nascimento Vieira Dias, então bispo auxiliar de Luanda, para bispo daquela diocese, em substituição de Dom Paulino Madeca.

A CEAST esclarece que sómente ao Santo Padre (Papa João Paulo II) compete a inteira responsabilidade de criar novas dioceses e de nomear para elas os seus pastores, pelo que, segundo o vice-presidente da conferência, dom Gabriel Bilingue, este comunicado surge na sequência dos vários comentários veiculados na imprensa sobre a polémica surgida com a nomeação do prelado.

"Temos o direito e o dever de nos pronunciar sobre a questão, já que o silêncio da CEAST pode suscitar várias interpretações e o comunicado reflecte a nossa posição sobre o assunto", explicou, para acrescentar que a Conferência Episcopal de Angola e São Tomé exige que os locais de culto sejam completamente apartidários e não sirvam para se fazer propaganda política, apelando aos fiéis a não irem aos cultos com insígnias dos seus partidos.

Explicou que, de acordo com as normas da Igreja Católica, quando um bispo atinge os 75 anos apresenta ao Santo Padre o pedido de resignação, pelo que Dom Paulino Madeca, que conta 77 anos, aguardava há dois anos a sua substituição na diocese de Cabinda.

Por outro lado, a colaboração da Igreja Católica na melhoria das condições de saúde e educação em Angola foi abordada pelo chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, e o presidente do Conselho Pontifício Justiça e Paz daquela instituição religiosa, Renato Raffaele Martino.

Em declarações à jornalistas, depois da audiência de pouco mais de 30 minutos, Renato Raffaele disse ter aproveitado a ocasião para debater as relações entre o Governo de Angola e a Igreja Católica, que "são boas".

Destaque ainda foram as audiências, em separado, do Presidente José Eduardo dos Santos aos embaixadores da Grã-Bretanha, de Israel e dos EUA, respectivamente.

O diplomata britânico John Thompson esteve no Palácio da "Cidade Alta" a apresentar cumprimentos de despedida, no termo da sua missão em Angola. De Moshe Kaizen, o estadista angolano recebeu uma mensagem do seu homólogo do Estado de Israel, enquanto com a representante norte-americana discutiu, particularmente, aspectos ligados a realização das eleições gerais no país.

Segundo Cynthia Efird, foram igualmente analisadas questões de carácter regional, "onde Angola e os EUA podem desempenhar um papel positivo".

Em foco, nos principais noticiários esteve também o pronunciamento do presidente da UNITA, Isaías Samakuva, que denunciou, em conferência de imprensa, actos de "intolerância política", registados na sua recente deslocação às províncias do Huambo e Bié, o boicote a acções administrativas do ministro da Saúde, indicado pela sua organização, bem como a parcialidade na difusão de matérias ligadas a actividade do seu partido.

O analista político Víctor Aleixo disse ter notado alguma falta de experiência do líder da UNITA, mesmo que admitindo, de certa forma, a probabilidade de existência de tais ocorrências, sobretudo quando se tenha em conta o ambiente eleitoralista que se avizinha e a incipiente reconciliação entre angolanos desavindos, por um longo conflito armado.

Relativamente ao alegado boicote ao ministro da Saúde, Eduardo Veloso, que exonerou alguns responsáveis do seu pelouro e depois foi orientado a reconduzi-los, Víctor Aleixo disse não ter sido muito correcta a atitude do governante. "As coisas não se fazem assim, nem mesmo se a própria UNITA fosse hoje o poder principal".

Sobre a acusação de os órgãos de comunicação social públicos não publicitarem eventos da organização, comentou que o presidente da UNITA terá confundido informação com publicidade, argumentando que ficou evidente ter de diferenciar-se informação de publicidade, pois ao afirmar que mesmo pagando o trabalho não sai, aí está a falar de publicidade e não tem de responsabilizar as estruturas dos órgãos como tal, mas apresentar provas contundentes as áreas de publicidade dos órgãos em causa.

O sociólogo Simão Elena considerou que os actos poderão ser resultantes do sofrimento das populações daquelas províncias, principais vítimas do recrudescer da guerra pós-eleitoral de 1992. "Esses alegados actos de intolerância política têm a ver, necessária e obrigatoriamente, com o sofrimento e a dor daquelas populações, muito sacrificadas durante o conflito armado", apontou.

O também analista político Victor Silva, por outro lado, considerou natural que as pessoas reajam com hostilidade, em alguns momentos, além de "que numa situação semelhante, se queira também atribuir a responsabilidade, pelos incidentes, ao principal adversário político, no caso o MPLA".

Na conferência de imprensa, o presidente da UNITA, pese ter manifestado desapontamento e repúdio à alegados actos de intimidação à simpatizantes do seu partido, elogiou a actuação da Polícia Nacional.

A realização do primeiro Congresso da Juventude Unida Revolucionária de Angola (JURA), organização juvenil da UNITA, aberto pelo presidente do partido, Isaías Samakuva, mereceu igualmente referência esta semana.

Com participação de 250 delegados, das 18 províncias do país, os delegados, que debatem a vida interna da organização, vão rever os estatutos e eleger um novo comité nacional, a integrar 32 membros, com dois candidatos na corrida à secretário-geral, nomeadamente Adalberto Katchiungo e Libert Samuel Tiago.

O ministro da Juventude e Desportos, Marcos Barrica, presente na abertura, afirmou que a JURA, como vanguarda juvenil do maior partido da oposição, deve participar na edificação da paz e na reconstrução do país. "Todas forças vivas da Nação, sobretudo as forças políticas, têm uma palavra a dizer, na busca permanente de soluções para os problemas que afectam as populações, em particular, a juventude".

Matéria noticiosa foi também a reunião da Comissão Nacional de Reintegração Social e Produtiva dos Desmobilizados e Deslocados que aprovou o plano de actividades da instituição, para 2005, além de ter analisado distintas directivas, com vista a tornar mais célere o processo de reintegração de ex-militares, familiares e deslocados.

Os participantes apreciaram a directiva sobre o funcionamento da comissão de Cabinda e do Comité Executivo Militar, o projecto de despacho para a reformulação do seu funcionamento, o relatório de 2004 e o programa de actividades para 2005.

Referência foi também a reunião do Conselho Executivo da União Africana (UA), realizada em Addis Abeba (Etiópia), dedicada a análise das propostas do Comité Ministerial sobre a reforma das Nações Unidas, na qual Angola esteve representada pelo ministro das Relações Exteriores, João Bernardo de Miranda.

Estabelecido pela sexta sessão ordinária do Conselho Executivo e aprovado pela quarta sessão da Conferência Ordinária da UA, realizada em Janeiro passado, na Nigéria, o comité, integrado por 15 países, aprovou, em Fevereiro, em Mbambane (Swazilândia), a posição comum africana sobre a pretendida reforma da maior tribuna política mundial (ONU).

O chefe da diplomacia nacional, de visita ao Egipto, considerada de relançamento da cooperação bilateral, entrevistou-se com o seu homólogo, Ahmed Abdul Gheitt, com os titulares da Saúde, Awad Tageddine, e dos Petróleos, Sameh Fahm, entre outras individualidades.

Com os interlocutores mereceram igualmente atenção a situação no Médio Oriente e nos Grandes Lagos, com destaque para a República Democrática do Congo e a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

JORNALISTAS INDEPENDENTES SURPRESOS

2005-03-10

A aprovação ontem de uma estratégia pública de desenvolvimento da comunicação social em Angola surpreendeu os jornalistas da comunicação social privada.

O sentimento começou por ser expresso hoje pelo Director do semanário "A Capital", Francisco Tandala, que manteve uma audiência como o novo ministro do pelouro a semana passada. «Foi um contacto formal e não uma consulta qualquer para um subsídio sobre a estratégia de desenvolvimento da comunicação social», disse Tandala, esperando conhecer este documento. Estranheza análoga, manifestou a Secretária Geral do Sindicato dos Jornalistas, Luisa Rogério, também recebida pelo ministro Manuel Rabelais na semana transacta. «Como parceiros, podíamos ser no mínimo informados. Não fomos e não sabemos nada do documento, o que é mau», completou a sindicalista em declarações ao Apostolado.

RESPONSABILIDADE, MODERNIZAÇÃO, EXPANSÃO

Segundo o Gabinete do ministro Rabelais, contactado pelo Apostolado, o documento será publicado proximamente, assim que o Secretariado do Conselho Ministros aprontar a

versão definitiva. A versão inicial recebeu, durante a sessão do órgão colectivo do Governo, contribuições que precisam ser incorporadas.

O Gabinete explicou que o documento, grosso modo, analisa o panorama mediático actual e preconiza as acções, formas e meios para melhorar a situação.

O anúncio da aprovação governamental da sua "Estratégia para o Desenvolvimento da Comunicação Social para o triénio 2005/2007" foi feito ontem através de um comunicado de imprensa. Fruto da V sessão ordinária da Comissão Permanente do Conselho de Ministros, o comunicado referiu genericamente o objectivo principal da estratégia. A saber: «delinear as acções necessárias que promovam transformações significativas a curto e médio prazo na comunicação social». As acções versam, prossegue o comunicado, «tanto na (média) pública como privada, quer no domínio das tecnologias utilizadas quer nos produtos resultantes da sua actividade». «Um maior grau de responsabilidade e profissionalismo quanto ao exercício das suas actividades jornalísticas, indispensável ao fortalecimento da democracia», é outro objectivo frisado.

Mais «modernização e expansão» da média, comentou o ministro do pelouro, Manuel Rabelais aos jornalistas estatais que o entrevistaram no fim da reunião. «Poderá existir uma informação mais responsável e que melhor servirá os interesses da sociedade caso se consiga modernizar os órgãos de comunicação social e se a sua expansão», acrescentou. Explicou, ainda, que o instrumento aprovado advoga, neste contexto, a melhoria da qualidade dos profissionais através da formação. «Uma boa política de quadros que atenda o profissionalismo, a qualidade, o mérito e inclusive a boa remuneração», consubstancia ainda o teor da estratégia, segundo o ministro.

Publicado regulamento sobre procedimento de notificação de derrames petrolífero

Luanda, 14/03 - Um regulamento sobre os procedimentos de notificação de ocorrência de derrames a ser prestada ao Ministério dos petróleos pelo operador e outras empresas petrolíferas, foi publicado na edição nº 5, I Série, do Diário da República, de 12 de Janeiro último.

De acordo com o documento, a que teve hoje acesso a Angop, em Luanda, o regulamento tem como objecto a definição e uniformização dos trâmites de notificação de derrames de petróleo.

Estabelece que todos os derrames, em quantidades superiores a um barril, ou cujo impacto ambiental seja significativo de acordo com as normas de classificação da avaliação de impacto ambiental, devem ser notificados pelo operador e as outras empresas petrolíferas, num prazo não superior a oito horas.

A legislação refere que deve ser igualmente notificado qualquer derrame não provocado por operações sob responsabilidade do operador e de outras empresas do

sector.

As notificações devem ser confirmadas pelo operador e pelas outras empresas petrolíferas, num prazo não inferior a 12 horas, através do envio da ficha de notificação completa e preenchida.

O operador e as outras empresas petrolíferas devem manter o Ministério dos Petróleos permanentemente informado sobre o desenvolvimento da situação de derrame e do plano de acção actualizado para combater o mesmo.

O diploma esclarece que o Ministério dos Petróleos deve informar o público, através dos órgãos de Comunicação de Social, a ocorrência de derrames que tenham um impacto significativo sobre o ambiente.

Após a conclusão das acções de controlo do derrame e da reposição das condições ambientais do local, o operador e as outras empresas petrolíferas devem enviar ao Ministério dos Petróleos um relatório final contendo os resultados da investigação interna do incidente, realizada pelos operadores, relativamente as causas eventuais e medidas correctivas e grau de recuperação das condições ambientais na área afectada.

A não notificação da ocorrência do derrame, no prazo e de acordo com os procedimentos previstos e o incumprimento de decisões ministeriais sobre matéria do presente regulamento constitui infracção, punível pelo decreto 39/00.

CONFRONTOS VIOLENTOS MPLA-UNITA EM MAVINGA

2005-03-14

Confrontos registados ontem entre adeptos do MPLA e da UNITA no município de Mavinga terminaram com um balanço de 28 feridos. O sucedido foi revelado hoje pelo correspondente da Ecclesia a partir daquela localidade situada 400 km a Sudeste de Menongue, província do Kuando-Kubango. «O estado dos feridos é altamente grave para alguns, que estão a ser tratados no hospital local», referiu a emissora católica, apontando as vítimas como pertencentes aos dois campos.

Flechas, machados, facas, pedras e outros objectos contundentes foram as armas utilizadas. Segundo o correspondente, a briga começou com o içar da bandeira do Galo Negro no acto de comemoração do aniversário da fundação deste partido, assinalado ontem. Houve oposição de membros do MPLA e a tensão generalizou-se em toda a cidade, tendo chegado a rixas étnicas entre Mbuelas, tidos do MPLA, e Umbundos, da UNITA. «O nosso objectivo era de comemorarmos os 39 (anos) da fundação do partido UNITA aqui, em paz, em harmonia e numa alegria total. Infelizmente, há situações que nós não podemos contornar sem dar solução», declarou a Secretária provincial da UNITA, Regina Chipoiá.

Do lado do MPLA no Kuando Kubango, nenhuma voz aceitou ainda dar a sua versão da ocorrência. Entretanto, o governo provincial anunciou o envio ainda hoje de uma missão de emergência ao terreno, a ser chefiada pelo próprio Governador, João Baptista Chindande, por acaso quadro da UNITA.

Energy Intelligence Group, Inc.

March 14, 2005 Monday

IEA Says to Look Beyond US for Price Support

Rapid growth in oil consumption is probably the main reason for higher oil prices, said the International Energy Agency (IEA) on Friday, as it raised its own demand forecast by another 330,000 barrels per day -- of which 290,000 b/d were added to 2005 and 40,000 b/d to 2004.

"The reality is that oil consumption has caught up with installed crude and refining capacity," the IEA said in its latest monthly Oil Market Report, which increased the demand forecast for the thirteenth time in 17 months.

The IEA, the energy advisor to the world's largest consuming nations, noted that world economic growth and recent cold weather go a long way to explain rising oil prices, and that supply is struggling to keep up.

"Absolute price levels, like the camera, rarely lie but similarly only provide a market snapshot," the report said, adding that statistics provide a broader picture of a market than oil prices. The problem is that statistics "take a while to emerge."

The one region with the most comprehensive and latest data, the US, has traditionally been the focus for explaining the direction of a market. But rising US stocks and discounts for spot month West Texas Intermediate do not support higher prices.

"Look at the global picture and the recent rally makes more sense," the agency said.

The IEA sees global oil consumption rising by 1.8 million b/d to 84.3 million b/d in 2005, with growth coming from North America (360,000 b/d), Europe (100,000 b/d), China (500,000 b/d), other Asia (240,000 b/d), the FSU (120,000 b/d), the Middle East (290,000 b/d), Africa (90,000 b/d) and Latin America (130,000 b/d).

In its latest report, the IEA added 120,000 b/d to revised US demand, 100,000 b/d to China, and it said that cold weather could add another 100,000 b/d to demand this year. Oil consumption in 2004 was revised up to 82.5 million b/d.

The IEA sees global supply as having risen by a hefty 885,000 b/d between January and February, as OPEC reversed some of the cuts taken in January because of a rebound in prices and non-OPEC

supplies came back from technical difficulties in January.

Global supply hit 84.276 million b/d last month, nearly eclipsing the November 2004 record of 84.362 million b/d, as non-OPEC supply rose by 445,000 b/d to 50.541 million b/d.

OPEC total liquids production was up nearly as much, rising 440,000 b/d to hit a monthly average of 33.735 million b/d, with about 50,000 b/d of the gain in the OPEC "other liquids" category, in which IEA includes natural gas liquids and upgraded Venezuelan synthetic crude, among others.

OPEC crude drove the rest of the monthly increase with a small rebound in Iraqi exports and higher production from several of the other ten members of the producer group.

IEA supply analyst David Fyfe told Oil Daily, " [OPEC 10] producers were trying to calm overheated oil prices in the second half of February, with a combination of public statements and some extra oil, in part in response to unexpectedly cold weather."

Fyfe also noted increasing upward revisions to historical and prospective non-OPEC supplies as a result of "higher baseline supplies from Norway and Brazil," and "expectations of sharper production builds from new fields in Australia, Malaysia, Trinidad and Angola."

Estimates for non-OPEC supply in 2003 and 2004 were raised by 40,000 b/d and 75,000 b/d, respectively, while the 2005 forecast was upped by 90,000 b/d.

However, the upward supply revisions were more than offset by the higher demand projections, resulting in a 2005 "call on OPEC crude plus stock change" of 28.6 million b/d, or 500,000 b/d higher than in 2004.

050314 Sodiam prepara abertura de escritório na Ásia

Depois de abrir escritórios em Israel e na Bélgica, em 2004, para o corrente ano a Sociedade de Comercialização de Diamantes de Angola (Sodiam SARL), filial da Endiama EP, vai

abrir uma representação na China ou em Hong Kong (Ásia).

Ao prestar a informação à Angop, ontem em Luanda, o director do Gabinete de Comunicação e Imagem da Endiama, Sebastião Panzo, sublinhou que a abertura de um escritório no continente asiático tem como objectivo principal a divulgação e a inserção dos diamantes do país no mercado local.

Inserir os técnicos angolanos no mundo dos negócios com vista a adquirirem mais conhecimentos sobre as formas de discussão de vendas de diamantes, visando a inserção de Angola na indústria diamantífera mundial, inscrevendo o nome do país, na sua qualidade de produtor, no contexto das nações e servir também como pólo de atracção para maiores investimentos, constituem também outros dos propósitos da Sodiam.

Segundo Sebastião Panzo, nessa altura a direcção da empresa está a fazer estudos técnicos e sondar qual dos mercados, China ou Hong Kong, será mais favorável ao crescimento dos investimentos do país.

A Sociedade de Comercialização de Angola abriu o ano passado duas representantes, sendo uma em Telavive, capital de Israel e a outra em Antuérpia (Bélgica), sob a iniciativa e a promoção do Grupo Endiama.

050314Fórum China e Lusófonos junta 350 empresas

Trezentas e cinquenta empresas e pessoas singulares vão participar no Fórum de Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, a decorrer de 28 a 30 de Março do ano em curso, em Luanda.

De acordo com o presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Angola (a organizadora do evento), António dos Santos, além de promover parcerias - o fórum vai contribuir com sugestões no aumento das possibilidades de negócios entre os países participantes.

Para participar no encontro, já confirmaram presença, além de Angola, as representações do Brasil, Cabo Verde, China, Guiné-Bissau, Portugal e Timor-Leste, enquanto Moçambique ainda não assegurou a participação da sua comunidade empresarial.

Internamente, frisou, estão abertas inscrições para as empresas e os homens de negócios nacionais na Câmara de Comércio e Indústria de Angola (CCIA).

O encontro entre a China e os Países de Língua Portuguesa, que se pretende realizar anualmente e de forma rotativa nos países que o integram, tem como base dois protocolos internacionais.

Trata-se do “Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial” e do “Protocolo de Cooperação entre os Organismos de Promoção do Comércio e Investimentos e Câmaras de Comércio”.

Estes documentos foram assinados por ocasião do Fórum de Cooperação Económica e Comercial, realizado na Região Administrativa especial de Macau/República Popular da China, em Outubro de 2003.

A Realização em Angola desta primeira edição prende-se com o compromisso assumido pela CCIA por intermédio da sua vice-presidência, a Sonangol, que esteve representada no encontro de Macau pelo seu presidente do Conselho de Administração, Manuel Vicente.

Podem participar nesta primeira edição instituições de promoção do comércio e investimentos, câmaras de comércio, associações empresariais, empresas, e pessoas

singulares da China e dos Países de Língua Portuguesa.

Previsto para três dias, o encontro compreenderá cinco momentos distintos, nomeadamente a sessão de abertura, o debate sobre a cooperação económica e desenvolvimento, acerca dos instrumentos de suporte a cooperação, a bolsa de negócios, bem como as apresentações dos órgãos de promoção de comércio e investimentos e associações empresariais.

Agence France Presse

March 10, 2005

35 die of hunger and thirst in parched Angolan village

Thirty-five people died following acute shortages of food and water in February in a southern village in Angola bordering Namibia, an opposition UNITA official told AFP on Thursday.

"A total of 35 people died of hunger in Muhungo in the space of six days at the end of February due to a shortage of food and water in the Namibe province," said Altino Kapango from the youth wing of the National Union for the Total Independence of Angola (UNITA).

He said at the start of the year, "officials in Namibe having forecasted the shortages asked Luanda for financial aid to transfer between 200 and 300 residents of Muhongo to other parts of the province" but did not know the outcome.

The province is part of the Kalahari desert, the second largest in the world after the Sahara. Angola Press Agency

March 10, 2005 Thursday

Parliament Commission Concludes Draft-Bill On Alteration of Nationality

The MPs with the Commission of Legal and Ruling Issues have today decided that the National Assembly and the Council of Ministers can grant Angolan nationality to foreign citizens who have rendered and will render relevant services to the country or have shown exceptional professional, scientific and artistic capabilities.

The law-makers discuss since Wednesday the draft-bills on alteration of nationality, of political parties and funding of parties, with the works being presided over by the Parliament Speaker, Roberto de Almeida.

According the spokesperson, Angela Bragantha, in the Nationality Act were accepted the alterations related to the competence in its attribution, which will now be done by the Parliament or the Council of Ministers, rather than by an individual entity.

The MP said that a report on the views of this commission of speciality will be worked out, in

order to be channeled to the National Assembly.

The project presented by the ruling (MPLA) party states that the nationality can be withdrawn from those citizens who, without the authorisation of the National Assembly, exert sovereignty positions in favour of foreign states, those sentenced over crimes against the external security of the Angolan state and those who had acquired the nationality through marriage and the same ended up being dissolved as result of causes he is found guilty of.

On political parties issues, MPLA parliamentary bench leader, Bornito de Sousa, said the opposition has proposed that one political should have a minimum of 5,000 citizens for its existence, whereas his party defends 10,000 militants.

There are 120 political parties in the country, and the law says that the political parties can choose the candidate for President of the Republic regardless of his partisan exemption. Their members will be punished if inciting violence or resort against the legal enforced constitutional order, foment tribalism, racism, regionalism or any other way of discrimination of citizens.

Equal procedure will be observed if incitement to violence against militants of another party or sympathisers of this party or citizens occur.

Angola Press Agency

March 10, 2005 Thursday

Angola's Contribution in Africa Limited to Diplomacy

The Foreign Affairs minister of Angola, Joao Bernardo de Miranda, said Monday that his government will always continue to give its contribution to Africa, although small, due to new preoccupations relating to the country's economic and social development.

The Angolan minister, who attended the seventh extraordinary session of the African Union's Executive Council on reforms in the United Nations, held from 07 to 08 March, in Addis Ababa, was answering to a journalist of the "Africa Geopolitiques" magazine, about whether Angola did not have the intention to assume a more important role in the continent due to its alleged condition of economic and regional military potential.

"We are modest. We are worried about the development of our economic life. We have come long way in history, which causes that currently our contribution in Africa does not go beyond the diplomatic plan", said the minister, stressing that in Angola there is "a whole young generation that never knew peace and never had the opportunity to attend school".

"Due to this reason, considering that our geo-strategic position might tempt us to assume a more dominant role, we should be calm, because our country's economic and social framework are more important, very difficult, and as a result we should not lose ourselves" - he added.

Joao Miranda equally spoke of Angola's participation in the process of peace in the Democratic Republic of Congo, exhorting the various sides involved in the process to do everything in order for the elections to be held within the deadlines set by the transition

constitution.

About the Darfur (Sudan) issue, the minister condemned the massacre of innocent people, and appealed for the contribution of the Sudanese government in the fight against genocide, given their responsibilities on the militias and alerted against the danger of a new massacre similar to that which occurred in Rwanda in 1994.

The head of the Angolan diplomacy, who left the Ethiopian capital on Wednesday, is in Cairo (Egypt) for an official four-day visit on an invite of his Egyptian counterpart, Ahmed Abul Gheit.

Samakuva queixa-se de intolerância política

O presidente da UNITA, Isaiás Samakuva, diz que aconteceram actos de intolerância política nas províncias do Huambo e do Bié, contra simpatizantes do seu partido, durante a digressão que efectuou àquela região do planalto central há duas semanas.

Samakuva, que falava durante uma conferência de imprensa, em Luanda, indicou que esses actos “revelam um clima de intolerância política inaceitável, depois das lições que a história recente do nosso país nos legou”.

A sua deslocação ao planalto central, segundo Samakuva, serviu para constatar o grau de implantação e o nível de apoio que a UNITA goza naquela região.

Samakuva disse ter constatado “com orgulho e prazer” que o seu partido goza de excelente apoio das populações daquelas províncias.

Apesar disso, o líder da UNITA disse que se deparou com atitudes que o deixaram preocupado, por se tratar de actos de intolerância política que, a avaliar pela forma organizada e uniforme como foram conduzidos, levaram-no a crer que se tratou de actos instigados.

“Angola vive um momento ímpar da sua história de pacificação e de construção democrática. Todos sabemos o quanto sofremos para que se chegasse onde chegamos. Não podemos aceitar atitudes que façam correr o risco de retrocesso”, declarou.

Segundo o líder do “galo negro”, que distribuiu à imprensa um memorando sobre os actos de intolerância política verificados durante a mencionada visita, o que aconteceu “foi uma tentativa de criar medo que intimidasse os cidadãos dessas províncias”.

Samakuva denunciou ainda aquilo a que chamou “perigosa e vertiginosa tendência de regresso ao sistema de partido-Estado, com o partido no poder a procurar sobrepor-se ao Estado”.

Ele apontou uma certa confusão entre os símbolos nacionais e do partido no poder, e a atribuição e execução de tarefas da responsabilidade do Governo ao partido no poder.

Na mesma esteira, criticou o análogo retrocesso dos órgãos de comunicação social públicos. Contou que os órgãos de comunicação social do Estado, durante a digressão, “deixaram de publicar a realização de eventos públicos da UNITA, mesmo depois de terem aceite fazê-lo e terem sido pagos os valores monetários por eles cobrados para o efeito”.

O presidente da UNITA, que não indicou os órgãos de comunicação social que

teriam sido pagos para cobrir a sua visita ao planalto central, congratulou-se, entretanto, com o início das discussões do pacote legislativo nas comissões especializadas da Assembleia Nacional, manifestando confiança em que o princípio do consenso venha a prevalecer.

Ele manifestou ainda preocupação em relação ao anúncio da criação unilateral de comissões provinciais para as eleições de 2006 pelo Ministério da Administração do Território.

Samakuva apelou a que todos os actos relativos ao registo eleitoral e às eleições se subordinem à lei e sejam conduzidos de forma insuspeita por órgãos legalmente estabelecidos e que sejam abertos à fiscalização dos partidos políticos e da sociedade civil.

MENA news agency (Egypt)

March 9, 2005

EGYPT, ANGOLA DISCUSS BILATERAL COOPERATION IN OIL SECTOR

Cairo - Egyptian Minister of Petroleum Samih Fahmi met here Wednesday with Angolan Foreign Minister Joao Bernado and his accompanying delegation, currently visiting here.

In statements following the meeting, Fahmi voiced Egypt's willingness to cooperate with African countries in the oil and natural gas domains.

Fahmi added that his talks with his Angolan counterpart took up bilateral cooperation in the natural gas and oil domains, along with Angola's keenness on benefiting from the Egyptian expertise in these fields. The Egyptian minister agreed to train Angolan cadres in Egypt, send Egyptian experts to Angola to probe boosting bilateral cooperation and offer technical support for the Angolan side.

ANGOP

10 de Março

Assembleia Nacional analisa diversos ante-projectos de lei

A Comissão dos Assuntos Jurídicos e Regimento da Assembleia Nacional iniciou na manhã de quarta-feira, em Luanda, os debates sobre ante-projectos de lei de alteração da nacionalidade, partidos políticos e financiamento aos partidos.

A sessão foi orientada pelo presidente do órgão, Roberto de Almeida, e enquadra-se no ciclo de reuniões para o debate na especialidade do pacote legislativo eleitoral, que decorrerá até ao dia 24 do corrente mês.

O projecto de lei de alteração à lei da nacionalidade foi apresentado pelo grupo parlamentar do MPLA, onde se plasma que o Governo pode solicitar autorização à Assembleia Nacional para conceder a nacionalidade angolana a cidadão estrangeiro que tenha prestado ou possa vir a prestar relevantes serviços ao país, ou ainda que

demonstre qualidades profissionais, científicas ou artísticas excepcionais.

Propõe que a nacionalidade pode ser retirada àqueles cidadãos que, sem a autorização da Assembleia Nacional, exerçam funções de soberania à favor de Estado Estrangeiro, condenados por crime contra a segurança externa do Estado Angolana e que a tenham adquirido por via de casamento e o mesmo venha a ser dissolvido por causa a si imputada.

Quanto a aquisição por via de casamento, só tem direito aquele estrangeiro que permaneça durante cinco anos casado com um cidadão nacional.

Compete ao Conselho de Ministros, como é sugerido no projecto de lei, apreciar e decidir todas as questões respeitantes a aquisição, requisição e perda da nacionalidade quando esta competência não compita a Assembleia Nacional.

No referido projecto de lei de alteração à lei da nacionalidade, os grupos parlamentares da oposição não apresentaram qualquer iniciativa legislativa.

Quanto ao ante projecto dos partidos políticos apresentado pela Bancada Parlamentar do MPLA e que teve resposta da oposição, alega que estas agremiações têm como fins contribuir para a educação patriótica, cívica dos cidadãos e o seu respeito e colaboração na manutenção da ordem pública.

Os partidos políticos podem apoiar o candidato ao cargo de presidente da República que lhes convier, sem prejuízo da sua isenção partidária. Os seus membros serão punidos se incitarem à violência ou empregá-lo contra a ordem constitucional legal vigentes, fomentarem o tribalismo, racismo, regionalismo ou qualquer forma de discriminação dos cidadãos.

Igual procedimento será observado, se incitarem à violência contra militantes de um outro partido ou contra simpatizantes deste ou cidadãos.

A Plataforma Política Extra Parlamentar apresenta como proposta de alteração da lei dos partidos políticos o princípio de igualdade de tratamento por parte das entidades que exercem o poder público.

Assim sendo, defende que deve ser conferido o uso de passaporte diplomático a todos os presidentes, vice-presidentes e secretários gerais das organizações que a integram, desde que legalizados pelo Tribunal Supremo com ou sem assento na Assembleia Nacional.

Indica, por outro lado, que para a inscrição, o partido deve ter um requerimento com sete mil assinaturas de cidadãos maiores de 18 anos no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos, devendo figurar no documento pelo menos 15 residentes em cada uma das províncias de Angola.

Sobre o ante projecto de lei de financiamento dos partidos políticos, de iniciativa da oposição, é proposto que no Orçamento Geral do Estado seja incluído um montante para a sua assistência financeira, quer para os que tenham ou não assento parlamentar, avançando-se a cifra do equivalente em Kwanzas a USD 150.000.00

para a manutenção das actividades correntes.

No âmbito do ciclo de reuniões para o debate na especialidade do pacote legislativo eleitoral está ainda agendada a análise da lei do registo eleitoral, observação e código de conduta. Jornal de Angola

10 de Março

UNITA anuncia permanência no GURN

Fonseca Bengui

A UNITA reiterou ontem a sua disposição de permanecer no Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), apesar de algumas situações que os seus representantes têm enfrentado no exercício da governação.

A posição foi manifestada pelo seu presidente,

Isaías Samakuva, durante uma conferência de imprensa convocada para dar conta da posição do seu partido sobre a realidade política actual.

Samakuva reconheceu que existe uma grande dificuldade em gerir a participação do seu partido no GURN, mas, ainda assim, prefere “engolir alguns sapos” a abandonar o Governo numa altura em que o seu partido procura contribuir para a estabilidade do país.

“Uma eventual saída do Governo seria um acto que iria provocar perturbações. Nós queremos pôr os interesses nacionais acima de tudo”, declarou o líder do “galo negro”.

De acordo com Samakuva, se por um lado a

UNITA gostaria de tomar posições que correspondam ao tratamento que ela tem tido no GURN, essas posições talvez agradassem ao partido e a alguns sectores da população, mas iriam por outro lado causar algumas perturbações na vida nacional.

“Achamos por bem ponderar e equilibrar”, disse Samakuva, acrescentando que em cada passo que o seu partido dá ocorrem situações que “enchem o copo de água”, mas não convinha aos angolanos perturbar a situação de paz e de estabilidade que se vive no país.

Uma decisão precipitada sobre a questão, acrescentou Samakuva, podia provocar perturbações ainda maiores do que aquelas que existem.

“É uma situação incómoda, não há dúvidas, mas que nós temos de gerir, de forma a privilegiar esta consolidação da paz, da estabilidade, que é de interesse nacional”, declarou.

Num comunicado emitido no início desta semana, a direcção da UNITA ameaçou retirar-se do Executivo, por supostamente o ministro da Saúde, Sebastião Veloso, indicado pela organização do “galo negro”, ter sido impedido pelo Chefe do Governo de proceder a nomeações e exonerações em algumas direcções do Serviço

Nacional de Saúde. Xinhua General News Service<

March 10, 2005

Zambia to facilitate copper export by Angola's railway

Zambia's Copperbelt region is to be linked with neighboring Angola's Benguela

railway to facilitate transportation of copper exports to Europe and North America, Zambia News Agency reported Thursday.

Zambian Communications and Transport Permanent Secretary Bob Samakai who announced the development said Zambia and Angola have since signed a memorandum of understanding.

He said feasibility studies are underway to assess the viability of the 60-million-US-dollar project, which will boost the recovering copper and cobalt mining industry in Zambia.

Both Angola and Zambia are looking forward to having the rail link because of the economic boom expected in the mining sector of the two southern African countries, he said.

The rail link was destroyed during the Angolan civil war which ended in 2002. And its reconnection comes against a background of Zambia experiencing logjams on routes through Zimbabwe and South Africa.

Presidente da República empossa novos governantes

André Rodrigues Mingas Júnior, Bento dos Santos Fragoso Soito e Henrique Deolindo David Barbosa foram empossados ontem pelo Chefe de Estado nos cargos de assessor do Presidente da República para os Assuntos Regionais e Locais, e de vice-governadores de Luanda para Área Técnica e do Huambo, respectivamente.

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, que empossou igualmente Manuel Pedro Pacavira no cargo de embaixador plenipotenciário da República de Angola na Itália, brindou à saúde dos membros do Governo ora empossados e pediu-lhes “bom desempenho”.

André Mingas vai acumular os cargos de vice ministro da Cultura com o de assessor do Presidente da República para os Assuntos Regionais e Locais.

Na cerimónia de empossamento, que decorreu no salão nobre do Palácio Presidencial da Cidade Alta, em Luanda, os novos membros do Governo central e provincial juraram fidelidade à pátria, cumprir e fazer cumprir as leis.

Os membros recém- empossados foram nomeados segunda-feira última pelo Presidente da República.

S.V

Implementação do mercado de capitais no país continua sem data

Luanda, 10/03- A implantação do mercado de capitais em Angola continua sem data, apesar dos potenciais investidores preverem que a sua abertura possa acontecer ainda este ano.

De acordo com o coordenador do Núcleo de Mercado de Capitais, António Cruz Lima, o anúncio de uma data está a depender da aprovação, pela Assembleia Nacional, de dois diplomas para a modernização das leis financeiras do país, sendo um deles o projecto da lei de Mercados de Capitais.

br> Nos regulamentos previstos na futura lei constam os direitos e deveres de cada participante interessado no Mercado de capitais.

br> O responsável referiu que outros princípios básicos de mercado deverão ser observados, como os da transparência nas informações a serem transmitidas à Comissão de Mercado de Capitais, aos investidores e à Bolsa.

br> António Cruz Lima disse que do lado dos agentes do mercado (os bancos, as distribuidoras e as correctoras) cabe a constante supervisão das suas operações, cumprindo com os procedimentos legais, num compromisso com a bolsa de valores, a lisura e licitude da sua proclamação.

br> Para a implementação do mercado de capitais está criada no país um núcleo composto por economistas, juristas e outros especialistas em bolsa de valores.

050310Nova Era na Comunicação

O ministro da Comunicação Social, Manuel António Rabelais, disse ontem, em Luanda, que os interesses do Estado no sector serão melhor servidos se o Governo apostar na “boa remuneração, numa política de quadros boa e na melhoria da qualidade de vida dos profissionais da Comunicação Social”.

Manuel Rabelais, que falava à imprensa no final da 5ª reunião ordinária da Comissão Permanente do Conselho de Ministros, defende que a modernização e expansão dos órgãos de comunicação social devem corresponder à formação dos profissionais do sector.

“Se conseguirmos modernizar, expandir, formar e melhorar a qualidade dos profissionais da comunicação social, através de uma boa remuneração e política de

quadros, teremos uma comunicação social que melhor servirá os interesses da sociedade”, sustentou.

A Comissão Permanente do Conselho de Ministros aprovou ontem a Estratégia para o Desenvolvimento da Comunicação Social para o triénio 2005/2007, cujo objectivo fundamental é delinear as acções necessárias que promovam, a curto e médio prazos, transformações significativas na comunicação social, tanto pública como privada, quer no domínio das tecnologias utilizadas, quer nos produtos resultantes da sua actividade.

De acordo com o comunicado distribuído à imprensa, trata-se, no fundo, de dotar a comunicação social angolana de um maior grau de responsabilidade e profissionalismo quanto ao exercício das suas actividades jornalísticas, indispensável ao fortalecimento da democracia.

Manuel Rabelais fez saber que as leis de Imprensa, de Rádio, de Televisão, de Agência e do Conselho Nacional da Comunicação Social vão merecer melhor tratamento da parte do Executivo nos próximos tempos.

Outra questão que tem merecido particular atenção do Governo, de acordo com Manuel Rabelais, “é a necessidade de um estatuto do jornalista e de um código de conduta e de ética, instrumentos que vão buscar maior equilíbrio para que haja independência, isenção e, sobretudo, responsabilização dos jornalistas”.

O vice-ministro da Comunicação Social, Miguel de Carvalho “Wadijimbí”, apresentou ontem à Comissão Permanente do Conselho de Ministros os trabalhos da comissão técnica que elaborou a Estratégia para o Desenvolvimento da Comunicação Social no triénio 2005/2007.

A Comissão Permanente, reunida ontem sob orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, tomou ainda conhecimento de informações relativas ao balanço das actividades desenvolvidas no terceiro e quarto trimestres de 2004 pelo sector das Águas e às consequências do documento de Roma, relativo à redução da ajuda alimentar a Angola.

Foram igualmente aprovados pela Comissão Permanente os contratos, apresentados pelo Ministério das Finanças, relativos ao Caminho de Ferro de Moçamedes e às obras do aterro sanitário de Mulenvos e apreciado o memorando sobre o ponto de situação das linhas de crédito de Espanha, Índia, Alemanha, Portugal, Brasil e Israel.

ITAR-TASS News Agency

March 9, 2005

The Vancouver Sun

March 9, 2005 Wednesday

Diamond deal in Angola

Moydow Mines International Inc. has struck a deal with the Angolan government to explore for diamonds in the southern African country. Moydow announced Tuesday the company and its Nevada-based partner, Concord Minerals, had reached a deal with the state diamond miner and another Angolan company to explore for diamonds in northeastern Angola. Financial terms of the deal were not revealed.

World Markets Analysis

March 08, 2005

Angola Publishes First Oil Taxation Law

The Angolan government has published its first law on oil taxation - the Oil Activity Taxation Act - following its enactment last year, the Angola Press Agency reports. The Act was published in the 103rd edition of the Series I of the State Gazette of 24 December 2004. The new law reportedly alters some of the contract terms over existing concessions and simplifies the fiscal administration procedures, adjusting them to the new technological reality to fit the state's institutional context.

Significance: The Act is the government's first attempt to both systematise and codify its fiscal regime on oil E&P. All the existing oil concessions are being managed under individually negotiated fiscal terms contained in separate pieces of legislation, which has made their enforcement and accessibility onerous both for the government as well as for the concessionaires. The new law should ease some of the administrative difficulties that currently exist in the country's oil sector, particularly for new entrants.

Jornal de Angola

9 de Março

Entrevisat com Cavaco Silva

Jornal de Angola – A última vez que esteve em Angola foi há quase 12 anos. Qual é a sua impressão do que viu e ouviu desde que cá chegou?

Aníbal Cavaco Silva – A última vez que visitei Angola foi em Setembro de 1991. Portanto, vinha com uma grande curiosidade em relação a Angola.

A impressão que colhi até este momento, depois de contactos com várias personalidades da vida política, partidos da oposição, membros do Governo, comunidade científica, membros da

Igreja, é que Angola está no início de um novo ciclo. Este novo ciclo significa, em primeiro lugar, a consolidação da paz.

Fiquei com a ideia de que todas as partes estão comprometidas com a paz, e que ninguém quer de volta, em nenhuma circunstância, o conflito armado. Colhi essa impressão, o que me satisfaz bastante, de todos os quadrantes político-partidários. E a consolidação da paz é a condição primeira para podermos ter desenvolvimento.

Em segundo lugar, colhi a impressão, também muito geral, de que se quer avançar no sentido da construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, ultrapassar o trauma das eleições de 1992, e por isso todos falaram nas eleições que podem vir a ter lugar em 2006.

Reparei que todos exprimiram um sentido de responsabilidade.

JA – O que é que lhe disseram exactamente?

ACS - As eleições, disseram-me, têm que correr com tranquilidade, com certeza livres, justas, sem provocar animosidade e agressividade entre as partes. Isto é muito positivo.

Angola está num novo ciclo, esse novo ciclo significa paz, caminhar no sentido do aprofundamento das instituições democráticas e na criação de condições para um desenvolvimento justo, que chegue à todas as partes de Angola. Portanto, levo uma impressão positiva .

JA – Na conferência “Democracia e desenvolvimento”, que orientou durante o congresso Pro Pace, apresentou perspectivas muito animadoras sobre o futuro desenvolvimento de Angola. Em que baseia esse seu optimismo?

ACS – Acho que Angola, tendo paz, e avançando no aprofundamento das instituições democráticas, tem condições para agarrar a grande oportunidade, que é o desenvolvimento, por várias razões. Primeiro, porque já todos sabemos que Angola é um país com riquezas. Não é apenas a riqueza petrolífera e a dos diamantes, mas também tem um potencial agrícola muito grande. Depois porque nos últimos anos Angola tem vindo a corrigir alguns desequilíbrios económicos, desde logo, um desequilíbrio que significa uma taxa de inflação elevada, forte crescimento dos preços. Isso tem vindo a abrandar substancialmente. Ainda há pouco tempo se falava em 100% de inflação, agora fala-se em 15% a 20% de inflação, portanto, é um esforço notável.

Por outro lado, o kwanza, moeda nacional, tem revelado nos últimos dois anos uma estabilidade razoável em relação ao dólar. Há também algumas medidas que organizações internacionais têm vindo a reclamar e que estão a ser tomadas no domínio das contas públicas: transparência nas contas públicas, principalmente na chamada economia do petróleo, mais equilíbrio no orçamento. São tudo políticas no bom sentido.

JA – Será que essa mudança tem também reflexos no sector privado?

ACS – Sim. Noto também uma nova atitude da parte dos empresários em relação a Angola. No passado, ouvia dizer que os empresários buscavam lucro rápido, fácil, através de negócios especulativos. Agora não. Encontrei vários empresários com perspectivas de longo prazo em relação ao investimento, entusiasmados quanto ao futuro de Angola.

Estes empresários acham que Angola tem um futuro de desenvolvimento e que vale a pena apostar no país, fazer investimentos que possam dar rendimentos, com certeza, mas não imediatos e sim numa perspectiva de médio e longo prazos. Vi pessoas a dizer que aqui vinham instalar fábricas. Tudo isso ajuda a desenvolver um país, porque o desenvolvimento faz-se com empresas, em grande parte. Mas empresas voltadas para a produção, produção na

agricultura, na indústria, no comércio, nas instituições financeiras e no turismo, ou seja, não se faz com especulação.

Noto, portanto, uma maior confiança no país, porque sem confiança não há investimento e criação de empregos. Em Angola há a necessidade de criação de milhares de empregos para dar perspectivas mais promissoras aos jovens.

Penso que o país deve insistir nesta via, que me parece correcta, e que é apoiada pelas diferentes forças partidárias. Trata-se de uma via correcta, cujos resultados podem fazer a comunidade internacional mudar a sua atitude em relação a Angola.

Angola é um país rico, tem 13 a 14 milhões de pessoas, e penso que a riqueza de Angola, bem aproveitada, chega para todos.

JA– Apesar deste quadro que traçou, e que todos nós conhecemos, da estabilidade económica que o país regista nos últimos anos, há ainda uma certa reticência da comunidade internacional em conceder assistência financeira a Angola para a sua reconstrução. Angola tem dificuldades em organizar uma conferência internacional de doadores, e está difícil assinar um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Como é que se explica isso?

ACS – Na comunidade internacional há sempre alguns países que levam mais tempo a convencer do que outros. No entanto, antes de vir a Angola, li relatórios do FMI, da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) e do Banco Africano de Desenvolvimento. Todos relatórios reconhecem que a economia angolana tem vindo a fazer progressos. Encontrei reconhecimento de progressos no combate à inflação, como já disse, transparência na economia do petróleo, maior preocupação no equilíbrio das contas públicas, política monetária e cambial mais correcta.

JA – E quanto a conferência internacional de doadores?

ACS - Acho que Angola não deve desistir. Muitos países pensam: Angola é um país produtor de petróleo, portanto, sendo país de petróleo, não precisa de ajuda especial para a reconstrução. Convém trazer alguns desses países ou representantes desses países para mostrar o grau de destruição que a guerra provocou, nas estradas, caminhos-de-ferro, pontes, portos.

Não basta o petróleo, os diamantes para reconstruir esta economia que foi tão atingida pela guerra. É preciso um trabalho de persistência. Se agora os angolanos, a Assembleia Nacional, de uma forma consensual, o que me foi dito vai acontecer, aprovar as leis eleitorais, é um sinal muito positivo para a comunidade internacional.

Todos me disseram que é muito provável que ainda neste mês de Março cheguem a um consenso final quanto as leis necessárias para levar por diante o acto eleitoral em 2006. Acho que este é um sinal importante. O que pode acontecer, é demorar a compreensão de alguns. O chamado G-7, o grupo dos sete países mais industrializados do mundo, os Estados Unidos, Japão, Canadá, a Inglaterra, Alemanha, a França e a Itália, a presidência hoje compete à Inglaterra, e a Inglaterra considera como tema prioritário o combate à pobreza. Esperemos, portanto o perdão até de algumas dívidas externas.

Eu aconselharia Angola a manter a sua linha de orientação, que me parece correcta, e que não desista do diálogo com a comunidade internacional.

JA – O professor falou em necessidade de sinais positivos. Quer dizer que as autoridades angolanas precisam de fazer mais para que a comunidade internacional ganhe maior confiança no país?

ACS – Não quero julgar aqui o Governo angolano. O que digo é que, pela leitura de relatórios internacionais de entidades insuspeitas, se reconhece o esforço que está a ser feito pelo Governo de Angola. Sei que as negociações com o FMI são sempre difíceis, eu próprio participei nas negociações que Portugal teve com o FMI em 1977 e 1982. Não é uma instituição fácil na negociação. Mas também me disseram, aqui, que já se esteve mais longe de um acordo.

Acho, volto a dizer, que há sinais de um novo ciclo. Um ciclo reconhecido como estando num caminho correcto que vai provocar mudanças, gradualmente. Tenho muita esperança de que Angola mantenha a taxa de crescimento económico elevada, que está na ordem dos 5% ou 7% ao ano. É um crescimento quase ao nível da China.

Agora, com a consolidação da paz, com este compromisso no sentido de aprofundar as instituições democráticas - e eu vim aqui colaborar numa iniciativa da Universidade Católica, que me parece muito válida sobre o tema “Construtores da democracia”, e como reparou, tínhamos lá membros de todos os quadrantes políticos -, isso é positivo. E não esqueça que a guerra só terminou em definitivo há dois anos, em Abril de 2002, embora recolhendo todos ensinamentos e os alicerces daquilo que foi acordado sob a mediação portuguesa em Bicesse.

JA- Apesar dos sinais positivos que relata nota-se comportamentos de impaciência por parte de vários segmentos da população...

ACS - A população é exigente, pensa que é possível satisfazer tudo de um momento para o outro. Devemos ser compreensíveis em relação a população.

O povo angolano sofreu muito. Por isso, pensa que tem direito a que os políticos rapidamente dêem resposta às múltiplas carências, seja na educação, saúde, na segurança, alimentação. Isso é bom, é bom que a população seja exigente, embora os políticos possam não compreender bem esta exigência, mas é natural. Foram 27 anos de guerra, são muitos anos. Portanto, temos que ter esperança e acho que há sinais positivos.

JA – Qual foi a sua impressão sobre a reacção do auditório que o escutou quando proferiu a sua conferência “Democracia e desenvolvimento”, e mesmo sobre a importância do congresso promovido pelo movimento Pro Pace para o aprofundamento da democracia em Angola?

ACS – Não gostaria de ser julgador em causa própria. Mas fiquei com uma impressão positiva. Depois tive oportunidade de falar com todos os bispos. Acho que a Igreja Católica tem um papel importante a desempenhar para a consolidação da paz, e também para a difusão dos valores democráticos e de um espírito cívico. A Igreja Católica está presente em todas as províncias e tenho a impressão que a igreja quer desempenhar um papel sério, positivo, no sentido da melhoria do bem-estar humano da população angolana.

Depois, como é óbvio nestas conferências, quem é orador tem que estar preparado para perguntas plurais, vindas de um lado, vindas do outro, e às vezes até perguntas difíceis que a pessoa não pode responder ou não está em condições de responder, mas tem que se ter a habilidade para indicar o sentido daquilo que pensa.

Em todas as situações, penso que os angolanos que estavam lá presentes ficaram a saber que acima de tudo o que me animava era o contributo para um debate sério, que deve ser feito com bom senso, espírito moderado, para sabermos ouvir os outros e a opinião dos outros. Penso que com discussões democráticas os cidadãos estão mais preparados para ouvir a opinião dos outros, sem pensar que isso é um ataque desenfreado, e estão mais preparados para fazer consensos.

Como digo, a paz é um activo de valor incalculável, esta possibilidade de consenso para a

preparação eleitoral também é um activo muito importante. Vocês que estão aqui todos os dias talvez não valorizem isso, mas quem vem de fora valoriza de forma especial, e eu valorizo isso.

Achei que os agentes políticos estavam animados de um sentido de responsabilidade. Porquê? Porque eles perceberam que o povo não tolera mais aqueles que de forma directa ou indirecta queiram trazer de volta os conflitos armados. E eu compreendo, o povo sofreu muito, daí que os agentes políticos tenham que se adaptar à nova situação. Há aqui uma mudança de atitude.

JA- A atitude dos agentes políticos é diferente da que conheceu em 1991 ?

ACS- A atitude dos agentes políticos é diferente da que conheci em 1991. Há mais moderação e bom senso, valoriza-se muito mais o diálogo, não me parece que haja encenações. Há uma vontade genuína de contribuir para a democratização do sistema, completando um processo eleitoral que foi iniciado em 1992 e de contribuir para o desenvolvimento. Isso é muito importante.

JA – Voltando ainda ao grupo dos G-7 e a preocupação que eles manifestam em reduzir a pobreza no mundo, particularmente em África. Fala-se na necessidade de um Plano Marshall. Acha que essa é a solução para o continente africano?

ACS – Eu diria que os países industrializados, e a Europa em particular, tem um dever de solidariedade em relação à África. Não se pode esquecer este continente. Os discursos estão certos. Já ouvi o discurso na Conferência Internacional de Joanesburgo, em Montreux, a Declaração do Milénio das Nações Unidas, que é preciso aumentarem a ajuda ao desenvolvimento, que é necessário encaminhar pelo menos 0,6% do Produto Interno Bruto (PIB) de cada país industrializado para o desenvolvimento.

O que será mais difícil é a passagem das palavras aos actos. E alguns países dos mais ricos têm sido daqueles que menos recursos têm encaminhado para a ajuda ao desenvolvimento. Por isso acho positivo que Tony Blair tenha exprimido como prioridade para a sua presidência do G-7, a ajuda ao desenvolvimento.

Espero que Tony Blair, primeiro-ministro da Inglaterra, tenha sucesso no convencimento dos outros países mais industrializados. Mas fico preocupado porque me disseram que quando fez o primeiro discurso não foi muito aplaudido, ou seja, não foi aplaudido com entusiasmo pelos representantes dos países mais industrializados.

JÁ – Mas um Plano Marshall seria a solução para África?

ACS - Não sei se é um Plano Marshall ou não, o nome não é importante. Mas é claro que deve ser dada ajuda em determinados sectores, como combate a doenças: malária, sida, doença do sono e outras.

A educação também é fundamental para o progresso dos países. deve ser apoiada também a construção de infra-estruturas fundamentais para o desenvolvimento, em particular, as infra-estruturas de transporte. Deve-se apoiar aquela população que vive com menos de 1 dólar por dia, e são milhões. Houve um objectivo que foi fixado, que era reduzir à metade aqueles que estão nessa situação de miséria.

Acho que é um dever do mundo, que tem beneficiado deste fenómeno da globalização, mas que os benefícios não são bem distribuídos. E o Plano Marshall foi mencionado porquê? Porque foi um plano feito a seguir à II Grande Guerra para a Europa se construir, e teve um grande sucesso, portanto é sempre um slogan positivo. Independentemente disso, esperemos que ele tenha sucesso, que convença, que os países industrializados encaminhem mais

recursos para o desenvolvimento e possam perdoar uma boa parte da dívida externa. Já houve países que beneficiaram, como sabe Moçambique já beneficiou do perdão de uma boa parte da sua dívida externa. Nessas coisas é preciso sempre manter uma certa pressão. E não esqueça o Papa fez pressões muito grandes e alertou as consciências para esta necessidade de ajudar África.

Houve uma altura em que a África era um continente perdido, penso que esta ideia está ultrapassada. Foi aquele tempo dos múltiplos conflitos militares que existiam em muitos países. Agora tem que se reconhecer que há evolução, África está no sentido correcto, como acabar com os conflitos, melhor governação, a chamada good governance, realização de eleições livres e democráticas periódicas.

JA – Mas há muitos casos de desilusão...

ACS - Parece-me perigoso que as pessoas se desiludam com a democracia. Na América Latina houve muitos casos de desilusão porquê? Porque se pensava que no dia seguinte chegava o desenvolvimento, e como não chegou como se esperava as pessoas tiveram muitas desilusões. Isso é mau, porque a democracia tem uma componente essencial que é o respeito pelos direitos humanos, e por isso os países industrializados têm que ajudar aqueles que estão a fazer esforços neste sentido.

JA – Ainda a propósito dessa questão, nota-se que há certas divergências entre os países industrializados em como encaminhar essa ajuda ao desenvolvimento, em função desses critérios, como a boa governação. O que é que o professor pensa sobre isso?

ACS – Penso que isso vai ser uma inevitabilidade. Porque no passado se pensa que alguma ajuda foi encaminhada para comprar armas e criou ou intensificou conflitos armados. Há também casos de ajuda que financiou projectos de prestígio pessoal e faraónicos nalguns países e que a população não beneficiou.

A ajuda deve beneficiar os sectores que de facto e não ficar na bolsa de alguém. Deve servir para apoiar a combater situações como a sida, melhorar a educação e construção de infra-estruturas. Penso que se tem de viver com essa ideia de condicionalidade boa governação, porque boa governação é, em sentido geral, utilização racional dos recursos e que a população beneficiada.

Acho que se tem de compreender essa exigência de boa governação. Distingo boa governação daquilo que às vezes o FMI impõe, que não parece totalmente correcto, que é só equilíbrios macro-económicos. Ou seja, atem-se a inflação, equilíbrio do orçamento, estabilidade da moeda. Tem que se ir para além disso. Tem que se olhar para o desenvolvimento. Por exemplo Angola, toda a gente sabe que vai precisar de fazer reconstrução de vias de comunicação, e justifica-se que eventualmente possa ter, temporariamente, um défice maior, porque é preciso construir estradas.

Mas as organizações internacionais vão insistir na exigência do fortalecimento das instituições democráticas, nisso vão insistir. Não me parece que seja realista imaginar que as organizações internacionais e os países doadores vão abandonar essas exigências. Mas, volto a dizer, acho que a África está no bom sentido, tal como a América Latina esteve no passado no bom caminho, e hoje a situação é muito diferente na América Latina do que era no passado. Veja o Brasil, que teve os seus regimes autoritários, hoje tem um Presidente, o Presidente Lula, que foi eleito pelo Partido dos Trabalhadores, que é um partido quase à extrema-esquerda, e está a ser uma grande surpresa, uma surpresa positiva.

O Presidente Lula percebeu que não podia mudar as linhas fundamentais da política económica que vinha do tempo de Fernando Henrique Cardoso. E lá tem o seu diálogo com o

FMI, e tem ali todo o seu cuidado, e hoje diz-se que é um caso de sucesso. Dizia-se à partida que não seria, havia muita desconfiança, mas ele foi capaz de criar a confiança da comunidade financeira internacional.

Havia uma certa desconfiança sobre o que seria o Presidente Lula, e hoje está a ser um Presidente de sucesso.

JA – Qual é a sua visão sobre o futuro das relações entre Angola e Portugal com esse novo governo?

ACS – Acho que o estreitamento das relações entre Portugal e Angola é, com qualquer Governo em Portugal, uma prioridade da nossa política externa. As relações estreitas entre Portugal e os cinco países africanos de língua oficial portuguesa em África é uma prioridade da política externa portuguesa.

Estou convencido, não sei ainda quem vai ser o ministro dos Negócios Estrangeiros, que esta linha não será alterada, porque é mutuamente benéfica. Esta cooperação estreita entre Portugal e Angola, no caso, é benéfica para Angola e é benéfica para Portugal, temos que dizer, é mutuamente benéfica. Por exemplo, numa fase de reconstrução, quem melhor, de fora do país conhece aquelas fábricas que é preciso pôr em funcionamento, as infra-estruturas que é preciso reparar do que os portugueses? Têm vindo aqui com o espírito de ajudar a reconstrução, não com o espírito de dar lições a ninguém, não é de forma nenhuma.

Como já disse, Angola é um país grande que, com as suas riquezas, pode encarar a cooperação com outros países de forma totalmente descomplexada, não tem nada que encarar a cooperação com qualquer subserviência, não. Angola é um grande produtor de petróleo, tem um grande potencial agrícola, é um país que produz diamantes, é um grande país da África Austral. E penso que Portugal ganha com a cooperação reforçada com Angola.

Eu costumo dizer que vejo Angola desde há muito tempo como um país amigo, tenho uma grande afinidade, não só agora, como quando estive envolvido em 1991 e nos fins dos anos 80 com várias personalidades, que voltei a encontrar aqui, na procura da paz, porque achava que Portugal não podia abandonar à sua sorte um povo que sofria tanto e com a profundidade de destruição tão grande. Portugal teria que ser o último a cansar-se, e deu prova disso. E agora que isso pertence ao passado, não vale à pena tentarmos encontrar responsáveis de todo o mal que aconteceu no passado. Vamos olhar para o futuro de Angola, em todos os domínios, para uma Angola que crie riqueza, na agricultura, no comércio, na indústria, em todos os sectores, mas um desenvolvimento justo que chegue a todos. E Portugal não vai estar de fora, estou convencido disso, na cooperação empresarial, na cooperação cultural, na cooperação social, na cooperação económica.

Russia, Angola, Sudan, Oman, Mexico to attend OPEC session

Russia, Angola, Sudan, Oman and Mexico will participate as observers in the 135th session of the Conference of the Organisation of Petroleum Producing Countries (OPEC), opening in Iran on March 16, said on Tuesday evening Iranian Petroleum Minister Bijan Namdar Zanganeh.

The main aim of the meeting to be held in the city of Isfahan, is to determine optimum volume of oil production to stabilize the world market at least for a short period of time. "Stable oil prices is the basic factor for investments and long-term planning," Zanganeh emphasized. He did not preclude a chance that the next (special) session of the OPEC would be called even in May or June.

The minister also reported that no proposals on boosting or cutting quotas of oil production or export had been received. The quotas remained without a change since the previous OPEC meeting which was held in Vienna in January, totaling, as before, 27 million barrels a day.

Iran hosts the OPEC session for the first time after the 1979 Islamic Revolution. Representatives of the international oil cartel had gathered in this country 35 years ago the last time. According to the local mass media, oil ministers of all the eleven OPEC member countries will come to Isfahan. It is expected that Iranian President Mohammad Khatami will give a dinner in honour of forum participants.

UN Integrated Regional Information Networks

March 8, 2005 Tuesday

Refugees Not Yet Ready to Return to Cabinda

Refugee leaders who fled Angola's oil-rich enclave of Cabinda during the long-running separatist conflict recently went home for a "go and see" visit, organised by the UN refugee agency (UNHCR).

The aim of their trip was to assess whether conditions were suitable for returning. "But, after a three-day trip, visiting three municipalities, leaders said they would be reluctant to come home unless conditions improved. Now they've gone back to the Republic of Congo (Brazzaville) to tell their fellow refugees what they saw," UNHCR said in a statement.

The "go and see" visit in late February by six refugee representatives was the first of its kind to Cabinda - an oil-rich province of Angola separated from the rest of the country by a strip of Congolese territory - where a 27-year conflict between the Angolan government and separatist rebels is still running.

"Since the peace accords were signed in April 2002, ending Angola's own civil war, more than 310,000 Angolan refugees have returned home to the main territory from surrounding countries. But, because of the continuing separatist conflict, only limited numbers have returned to Cabinda, leaving some 1,750 Angolan refugees from the enclave in Congo and a similar number in the Democratic Republic of the Congo. Many have lived outside Cabinda since the 1970s, when separatist troops sparked trouble in the enclave," UNHCR said.

After visiting potential areas of return in Cabinda, accompanied by staff from the UN refugee agency and high-ranking representatives of both governments, "the refugee leaders from three communities in Congo said they were concerned about the massive presence of the Angolan military and lack of infrastructure".

"They also said more needed to be done before they would be willing to return home. One refugee woman noted that 'all we saw were troops, troops, troops!' The authorities explained that troops were found in all countries, and were there to establish and provide security for all citizens. The same refugee responded that the visiting group had concluded there was not yet peace [in Cabinda]," UNHCR

commented.

"If there was peace, we could come back tomorrow. But, for now, we would have to go from village to village in search of peace, and we are just tired of that," the agency quoted a refugee as saying.

Although some 7,000 refugees returned to Cabinda in 2002, many with UNHCR assistance, at this stage the refugee agency does not have a permanent presence in Cabinda, to organise or encourage group repatriation, given the "delicate" security situation in the enclave.

"But the visit is seen as a first step towards reviewing the current policy. Cabinda's provincial government is keen to see refugees repatriate in larger numbers than previously and briefed the refugee visitors on efforts for the socioeconomic rehabilitation of the enclave, and reiterated support for a larger repatriation operation with UNHCR assistance," the agency explained.

The Cabindan authorities have identified a site for a future reception centre some 40 km north of Cabinda Town, the provincial capital.

UNITA AMEAÇA REEXAMINAR PRESENÇA NO GURN

2005-03-07

A UNITA ameaça reexaminar a sua continuidade no Governo actual. Esta posição consta do comunicado de imprensa do maior partido da oposição onde exprime a indignação contra a oposição do Presidente da República à nomeação de colaboradores efectuada pelo Ministro. «A persistirem os boicotes à acção do Ministro da Saúde, o Comité Permanente remeterá para a Comissão Política o devido tratamento do caso, dado ter sido este órgão a decidir a presença da UNITA no Governo de Unidade de Reconciliação Nacional (GURN) por razões inerentes à realização plena da reconciliação nacional», afirma o comunicado da organização do galo negro.

A UNITA sustenta que o seu Ministro detectou «gravíssimas irregularidades» mal chegado ao seu pelouro, situação que entendeu corrigir com novos quadros. Infelizmente, conta o comunicado, «o ministro foi pura e simplesmente intimado, pela chefia do governo (na pessoa do Presidente da República), a anular essas medidas e a repor a situação anterior». Na sequência desta contrariedade, o Comité Permanente da UNITA disse manifestar a sua solidariedade para com o Ministro «desautorizado». Também enalteceu a sua «coragem e vontade de tomar medidas para melhorar este sector vital».

O actual ministro da Saúde é Sebastião Veloso, indicado pela UNITA em Dezembro passado para substituir a anterior titular da pasta, Albertina Hamukuaia, do mesmo partido.

COMISSÕES PARA AS ELEIÇÕES

Por outro lado, a direcção da UNITA denunciou o anúncio de criação unilateral pelo Ministério da Administração do Território de Comissões Provinciais para as Eleições de

2006. Considera que estas comissões têm um «carácter partidarizado» e adverte que a lei em vigor nem reconhece ao Ministério poderes para a organização do registo eleitoral. A seu ver, «métodos obscuros» estão a ser utilizados para recrutar os elementos que vão integrar as brigadas de registo. Por isso, recomenda que «todos os actos relativos ao registo e às eleições se subordinem à lei, sejam conduzidos de forma insuspeita por órgãos legalmente estabelecidos e abertos a fiscalização dos partidos e da sociedade civil».

CAVACO SILVA

Num outro comunicado, a UNITA deplora as declarações proferidas em Luanda pelo antigo primeiro-ministro português, Cavaco Silva, sobre a memória de Jonas Savimbi. «Foi com muita indignação que os membros da UNITA escutaram a entrevista de Aníbal Cavaco Silva à Rádio Nacional de Angola. Numa das passagens dessa entrevista, Cavaco Silva atenta de forma clara e intencional contra a memória de Jonas Savimbi», argumenta o comunicando. Remata, frisando que «os angolanos e os africanos, que se libertaram do colonialismo ao preço de muito sangue, suor e lágrimas, são adultos e não podem permitir hoje que alguém lhes venha impor padrões, hábitos e culturas».

A passagem polémica versa no elogio de Cavaco à fineza de postura do presidente angolano, Eduardo Dos Santos, contrapondo-a a Savimbi, que considerou como imagem paradigmática que na Europa se tem dos líderes africanos.

VOA

7 de Março

Angola e FMI : Fim ou prolongamento do impasse ?

Luís Costa

Por duas vezes em menos de uma semana, duas altas individualidades angolanas, primeiro o ministro das Finanças, José Pedro de Moraes e depois o Presidente José Eduardo dos Santos questionaram o "approach" que o FMI vem manifestando nas negociações com Angola relativas ao estabelecimento de um programa monitorado, e a forma como isto compromete a realização da conferência de doadores.

Não é a primeira vez que autoridades angolanas escolhem o "contra-ataque". Há três anos, e em meio a uma negociação ininterrupta de mais de 24 meses relativa a um acordo para um programa monitorado, o Presidente José Eduardo dos Santos foi mais duro. A uma pergunta da Voz da América sobre o que achava da exigência do FMI em saber dos meandros da obtenção e aplicação de empréstimos garantidos com petróleo, José Eduardo dos Santos respondeu: "O governo deve prestar contas sobre a utilização destes recursos aos outros órgãos de soberania, e não ao FMI".

Desta vez José Eduardo dos Santos foi mais "soft". Sugeriu que apesar do desencanto provocado pelas posições que a comunidade internacional toma em relação à conferência de doadores, o seu governo vai continuar a bater-se pela mesma. "(...) Está claro que não vamos desistir, continuaremos as nossas diligências (...)" .

As diligências angolanas, segundo fontes oficiais contactadas pela Voz da América, vão da solicitação de melhor compreensão por parte do FMI em relação aos problemas de Angola no processamento de informação, à natureza do que poderá ser o próximo acordo entre as duas partes. Por outras palavras, José Eduardo dos Santos foi brando, mas quando John Shields e os seus colegas do FMI desembarcarem em Luanda para a próxima ronda de

consultas, deverão encontrar um governo disposto a ouvir, mas sobretudo disposto a bater o pé.

Fonte oficial angolana disse que a posição do FMI relativa ao volume de informação que recebe, e que em última instância compromete um acordo, colide com o que Angola pode oferecer.

"Temos debilidades institucionais que têm que ser levadas em conta. Por outro lado, o próprio FMI é lento a responder aos nossos pedidos de assistência técnica. Entendemos a burocracia que envolve a actuação do FMI, mas a verdade é que eles também têm sido lentos. Vejamos um aspecto: o programa de combate à pobreza está em discussão há mais 3 anos!"

A fonte acrescentou que a generalidade dos países africanos precisaria de 3 anos para colocar à disposição do FMI os dados que Angola apresentou. "O FMI exige de Angola gestão semelhante a de um país normalizado, o que não é razoável".

Para observadores em Washington a posição que Angola é de alguma forma inspirada em dois aspectos: desempenho da economia nos dois últimos anos, e o empréstimo de 2 biliões de dólares que obteve junto da China.

Enquanto isso funcionários angolanos notaram que a reviravolta que se assiste na economia, é resultado de um programa feito exclusivamente com recursos do estado angolano.

"O FMI não veio, mas nós não paramos. Fizemos a desmobilização, integramos mais de 30 mil professores e enfermeiros, enfim não paramos".

Os mesmos observadores notam um dado importante: à frente das Finanças de Angola está José Pedro de Moraes que serviu o FMI durante 4 anos, e que no seu regresso ao governo concluiu a execução de um orçamento e viu aprovados outros dois, coisa que não acontecia em Angola há muito tempo.

"Indicia alguma estabilidade".

De todos os ganhos registados, as autoridades angolanas estão mais encantadas com o que se passa ao nível da macroeconomia. "Em dois anos, a inflação acumulada baixou de 115 para 30 por cento. A nossa meta é chegar a 1 dígito até final do ano". Salvo grandes imponderáveis, Angola poderá atingir este objectivo num espaço de 18 a 24 meses. "Se o conseguirmos fazer sozinhos, qual será o significado de um acordo com FMI?".

Observam também que o volume de receitas fiscais cresceu.

"Admitimos que a variação do preço do petróleo tenha ajudado, mas não há dúvidas que o número de contribuintes sob controlo do estado é muito maior do que era há dois anos".

Perante estes e outros resultados, já não é claro para Angola se o que precisa agora é o programa monitorado que há mais de 3 anos vem negociando com o FMI, ou outra coisa.

"O que nos fizemos nos dois últimos anos, foi na verdade um programa monitorado. Vamos ver se o que eles nos oferecerem é exequível ou não."

Fonte governamental angolana sugeriu que o FMI tem no seu formato várias alternativas.

"O home grown program, isto é - programa criado em casa- poderia ser uma alternativa. O

problema que se põe é que o FMI não só nunca ofereceu um programa destes a nenhum país africano, como exige que as coisas sejam feitas com base nos seus números. Ora bem .. nós não acreditamos que o ritmo para estabilização económica defendido pelo FMI seja o mais adequado". .

Os desencontros entre Angola e o FMI não se esgotam aqui. Luanda não se conforma, por exemplo, com a natureza de algumas exigências.

"O FMI insiste em ver Angola como um país semelhante a muitos outros. Os bancos e os investidores não o fazem. Os bancos acabam por ser mais "softs" do que países com influência no FMI".

Fontes familiares às consultas entre Angola e o FMI admitem ter sentido alguma mudança nas posições do Fundo, para o que terão concorrido as declarações de JPM, e de José Eduardo dos Santos.

Falando na abertura da última reunião do CC do MPLA o presidente de Angola sugeriu a dado passo que a par das negociações com o FMI um "plano B" será executado: "Os países mais influentes da comunidade internacional hesitam até hoje, e condicionam injustamente a conferência de doadores a contrapartidas de natureza política e económica." Está claro que não vamos desistir, continuaremos as nossas diligências (...).

A sugestão do Presidente de Angola, e as declarações que o ministro das Finanças fez dias antes, aparentemente terão provocado alguns resultados.

O primeiro sinal de boa vontade do FMI teria sido o "draft" do relatório do artigo 4 que deveria ser submetido ao "board" do FMI nesta sexta-feira 4 de Março. Fonte que teve acesso ao documento diz que o mesmo configura uma sugestão aos membros do "board" para que aprovem a passagem à fase seguinte. A fonte admite que este é o melhor relatório dos últimos três anos. "Falam de algumas insuficiências, reconhecem o mérito do que Angola conseguiu até aqui, e pela primeira vez em muitos anos, não lançam ataques ao governo em matéria de corrupção".

Do lado do Banco Mundial também terão partido alguns sinais. As autoridades angolanas receberam de bom grado a notícia da aprovação pelo Conselho de Administração do Banco Mundial, do Interim Strategic Note-INS- disposição que define os mecanismos de intervenção do BM em Angola, e que conforma as linhas de execução da estratégia de transição.

O BM aprovou há menos de duas semanas um crédito de 51 milhões de dólares para Angola.

Se mais alguma coisa terá influenciado a posição destas instituições, sobretudo do FMI, é segundo algumas fontes a crescente penetração da China no mercado angolano, reforçada com a visita que o vice-primeiro ministro chinês Zang Peyan realizou recentemente a Angola.

Fontes do FMI recusaram-se a comentar para a Voz da América o estado das negociações com Angola.

OS TRUNFOS DE ANGOLA

Qualquer que venha a ser o rumo e a data do recomeço das negociações com o Fundo Monetário Internacional, as autoridades angolanas não parecem dispostas a abrir mão daquilo que entendem ser os seus trunfos.

Estes trunfos são os resultados de um programa de recuperação económica "executado exclusivamente com recursos do governo de Angola".

Aqui vão as principais reivindicações de Angola:

- Redução em dois anos da taxa de inflação, de 115 para 30 por cento. - Fim do financiamento do déficit com recurso à emissão monetária - Gestão de expectativas inflacionárias, por via da qual, o Kwanza voltou a ser principal meio de pagamento e de tramitação de trocas. "Hoje ninguém quer dólares nas mãos". - Aumento das receitas fiscais, e aumento do número de contribuintes. - Estabilização de preços, com reflexos positivos no comportamento da indústria, e da agricultura. - Conciliação de contas entre o Tesouro e o Banco Nacional. - Melhoramento da gestão das receitas petrolíferas

Press release

See in [angola-info-diamonds](#)

Launch of human rights report: *Lundas – the stones of death* Angola's deadly diamonds

Wednesday 9 March 2005

18h00

Fundação Mário Soares, Rua de S. Bento 160, Lisbon, Portugal

www.fmsoares.pt

+351 21 396 41 79

Thursday 24 March 2005

10h00-11h30

Woodrow Wilson Center for International Scholars,

One Woodrow Wilson Plaza

1300 Pennsylvania Ave., NW

Washington, DC 20004

www.wilsoncenter.org/africa

Blood still stains Angolan diamonds

Murder, torture and arbitrary detention by the authorities have become the norm in the rich diamond fields of Angola's northeast, according to a new report by Angolan human rights activists.

The report, entitled *Lundas – the stones of death*, examines patterns of human rights abuses in the provinces of Lunda-Norte and Lunda-Sul during the course of the year 2004. The reports' authors, journalist Rafael Marques and lawyer Rui Falcão de Campos, link the violence to lawlessness and corruption that ensure only a privileged few benefit from the region's diamond wealth.

While the trade in "conflict diamonds" from Angola and elsewhere has been diminished by international co-operation – including the Kimberley Process agreement that links diamond-producing governments and companies – the report argues that such measures have done nothing to ease the suffering associated with the diamond industry in the Lunda provinces.

It calls on the international community to “reconsider the objectives of the Kimberley Process, so as to include within the category of ‘conflict diamonds’ all those diamonds that come from areas where diamond mining is based on the systematic violation of human rights.”

It further recommends that foreign countries should “consider imposing sanctions on the international trade in Angolan diamonds until the Angolan state guarantees a labour and social standards compatible with the human rights values of the UN system, namely the prohibition of slavery and of inhumane and degrading conditions, and basic standards of freedom of movement and communication, and of personal security.”

Murder, torture and rape

The report focuses in particular on two cases in the Lunda-Norte diamond towns of Muxinda and Cafunfo, both involving multiple deaths as a result of police action.

In Muxinda, 12 people died in December 2004 as the result of imprisonment in an unventilated cell described as “a cupboard”, attached to a police station.

The report quotes a police commander who admitted the presence of “10 people in the cell, where there should only be four or five”, and that “the place is small, without ventilation”. He attributed what happened to the “negligence of the guards who had left.”

The failure of the police to produce case records both demonstrated the arbitrary nature of the detentions, and meant that the police themselves had no accurate account of either the numbers or the names of the dead. Many of those who died were Congolese migrants who worked as informal diamond diggers in Angola.

In the Cafunfo case, 11 people died as a result of police action, while 18 were wounded by shooting or beating. A further 18 people arrested at the time have been in “preventative detention” without trial for more than one year.

Police claimed that most of the shootings and detentions were the result of an attempt to quell a riot, which had been sparked by attempts by diamond company security guards to remove electrical generators that supplied electricity to the town. However, the report reveals that some of the detentions occurred before the riot started, and that several of the dead were bystanders unconnected with the protest action.

In addition to these two specific incidents, the report documents 11 cases of murder, and three cases of sexual assault. In all of these cases, the perpetrators were Angolan police, or the employees of the private security companies employed by the large diamond concessionaires to guard their workings.

One of the sexual assault cases involved the rape of four young teenage girls by two policemen.

The report also documents more than 30 cases involving arbitrary detention, shooting, and / or beating; again, the perpetrators are invariably police or security company operatives.

System favours the rich

The report argues that while the Lunda region offers few economic opportunities other than diamond mining, the outlawing of informal mining forces most diggers to operate on the margins of the law, vulnerable to extortion, imprisonment and even murder. Evidence is presented to show how private security companies employed by the large mining concession holders operate with impunity as a paramilitary force.

At the same time, the report argues, opaque and monopolistic practices in the diamond marketing system mean that diggers receive only a fraction of their diamonds' worth. A 2003 agreement gave the exclusive purchase and export rights over Angolan diamonds to SODIAM, a company associated with Lazar Kaplan International, although ASCORP, the previous concession-holder controlled by Lev Leviev, continues to buy diamonds from informal diggers in the Lundas.

Diamond transactions take place in cash, and the lack of accurate data on the value of diamonds mined in the Lundas provides a smokescreen for the government's failure to invest in a region that still lacks even the most basic infrastructure.

Supported by the Fundação Mário Soares, Open Society – Angola and the Netherlands Institute for Southern African (NIZA), the report draws on the testimony of the victims and witnesses of incidents, and research done by activists based in the Lundas, and by the authors during six weeks of fieldwork in the region.

For further information contact:

Rui Falcão de Campos - +351 91 6580702
rui_lis@hotmail.com

Rafael Marques - +351 91 949 14 01
rafael@snet.co.ao

March 4, 2005 Friday

Criada Comissão de Negociação para sector da Indústria

O ministro das Finanças, José Pedro de Moraes, nomeou, recentemente, uma Comissão de Negociação para a regularização e tratamento do processo de redimensionamento e alienação do património estatal do sector da Indústria.

Inserta na edição nº103, I série, do Diário da República, a directiva responde aos termos do Programa de Privatização aprovado pelo Conselho de Ministros, em Decreto nº 74/01, de 12 de Outubro.

A Comissão integra Eduardo Leopoldo Severin de Moraes, como coordenador, António Guilherme e Benjamin do Rosário, representantes dos Ministérios das Finanças e da Indústria, respectivamente, assim como Archer Mangureira e António Gomes Furtado, ambos do Secretariado do Conselho de Ministros.

Poderá ainda cooptar um representante da empresa a privatizar, a ser designada pelo GARE (Gabinete de Redimensionamento Empresarial), além de, em caso de questões atinentes ao investimento estrangeiro, integrar outro representante da Agência Nacional de Investimento Privado (ANIP).

Jewelers urged to tighten control on diamond trade

Three international campaign groups called on jewelers Friday to provide customers with guarantees that the jewelry they purchase is not tarnished by human rights abuses, environmental destruction or conflict.

The call for guarantees from Oxfam America, Earthworks and Global Witness came as the World Jewellery Confederation meets in Hong Kong this week.

"Consumer confidence will grow out of concrete actions to combat dirty gold and conflict diamonds," Payal Sampat of Earthworks said in a statement. "It's not only the ethical thing to do, but also a sound business decision."

Corinna Gilfillan of Global Witness urged the jewelry industry to take stronger steps to "assure customers that diamonds are never again linked with conflict, human rights abuses and terrorism."

There are no real monitoring or auditing techniques in place under the Kimberley Process, which aims to prevent conflict diamonds entering the market, said Susie Sanders, a campaigner at Global Witness.

The Kimberley Process was established in 2002 to help control "conflict diamonds," which fueled and funded wars that killed millions in Angola, Congo, Sierra Leone and Liberia.

The process is designed to track diamonds from mines to jewelry display cases, certifying the origin of the stone. According to the Kimberley Process Web site, 43 countries currently participate in the process.

Under the Kimberley Process, Liberia is under an international diamond embargo because it was a major trafficker in smuggled arms and diamonds under its former president. Lebanon was suspended in March 2004 because the Kimberley Process was not made a legal entity in the country.

Links have also been made between conflict diamonds and the funding of terrorist operations. In July 2004, a report commissioned by the U.S. Congress urged the broadening of the Kimberley Process to block alleged African diamond trade benefiting terrorist groups, including al-Qaida.

Southern Africa may introduce single currency by 2016

A plan to better integrate markets of southern African countries may lead to a

single currency managed by a single central bank by 2016, it was revealed on Sunday.

Tito Mboweni, central bank governor of South Africa, the region's economic powerhouse, said preparations for introducing a free trade area in the Southern African Development Community (SADC) have been underway.

Protocols have already been signed and others in the works would bind future governments of 13 SADC states and their central banks to follow through on the program, he said in an interview with the national newspaper Sunday Times.

The plan calls for the abolition of tariffs and non-tariff barriers by 2008; a SADC-wide customs union by 2010; a common market, including free movement of labor and capital, by 2015; and a single currency and central bank by 2016.

Mboweni has established a four-member, full-time secretariat in his office to drive South Africa's preparations for integration.

Mboweni declined to identify the specific challenges for particular countries, but said the available figures showed where the most work needed to be done.

Five countries, including Zimbabwe at 381 percent and Angola at 45 percent had double-digit inflation in 2004. Growth over the three years to 2003 averaged between 7.9 percent of gross domestic product in Mozambique and a negative 6.2 percent in Zimbabwe, according to the Sunday Times.

Mboweni said in Cape Town on Tuesday that countries such as Angola and Zimbabwe could find it difficult to meet the criteria.

Mboweni told the newspaper that teams in the SADC secretariat and in other countries of the region were working daily on strategies to achieve monetary union, ranging from payment and settlement systems to information technology and physical currency movements.

But he said targets could only be assessed formally once the SADC secretariat had systems to monitor performance against the agreed targets.

Mboweni said members could continue to print their own notes and coins under a monetary union even if there was only one central bank, but it would be far better to have a single unit of currency for the region.